

TEXTOS UNIVERSITÁRIOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

EMPRESAS E EMPRESÁRIOS
DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS,
NA SUB-REGIÃO DA RIA DE AVEIRO, 1864-1931

MANUEL FERREIRA RODRIGUES

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Título – EMPRESAS E EMPRESÁRIOS DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS,
NA SUB-REGIÃO DA RIA DE AVEIRO, 1864-1931

Autor – Manuel Ferreira Rodrigues

Edição – FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

Tiragem – 500 exemplares

Paginação, impressão e acabamento – António Coelho Dias, S. A.

© FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

Abril de 2010

Depósito Legal n.º 309444/10

ISBN: 978-972-31-1322-8

À memória de todos os empreendedores (empresários, técnicos e operários) que, com o esforço das suas vidas, tornaram o mundo melhor, de muitas e variadas formas. A todos os que hoje lhes seguem as pisadas, mesmo não sabendo que são seus herdeiros, dedico este estudo.

ÍNDICE

Dedicatória	VII
Agradecimentos	XIII
Nota de Apresentação	XV
Siglas e Abreviaturas	XIX
Introdução	1
1. Abertura ou reinvenção das ciências sociais?	1
2. Objecto e sujeito implicados	15
3. Quadro geotemporal	19
4. Utilização das fontes notariais	22
5. O texto como colagem de histórias	25
Notas	26
Capítulo 1 – O espaço como produto de uma cultura	31
1. Da valorização do espaço à problemática da sua delimitação	31
2. A ria de Aveiro – matriz da identidade regional	36
3. Aveiro – de capital distrital a pólo regional embrionário	42
4. Acessibilidades entre a ria, o caminho-de-ferro e a estrada	47
4.1. Limitada navegabilidade dos rios	48
4.2. A navegação na ria de Aveiro	53
4.2.1. Tentativa de ligação a vapor entre Aveiro e Ovar	54
4.2.2. Ligação entre Ovar e Vagos	55
4.2.3. Persistência das velhas rotas da ria de Aveiro	56
4.2.4. Cais e esteiros de acostagem	58
4.2.5. Projectos de ligação da ria ao Douro e ao Mondego	60
4.3. A Barra e o porto de Aveiro	61
4.3.1. Da abertura da nova barra à chegada do comboio	62
4.3.2. Efeitos da concorrência do caminho-de-ferro	66
4.3.3. Criação da Junta Autónoma da Barra e Ria de Aveiro	74
4.4. Os caminhos-de-ferro	82
4.4.1. A linha do Norte	83
4.4.2. A linha do Vale do Vouga	88
4.4.3. O ramal do canal de S. Roque	92
4.5. Projectos que nunca se realizaram	93
4.5.1. Ligação ferroviária entre Aveiro e a Barra	94
4.5.2. Ligação ferroviária entre Aveiro e Cantanhede	95
4.5.3. Ligação ferroviária entre Estarreja e a Bestida	98
4.6. Rede viária	99
4.6.1. Importância da camionagem	104
Notas	108

Capítulo 2 – Indústrias alimentares	139
1. Refinação de sal	140
2. Seca e beneficiação do bacalhau	144
3. Conservas de peixe	153
3.1. Da Luso-Brasileira à Varina – as fábricas de conservas de Ovar	156
3.2. Fabrico de conservas em Aveiro	163
4. Fabricação de lacticínios	173
5. Moagem de cereais	182
5.1. Vivaz resistência da moagem tradicional	184
5.2. Primeiras unidades industriais de moagem a vapor	187
5.3. A moagem a vapor durante e após a I Guerra Mundial	197
5.4. A Companhia Aveirense de Moagens, SARL	202
6. Panificação	205
7. Fabrico de bolachas e biscoitos	216
8. Produtos de pastelaria e confeitaria	218
9. Fabricação de açúcar e de chocolate	221
10. Produção de massas alimentícias	221
11. Secagem e torrefacção de chicória	224
11.1. Violenta campanha contra a chicória	228
11.2. Fim da torrefacção de chicória em Aveiro e Eixo	235
12. Fabricação de refrigerantes	238
Notas	246
Capítulo 3 – Tecelagem, curtumes, madeira, cortiça e papel	273
1. A tecelagem	274
2. A cordoaria	281
2.1. Íntima relação entre a cordoaria e a pesca das xávegas	284
2.2. A cordoaria entre a oficina e a fábrica	290
3. Chapelaria	291
4. Curtumes e produtos de cabedal	297
4.1. Curtimenta e acabamento de peles	298
4.1.1. As fábricas de curtumes de Ovar	301
4.1.2. A Companhia de Curtumes Antuã	302
4.2. Fabrico de calçado	310
5. Indústrias das madeiras	312
5.1. Serração e aplainamento de madeiras	319
5.2. A carpintaria e a marcenaria entre o artesanato e a indústria	328
5.3. Fabricação de embalagens de madeira	333
5.3.1. Ovar como centro tanoeiro	334
5.3.2. Escassa especialização	336
5.3.3. Uma paisagem empresarial tradicional na tanoaria	341
5.3.4. As instalações das oficinas	342
5.3.5. Tardia introdução da maquinaria	343

6. Rolhas e outros produtos de cortiça	344
7. Industrialização do papel e da pasta celulósica	346
7.1. A Fábrica de Papel de Valmaior	347
7.2. O mundo dos velhos engenhos do papel.	358
7.3. Início da produção de pasta de papel em Portugal	360
8. Edição e impressão	366
8.1. Empresas tipográficas e jornalísticas	366
8.2. Empresas tipográficas sem fins político-partidários	375
Notas	379
Capítulo 4 – Adubos, vidros, cerâmicas e indústrias metalúrgicas	403
1. Produtos químicos	405
1.1. Tentativa gorada de criação de uma fábrica de soda	406
1.2. Domínio quase absoluto dos adubos naturais	411
1.2.1. Lenta penetração dos adubos industriais	415
1.2.2. A Empresa de Adubos da Ria de Aveiro	417
1.3. Fabrico de tintas	418
1.4. Sabão	419
1.5. Pirotecnia	424
2. Vidro e cristal.	428
2.1. Fabrico de vidro em Ílhavo.	429
2.2. Fabrico de vidro em Aveiro.	435
3. Produtos cerâmicos	439
3.1. As matérias-primas	440
3.1.1. Extração de barro	441
3.1.2. Extração de caulino	444
3.2. Da antiguidade da olaria em Aveiro	449
3.2.1. A lenta mas inexorável asfixia das olarias.	452
3.3. Fábricas de louça e azulejo	459
3.3.1. A Fábrica de Louça do Cojo	460
3.3.2. A Fábrica de Louça da Fonte Nova	463
3.3.3. A Fábrica Aleluia.	466
3.3.4. Restantes fábricas de louça e azulejo de Aveiro	468
3.3.5. Fabrico de louça e azulejo em Águeda	469
3.4. A porcelana da Vista Alegre	473
3.5. A cerâmica de construção	486
3.5.1. Onde vinham a telha e o tijolo, até 1897?.	487
3.5.2. Nascimento das modernas fábricas de cerâmica de construção	492
3.5.3. A fábrica fundada por Jerónimo Pereira Campos.	500
3.5.4. A Empresa Cerâmica Vouga	505
4. Fabrico pioneiro de abrasivos	507
5. Serralharias e ferragens	512
5.1. Adaptação das velhas oficinas de serralharia	512

5.2. Nascimento das primeiras empresas metalúrgicas especializadas	521
5.2.1. O difícil arranque da indústria de ferragens	521
5.2.2. A Fundação Albergariense	527
5.2.3. Empresas metalúrgicas estabelecidas em Aveiro	530
5.2.4. Primórdios da indústria de mobiliário metálico	535
Notas	536
Capítulo 5 – As empresas e os empresários	569
1. A empresa como objecto de estudo científico	570
2. Documentos, pequena empresa e escassa especialização	575
3. Estatuto jurídico das sociedades	580
3.1. Empresas em nome individual	581
3.2. Sociedades de capital e indústria	584
3.3. Sociedades em nome colectivo	585
3.4. Sociedades em comandita	586
3.5. Sociedades por quotas de responsabilidade limitada	587
3.6. Sociedades anónimas de responsabilidade limitada	589
4. Proposta de interpretação dos dados.	593
5. Empresários	603
5.1. Hesitações terminológicas e realidade social	606
Notas	609
Conclusões	617
Quadros das sociedades e empresas em nome individual	621
Fontes e notas dos quadros	669
Fontes e bibliografia.	697

AGRADECIMENTOS

Mesmo assumindo o discurso na primeira pessoa, nunca este trabalho foi solitário; desde o início da recolha de dados, em 2000, após a publicação da *História da Indústria Portuguesa da Idade Média aos Nossos Dias*, tive a felicidade de contar com a cumplicidade, com a ajuda preciosa de muitas pessoas, em diferentes fases da sua elaboração. Com a relação das que aqui consigno, cumpro, antes de mais, o humaníssimo e ético dever de reconhecimento público.

Naturalmente, as minhas primeiras palavras de gratidão vão para o Prof. Doutor Jorge de Carvalho Arroteia, para o Professor e para o Amigo que nele encontrei, em todos os momentos, pela confiança, pela disponibilidade permanente. Ao Prof. Doutor José Amado Mendes, além da leitura do texto, das críticas e sugestões, quero expressar igualmente o meu reconhecimento pelo que com ele aprendi, durante anos, tanto como seu aluno como na realização de alguns estudos que assinámos.

Decisiva foi a sempre pronta cumplicidade do Prof. Doutor Jorge Adelino Costa, presidente do Conselho Directivo do Departamento de Ciências da Educação, como importante foi o encorajamento que os demais colegas deste Departamento sempre me dispensaram. Estou igualmente grato ao Prof. Doutor Joaquim da Costa Leite pela sua generosa solicitude, pelas sugestões e estímulo para fazer melhor.

Quero expressar igualmente a minha gratidão pelas críticas e sugestões dos membros do júri, constituído pelos professores José Amado Mendes, Jorge Fernandes Alves, Jorge Arroteia, Joaquim da Costa Leite e Maria Luís da Rocha Pinto.

No domínio da recolha das fontes, uma palavra de reconhecimento é devida à D. Emília Pereira Neto, à D. Rosa Maria Soares Baptista e, muito

especialmente, à D. Maria Isabel Casal Brilhante, funcionárias do Arquivo Distrital de Aveiro. Os meus agradecimentos são igualmente extensivos à Eliana Fernandes Fidalgo, à Maria Manuel Seiça Neves Marques Rodrigues, à Vera Mónica Marques e ao Pedro Miguel Casal Brilhante, que aceitaram permanecer a meu lado durante meses, no silêncio do Arquivo Distrital de Aveiro, folheando milhares de livros notariais em busca dos contratos de que necessitava para a realização deste estudo.

No domínio do tratamento dos documentos notariais, tive a felicidade de contar com a competência e dedicação da Dra. Clara Regala Leitão, bem como com a sempre pronta disponibilidade do Eng. António Manuel da Silva Vieira que, pacientemente, foi satisfazendo todos os meus pedidos para que a excelente base de dados que construiu pudesse responder às minhas necessidades.

Na maioria dos arquivos e bibliotecas municipais beneficiei do profissionalismo, por vezes injustamente não reconhecido, de vários arquivistas e bibliotecários. De entre todos, destaco a Dra. Isabel Ferreira, a Dra. Madalena Pinheiro, a Dra. Nélia Oliveira, o Dr. António França e o Dr. Manuel Ribeiro Valente Bernardo.

Estou imensamente grato aos meus amigos Cacilda Marado, Manuel Raimundo e Manuel Carvalho que, como noutras ocasiões, leram sempre a primeira versão do texto e jamais permitiram que me sentisse só. De forma diversa e em tempos diferentes, foi bom poder contar com o auxílio e as palavras de alento da Alda Mourão Filipe, da Maria José Xavier Ferreira, da Isabel Ramos, da Romana Fragateiro, da Rosângela Santos, do António Paulo Mendes de Sousa, do António Vítor de Carvalho e especialmente do Francisco Madeira Luís.

Ao Alexandre Ventura, meu colega de departamento e meu querido Amigo, não sei como agradecer. A sua enorme dedicação e cuidado, especialmente nos momentos mais difíceis, não cabem num espaço desta natureza, como de igual modo é impossível expressar a minha gratidão ao meu irmão Ângelo e à minha mãe pelo apoio permanente. Para a Eva é mais difícil encontrar palavras, pois, em certa medida, esta tese foi sua, durante este último ano e meio.

NOTA DE APRESENTAÇÃO

A presente obra é o resultado de vários anos de meticulosa e cuidada investigação e foi apresentada por Manuel Ferreira Rodrigues à Universidade de Aveiro, como tese de Doutoramento, em 23 de Outubro de 2007, tendo obtido a aprovação unânime do júri. O tema focado, *Empresas e empresários das indústrias transformadoras na sub-região de Aveiro, 1864-1931*, insere-se no âmbito das ciências sociais, sendo transversal a várias delas, desde a história económica e social à história empresarial, da prosopografia à biografia, da geografia à sociologia, da história da industrialização à da tecnologia.

Numa extensa e bem elaborada introdução e no capítulo 1, o autor faz uma reflexão pertinente sobre a evolução recente das ciências sociais, bem como acerca das questões teóricas e metodológicas. Dado que a selecção de um tema implica sempre escolhas, plasmadas em inclusões e exclusões, são devidamente explicitados os critérios que presidiram à eleição da temática, nomeadamente o enquadramento geotemporal.

Em relação ao espaço, este foi perspectivado como “produto de uma cultura”, com relevo para as transformações operadas no meio pelo homem, ao longo de séculos. É que, se o meio oferece “possibilidades”, como sublinhou Lucien Febvre, é ao homem que compete aproveitá-las devidamente. Quanto ao quadro temporal, adoptou como marcos, por um lado, a introdução do caminho-de-ferro (1864) – que provocou uma autêntica revolução nos transportes, no século XIX – e, por outro, as implicações do condicionamento industrial (1931), com as quais se fechou um ciclo na história da indústria em Portugal e se deu início a uma nova fase, em que o poder político passou a interferir mais incisivamente no meio empresarial e no processo da industrialização em curso.

Nos capítulos 2, 3 e 4 estudam-se minuciosamente as várias indústrias desenvolvidas na área da ria de Aveiro, nomeadamente as alimentares, tecelagem, curtumes, madeira, cortiça e papel e os produtos químicos, vidros, cerâmica e metalurgia. A diversidade de ramos industriais presentes no meio e a quantidade de unidades industriais, sobretudo de pequena e média escala (estavam em actividade, em 1924, mais de 250 empresas), não permitiram fazer um estudo exaustivo de todas elas. Porém, através de uma pesquisa arquivística muito ampla e da consulta de uma vasta bibliografia e numerosas fontes, associadas a um bom conhecimento directo do meio, Manuel Ferreira Rodrigues apresenta um retrato bastante completo das actividades industriais aveirenses, no período estudado, no qual a industrialização registou consideráveis progressos.

Como nem todos os ramos industriais tiveram o mesmo desenvolvimento, é dada a relevância a alguns dos que mais se destacaram na área, designadamente os domínios ligados às actividades marítimas, à cerâmica, aos lacticínios, ao papel e à metalurgia. Sem esquecer a história de cada uma das empresas estudadas – acerca da qual fornece elementos da maior utilidade, de grande utilidade para posterior elaboração de estudos de caso –, o autor perspectivou-a num âmbito mais alargado, ao considerar as matérias-primas, os recursos humanos, a tecnologia, o mercado, o desenvolvimento e o respectivo enquadramento político, a nível autárquico, regional e mesmo nacional. Um aspecto interessante da análise relaciona-se com o estudo das raízes e da tradição de grande parte das actividades, muitas das quais evoluíram paulatinamente, a partir de formas artesanais ou pré-industriais para modalidades de índole industrial, com a utilização de novas formas de energia – a vapor e eléctrica – e de tecnologias características da 1.ª e 2.ª revoluções industriais.

Todavia, como as oficinas, manufacturas e fábricas não surgem por si próprias mas sim em contexto organizacional, enquanto as empresas devem a sua criação aos seus proprietários – patrões, sócios ou accionistas –, o capítulo 5 é dedicado, precisamente, às empresas e aos empresários. Relativamente àquelas, o autor teve presente e utilizou muitos dos estudos vindos a lume nas últimas décadas, dedicados à temática “empresa”. Esta tornou-se, efectivamente, um importante “objecto de estudo” – parafraseando o título de uma obra de Giulio Sapelli –, ao qual investigadores como Alfred Chandler, entre muitos outros, têm dedicado especial atenção. Além do estatuto jurídico das organizações estudadas e da sua evolução, também foram tidas em consideração o papel por elas desempenhado e, bem assim, a própria cultura empresarial e a sua evolução ao longo do período abordado.

No que se refere aos empresários, aos dados biográficos fornecidos ao longo do texto e em notas de rodapé, acrescenta algumas considerações sobre, por exemplo, a sua nacionalidade, formação e poder económico e político.

De um extenso anexo consta um conjunto impressionante de dados, relativos às empresas da zona estudada, agrupadas pela natureza jurídica do respectivo estatuto, pelo ramo de actividade e respectiva década. A extensa lista de fontes e bibliografia, além de prova de rigor e investigação ponderada, constitui igualmente um útil instrumento para os investigadores que se interessem pela história da industrialização, das empresas e dos empresários, ao mesmo tempo que abre um conjunto de pistas e sugestões da maior utilidade para os historiadores locais que desejem estudar mais aprofundadamente alguns dos temas aqui aflorados.

Do exposto se pode concluir que a obra do Doutor Manuel Ferreira Rodrigues representa um contributo significativo para os estudos históricos regionais da área aveirense, inclusive pelo facto de se reportar a um período recente e de profundas transformações e, bem assim, por incidir sobre o tecido empresarial do sector secundário, acerca do qual ainda há muito que investigar.

Coimbra, 30 de Abril de 2009

José Amado Mendes

SIGLAS E ABREVIATURAS

- AACA – Arquivo da Associação Comercial de Aveiro
- ACAM – Arquivo da Companhia Aveirense de Moagens
- ACM – Arquivo Central da Marinha
- ADAVR – Arquivo Distrital de Aveiro
- ADCB – Arquivo Distrital de Castelo Branco
- ADP – Arquivo Distrital do Porto
- ADS – Arquivo Distrital de Setúbal
- ADV – Arquivo Distrital de Viseu
- AMA – Arquivo Municipal de Aveiro
- AMAG – Arquivo Municipal de Águeda
- AMAV – Arquivo Municipal de Albergaria-a-Velha
- AMI – Arquivo Municipal de Ílhavo
- AMO – Arquivo Municipal de Ovar
- AMOP – Arquivo do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria
- AMV – Arquivo Municipal de Vagos
- ANCMA – Arquivo do Notariado da Câmara Municipal de Aveiro
- ANCMV – Arquivo do Notariado da Câmara Municipal de Vagos
- ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
- ASCMA – Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro
- ASRA – Arquivo da Sociedade Recreio Artístico
- CAE – Classificação Portuguesa das Actividades Económicas

INTRODUÇÃO

Descrever a condição humana é mais difícil do que ditar-lhe leis. E também muito mais interessante¹.

1. Abertura ou reinvenção das ciências sociais?

A sociologia, «ciência do problema da modernidade»², constituiu-se «como uma ideologia» dessa mesma modernidade³. Reportando-se à França, na medida em que «o corpo social se afirma como realidade autónoma», Jean Duvignaud afirma que «a sociologia é filha da Revolução Francesa»⁴. Não obstante a centralidade que este autor atribui à Revolução Francesa, de algum modo, ainda que com percursos históricos e perspectivas teóricas e metodológicas diferentes, poderíamos dizer o mesmo dos restantes saberes das ciências sociais. Todos esses saberes estiveram na base da afirmação do Estado-nação, alimentando-se e dando corpo à ideia de progresso, contribuindo desse modo para a consciência de «superioridade» que o Ocidente construiu de si mesmo. A história, por exemplo, esteve, durante o século XIX, «no centro do pensamento social, que se identificava, ao mesmo tempo, com o progresso económico e social e com a formação do Estado nacional, demonstrando, assim, que a noção de sociedade era fruto do cruzamento entre as ideias de modernização e de nação»⁵. As histórias nacionais nasceram da necessidade de legitimação das novas fontes de soberania. A antropologia começou por estar ligada ao colonialismo⁶.

Como sublinharam Immanuel Wallerstein *et al.*, desde finais de Oitocentos, o estudo «objectivo» da realidade social exigiu uma divisão e compartimentação disciplinar, «de acordo com uma nítida divisão do trabalho»⁷. Esse processo

«teve lugar ao mesmo tempo que a Europa finalmente confirmava o seu domínio sobre o resto do mundo»⁸. Não espanta, pois, que o processo de institucionalização da actividade das ciências sociais se tenha afirmado primeiramente em cinco espaços nacionais: Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália e Estados Unidos da América.

Por altura da I Guerra Mundial, eram cinco as áreas disciplinares das ciências sociais: a história, a economia, a sociologia, a ciência política e a antropologia. A geografia, a psicologia e o direito «nunca lograram ser componentes basilares das ciências sociais»⁹. A geografia, que até 1945 se esforçara «por ter uma prática verdadeiramente mundial quanto ao seu objecto de estudo», acabou por ser olhada como «anacrónica», nos Estados Unidos da América, «devido ao seu pendor generalista, sintetizante e não analítico»¹⁰. Não só, como mostrou David S. Landes: «a geografia fora manchada com um pincel racista»¹¹. Por outro lado, como mostro no capítulo 1, a economia considerava o espaço teoricamente irrelevante. É nessas circunstâncias que se assiste, depois da II Guerra Mundial, ao encerramento dos departamentos de geografia de Harvard e de outras universidades norte-americanas de primeira linha, como as de Michigan, Northwestern e Columbia¹². Contrariamente, na Europa, a revista *Annales* atribuiu ao espaço uma importância superlativa. Bastará recordar *O Mediterrâneo*, de Fernand Braudel, *O Atlântico*, de Frédéric Mauro, etc.

Dadas as necessidades do presente, a sociologia, a economia e a ciência política tornaram-se, ao longo da primeira metade do século XX, o núcleo nomotético das ciências sociais. A história, a antropologia e a geografia foram diversamente relegadas para segundo plano, embora essa situação institucional nunca tenha sido aceite sem contestação. Depois de 1945, um conjunto extraordinário de fenómenos (a emergência dos Estados Unidos da América como potência e a Guerra Fria, o extraordinário crescimento económico das três décadas seguintes, a descolonização e a urbanização do Terceiro Mundo, a terciarização e a feminização das sociedades industrializadas) esteve na origem da expansão mundial da instituição universitária, que desencadeou um movimento de crítica das antinomias do pensamento social do Ocidente. É nesse contexto que a denúncia da artificialidade das divisões disciplinares assume um lugar central nos grandes debates realizados no seio das ciências sociais¹³, matéria a que, de algum modo, não é alheia a influência do marxismo.

Porém, sobretudo a partir das três últimas décadas do século XX – para alguns autores, a partir do período que medeia entre 1968 e 1989 –, esses debates registam uma mudança paradigmática. Os princípios fundadores das ciências sociais

Em 1984, Alain Touraine acusava os antropólogos de gostarem «de opor a abundante diversidade das culturas ditas tradicionais à homogeneização e empobrecimento da civilização moderna»¹⁹. Todavia, como sublinha Jean-Paul Colleyn, quando um intelectual, seja ele indiano, marfinense ou brasileiro, contesta e recusa o retrato que os investigadores ocidentais fazem das suas culturas, adopta também a atitude indispensável ao pensamento sociológico: a especificidade do trabalho científico reside precisamente no seu potencial crítico, na sua recusa dos argumentos de autoridade, na sua liberdade relativamente aos interesses locais²⁰.

Porém, seria estulto imaginar um «corte» operado nas últimas décadas. O pós-modernismo parece ser mais o ponto de chegada de um longo e complexo processo histórico, iniciado por volta da I Guerra Mundial (com raízes no século XIX), do que uma qualquer cesura recente. Clifford Geertz e Frederik Barth, por exemplo, que não são autores pós-modernos, desempenharam um papel precursor no movimento que abalou o pensamento antropológico contemporâneo²¹. Segundo Colleyn, estes antropólogos «criticam energeticamente a reificação das categorias e dos conceitos, exprimem a sua desconfiança a respeito das abordagens globais e censuram noções como as de *sociedade global* e *cultura homogénea*; manifestam, pelo contrário, o seu interesse pelas trajectórias individuais, as estratégias dos autores sociais, o vivido, o quotidiano»²². Embora estas citações não expressem a riqueza dos contributos dos referidos antropólogos, testemunham claramente uma mudança paradigmática embrionária.

Muito antes e depois deles, os estudos de Plank, Bohr, Einstein, Pauli, Heisenberg, Dirac, Schörringer, Broglie, Gödel, Prigogine, entre outros, criam as bases de um novo paradigma das ciências²³. À ordem e previsibilidade do paradigma clássico, assente na oposição sujeito-objecto, no determinismo, na continuidade e na causalidade local, opõem aqueles autores a mecânica quântica, os conceitos de indeterminismo, de descontinuidade, de causalidade global, de níveis de realidade e de realidade multidimensional²⁴.

Como refere Edgar Morin, a ciência ocidental «baseou-se na eliminação positivista do sujeito a partir da ideia de que os objectos, existindo independentemente do sujeito, podiam ser observados e explicados enquanto tais. A ideia de um universo de factos objectivos, depurados de todos os juízos de valor, de todas as deformações subjectivas, graças ao método experimental e aos procedimentos de verificação, permitiu o desenvolvimento prodigioso da ciência moderna»²⁵. Visto como fantasma, como simples reflexo do universo objectivo, o sujeito torna-se «ruído», é «a perturbação, a deformação, o erro, que é preciso eliminar a fim de

começam a ser sistematicamente postos em causa por «uma corrente informal»¹⁴, a que, por comodidade, se chamou «pós-modernismo». O saber da modernidade passa, desde então, a ser olhado com suspeição e estranheza. As construções teóricas sistemáticas, de validade universal, são crescentemente desautorizadas. A modernidade significara a liquidação dos particularismos e dos sistemas de crenças, em favor do racionalismo universalista. O pós-modernismo patenteia um inusitado interesse multicultural pelo accidental, pelo singular, pelo único, pelo individual, contrariamente às ciências sociais – especialmente ao seu núcleo nomotético –, que construíram o seu património epistémico e cultural sobre a irreduzibilidade do social ao individual.

As imprecações públicas contra os efeitos de algumas manifestações do pós-modernismo dão bem conta do mal-estar que se instalou na cultura contemporânea ocidental, na sequência da publicação das obras de Jean-François Lyotard (1979), Jürgen Habermas (1981) e Gianni Vattimo (1987). Um bom testemunho é o do famoso libelo de Alain Minc contra o comunitarismo emergente: «Deixámos de ter ideologia e servimo-nos desavergonhadamente da dos outros, ou seja, da dos grupos que recolheram os destroços do poder que abandonámos». Assim, «ligada por solidariedades materiais e valores comuns, a sociedade foi brutalmente desarticulada, deixando à vista, como seixos postos a descoberto pela maré, grupos, minorias e indivíduos», isto é, «assistimos a uma vitória da *comunidade* sobre a *sociedade*. A comunidade: eis o novo totem perante o qual nos inclinamos. Estaremos prontos a subscrever, sem disso nos apercebermos, o fim do universalismo, de que éramos, desde o século XVIII, os herdeiros?»¹⁵.

A sociedade de que fala Minc será a «sociedade industrial», ou então o Estado-nação, como entende A. Guidens¹⁶. As palavras de Alain Minc são apenas uma reacção às profundas alterações em curso, nomeadamente no tocante ao universalismo ocidental, atacado de eurocentrismo, mesmo nos seus alicerces. Num texto de 1978, o historiador e poeta jesuíta dos Camarões, Engelbert Mveng (1930-1995), afirmava: «O Ocidente, hoje, concorda connosco quando afirmamos que a via para a verdade passa por inúmeros caminhos que não o da lógica aristotélica e tomista ou o da dialéctica hegeliana. Há que descolonizar as próprias ciências sociais e humanas»¹⁷. Também o historiador argentino Luis Vitale afirmava, em 1992: «Baseada na concepção unilinear da história e no modelo eurocêntrico de desenvolvimento, a historiografia tradicional bloqueou a análise teórica das especificidades da América Latina [...]. Carecemos de uma teoria que explique a incidência da relação etnia-classe no nosso subcontinente indo-afro-latino»¹⁸.

atingir o conhecimento objectivo». Banido da ciência, «o sujeito desforra-se na moral, na metafísica, na ideologia» sendo assim «transcendentalizado»²⁶.

A este propósito, Schöringer perguntava, em 1959, por que razão «o nosso Ego que sente, que insiste e que pensa não é encontrado em parte alguma na nossa visão do mundo?». A resposta era evidente para Schöringer: «Ele próprio é esta visão do mundo; ele é idêntico ao todo e por isso não pode ser contido como uma parte deste todo», donde, conclui Edgar Morin, «o objecto pode ser tanto o espelho para o sujeito como o sujeito para o objecto [...]. O mundo está no interior do nosso espírito e este no interior do mundo. *Sujeito e objecto, neste processo, são constitutivos um do outro*»²⁷. Assim, «o sujeito deve permanecer aberto, desprovido de um princípio de resolubilidade nele mesmo; o próprio objecto deve permanecer aberto, de um lado sobre o sujeito, e do outro sobre o meio, o qual, por sua vez, se abre necessariamente e continua a abrir-se para lá dos limites do nosso entendimento»²⁸. A incerteza, a regressão da «objectividade», decorrente desta nova e complexa relação entre sujeito e objecto, constitui, assim, um estímulo para o conhecimento, e transporta consigo uma coerência e abertura epistemológicas: «Ao trazer consubstancialmente um princípio de incerteza e de auto-referência, traz nele um princípio autocrítico e auto-reflexivo; através destes dois traços, traz já nele a sua potencialidade epistémica»²⁹.

Estes debates demoraram algum tempo a chegar às ciências sociais. Não que os avanços da Física fossem desconhecidos e não tivessem sido entrevistas, mesmo que superficialmente, algumas das suas implicações, por exemplo, no labor historiográfico. Como nota José M. Amado Mendes, no início dos anos Quarenta, o historiador Marc Bloch deu-se conta de que a «atmosfera mental» em que vivia já não era a mesma devido «à teoria cinética dos gases, à mecânica einsteiniana, à teoria dos quanta», que «alteraram profundamente a ideia que ainda ontem toda a gente formava da ciência»³⁰. Por isso, aceitava «muito mais facilmente fazer da certeza e do universalismo uma questão de grau», como não sentia «já a obrigação de impor a todos um modelo intelectual uniforme, haurido nas ciências da natureza física; pois que até nesse domínio deixou de ser inteiramente aplicado»³¹.

Todavia, foi a temporalidade que dominou os debates e constituiu a maior dificuldade de entendimento no seio das ciências sociais, numa primeira fase, não as relações entre sujeito e objecto, a que voltarei adiante. Para Heidegger, «a existência humana funda-se no tempo»³², que o mesmo é dizer que o homem é produto do seu tempo. Em 1958, na véspera do movimento estruturalista – que pode ser visto como «uma tentativa de emancipação da história por parte das ciências sociais, reunidas sob a bandeira de uma ideologia científica a-histórica ou anti-

-histórica»³³ –, Fernand Braudel reivindica o carácter central da dimensão temporal na análise e na inteligibilidade dos factos sociais: «o passado e o presente esclarecem-se mutuamente, com uma luz recíproca»³⁴.

Assim, segundo Braudel, eram dois os procedimentos das ciências sociais para prescindir da explicação histórica: «um “actualiza” em excesso os estudos sociais, mediante uma sociologia empírica que desdenha de todo o tipo de história e que se limita aos dados do tempo e do trabalho de campo; o outro ultrapassa simplesmente o tempo, imaginando, no termo de uma “ciência da comunicação”, uma formulação matemática de estruturas quase intemporais»³⁵. Pelas mesmas razões, Braudel contestava igualmente a historiografia que se fundava apenas na busca do particular, do singular, da diferença, e se comprazia com o inédito, com o «acontecimento», sem registar as repetições, as recorrências, as «realidades inconscientes»³⁶. A partir de então, «o historiador quis ser – e fez-se – economista, sociólogo, antropólogo, demógrafo, psicólogo, linguista»³⁷.

Esta atitude leva-o a defender, com Lucien Febvre, «a história, ciência do passado, ciência do presente», pois «a história é uma dialéctica da duração; por ela, graças a ela, é um estudo do social, de todo o social e, portanto, do passado; e, por isso, também do presente, ambos inseparáveis». Desse modo, a história parece ser «uma dimensão da ciência social, formando corpo com ela [...]. Não tendem para a oposição, mas, sim, para a convergência», razão por que a sociologia é obrigada «a voltar-se para o passado, quer o queira, quer não»³⁸. Nessa medida, Braudel considera «impossível que o sociólogo se encontre deslocado nas oficinas de obras de história: reencontra aí os seus materiais, as suas ferramentas, o seu vocabulário, os seus problemas e as suas próprias incertezas»³⁹. Noutra passagem, Braudel enumera um extenso rol de disciplinas históricas e sociológicas que mostram bem «aquilo que os sociólogos procuram e o que nós, historiadores, fazemos»; que diferenças poderão existir entre a sociologia da arte e a história da arte, entre a sociologia do trabalho e a história do trabalho, entre a sociologia literária e a história da literatura, entre a sociologia da religião e a história da religião?

Braudel lamentava, também, que o historiador não prestasse «suficiente atenção aos signos sociais, aos símbolos, às funções sociais regulares e subjacentes», embora asseverasse tratar-se «de desfasamentos, de inadvertências, não de imperativos ou de exclusividade de ofício»⁴⁰. Também o vocabulário – «sinal fraterno dessas correspondências» – tendia a identificar-se de uma ciência para outra, «porque, cada vez mais, a problemática é a mesma, sob o signo cómodo de duas palavras de momento vitoriosas: *modelo e estrutura*»⁴¹.

Mas não era apenas a sociologia que se ressentia dos efeitos da restrição temporal; em sua opinião, a atenção dada à mais curta actualidade também mantinha bloqueado o pensamento económico. No caso do economista, isso resultou do facto de se ter posto mais explicitamente «ao serviço do actual, ao serviço dos governos»⁴². É evidente o esforço de Braudel para elevar a história ao estatuto de ciência social central...

Em 1961, dois anos depois da publicação do texto de Braudel, E. Shils escreveu: «À preteridade, como qualidade de um objecto, de uma acção individual, de um símbolo, ou de uma colectividade, não foi dado ainda um lugar na teoria sociológica. Isso não pode continuar assim»⁴³. Norbert Elias já compreendia isso, ao fundar «a sociologia sobre a história», de modo que «a sua maneira de fazer a história é sociológica»⁴⁴. Aos seus olhos, «as ciências sociais são ciências empírico-históricas, cujos esquemas explicativos não podem ser elaborados a partir de uma só visão sincrónica dos acontecimentos»⁴⁵. Desse modo, N. Elias critica a psicologia «por estudar o ser humano independentemente das estruturas e dos processos sócio-históricos, nos quais a sua experiência toma lugar, por não historicizar e não contextualizar o psiquismo», deplorando, na mesma medida, o desinteresse da história e das ciências sociais, em geral, pela dimensão psicológica dos processos sociais. É por isso que faz um apelo a uma “psicologia social da história”⁴⁶. Contudo, como sublinha Luc van Campenhout, «por ser interdisciplinar, nem por isso a análise de Elias deixa de assentar numa estrutura teórica precisa, relacional e processual, e, também, numa metodologia rigorosa»⁴⁷.

Entretanto, as preocupações com o «desenvolvimento» forneceram «uma base para que os cientistas sociais nomotéticos, anteriormente virados para o estudo do presente, comessem a ver uma justificação para o recurso a dados não contemporâneos», enquanto, por sua vez, os historiadores, seguindo a lição de Braudel – «começaram a perguntar-se se algumas das generalizações avançadas pelos cientistas sociais nomotéticos não poderiam ajudar a elucidar a sua compreensão – inclusivamente a sua compreensão hermenêutica – do passado»⁴⁸. A história transmuta-se e diversifica-se pelo uso diverso de muitos instrumentos das ciências sociais, como os métodos quantitativos, os conceitos analíticos como os de classe, expectativas de papéis sociais ou discrepâncias de estatuto social, modelos de transformação social, etc.

Desse modo, as relações entre a história e a sociologia engendraram, nas últimas décadas, depois da frouxa história social, três outras disciplinas-cruzamento que instituem, diversamente, o diálogo disciplinar: a história sociológica, a sociologia histórica e a sociologia retrospectiva⁴⁹. Para Hermínio Martins, «um

trabalho de história sociológica pode ser mais centrado sobre o período ou o país; um de sociologia histórica mais centrado sobre o problema ou o conceito, embora seja certo que tais distinções são rotineiras e pré-formadas⁵⁰. Mesmo assim, esse movimento, no sentido de uma cooperação mais estreita entre a história e as outras ciências sociais, «foi sempre um fenómeno minoritário»⁵¹. Mas não se limitou à sociologia. Disso são testemunho designações como a nova história económica, o novo institucionalismo, a antropologia histórica e geografia histórica, desenvolvendo-se, também, um conjunto de relações entre a história, a psicologia e a psicanálise, nomeadamente nos estudos biográficos.

Não foi por acaso que, em 1994, a revista *Annales* abandonou o subtítulo, *Économies, Sociétés, Civilisations*, que Lucien Febvre e Fernand Braudel lhe tinham dado, em 1929, para uma fórmula nova: *Histoire, sciences sociales*. O primeiro título da revista era *Annales d'histoire économique et sociale*. Como refere Jacques Revel, «o programa posto em prática, a partir de 1929, consigna uma dupla confrontação: de um lado, as aproximações multiplicadas do presente, que iluminam as ciências sociais, e que devem enriquecer os modelos de inteligibilidade do passado e, do outro, no sentido inverso, entre a experiência do passado e a interpretação do contemporâneo»⁵². Portanto, como enfatiza este historiador, é o tempo social que serve de eixo ao reencontro pluridisciplinar e interdisciplinar, pois «é hoje cada vez maior o número de revistas científicas de primeiro plano que deliberadamente ignoram as fronteiras disciplinares»⁵³.

Contudo, esses fenómenos fazem-se sentir de forma brutal em alguns saberes. Alguns acreditam na iminência de uma meta-narrativa redentora. Diz Ciro Flamarion Cardoso que «os últimos anos do século XIX caracterizaram-se por um mal-estar teórico e epistemológico entre os cientistas naturais, similar ao dos cientistas sociais da actualidade», com a agravante «de que as teorias disponíveis caducaram sobretudo porque o próprio objecto central – as sociedades contemporâneas – mudou e continua a mudar radicalmente»⁵⁴. Na verdade, naquela época «havia-se acumulado críticas numerosas e irrespondíveis às teorias vinculadas a uma visão newtoniana do universo. Mas só a partir de 1900, com a teoria quântica e depois a relatividade, um novo paradigma começaria a esboçar-se»⁵⁵.

Para Alain Touraine, aquilo que ele designa por «crise da sociologia» «atinge a sua própria definição»⁵⁶. Segundo este sociólogo, «já não existe um modelo reconhecido de análise dos actores sociais. Em sentido restrito, a sociologia deixou de existir: a sociologia clássica foi destruída e a sociologia puramente crítica só poderia autodestruir-se muito rapidamente», pois as chamadas «ciências naturais do homem» de inspiração estruturalista, «ocupam uma parte do domínio que

outrora pertenceu à sociologia. A história, como estudo concreto de conjuntos concretos, estende-se ao presente. A ciência política, seguindo as recomendações de Hannah Arendt, separa-se da sociologia; esta, privada de definição intelectual, afunda-se na insignificância ou no não-sentido do corporativismo»⁵⁷.

No domínio dos estudos das elites, também Giovanni Busino não esconde as dificuldades: «A sociologia contemporânea não consegue fazer melhor do que Vilfredo Pareto [1848-1923] que, como é sabido, quando discorria acerca da fenomenologia dos governantes, não dispunha de outros meios que não fossem os processos intuitivos ou, mais simplesmente, enunciativos»⁵⁸. Porém, contrariamente a Touraine, Busino considera que, «para não nos enganarmos no rumo, seria necessário que os historiadores, os politólogos, os sociólogos e os filósofos concordassem finalmente em trabalhar juntos»⁵⁹.

Tanto a integração do tempo (e do espaço), como a pluridisciplinaridade e a interdisciplinaridade desempenham um papel de charneira na abertura das ciências sociais e humanas, mas não atingem o âmago. Criam oportunidades, alargam possibilidades, mas, não obstante, parecem ser tão-só agentes de uma nova recomposição no seio do mesmo paradigma. A natureza intrínseca de cada disciplina continua incólume. É aí que as dificuldades mais se fazem sentir. No seu relatório, a Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais considerou que «os problemas mais sérios se têm dado com as três ciências marcadamente nomotéticas», pois, ao tomarem as ciências naturais como modelo, «elas alimentaram três tipos de expectativas que, na sua formulação universalista, se revelaram impossíveis de alcançar: a expectativa da previsibilidade e a expectativa do controlo, ambas assentes, por sua vez, na expectativa do rigor da quantificação»⁶⁰. O reconhecimento desta situação tem criado caminhos para a superação tateante da tradicional antinomia entre disciplinas nomotéticas e disciplinas idiográficas e para a reinvenção das ciências sociais.

De forma aparentemente oculta, a mudança está em curso. Em economia, tem-se hoje como falaciosa a capacidade para fazer previsões. Como mostra Paul Ormerod, «os agentes económicos, quer sejam eles indivíduos ou empresas, têm as suas regras comportamentais, quaisquer que elas sejam, no que respeita à tomada de decisão. Mas o efeito total destas regras, e o modo como os indivíduos reagem ao comportamento dos outros, parece produzir um resultado muito difícil de prever»⁶¹. Não obstante, as políticas económicas no Ocidente, porque «sofrem da ilusão do controlo», «continuam a ser dominadas pelas previsões económicas de curto prazo»⁶². As relações entre a economia e a sociologia, as duas «irmãs inimigas», por exemplo, estão atravessando uma fase nova. Depois de historiar as fases

da «rivalidade» entre estas duas disciplinas, José Manuel Lopes da Silva Moreira «recusa a dicotomia entre a economia, como escolha sem normas, e a sociologia, como normas sem escolha, buscando antes conciliar a noção de norma que guia o comportamento com a noção de escolha racional». Para o referido sociólogo, urge «uma maior integração da economia, direito, filosofia moral, sociologia e ciência política»⁶³.

Também no domínio da história, o hegemónico «paradigma iluminista» é criticado por diversas e heterogéneas correntes, forjadas no quadro da grande desilusão que foi a história recente: milhões de mortos em guerras, armas químicas e atómicas, a fome como arma, Auschwitz, Gulag, genocídios, a «banalidade do mal», como lhe chamou Hannah Arendt, em 1963, destruição do meio ambiente, enorme fosso entre um punhado de ricos e milhões de pobres, etc. É na consciência destes fenómenos que assenta o descrédito da ideia de progresso. J.-F. Lyotard é eloquente a este propósito: «O projecto moderno (da realização da universalidade) não foi abandonado e esquecido, mas destruído, “liquidado”. Há diversas formas de destruição, diversos nomes que a simbolizam. “Auschwitz” pode ser considerado como um nome paradigmático para o “inacabamento” trágico da modernidade. “Auschwitz” é o crime que inaugura a pós-modernidade. Mas a vitória da tecnociência capitalista sobre os outros candidatos à finalidade universal da história humana é outra maneira de destruir o projecto moderno, dando o ar de o realizar. O domínio do sujeito sobre os objectos obtidos pelas ciências e pelas tecnologias contemporâneas não se faz acompanhar nem por mais liberdade, nem por mais educação pública, nem por mais riqueza melhor distribuída»⁶⁴.

O êxito da «história como ciência», que marcou profundamente o labor historiográfico do século XX, é especialmente tributário dos contributos do marxismo e da historiografia dos *Annales*, especialmente com Marc Bloch (1886-1944), Lucien Febvre (1878-1956) e Fernand Braudel (1902-1985). A marca deste grupo é tão impressiva que, como refere Peter Burke, depois dos *Annales* jamais a historiografia foi a mesma⁶⁵. Apesar de «oculta», a influência marxista sobre a corrente principal da história foi de tal modo profunda que, como sublinha Eric Hobsbawm, «com frequência, é hoje impossível distinguir se determinada obra foi escrita por um marxista ou por um não marxista»⁶⁶.

Para o materialismo histórico, como enfatiza Ciro Flamarion Cardoso, o objecto do conhecimento é algo que existe por si mesmo, «não é constituído pelo sujeito». Por outro lado, a teoria marxista do conhecimento «implica necessariamente uma vinculação epistemológica dialéctica entre presente e passado». Também a natureza e a história «aparecem como subsistemas da realidade do

mundo, ambos em movimento autodeterminado, mas, por outro lado, vinculado um ao outro». Sendo como é um «evolucionismo complexo, multilinear», o marxismo postula a existência de leis tendenciais da história, mas cognoscíveis⁶⁷.

Por seu lado, a concepção historiográfica dos *Annales* assenta sobre a crença no carácter científico da história, ainda que entendida como ciência em construção (Os mesmos desígnios fundaram outras revistas, como a *Past and Present*, durante muito tempo com o subtítulo «a journal of scientific History»)⁶⁸. Daí a apologia de uma «história-problema» em oposição a uma «história-narração», ou «história-crónica». Entre as suas características principais, avultam: 1. a ambição de querer «formular uma síntese histórica global do social, explicando a vinculação existente entre técnicas, economia, poder e mentalidades», posição que é claramente tributária do marxismo; 2. o não reconhecimento de fronteiras entre as ciências sociais, embora o marxismo seja mais radical quanto à unidade delas e 3. a «abertura preferencial dada aos aspectos colectivos, sociais e repetitivos do processo sócio-histórico, substituindo a anterior fixação em indivíduos, elites e factos irrepetíveis: daí o interesse maior pelas temáticas económicas, demográficas e relativas às mentalidades colectivas»⁶⁹.

Para lá de não disporem de uma teoria da mudança social, os historiadores dos *Annales* diferem dos seus colegas marxistas pela subalternização da teoria em favor da metodologia⁷⁰. De resto, como há muito foi notado, apesar do grande relevo dado à história económica, é «deficiente o domínio da teoria económica e da quantificação explicativa, com recurso preferencial à quantificação descritiva» e a economia «é circunscrita aos intercâmbios e ao comércio, como o conseqüente esquecimento das produções agrícola e industrial»⁷¹. Todavia, as críticas referidas situam-se no mesmo paradigma.

Ao recusar qualquer meta-narrativa, a pós-modernidade abriu o caminho à «morte dos centros». Nessa medida, no extremo, não mais poderíamos falar de História, mas apenas de histórias «de» e «para» grupos nelas implicados. No plano da história, isso significaria uma rejeição do carácter analítico, estrutural ou macro-estrutural e explicativo da «história-problema» – apodado de cientista –, incapaz de gerar espaço para o irracional, para o acaso e para o subjectivo⁷². Em sentido diversos, e até contraditórios, procede-se à desmontagem dos discursos, à sua arqueologia, à sua genealogia, procurando-se, nesse processo, descobrir os seus verdadeiros interesses, projecto que é, para retomar uma fórmula de Paul Ricoeur, o de uma suspeição sistemática: «o que dizes não é o que pareces dizer, nem sequer o que julgas dizer»⁷³.

A centragem sobre o sujeito, como actor social e como observador do social, decorrente do princípio hermenêutico da dualidade natureza/cultura, desau-

toriza os critérios e as formas de validação habituais. Naturalmente, esta nova condição tem gerado uma indisfarçada inquietação, levando alguns sectores a reagir violentamente. Diz Alex Callinicos que, visto de certo ângulo, o pós-modernismo revela-se como resultado da trajectória pessoal de intelectuais da «geração de 1968»: «de portadores de esperanças revolucionárias desiludidas, muitos deles passaram ao abandono da crença na possibilidade de uma transformação social global; daí, ao apoio entusiástico a movimentos parcializados de luta ou reivindicação (feminismo, regionalismo, movimento *gay*, ecologismo, movimento negro, etc.) [...], desembocaram por fim na social-democracia, no neoconservadorismo ou no neoliberalismo»⁷⁴. Outros acusam o movimento pós-moderno de lançar a disciplina histórica na irrelevância e num relativismo radical, decorrente de um certo desleixo teórico e metodológico – apesar de aqui e ali afirmarem que o movimento se funda diversamente nas filosofias de Hegel, Nietzsche, Heidegger, Husserl, ou de seus epígonos –, o que levou C. Flamarion Cardoso a afirmar que os pós-modernos costumam ser «mais apodícticos e retóricos do que argumentativos»⁷⁵. Bem diferente é a atitude de Natalie Zemon Davis, segundo a qual dispomos hoje de distanciamento suficiente para olharmos de forma diferente, tanto Marx como alguns outros «que se inspiraram em questões por assim dizer pós-marxistas, extremamente interessantes e estimulantes»: «eles ajudaram-nos a combater a visão do mundo como um mero texto e a lembrar-nos como é importante o conflito para a compreensão de uma cultura»⁷⁶.

Na verdade, a discussão em torno da subjectividade tem conduzido o pensamento contemporâneo, na recusa militante de um extremo fáctico e objectivista, não raras vezes, ao outro extremo: o da relativização subjectivista. Deslocar o interesse do *objecto* para o *sujeito* (continuando a sustentar a separação sujeito/objecto, como se fossem entidades estranhas) conduziria a um niilismo de nula validade epistemológica, e à assunção de uma irracionalidade arbitrária e destruidora. De resto, já em 1962, Raymond Aron advogava a necessidade da «recusa do dogmatismo de um sistema universal verdadeiro das sociedades, e recusa da relatividade integral das interpretações sociológicas»⁷⁷. Mas nada justifica as palavras de Alex Callinicos e de Flamarion Cardoso, que celebram a exclusão do outro, a dificuldade em conviver com o diferente. São palavras desesperadamente presas à grande desilusão do século XX...

Diante do «perigo de um crescente hermetismo suscitado pela preservação, de origem cientista, de um discurso seco, tenso, repetitivo, depurado de *poiesis*», Rui Bebiano defende que «o acto comunicante parece de facto precisar, no campo da história, de se manter aberto a uma renovação, rápida e constante, das suas

ferramentas e das suas linguagens»⁷⁸. Apoiando-se nas reflexões, tanto de Nietzsche como de um variado grupo de historiadores (R. G. Collingwood, Hayden Whyte, Dominick LaCapra, Paul Veyne, Lawrence Stone, François Furet, Philippe Carrard, Michel Certeau, José Mattoso, Maria de Fátima Bonifácio, entre outros), Rui Bebiano defende uma «história como género literário», uma «história como poética», retendo dos autores citados um conjunto de possibilidades para uma melhor compreensão das dificuldades do labor do historiador, resultantes, tanto da opacidade, parcialidade e carácter ficcional dos documentos e dos testemunhos, como da natureza do discurso histórico, que, em sua opinião, deve assumir a dimensão «poética» da demanda narrativa do *que* e do *como*, «liberta da ganga cientista, inevitavelmente árida e limitada», cativa da pressão do *porquê*.

Lembra Bebiano que, para Collingwood, o bom profissional de história deveria ser também, necessariamente, um bom contador de histórias, porque a história foi sempre e será para sempre, na sua essência, uma forma de «representação da experiência passada», que exigia, por isso mesmo, um conjunto de qualidades no domínio da capacidade comunicativa⁷⁹. A este propósito, Asa Briggs afirmou: «Nunca acreditei que a história só ocupasse lugar nas ciências sociais, pois penso que o historiador dever usar tanto a *evidência social* quanto a *evidência literária*», pois, a literatura pode dar-nos três coisas: «acesso a experiências comuns, que, caso contrário, ficam perdidas; pode também revelar experiências individuais e relacioná-las com as comuns; e pode, finalmente, transcender, até certo ponto, essas experiências e tratar de questões universais da vida humana»⁸⁰.

Segundo Hayden Whyte, a escrita da história é «uma construção feita pela própria escrita»; por seu lado, Lawrence Stone sublinha que, no momento em que escrevem, os historiadores estão diante do que chamou de «princípio da indeterminação», isto é, são tantas as variáveis que as formas de interpretação e de descrição serão também praticamente infinitas⁸¹. Nessa medida, Rui Bebiano realça a importância da imaginação do «historiador-poético». É que «ao redefinir dinamicamente os limites da evidência e das formas da linguagem através dessa imaginação se articula, na sua prática disciplinar, com os dados objectivos, [e] cria condições para transformar, e não simplesmente para confirmar, a própria compreensão do mundo passado e presente»⁸². Desse modo, «todo o valor que a história possui acabará sempre por passar pela relação daqueles que a fabricam e o seu público». Por isso, este autor defende que uma «história escrita, atraentemente escrita, de uma forma assumidamente narrativa, pode vir também ao encontro do leitor interessado em conhecer ou em compreender aspectos do passado, por meio de um discurso que o presente se encontra em condições de descodificar e de integrar»⁸³.

Além de definir a história como «um saber e não propriamente como uma ciência», também José Mattoso releva «a qualidade da forma, a habilidade na escolha e interpretação dos dados e a carga poética no sentido global»⁸⁴. Não é por acaso que Mattoso defende o carácter autobiográfico do discurso histórico, chegando, nessa medida, a considerar «a necessidade de escrever em nome próprio e na primeira pessoa», como forma de «relativizar, quer a experiência da apreensão do conhecimento histórico, quer as fórmulas escolhidas para o transmitir»; sendo também «uma forma de convidar à crítica, de abrir o debate, de exprimir a provisoriedade de toda a descoberta, e, por isso mesmo, de comunicar com o leitor»⁸⁵. Também nesta linha, Georges Duby escreveu: «Desde há um certo tempo que emprego cada vez mais nos meus livros a palavra “eu”. É a minha maneira de advertir o leitor. Não pretendo transmitir-lhe a verdade mas sugerir-lhe o provável, colocar à sua frente a imagem que eu faço, honestamente, do verdadeiro»⁸⁶.

Na verdade, o narrador faz sempre parte da narrativa. Alguns autores classificam o sujeito narrador em dois tipos, a saber, «narrador na primeira pessoa e narrador na terceira pessoa. Opondo-se a esta classificação, Mieke Bal diz que durante o acto de narrar, o narrador pode optar pela primeira ou terceira pessoa. Contudo, considera que em qualquer dos casos tanto a primeira como a terceira pessoa são ambas “eu”, pois ainda que a narrativa esteja na terceira pessoa, o discurso narrativo poderia ser sempre precedido por “Eu narro.” Além disso, o uso da linguagem implica a existência de um locutor que articule, e esse locutor terá de ser, forçosamente, um “eu”»⁸⁷.

No texto já citado, Ciro Flamarion Cardoso conclui dizendo que «as ciências sociais, entre elas a história, não estão condenadas a escolher entre teorias deterministas da estrutura e teorias voluntaristas da consciência, sobretudo considerando tais posturas em suas modalidades unilaterais e polares; nem a passar de uma ciência frequentemente mal conduzida – comprometida com teorias defeituosas de causa e de determinação e com uma análise estrutural unilateral – às evanescências da “desconstrução” e ao império exclusivo do relativismo e da micro-análise»⁸⁸. Diferentemente, mais próximo de uma posição transdisciplinar, «poética», no sentido etimológico da palavra, que vem da grega *poiein*, que significa conciliação de contraditórios⁸⁹, Rui Bebianno considera que o «reconhecimento da dimensão plural das metodologias aplicáveis na prática historiográfica parece ser a forma de a retirar do impasse» em que se encontra, «admitindo e praticando a história como saber próprio mas híbrido, que combina dados e imaginação, e o faz com rigor e com arte, afastando-se da estéril presunção da certeza e oferecendo-se ao interesse das pessoas que, por prazer ou vontade de conhecer – mas de prefe-

rência pelos dois motivos combinados – por ela se interessam, para ela são conquistadas, de alguma maneira a integram nas suas vidas»⁹⁰. Diversa, também, é a opinião de Immanuel Wallerstein ao afirmar: «En plus de l'opération, somme toute "normal", qui consiste à la *repenser* sans cesse, je crois nécessaire de nos défaire de la science sociale que nos a léguée le XIX^e siècle et en quelque sorte de l'*impenser*. En effect, pour l'essentiel, ses présupposés – hypothèses à mom sens trompeuses et restrictives – ont encore sur nos mentalités une bien trop forte emprise. Ces présupposés, on y vit un temps une libération pour l'esprit, mais aujourd'hui ils constituent l'obstacle théorique majeur à une analyse vraiment féconde du monde social»⁹¹.

Vivemos, na verdade, divididos entre dois mundos: um que conhecemos, mas que já não existe, e «outro» que está em devir, em busca de novos vocabulários. Nessa medida, esta dissertação é atravessada pelas hesitações, pelas dificuldades e pelos desafios que se colocam hoje às ciências sociais. Da opção pela problemática à escolha e tratamento das fontes, da opção pelos limites temporais e geográficos à estrutura expositiva, ela resulta das circunstâncias do meu percurso biográfico, como homem e como cidadão, e do tempo que tenho vivido, pelo que considero redutor olhá-la apenas como um estudo de história sociológica ou de história económica e social. Na verdade, esta dissertação de doutoramento é bem mais do que isso, é de algum modo a forma como vejo o mundo, é matéria dos meus sonhos, das realizações e também de algumas desilusões.

2. Objecto e sujeito implicados

Elites e Industrialização na sub-região da ria de Aveiro, 1864-1931 era o título do plano inicial desta dissertação de doutoramento. Tinha como objectivo a caracterização das elites regionais e do processo industrializador, no espaço e tempo enunciados, bem como a compreensão dos processos de influência mútua. Procurava, desse modo, contribuir para um melhor conhecimento da sociedade e da economia desta sub-região, e, em última instância, no quadro das relações entre pólos e periferias, concorrer para a identificação dos momentos, dos mecanismos e dos actores determinantes para a afirmação regional, levada a cabo pela cidade de Aveiro, durante a segunda metade do século XIX e todo o século XX.

No tocante às elites industriais, buscava construir os fundamentos de um quadro prosopográfico: origens sociogeográficas, diversidade dos processos de formação e de afirmação social, nomeadamente a caracterização e tipificação das trajectórias, dos conflitos, dos modos de pressão ou influência das decisões polí-

ticas locais, procurando averiguar como, regionalmente, as elites do «país essencialmente rural» condicionaram, passiva ou activamente, a formação e ascensão de um muito heterogéneo grupo de fundadores e dirigentes de empresas industriais de natureza também muito diversificada. No que ao processo industrializador diz respeito, pretendia, para lá do necessário inventário das empresas, conhecer os ramos de actividade mais inovadores e os que lançaram as bases de especialização regional, tentando compreender ou, tão-só, abrir os caminhos para a compreensão dos bloqueios à sua expansão, durante o período histórico considerado.

Após ano e meio de pesquisa no Arquivo Distrital de Aveiro, onde foram vistos cerca de 6700 livros de «actos e contratos», depois de um longo tempo de tratamento dessa informação notarial e da leitura de 90 títulos da imprensa local, seguidas de uma avaliação do volume e natureza dos acervos de alguns dos restantes arquivos (municipais, empresariais, etc.), cheguei à conclusão de que deveria introduzir uma correcção no título, precisando melhor a estratégia (quicá mais modesta) entretanto adoptada, sem me querer afastar, todavia, das problemáticas inicialmente enunciadas. Dada a grande dimensão da massa documental reunida, depois de uma hesitação, que me consumiu imenso tempo no inventário e estudo das relações entre empresas e empresários dos três sectores de actividade, acabei por circunscrever o campo de análise apenas ao heterogéneo conjunto de actividades socioeconómicas que a Classificação das Actividades Económicas rotula como «indústrias transformadoras», ainda que o trabalho entretanto realizado tenha sido muito útil para esclarecer dúvidas, iluminar opções, fundamentar afirmações, mostrar complexo aquilo que parecia simples e, finalmente, para me permitir perceber a natureza e evolução dessas actividades, na sua correlação estreita com os restantes sectores de actividade, durante o período histórico considerado, como mostro no capítulo 5.

A decisão de não incluir as actividades relacionadas com a construção civil, com a construção naval e a produção e transporte de electricidade e gás para iluminação pública, resultou da verificação de que iria repetir, no essencial, o que já tinha afirmado em estudos anteriores, sobre aquelas actividades³². No tocante à produção de electricidade, surgiu uma empresa de vida efémera, que perante dificuldades financeiras foi municipalizada, como mostrei num outro estudo, publicado em 1999³³. Desse modo, acabei por pôr de parte a produção de gás para iluminação, que teve, entre 1889 e 1917, uma unidade fabril, em Aveiro, gerida por um técnico da empresa proprietária, com sede no Porto. Localmente, é escassa a informação produzida sobre essa fábrica e nada acrescenta ao que já tinha afirmado no referido estudo sobre os Serviços Municipalizados em Aveiro.

Das elites locais em geral, privilegiei apenas um grupo heterogéneo, que protagonizou, nesta sub-região, as etapas mais decisivas da história da Empresa, essa inovação extraordinária, especialmente na forma jurídica de responsabilidade limitada, sem a qual, como proclamou Nicholas Murray Butler, «até o vapor e a electricidade seriam reduzidos à total impotência»⁹⁴. Optei pelo plural, porque o objecto de estudo não é a Empresa e o Empresário, em termos gerais e abstractos, mas um grupo numeroso e diverso de unidades industriais, independentemente da sua dimensão, e de empreendedores concretos, que nasceram e agiram num contexto espaço-temporal determinado.

Nos últimos anos, um elevado número de investigadores de formação distinta – sociólogos, psicossociólogos, historiadores, antropólogos, economistas, politólogos e filósofos – tem dado uma «prioridade absoluta», nos estudos sobre elites, «às investigações empíricas», em detrimento da clássica procura de «indicações indispensáveis para a verificação das leis relativas aos processos sócio-históricos» e de «descoberta das uniformidades das formas de produção e de reprodução da “classe dirigente” ou da “elite política”, que ora se opunha, ora se identificava com a primeira»⁹⁵. Por isso, tratei de proceder ao inventário de sociedades e societários, deixando, para uma segunda fase, outras fontes como a imprensa, os arquivos municipais, de empresa, de escola e de família.

Cedo verifiquei que, sem um inventário dos empresários e das empresas criadas, dificilmente poderia conhecer a natureza dessa industrialização incipiente e as características das elites locais, assim como a essência das relações entretecidas, atendendo ao envolvimento de muitos responsáveis políticos na formação do tecido empresarial, mormente no das indústrias, e da correspondente participação de diversos industriais na configuração do poder municipal como do movimento associativo local. Alguns desses nomes assumiram até cargos dirigentes no Governo e no Parlamento. Não foi por acaso que, especialmente após a I Guerra Mundial, quando a indústria ainda estava longe de ter uma posição de centralidade económica e social, um crescente número de periódicos começa a atribuir uma importância superlativa às fábricas para o desenvolvimento, assumindo alguns industriais – enquanto industriais, não enquanto meros «proprietários» – um lugar de destaque nas colunas dessa imprensa, o que constituiu então uma novidade absoluta, nesta sub-região.

Mesmo assim, da extensa relação de indivíduos que fundaram e dirigiram essas empresas industriais, quer em sociedade quer em nome individual, apenas um número muito reduzido consta das páginas dos periódicos. Pude então confirmar o que já entrevira em estudos anteriores e outros autores conhecem de sobejo:

por motivações ideológicas e culturais, os diversos títulos da imprensa local praticamente ignoraram alguns ramos de actividade de grande relevância para o processo industrializador, silenciando a acção dos seus protagonistas, em favor de outros de escassa repercussão económica e social. As razões, nem sempre expressas, filiavam-se nas ideologias dominantes neste período. As empresas dirigidas por (poucos) estrangeiros ou fundadas por indivíduos oriundos de outras localidades, as que tivessem sido criadas por industriais que militavam ideias políticas diferentes ou que auferissem lucros elevados eram frequentemente silenciadas.

Fica apenas um exemplo, que os mais são referidos ao longo do texto. A importante fábrica de pasta de papel do Caima, onde se assiste, pela primeira vez, na sub-região estudada, à separação entre a propriedade do capital e o controlo da empresa, é mencionada em cerca de meia dúzia de pequenas notas, na imprensa de Albergaria-a-Velha; os periódicos dos restantes concelhos ignoram-na completamente. De resto, o noticiário da imprensa local deste período quase ignora os restantes concelhos, mesmo os vizinhos. Em contrapartida, sobre as fábricas de louça e de cerâmica decorativa, muitas delas pequenas oficinas apenas, foi possível reunir cerca de quatro centenas de recortes de jornal. Os empresários da terra, do partido, do círculo de amigos, os que se exibissem ou publicitassem a sua filantropia, os que dessem bodos aos pobres e assinassem ou de algum modo subvencionassem a sobrevivência desses jornais, com anúncios, adquiriam o direito à posteridade em breves notas biográficas, por vezes com fotografia, nessas páginas amarelecidas de papel friável. A identificação e compreensão dos mecanismos de formação e afirmação destas elites empresariais está, na verdade, juncada de dificuldades resultantes dos mecanismos ideológicos e políticos de selecção social da época.

Por razões conexas, também a historiografia regional, que vivia paredes-meias com a museologia, a história da arte, a etnografia e a literatura, prolongou os silêncios sobre certas actividades. Tal situação decorre da aversão que esses investigadores tinham ao dinheiro e a toda a cultura que a sociedade capitalista engendrava, com tudo o que tinha de equívoco e verdadeiro aos seus olhos. Isso explica, em parte, o predomínio de estudos ou simples testemunhos sobre actividades como a cerâmica artística, o cristal, o mobiliário, os tecidos, as rendas, a ourivesaria, e a ausência completa de trabalhos sobre saboarias, adubos, curtumes, serrações, serralharias, fundições, etc. A familiaridade desses historiadores com diversas figuras dos poderes municipal e distrital explicará uma espécie de auto-censura aceite bem patente nas suas obras.

Mas parece ter havido outras razões para o silêncio que se abate sobre muitas fábricas. Por vezes, até a imprensa defensora do processo industrializador

fazia segredo de aspectos inovadores dessas unidades, frequentemente com receio de que essa publicidade prejudicasse as empresas locais. Em 1916, exortando as oficinas de fabricação de ferragens a aproveitarem as dificuldades colocadas pela I Guerra Mundial à importação de fechaduras de gaveta, a *Independência de Águeda* dizia a dado passo: «Não entremos em mais detalhados comentários, e alguns bem interessantes poderíamos fazer, mas o nosso espírito requintadamente bairrista não nos permite uma larga divulgação desta indústria, que bem poderia ir fazer despertar qualquer energia latente»⁹⁶. Mesmo assim, como se pode ver ao longo do texto, a imprensa foi decisiva para a realização deste trabalho, permitindo esclarecer o que as escrituras notariais, por vezes, ocultavam.

O inventário das sociedades formadas ao longo do período histórico considerado, sem esquecer as empresas nascidas e exploradas em nome individual, permitiu conhecer os nomes dos indivíduos, saber a proveniência geográfica e a distribuição sectorial da maioria, a mobilidade dos seus interesses, as suas ocupações socioprofissionais, os investimentos realizados, os cargos de direcção e, em muitos casos, as afinidades familiares, as cumplicidades político-partidárias ou associativas e até mesmo a diversa consideração social. Mas o amplo quadro prosopográfico delineado necessita de mais estudo e investigação. De quando em vez, a documentação compulsada deixa entrever relações familiares (e partidárias) entre dirigentes de empresas e indivíduos colocados na banca, nas associações comerciais e industriais e no poder autárquico.

3. Quadro geotemporal

Como disse, o projecto desta dissertação de doutoramento teve, desde início, um âmbito regional. Pretendia contribuir para um melhor conhecimento regional do nosso país, procurando igualmente dar continuidade aos estudos já realizados por José M. Amado Mendes⁹⁷, Lucília de Jesus Caetano⁹⁸, Alda Mourão Filipe⁹⁹ e António Rafael Amaro¹⁰⁰, sobre a Região Centro. Há muito que Amado Mendes enfatiza a necessidade de, metodologicamente, se «dar maior relevo à elaboração de monografias, por ramo de indústria, área ou localidade», como considera urgente igualmente «completar as monografias “gerais” – sobre localidades, *zonas ou áreas específicas* –, com aspectos concernentes à indústria, tão frequentemente esquecidos»¹⁰¹.

Por outro lado, concordando com as «razões para regionalizar», de que fala Luís Valente de Oliveira¹⁰², não obstante a existência dos estudos referidos, fiz

minhas as palavras de Arsénio Mota quando afirmava, em 1998: «Falta realmente no país toda uma cultura de matriz regional, uma cultura em que a entidade região seja objecto de abordagens múltiplas e frequentes, enquanto matéria de conhecimento, por exemplo da história, da economia, da geografia humana, do folclore, etc., num dado espaço. Sentimos que o país se decompõe como um mosaico, de regiões identificáveis, mas são muito raros [...] os estudos de qualquer espécie que contemplem algum aspecto caracterizado de uma destas partes constituintes do todo nacional. Existem, sim, estudos de incidência local, municipal, distrital ou nacional, portanto zonas reconhecidas como áreas administrativas, e escasseiam os estudos incidentes numa região enquanto entidade cultural»¹⁰³. Foram estas as motivações iniciais para a delimitação geográfica do presente estudo.

Partindo da hipótese de que a ria de Aveiro teria sido decisiva na configuração económica, social e cultural dos concelhos envolventes, dada a importância superlativa que lhe atribuem diversos testemunhos conhecidos, decidi tornar esse acidente o centro do espaço geográfico a estudar, pelas razões que explico pormenorizadamente no capítulo 1.

Para a escolha da primeira data do âmbito temporal em apreço foram decisivos estudos anteriores sobre a importância do caminho-de-ferro na configuração desta sub-região. Num trabalho (não publicado) sobre o teatro em Aveiro, escrevi: «O segundo período da história do teatro nesta cidade inicia-se em Abril de 1864, com a chegada do caminho-de-ferro e a construção do primeiro teatro verdadeiramente público, o Teatro dos Artistas Aveirenses, ou Teatro da Rua do Rato, em 1867. A chegada do comboio trouxe consigo grandes transformações na vida da cidade. O teatro ressentiu-se disso. As touradas tornaram-se frequentes – o comboio passou a transportar touros e «capinhas» contratados na capital –, os grandes circos, os espectáculos com feras, animais «nunca vistos» e toda uma infindável lista de outros espectáculos, exposições, concertos musicais, espectáculos de ginastas, tocadores, ventríloquos, anões, ilusionistas, malabaristas e prestidigitadores que, assim, deixavam de se deslocar penosamente em alimárias, como os almoceves, entre Lisboa e Porto, dando espectáculos pelo caminho. Também se tornava possível ir ao teatro a Coimbra, pois, como referia a imprensa aveirense, bastava as pessoas “meterem-se no comboio das cinco da tarde, e quando menos o pensarem estão no teatro da mimosa filha do Mondego, da Luza Atenas”»¹⁰⁴. Alguns textos publicados no final de Oitocentos atribuíam ao caminho-de-ferro um papel decisivo na transformação dos fluxos comerciais. Daí a escolha da data de 1864, muito embora, para o esclarecimento de diversas actividades, tenha iniciado a pesquisa alguns anos antes.

Noutro estudo, pude verificar que, na segunda metade da década de 1851-1860, o poder político e económico da cidade era dominado por uma elite esclarecida, com sólidas ligações ao poder central¹⁰⁵. Os mesmos grupos haviam lançado as bases do associativismo patronal – a Associação Comercial de Aveiro fora criada em 1858, mas é efectivamente em 1864 que se inicia a sua actividade institucional, não deixando de ser, todavia, um «clubes» restrito.

Concomitantemente, verifiquei a coincidência, nesta década, de outros fenómenos, mormente os de ordem política, económica e cultural, constitutivos do processo de formação do Estado moderno e do crescimento contemporâneo, que confirmam a importância da segunda década da Regeneração. Nesses anos, foram promulgados alguns importantes diplomas de natureza económica e social. Em 1863 foi abolida a antiga instituição dos vínculos. Em 1867 é aprovada a importante Lei de 22 de Junho sobre sociedades anónimas. Como referem Eugénia Mata e Nuno Valério, «esta lei substituiu a regra da necessidade de autorização governamental para a existência duma sociedade anónima pela da completa liberdade de fundação deste tipo de sociedades: a sua existência legal passou apenas a depender de um processo de registo»¹⁰⁶. Em 1867, o primeiro Código Civil substitui as Ordenações Filipinas e é abolida a pena de morte, na qual tiveram intervenção relevante Manuel José Mendes Leite (1809-1887) e António Luís de Seabra (1798-1895)¹⁰⁷. Por fim, resta sublinhar que, depois do lançamento dos primeiros alicerces, desde 1851, a industrialização portuguesa vai prosseguir a ritmo um pouco mais acelerado, a partir da década de 1870¹⁰⁸. Importava saber que papel esta sub-região teve nesse processo de modernização, apesar de estar consciente da força centrípeta das cidades de Lisboa e Porto.

Para a decisão da escolha da segunda data, foram igualmente decisivos os trabalhos que realizei nos anos anteriores, nomeadamente sobre a indústria cerâmica, não obstante saber que a maioria dos estudos sobre o século XIX têm como limite o início da I Guerra Mundial. Queria perceber o impacto que a I Guerra Mundial teve neste espaço geográfico. À falta de uma data como 1864, a escolha de 1931 foi um tanto arbitrária, pois não pretendia estabelecer um limite de natureza estritamente política. Como sabemos, o condicionamento industrial estabelece um novo paradigma de relacionamento entre o Estado e as empresas. Concebido originariamente como instrumento anticrise, o condicionamento industrial nasce, de facto, após o movimento de 28 de Maio de 1926, «bem antes do eclodir da crise mundial de 1929-1935, e apresenta-se nos textos legais, desde logo, como um instrumento de política industrial destinado à reorganização de alguns poucos sectores de actividade: moagem (1926), resinosas (1927) e conser-

vas de peixe (1928)»¹⁰⁹. A «primeira notícia que dele encontramos – diz o seu historiador, José Maria Brandão de Brito – está incluída no Preâmbulo e na Base 5.^a do Decreto n.º 12 051 de 31 de Julho de 1926¹¹⁰. Por isso, o Decreto n.º 19 354, de 14 de Fevereiro de 1931 – diploma que institui formalmente o Condicionamento Industrial – «não representou nem uma ruptura nem uma inovação: representou quase só o alargamento de âmbito e o refinamento dos mecanismos que, fazendo já parte da tradição e dos hábitos do Governo da Ditadura, se viram consagrados após a institucionalização do regime»¹¹¹. A partir de então, não confiando na iniciativa particular, o Estado vai exercer a sua «acção tutelar, criando uma organização, ditando regras, evitando liberdades excessivas ou, por outras palavras, exigindo, como em tudo, ordem e disciplina»¹¹².

De resto, o condicionamento industrial era apenas parte de uma política que alterou a relação entre o Estado e as empresas. Dela fazem parte, outras medidas, como a reforma dos impostos, concluída em 1929, a promulgação de uma nova pauta alfandegária¹¹³.

4. Utilização das fontes notariais

Num estudo de Irene Maria Vaquinhas e Fernando Taveira da Fonseca afirmam que a utilização das escrituras notariais, «de forma autónoma, maciça e serial, se encontra no nosso país numa fase muito embrionária»¹¹⁴. Ora, como se pode ver, no presente estudo utilizei, de «forma autónoma, maciça e serial», a documentação notarial dos municípios em torno da ria de Aveiro, recorrendo uma ou outra vez a escrituras de outros arquivos distritais.

Em certa medida, foi esse o método que adoptei, como já assim procedera para a realização dos estudos anteriores, nomeadamente sobre a construção civil, a construção naval e as ferragens de Águeda. Para esta dissertação, realizei um levantamento exaustivo dos actos e contratos com importância para a compreensão do tecido empresarial, como constituições e dissoluções de sociedades de todos os sectores de actividade, cessões de quotas, alterações de pactos sociais, contratos de empreitada diversos (na construção civil e na construção naval), ajustes de trabalho, contratos de concessão, trespasses, acordos entre empresas e empresários, etc. Desprezei apenas um número reduzido de ajustes, como as chamadas «sociedades familiares», que envolviam uma extraordinária diversidade de actividades, das agrícolas às comerciais, sem esquecer as de simples convivência sob o mesmo tecto (não deixando, todavia, de atentar na natureza desses documentos, pois, sob

a designação de «sociedades familiares» estão por vezes sociedades de outra natureza e, de algum modo, as «sociedades civis particulares», entre proprietários agrícolas, para a utilização da água de rios e ribeiros para rega.

Assim, por razões evidentes, foram excluídos desse inventário sistemático os milhares de contratos de compra e venda e de empréstimos, que constituem o grosso dos fundos notariais, de partilhas e testamentos, excepto se a relação com as empresas em apreço fosse evidente, quer nos sumários dos livros notariais, quer nos textos das escrituras inventariadas. Essas escrituras são absolutamente decisivas para a compreensão de muitos fenómenos, mas um trabalho dessa índole não caberia numa dissertação com os objectivos desta.

Ainda que concorde plenamente com J.-P. Poisson, que considera que «os actos notariais formam como que um sistema uno, integrado, em que as diversas escrituras se relacionam entre si como se se tratasse de um conjunto de vasos comunicantes»¹¹⁵, os inconvenientes das decisões tomadas não terão fragilizado nem comprometido a estratégia desta dissertação. Contudo, as informações contidas nas escrituras de compra e venda, como nas de partilhas, testamentos e empréstimos fornecem informação suplementar de grande importância, algumas vezes fundamental, para a compreensão de fenómenos variados, mormente a formação do capital social, bem como a sua proveniência.

A análise dos textos das escrituras permite enunciar um conjunto de características comuns. Antes de mais, sublinho o facto de conterem uma apreciável quantidade de erros, omissões que obscurecem a compreensão de muitos dos actos e contratos que reportam. Mesmo assim, globalmente, a informação desses documentos possui uma relevância cultural incontornável. Muitas vezes, a natureza dos contratos é juridicamente mal informada; em muitas escrituras, os notários terão tido influência decisiva na sua redacção, o que explica, por exemplo, que algumas escrituras sejam cópia textual de outras redigidas pelo mesmo notário pouco tempo antes.

Por vezes, um erro numa escritura é corrigido noutra, celebrada dias depois, ou, o omissão numa escritura de constituição de sociedade é aclarado, por exemplo, numa outra de alteração do pacto social¹¹⁶. Fica um exemplo, entre muitos: em 3 de Outubro de 1908, na constituição de uma sociedade, em Águeda, foram omitidas as quotas dos dois sócios. Em 11 de Novembro desse mesmo ano, foi celebrada uma escritura de aditamento ao documento fundador para correcção daquela omissão. Mas este exemplo não é a regra, como raros são os casos em que os «erros» das escrituras patenteiam fenómenos de luta pelo controlo das sociedades por parte de um ou mais sócios. Muitos erros jamais foram corrigidos, nomea-

damente a indicação do capital social, assim como as informações referentes a negócios sem existência legal.

Mas as omissões mais penalizadoras para uma melhor compreensão dos propósitos dos sócios fundadores, como para uma avaliação dos desempenhos das empresas são as que se relacionam com a sua gestão, lacuna que impôs muito cuidado nesse domínio. Se em muitas das escrituras de constituição de sociedades é feita uma descrição minuciosa das competências de cada um dos elementos activos das empresas, noutras, nem sequer possuímos uma qualquer referência breve a esses aspectos. Especialmente nos casos em que as escrituras tornavam legal o que já existia de facto.

Essas e outras omissões são menos frequentes, após a publicação da Lei de 4 de Abril de 1901. A partir de então, a informação das escrituras de constituição das sociedades torna-se mais completa, organizada e sistemática, embora as referências explícitas à Lei, nas escrituras, só se torne recorrente após a I Guerra Mundial. Nas décadas anteriores, a informação é apresentada de forma muito desorganizada, e quando se estava perante negócios de escassa dimensão económica, as cláusulas eram reduzidas ao mínimo, não sendo mesmo indicados os valores em presença, nem a natureza das sociedades. Por isso mesmo, algumas vezes fui obrigado a deduzir a sua natureza jurídica a partir dos termos usados nos contratos ou a procurar noutras fontes os elementos em falta, nomeadamente na publicidade. Em muitas circunstâncias, sabemos os nomes dos societários, o valor dos capitais envolvidos, a forma de partilha dos dividendos e pouco mais.

Não obstante, a maior dificuldade para o tratamento da informação das escrituras residiu, não nos problemas salientados, mas na natureza das actividades económicas então existentes. Qualquer tentativa de uniformização e de tratamento informático sistemático de inúmeros campos deparou sempre com um obstáculo de monta: a não especialização e a sobreposição de actividades, fenómenos que atravessam todo o arco de tempo estudado, bem visíveis na indústria transformadora – que alia frequentemente a fabricação à comercialização, por vezes, de dois ou mais produtos afins –, e especialmente no pequeno comércio, o que explica a espantosa diversidade da informação reunida. Esse fenómeno apreende-se nas lacunas, nas hesitações da terminologia e nas mínimas alterações das fórmulas, nas designações dos cargos e funções, das profissões ou ocupações profissionais, o que dificultou, por exemplo, o tratamento estatístico da informação relativa aos modelos de gestão enunciados nas escrituras, tantas eram as «fórmulas» adoptadas, ainda que algo haja em comum entre elas.

5. O texto como colagem de histórias

A classificação de actividades económicas mais utilizada, desde que Colin Clark a sugeriu, em 1941¹¹⁷, continua a ser a dos três sectores, uma vez que um sector de actividade apresenta características de proximidade tecnológica e rendibilidade diferenciada. Assim, como referem vários autores, o sector secundário agrupa as indústrias transformadoras, a produção e distribuição de electricidade, de gás e de água e a construção¹¹⁸.

No entanto, como enfatiza José Mata, «a lógica de organização dos sectores é diferente da lógica dos mercados. Em vez de ser uma lógica baseada na substituíbilidade ao nível da procura, a organização dos sectores baseia-se na substituíbilidade ao nível da oferta». Isto é, «os sectores agrupam empresas que produzem produtos semelhantes do ponto de vista da tecnologia e não do ponto de vista das necessidades que satisfazem»¹¹⁹. Desse modo, segundo este autor, as empresas são classificadas num ou noutro sector em função da sua actividade principal, sendo afectada a esse sector toda a sua produção, o que significa que «a produção desse sector estará sobreavaliada e que as produções dos sectores secundários dessa empresa estarão subavaliadas»¹²⁰. Pese embora esta e outras limitações, a classificação baseada nos sectores continua a ser utilizada, até porque também «tem algumas vantagens do ponto de vista da estratégia dos mercados»¹²¹.

As divergências mais visíveis, contudo, residem na inclusão de algumas actividades num ou noutro sector. Assim, alguns autores consideram a exploração mineira, por exemplo, como uma actividade do sector secundário, havendo mesmo quem insira nesse sector a pesca do bacalhau. A este propósito, o geógrafo Fernando Chagas Duarte lamenta que o conceito de *indústria de bacalhau* continue a ser sinónimo de pesca, actividade primária inequívoca, mesmo tendo a ele associada a primeira fase de transformação da salga»¹²².

Em Portugal, o Instituto Nacional de Estatística divulga informação sobre os sectores de actividade de acordo com a *Classificação Portuguesa das Actividades Económicas* (CAE); na sua última revisão, aprovada em 1993, foi compatibilizada com a classificação usada a nível europeu pelo Eurostat – a NACE¹²³.

Como se pode ver, a estrutura da CAE marcou deliberadamente a construção do texto, com adaptações pontuais. As actividades industriais estudadas integram a Secção D, com excepção da refinação de sal marinho (código 14403), que integrei, não nas actividades extractivas, mas nas indústrias alimentares, e a fabricação de mobiliário metálico (código 36142), que tornei parte integrante das indústrias metalúrgicas. Desse modo, reduzi a arbitrariedade e a

dificuldade de leitura dos textos, criando condições de confronto das actividades do período histórico em apreço com dados mais recentes, apesar das evidentes incompatibilidades técnicas e económicas, da débil especialização da economia do período estudado e da nem sempre fácil determinação das actividades principais das sociedades inventariadas.

Depois do capítulo 1, onde esboço um quadro geográfico, económico, social e cultural da sub-região estudada, entendida, não como um cenário, mas como complexo produto cultural, a um tempo resultado e agente das transformações verificadas, juntei três capítulos que formam um extenso tríptico das actividades industriais, três grandes colagens de muitas histórias de êxitos e de fracassos, de sonhos e realizações de homens e mulheres que ousaram tornar realidade os seus sonhos de melhoria das condições das suas vidas e de transformação do seu tempo. No último capítulo, procedi a uma sumária sistematização dos dados reunidos, procurando estabelecer correlações e leituras, não obstante a pouca fiabilidade da contabilidade realizada, pelas razões que nesse texto exponho.

De facto, como sublinham diversos historiadores, uma tão vasta massa documental como a que utilizei não dá, por si só, garantia de veracidade, de facticidade, apesar do esforço realizado para a redução de erros e omissões. Pela minha parte, procurei construir um quadro plausível, sujeito naturalmente a correcções e confirmações, consciente de que nessa tarefa, como diz P. Delattre, «é muito raro que aquele que pratica a ciência respeite com rigor os princípios sobre os quais pretende fundá-la» e que, por isso mesmo, «acontece até, muito frequentemente, que as falhas a estes princípios reconhecidos constituam a origem de ideias inovadoras que serão mais tarde exploradas por outros».¹²⁴

NOTAS

¹ Eduardo Gil Bera, *História das más ideias*, 2005, p. 7.

² Serge Moscovici *apud* Rafael Gomes Filipe, *Modernidade. Crítica da modernidade e ironia epistemológica em Max Weber*, 2001, p. 156.

³ Alain Touraine, *O retorno do actor. Ensaio sobre sociologia*, 1996, p. 17.

⁴ *Apud*, Philippe Bernoux, *A Sociologia das Empresas*, s. d., p. 18.

⁵ *Idem, op. cit.*, p. 33.

⁶ Jean-Paul Colleyn, *Elementos de antropologia Social e Cultural*, 2005, p. 83.

- ⁷ Immanuel Wallerstein *et al.*, *Para abrir as ciências sociais. Relatório da Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais*, 1996, p. 45.
- ⁸ *Idem, op. cit.*, p. 49.
- ⁹ *Idem, op. cit.*, p. 31 e 44-45.
- ¹⁰ *Idem, op. cit.*, p. 45.
- ¹¹ David S. Landes, *A riqueza e a pobreza das nações [...]*, 2001, p. 2.
- ¹² *Ibidem.*
- ¹³ Immanuel Wallerstein *et al.*, *Para abrir as ciências sociais [...]*, 1996, p. 59-61.
- ¹⁴ Jean-Paul Colleyn, *Elementos de antropologia social e cultural*, 2005, p. 79.
- ¹⁵ Alain Minc, *Cartas abertas aos nossos novos senhores*, 2004, p. 8 e 11-13. *Itálicos meus.*
- ¹⁶ Anthony Guiddens, *As consequências da modernidade*, 1992, p. 10.
- ¹⁷ Immanuel Wallerstein *et al.*, *Para abrir as ciências sociais [...]*, 1996, p. 84.
- ¹⁸ Luis Vitale, *Introducción a una teoría de la historia para América latina*, 1992, p. 11.
- ¹⁹ Alain Touraine, *O retorno do actor. Ensaio sobre sociologia*, 1996, p. 55.
- ²⁰ Jean-Paul Colleyn, *Elementos de antropologia social e cultural*, 2005, p. 81-82.
- ²¹ *Idem, op. cit.*, p. 80.
- ²² *Idem, op. cit.*, p. 81.
- ²³ Cf. Thomas S. Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas*, 1998.
- ²⁴ Basarab Nicolescu, *O manifesto da transdisciplinaridade*, 2000, p. 20.
- ²⁵ Edgar Morin, *Introdução ao pensamento complexo*, 1991, p. 48.
- ²⁶ *Idem, op. cit.*, p. 48-49.
- ²⁷ *Idem, op. cit.*, p. 51. *Itálico meu.*
- ²⁸ *Idem, op. cit.*, p. 53.
- ²⁹ *Idem, op. cit.*, p. 54.
- ³⁰ *Apud*, José M. Amado Mendes, *A história como ciência*, 3.^a ed., 1993, p. 13.
- ³¹ *Ibidem.*
- ³² Hermínio Martins, *Hegel, Texas e outros ensaios de teoria social*, 1996, p. 108.
- ³³ Jacques Revel, «Histoire et sciences sociales: une confrontation instable», 1995, p. 75-76.
- ³⁴ Fernand Braudel, *História e ciências sociais*, 1972, p. 34.
- ³⁵ *Idem, op. cit.*, p. 29-30.
- ³⁶ *Idem, op. cit.*, p. 129-131.
- ³⁷ *Idem, op. cit.*, p. 131.
- ³⁸ *Idem, op. cit.*, p. 133-135.
- ³⁹ *Idem, op. cit.*, p. 135.
- ⁴⁰ *Idem, op. cit.*, p. 138.
- ⁴¹ *Ibidem.*
- ⁴² *Idem, op. cit.*, p. 31.
- ⁴³ *Apud* Hermínio Martins, *Hegel, Texas e outros ensaios de teoria social*, 1996, p. 113.
- ⁴⁴ Luc van Campenhoudt, *Introdução à análise dos fenómenos sociais*, 2003, p. 125.
- ⁴⁵ *Ibidem.*
- ⁴⁶ *Idem, op. cit.*, p. 126.

- ⁴⁷ *Ibidem.*
- ⁴⁸ Immanuel Wallerstein *et al.*, *Para abrir as ciências sociais* [...], 1996, p. 64-65.
- ⁴⁹ Hermínio Martins, *Hegel, Texas e outros ensaios de teoria social*, 1996, p. 136-138.
- ⁵⁰ *Idem, op. cit.*, p. 136-138.
- ⁵¹ Immanuel Wallerstein *et al.*, *Para abrir as ciências sociais* [...], 1996, p. p. 70.
- ⁵² Jacques Revel, «Histoire et sciences sociales: une confrontation instable», 1995, p. 74.
- ⁵³ Immanuel Wallerstein *et al.*, *Para abrir as ciências sociais* [...], 1996, p. 103.
- ⁵⁴ Ciro Flamarion Cardoso, «História e paradigmas rivais», 1997, p. 13.
- ⁵⁵ *Ibidem.*
- ⁵⁶ Alain Touraine, *O retorno do actor. Ensaio sobre sociologia*, 1996, p. 19-21 e 41.
- ⁵⁷ *Idem, op. cit.*, p. 20. Sobre a problemática da história do presente, *vide* Dominique Schnaper, «Le temps présent entre histoire et sociologie», 1992, p. 49-60.
- ⁵⁸ Giovanni Busino, *Élites et elitisme*, 1992, p. 118.
- ⁵⁹ *Idem, op. cit.*, p. 120.
- ⁶⁰ Immanuel Wallerstein *et al.*, *Para abrir as ciências sociais* [...], 1996, p. 76.
- ⁶¹ Paul Ormerod, *Economia borboleta*, 2000, p. 103-120.
- ⁶² *Ibidem.*
- ⁶³ José Manuel Lopes da Silva Moreira, «A velha disputa entre economistas e sociólogos», 1996, p. 106.
- ⁶⁴ Jean-François Lyotard, *O pós-modernismo explicado às crianças*, 1987, p. 32-33.
- ⁶⁵ Peter Burke, *A escola dos Annales (1929-1989). A revolução francesa da historiografia*, 1997, p. 127.
- ⁶⁶ Eric Hobsbawm, *Sobre la historia*, 1998, p. 175.
- ⁶⁷ Ciro Flamarion Cardoso, «História e paradigmas rivais», 1997, p. 5.
- ⁶⁸ Rui Bebiano, *Sobre a história como poética* [em linha], 2000 [consult. em Dezembro de 2006], disponível em WWW: <<http://ruibebiano.net/docs/estudos/hpoetica.pdf>>.
- ⁶⁹ Ciro Flamarion Cardoso, «História e paradigmas rivais», 1997, p. 8 e José M. Amado Mendes, *A história como Ciência*, 1993, p. 64-66.
- ⁷⁰ José M. Amado Mendes, *op. cit.*, p. 76-78.
- ⁷¹ José M. Amado Mendes, *op. cit.*, p. 76-78.
- ⁷² Ciro Flamarion Cardoso, «História e paradigmas rivais», 1997, p. 15-16.
- ⁷³ Luc Ferry, «Modernidade e sujeito», 1991, p. 236.
- ⁷⁴ *Apud* Ciro Flamarion Cardoso, «História e paradigmas rivais», 1997, p. 17.
- ⁷⁵ *Idem, op. cit.*, p. 19.
- ⁷⁶ Natalie Zemon Davis, «Natalie Zemon Davis», in *As faces da história*, 2000, p. 92.
- ⁷⁷ Raymond Aron, *Dezoito lições sobre a sociedade industrial*, 1981, p. 23.
- ⁷⁸ Rui Bebiano, *Sobre a história como poética*, 2000, p. inum.
- ⁷⁹ *Apud* Rui Bebiano, *op. cit.*
- ⁸⁰ Asa Briggs, «Asa Briggs», in *As muitas faces da história*, 2000, p. 39. *Itálicos meus.*
- ⁸¹ *Ibidem.*
- ⁸² Rui Bebiano, *Sobre a história como poética*, 2000, p. inum.

- ⁸³ *Ibidem*.
- ⁸⁴ José Mattoso, *A Escrita da história. Teoria e métodos*, 1988, p. 21 e 28-42.
- ⁸⁵ *Idem, op. cit.*, p. 29.
- ⁸⁶ Georges Duby, *A história continua*, 1992, p. 55.
- ⁸⁷ Jorge Alves, «Narrador», in Carlos Ceia (coord.), *E-Dicionário de termos literários* [em linha], 2005 [consult. em Abril de 2007], disponível em www: < <http://www.fcsh.unl.pt/edtl/index.htm>>.
- ⁸⁸ Ciro Flamarion Cardoso, «História e paradigmas rivais», 1997, p. 23.
- ⁸⁹ Basarab Nicolescu, *O manifesto da transdisciplinaridade*, 2000, p. 71.
- ⁹⁰ Rui Bebiano, *Sobre a história como poética*, 2000, p. inum.
- ⁹¹ Immanuel Wallerstein, *Impenser la science sociale por sortir du XIX^e siècle*, 1995, p. 9.
- ⁹² Manuel Ferreira Rodrigues, «A construção civil em Aveiro, 1860-1930. Notas para a sua compreensão histórica», 1998, p. 303-342 e *idem*, «A lenta emergência da Empresa e do Empresário na construção naval em Aveiro e Ílhavo, no início do século XX», 2001, p. 141-151.
- ⁹³ Manuel Ferreira Rodrigues, *Os Serviços Municipalizados de Aveiro, 1924-1999*, 1999.
- ⁹⁴ *Apud* John Micklethwait e Adrian Wooldrige, *A Empresa. Breve história de uma ideia revolucionária*, 2006, p. 18.
- ⁹⁵ Giovanni Busino, *Élites et elitisme*, 1992, p. 116 e 118.
- ⁹⁶ «Ageda no futuro», *Independência de Águeda*, n.º 705, 29 de Julho de 1916, p. 1, c. 2.
- ⁹⁷ José M. Amado Mendes, *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, 1984.
- ⁹⁸ Lucília de Jesus Caetano, *A indústria no distrito de Aveiro. Análise geográfica relativa ao eixo rodoviário principal (EN n.º 1), entre Malaposta e Albergaria-a-Nova*, 1986.
- ⁹⁹ Alda Maria Martins Mourão Filipe, *A formação do tecido empresarial na área económica de Leiria, 1836-1914*, 2000.
- ¹⁰⁰ António Rafael Amaro, *Economia e desenvolvimento na Beira Alta dos finais da Monarquia à II Guerra Mundial (1890-1939)*, 2006.
- ¹⁰¹ José Amado Mendes, «A indústria portuguesa no século XIX. Achegas para o seu estudo», 1985, p. 30. *Itálico* meu.
- ¹⁰² Luís Valente de Oliveira, *Novas considerações sobre a regionalização*, 1997.
- ¹⁰³ Arsénio Mota, «Estudos regionais – uma abordagem», *Pela Bairrada*, 1998, p. 117.
- ¹⁰⁴ Manuel Ferreira Rodrigues, *O teatro em Aveiro, 1856-1881*, 1990.
- ¹⁰⁵ *Idem*, *A Associação Comercial de Aveiro e o estado da barra em meados do século XIX*, 1998.
- ¹⁰⁶ Eugénia Mata e Nuno Valério, *História económica de Portugal. Uma perspectiva global*, 1994, p. 149.
- ¹⁰⁷ Marques Gomes, «Abolição da pena de morte», 1907.
- ¹⁰⁸ Jaime Reis, *Atraso económico português, 1850-1930*, 1993, 157-180 e José Amado Mendes, «Etapas e limites da industrialização», 1993, p. 363-364.
- ¹⁰⁹ José Maria Brandão de Brito, *A industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965). O Condicionamento Industrial*, 1989, p. 112.
- ¹¹⁰ O Decreto n.º 12 051 de 31 de Julho de 1926 «modifica o regime cerealífero e vem influenciar toda a evolução do sector moageiro». Os decretos n.º 13 133, de 3 de Fevereiro de

1927, e n.º 14 495, de 28 de Agosto desse mesmo ano, impedem o aparecimento de novas empresas na indústria resinera e determinam a «imprescindibilidade do Estado no sector» (*Ibidem*).

¹¹¹ José Maria Brandão de Brito, *A industrialização portuguesa no pós-guerra* [...], 1989, p. 116.

¹¹² Relatório de apresentação do Decreto n.º 21 815 de 31 de Outubro de 1932.

¹¹³ Nuno Luís Madureira, «O Estado, o patronato e a indústria portuguesa (1922-1957)», 1998, p. 777-822.

¹¹⁴ Irene Maria Vaquinhas e Fernando Taveira da Fonseca, «Os actos notariais como fonte para a história económica e social», 2000, p. 55.

¹¹⁵ J.-P. Poisson, *apud* Irene Maria Vaquinhas e Fernando Taveira da Fonseca, «Os actos notariais como fonte para a história económica e social», 2000, p. 57.

¹¹⁶ Entre outros, ver ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 575-151, fls. 67 v.-68.

¹¹⁷ C. Clark, *Les conditions du progrès économique*, 3.ª ed., 1960.

¹¹⁸ Entre outros, *vide* Alain Beitone *et al.*, *Dicionário de Ciências Económicas*, 1997, p. 274.

¹¹⁹ José Mata, *Economia da empresa*, 2.ª ed. 2002, p. 360-363.

¹²⁰ *Ibidem*.

¹²¹ *Ibidem*.

¹²² Fernando Chagas Duarte, «As secas do bacalhau, ontem e hoje», 2001, p. 319.

¹²³ O novo quadro de actividades económicas, a CAE-Rev. 2, cuja estrutura foi publicada no *Diário da República*, n.º 112, I série A, p. 2539-2560, a coberto do Decreto-Lei n.º 182/93, de 14 de Maio, foi harmonizado com a Nomenclatura Estatística das Actividades Económicas da União Europeia, no âmbito do Regulamento n.º 3037/90, de 9 de Outubro, das alterações introduzidas pelo Regulamento n.º 761/93, de 24 de Março (Cf. *Classificação Portuguesa das Actividades Económicas* (CAE-Rev. 2), 1993, p. 3). Só depois de construída a base de dados tive conhecimento da classificação internacional das actividades económicas ISIC Rev 3.1, agora que já está completa a ISIC Rev 4, como se pode ver em WWW: <<http://unstats.un.org/unsd/cr/registry>>.

¹²⁴ Pierre Delattre, «Teoria/modelo», *Enciclopédia Einaudi*, vol. 21, 1992, p. 228.

CAPÍTULO 1

O ESPAÇO COMO PRODUTO DE UMA CULTURA

O espaço interessa-nos como elemento condicionador da formação de uma colectividade. Mas o espaço geográfico pode e deve ser perspectivado de forma diferente: para nós, o espaço é o produto de uma cultura, não é um dado natural, à superfície do qual se produziram fenómenos de cultura¹.

1. Da valorização do espaço à problemática da sua delimitação

Ensinou Orlando Ribeiro que «ao espaço abrangido pela distribuição de determinado fenómeno convém reservar a designação de *área* e ao seu contorno a de *limite*»; assim, falamos «da área de dominância do pinheiro bravo, do predomínio do milho entre os cereais, da propriedade muito dividida, das grandes densidades da população e do povoamento disperso [...]»². Mas é evidente «que uma ordem de factos, só por si, não define uma *região geográfica*. A área de alguns elementos preponderantes será mais extensa, outros, característicos de outras regiões, virão interferir nesta, etc. Por isso, não deve confundir-se *área* com *região*»³.

Pondo de parte as grandes divisões da Geografia geral, como *área*, *zona* e *domínio*, que, por serem «demasiado vastos, encerram, sob a tonalidade geral, muita variedade de territórios – as áreas representam apenas a repartição de ele-

mentos» –, o nosso geógrafo precisa o conceito de *região*, distinguindo *regiões geográficas*, *regiões económicas* e *regiões históricas*. As *regiões geográficas*, que Orlando Ribeiro prefere à expressão *regiões naturais*, no plano físico, são determinadas pela posição, clima e relevo, sendo a acção do homem marcante, em termos regionais, no que respeita à vegetação e ao povoamento; as *regiões económicas* ou *humanas*, que carecem de unidade física e histórica, pelo que são «instáveis de mais, no tempo e no espaço, para poder[em] servir de quadro ao estudo regional»; finalmente, as *regiões históricas*, formadas pelos estados e suas divisões interiores, patenteiam frequentemente uma falta de sentido geográfico e de unidade económica⁴.

Todavia, a lição de Orlando Ribeiro tem sido um tanto ignorada. Primeiro, por razões que radicam na nossa tradição cultural e científica, responsáveis pelo carácter assimétrico do relacionamento entre a Geografia e outras disciplinas, nomeadamente a História (Orlando Ribeiro analisou o entrelaçamento das duas disciplinas com base na análise das «obras de mais larga projecção cultural» de historiadores, como Oliveira Martins, Jaime Cortesão e António Sérgio, entre outros, concluindo que «deram os geógrafos mais atenção à História do que os historiadores à Geografia»⁵. Depois, por razões que relevam das extraordinárias transformações sociais, políticas, económicas, técnicas e culturais verificadas especialmente na segunda metade do século XX, que estão na origem da pasmosa explosão de disciplinas, de tendências, de cruzamentos e revisões críticas em muitas áreas do saber, a começar pela própria Geografia⁶. Não espanta, pois, que nesta «surdez especializada» em que vivemos, neste «processo de babelização», indutor das incertezas epistemológicas que experienciamos actualmente, os conceitos de *região* e *sub-região* possuam significados bem diferentes nos diversos ramos científicos⁷.

Essas mudanças conduziram a uma diversa valorização do *espaço*, que foi perdendo o carácter de suporte passivo para assumir as características de uma determinante activa. Em Economia, por exemplo, só recentemente a variável *espaço* mereceu atenções de desagregação, sendo hoje evidente que «a determinante espacial no desenvolvimento económico é tão fundamental como o tempo»⁸. No entanto, como refere José Luís Cardoso, a literatura económica do século XVIII, nomeadamente com Richard Cantillon (1755), «oferece-nos inúmeros e notáveis exemplos dessa presença pioneira do espaço no raciocínio económico»⁹. Assim, segundo este autor, foi a influência «dos preceitos iluministas acerca da necessidade de informação, observação e experiência, como instrumentos de uma fundamentação empírica do conhecimento, que ditou uma acrescida receptividade relativamente aos procedimentos de inventário e descrição, que implicavam uma dispo-

bilidade para se percorrer e captar o espaço e o território natural e social»¹⁰. Em economia abstracta, segundo Claude Ponsard ou Walter Isard, as funções da oferta e da procura, a propensão para o consumo, o investimento, etc. aparecem como grandezas não localizadas; os mercados, as empresas são analisados sem preocupações com a sua localização e a sua dimensão¹¹. Ou – como sintetiza José Luís Cardoso –, o espaço «limita-se a ser o meio geográfico e social que enquadra o exercício da actividade económica, condicionando-a exogenamente, mas sem no entanto adquirir o estatuto de variável endógena, explicativa»¹².

De facto, o entendimento da importância desse estatuto não tem parado de se alargar nos estudos regionais, nomeadamente nos domínios da inovação, das culturas técnicas e, naturalmente, no campo das políticas locais de desenvolvimento. Os estudos das décadas mais recentes, nomeadamente os de Philippe Aydalot ou Alberto Bramanti, têm vindo a sublinhar a importância que a dimensão espacial adquiriu nos estudos sobre inovação, decisiva para o desenvolvimento e manutenção da competitividade de empresas e territórios¹³. Assim, segundo Bramanti, «o desenvolvimento das regiões não depende apenas da capacidade evidenciada para atrair empresas, mas, fundamentalmente, da capacidade para promover iniciativas locais, criando um tecido de novas formas que possibilitem a dinâmica territorial da inovação», pois, «contrariamente à imagem schumpeteriana do empresário inovador, que actua de forma isolada e competindo com os rivais a fim de obter (mesmo que transitoriamente) uma vantagem monopolista», segundo Aydalot, são os «meios que empreendem e inovam»¹⁴.

Numa perspectiva mais vasta, depois de afirmar que «o espaço é um factor constituinte das dinâmicas económicas, na medida em que contém saberes e culturas técnicas, gera relações de interdependência entre actores locais e dá-lhes capacidades para se inserirem de modo mais forte em relações exteriores, de escala mais ampla do que a do meio que lhes serve de origem», José Reis salienta: «O espaço é, também, naquilo que representa enquanto produto e produtor de relações densas e estruturadas, *um objectivo a ter em conta nas lógicas de organização das economias e nos processos de mobilização dos actores e dos recursos*», pois «*a especificidade territorial faz sempre parte da matriz das relações económicas* e é um factor favorável para aqueles que a usem como argumento de competitividade»¹⁵ (paradoxalmente, a Internet enfatiza a importância do espaço consagrando a sua anulação).

Mas, se cientificamente se tornou consensual a importância do espaço, a sua caracterização e especialmente a sua delimitação têm sido geradoras de divergências, fundamentalmente devido ao grande número de disciplinas e interesses envolvidos na análise e no planeamento regionais. De resto, como assinala Marcel

Roncayolo, num artigo de natureza enciclopédica, «a tradição, estabelecida em particular pela Geografia, no princípio deste século [XX], transmitiu o hábito de juntar um adjectivo à palavra “região”, a fim de qualificar deste modo o grupo de fenómenos que traduzem a unidade territorial. Regiões *naturais*, regiões *históricas*, regiões *económicas*, regiões *administrativas*, regiões *urbanas* [...]»¹⁶. Gaetano Ferro realça o facto de *os vários autores falarem linguagens diferentes* e prevalecer «o interesse de alcançar certos fins: por um lado, há o interesse de delimitar as diversas partes do território (como se no reino da natureza e no mundo do homem pudessem existir limites nítidos, traduzíveis por uma linha no mapa); por outro lado, visa-se identificar uma “região” adequada à realização de determinados programas económicos, sociais e políticos»¹⁷. É pertinente a anotação de A. Simões Lopes de que «as divisões regionais variarão mesmo quando as preocupações forem de ordem disciplinar estrita», razão por que as divisões geográficas de Barros Gomes, fundador da «Geografia científica», em Portugal (1878), são tão diferentes das de Amorim Girão (1933), Lautensach (1937), Orlando Ribeiro (1945) ou Caldas e Loureiro (1966)¹⁸.

Assim, a diversa consideração dos critérios de *homogeneidade*, *polarização* e *planeamento* foi sucessivamente determinando a definição das *regiões formais* (que realçam os aspectos relacionados com uma determinada variável, física, económica, social ou política), das *regiões funcionais* (cuja delimitação «envolve o agrupamento de unidades geográficas contíguas que revelem um grau de interdependência elevado) e das *regiões-plano* (que resultam de «compromissos» entre as vantagens da homogeneidade e da polarização, ditados por objectivos de natureza política)¹⁹.

Essa diversidade terminológica terá levado A. Simões Lopes, por exemplo, a considerar *área* e *região* como equivalentes, embora faça uso corrente da segunda («Há *áreas* ou *regiões* em que se concentra a maior parte da actividade industrial em detrimento de outras; e mesmo dentro dessas regiões há sub-regiões [...]») ²⁰. Por seu lado, cónscio das inúmeras dificuldades, qualquer que fosse o critério adoptado (administrativo, geográfico ou económico), José M. Amado Mendes preferiu o termo *área*, adjectivado, para o estudo da «*área industrial de Coimbra*», na «*zona de influência*» da cidade do Mondego²¹. Colocando a ênfase mais na Geografia Económica que na Geografia Física, este historiador afirmou que o conceito de *área económica*, que «tem sido mais utilizado por economistas que por historiadores», «permite valorizar os aspectos inter-relacionais, designadamente: as comunicações e os transportes, o fornecimento ou o abastecimento de matérias-primas, produtos ou serviços de índole diversa»²². De resto, este autor utiliza

expressões como *área comercial* e *espaço industrial* usadas por historiadores como Pierre Léon, François Perroux ou Pierre Cayez e sociólogos como A. Georges e Achilles G. Theodorson.

Diversa foi a opção de David Justino, porque diferente foi o desafio. Começando por afirmar que «não será de todo impertinente a ideia de que a noção de *região* estará para a Geografia, tal como as de *sistema* ou *estrutura* estão para as ciências sociais, nomeadamente a Sociologia e a Economia», no seu estudo sobre o *espaço económico nacional*, este autor aproxima-se da noção de *região polarizada* de Jacques Boudeville, na linha de François Perroux, para a compreensão dos papéis das cidades de Lisboa e Porto, no século XIX²³.

Para o estudo económico e social de espaços económicos de menor dimensão, outros autores propõem terminologia diferente. Para Mário Silva, a expressão *sistema produtivo local* «tem sido utilizada a propósito de espaços, regra geral de dimensão inferior à das regiões (regiões plano, regiões político-administrativas), em que as evoluções económicas e sociais evidenciam a importância de lógicas e comportamentos territorializados, isto é, em que *a especificidade de um dado território é uma variável explicativa importante do processo de desenvolvimento*»²⁴.

No conjunto, essa terminologia topografa a emergência da Ciência Regional. De formação recente, considerada uma ciência de síntese, «situada na encruzilhada das ciências económicas, da Geografia, da Sociologia, das Ciências Políticas, do Direito, do Urbanismo e mesmo da Antropologia»²⁵, a Ciência Regional é expressão da complexidade das transformações políticas, técnicas, económicas e sociais das últimas décadas. No seu centro de gravidade, enfatiza Georges Benko, «encontramos a ciência económica e, sobretudo, um ramo especializado, a economia espacial, cujo objectivo principal é a localização das actividades económicas, o comportamento espacial das empresas, a contabilidade territorial, etc.»²⁶.

Mas as divergências persistem. No quadro das reflexões sobre *Desenvolvimento Regional* – expressão que propõe em vez da de Economia Regional –, A. Simões Lopes recusa a sujeição da Ciência Regional a uma análise estritamente disciplinar, assente na Economia ou noutra qualquer disciplina. Desse modo, para além da consideração óbvia da variável espaço e da interdependência regional, este autor defende um sistema aberto, interdisciplinar, nas Ciências Sociais, na medida em que «não há questões ou fenómenos exclusivamente económicos», como «poucos haverá que sejam exclusivamente sociais» – «se quisermos, há problemas sociais, naturalmente com aspectos económicos, sociológicos, políticos, institucionais, técnicos, culturais, etc.»²⁷.

2. A ria de Aveiro – matriz da identidade regional

O território que é objecto desta dissertação tem como «centro» o espaço da Ria de Aveiro e dos cursos de água que nela desaguam. Segundo as divisões da primeira metade do século XX, esse território abarca três sub-regiões da Beira Alta – a *Marinha* ou *Beira-Mar*, a *Ribeira do Vouga* e a *Gafanha* –, que formam um conjunto de heterogeneidade reduzida, hoje polarizado em torno da cidade de Aveiro. A Beira Alta «vai do Douro a Alcobaça»²⁸ e apresenta, hoje, uma bicefalia que se regista também noutras províncias, como Trás-os-Montes e Alentejo. De facto, Aveiro, a norte, e Coimbra, a sul, são as duas capitais da Beira Alta²⁹. António Sérgio acrescenta uma outra sub-região: Terras de Ovar³⁰. Amorim Girão considera que a laguna cria, no nosso país, «uma das subdivisões mais típicas – a *Marinha* ou *Beira-mar*», citando as expressões usadas então por Max Sorre, na descrição de Portugal, na grande *Géographie Universel*³¹.

Como sub-região, a Ria é, segundo Jorge Gaspar, «uma *individualidade regional*³²; nela se engloba, além do território correspondente aos aluviões do Vouga e das areias litorais, parte das formações do Cretácico Superior (Senoniano), que se estendem a sul de Aveiro. Região plana, poucos metros acima do nível do mar, a Ria é o domínio dos prados, que com os inúmeros canais e esteiros fornecem um aspecto semelhante a certos trechos da Grande Planície do Norte da Europa. Foi o seu aspecto que levou Elisée Reclus a chamar-lhe “Holanda portuguesa” e António Arroio “pequena Holanda em clima e luz ocidentais”³³.

Orlando Ribeiro chamou a atenção para o carácter superficial desta analogia, «pois a Holanda não tem salinas nem arrozais, pratica uma cultura supérflua e especulativa de flores e não uma policultura alimentar em larga parte de subsistência e a criação é intensiva e aperfeiçoada de gado leiteiro», acrescentando ainda que, aqui, aproveitam-se «ao máximo as margens e ramificações da ria, mas sem se ter criado um país de *polders* protegido por diques abaixo do nível do mar»³⁴. Mas a aproximação vem de longe. Já em 1929, J. V. Paula Nogueira chamou aos campos do Vouga e às ilhas da ria, «Holanda ubertosa»³⁵. Também Pierre Birot usou essa expressão: «[...] A região cultivada é igualmente contínua ao longo das planícies aluviais formadas pelo Mondego e pelo Vouga, se as planícies da Beira-mar são as *landes* de Portugal, o golfo de Aveiro [*sic*] é homólogo da bacia de Arcachon. Como estas, o golfo de Aveiro é estrangulado por um cordão de dunas que barrou completamente os rios menos poderosos que o Vouga, enquanto o entulhamento do estuário ramificado criou uma paisagem estranha de casas e de canais, a *Holanda portuguesa*, com os prados e as vacas leiteiras a justificarem essa designação [...]»³⁶.

O progressivo avanço de uma estreita restinga arenosa, de Norte para Sul, sobretudo a partir do século XV, «transformou a antiga baía numa laguna»³⁷. Esse fenómeno e as consequentes oscilações da barra que liga a laguna ao mar criaram uma instabilidade que condicionou a actividade humana, nomeadamente a formação do tecido empresarial³⁸. Considerando a Ria de Aveiro como um «delta interior, edificado pelas aluviões do Vouga no abrigo de uma laguna», Orlando Ribeiro sublinhou também o facto de «à roda da Ria, se estender uma terra rasa, em que se insinuam canais e braços por onde sobe a maré com a múltipla riqueza proporcionada pela água salgada»³⁹.

Esta grande sub-região partilha com a Beira Litoral o facto de ser «intensamente cultivada graças à rega, ao moliço, ao caranguejo e ao estrume»⁴⁰, mas, de facto, é a ria e os estuários e deltas dos seus rios – quer os que nascem na planície quer os que vêm da serra – que a diferenciam do conjunto⁴¹.

A laguna atrai e marcou profundamente a vida das populações ribeirinhas durante séculos, aproximando localidades, marcando o ritmo e a natureza das técnicas e das trocas. Com a chegada do caminho-de-ferro, em 1864, altera-se bruscamente a dinâmica social e económica de alguns sectores, sem que, não obstante, tenha sido retirada à ria a função matricial de construção da identidade técnica e cultural desta importante parcela do distrito de Aveiro, no período em apreço. Na verdade, só muito lentamente, com a instalação de diversas unidades industriais ao longo da Linha do Norte, é que se desloca o eixo das comunicações da ria para o caminho-de-ferro. As populações dos concelhos não servidos pelo comboio irão alimentar, durante algum tempo mais, as velhas rotas da ria.

Em 1921, considerando a ria de Aveiro um acidente único e de uma extraordinária importância geográfica, económica e social, nas costas da Península Ibérica, Alberto Souto definia-a como «um sistema de canais, de esteiros, de bacias onde desaguam numerosos rios e ribeiros navegáveis e flutuáveis, formando uma rede esplêndida que é utilizada por 10 concelhos, dos mais densos deste país»⁴². Mais tarde, Rocha e Cunha descreve este delta interior como «um triângulo que tem por base o cordão litoral, desde o Carregal (Furadouro) até ao Poço da Cruz (Mira), na extensão de 45 quilómetros, e por vértice Fermelã; à distância de 11 quilómetros do Bico do Moranzel, ponto situado na margem do cordão. A sua superfície está calculada em 11 000 hectares – 6000 ocupados permanentemente pelas águas, 2000 por salinas e os restantes por *praias*, cuja formação está ligada à ocupação agrícola. Os braços principais – de Ovar à Barra, de Fermelã a Pardelhas, Cale do Espinheiro, Cales da Vila e do Paço, Cale de Ílhavo e de Vagos, braço de Mira –, os canais secundários entre as ilhas do delta do Vouga, o rio Vouga até

Pessegueiro, e o seu afluente Águeda até à vila deste nome, constituem um sistema de comunicações marítimas e fluviais, navegável por navios desde a Barra até ao ancoradouro da Gafanha, e para embarcações de pequeno calado em toda a sua extensão, que tem função importante na economia regional»⁴³. Este autor segue F. Ferreira Neves que, em 1935, afirmava: «A ria de Aveiro é uma lagoa que se estende desde Ovar a Mira, com um comprimento aproximado de 45 quilómetros e com uma largura variável que chega a atingir 9 quilómetros [...]. As suas águas recobrem permanentemente cerca de 6000 hectares, havendo cerca de 3000 que ora ficam alagados ora ficam descobertos, conforme há preia-mar ou baixa-mar»⁴⁴.

Como divisão político-administrativa, resultante de um complexo processo histórico, o *distrito* é uma unidade heterogénea, «artificial», «reunindo parcelas de diversas regiões naturais», como sublinhou A. de Amorim Girão⁴⁵. Dificilmente poderia ser de outra forma, assentia Alberto Souto, pois «a coincidência da divisão administrativa com a divisão natural e regional é praticamente impossível»⁴⁶. Noutro artigo, nesse mesmo ano de 1935, Alberto Souto acrescenta: «O distrito de Aveiro é uma circunscrição administrativa. Todas as circunscrições desta natureza são convencionais, mais ou menos arbitrárias, mais ou menos variáveis segundo a evolução dos arranjos populacionais e dos conceitos fundamentais da política interior»⁴⁷. Assim, Alberto Souto, que considerava a divisão por distritos «uma divisão inteligente», assente na «regularidade impressionante» da distribuição das cidades portuguesas, entendia então que Mira e Cantanhede deveriam pertencer ao distrito de Aveiro; já o de Castelo de Paiva «ficaria talvez melhor no distrito do Porto»⁴⁸.

O *Relatório* do Governo Civil, de 1856, já testemunha bem o carácter artificial do distrito de Aveiro e a importância da ria e da barra na unidade de um conjunto de concelhos, com exclusão de outros. A propósito da urgente necessidade de se criarem meios financeiros para as obras da barra, o Governador Civil afirma: «o distrito não está de acordo, enquanto à obrigação de contribuir para a barra, *porque os concelhos mais remotos da capital e da bacia hidráulica, denominada Ria de Aveiro, tais como, ao Norte, [Castelo de] Paiva, Arouca, Feira, [Macieira de] Cambra e Oliveira de Azeméis, cujas relações comerciais são todas com o Porto, é com a maior repugnância que contribuem para as obras da barra, da qual entendem que lhes não resulta vantagem alguma directa imediata, acontecendo outro tanto com o concelho da Mealhada [...], cujas relações são com Coimbra e Figueira da Foz*»⁴⁹. Importa acrescentar que a divisão administrativa distrital ignorou outras divisões (judiciais, civis, eclesiásticas, militares, agronómicas, pecuárias, florestais, mineiras, etc.), gerando um conjunto de absurdos, que foram objecto de denúncia e de oposição das populações durante mais de século e meio. Em 1860, o Governador

Civil voltava ao mesmo assunto, denunciando o facto de alguns lugares pertencerem a umas freguesias para efeitos civis e a outras para efeitos eclesiásticos⁵⁰.

Esse carácter «artificial» é muito evidente no caso do distrito de Aveiro, que «é *serra* e é *litoral*», e é cortado ao meio pelo «rio Vouga: curso de água que muitos autores têm reputado importante barreira física e humana». Desce das zonas de relevo interiores diz Amorim Girão, «dos contrafortes montanhosos da Freita, Arestal, Talhadas, Caramulo, Buçaco até às zonas baixas da beira-mar, debruadas por compacta faixa de areias. Começa ao Norte no Douro, para vir morrer ao Sul quase nos campos do Mondego; e em toda essa extensão os seus aspectos variam consideravelmente⁵¹. Alberto Sampaio viu o Vouga «como o verdadeiro limite entre o Portugal do Norte e o Portugal do Sul»⁵², o que faz do espaço envolvente uma notável região de transição geográfica, técnica e cultural⁵³.

Mas o centro do distrito, geográfica e economicamente, no período estudado, «é a foz do Vouga, é a *Ria*: zona de terrenos alagadiços, da cultura do arroz, da exploração do sal, do moliço e da pesca, zona de denso povoamento e até de povoamento anfíbio»⁵⁴. A norte ficam as sub-regiões de *Cambra* e *Paiva*, apesar de pertencentes a bacias hidrográficas distintas. Zona de relevo, inculta em grande parte, mas cortada de vales férteis, a cultura do milho, que vai desde as feracíssimas várzeas de S. João da Madeira até ao planalto agreste de Albergaria das Cabras, associa-se nela à criação de gados, dando origem a uma larga produção de manteiga. São os concelhos de Castelo de Paiva, Arouca, Vila da Feira, S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra. A Sul, a *Ribeira* do Vouga estabelece uma transição quase insensível para a sub-região bairresa, especialmente caracterizada pela cultura da vinha e da oliveira. A ela pertencem os concelhos de Oliveira do Bairro, Anadia e Mealhada [...]. Pode dizer-se que a Bairrada corresponde mais ou menos à bacia do Cértima – curso de água que nasce na serra do Buçaco e vai lançar-se no rio Águeda»⁵⁵.

Em tais condições, segundo Amorim Girão, pode-se dizer que «toda esta zona se mostra susceptível de uma variada produção agrícola, tendo ainda nas actividades marítimas e lagunares uma boa parte dos seus *horizontes de trabalho*, porque o lavrador é ali também pescador [...]. Pertencem-lhe os concelhos de Ovar, Estarreja, Murtoza, Aveiro, Ílhavo e Vagos. A esta zona havia que acrescentar a *Ribeira* do Vouga, pois a ela se liga directamente e por ela se estabelecem as relações com o interior. Terras de milho, pastagens e gado bovino, a pegarem já com a serra: são os concelhos de Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga e Águeda»⁵⁶.

Nunca é demais sublinhar que a identidade económica, técnica e cultural construída em torno da ria e dos estuários e deltas dos seus rios possui uma dinâ-

mica, que por razões evidentes nunca foi, nem uniforme, nem exclusivista. Primeiro, porque apesar do papel desempenhado pela ria na ligação entre as povoações ribeirinhas, alguns dos concelhos desenvolviam no seu interior laços identitários privilegiados com os vizinhos; depois, porque outros se viam «diferentes» dos restantes desta sub-região. Por fim, porque o território estudado, num período relativamente longo, de cerca de sete décadas, se afigura naturalmente como um *espaço relativo*, no sentido dado por Poincaré, para quem tempo e espaço não são separáveis⁵⁷.

Efectivamente, no período estudado, Ovar tinha relações privilegiadas com o Porto, tanto pela proximidade geográfica como pela existência de uma antiga via de ligação terrestre, por onde era canalizado todo o tráfego comercial com a Beira-ria. Como se vê especialmente nos capítulos 3 e 4, a indústria e o comércio de Ovar privilegiavam as relações com o Porto. É de notar que, desde finais do século XX, para as cerimónias de inauguração de estabelecimentos industriais e comerciais, as empresas ovarienses convidavam habitualmente a imprensa local, a do Porto, a de Santa Maria da Feira e, depois da abertura da linha do Vale do Vouga, a de Águeda. Raramente convidavam periódicos de Aveiro.

Águeda, concelho de transição entre o litoral e a serra, é amiúde integrado na Beira-ria e na região da Bairrada, ou é visto como o elo de ligação Aveiro-Viseu. Em 1987, Arsénio Mota afirmava: «A Bairrada parece abranger três concelhos na totalidade (Oliveira do Bairro, Anadia e Mealhada) e dois em parte, Águeda e Cantanhede, mais qualquer coisa de Vagos, Aveiro e Coimbra, caracterizando-se bastante pelo microclima e pela índole geológica dos solos»⁵⁸. Até à chegada do comboio, era por Águeda que se faziam as trocas entre o interior e o litoral. Por seu lado, José Tavares Afonso da Cunha, na introdução às *Notas marinhas*, considera que «as freguesias do concelho da Murtosa e as de Pardilhó e Veiros, no concelho de Estarreja, têm grandes afinidades entre si e *acentuada autonomia* em relação às circunscrições vizinhas»⁵⁹. Já em 1916, a *Marinha* era definida como «o tracto de terreno [do concelho de Estarreja], que fica para a parte do mar [...], constituído por matas, pântanos e juncais [...], e compreende todos os terrenos onde hoje se instalam as prósperas freguesias de Pardilhó, Bunheiro, Veiros e Murtosa»⁶⁰. Acrescenta Afonso da Cunha, de forma impressiva, que essas freguesias «formam uma *região natural* com *individualidade própria*, reconhecida geralmente e desde remota idade, cujas características encontraram na designação topográfica de Marinha completa e definitiva expressão»⁶¹.

Por fim, importa sublinhar que a chegada do comboio, primeiro, do automóvel e do camião, depois, alterou a representação espacial, nomeadamente as

distâncias relativas, de toda esta sub-região, com fortes implicações na economia e na cultura locais, como se alterou, ao longo da Época Contemporânea, a correlação entre as principais povoações desta sub-região. Diferentemente de Aveiro, que devia a sua centralidade mais a razões de ordem político-administrativa, o concelho de Ovar seria, em meados de Oitocentos, na sub-região estudada, o mais próspero e o concelho de Estarreja o mais populoso – «Ovar é a maior povoação deste Distrito», afirmou o Governador Civil de Aveiro, num relatório de 1854⁶². No início da década de 1931-1940, essa correlação tinha-se alterado com vantagem evidente para a capital do distrito.

Como notou A. de Amorim Girão, «à medida que nos afastamos da ria, em qualquer direcção, o povoamento diminui e o *habitat* rural dispersa-se», excepção feita à zona de povoamento mais antigo, «correspondente à tradicional zona de passagem já seguida desde a época romana»⁶³. De modo semelhante, a planície litoral é referida por Pierre Birot como «planície triangular da Beira-mar»⁶⁴.

Assim, o território estudado abrange 8 dos 19 concelhos ou 7 dos 16 em que estava dividido o distrito de Aveiro, no início do período considerado⁶⁵. A superfície desses municípios representava cerca de 42,2% da área total do distrito, embora tenha levado mais em conta os limites indefinidos e oscilantes do *hinterland* da ria, entendido como área de influência⁶⁶, do que a delimitação político-administrativa dos referidos municípios. Segundo o relatório que antecede o Decreto n.º 7880, que instituiu a Junta Autónoma da Barra e Ria de Aveiro, computava-se em «150 000 habitantes a população que se aproveita da Ria e nela exerce constante actividade»⁶⁷.

Por fim, resta acrescentar que, sendo a *especificidade territorial* desta sub-região um produto geohistórico, na sua delimitação teve papel determinante, além dos aspectos físicos mais salientes – reduzida heterogeneidade da paisagem e da orografia – a rede de fluxos comerciais e empresariais, expressa nos contratos notariais inventariados, nomeadamente nos registos de constituição das sociedades que protagonizaram as etapas de crescimento, dando sentido à complementaridade das «especializações» intra-regionais e inter-regionais. Foi essa a razão da exclusão dos municípios de Mira e Sever do Vouga, primeiro, e do de Oliveira do Bairro, depois.

No primeiro caso, ou porque a ria não era navegável no extremo sul ou porque a circulação terrestre era penosa, são insignificantes as relações contratuais de empresários residentes no concelho de Mira com os das localidades mais a Norte, registadas nos notários de Vagos. Assim, em todo o período considerado, apenas foram registadas sete companhias de pesca, em três notários de Vagos, uma

num notário de Aveiro⁶⁸ e seis na praia de Mira⁶⁹. Estes números contrastam fortemente com o que se passou a norte de Esmoriz: em Ovar foram celebradas cerca de seis dezenas de escrituras de companhias de pesca das praias de Paramos (37), Espinho (13), Silvalde (7), Anta (3), Porto (1), sem contar com outros, muitos outros tipos de contratos.

O concelho de Sever do Vouga, durante o período estudado, permaneceu isolado, sendo igualmente escassas as ligações com a sub-região em apreço. Com Oliveira do Bairro foi diferente. Só depois da conclusão do inventário dos documentos referentes à sua reduzida actividade económica (com registo notarial) é que decidi não o integrar no conjunto, uma vez que, apesar de estar fisicamente encravado entre Vagos e Águeda, as suas relações económicas parecem ter sido realizadas preferentemente com os concelhos a sul⁷⁰.

De resto, uma parte importante desta sub-região tem mais relações com o Norte, nomeadamente com o Porto, do que com o Sul, dando alguma razão à delimitação proposta por C. Caldas e S. Loureiro, em 1966, que não se serve do rio Douro como fronteira, como era tradicional⁷¹.

3. Aveiro – de capital distrital a pólo regional embrionário

Do *Numeramento* de 1527, que atribui a Aveiro 894 «vizinhos», num total de 1460 em todo o termo, até 1801, a povoação registou um «crescimento moderado, de ritmo inferior ao do resto do país»⁷². Mas, não obstante a emigração, que atinge cifras expressivas na segunda metade de Oitocentos, e dos efeitos da crise finissecular, no início de Novecentos, verifica-se um incremento demográfico, particularmente sentido na Glória e na Vera Cruz, as duas freguesias da cidade de Aveiro⁷³. Também aqui parece ter-se verificado, a partir de meados de Oitocentos, a íntima correlação entre incremento populacional e crescimento económico de que fala Teresa Rodrigues Veiga⁷⁴.

Entre 1878 e 1900, a população aumentou cerca de 46%. Em 1890, a cidade de Aveiro tinha 8860 habitantes, distribuídos pelas suas duas freguesias⁷⁵. A população da urbe representava, então, 37,4% do total do concelho. Em 1900, com 10 000 habitantes, passava para os 40,3%, e, em 1911, fixava-se em 41%. Na segunda década de Novecentos, o crescimento demográfico é refreado devido aos efeitos conjugados da emigração, das dificuldades sentidas na pesca, especialmente até cerca de 1916, e da mortalidade epidémica. Tal como no final de Oitocentos, Aveiro continua a deter uma das mais elevadas taxas de emigração (8,6%): ocupa

o quarto lugar, de 1910 a 1919, depois de Viseu (12,7%), do Porto (9,4%) e Bragança (8,7%). Mas nos anos Vinte, esse valor situa-se nos 11,1%, ocupando Aveiro o terceiro lugar, depois do Porto (11,8%) e de Viseu (11,2%)⁷⁶.

Não obstante, esse crescimento traduziu-se num alargamento dos limites da área urbana da capital do distrito, que regista, no início do século XX, um tímido incremento do seu processo de urbanização. De uma cidade *pequena* (com 6400 habitantes, em 1864, ocupando o 17.º lugar no *ranking* nacional), Aveiro passa ao escalão de cidade *média* (com 10 000 habitantes, em 1910, subindo para o 12.º lugar)⁷⁷, num quadro caracterizado pelo fim de uma bicefalia (ou bipolarização), em meados de Oitocentos, em favor da macrocefalia da capital⁷⁸.

Ainda que esse movimento seja visível desde os anos 60 do século XIX, é mais notório no início de Novecentos. Entre 1902 e 1908, a Câmara Municipal de Aveiro concedeu mais de 500 licenças de construção. A cidade transformou-se num estaleiro. Assiste-se a uma acentuada desruralização do espaço e da paisagem urbana (início do fim das montureiras, dos esgotos a céu aberto, dos rebanhos em trânsito pela cidade, etc.), iniciando-se uma fase nova na vida da cidade, marcada pela abertura e urbanização da avenida ideada por Lourenço Peixinho⁷⁹.

Com melhores posições demográficas de partida, nem Ovar nem Estarreja registam o crescimento do concelho de Aveiro, apesar de sentirem de forma idêntica os efeitos da emigração e das epidemias, como se vê no Quadro n.º 1.1⁸⁰. Em 1920, dizia *O Democrata* que continuava «intensa a saída de rapaziada destes sítios para terras da América do Norte, onde os dólares tentadores chamam num desafio de sedução [...]»⁸¹. O *Campeão das Províncias* fornece dados mais precisos sobre a emigração: «Entre 1912 e 1913, a população do distrito sofreu um desfalque de 1672 habitantes. A emigração vai crescendo assustadoramente. Ao Governo Civil vão diariamente dezenas de indivíduos legalizar os seus documentos para abandonarem a Pátria e procurarem no Brasil ou na América a satisfação dos seus interesses e ambições»⁸².

Na década de 1921-1930, o município aveirense, com um crescimento de 12,8%, apenas é ultrapassado, percentualmente, por Águeda. O município de Estarreja foi desmembrado, mas, mesmo contando com a população de Murtosa (município criado em 1926)⁸³, o seu crescimento é modesto; o de Ovar, que forneceu o maior volume de sociedades comerciais formadas, em vários sectores, regista um crescimento igualmente moderado, se comparado com os restantes.

Na verdade, ao longo desse período, especialmente a partir da I Guerra Mundial, Aveiro vai assumindo, mas de forma lenta e tímida, as funções de pólo regional⁸⁴. Esse crescendo de importância da capital do distrito decorre da sua cen-

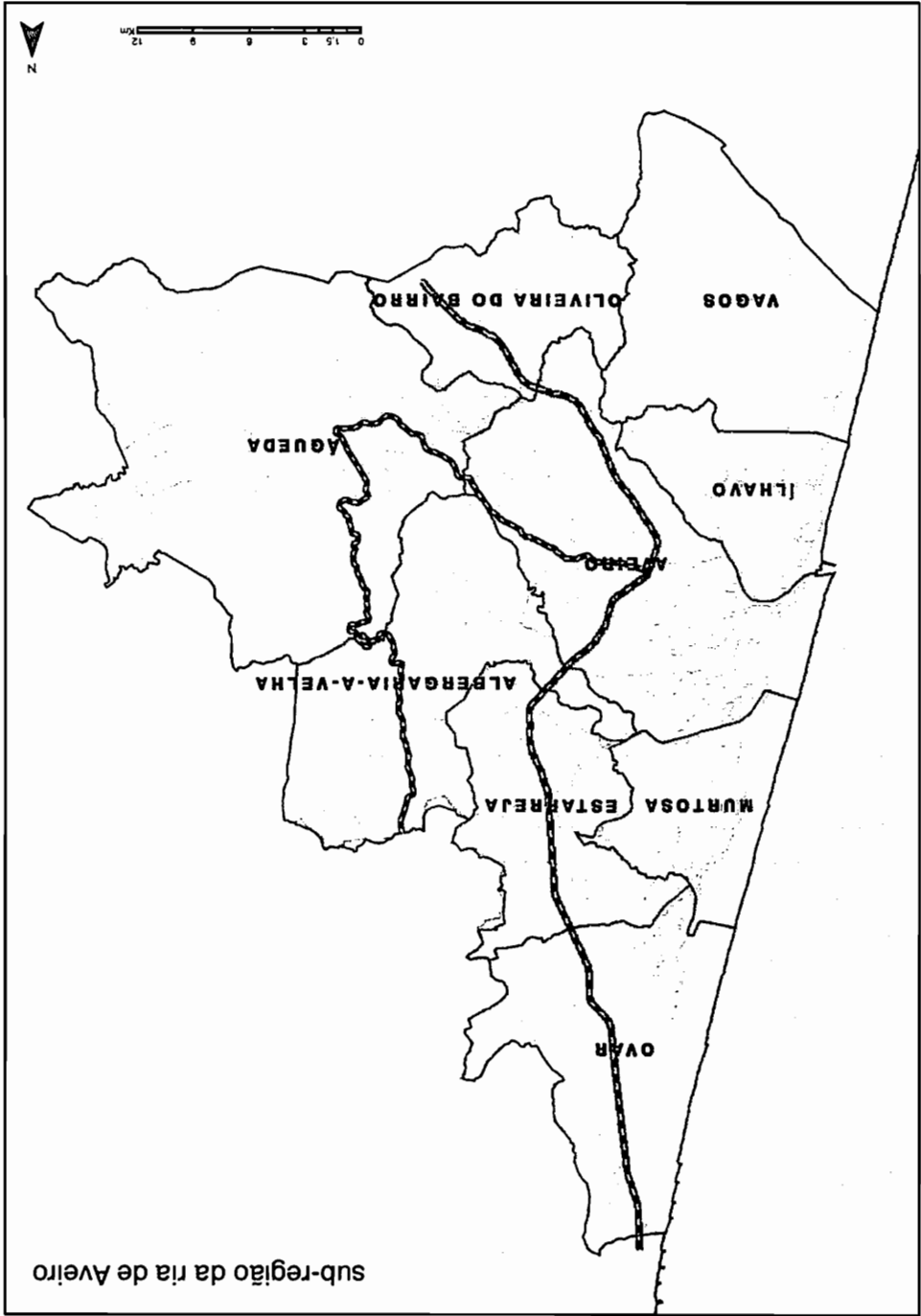
Quadro 1.1 Área e População da Sub-Região da Ria de Aveiro, 1864-1930

Concelhos	Área % Distrito	Área % Região	1864	1878	var%	1890
Águeda	7,13	16,12	18.009	18.967	+5,32	18.745
Albergaria-a-Velha	4,46	10,08	11.266	13.205	+17,21	12.585
Aveiro	7,40	16,75	18.705	21.520	+15,05	23.668
Estarreja	11,62	26,26	29.331	31.559	+7,60	32.759
Ílhavo	3,22	7,27	8.125	8.623	+6,13	10.762
Murtosa		0	0	0		0
Ovar	6,80	15,37	17.167	17.505	+1,97	24.783
Vagos	3,60	8,14	9.091	10.143	+11,57	10.844
Soma	44,23		111.688	121.522	+8,80	134.146
Anadia	5,74		14.495	16.016		17.408
Arouca	6,17		15.576	16.055		16.426
Castelo de Paiva	3,40		8.576	8.665		9.867
Espinho	0		0	0		0
Feira	16,16		40.802	44.443		43.245
Macieira de Cambra	4,05		10.228	11.495		11.351
Mealhada	2,90		7.326	9.029		9.929
Oliveira de Azeméis	10,28		25.952	26.198		27.693
Oliveira do Bairro	4,00		10.099	8.847		8.928
S. João da Madeira	0		0	0		0
Sever do Vouga	3,05		7.725	8.670		8.443
Soma	55,75		140779	149418		153290
Total do Distrito			252467	270940		287436

Notas: As colunas segunda e terceira apresentam os valores percentuais da área dos concelhos na sub-região e no distrito. As colunas em branco apresentam a variação percentual da população entre os dois censos anteriores, possibilitando ver a sua evolução ao longo do período considerado.

Fontes: Vide «Fontes e notas dos quadros».

var %	1900	var%	1911	var%	1920	var%	1930	var%
-1,17	20.131	+7,39	22.033	9,45	22559	+2,39	25.642	+13,66
-4,70	13.361	+6,16	14454	8,18	14.754	+2,08	15.156	+2,72
+9,98	24.750	+4,57	28v063	13,39	27.521	-1,93	31.043	12,80
+3,80	33.309	+1,68	34.385	3,23	33.862	-1,52	22.158	+4,04
+24,80	12.617	+17,23	14.130	11,99	15.518	+9,82	16.335	+5,26
0	0	0	0	0	0	0	13.073	
+41,57	24.885	+0,41	27.069	8,78	26.736	-1,23	29.317	+9,65
+6,91	11.594	+,692	13.381	15,41	14.123	+5,54	15.039	+6,49
+10,39	140.647	+4,85	153.515	+9,15	155.073	10,15	167.763	+8,18
	17105		18.820		20.253		23.060	
	16700		17.994		20.453		20.443	
	9680		10.069		10.145		10.862	
	3831		5.385		6.244		15.070	
	45351		51.591		52.457		51.793	
	12184		13.287		13.920		14.769	
	9857		11.246		12.138		13.742	
	29363		33.396		34.711		32.966	
	9049		11.125		11.806		14.151	
	0		0		0		5.435	
	9042		9.807		10.386		11.640	
	162162		182720		192513		213931	
	302809		336235		347586		381694	



tralidade político-administrativa, mais do que de razões de natureza económica ou mesmo da sua posição geográfica⁸⁵. As elites políticas e económicas aveirenses de meados de Oitocentos souberam potenciar as ligações ao poder central⁸⁶. Isso é particularmente nítido no domínio das acessibilidades e na natureza dos negócios que a cidade empreende ou acolhe, como mostro adiante.

4. Acessibilidades entre a ria, o caminho-de-ferro e a estrada

Diz A. Simões Lopes que «a análise dos fluxos é frequentemente efectuada sobre dados relativos a comunicações [...] e vem mostrar como à medida que nos afastamos de um centro (ou pólo) se reduz a intensidade dos contactos, que volta a aumentar quando nos aproximamos de outros centros»⁸⁷. Na sub-região em apreço, é em volta da laguna e da estrada de ligação terrestre entre Ovar e o Porto que se desenvolvem as trocas regionais até à chegada do caminho-de-ferro. Depois, assistimos a um esforço colectivo para criação de uma rede viária de ligação entre as principais povoações e as estações da linha do Norte, primeiro, e do Vale do Vouga, depois, relegando a navegação na ria e a cabotagem para um plano secundário, assumindo a cidade de Aveiro um papel crescentemente decisivo nesse processo. No entanto, um leque variado de dificuldades possibilitou a manutenção, até tarde, da importância da ria e dos transportes terrestres tradicionais, nas comunicações e na economia desta sub-região.

Como se sabe, quando Fontes Pereira de Melo chegou ao poder, os transportes não respondiam às necessidades⁸⁸; a extensão das estradas modernas construídas pelo Estado português era de 218 km, dos quais 48% no distrito de Lisboa e 39% no do Porto⁸⁹.

Essa situação, como bem mostrou David Justino, fazia de Portugal um país com a economia interna fortemente compartimentada, regionalmente bloqueada, o que possibilitou o larguíssimo consenso construído na segunda metade de Oitocentos em torno da política de obras públicas do período histórico a que Oliveira Martins chamou «fontismo» ou «Regeneração»⁹⁰. Assim, a construção de estradas, caminhos-de-ferro, portos, ligações telegráficas e telefónicas e outras estruturas correlacionadas constituiu um dos principais objectivos de muitos governos, a partir da Regeneração⁹¹. As câmaras fazem-se porta-vozes da pressão das populações, fazendo chegar «representações» para a construção de estradas e troços de caminhos-de-ferro. Os números desse esforço são eloquentes: dos 218 km de estradas macadamizadas, em 1852, passa-se para 10 590 km, em 1900-1901⁹².

4.1. Limitada navegabilidade dos rios

A Ribeira do Vouga assumiu remotamente a vocação de espaço intermédio entre a planície da beira-mar e a serra interior. Após as obras da foz do Vouga, entre 1813 e 1815⁹³, Joaquim Baptista defendia, nas suas *Reflexões* (1829), a realização de obras para a navegabilidade do rio Vouga até S. Pedro do Sul, possibilitando, assim, a criação de uma dinâmica económica entre Viseu e Aveiro⁹⁴. Em seu entender, o Águeda seria o eixo de ligação da Beira Interior à laguna, ela mesma decisivo elo de comunicação entre Ovar e Vagos. Mas esse desejo, como outros, nunca se concretizou.

Em 1841, a Câmara Municipal de Sever do Vouga procurou o apoio do Governo para que o Vouga fosse navegável até S. Pedro do Sul. A conjuntura não era propícia. Em 1849, António Cardoso de Barros Loureiro Sequeira e Quadros tentou levar por diante o projecto, mas com igual resultado; cinco anos depois, decidiu convidar «alguns amigos» e formar uma Comissão Promotora da Navegação dos Distritos de Aveiro e Viseu. Desta vez, Sequeira e Quadros reivindicava a aplicação das portarias de 19 de Setembro e de 10 de Dezembro de 1853, mas nada. Nem sequer um engenheiro que elaborasse um projecto provisório conseguiu. Os esforços estavam então concentrados nas obras da barra do Porto... Em 1855, a referida comissão, «profundamente convencida da transcendência deste melhoramento e da *incontestável vantagem da navegação fluvial sobre a viação terrestre*, reconhecendo a urgência de empreender simultaneamente a canalização do Vouga, o mais caudal[oso] afluente da ria de Aveiro, de modo que ligando a navegação de ambos os distritos por esta artéria, como a razão e a ciência aconselham se prolongue até [...] S. Pedro do Sul»⁹⁵. Foram em vão todos os esforços e pedidos instantes...

Um relatório de 1778 já dava conta das dificuldades de navegação de S. Pedro do Sul até Pessegueiro do Vouga: além dos «açudes das *pesqueiras particulares* e dos *moinhos*», o rio era estrangulado por grandes penedos pelo menos em seis locais. Já próximo da ria, o leito era carregado de areias e entulho da actividade das pedreiras de Eixo»⁹⁶. Em 1866, foi construída a ponte da Rata, em Requeixo. A partir de então, «o Vouga tem-se elevado de tal maneira que, mais tarde, houve necessidade de construir nova ponte»⁹⁷. Segundo Manuel Barreira, nos séculos XVII-XVIII, o sal seguia pelo Vouga para Lafões, Viseu e Lamego. Pelo Águeda ia para Tondela e Besteiros⁹⁸. Em 1844, diz David Justino, o Vouga seria navegável até Pessegueiro, mas em 1846 a navegação era impossível no Inverno. No início do século XX, os barcos não passavam da ponte de Santiago⁹⁹. No princípio do século XX fizeram-se

obras, mas sem qualquer efeito na melhoria das condições da navegabilidade do rio, dada a manutenção das suas tortuosidades¹⁰⁰.

Embora a navegação no Vouga se fizesse (ou se pudesse fazer) numa extensão maior, entre 40 a 45 km, o rio mais referido na imprensa e documentação regionais, pela sua navegabilidade, é um seu afluente – o Águeda –, segundo Adolfo Loureiro, «navegável em 18 km até um pouco abaixo de Bolfiar, e fluutuável em mais 20 a 22 km»¹⁰¹.

O Rio Águeda nasce na vertente sul do Caramulo, acima de S. João do Monte, perto de Varzielas, passa por aquela antiga vila e vai confluír no Vouga. Esta opinião de Sousa Baptista contraria a opinião vulgar de que o Águeda se forma pela junção do Alfusqueiro com o Agadão, em Bolfiar, 5 km a montante de Águeda, tendo, daqui à sua entrada no Vouga, na Ponte da Rata, uma extensão de 9 km¹⁰². O Agadão nasce no Caramulo e percorre 21 km até as suas águas se juntarem ao Alfusqueiro que termina aí um percurso de 20 km.

Há, também, testemunhos sobre a navegação muito localizada, de menor importância económica, noutros rios, como o Antuã, o Caima e o Caster, a Norte, ou o Boco e o Cértima, a Sul, ou em ribeiras, como a ribeira do Pano, a vala da Canapeira e a Vergeira. Vejamos.

Pequeno olho de água, nascido nas serras, ali para Vale de Cambra e Arouca, «depois ribeiro e finalmente rio, assim se forma de uma bela, vasta e fértil bacia hidrográfica o Antuã, que banha Estarreja e vai depois cansado, mole já, da moleza que lhe empresta a planície, espojar-se entre os milhos, o arroz e os juncais até à Ria»¹⁰³. O Antuã era navegável «nos primeiros 500 ou 600 m, em consequência das muitas barragens que o interceptam, para a irrigação dos arrozais»¹⁰⁴.

O rio Caima entra no Vouga «pouco abaixo do lugar do Carvoeiro, a 26 quilómetros muito proximamente do ponto a que neste rio chegam as marés em preia-mar das águas vivas equinociais, vindo ainda a ser a distância entre a foz do Caima e o ponto em que se pretende reconstruir o açude de 7 km. Medeia pois entre este último ponto e o colo da preia-mar a extensão de 33 km aproximadamente»¹⁰⁵. O Caima, segundo Adolfo Loureiro, era «navegável somente em 1 km, a jusante da ponte do Vale Mau»¹⁰⁶.

O Boco permitia a navegação até à localidade do mesmo nome, mas em tempos as embarcações terão chegado um pouco mais longe, a Ouca. No estio, a navegação no Cértima «só seria possível a partir de Fermentelos, local habitual de embarque dos “Vinhos da Bairrada”, com destino ao Porto, via Ovar»¹⁰⁷. O Cértima, segundo Adolfo Loureiro, era «navegável desde a sua foz, na Pateira de Fermentelos, até à ponte de Perrães, e fluutuável em mais 6 a 8 km»¹⁰⁸.

O reduzido e muito irregular caudal desses rios e ribeiras, decorrente da orografia, da irregularidade climática, bem como da não regularização dos leitos que reuniam melhores condições de navegabilidade, pelo menos durante uma parte do ano, também terão contribuído para a escassa dimensão de alguns negócios, tendo inibido, assim, o seu aproveitamento comercial e industrial. Daí a diminuta importância desses cursos de água como veículos de comunicação entre o interior e o litoral, não propiciando o alargamento dos mercados¹⁰⁹. Além dos reduzidos caudais, os açudes das «pesqueiras» e os que alimentavam os inúmeros moinhos e azenhas – «em cada açude há um moinho» – impediam o «trânsito do mais delicado barquinho», como ironizava Joaquim Rodrigues da Silva, a propósito do Antuá¹¹⁰. De resto, os açudes e os moinhos faziam-se no Verão, sendo destruídos pelas cheias de Inverno¹¹¹.

Com a chegada dos primeiros troços de estrada e do caminho-de-ferro, os rios foram sendo abandonados paulatinamente. Em alguns pontos, mantiveram-se apenas as barcas de passagem, que não funcionavam durante todo o ano, ora por falta de água, no Verão, ora por assoreamento dos leitos ou grande perigosidade, no Inverno. Em 1846, não era possível a navegação no Vouga, próximo de Angeja, «[...] deixando muita gente de ir à capital do distrito no Inverno por esta péssima via de comunicação, de que é proverbial – *a Barca de Angeja*. Donde pode afoitamente dizer-se que Aveiro está no caso de uma ilha de Inverno para estas povoações do Norte e Nascente do Vouga, sofrendo por isso às vezes privações»¹¹². Em 1870, os senhores do Covo, Oliveira de Azeméis, exploravam, por arrendamento, o negócio das barcas de passagem na Fontinha e em Almeir, no Rio Vouga¹¹³.

Na verdade, os rios serviram, durante alguns anos mais, até à chegada da camionagem, quase exclusivamente para o transporte de lenhas e madeiras, durante o Outono e o Inverno. A navegação fluvial fazia-se, pois, sazonalmente. Vejamos alguns aspectos dessa mudança.

Em 1874, José Luís Ferreira Tavares, o fundador da Fábrica de Papel do Caima, pede «licença para reconstruir um açude para derivação de águas do rio, pouco acima de Vale Maior». O responsável pela Repartição de Obras Públicas refere que as águas desviadas pelo referido açude eram para empregar «como motor numa fábrica de papel», não prejudicando por isso o caudal, não havendo inconveniente em que fosse concedida a licença pedida, pois «que ao ponto em que deseja reconstruir o açude *não podem chegar os barcos, que pelo rio Caima, só no Inverno, têm água para navegar até próximo à antiga Ponte de Valemaior*, muito a jusante do mesmo sítio do açude»¹¹⁴. Num contrato de arrendamento de uma «praia» no Rio Antuá, de 10 de Novembro de 1891, é feita uma alusão a um conjunto de obras que teriam de ser feitas, «para livremente navegar um barco»¹¹⁵.

Durante todo o Inverno e na Primavera, quando as águas do Águeda e do Vouga iam crescidas, desciam os dois rios, para as povoações da beira-mar, numerosos barcos murtoseiros carregados de lenha e de madeira, os quais ofereciam, «no seu desfile, tanto à partida como à chegada, um soberbo panorama»¹¹⁶.

No Verão, as escassas águas dos rios, nomeadamente as do Águeda, eram disputadas pelos agricultores, que em grande número as represavam para as regas dos campos ribeirinhos, «desde os de Bolfiar aos de Requeixo»¹¹⁷. Depois, a partir de Outubro, a navegação era restabelecida. Em 18 de Setembro de 1904, a *Soberania do Povo* dá conta desse fenómeno: «Em consequência de estar concluída a faina desse número enorme de noras que se estendiam pelo nosso rio acima a regar os campos marginais, e estarem, portanto, levantadas as respectivas presas, a navegação entre esta vila e a extensa ria de Aveiro pode já fazer-se, ainda que com alguma dificuldade»¹¹⁸. Em alguns anos, a canícula era mais prolongada e só já bem no Outono é que se podia navegar naquele rio. Em meados de Setembro de 1910, o Águeda podia «quase passar-se a pé enxuto de uma à outra margem»¹¹⁹. Esclarecia a *Soberania do Povo*: «Em virtude da seca do rio, os barcos que conduzem os nossos patrícios às praias da Torreira e Costa Nova têm sido amarrados na Ponte da Rata, despejando ali os seus passageiros, que se têm visto forçados a continuar em viagem em carros. Os nossos barqueiros andam desanimados».

Em meados de Outubro de 1898, o referido periódico dizia que, em virtude da «falta de água que tem levado o rio Águeda, este ano nem uma só pessoa embarcou aqui na vila em direcção à praia da Torreira. Nos mais anos, os povos das terras vizinhas e até distantes, afretavam aqui os barcos que os transportavam àquela praia, dando assim dinheiro a ganhar a uma classe verdadeiramente desgraçada que é o nosso barqueiro»¹²⁰. Acrescentava este periódico que «algumas pessoas que dos lugares próximos se acham na Torreira, foram embarcar a Aveiro, indo daqui em carros de bois, com o que mais necessário lhes é naquela praia – a enxerga, a arca da roupa, o farnel, molhos de lenha e o clássico pipo de vinho novo»¹²¹. Contrariamente, no Inverno e na Primavera, as águas galgavam as margens, inundavam os campos e as povoações das margens e dificultavam a navegação. Durante alguns dias, a força da corrente punha em perigo vidas e mercadorias¹²². Em meados de Março de 1892, um barco partiu-se contra o pilar da ponte do caminho-de-ferro do Vale do Vouga¹²³.

Mas não eram apenas as secas de Verão ou as cheias e as enxurradas de Inverno os únicos obstáculos à utilização rentável da navegação no rio Vouga. Os barcos dependiam do vento. Em Junho de 1895, a propósito da multidão que anualmente se amontoava para o «banho santo», na praia da Barra, a *Soberania do*

Povo dá conta dessa dificuldade: «Os barqueiros, na segunda-feira, logo que retiraram da barra em direcção a esta vila, lutaram com *a falta de vento*, tendo de trazer os barcos quase sempre à vara»¹²⁴.

Até à chegada do caminho-de-ferro do Vale do Vouga, os comerciantes encomendavam as mercadorias na cidade do Porto, que seguiam por terra para Ovar, e dali eram transportadas de barco até Águeda¹²⁵. Com o caminho-de-ferro do Vale do Vouga tudo mudou. Mesmo assim, durante a I Guerra Mundial e nos anos seguintes, quando essa linha férrea era a principal via de abastecimento e de escoamento de matérias-primas e produtos de Águeda, a *Soberania do Povo* testemunha o transporte de várias mercadorias pelo rio, especialmente de lenhas e de madeiras: «Nos cais do Águeda, nesta vila, tem havido um desusado movimento, como há muito não se vê. Durante o dia é descarregada, no Cais das Laranjeiras, a lenha de muitas dezenas de carros, que vêm de diversos pontos do concelho, para ser conduzida em barcos para Aveiro, Murtosa, Ílhavo, Vagos, etc. Há também, para o mesmo fim, grandes rimas de lenha no largo do Dr. Manuel Pinto e junto do Souto dos Pintos»¹²⁶. Acrescentava, ainda, que do Cais das Laranjeiras eram embarcadas «muitas pipas de vinho, assim inúmeras barricas de mineral que no caminhão vêm das minas das Talhadas». Em 1919, o mesmo periódico afirma que, «devido ao rio Águeda ter subido com as últimas chuvas», estavam «à carga, no cais desta vila, muitos barcos que da Murtosa aqui vêm carregar lenhas e madeiras para Aveiro, Ílhavo, Estarreja e para muitas outras terras»¹²⁷.

A lenha e a madeira eram, pois, os principais produtos transportados pelo rio, em barco ou por flutuação, depois da chegada do caminho-de-ferro do Vale do Vouga, o que levou F. Homem Cristo a afirmar que «Águeda é ao presente um simples porto fluvial de lenha»¹²⁸. O comboio não chegava para as necessidades dos negócios da lenha e das madeiras, ou era excessivamente caro. Pela via-férrea seguiam especialmente as madeiras e as lenhas para outros pontos do distrito de Aveiro «e para algumas fábricas do Porto»¹²⁹.

Mas a flutuação da madeira, rio abaixo, comportava riscos sérios. Muitas vezes, esse procedimento originou acidentes graves e prejuízos avultados. Em 1895 – continuo a seguir os relatos da imprensa local –, um negociante de madeiras, de Águeda, «para não fazer grandes despesas e por não ser fácil outro meio, mandou-a lançar ao rio, à solta, para que, como de costume, ela se juntasse na presa das Canhotas, num açude que fica perto do Souto». Mas dessa vez, as coisas não correram bem¹³⁰. Concluiu a notícia que, «com a água abundante que caiu encheu o rio e a presa das Canhotas, com todo o peso da lenha, uns seis barcos, perdeu-se quase toda. Os prejuízos [...] são calculados em mais de 100\$000 réis, porque a lenha era toda graúda».

De qualquer modo, importa referir que os acidentes, no transporte de lenhas e madeiras, mesmo com embarcações, ocorriam frequentemente, tantos eram os obstáculos e as dificuldades à navegação¹³¹, pelo que continuaram a fazer-se até que a camionagem se tornou verdadeiramente uma alternativa. Em meados de Março de 1912, um barco carregado de lenha, por «ter emperrado numa das estacas de uma nora, que se encontra na altura de Além-Ponte [...], sofreu três grandes rombos, afundando-se imediatamente»¹³². Mesmo nos anos 30, segundo António Vítor Nunes de Carvalho, as madeiras adquiridas pelos Estaleiros Mónica, na Gafanha, eram transportadas «sobretudo, por flutuação através dos rios Águeda, Vouga e da ria de Aveiro»¹³³.

Entre a Pateira de Fermentelos e a ria de Aveiro a navegabilidade era igualmente sazonal¹³⁴. De formação recente, com uma área de cerca de 8 quilómetros quadrados, a mais conhecida pateira da região é formada pelas águas do Cértima – que recebe as da Vala de Aguada, da Ribeira da Bouça e da Ribeira do Pano, além dos diversos ribeirinhos pendores – antes de se juntarem às do Águeda¹³⁵. Em 1892, António Calheiros Pita comprou um «pequeno barco a vapor de recreio destinado a navegar na Pateira de Fermentelos». Segundo uma breve local da *Soberania do Povo*, o barco podia navegar todo o ano na pateira, e, no Inverno, «quando as águas crescem, pode vir até esta vila, ir a Aveiro e percorrer toda a grandiosa bacia do Vouga»¹³⁶. Para as ligações entre as margens da Pateira foi criado um serviço de barca arrematado anualmente.

4.2. A navegação na ria de Aveiro

Sem uma rede de estradas nem caminhos-de-ferro para abastecimento e escoamento seguro de produtos e matérias-primas, a Ria foi, desde longa data, não obstante as inúmeras dificuldades que sempre colocou à navegação, a única saída e o único meio de comunicação seguro para a população das suas margens.

As relações comerciais entre Aveiro e Ovar, como parte integrante da velha rota de Aveiro ao Porto, são muito antigas e estão suficientemente documentadas. Depois de chegados ao cais da Ribeira, em Ovar, cais construído em 1754 e reconstruído em 1821, pessoas e mercadorias seguiam para o Porto por Cortegaça, Paramos, Corvo e Chamorro¹³⁷. A Misericórdia de Aveiro tinha no séc. XVII uma barca, explorada por um arrendatário em regime de monopólio, que fazia carreira diária para Ovar¹³⁸. Por seu lado, Teixeira de Pinho refere a existência, nos séculos XVIII e XIX, pelo menos «duma *barca de passagem*, destinada a transportar os

pobres viandantes daqui [de Ovar] para Aveiro e vice-versa»¹³⁹. O príncipe Félix Lichnowsky (1814-1848) «utilizou a laguna de Aveiro na viagem desta cidade para Ovar», em 1842¹⁴⁰. Mas, antes dele, como mostra Alberto Sousa Lamy, esse percurso foi importante durante as invasões francesas e durante a instauração do liberalismo, mormente durante a Revolução de 16 de Maio de 1828, como foi utilizado pela comitiva de D. Maria II, em 1852¹⁴¹, como era o meio de deslocação de inúmeros barcos dos recoveiros ao serviço do comércio local¹⁴². Além desta via, Inês Amorim indica as duas outras, pedestres, entre Aveiro e a cidade do Porto¹⁴³.

Todavia, essas relações intensificam-se a partir dos anos 50 e 60 do século XIX, devido ao incremento do comércio de sal e da intensa actividade comercial¹⁴⁴. Segundo Alberto Sousa Lamy, «o enorme tráfego fluvial entre Ovar e Aveiro, com inúmeros barcos transportando passageiros, cavalgaduras, viaturas, carros de bois, gado, mercadorias, era, no início da segunda metade do século XIX, bastante intenso na vila de Ovar»¹⁴⁵.

4.2.1. Tentativa de ligação a vapor entre Aveiro e Ovar

Terão sido essas as razões por que José Estêvão (1809-1862) se bateu pela ligação a vapor entre as duas localidades. Segundo J. Melo Freitas, o Ministério do Reino notificara o Governo Civil «de que em virtude do requerimento do deputado José Estêvão, aprovado pela respectiva Câmara, em sessão de 25 de Janeiro de 1854, o Governo ia mandar a esta cidade um oficial de Marinha que, junto com o Governador Civil e os engenheiros das Obras Públicas do Distrito, informasse com urgência acerca da força, figura e construção de um vapor para fazer a comunicação entre Aveiro e a vila de Ovar». Acrescenta o referido articulista que, na sequência da diligência do tribuno aveirense, fora concedido um empréstimo de 30 contos à Junta Geral do Distrito que se destinaria, também, a custear os trabalhos necessários¹⁴⁶.

Em Março desse ano de 1854, chegou o técnico encarregado de estudar a viabilidade de utilização de um barco a vapor, entre o cais da cidade de Aveiro e o cais da vila de Ovar¹⁴⁷. Esse técnico, António Augusto de Oliveira de seu nome, apenas manifestou algumas reservas em relação à navegabilidade do canal central, em Aveiro, por estar obstruído; em Ovar passava-se o mesmo, afirmando que os baixios, que existiam nos «dois trânsitos», entre Ovar e Aveiro, dificultavam até a navegação de embarcações de fundo chato, pelo que se tornava obrigatória a sua dragagem. Em 7 de Agosto desse ano, é publicada a lei que concedia a qualquer

empresa ou companhia que se formasse legalmente para estabelecer a navegação a vapor entre Aveiro e Ovar um subsídio mensal de 60\$000 réis durante 5 anos pago pelo Estado, bem como a realização das «obras necessárias na ria de Aveiro para esta se tornar navegável por barcos a vapor», as quais seriam custeadas, em partes iguais, pelo Estado e pelo cofre da Junta Geral do Distrito¹⁴⁸.

O elevado número de baixios do percurso, entre Aveiro e Ovar, terá sido o maior obstáculo à navegabilidade da ria com embarcações movidas a vapor. Apesar de se considerar incompetente para se pronunciar com segurança sobre os custos globais das dragagens necessárias, o referido técnico computava em 10 475\$150 réis os gastos no «trânsito de S. Jacinto» e em 21 800\$842 réis os da boca do Gaga¹⁴⁹. Estes valores terão feito esquecer as diligências de José Estêvão, primeiro, e do Governador Civil, Antero Albano da Silveira Pinto, em Setembro de 1854¹⁵⁰. Até porque o número de pessoas e o volume das mercadorias a transportar seria diminuto, não justificando, de imediato, tal investimento¹⁵¹. O barco a vapor, de ferro, de 30 metros, movido por rodas, deveria possuir dois porões para carga e uma câmara com assentos para *quarenta pessoas*. Adverte o referido oficial da Armada de que «as dimensões deste vapor parecem à primeira vista superiores às que deveria ter, *se atendermos ao número de passageiros e cargas que actualmente se transportam diariamente de Aveiro para Ovar, ou deste ponto para aquele*». No entanto, havia a perspectiva de aumentar esse volume de carga logo que o vapor estivesse a funcionar, logo que fossem «abertas as novas estradas que o Governo tem projectado mandar construir».

Não obstante, o referido Governador Civil não desistia, denunciando a «irregularidade com que é feito o serviço de transporte de viandantes e mercadorias pelos barcos da carreira da ria, entre esta cidade e Ovar, tanto pelos exorbitantes preços e pelos embaraços que os barqueiros põem sempre à pronta partida dos barcos, como pelos perigos a que os passageiros se acham frequentes vezes expostos, em virtude da falta de suficiente número de barqueiros, da imperícia destes, e de carecerem os barcos dos aprestes necessários para a segurança e prevenção contra os temporais»¹⁵². José Estêvão acabou por abandonar essa reivindicação e passou a bater-se pela passagem do caminho-de-ferro por Aveiro.

4.2.2. *Ligação entre Ovar e Vagos*

Das comunicações entre a vila vareira e Vagos, embora de menor importância económica, há um número apreciável de testemunhos também¹⁵³. No final

de Oitocentos, a freguesia de Soza beneficiava da sua posição ribeirinha: a ria era «frequentada por grande número de barcos que transportam cal, arroz (da terra), feijão, vinho, barro para as olarias de Ovar e Porto, e outros objectos»¹⁵⁴. Acrescenta Pinho Leal que a apanha do moliço ocupava um grande número de outros barcos, «indústria que constitui um bom ramo do comércio, pois sendo um óptimo adubo para fecundar as terras, vai para diferentes povoações do concelho, e para os de Mira e Cantanhede»¹⁵⁵.

A aquisição de barro no concelho de Vagos para as olarias de Ovar está também abundantemente documentada, desde o século XIX. Na centúria seguinte, também as fábricas cerâmicas owarenses carregavam ali barcos de barro e outras matérias-primas, levando louça e demais produtos manufacturados. Os registos de casamento confirmam ligações matrimoniais de varinos com mulheres desta região¹⁵⁶.

Outros testemunhos comprovam as relações entre Vagos e as povoações ribeirinhas. Em 1893, a Câmara de Vagos pedia a demolição da Ponte de S. João, que ligava Ílhavo à Gafanha. A sua errada concepção impedia a saída das águas da ria na vazante, prejudicando «de forma clara os interesses do comércio e navegação que lhe diz respeito do porto do Boco *para Aveiro e Ovar principalmente*»¹⁵⁷.

4.2.3. *Persistência das velhas rotas da ria de Aveiro*

No final do século XIX, apesar da existência do caminho-de-ferro, a ligação Aveiro-Ovar continuava a fazer-se à vela, pela ria, porque, como explicava Melo Freitas, em 1886, «é muito mais barato o transporte fluvial, e se atendermos a que, pelo trilho de que nos ocupamos, fazem carreira as recovagens do Porto, alcançaremos nitidamente as vantagens que apontamos»¹⁵⁸. Em 1890, o canal de Ovar era referido pelos notários como «ria da carreira de Ovar a Aveiro»¹⁵⁹. Em 1905, a propósito de um naufrágio na ria, o *Campeão das Províncias* faz referência a um tal «António Gomes Ribeiro, da Feira, sucessor da antiga recoveira do Porto, a Tanoeira, [que] faz a carreira pela via marítima de Aveiro a Ovar, e desta vila ao Porto pela terrestre, e que chega a esta cidade às sextas-feiras de cada semana, carregado com as encomendas daqui e lugares próximos [...]»¹⁶⁰. Nas vésperas da instauração da República, quando se pedia um caminho-de-ferro para a região marinhoa, *O Concelho de Estarreja* testemunha a existência de um importante tráfego comercial, de barco, entre Aveiro e Ovar¹⁶¹.

Também a documentação do Arquivo Municipal de Aveiro, nomeadamente as folhas dos jornais pagos pelo município, dá conta de um intenso vaivém

de recoveiros, entre Aveiro e o Porto, onde eram adquiridas as ferramentas utilizadas pelos trabalhadores das obras da Câmara e donde vinham matérias-primas e equipamento variado. Nos documentos notariais surgem nomes de indivíduos identificados como «recoveiros»¹⁶². De resto, do Porto vinham muitos produtos manufacturados e de importação que a cidade consumia¹⁶³.

Noutras direcções acontecia o mesmo. No início do século XX, apesar da existência da estrada entre Aveiro e a Barra, o barco continuava a ser o meio de transporte preferido¹⁶⁴.

De facto, a ria constituiria, ainda durante décadas, um importante meio de circulação de várias matérias-primas e de escoamento da produção de algumas fábricas, como os testemunhos dispersos bem mostram. A correspondência da empresa de Jerónimo Pereira Campos, Filhos, Lda. dá conta da importância da ria no trato comercial com as freguesias ribeirinhas. Um barco carregava, segundo um testemunho de 1918, cerca de 3 000 a 4 000 telhas, um pouco menos do que os vagões do caminho-de-ferro no mesmo período¹⁶⁵. Os locais de apontamento habitual eram Ovar e o esteiro de Válega.

Em 1920, devido a um temporal, afundou-se um barco carregado com quatro toneladas de ferro (o ferro ia para a serralharia de Carlos Pereira Valente)¹⁶⁶. Mais tarde, os testemunhos disponíveis dizem bem da importância da ria para o comércio local. Em 31 de Janeiro de 1930, pode-se ler, a este propósito, numa acta da Associação Comercial de Aveiro: «Diz ainda o presidente que, em seu entender, parte dos cais acostáveis e os próprios canais que servem a cidade e localidades rurais e ainda outros que servem as povoações dos concelhos de Ovar, Estarreja, Ílhavo, Vagos e Mira, estão em tão mau estado de assoreamento que se torna impossível a sua navegabilidade e por isso propõe que a Direcção o autorizasse a tratar este assunto em reunião da Comissão Executiva da Junta Autónoma da Barra e Ria de Aveiro, mas que atendendo à falta de receita da mesma Junta que auxilie as despesas a fazer com tais reparações, propõe que à mesma Junta seja fornecida uma lista de vários artigos a tributar pela referida Junta, classificando esse imposto de tráfico dos cais da ria de Aveiro»¹⁶⁷.

Na reunião seguinte é apresentada uma extensa relação dos produtos a taxar, que nos permitem ter uma ideia da natureza do movimento comercial na ria de Aveiro: adobes de areia e cal, adubos químicos, aguardente ou álcool em vasilhas de 10 a 100 litros, areia transportada em barcos saleiros e bateiras, arroz em casca ou descascado, bacalhau, barro, batata, cal churra ou fina, carqueja, carvão de pedra ou cepa, barricas de cimento, farinha, gasolina, junco, bajunça ou caniço, legumes, cereais, lenha, fachineira, madeira de procedência estrangeira,

industriada, moliço, verde ou seco, óleo de fígado de bacalhau, azeite, pedra, destinada a construções, aparelhada ou não, alvenaria, brita ou bergalhau, peixe, fresco ou salgado, destinado ao consumo público, excepção do bacalhau, peixe de qualquer espécie com destino a adubo, incluindo caranguejo, sardinha ou chicharro, petróleo, envasilhado ou a granel, sal, telha, sistema mourisco, tijolo, toros de pinheiro, vinho¹⁶⁸.

Mesmo nas décadas seguintes, algumas empresas industriais utilizaram a ria de forma sistemática. Nos anos 40 do século XX, pela ria circulavam barcos com bilhas de leite para a Fábrica de Lacticínios Colares Pinto, em Ovar¹⁶⁹. E na década seguinte, a importância da ria para a empresa cerâmica de Jerónimo Pereira Campos, Filhos, SARL está bem expressa no artigo que o seu director-delegado, Ricardo Pereira Campos, escreveu a propósito do encerramento, para beneficiação, do canal da Fonte Nova. É que as referidas obras davam prejuízos computados «já em muitas centenas de contos, visto que temos de transportar para a cidade todos os artigos destinados a serem carregados em barcos. Antes deste estado de coisas, o movimento anual de barcos carregados ou descarregados pela nossa sociedade computava-se entre 1400 a 1500, o que à média de 10 toneladas cada, dava 14 a 15 toneladas anuais [...]. Os artigos que transportamos pela Ria são: produtos cerâmicos, barros refractários, lenha e toda a espécie de combustíveis. Desde que o Canal do Cojo seja devidamente dragado e de modo a permitir a navegação ordinária na ria na baixa-mar, o mesmo tem a maior importância para esta Sociedade, não só porque lhe permite a ligação directa com o oceano, como, ainda, o abastecimento pela via marítima dos seus clientes que residem ou são servidos pelas áreas banhadas pela Ria de Aveiro»¹⁷⁰.

De resto, mesmo o Eng. J. N. Ferreira Dias Júnior, em 1945, esperava tornar a ria navegável para fornecer madeira das dunas de Quiaios a Mira à indústria que deveria «estabelecer-se um pouco acima da foz do Vouga»¹⁷¹.

4.2.4. Cais e esteiros de acostagem

O grande movimento de barcos na ria, tanto para o transporte de pessoas, mercadorias e animais, como para o transporte de moliço, junco e *escaço* para adubo das terras, fazia-se nos inúmeros esteiros e canais¹⁷². Por essa razão, foram criadas condições de acostagem mais ou menos rudimentares, nas diversas localidades, consoante o volume, a natureza das mercadorias (des)embarcadas e as políticas dos municípios. Uma relação publicada em 1936 indica pormenorizada-

mente 111 cais de denominação, dimensão e natureza muito diversificada, distribuídos por trinta localidades: «desembarcadouros» (59), «cais» (23), «malhadas» (9), «esteiros» (7), «motas» (5), «ribeiras» (3), «canais» (2), «esteirinhos» (2) e «valas» (1)¹⁷³. Nos anos seguintes, esse número parece ter crescido. D. José de Castro contou 166¹⁷⁴.

Nesses 111 espaços de acostagem eram desembarcados perto de cinquenta produtos, embora o moliço (em 90 deles) e o junco (em 69) fossem as mercadorias mais transaccionadas. Sal e produtos cerâmicos, como telha e tijolo, eram desembarcados em 37 e 34 cais, respectivamente, seguindo-se, os adobes (em 25) e a areia e a pedra britada (em 19 e 17).

Para a descarga de moliços, junco, bunho, bajunça, estrumes de curral e *escaço* foram sendo criados cais próprios, de estacaria, crescentemente mais afastados do centro das localidades, por razões óbvias. No final de Oitocentos, nas imediações de Aveiro, a Agra de S. Domingos, ao Cojo, é referida em documentos notariais como «praia de estrume»¹⁷⁵. Algumas vezes, foram abertos pequenos esteiros para esse efeito. Devido ao processo de urbanização, esse fenómeno terá sido mais rápido em Aveiro do que nas restantes povoações. As direcções dos municípios começam a tomar medidas severas contra os maus cheiros provocados pelos detritos e contra a falta de higiene dos locais de acostagem na cidade, ainda que os resultados dessas acções fossem mínimos. O melhor exemplo é o da tentativa de proibição do transporte de moliços nas ruas da cidade de Aveiro, em Março de 1861, até porque os carros danificavam as calçadas, feitas muitas vezes de torrão¹⁷⁶. Em 1903, quando estava em construção o cais do Canal de S. Roque, houve mesmo quem tivesse sugerido o aterro do Cais dos Mercantéis, junto da praça do peixe por causa dos maus cheiros¹⁷⁷.

Para as restantes embarcações, especialmente as que transportavam pessoas e mercadorias sem cheiros, as câmaras foram gastando quantias avultadas, ora na construção e manutenção dos cais, ora na sua renovação completa¹⁷⁸. Em 1860-1861, foi construída a malhada dos Santos Mártires (e iniciada a de Aradas), com projecto de João da Maia Romão (1837-1923), que envolveu, durante esse período de tempo, perto de 200 trabalhadores, entre homens, mulheres e rapazes¹⁷⁹. Mas a falta de dinheiro continuava a dificultar a concretização de promessas eleitorais e a satisfação dos desejos da população. Solicitava-se o apoio do Governo, como aconteceu, em 1866, para a conclusão do cais da cidade¹⁸⁰. Alguns cais, como o das Pirâmides, no centro da cidade de Aveiro, um tratamento especial. Foi aí que desembarcaram os monarcas em visita à cidade, como D. Maria II, «vinda de Ovar em saleira armada em galeota real. Por ali saiu também [...], o actual monarca, seu

chorado pai e sua augusta mãe, a Sra. D. Maria Pia»¹⁸¹. Havia até o cargo de Guarda do Cais da cidade¹⁸². Na Ribeira, em Ovar, denominava-se Cabo do Cais¹⁸³.

A regularização e empedramento dos cais da cidade de Aveiro e dos diversos cais de vilas como Ovar e Estarreja verificam-se especialmente durante a Regeneração. Para a conclusão das obras do cais do canal central, em 1866, a Câmara Municipal de Aveiro viu-se obrigada a solicitar o apoio do Governo¹⁸⁴. As grandes obras de regularização e beneficiação do esteiro da Fonte Nova, em Aveiro, decorrem a partir de meados da década de 1871-1880¹⁸⁵. Em 1891, o *Anuário da Cidade de Aveiro* dizia que, «no braço que separa as duas paróquias [Glória e Vera Cruz], bem como noutros braços da mesma ria, entra diariamente grande número de barcos que descarregam e carregam diferentes mercadorias nas linguetas do *belo cais de pedra que orla as suas margens*»¹⁸⁶. Nesse mesmo ano, começaram os trabalhos para a abertura do esteiro que deveria estabelecer a ligação à estação do caminho-de-ferro, no aterro das Agradas¹⁸⁷. A construção desse aterro foi decisiva para a escolha do local onde Jerónimo Pereira Campos decidiu estabelecer a sua fábrica de cerâmica de construção, em 1896.

4.2.5. Projectos de ligação da ria ao Douro e ao Mondego

Os planos de ligação de diversos cursos de água são antigos. A ligação entre o Douro e a ria de Aveiro terá sido pensada pela primeira vez no último quartel de Setecentos, pelo sargento-mor Isidoro Paulo Pereira, que esteve ligado às obras da barra de Aveiro. A sua *Planta da Costa desde a Villa de Ovar até ao Porto com a demarcação de hum canal projectado por Izidoro Paulo Pereira* data de 1778¹⁸⁸. Em 1835, a Associação Mercantil do Porto terá tentado concretizar o referido plano, entre o Douro e S. Pedro do Sul¹⁸⁹. Na verdade, como mostro adiante, a ligação a S. Pedro do Sul seria esquecida e reivindicada pela Associação Comercial do Porto, em 1877, através do caminho-de-ferro do Vale do Vouga, como mostro adiante.

Como diz Joel Serrão, depois chegou o comboio, «a hora dos canais passara, quase sem ter principiado»¹⁹⁰. Mas, aqui e ali, fugazmente, às vezes por influência estrangeira, alguns desses projectos não morreram de todo. É nesse quadro que se compreendem as ligações por canais sonhados, entre a ria e o Douro e o Mondego ou entre Aveiro e Águeda. Em 1921, referindo-se ao projecto de canal, entre o Douro e o Tejo, concebido por Baldaque da Silva, Alberto Souto defende a realização de um conjunto de obras dessa natureza. Exactamente um século depois do projecto apresentado pelo comerciante francês, Jean Pierre

Mijoule, às cortes constitucionais, para construção de um canal do Carregal, Ovar, ao rio Douro¹⁹¹.

No âmbito do I Congresso Beirão e da difusão desse caldo ideológico anti-parlamentar a deram o nome de *regionalismo*, o ex-deputado republicano Alberto Souto lidera um grupo que pugna para que Aveiro se torne a capital, o motor de uma região que se estende de Mira a Ovar, envolvendo Águeda, convenientemente dotada de infra-estruturas várias, com evidente relevo para as vias de comunicação. Por isso é que afirma que a França, a Bélgica e a Alemanha «têm gasto somas enormes abrindo canais que ligam os seus rios e os seus centros de actividade e que correm paralelos com a sua vasta rede de estradas e caminhos-de-ferro [...]. Entre nós, não só não se abriu nunca um canal artificial, mas por uma incúria criminoso tem-se deixado perder os que a natureza nos concedeu». É que, em sua opinião, a Ria, «*facilmente se poderia levar até Espinho e ao Mondego*, prestando assim grandiosos serviços, tem já 1/5 inutilizado, no sentido norte-sul, pela erosão fluvial e eólica a que nem se opôs um trabalho de dragagem, nem um trabalho de regularização de margens e fixação de dunas»¹⁹².

4.3. A Barra e o porto de Aveiro

A «questão da barra» era «importantíssima e vital para Aveiro e seu distrito [...], em face dos princípios de salubridade pública, da alimentação das marinhas de sal, da propagação do peixe, do desenvolvimento de plantas aquáticas, da facilidade de comunicações internas, da futura exploração das ostras e da cabotagem» – escrevia Araújo e Silva, em 1883, mostrando, como tantos outros, que a barra era decisiva para o desenvolvimento de toda esta sub-região¹⁹³.

Com a chegada do caminho-de-ferro, a partir de 1864, a barra e o porto de Aveiro perdem importância, até ao início dos anos Trinta do século XX, quando porto e barra são objecto das obras reclamadas por todos os estudos realizados, desde meados de Oitocentos. A importância do bacalhau e da construção naval, no quadro do nascimento de um significativo número de empresas, seria decisiva para o renascimento deste porto.

Além da falta de recursos financeiros e da ausência de uma estratégia do poder central para o porto de Aveiro, o desconhecimento dos mecanismos das cheias, dos ventos e das marés, dos assoreamentos e das acumulações sedimentares dos rios e das inúmeras ribeiras, como das formas de se minimizarem os seus efeitos em toda a laguna, em especial na barra, desempenharam um papel incon-

tornável em toda a história económica e social desta sub-região, no período histórico em apreço. Em 1883, o Barão de Cadoro considerava que os escassos recursos para a realização das obras de grande dimensão tornavam inúteis todos os esforços e obras parciais; é que, em seu entender, as obras da barra exigiam, antes de mais, a fixação das areias a norte da Barra¹⁹⁴. Por essa razão, é que ainda se discutia o erro da abertura da barra no local onde ela se encontra desde 1808.

Nesse mesmo ano, o Eng. Araújo e Silva escrevia a este propósito: «a escolha da posição desta barra não foi das mais felizes», perguntando: «Seria defeito do projecto de Oudinot ou imposição de influências locais de Aveiro?»¹⁹⁵. À pergunta responde L. de Almeida e Medeiros, citando as palavras que Oudinot escrevera, em 27 de Fevereiro de 1802: «os resultados dos esforços tentados em tempos anteriores foram sempre infelizes, tanto por falta de métodos nos planos projectados, como pela *intriga* das pessoas interessadas *sinistramente* para que não tivesse efeito o fim da obra», como as de outros engenheiros que lhe sucederam nas obras da barra. Segundo este autor, Oudinot atendeu apenas ao escoamento das águas, isto é, desprezou os efeitos que a barra poderia ter no comércio em favor dos «interesses das marinhas e da salubridade». Noutra passagem, cita o Eng. Silvério A. Pereira da Silva, para quem «o ponto da costa que se escolheu para o estabelecimento da barra foi mal determinado»¹⁹⁶. Também Adolfo Loureiro afirma que «a escolha do local e a orientação da nova barra foi pouco feliz, e parece que, reconhecendo Oudinot o erro em que caíra, teve de *satisfazer imposições locais e de ordem mais económica do que técnica*»¹⁹⁷.

Embora não sejam claros os textos citados, parece que se a falta de recursos e o desconhecimento dos «caprichos» desse mal conhecido complexo ecossistema que é a ria constituíram grandes obstáculos, a corrupção e a inépcia política – fenómenos não estudados – terão desempenhado um papel de importância não negligenciável, como a leitura cruzada da imprensa local deixa entrever.

4.3.1. Da abertura da nova barra à chegada do comboio

Conta Marques Gomes (1853-1931) que a barra «existia em 1580 a duas léguas da cidade, conservando-se em bom estado, ao que parece, até 1685, ano em que começou a ser obstruída pelas areias e a afastar-se para sul»¹⁹⁸. No início do século XVIII, o P.^o António Carvalho da Costa afirmava que, «depois, *ficando a barra com pouco fundo se foi diminuindo a navegação, & comércio*: com que até agora se fabricavam aqui poucos navios; & entravam só alguns Portugueses, Ingle-

ses, & Galegos: mas como Aveiro está já porto seguro, se espera que brevemente torne a ser porto rico»¹⁹⁹.

Depois, o historiador aveirense dá conta das diligências goradas de D. Pedro II, até que, em 1755, «foi encarregado Carlos Mardel da abertura projectada. [No entanto], uma grande inundação destruiu os trabalhos principiaados». Três anos depois, um aviso régio de 27 de Janeiro de 1757 aceita a oferta do Capitão-mor João de Sousa Ribeiro da Silveira «para fazer à sua custa a despesa com a abertura de um regueirão na areia, que comunicasse a ria com o mar e desse vazante à enorme massa de água, que alagava os campos e a cidade»²⁰⁰. Depois de muitas despesas e trabalhos, o capitão ilhavense viu os seus esforços coroados de êxito, no dia 8 de Dezembro de 1757. «Em 48 horas a ria ficou desalagada. Ao mesmo tempo, ficava aberta uma barra com mais de 400 m de largura de boca»²⁰¹.

Mas foi alegria breve – dez anos mais tarde, a barra estava assoreada. Tudo em vão, como em vão seriam os intentos do tenente-coronel Guilherme Elsdén, em 1777, e os do engenheiro italiano João Iseppi, em 1780, no sentido de fixarem a nova barra na Vagueira: «Arrastada pela corrente, em breve estava a barra na costa de Mira»²⁰². Ainda foi realizada uma outra tentativa, em 1791, desta feita para se abrir a barra em S. Jacinto. A acreditar nos números de Marques Gomes, «gastaram-se nesta empresa 16 000\$000 réis; mas tudo foi em breve inutilizado». Em meados da década de 1790, segundo Inês Amorim, o assoreamento da barra era factor de forte perturbação do fluxo comercial²⁰³. Mas, além do fluxo comercial, também a actividade dos marnotos e dos pescadores na ria, cujo valor económico não era negligenciável, era perturbada pela instabilidade da barra²⁰⁴.

Em 1802, por pressão política da Câmara Municipal de Aveiro, foram enviados o brigadeiro Reinaldo Oudinot e o sargento-mor Luís Gomes de Carvalho para estudar os trabalhos a realizar, e as obras foram reiniciadas. Em 1803, ao que parece devido a intriga palaciana, sai Oudinot e os trabalhos continuam, a partir de então, sob a direcção de Luís Gomes de Carvalho. Em 3 de Abril de 1808, foi finalmente aberta a nova barra²⁰⁵. Com uma enorme alegria, Luís Gomes de Carvalho dá notícia desse «feliz acontecimento» à Regência²⁰⁶.

Em 1809, Isidoro Francisco Guimarães, um oficial da Marinha embarcado na fragata *Amazona*, escreve uma *Memória sobre a nova barra de Aveiro*, que envia ao Ministro da Guerra, D. Miguel Pereira Forjaz. Nela, o referido oficial enfatiza, de forma incontroversa, a importância da barra para o desenvolvimento da cidade e de toda a sub-região da beira-ria: «[...] todo o fim deste intento era conseguir uma barra, como coisa de primeira necessidade para o país, *sem a qual a cidade ficava reduzida a uma absoluta miséria, e pobreza, como com efeito esteve por espaço*

de muitos anos; e não só os habitantes e ofícios faltos da primeira necessidade para a sua subsistência, mas até todos os anos padeciam bastante na sua saúde, e deste modo a cidade ia ficando despovoada, porque sendo seu maior comércio as marinhas de sal, e a agricultura dos campos, que estão entre as ditas rias, e em todas as circunferências do Vouga, eles se achavam por espaço de anos inundados, porque não tinham uma barra que desse saída às águas, e deste modo todos os habitantes estavam privados dos meios de subsistência, porque não tinham onde os procurar no país, e se viam por isso obrigados a abandoná-lo»²⁰⁷.

Em concordância com as informações desse oficial da Marinha, diz Marques Gomes (sem indicação de fonte) que, logo após a abertura da barra, «as águas que cobriam as ruas da Praça de Aveiro e os baixos do Alboi e da Praia desceram e, em menos de três dias, deixaram tudo enxuto. A barra ficou desde logo com uma profundidade de 20 a 30 palmos, e com um paredão do lado do Sul com a extensão de 1 350 metros. Calculam-se em 400 000\$000 réis as despesas que se fizeram»²⁰⁸.

Nos anos seguintes, foi necessário continuar as obras e, sobretudo, vigiar a formação de descensos no grande paredão ou dique «de quase meia légua de extensão», como refere o próprio Luís Gomes de Carvalho, em carta de 28 de Maio de 1821²⁰⁹.

No entanto, essas e outras dificuldades iriam arrastar-se ainda por mais de um século. Pelo Decreto de 12 de Março de 1840 a alfândega de Aveiro perda de importância, passa a ser apenas uma delegação da Alfândega do Porto²¹⁰, enquanto os responsáveis pelas obras da barra se sucediam a um ritmo anormal. Depois de Luís Gomes de Carvalho, foram nomeados para aquele lugar, entre 1834 e 1858, dez engenheiros militares²¹¹.

É evidente que esta instabilidade pode explicar-se pela natureza da conjuntura, mas as dificuldades técnicas terão sido igualmente determinantes. Resta saber em que medida. Não obstante os «reparos constantes, que sob estas diferentes direcções se lhe iam fazendo, a barra piorava e obstruía-se»²¹². As areias quase a fecharam em 1843, 1849 e 1854. Neste último ano, quando é adquirida uma draga, a barra teria uma profundidade idêntica à de 1808²¹³. E em 1857-58 a barra fecha completamente²¹⁴.

Mais tarde, essa crise é assim descrita: «Quando, depois de 1823, as lutas civis afastaram o grande Luís Gomes de Carvalho, da Direcção das obras, pôde ainda a Superintendência provar durante bastante tempo, com regular eficiência, a manutenção dessas obras, apesar das gravíssimas dificuldades que as lutas civis traziam à vida nacional; após a implantação do regime liberal, em 1836 [*sic.*], foi

ela extinta e o Estado, que incorporava nas suas receitas o produto do imposto do real da Barra, passou a administrar directamente as obras sem qualquer intervenção da administração local, resultando deste facto a ruína total de todas as construções que tinham absorvido as forças económicas desta região importantíssimos recursos financeiros, e dando lugar, vinte e dois anos depois, à *temerosa crise de 1858, na qual estes povos reviveram os dias de angústia do século XVIII*»²¹⁵.

Em face das reclamações, o Estado criou então uma Junta Fiscal, que passou a administrar o produto dos impostos especiais e as obras até 1886²¹⁶. Foi durante este período que, sob a direcção técnica do Eng. Silvério Pereira da Silva, se reconstruíram e aperfeiçoaram as obras existentes, tendo-se iniciado a realização de um importante plano de melhoramentos que muito auxiliou o desenvolvimento da navegação e da pesca, da indústria do sal, da agricultura e melhoria da higiene pública, e deram ao porto uma função comercial local²¹⁷. Mas, como referiria Rocha e Cunha, em 1928, «esta notável administração foi injustificadamente interrompida, passando de novo a direcção das obras para a administração do Estado».

O movimento do porto de Aveiro, nas primeiras décadas do século XIX, era diminuto²¹⁸. Apesar disso, as pressões para se dotar esta sub-região de uma barra e de um porto que lhe abrisse as portas ao desenvolvimento, fazem-se sentir fortemente, especialmente nas duas primeiras décadas da Regeneração. Em 1856, o Governador Civil afirmava no seu *Relatório* que «a obra da barra, a mais transcendente de todas as deste distrito», não progredia «como era de desejar»²¹⁹. E uma vez que a ria, com as suas nove léguas de extensão, ofereceria «ancoradouro seguro para navios de todas as lotações, em todas as estações, por mais rigoroso que [fosse] o Inverno», aquele magistrado chegou ao ponto de asseverar que «a verdadeira barra do Porto deve ser a barra de Aveiro», bastando para isso ligar-se a ria com a cidade do Porto «por um caminho-de-ferro, por meio do qual ela ficaria a *quinze minutos [sic]* de distância da sobredita barra»²²⁰. Dois anos antes, em carta de 11 de Abril de 1854, também o tenente da Armada, António Augusto de Oliveira, sublinhava o facto de o porto de Aveiro ser «muito abrigado» e comparava a barra de Aveiro com a do Porto nestes termos: «A acção do mar sobre a barra de Aveiro é muito violenta, quando sopram com força os ventos dos quadrantes do SO e NO, e quando estes levantam mar; porém, raras são as vezes que ela nestas circunstâncias não permite a entrada a qualquer embarcação que a demande; e não poucos exemplos há em que ela tem dado de entrada franca, quando nas mesmas circunstâncias de vento e mar a barra do rio Douro não permite a navegador algum ingresso na sua foz»²²¹.

De forma algo contraditória, em 1856, o referido Governador Civil acrescentava que, «achando-se o porto desta cidade incluído no número daqueles em que são permitidas as quarentenas de observação, e *sendo a sua barra de muito difícil saída em grande parte do ano*, torna-se esta às vezes absolutamente impraticável por semanas consecutivas, o que obsta a que os navios entrados, em que se manifeste epidemia durante o período da quarentena, possam sair, como preceituam os Regulamentos, em direcção a um porto que tenha lazareto acreditado»²²².

O combate às epidemias, parece ter constituído um forte constrangimento económico. Em 1855, embora discordando das providências legais habituais nessas ocasiões, o Governador Civil, Antero A. Silveira Pinto, afirmava: «O aparecimento da cólera na cidade do Porto veio embaraçar o livre exercício da navegação dos barcos, que nesta época se ocupavam em conduzir o sal das marinhas desta cidade para aquela. Porque em observância dos regulamentos sanitários são aqueles obrigados a uma detenção de alguns dias durante os quais ficam incomunicáveis, com sensível prejuízo das tripulações e do comércio»²²³.

Em carta de 11 de Setembro de 1860, publicada por F. Ferreira Neves, José Estêvão afirmava: «A barra sobretudo merece ser observada por quantos podem concorrer para a melhorar. Esta obra para mim nem é igreijinha política, nem preocupação da terra natal. Interessa grandemente à economia geral do Estado; olhe que para o Norte não há portos senão seis meses. Leia o que lhe vou escrever umas poucas de vezes. A porção de sal que no momento em que escrevo custa no Porto 16\$000 réis, está-se vendendo em Aveiro por 3\$000 réis. E estes dois mercados distam dez léguas»²²⁴. Três anos antes, o tribuno aveirense conseguira um subsídio anual de 15 contos de réis para a barra de Aveiro, mas que viria a ser suspenso em 1862, pouco tempo após a sua morte²²⁵.

4.3.2. Efeitos da concorrência do caminho-de-ferro

Em 1873, a barra fechou de novo – «obstruiu-se completamente o canal do porto de Aveiro»²²⁶ –, sendo reaberta meses depois, em Março de 1874²²⁷. Em 1875, durante algum tempo «quase que podia atravessar-se a vau»²²⁸. Entretanto, apesar das dificuldades iniciais, é nestes anos que o caminho-de-ferro começa a mostrar-se como alternativa ao transporte marítimo, e os protestos do poder político local, como os dos proprietários das marinhas e os dos negociantes de sal vão baixando de tom...

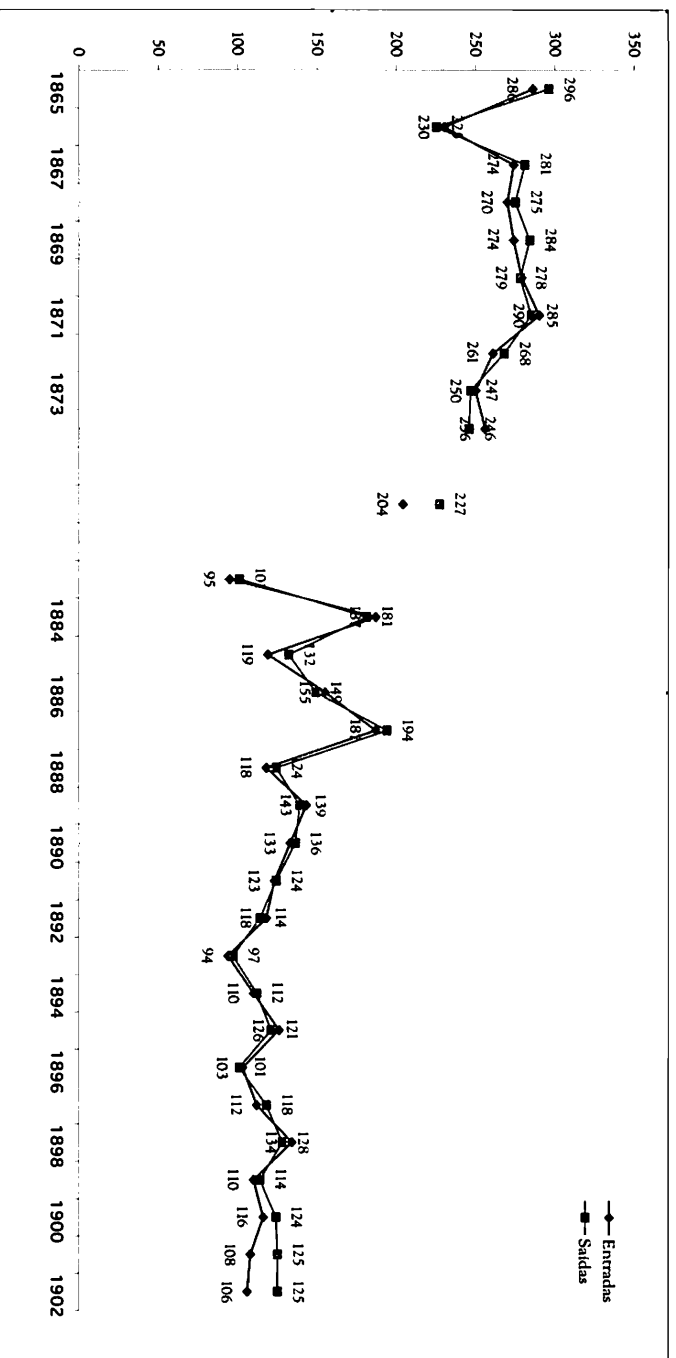
Num ofício de 2 de Abril de 1883, o capitão do Porto de Aveiro, José Maria Oliveira, mostra com clareza as razões da falta de investimento na barra: «Como V. Ex.^a sabe, o comércio desta cidade consiste quase exclusivamente na exportação de sal. Actualmente, os caminhos-de-ferro transportam esse género a pontos onde anteriormente era levado pelas embarcações saídas deste porto. As dificuldades que por semanas e meses impedem a saída da barra, por um lado, e, por outro, a regularidade das comunicações das vias-férreas produzem o definhamento do movimento marítimo de Aveiro»²²⁹.

Também Pinho Leal percebera esse fenómeno, dizendo que era então pequeno o número de embarcações entradas na barra de Aveiro, que quase se limitava à exportação de sal, «que regula anualmente por 20 000 a 24 000 moios, termo médio»²³⁰. E dava exemplos dessa subalternização da barra em favor do caminho-de-ferro: «o minério das minas do Braçal e Palhal, que antigamente era exportado pela barra, é hoje conduzido para o Porto pela estrada de ferro, e pelo mesmo caminho segue a fruta, que vai daqui para Inglaterra. Houve alguns anos em que os prejuízos dos negociantes de frutas foram incalculáveis pela dificuldade que encontravam as embarcações em sair pela barra». Concluía dizendo que, então, com o caminho-de-ferro prosperava o negócio da exportação da fruta: «calcula-se que só de Aveiro são exportados anualmente mais de 10 000 milhares de laranjas e limões para Inglaterra»²³¹.

Em 30 de Junho de 1891, a propósito do estado em que se encontravam os pilotos da barra, o capitão do Porto de Aveiro, Manuel Luís Mendes Leite, confirma a apreciação daquele seu antecessor, em virtude de ter «piorado progressivamente o estado do porto e da barra»: «A barra de Aveiro está desde longa data em circunstâncias tão excepcionais que por forma alguma pode ser equiparada a qualquer das outras do Reino. *A pouca navegação que a frequenta e ainda assim a pequena lotação desses navios, conjuntamente com o muito trabalho que tem o serviço, especialmente de saída das embarcações, que é todo feito à força de braços, por não haver rebocador, fazem com que a barra seja a mais trabalhosa e, contudo, a menos rendosa de todo o país*». Acrescentava ainda que «se os pilotos da barra de Aveiro estivessem somente limitados aos proventos de entrada e saída das embarcações com certeza teriam em algumas épocas do ano de abandonar o seu lugar para não morrerem de fome»²³².

Em 1898, a *Vitalidade* dá voz aos lamentos do Eng. J. M. de Melo de Matos (1856-1915), a propósito do assoreamento do esteiro Oudinot, «o canal mais frequentado» de toda a ria, então completamente obstruído. Desde 1893 que o referido engenheiro «tem feito incluir no mapa de serviços a verba necessária

Gráfico 1 Efeitos do caminho-de-ferro no movimento do porto de Aveiro, 1865-1902



Fontes: ACM, cc. 90, «Sinopse do movimento marítimo do Porto de Aveiro», 15 de Janeiro de 1875; *idem* Jaime Afreixo, «Parcer de 9 de Setembro de 1903», e Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 201.

para a limpeza do esteiro, sem que até agora fossem atendidas as suas requisições». A situação era tal que Melo de Matos fez chegar ao Ministério uma representação subscrita por 272 assinaturas reconhecidas, protestando contra «o estado lastimável de abandono e incúria em que se acha um dos principais pontos desta ria [...]»²³³.

O natural assoreamento da barra e a falta de estratégia para o porto de Aveiro, como para toda a ria, nas primeiras décadas da Regeneração, fizeram com que as dificuldades se fizessem sentir em vários domínios. A carência de um rebocador, pedido e prometido nos anos 50 do século XIX, é um excelente exemplo dessa situação. A inexistência de um rebocador (e de uma draga que trabalhasse com regularidade) fazia com que esta barra fosse uma das mais perigosas. Por fim, chegou um rebocador. Mas chegou e partiu.

Há muito que a Capitania dispunha de cinco catraias, mas eram inadequadas para as necessidades. Nem salva-vidas havia²³⁴. Em 1891, o capitão do Porto de Aveiro queixava-se de que Alfândega do Porto não fazia, como antes, o concerto das catraias, «tendo esta falta causado e continuando a causar gravíssimos prejuízos no serviço que está sendo feito com eminente risco de vidas»²³⁵.

Em 3 de Abril de 1893, realizou-se em Aveiro uma manifestação para pedir o estabelecimento de um serviço de dragagens na ria²³⁶. Sem qualquer efeito prático.

No início do século XX, havia já só uma catraia e de reduzida utilidade. Em 1908, ao sair da barra, com lastro de água, depois de ter descarregado petróleo, a chalupa *Atlântico*, propriedade da empresa Vacuum Oil Company, encalhou no lado norte da barra, «sendo impossível o serviço da catraia». Dizia *O Aveirense* que o capitão do porto e o gestor local daquela empresa «telegrafaram para a cidade do Porto pedindo um rebocador»²³⁷. Acrescentava o referido periódico, que «na baixa-mar andava-se em volta [do barco] a pé enxuto». E termina dizendo: «Aqui temos um dos casos em que se sente a falta do rebocador que foi a consertar o hélice ao Porto, e que havia vindo para a barra de Aveiro, mas só para inglês ver, que depois de consertado seguiu para a Madeira»²³⁸.

As obras, com a lentidão habitual, chegaram mesmo a parar meses seguidos, como aconteceu em 1891²³⁹. O maior investimento do Estado na barra, no final do século XIX, foi a construção do farol, que fora pedido por diversas vezes, entre 1812 e 1863²⁴⁰, absolutamente necessário para a navegação naquele local²⁴¹. Iniciado em 1885, a sua conclusão arrastou-se penosos anos, sendo inaugurado apenas em 1893²⁴². As carências eram muitas. A Capitania esteve sempre mal instalada, como, de resto, todas elas, bem como os demais organismos do Estado. Na

viragem do século XIX para o século XX, a cidade de Aveiro debateu-se com uma absoluta falta de instalações para o normal funcionamento dos diversos organismos do Estado. Em 1903, por seu lado, Jaime Afreixo afirmava: «As casas e as mobílias não estão na decência que é exigível a uma repartição do Estado»²⁴³. As dificuldades mantiveram-se até 1926, quando a capitania ocupou o edifício concebido por Francisco da Silva Rocha para a «sua» Escola de Desenho Industrial²⁴⁴.

As críticas do capitão Jaime Afreixo, de uma contundência inusitada, demonstram bem que as enormes privações que se sentiam na Capitania de Aveiro, na verdade, eram afinal uma amostra do que se passava, de um modo geral, nos restantes portos e capitánias, dificuldades que a crise da última década de Oitocentos terá agravado²⁴⁵.

De qualquer modo, todo o texto de Jaime Afreixo mostra como a autoridade do Estado era frouxa, no início do século XX. No final das suas considerações, afirma num lamento não resignado: «É o próprio Estado o primeiro que não dá importância nem considera as capitánias dos portos [...]. *Não admira, pois, que o país responda ao Estado com a mesma indiferença, acatando tão pouco os regulamentos marítimos, que alguns são como se nunca tivessem existido*»²⁴⁶.

Nos últimos anos do século XIX, a Associação Comercial de Aveiro, dirigida então por Edmundo de Magalhães Machado (1856-1899) e Gustavo Ferreira Pinto Basto (1842-1914), figuras públicas que dispunham de fortes apoios políticos em Lisboa, assume a liderança da luta pelos «melhoramentos locais» e relança o interesse do poder central pelas obras da barra, numa perspectiva diferente da das décadas anteriores, chegando mesmo a solicitar ao Governo a inclusão da Barra e da Gafanha no concelho de Aveiro²⁴⁷. Apesar das dificuldades, a ria e a barra beneficiaram dessas intervenções. Refiro, antes de mais, a criação da Junta Administrativa das Obras da Barra, em 8 de Junho de 1898, e o êxito das pressões para a dragagem da ria²⁴⁸. As actas da Associação Comercial de Aveiro dão bem conta desse interesse²⁴⁹. Nos anos seguintes, nomeadamente em 1921, quando da criação da Junta Autónoma da Barra e Ria de Aveiro, que viria a substituir esta Junta Administrativa, Gustavo F. Pinto Basto seria inúmeras vezes lembrado pela sua visão estratégica. Poucos anos volvidos, já não é a saída de embarcações, maioritariamente carregadas de sal, que move os protestos locais, mas tão-só o assoreamento da ria.

Se atentarmos nos valores do Gráfico n.º 1, facilmente verificaremos que os efeitos conjugados do estado da barra e do caminho-de-ferro reduziram a perto de um terço o movimento do porto, entre o início da década de 1870 e o final da de 1880. As linhas do gráfico expressam bem tudo o que disse anteriormente. Em

carta de 11 de Abril de 1854, António Augusto de Oliveira diz que o porto de Aveiro era então «frequentado por caíques, rascas, iates e escunas, as quais embarcações se empregam em conduzir pescaria salgada, sal, arroz e madeiras», sendo de 250 a 300 o número de embarcações que entram neste porto anualmente²⁵⁰. Em 1862, ainda entraram 341 embarcações e saíram 357²⁵¹. Em 1865, entravam quase seis navios por semana, mas em 1903 apenas eram descarregados dois. Em 1879 entram em Aveiro 8 veleiros (um deles em lastro) provenientes do estrangeiro ou das possessões ultramarinas, e saem 13 com os mesmos destinos; mas essas como as embarcações que entram e saem, 204 e 227, respectivamente, têm uma arqueação reduzida.

No início do século XIX, a tonelagem média era de cerca de 50-60 toneladas. Em 1854, segundo o testemunho do referido tenente da Armada, fora construído em Aveiro um iate de 160 toneladas e um brigue de 280. No seu *Parecer*, Jaime Afreixo informa de que a tonelagem média dos barcos entrados na última década de Oitocentos era de 264 t, acrescentando que a barra dava entrada a lugres de 380 t, mas os navios que mais frequentavam o porto eram palhabotes, chalupas e caíques. Na verdade, o movimento limitado do porto, no início de Novecentos, era «de pequena cabotagem – chalupas na sua quase totalidade»²⁵². O sal era transportado especialmente em chalupas, iates e caíques, mas também havia carregamentos em canoas, fragatas e lugres. A tonelagem variava entre as 15 t carregadas por uma canoa de pesca e as 242 t que carregou uma fragata, em Julho de 1912. As chalupas transportavam entre 50 e 100 toneladas de mercadorias.

Sobre o movimento de navios a vapor, os documentos compulsados não deixam espaço para dúvidas: depois da entrada da primeira embarcação movida a vapor, possivelmente em 1860, poucas terão demandado, na segunda metade de Oitocentos, o porto de Aveiro²⁵³. Em 1892, quase trinta anos após a chegada do caminho-de-ferro a Aveiro, pela estação desta cidade foram expedidos 1100 vagões de sal e 2667 toneladas de pescado!²⁵⁴. Esta cifra não mais parou de crescer nos anos seguintes.

Os 48 registos de saída a mais, de 1888 a 1902, são, segundo Jaime Afreixo, de embarcações construídas nesta região, nomeadamente “varinos”, dos estaleiros de Ovar, que seguiam para a navegação no Tejo. É possível que os 15 barcos em excesso, de 1865 a 1877, tenham também a mesma explicação. Saliento que, de 1899 a 1902, saíram mais 48 barcos do que os que entraram, exactamente o total de barcos do segundo período considerado. Em 1901, saíram mais 17 e, no ano seguinte, mais 19. A serem de facto embarcações construídas nos estaleiros de Ovar, estaremos perante um surto da construção naval, que encontrará explicação numa maior animação do movimento marítimo do Tejo.

Nos anos seguintes, o movimento do porto reduziu-se ainda mais, como mostram os dados parciais reunidos e os testemunhos cruzados da imprensa local, para só se inverter a tendência após a Guerra. Apesar da existência da Junta da Barra, o porto foi relativamente esquecido. As atenções concentraram-se especialmente na barra, dada a sua importância vital para a vida nesta sub-região.

No Verão de 1904, lamentava-se que a barra mais não fosse que uma «estreita garganta semeada de perigos»: «Chama-se assim [barra de Aveiro] ao estreitíssimo canal por onde mal passa um barco de pequena lotação, como são quase todos os que ainda demandam o porto de Aveiro»²⁵⁵. No ano seguinte, chegou um «possante» rebocador, mas, como ironizava o *Campeão das Províncias*, «com tanta má sorte que rebentou as primeiras espias e o iate conduzido esteve prestes a ir de encontro às pedras do paredão. Não conseguia mexê-lo donde estava, tal a sua “força”, tal o seu “poder”, sendo até obrigado a andar para trás, como o caranguejo!»²⁵⁶.

De final de 1908 a Abril de 1909, a barra esteve novamente assoreada, chegando o Eng. Melo de Matos a pensar fechá-la à navegação, pois na baixa-mar passava-se a pé de S. Jacinto para o areal da Barra²⁵⁷. A imprensa local alarma-se. A Associação Comercial de Aveiro pressiona o Governo²⁵⁸. Se as areias obstruíssem a passagem das águas, a pesca na laguna definharia. Em Estarreja e noutras localidades ribeirinhas temia-se pela saúde das populações, pois as águas, devido à elevada pluviosidade desse Inverno, invadiam os juncais das margens e não eram renovadas²⁵⁹. Em Fevereiro de 1909, «em consequência do lamentável e lastimoso estado da barra, que se reflecte na ria, não tem havido pesca nela, e se alguma há, é tão insignificante que se manifesta já na beira-mar uma crise medonha»²⁶⁰. Depois de decididas as obras a realizar – prolongamento do molhe da meia-laranja –, o mar abriu e fechou sucessivamente o regueirão da barra, no início de Março, e, em Setembro, só permitia a entrada a pequenos barcos na preia-mar²⁶¹. Face à surdez do poder central, o engenheiro da Junta da Barra, Henrique Ferreira Pinto Basto, demite-se²⁶². Importa sublinhar que estas dificuldades faziam-se sentir também nas noutras barras, com graves prejuízos para a vida económica do país²⁶³.

As obras realizadas em 1909 não impediram novos problemas, por falta de dragagens. A imprensa pressionava agora os deputados do círculo, clamando: «Aveiro tem toda a sua complexa existência intimamente presa à barra»²⁶⁴. Em 1912, ficou assoreado o Canal da Vagueira, tornando a região a sul num verdadeiro lago²⁶⁵. No final desse ano, veio de Lisboa um rebocador para auxiliar os bacalhoeiros à entrada da barra²⁶⁶. A mesma sorte não teve, em Abril de 1914, o iate *Maria Miquelina*, que naufragou, por «falta de um rebocador há tanto tempo reclamado

e prometido». O veleiro encalhou ao sul do farol. Mesmo assim, foi possível salvar parte da carga, constituída por cimento, adquirido pela fábrica de cerâmica de Jerónimo Pereira Campos & Filhos)²⁶⁷.

Em 1913, o *Campeão das Províncias* atribui ao assoreamento a falta de peixe na ria²⁶⁸. Dois anos depois, as inúmeras queixas e o reconhecimento do lamentável estado de assoreamento da ria e as dificuldades colocadas à pesca e à navegação, levaram o Presidente da Junta das Obras da Barra e da Ria de Aveiro a exigir ao Governo o «início de obras hidráulicas que não chegaram a fechar o plano preconcebido e que representa ter a navegação de cabotagem o ingresso no porto quase vedado, do que resulta grande transtorno para os navios de pesca de bacalhau. A mesma junta, em consequência de tais factos, pede que lhe seja enviado [...] o relatório sobre a continuação das obras do canal do Espinheiro e o plano hidrográfico do porto e barra de Aveiro, e que o Governo habilite com os meios necessários para a execução de tais obras»²⁶⁹.

Em 1914, no quadro da grave crise da pesca na ria e no mar, *O Democrata* fazia um balanço pessimista: «A opinião da nossa terra tem andado mal orientada acerca dos serviços que a barra lhe pode prestar. *Se é lamentável que bem mal sirva a navegação, ainda é mais lamentável que de nada sirva para a pesca.* Pelas condições de acesso, pelas condições do porto interior de pequenos fundos, pela sua situação geográfica nunca o nosso porto poderá ter para o comércio marítimo a importância que muita gente julga possível [...]. Se a pequena profundidade das águas interiores e as condições da barra, ainda quando muito melhoradas pela realização das obras projectadas excluem a possibilidade de acesso para as grandes tonelagens em que se faz a parte mais importante do comércio marítimo, é presumível porque outro tanto não sucederá para as pequenas tonelagens empregadas na pesca costeira e longínqua que poderiam ter uma barra fácil e porto seguro». Adiante, acrescenta: «É evidente que, melhorando as suas condições actuais, as escassas 7000 toneladas do seu tráfego anual, quase tudo devido à pequena cabotagem, representativas de uma importação e exportação de cerca de 80 000\$00, poderiam talvez quadruplicar rapidamente, mas isto não constituiria um resultado de capital importância para a economia local, nem justificaria os enormes sacrifícios pecuniários já feitos, mais de 1 200 000\$00 e os que seriam ainda necessários, cerca de 35 000\$00, para obter rendimento aceitável de obras tão importantes como são as já realizadas [...]»²⁷⁰.

Em 29 de Agosto de 1919, aproveitando o facto de o titular do Ministério da Marinha ser um aveirense profundamente conhecedor da história e situação da barra e da ria – o Capitão de Fragata Silvério R. da Rocha e Cunha –, a Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito promove uma reunião com as câmaras muni-

cipais de Vagos, Ílhavo, Aveiro, Estarreja e Ovar, onde foi elaborada e aprovada uma importante representação²⁷¹. Exigiam a realização de todas as obras previstas no projecto do Eng. Silvério Pereira da Silva, de 26 de Fevereiro de 1874, aprovado por portaria de 1875, nomeadamente «um canal em frente do Espinheiro até à Barra, para se dar uma direcção conveniente às águas do Vouga conjugadas com as dos braços principais da ria»²⁷². Mas iam mais além dessas reivindicações, pedindo apoio, por exemplo, para a construção de duas pontes que ligassem, uma, as margens da Costa Nova e, outra, a Torreira a Bestida. Essas obras orçavam em cerca de 600 000\$00.

4.3.3. Criação da Junta Autónoma da Barra e Ria de Aveiro

Nos anos após a I Guerra Mundial, como veremos nos capítulos seguintes, há um ambiente de euforia empresarial, que se reflecte no movimento do porto de Aveiro, dando-lhe a importância económica que lhe faltava para ser olhado com atenção. Por outro lado, o caminho-de-ferro não responde agora às aspirações e necessidades das populações ribeirinhas, isoladas, obrigadas a utilizar o transporte marítimo para escoamento de matérias-primas e produtos²⁷³. Por outro lado, as elites políticas e económicas da cidade da ria, nomeadamente as que fundam o Banco Regional de Aveiro, em 1920, detinham saber, dominavam a administração local, o associativismo empresarial, recreativo e beneficente e tinham forte influência em alguns governos da República – Aveiro estava em vias de tornar-se o pólo regional que não conseguira ser nas décadas anteriores.

Não foi por acaso, pois, que as obras da barra – paralisadas desde 1903 – e o porto de Aveiro foram os assuntos centrais do discurso que o então ministro do Comércio, Aníbal Lúcio de Azevedo, proferiu na Câmara dos Deputados, em Maio de 1921. Os números exibidos pelo governante, na apresentação da proposta de criação da Junta Autónoma da Barra e Ria de Aveiro, mostram que algo estava a mudar: em 1920 estavam inscritos 12 500 «marítimos», tripulando 2500 barcos moliceiros, de transporte e de pesca fluvial e costeira. «No porto de Aveiro entraram 349 traineiras e 67 navios, compreendendo 11 bacalhoeiros. Nesse mesmo ano, o produto da pesca atingiu os valores de 1978 contos na costa marítima e 323 na ria. O bacalhau entrado avaliou-se em 2000 contos. As 50 000 toneladas de sal produzido valem, ao preço desse ano, 1000 contos. O corte de juncos deu 300 contos e as algas da ria produziram 1200 contos»²⁷⁴. Agora é a pesca do bacalhau, a construção naval, a Escola Comercial e Industrial e um conjunto de outras exigências que preenchem a agenda dos responsáveis do poder político local e da Associação Comercial de Aveiro. Mesmo assim, a falta do rebocador foi solucionada por iniciativa... particular!

Apesar das ineficiências e das promessas não cumpridas, a década de 1921-1930 é marcada pela emergência de um discurso diferente, de cariz eclético e suprapartidário – dito regionalista –, centrado no desenvolvimento local. Depois dos contributos de Marques Gomes, no século XIX, as primeiras histórias da ria, da barra e do porto de Aveiro nascem nesses anos Vinte, ao serviço da causa das obras da barra, exactamente pela mão de dois homens que muito se bateram por esse objectivo: Rocha e Cunha e Alberto Souto, o que nos deve pôr de sobreaviso quanto à sua utilização como fontes históricas.

Assim, por razões ideológicas e políticas, tornou-se consensual entre as elites locais que as obras da barra só podiam ser realizadas por um órgão que tivesse receitas e autonomia próprias: «É o caminho seguido hoje em toda a parte. No porto de Lisboa, no porto de Leixões, em Viana, na Figueira, em Setúbal, no nosso arsenal, etc.»²⁷⁵, pois, como dizia Alberto Souto, o principal ideólogo do regionalismo aveirense, «o Estado é em geral o pior administrador, o pior comerciante e o pior produtor», pelo que o seria igualmente na administração de obras do porto²⁷⁶. Noutros trabalhos, Rocha e Cunha, então «republicano reconstituente» [*sic*], subscrevia as teses do seu correligionário «republicano independente». O projecto de criação da Junta Autónoma da Barra e Ria de Aveiro, apresentado pelo ministro do Comércio, em 5 de Maio desse ano, saiu das suas mãos²⁷⁷.

O discurso corrente torna-se panfletário: «Na Ria está o futuro de Aveiro. Conservá-la e melhorá-la é garantir o pão, a vida, a prosperidade dos nossos filhos. Deixá-la perder, como está acontecendo, é cortar todo o futuro das nossas populações!»²⁷⁸. Alberto Souto, então presidente da Associação Comercial de Aveiro, resume, nestas palavras, o desejo que animou o espírito de muitos: «Pois se é tempo de esta nação acordar, se esta miséria que a Guerra pôs a nu foi lição de que algo pode servir, se o abandono a que tudo isto tem estado entregue é um crime, se o desmazelo em que temos vivido é uma vergonha que nos humilha, se há meia dúzia de homens bons e de boa-fé, clara inteligência, são intuitos e patrióticas aspirações, salvemos essa Ria [...]»²⁷⁹.

Todavia, em 1921, a imprensa republicana de Estarreja e Ovar censura os «localistas» aveirenses por darem apoio a um projecto de financiamento das obras da barra e da ria, que não traria vantagens para aquelas duas vilas²⁸⁰. Alguma imprensa republicana aveirense juntou-se a esse protesto²⁸¹. O *Campeão das Províncias* verbera o «desmedido bairrismo ou regionalismo» dos organizadores da proposta, considerando o regionalismo «um movimento político monárquico», um «sectarismo», um «cisma», pois «desagrega a nação, desfalece-a. Estabelece o domínio de um com o prejuízo de outrem. Enfraquece, e muitas vezes aniquila, no corpo social ou colec-

tivo, a acção benéfica da organização do Estado, ou da representação social [...]. É criar um Estado dentro do Estado. Politicamente, a Constituição reprová-o»²⁸². O projecto foi considerado injusto para os interesses agrícolas pelo município ovariense, que o acusava de favorecer apenas a «burocracia, os proprietários de marinhas de sal e as empresas de pesca de bacalhau da cidade de Aveiro, com uma extorsão revoltante da maior parte da área desta região constituída por propriedade de juncais, de praias de bajunça e moliço, em especial neste concelho e no de Estarreja»²⁸³.

Noutros textos da imprensa local de Estarreja e Ovar, o projecto é acusado de bairrista por apenas atender aos interesses da cidade de Aveiro: «Sempre a *mentida ideia* do interesse pela *região*, pelo distrito, quando é certo que se não pensa senão no *interesse das obras da barra e ria de Aveiro*, que não é senão uma pequeníssima parte do grande estuário do Vouga, e sem interesse algum especial para os outros concelhos do distrito, para quase todos os proprietários dos juncais e praias da região ribeirinha [...]»²⁸⁴. *A Pátria*, de Ovar, é explícita: «Tal junta e sua comissão executiva estão na proposta velhacamente constituídas com uma maioria dos seus vogais fornecida pela cidade e concelho de Aveiro, existindo em tudo a preocupação *bairrista*, ou melhor, *nativista*, de assegurar àquela cidade e concelho o predomínio vexatório sobre os outros concelhos, quer marginais quer não marginais, mas do distrito. Tributaram estes e não lhes deram representação»²⁸⁵. Por tudo isso é que *O Concelho de Estarreja* proclamava: «Regionalismo que tenha em vista o progresso de toda a região encontrar-nos-á a seu lado, mas regionalismo para serventia particular [...], nunca»²⁸⁶.

É neste quadro que, em 7 de Dezembro de 1921, é publicado o Decreto n.º 7880, que cria a Junta Autónoma da Barra e Ria de Aveiro, «velha aspiração desta terra» e extingue a Junta de 1898. O Decreto foi recebido com expressivo regozijo em Aveiro. Em Ovar e Estarreja caíram bem as alterações ao projecto inicial, nomeadamente no tocante à representação paritária dos seis concelhos ribeirinhos²⁸⁷. Os objectivos, enumerados por *O Democrata*, mostram bem a enorme expectativa criada em torno desse órgão, mas também falta de direcção imediata: «Direcção, administração e execução dos estudos e obras necessárias à conservação e melhoramentos da ria e barra de Aveiro; construção e exploração do seu porto comercial e de pesca e dos seus portos fluviais; realização das obras necessárias ao melhoramento do regime das águas e bem assim a defesa da fauna e flora marítima; promoção, por meios que julgar mais eficazes, dentro das leis vigentes, do desenvolvimento do tráfego comercial, fluvial e marítimo da ria e barra de Aveiro, bem como as obras necessárias à protecção das indústrias agrícola e de pesca [...]»²⁸⁸.

Dias depois, diz que o Ministério do Comércio comunicara à Junta para organizar a requisição do material de serviço do porto, necessário a Aveiro, o qual

será fornecido pela Alemanha por conta do material de guerra, a Junta deliberou requisitar: «Um rebocador de 9 pés de calado e força de 500 cavalos com 200 milhas de raio de acção. Uma draga de pressão para serviço da baía e canal marítimo. Uma draga pequena para serviço da ria. Um transportador de lamas. Doze batelões de descarga pelo fundo. Duas lanchas para reboques dentro da ria de motor a óleos pesados. Duas locomotivas, vagões, *rails*, etc. Bóias luminosas para balizagem dos canais navegáveis. Guindastes para descargas. Balança para grandes pesos»²⁸⁹.

Nos anos seguintes, a Junta procede à realização de um pequeno conjunto de obras, mas coisa pouca. Em 1923, desencantado, Alberto Souto escreve: «Dois anos e nada se fez, em que Aveiro nada obteve dos poderes públicos, em que a Junta Autónoma não pôde fazer uma obra em termos, em que se perderam óptimas receitas, em que as cales e os esteiros se atulham mais, em que os molhes sofreram maiores avarias, em que a praia de S. Jacinto sofreu formidáveis rombos, em que a draga acabou por apodrecer, em que os materiais e os salários subiram enormemente, em que emigraram muitos braços, em que se agravou o câmbio, dois anos que representam no atraso da economia regional, perdas incalculáveis! E lá fora, apesar das guerras, os outros povos caminharam, progrediram, andaram, como eu queria que nós caminhássemos e progredíssemos»²⁹⁰.

Em 1924, desiludidas com a Junta Autónoma, dezanove empresas de pesca do bacalhau e comércio marítimo, de Aveiro e Ílhavo, decidem formar uma empresa para aquisição de um rebocador e sua exploração «na Barra e ria de Aveiro ou outros portos, de navios das empresas associadas ou outros navios ou embarcações que precisem de reboque»²⁹¹. Já não era a primeira vez que particulares tentavam fazer o que a administração central não fazia. Em 1906, segundo a imprensa local, Anselmo Ferreira, «abastado proprietário de marinhas e arrojado industrial, mandou vir da Inglaterra o plano de um belo vapor (rebocador), para fazer o serviço de reboques na barra desta cidade e também se emprega na pesca no mar alto. O barco, com todos os seus pertences, deve custar 29 contos de réis; e por isso, o Sr. Anselmo vai trata de organizar uma empresa para aquisição dele»²⁹². Possivelmente nunca chegou a concretizar-se esse intento.

A acumulação de areias e a conseqüente formação de sirtes tornavam extremamente perigosa a passagem na barra. Outras vezes, certamente mais do que a imprensa local noticiou, perante a impossibilidade de entrarem na barra, devido ao mau tempo, os barcos refugiavam-se por alguns dias no porto de Leixões.

Em 1912, o iate *Sofia*, cuja tripulação já estaria habituada aos constrangimentos da barra de Aveiro, ao sair com destino à Terra Nova encalhou a sul da Meia Laranja. Na ausência de um rebocador e após várias tentativas, só a força

simultânea de dois vapores, o *Lince* e o *Magnet*, conseguiu libertar o iate das dunas. Foi rebocado para o estaleiro da Gafanha para «levar a reparação precisa»²⁹³. A mesma sorte não teve o lugre *Atlântico*, ao regressar da Terra Nova, nesse ano: «encostou à praia, ao entrar, e se partiu perdendo-se. A carga, anunciada para vender em leilão, foi arrematada pela firma Pinto Leite, do Porto, à razão de 6\$000 réis o quintal»²⁹⁴. Em Outubro de 1912, o *Dolores* demorou onze dias a entrar²⁹⁵. Não faltam exemplos de dificuldades sentidas pelos navios carregados de bacalhau, à entrada na barra.

Em 1919, foi muito sentida a perda do *Ariel*, um bacalhoeiro de 300 toneladas, lançado à água em Maio do ano anterior e que regressava da sua primeira viagem com uma grande carga de bacalhau e óleo de fígado do mesmo peixe. Despedaçou-se, entre o farol e a meia-laranja. A arrematação dos salvados não rendeu mais do que 3000\$00²⁹⁶.

Quadro 1.2 Barcos naufragados na barra de Aveiro, 1858-1929

Embarcação	Data	Destino/proveniência	Perdas	†
1. Escuna inglesa	1858-05-16	Trazia «carvão de pedra»	–	
2. Iate <i>Assumpção</i>	1886-08-17	–	Perdeu-se tudo	6
3. Chalupa <i>Machado II</i>	1904-01-21	–	–	–
4. Chalupa <i>D. Maria</i>	1908-03-14	Sal para o Porto	Carga	–
5. Iate <i>Artur</i>	1908-12-	Carvão do Porto	Carga	–
6. Chalupa <i>Atlântico</i>	1909-05-10	Lastro de água; trouxera petróleo	Salvou-se	–
7. Iate <i>Maria Miquelina</i>	1914-04-0?	Cimento de Setúbal	–	–
8. Iate <i>Sofia</i>	1912-04-1?	Ia para a Terra Nova	Danos no barco	–
9. Iate <i>Atlântico</i>	1912-10-2?	Bacalhau da Terra Nova	Casco	–
10. Traineira <i>S. José</i>	1919-11-25	Sardinha de Matosinhos	Perdeu-se tudo	12
11. Lugre <i>Ariel</i>	1919-	Bacalhau da Terra Nova	Ficou danificado	–
12. Galeão	1920-07-04	Vinha carregar sal para Matosinhos	Perdeu-se tudo	2
13. Iate <i>Cabo Raso</i>	1921-07-2?	Levava madeira para Lisboa	Parte da carga	–
14. Lugre <i>Regulus</i>	1921-11-01	Vinha de Lisboa com bacalhau	Perdeu-se o barco	4
15. Chalupa <i>Maria das Dores</i>	1922-07-0?	Vinha do Porto a reboque	Perdeu-se tudo	–
16. Lugre <i>Condestável</i>	1925-05-12	Ia para na Terra Nova	–	–
17. Lugre <i>Atlântico</i>	1925-10-30	Bacalhau da Terra Nova	Perdeu-se tudo	–
18. Dois barcos de pesca	1925-12-02	Sardinha da costa de Aveiro	Perdeu-se tudo	6
19. Barco de pesca	1927-10-26	Sardinha	Perdeu-se tudo	2
20. Lugre <i>Sra. da Conceição</i>	1927-11-08	Bacalhau da Terra Nova	Perdeu-se tudo	–
21. Iate <i>Cândida</i>	1929-07-07	Madeira de Viana do Castelo	Perdeu-se tudo	–

Fonte: Vide «Fontes e notas dos quadros».

Em 1923, em S. Jacinto reconhecia-se que, apesar de Aveiro possuir o maior número de navios bacalhoeiros, a sua barra «não é das que melhor entrada dão aos navios. Como sabem, a entrada é apertadíssima, e além disso, para se saber pilotar na Ria parece-me ser preciso tirar-se uma carta de piloto, mas científica, pois que a cale faz contínuos ziguezagues»²⁹⁷. Acrescentava: «Se a barra fosse um tanto mais larga e a ria fosse dragada e que ficasse com profundidade suficiente para nela entrarem navios de grande escala, Aveiro seria o terceiro porto do continente. Não só nele entrariam os navios de pesca e meia dúzia de outros barcos que aqui vêm à madeira, ao sal e à telha». Muitas vezes, mesmo embarcações de menores dimensões, rebocadas, naufragavam sem que se pudesse salvar carga e embarcação²⁹⁸.

Em 19 de Novembro de 1925, quando as empresas bacalhoeiras já dispunham de um rebocador próprio – o *Vouga* –, perdeu-se um lugre, que regressava da Terra Nova, com 2 200 quintais de bacalhau²⁹⁹. Os restantes veleiros, que esperavam a sua vez e ocasião propícia para se fazerem à barra, perante a desgraça do *Atlântico*, rumaram a Norte e refugiaram-se em Leixões, «onde ainda se encontram à espera que o tempo melhore e o mar acalme as suas fúrias. Apenas entrou esta semana o *Sirius*»³⁰⁰. Nesse ano, perderam-se três barcos à entrada da barra. Esses acontecimentos criaram uma forte descrença na capacidade da Junta para alterar as circunstâncias em que se encontravam.

Nesse mesmo ano de 1925, o Eng. J. H. von Hafe assume a direcção técnica da Junta Autónoma, em substituição de A. Craveiro Lopes³⁰¹. Tinham-se passado quatro anos e das grandes obras nem sinal. Sobre a natureza do porto de Aveiro, se devia ser apenas um pequeno porto local, de cabotagem, se um porto regional, aberto a navios de grande calado, servindo toda a região, nem uma palavra³⁰². Todos reconheciam que as obras em execução decorriam devagar e algumas iniciativas, como a dos jardins e a do crisma de esteiros e paredões, foram olhadas com desilusão.

Em 1926, é publicada a Lei dos Portos, sendo o de Aveiro classificado como «de interesse simplesmente local»³⁰³. Tal facto ofendeu os dirigentes regionalistas, que respondem com propostas conducentes à criação de condições de valorização do porto da região. O ramo de actividade mais interessado no porto, então, era a pesca do bacalhau. Verberando o silêncio da direcção da Junta Autónoma, o médico de Fermentelos, Roque Ferreira, defendia que «o porto devia ser pago equitativamente»³⁰⁴. Os diversos municípios tentam escusar-se ao pagamento do imposto da barra, dizendo uns que apenas servia a Aveiro, emendando outros que se esse dinheiro fosse gasto nas obras necessárias...³⁰⁵.

Poucos anos após a criação da Junta Autónoma da Barra e Ria de Aveiro, a desilusão instala-se: as obras do porto arrastavam-se sem que nada fosse feito, enquanto, na barra, os bacalhoeiros e outras embarcações experimentavam aflições³⁰⁶. Em 1927, na notícia da perda do lugre *Senhora da Conceição*, *O Ilhavense* escreve: «No Domingo passado, entraram na nossa barra nada menos do que seis navios dos que regressavam da pesca do bacalhau. Alguns deram em seco na restinga, e ali se conservaram *à espera de água para se safarem*»³⁰⁷. Em Novembro do ano seguinte, tiveram de esperar horas no mar pela melhor ocasião para entrar³⁰⁸.

Alguns dos defensores da criação da Junta passaram a criticar abertamente a sua inércia. Primeiro, foram os catorze armadores de navios da pesca do bacalhau. Contestavam a afronta do presidente da Junta, Francisco M. Homem Cristo, nas páginas do seu semanário. Nesses textos, publicados em *O Debate* verificamos que era a pesca do bacalhau que sustentava a Junta³⁰⁹. Em Novembro de 1928, por causa do mau estado do canal da Fonte Nova, em Aveiro, *O Democrata* afirmava: «A Junta Autónoma há-de compreender que o dinheiro que arrecada tem de ser aplicado em obras úteis e não em futilidades, em luxos e fantasias. A ria está quase transformada num pântano»³¹⁰.

A escolha do polémico jornalista para a direcção da Junta Autónoma foi desastrosa. A forma de financiamento, o modelo organizativo e a estreita dependência de um grupo sectário fizeram o resto. Também em Aveiro se «viveu o drama da modernização portuária com muita emotividade e pouca eficácia»³¹¹. Às discussões típicas da República, como dizem Emílio Brogueira Dias e Jorge Fernandes Alves, terão respondido os governos da Ditadura Nacional com «alguma capacidade decisória»³¹².

Na sessão de 15 de Outubro de 1928, a direcção da Associação Comercial de Aveiro decide enviar ao Governo uma longa mas eloquentíssima exposição sobre os efeitos da situação da barra e do porto na pesca do bacalhau: «A energia e incansável actividade de alguns armadores [de navios de pesca do bacalhau] conseguiu, depois de séculos de completo abandono, restabelecer neste porto os grandes armamentos para a pesca na Terra Nova, onde estão actualmente 19 navios desta praça de cerca de quatro mil toneladas, tripulados por setecentos homens. É muito importante o capital mobilizado para este armamento, cerca de 8000 contos, podendo computar-se o valor actual dos navios em cerca de 6000 contos e 800 famílias auferem desta indústria todos os meios para a sua subsistência. Ao ser iniciada cada companhia, pesam sobre os armadores graves apreensões acerca do estado da Barra que lhes poderá permitir ou não a saída oportuna dos seus navios, comprometendo, em caso negativo, o êxito de todo o armamento.

Na primeira ocasião favorável *com o armamento incompleto, os navios leves, por causa do pequeno fundo da Barra segue a flotilha toda para o porto de Lisboa a fim de completar o aprovisionamento e tripulações, aumentando assim pesadamente os respectivos encargos. Ao regressar a situação é mais grave. Os navios voltam carregados com maior calado, depois do equinócio do estio, tem de esperar para entrar, as marés vivas com bom tempo e na maior parte dos casos cruzam em frente da Barra dias e dias, à espera de um conjunto tão complexo de circunstâncias favoráveis; se com mau tempo ou capeiam ao largo*, sujeitando a maiores esforços as tripulações esgotados por seis meses de árduo trabalho e pelo sofrimento moral do isolamento ou, então, arribam para Leixões, à procura de abrigo, correndo o risco de uma carga estadia, se as más condições de acesso à Barra persistirem e de perder, como já tem sucedido, o melhor período para a seca do peixe.

«Se acrescentarmos a este quadro a estatística dos naufrágios na Barra de Aveiro, poderíamos ter uma ideia exacta da tenacidade com que, armadores, marinheiros e pescadores, vencem muitos riscos que uma boa política de portos facilmente evitaria. *A construção do porto de pesca de Aveiro, constitui a única solução para o problema que acabamos de apresentar; estimulará a actividade comercial das populações da zona de influência e contribuirá em grande parte para melhorar as condições da sua alimentação*»³¹³.

No resto da exposição, a Associação Comercial de Aveiro mostra de forma muito clara como a situação da barra liquidava as aspirações de todos os sectores de actividade, da pesca ao comércio, do sal às indústrias, fornecendo dados suficientes para percebermos a enorme energia que o estado da barra estrangulava.

No final de 1929, a imprensa local dá notícia da publicação do Decreto-lei que autoriza a abertura do concurso para a construção do porto de Aveiro, no quadro da Lei dos Portos de 1926³¹⁴. Do bolo global de 250 000 contos, terão sido atribuídos a Aveiro 21 000 contos, a distribuir pelos anos de 1929 a 1931³¹⁵. Este médico de Fermentelos, que havia denunciado a má gestão de F. Homem Cristo à frente da Junta Autónoma, cita as palavras de Salazar, segundo o qual, «entre os inimigos do Estado» estavam «as aspirações autonomistas exageradas, movendo-se sem regra e sem fiscalização apertada, ao sabor de fantasias individuais». A partir de então, a Junta Autónoma vai passar a executar o plano ordenado pelo Governo. Toda a imprensa desta sub-região se refere elogiosamente ao citado decreto, tendo havido festejos nas ruas da cidade. O porto de Aveiro estava destinado a servir, como referia o *Diário de Notícias*, «uma grande zona do centro do país, decerto uma das mais ricas e prósperas de Portugal»³¹⁶. Havia até quem considerasse que a proximidade do aeródromo de S. Jacinto, cuja construção teve início no final da

I Guerra Mundial, constituía uma vantagem competitiva do porto de Aveiro, pois, assim, era «excelente em tempo de paz e em tempo de guerra»³¹⁷.

Com algumas alterações posteriores, a execução do projecto de 1927, do Eng. J. von Hafe dava-se início a um novo ciclo de obras da barra, que decorreu entre 1932 e 1936³¹⁸. Esse projecto permitiu «um considerável melhoramento na profundidade e menor variação da sua posição no mar, mas ainda insuficientes»³¹⁹.

A nova política para os portos obtinha o apoio generalizado de todos os que queriam fazer de Aveiro a capital da «inconfundível região do Baixo Vouga», como dizia Amorim Girão, em 1930. Citando António Sérgio – «A Pátria nasceu nos portos, como uma cunha de gente de fora que entrou do mar pelo corpo espanhol» –, com a sua autoridade, Amorim Girão fornecia os ingredientes para o apoio das medidas tomadas: «sempre a actividade económica das regiões do país – as nossas *pequenas pátrias* – andou intimamente relacionada com o apetrechamento dos portos, que mais directamente as serviam»³²⁰, acrescentando que se «a prosperidade económica do país há-de fazer-se pela valorização das diversas regiões que o compõem – função primacial do desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte e da melhoria das suas naturais saída para o mar – em Aveiro, mais do que em qualquer outra parte, a verdade desta afirmação fica bem patente».

4.4. *Os caminhos-de-ferro*

A chegada do comboio marca o início de uma das mais profundas transformações do território, alterando a correlação inter-regional, reordenando as hierarquias dos espaços de troca³²¹. Em 1894, a rede de caminhos-de-ferro portugueses tinha 2353 km de extensão e serviu 8 milhões de passageiros; em 1905, esse número subiu para 19 milhões, o que dá bem a ideia do papel relevante do comboio no início de Novecentos³²².

O caminho-de-ferro foi decisivo na configuração geoeconómica desta sub-região, tornando-se rapidamente a espinha dorsal da sua geografia industrial. A mobilidade de pessoas e mercadorias – produtos e matérias-primas – sofreu uma aceleração brusca, os preços caíram e os estímulos à actividade económica cresceram proporcionalmente, sendo subalternizados os espaços servidos apenas pela navegação marítima ou fluvial. Uma nova geografia económica ganha forma.

Mas, se inicialmente a linha do Norte reduziu a importância da ria e dos rios, nas comunicações regionais, com o passar dos anos mostrou-se incapaz de responder às necessidades das empresas que foram nascendo. A construção da linha

do Vale do Vouga, na primeira década de Novecentos, renova as expectativas dos que esperavam pelo comboio para o desenvolvimento desta sub-região. Mas, tal como o caminho-de-ferro tinha liquidado o monopólio de barcos e diligências, também ele vai ser destronado pela camionagem, embora esta perda de importância se tenha ficado a dever à não concretização dos planos de construção de vias-férreas de ligação, quer à linha do Norte, quer à linha do Vale do Vouga³²³.

O telégrafo eléctrico chegara a Portugal em 1855. Este extraordinário aperfeiçoamento tecnológico assumiu, a par do caminho-de-ferro, uma importância determinante durante a Regeneração³²⁴.

4.4.1. A linha do Norte

Marques Gomes dedica o capítulo IV dos seus *Subsídios para a História de Aveiro* ao caminho-de-ferro. Entre os aspectos mais referidos, destaca a influência de José Estêvão para que o traçado desta via-férrea viesse a passar por Aveiro, pois, segundo a proposta do Eng. Watier, deveria seguir «através da Pateira de Fermentelos, onde os aterros teriam necessariamente de ser grandes, é verdade, mas evitava-se o grande aterro das Agradas, em Aveiro, a ponte do pano e o viaduto de Esgueira, e o preço das expropriações, aqui, quatro ou cinco vezes mais caras. Por isto, é fácil de ver que o empreiteiro [D. José Salamanca], tendo livre a escolha do traçado, nunca adoptaria o de Aveiro»³²⁵. Acrescenta Marques Gomes que o aterro das Agradas, com uma extensão de cerca de 200 metros de extensão e 11 de altura, «sorveu um volume de terras de quase 80 000 metros cúbicos», tendo ali trabalhado, «diariamente, durante um ano e tanto, mais de 2000 pessoas», tendo-se desmoronado várias vezes³²⁶.

De facto, José Estêvão bateu-se para que esse «grande veículo de civilização e vitalidade» – como lhe chamou Alberto Pimentel – «derramasse os seus germes de prosperidade na sua cidade». Salamanca ter-lhe-ia oferecido «cem contos de réis para desistir da sua pretensão»... Contudo, resta ainda confirmar e conhecer a real dimensão da influência da Família Pinto Basto, pois, com a chegada do comboio, a Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, que tanto tentara encontrar saída fácil para os seus produtos, ficaria isolada, sujeita aos caprichos das areias da barra se a via-férrea não atravessasse Aveiro³²⁷. Laura Marques Pereira da Rosa faz uma breve referência à «acção bem-sucedida de José Ferreira Pinto Basto Júnior, junto do tribuno José Estêvão para que este lutasse pelo desvio da linha por Aveiro»³²⁸.

Os trabalhos da abertura do caminho-de-ferro do Norte tiveram início em Março de 1860³²⁹. As obras decorreram durante cerca de quatro anos. Em 18 de

Julho de 1863, uma locomotiva vinda do Norte atravessou, pela primeira vez, a ponte de Esgueira até Aveiro. A parte do caminho-de-ferro desta cidade até Taveiro foi inaugurada em 10 de Abril de 1864³³⁰. A ligação de Gaia a Campanhã só seria concretizada em 4 de Novembro de 1877.

Mas, inicialmente, as mudanças não eram visíveis aos olhos de todos. No início, a construção da linha de caminho-de-ferro do Norte deparou com um conjunto de oposições e descrenças bem conhecidas, no parlamento e na imprensa. Em Aveiro, J. E. de Almeida Vilhena, no *Campeão do Vouga*, achava arriscada a aposta de tão avultados investimentos na via-férrea³³¹. Em 1872, Pinho Leal testemunha esse pessimismo, essa descrença: «O benemérito e eloquentíssimo orador republicano [*sic*] José Estêvão Coelho de Magalhães, que tanto pugnou pelos melhoramentos da sua terra (Aveiro), conseguiu que se fizesse por aqui a estrada de ferro do Norte, *persuadindo-se de que ela traria dias de prosperidade a Aveiro; mas falharam as suas aspirações generosas. A cidade pouco ou nada prospera com o caminho-de-ferro*; e este, trazido (contra todas as leis da economia, contra todas as regras da arte, e contra a progressão dos interesses do país, em geral, e da companhia construtora em especial) por muitos quilómetros de terrenos pantanosos e alagadiços, e pela extremidade ocidental do reino, nunca há-de ser o que podia e devia ser, se fosse mais central»³³². Balanço faccioso este de Pinho Leal, pois era bem conhecido o mau serviço dos barqueiros, na ligação entre Ovar e a capital do distrito, e, quando escreve, os efeitos devastadores das mudanças eram já bem visíveis em todos os sectores da sociedade e da economia tradicionais.

Poucos anos antes de Pinho Leal, o médico ovariense, João Frederico Teixeira de Pinho (1818-1870), considerava o início do caminho-de-ferro, em Março de 1860, como «a data do verdadeiro progresso para esta terra. *Por ele tudo anda e cresce, tudo se transforma e renova*»³³³. Em 1886, *O Povo de Ovar* testemunha uma dessas grandes transformações: antes da chegada do comboio eram os inúmeros negociantes de Ovar quem abastecia de sardinha as diferentes povoações da Província do Douro. Compravam-na em Espinho, Póvoa de Varzim, etc. e vendiam-na a preços muito compensadores. Com o caminho-de-ferro, «em virtude da facilidade de comunicações», o negócio tornou-se menos lucrativo, pois «agora aos mercados acode a sardinha mandada directamente das praias do Norte, estabelecendo-se a concorrência prejudicial aos nossos contrerâneos»³³⁴.

As mudanças não se cingiam aos territórios rasgados pelo caminho-de-ferro. Até à chegada do comboio, diz Adolfo Portela, «era por Águeda que se fazia então todo o comércio da Beira-mar com as duas Beiras. Ovar, Porto e Aveiro, Torreira, S. Jacinto, Costa Nova, tudo por ali passava com as suas mercadorias,

graças a essa bela estrada do rio, que era por esse tempo a artéria principal da circulação comercial das terras de Águeda. Coalhava-se o rio de barcos e bateiras, em cada dia»³³⁵. Diz o referido autor que, «em certo dia, aí por volta de 1860, quando a velha regateira de Águeda mal se precitava do castigo que a andava ameaçando, veio lá o caminho-de-ferro do Norte (1864), e mais tarde o caminho-de-ferro da Beira Alta (1878), ambos por longe da vila, e logo o mercado da sardinha começou a esmorecer até se finar quase todo. Foram-se-lhe os barqueiros, foram-se-lhe os almocreves, foram-se-lhe as regateiras [...]»³³⁶.

Apesar dos testemunhos referidos, as mudanças não foram imediatas. Devido a um conjunto de factores, como a inexistência de uma rede viária de ligação entre as escassas estações e apeadeiros do caminho-de-ferro e os centros consumidores, o comboio não desalojou de imediato as velhas rotas dos mercados inter-regionais e os tradicionais meios de transporte, especialmente entre as populações das localidades próximas da ria e dos rios navegáveis, sem falar das dos espaços mais distantes, que nunca chegaram a conhecer os benefícios directos da via-férrea, como Ílhavo ou Vagos. O comboio alterou tudo, é certo, mas fê-lo tímida e lentamente. Falta-nos uma boa história desta linha do caminho-de-ferro para podermos avaliar a gestão adoptada pela Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses³³⁷. Seriam os receios da empresa fundados na debilidade do mercado? Os testemunhos disponíveis parecem apontar num sentido diferente. Senão, vejamos.

A partir da viragem do século XX, a Linha do Norte passa a responder um pouco melhor às necessidades do comércio e da indústria, aumentando o número de comboios, apeadeiros e estações, sendo melhoradas as condições de abrigo de pessoas e mercadorias das já existentes. Lentamente, surgem novos apeadeiros e estações. Mais apeadeiros que estações: Cacia, em 1897, Canelas em 1902³³⁸, Oiã, em 1907, Salreu, em 1912. O comboio começava a servir um número elevado de pessoas e interesses variados.

Quando foi inaugurado o apeadeiro de Oiã, a *Vitalidade* escreveu: «Estão, pois, satisfeitas, após tantas peripécias, as aspirações destes povos... Não disse bem: estão meias satisfeitas. Queriam eles o apeadeiro não como termo das suas aspirações, mas como meio de conseguirem o resto: uma estação. Um apeadeiro, sem *tramways*, e só com bilhetes pagos da estação anterior ou para a posterior e sem despacho de bagagens nem de mercadorias, não aproveita muito a esta região, quase só de agricultores, pois não é ali que eles podem ir despachar os seus vinhos (que os têm e bons), arroz, frutas, gados, madeiras, ou receber os seus adubos e fungicidas, ou os comerciantes as suas mercadorias»³³⁹. Como este, os restantes apeadeiros existem, não por iniciativa da Companhia, mas por pressão das popu-

lações, quase sempre pela voz de um notável. O apeadeiro de Salreu foi possível graças aos bons ofícios de Alberto Vidal, «ilustre filho de Salreu e digníssimo reitor do Liceu Passos Manuel, a quem a sua freguesia deve mais este benefício»³⁴⁰. Mas as exigências da Companhia do Caminho de Ferro obrigaram um grupo de 69 pessoas, encabeçado pelo Visconde de Salreu, a reunir a importância de 250\$000 réis. A obra teve início no final de 1911³⁴¹. Algumas vezes, como veremos adiante, nem os notáveis foram suficientes para convencer a empresa das vantagens das propostas apresentadas. O crescimento parece ser induzido pelo alargamento do mercado.

Em 1907, é inaugurado o serviço de via dupla, entre Aveiro e Estarreja³⁴². No ano seguinte, a imprensa local pede à Companhia mais atenção à estação de Aveiro, «dando-lhe mais amplas instalações e mais pessoal», pois num só dia, o movimento desta estação tinha rendido cerca de 600\$000 réis³⁴³. Noutro número, o *Campeão das Províncias* apresenta dados eloquentes relativos ao movimento desta estação, em 1908: nesse ano, a Companhia «vendeu 88 092 bilhetes, na importância de 43 contos de réis. Expediu 3 572 toneladas, em grande velocidade, cobrando 17 contos de réis. Em pequena velocidade expediu 41 401 toneladas, na maior parte peixe fresco de outras costas, quando a pesca em Aveiro falhava, pela agitação do mar [...]. Deu uma receita bruta de 113 contos, não contando com o sal e o barro, que são expedidos em portes a pagar»³⁴⁴. Dois anos depois, o movimento aumentava: «Ali concorre diariamente considerável porção de barro, louça, telha, gado, sal, aves, pesca e cereais, em tanta abundância especialmente estes últimos, que saíram num destes dias 12 vagões de feijão da Gafanha. Nem a escassez da estação, nem os seus armazéns, nem a escassez do material circulante comportam tal movimento»³⁴⁵.

Em 1912, a imprensa noticia a abertura da Feira de Março, em Aveiro, dizendo: «Devido ao bom tempo, foi grande a quantidade de gente que veio à abertura da feira, e daí as importantes transacções efectuadas em todos os ramos de negócio. *Só pelo caminho-de-ferro calcula-se que desembarcassem mais de 3 000 pessoas*»³⁴⁶. Em Novembro desse ano é melhorado o serviço de correio vindo de Lisboa, possibilitando, pela primeira vez, a leitura dos matutinos da capital durante a tarde³⁴⁷. No final de 1914, foram «activados os trabalhos de construção da segunda via-férrea entre Coimbra-B e Aveiro, na extensão de 54 km», trabalhos que, como refere a imprensa local, «dentro em pouco devem ficar concluídos, podendo então a marcha dos comboios entre Lisboa e Porto ser feita com maior celeridade»³⁴⁸.

Mas os serviços não tinham qualidade. As queixas do mau serviço prestado pelos comboios vinham de longe, embora os elementos recolhidos não permitam traçar um quadro da sua evolução. No final do século XIX, há notícias de roubos³⁴⁹,

horários inadequados, escassez de vagões para remessa de mercadorias, tratamento desigual dos utentes, falta de higiene, falta de luz à noite, etc. De resto, estas queixas alimentavam os argumentos fortes do regionalismo local, em luta pelo porto de Aveiro³⁵⁰. Em 1900, a população de Cacia, no concelho de Aveiro, serve-se do *Campeão das Províncias* para se queixar das alterações desajustadas dos novos horários. Mas a história que conta é esclarecedora: «Há três anos, no fim de tanto pugnarmos por um apeadeiro, em que tivessem paragem os comboios que melhor pudessem servir estes povos, a Exma. Direcção da Companhia Real exigiu que o povo fizesse um depósito de 450\$000 réis, para caução ao rendimento do apeadeiro. A esta exigência respondeu a vontade do povo, à frente da qual se pôs um ilustre filho desta terra [...], e o dinheiro apareceu de pronto, começando desde logo a ter aqui paragem os comboios que reclamámos. O movimento do apeadeiro, em breve tempo se desenvolveu e a Companhia achou vantajoso ordenar que aqui parassem oito comboios diários [...]. Embora pagassem exorbitantemente, os povos eram bem servidos [...]»³⁵¹.

Em 1918, a firma Jerónimo Pereira Campos, Filhos, Lda. queixava-se de um conjunto variado de ineficiências do caminho-de-ferro, nomeadamente por causa dos atrasos e das greves³⁵². No final de 1919, o *Campeão das Províncias* denunciava o mau serviço do caminho-de-ferro no tocante à expedição de peixe: «não há material que chegue para a exportação e o pouco que se aproveita é sempre tarde e a más horas conduzido ao seu destino em estado de só poder ser aproveitado para escaço»³⁵³. Mas se a queixa pelos prejuízos causados aos negociantes de pescado encabeçam a lista de reclamações, o referido periódico não esquece outros aspectos: «Nos comboios não há a menor comodidade para o público e em todos os serviços ferroviários se nota o mais soberano desprezo por elas»³⁵⁴. O articulista pormenoriza: «Andam por aí vagões cheios de bichos de variada espécie, sem limpeza de qualquer ordem, sem luz de noite, sem segurança, sem ordem. As mercadorias são roubadas, quando não chegam apodrecidas ao destino, e é tal o número de passageiros dentro das pocilgas, que andam em giro, que têm de fazer viagens grandes, como do Porto para Lisboa e vice-versa, de pé e empilhados como a sardinha [...]. A nossa estação é também um modelo de... asseio e boa ordem. A gare vedam-na quase permanentemente caixotes, quartolas, cestas, canastras e outros estorvos que se não removem para lugar adequado e que vedam a passagem para embarque e desembarque. Não é para passageiros; é para mercadorias. À noite, com a falta de luz, tropeça-se, cai-se, magoa-se a gente e o remédio é aguentar»³⁵⁵.

4.4.2. A linha do Vale do Vouga

Depois dos primeiros estudos, iniciados em 1877, o presidente da Associação Comercial do Porto, Dr. Aires de Gouveia, defendia, em 1885, a construção de uma via-férrea no Vale do Vouga. Em sua opinião, «o valor das transacções que havia entre o Porto e Viseu, que ascendia a milhares de toneladas [...], e que também em Aveiro a permutação de produtos agrícolas, pescado e outros era de grande valor. Além disso, a linha atravessaria uma zona do país pertencente a sete concelhos: Estarreja, Albergaria[a-Velha], Sever do Vouga, Oliveira de Frades, Vouzela, S. Pedro do Sul e Viseu»³⁵⁶. Contudo, inúmeras dificuldades fizeram com que essa via-férrea complementar fosse inaugurada apenas vinte e três anos depois. Também este caminho-de-ferro chegou tarde. Durante esses anos, houve de tudo: dificuldades financeiras, uma falência, guerras pelo traçado, pressões políticas, ilegalidades, incompetência política, etc., atrasando-se a ligação entre o interior e o litoral com efeitos desastrosos no processo de desenvolvimento de toda a Região Centro. Sobrou para a sub-região da ria de Aveiro o ramal de ligação entre Sever do Vouga e Aveiro, que, graças a muitas pressões, deu a designação oficial à linha que passaria a ligar Viseu a Espinho, de 1908-1914.

Se a linha do Norte, como disse David Justino, «veio contribuir com a sua parte para o domínio de Lisboa sobre o território continental, elevando a capital a centro capitalista dominante, periferizando o Porto e a Região Norte»³⁵⁷, a linha do Vale do Vouga veio reforçar a influência do Porto em toda a região na margem sul do Douro, apesar dos ganhos evidentes do ramal de ligação a Aveiro.

Tendo nascido em 1879, com um capital de 220\$000 réis, a empresa dirigida por Frederico Pereira Palha obteve o alvará de concessão – sem qualquer apoio do Estado –, para construir e explorar uma via-férrea de via reduzida, para transporte de passageiros e mercadorias, apenas em 6 de Maio de 1888. Contudo, a sua publicação só se verificou mais tarde, em 23 de Maio de 1900, uma vez que aquele empresário não fizera o depósito legal de garantia, no valor de 50 contos de réis. De qualquer modo, só pelo Decreto de 16 de Fevereiro de 1900 é que a linha do Vale do Vouga foi «incluída na rede ferroviária complementar a norte do Mondego»³⁵⁸. Por esse decreto, o depósito foi reduzido para 8 000\$000 réis...

A partir de 1888, começam as pressões em torno do traçado, que não deveria atingir o limite da concessão da linha da Beira Alta. Em 7 de Junho desse ano, a Câmara Municipal de Aveiro dá início a um movimento em favor da construção da linha do Vale do Vouga, defendendo um traçado que, «partindo de Viseu, passe por S. Pedro do Sul e, atravessando o riquíssimo vale do Vouga, venha

entroncar na linha do Norte, entre as estações de Ovar e Aveiro, *no ponto que depois se julgar mais conveniente*³⁵⁹. No ano seguinte, *O Povo de Ovar* exigia que o *terminus* da linha fosse fixado em Ovar, e não Espinho, com o argumento de que Ovar era «eminentemente comercial; nenhuma outra terra do distrito de Aveiro se lhe podia igualar, e só Oliveira de Azeméis se lhe aproxima»³⁶⁰.

Mais tarde, querendo tornar Águeda no ponto de ligação entre Aveiro e Viseu, Homem de Melo defendia a construção de um ramal que terminasse no centro de Aveiro, ramal que considerava de «grandíssima importância», pois «o transporte do sal e do peixe, para o centro da província da Beira, faz-se actualmente pela Pampilhosa»³⁶¹. Todavia, o moliço, «tão empregado pelos agricultores da Beira, não comporta o transporte pela Pampilhosa. O pequeno caminho-de-ferro da Mira para a Bairrada transporta, anualmente, não menos de 4 000 toneladas de moliço». Além do moliço e do sal, havia as louças, a cal, as mobílias, etc., e, «em sentido contrário, há a transportar para Aveiro os produtos industriais, os minérios, a madeira, as frutas, os cereais. O Vale do Vouga, com os seus afluentes [...] está destinado a ser um grande centro industrial. A prova é que actualmente, com vias de comunicação insuficientes, há, no Caima, três grandes estabelecimentos fabris, a fábrica de lanifícios de Palmaz, a fábrica de folha de madeira [*sic*] do Carvalhal e a de papel de Vale Maior. Há também no mesmo vale as minas do Palhal e Telhadela, que esperam pelo caminho-de-ferro para trabalharem, e no rio Mau, as minas do Braçal e Malhada, em plena exploração»³⁶².

Nesse ano de 1899, também a Associação Comercial de Aveiro, liderada por Gustavo Ferreira Pinto Basto, considera a linha-férrea do Vale do Vouga «de capital importância para esta cidade». Defendia, contudo, a construção de um ramal que a ligasse ao canal de S. Roque³⁶³. Em 1905, em entrevista ao *Comércio do Porto*, G. F. Pinto Basto lamentava os dezasseis anos de promessas, com graves prejuízos para o desenvolvimento da região entre Aveiro e Viseu, mas não se opunha ao traçado, pois «iria desenvolver consideravelmente as sensíveis relações que o moroso serviço de veículos por Estarreja tem mantido entre a capital da Beira Alta e importantes centros, como o Porto; iria fomentar novos empreendimentos, despertar e alimentar novas iniciativas; operaria, como que por encanto, uma transformação profícua e completa na vida dos povos que servisse»³⁶⁴.

No Porto, estas pretensões eram incompreensíveis. A ligação Aveiro-Viseu era minimizada. Entendia-se que a linha a construir era essencialmente uma ligação entre Viseu a Espinho, com um ramal complementar para Aveiro. Em 1906, J. Fernando de Sousa afirmava: «Com efeito, a designação oficial da linha é Viseu a Espinho, directriz que corresponde à *sua função principal de pôr a região do*

Vale do Vouga em comunicação fácil e directa com o Porto, seu principal mercado e empório comercial»³⁶⁵. Acrescentava que «o tráfego entre Aveiro e Viseu pela linha da Beira Alta é insignificantíssimo: o Vale do Vouga aproveita hoje as estradas».

Entre as empresas de maior dimensão, conhece-se apenas a posição das Minas do Braçal. A exposição do seu director é bem reveladora da natureza dos bloqueamentos gerados pela falta de transportes entre o interior e litoral: «A expedição, durante 1898, para Estarreja, dos minerais, foi feita em carros de bois e pelo caminho-de-ferro até ao Porto. Em 1899 e anos seguintes, a expedição será feita por linha-férrea particular de 9 km, até ao rio Vouga, e daí em barcos até Aveiro, e navios de 100 toneladas receberão os minerais para Leixões ou Lisboa. Se existisse um caminho-de-ferro ao longo do rio Vouga até Estarreja a expedição seria feita por essa via para Leixões ou Lisboa»³⁶⁶.

No ano seguinte, a administração da mina pediu autorização à Câmara de Albergaria-a-Velha para «assentar nas estradas municipais desse concelho um caminho-de-ferro de tracção animal com a largura de 0,60 m, com prolongamento até à estação de Estarreja, ocupando a parte esquerda das estradas»³⁶⁷. A direcção da empresa ressuscita um projecto antigo claramente como forma de pressão. Segundo Marques Gomes, na sequência de uma reacção violenta da população contra as minas do Braçal, «o Governo, para indemnizar a empresa, apresentou às Cortes uma proposta de lei pela qual era autorizado a contratar com o concessionário a construção de caminho-de-ferro americano, que pusesse em comunicação com o Vouga os estabelecimentos das minas do Braçal, Malhada e Coval da Mó»³⁶⁸.

Em Março de 1906, é aprovado o trespasse da concessão e exploração da linha do Vale do Vouga a uma empresa francesa, mas só em Agosto pôde assinar o contrato para a construção desta via-férrea³⁶⁹, e, em Novembro, a Câmara de Deputados aprova a proposta do executivo relativa ao contrato de concessão das linhas de Braga a Guimarães, Braga a Monção e Viana do Castelo a Ponte de Lima³⁷⁰.

As indecisões não se deviam à falta de viabilidade económica. A este propósito, é eloquente o artigo do Eng. J. Fernando de Sousa, publicado em *A Palavra* e transcrito na *Soberania do Povo*, onde historia todo o processo e calcula o rendimento por quilómetro em cerca de dois contos de réis, o que o leva a concluir que a linha teria tráfego suficiente para remunerar o capital, uma vez que iria servir directamente cerca de 700 000 habitantes, entre Espinho, Viseu e Aveiro³⁷¹. Em sua opinião, «o Estado, trocando a cedência de impostos pela garantia e juro, adiantamento reembolsável com juros, praticaria um acto de boa administração e ao mesmo tempo afoitava o capital, que prefere uma garantia tangível a previsões de receita, por mais seguras que sejam as probabilidades da sua realização».

Em Fevereiro de 1907, o *Diário do Governo* publica o contrato celebrado pelo Governo com a construtora francesa. A imprensa local transcreve os termos do mesmo. O comboio, de via reduzida, partiria das proximidades de Viseu, no ramal da linha de Santa Comba-Dão a Viseu, e seguiria pelas imediações de S. Pedro do Sul, Vouzela, Oliveira de Frades, Couto de Esteves, Sever do Vouga, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira e Vila da Feira, até à estação de Espinho. Nas proximidades de Sever do Vouga haveria uma bifurcação em direcção à estação, também na linha do Norte³⁷². A notícia foi mal recebida em Ílhavo³⁷³.

A partir de então, o traçado do ramal de Aveiro, cujos estudos tiveram início em Fevereiro de 1907, mobiliza as atenções de câmaras, associações, empresas e diversos notáveis, raramente de acordo, alvitando conforme os interesses de ocasião ou de bandeira – O *Campeão das Províncias*, por exemplo, dizia que o traçado escolhido não servia Albergaria, deixando as fábricas e minas deste concelho dependentes da estação de Estarreja³⁷⁴ –, enquanto em Espinho se dá início à construção da linha, em Abril desse ano³⁷⁵.

O traçado suscita contentamento em Águeda e desilusão em Sever do Vouga³⁷⁶. Em meados de Novembro de 1908, é inaugurado o troço de 33 km de Espinho a Oliveira de Azeméis³⁷⁷, o que, segundo alguns autores, constituiu «um marco importante no desenvolvimento industrial deste concelho³⁷⁸. Em Fevereiro, o comboio chega a Albergaria-a-Velha³⁷⁹ e, em Setembro de 1911, é recebido festivamente em Águeda³⁸⁰; em 8 desse mês, chega a Aveiro, mas sem festa, pois a estação não foi estabelecida no canal de S. Roque, como era desejado por todos³⁸¹. O troço de 79 km, de Sernada a Viseu, é inaugurado em Fevereiro de 1914³⁸².

Em Albergaria-a-Velha foi recebido com desânimo. Para o *Jornal de Albergaria*, a linha do Vale do Vouga «é uma vergonha para o país e para os governos que a aprovaram. Basta dizer que *de Espinho a Albergaria-a-Velha percorre-se cinquenta e tal quilómetros, quando pela estrada nacional apenas se percorrem trinta e tantos!* E não se diga que o aumento quilométrico foi feito para beneficiar populações»³⁸³. A insatisfação com a nova linha alimentou o sonho de uma via-férrea entre Aveiro, Viseu e Covilhã. Em 1929, no quadro das discussões dos Congressos Beirões, discutia-se a pertinência dessa linha, mas a conjuntura não era a mais propícia para um empreendimento dessa natureza³⁸⁴.

Durante mais de duas décadas, um pouco por todo o lado, há queixas de mau serviço: atrasos, desaparecimento de mercadorias, etc.³⁸⁵. Em 1924, o caminho-de-ferro do Vale do Vouga servia mal as populações. No quadro da mudança de Sever do Vouga para a comarca de Albergaria-a-Velha, o *Jornal de Albergaria* afirma: «A anexação à comarca de Águeda seria de graves e intermináveis conflitos,

pelas incompatibilidades já referidas [...]. Acresce que só às segundas e quintas-feiras há ligação, pela via-férrea do Vale do Vouga, entre Albergaria e Águeda, mas a horas incompatíveis com os serviços judiciais [...]. Para Aveiro, essa linha é como que não exista [...]. Só há ligação às segundas e quintas-feiras, mas, mesmo nesses dias, é inaproveitável o comboio, pois chega a Aveiro às 12.16 h e parte às 13.45 h. Esses números dizem tudo. Para Azeméis, há ligação diária, mas em condições tais que não se pode aproveitar sem um enorme dispêndio de tempo e dinheiro»³⁸⁶. Acrescentava o articulista que «com Estarreja não tem Albergaria-a-Velha ligação ferroviária».

4.4.3. O ramal do canal de S. Roque

Tentando dar resposta a um problema que continuava por resolver desde 1864, em 9 de Fevereiro de 1893, uma comissão, encabeçada pelo médico Edmundo de Magalhães Machado, promove uma reunião pública, tentando sensibilizar as autoridades para os benefícios de uma ligação ferroviária, entre a estação do caminho-de-ferro e o canal do Cojo, em Aveiro, possibilitando, assim, a ligação do comboio com a ria, com vantagens evidentes para o desenvolvimento das mais de duas dezenas de povoações ribeirinhas³⁸⁷. Mas o projecto não foi por diante. Levantaram-se vozes contra a localização de um comboio de mercadorias como sal, peixe e moliços no centro da cidade.

O Cojo foi a primeira zona industrial da cidade da ria. No início do século XX seria substituído pelo canal de S. Roque. As obras de regularização e prolongamento deste canal, numa extensão de 1458 m, desde a ponte de S. Gonçalo até à malhada na confluência do esteiro da Leiva com o Senhor das Barrocas, próximo da estação, têm início em Fevereiro de 1900³⁸⁸. Em 1903, o *Povo de Aveiro* considerava «o novo canal uma das obras mais importantes que nestes últimos anos se têm feito em Aveiro, vista ela por todos os lados»³⁸⁹.

A ideia de fazer do canal de S. Roque o principal cais de embarque e desembarque de sal, pescado e demais produtos da ria, ligando-o à estação do caminho-de-ferro, ganhou forma durante o debate público sobre o traçado da linha do Vale do Vouga. Desse modo, como dizia o *Campeão das Províncias*, em 1907, o canal de S. Roque nasceu «para inutilizar o do Cojo»³⁹⁰. Foi imaginado, desde o início, com um ramal do caminho-de-ferro da linha do Vale do Vouga³⁹¹, pois o sal e o pescado eram desviados «constantemente para Estarreja», dando «grandes prejuízos aos proprietários das marinhas e marnotos»³⁹².

Em 1911, ainda se acalentava a esperança de que o ramal seria em breve uma realidade³⁹³. No ano seguinte, após a concessão de licença para a construção da via, dá-se início aos trabalhos³⁹⁴ e, em meados de Janeiro de 1913, é inaugurado o caminho-de-ferro do canal de S. Roque³⁹⁵. Mas não era de um ramal que se tratava; era uma simples dependência da estação, o que frustrava as aspirações dos negociantes do sal e do pescado.

Mesmo assim, logo de imediato são construídos diversos palheiros para armazenamento do sal. Mas como as tarifas eram elevadas – 2\$50 por vagão de sal (10 t) –, a linha tinha movimento diminuto. Dando voz aos negociantes de sal, que reivindicavam uma redução de 1\$00 no preço do vagão de sal, *O Progresso* afirmava: «é indiscutível que o sal, embarcado nas estações de Estarreja e Ovar, ainda com o aumento da despesa do transporte fluvial até aquelas estações, fica incomparavelmente mais barato do que o expedido na linha férrea do canal de S. Roque»³⁹⁶. Por outro lado, o transporte do sal em carros de bois para a estação velha era mais barato. O testemunho de *O Democrata* é bem expressivo: «Das 2249 toneladas de sal expedidas de Aveiro, apenas 29 foram transmitidas de vagão para vagão, e quase a totalidade veio em carros de bois à estação»³⁹⁷.

Não obstante as muitas e insistentes pressões, o canal de S. Roque foi dotado do ramal tão desejado, apenas entre 1930 e 1932, por razões relacionadas com o transporte de pedra para o porto de Aveiro³⁹⁸.

4.5. *Projectos que nunca se realizaram*

Desde que, em 14 de Abril de 1857, o Ministro das Obras Públicas, Carlos Bento da Silva, apresentara no parlamento o projecto de lei para a construção de um caminho-de-ferro entre Lisboa e o Porto, muitos sonharam com ferrovias que, por razões várias, jamais se tornaram realidade. Nesse mesmo ano, o Governador Civil de Aveiro sonhava com uma ligação entre a barra de Aveiro e a cidade do Porto por «um caminho-de-ferro»³⁹⁹.

Mas há notícia de outros projectos que, a serem concretizados, poderiam ter sido indutores de desenvolvimento e mudado a história desta região. Alguns imaginaram a linha do Norte como a espinha dorsal de um complexo sistema ferroviário que possibilitasse às populações, de um lado e do outro, o fim do isolamento. Outros conceberam o prolongamento de vias-férreas, como a do Vale do Vouga, ligando regiões que se mantiveram isoladas quase até aos nossos dias. A linha férrea de Aveiro a Cantanhede, por exemplo, foi posta de parte pelo porto

de Aveiro. Esses e outros projectos tiveram pela frente conjunturas difíceis ou concessionários descapitalizados, dificuldades na expropriação dos terrenos, etc.

No conjunto, são testemunhos de uma forte vontade de mudar, de uma extraordinária adesão ao transporte ferroviário como meio de transformação económica e social. Alguns desses projectos, ainda que fossem economicamente viáveis, não tinham nem capitais nem saber-fazer para a sua concretização. O seu fracasso, conjugado com a ineficiente rede viária, em construção desde a Regeneração, foi responsável pela persistência dos tradicionais meios de transporte, dos carros de bois às embarcações de cabotagem que, em muitas regiões, constituíam opção mais económica. Em 1913, a firma Humberto Botino, Lda., de Lisboa contrata com o «comerciante» José Teiga Júnior, de Ílhavo, a condução, não por comboio, mas por mar, de 600 t de toros de pinheiro, que possuía na Vagueira, concelho de Vagos⁴⁰⁰.

Vejamos, sumariamente, a relação possível do que ao longo de décadas a imprensa local foi dando conta, mostrando claramente os projectos dessas elites locais.

Em 1874, é projectado um caminho-de-ferro americano *tramway*, com estação no cais da cidade de Aveiro e um outro entre a ria e a costa de S. Jacinto⁴⁰¹. Um outro ainda entre Aveiro e Cacia⁴⁰². O primeiro realizou-se; os restantes não. Em S. Jacinto, desde 1876, foram construídas, por empresas de pesca, quatro linhas de caminho-de-ferro americano, com a extensão de cerca de 1250 m, para a condução da pesca do mar à ria⁴⁰³.

4.5.1. Ligação ferroviária entre Aveiro e a Barra

No final do século XIX, reconhecendo que a condução do peixe, de S. Jacinto e Costa Nova do Prado para Aveiro, como era feita então, por meio de barcos, pela ria, tinha «grandes inconvenientes, tornando-se demorada e dispendiosa», Luís de Vasconcelos Dias defendia a construção de uma via-férrea, entre a cidade e aquela praia, de modo a acelerar e embaratecer o transporte de peixe, do mar para o mercado de Aveiro e para a sua estação do caminho-de-ferro⁴⁰⁴. Esse comboio serviria igualmente o transporte de sal – em cuja tarefa se gastavam «anualmente 6 505\$000 réis» – e, em sentido contrário, poderia acelerar o carregamento e transporte de produtos que da cidade saíam pelo porto, sem falar das restantes vantagens de comunicação entre a cidade e as praias referidas.

Esta ideia velha de duas décadas não passou disso mesmo. Diferentemente, a ligação ferroviária entre Aveiro e a Barra, com objectivos concretos, esteve mais

perto de ser realidade. Perdeu-se com as dificuldades por que passou a barra e o porto. As primeiras referências à construção dessa ferrovia surgem na imprensa local em 1912, devido às dificuldades que as empresas mineiras tinham para expedir o seu minério. No seu semanário *A Liberdade*, Alberto Souto dava conta do interesse de uma companhia em construir «uma pequena linha férrea da estação desta cidade até à barra»⁴⁰⁵.

Mas o assunto também foi esquecido, sendo recuperado uma década depois. Desta vez, era Ílhavo que esperava que, pelo menos nisso, a linha do Vale do Vouga lhe trouxesse alguma vantagem. «Fala-se, com certa insistência, na construção de um ramal da linha do Vale do Vouga que, partindo de Aveiro, atravessaria o concelho de Ílhavo, seguindo depois para a praia do Farol»⁴⁰⁶. Desta vez, não era o minério que punha o boato a circular. Era o carvão e o bacalhau. Como o próprio Fernando de Sousa afirmou, em carta a *O Ilhavense*, «a Companhia do Vale do Vouga está estudando com muito interesse a hipótese do prolongamento da sua linha até um ponto próximo da barra, onde possa haver uma ponte para atracção de navios que tragam carvão. A linha irá provavelmente por Ílhavo, para aí transpor o esteiro e atravessar a Gafanha até ao lugar da seca do bacalhau»⁴⁰⁷.

A imprensa ilhavense entusiasmou-se e esgrimiou os argumentos económicos que poderiam desfazer dúvidas sobre a viabilidade de uma linha férrea: além de algum sal, Ílhavo tinha bacalhau, louças, madeiras, a batata e o feijão da Gafanha. Então, se os comboios tivessem horários compatíveis com os que na linha do Norte se dirigem ao Porto, melhor ainda. Na Gafanha, a população mobilizou-se para pressionar a empresa francesa⁴⁰⁸. Mas, nesse Verão de 1923, em Ílhavo, a população manifesta-se contra o traçado proposto pela Companhia⁴⁰⁹ e, até 1930, não mais se falou do assunto. Desta vez por causa das obras do porto de Aveiro. O Ministério do Comércio fez aprovar, por decreto, a autorização para a Companhia Portuguesa dos Caminhos de Ferro, concessionária do Vale do Vouga, «mandar fazer imediatamente um *ramal provisório* para ligação daquela linha com o canal das Pirâmides, de Aveiro, a fim de facilitar o transporte de materiais e outras mercadorias destinadas às obras do nosso porto, cujo início não deve tardar a executar-se»⁴¹⁰.

4.5.2. Ligação ferroviária entre Aveiro e Cantanhede

Desde o final do século XIX deram entrada na Câmara Municipal de Vagos seis pedidos de autorização (e prorrogação dos prazos) para a construção de

estradas e vias-férreas que, a serem viabilizadas, teriam permitido ligar, pelo areal da faixa litoral, Aveiro à Figueira da Foz. Foi, por certo, na expectativa da concretização de um desses projectos de construção do caminho-de-ferro que o fundador da Luzostela, natural de Soza, decidiu erigir ali a primeira fábrica portuguesa de abrasivos de papel⁴¹¹. A Luzostela é fundada em 1904. Como do caminho-de-ferro, que terá sustentado a escolha do local para a sua instalação, não mais há notícia até 1909, a referida fábrica transfere-se para Aveiro. A Luzostela seria transferida para Aveiro, para um terreno situado na confluência da linha do Norte com a linha do Vale do Vouga.

Em 1910, um técnico da linha do Vale do Vouga estivera em Aveiro por causa do ramal a construir no Cojo, opção, como disse, que antecedeu a do canal de S. Roque. Acrescentava a *Vitalidade* que esta empresa projectava «seguir com a sua linha até Ílhavo, passando por Aradas e Verdemilho, indo depois até à Vista Alegre, Vagos, Mira e talvez ligar com Cantanhede»⁴¹². Dois anos depois, a Câmara Municipal da Figueira da Foz pede o estabelecimento de uma ligação ferroviária entre estas duas cidades, com paragens em Ílhavo, Vista Alegre, Vagos e Mira, mas a Companhia do Vale do Vouga não se mostrou interessada nesse projecto, «alegando que o tráfego não seria remunerador»⁴¹³. Lamentava *O Brado* que as câmaras dos concelhos por onde essa via-férrea iria passar não se unissem, mostrando que não só essa linha era economicamente viável, como iria induzir o desenvolvimento de toda a faixa litoral, entre Aveiro e a Figueira da Foz⁴¹⁴.

Em 1911, Adolph Wandsehneider requereu concessão para o estabelecimento de uma via-férrea, de tracção a vapor, para o transporte de passageiros e mercadorias, assente em leito próprio, de Aveiro até Mira, indo terminar em Cantanhede, junto da estação da Beira-Alta⁴¹⁵. Esse pedido foi aprovado em 28 de Agosto de 1914, mas terá enalhado por razões financeiras⁴¹⁶. Em 1916, o assunto regressa às páginas dos jornais. Nesse ano, *O Progresso* pergunta: «Porque não há-de conseguir-se do Governo que a linha do Vale do Vouga, atravessando a cidade [de Aveiro], vá servir Ílhavo, Vagos, Mira e Cantanhede, entroncando ali com a linha da Beira Alta?»⁴¹⁷. Não teve resposta.

Mesmo assim, no início dos anos 20, a imprensa local ilhavense ainda depositava algumas esperanças num prolongamento da linha do Vale do Vouga entre Aveiro e Mira, pois o assunto havia sido discutido no Parlamento, embora conhecesse as enormes dificuldades que se viviam nesse pós-guerra⁴¹⁸. Sabia que os concelhos de Aveiro, Ílhavo, Vagos, Mira e Cantanhede totalizavam perto de 100 000 habitantes, acreditando, por isso, na viabilidade dessa linha férrea⁴¹⁹.

Depois da tentativa gorada de 1907, em 1920 surge novo projecto de ligação ferroviária a Cantanhede, desta vez, não a vapor mas com tracção eléctrica⁴²⁰.

Também não passou de uma miragem, pois só a partir de 1930-32 é que os concelhos de Aveiro, Ílhavo e Vagos dispõem de electricidade para um empreendimento dessa natureza⁴²¹.

Em 1925, a direcção da empresa concessionária da linha do Vale do Vouga expõe às câmaras de Aveiro, Ílhavo e Vagos o trajecto da linha que ligaria a capital do distrito a Cantanhede, chegando à Vista Alegre antes do Verão de 1926⁴²². Com pouca fé na Junta Autónoma, *O Democrata* decide ajudar a ressuscitar o projecto de construção desta via. A Vista Alegre, que tanto queria o caminho-de-ferro, continuava isolada⁴²³. Dizia este semanário aveirense que «entre a estação de Aveiro e Cantanhede haverá que construir cerca de 49 km, que têm tráfego assegurado e são de fácil construção e exploração»⁴²⁴. As pedreiras de Ançã também viam com bons olhos este projecto. Em 15 de Novembro de 1926, é finalmente autorizada, por decreto, a construção daquela linha, entre Aveiro e Cantanhede.

Em 1928, numa reunião no Governo Civil, entre a Companhia, a Junta Autónoma e as «forças vivas da cidade», é decidido o início dos estudos para a construção da linha⁴²⁵. Em Outubro desse ano, o projecto é submetido à apreciação da Câmara Municipal de Ílhavo⁴²⁶. Em 1930, os engenheiros da empresa procediam a sondagens na Vista Alegre⁴²⁷. Embora sem contrato firmado, a empresa concessionária apresentou o projecto ao Governo. Mas a necessidade de pedra para as obras do porto obrigaram a uma alteração de trajecto, nos primeiros quatro quilómetros de percurso⁴²⁸. Entretanto, temendo a não aprovação do projecto, as câmaras interessadas renovam o pedido, mostrando como essa «linha férrea é o instrumento indispensável de fomento por que anseia esta região», pois até então, «se as comunicações de Mira com Cantanhede se acham restabelecidas por estrada, depois de muitos anos de completa interrupção, o mesmo não acontece para as de Mira com Aveiro, apesar dos importantes e dispendiosos trabalhos feitos pela Junta Autónoma das Estradas. A estrada está lá, no mapa, mas um automobilista que nesse traço vermelho confiasse teria uma grande desilusão. Terras tanto tempo abandonadas, apenas lembradas de tempos a tempos, como fábrica de votos baratos, erguem os olhos para o Poder Central e esperam confiadamente»⁴²⁹.

Nesse mesmo ano, também A. Amorim Girão pugna pela linha de Aveiro a Cantanhede. Em sua opinião, «Aveiro, centro incontestável, no ponto de vista geográfico, da vasta zona dependente da ria a que deu o nome, está longe de estender o seu domínio, como capital de distrito, a toda ela, pelo menos na sua parte meridional. E não será porventura difícil reconhecer quanto esse facto é apenas uma consequência da falta de bons meios de comunicação»⁴³⁰. Mas de nada valeu. A conjuntura terá obrigado o Governo a dar prioridade às obras do porto,

acabando por ser abandonada a linha que teria retirado do isolamento em que permaneceram, quase até aos nossos dias, as populações da língua de areia a sul da barra.

4.5.3. *Ligação ferroviária entre Estarreja e a Bestida*

Em 1908, *O Correio do Vouga* noticia, laconicamente, que o Dr. Joaquim Tavares de Araújo e Castro, reitor da Murtosa, havia requerido a concessão de uma via-férrea, de via reduzida, entre Estarreja e a Bestida⁴³¹. É possível que esta iniciativa mais não tenha sido que uma forma de pressão sobre a empresa exploradora da linha do Vale do Vouga. A verdade é que, no ano seguinte, *O Concelho de Estarreja* anuncia a ida de um engenheiro daquela Companhia para fazer o reconhecimento do traçado anunciado da linha – Estarreja, Murtosa, Bestida, Bunheiro, Pardilhó e Avanca –, «a fim de ver se a proposta pode ser executada em condições económicas que assegurem a sua viabilidade»⁴³². O referido periódico local achava que «a riqueza destas localidades, especialmente as relações comerciais com a Murtosa, e ainda a derivação do trânsito de mercadorias que seguem por barco para Ovar e Aveiro são a garantia mais do que segura da viabilidade» dessa via que denominou de *caminho-de-ferro da Beira-Mar*. Acrescentava que o pedido havia sido dirigido à Companhia do Vale do Vouga pelos habitantes daquelas povoações, à frente dos quais se encontrava Egas Moniz. Tratava-se de um linha de 24 km que serviria uma população de 30 000 habitantes, «onde os indigentes são relativamente em pequeno número, onde o pequeno comércio e a pequena indústria têm tido uma colossal expansão, onde existe uma importantíssima indústria de pesca que faz da praça de Pardelhas o mercado de peixe mais importante do país», pelo que era, na opinião do articulista, «um caminho-de-ferro de futuro»⁴³³.

Meses depois, o mesmo periódico *Estarreja* dá conta de um outro projecto: a construção de uma via-férrea, «de via reduzida ou Decauville», entre Estarreja e a Bestida, e que dali seguiria pelo Bunheiro e Pardilhó para Avanca⁴³⁴.

Em 1913, Luís de Brito Guimarães (1877-1950) e Joaquim António Soares, empregado da delegação de Aveiro do Banco de Portugal, requerem autorização para a construção de «uma linha férrea, que da estação de Estarreja siga por Veiros e Murtosa, e que vá terminar na Bestida, em frente à praia da Torreira». Informa a breve local da *Soberania do Povo* de que se tratava de uma linha de um metro de largura, «havendo carruagens para duas classes»⁴³⁵. Dias depois, sabendo do pedido de concessão Estarreja-Bestida, Egas Moniz escreve um longo artigo

n’*O Concelho de Estarreja*, onde reafirma a defesa «de uma construção ferroviária, que, partindo de Estarreja, siga por Veiros e Monte a Pardelhas, saindo dali um ramal para a Bestida e continuando a linha pelo Bunheiro e Pardilhó à estação de Avanca», discordando totalmente da opção por uma linha *decauville*, como entendia que a nova via-férrea não devia «aproveitar o leito da estrada»⁴³⁶.

Em 1923, também aqui surgem projectos de caminho-de-ferro de tracção eléctrica. No quadro da análise das potencialidades de desenvolvimento local, *O Concelho de Estarreja* defende «o estabelecimento de um caminho-de-ferro eléctrico que ligue Estarreja com Oliveira de Azeméis e o vale de Cambra e Estarreja com a Murtosa e Pardilhó»⁴³⁷. As dificuldades dos anos Vinte e os riscos de um investimento elevado numa altura em que surgiam as primeiras empresas de camionagem, terão desencorajado a Companhia do Vale do Vouga. Nos anos Trinta, a imprensa de Ovar exultava com a possibilidade de construção, pela CP, de uma linha férrea entre S. Jacinto e Ovar⁴³⁸. Segundo *O Ideal Vareiro*, a promoção turística da região e a classe piscatória das praias de S. Jacinto, Torreira e Furadouro constituíram a razão da mobilização das direcções dos municípios de Aveiro, Murtosa e Ovar. Também estes projectos não foram mais do que isso.

4.6. Rede viária

O transporte de mercadorias entre regiões distantes do mar e dos rios foi, durante séculos, garantido pelos almocreves com seus animais de carga (já referidos nos documentos do tempo do Conde D. Henrique), carreiros e carreteiros. Nessas condições, a figura do almocreve (almoqueiro, recoveiro ou regatão), pela mobilidade e número de efectivos, adquire uma importância primacial, tornando-se a «coluna vertebral das comunicações interiores por terra», no dizer de J. Borges de Macedo⁴³⁹.

Como mostraram vários autores, em 1849 – data do início das estradas macadamizadas –, o estado das vias terrestres em Portugal não podia ser pior; no interior, os caminhos eram intransitáveis, não havia hospedarias, a segurança era precária⁴⁴⁰. Ou como afirma Joel Serrão, a estrutura tradicional dos transportes em Portugal «só em meados do século XIX seria gradualmente substituída»⁴⁴¹. Esse esforço durou cerca de um século, mas algumas áreas permaneceram isoladas até há pouco tempo. Em 1964, a propósito da vida dos pescadores, Fernando Galhano escreveu: «separada dos povoados do interior por uma faixa de dunas estéreis agora cobertas de pinhal, só há pouco a abertura de estradas facilitou o acesso a esta costa

isolada. Tirando as povoações da Ria, onde eram os barcos que iam buscar o peixe, *foi o burro o grande meio de transporte, e a cabeça das mulheres*»⁴⁴².

A abertura e construção de novas estradas, de e para Aveiro, também tem início com a Regeneração. Em poucos anos, são decididas ou mesmo iniciadas as ligações terrestres consideradas decisivas para o desenvolvimento regional: Aveiro-Albergaria (1854), Aveiro-Barra (1855), Aveiro-Ílhavo (1861), Aveiro-Eixo (1861), Aveiro-Águeda (1862), Aveiro-Oliveirinha (1863), Aveiro-Mogofores (1864), Aveiro-Viseu (1864)⁴⁴³.

Em 1854, tem início a construção das estradas entre Aveiro e Albergaria-a-Velha e entre Aveiro e Esgueira, e foi pedida uma via de ligação à Bairrada. Solicitava-se também apoio financeiro para a construção da estrada de ligação entre a Barra e Aveiro e para a reparação da Ponte da Rata, sobre o Águeda, entre Almeir e Eírol, pois «não há outro ponto por onde possa fazer-se a comunicação entre esta cidade e a vila de Águeda»⁴⁴⁴. A obra que entretanto mais louvor mereceu do Governador Civil foi a Ponte da Barrinha [de Esmoriz], pois iria permitir «o livre-trânsito pela melhor estrada que presentemente temos de Ovar ao Porto»⁴⁴⁵.

Em 1860, foi construída uma ponte, a ponte de Bouças, sobre o rio Graça, no lugar Sobral, em Ovar. Segundo Teixeira de Pinho, esta ponte «merece particularizar-se»: «as testas são de cantaria lavrada e o interior do arco é de betão»⁴⁴⁶. O médico ovariense esclarece: «A construção desta ponte começou em 26 de Maio de 1860. O arco, no dia 21 de Setembro, concluindo-se no imediato pela manhã, e empregando-se nela 45,55 m de *beton*, feito de pedra quartzo britada de quatro centímetros de diâmetro, cal de Ancas e areia de mina. É a primeira obra deste género feita no nosso país; a propósito da qual disse o Ministro competente, Tiago Horta, que se havia colhido o melhor resultado daquela experiência»⁴⁴⁷.

Poucos anos depois, é reclamada uma ligação a Viseu por Albergaria-a-Velha, considerada de «importantíssimo alcance económico», pois «o comércio desta cidade, e dos concelhos do norte do distrito, exportando em larga escala peixe fresco e salgado, sal e outros géneros para Viseu, e recebendo deste vinho, cereais, frutos, gados e outros, é muito avultado»⁴⁴⁸. Em 1864, o administrador do concelho de Aveiro apresenta o plano das vias consideradas prioritárias, solicitando ao Governo a inclusão dessas estradas no Plano Nacional de Estradas. Assim, dessa relação, constavam as ligações terrestres entre Aveiro e Cantanhede, Oliveirinha e a Ponte da Rata e a estrada entre Aveiro e Ílhavo, para além da sentida necessidade de uma ligação fácil do centro da cidade à estação do caminho-de-ferro⁴⁴⁹.

Ao desenho dos traçados presidiam vários critérios. Nem sempre claros. Por isso, as populações de algumas freguesias exerciam pressões em seu favor.

Em 1920, são constituídas seis sociedades para a moagem e descasque de arroz. A análise das respectivas escrituras dos novos empreendimentos neste ramo industrial põe de imediato em evidência, diferentemente do que se passara antes, a diversa origem social e profissional dos sócios fundadores. Vejamos.

Em 6 de Maio de 1920, Esmoriz passa a dispor de uma moagem a vapor, embora a actividade primeiro referida na escritura seja a serração de madeiras³⁷⁷. A fábrica de Esmoriz é fundada por cinco «industriais»: Manuel Pinto Rodrigues e seus filhos e dois «industriais» de Esmoriz, sobre os quais pouco foi possível saber, nomeadamente sobre o responsável pela direcção técnica, Albertino da Costa Lemos. Manuel Pinto Rodrigues que é o «gerente», entre 1902 e 1920, esteve ligado à fundação de sete companhias de pesca, de uma cordoaria, de uma empresa de construção naval e, por fim, desta empresa de serração e moagem.

Exactamente dois meses depois, nasce a Empresa União Industrial de Albergaria-a-Nova, Limitada, com um capital social de 55 000\$00. Os seus «gerentes» eram dois «proprietários» da freguesia da Branca, mas o «gerente técnico», Francisco Rosa da Luz, referido como «industrial», era de Mortágua. Estes indivíduos são indicados no *Anuário Comercial de Portugal* como «negociantes» de madeiras ou de cereais. O objecto social era igual ao da fábrica de Esmoriz, isto é, a moagem é indicada como segunda actividade.

Dias depois, é constituída, em Ovar, outra sociedade, sob a firma Brandão & Irmão, cujo objecto é a «moagem e descasque de arroz e o comércio de cereais»³⁷⁸. Os dois irmãos, que investem neste projecto 100 000\$00, são referidos na escritura como «comerciantes».

Em 16 de Agosto de 1920, foi registada uma sociedade em nome colectivo, sob a firma Abreu & Irmãos, com um capital social de 80 000\$00, embora estivesse realizado apenas metade³⁷⁹. Os quatro irmãos, residentes em Eixo, referidos como «comerciantes», dividem entre si as diversas tarefas de administração da nova empresa. No final de 1921, um dos irmãos cede a sua posição na empresa, continuando a sua actividade com os restantes³⁸⁰.

No ano de 1922, nascem quatro sociedades; no ano seguinte, apenas uma, e, em 1924, três outras: uma, a Provedora Ilhavense, Lda., no concelho de Ílhavo (em que investe uma empresa ligada ao comércio de cereais) – o capital social passou, em 5 de Janeiro de 1923, de 80 contos para 120, embora só estivessem realizados 85 000\$00, «pelos maquinismos, utensílios, géneros, fazendas, propriedades e dinheiro»³⁸¹ –, quatro no de Ovar e as restantes no de Albergaria-a-Velha. A partir de 1924, parece ter abrandado o movimento de criação de sociedades para a moagem de cereais³⁸². Só as mais robustas terão sobrevivido às vagas alterosas da

Ovar³⁶⁸. Juntaram-se-lhes, dias depois, dois outros «negociantes». Não foi possível saber se esta sociedade chegou a moer cereais, mas é mais provável que nunca tenha tido uma qualquer fábrica de moagem, pois o capital social, mesmo após a entrada dos dois novos sócios, era de 6425\$00. Em 12 de Junho de 1926, um dos sócios desta empresa, o «negociante» José Maria Marques de Matos, de Ovar, é um dos fundadores de uma fábrica de massas alimentícias, com sede em Espinho, da firma Matos, Almeida & Companhia, Limitada, sendo, então, referido como «industrial», de resto, o único «industrial» dessa sociedade³⁶⁹.

Em 16 de Setembro de 1918, em Ovar, é constituída a empresa Ovarina, Moagem e Descasque de Arroz a Vapor, sob a firma Nunes & Companhia, Limitada³⁷⁰. O objecto social constante da escritura de fundação era a «montagem de uma ou mais fábricas para a exploração da indústria de moagem de trigo e outros cereais panificáveis e de descasque de arroz». Associava o saber técnico do «industrial» Manuel Augusto Nunes de Matos, ao conhecimento do mercado do «negociante» António Valente de Almeida, à disponibilidade financeira de dois médicos e de um «proprietário» de Ovar. Com mais esta fábrica, instalada no largo Almeida Garrett, próximo da estação do caminho-de-ferro, *A Discussão* considerava que Ovar se ia «convertendo num centro fabril»³⁷¹.

Em 29 de Outubro de 1919, nasce a Empresa Comércio e Indústria, Limitada, com sede em Aveiro. É constituída por um conjunto de cinco «comerciantes», três dos quais desta cidade e os dois restantes da Gafanha do Carmo e do Troviscal, Anadia³⁷². O seu objecto incluía, além da «indústria e comércio de moagem», a «serração, destilação e fabrico de azeite». Dos 25 000\$00 réis do capital social estavam realizados apenas 25%, no momento da constituição da sociedade. O *Campeão das Províncias* publica uma pequena nota que se limita à informação da escritura³⁷³, mas, em Novembro de 1922, *O Democrata*, a propósito da infausta notícia da morte de um operário esmagado pela correia da máquina, refere que a referida fábrica de serração e moagem se situava na Estrada da Barra e era então dirigida pelo «comerciante» Júlio Rafeiro³⁷⁴. Há notícia de ainda estar em funcionamento, em 1923³⁷⁵.

Em 4 de Novembro do mesmo ano, três «proprietários» e um «comerciante» fundam a Empresa Industrial da Mourisca³⁷⁶. Com um capital de 12 000\$00, dividido em partes iguais, esta sociedade tinha como fim o «exercício e exploração da indústria de serração e moagem». Nunca esta empresa terá feito serração de madeiras; em Maio do ano seguinte, um dos sócios, José Simões de Oliveira Pinto, funda, na mesma localidade, uma sociedade para a exploração de uma fábrica de serração, como se pode ver adiante. Não foi possível reunir outros elementos sobre esta empresa de moagem.

empresas adquirem maior dimensão, não deixando, contudo, de integrar o universo caótico da «pequena moagem». As restantes, de um modo geral, mantêm a tendência dos anos anteriores – servem um mercado geralmente circunscrito à freguesia ou ao concelho onde foram instaladas, o que atesta a sua reduzida capacidade produtiva.

Em 1920, *O Concelho de Estarreja*, favorável ao «desenvolvimento industrial de uma região», apresenta um conjunto de cálculos que lhe permitiam afirmar que era seguro e remunerador o investimento numa moagem que visasse satisfazer a procura de uma população de perto de 10 000 habitantes³⁶⁵. Nesse mesmo ano, *O Povo de Cacia* dá conta de um conjunto de conversas entre «capitalistas» daquela freguesia para o estabelecimento de uma moagem, pois era considerado «um melhoramento que muita falta faz[ia] a Cacia e terras limítrofes»³⁶⁶. O argumento mais forte, no dizer deste periódico, era a existência de abundante matéria-prima: Cacia era «muito cerealífera e uma das mais importantes do país na produção de arroz», vantagem que teria levado a própria Companhia Aveirense de Moagem a pensar estabelecer uma sucursal na freguesia vizinha de Angeja; a maior dificuldade residia na «quantia elevada que tinha de se empatar, se porventura se tivesse de fazer a compra do motor»³⁶⁷. É rara a publicidade dos produtos de uma qualquer fábrica na imprensa dos concelhos limítrofes. É assim que a Mourisca, no concelho de Águeda, Esmoriz e Arada, no de Ovar, e Albergaria-a-Nova e Ribeira de Fráguas, no de Albergaria-a-Velha, passam a ter fábricas de moagem. Certamente devido à concorrência entre elas, nove das sociedades constituídas colocam no objecto social, a par da moagem, a serração de madeiras e o comércio de cereais, situação que nos anos anteriores só se tinha verificado em quatro casos. As razões destes procedimentos prendem-se, por certo, com as dificuldades dos anos da Guerra, nomeadamente com o encarecimento do carvão e do ferro e com a escassez de cereais panificáveis que provocam uma geral carestia. O trigo atingiu então preços extraordinários.

Como se pode ver no Quadro n.º 2.9, a maioria (62,2%) é formada por sociedades por quotas. Só essa tendência explicará que o trabalho dos moinhos, tradicionalmente explorados por acordos informais ou por contratos de arrendamento, tenha sido objecto de constituição de sociedades por duas vezes. De facto, no final da década de 1921-1930, surgem duas sociedades ditas «civis particulares» para a exploração de dois moinhos, na Branca e em S. João de Loure, no concelho de Albergaria-a-Velha.

Em Novembro de 1917, três «negociantes» de Ovar e outros três de Viseu fundam a União dos Industriais de Padaria do Distrito de Aveiro, com sede em

Acrescentava, por fim, que a laboração, com uma duração média anual de quatro meses, ocupava apenas duas pessoas: «um moleiro, com o jornal de 400 réis, e o próprio dono, ou encarregado da fábrica». Dificilmente poderia ser de outra maneira. Esta pequena moagem enfrentava a concorrência dos 23 moinhos de «tipo ribeirinho», como lhe chama Ferreira Cabido, e dos 18 moinhos de vento em laboração no concelho de Ílhavo³⁶⁰. Mesmo estes tinham um «funcionamento muito irregular», dependente, «entre outras circunstâncias, de os fregueses lhes levarem matéria-prima de trabalho», de resto como, marginalmente, acontecia na fábrica. Ferreira Cabido computava em cerca de 1075\$000 réis a produção anual desses 41 moinhos, isto é, perto de metade da produção da fábrica.

J. A. Paradela, «republicano convicto», era vereador da Comissão Municipal Administrativa de Ílhavo. Em Fevereiro de 1912, , pediu «licença ilimitada por ter de se ausentar para as nossas colónias africanas»³⁶¹.

Dois anos depois, é a vez de Albergaria-a-Velha também ter uma fábrica de moagem. Segundo o *Correio de Albergaria*, em meados de Maio de 1910, andava em construção, junto à avenida da estação do caminho-de-ferro «um edifício que se destina a uma fábrica de moagens que o nosso conterrâneo, Sr. Francisco Augusto da Silva Vidal, tenciona montar após a conclusão da nova casa»³⁶². Aquele semanário via no empreendimento um engrandecimento considerável da terra, «que dia a dia progride de uma forma admirável, graças ao arrojo de alguns dos seus filhos que não vacilam em se arriscarem a empresas da natureza desta»³⁶³.

5.3. A moagem a vapor durante e após a I Guerra Mundial

Como sublinhou José Amado Mendes, se a conjuntura interna favorecera o desenvolvimento da moagem, a conjuntura externa, criada pela I Guerra Mundial, suscitou o aparecimento de maior número de moagens e a difusão de moderno equipamento técnico, «vindo a capacidade das fábricas existentes, em 1924, a ultrapassar as necessidades do consumo»³⁶⁴.

Até ao início da Guerra, no espaço geográfico estudado, terão sido erguidas 14 fábricas, 7 das quais instituídas por sociedades – 6 em nome colectivo e 1 por quotas – e as restantes 7 em nome dos seus proprietários. Entre 1917 e 1931, foram constituídas 19 sociedades – 12 por quotas, 4 em nome colectivo, 2 sociedades de tipo «civil particular» e 1 sociedade anónima de responsabilidade limitada. Nada de novo, pois. Estamos perante uma situação idêntica à registada noutras indústrias, nestes anos. Todavia, faço notar que apenas uma ou duas das

Em Janeiro de 1905, estavam concluídos os trabalhos de terraplanagem do local escolhido para a edificação da fábrica e tinha sido iniciada a construção do «edifício principal»³⁵³. Segundo *A Discussão*, já fora assinado o contrato de fornecimento do equipamento por uma reputada empresa suíça e que a força motriz seria «produzida por uma possante máquina a gás pobre da força de 70 cavalos, sistema inglês»³⁵⁴. Alberto Sousa Lamy afirma que esta fábrica foi montada em 1908. Em 1912, diz o historiador owarensê, «moía diariamente 6000 litros de milho, sendo os seus produtos consumidos nos concelhos limítrofes»³⁵⁵.

Em 1908, também Ílhavo passa a ter a sua moagem. O semanário progressista *Os Sucessos* refere de passagem a inauguração desta fábrica de José António Paradela, afirmando tratar-se de um «importante melhoramento com que a populosa vila ilhavense fica dotada»; acrescentava que, no que ao equipamento dizia respeito: «Achámo-la muito engenhosa e interessante o maquinismo, que foi executado sob a direcção do Sr. José Bolais Mónica, de Vilar»³⁵⁶. Tratava-se por certo de um dispositivo accionado pelo vento. Um outro Mónica, residente na freguesia de Alquerubim, Albergaria-a-Velha, anunciava, em 1911, o fabrico de «motores»: «João Bolais Mónica encarrega-se da construção de motores a vento, tanto de ferro como de ferro e madeira». Acrescentava o texto do anúncio que «estes motores, aplicam-se a tirar água e a moer cereais, podendo aplicar-se aos dois fins quando se quiser. *Moem farinha com um até quatro casais de pedra [...]*»³⁵⁷.

Mas em 1910, esse motor eólico já teria sido substituído por «um motor a gás pobre, monocilíndrico, horizontal de simples efeito, a 4 tempos, do sistema Crossley e da potência de cerca de 13 cavalos a vapor, construído pela casa Pitt Engineering & C.^a, de Inglaterra», segundo a monografia de Ferreira Cabido, publicada em 1911³⁵⁸.

As restantes informações mostram claramente a diminuta dimensão desta empresa. A fábrica estava «instalada numa casa apropriada e contígua à de habitação do industrial José António Paradela, seu dono. Tem o valor de 300\$000 réis e magníficas condições de higiene e segurança, sendo de 200\$000 réis o valor dos terrenos anexos e de 1700\$000 réis o valor das máquinas, aparelhos e móveis. É propriedade exclusiva do industrial referido».

A fábrica de J. António Paradela moía apenas milho – 130,2 toneladas –, que adquiria a 40 réis o litro ou 51,61 réis por quilograma. Portanto, a matéria-prima representava cerca de 89%. As outras rubricas eram assaz diminutas: 48\$000 réis de salários; 50\$000 para conservação e lubrificação, 56\$065 de contribuição industrial e 90\$000 réis para a aquisição das seis toneladas de antracite, adquiridas no Porto, com que era produzido o gás pobre³⁵⁹.

De entre «as diversas máquinas operatórias» (mós, tararas, peneiros, branqueadores, desquinadores, trituradores, escovadores, refinadores, etc.) da referida empresa, destaca-se o «motor a vapor, cilíndrico e horizontal, da potência de 120 cavalos, sendo o vapor gerado por duas caldeiras fixas multitubulares, do construtor Denayer & Companhia, da Bélgica»³⁴⁶. A fábrica consumia 1000 toneladas de lenha que comprava então a 3\$000 réis, «proveniente dos pinhais das proximidades». Consumia 4930 t de trigo nacional, a \$070,2 réis, 143 324 t de trigo estrangeiro, a \$062,2 réis, 1540 t de milho, a \$047,6 réis, e 1362 t, a \$058 réis o quilograma. Nesse ano de 1907, a produção da fábrica cifrou-se em 534 906\$891 réis, sendo os seus produtos consumidos no distrito de Aveiro e «na província da Beira Alta»³⁴⁷.

Com um horário de 11 e 13 horas diárias (das 6 h da manhã às 17 h, de Setembro a Abril, com meia hora para o «almoço» e uma hora para o «jantar»; e das 6 h às 19 h, durante os restantes meses do ano, com 2 h para as refeições) a fábrica empregava, então, 14 trabalhadores, menos um, portanto, que em 1903³⁴⁸. No conjunto, os custos da mão-de-obra cifravam-se em cerca de 0,94% (5000\$000 réis) das «despesas gerais» da empresa. A maior fatia era arrecadada pela rubrica das matérias-primas (507 402\$455 réis). O combustível custava à empresa cerca de 3000\$000 réis.

Por razões não apuradas, nos anos seguintes, a situação financeira da empresa agravou-se. Em 1909-1910, o passivo volta a superar o activo. Rosa Ernestina Cristo Ferreira Pinto morre e os seus herdeiros, juntamente com Carolina Franco da Silva, cedem as suas quotas, e os que ficam fixam o capital em 36 contos de réis, já realizados³⁴⁹. De facto, a firma Cristo, Rocha, Miranda & Companhia parece ter vivido uma década com inúmeras dificuldades até à sua aquisição pelo Banco Regional de Aveiro, em 1920, como mostro adiante.

Em Dezembro de 1904, foi constituída a primeira sociedade por quotas, sob a firma Soares Pinto & Companhia, Limitada. Com um capital social de 32 000\$000 (embora apenas estivessem reunidos 25%), os «negociantes» António e Manuel Soares Pinto, o comendador Luís Ferreira Brandão e Manuel Gomes Laranjeira pretendiam montar «uma fábrica de moagem de cereais e descasque de arroz e panificação», num edifício, na rua Heliodoro Salgado, na Várzea, propriedade de António Soares Pinto³⁵⁰. Agora já não era apenas um «importante melhoramento» para Ovar – já havia a de F. Peixoto Pinto Ferreira –, mas, como refere *A Discussão*, a nova fábrica poderia «tornar mais vigoroso o desenvolvimento industrial da nossa terra»³⁵¹.

A gerência, como referia a escritura, ficaria a cargo de António Soares Pinto, dispensado de caução e com um vencimento de 10% dos lucros líquidos da sociedade, podendo ser elevado a mais, se os sócios assim o entendessem³⁵².

A novel sociedade faz erguer uma nova fábrica num terreno mais amplo, ali próximo, aos Santos Mártires, junto da ria, mantendo os escritórios na rua da Alfândega. Cinco meses depois, em Setembro de 1903, o *Povo de Aveiro* assinala a conclusão dos trabalhos de construção do novo edifício da «nova fábrica de moagens», sendo então queimadas «algumas dezenas de foguetes e havendo merenda para todos»³³⁸.

Em Maio do ano seguinte, o *Campeão das Províncias* noticia a chegada de «uma importante parte do material mecânico para a nova fábrica de moagens dos Santos Mártires [...]. Veio com ela o pessoal estrangeiro indispensável para dirigir o assentamento das máquinas e [para] dar indicações para o seu funcionamento»³³⁹. O *Povo de Aveiro* informa os seus leitores de que o equipamento técnico da nova empresa, nomeadamente o gerador de vapor, fora montado por Pierre Vleminckx, «encarregado da casa de Louis de Naeyer & C.^a» e que as máquinas precisas já se encontravam no edifício da fábrica, prevendo-se o início da sua actividade no prazo de dois meses³⁴⁰. Exultava o referido semanário republicano dizendo que era «um estabelecimento muito vantajoso para os povos desta região», «incontestavelmente um dos mais aperfeiçoados, no seu género», apesar da consciência que tinha de se tratar de «uma empresa audaciosa e perigosa, atendendo à crise que presentemente atravessam as fábricas de moagem». Em 28 de Agosto, o referido periódico anuncia o início da actividade da fábrica, «montada com aparelhos moderníssimos, a última palavra nessa indústria»³⁴¹.

Em 1905, há notícia de que esta unidade industrial de moagem recebia trigo por mar. Conforme refere o *Jornal de Ílhavo*, «com carregamento de trigo, que vem consignado à fábrica de moagens dos Santos Mártires (Aveiro) entraram a nossa barra os iates *Machado Novo* e *Maria dos Anjos* e a escuna *Mascote*»³⁴². Em 1907, na sequência da aquisição do moderno equipamento técnico adquirido pela empresa³⁴³, um anúncio – então com a denominação corrente de Fábrica dos Santos Mártires – informa o público de que a sua actividade consistia na «moagem de trigo, milho e descasque de arroz pelos sistemas modernos e mais aperfeiçoados», produzindo «farinhas superiores, cabecinha, sêneas, farelos e alimpaduras» para o que comprava «milho, trigo e arroz a retalho e por atacado»³⁴⁴.

Nesse ano de 1907, segundo um estudo publicado em 1911, o capital social desta empresa cifrava-se em 250 000\$000 réis: 173 000\$000 em capital circulante e 77 000\$000 réis de capital fixo, constituído por 45 000\$000 réis correspondentes ao imóvel onde estava instalado o edifício da fábrica – «uma sólida construção apropriada em que se observam os requisitos de segurança e higiene para o pessoal ali empregado» –, e 32 000\$000 réis em máquinas, utensílios e mobília»³⁴⁵.

A novidade deste início de século é o aparecimento das primeiras sociedades por quotas, nomeadamente nos concelhos de Ovar e Aveiro. Consequentemente, os capitais reunidos atingem cifras que as moagens anteriores desconheciam. No entanto, parece que só dois desses projectos têm ambições maiores que os estreitos limites das freguesias em que nasceram. Vejamos.

Em Janeiro de 1903, segundo *O Concelho de Estarreja*, Manuel da Silva Reis deu início à actividade da fábrica de moagem a vapor que estabeleceu no lugar do Monte de Cima, Estarreja. Tal como os restantes periódicos, também aquele olhou o aparecimento desta nova unidade fabril como «um melhoramento de incontestável importância para esta terra, visto não possuir, principalmente no Verão, um único moinho onde se possa moer a farinha que diariamente aqui se consome»³³⁵. Depois, nem *O Concelho de Estarreja* nem qualquer outro periódico volta a referir-se, tanto à moagem como ao seu instituidor.

Como atrás referi, nesse mesmo ano de 1903, mercê da grave situação financeira em que se encontrava, Manuel Homem de Carvalho Cristo põe fim à sua velha moagem da Rua dos Tavares, em Aveiro, que fundara mais de uma década antes. Nesse ano, o passivo cifrava-se em 19 100\$000 réis, quando o valor do edifício da fábrica, de dois armazéns e de um quintal no Bairro dos Santos Mártires, bem como o de toda a maquinaria e utensílios perfazia 3820\$000 réis. Para ultrapassar as dificuldades, Manuel Homem Cristo encontra no círculo em que se movia, especialmente no quadro familiar, o apoio de que necessitava para a sobrevivência da empresa.

Assim, em 11 de Maio de 1903, forma uma sociedade, em nome colectivo, sob a firma Cristo, Rocha, Miranda & Companhia³³⁶. Manuel Cristo entrou com os bens referidos, no valor de 3820\$000 réis e os restantes cinco sócios – o «negociante e proprietário» Manuel da Rocha, o «comerciante e proprietário» Albino Pinto de Miranda, o seu mais conhecido irmão, Francisco M. Homem Cristo, e as «proprietárias» Rosa Ernestina Cristo Ferreira Pinto e Carolina Franco da Silva, esta então residente em Paris – subscrevem quotas de igual valor, em dinheiro. Se ao fim de três anos os prejuízos persistissem – lê-se na escritura –, proceder-se-ia então à sua dissolução e liquidação. Ao associar a moagem à serração de madeiras, o objecto social explicitado na escritura parece reflectir essas dificuldades que a empresa vivia e que terá querido ultrapassar com a injeção de capital. A firma Cristo, Rocha, Miranda & Companhia tinha como objecto social a «exploração de uma fábrica de moagem de cereais e, acidentalmente, de descasque de arroz, serração de madeira, fabrico de massas e quaisquer indústrias congéneres». Este texto é igual ao do pedido de licença publicado na imprensa local, com data de 7 de Junho de 1904³³⁷.

Outubro de 1916, cerca de dois anos após o encerramento da fábrica de moagem³²⁹, fundou a sociedade que viria a explorar o ramal do caminho-de-ferro em Ovar³³⁰.

Em Junho de 1900, o *Campeão das Províncias* noticiava: «O arrojado industrial, Sr. José Maria da Fonseca, da Murtosa, acaba de estabelecer naquela localidade, uma fábrica de moagens, *que se destina a beneficiar aquela importante freguesia*». Acrescentava que a experiência da máquina dera bons resultados³³¹. Dois anos depois, apesar das dificuldades, esta «acreditada fábrica» ainda produzia farinhas muito procuradas, «devido à perfeição com que são moídas», pois, «possuem todas as qualidades para o fabrico de um bom pão»³³². A imprensa local só volta a fazer-lhe uma breve alusão no final da I Guerra Mundial. Em Maio de 1918, esta fábrica publica um anúncio dirigido «às padeiras» sobre a iminência da chegada de dois vagões de trigo³³³.

Até à I Guerra Mundial, formam-se mais cinco sociedades para a moagem de cereais – correspondentes a três unidades fabris – e nascem três outras empresas em nome individual. Na verdade, de 1901 a 1917, há notícia da criação de seis novas fábricas: uma em Aveiro, em 1903, uma outra, estabelecida no mesmo ano em Estarreja, em nome individual; em 1904, nasce em Ovar uma outra moagem; em 1908, surgem duas novas empresas de moagens em Ovar e em Ílhavo, e outra ainda, em 1910, em Albergaria-a-Velha.

Muitas vezes não me foi possível saber as datas de encerramento das fábricas exploradas em nome individual ou de dissolução das referidas sociedades, não permitindo, pois, o conhecimento pelo menos da duração desses projectos. Ou porque a liquidação das empresas em dificuldades era feita a contento de todas as partes, ou porque um dos sócios assumia individualmente o activo e o passivo dessas empresas, ou por outras razões quaisquer, as sociedades não eram formalmente dissolvidas. Torna-se, assim, difícil saber, ano a ano, o número de empresas existentes. Mas eram certamente mais do que as quatro que o *Boletim do Trabalho Industrial* recenseia, no distrito de Aveiro, em 1907. Segundo esta fonte – que não contabiliza os estabelecimentos do concelho de Águeda –, havia duas moagens de cereais no concelho de Aveiro, uma no de Estarreja e outra no de Ovar³³⁴. Com os documentos notariais e com a imprensa local é difícil aceitar esta cifra. Eram mais. Difícil é, por enquanto, dizer quantas. O que parece não oferecer dúvidas é que, em qualquer uma das empresas constantes no referido *Boletim*, o número de trabalhadores empregados era muito reduzido, mesmo assim com uma variação entre os 3 e os 10 trabalhadores por unidade: as duas fábricas de Aveiro empregavam 20 pessoas, a de Estarreja 3 e a de Ovar 7.

De tempos a tempos, Manuel Homem de C. Cristo publica no «seu» *Povo de Aveiro* alguns anúncios que dão conta dos produtos da fábrica: «Fábrica a vapor. Moagem de trigo, milho e descasque de arroz de Manuel Cristo. Vendas de farinhas, sêneas e arroz nacional. Compras de milho, trigo e arroz com casca, tanto por junto como a retalho»³¹⁸. Em 1901, quando empregava 15 trabalhadores, já não incluía o descasque de arroz³¹⁹.

Em, 22 de Abril de 1894, os «negociantes» António e João de Freitas Sucena, residentes em Pessegueiro e em Águeda, respectivamente, e dois «proprietários» de Paredes e de Vale de Águeda, fundam, em Pessegueiro, uma fábrica que associa a moagem à serração de madeiras³²⁰. Para o estabelecimento desta unidade, os seus fundadores terão aproveitado a «*casa* onde outrora existiu a fábrica de louça pertencente ao sócio gerente António de Freitas Sucena»³²¹. É possível que também esta fábrica tivesse iniciado a sua actividade com uma máquina a vapor, mas a escritura não faz qualquer alusão a esse assunto.

Cinco anos mais tarde, em Maio de 1899, a *Soberania do Povo* afirmava que, «devido à rasgada iniciativa do distinto clínico Dr. Joaquim de Carvalho e Silva», Águeda ia ser dotada de «um grandioso melhoramento»: o referido médico ia instalar «uma máquina de irrigação» que seria «também utilizada para moagens, o que há muito tão necessária se tornava entre nós»³²². Acrescentava que, depois «deste extraordinário melhoramento», outros se lhe seguiriam «*com o mesmo maquinismo*», que estava a ser montado por «alguns operários, sob a direcção de um hábil artista do Porto»³²³. Não foi possível saber de que tipo de máquina se tratava e se o referido médico a utilizou na moagem de cereais.

Alberto Sousa Lamy refere a existência de uma fábrica de «moagem de milho», em Ovar, sita no Largo da Estação, no final de Oitocentos. Segundo este historiador, Francisco Peixoto Pinto Ferreira «fez a experiência da sua caldeira», em 28 de Junho de 1899³²⁴. Um mês depois, *A Discussão* noticia a abertura e o início de actividade da fábrica, enfatizando a qualidade da farinha e, especialmente, o facto de constituir um «bom melhoramento» para aquela vila, «onde durante metade do ano falta água para a laboração dos moinhos, tendo os moleiros de ir ali moer as fornadas, que quase sempre são entregues aos fregueses tarde e a más horas»³²⁵. Nada mais foi possível saber sobre este empreendimento. Do «negociante» Francisco Peixoto Pinto Ferreira há notícia de se ter envolvido, cerca de meio ano depois, na fundação de uma sociedade para «recrutar ou contratar emigrantes, vender bilhetes de passagens e solicitar passaportes para fora do reino»³²⁶, enquanto explorava uma agência de vapores³²⁷. Em 1 de Janeiro de 1907, integrou o numeroso grupo fundador de uma empresa de pesca de arrasto³²⁸ e, em 2 de

«uma máquina de 16 cavalos, 4 pares de pedras francesas e limpadores com pouco mais de dois anos de trabalho»³¹⁰. Os seus proprietários anunciavam, também, o arrendamento do edifício onde estava instalada a fábrica.

Na última década do século XIX, há notícia da fundação de mais quatro ou cinco fábricas, nas seguintes localidades ou freguesias: Glória, uma das duas freguesias da cidade de Aveiro (1893); Pessegueiro, no concelho de Águeda (1894); Águeda (1899); Ovar, no largo da estação do caminho-de-ferro (1899) e S. Jacinto (1900). É possível, pois, que o aparecimento destas pequenas unidades esteja correlacionado com as condições criadas pela legislação proteccionista, consignada na promulgação, primeiro, da lei de 1889, e, depois, da «Lei da Fome» (outros chamaram-lhe «Lei benemérita»), de 1899, no quadro da crise financeira, como mostrou Jaime Reis. Ao favorecer o nascimento de modernas fábricas, aquele primeiro diploma está na origem da década «dourada» da moagem a vapor: das 12 fábricas modernas existentes em todo o País, em 1889, passa-se para 107, em 1898; em 1908, foram contadas 159 unidades fabris³¹¹. E como sublinha este historiador, «não só o número de modernas fábricas a vapor aumentara rapidamente a partir de 1889, como ainda o método austro-húngaro, mais eficiente e mais capital intensivo, fora entretanto largamente adoptado»³¹².

Depois da referida fábrica de moagem a vapor, fundada em 1874, por Sebastião de Magalhães Lima & Companhia, é estabelecida uma outra unidade na capital do distrito, em 1890, propriedade do comerciante e mestre-de-obras Manuel Homem de Carvalho Cristo, irmão do conhecido militar e jornalista Francisco M. Homem Cristo³¹³.

No final de 1892, esta fábrica inicia o descasque de arroz. Dizia *O Povo de Aveiro* que Manuel Cristo «vai desenvolver essa indústria, para o que fez já uma larga compra de arroz, esperando afastar daqui os negociantes de Ovar, que são os exclusivos fornecedores de Aveiro»³¹⁴. Dias depois, a fábrica publica um anúncio alusivo ao novo produto³¹⁵. Em 1897, a imprensa local aveirense regozijou-se pelo facto de a Fábrica de Moagem Aveirense, sita na rua da Alfândega, ter conseguido entrar «no rateio para o consumo de trigo estrangeiro, numa percentagem muito razoável e proporcionada aos cálculos do consumo»³¹⁶, privilégio de que beneficiava, segundo Jaime Reis, apenas um grupo de sessenta ou setenta moagens, na última década de Oitocentos³¹⁷. Acrescentava a *Vitalidade* que fora «uma excelente vantagem» que o proprietário desta empresa conseguira por se esperar que efectivamente fosse fazer prosperar as condições da fábrica de moagem, «cujas despesas são avultadas, como se sabe», favorecendo a qualidade dos seus produtos. Como mostrarei adiante, até 1903, esta fábrica viveu com enormes dificuldades.

Como se pode ver no Quadro n.º 2.9, em 1875, nasce em Ovar uma outra sociedade, cujo fim social era semelhante ao daquela: «Estabelecimento de *moinhos movidos a vapor para moagem de trigo e milho, para descasque de arroz* e para aplicação da mesma máquina a qualquer outro fim que entendam ser de interesse comum»³⁰⁵. Os sócios fundadores – Manuel F. Ribeiro da Costa, «proprietário» de Ovar, e Manuel Dias Souto, também «proprietário», então residente na vila vareira – dividiam entre si os pelouros da «escrituração» e da «caixa e administração» e repartiam, em partes iguais, os dividendos da sua actividade.

A fábrica foi montada «no armazém próximo à estação do caminho-de-ferro de Ovar, pertencente ao sócio Manuel Fernandes Ribeiro da Costa, o qual tem 29 m de comprido e 8,5 de largo», armazém que este deu de arrendamento, «assim como o poço e terrenos próximos do armazém que forem necessários para as edificações que tiverem a fazer», «e a casa que fica por cima do referido armazém, para habitação do sócio Manuel Dias Souto e família, pelo espaço de dez anos, a contar da data de início da sociedade pela renda anual de 60\$000, que será paga pelo rendimento da sociedade». O poço mencionado daria «somente água para consumo da máquina, sendo para esse fim extraída pela força da mesma quando ela trabalhar, e para o consumo da casa onde o sócio Manuel Dias Souto residir com a família, pertencendo o resto da água a Manuel Fernandes Ribeiro da Costa»³⁰⁶.

Nove meses depois, por morte de Manuel Dias Souto, a sociedade é dissolvida, mas a moagem terá continuado a sua actividade sob a direcção do sócio sobrevivente³⁰⁷. Segundo a escritura de dissolução, Manuel F. Ribeiro da Costa pagou a quantia de 1646\$170 réis à filha e à mulher do seu falecido sócio, assumindo como suas todas as dívidas contraídas para a montagem da fábrica, bem como «a máquina de vapor, moinhos e mais utensílios que fazem parte do referido estabelecimento, que se acha montado no lugar da Estação». Não foi possível saber quanto tempo mais terá durado esta unidade fabril.

Em Aradas, freguesia a sul de Aveiro, nasceu, a 31 de Dezembro de 1887 (embora a sociedade respectiva só tivesse sido registada em 11 de Fevereiro de 1888), uma outra fábrica de moagem. Foram seus fundadores dois «proprietários» daquela freguesia, que dividiam equitativamente, entre si, as tarefas da «administração» e o capital social de 3000\$000³⁰⁸. A referida sociedade tinha como fim o «comércio de cereais e farinhas por meio de fabrico a vapor». Em 11 de Março de 1888, *O Povo de Aveiro* noticiava o início dos «trabalhos de instalação» dessa «fábrica de moagem de cereais a vapor»³⁰⁹. Mas durou pouco tempo. Em 1891, aquele periódico republicano anunciava a venda da fábrica e do seu equipamento:

cial de Aveiro²⁹⁸. Foi eleito deputado pelo círculo de Águeda e por três vezes eleito presidente da Câmara Municipal de Aveiro.

Apesar do peso político e económico deste como de outros dos seus fundadores, a fábrica – instalada no velho edifício onde também José Ferreira Pinto Basto teria tentado estabelecer uma moagem – viveu certamente com dificuldades ou não chegou sequer a laborar. A sociedade não cumpriu os dez anos de vida enunciados na escritura de fundação. Como não encontrei prova documental da dissolução, não foi possível saber exactamente o que se passou até 1880, ano em que voltamos a ter notícia dela, então já na posse do Dr. José Francisco Lourenço de Almeida Medeiros, de Fermelã, como referem, tanto o *Inquérito Industrial de 1881* como José R. Rangel de Quadros Oudinot.

Situando em 1880 o início da actividade deste «pequeno estabelecimento de moagem», o *Inquérito Industrial* diz que a fábrica tinha uma máquina a vapor de sete cavalos, de fabrico inglês, que fazia mover dois «moinhos feitos no Porto» para a produção de «farinha de diversos cereais». A fábrica, que trabalhava «constantemente», alimentando a máquina com lenha, moía «14 alqueires de cereais por hora, pelo preço de 50 réis o alqueire»²⁹⁹. A máquina punha em movimento «um engenho de descascar e limpar arroz» e que os custos com «mão-de-obra e despesas gerais orçavam em cerca de 5040\$000 réis»³⁰⁰.

Rangel de Quadros Oudinot repete, no essencial, a informação do *Inquérito*, deixando, contudo, o que parece ser uma imprecisão quando indica a potência da máquina e uma sincopada e estranha explicação para o fim da empresa. Confirmando a data da «fundação», este historiador e memorialista aveirense afirma que a «fábrica de moagens a vapor» tinha uma máquina com «a força de oitenta cavalos [*sic*] e fazia rodar dois moinhos que podiam reduzir a farinha, em cada hora, catorze alqueires de milho da medida de Aveiro. Também descascava arroz»³⁰¹. Uma vez que a produção é igual, estamos certamente perante um lapso de Oudinot, pois o número indicado é exagerado para a produção apresentada como para compreendermos a expressão usada no *Inquérito Industrial* «pequeno estabelecimento». A verdade é que, sem citar fontes nem entrar em pormenores – nem indicar, por exemplo, a data de encerramento³⁰² – este autor afirmou que o fracasso económico da empresa se ficou a dever «à má administração do proprietário, que nem dos próprios haveres soube ser bom administrador»³⁰³. Será esta obscura passagem um remoque maldoso à resposta que Lourenço de Almeida Medeiros deu no *Inquérito Industrial* ao afirmar, perante «as boas condições» da sua exploração, «nada requer da intervenção dos poderes públicos»³⁰⁴.

*duração de vinte anos, ficaria sem efeito*²⁹⁰. Essa tentativa terá sido coroada de êxito, pois a memória colectiva fixou, até há cerca de uma década, o local e outros aspectos relacionados com este moinho. Em 1867 e 1868, Manuel Simões Amaro é referido na imprensa local como «construtor de moinhos de maré»²⁹¹. Poucos anos depois, estaria na fundação da primeira unidade de moagem a vapor da cidade de Aveiro, como mostro a seguir.

Em 1908, os moinhos de maré construídos na ria faziam parte da toponímia local. Em Março desse ano, o semanário *O Aveirense* noticia um naufrágio na ria, localizando-o, «na ria da Gafanha, aos Moinhos»²⁹². Só em 1921, João Aleluia vendeu uma casa com «azenha de mar», que possuía, na estrada da Barra, onde alegadamente terá moído vidro para a sua fábrica²⁹³.

5.2. Primeiras unidades industriais de moagem a vapor

A primeira fábrica de moagem a vapor referida na documentação notarial nasce, em Aveiro, em 1 de Novembro de 1874. Com os escassos testemunhos reunidos, é difícil saber se a sua fundação está de algum modo relacionada com as medidas liberalizadoras da importação de cereais (sobretudo de trigo americano), decretadas em 1865, que, como se sabe, favoreceram a indústria panificadora²⁹⁴. «Durante os quinze ou vinte anos anteriores a 1889», como sublinhou Jaime Reis, «onde quer que a moagem se tivesse modernizado, devem ter-se obtido lucros enormes»²⁹⁵.

Esta sociedade em nome colectivo, dotada de um capital social de 6000\$000, tinha como objecto o «estabelecimento de *moinhos movidos a vapor para moagem de trigo e milho* e para a aplicação do mesmo maquinismo a qualquer outro fim que os sócios decidam»²⁹⁶. Foram seus fundadores, os «proprietários» Sebastião de Carvalho Lima (1821-1896), Manuel Simões Amaro, João Ferreira da Encarnação, o padre Manuel Luís da Silva Portugal e o «funcionário público» João Maximiliano Lebre. O primeiro, pai de Sebastião e Jaime de Magalhães Lima, chefe político regenerador local e «senhor de uma fortuna relativamente grande, a maior do concelho», reunida no Brasil, onde se dedicou ao comércio, de 1834 a 1854²⁹⁷, detinha a quota maior e foi nomeado «caixa» da sociedade, sendo também responsável pela «aquisição de todo o material do estabelecimento», embora a escritura informe de que a «administração» seria assegurada por dois sócios. Sublinho que Sebastião de Carvalho Lima, amigo de José Estêvão e de Mendes Leite, foi um dos fundadores da Caixa Económica desta cidade e da Associação Comer-

tradicional, no concelho de Albergaria-a-Velha, em 1910: «A indústria da moagem é caseira e exerce-se em moinhos de tipo ribeirinho para a grande maioria da população, sobretudo para a que se alimenta de pão de milho ou de centeio»²⁸².

Também o Arquivo Distrital de Aveiro guarda mais de meia centena de contratos de construção, de arrendamento e de venda de moinhos, na sub-região em apreço, com especial destaque para o concelho de Estarreja, onde foi celebrada uma trintena de contratos dessa natureza, entre 1 de Setembro de 1871 e 21 de Novembro de 1927. Nos arquivos municipais existe informação abundante sobre moinhos e moleiros. Alguns dados permitem entrever a evolução verificada. Em 1907, havia, no concelho de Aveiro, «doze moinhos de água cada um com um par de mós, do tipo ribeirinho, para moagem de milho»: nove em Aradas e três em Oliveirinha²⁸³. Em 1936, esse número era superior. As três moagens existentes no concelho de Aveiro (em Esgueira, Glória e Aradas) sofriam então a concorrência local de catorze moinhos, nove dos quais construídos nesta última freguesia. Outros testemunhos arrolam e referenciam de forma diversa esses e outros moinhos, bem como as técnicas da moagem tradicional nesta sub-região²⁸⁴.

Além dos moinhos de rio, também há notícia de vários moinhos movidos pela força dos ventos e das águas das marés. A *Carta arqueológica do Concelho de Aveiro* reporta a existência de dois moinhos de vento no concelho de Aveiro²⁸⁵. Terá havido mais, nomeadamente em Ílhavo e Vagos, mas não tantos como os de rio, pois, como se sabe, «dos diversos tipos de moagens, é o moinho de vento que reúne as soluções mais complexas», muito embora seja o moinho de maré que exige um investimento inicial mais vultuoso²⁸⁶. Em 1876, a direcção deste município autorizou a construção de um moinho de vento, no terreiro do Boco²⁸⁷. Por contar ficarão sempre os inúmeros moinhos de vento, ditos de «tipo americano», construídos em ferro, que moíam com duas pedras. O moinho de maré mais conhecido, de que há testemunho escrito do século XV, é o do edifício da Capitania, onde actualmente funciona a Assembleia Municipal de Aveiro²⁸⁸.

Terá havido outros moinhos de maré. Não muitos mais, pois o assoreamento da ria constituiu certamente, durante o período histórico em apreço, um sério obstáculo à sua adopção generalizada. De resto, um dos documentos compulsados dá conta da incerteza do retorno dos investimentos exigidos para a sua edificação. Em 1866, Francisco Tomé Marques Gomes arrenda uma «praia» a Manuel Simões Amaro e sua mulher, para nela «*construtrem moinhos, servindo-se para motor da água da ria ou cale*, que fica por fora da Estrada da Gafanha, e que introduzirão por um ou mais aquedutos, furando para isso a mesma estrada»²⁸⁹. No caso de «*a tentativa da construção dos moinhos se malograr*», o arrendamento, que tinha a

Ainda que não exista um levantamento global que nos dê uma ideia da evolução da moagem tradicional, são abundantes os testemunhos sobre a existência de um muito elevado número de moinhos e azenhas. Reportando-se às informações estatísticas de 1867, sobre indústrias e profissões, Gerardo A. Pery, refere a existência de 10 984 moinhos em todo o país²⁷⁴. O distrito de Aveiro tinha então 1273 moleiros, que trabalhavam nos 1251 «moinhos de água» – 420 dos quais situados nos concelhos da sub-região em estudo –, e 25 «moinhos de vento» – 12 dos quais nos concelhos de Ílhavo (6), Aveiro (2), Estarreja (2) e Vagos (2)²⁷⁵. O maior número foi registado na Feira (342) e em Macieira de Cambra (121). A distribuição dos moinhos pelos concelhos da sub-região da ria de Aveiro era a seguinte: Águeda – 83; Albergaria-a-Velha – 69; Aveiro – 54; Estarreja – 68; Ílhavo – 26; Ovar – 55 e Vagos – 65²⁷⁶. Em 1905, o rio Graça, que atravessa Ovar, assegurava a actividade de 55 azenhas²⁷⁷. Parece, pois, que, entre 1867 e o início do século XX, não houve um crescimento do número de moinhos, mas também não se registou uma redução, apesar de terem nascido diversas pequenas unidades moageiras.

Em 1908, a par das 159 fábricas então existentes em todo o país, havia 10 567 moinhos de água e 1018 moinhos de vento²⁷⁸. Cerca de meio século depois esse número de moinhos cresceu, só começando a declinar após a II Guerra Mundial. Escrevendo em 1964, A. Jorge Dias afirmava que, na década de 1951-1960, «havia ainda registados cerca de 30 000 moinhos de água e de vento, enquanto hoje não há 10 000 em actividade, dos quais 3000 devem ser a vento. É de supor que, dos 7000 moinhos hidráulicos restantes, cerca de 5000 sejam de rodízio. Em 1960 havia cerca de 3000 moinhos de vento em laboração, dos quais só 1000 chegaram a 1964»²⁷⁹.

Recentemente, Armando Carvalho Ferreira e Delfim Bismark Ferreira inventariaram, no concelho de Albergaria-a-Velha, ruínas e vestígios de 354 moinhos²⁸⁰. Este extraordinário número, que dá uma média de 2,27 moinhos por quilómetro quadrado, considerando a totalidade da área do referido município, denuncia a preponderância da pequena exploração e atesta a persistência dos fenómenos económicos, sociais e culturais que os sustentaram. Recordo que, segundo o *Inquérito Industrial de 1890*, no concelho de Albergaria-a-Velha, havia 840 pares de mós de moinhos: 33 de laboração permanente, no rio Caima (freguesias da Branca e de Valmaior), com «118 rodas de milho e 11 de trigo», e 103 «moinhos de regato», com 188 «rodas de milho e 15 de trigo», nas restantes seis freguesias deste, que «laboram apenas seis meses»²⁸¹. Percebem-se melhor estes números se atentarmos na informação que Aníbal G. Ferreira Cabido nos deixou, a propósito da moagem

de venda: «Vende-se esta *fábrica de serração e moagem*, completamente montada e a funcionar, *trabalhando a maior parte do ano com energia hidráulica* [...]. Possui *roda hidráulica em ferro*, motor a *gás pobre*, *moinhos mecânicos* [...]»²⁶⁸.

Como se pode ver, no referido quadro, onze sociedades faziam igualmente descasque de arroz, como sucedia no Baixo Mondego. Mas, também neste domínio, as moagens sofriam a concorrência da pequena agricultura e, especialmente, das empresas de comércio de cereais, que faziam do descasque de arroz uma importante fonte de rendimento, como é o caso da firma Bonifácio & Irmão, Limitada, fundada em 1 de Agosto de 1920²⁶⁹. É difícil saber se alguma empresa se dedicou exclusivamente a esta actividade. Talvez tenha havido uma. Em 1932, *O Povo de Ovar* anunciava a venda em leilão do edifício, terreno e maquinismos da fábrica de descasque de arroz de Francisco da Silva Brandão, sita na rua Gomes Freire²⁷⁰. O objecto social da sociedade de Francisco Brandão & Companhia, segundo a escritura de constituição da sociedade, fundada em 1 de Outubro de 1924, era a «exploração da indústria de descasque de arroz e comércio de cereais»²⁷¹. Terá sido o único caso de dedicação exclusiva; de resto tanto as fontes do final de Oitocentos como as do pós-guerra, referem a existência de uma unidade de descasque de arroz em Ovar²⁷².

Naturalmente, a par da escassa especialização, a maioria das sociedades dedicadas exclusivamente à moagem tinha uma dimensão de pequena empresa. Essas (pequenas) unidades fabris possuíam, geralmente, um equipamento reduzido. Na liquidação da Fábrica de Moagem de Ílhavo, *O Democrata* publica a relação dos bens que foram a leilão: «O edifício, situado na rua Luís de Camões; motor de 35-38 HP, com todos os acessórios e ferramentas; três moinhos com pedras francesas em bancada dupla de ferro; um casal de pedras nacionais; um moinho alemão especial para trigo e peneiras de seda; uma forja; uma balança decimal e jogo de pesos; sacaria; um barril de óleo; uma quantidade de carvão; duas caixas grandes para arrecadação de cereal, etc.»²⁷³.

5.1. *Vivaz resistência da moagem tradicional*

Os testemunhos, nem sempre precisos, e os estudos publicados não deixam dúvidas: moinhos e azenhas de diversos tipos e dimensões resistiram à farinhação industrial, até há poucas décadas. E com eles sobreviveram técnicas e até muitas das formas consuetudinárias de exploração. A difusão do vapor na moagem também foi lenta e tardia. Esta indústria mostrou-se incapaz de liquidar o elevado número de moinhos que debruavam as margens dos cursos de água, alguns, desde tempos imemoriais.

-Velha – 5; Estarreja – 3; Águeda – 3; Ílhavo – 2. De toda a sub-região estudada, parece que só o concelho de Vagos não viu nascer uma moagem, no período histórico estudado. Os poucos documentos reunidos dão destas quarenta empresas uma imagem global (bastante imprecisa ainda) de grande fragilidade técnica, económica e administrativa. Também por isso, não resistiram às convulsões das conjunturas.

Parece que a maioria destas unidades dispôs, à partida, de uma máquina a vapor. Contudo, por vezes, certamente devido ao seu elevado preço e às características do mercado, uma mesma máquina a vapor tinha diversas utilizações, mostrando, mais do que uma tardia especialização, a exiguidade dos mercados locais. Entre 1894 e 1924, foi fundada uma dezena de sociedades que tinham como objecto a moagem de cereais e a serração de madeiras, ainda que, em oito delas, a moagem não fosse a actividade principal. Na verdade, eram fábricas mais conhecidas pela serração de madeira. A União dos Industriais de Padaria do Distrito de Aveiro, uma empresa de padaria fundada em 1917, também inscreve a moagem no seu objecto social, embora não tenha conseguido saber se alguma vez farinou cereais²⁶³. Houve mesmo sociedades que associaram a moagem à cerâmica, tida como sua actividade principal ou, pelo menos, a mais conhecida. Um exemplo: em 13 de Julho de 1908, a firma Peixoto, Filhos & Companhia, que estabeleceu uma importante fábrica de telha e tijolo, em Ovar, acrescenta à «manufatura e exploração de artigos de cerâmica e seus derivados», a «moagem, descasque de arroz e derivados»²⁶⁴. Seis anos depois, quando a sociedade é dissolvida, a moagem e o descasque de arroz eram ainda referidos como actividades da empresa²⁶⁵.

Não são claros os testemunhos da coexistência entre serração e moagem, mas não eram exclusivos destes concelhos; passava-se o mesmo a Sul e a Norte. Parece que a serração, nas fábricas de moagem (e vice-versa), funcionava em secções separadas, como se de duas unidades independentes se tratasse, aproveitando em conjunto a mesma máquina a vapor. Em Março de 1923, *O Ilhavense* descreve o interior da fábrica de *serração e moagem* (por esta ordem) de José dos Santos Capela, que laborava numa casa que fora outrora residência do avô de Eça, o Conselheiro José de Queiroz: «Começámos pela casa da máquina, uma semifixa, de cerca de 45 HP, tipo Marshall, tríplice expansão, caldeira tubular, género locomotiva, motor horizontal, cilindros *compound*, volantes laterais, que acciona duas serras de fita e uma circular, *bem como três pedras para moagem* e um torno mecânico»²⁶⁶. Em meados dos anos Trinta, esta unidade é arrolada como moagem²⁶⁷.

Mas também havia fábricas a trabalhar com energia hidráulica. Em Janeiro de 1928, a Empresa Industrial da Madria, Lda., em Ovar, afixa o seguinte anúncio

diariamente, leite que se consome pelos particulares, no fabrico de manteiga e na exportação para Coimbra e Lisboa»²⁶¹. Em 1953, segundo Carrilho Ralo a indústria de lacticínios, à base de leite de vaca, atinge maior desenvolvimento no distrito de Aveiro, cabendo-lhe 77,25% da produção de lacticínios de Portugal Continental».

Quadro 2.2 «Fábricas de manteiga» do concelho de Aveiro, cerca de 1930

Proprietários	Localidades	Freguesias
Almeida, José Maria Simões de	Bonsucesso	Aradas
Canha, Reinaldo Ferreira	Quinta do Picado	Aradas
Morais, Pio	Eixo	Eixo
Rocha, Albino Simões da	Eixo	Eixo
Silva, David Fernandes da	Eixo	Eixo
Cruz, Ângelo Ferreira da	S. Bernardo	Glória
Peralta, Tomé	Vilar	Glória

Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

A maior parte das 14 fábricas de lacticínios então existentes no distrito de Aveiro situava-se no concelho de Estarreja, nomeadamente na freguesia de Avanca (3) e na de Beduído (1)²⁶².

5. Moagem de cereais

O aparecimento de um significativo número de (pequenas) unidades moageiras, no período histórico em apreço, não chegou para alterar o quadro dominante, caracterizado pela dispersão de um muito elevado, mas ainda não contabilizado número de moinhos – mais moinhos de rodízio do que azenhas –, bem integrados na paisagem rural, suprimindo as necessidades frumentárias das populações, mormente nas povoações mais afastadas das sedes dos concelhos, não servidas pelas modernas rodovias ou pelos caminhos-de-ferro.

Como se vê no quadro 2.9, as moagens distribuem-se regularmente no espaço estudado, ainda que Aveiro e Ovar assumam uma clara supremacia, tanto no tocante ao número de unidades instaladas como no que ao volume de capitais envolvidos diz respeito. A distribuição das sociedades registadas e das fábricas de que há notícia, por concelho, é a seguinte: Ovar – 16; Aveiro – 12; Albergaria-a-

Pinto, «industrial, agricultor e criador de gados», no início, a fábrica tinha ambições bem modestas, pois fora instalada «como complemento de exploração agrícola», sendo apenas «aumentada e remodelada em fins de 1931». Acrescentava ainda que a referida fábrica fora «registada na Intendência de Pecuária de Aveiro, em 1932, tendo-lhe sido passada licença, ao abrigo do Decreto n.º 16 103, de 9 de Novembro de 1928». No ano de redacção destes documentos, tinha em funcionamento duas desnatadeiras Alfa-Laval, uma batedeira da mesma marca, «sistema globo, de alumínio, visto considerar este sistema muito mais higiénico do que as vulgares batedeiras de madeira, um malachador Canabruck, tudo para a produção de 3200 litros diários. Informava mais de que a pretendida instalação de um motor Siemens não visava despedir pessoal, visto que «a desnatagem é feita pelas próprias carreteiras do leite, sem por isso receberem qualquer remuneração. Na referida carta, José Colares Pinto terminava dizendo: «O interessado, além de possuir o capital mais que suficiente para as instalações, possui todos os conhecimentos técnicos indispensáveis à indústria em questão».

Entretanto, a par destas unidades, com ambições bem mais modestas, foram surgindo, em número indeterminado, diversas pequenas manteigarias. Carrilho Ralo apresenta uma estatística elucidativa. Entre 1900 e 1915, o número de fábricas e de postos de desnatação, como referi anteriormente, registou um aumento de 446% e de 218%, respectivamente. Depois, de 1915 a 1930 (ano em que se atingem os valores máximos), essa pulverização foi extraordinária em termos absolutos: o número de fábricas passou de 58 para 155 (um aumento de 267,2%), enquanto os postos de desnatação passaram de 140, em 1915, para 355 (253,6%), em 1930²⁵⁹.

Enquanto não foi regulamentada a indústria de lacticínios, com uma desnatadeira era possível iniciar de imediato um pequeno negócio de contornos familiares. Em Agosto de 1924, *A Pátria*, de Ovar, publica um anúncio de venda de uma desnatadeira de marca Polar, «que desnata 400 litros por hora, assim como os acessórios [...]», mas, curiosamente, refere que estava então «a desnatar 100 litros por dia»²⁶⁰. No início dos anos 30, em três freguesias do concelho de Aveiro foram recenseadas sete «fábricas de manteiga», como se vê no quadro n.º 2.2.

Com as inovações introduzidas nos anos seguintes – farinhas lácteas (1934), caseína (1936) e valorização do leite magro, até então destinado à alimentação de animais – tem início, segundo Carrilho Ralo, a «fase verdadeiramente industrial» deste ramo de actividade. Em 1933, uma revista de turismo afirmava: «Modernamente, aproveitando extensas paragens, tem tomado grande incremento a indústria de lacticínios. Pessoa entendida calcula em 100 litros o leite mungido

não especializado em pediatria, conhecia as dificuldades da alimentação artificial das crianças, feita então quase exclusivamente com leite fresco de péssima qualidade e algum leite condensado importado a preços exorbitantes. O juiz era ao mesmo tempo lavrador e conhecia bem as condições de Avanca e arredores como centro produtor de leite. E o terceiro, colaborador de Hatmaker, inventor da primeira máquina de fabricar leite em pó, realizou a ideia comum, inteligente e generosa, construindo há 28 anos, no lugar de Pensal, em Santa Maria de Avanca, a primeira verdadeira fábrica de lacticínios do país»²⁵³.

Para lá da proveniência geográfica muito diversa dos fundadores, sublinho a igualmente variada origem socioprofissional dos mesmos, com destaque para o significativo número de médicos. De facto, treze dos fundadores, entre os quais o próprio Egas Moniz, residiam em Lisboa, mas o maior número, era natural ou residia então no concelho de Estarreja (15 de Avanca; 1 de Salreu; 1 de Beduído e 5 de Estarreja). Os restantes residiam no Porto (4), em Albergaria-a-Velha (2), em Alquerubim (2), em Ovar (1), em Válega (1), em Aveiro (1), em Arouca (1), em Santarém e em Moçambique (1). No tocante às suas profissões, integraram o grupo fundador 15 «proprietários», 7 médicos, 5 «funcionários públicos», 3 advogados, 3 «negociantes», 3 padres, 2 engenheiros, 2 empregados comerciais, 2 militares, 2 farmacêuticos, 1 juiz, 1 professor, 1 lavrador, 1 bancário e 1 «serviçal». Naturalmente, com um tão elevado número de sócios, as participações têm valores diminutos. Se exceptuarmos a referida empresa de chocolates, os restantes sócios entraram na sociedade com quotas que se situavam entre os 1000\$00 (21) e os 40 000\$00 (1).

A Sociedade de Produtos Lácteos, Lda. obtém, em 3 de Agosto de 1933, o exclusivo de fabricação e venda dos produtos Nestlé²⁵⁴. Inicialmente, esta unidade era conhecida como Fábrica do Pensal por ter fabricado no lugar do Pensal, que de resto também deu o nome ao queijo²⁵⁵.

Em 19 de Janeiro de 1924, nasce uma sociedade por quotas, sob a firma Martins, Santos & Almeida, Limitada, com um capital social de 60 000\$00, cujo objecto social era a «indústria de lacticínios»²⁵⁶. Em 16 de Fevereiro de 1923, os «industriais» Artur Fernandes dos Santos e António Augusto de Almeida tinham fundado uma sociedade, que dissolveram para se associarem ao «comerciante» David José Martins.

Em 1925, a imprensa de Albergaria-a-Velha noticia, de forma telegráfica, o aparecimento de uma outra fábrica de manteiga, propriedade de Joaquim Sequeira²⁵⁷. Nada mais foi possível saber também sobre esta unidade.

Nesse mesmo ano, foi criada a Fábrica de Lacticínios de Colares Pinto & Irmãos, sita na Quinta do Dr. Pinto, no Carregal, Ovar²⁵⁸. Segundo José Colares

por dois «comerciantes» e um «industrial», de Aveiro. O seu objecto social era o «exercício do comércio de fabrico de manteiga»²⁵⁰. Os «comerciantes» Manuel Rodrigues Vieira e Gormezindo da Silva, «sócios capitalistas», entraram com um capital de 2500\$00 cada; o «sócio de indústria», Manuel Soares Pacheco, entrou «apenas com a sua indústria». Apesar de os dividendos serem repartidos pelos três sócios em partes iguais, o sócio Manuel Soares Pacheco não seria responsável por perdas sociais; dissolvida a sociedade, o activo e passivo seriam, segundo o texto da escritura, «única e exclusivamente para os sócios» capitalistas. O primeiro foi nomeado «gerente» da sociedade.

Embora tivesse iniciado a sua actividade no primeiro de Janeiro de 1923, a Sociedade de Produtos Lácteos, com sede em Avanca, Estarreja, só foi registada em 10 de Março desse ano²⁵¹. Esta sociedade por quotas nasce com um capital social de 300 000\$00, ainda que, no momento da fundação, só estivessem realizados 20%. Segundo a escritura de constituição da sociedade, o seu objecto era a «preparação e exploração de todos os produtos lácteos, seus derivados e produtos similares». Mas esse texto escondia uma novidade em Portugal: o fabrico de leite em pó simples.

Entre os seus 51 fundadores, destacam-se o Professor Egas Moniz e alguns membros da sua família, nomeadamente o médico de Avanca Armando de Abreu Freire, nomeado gerente, o Eng. Rudolfo Leopold, a Sociedade Industrial de Chocolates, SARL, com sede em Lisboa, que detinha uma participação de 100 000\$00. Os testemunhos disponíveis sobre a fundação desta empresa não são claros.

Segundo a Nestlé Portugal, «no início do século [XX], tal como no resto da Europa, também Portugal sofreu uma grave crise ao nível da alimentação infantil. Ciente destas dificuldades, o Professor Egas Moniz, mais tarde Prémio Nobel da Medicina (1949), impulsionou a indústria leiteira do nosso país, criando a primeira fábrica de leite em pó, em Avanca, no ano de 1923 – a Sociedade de Produtos Lácteos, L.^{da} – que viria a ser o berço da Nestlé em Portugal». Mais informa essa página da Internet de que «a Fábrica de Avanca foi muito bem aceite por pediatras e dietistas, que acolheram da melhor forma possível estas inovações tecnológicas», e contou «com o apoio permanente do Prof. Egas Moniz, que foi acompanhando a par e passo a vida e obra de Henri Nestlé»²⁵².

Num texto publicado em 1952, o primeiro administrador da Nestlé, em Portugal, Jean Lanz, recordava a fundação da empresa, afirmando que os principais fundadores da Sociedade de Produtos Lácteos tinham sido Egas Moniz, o juiz Domingos Almeida Valente e o Eng. Rudolfo Leopold: o primeiro, «embora

tavam a excelência e boa apresentação dos produtos da Holanda²⁴¹. Mas os referidos periódicos nada dizem sobre o empresário, que terá regressado do Brasil, nem sobre os produtos desta unidade fabril, menos ainda sobre as razões da sua curta vida.

Segundo Carrilho Ralo, nesta fábrica produzia-se «queijo de tipo holandês»²⁴². Contudo, segundo um anúncio publicado no *Almanaque Ilustrado de Ovar*, a «grande Empresa de Lacticínios Holanda» produzia «a melhor manteiga portuguesa, de um sabor agradável e de genuíno leite de vaca, conforme o tem demonstrado e atestam as análises feitas em todos os laboratórios». Mas fabricava igualmente «leite em pó», «indispensável numa cozinha para a confecção das melhores iguarias», que podia ser misturado no café²⁴³. Além da fábrica de Válega, a referida empresa tinha outra unidade fabril em Cucujães, no concelho de Oliveira de Azeméis, e escritórios no Porto. A *Memória histórica e descritiva de Ovar* diz que esta fábrica, sita no lugar da Corga do Norte, próximo ao Souto, fabricava manteiga e «queijos finíssimos de vários tipos, *Eaam, Hermínio, Lunch, Petit Suisse, Mamel e Holanda*»²⁴⁴.

A Empresa de Lacticínios Holanda fecha as portas, no final de 1920²⁴⁵. A única explicação publicada que conheço atribui o seu encerramento à «concorrência de várias desnatadeiras» e às «dificuldades de venda e administração»²⁴⁶.

Em 1917, Agostinho da Silva Rebelo, das Laginhas, na freguesia da Branca, publica um anúncio no *Jornal de Albergaria*, informando de que tinha acabado de montar uma «fábrica de manteiga», a que deu o nome de «Manteiga sem rival»²⁴⁷. Nada mais foi possível saber sobre esta unidade. Também terá tido vida breve. Carrilho Ralo atribuiu o fim dessas unidades à «insuficiência de meios adequados, deficiência de instalações e falta de conhecimentos para trabalhar leite em condições de higiene»²⁴⁸. É matéria à espera de historiador. No final de 1918, a *Independência de Águeda* refere de passagem o fabrico de «manteiga de primeira qualidade», de «sabor muitíssimo agradável», confeccionada com «a maior limpeza e esmero» na fábrica de José Pinto. Aquele periódico fazia votos para que a iniciativa fosse coroada de êxito, pois Águeda tinha «bastantes pastagens» e o consumo já era então grande²⁴⁹.

Com escritura pública, celebrada nos notários desta sub-região, há notícia de apenas três sociedades, nascidas após a I Guerra Mundial: uma em Aveiro, registada, em 10 de Fevereiro de 1921, outra, a mais importante, em Estarreja, em 10 de Março de 1923 e uma terceira, em Ovar, em 19 de Janeiro de 1924.

A primeira, uma sociedade em nome colectivo com características típicas de uma sociedade de capital e indústria, foi fundada, em 10 de Fevereiro de 1921,

dados. Em 1914, *o Nauta*, de Ílhavo, publicita um largo conjunto de «máquinas de leitaria modernas», constantes do catálogo da firma O. Herod & Companhia, de Lisboa²³⁴. Depois de enumerar as máquinas e instrumentos mecânicos também disponíveis para a agricultura, o referido semanário ilhavense faz referência às desnatadeiras centrífugas, simples e a vapor, da marca Alfa-Laval e outro diverso material para leitarias. Os testemunhos dispersos que pude reunir permitem afirmar que se assistiu, então, a um surpreendente alargamento do mercado. Em 1900, haveria, em Portugal, 13 fábricas de manteiga e 39 postos de desnatação. Quinze anos depois, esses números sobem para 58 e 140, respectivamente²³⁵.

Naturalmente, as unidades industriais de maior significado económico surgem nas freguesias onde a bovinocultura tinha grande peso, mormente nas freguesias de Válega, Avanca e Salreu. Na documentação notarial, há notícia de três fábricas, mas documentos de outra natureza permitem pensar que, onde havia abundante produção de leite, surgiu um significativo número de pequenas unidades de produção artesanal de manteiga, de cariz familiar, que concorriam com estas.

Em 1912, *o Campeão das Províncias* faz-se eco do que corria na cidade: o «brasileiro» Domingos Joaquim da Silva (1854-1936), 1.º visconde de Salreu, andava a comprar terrenos para a instalação de uma fábrica de manteiga, acrescentando a pequena nota que, além dos lacticínios, pensava investir também na moagem e na serração²³⁶. A ideia da fábrica de serração parece ser evidente. Segundo a Dova, empresa que este empresário fundou, no Brasil, em 1887, o 1.º visconde de Salreu «foi dos mais destacados impulsionadores do surto de construção no Rio de Janeiro, no início do século. Tinha uma das mais modernas serrarias da época, com carpintaria e marcenaria, toda importada da Alemanha e Inglaterra, além de possuir frota de navios e caminhões para a movimentação dos produtos»²³⁷. A decisão de fundar uma fábrica de manteiga terá resultado da verificação da existência de mercado e de matéria-prima em abundância, na freguesia que o viu nascer. Segundo Carrilho Ralo, «o visconde de Salreu dedicou-se, em instalações próprias – consideradas modelares para a época –, à preparação do queijo de tipo holandês, o que maior contingente ocupava no mapa das nossas importações»²³⁸.

Em 1916, *A Discussão* noticia a criação de uma nova fábrica de lacticínios, em Válega²³⁹. Meses depois, este semanário ovarense publica uma outra pequena nota elogiosa sobre os produtos dessa empresa – a Holanda –, dirigida por Francisco Lopes Pereira²⁴⁰. No ano seguinte, estimulado por um artigo elogioso de *O Primeiro de Janeiro*, é a vez de *O Ideal Vareiro* se juntar ao coro de vozes que can-

Alguns testemunhos parecem provar que, no início do século XX, o consumo de produtos lácteos nas aldeias do litoral era reduzido, e que só após a I Guerra Mundial é que se generaliza a inclusão do leite e da manteiga nas dietas alimentares dessas populações. Um semanário de Cacia, freguesia a norte de Aveiro, indicava diversas «localidades onde pouco ou nenhum consumo de queijo e manteiga se fazia, onde mesmo o leite era olhado com uma certa repugnância»²²⁹. Em Cacia, afirmava o periódico citado, o leite «ainda há pouco tempo só se bebia por doença e com muito sacrifício. Hoje, este critério tende a desaparecer [...]». Já em Lisboa, nesse enormíssimo mercado consumidor, aparecem muito bem apresentados magníficos queijos, género *Petite Suisse*, da frutaria [*sic*] de Válega e da esplêndida manteiga pasteurizada de Salreu»²³⁰.

Todavia, na cidade de Aveiro, aqueles produtos lácteos eram consumidos há mais tempo. Não teriam grande significado económico, mas as fontes compulsadas testemunham o consumo de leite e de queijo nesta cidade, em meados de Oitocentos. Segundo um inventário de estabelecimentos comerciais, realizado em 1866, além das 49 «mercearias» e das 69 «tabernas» – duas das quais referidas como «taberna e *venda de leite*» e «taberna e *venda de leite e queijo*» –, há referência a dois estabelecimentos de venda exclusiva de leite, situados na cidade. Estes estabelecimentos eram propriedade de Maria de Jesus e de Luísa do Carmo, e situavam-se na rua da Estação e em Sá. Já as tabernas que também vendiam leite situavam-se, uma, na freguesia do Espírito Santo, em Aveiro, e, outra, na vizinha freguesia de Aradas. Eram propriedade, a primeira, de Manuel Rodrigues da Paula Ferro, e, a segunda, de José Nunes da Ana²³¹. Dada a escassa especialização destes estabelecimentos comerciais, é possível que também nas mercearias se vendesse leite. Mas também havia vendedores de leite ambulantes. Francisco de Paula Campos e Oliveira registou a existência, em 1865, de nove «vendedores de leite» em Aveiro e um em Águeda²³². Contudo, é difícil saber o número dos que exerciam a sua actividade de porta aberta assim como o dos vendedores de porta em porta.

É possível que esse escasso consumo de lacticínios estivesse relacionado, também, com a péssima qualidade da manteiga. No I Congresso de Leitaria, realizado em 1905, o 1.º visconde de Nandufe defendeu a proibição do fabrico de manteiga pelo «processo do repouso», «ainda bastante praticado no País», «porque sendo a manteiga por este processo obtida da nata, da qual a mais antiga tem, por vezes, dez, doze e mais dias, não é nata o que se pretende transformar em manteiga, mas sim uma substância repugnante à vista, mal cheirosa e cheia de vermes, além de micróbios de toda a espécie»²³³. Nas vésperas da I Guerra Mundial, com a difusão da desnatadeira centrífuga, esse processo já estaria definitivamente liqui-

da Berbolga, Macieira de Cambra, a sociedade Manteiga Flor do Norte, sob a firma Almeida, Paiva & Companhia, foi constituída «para a compra de leite e fabrico de manteiga efectuada por meio de desnatadeira e batedor a serviço braçal»²²⁴. Os quatro sócios, proprietários da desnatadeira, contratam com o técnico Manuel José Coutinho a produção de sete a doze quilos diários de manteiga, «por meio de desnatadeira e depois de batida no batedor e passada pelo *malaché* ou *machiscador*, segundo as regras adoptadas no bom preparo daquele género de manteiga»²²⁵.

Nos anos seguintes, são inúmeros os testemunhos do domínio crescente de Macieira de Cambra na produção de manteiga, no distrito de Aveiro. Num artigo de 4 de Junho de 1914, publicado no semanário de Alberto Souto, *A Liberdade*, pode-se ler, a propósito de Macieira de Cambra: «A indústria de lacticínios tem ali grande desenvolvimento, podendo considerar-se a primeira no país, no género [...]. Hoje há fábricas importantes, sobressaindo as de Pinho, Soares Leite & Companhia, Martins & Rebelo, Ferreira Nadais, Abel Pinheiro, etc. As duas primeiras têm depósito em Lisboa [...]. E quase todas têm sucursais em Arouca»²²⁶. Em 1919, dizia o *Campeão das Províncias* que a «magnífica manteiga [do concelho de Cambra] continua tendo enorme procura, não podendo as fábricas atender a todos os pedidos devido à escassez do leite [...]. Apesar disso, todos os dias dali saem milhares de quilos que são *exportados pelo correio como encomendas postais*»²²⁷. Contudo, não terão sido fáceis os primeiros anos de existência daquela como das restantes fábricas, pois as sociedades dissolviam-se pouco tempo após a sua constituição, em razão das oscilações dos interesses dos diversos negociantes de manteiga que as fundavam.

Os concelhos de Ovar, Estarreja e Aveiro dispunham de um conjunto de condições favoráveis ao desenvolvimento dos lacticínios, mas só com a I Guerra Mundial nascem as primeiras sociedades bem-sucedidas para a produção de manteiga pasteurizada, de leite em pó e de queijo de vaca. As razões da tardia criação de fábricas de lacticínios nesta sub-região parecem ficar a dever-se ao facto de os negociantes dos concelhos Macieira de Cambra, Arouca, Sever do Vouga e Castelo de Paiva não disporem dos produtos em que negociavam os seus colegas do litoral, o que lhes terá permitido aperfeiçoar, desde tempos remotos, conhecimentos técnicos e domínio do mercado. Também o facto de se importar manteiga de Inglaterra terá inibido o investimento neste ramo de actividade. Em 1906, segundo Mota Prego, a produção de manteiga era ainda «rudimentar e pouco importante, visto que o consumo deste produto no País era sustentado por uma grande importação de Inglaterra»²²⁸. Com o progresso da urbanização e a difusão dos gostos citadinos, assiste-se ao alargamento do mercado do leite e seus derivados, especialmente nos anos Vinte.

As escrituras de constituição das sociedades mostram que os negociantes de manteiga estabeleciam entre si acordos de divisão do país em regiões para os seus negócios. Em 12 de Agosto de 1907, um grupo de negociantes de Macieira de Cambra estabelece um acordo, pelo qual José Augusto Ferreira Nadais «cede e trespassa aos indivíduos que formam o segundo grupo a freguesia que tem actualmente adquirida na venda de manteiga em Santarém, Vila Franca de Xira, Salvaterra, Benavente, Coruche, Vendas Novas e Montemor-o-Novo», e «cede e trespassa, também, aos indivíduos que formam o primeiro grupo a freguesia que tem em Pinhal Novo, Estremoz, Borba, Vila Viçosa, Reguengos, Sousel, Beja, Cuba, Arraiolos e todas as povoações do Algarve». Por seu lado, «os indivíduos que formam o segundo grupo cedem e trespassam aos do primeiro grupo a freguesia que têm nas localidades já mencionadas, de Montemor-o-Novo por diante». E, por fim, os indivíduos do primeiro grupo comprometiam-se a «pagar ao outorgante do terceiro grupo, como indemnização, a quantia de 6\$000 réis por mês, e os indivíduos do segundo grupo têm de pagar aos do primeiro 1\$000 réis por mês»²¹⁹.

A introdução da desnatadeira centrífuga, na última década de Oitocentos, nos referidos concelhos, parece marcar o início da industrialização nos lacticínios. José A. Carrilho Ralo atribui a António Caetano Rodrigues Viana (1851-1917), 1.º visconde de Nandufe, a introdução da desnatadeira centrífuga no nosso país, como parece dever-se-lhe, também, a primeira utilização industrial dessa máquina, em Sanfins, em 1893, um ano depois da sua chegada a Sever do Vouga²²⁰.

O fim da exportação de bovinos para Inglaterra, a partir de 1895, terá levado «a lavoura a interessar-se pelo fabrico de manteiga»²²¹. Por outro lado, como mostraram David Justino e Pedro Lains, o número de cabeças terá aumentado 2,7%, entre 1852 e 1870, e 25% entre 1870 e 1906²²². Nessas circunstâncias, no final de Oitocentos e durante a primeira década do século XX, nasceram diversas pequenas unidades fabris, ainda que com cariz marcadamente oficial. À medida que se foram aperfeiçoando as técnicas de fabrico e se foi disseminando o gosto por esse produto, as primeiras manteigarias desenvolveram-se e fizeram desta região, poucos anos volvidos, a mais importante do País na produção de lacticínios.

A desnatadeira centrífuga terá chegado a Macieira de Cambra em 1896, segundo Carrilho Ralo, ou até um pouco antes, como se pode inferir de outros testemunhos. No *Almanaque Ilustrado* do semanário republicano, dirigido por Alberto Souto, pode-se ler: «Os primeiros maquinismos aperfeiçoados para a extracção da nata e fabrico da manteiga foram ali introduzidos *quase há 20 anos pelo Visconde de Nandufe*»²²³. A primeira sociedade naquela localidade, celebrada perante um notário, foi registada em 8 de Dezembro de 1899. Com sede na Ponte

4. Fabricação de lacticínios

Segundo Miriam Halpern Pereira, «a criação pecuária, destinada exclusivamente à obtenção de leite e de manteiga, em 1870, é actividade que interessa sobretudo os agricultores dos distritos de Lisboa, Porto, Aveiro, Viana e Braga (por ordem decrescente de importância)», mas «os dois maiores centros de fabrico de manteiga são Aveiro e Lisboa»²¹⁰.

Em 1865, os concelhos onde se produzia manteiga eram os seguintes (em hectolitros): Oliveira de Azeméis (8800), Macieira de Cambra (5581), Sever do Vouga (3000) e Arouca (2300)²¹¹. Nesse ano, pelo menos em Macieira de Cambra, a manteiga era feita «não só de leite de vaca, mas ainda do de cabra e ovelha»²¹². A produção de queijos era claramente residual, pois no conjunto do distrito, nesse mesmo ano, terão sido fabricados apenas 395 kg. Esta informação é de algum modo corroborada pelo intendente de Pecuária, António Augusto dos Santos, que, em 1870, afirmou: «Em Cambra e mais terras que compõem o solar da família bovina arouquesa, o leite é convertido tão-somente em manteiga. *Nenhum se aplica ao fabrico do queijo*»²¹³.

Uma década depois, Oliveira de Azeméis já não integrava o referido grupo, mas a cifra global parece não ter registado alterações significativas. Segundo Marques Gomes «o fabrico de manteiga tinha alguma importância nos concelhos de Arouca, Macieira de Cambra e Sever [do Vouga]»²¹⁴. Um relatório acerca da pecuária no distrito, relativo a 1876 e 1877, confirmava parcialmente o testemunho do historiador aveirense, mostrando que a produção de manteiga «estava quase limitada aos concelhos de Arouca, [Macieira de] Cambra, Sever do Vouga e [Castelo de] Paiva», como testemunhava «o grande atraso da indústria de lacticínios neste distrito, como em todo o país»²¹⁵. Em 1914, Sever do Vouga tinha 6 fábricas de manteiga, com uma produção diária de 250 kg²¹⁶.

Certamente devido à acção conjugada de vários factores (existência de um grupo de negociantes muito activos, óptimas condições para a pecuária, entre outros), Macieira de Cambra já assumia, então, uma posição destacada no conjunto da produção de manteiga do distrito. Dali saíam, anualmente, cerca de 40 toneladas daquele lacticínio – parte das quais «era produzida nos concelhos vizinhos» – «por intermédio da estação de Estarreja», para consumo nas cidades de Aveiro, Porto, Coimbra, Santarém, Lisboa e «outras terras do Sul»²¹⁷. Em 1865, de Macieira de Cambra, os mercadores saíam com manteiga para vender em «Oliveira de Azeméis, Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Viseu, Guarda, Covilhã, Porto e ainda outras terras do reino, sendo alguma da que se vende para a cidade do Porto exportada ainda para o estrangeiro em alguns anos»²¹⁸.

tes, um, ao citado Manes Nogueira e, o outro, a Francisco Rocha. Com a saída deste, os restantes elementos obrigaram-se a retirar todo o equipamento do referido palheiro, até 31 de Março de 1922. Era interessante saber se os ditos palheiros funcionavam antes como armazéns de salga de sardinha para se ter uma ideia da natureza destas conservas.

Esta empresa terá conseguido atravessar as dificuldades da década de 1921-1930, mas, no final da década, por razões ainda desconhecidas, foi obrigada a encerrar portas. Por um pequeno anúncio de «venda de propriedades», ficamos a saber que esta empresa terá adquirido as instalações da fábrica de louça dos Santos Mártires, transformando-as em armazém. Estavam também à venda «outro armazém em S. Jacinto, com algum terreno junto, fronteiro à fábrica Brandão, Gomes & Companhia», e «parte da quinta de Manes Nogueira, em S. Jacinto, conhecida por Quinta Nova, com a área de 32 348 m², ou seja, 41 alqueires de boa sementeira e 12 de pinhal em desbaste, tendo 20 m de frente à beira do rio, onde tem um armazém»²⁰⁴.

Duarte Lebre, industrial de cerâmica, com fábrica no lugar da Quinta do Picado, Aradas, Aveiro, e alguns dos seus irmãos envolveram-se na criação de uma outra empresa de conservas de sardinha, em 29 de Outubro de 1921, com 56,25% dos 160 000\$00 de capital social, sita no Canal de S. Roque²⁰⁵. Entre os seis sócios fundadores conta-se um advogado de Setúbal, detentor da maior fatia do capital social da empresa, embora a gerência tenha ficado a cargo do Dr. Amadeu Tavares da Silva, oficial do Registo Civil, em Ílhavo. Esta sociedade inscreveu no seu objecto, além da «indústria e comércio de conservas de sardinha e outro peixe», a produção industrial de «adubos orgânicos». Não se sabe se enveredou por esta área de negócio, se se manteve nas conservas de peixe. A verdade é que não existe, entre os sócios, ninguém com conhecimentos técnicos específicos, tanto de conservas como de adubos. Menos de dois anos depois, em 17 de Junho de 1923, a fábrica é vendida em leilão²⁰⁶.

Três anos depois, quando esta empresa mergulha em dificuldades, nasce outra fábrica de conservas, propriedade da firma Matos, Agra & Companhia, Limitada, formada por um grupo de cinco comerciantes e uma empresa de Aveiro, cujo objecto social era a exploração da «indústria de conservas e preparação de peixe», com um capital social de 420 000\$00²⁰⁷. Entre os seis sócios conta-se António da Rocha Agra, ligado à pesca do bacalhau²⁰⁸. Os restantes são negociantes bem conhecidos no meio comercial aveirense. Na escritura de constituição desta sociedade, o sócio Albino Pinto de Miranda ficou «autorizado a outorgar, em nome da mesma, a escritura de compra feita por esta à Empresa Aveirense de Conservas, Limitada», que, como vimos antes, tinha a sua fábrica no canal de S. Roque²⁰⁹.

Conservas de São Jacinto, sob a firma Rocha, Prat & Companhia, Limitada, com um capital social de 56 000\$00. Foram seus fundadores José da Fonseca Prat, que assumiu a gerência da nova empresa, o já referido Manes Nogueira, Vitorino Bento de Sousa, José Augusto Baptista, Manes Nogueira Júnior e Francisco Rocha. Os primeiros quatro eram «proprietários» e os dois últimos declararam ser, o primeiro, «empregado comercial» e o segundo, «industrial». Vitorino Bento de Sousa residia em Esgueira e Francisco Rocha, em Verdemilho; os restantes viviam em Aveiro¹⁹⁶. No final de Agosto de 1921, *O Democrata* afirmava que a firma Rocha, Prat & Companhia, Limitada requerera «licença para a instalação, na Costa de S. Jacinto, de uma fábrica de conserva de peixe [...]»¹⁹⁷. Noto que, em 1926, a fábrica de S. Jacinto, da firma Brandão, Gomes & Companhia, Lda., foi avaliada em 40 797\$00¹⁹⁸. Os números permitem ter uma ideia da dimensão deste projecto empresarial.

Entre 1901 e 1922, o negociante José da Fonseca Prat, gerente da sociedade, envolveu-se na criação de sete empresas: cinco de pesca, sendo uma delas a vapor e outra que associava à pesca a construção naval e a cabotagem, esta de conservas e, no ano seguinte, de metalurgia, embora só nesta tenha assumido funções directivas¹⁹⁹. Os anuários comerciais referem-no também como «proprietário e agricultor», em Eixo. Em 2 de Fevereiro de 1899, fora um dos fundadores do Sindicato Agrícola de Aveiro, tendo sido então um dos seus primeiros directores. Por um documento notarial foi possível saber que seu pai, José Prat, morreu em Pelotas, Brasil, deixando um conjunto de bens aos filhos²⁰⁰. Em 1908, José da Fonseca Prat e Manes Nogueira fazem parte do grupo fundador do semanário republicano *O Democrata*, integrando, depois, em 1913, a lista unionista ao Conselho Municipal, encabeçada pelo professor, autarca e empresário Luís de Brito Guimarães²⁰¹. Além de Fonseca Prat e de Manes Nogueira, o grupo era composto por António Maria Ferreira, Francisco António de Moura, Alfredo de Lima e Castro, Bernardo de Sousa Torres, Manuel Marques da Cunha, Manuel Lopes Guimarães, Manuel Barreiros de Macedo e André dos Reis²⁰².

Os restantes elementos estavam igualmente ligados às empresas de pesca de S. Jacinto; Manes Nogueira, como referi antes, batera-se pela instalação da sucursal da Fábrica de Conservas de Espinho, naquela praia. Mas logo no início surgiram dificuldades de entendimento entre os sócios. Assim, em 19 de Novembro desse mesmo ano, com a saída do «industrial» Francisco Rocha, a denominação da sociedade é alterada, passando a ser Prat, Manes & Companhia, Limitada, continuando, contudo, a referida fábrica com o exclusivo da venda «das latas de conservas, da marca *Harmonia*»²⁰³. Esta escritura de cessão de quota informa-nos de que a fábrica se achava instalada em S. Jacinto, *em dois palheiros de madeira*, pertencen-

agora dificilmente se consegue arranjar uma *couve-flor*, meia dúzia de vagens, uma quarta de ervilhas, e tudo a um preço fabuloso? As tais fábricas já não exploram só a sardinha graúda. Tudo lhes serve, até a petinga destinada ao pobre [...]. Chegaremos a um tempo em que, tanto o peixe como os legumes, só serão destinados às fábricas de conservas»¹⁹¹.

Em Julho desse ano, devido a uma alegada «penúria quase absoluta» de peixe e de legumes, e em defesa da «alimentação pública», o *Correio de Aveiro* volta a atacar as fábricas de conservas, assumindo a defesa dos interesses dos negociantes de pescado, que até então abasteciam os mercados locais desta sub-região, e que, depois do aparecimento dos barcos de vapor e do crescimento do número de conserveiras, terão sido obrigados a mudar de vida¹⁹². Dá então publicidade a uma alegada carta anónima, que considera uma «ameaça inepta e criminosa»: «Que tem você contra as indústrias de conservas? Quer talvez estorvar que o capital e o trabalho se desenvolvam livremente? Onde está a lei que tal o proíba? Ora será bom dar outro rumo aos seus artigos, porque senão responderá por danos e perdas. Tome cuidado»¹⁹³. Em resposta, o referido periódico afirmava, clamando por regulamentação da actividade das fábricas de conservas: «Começou a safra da pesca do mar; pois bem, os barcos que têm vindo para aqui com peixe são logo tomados por alto preço para as fábricas, a ponto de na praça não haver uma sardinha. É para sustentar uma indústria lucrativa? Quem lucra com essa indústria? Populações distantes que, decerto, dispõem de outros recursos que nós aqui não temos. São os mais interessados, os novos-ricos, que ainda querem enriquecer mais? Com que direito social ou jurídico se agrava aqui uma crise de fome a troco de altos interesses dos grandes ricos, ou de interesses problemáticos de povoações distintas, nacionais ou estrangeiras?». O tom de ameaça e os termos usados permitem pensar nos incêndios das fábricas de torrefacção de chicória: «É perigoso brincar com o fogo. Sim, se não houver providências, o que o povo da localidade tem a fazer está naturalmente indicado. O pano da amostra já se viu e é natural que, se acaso se repetir, não seja só com a pesca, nem com os legumes, mas até com outros artigos»¹⁹⁴.

Mesmo assim, apesar da intimidação, nasceram duas novas unidades, aparentemente alheias aos sectores representados pelas posições deste e de outros periódicos. O *Democrata*, contudo, tem outra atitude. Em Agosto de 1921, este semanário republicano publicita elogiosamente a exposição de produtos da fábrica de conservas de Matosinhos, de Lopes Coelho Dias & Companhia, Limitada, onde «alguns conterrâneos nossos têm os seus capitais»¹⁹⁵.

Dias depois, em 18 de Agosto de 1921, seis indivíduos ligados à pesca da sardinha, em S. Jacinto, fundam, neste lugar, uma sociedade por quotas, denominada

constituída uma outra, que adopta a firma Pereira, Reigota & Companhia, mantendo a sua sede em Aveiro e a fábrica no Largo Conselheiro Queiroz, aos Santos Mártires¹⁸⁴. No ano seguinte, nasceria uma terceira.

Em 17 de Abril de 1920, um grupo de 24 indivíduos – 18 de Aveiro, 5 de Lisboa e 1 da Murtosa –, maioritariamente formado por «negociantes» (14) e «comerciantes» (4), funda a Empresa Aveirense de Conservas, Limitada, com um capital de 150 000\$00¹⁸⁵. Entre os fundadores contavam-se a firma de Lisboa, Rosa & Marques, Limitada, o Banco Regional de Aveiro, a firma Salgueiro & Filho, Limitada e a Companhia Aveirense de Navegação e Pescas, e, individualmente, alguns dos dirigentes dessas empresas e do regionalismo aveirense, como João da Cruz Bento e especialmente António Henriques Máximo Júnior, um dos mais importantes empresários da pesca do bacalhau e do comércio marítimo, que subcreve uma quota de 18 000\$00, a maior de todas. Segundo a escritura de constituição da sociedade, o seu objecto social consistia na «exploração da indústria de conservas, da pesca da sardinha, ou de qualquer ramo de actividade comercial e industrial relacionados com o seu principal fim».

Mas esta sociedade foi vítima do conjunto de circunstâncias que conduziram à falência a Companhia Aveirense de Navegação e Pesca e ao fracasso de alguns outros projectos a que o grupo do Banco Regional estava ligado¹⁸⁶. Com a forte desvalorização da moeda, o capital social da maioria das empresas tornou-se insuficiente, fenómeno que afectou mesmo as maiores deste ramo. Também a firma Brandão, Gomes & Companhia, Limitada passou dificuldades extraordinárias, durante esses anos¹⁸⁷. Em 1922, a fábrica ainda estava em funcionamento; em 28 de Dezembro, a viúva de um dos sócios, o negociante Joaquim Ventura, cede a quota a António Henriques Máximo Júnior¹⁸⁸. No entanto, em 14 de Junho de 1923, a comissão liquidatária anuncia o leilão para venda da fábrica, maquinismos e terreno respectivo, sito no canal de S. Roque¹⁸⁹. Nada mais foi possível saber sobre esta unidade.

Como disse, a maioria dos periódicos locais não via com bons olhos as fábricas de conservas que, em sua opinião, eram responsáveis pelo encarecimento do peixe e, especialmente, dos legumes. Um mês após a formação desta sociedade, o *Correio de Aveiro* assumia uma atitude idêntica à que tomara face à cultura da chicória e que tomou face à formação de uma empresa de comércio de sal: «As fábricas de conservas foram, noutros tempos, úteis às povoações onde funcionavam; hoje são terríveis açambarcadoras dos legumes, peixe, caça, enfim, de tudo que haja próprio para essa exploração»¹⁹⁰. E perguntava: «Para que é tanta fábrica? Onde há legumes para tanta indústria? Onde irão buscar peixe para tanta lata, se

a instalação, no Bairro dos Santos Mártires, desta cidade, de uma fábrica de conservas de peixe»¹⁷⁷. Essa sociedade fora celebrada em Setúbal, em 1 de Março de 1918, por três indivíduos de Aveiro e um de S. Bernardo, neste mesmo concelho, com um capital social de 14 000\$00¹⁷⁸. No entanto, alguma coisa terá corrido mal, pois, em 19 de Setembro desse mesmo ano, a sociedade é dissolvida, ficando com todo o activo o sócio José Nunes de Azevedo (Os outros sócios, todos moradores na Rua da Liberdade, em Aveiro, eram os «proprietários» Francisco Maria Soares, já antes referido, e João Maria de Oliveira, e o «industrial» Gonçalo António Pereira)¹⁷⁹.

Certamente por falta de capital, José Nunes de Azevedo faz nascer uma empresa homónima – Fábrica de Conservas Novo Futuro –, sob a firma Azevedo, Azevedo & Companhia, Limitada, cujo objecto era a «indústria e comércio de conservas alimentícias e fins atinentes»¹⁸⁰. Esta sociedade era constituída por um «proprietário» e um marítimo de Ílhavo, um «negociante» e um «trabalhador» de S. Bernardo, concelho de Aveiro, um «lavrador» da Gafanha de Aquém, concelho de Ílhavo, e um «industrial» de Aveiro. Os irmãos José e Albino Nunes de Azevedo, residentes em Ílhavo e em S. Bernardo, respectivamente, detinham, em conjunto, 85,34% do capital de 14 600\$00. J. Nunes de Azevedo, que entrara com um capital de 61,64%, é nomeado gerente da sociedade. Até esta data, este negociante era um desconhecido; em todos os documentos compulsados, para lá das três escrituras, apenas foi encontrada uma única referência a José Nunes de Azevedo. Nunca a imprensa local lhe dedica qualquer espaço. Na sessão de 27 de Julho de 1925, a direcção da Associação Comercial de Aveiro aprovou a inscrição de um conjunto de novos sócios, de que fazia parte este empresário¹⁸¹.

Em 18 de Novembro de 1919, a firma Ernest Bliiebernicht & C.^{ia}, de Setúbal, dirigiu uma carta à Câmara Municipal de Aveiro, onde se pode ler: «[...] precisando de construir um edifício destinado a fábrica de conservas de peixe, em terreno que possui junto à estrada marginal do canal de S. Roque, desta cidade, cujo alçado se junta, pede a V. Ex.^a se digne ordenar lhe seja dado alinhamento e respectiva licença e bem assim autorização para construir, através da estrada, um cano para esgoto»¹⁸². Nunca a imprensa local se referiu a este projecto. Não se sabe se alguma vez chegou a produzir conservas de peixe, pois em Maio de 1920, uma breve passagem de um artigo do *Correio do Aveiro* diz haver, então, apenas duas fábricas de conservas, em Aveiro: a Fábrica de Conservas Novo Futuro, sita no largo Conselheiro Queiroz, aos Santos Mártires, na cidade, e a Fábrica de S. Jacinto¹⁸³. Em 20 de Maio de 1920, por cedência parcial das quotas de todos os sócios, Brito da Silva Cruz, cobrador da Companhia do Gás de Lisboa, entra na sociedade com uma quota de 1625\$00, sendo dissolvida a anterior sociedade e, acto contínuo,

Segundo o *Boletim do Trabalho Industrial*, a fábrica estava «instalada num vasto edifício de 126 metros de comprimento por 20 metros de largura, de um só pavimento, tendo um corpo lateral dividido em três compartimentos, num dos quais est[ava] situada a caldeira, noutro o motor e o gerador eléctrico para iluminação, servindo o terceiro de depósito de combustível»¹⁷³. Se o capital imobiliário se limitava apenas a esse edifício, avaliado em 14 000\$000 réis, o mobiliário valia 9500\$000 réis.

Essa unidade fabril estava então apetrechada com diferente equipamento técnico francês, alemão e inglês para a esterilização de latas e preparação de sardinha¹⁷⁴. Entre as «máquinas operatórias», contavam-se uma ventoinha e um ventilador a vapor, um gasogénio para fornecer gás aos aparelhos de soldar, um gasómetro, uma estufa e respectivos (6) tabuleiros para a sardinha, um guindaste e duas vagonetas para o transporte interior sobre carris. A produção de vapor consumia 30 toneladas de hulha (a 7\$500 réis) e 6 toneladas de antracite (a 12\$000 réis), «de proveniência inglesa importada por via de Gaia»¹⁷⁵.

Para o fabrico de cerca de um milhão de latas, com o valor de 70 000\$000 réis, vendidas «no país, nas ilhas, África e no estrangeiro, principalmente no Brasil», a fábrica usava sardinha da costa de S. Jacinto, azeite proveniente de Espanha e de Itália e sal de Aveiro.

O número de trabalhadores variava: «Quando há sardinha para *escochar* e lavar são ali admitidos 92 operários» (34 do sexo masculino, maiores, 57 do sexo feminino, 50 menores, e 1 caixeiro); «faltando peixe e limitando-se, por isso, o pessoal a preparar o pescado dos dias anteriores», o seu número «reduz-se a 46 indivíduos, mais de metade soldados»¹⁷⁶.

As necessidades geradas pela I Guerra Mundial fazem regressar a indústria conserveira às páginas dos periódicos locais, mas de forma muito irregular. A partir de 1918 – ano da fundação da primeira fábrica na cidade de Aveiro –, contrariamente ao que se passava em Ovar, a imprensa aveirense ignora quase por completo o mundo das conservas; certamente devido ao peso social do negócio do pescado. Também é possível que alguns dos projectos jamais tenham passado das intenções, mas é quase incompreensível o silêncio, mesmo quando estão envolvidos alguns dos seus correligionários. Parece, sem dúvida, que as fábricas de conservas constituíram uma ameaça para certos estratos da sociedade aveirense.

Em Junho de 1918, quando o semanário republicano democrático *A Razão* promove uma excursão a S. Jacinto – os excursionistas iam ver os hidroaviões, a *fábrica de conservas* e a mata do Estado –, a firma Soares, Oliveira, Azevedo & Companhia anuncia que requerera à Administração do Concelho de Aveiro «licença para

das Províncias afirma que «este importantíssimo melhoramento» se ficava a dever ao empresário de pesca, em S. Jacinto, Manes Nogueira¹⁵⁹ e ao Marquês da Graciosa, «que muito influiu na companhia para tal resultado»¹⁶⁰. Mais tarde, é anunciado o concurso para a construção da fábrica¹⁶¹.

Em 10 de Fevereiro de 1909, a Câmara Municipal de Aveiro cede à firma Brandão, Gomes & Companhia, representada por Henrique Brandão, 25 600 m² de terreno em S. Jacinto, pelo preço de 12 réis por metro quadrado¹⁶². O terreno confrontava, a Nascente, com um outro prédio da referida empresa, a Norte e a Poente, com terrenos camarários e, a Sul, com a linha-férrea da companhia Maria do Nascimento. Dias depois é feita a demarcação do referido terreno¹⁶³.

Apesar do indisfarçável entusiasmo dos diversos periódicos que acompanhavam a par e passo o processo, o semanário *Os Sucessos* dá visibilidade aos protestos de uma «grande comissão» de mercantéis e negociantes de pescado, que procuravam então um advogado que os defendesse, pois, além da ruína dos seus negócios, a fábrica de S. Jacinto iria «açambarcar todo o peixe que se colhe[sse] nas costas do nosso litoral, só em benefício da exportação, ficando o público sem as regalias do pescado»¹⁶⁴.

Em Março de 1909, a imprensa local noticia a chegada de uma lancha a vapor, propriedade da fábrica de Espinho, destinada ao transporte de pescado para a sua sucursal de S. Jacinto¹⁶⁵. Em Maio, as obras decorriam a bom ritmo, enquanto era anunciada a ligação telefónica à fábrica de Espinho¹⁶⁶. Em Junho, estava «já montado todo o maquinismo, procedendo-se [...] às canalizações e à montagem da luz eléctrica, a cargo da considerada casa do Sr. Biel, do Porto»¹⁶⁷ e, em Agosto, o *Campeão das Províncias* anuncia a conclusão das obras, tendo chegado «uma remessa de azeite italiano [...], indo também para lá vários lagares para o depósito da sardinha»¹⁶⁸ (Em 1865, o fabrico de azeite estava disseminado por todo o distrito, mas era economicamente insignificante, pois a sua produção cifrou-se, nesse ano, em 9794 hectolitros, sendo o concelho de Estarreja responsável por 2544 hl, isto é, cerca de 26% do total. Supria por certo as necessidades domésticas e de iluminação locais)¹⁶⁹.

No ano seguinte, a fábrica elimina, de facto, a actividade dos mercantéis e dos negociantes de pescado naquela costa, pois compra quase toda a sardinha das companhias de pesca¹⁷⁰. O *Campeão das Províncias* mostra-se encantado com o «grande impulso» que a fábrica de S. Jacinto dava «ao desenvolvimento desta praia e também à vida desta cidade, pois é grande o movimento de pessoal e mercadorias, entre Espinho e Aveiro»¹⁷¹. Na visita que ali fez, o director do referido periódico aveirense pôde testemunhar os «muitos milhares de latas e muitos lagares de sardinha para embarcar, com destino à América do Sul»¹⁷².

testemunhos eloquentes sobre a irregularidade da sardinha. Ou porque faltava o peixe por um mês ou mais, ou porque, no Inverno, o mar não deixava pescar durante mais tempo, os periódicos locais tornam habituais os lamentos sobre a «crise da pesca», atribuindo, resignados, as suas causas aos caprichos da natureza, ou, revoltados, à conivência do poder central com a pesca a vapor, que consideravam causadora da escassez da sardinha. Também a existência de importantes fábricas de conservas, a Norte, terá inibido os investimentos numa unidade industrial dessa natureza em Aveiro. É possível, até, que as outras empresas da costa de S. Jacinto, que não subscreveram o capital de 30 contos, se tivessem comprometido com a fábrica do Furadouro. Mas a razão mais decisiva terá ficado a dever-se ao facto de, entre os elementos do grupo promotor, não haver ninguém com conhecimentos técnicos no domínio das conservas. Sublinho que as fábricas de Ovar contaram com o saber de técnicos estrangeiros, em todas as fases da sua história. A falta de *know how* específico terá inibido o investimento nesta iniciativa. Por outro lado, não parece crível que algum ou alguns dos elementos dessa comissão tivesse decidido tornar-se industrial de conservas. O referido grupo era formado pelo influente comerciante Domingos José dos Santos Leite (1846-1919), pelos negociantes de cereais Jerónimo Baptista Coelho e João Marques da Cunha e pelos «proprietários» Jacinto Agapito Rebocho e Gustavo Ferreira Pinto Basto. Segundo a *Vitalidade* a firma José Antunes de Azevedo, Sucessores também integrava o grupo de promotores¹⁵³. Além dos interesses na pesca, em S. Jacinto, dois dos elementos referidos estavam ligados ao associativismo empresarial e ao poder político local. Domingos Leite era, então, presidente da Associação Comercial de Aveiro¹⁵⁴ e Gustavo Ferreira Pinto Basto o presidente do município¹⁵⁵. Por fim, resta saber por que razão o proprietário da fábrica de conservas de Paramos esteve presente naquela reunião. Teria interesse em instalar uma sucursal em S. Jacinto?

Em Outubro de 1908, o *Campeão das Províncias* dá conta das diligências da Fábrica de Conservas de Espinho, de Brandão, Gomes & Companhia, para «montar uma sucursal em S. Jacinto» – onze anos depois da tentativa de instalar uma sucursal no Carregal, Ovar –, para o que já havia adquirido «largos tratos de terreno naquela costa, a norte e à beira-ria»¹⁵⁶. Dois meses depois, a *Vitalidade* confirma a informação relativa à aquisição de terrenos¹⁵⁷.

Em 1909, a imprensa local volta ao assunto, dando notícia dos esforços desenvolvidos para a instalação da fábrica naquela praia e de um armazém em Aveiro, que ficaria a cargo de Manuel Moreira, negociante de pescado de Aveiro¹⁵⁸. Algum tempo depois, quando a empresa espinhense já tinha adquirido «ali grande porção de terreno», que lhe fora «provisoriamente cedido pela câmara», o *Campeão*

da *Vitalidade*, «possuindo condições para se desenvolver», Aveiro «carece de quem lhe dê impulso para esse desenvolvimento, ou, o que é pior, esse desenvolvimento é estorvado por especuladores de profissão, que põem na política mesquinha, na politiquice reles, todo o seu valor, toda a sua importância»¹⁴⁶.

Em 14 Maio desse ano, um grupo de empresários aveirenses, ligados à pesca costeira e ao negócio de pescado, realiza «uma reunião preparatória para a fundação de uma fábrica de conservas de peixe, frutas e legumes», estando presente Leite Faria, um dos proprietários da fábrica de conservas de Paramos¹⁴⁷. Segundo a *Vitalidade*, a reunião, que juntou na Associação Comercial Jerónimo Baptista Coelho, Manuel da Rocha, Agapito Rebocho, Gustavo Ferreira Pinto Basto, Luís da Naia, Manuel Moreira, Manuel Francisco Teixeira, João da Cunha, Alfredo de Castro, Inácio Cunha, Manuel da Cunha, Domingos Leite, Anselmo Ferreira, Silva Dias e outros, serviu mais «para conversar», razão por que aquele periódico a considerou pouco conclusiva. De facto, além da nomeação de uma comissão para estudar o assunto, apenas se conseguiu um consenso sobre a instalação da fábrica em S. Jacinto¹⁴⁸. É possível que a construção da fábrica do Furadouro, pela firma Gomes, Meneres & Companhia, tenha contribuído para o consenso nesse domínio, embora os custos de transportes, em S. Jacinto, fossem mais elevados que no Furadouro.

Voltando ao assunto, afirmava categoricamente a *Vitalidade*: «Na terra há capital que podia aplicar-se ao empreendimento, e com todas as probabilidades de um juro remunerador, mas, ou seja pela lição do passado, ou pelas previsões do futuro, noutra ordem de ideias, quem o possui retrai-se aventurá-lo»¹⁴⁹. Quase em resposta, o *Campeão das Províncias* dá conta das diligências feitas pela comissão eleita para estudar as condições de estabelecimento da fábrica em S. Jacinto, considerado «um ponto excelente, pois está situado entre a Costa Nova e a Torreira, donde a sardinha vem em grande quantidade»¹⁵⁰. Depois, este e outros periódicos publicam o «anúncio-convite» da comissão promotora, dirigido aos que quisessem «concorrer com capitais para obra de tanta utilidade»¹⁵¹. Segundo o referido anúncio, a comissão considerava a criação de uma fábrica, em S. Jacinto, «conveniente aos interesses de Aveiro» e «vantajosa para os capitais nela empregados», motivo por que abriu subscrição pública do capital de 30 contos de réis, valor «indispensável para dentro de alguns meses apenas pôr a fábrica em laboração, sendo logo subscrita, pelos cavalheiros presentes, metade desta quantia»¹⁵².

Contudo, a comissão promotora não terá conseguido reunir o capital considerado necessário, pois, até 1908, não mais se volta a falar da fábrica de conservas. Recordo que, antes e depois desse ano de 1904, a imprensa publicou

3.2. Fabrico de conservas em Aveiro

No início do século XX, alguma imprensa aveirense mais atenta à vida das empresas de conservas, especialmente das de Ovar e de Espinho, vai dando conta da tentativa, sempre adiada, de se construir, em S. Jacinto, uma fábrica de conservas.

Em Março de 1904, num artigo dedicado a vários assuntos relacionados com a pesca, a *Vitalidade* dá conta da importância económica da pesca, durante o ano de 1903, cujo valor global se cifrava em 233 557\$880 (Torreira – 97 669\$170; S. Jacinto – 70 475\$960; Pardelhas – 29 913\$746; Costa Nova – 15 557\$880; Aveiro – 15 475\$880; Ílhavo – 3175\$680; Barra – 1055\$375)¹⁴⁰. Tendo em conta estes valores, afirmava o referido periódico: «Estranhamos que a indústria da conserva de peixe ainda não tivesse quem para aqui lhe encaminhasse a iniciativa. Se noutras localidades menos favorecidas igual empreendimento tem prosperado, era natural que também cá fosse coroada de feliz êxito»¹⁴¹. Parece que a sugestão agitou o pequeno meio da intriga partidária, respondendo o *Campeão das Províncias* que o presidente da Câmara, Gustavo Ferreira Pinto Basto, estaria a fazer diligências para se constituir uma sociedade.

Alguns dias depois, a *Vitalidade* volta ao assunto para espicaçar os putativos investidores: «Admira que ainda até hoje não se tenha estabelecido uma fábrica de conserva de peixe em Aveiro, que é, sem sombra de dúvida, um dos centros a que afluí maior força de pescado, e onde podia acudir mais, com facilidade muito superior à que se dá noutros pontos do país, onde já estão montadas empresas industriais dessa espécie»¹⁴². Achava que as razões de não existir uma fábrica de conservas de peixe se deviam ao facto de terem sido goradas as tentativas para se formar «uma só companhia com as empresas da costa de S. Jacinto»¹⁴³. Pouco tempo depois, o referido periódico local volta ao assunto, sublinhando as condições naturais favoráveis e as referidas dificuldades ao aparecimento de uma fábrica de conservas, assim como o facto de as conservas de peixe constituírem, então, «a indústria nacional que está tendo mais aceitação nas nossas colónias de África, no Brasil e no estrangeiro mesmo»¹⁴⁴.

Não lhe escapavam igualmente as excelentes condições para a horticultura, nos arredores de Aveiro, donde «vai hortaliça em grande quantidade para Anadia, Oliveira do Bairro, Águeda, Albergaria-a-Velha, Estarreja, etc.», acrescentando: «As hortaliças cultivadas aí, ainda quase por processos rotineiros, são, todavia, as mais saborosas e apreciadas. Com um pequeno impulso não só se melhorariam, como facilmente se desenvolveria a sua exploração»¹⁴⁵. Mas, desabafava o articulista

realizados e à forte desvalorização da moeda, aumenta o capital de 150 000\$00 para 600 000\$00, operação que dá ao Banco Borges & Irmão uma posição maioritária, pois subscreve 60% do capital social¹³⁴. Lino Coelho Brandão subscreveu 120 contos (20%), Manuel Valente Coimbra 80 contos (13,33%); Manuel Valente Coimbra Júnior e Sebastião Valente Coimbra, juntos, entraram com uma quota de 20 contos (3,33%). Mesmo assim, a partilha de dividendos não era proporcional ao capital subscrito pelos sócios. Assim, ao referido banco caberiam 34%, a Lino Brandão, que continuava com «a gerência de todos os negócios da sociedade» e era o «único a usar a firma social», 35,5%, a Manuel Valente Coimbra, que era o gerente-substituto, 20,5%, e aos restantes sócios 5%.

Em Maio de 1931, um violento incêndio destrói o armazém de A Varina, tendo sido mobilizados bombeiros de Ovar, Espinho, Feira, Estarreja e Aveiro. *O Povo de Ovar* descreveu os acontecimentos, dando conta do «desgosto profundo» que a população sentiu «pelo desastre que estava sofrendo o primeiro estabelecimento fabril da vila, não só pelo que ele representa[va] de valioso na balança económica local, como pela simpatia que goza[va]m entre nós os seus proprietários»¹³⁵. O referido periódico refere que os prejuízos foram muito avultados, mas que estavam cobertos por seis companhias de seguros.

Em 1935, *A Indústria Nacional* considerava A Varina «uma das mais importantes fábricas do país»¹³⁶. Mais tarde, «reconhecendo a conveniência de centralizar todos os seus serviços em Matosinhos, centro piscatório que se vinha afirmando como o primeiro de Portugal», a empresa «para ali transferiu, em fins de 1938, a sua sede e todas as instalações, procedendo nesse sentido a enormes e custosas obras de adaptação e reapetrechamento na unidade nortenha»¹³⁷. Lino Coelho Brandão, membro da loja maçónica Beira-Mar, residiu em Ovar até 1939, vindo a falecer em Matosinhos, em 1950¹³⁸. Como referi noutro estudo sobre a pesca da sardinha na costa aveirense, desde a I Guerra Mundial, alguns empresários da pesca costeira aveirense decidem apostar na pesca a vapor em Matosinhos – que se afirmava já como um importante centro piscatório – e em Viana do Castelo.

Alberto Sousa Lamy sublinhou o facto de as empresas de pesca de Ovar não terem conseguido adaptar-se às novas técnicas de pesca – as artes novas com traineiras, arrastões e aparelhos de sonda para assinalar a passagem de cardumes –, o que fez com que «este grande porto de pesca do passado» se tenha transformado «numa vulgar praia de banhos e os seus pescadores, desenraizados e inadaptados a outra profissão, ou continuaram aí a sua vida miserável ou fugiram para as traineiras de Matosinhos, para as margens do Tejo ou para a pesca do bacalhau»¹³⁹.

lharem ali «cerca de 120 operários»; referia-se, certamente, à fábrica de Ovar, sita nas imediações da estação do caminho-de-ferro¹²⁵. Simultaneamente, as exportações para a América Latina registam um incremento notável, razão por que os empresários «se viram na necessidade de ampliar as suas fábricas, obras a que estão procedendo activamente»¹²⁶.

Nessa altura, a fábrica produzia «doce de todas as qualidades, chila e geleia de marmelo, marmelada de frutos, como castanha, figo, morango, maçã, pêra, uva, etc.»¹²⁷. Acrescentava *O Concelho de Estarreja* que havia também «latas de hortaliças, de abóbora, brócolos, cenouras, couve-flor, grelos, nabos, repolho, etc. [...]. O marisco está também representado em grande quantidade: vêem-se por ali caixinhas de amêijoas, camarão, lagosta, mexilhão e ostras; de peixe, há um enorme sortimento e variado, como congrio, enguias, goraz, linguado, lulas, pescada, robalo, tainha, etc., não esquecendo o melhor peixe: a lampreia, o salmão, o atum e, por fim, a bela sardinha de Ovar, tão conhecida em todo o país».

No início de Maio de 1916, informava *A Discussão* de que a Varina se encontrava, «dia e noite, em laboração contínua no fabrico dos seus produtos, em virtude de encomenda feita pelo Governo português para abastecimento das forças expedicionárias a Moçambique»¹²⁸. Um mês depois, a fábrica regista um movimento desusado para satisfazer uma nova encomenda do Governo com o mesmo fim. Era enlatada «boa carne de vaca e chouriço de mistura com substancioso caldo com variados legumes»¹²⁹. Em 1917, a fábrica emprega 137 operários; no ano seguinte é visitada por Afonso Costa¹³⁰.

Como se lê numa pequena biografia sobre Lino Brandão, publicada três décadas depois, «conquanto a esmerada preparação de sardinhas, atum, anchova, mariscos e outras espécies de origem marítima formassem o fulcro principal da actividade fabril de Brandão & Companhia, Lda., a preparação de especialidade de outras origens tornou-se também deveras vultuosa, sendo lançadas no mercado, com enorme sucesso, conservas de incomparável paladar em carnes, caça, aves, hortaliças, doces, frutas, *picles*, azeitonas, etc., além de finíssimos azeites para exportação»¹³¹. Os seus produtos eram exportados para as colónias, para a América do Sul e para o resto da Europa.

Em 1918, «na impossibilidade de aumentar a capacidade de produção com os meios locais de que dispunha», a empresa adquire a fábrica de conservas Lusitana, de Matosinhos, cujas instalações foram modificadas e ampliadas «de forma a produzir mais e melhor»¹³². Com a nova sucursal de Matosinhos, a empresa, com sede em Ovar, passa a ter três fábricas, tantas quantas as que tinha a fábrica de Espinho¹³³. Em 17 de Maio de 1924, devido aos investimentos

Em Agosto desse mesmo ano, quando a fábrica do Furadouro contava com mais um técnico estrangeiro, a direcção da empresa decide alargar as instalações, que já ocupavam uma área de cerca de 1500 m², devido à procura: «O desenvolvimento dado ao fabrico do pescado obriga a esta nova obra», explicava *A Discussão*¹¹⁵. Estes testemunhos chegam para mostrar que se tratava de um projecto que, como dizia elogiosamente a *Vitalidade*, colocavam «aquele estabelecimento industrial a par dos mais notáveis do estrangeiro»¹¹⁶.

Três anos mais tarde, A Varina volta a ser notícia. Depois de ter estado encerrada algum tempo, por razões que a imprensa local dizia desconhecer, passa a girar sob a firma social Ferreira, Brandão & Companhia, por escritura de 1 de Junho de 1908¹¹⁷. A nova firma é acreditada pela experiência profissional e pela «seriedade e honradez de carácter» dos três sócios¹¹⁸. Lino Brandão, o sócio-gerente, tinha 12 anos de trabalho com conservas; Carlos Augusto Sousa e Manuel Valente Coimbra foram empregados da Fábrica de Conservas de Espinho, de Brandão, Gomes & Companhia¹¹⁹. *O Concelho de Estarreja* noticia o acontecimento dado que o sócio Coimbra, era daquela vila (quando ainda funcionário da fábrica de Espinho já era tratado com muita deferência)¹²⁰. Importa sublinhar que, meses antes, a fábrica de Espinho adquirira terrenos, em S. Jacinto, para o estabelecimento de uma sucursal.

Em 1912, informam *A Discussão* e *A Pátria* de que, em 8 de Março, fora dissolvida a sociedade Ferreira, Brandão & Companhia, devido à saída de dois sócios, e que a nova sociedade, por quotas de responsabilidade limitada, para a exploração da mesma indústria, ficou constituída por dois dos sócios da anterior e pela firma bancária da cidade do Porto, Borges & Irmão, passando a girar sob a designação de Brandão & Companhia, Limitada¹²¹. Em 1909, a fábrica publicara um catálogo de todos os produtos¹²²; nos anos seguintes, incrementou a produção, exportando para as colónias portuguesas e alguns países da América Latina, como a Argentina e o Uruguai e, especialmente, para o Brasil¹²³. Embora não forneça números, a imprensa local vai dando conta da evolução dos negócios da fábrica.

Durante a I Guerra Mundial, a empresa aumentou consideravelmente o volume de produtos exportados, conhecendo, então, um período de expansão, prosperidade e alguma notoriedade. Os cerca de 150 trabalhadores que, segundo o *Jornal do Comércio e das Colónias*, a fábrica empregava, em 1914, não tinham então mãos a medir para satisfazer «a grande encomenda feita pelo Governo para a última expedição militar a África, devido, não só à excelência dos seus produtos, como também ao facto de esta fábrica poder satisfazer a encomenda tão rapidamente»¹²⁴. Sublinho que Alberto Sousa Lamy refere a existência de 120 operários. Também *O Concelho de Estarreja*, na visita aos escritórios da empresa, dizia traba-

Para a comercialização dos produtos, A Varina organizou, no mercado interno, uma rede de agentes. No concelho de Ovar, foi nomeado José Luís da Silva Cerveira, proprietário de uma mercearia, em Ovar, e do Hotel Cerveira (fundado em 1890), no Furadouro¹⁰⁸. O mesmo processo era adoptado no tocante à penetração das conservas da fábrica no mercado externo. Em Setembro de 1904, *A Discussão* noticiava a partida para o Brasil do Comendador Agostinho da Fonseca Menéres, «o qual, na qualidade de *sócio viajante* [...], vai percorrer diversas cidades do Brasil e das repúblicas do Paraguai, Uruguai, Argentina, Chile, etc., em cujo trajecto conta demorar-se cerca de 18 meses»¹⁰⁹. Dias depois, os «directores-gerentes» da fábrica, Álvaro Gomes de Sá e Diogo Hernandez Barbot, partem para França, Inglaterra e Alemanha¹¹⁰. Em França, segundo a mesma notícia, que reproduzia notícias de jornais do Porto, iriam «contratar [um] conserveiro especial para o fabrico de novidades, para cujas marcas já requereram registo [...] e para estudar de perto o aperfeiçoamento desse fabrico, sobretudo em molhos. De França seguem para a Inglaterra e Alemanha para fazerem aquisição de algumas máquinas de última novidade, a empregar, quer na sede da fábrica quer na sua importantíssima sucursal da costa do Furadouro».

Em Janeiro de 1905, *A Discussão* noticiava a chegada do «director técnico conserveiro», M. Biermen, «vindo expressamente de Bordéus, onde, há 12 anos, dirigia tecnologicamente uma das mais importantes fábricas daquela cidade»¹¹¹. Em Maio, chegou uma técnica francesa, M.^{lle} Soles, para «se encarregar da secção de *picles*», também «vinda expressamente de Bordéus, onde tinha a seu cargo igual serviço na importante fábrica de Louis Frères & Companhie»¹¹². O fabrico de *picles* mostra bem que esta empresa estava atenta às tendências do mercado, pois, como mostrou Carlos Morais Gaio, terá sido a fábrica de Espinho, de Brandão, Gomes & Companhia, a primeira a introduzir os *picles*, tendo contratado, em 1901, para esse efeito, um técnico inglês (William Jones)¹¹³.

Procurando «precaver-se contra o escasseamento de pescado, na costa do Furadouro» – «circunstância bastante vulgar de o nosso mar não permitir a faina» –, a fábrica contava abastecer-se de sardinha da Torreira, S. Jacinto e Costa Nova, «para o que pensa a firma proprietária fazer a aquisição de um rebocador a vapor, de fundo chato, com força bastante para o transporte de barcos».

A filial do Furadouro é inaugurada em Maio de 1905, onde António Francisco Nogueira, presidente da direcção da empresa, proferiu algumas palavras dirigidas aos trabalhadores, sublinhando, segundo o corolário ideológico do organicismo krausiano, então em voga, a necessidade de *harmonia* entre o trabalho e o capital¹¹⁴.

Ao decidir edificar a fábrica nas proximidades do caminho-de-ferro, Andrade Couto procurou reunir vantagens no abastecimento de matérias-primas e no escoamento dos produtos. No entanto, sublinho que os campos em volta, a acreditar numa passagem do referido texto de *O Ovarense*, até essa altura não produziam legumes. A fábrica é que terá estimulado a produção hortícola, nos férteis campos de Ovar⁹⁹. Em Aveiro, a situação era inversa: a abundância de legumes jamais suscitou o aparecimento de uma unidade fabril desta natureza.

Em 1903, a Luso-Brasileira muda de mãos. *A Discussão* noticia a constituição de uma «sociedade em comandita de responsabilidade limitada, de que fazem parte alguns importantes industriais e comerciantes do Porto», com o objectivo de adquirir a Luso-Brasileira, para a ampliar e dotar de meios técnicos e financeiros que lhe permitisse uma resposta às exigências do mercado externo¹⁰⁰. Integravam a referida sociedade Antero Ferreira de Araújo e Silva, António Francisco Nogueira, Álvaro Gomes de Sá, Diogo H. Barbot, João Andrade do Couto, Agostinho da Fonseca Meneres, David Ribeiro dos Santos, Henrique Thumann e José Costa Lima, do Porto.

Como vemos, o empresário Andrade Couto integrava o grupo. O anúncio de que essa firma, denominada Gomes, Meneres & Companhia, iria introduzir «importantes melhoramentos» para colocar a fábrica a trabalhar em regime de laboração contínua, reforçando a produção de conserva de sardinha do Furadouro – para o que seria dotada de «pessoal muito competente, como referia, dias depois, o *Campeão das Províncias* –, diz bem dos seus propósitos¹⁰¹. O nome da fábrica foi alterado, passando a denominar-se, desde então, A Varina, Fábrica de Conservas Alimentícias, como se vê nos anúncios publicados na imprensa local, a partir de Junho de 1904.

Na sessão de 27 de Abril de 1904, a Câmara Municipal de Ovar concedeu à firma Gomes, Meneres & Companhia uma área arenosa, situada a sul do Furadouro, para a construção de uma fábrica de conservas¹⁰². Ali seriam construídas as instalações da filial de A Varina, inauguradas no ano seguinte¹⁰³. No final de Junho de 1905, *A Discussão* dá conta do andamento da «construção da casa de madeira», dizendo que brevemente estaria pronta, para ali fabricar conservas de sardinha¹⁰⁴. Acrescentava que iria ser adjudicada «a construção do imponente edifício destinado à fábrica, no Largo do Mártir S. Sebastião, fronteiro ao de Almeida Garrett»¹⁰⁵. A construção do frontispício do edifício foi adjudicada a um construtor do Porto¹⁰⁶. Por iniciativa dos proprietários, foi igualmente edificada a capela do Mártir S. Sebastião, como prometiam abrir à utilização pública a linha telefónica que iam instalar¹⁰⁷.

público, durante todo o dia, e ofereceu um «lauto banquete» à imprensa e às autoridades do Porto e de Ovar. O facto de não ter estado, nem a imprensa, nem as autoridades da capital do distrito de que Ovar faz parte mostra bem que a vila vareira estava mais próxima do Porto do que de Aveiro, como mostrei no capítulo anterior.

Numa pequena nota de reportagem, *O Owarensense* fez «votos ardentes» de prosperidade da novel fábrica, que considerou «um grande melhoramento para a terra, muito falha em indústrias», sublinhando o facto de poder vir a favorecer o desenvolvimento da pesca e, especialmente, da agricultura, «pois a fábrica destina-se à conserva de legumes»⁹⁶. Mais generoso, o semanário *A Discussão* dedicou largo espaço à cerimónia e às impressões da visita à fábrica, descrevendo produtos e alguns aspectos do seu apetrechamento técnico.

Além das conservas de peixe, legumes, carnes de vários géneros e de fruta, a Luso-Brasileira produzia, então, salsicharia diversa e «massa de tomate», «tudo movido a vapor», por meio de uma máquina inglesa de 20-25 cavalos. Dispunha de uma «oficina de funilaria», «montada com o mais moderno e aperfeiçoado mecanismo», um «espaço reservado à preparação da sardinha», «amplo, arejado e higiénico», também dotado de «apetrechos modernos», uma cozinha, «segundo entendidos, com tudo quanto há de melhor neste género de trabalhos», uma «dependência própria e separada» para preparação de tomate, um amplo compartimento para depósito de azeites, uma sala de rotulagem, um muito amplo armazém de depósito dos produtos da fábrica e um «compartimento adstrito», onde seria montado um gerador eléctrico que iria iluminar a fábrica⁹⁷.

Na funilaria, *A Discussão* achou «interessantíssimo o fabrico das latas [...], pela rapidez [...] e perfeição no acabamento» e as duas máquinas de cravação, «que produzem por cada dia de 10 horas de trabalho, 7 a 8000 latas!»; sobre a secção da sardinha, entendeu dever referir a modernidade do aparelho de fritura, pois «poucas fábricas similares o possuem ainda». Procedia-se, nessa altura, «ao acabamento de um secador para frutas», à instalação de «uma nova máquina de cravação» e de «outra de picar carne, existindo já autoclaves para banhos a vapor e uma infinidade de apetrechos». O director de *A Discussão* realçou ainda, para lá da caldeira, de tipo Nayer, «o sistema de forno e fornalhas, completamente novo entre nós, devido ao projecto do Sr. José Oreiro Teixeira, a cargo do qual esteve a direcção da construção da fábrica e assentamento e instalação de todas as máquinas», bem como o facto de o gás para aquecimento da borracha aplicada à vedação das latas ser fornecido «por um aparelho de gasolina ligado a um ventilador hidráulico, feito e modificado na fábrica igualmente sob a direcção do Sr. Oreiro»⁹⁸.

companhas, os mercantéis e especialmente os negociantes de pescado conservavam sardinha para abastecerem o mercado quando ela escasseava. Em Outubro de 1910, dizia o *Campeão das Províncias*, testemunhando a natureza das operações e as técnicas de conservação temporária da sardinha em armazém: «[...], mas tem sido bom para o descanso dos pescadores e mercantéis, e para dar saída à *pesca recolhida na louça, salgada e em moura*»⁹⁰.

3.1. Da Luso-Brasileira à Varina – as fábricas de conservas de Ovar

Em Agosto de 1886, assegurava *O Povo de Ovar* que estaria próxima a instalação, «na nossa costa, à semelhança da de Espinho, de uma fábrica de preparações de sardinha, propriedade de uma casa francesa»⁹¹. Parece que apenas terão estado em Ovar três técnicos de uma (não identificada) empresa francesa «para estudar o terreno e o preço a que ordinariamente custa a sardinha, o preço da condução para o caminho-de-ferro e outras circunstâncias». É a primeira referência, na imprensa local, a uma qualquer fábrica de conservas. Ficamos, contudo, sem saber as razões encontradas para o desinteresse francês em Ovar.

Em 1894, a firma Brandão, Gomes & Companhia, de Henrique e Alexandre Brandão e Augusto e José Gomes, adquiriu uma pequena fábrica de salga e conserva de sardinha, de Cirne & Companhia, em Espinho. Abria-se assim um período de ouro para a indústria das conservas de peixe⁹². Em 1897, ano em que a firma proprietária da fábrica de Espinho recebeu a medalha de ouro da Exposição Industrial, realizada no Palácio de Cristal, no Porto, dizia *O Ovarense* que aquela importante empresa projectava estabelecer uma filial em Ovar, «desde que a Câmara lhe concedesse, gratuitamente, terreno de areia estéril, no Carregal, suficiente para a construção do edifício»⁹³. Mas não terá obtido resposta favorável.

Em Agosto de 1900, *A Discussão* dá conta do andamento dos trabalhos na fábrica que o «importante industrial», Dr. João Andrade Couto, estava erguendo no largo da estação do caminho-de-ferro de Ovar. Apesar de não estar ainda concluído o edifício da fábrica, já se encontravam «em activa laboração algumas das secções mais importantes daquele estabelecimento fabril, com especialidade as de sardinha e legumes», acrescentando que «parte dos produtos» já havia sido «exportada pela barra do Porto»⁹⁴.

Em Março de 1901, o «ilustrado proprietário» promoveu uma mediática cerimónia de inauguração da sua fábrica a que deu o nome de Luso-Brasileira⁹⁵. Ao som da música de uma banda filarmónica, Andrade Couto abriu as portas ao

de 150 estabelecimentos que preparavam peixe em salmoura⁸⁴. Em 1926, terão chegado a existir 400 fábricas de conservas em Portugal⁸⁵.

Naturalmente, o aumento do número de fábricas suscita um extraordinário crescimento da mão-de-obra. Entre 1890 e 1896, o número de operários em Setúbal teria passado de 2515 para 4653 e o número de fábricas de 54 para 76, pertencentes, na sua maioria, a capitalistas franceses, que trouxeram de Nantes e do sul de França os seus homens de confiança⁸⁶. Como sublinha José Amado Mendes, cada unidade fabril empregava uma média de 61 indivíduos, valor que colocava a indústria de conservas entre as que mais trabalhadores ocupavam por unidade: as 4 fábricas de tabaco existentes empregavam 1194 operários; as 125 fábricas de algodão 94; as 7 fábricas de vidro 90 e as 70 fábricas de cortiça laboravam com uma média de 63 trabalhadores⁸⁷. Em 1912, as 116 fábricas empregavam 9453 operários, isto é, 81,5 por unidade. Os números dizem bem da importância desta indústria, que constituía, a par da vitivinicultura, uma das poucas actividades exportadoras portuguesas, embora o incremento do número de trabalhadores por unidade possa ter outras interpretações.

Na costa aveirense, não obstante a enorme importância económica da pesca e do facto de a salga de peixe ser prática corrente, pelo menos desde final do século XVIII⁸⁸, o aparecimento de fábricas de conserva de peixes, frutos e legumes é um fenómeno numericamente menos expressivo e mais tardio. Com fortes ligações ao Porto e a Matosinhos, a primeira e mais importante fábrica de conservas de peixe e de legumes desta sub-região nasce na vila de Ovar, em 1900, com uma dimensão, em todos os domínios, bem acima da média nacional. As fábricas instaladas em Aveiro, se exceptuarmos a sucursal da Fábrica de Conservas de Espinho, construída em S. Jacinto, em 1909, são projectos pouco ambiciosos, hesitantes, desprovidos de alguns factores decisivos nesta indústria: conhecimentos técnicos, tecnologia de ponta e capacidade de penetração nos mercados externos. Por fim, sublinho que nascem na conjuntura inflacionária do pós-guerra.

Para lá das transformações verificadas na pesca da sardinha e no incremento que se terá registado no domínio da horto-fruticultura e da olivicultura, as fábricas de conservas suscitaram a criação de um conjunto de outras actividades industriais, como a latoaria, a tipografia, etc., embora, no espaço económico estudado, só tenha conseguido reunir informação que prova textualmente essa correlação com a produção de caixotaria⁸⁹. No entanto, importa referir que o aparecimento dessas unidades fabris implicou a liquidação de outras actividades, como a dos mercantéis e a dos negociantes de pescado, o que explicará o quase silêncio da imprensa de Aveiro face às fábricas construídas naquele concelho. Sublinho que as

As primeiras fábricas portuguesas nascem no Sul do país, onde existe uma secular tradição de produção e consumo de preparados piscícolas⁷⁰. Como foi notado por vários autores, os portos pesqueiros ali existentes, nomeadamente os de Olhão e Setúbal, tinham excelentes condições para o estabelecimento de fábricas de conservas. As primeiras fábricas a enlatar peixe pelo método Appert nascem em Setúbal, como comprovou Maria da Conceição Quintas, a partir de 1854. Na Exposição Industrial de Paris, de 1855, Feliciano António da Rocha obteve uma menção honrosa. Como sublinha a referida historiadora, citando o *Setubalense*, de 2 de Dezembro de 1855, esse prémio fora atribuído àquele industrial pelas suas «conservas de peixe em azeite [...], baseadas no método Appert, que pela primeira vez se aplica em Portugal»⁷¹. Em 1858, uma outra unidade anunciava a produção de conservas de quinze espécies de peixe destinadas ao mercado nacional e aos da América do Sul e da África do Norte⁷². Em 1860, 1861 e em 1869, ainda segunda a mesma autora, terão nascido outras fábricas, em Setúbal. Em 1865, um italiano montou, em Vila Real de Santo António, uma fábrica de conserva de atum em azeite⁷³. Aí terá sido utilizada pela primeira vez, em 1879, a lata soldada⁷⁴.

Em 1880, a empresa francesa Établissements F. Delory, com sede em Lorient, instalou, em Setúbal, uma fábrica de conservas de sardinha, durante muito tempo tida como a primeira fábrica de conservas montada em Portugal⁷⁵, mas, não tendo sido a primeira, foi com esta fábrica que «se verificou o grande impulso na dinâmica conserveira na cidade de Setúbal»⁷⁶. A partir desse ano, a indústria de conservas adquire um importante peso económico, pois foram então exportadas conservas no valor de 101 contos⁷⁷. Em 1880 ou em 1881, a referida empresa francesa funda outra unidade conserveira em Olhão⁷⁸. Nos anos seguintes, o número de fábricas cresce de forma extraordinária, embora algumas fontes indiquem números diferentes: em 1884, já laboravam 18 unidades e, dois anos depois, 66, número que desce entretanto para 54, em 1890. Em 1897, Setúbal possui 26 estabelecimentos industriais⁷⁹. Como já sugeria Oliveira Martins, em *Portugal nos mares*, e diversos documentos compulsados por Maria da Conceição Quintas, «a escassez de sardinha nas águas francesas trouxe para Portugal alguns fabricantes daquele país»⁸⁰. Também Guilherme Faria, em 1949, se referia ao «êxodo» de empresários franceses, muitos dos quais se instalaram, primeiro, em Espanha e, depois, em Portugal, dizendo: «A França possuía, então, 200 fábricas, em 1886; por efeito da crise, ficaram reduzidas a 100»⁸¹.

Antes da I Guerra Mundial, Azeredo Perdigão contou 116 fábricas⁸². Em 1919, eram 170 (66 no distrito de Faro e 86 no distrito de Lisboa)⁸³. Em 1922, segundo J. M. Lopes Cordeiro, havia 289 (mais 66 que em 1918), além de cerca

tão bem conservado como fica no estrangeiro, pela acção dos climas secos e frios». A verdade é que a secagem passiva, totalmente dependente da irregularidade das condições atmosféricas, resistiu até à II Guerra Mundial. Em 1940, reconhecendo embora o interesse da secagem artificial, o Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau afirmava: «Em Portugal, até hoje, não se tem feito sentir a falta dessas secas por o bacalhau ser seco só durante o Inverno, a temperaturas propícias para a cura, e a quantidade de peixe por pescador ser relativamente pequena. Não comportando grandes gastos em obras caras, como são as secas artificiais»⁶⁰.

Durante todo o período estudado, uma ou outra vez surgiram críticas na imprensa local ao facto de não se realizar a prensagem do bacalhau a bordo e de ser muito deficiente a sua secagem, situação que tinha efeitos na venda do peixe. O bacalhau pescado por navios portugueses tinha aceitação, «apesar de não ser agradável à vista»⁶¹.

3. Conservas de peixe

A história das conservas começa em 1795-1804, quando Nicholas Appert (1750-1841) descobriu empiricamente a esterilização dos alimentos, fechando-os no vácuo, em boiões de vidro e cristal⁶². Em 1810, ano em que Appert publicou o primeiro tratado de conservação de alimentos enlatados⁶³, o comerciante Peter Durand fez substituir a embalagem de vidro por uma lata de folha-de-flandres⁶⁴ (Contudo, há autores que consideram que as primeiras latas eram de ferro depois revestidas de latão para prevenir a ferrugem e a corrosão)⁶⁵.

A partir desse ano, tem início a história industrial da *appertização*, embora não haja consenso sobre a data e o local da primeira fábrica de conservas. Pancracio Celdrán diz que, em 1812, os soldados britânicos já «levavam nas suas mochilas latas de conservas», acrescentando que, «cerca de 1817», a lata chegou aos Estados Unidos⁶⁶; por seu lado, César Aguilera afirma que, em 1822, «um tal Guilherme Underwood [...] fundou a primeira fábrica em Boston»⁶⁷. Fernando Gomes Pedrosa considera que foi o francês Joseph Colin quem fundou, em 1824, em Nantes, a primeira fábrica de conservas⁶⁸. Mas houve até quem tivesse defendido que «a primeira fábrica de conservas de sardinha em azeite teria sido estabelecida [...] por Blanchard, de Lorient, em 1825»⁶⁹. Finalmente, com a esterilização de alimentos em autoclaves a vapor, desenvolvida em 1865, por Raymond Appert, e com o aparecimento da lata recravada, em 1904, a importante indústria de alimentos enlatados ganha um impulso extraordinário.

Além dos lugres *Silvina*, *Hernâni* e *Laura*, a empresa vendeu o «seu secadouro, instalado em terrenos próprios», sendo, segundo o anúncio de venda, «*um dos mais bem montados do país*»⁵².

Em meados de 1922, também *O Concelho de Estarreja* noticiava a aquisição de um terreno conhecido por Chão do Capitão, «junto do cais da vila [de Pardilhó] para construção dos barracões e *tendais de seca* respectivos»⁵³. Dois anos depois, o mesmo periódico esclarecia que a referida seca empregava «dezenas de mulheres, que do seu penoso labor auferem um ordenado muito regular», acrescentando: «Esses trabalhos prolongar-se-ão durante alguns meses do ano e por isso têm essas pessoas onde empregar a sua actividade, auferindo o necessário para o seu sustento»⁵⁴.

Segundo as escrituras analisadas, as secas funcionavam de Setembro a Março-Abril. Nesse mesmo ano, Aníbal Gomes Ferreira Cabido indica outros prazos. O trabalho, nas secas, que era todo manual e durava de sol a sol, prolongando-se, excepcionalmente, até às 8 horas da noite, decorria de Novembro a Janeiro ou de Novembro a Março⁵⁵. Além do espaço para a construção das «mesas», era necessário que o terreno dispusesse de água suficiente para as lavagens. Depois de ter obtido um terreno na Coutada, em Ílhavo, a Parceria Marítima Africana assegurou, por arrendamento, a utilização dos sobejos das águas da Fonte da Vessadinha, sita num terreno adjacente⁵⁶.

Após a I Guerra Mundial, algumas empresas adquirem as secas das sociedades dissolvidas ou falidas. É possível, pois, que após os primeiros arrendamentos e as compras de terrenos, a expansão da área de seca tenha crescido muito lentamente. Em 1939, Rocha e Cunha já podia dar este retrato das instalações de secagem do bacalhau: «As instalações em terra, armazéns e secas, situadas na margem da Gafanha, no canal marítimo de acesso, ocupam uma vasta área»⁵⁷. Entre elas, destacavam-se, então, «as da Empresa de Pesca de Aveiro, pela sua organização técnica; compreendem cais acostável, armazéns, câmaras frigoríficas, seca ao ar livre, abastecimento de água, oficina de reparações, doca, escritórios, e, em projecto, *seca artificial* e estaleiro para construção de embarcações de pesca costeira»⁵⁸.

Entre os assuntos discutidos no I Congresso Nacional sobre Pesca do Bacalhau, realizado em Aveiro, em 1923, conta-se o da seca do peixe. A este propósito, pode-se ler em *O Debate*, nas vésperas da reunião dos armadores portugueses: «Em Portugal, os processos de secagem são os mais primitivos, pois só se utiliza o calor solar, resultando que o bacalhau assim preparado só fica curado à superfície, não se conservando além do mês de Março»⁵⁹. O desafio futuro – reconheciam os congressistas – era o da utilização de «secadores artificiais, que deixem o bacalhau

conhecimento ou autorização expressa dos seus proprietários, embora não tenha sido encontrado nenhum contrato dessa natureza. Três escrituras (21 de Abril de 1922, 11 de Abril de 1924 e 8 de Junho de 1929) não concediam essa prerrogativa aos arrendatários; já a de 17 de Abril de 1924 estipulava que o terreno arrendado só poderia ser sublocado com expresse consentimento dos seus proprietários.

A «secagem» e a «beneficiação» da primeira carga de bacalhau foram realizadas junto do estaleiro Mónica, onde anos antes, o lugre *Náutico* (antigo *Nazaré*) fora construído. O entusiasmo foi tão grande que a imprensa local deu honras de primeira página ao acontecimento, tendo o *Campeão das Províncias* publicado três fotografias, que nos permitem perceber como eram essas primeiras instalações de pesca do fiel amigo: «Como se vê na nossa gravura, em terra, em frente ao navio está o estabelecimento de secagem e depósito do pescado que é hábil e superiormente dirigido pelo Sr. João Pedro de Mendonça Barreto, representante, em Aveiro, do Sr. Marques de Freitas. É aí que o bacalhau já escalado e salgado é submetido à *lavagem, prensagem e dessecamento* ao ar livre, sendo depois transportado para o depósito nesta cidade, na rua do Cais, onde se encontra à venda»⁴⁹.

As referidas imagens permitem ver que o bacalhau era seco com o auxílio de «mesas» de madeiras com esticadores de corda. Trata-se de uma estrutura leve, que teria permitido o seu transporte para outro terreno, alegadamente em Lisboa, em 1905. É possível, pois, que esse equipamento tivesse vindo de uma outra seca. A diferente dimensão das mesas e a má qualidade da imagem impressa no referido periódico não possibilita uma avaliação do número de mulheres empregadas (seriam sete?), com trajas do campo, usando carrinhos de mão para o transporte do peixe, sob o olhar atento de alguns homens.

Depois da interrupção de 1905, a seca do bacalhau regressou em 1906, desta vez sob a direcção de uma empresa diferente. Em 1907, a Parceria Marítima Ilhavense instala uma outra seca de bacalhau, na Rua Nova, em Ílhavo, «com os seus armazéns e demais utensílios», avaliada então em 708\$694 réis. Todavia, não me foi possível saber o que compreendia esse valor (área do terreno, número de armazéns, etc.)⁵⁰.

Como referem os testemunhos conhecidos, o trabalho era todo manual. Nos anos seguintes, as secas terão registado melhorias técnicas, embora desconheça que inovação as equipava. Em meados de Setembro de 1911, segundo o testemunho do *Campeão das Províncias*, iam bastante adiantados os trabalhos de preparação da seca de bacalhau da firma Cunha & Companhia, que considerou «a instalação mais aperfeiçoada que até agora se tem feito»⁵¹. No final de 1927, a Empresa de Navegação e Pesca, Limitada, com sede em Aveiro, põe à venda todos os seus bens.

propósito: «[...] na qual construiu um barracão que à mesma parceria tem servido de armazém (barracão de madeira)»⁴³. Mas isso era igualmente do interesse dos proprietários dos terrenos, que os queriam prontos para cultivo, logo que o prazo terminasse. Duas escrituras estabelecem expressamente a obrigatoriedade de a firma arrendatária só poder «edificar na terra arrendada construções de madeira assentes em alicerces de alvenaria, não podendo construir pavimentos cimentados ou semelhantes. Que terminado o prédio arrendado, os senhorios recebê-lo-ão limpo de quaisquer construções ou objectos»⁴⁴. Nesta última escritura é adiantado um pormenor que as restantes omitem: «Que podem construir na terra arrendada uma retrete de madeira, mas esta só o será do lado do sul, junto a uma caminho, ficando todo o estrume dessa retrete a ser pertença dos outorgantes senhorios, como deles são três fios de arame farpado que vedam a propriedade pelo lado nascente»⁴⁵. No acto de constituição da Sociedade de Navegação e Pesca, Limitada, em 20 de Abril de 1927, um dos sócios fundadores entra com uma quota constituída em dinheiro (30 000\$00) e em bens (170 000\$00) adquiridos à Sociedade de Navegação Argonauta, Limitada, que além dos dois lugres e seus apetrechos, incluíam «utensílios de secagem, *armazéns desmontáveis*, arrendamentos de terrenos [...]»⁴⁶.

São poucas as referências às medidas relacionadas com as secas de bacalhau, mas as que aqui reuni permitem afirmar que esses espaços eram da dimensão das empresas proprietárias ou arrendatárias. Possuíam geralmente um armazém para o peixe verde e um outro para o peixe seco. Em 1910, Aníbal Ferreira Cabido inventariou todo o equipamento da seca da Parceria Marítima Ilhavense. Compreendia 4 tinhas de madeira, com 3,5x1,5 m; 3 discos de madeira servindo de prensas; 20 carrinhos de mão; 30 canastras; 100 escovas e 327 grades ou mesas para secagem⁴⁷. Segundo este autor, o equipamento da Parceria Oceano era idêntico. Já vimos que a seca da Companhia Aveirense de Navegação e Pesca possuía uma área de 13 120 m², onde tinham sido construídos três armazéns. Mas só a partir da década de 1921-1930 terão surgido secas dessa dimensão. Em Dezembro de 1923, a Parceria de Pesca, Limitada, põe à venda o lugre *Nazaré*, ancorado na Gafanha, assim como todos os seus pertences e utensílios de pesca e um armazém, sito nos estaleiros da Gafanha, «que mede 24,5x11,7 m e bem assim todos os utensílios de seca»⁴⁸.

Os diferentes prazos de validade dos arrendamentos eram prorrogáveis por um ou mais anos, conforme foi diversamente estabelecido nas respectivas escrituras. À medida que a procura de terrenos aumenta, os prazos são menos dilatados e o valor das rendas regista um aumento que não será justificado apenas pela depreciação conjuntural da moeda. Quase todos possibilitavam a sublocação, sem

terrenos eram «destinados ao secadouro do bacalhau apanhado nos bancos da Terra Nova por navio ou navios da sociedade arrendatária [...], que assim poderá mandar construir os armazéns de madeira pela forma que melhor entender e tudo o mais que preciso for para o fim a que são destinados [...]». Apenas num dos arrendamentos, no caso uma terra lavradia, sita na Cale da Vila, na Gafanha da Nazaré, arrendada à sociedade Infante Sagres, Limitada, com sede nessa localidade, a propósito do prazo acordado, os objectivos da empresa arrendatária eram ligeiramente diferentes: os terrenos arrendados destinavam-se «a um *estaleiro naval* e seca de bacalhau»³⁹. Este fenómeno mostra que a secagem do bacalhau estava associada, tanto à pesca e comercialização como à construção e reparação naval, explicando, assim, as razões por que essa actividade se centrou crescentemente na Gafanha da Nazaré. O facto de a secagem do bacalhau ser feita por cada uma das empresas de pesca, e na estrita dependência das condições atmosféricas, tornou sazonal esta actividade (como tantas outras), razão por que a sua exploração se fazia em consonância com os interesses agrícolas dos seus proprietários.

Na verdade, as secas de bacalhau foram estabelecidas em terrenos de cultivo. É possível que, nos primeiros anos, os valores das rendas tenham sido calculados em função do rendimento agrícola dos mesmos. No contrato de 10 de Junho de 1922, a renda é firmada, não em dinheiro, mas em medidas de milho. Por isso é que os proprietários desses prédios ficavam geralmente com «o direito de agricultural os terrenos arrendados, de 1 de Abril a 30 de Setembro de cada ano, tomando a empresa arrendatária novamente conta do terreno para assentar as mesas necessárias à seca do bacalhau»⁴⁰. Em 9 de Outubro de 1922, pode-se ler numa outra escritura: «[...] podendo fora do tempo da seca os senhorios cultivar as propriedades aqui arrendadas contanto que, quando principiarem os preparativos para a seca do bacalhau, as propriedades já estejam despejadas e limpas»⁴¹. Um proprietário chegou mesmo a salvaguardar o direito de agricultural todo o terreno que não fosse ocupado por quaisquer construções⁴². Na maioria dos contratos, os arrendatários comprometiam-se a entregar essas terras «em condições de serem cultivadas de imediato», quaisquer que fossem as edificações que ali tivessem construído.

Porque um contrato de arrendamento podia terminar a qualquer momento, por dissolução da sociedade, por exemplo, as empresas arrendatárias construam apenas edifícios de madeira, que lhes permitiam devolver os terrenos com despesas mínimas. Por essa razão, os armazéns das secas de bacalhau eram geralmente edifícios de madeira, baratos e de fácil construção, de resto como acontecia no domínio da pesca costeira. Numa das escrituras, pode-se ler a este

Quadro 2.1 Secadouros de bacalhau, 1904-1928

Denominação ou firma	Fundada	Contrato	Data	Prazo	Renda/ano	Área	Localização
[Marques de Freitas & João Pedro Soares] ¹	189?	-	1903	-	-	-	Cale da Vila, Gafanha da Nazaré
Parceria Marítima Ilhavense ²	1907-10-09	Compra	1907	-	708\$694	-	Rua Nova, Muro Gordo, Ílhavo
Parceria de Pesca Boa União ¹	1912-03-16	-	-	-	-	-	Muro Gordo, limite de Ílhavo
Parceria Marítima Africana ⁴	1911-?-?-?	Arrendamento	1911-12-28	19 anos	32\$000	1950 m ²	Vessadinha, Coutada
Parceria Marítima Aveirense ⁵	1911-01-03	Compra	1911?	-	-	-	Chave, Gafanha da Nazaré
Empresa de Pesca Boa Esperança ⁶	1915-12-13	Compra	1915-12-30	-	-	-	Muro Gordo, limite de Ílhavo
Companhia Aveirense de Navegação e Pesca ⁷	1918-06-25	Compra	1918-08-19	-	300\$00	-	Chave, Gafanha da Nazaré
Nunes & Companhia, Limitada ⁸	1918-11-13	Compra	1918-11-13	-	700\$00	-	Muro do Gordo, limite de Ílhavo
Bagão, Nunes & Machado, Limitada ⁹	1917-02-20	Compra	1920-01-20	-	4800\$00	-	Muro do Gordo e Lage
Infante de Sagres, Limitada ¹⁰	1920-03-24	Arrendamento	1920-04-27	1 ano	300\$00	-	Cale da Vila, Gafanha da Nazaré
Sociedade Ilhavense Turuna, Limitada ¹¹	1922-01-11	Arrendamento	1922-06-10	10 anos	300\$00	-	Rua Nova, à ponte do Juncal, Ílhavo
Empresa Industrial de Pardilhó, Limitada ¹²	1920-09-18	Compra	1922-06-	-	-	-	Próximo do cais de Pardilhó
Sociedade Ilhavense Turuna, Limitada ¹³	1922-01-11	Arrendamento	1922-08-08	19 anos	50\$00	-	Muro e Lage do Gordo
Parceria de Pesca, Limitada ¹⁴	1922-03-10	Arrendamento	1922-08-15	6 anos	500\$00	-	Cale da Vila, Gafanha da Nazaré
Empresa de Navegação e Exploração de Pesca ¹⁵	1921-03-19	Arrendamento	1922-09-08	5 anos	525\$00	895 m ²	Cale da Vila, Gafanha da Nazaré
Empresa de Navegação e Exploração de Pesca ¹⁶	1921-03-19	Arrendamento	1922-09-08	5 anos	450\$00	720 m ²	Cale da Vila, Gafanha da Nazaré
Empresa Naval de Pesca, Limitada ¹⁷	-	Arrendamento	1922-10-09	5 anos	785\$00	1869 m ²	Cale da Vila, Gafanha da Nazaré
Empresa Naval de Pesca, Limitada ¹⁸	-	Arrendamento	1922-10-09	5 anos	198\$00	-	Cale da Vila, Gafanha da Nazaré
Parceria Marítima de Pesca ¹⁹	1923-02-03	Arrendamento	1924-04-11	4 anos	3000\$00	-	Cale da Vila, Gafanha da Nazaré
Parceria Marítima de Pesca ²⁰	1923-02-03	Arrendamento	1923-04-21	4 anos	2300\$00	-	Cale da Vila, Gafanha da Nazaré
Cravo, Vilarinho, Limitada ²¹	-	Arrendamento	1924-04-17	19 anos	1200\$00	-	Cale da Vila, Gafanha da Nazaré
Empresa de Pesca de Aveiro, Limitada ²²	1928-05-26	Arrendamento	1929-06-08	10 anos	2000\$00	-	Cale da Vila, Gafanha da Nazaré
Empresa de Pesca de Aveiro, Limitada ²³	1928-05-26	Compra	1928-06-08	-	2500\$00	-	Chave, Gafanha da Nazaré
Empresa de Pesca de Aveiro, Limitada ²⁴	1928-05-26	Compra	1928-06-08	-	2500\$00	-	Cale da Vila, Gafanha da Nazaré

Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

dentro e só depois de comprado é pertença nossa»³³. Quatro anos depois, a Associação de Classe dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau, no mesmo semanário ilhavense, contestando a política pautal portuguesa, após 1923, escreve: «É ainda à sombra da nossa ínfima pauta e de uma porta falsa do Decreto n.º 13 441, de 8 de Abril de 1927, que lhe faculta o desconto de 30% nos direitos, que daqueles países [refere-se especialmente à Noruega e à Islândia] se importam quantidades de *bacalhau verde que aqui é seco* e vendido como se fosse pescado por navios portugueses, o que nos faz uma concorrência terrível e desleal»³⁴.

As chamadas «secas» de bacalhau – os documentos das três primeiras décadas do século XX referem-se geralmente a «secadouros», pelo que a palavra «seca» é certamente posterior – foram estabelecidas em terrenos arrendados em três locais: na Cale de Vila, na Gafanha, próximo dos estaleiros navais aí existentes, ao fundo da rua Nova, em Ílhavo, e nas suas imediações, junto da malhada da Couxada. Em 1914, ainda assim era. Os seis barcos de Aveiro regressaram em meados de Outubro: «Trazem todos grande quantidade de peixe que está sendo transportado para os secadouros situados, uns, na Gafanha e, outros, nas proximidades de Ílhavo, onde a azáfama tem sido grande»³⁵. Em 1922, quando a Gafanha da Nazaré era claramente o espaço de eleição dessa actividade, com a fundação da Empresa Industrial de Pardilhó, nasce naquela localidade do concelho de Estarreja uma outra seca de bacalhau. Faço notar que, no século XVI, segundo um texto, certamente da autoria de Marques Gomes, a seca do bacalhau «fazia-se ordinariamente na ilha de Sama, então menos alagada do que hoje»³⁶.

Maioritariamente, os terrenos comprados ou arrendados confinavam com a ria. Só num caso, o prédio locado para a instalação da seca era servido apenas por um «caminho público», ainda que próximo de um canal da laguna. De facto, em 28 de Dezembro de 1911, a Parceria Marítima Africana instala a sua seca de bacalhau num terreno denominado Vessadinha, sem ancoradouro, confinante com um caminho público³⁷. Aqui parece ter sido decisiva a existência de água para a lavagem do pescado.

Os terrenos alugados na Cale da Vila, na Gafanha da Nazaré, confinavam a nascente com a ria de Aveiro. Isto é, as secas do bacalhau construídas ao longo dos anos Vinte bordejavam a ria, reduzindo os custos de desembarque e transporte do peixe para as secas. A única excepção testemunha apenas o alargamento da área da seca já existente. É o caso da escritura de 8 de Junho de 1929, da Empresa de Pesca de Aveiro, Limitada, pois o terreno arrendado confinava, a nascente, com outro seu³⁸.

As escrituras recenseadas indicam expressamente o uso a dar às propriedades compradas ou arrendadas, com uma redacção muito semelhante. Esses

origem geográfica e profissional, formas de recrutamento, técnicas utilizadas, etc. Depois de três fotografias publicadas pelo *Campeão das Províncias*, em 1904, a única alusão às secas, na imprensa local, é de 1922. Quando o lugre *José Estêvão*, propriedade de uma empresa bacalhoeira de Pardilhó, regressou da Terra Nova, *O Concelho de Estarreja* viu como «dezenas de mulheres», sob «a direcção de uma prática», descarregavam, arrumavam, lavavam e estendiam o bacalhau sobre as «mesas da seca»³⁰. O testemunho de Aníbal Ferreira Cabido, na véspera da República, mostra que numa das secas (ainda) não havia «prática»: na seca da Parceria Marítima Ilhavense empregavam-se 43 indivíduos (4 homens e 39 mulheres); a seca da Parceria Oceano, de menores dimensões, empregava apenas 27 pessoas³¹.

A fazer fé nos textos das escrituras de constituição das sociedades e nos anúncios de venda dos bens das dissolvidas, a direcção técnica e comercial das secas do bacalhau seria assegurada pelas empresas que o pescavam, mas parece difícil afirmar que cada uma tinha a sua seca e tratava apenas o peixe que os seus barcos traziam da Terra Nova. Pelo menos no início, isso era improvável, pois não compensava, dado o reduzido volume de peixe pescado. Conforme se pode ver no quadro n.º 2.1, os 22 contratos arrolados foram subscritos por apenas 19 empresas, com sede em diferentes localidades: 6 em Aveiro, 4 em Ílhavo, 4 na Gafanha, 2 em Lisboa e 1 em Pardilhó, Estarreja (É possível que a Parceria Marítima Oceano, de que fala Ferreira Cabido, seja a designação de uma das firmas indicadas no quadro referido). Essas dezasseis (ou dezassete) sociedades tinham como objecto social a pesca do bacalhau. Havia ainda a Empresa Naval de Pesca, Limitada, nunca referida nos documentos de arquivo, certamente com o mesmo fim, mas com sede noutra localidade, e uma outra ainda, sob a firma Nunes & Companhia, cujo objecto social era a exploração de «comissões, consignações e conta própria»³². Nada tinha a ver com a pesca do bacalhau.

Com os documentos disponíveis é possível afirmar que só 14 das 47 sociedades que exploravam a pesca do bacalhau, com sede nos concelhos de Ílhavo, Aveiro e Estarreja, adquiriram ou arrendaram terrenos para secagem e beneficiação de bacalhau. Sublinho, ainda, que cinco das 19 sociedades compraram ou arrendaram mais do que um terreno.

De resto, a secagem de bacalhau pescado por outros não era novidade alguma. Mesmo sem provas notariais, é possível afirmar que na Gafanha terá sido seco e tratado bacalhau transportado por navios ingleses e dinamarqueses, vendido em Portugal à consignação, como dizia Jaime Severo, em 1927, na sua «Crónica marítima», em defesa da marinha mercante portuguesa: «O bacalhau vem todo à consignação e, conseqüentemente, sem vender. O bacalhau é inglês até chegar cá

suas gentes ou a sua simbologia»²⁸. Na verdade, esta importante fase do processo de preparação do bacalhau, que antecede a sua entrada no mercado, tem sido preterida em favor da pesca, do seu transporte e das políticas a que esta actividade esteve sujeita. Mesmo assim, para o período histórico em apreço dispomos de alguns contributos incontornáveis. Para lá das descrições minuciosas de Aníbal Gomes Ferreira (1910) e das reflexões de Alberto Souto (1911 e 1914), temos um estudo de Moses Bensabat Amzalak (1923), que se apoia também nos dados do estudo de Oliveira Leone, publicado vinte anos antes.

As informações aqui reunidas dão um pequeno contributo para um melhor conhecimento dessa actividade, nomeadamente sobre a localização das primeiras instalações, os materiais utilizados, a propriedade, a sua cronologia, as formas de exploração e de gestão, etc. Naturalmente, muitas interrogações ficaram sem resposta.

Dados os objectivos deste estudo e o muito elevado número de contratos existentes, apenas atentei sistematicamente nas escrituras de compra e venda e nas de arrendamento, cujos sumários identificavam, como compradores ou arrendatários, quaisquer empresas, nomeadamente de pesca do bacalhau. Foram assim reunidas 24 escrituras sobre secas de bacalhau: 9 de compra e 13 de arrendamento de terrenos para o seu estabelecimento, conforme o Quadro n.º 2.1. Pode ser que exista algum contrato com indicação, no sumário, do ou dos nomes dos gerentes de alguma empresa, que, na altura da recolha dos documentos de arquivo, me eram desconhecidos. Mas a probabilidade é reduzida.

Por outro lado, os elementos em falta como a história da propriedade desses terrenos e as suas áreas só serão completamente esclarecidos nos arquivos das conservatórias do Registo Predial e nos arquivos distritais de Lisboa e Porto, onde algumas das escrituras terão sido celebradas. Efectivamente, foi isso que aconteceu na fundação da Sociedade de Navegação e Pesca, Limitada, que foi outorgada perante o notário Eugénio de Carvalho e Silva, em Lisboa, em 20 de Abril de 1927²⁹. Sobre duas das primeiras secas, de que possuímos testemunhos publicados, não encontrei qualquer documento no Arquivo Distrital de Aveiro. É possível, também, que alguns desses contratos nunca tenham tido mediação notarial, como casos terá havido em que a seca foi instalada em terrenos dos sócios das empresas interessadas. De qualquer modo, estou em crer que o número de secas do bacalhau, nestas três primeiras décadas de Novecentos, não será muito maior.

Mesmo que tivessem sido reunidas todas as escrituras de compra e de arrendamento, continuaríamos carentes de informação concisa sobre as características profissionais da mão-de-obra (feminina) empregada, evolução do seu número,

1916, a imprensa local noticia o fim deste empreendimento, publicando a relação dos bens («armazéns e utensílios» da empresa, «e, bem assim, das propriedades pertencentes aos sócios»), que seriam postos à venda, em 16 de Janeiro²¹.

Não se conhecem as razões do seu fracasso. Contudo, não me parece difícil aventar a hipótese de ter sido o mercado, ou melhor, a falta de mercado que encerrou as suas portas. O sal grosso das marinhas terá sido um fortíssimo concorrente do sal refinado, cujo preço incorporava custos elevados de embalagem. Em 1913, como disse antes, havia «muito sal por vender», e os preços baixaram significativamente. O vagão de sal custava 50\$00. Um ano depois, o seu preço era de 40\$00 apenas²². Em 1916, a safra foi muito farta. Tiveram mesmo de cobrir o sal nas eiras por não caber nos armazéns²³. Recordo que, anos mais tarde, falando do seu tempo de menino, dizia o bispo D. João Evangelista de Lima Vidal: «Quando iam para a estação do caminho-de-ferro os carros de bois que levavam sal, vinham as cozinheiras, estendiam ao condutor as suas vasilhas, só lhes agradecendo a dádiva»²⁴. Todavia, outros factores poderão ter concorrido para o seu fim.

Em 1915, nasce a Empresa de Sal, Limitada, com sede no Porto, para comercializar o sal de Aveiro. Em 30 de Agosto desse ano, um grupo de 100 «proprietários e donos, co-proprietários e administradores de marinhas de produção de sal, situadas na ria de Aveiro», comprometeu-se a vender àquela empresa todo o sal fabricado, durante um prazo ajustado de dez anos²⁵. A imprensa dá conta do acontecimento com cautelas e receios: «Está, finalmente, constituída a companhia [...] para a exploração do negócio do sal em grande escala, tendo a maioria dos proprietários de marinhas assinado o respectivo contrato num dos primeiros dias da semana pretérita»²⁶.

Mas as cautelas duraram pouco. Quase de imediato, a referida empresa foi acusada de querer constituir um monopólio, suscitando um conjunto de reacções contraditórias, entre o silêncio cúmplice, de muitos, e a contestação aberta dos maiores (12) negociantes de pescado, alguns dos quais também proprietários de marinhas. A guerra entre a Companhia e os negociantes de peixe centrou-se, especialmente em 1916, no acesso aos vagões do caminho-de-ferro. Sem o mercado espanhol, os negociantes de sal da Figueira da Foz procuram dominar o negócio em Águeda²⁷. É uma guerra pelo domínio dos mercados do interior.

2. Seca e beneficiação do bacalhau

Em 2001, o geógrafo Fernando Chagas Duarte afirmava, num lamento: «São escassos os trabalhos e até as meras referências sobre as secas, o seu espaço, as

car, que se está fazendo em larga escala e que colheu desde o seu início a melhor aceitação nos mercados nacionais e estrangeiros»¹⁵.

Como habitualmente, cada periódico só fala dos seus patrícios e correligionários. *O Nauta*, um nada mais imparcial, deu informações vagas mas úteis sobre o «químico» Francisco Fernandes de Oliveira, residente na Gafanha, concelho de Ílhavo; por seu lado, o *Campeão* quase o ignora, realçando de forma encomiástica apenas o «arrojo dos nossos patrícios» Pereira Branco e Francisco Nogueira, que, «constituídos em sociedade, montaram em magníficas condições de bem servir um estabelecimento destes, que é o primeiro no país e único na Europa»¹⁶. Diversamente, para *O Nauta* as instalações eram «modestas»...

De qualquer modo, é importante a informação que este periódico fornece, especialmente pelas interrogações que possibilita: «Não será de mais dizer agora da excelência dos seus produtos, muito superiores aos da fabricação inglesa. Já fizemos, por experiência, a comparação. O *Sal de Aveiro* pode expor-se à humanidade, nos invólucros de papel em que está. Nos de louça ou de vidro em que se vende também, muito menos perigo corre. Os maços de sal inglês, à venda entre nós, nem com todas as cautelas se resguarda convenientemente. Algum vem de lá já numa massa compacta, sendo necessário quebrá-lo com o emprego de um martelo para o quebrar»¹⁷.

Juntando-se aos seus colegas da imprensa local, *O Progresso* desvenda as razões de *O Nauta* para pedir a protecção do Estado para esta unidade fabril, de resto, recorrentes em diversos ramos industriais: «Quem pode e tem meios suficientes», recolhe-se caseiramente e vai empregar a sua *actividade* no banal empréstimo de 6%, coisa muito cómoda e garantida. Há, entretanto, *algumas pessoas de rasgada iniciativa e actividade, mas na sua maioria sem capital suficiente* para um grande desenvolvimento. *E nessas condições estão os proprietários da nova fábrica de refinação, que só devido a uma grande vontade de dotar a sua terra com mais um melhoramento puseram ombros a tal empresa»*¹⁸. Este semanário também fornece informação sobre a forma como era vendido o sal refinado: «O “Sal de Aveiro” [...], é acondicionado em boiões de vidro e louça, em latas e nuns elegantes saleiros de porcelana da acreditada fábrica da Vista Alegre»¹⁹.

Em Outubro de 1914, *O Democrata* publica dois breves parágrafos sobre esta unidade: «Devido, ao que parece, a má administração, fechou na Gafanha a fábrica da refinação de sal que ali tinha sido montada por alguns indivíduos desta cidade. Corre que o passivo se eleva a mais de 20 contos, o que deveras afecta, na sua economia, vários que para ela tinham dado os seus capitais, além dos que concorreram com a sua firma, por mero favor, para levantamentos na Caixa e no Banco»²⁰. Durante cerca de dois anos, não mais se fala desta fábrica. No início de

Defendendo vagamente a protecção do Estado à indústria, *O Nauta* visita esta fábrica, em 1913, sublinhando o facto de «as indústrias congéneres do estrangeiro, ao contrário das nossas, triste é dizê-lo, serem auxiliadas pelos seus governos por meio de boas medidas de fomento e até por subsídios dos cofres públicos, quando só por si não se podem, a princípio, manter e progredir; e serem animadas e estimuladas a continuar nas suas tarefas difíceis mas esperançosas»¹⁰. Por que razão entenderia o articulista que o Estado devia «proteger» esta nova empresa? Pela proverbial falta de capitais para projectos desta natureza? O texto, um tanto ao jeito de notas de viagem, com um estilo afectado, era ditado mais por razões ideológicas, do que pelo desejo de informar. Mesmo assim, deixa algumas notas úteis.

Nessa visita, foi grande o espanto de *O Nauta* ao encontrar o «químico» na fábrica, «democraticamente confraternizando com os mais obscuros trabalhadores»¹¹. Francisco Fernandes de Oliveira, «um químico muito distinto, que fez os seus estudos e aprendizagem prática nos principais meios industriais ingleses», era uma «criatura assaz modesta»: tinha «os seus aposentos de dormir numa galeria da fábrica». A sua actividade mostrava, «à luz da verdade e da razão, que é a da ciência, como das águas salitrosas e frescas da nossa ria que se pode produzir, sem o auxílio do Sol Criador e sem o rer prático e poético das nossas lindas salinas, o sal mais puro, em pó; e mais o carbonato de soda cristalizado e os sais de magnésio – cujo preparo químico ele numa breve experiência nos explicou»¹².

No «armazém de venda», *O Nauta* encontrou tudo higiénico e organizado: «aqui e ali, montões de sal, resguardados de impurezas, arredados do trânsito; barricas de carbonato de soda; depósitos de sais de magnésio»¹³. Em cima de uma mesa de grandes dimensões, têm simetricamente pousadas dezenas de latas artisticamente estampadas, com a marca registada da fábrica – uma salina, um marnoto, a ria, um barco, a cidade de Aveiro, e mais o céu –, tendo no cimo estas palavras que dão honra à nossa região – *Sal de Aveiro*.

A laboração ainda se encontrava em fase embrionária. Dois dias depois, o *Campeão das Províncias* afirmava que «a nova fábrica de refinação de sal conta produzir um vagão [cerca de uma tonelada] por dia, logo que cheguem todos os maquinismos. O trabalho, por enquanto, é braçal e consecutivo, por turnos, de dia e de noite»¹⁴. Na semana seguinte, o mesmo periódico espanta-se e procura espantar os seus leitores: «Desta vez não é à produção das marinhas, feita pela evaporação dos tabuleiros em contínua laboração que nos referimos. É ao *sal de nova espécie, extraído por aperfeiçoados maquinismos*, das águas frescas que o mar lança todos os dias para a caldeira da ria, ao sal da fabricação aperfeiçoada, tão fino como o açú-

A fábrica acabou por ser instalada na Gafanha da Nazaré, junto do estaleiro de José Bolais Mónica, certamente por razões que se prendem com a maior salinidade das águas naquele local. «O edifício da fábrica – dizia *O Nauta*, no Verão de 1913 – é amplo, todo de madeira, com janelas rasgadas a darem entrada franca ao ar e à luz. É modesto, sim; mas higiénico, em perspectiva de vir a igualar-se aos mais aperfeiçoados do nosso país»⁵.

Ano e meio depois, quando já iam adiantadas as instalações da nova fábrica, as notícias já são mais consistentes. «Iniciativa louvável» – parecia regozijar-se o *Campeão das Províncias*, numa pequena breve local, dizendo que «os Srs. José Pereira Branco e Francisco Nogueira da Costa, desta cidade, vão montar uma fábrica de refinação de sal, produtos químicos e adubos agrícolas»⁶. Não era Francisco Nogueira da Costa, mas Francisco Ferreira dos Santos Nogueira, «proprietário» e «capitalista», responsável pela «direcção comercial». Os outros sócios eram dois: o «químico» Francisco Fernandes Oliveira, de que não encontrei outra qualquer referência, e José Pereira Branco, que o notário indica como «proprietário», mas que em verdade era um «proprietário», bancário de profissão, morador em Aveiro, segundo uma escritura de 1903, ou «empregado comercial, segundo uma outra, de 1907. Em 10 de Junho de 1903, assume as funções de «gerente» da companhia do Senhor Jesus, fundada em S. Jacinto, apesar de deter uma participação de apenas 5% do capital social desta empresa»⁷.

Em 8 de Junho desse ano, o *Campeão das Províncias* volta ao assunto, dizendo que, apesar de não estarem concluídas as instalações, nem se encontrar instalado «o maquinismo», já tinha sido iniciada a produção. O sal era «empacotado em saquinhas de papel apropriado para o preservar da humidade, e encerrado em bocetas de folha-de-flandres, vendo-se a cores, na face exterior, além do nome da fábrica, a marca registada, que é um trecho das nossas marinhas». Acrescentava que «os empresários desta nova indústria local já têm centros de consumo para a venda por grosso, e esperam relacionar-se nas ilhas e províncias ultramarinas como no estrangeiro, especialmente na vizinha Espanha»⁸. Terminava dizendo também que, além da refinação de sal, os empresários pensavam «alargar a sua esfera de acção ao fabrico de adubos agrícolas, tendo como matéria-prima as algas da ria, o mexoalho e resíduos de pesca».

Três meses depois, o mesmo periódico dizia que a fábrica «ultimamente estabelecida na Gafanha está em activa laboração, utilizando a salsagem das águas da ria. O director de todos os trabalhos, Sr. [Francisco Fernandes de] Oliveira é muito entendido e a nova indústria vai-se desenvolvendo bastante, tendo já grandes pedidos para o estrangeiro»⁹.

apreço, dando dele uma imagem mais verdadeira que aquela que se limitasse às actividades que patenteiam um mais significativo volume de capitais investidos. Testemunham, por outro lado, a abertura do mercado regional a produtos comuns então apenas em Lisboa e no Porto. O refinamento do gosto conduz à diversificação e à especialização. Algumas dessas actividades estavam disseminadas por toda a sub-região; outras identificaram-se em determinados locais. Um surgiram e desapareceram, poucos anos volvidos; outras afirmaram-se e desenvolveram-se, atingindo, nas décadas seguintes, uma importância económica assinalável.

Até a simples alusão aos projectos não concretizados, como uma fábrica de chocolate, em Aveiro, e uma outra, de cerveja, com capitais alemães, nos ajuda a compreender a natureza das indústrias vitoriosas e os limites à sua expansão e desenvolvimento.

Além das actividades destacadas, outras houve que desapareceram em data imprecisa. Um bom exemplo é o da produção de azeite de peixe, nos concelhos de Ílhavo, Estarreja e Ovar. Segundo as *Informações para a Estatística Industrial*, concluídas em 1865, foram produzidos 224,64 hectolitros desse óleo, em Ílhavo, 427,39, em Estarreja, e 2351,26, em Ovar, com o valor de 3347\$140, 4679\$920 e 21 408\$222 réis, respectivamente. O de Ílhavo era vendido em «diferentes localidades do distrito e ainda no de Coimbra», enquanto o dos concelhos de Estarreja e Ovar era vendido no Porto, donde saíam «grandes porções para Inglaterra»². Como se vê, o valor económico desta actividade era superior ao de muitas outras, mas, nas décadas seguintes, não mais se faz qualquer alusão a este produto, certamente pelo facto de não ser mais do que uma actividade complementar da pesca, praticada pelos pescadores e suas famílias, sem qualquer mecanização. Campos e Oliveira assistiu aos «rudes processos» utilizados: o peixe era cozido numa caldeira e o «azeite» era retirado «com uma grande colher».

1. Refinação de sal

Em Agosto de 1912, a imprensa local diz saber que estava em preparação uma fábrica de refinação de sal no canal de S. Roque³. Mas a fábrica não viria a ser instalada naquele local. Em 24 de Dezembro desse ano, foi fundada a Companhia Produtora de Sal de Aveiro, uma sociedade em nome colectivo, que nasceu com um capital social formado por três quotas de 10 contos de réis cada uma, e com o fim expresso de explorar «a indústria do fabrico de sal, extracção de óleos e adubos de peixe e de outros artigos similares, pelos processos do sócio Francisco Fernandes de Oliveira»⁴.

CAPÍTULO 2

INDÚSTRIAS ALIMENTARES

As conservas de peixe, de frutos e de legumes, a produção de lacticínios, a moagem de cereais e o fabrico de pão constituem o grosso das indústrias alimentares da sub-região da ria de Aveiro. São as que mais capitais movimentaram e as que mais saber especializado e equipamento técnico exigiram. Destas indústrias, as conservas merecem um destaque óbvio, já que uma parte significativa da produção era destinada ao mercado externo, assumindo igualmente um papel de relevo, no capítulo da alteração dos hábitos alimentares, tanto a moagem mecânica e a padaria de pão trigo como a produção de lacticínios. De qualquer modo, importa realçar o peso excessivo que o pão continuava a deter na dieta alimentar das populações, confirmando as conclusões de David Justino acerca da alimentação, em meados de Oitocentos¹. Todas essas actividades foram, de forma diversa, responsáveis por alguma especialização regional, no quadro da incipiente urbanização, fenómeno evidente, a partir da viragem de Oitocentos para Novecentos. Algumas das empresas nascidas neste tempo histórico marcaram profundamente a organização do espaço urbano, a fixação e especialização de outras actividades económicas, tanto a montante como a jusante.

No entanto, a seca e beneficiação de bacalhau – cuja pesca foi assumindo, nas primeiras três décadas do século XX, uma grande importância económica, social e política –, a refinação de sal, que não conseguiu resistir à concorrência do secular sal das marinhas, a fabricação de produtos de pastelaria, de bolachas e biscoitos, de chocolate e de confeitaria, a produção de massas alimentícias, a secagem e torrefacção de chicória e o fabrico de refrigerantes são importantes para a caracterização do tecido industrial, no espaço geográfico e no tempo histórico em

mesmo ano (Cf. Couto Martins, *Camionagem*, 1933). Trata-se de um conjunto de cinco decretos: n.º 22 601, de 30 de Maio; n.º 22 604, de 31 desse mês; n.º 22 717, n.º 22 718 e n.º 22 719 de 22 de Junho de 1933.

⁴⁸⁰ Francisco Vitorino, «Agricultura e mineração, uma coexistência difícil. As minas do Vale do Vouga e as comunidades do Vale do rio Águeda, 1889-1924», 2000, p. pp. 259-260). Em 1917, a referida empresa tinha ao seu serviço um outro camião («Minas das Talhadas», *Soberania do Povo*, n.º 3892, 26 de Maio de 1917, p. 1, c. 3-5).

⁴⁸¹ «Camion», *Soberania do Povo*, n.º 4088, 14 de Fevereiro de 1920, p. 3, c. 3.

⁴⁸² «Camion», *Soberania do Povo*, n.º 4087, 7 de Fevereiro de 1920, p. 3, c. 4.

⁴⁸³ «Camions», *Soberania do Povo*, n.º 4145, 2 de Abril de 1921, p. 3, c. 5.

⁴⁸⁴ «Gréve», *Soberania do Povo*, n.º 4160, 23 de Julho de 1921, p. 2, c. 4.

⁴⁸⁵ ADAVR, Ovar, not. Santiago, liv. 1827-174, 19 de Janeiro de 1929, fls. 46-47.

⁴⁸⁶ «Vida Regional. Estradas d'Águeda ao Caramulo e a Vouzela», *Soberania do Povo*, n.º 4497, 24 de Março de 1928, p. 1, c. 4.

⁴⁸⁷ Carreiras de “camionete” Águeda-Coimbra», *Soberania do Povo*, n.º 4545, 9 de Março de 1929, p. 3, c. 4.

⁴⁸⁸ «Águeda-Curia», *Soberania do Povo*, n.º 3701, 30 de Junho de 1915, p. 3, c. 4 e «Carreiras de “camionete” Águeda-Coimbra», *Soberania do Povo*, n.º 4545, 9 de Março de 1929, p. 3, c. 4.

⁴⁸⁹ *O Democrata*, n.º 1252, 19 de Novembro de 1932, p. 2, c. 3.

⁴⁹⁰ *O Democrata*, n.º 1280, 17 de Junho de 1933, p. 2, c. 1.

⁴⁹¹ Maria Lamas, *Mulheres do meu país*, 2002, p. 189.

extensão de 500 m, como desprezara o oferecimento da Câmara de Ovar, do saibro e da mão-de-obra necessários à mesma obra. Outra queixa era a de que nem sequer gastava as escassas verbas atribuídas («O snr. director de Obras Publicas d'Aveiro», *Discussão*, n.º 376, 5 de Outubro de 1902, p. 2).

⁴⁵⁷ «O snr. director de Obras Publicas d'Aveiro», *Discussão*, n.º 376, 5 de Outubro de 1902, p. 1.

⁴⁵⁸ «A protecção escandalosa que alguns influentes políticos lhe dispensaram, por ocasião de um conflito de incompatibilidades travado entre ele e o ex-governador civil, Dr. Ernesto Pinto Basto, e só a ela, não aos seus méritos, deve o Sr. Dinis Teodoro a sua conservação [...]. E porque chegou agora ao conhecimento de todos a inaptidão e desorientação mental do actual director, que está sendo abominado pelo distrito inteiro, mesmo pelas *peçoas respeitáveis* que cometeram o crime de lhe dispensarem protecção, unamo-nos todos os que temos interesses ligados aos nossos concehlos [...]» (*Ibidem*).

⁴⁵⁹ «Estradas», *Discussão*, n.º 546, 21 de Janeiro de 1906, p. 1-2.

⁴⁶⁰ *Ibidem*.

⁴⁶¹ «A viação», *Discussão*, n.º 611, 5 de Maio de 1907, p. 1-2.

⁴⁶² A. H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, «Os meios de comunicação e de distribuição», 1991p. 154.

⁴⁶³ *Ibidem*.

⁴⁶⁴ Também se pedia a tão reclamada estrada para Pardilhó (*Turismo Magazine*, 1933).

⁴⁶⁵ AACA, *Actas da direcção, 1898-1933*, vol. II, fl. 62.

⁴⁶⁶ Teixeira de Pascoaes, *A Beira (num relâmpago). Duplo passeio*, 1994.

⁴⁶⁷ Carlos Santos, *O automóvel como elemento activo na vida das nações*, 1937, p. 4.

⁴⁶⁸ A. H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, «Os meios de comunicação e de distribuição», 1991, p. 154.

⁴⁶⁹ Augusto Ribeiro Vaz, *O automóvel na economia nacional*, 1935, p. 3.

⁴⁷⁰ António Lopes Vieira, «Os transportes rodoviários em Portugal, 1900-1940», 1980, p. 57.

⁴⁷¹ João Evangelista de Campos, *Achegas para a historiografia aveirense*, 1988, p. 220.

⁴⁷² Manuel Ferreira Rodrigues, *A Jerónimo Pereira Campos* [...].

⁴⁷³ *Vide*, entre outros, ADAVR, Ovar, not. Abreu, liv. 1007-28, 2 de Fevereiro de 1975, fls. 93 v.-94).

⁴⁷⁴ *Soberania do Povo*, n.º (16 de Junho de 1892, p. 2, c. 5), n.º 1797 (1 de Janeiro de 1897, p. 3, c. 1).

⁴⁷⁵ *Vide*, entre outros, ADAVR, Ovar, not. Abreu, liv. 1007-28, 2 de Fevereiro de 1975, fls. 93 v.-94.

⁴⁷⁶ Luís de Vasconcelos Dias, *Aveiro. Notícia histórica*, 1899, p. 25.

⁴⁷⁷ Luís Chaves, *Os transportes populares em Portugal*, 1958, p. 13.

⁴⁷⁸ J. P. de Almeida Graça, «Pontes existentes nas estradas nacionais no Distrito de Aveiro», 1957, p. 101-102.

⁴⁷⁹ António Lopes Vieira, «Os transportes rodoviários em Portugal, 1900-1940», p. 58. A legislação que regulamenta o sector foi publicada entre 30 de Maio de 1933 e 22 de Junho do

⁴⁴³ *Diário de Lisboa*, n.º 157, 16 de Julho de 1866 e *idem*, n.º 160, 19 de Julho de 1866. Cf. *Campeão das Províncias*, n.º 1172, 4 de Setembro de 1863, p. 4, c. 1 e *Distrito de Aveiro*, n.º 662, 14 de Junho de 1867, p. 2, c. 1.

⁴⁴⁴ *Relatório [...]*, in Francisco Ferreira Neves, *O Distrito de Aveiro há 100 anos [...]*, 1956, p. 8-15.

⁴⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁴⁶ João Frederico Teixeira de Pinho, *Memórias [...]*, 1959, p. 19-20.

⁴⁴⁷ *Ibidem*. O construtor da ponte foi o engenheiro Tito Augusto de Noronha.

⁴⁴⁸ S. P., «Obras necessárias», *O Campeão do Vouga*, n.º 642, 31 de Julho de 1858, p. 1, c. 1-2. A ordem de construção dessa estrada, que passaria em Albergaria-a-Velha e Vouzela, surgiu em finais de Outubro (Cf. Manuel Ferreira Rodrigues, *A Associação Comercial de Aveiro e o estado da barra*, 1998, p. 20-21).

⁴⁴⁹ O orçamento de 1864 contempla a construção de uma rua em Taboeira e da Rua de Mamodeiro à Póvoa do Valado (AMA, *Actas da Câmara*, liv. 18, 24 de Janeiro de 1864, fls. 76 v., 86 e 94). No ano seguinte, em 31 de Janeiro, é aprovada uma postura que determinava a largura mínima dos caminhos vicinais: 6,6 metros, como é determinada a construção da estrada da Póvoa do Valado, da ligação de Cacia a Sarrazola, de uma estrada da igreja de Eixo à estrada que vai para Águeda, a estrada de Oliveirinha para o local da feira (AMA, *Actas da Câmara*, liv. 18, fls. 129 v. e 141). Mas nos anos seguintes, esse esforço continua: em 22 de Novembro de 1877 é determinada a construção da estrada de Verdemilho ao Bonsucesso (151 v.); em 24 de Janeiro de 1878 decide-se a construção da estrada de S. Bernardo e Oliveirinha a Eixo (164 v. e 207).

⁴⁵⁰ No entanto, dias depois, nas actas da Câmara são referidas as razões do traçado daquela estrada por Eixo: «[...] o Presidente declarou que não era de opinião, que a directriz da estrada de Aveiro a Águeda fosse por Eixo, seguindo pela parte que já se acha em construção, todavia, atendendo a que a extinta Vila de Eixo é um ponto importante do Concelho pelo seu comércio e industria, e que proximamente se acha ligado com esta Cidade e povos limítrofes, fazendo-se ali uma feira no dia três de cada mês [...]» (AMA, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Aveiro*, liv. 17 (Sessão de 12 de Fevereiro de 1862), fls. 1, 75) e liv. 18 (Sessão de 5 de Abril de 1862, fl. 9 v.)).

⁴⁵¹ Gregório, «Sever do Vouga», *Soberania do Povo*, n.º 2064, 18 de Maio de 1899, p. 1, c. 4-5. Acrescentava: «E se Águeda deseja conservar ininterruptamente a integridade da sua actual comarca – seja-nos permitida a franqueza rude e ousada, mas sincera – tem de nos fazer essa estrada [de ligação da que ia da Aguieira para Sever com a que passava em Pessegueiro]. De contrário não pode contar muito com este concelho, a não ser que nos seja restituído o nosso antigo julgado municipal» (*ibidem*).

⁴⁵² *Soberania do Povo*, n.º 2705, 14 de Setembro de 1905, p. 2, c. 1.

⁴⁵³ «Melhoramentos locais», *Soberania do Povo*, n.º 2111, 29 de Outubro de 1899, p. 1-2.

⁴⁵⁴ «Viação municipal», *Soberania do Povo*, 2669, 11 de Maio de 1905, p. 1, c. 2-3.

⁴⁵⁵ «O snr. director de Obras Publicas d'Aveiro», *Discussão*, n.º 376, 5 de Outubro de 1902, p. 1-2.

⁴⁵⁶ A *Discussão* diz que esse director desprezou as ofertas de um «ilustre filho desta terra», que disponibilizou 200\$000 réis para o arranjo da Rua do Bajunco, até à linha férrea, numa

⁴³¹ «Linha férrea», *O Correio do Vouga*, n.º 3, 20 de Agosto de 1908, p. 2, c. 2.

⁴³² «Caminho de ferro da Beira-mar», *O Concelho de Estarreja*, n.º 381, 16 de Janeiro de 1909, p. 2, c. 1.

⁴³³ *Ibidem*. A luta pelo caminho-de-ferro dava aos republicanos o ensejo de atacarem os progressistas: «que importa se as lanchas não forem adjudicadas? Elas virão em melhores condições. Sem elas já o caminho-de-ferro traz mais vantagens à Murtoza e a todo o concelho do que a ponte, tantas vezes prometida pelos progressistas, e do que as anunciadas lanchas-negarças da última eleição municipal».

⁴³⁴ «Caminho de ferro de Estarreja à Bestida», *O Concelho de Estarreja*, n.º 396, 1 de Maio de 1909, p. 1, c. 2-3.

⁴³⁵ «Novo caminho de ferro», *Soberania do Povo*, n.º 25 de Junho de 1913, p. 3, c. 2 e «Caminho de ferro», *O Concelho de Estarreja*, 611, 28 de Junho de 1913, p. 3, c. 3. O republicano unionista, Luís de Brito Monteiro Guimarães, licenciou-se em Direito, mas optou pelo ensino, tornando-se, primeiro, professor do Liceu de Aveiro e, mais tarde, da Escola Industrial da mesma cidade. Foi presidente da Câmara Municipal de Aveiro, de 28 de Dezembro de 1911 a 2 de Janeiro de 1918; foi Ministro dos Abastecimentos, entre 30 de Março de 1919 e 29 de Junho de 1919, num ministério dirigido pelo Dr. Domingos Leite Pereira. Em 1925 é administrador da Companhia de Papel do Prado («Escola Elementar do Comercio», *O Democrata*, n.º 348, 11 de Dezembro de 1914, p. 1, c. 3; «Várias listas», *O Democrata*, n.º 299, 28 de Novembro de 1913, p. 3-4; Eva Maria da Silva Ferreira, *Vicissitudes de um programa educativo. O Liceu de Aveiro, 1926-1952*, 2005; Alberto Laplaine Guimarães *et al*, *Os Presidentes e os Governos da República no século XX*, 2000, p. 156; Rui Barros, *Município de Aveiro, 1893-1993. 100 anos na sua história*, 1995, p. 35; Delfim Bismark Ferreira, «A Fábrica de Papel de Vale Maior (1872-1999)», 2004, p. 49-58).

⁴³⁶ Egas Moniz, «Caminho de ferro concelhio», *O Concelho de Estarreja*, n.º 616, 2 de Agosto de 1913, p. 1, c. 1.

⁴³⁷ J. M., «Desenvolvimento do concelho III», *O Concelho de Estarreja*, n.º 1100, 19 de Maio de 1923, p. 1, c. 1.

⁴³⁸ «Projectado caminho-de-ferro de Ovar a S. Jacinto», *O Ideal Vareiro*, n.º 11, 12 de Março de 1933, p. 3.

⁴³⁹ Jorge Borges de Macedo, «Almocreve», 1981, p. 131-134.

⁴⁴⁰ Maria Filomena Mónica, *Fontes Pereira de Melo*, 1999, p. 28 e Joel Serrão, *Temas Oitocentistas*, I, 1980, p. 117.

⁴⁴¹ Joel Serrão, *Temas Oitocentistas*, I, 1980, p. 103. Este autor chama a atenção para o facto de Aquilino Ribeiro, que ainda conheceu almocreves, ter escrito exactamente sobre um deles a novela *O Malhadinhas*.

⁴⁴² De resto, como o mesmo autor sublinha, essa situação acabaria por marcar a paisagem humana da costa: «sem pedra, e sem barro para os adobos, por todo o correr desta costa a casa dói de madeira, trazida penosamente de longe ou cortada e serrada nos pinhais vizinhos, quando existiam. E a sua cobertura era de junco (donde lhe veio o nome de palheiros), ou também de tabuado» (Fernando Galhano, *Páginas de cultura e arte*, 2005, p. 53-54).

p. 1-2). Em 1914, a Direcção das Obras Públicas de Coimbra dá parecer favorável a essa linha, mas não passou desse parecer («Caminho de ferro», *Soberania do Povo*, n.º 3616, 26 de Agosto de 1914, p. 3, c. 5 e «Caminho de Ferro em Ílhavo», *O Brado*, n.º 193, 29 de Agosto de 1914, p. 1, c. 4-5).

⁴¹⁵ «Nova linha», *Campeão das Províncias*, n.º 6058, 3 de Maio de 1911, p. 2, c. 3.

⁴¹⁶ «Novo caminho de ferro», *A Liberdade*, n.º 184, 3 de Setembro de 1914, p. 3, c. 6.

⁴¹⁷ «Interesses regionaes», *O Progresso*, n.º 149, 10 de Janeiro de 1916, p. 1, c. 1-2.

⁴¹⁸ «Obra importante», *O Ilhavense*, n.º 493, 15 de Abril de 1923, p. 1, c. 1.

⁴¹⁹ «Obra importante. Ainda o Vale do Vouga», *O Ilhavense*, 494, 22 de Abril de 1923, p. 1, c. 1-2.

⁴²⁰ Em 1907, quando estavam ao rubro as discussões sobre o traçado da linha do caminho-de-ferro do Vale do Vouga, Firmino de Almeida Brito pedira autorização para estabelecer um serviço de transportes entre a estação de Aveiro, por Ílhavo, Vagos, Mira, até Cantanhede, por meio de tracção eléctrica («Tracção electrica», *Soberania do Povo*, n.º 2848, 7 de Fevereiro de 1907, p. 3, c. 2). Mais tarde, em Outubro de 1920, o Conselho Superior de Obras Públicas emite parecer favorável «ao pedido formulado pelo Sr. João de Almeida para concessão do estabelecimento de um caminho-de-ferro de tracção eléctrica, ligando a estação de Aveiro com a de Cantanhede, na linha da Beira Alta; com um ramal ao Forte da Barra, assente no leito das estradas nacional n.º 47 e distritais n.ºs 71 e 72, medindo a primeira cerca de 41 km e o ramal 7, ambas com a largura de via de 1 m e servindo esta cidade, Ílhavo, Vagos, Mira, Cantanhede e outras localidades deste concelho [...]» (*Campeão das Províncias*, n.º 6712, 10 de Outubro de 1920, p. 2, c. 4 e «Electricos», *O Democrata*, n.º 645, 16 de Outubro de 1920, p. 1, c. 4). Em 1924, a empresa Electro Oceânica, liderada por João de Almeida, foi trespassada à Câmara Municipal de Aveiro, pelo que o projecto nem passou do papel.

⁴²¹ Aveiro recebe electricidade do Lindoso em 1930 (Cf. Manuel Ferreira Rodrigues, *Serviços Municipalizados de Aveiro*, Aveiro, 1999, p. 71-86). O acordo entre a Câmara Municipal de Vagos e a União Eléctrica Portuguesa, SARL, para o fornecimento de energia eléctrica, foi celebrado em 6 de Dezembro de 1932 (ANCMV, *Actas da Câmara Municipal de Vagos*, liv. 11, fls. 12-20).

⁴²² «Hora de regozijo», *O Ilhavense*, n.º 589, 8 de Março de 1925, p. 1, c. 1-4.

⁴²³ «Melhoramentos necessários», *O Democrata*, n.º 871, 28 de Março de 1925, p. 2, c. 2.

⁴²⁴ «De Aveiro a Cantanhede. Uma linha que se impõe», *O Democrata*, n.º 873, 11 de Abril de 1925, p. 1, c. 4-5.

⁴²⁵ «A linha do Vale do Vouga», n.º 720, 16 de Fevereiro de 1928, p. 3, c. 3.

⁴²⁶ «Vale do Vouga», *O Ilhavense*, n.º 749, 21 de Outubro de 1928, p. 1, c. 3.

⁴²⁷ «Linha do Vale do Vouga», *O Ilhavense*, n.º 827, 6 de Julho de 1930, p. 1, c. 1-2.

⁴²⁸ F. de Sousa, «O porto de Aveiro e a linha de Cantanhede», *O Ilhavense*, n.º 868, 7 de Junho de 1931, p. 1, c. 1-3.

⁴²⁹ «O caminho de ferro Vale do Vouga», *O Ilhavense*, n.º 871, 28 de Junho de 1931, p. 1, c. 1-2.

⁴³⁰ «Aveiro e a linha de Cantanhede», *Correio do Vouga*, n.º 51, 29 de Dezembro de 1931, p. 1.

- ³⁹⁰ «Valle do Vouga», *Campeão das Províncias*, n.º 5621, 26 de Janeiro de 1907, p. 1, c. 3-4.
- ³⁹¹ «Canal de S. Roque», *Vitalidade*, n.º 252, 11 de Fevereiro de 1900, p. 2, c. 3 e *Campeão das Províncias*, n.º 5245, 27 de Maio de 1903, p. 1, c. 1-3.
- ³⁹² «O ramal do caminho-de-ferro», *O Aveirense*, n.º 195, 27 de Agosto de 1911, p. 1, c. 4.
- ³⁹³ «Ramal de S. Roque», *O Aveirense*, n.º 199, 24 de Setembro de 1911, p. 2, c. 3.
- ³⁹⁴ «O ramal de S. Roque», *Campeão das Províncias*, n.º 6191, 4 de Setembro de 1921, p. 1, c. 4.
- ³⁹⁵ «Canal de S. Roque», *Campeão das Províncias*, n.º 6231, 25 de Janeiro de 1913, p. 1, c. 2-3.
- ³⁹⁶ «Ramal de S. Roque», *O Progresso*, n.º 105, 22 de Fevereiro de 1915, p. 1-2.
- ³⁹⁷ «Melhoramentos necessários», *O Democrata*, n.º 871, 28 de Março de 1925, p. 2, c. 2.
- ³⁹⁸ «O pôrto de Aveiro», *O Democrata*, n.º 1199, 31 de Outubro de 1930, p. 1, c. 2 e «Perante a realidade», *O Democrata*, n.º 1243, 17 de Setembro de 1932, p. 1, c. 2.
- ³⁹⁹ *Relatórios sobre o estado da Administração Pública* [...], 1858, p. 6.
- ⁴⁰⁰ ADAVR, Aveiro, not. Peixinho, liv. 1300-73, 25 de Junho de 1913, fls. 35 v.-38.
- ⁴⁰¹ APCMA, *Escrituras*, liv. 1, fls. 2-5 e 6.7.
- ⁴⁰² APCMA, *Escrituras*, liv. 2, fls. 10-10 v.
- ⁴⁰³ ADAVR, Aveiro, not. Fortuna, liv. 733-94, 22 de Janeiro de 1894, fl. 9 v.
- ⁴⁰⁴ Luís de Vasconcelos Dias, *Aveiro. Notícia histórica*, Aveiro, 1899, p. 21-22. Segundo este autor, só no transporte de peixe para a estação do caminho-de-ferro, em Aveiro, foram gastos, em 1892, 1100\$000 réis.
- ⁴⁰⁵ «O inquérito da 'Liberdade'», *A Liberdade*, n.º 95, 5 de Dezembro de 1912, p. 3, c. 1-2.
- ⁴⁰⁶ «Obra importante», *O Ilhavense*, n.º 493, 15 de Abril de 1923, p. 1, c. 1.
- ⁴⁰⁷ «De capital importância», *O Ilhavense*, n.º 496, 6 de Maio de 1923, p. 1, c. 1-2.
- ⁴⁰⁸ «A linha do Vale do Vouga», *O Ilhavense*, n.º 498, 20 de Maio de 1923, p. 2, c. 3.
- ⁴⁰⁹ «A linha do Vale do Vouga», *O Ilhavense*, n.º 511, 19 de Agosto de 1923, p. 2, c. 1.
- ⁴¹⁰ «O porto de Aveiro», *O Democrata*, n.º 1187, 8 de Agosto de 1930, p. 1, c. 2. *Itálico* meu.
- ⁴¹¹ Manuel Ferreira Rodrigues, *Luzostela, 1904-1921* [...]. Sobre a mesma unidade, *vide* Manuel Ferreira Rodrigues, «Abrasivos, Indústria de», 1999, p. 22-23.
- ⁴¹² «Valle do Vouga», *Vitalidade*, n.º 785, 30 de Abril de 1910, p. 3, c. 3.
- ⁴¹³ «Interesses regionais», *O Nauta*, n.º 420, 1 de Maio de 1913, p. 2, c. 4 e «Em prol de Ílhavo. Teremos caminho-de-ferro?», *O Brado*, n.º 125, 3 de Maio de 1913, p. 1-2.
- ⁴¹⁴ Não era a primeira vez que as câmaras de Aveiro e Figueira da Foz uniam esforços para uma ligação ferroviária (Cf. «Linhas ferreas», *Campeão das Províncias*, n.º 5378, 10 de Setembro de 1904, p. 2, c. 1). Em 1911, *O Jornal de Vagos* refere a abertura de um inquérito administrativo de utilidade pública, acerca do pedido de concessão de uma linha férrea assente na estrada n.º 72 de Aveiro à Figueira da Foz, e estrada n.º 47, de Mira a Cantanhede («Caminho de ferro de Aveiro à Figueira», *Vitalidade*, n.º 846, 1 de Julho de 1911, p. 1, c. 4). No ano seguinte, foi feita uma avaliação da viabilidade económica daquela linha (Cf. «Novo caminho de ferro», *O Aveirense*, n.º 18, 17 de Abril de 1912, p. 3, c. 2). Em Ílhavo, a imprensa interessa-se pelo assunto, perante as diligências da câmara da Figueira da Foz («Teremos caminho de ferro?», *O Brado*, n.º 125, 3 de Maio de 1913,

³⁷⁰ «Novas vias ferreas», *Campeão das Províncias*, n.º 5602, 17 de Novembro de 1906, p. 1, c. 1.

³⁷¹ «A linha do Vale do Vouga II», *Soberania do Povo*, n.º 2824, 11 de Novembro de 1906, p. 1-2.

³⁷² «Valle do Vouga», *Campeão das Províncias*, n.º 5625, 9 de 1907, p. 1, c. 1-2. O Governo garantia à companhia o complemento do rendimento líquido até 5% do capital de 20 contos por cada quilómetro que se construir, nas condições do contrato.

³⁷³ «Ílhavo é só para pagar e dar votos... ao diabo. E pelo amor de quem?» («Vale do Vouga», *O Nauta*, n.º 122, 21 de Fevereiro de 1907, p. 2, c. 2-3.

³⁷⁴ «À Companhia do Valle do Vouga», *Campeão das Províncias*, n.º 5631, 2 de Março de 1907, p. 1, c. 2-4.

³⁷⁵ «Caminho de ferro do Valle do Vouga», *Soberania do Povo*, n.º 2867, 21 de Abril de 1907, p. 3, c. 1. Seria construída uma estação apenas para mercadorias junto da Fábrica de Conservas de Brandão, Gomes & C.^a

³⁷⁶ «Caminho de ferro do Valle do Vouga», *Soberania do Povo*, n.º 3010, 12 de Setembro de 1908, p. 2, c. 4-5 e «Caminho de ferro do Valle do Vouga», *Correio de Albergaria*, n.º 395, 5 de Novembro de 1908, p. 2, c. 2-4 e «A linha do caminho de ferro do Valle do Vouga neste concelho», *Correio de Albergaria*, n.º 398, 26 de Novembro de 1908, p. 1-2.

³⁷⁷ «Valle do Vouga», *Campeão das Províncias*, n.º 5810, 25 de Novembro de 1908, p. 2, c. 5.

³⁷⁸ Luís Costa, *O coração da fábrica. Viagem ao mundo de "unhas negras"*, S. João da Madeira, 1987, p. 36.

³⁷⁹ «Valle do Vouga. Inauguração da linha ferrea», *Correio de Albergaria*, n.º 460, 17 de Fevereiro de 1910, p. 2, c. 1-2.

³⁸⁰ «Caminho de ferro em Águeda. A sua inauguração», *Soberania do Povo*, n.º 3315, 9 de Setembro de 1911, p. 2.

³⁸¹ «Valle do Vouga», *Campeão das Províncias*, n.º 6094, 13 de Setembro de 1911, p. 2, c. 2-4 e F. P., «Os comboios dos Vale do Vouga», *O Democrata*, n.º 277, 27 de Junho de 1913, p. 3, c. 5-6. O comboio passou pela linha férrea, pela primeira vez em 22 de Agosto de 1911; partiu de Aveiro e foi até Albergaria, passando por Águeda («O Valle do Vouga», *Soberania do Povo*, n.º 3310, 23 de Agosto de 1911, p. 3, c. 2).

³⁸² «Vale do Vouga», *Soberania do Povo*, n.º 3561, 7 de Fevereiro de 1914, p. 3, c. 1.

³⁸³ «Valle do Vouga», *Jornal de Albergaria*, n.º 42, 24 de Fevereiro de 1912, p. 1-2.

³⁸⁴ «Aveiro-Viscu», *O Povo de Aveiro*, n.º 86, 6 de Janeiro de 1929, p. 2, c. 1.

³⁸⁵ «Irregularidades a que urge pôr termo», *Independência de Águeda*, n.º 513, 19 de Dezembro de 1912, p. 2, c. 2-3.

³⁸⁶ «A nossa comarca», *Jornal de Albergaria*, n.º 613, 2 de Fevereiro de 1924, p. 1-2.

³⁸⁷ Marques Gomes, *Subsidios para a Historia de Aveiro*, Aveiro, 1899, p. 156-168.

³⁸⁸ «Canal de S. Roque», *Campeão das Províncias*, n.º 24, 28 de Janeiro de 1900, p. 1, c. 4.

³⁸⁹ «O canal de S. Roque», *O Povo de Aveiro*, n.º 205, 12 de Julho de 1903, p. 2, c. 3.

³⁵⁶ «Caminho de ferro do Valle do Vouga», *O Povo de Aveiro*, n.º 165, 29 de Março de 1885, p. 1-2.

³⁵⁷ David Justino, *A formação do espaço económico nacional* [...], vol. I, 1988, p. 404.

³⁵⁸ «Caminho de ferro do Valle do Vouga», *Campeão das Províncias*, n.º 71, 26 de Outubro de 1900, p. 1, c. 1 e «Caminho de ferro», *Povo de Aveiro*, n.º 116, 27 de Outubro de 1901, p. 1, c. 5. A *Vitalidade* afirma que esta empresa nasceu em 1886 («Caminho-de-ferro do Vale do Vouga», *Vitalidade*, n.º 517, 11 de Março de 1905, p. 1, c. 5). Parece que a concessão era, como outras, ilegal, à luz do disposto no Decreto de 31 de Dezembro de 1864 (Cf. «A linha do Vale do Vouga I», *Soberania do Povo*, n.º 2823, 8 de Novembro de 1906, p. 1-2).

³⁵⁹ AMA, *Actas das Sessões da Câmara*, liv. 24, 7 de Junho de 1888, fls. 46 v.-47. *Itálico* meu.

³⁶⁰ Noticiava as pressões das freguesias do Couto e Santiago, de Oliveira de Azeméis, para que por elas passasse o comboio («O caminho de ferro», *O Povo de Ovar*, n.º 155, 28 de Julho de 1889, p. 1).

³⁶¹ «O caminho de ferro. O ramal de Aveiro», *Soberania do Povo*, n.º 2126, 21 de Novembro de 1899, p. 1).

³⁶² *Ibidem*.

³⁶³ AACCA, *Actas da direcção, 1898-1933*, vol. I, Sessão de 14 de Janeiro de 1899, fls. 8 v.-9, 14. A ligação ao centro da cidade vai mobilizar todas as forças políticas da cidade. No final de 1898, houve uma manifestação com vista a fazer valer o plano que interessava a esta cidade (AACCA, *Actas da direcção, 1898-1933*, vol. I, Sessão de 18 de Janeiro de 1899, fls. 14 v.-15). Em sessão de 4 de Junho de 1906, dois representantes da empresa concessionária, André de Proença Vieira e Louis de Billema, e o par do reino José Vaz Correia de Lacerda, interessado nessa construção, solicitaram «a cooperação desta Associação para que o projecto da construção do dito caminho-de-ferro fosse aprovado pelo parlamento», pedindo que fosse a Lisboa uma comissão (*idem*, fl. 62). Em Dezembro desse ano, o Ministro das Obras Públicas envia um telegrama à Associação Comercial de Aveiro, «participando ter sido finalmente aprovado o projecto de lei para a construção do caminho do Vale do Vouga» (*idem*, fls. 64 v.-65).

³⁶⁴ «Caminho-de-ferro do Vale do Vouga», *Vitalidade*, n.º 517, 11 de Março de 1905, p. 1, c. 5.

³⁶⁵ «A linha do Vale do Vouga IV», *Soberania do Povo*, n.º 2826, 18 de Novembro de 1906, p. 1-2.

³⁶⁶ «O caminho de ferro. O ramal de Aveiro», *Soberania do Povo*, n.º 2126, 21 de Novembro de 1899, p. 1.

³⁶⁷ «Minas do Braçal», *Soberania do Povo*, n.º 2138, 4 de Fevereiro de 1900, p. 3, c. 1.

³⁶⁸ Acrescenta Marques Gomes, citando o *Diário de Lisboa*, n.ºs 114 e 193, que «a proposta foi convertida na Lei de 25 de Junho de 1864, e o contrato foi celebrado em 27 de Agosto do mesmo ano. Concedeu a Lei uma subvenção de 3 000\$000 réis por cada metro corrente, com a expressa declaração de que o proprietário não terá direito, em tempo algum, de reclamar outra indemnização de danos e lucros cessantes» (Marques Gomes, *O Distrito de Aveiro* [...], 1899, p. 301-302).

³⁶⁹ Trata-se da Compagnie française pour la construction et exploration de chemins de fer á l'étranger (Cf. «Caminho de ferro do Valle do Vouga», *Campeão das Províncias*, n.º 5535, 24 de Março de 1906, p. 3, c. 4 e *idem*, n.º 5580, 1 de Setembro de 1906, p. 2, c. 2).

Portugal, uma história do caminho-de-ferro, enquanto noutros países já se vão elaborando «novas histórias» do caminho-de-ferro (*Idem*, «Comércio, transportes e comunicações», 1993, p. 375.

³³⁸ Cf. *Campeão das Províncias*, n.º 31, 4 de Junho de 1902, p. 2, c. 3.

³³⁹ *Vitalidade*, n.º 616, 2 de Fevereiro de 1907, p. 2, c. 2-3.

³⁴⁰ «Apeadeiro», *O Concelho de Estarreja*, n.º 532, 16 de Dezembro de 1911, p. 3, c. 3-4.

³⁴¹ *Ibidem*.

³⁴² «Inauguração», *Campeão das Províncias*, n.º 5653, 22 de Maio de 1907, p. 2, c. 2.

³⁴³ «A estação de Aveiro», *Campeão das Províncias*, n.º 5809, 21 de Novembro de 1908, p. 2, c. 1. O velho barracão de 1864 só seria substituído por um edifício novo em 1915.

³⁴⁴ «Notas estatísticas», *Campeão das Províncias*, n.º 5827, 27 de Janeiro de 1909, p. 2, c. 3.

³⁴⁵ «Estação de Aveiro», *Campeão das Províncias*, n.º 5996, 21 de Setembro de 1910, p. 2, c. 1-2.

³⁴⁶ «Feira de Março», *O Democrata*, n.º 214, 29 de Março de 1912, p. 2, c. 1.

³⁴⁷ «Serviço dos correios», *O Democrata*, n.º 247, 15 de Novembro de 1912, p. 2, c. 6.

Assim, «a correspondência que aqui chegava às 19 horas passa a chegar às 13, no que muito *tem a lucrar o público que não só recebe os jornais da capital cedo como ainda pode responder no mesmo dia* [...]. Pelo mesmo comboio é igualmente expedida mala com correspondência para o Porto, onde chega às 14 horas, quando pela actual expedição chega às 20.30 horas»

³⁴⁸ «Linha dupla», *O Democrata*, n.º 348, 11 de Dezembro de 1914, p. 3, c. 1.

³⁴⁹ Em 1896, os comerciantes de Águeda queixaram-se dos roubos de mercadorias, nas carruagens do caminho-de-ferro, do Porto para Oliveira do Bairro, por onde se fazia o comércio entre o Porto e Águeda: «São muitas as queixas que há contra a companhia dos caminhos de ferro, por parte de alguns comerciantes desta vila, por as mercadorias que lhes vêm do Porto chegarem quase sempre aqui com grandes desfalques – sacas rotas e caixas arrombadas – faltando, a uns, lenços e chitas, e, a outros, bacalhaus, sabão e mais géneros de mercearia» (*Soberania do Povo*, n.º 1744 (19 de Março 1896 p. 3, c. 1-2) e n.º 1748 (2 de Abril de 1896, p. 2, c. 4).

³⁵⁰ «Sendo considerável a falta de material circulante nas linhas férreas do continente, que motiva as delongas nos transportes de mercadorias, diz um bem informado diário do Norte que esta circunstância obriga a pensar-se na viação fluvial e marítima como único meio de se normalizarem os serviços e se obter alguma economia, pelo que se trata de fazer da Figueira da Foz e de Aveiro portos em condições de por eles se poder estabelecer o tráfego da Beira Central, abrindo canais marítimos da Figueira a Buarcos, para Coimbra, Leiria e Aveiro» («Via fluvial e marítima», *O Democrata*, n.º 779, 2 de Junho de 1923, p. 1, c. 3).

³⁵¹ «Ao Sr. Director da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses», *Campeão das Províncias*, n.º 80, 27 de Novembro de 1900, p. 3, c. 5.

³⁵² Manuel Ferreira Rodrigues, *A Jerónimo Pereira Campos* [...].

³⁵³ «A indústria da pesca», *Campeão das Províncias*, n.º 6661, 25 de Outubro de 1919, p. 2, c. 4.

³⁵⁴ *Ibidem*.

³⁵⁵ *Ibidem*.

³²⁶ *Idem, op. cit.*, p. 147.

³²⁷ Segundo Marques Gomes, «a admiração e reconhecido afecto que José Estêvão consagrava a José Ferreira Pinto Basto vinha de longe, de 1837, em que, eleito pela primeira vez deputado por Aveiro, o teve por colega no congresso constituinte de então, de que também aquele fazia parte, como deputado por Lisboa, sendo seu hóspede, desde a sua chegada à capital, por recomendação expressa de seu pai, o Dr. Luís Cipriano Coelho de Magalhães, colega dele também daquele, na legislatura de 1835-1836, e seu velho amigo. A grande admiração e afecto de José Estêvão por José Ferreira Pinto Basto estendeu-se aos seus descendentes [...]» (Marques Gomes, *A Vista Alegre. Memória histórica*, 1924, p. 67). Em 1857, o tribuno aveirense defendeu em tribunal Alberto Ferreira Pinto Basto, filho do fundador, pelo que «o reconhecimento da Família Pinto Basto manifestou-se por diferentes formas». Quando morreu, José Estêvão foi tumulado no jazigo da Família Pinto Basto, no cemitério dos Prazeres: «Coincidência notável! Quando José Estêvão chegou a Lisboa, foi hospedado em casa de José Ferreira Pinto Basto [...]» (*idem, op. cit.*, p. 68-70).

³²⁸ Laura Marques de Figueiredo Pereira da Rosa, *A Vista Alegre. Uma instituição diferenciada no âmbito da indústria portuguesa do século XIX (1824-1900)*, 1995, p. 174. A autora não indica a fonte da sua afirmação.

³²⁹ «Começaram já os trabalhos da via-férrea do Norte no pinhal da Vila de Ovar («Caminho de ferro do Norte», *Campeão das Províncias*, n.º 803, 3 de Março de 1860, p. 1, c. 3-4). Diferentemente, Marques Gomes diz que depois de «adoptado o traçado de Aveiro, isto é, o de Morton Peto, com algumas alterações, foram encetados os trabalhos de construção em Agosto de 1861, sob a direcção do engenheiro francês, Valentim Mazade» (*Subsídios para a História de Aveiro*, 1899, p. 144).

³³⁰ *Campeão das Províncias*, n.º 1226, 13 de Abril de 1864, p. 4, c. 1; *Distrito de Aveiro*, n.º 285, 8 de Outubro de 1874, p. 4, c. 2 e Marques Gomes, *Subsídios para a História de Aveiro*, 1899, p. 145-150 e seguintes e Francisco Ferreira Neves, «Uma carta de José Estêvão sobre a passagem da via férrea em Aveiro», 1940, p. 99.

³³¹ *Campeão do Vouga*, n.º 704, 5 de Março de 1859, p. 1, c. 1-2.

³³² Pinho Leal, «Aveiro», *Portugal Antigo e Moderno [...]*, vol. I, 1873, p. 260. O entendimento de José Estêvão sobre a economia da passagem do caminho-de-ferro em Aveiro é bem diferente, pois, apesar de ter pugnado pelos interesses de Aveiro, argumentou a favor da economia do país, como se pode ver na carta publicada por Francisco Ferreira Neves («Uma carta de José Estêvão sobre a passagem da via-férrea em Aveiro», 1940, p. 99-101). Sobre José Estêvão, *vide* Manuel J. Gonçalves Carvalho, «José Estêvão Coelho de Magalhães», 1992, p. 27-33.

³³³ João Frederico Teixeira de Pinho, *Memórias e datas para a história da vila de Ovar*, 1959, p. 31.

³³⁴ «Os emigrantes», *O Povo de Ovar*, n.º 23, 26 de Dezembro de 1886, p. 2, c. 5.

³³⁵ Adolfo Portela, *Águeda. Crónica, paisagens, tradições*, 1999, p. 13.

³³⁶ *Idem*, p. 15. Sobre a segunda via-férrea, *vide* António M. J. Martins Lopes e Carlos Abílio C. Gonçalves, «A linha da Beira Alta, 1876-1917», 1989, p. 249-254.

³³⁷ J. Amado Mendes lamentava, em 1993, que, salvo alguns autores (Frederico de Q. Abragão, Joel Serrão, Magda Pinheiro e Maria Fernanda Alegria, entre outros), o caminho-de-ferro não tenha suscitado grande interesse da parte dos investigadores; daí que não tenhamos ainda, em

³¹⁶ *Apud* «Fomento Nacional. As obras a realizar no porto de Aveiro», *O Ilhavoense*, n.º 794, 13 de Outubro de 1929, p. 1, c. 1-3.

³¹⁷ Conde de Águeda, «O Porto de Aveiro», *Soberania do Povo*, n.º 4645, 28 de Março de 1931, p. 1-2. Em Outubro de 1917, engenheiros franceses e ingleses, acompanhados pelo capitão do Porto de Aveiro, Jaime Afreixo, fizeram uma visita a S. Jacinto, a fim de marcarem o terreno para o estabelecimento de um aeroporto militar na região («Posto de aviação», *O Democrata*, n.º 496, 26 de Outubro de 1917, p. 1, c. 2), tendo achado o local «óptimo para o fim em vista, dizendo que era o melhor de toda a costa portuguesa, para o efeito desejado, que é a fiscalização dos Aliados sobre os submarinos alemães que possam aparecer no nosso mar, entre Vigo e o Cabo Mondego» («Um posto de aviação em S. Jacinto», *Distrito de Aveiro*, n.º 84, 21 de Outubro de 1917, p. 3, 2). Até porque, em seu entender, «a ria de Aveiro se presta admiravelmente para o levantamento de hidroplanos». Em Setembro de 1920, «o centro de aviação estabelecido na costa de S. Jacinto, vai adquirir um grande desenvolvimento, sendo-lhe fornecidos mais dois grandes aviões a dois motores [...]» («Aviação», *O Democrata*, n.º 643, 2 de Outubro de 1920, p. 1, c. 5). Em Fevereiro do ano seguinte, é publicado um anúncio para a apresentação de propostas para a construção de um edifício destinado a alojamento das praças da guarnição deste Centro [de Aviação Marítima de Aveiro] na Costa de S. Jacinto («Annuncio», *O Democrata*, n.º 662, 19 de Fevereiro de 1921, p. 2, c. 5). Da abertura do aeródromo, em S. Jacinto, ficaram algumas referências breves na imprensa local, que não deu relevo a esse assunto (Cf. *Campeão das Províncias*, n.º 6557, 27 de Outubro de 1927). *Vide* outras efemérides sobre os primórdios deste aeródromo em Joaquim Nunes Duarte, *A mística de Aveiro na aviação naval*, 1995.

³¹⁸ Cf. «Auto de inauguração oficial das obras de melhoramento da Barra de Aveiro», de 16 de Outubro de 1932 in Lauro Marques (dir.), *Exposição histórico-documental do porto de Aveiro. Um imperativo histórico*, 2.ª ed., 1998, p. 150.

³¹⁹ «Um projecto posterior, contemplando dois molhes instalados em pleno mar (prolongamento de 710 m do molhe Norte; outro molhe a sul do Farol [...] teve execução entre 1947-1958. Estas obras, inauguradas em 1959, permitiram instalar o porto ao longo do canal principal de navegação entre a Barra e a cidade de Aveiro, numa extensão de 8 km» (Emílio Brogueira Dias e Jorge Fernandes Alves, «As transformações portuárias em Portugal: século XX», 2004, p. 242-243).

³²⁰ «O futuro de Aveiro», *Correio do Vouga*, n.º 6, 21 de Dezembro de 1930, p. 1.

³²¹ David Justino, *Formação do espaço económico nacional* [...], vol. I, 1988, p. 404. Sobre o caminho-de-ferro, neste período, *vide* João Pedro Ferro, «Comunicações e comércio: linhas gerais», 2004, p. 97-105; A. H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, «Os meios de comunicação e de distribuição», 1991, 146-151.

³²² Emanuel Maranha das Neves, «Infra-estruturas em Portugal no século XX», 2004, p. 410.

³²³ J. Amado Mendes, «Comércio, transportes e comunicações», 1993, p. 374.

³²⁴ Cfr. Jorge Fernandes Alves e José Luís Vilela, *José Vitorino e a telegrafia eléctrica em Portugal*, 1995, p. 25-33.

³²⁵ Marques Gomes, *Subsidios para a Historia de Aveiro*, 1899, p. 138-251.

tentou sair ao mar a fim de rebocar o navio que se aproximava, mas não o pôde fazer em consequência da agitação do mar. Entretanto, o *Atlântico*, vendo o sinal do Forte, foi-se aproximando, à espera da ocasião propícia, mas como o rebocador não se aproximasse, fez-se de vela em direcção à barra. O navio veio singrando ligeiro, passou o *banco*, que é um dos lugares mais perigosos, e, ao chegar perto da Meia Laranja, ficou sem governo em consequência de uma vaga maior lhe ter despiado a gaiuta e esta ter quebrado a roda do leme» («Navio perdido», *O Ilhavense*, n.º 619, 1 de Novembro de 1925, p. 2, c. 1-2).

³⁰⁰ «Navio perdido», *O Democrata*, n.º 901, 7 de Novembro de 1925, p. 1, c. 5.

³⁰¹ Cf. «Junta da barra», *O Debate*, n.º 152, 2 de Julho de 1925, p. 2, c. 2-3.

³⁰² Enquanto em Aveiro todos se inclinavam para a primeira opção, em Águeda, alguns sonhavam com um porto regional («A barra de Aveiro», *Soberania do Povo*, n.º 4438, 8 de Janeiro de 1927, p. 1, c. 1-3).

³⁰³ Decreto-Lei n.º 12 757, de 2 de Dezembro de 1926. O diploma foi recebido com entusiasmo por diversos sectores (Cf. A. Roque Ferreira, «A Ria e Barra de Aveiro», *O Democrata*, n.º 1048, 27 de Outubro de 1927, p. 1, c. 1-3).

³⁰⁴ *Ibidem*.

³⁰⁵ Cf. «Imposto da barra», *O Ilhavense*, n.º 732 (10 de Junho de 1928, p. 1, c. 1-3) e seguintes; «Junta Autónoma da Barra e Ria de Aveiro», *Correio de Aveiro*, n.º 586, 17 de Novembro de 1928, p. 1, c. 1-2 e «Os impostos da barra», *O Democrata*, n.º 1061, 2 de Fevereiro de 1929, p. 1, c. 1-2.

³⁰⁶ Em 1928, em conflito aberto com F. Homem Cristo, então presidente da Junta Autónoma, Roque Ferreira afirmava: «[...] desafio todos os homens de bem a mostrarem [...] qualquer obra que a Junta tenha mandado fazer na barra, quase tapada por morros de areia, embora tenha feito despesas que vão a milhares de contos». Adiante denuncia os gastos da Junta, sob a direcção do seu arqui-inimigo F. Homem Cristo: «São os motores de elevação de águas, expropriações desnecessárias, jardins no Forte, bacias e esteiros interiores para recolha de *gasolinas*, capotas caríssimas para lanchas de passeio, enquanto as populações vêem o seu pão perdido, os seus produtos encalhados com os sucessivos assoreamentos dos canais [...]» («A Ria e Barra de Aveiro», *O Democrata*, n.º 1048 (27 de Outubro de 1927, p. 1, c. 1-3) e n.º 1051 (27 de Novembro de 1928, p. 1, c. 1-3).

³⁰⁷ «Navio no fundo», *O Ilhavense*, n.º 708, 13 de Novembro de 1927, p. 2, c. 4-5.

³⁰⁸ «Fora da barra», *O Democrata*, n.º 1052, 24 de Novembro de 1928, p. 2, c. 1.

³⁰⁹ «Incidente», *O Debate*, n.º 192, 15 de Abril de 1926, p. 3, c. 1-2.

³¹⁰ «Junta Autónoma», *O Democrata*, n.º 1052, 24 de Novembro de 1928, p. 1, c. 5. Este periódico enumera as grandes carências. No seu semanário, o presidente da Junta, F. Homem Cristo defendia-se rudemente de quem lhe apontava o dedo...

³¹¹ Emílio Brogueira Dias e Jorge Fernandes Alves, «As transformações portuárias em Portugal: século XX», 2004, p. 233-237.

³¹² *Ibidem*.

³¹³ AACA, *Actas da Associação Comercial de Aveiro*, liv. 2, fl. 55-55 v.

³¹⁴ Cf. «Junta Autónoma», *Correio de Aveiro*, n.º 606, 19 de Outubro de 1929, p. 1, c. 3).

³¹⁵ A. Roque Ferreira, «O porto de Aveiro. Repelindo uma calúnia», *O Democrata*, n.º 1096, 12 de Outubro de 1929, p. 1, c. 1-6.

²⁸⁵ J. António Almeida, «Apreciação [...]», *A Pátria*, n.º 696 (15 de Setembro de 1921, p. 1-2) e seguintes. *Itálicos* do autor.

²⁸⁶ «A Junta da Barra», *O Concelho de Estarreja*, n.º 1027, 10 de Dezembro de 1921, p. 1, 1-3.

²⁸⁷ Cf. «Junta Autónoma», *O Concelho de Estarreja*, n.º 1028, 17 de Dezembro de 1921, p. 2, c. 1-2.

²⁸⁸ «Pela Câmara Municipal, Associação Comercial de Aveiro, vários armadores e empresas de pesca foram expedidos telegramas de agradecimento [...] ao venerando presidente da República, chefe do Governo e ministro do Comércio, tendo os sinos dos Paços do Concelho repicado festivamente, ao mesmo tempo que a banda José Estêvão percorria as principais artérias da cidade e no espaço estralejavam foguetes sem conta como que a comunicar a boa nova. Foi igualmente transmitida ao Dr. Alberto Souto, em tratamento na Suíça [...]» («Pela nossa terra», *O Democrata*, n.º 704, 10 de Dezembro de 1921, p. 1, c. 1-2).

²⁸⁹ «Junta Autónoma das Obras da Barra», *O Democrata*, n.º 708, 14 de Janeiro de 1922, p. 1, c. 4. Da primeira direcção, presidida pelo Eng. Jorge de Lucena, faziam parte o capitão do porto, Rocha e Cunha, Dr. José Maria Soares, como presidente da Associação Comercial de Aveiro, Dr. Alberto Souto, como representante da Câmara Municipal de Aveiro, Luís Rocha, chefe dos Serviços Florestais, Manuel Lopes da Silva, pela Junta Geral do Distrito, e Luís da Naia Pacheco, representando as companhias de pesca («Junta Autónoma», *O Democrata*, n.º 759, 13 de Janeiro de 1923, p. 1, c. 2).

²⁹⁰ «Filosofando e desabafando sobre a criação da Junta Autónoma da Barra e Ria de Aveiro», *O Democrata*, n.º 803, 17 de Novembro de 1923, p. 1, c. 4-5. Alberto Souto era atacado pelos seus antigos companheiros do Partido Democrático. Pelo seu regionalismo respondia: «Nenhum partido só por si, nas condições críticas da política nacional, podia resolver estas questões e por isso, nas questões do fomento regional, era precisa a união de todos, o que era fácil de conseguir-se, adoptando-se um programa comum de melhoramentos locais, ressaltando a independência política dos que nesse compromisso entrassem» (*Ibidem*).

²⁹¹ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 556-132, 25 de Junho de 1924, fls. 9 v.-11 v. e 81 v.-88.

²⁹² «Um rebocador», *Campeão das Províncias*, n.º 5599, 7 de Novembro de 1906, p. 2, c. 3).

²⁹³ António Vítor Nunes de Carvalho, *Os Estaleiros Mónica* [...], 2003, p. 41, n. 173 e «Em perigo», *O Democrata*, n.º 218, 26 de Abril de 1912, p. 2, c. 2).

²⁹⁴ «Barcos bacalhoeiros», *Campeão das Províncias*, n.º 6208, 2 de Novembro 1912, p. 2, c. 2.

²⁹⁵ «Vida no mar», *Campeão das Províncias*, n.º 6205, 23 de Outubro de 1912, p. 1-2.

²⁹⁶ «Bacalhoeiros», *Campeão das Províncias*, n.º 6664, 15 de Novembro de 1919, p. 2, c. 4 e n.º 6666, 26 de Novembro 1919, p. 1, c. 5.

²⁹⁷ «A pesca do bacalhau», *A Flor da Ria*, n.º 20, 3 de Novembro 1923, p. 1, c. 2.

²⁹⁸ «Naufrágio», *O Democrata*, n.º 733, 8 de Julho de 1922, p. 1, c. 5.

²⁹⁹ «[...] quando ao largo da barra pairava uma quantidade de navios esperando a entrada no porto, foi dado sinal no forte para que o *Atlântico*, que se achava mais perto, pudesse demandar a barra. O rebocador *Vouga*, que a serviços das empresas bacalhoieras, se encontrava de prevenção,

²⁷¹ «Porto e ria de Aveiro», *Campeão das Províncias*, n.º 6656, 13 de Setembro de 1919, p. 2, c. 1-4. Rocha e Cunha foi ministro de 6 de Julho de 1919 a 15 de Janeiro de 1920, no governo de Alfredo de Sá Cardoso.

²⁷² «Porto e ria de Aveiro», *Campeão das Províncias*, n.º 6656, 13 de Setembro de 1919, p. 2, c. 1-4.

²⁷³ Sem fontes que testifiquem o volume e a natureza do movimento do porto de Aveiro, a partir de 1910, a documentação notarial deixa alguns dados que parecem corroborar o que afirmo.

²⁷⁴ «Melhoramentos do porto e ria de Aveiro», *O de Aveiro*, n.º 209, 8 de Maio de 1921, p. 4, c. 1-2.

²⁷⁵ «Para Aveiro, segundo nos informam, está concluído o estudo e o projecto em que o Sr. Ministro do Comércio tem estado a trabalhar auxiliado por engenheiros técnicos de reconhecida competência e que é decalcado no trabalho de dois aveirenses que se têm dedicado apaixonadamente a este assunto» («Obras da Barra», *O Democrata*, n.º 671, 23 de Abril de 1921, p. 1, c. 1).

²⁷⁶ Alberto Souto, «As obras da barra, ria e porto», *O de Aveiro*, n.º 212, 29 de Maio de 1921, p. 4, c. 1-3.

²⁷⁷ É Alberto Souto quem o confessa (Cf. «Filosofando e desabafando sobre a criação da Junta Autónoma da Barra e Ria de Aveiro», *O Democrata*, n.º 803, 17 de Novembro de 1923, p. 1, c. 4-5).

²⁷⁸ Assim, considerava *O Democrata*, «Estamos certos de que o projecto de lei, criando a Junta Autónoma da Barra e Ria de Aveiro, vai ser apresentado em breve no Parlamento [...]. Venha a Junta Autónoma. Façam-se os sacrifícios que forem necessários [...]. Se não fosse a política que daqui escorraçou esse grande vulto que se chamava Silvério Pereira da Silva, a quem Aveiro tanto deve, a nossa ria seria hoje um grande manancial de riqueza («Obras da Barra», *O Democrata*, n.º 671, 23 de Abril de 1921, p. 1, c. 1).

²⁷⁹ «Obras da Barra. Obras da Ria», *O Democrata*, n.º 673, 7 de Maio de 1921, p. 1, c. 1-3.

²⁸⁰ «Os impostos para a barra de Aveiro», *Defesa*, n.º 42, 19 de Junho de 1921, p. 2, c. 1-3 e «Apreciação da proposta de lei sobre a Junta Autónoma do Porto de Aveiro», *O Concelho de Estarreja*, n.º 1012, 20 de Agosto de 1921, p. 1-2. O projecto foi publicado em «Melhoramentos do porto e ria de Aveiro», *O de Aveiro*, n.º 209, 8 de Maio de 1921, p. 4, c. 1-2.

²⁸¹ «Barra e ria de Aveiro. II», *Campeão das Províncias*, n.º 6758 (3 de Setembro de 1921, p. 1, c. 1-2) e seguintes. Este periódico, liderado por Barbosa de Magalhães e demais «gente da Vera Cruz», no quadro da luta política partidária, não concordava que fosse tudo entregue ao grupo dirigente do Banco Regional de Aveiro; por isso, deu publicidade aos artigos dos periódicos de Ovar e Estarreja (*vide*, entre outros, «A ria e a barra de Aveiro», *Farol*, n.º 28, Janeiro de 1922, p. 2, c. 3).

²⁸² José António de Almeida, «Barra e ria de Aveiro», *Campeão das Províncias*, n.º 6762, 1 de Outubro de 1921, p. 1, c. 1-2.

²⁸³ J. António Almeida, «Apreciação da proposta de lei sobre a Junta Autónoma do Porto de Aveiro», *A Pátria*, n.º 690, 21 de Agosto de 1921, p. 2, c. 2-3.

²⁸⁴ Cf. «Apreciação [...]», *O Concelho de Estarreja*, n.º 1013, 27 de Agosto de 1921, p. 1-2, e seguintes.

²⁵³ O primeiro navio a vapor – o *Vasco da Gama* – terá entrado na barra de Aveiro, em 1860 (Marquês de Ávila e Bolama, *A Nova Carta Chorographica de Portugal*, 1914, p. 103).

²⁵⁴ Dados obtidos por Edmundo de Magalhães Machado, *apud* Marques Gomes, *Subsidios para a Historia de Aveiro*, 1899, p. 160.

²⁵⁵ Refere, depois, que dias antes um iate ficara prisioneiro de uma das muitas coroas de areia que se formavam («Barra de Aveiro», *Campeão das Províncias*, n.º 5369, 10 de Agosto de 1904, p. 2, c. 5).

²⁵⁶ «O rebocador», *Campeão das Províncias*, n.º 5487, 4 de Outubro de 1905, p. 2, c. 2.

²⁵⁷ «Naufragios», *Campeão das Províncias*, n.º 5818, 23 de Dezembro de 1908, p. 2, c. 2; «A barra», *O Aveirense*, n.º 59, 27 de Dezembro de 1908, p. 1, c. 3-4 e *Os Sucessos*, n.º 1021, 6 de Fevereiro de 1909, p. 1, c. 3.

²⁵⁸ Entre outros, *vide* «A barra», *O Democrata*, n.º 47 (9 de Janeiro de 1909, p. 2, c. 3), n.º 50 (31 de Janeiro de 1909, p. 3, c. 1-2) e n.º 51 (6 de Fevereiro de 1909, p. 2, c. 4).

²⁵⁹ «Barra d’Aveiro», *O Concelho de Estarreja*, n.º 387, 27 de Fevereiro de 1909, p. 2, c. 3-4.

²⁶⁰ «O pescado», *Campeão das Províncias*, n.º 5831, 10 de Fevereiro de 1909, p. 2, c. 2.

²⁶¹ Cf., entre outros, «A barra», *Os Sucessos*, n.º 1025, 6 de Março de 1909, p. 1, c. 3-4. As obras do prolongamento do referido molhe em Setembro decorriam com muita lentidão («A barra», *Campeão das Províncias*, n.º 5889, 4 de Setembro de 1909, p. 2, c. 2).

²⁶² «A barra», *Vitalidade*, n.º 727, 20 de Março de 1909, p. 1, c. 5.

²⁶³ «A barra d’Aveiro», *O Nauta*, n.º 337, 20 de Junho de 1911, p. 1, c. 1-3.

²⁶⁴ «Os interesses de Aveiro. A barra», *O Aveirense*, 3, 18 de Dezembro de 1911, p. 2, c. 1-2.

²⁶⁵ «Canal da Vagueira», *O Democrata*, n.º 486, 17 de Agosto de 1917, p. 3, c. 3-5. Em 1915, Celestino Regala concebeu um projecto de desobstrução do canal, cujo custo foi calculado em 4500\$00. Como o dinheiro nunca chegou, os comerciantes e moliceiros da Vagueira decidiram fazer o trabalho sozinhos. Mas a obra não ficou acabada. O canal aberto tinha 1 km de extensão e 7 m de largura e 0,8 de altura de água nas preia-mares.

²⁶⁶ «Rebocador», *A Portuguesa*, n.º 13, 3 de Novembro de 1912, p. 3, c. 5.

²⁶⁷ «Naufrágio», *O Democrata*, n.º 317, 10 de Abril de 1914, p. 2, c. 1.

²⁶⁸ As chamadas Portas de Água, construídas no começo do paredão da barra, estariam a provocar o desvio das correntes e consequentemente a acumulação de areias. Assim, «para a Costa Nova já se não passa senão por um estreito rego [...]. Tudo o mais é um extenso areal onde em poucos anos havemos de ver arrotear pão»; acrescentava, a ria «de lés a lés se encontra pejada de enormes coroas, que lembram extensos campos de limos», de modo que, «nos sítios mais profundos não passa hoje um barco costeiro de comezinho calado» («Pescadores e moliceiros», *Campeão das Províncias*, n.º 6256, 26 de Abril de 1913, p. 1, c. 1-3).

²⁶⁹ «Barra de Aveiro», *O Democrata*, n.º 368, 30 de Abril de 1915, p. 2, c. 3-4. O relatório da Junta das Obras da Barra e Ria de Aveiro contém importantes dados históricos sobre a luta contra o avanço das areias.

²⁷⁰ «A crise da indústria de pesca em Aveiro. Necessidade da conclusão das obras da Barra», *O Democrata*, n.º 303, 2 de Janeiro de 1914, p. 1, c. 1-2.

²⁴³ ACM, cx. 90, *Capitania do Porto de Aveiro*, Jaime Afreixo, Resposta à nota departamental n.º 635, 21 de Agosto de 1903, fl. [4 v.].

²⁴⁴ Cf. Manuel Ferreira Rodrigues, «As elites locais e a Escola Industrial e Comercial de Aveiro [...]», 1996, p. 9-46.

²⁴⁵ «A verba orçamental para 3 departamentos e 12 capitánias é de 400\$000 réis por ano! Serventes não há: a limpeza das capitánias, excepção feita à de Leixões, é considerada extraordinária. Verba para artigos de expediente – \$500 réis mensais. O farol de Aveiro tem por mês 1\$500. Fundos em depósito, para despesas correntes e previstas ou despesas extraordinárias, também não há. Os capitães dos portos são obrigados a abonar do seu bolso todas as importâncias que forem necessárias para o serviço da capitania e esperar, às vezes não por pouco tempo, que as requisições do fim do mês sejam satisfeitas. Pessoal para o serviço burocrático, limitado à unidade. Os capitães dos portos são chefes e secretários das suas repartições. Pelas suas variadíssimas atribuições têm de se ausentar da capitania frequentes vezes, mas ao mesmo tempo não o podem fazer porque um escrevente nunca foi entidade legalmente competente para ficar à testa de uma repartição pública. *Pessoal para o serviço externo, de polícia e fiscalização, não existe. A administração marítima é simplesmente teórica. Na sua latitudinária acepção, a jurisdição dos departamentos e capitánias é menosprezada em toda a parte*» (ACM, *Capitania do Porto de Aveiro*, cx. 90, Jaime Afreixo, Resposta à nota departamental n.º 635, 21 de Agosto de 1903, fl. [4 v.]).

²⁴⁶ *Idem*, fls. [5 v.-6].

²⁴⁷ Em 1897, quando se verifica a restauração do concelho de Ílhavo, a Associação Comercial de Aveiro pede para que «a Barra e parte da Gafanha limítrofe» fiquem pertencendo ao município aveirense («Restauração do concelho de Ilhavo», *Vitalidade*, n.º 118, 4 de Julho de 1897, p. 2, c. 2).

²⁴⁸ Cf. «A Associação Comercial de Aveiro e a cidade de Aveiro», *A Vitalidade*, n.º 20, 16 de Dezembro de 1894, p. 1, c. 1-3; «Draga», *A Vitalidade*, n.º 59, 15 de Setembro de 1895, p. 3, c. 1 e «Associação Comercial», *Vitalidade*, n.º 100, 4 de Março de 1897, p. 3, c. 1. Sobre a criação da Junta Administrativa das Obras da Barra, *vide* «Melhoramentos locais», *Vitalidade*, n.º 131, 3 de Outubro 1897, p. 2, c. 2; «A barra e a ria d’Aveiro», *Soberania do Povo*, n.º 1975 (12 de Junho de 1898, p. 1, c. 3-4); *idem*, n.º 1976 (16 de Junho de 1898, p. 2, c. 2-3). A referida Junta, presidida pelo Governador Civil de Aveiro, foi criada em 8 de Junho de 1898 (Cf. *Diário do Governo*, n.º 129, de 14 de Junho de 1898, e AACA, *Actas da direcção, 1898-1933*, vol. I, Sessão de 4 de Julho de 1898, fl. 2 v.). Apresentou contas, pela primeira vez, na sessão de 14 de Janeiro de 1899 (*idem*, fl. 8 v.). Entre 1908 e 1921, não mais se fala deste órgão nas sessões da Associação Comercial de Aveiro. Esta Junta Administrativa sucedia à Junta Fiscal, criada em 1858 e extinta em 1886 («Junta da barra», *O Aveirense*, n.º 71, 3 de Março de 1909, p. 1, c. 2-4).

²⁴⁹ Depois de várias pressões para a colocação de duas dragas, entre 1908 e 1921, não mais se fala de dragagens nas sessões da direcção da Associação Comercial de Aveiro.

²⁵⁰ ACM, *Barra de Aveiro*, cx. 64, Ofício n.º 566, de 11 de Abril de 1854 e Adolfo Loureiro, *Os portos marítimos de Portugal* [...], vol. II, 1904, p. 87.

²⁵¹ José Reinaldo Oudinot, *Almanach para o anno de 1862*, 1863, p. 64.

²⁵² ACM, *Capitania do Porto de Aveiro*, cx. 90, Relatório do Capitão J. Afreixo, 23 de Janeiro de 1903. Em 1904, entraram 88 embarcações: 39 iates, 34 chalupas, 14 caíques e 1 lugre («Barra d’Aveiro», *Vitalidade*, n.º 507, 31 de Dezembro de 1904, p. 3, c. 3).

²³⁵ ACM, *Capitania do Porto de Aveiro*, cx. 90, «Cópia de relatório e proposta», de 30 de Junho de 1891.

²³⁶ *Representação aprovada no comício que em 3 d'abril de 1893* [...], 1893.

²³⁷ Desta vez, o episódio teve um final feliz; a chalupa lá seguiu para o Porto rebocado pelo *Liberal* («Navio em perigo», *O Aveirense*, n.º 79, 16 de Maio de 1909, p. 2, c. 2-3).

²³⁸ «Navio em perigo», *O Aveirense*, n.º 79, 16 de Maio de 1909, p. 2, c. 2-3. Em 1886, quando prosseguiam as obras do farol, o Capitão do Porto de Aveiro, Daniel Baptista de Barros repetia a queixa de não haver de salvação de náufragos (ACM, *Capitania do Porto de Aveiro*, cx. 90, Ofício do Capitão do Porto de Aveiro, 31 de Março de 1886). Também o semanário republicano, *O Democrata*, se referiu «ao mau estado da barra, que há meses não permit[ia] movimento da navegação», dando conta das diligências dos seus correligionários na Associação Comercial de Aveiro, com vista à solução do problema, considerando que «o estado lamentável» em que se encontrava o porto não admitia mais delongas nos trabalhos, pelo que rematava: «Deixemo-nos de palavreado» («A Barra», *O Democrata*, n.º 47 (9 de Janeiro de 1909, p. 2, c. 3) e n.º 50 (31 de Janeiro de 1909, p. 3, c. 1-2) e n.º 51 (6 de Fevereiro de 1909, p. 2, c. 4).

²³⁹ No Ofício de 4 de Agosto de 1891 pode-se ler: «[...] na barra propriamente dita não se fazem obras, só algum bloco para o deitarem na ponta do molhe do Sul, a fim de o mar não o destruir; dentro do porto não se vêem trabalhos alguns, as mesmas motas para o novo canal estão paradas; continua o assoreamento progressivo, a ponto de nos fundeadouros se tornar tão sensível que é difícil poder fundear e amarrar qualquer embarcação de maior lote, como patachos, lugres e brigues. A restinga volta a dificultar a passagem à navegação dos fundeadouros para a barra pelo seu assoreamento. No molhe do Sul é de muita urgência colocar organéus para segurar as amarrações dos navios, mas por mais que tenha falado neste assunto nos meus relatórios [...], ainda nada pude obter, e o mesmo sucede com relação às 18 estacas para balizas na ria [...]» (ACM, *Capitania do Porto de Aveiro*, cx. 90).

²⁴⁰ *Campeão das Províncias*, n.º 59, 14 de Setembro de 1900, p. 1, c. 6. Como explica António Vítor Nunes de Carvalho, «desde 1812 que se ventilava ser “muito útil” a construção de um farol na costa de Aveiro. Depois de uma portaria, datada de 1856, determinar o estudo da construção de um farol em Aveiro (que jamais teve seguimento), depois da intervenção do parlamentar aveirense José Estêvão, em 1862, na Câmara de Deputados [...], depois da elaboração de projectos de construção e de a Câmara de Aveiro, em 1863, ter feito diligências no mesmo sentido», obedecendo ao projecto de Paulo Benjamim Cabral, as obras iniciaram-se em Março de 1885 e a 1 de Setembro de 1893 procedeu-se à sua inauguração (*Os Estaleiros Mónica* [...], 2003, p. 20, n. 70).

²⁴¹ Já em 1864, o piloto-mor escrevia: «A falta de farol nesta barra é sentida por toda a navegação e torna-se de urgente necessidade em uma distância de 18 léguas, onde não há luz, e que a terra é mais baixa que o mar» (ACM, *Barra de Aveiro*, cx. 64, Ofício do Piloto-mor, António Luís de Sousa, 15 de Novembro de 1864).

²⁴² Em Março de 1886, tinha-se dado «princípio às paredes e alicerces para as casas dos empregados», mas em Setembro de 1891, o Capitão dizia no seu relatório: «[...] até ao presente não se tem dado princípio à montagem da lanterna do farol, constando-me que o seu material completo já aqui está armazenado nos armazéns das obras da barra» (ACM, *Capitania do Porto de Aveiro*, cx. 90, Ofícios de 31 de Março de 1886, 4 de Agosto e 30 de Setembro de 1891).

²¹⁹ *Relatorios* [...] 1856, 1857, p. 9. Acrescentava o governador civil: «Tendo em 1852 sido aplicado para a barra o dito imposto [especial que neste distrito se cobra para obras públicas, segundo a Lei de 23 de Julho de 1839] quase na totalidade, construiu-se uma extensa porção de paredão, e produziu mui vantajosos resultados no melhoramento da barra, aperfeiçoando-se igualmente o sistema de construção destes trabalhos pelo emprego de veículos, caminhos-de-ferro portáteis e outras máquinas e aparelhos, cujo auxílio substitui o emprego de muitos braços até então ocupados no transporte e assentamento dos materiais» (*Ibidem*).

²²⁰ *Relatorios sobre o estado da Administração Publica* [...] 1856, 1857, p. 10.

²²¹ ACM, *Barra de Aveiro*, cx. 64, Ofício n.º 566, de 11 de Abril de 1854.

²²² *Relatorios sobre o estado da Administração Publica* [...] 1856, 1857, p. 6.

²²³ *Relatorios sobre o estado da Administração Publica* [...] 1856, 1857, p. 43.

²²⁴ Francisco Ferreira Neves «Uma carta de José Estêvão sobre a passagem da via férrea em Aveiro», 1940, p. 99-101.

²²⁵ José Estêvão morre em Lisboa, em 1862 (*O Distrito de Aveiro* [...], 1877, p. 144-145 e Manuel J. Gonçalves Carvalho, «José Estêvão Coelho de Magalhães», 1992).

²²⁶ «Todos nesta cidade se impressionaram com semelhante ocorrência, como é natural, e muitos propunham alvitres sobre o modo de evitar que se repetisse» (L. de Almeida Medeiros, «A Barra de Aveiro», *Locomotiva*, n.º 55, 18 de Setembro de 1883, p. 2, c. 2).

²²⁷ Marques Gomes, *O Districto de Aveiro* [...], 1877, p. 145.

²²⁸ *Ibidem*.

²²⁹ ACM, *Capitania do Porto de Aveiro*, cx. 90, Ofício do Capitão do Porto de Aveiro, 2 de Abril de 1883.

²³⁰ A. S. de A. Barbosa de Pinho Leal, «Aveiro», *Portugal Antigo e Moderno* [...], vol. II, 1873, p. 275.

²³¹ *Ibidem*.

²³² ACM, *Capitania do Porto de Aveiro*, cx. 90, «Cópia de relatório e proposta», de 30 de Junho de 1891.

²³³ «O esteiro Oudinot», *Vitalidade*, n.º 153, 20 de Março de 1898, p. 2-3 e *Representação aprovada no Comicio que em 3 d'Abril de 1893 se realisou na cidade d'Aveiro com o fim de pedir o estabelecimento de um serviço de dragagens na ria da mesma cidade*, 1893. A comissão organizadora era presidida por Casimiro Barreto Ferraz Sachetti e secretariada por Edmundo de Magalhães Machado e José Maria de Melo de Matos.

²³⁴ «Esta corporação tem quatro catraias boas e uma para rocegar ferros, tem ancoretes viradores, tudo em bom uso e que pertencem ao Estado. É o que temos para acudir aos naufrágios e outros serviços. Salva-vidas não há. Em Agosto de 1861, para poder salvar 9 pessoas [...], como não havia o salva-vidas que poderia sair pela costa do mar, como as catraias não podiam sair pelo mar por ser muito agitado e com muita corrente para fora, tive que salvá-los a nado, ajudado por quatro homens da corporação que me quiseram acompanhar, e todos foram salvos [...]» (ACM, *Barra de Aveiro*, cx. 64, Ofício do Piloto-mor, António Luís de Sousa, 15 de Novembro de 1864). O salva-vidas chegou em 1897 («Salva-vidas», *Vitalidade*, n.º 119, 11 de Julho de 1897, p. 1, c. 5).

50 pessoas: 9 a 13 pedreiros; 29 a 37 trabalhadores e 2 ou 3 carpinteiros, entre os quais se contava, também, a tripulação de 5 barcos usados na obra (ACM, *Barra de Aveiro*, cx. 64, Diário da obra real da Barra de Aveiro de 4 de Junho até 16 de Junho de 1821»).

²¹⁰ ACM, *Capitania do Porto de Aveiro*, cx. 90, Ofício do Capitão do Porto de Aveiro, de 2 de Abril de 1883 e «Copia de Relatório e proposta» de Manuel Luís Mendes Leite, de 30 de Junho de 1891.

²¹¹ De 1834 a 1858, foram dez os responsáveis pelas obras da barra: Celestino Soares (1834-37), Francisco da Paula Sousa Pegado (1837-38), F. Lopes Moreira Freixo (1838-42), António José Gonçalves Chaves (1842-43), João Luís Lopes (1843-44), Domingos dos Santos Barbosa Maia (o Carrancho), então presidente da Câmara Municipal de Aveiro (1844-44), Hermenegildo Gomes da Palma (1844-47), Agostinho Lopes Pereira Nunes (1847-1857), Augusto Maria Fidié (1857), Júlio Augusto Leiria (1857-58) e Silvério Augusto Pereira da Silva (1858-81) (Adolfo Loureiro, *Os portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, vol. II, 1904, p. 33-37).

²¹² Marques Gomes, *O Distrito de Aveiro* [...], 1877, p. 144.

²¹³ Em 1854, a barra apresentava uma profundidade «entre 16 e 20 palmos portugueses de altura de água, na preia-mar das maiores marés [...]», prometendo «vir a ser mais funda logo que estejam concluídas as obras da barra», pois, «que à proporção que as referidas obras têm avançado sobre o oceano, a barra tem aprofundado mais» (ACM, *Barra de Aveiro*, cx. 64, Ofício n.º 566, 11 de Abril de 1854). Em Maio desse ano chega a Aveiro uma draga (ACM, *Entradas e saídas do porto de Aveiro*, cx. 225).

²¹⁴ J. Melo Freitas, «A barra de Aveiro», *A Época*, n.º 5, 4 de Março de 1886, p. 2, c. 1-5.

²¹⁵ AACA, *Actas da direcção, 1898-1933*, vol. II, Sessão de 15 de Outubro de 1928, fl. 54. Este texto, não assinado, é parte de uma longa exposição enviada ao Governo pela Associação Comercial de Aveiro, dirigida então por Albino Pinto de Miranda, em defesa do porto de Aveiro. Creio ser da autoria de Rocha e Cunha, que era contra a centralização governamental da gestão da barra e porto de Aveiro, defendendo, pois, à semelhança do que se passava em diversos países, a autonomia das corporações locais na defesa dos seus interesses.

²¹⁶ Essa junta foi criada pela Lei de Setembro de 1858, sendo extinta em virtude da reorganização dos serviços hidráulicos, em 1886 (Cf. «Junta da barra», *O Aveirense*, n.º 71, 3 de Março de 1909, p. 1, c. 2-4).

²¹⁷ AACA, *Actas da direcção, 1898-1933*, vol. II, Sessão de 15 de Outubro de 1928, fl. 54. Como tantos outros, também este aspecto da história da barra e do porto de Aveiro permanece obscuro. No início do século XX, o *Campeão das Províncias* não tinha a mesma opinião, pois atribuía às chamadas «portas de água», que serviram para fechar a «barra da Vagueira», os assoreamentos sucessivos e os perigos que os navios enfrentavam na ria (Cf., entre outros, «As portas d'água», *Campeão das Províncias*, n.º 5696, 19 de Outubro de 1907, p. 3, c. 3). Vide, também, José Pais de Almeida Graça, «O Engenheiro Silvério Pereira da Silva», 1945, p. 214-226.

²¹⁸ Desde o início do século XIX que de Aveiro sai quase invariavelmente sal. Igualmente de barco, chegavam: sardinha, cavala, encomendas várias, sabão, vinho, arroz, milho, «algum ferro», carvão de pedra (de Newcastle, em Maio de 1845), pedra, barro, pipas, fazendas, papel, etc. Todo o movimento visa os portos próximos, especialmente os do Norte. Os barcos transportavam em média cerca de 50-60 t de produtos (Cf. ACM, cx. 225, *Documentos vários*).

¹⁹⁶ «A Ria e Barra de Aveiro», *Locomotiva*, n.º 72, 6 de Novembro de 1883, p. 2, c. 2 e *idem*, n.º 73, 8 de Novembro de 1883, p. 2-3). *Itálicos* de Almeida e Medeiros.

¹⁹⁷ Adolfo Loureiro, *Os portos marítimos de Portugal* [...], vol. II, 1904, p. 22.

¹⁹⁸ Marques Gomes, *O Distrito de Aveiro* [...], 1877, p. 142.

¹⁹⁹ *Chorographia Portugueza*, 1707, «Tratado III. Da comarca de Esgueyra», fls. 115-116. *Itálicos* meus. H. Gabriel Mendes (*Cartografia e engenharia da ria* [...], 1974, p. 7) afirma que, de 1619 a 1624, ainda passaram 300 navios pela barra, dos quais 109 com bacalhau; de 1638 a 1700 já só foram contados 140, e apenas 6, de 1741 a 1745.

²⁰⁰ Marques Gomes, *O Distrito de Aveiro* [...], 1877, p. 142 e Humberto Gabriel Mendes, *Cartografia e engenharia da ria* [...], 1974, p. 7-8.

²⁰¹ Humberto Gabriel Mendes, *Cartografia e engenharia da ria* [...], 1974, p. 9-10.

²⁰² Marques Gomes, *O Distrito de Aveiro* [...], 1877, p. 142-143.

²⁰³ Inês Amorim, *Aveiro e a sua provedoria no Séc. XVIII* [...], 1996, p. 595.

²⁰⁴ «O pescado», *Campeão das Províncias*, n.º 5831, 10 de Fevereiro de 1909, p. 2, c. 2.

²⁰⁵ Marques Gomes, *O Distrito de Aveiro* [...], 1877, p. 143. Também Isidoro Francisco Guimarães, na sua *Memória sobre a nova barra de Aveiro* [...], defende que foi aberta em 3 de Abril de 1808 (Cf. Belisário Pimenta, «A barra de Aveiro em 1809», 1940, p. 161-173). O Marquês de Ávila e Bolama, certamente apoiado na obra de Adolfo Loureiro, *Os portos marítimos de Portugal* [...], vol. II, 1904, apresenta uma outra data para a abertura da nova barra e um diferente número de navios: «Obedecendo a uma resolução que logicamente se impunha, ordenaram-se os trabalhos para melhorar as condições da barra, e a primeira obra importante que se fez para este fim, concluiu-se em 1808, permitindo entrada na nova barra, em 13 de Março de 1809, aos 40 navios de vela que transportavam munições para o exército inglês» (Marquês de Ávila e BolAMA, *A Nova Carta Chorographica de Portugal*, t. I, p. 102).

²⁰⁶ ACM, *Barra de Aveiro*, cx. 63, Carta de Luís Gomes de Carvalho a D. Rodrigo de Sousa Coutinho «pelo feliz acontecimento da abertura da barra de Aveiro».

²⁰⁷ Isidoro Francisco Guimarães, *Memória* [...], in Belisário Pimenta, «A barra de Aveiro em 1809», 1940, p. 161-173). *Itálicos* meus.

²⁰⁸ Marques Gomes, *O Distrito de Aveiro* [...], 1877, p. 143. Em 26 de Maio de 1821, a profundidade da barra estava «em 22 palmos em $\frac{3}{4}$ da maré; e no rumo ONO, segundo a sonda que o Piloto-mor me deu» (ACM, Barra de Aveiro, *Barra de Aveiro*, cx. 64, Carta de Luís Gomes de Carvalho a Francisco Maximiliano de Sousa). Os números apresentados por Marques Gomes, que terá tido acesso ao registo de 15 de Abril de 1808, lançado no primeiro livro da Superintendência da Barra e transcrito pelo Eng. Araújo e Silva na *Locomotiva* (n.º 82, 29 de Novembro de 1883, p. 1), constituem, na opinião do referido engenheiro, mais um argumento em favor da denúncia da escolha do local da barra; é que naquela circunstância, uma profundidade de «20 a 30 palmos» (4,4 a 6,6 m) é muito pouco.

²⁰⁹ «No dia 21 do corrente, me participou o mestre da obra haver um destes descensos em uma extensão de 70 palmos de comprimento, termo médio, que logo mandei levantar, e ficou efectivamente levantado, superior às marés no dia 26» (ACM, *Barra de Aveiro*, cx. 64, Carta a Francisco Maximiliano de Sousa). Nesse ano de 1821, as obras eram realizadas por uma equipa de cerca de

¹⁷⁵ ADAVR, Aveiro, not. Fortuna, liv. 766-127, 29 de Dezembro de 1897, fls. 9 v.-11.

¹⁷⁶ AMA, *Actas da Sessões da Câmara Municipal de Aveiro*, liv. 17, 26 de Março de 1861, fls. 62 v. e 64.

¹⁷⁷ «Aquela pequena artéria [...] é em ocasiões de estiagem um verdadeiro foco de infecção», porque ali se faz «todo esse enorme tráfego de pescado que segue pelo caminho-de-ferro, em carros, canastras e outros meios de transporte, do que resulta estar sempre cheio de escamas de peixe e com covas de águas salmouradas», pelo que «ocasiões há em que o cheiro ali é verdadeiramente insuportável» («O Cais dos Mercantéis», *Campeão das Províncias*, n.º 194, 26 de Abril de 1903, p. 1, c. 4-5). A proposta de se aterrar o referido cais foi repudiada por todos (Cf. «O Cais dos Mercantéis», *Campeão das Províncias*, n.º 5239, 2 de Maio de 1903, p. 2, c. 2).

«O Cais dos Mercantéis», *Campeão das Províncias*, n.º 194, 26 de Abril de 1903, p. 1, c. 4-5.

¹⁷⁸ Adolfo Loureiro, *Os portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, vol. II, 1904, p. 43 e 72-73.

¹⁷⁹ AMA, *Registo das obras do Município, 1860-1862*, liv. 1480, fls. 1-109 e 193 v. e *idem*, *Actas da Câmara*, liv. 17, 26 de Março de 1861, fl. 21.

¹⁸⁰ AMA, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Aveiro*, liv. 19, 30 de Agosto de 1866, fl. 10).

¹⁸¹ «Cais das Pirâmides», *Campeão das Províncias*, n.º 5256, 4 de Julho de 1903, p. 1, c. 3-4.

¹⁸² Cf. Manuel Ferreira Rodrigues, *A fundação da Associação Comercial de Aveiro e o estado da barra em meados do século XIX*, 1998, p. 59.

¹⁸³ Alberto Sousa Lamy, «A Ribeira e o seu cais», 2003, p. 72.

¹⁸⁴ AMA *Actas da Sessões da Câmara Municipal de Aveiro*, liv. 19, 30 de Agosto de 1866, fl. 10.

¹⁸⁵ AMA, *Documentos de despesa. Obras municipais*, liv. 459, fls. inums.

¹⁸⁶ A. D. Marques, *Anuário da cidade de Aveiro. 1891*, s. d., p. 16. De qualquer modo, importa referir que alguns desses cais, como o do Cojo, no centro da cidade, eram verdadeiros portos de abrigo em dias de tempestade (Cf. «Aveiro – Cais do Cojo», *Campeão das Províncias*, n.º 5211, 24 de Janeiro de 1903, p. 1, c. 2-3. Sobre os cais da cidade, ver Francisco Ferreira Neves, «O cais de Aveiro», 1954).

¹⁸⁷ «Trabalhos», *A Beira Mar. Jornal Progressista*, n.º 82, 21 de Abril de 1891, p. 2.

¹⁸⁸ Cf. Humberto Gabriel Mendes, *Catálogo de cartas antigas da mapoteca do Instituto Geográfico Cadastral*, 1969, cartas 125, 266, 313, 315, 320 e 321.

¹⁸⁹ Aires de Amorim, «Dois projectos de um canal interior ligando o Douro à ria de Aveiro», *Achegas para o estudo da história local*, 1989, p. 238-248.

¹⁹⁰ Joel Serrão, *Temas Oitocentistas* [...], I, 1980, p. 114.

¹⁹¹ Alberto Sousa Lamy, *Monografia de Ovar* [...], 2.ª ed., vol. I, 2001, p. 192.

¹⁹² «Obras da Barra. Obras da Ria», *O Democrata*, n.º 673, 7 de Maio de 1921, p. 1, c. 1-3.

¹⁹³ A. F. de Araújo e Silva, «A Ria e a Barra», *Locomotiva*, n.º 63, 16 de Outubro de 1883, p. 1, c. 4.

¹⁹⁴ Carlos Faria, «A Ria e Barra de Aveiro», *Locomotiva*, n.º 50, 6 de Setembro de 1883, p. 1, c. 2-3.

¹⁹⁵ «A Ria e Barra de Aveiro», *Locomotiva*, n.º 52, 11 de Setembro de 1883, p. 1, c. 2.

por esta quintilha de Fr. José do Espírito Santo, natural de Ovar: *Deixei em breve a Torreira; / Toda a Marinha deixei; / Vi Aveiro, vi Esgueira, / E em Soza, onde aportei, / Segui terrestre carreira*» (Manuel d'Almeida, *Soza e as suas gentes*, Soza, 1984, p. 45).

¹⁵⁴ Pinho Leal, «Sôza ou Souza», *Portugal Antigo e Moderno* [...], vol. IX, 1880, p. 458. O concelho de Soza foi extinto por decreto de 31 de Dezembro de 1853, sendo esta freguesia integrada no concelho de Vagos (Manuel dos Santos Costa, «Monografia da vila de Sôza», *O Ilhavense*, n.º 741, 10 de Agosto de 1928, p. 1, c. 4-5).

¹⁵⁵ *Ibidem*.

¹⁵⁶ No Arquivo da Conservatória do Registo Civil de Vagos há assentos de casamento entre fragateiros, oleiros, trabalhadores e comerciantes de Ovar com mulheres de Vagos.

¹⁵⁷ AMV, *Actas das sessões da Câmara* [...], liv. 13, 23 de Dezembro de 1893, fls. 46-46 v.

¹⁵⁸ J. Melo Freitas, «Trabalhos de José Estêvão», *A Época*, n.º 19, 10 de Junho de 1886, p. 1-2.

¹⁵⁹ Entre outros, *vide* ADAVR, Aveiro, not. Duarte Silva, liv. 1042-135, 2 de Fevereiro de 1890, fl. 63 v.

¹⁶⁰ «Na ria», *Campeão das Províncias*, n.º 5501, 22 de Janeiro de 1905, p. 2, c. 1.

¹⁶¹ «Caminho de ferro da Beira-mar», *O Concelho de Estarreja*, n.º 381, 16 de Janeiro de 1909, p. 2, c. 1.

¹⁶² Em 16 de Outubro de 1902, Rosa Correia, *recoveira*, é credora num processo de falência (Cf. ADAVR, Águeda, not. Pinto, liv. 1095-10, fls. 3 v.-5).

¹⁶³ Manuel Ferreira Rodrigues, *Os Serviços Municipalizados de Aveiro* [...], 1999, *passim*.

¹⁶⁴ «Carreira para a Barra e Costa Nova», *Campeão das Províncias*, n.º 60, 13 de Setembro de 1902, p. 2, c. 6.

¹⁶⁵ Manuel Ferreira Rodrigues, *A Jerónimo Pereira Campos* [...].

¹⁶⁶ *O Democrata*, n.º 605, 10 de Janeiro de 1920, p. 2, c. 3.

¹⁶⁷ AACA, *Actas da Direcção, 1898-1933*, vol. I, fl. 62.

¹⁶⁸ AACA, *Actas da Direcção, 1898-1933*, vol. II, Sessão de 28 de Março de 1930, fls. 62-63.

¹⁶⁹ «Família Colares Pinto. Para a memória de Ovar», *Reis*, 1999, p. 81.

¹⁷⁰ Ricardo Pereira Campos, «Sobre o futuro do Canal do Cojo», *Litoral*, 15 de Outubro de 1955, p. 8.

¹⁷¹ J. N. Ferreira Dias Júnior, *Linha de rumo. Notas de economia portuguesa*, vol. I, 1945, p. 260.

¹⁷² Sobre o significado de escaço, *vide* Capítulo 4 (Cf. «Dominação quase absoluta dos adubos naturais»).

¹⁷³ Furadouro – 1; Carregal – 5; Ovar – 3; Válega – 1; Pardilhó – 6; Avanca – 1; Bunheiro – 14; Murtosa – 12; Pardelhas – 1; Veiros – 6; Estarreja – 4; Salreu – 1; Canelas – 1; Fermelã – 1; S. Jacinto – 3; Cacia – 4; Sarrazola – 4; Paço, Esgueira – 2; Mataduços, Esgueira – 2; Esgueira – 3; Aveiro – 9; Santiago, Aveiro – 1; Testada sul, Aveiro – 1; Aradas – 1; Verdemilho – 1; Ílhavo – 8; Gafanha da Nazaré – 3; Vista Alegre – 2; Vagos – 6; Soza – 2; Mira – 2 (*Porto e Ria de Aveiro. Notícia sobre o seu valor económico*, 1936).

¹⁷⁴ D. José de Castro, *Aveiro*, vol. V (1.ª parte): *Indústrias Populares. Feiras e Mercados*, 1945, Estampa XL: «Esquema da distribuição e desembarcadouros na Ria de Aveiro».

p. 29. Segundo o *Dicionário Geográfico*, em 1758, «Ovar tinha um barco, chamado Misericórdia, cujo produto era administrado pelo juiz da igreja» (Alberto Sousa Lamy, «A Ribeira e o seu cais», 2003, p. 73).

¹⁴⁰ Armando Lúcio Vidal, «Nas raízes do Fontismo», in Joaquim Baptista, *Reflexões* [...], 1989, p. 15.

¹⁴¹ Alberto Sousa Lamy, «A Ribeira e o seu cais», *Dunas*, n.º 3, Novembro de 2003, p. 73.

¹⁴² São diversas as referências à existência dessas embarcações, que por vezes naufragavam. *Vide*, entre outros, «Desastre na ria», *A Vitalidade*, n.º 29, 17-02-1895, p. 4, c. 2 e «Na ria», *Campeão das Províncias*, n.º 5501, 22 de Janeiro de 1905, p. 2, c. 1.

¹⁴³ Inês Amorim, *Aveiro e a sua provedoria no Séc. XVIII (1690-1814). Estudo económico de um espaço histórico*, Coimbra, 1997, p. 98-99).

¹⁴⁴ João Frederico Teixeira de Pinho, *Memórias* [...], 1959, p. 237.

¹⁴⁵ Alberto Sousa Lamy, «A Ribeira e o seu cais», 2003, p. 76.

¹⁴⁶ J. Melo Freitas, «Trabalhos de José Estêvão», *A Epoca*, n.º 19, 10 de Junho de 1886, p. 1-2. Cf. *Diário do Governo*, p. 154, *Relatório* [...], in Francisco Ferreira Neves, *O Distrito de Aveiro há 100 anos* [...], 1956, p. 14.

¹⁴⁷ ACM, *Barra de Aveiro*, cx. 64, Ofício de 7 de Março de 1854). Esse relatório, fora publicado na *Revolução de Setembro*, de 20 de Agosto de 1854 (Cf. «Colectânea Aveirense. XXV. 2.ª série», *Campeão das Províncias*, n.º 6516, 6517 e 6518 (13, 20 e 27 de Janeiro de 1917).

¹⁴⁸ AMOP, DGCAM – RC 7, fls. 15 v.-17. *Vide*, também, a Lei de 3 de Julho de 1855 (*Diário do Governo*, n.º 160), pela qual era atribuído um subsídio pago pelo Estado à companhia que se formasse para o estabelecimento da navegação a vapor entre Aveiro e Ovar. De resto, não era um tratamento excepcional, pois as condições eram iguais às que quaisquer outras empresas formadas noutras regiões teriam para a navegação, nomeadamente entre Alcácer do Sal e Setúbal, no rio Sado (fls. 23-27), entre Lisboa e Cacilhas (fls. 31-32), entre Lisboa e Luanda (fls. 43-47), entre Lisboa e o Algarve (fls. 54 v.-56), entre Lisboa e o Funchal (fls. 61 v.-65), entre Lisboa e o Porto, com a criação, em 1855, da Empresa Portuense de Navegação a Vapor. Também a Companhia de Navegação do Tejo por barcos movidos a vapor ganhou com esses estímulos. No mesmo livro de cartas e alvarás (AMOP, DGCAM – RC Com 13) verifica-se que havia estímulos à importação de barcos a vapor. A empresa luso-hamburguesa foi uma das beneficiadas (fl. 33 v.-35).

¹⁴⁹ Sem o aprofundamento dos canais, nomeadamente nos seus extremos, quer em Aveiro quer em Ovar, a acostagem só se faria em locais distantes 1000 m e 1762 m, respectivamente, do centro das duas localidades. No caso de Ovar era necessário fazer obras de custos elevados (Cf. «Colectânea Aveirense», *Campeão das Províncias*, n.º 6516, 13 de Janeiro de 1917, p. 1, c. 4-6).

¹⁵⁰ *Relatório* [...], in Francisco Ferreira Neves, *O Distrito de Aveiro há 100 anos* [...], 1956, p. 36.

¹⁵¹ «Colectânea Aveirense», *Campeão das Províncias*, n.º 6516, 13 de Janeiro de 1917, p. 1, c. 4-6.

¹⁵² *Relatório* [...], in Francisco Ferreira Neves, *O Distrito de Aveiro há 100 anos* [...], 1956, p. 36.

¹⁵³ «Além do movimento comercial, feito através da ria, entre a nossa vila e a região ova-rense, devia ser igualmente amiudado o tráfego fluvial de pessoas entre estas duas regiões, a julgar

¹⁰⁹ Diversos autores têm enfatizado a importância dos rios como veículos de comunicação entre economias complementares. Vide bibliografia apresentada por Maria Fernanda Alegria, *A organização dos transportes em Portugal* [...], 1990, p. 69-70.

¹¹⁰ Joaquim Rodrigues da Silva, «O Antuã», 1944, p. 77.

¹¹¹ Humberto Gabriel Mendes, *Cartografia e engenharia da ria* [...], 1974, p. 34.

¹¹² *Breve exposição do quadro da administração municipal do Concelho de Angeja desde 1834 a 1846* [...], 1846, p. 5-6).

¹¹³ ADAVR, Águeda, not. Pacheco, liv. 298-30, 11 de Outubro de 1870, fls. 27-27 v.). Vide, também, Jaime Afreixo, *Relatórios, informações e pareceres*, 1936, p. 33-43.

¹¹⁴ ACM, *Licenças diversas*, cx. 399, 3 de Abril de 1874.

¹¹⁵ ADAVR, Estarreja, not. Corte-Real, liv. 150-35, 10 de Novembro de 1891, fls. 28 v.-29.

¹¹⁶ «Barcos de lenha», *Soberania do Povo*, n.º 3379, 17 de Abril de 1912, p. 3, c. 2.

¹¹⁷ «Réga dos campos», *Soberania do Povo*, n.º 3197, 16 de Julho de 1910, p. 3, c. 3.

¹¹⁸ «Rio Águeda», *Soberania do Povo*, n.º 2605, 18 de Setembro de 1904, p. 3, c. 1.

¹¹⁹ «O rio Águeda», *Soberania do Povo*, n.º 3215, 17 de Setembro de 1910, p. 3, c. 1.

¹²⁰ «O rio Águeda», *Soberania do Povo*, n.º 2005, 13 de Outubro de 1898, p. 2, c. 4.

¹²¹ *Ibidem*.

¹²² *Soberania do Povo*, n.º 1338, 20 de Março de 1892, p. 2, c. 4-5.

¹²³ *Ibidem*.

¹²⁴ *Soberania do Povo*, n.º 1670, 27 de Junho de 1895, p. 2, c. 2.

¹²⁵ *Soberania do Povo*, n.º 1748, 2 de Abril de 1896, p. 2, c. 4.

¹²⁶ «Embarque de lenhas, vinho e minério», *Soberania do Povo*, n.º 3886, 5 de Maio de 1917, p. 3, c. 2.

¹²⁷ «Barcos de lenha», *Soberania do Povo*, n.º 4077, 22 de Novembro de 1919, p. 3, c. 4.

¹²⁸ «Estradas d'Águeda », *Soberania do Povo*, n.º 4497, 24 de Março de 1928, p. 1, c. 4.

¹²⁹ «Madeiras e lenha», *Soberania do Povo*, n.º 3780, 8 de Abril de 1916, p. 3, c. 3.

¹³⁰ *Soberania do Povo*, n.º 1704, 24 de Outubro de 1895, p. 2, c. 4-5.

¹³¹ «Barco afundado», *Soberania do Povo*, n.º 485, 27 de Março de 1912, p. 3, c. 1.

¹³² *Ibidem*.

¹³³ António Vítor Nunes de Carvalho, *Os Estaleiros Mónica: da aurora ao ocaso da construção naval em madeira na Gafanha da Nazaré (1889-1981)*, 2003, p. 204.

¹³⁴ Mário dos Santos Pato, *A Pateira de Fermentelos. Ante-projecto de enxugo*, 1919; J. S. de Sousa Baptista, «A Pateira de Fermentelos», 1945, p. 251-252.

¹³⁵ Sobre a Pateira de Frossos encontrei apenas uma brevíssima referência na imprensa local (Cf. «Albergaria-a-Velha», *A Liberdade*, n.º 172, 11 de Junho de 1914, p. 2, c. 1). Mário dos Santos Pato defendeu um canal de ligação da Pateira de Fermentelos ao rio Boco, em Vagos, para o escoamento da Pateira (*idem*, p. 19-27).

¹³⁶ «Noticias diversas», *Soberania do Povo*, n.º 1328, 14 de Fevereiro de 1892, p. 2, c. 4.

¹³⁷ Alberto Sousa Lamy, «A Ribeira e o seu cais», *Dunas*, n.º 3, Novembro de 2003, p. 72).

¹³⁸ Manuel Barreira, *Santa Casa da Misericórdia de Aveiro* [...], 1998, p. 107.

¹³⁹ João Frederico Teixeira de Pinho, *Memórias e datas para a história da vila de Ovar*, 1959,

⁸⁶ Referindo-se ao conjunto das realizações desse período, Rocha Madail viu nesses anos uma «época distinta na história de Aveiro, um período à parte» («A “Exposição alusiva à Ria de Aveiro” projectada pelo Barão de Cadoro e pelo Engenheiro Melo Matos», 1947, p. 245).

⁸⁷ A. Simões Lopes, *Desenvolvimento regional* [...], 1995, p. 39-40.

⁸⁸ António Lopes Vieira, *Os transportes públicos de Lisboa, entre 1830-1910*, 1980, p. 59-82 e Maria Fernanda Alegria, *A organização dos transportes em Portugal (1850-1910). As vias e o tráfego*, 1990.

⁸⁹ David Justino, *Formação do espaço económico nacional* [...], vol. I, 1988, p. 191.

⁹⁰ Maria Filomena Mónica, *Fontes Pereira de Melo*, 1999.

⁹¹ João Pedro Ferro, «Comunicações e comércio: linhas gerais», 2004, p. 97.

⁹² *Ibidem* e Maria Fernanda Alegria, *A organização dos transportes em Portugal* [...], 1990, p. 100-163.

⁹³ Sobre as obras de «encanamento do Vouga», canal que ficou conhecido por Rio Novo do Príncipe, *vide* Adolfo Loureiro, *Os portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, vol. II, 1904, p. 33 e Bartolomeu Conde, *Rio Novo do Príncipe. Causas e vantagens da sua construção, em 1815*, [1996].

⁹⁴ Joaquim Baptista, *Reflexões sobre a navegação do Rio Vouga, 1829* (transcrição, introdução e notas de Armando Lúcio Vidal), 1989. Já antes, em 1778, Isidoro Paulo Pereira e Manuel de Sousa Ramos tinham mostrado a importância da navegação do Vouga, a partir de S. Pedro do Sul (Cf. Humberto Gabriel Mendes, *Cartografia e engenharia da Ria e Barra de Aveiro, no último quartel do século XVIII*, 1974, p. 29-30 e 34-36).

⁹⁵ AMOP, *Presidência da Comissão Promotora da Navegação dos Distrito de Aveiro e Viseu*, 25 de Maio de 1855. Nesse extenso documento, António Cardoso de Barros Loureiro Sequeira e Quadros (Presidente), José Luciano de Castro (Vogal) e António Augusto Henriques Ferreira (Vogal) expõem longamente as dificuldades de viação sentidas especialmente nas regiões montanhosas.

⁹⁶ Humberto Gabriel Mendes, *Cartografia e engenharia da ria* [...], 1974, p. 34-36.

⁹⁷ Mário dos Santos Pato, *A Pateira de Fermentelos. Ante-projecto de enxugo*, 1919, p. 9.

⁹⁸ Manuel Barreira, *Santa Casa da Misericórdia de Aveiro – poder, pobreza, solidariedade*, 1998, p. 107, n. 303.

⁹⁹ Adolfo Loureiro, *Os portos marítimos de Portugal* [...], vol. II, 1904, p. 13.

¹⁰⁰ Venâncio Dias de Figueiredo Vieira, *Memória da vila de Eixo*, 1982, p. 46.

¹⁰¹ Adolfo Loureiro, *Os portos marítimos de Portugal* [...], vol. II, 1904, p. 13 e 33.

¹⁰² Cf. Marques Gomes, «Águeda – o rio e a ponte», *Independência de Águeda*, n.º 626, 9 de Janeiro de 1915, p. 4-5 e «Comício de protesto contra as Minas das Talhadas», *Soberania do Povo*, n.º 4290, 2 de Fevereiro de 1924, p. 1, c. 4.

¹⁰³ Joaquim Rodrigues da Silva, «O Antuã», 1944, p. 77.

¹⁰⁴ Adolfo Loureiro, *Os portos marítimos de Portugal* [...], vol. II, 1904, p. 13).

¹⁰⁵ ACM, *Licenças Diversas*, cx. 399, 3 de Abril de 1874.

¹⁰⁶ Adolfo Loureiro, *Os portos marítimos de Portugal* [...], vol. II, 1904, p. 14.

¹⁰⁷ David Justino, *Formação do espaço económico nacional* [...], vol. I, 1988, p. 180.

¹⁰⁸ Adolfo Loureiro, *Os portos marítimos de Portugal* [...], vol. II, 1904, p. 13-14.

1904, fls. 27-28 v.; *idem*, liv. 316-30, 26 de Junho de 1905, fls. 27 v.-30; *idem*, liv. 319-22, 11 de Abril de 1906, fls. 1-2; *idem*, liv. 319-22, 11 de Abril de 1906, fls. 2 v.-4 v. e *idem*, Vagos, not. Sarmiento, liv. 285-32, 9 de Setembro de 1905, fls. 12-13.

⁷⁰ Em Oliveira do Bairro, no período estudado, nasceram 44 sociedades e foram dissolvidas 16.

⁷¹ Cf. E. de Castro Caldas e M. dos Santos Loureiro, *Regiões homogêneas no Continente Português*, 1966.

⁷² José Mattoso, Suzanne Daveau e Duarte Belo, *Portugal* [...], 1997, p. 24. Segundo estes autores, em 1645, Rodrigo Mendes da Silva conta cerca de 2000 «vizinhos»; as Tábuas Topográficas e Estatísticas de 1801 apontam 3425 fogos para o conjunto, dos quais 1059 na cidade» (*Ibidem*). Mais tarde, essa situação inverter-se-ia. No final de Oitocentos, Aveiro integrava o grupo dos distritos de maior crescimento natural (Cf. Teresa Rodrigues, «A população portuguesa nos séculos XIX e XX», 1995, p. 61) e era o distrito com a quarta maior densidade populacional, só ultrapassada por Lisboa, Porto e Braga (Cf. Teresa Rodrigues Veiga, «As realidades demográficas», 2004, p. 26 e 55).

⁷³ Aveiro está entre os três distritos com mais elevados níveis de emigração, no final do século XIX. Com 4,5% TBE, tal como a cidade do Mondego, só é ultrapassada por Viseu, com 4,7% (Teresa Rodrigues Veiga, «As realidades demográficas», 2004, p. 66-70).

⁷⁴ *Idem*, *op. cit.*, p. 22.

⁷⁵ A. D. Marques, *Anuario da cidade de Aveiro. Primeiro ano – 1891*, s. d., p. 16.

⁷⁶ Sacuntala Miranda, «A base demográfica», 1991, p. 20-22 e 29-36).

⁷⁷ Teresa Rodrigues Veiga, «As realidades demográficas», 2004, p. 36-48.

⁷⁸ David Justino, *Formação do espaço económico nacional* [...], vol. I, 1998, p. 404 e Sacuntala Miranda, «A base demográfica», 1991, p. 13.

⁷⁹ Manuel Ferreira Rodrigues, «A construção civil em Aveiro, 1860-1930 [...]», 1998, p. 303-342.

⁸⁰ Cf. Jorge Carvalho Arroiteia, *Os Ilhavos e os Murtoseiros na emigração portuguesa*, 1983.

⁸¹ «Costa do Valado, 29», *O Democrata*, n.º 634, 31 de Julho de 1920, p. 2, c. 2.

⁸² «O mal da emigração», *Campeão das Províncias*, n.º 6710, 2 de Outubro de 1920, p. 1, c. 1-5.

⁸³ Depois das tentativas goradas de 1899 e 1914, a Murtosa torna-se concelho em 1926 (Cf. José Maria Barbosa, *A Murtoza. A propósito da sua autonomia*, 1899 e «1899-1914-1926», *Concelho da Murtosa*, n.º 5, 9 de Janeiro de 1927, p. 1, c. 3-4 e José Tavares Afonso e Cunha, *Notas marinhas*, vol. V, 1995).

⁸⁴ Cf. Jorge Carvalho Arroiteia, *Aveiro: aspectos geográficos e do desenvolvimento urbano*, 1998.

⁸⁵ Uma nota de *O Primeiro de Janeiro* de 7 de Janeiro de 1895, que abordava a possibilidade de o distrito de Aveiro, entre outros, vir a ser extinto, suscitou uma impressionante manifestação de protesto: «Aveiro não podia ficar indiferente perante esse golpe terrível, que seria o aniquilamento desta cidade», dizia a *Vitalidade*, informando, depois, das diligências de Jaime de Magalhães Lima, a pedido da Associação Comercial de Aveiro («Supressão do Districto de Aveiro. Boato falso», *A Vitalidade*, n.º 24, 13 de Janeiro de 1895, p. 1, c. 3-4).

⁴⁷ Alberto Souto, «Geologia do distrito de Aveiro – II», 1935, p. 265.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ *Relatórios sobre o estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente e Ilhas Adjacentes em 1856, 1857*, p. 10. Sobre a diversidade dessas divisões, *vide* E. de Castro Caldas e Manuel dos Santos Loureiro, *Regiões homogêneas no Continente Português*, 1966. *Itálicos* meus.

⁵⁰ *Relatórios sobre o estado da Administração Pública [...] 1856, 1857*, p. 1.

⁵¹ A. de Amorim Girão, «Aspectos geográficos do distrito de Aveiro», 1935, p. 9. O distrito de Aveiro foi criado pelo Decreto de 18 de Julho de 1835 (*Diário do Governo*, 20 de Julho de 1835).

⁵² *Apud* A. de Amorim Girão, «Aspectos geográficos do distrito de Aveiro», 1935, p. 10).

⁵³ A maioria dos barcos populares portugueses, sobretudo os que se encontram até ao Vouga, como demonstrou Lixa Filgueiras, é de origem mediterrânica, diferentemente dos que se encontram a Norte, certamente de origem bordalesa ou normanda (Lixa Filgueiras, *apud* José Mattoso, «Os Concelhos», 1993, p. 214). Essa mudança faz-se na ria de Aveiro e no rio Vouga.

⁵⁴ A. de Amorim Girão, «Aspectos geográficos do distrito de Aveiro», 1935, p. 12.

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ *Ibidem*. A. Girão inclui Oliveira do Bairro já «na sub-região bairresa, especialmente caracterizada pela cultura da vinha e da oliveira» (*Ibidem*).

⁵⁷ Cf. C. Coelho Ferreira e N. Neves Simões, *A evolução do pensamento geográfico*, 1986, p. 87.

⁵⁸ (Arsénio Mota, *Pela Bairrada*, 1998, p. 15).

⁵⁹ José Tavares Afonso da Cunha, *Notas marinhas*, vol. I, 1965, p. [5]. *Itálicos* meus.

⁶⁰ «Origem de Pardilhó», *O Concelho de Estarreja*, n.º 782, 7 de Outubro de 1916, p. 1, c. 2.

⁶¹ José Tavares Afonso da Cunha, *Notas marinhas*, vol. I, 1965, p. [5]. *Itálicos* meus.

⁶² *Relatório [...]*, in Francisco Ferreira Neves, *O Distrito de Aveiro há 100 anos [...]*, 1956, p. 5.

⁶³ A. de Amorim Girão, «Aspectos geográficos do distrito de Aveiro», 1935, p. 10-12.

⁶⁴ Pierre Birot, *Portugal. Estudo de Geografia Regional*, 2.ª ed., 2004, p. 67-81.

⁶⁵ Além do já referido Decreto de 25 de Abril de 1835 e do Decreto de 18 de Julho desse mesmo ano, foram igualmente decisivos para a configuração do Distrito de Aveiro os decretos de 6 de Novembro e de 31 de Dezembro de 1836, a Lei de 29 de Outubro de 1840, o Decreto de 18 de Março de 1842, o Decreto de 31 de Dezembro de 1853 e o de 24 de Outubro de 1855. O Decreto de 10 de Dezembro de 1867, «que não chegou a pôr-se em prática, redigido em conformidade da Lei de 26 de Junho do mesmo ano, obrigava a suprimir o Distrito de Aveiro» e diversos concelhos (Marques Gomes, *O Distrito de Aveiro [...]*, 1877, p. 23-25).

⁶⁶ Cf. «Hinterland», in Mariana Batouxas e Julieta Viegas, *Dicionário de Geografia*, 1998, p. 102.

⁶⁷ *Apud* «Uma tese oportuna. O regime de propriedade privada na Ria de Aveiro», *O Democrata*, n.º 1041, 8 de Setembro de 1928, p. 2, c. 2-6.

⁶⁸ ADAVR, Vagos, not. Feio, liv. 213-47, 22 de Janeiro de 1885, fls. 1-2 v.

⁶⁹ ADAVR, Aveiro, not. Peixinho, liv. 1236-9, 7 de Agosto de 1901, fls. 15 v.-17; *idem*, Ílhavo, not. Calisto, liv. 301-4, 1 de Junho de 1901, fls. 1-5; *idem*, liv. 312-15, 7 de Agosto de

³² Em Castelhana, *comarca* é a divisão inferior a região, no mesmo sentido que o Francês *pays*. Esclarece Orlando Ribeiro (*Introdução ao estudo da Geografia Regional* [...], p. 45) que estas palavras não têm correspondência escrita em Português: tem-se dito sub-região». No entanto, faço notar que na documentação compulsada verifica-se o uso da palavra *pais* entre o município e o *pays* francês.

³³ Jorge Gaspar, *As Feiras de Gado na Beira Litoral*, 1986, p. 21. Pierre Birot, *Portugal. Estudo de Geografia Regional*, 2.^a ed., 2004, p. 74.

³⁴ Orlando Ribeiro, *Introduções geográficas à História de Portugal* [...], 1977, p. 155.

³⁵ J. V. Paula Nogueira, *Gados. Exposição portuguesa em Sevilha*, 1929, p. 22. *Itálico* meu.

³⁶ Pierre Birot, *Portugal. Estudo de Geografia Regional*, 2.^a ed., 2004, p. 74.

³⁷ José Mattoso, Suzanne Daveau e Duarte Belo, *Portugal – O sabor da terra*. [...], 1997, p. 22-26. Sobre a complexo processo de formação da laguna, *vide*, também, Alberto Souto, *Origens da ria de Aveiro*, Aveiro, 1923; *idem*, *Nota sobre a formação do actual aspecto geográfico da Beira-Vouga-Litoral*, 1953 e Silvério R. da Rocha e Cunha, *Relance da história económica de Aveiro*, 1939.

³⁸ José Mattoso, Suzanne Daveau e Duarte Belo, *Portugal* [...], 1997, p. 9-10 e 22.

³⁹ Orlando Ribeiro, «O mar e a costa», 1987, p. 78 e 104. Sobre a geomorfologia desta sub-região, em que domina uma planície aluvial, com dunas litorais recentes, a Oeste, e superfícies baixas de erosão, a Este e a Sul, *vide* Herman Lautensach, «As características fundamentais da geomorfologia», p. 144-145, 155-157 e 209; Maria da Assunção Araújo, «A evolução do litoral em tempos históricos: a contribuição da Geografia Física», 2002, p. 73-91. e Maria do Rosário Bastos e J. M. Alvarinho Dias, «Uma representação do litoral português: o Baixo Vouga (séculos IX-XVI)», 2002, p. 111-126.

⁴⁰ Orlando Ribeiro, *Introduções geográficas à História de Portugal* [...], 1977, p. 155.

⁴¹ *Ibidem*. Sobre as sucessivas oscilações da delimitação desta região, denominada «Beira Litoral», segundo parece, por Barros Gomes, em 1878, *vide* Eugénio de Castro Caldas e Manuel dos Santos Loureiro, *Regiões homogêneas no Continente Português*, 1966; José António Santos, *Regionalização. Processo histórico*, 1985, e José Mattoso, Suzanne Daveau e Duarte Belo, *Portugal* [...], 1997.

⁴² «Obras da Barra. Obras da Ria», *O Democrata*, n.º 673, 7 de Maio de 1921, p. 1, c. 1-3.

⁴³ Silvério R. da Rocha e Cunha, *Exposição Marítima do Norte de Portugal* [...], 1939, p. 6.

⁴⁴ F. Ferreira Neves, «Breve história da Barra de Aveiro», 1935, p. 219.

⁴⁵ *Itálico* meu. Cf. A. de Amorim Girão, «Aspectos geográficos do distrito de Aveiro», 1935, p. 9. Sobre essa enorme diversidade e os acertos e desacertos da divisão do país em distritos, *vide* Alberto Souto, «Geologia do Distrito de Aveiro – II», 1935, p. 265-270. A propósito dos congressos beirões, Alberto Souto escreve: «A província perdera todo o seu velho, vago e impreciso significado; por isso a província das Beiras, a que o movimento de congregação expresso nos Congressos Beirões tem dado recentemente certa consciência e unidade, que jamais ela sentira, foi por mim considerada e definida no Congresso da Figueira da Foz, em 1932, como *uma federação amigável dos cinco distritos das Beiras*, mas nada mais».

⁴⁶ Alberto Souto, «Geologia do Distrito de Aveiro – II», 1935, p. 267 e *idem*, «Um reconhecimento arqueológico e geológico do concelho de Águeda», 1932-1933.

- ⁸ A. Simões Lopes, *Desenvolvimento regional. Problemáticas, teoria, modelos*, 4.ª ed., 1995, p. 1-2.
- ⁹ José Luís Cardoso, «Viagens filosóficas e mapas económicos – redescoberta do espaço social nos finais do século XVIII», 1996, p. 7-22.
- ¹⁰ *Ibidem*.
- ¹¹ *Apud* A. Simões Lopes, *Desenvolvimento regional. Problemáticas, teoria, modelos*, 4.ª ed., 1995, p. 1-2.
- ¹² José Luís Cardoso, «Viagens filosóficas e mapas económicos [...]», 1996, p. 7-22.
- ¹³ Rui Jorge Gama Fernandes, *Dinâmicas industriais, inovação e território. Abordagem geográfica a partir do Centro Litoral de Portugal*, 2004, p. 70-122.
- ¹⁴ *Idem*, p. 71.
- ¹⁵ José Reis, *Os sistemas produtivos locais em Portugal: uma transição difícil*. 1996, p. 1. *Itálico* meu.
- ¹⁶ M. Roncayolo, «Região», *Enciclopédia Einaudi*, vol. 8: *Região*, 1986, p. 161-162). *Itálicos* meus.
- ¹⁷ Gaetano Ferro, *Sociedade humana e ambiente no tempo* [...], 1986, p. 69. *Vide*, também, A. Simões Lopes, *Desenvolvimento regional* [...], 1995, p. 31-45.
- ¹⁸ A. Simões Lopes, *Desenvolvimento regional* [...], 1995, p. 34.
- ¹⁹ *Idem*, *op. cit.*, p. 31-45.
- ²⁰ *Idem*, *op. cit.*, p. 3.
- ²¹ José M. Amado Mendes, *A área económica de Coimbra* [...], 1984, p. 5-11. Jorge Gaspar utiliza a expressão *área de influência*, na sua obra, *A área de influência de Évora*, 1971.
- ²² *Ibidem*.
- ²³ David Justino, *Formação do espaço económico nacional. Portugal, 1810-1913*, vol. I, 1988, p. 397. Segundo Justino, Boudeville define uma região polarizada como «espace hétérogène dont les divers parties sont complémentaires et entretiennent entre elle, et tout spécialement avec le pole dominant, plus d'échanges qu'avec la région voisine» (*Idem*, p. 398).
- ²⁴ Mário Rui Silva, *O desenvolvimento industrial do Vale do Ave. Relatório intermédio de síntese*, 1987, p. 2.
- ²⁵ Georges Benko, *A Ciência Regional*, 1999, p. 2-8.
- ²⁶ *Ibidem*.
- ²⁷ A. Simões Lopes, *Desenvolvimento regional* [...], 1995, p. 15-18. Sobre a problemática do desenvolvimento no quadro municipal, *vide* José Manuel Henriques, *Municípios e desenvolvimento*, 1990; Raul Gonçalves Lopes, *Planeamento municipal e intervenção autárquica no desenvolvimento local*, 1990; António José de Magalhães, *Planeamento estratégico de protecção civil*, 1991.
- ²⁸ Orlando Ribeiro, *Introduções geográficas à História de Portugal*, 1977, p. 155.
- ²⁹ José Mattoso, Suzanne Daveau e Duarte Belo, *Portugal – O sabor da terra. Beira Litoral*, 1997, p. 22.
- ³⁰ [António Sérgio], «II. Beira Litoral», *Guia de Portugal*, vol. III: *Beira. I. Beira Litoral*, 3.ª ed., 1993, p. 57.
- ³¹ A. de Amorim Girão, «Aspectos geográficos do distrito de Aveiro», 1935, p. 12.

Maria Lamas ainda testemunhou o violento trabalho das *carreiteiras* de Vale de Cambra, mulheres que transportavam o leite de casa dos lavradores para as fábricas, em grandes *canados*, numa altura em que essa tarefa começava a ser substituída: «O trabalho delas é muito fatigante, obrigando-as a longas caminhadas, com subidas íngremes [...]. Acentua-se a tendência para substituir a *carreiteira* por camionetas»⁴⁹¹.

NOTAS

¹ P. Pellegrino e A. Mesquitela Lima, *Espace et développement*, t. I, 1986, p. 16.

² Orlando Ribeiro, *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, 1987, p. 40.

³ *Idem*, *op. cit.*, p. 41.

⁴ *Idem*, *op. cit.*, p. 41-74.

⁵ *Idem*, *op. cit.*, p. 207-210. Sobre esse assunto, *vide* Gaetano Ferro, *Sociedade humana e ambiente no tempo. Temas e problemas de geografia histórica*, 1986, especialmente o primeiro capítulo.

⁶ Conceição Coelho Ferreira e Natércia Neves Simões, *A evolução do pensamento geográfico*, 1986, p. 90-101; no quadro da Antropologia, *vide* Filomena Silvano, *Antropologia do Espaço*, 2001 e no domínio da Psicologia, Armand Frémont, *A região, espaço vivido*, 1980, pp 23-34.

⁷ «Hoje, a crise da ciência é fruto da crescente dificuldade de um diálogo proveitoso entre especialistas como um todo. A especialização ultrapassou o ramo. A comunicação entre disciplinas torna-se cada vez mais difícil, e a República do Saber está a desintegrar-se em subcultura isoladas, com linhas muito ténues de comunicação entre elas [...]. A expansão da surdez especializada significa que alguém que deveria saber algo que outra pessoa sabe é incapaz de descobrir por falta de ouvidos generalizados» (K. Boulding, *apud* Álvaro Gomes, *Ortografia para todos*, 2006, p. 17).

Nos últimos anos, como reacção à multiplicação acelerada de disciplinas – «o *big-bang* disciplinar» –, responsável pelo gigantismo sem precedentes de saberes, cujo reverso é a babel em que vivemos, surgiu uma corrente cultural, dita transdisciplinar, que coloca como horizonte científico a busca da unidade do conhecimento. Assim nasceu o Centre International de Recherches et Études Transdisciplinaires (CIRET, Paris) e foi divulgada a *Carta da Transdisciplinaridade*, adoptada no I Encontro Mundial da Transdisciplinaridade, no Convento da Arrábida (Portugal), em 1994. Um dos próceres desse movimento, Basarab Nicolescu, na senda de Husserl, Lupasco e outros, enfatiza a importância da *não separabilidade* quântica, na medida em que põe em dúvida uma das formas da objectividade científica: «a objectividade clássica, baseada na crença de ausência de qualquer conexão local», conduz-nos à existência de um único nível de Realidade, vedando-nos, assim, a exploração de uma Realidade multidimensional e multi-referencial, complexa, como ignora a lógica do *terceiro-incluído* (cf. Basarab Nicolescu, *Manifesto da Transdisciplinaridade*, 2000).

Em 1928, a Câmara Municipal de Águeda pressionou o governo da Ditadura para que a estrada daquela vila ao Caramulo fosse concluída, pois estava havia longos anos por concluir, quando faltavam apenas 23 ou 24 quilómetros, 11 no distrito de Aveiro e 13 no de Viseu; pedia-se igualmente a abertura de uma estrada entre Águeda e Vouzela⁴⁸⁶. Em 1929, Coimbra distava de Águeda apenas duas horas de camioneta⁴⁸⁷.

A partir de meados dos anos 20 são estabelecidas algumas carreiras de autocarros entre a cidade e algumas localidades da região.

Depois da I Guerra Mundial, começam a ser privilegiadas as ligações com cidades mais distantes, como Coimbra e Porto. Algumas das empresas que operavam entre a cidade e as praias, no Verão, adquirem meios para fazerem carreiras para o Porto, duas a três vezes por semana. A partir dessa década, as iniciativas nos domínios dos transportes deixam de ter exclusivamente lugar em Aveiro, embora o maior número de ligações parta efectivamente desta cidade. Não dispendo de caminho-de-ferro, algumas localidades, como Ílhavo, vêem nascer diversas empresas de transporte de passageiros. Estabelece-se uma rede de comunicações que, em alguns casos, ignora a cidade de Aveiro. Águeda, que já tinha uma ligação rodoviária com a Curia, desde 1915, passa a estar ligada ao Porto e a Coimbra⁴⁸⁸.

Em 1932, a imprensa local aveirense regozijava-se com a inovação introduzida por uma empresa de Ílhavo: «os nossos vizinhos de Ílhavo alcançaram agora mais um importante melhoramento que consiste num serviço combinado de camionagem com a Companhia dos Caminhos-de-ferro Portugueses e permite aos passageiros adquirir os seus bilhetes [...] para todas as estações dos caminhos-de-ferro»⁴⁸⁹. No ano seguinte, *O Democrata* escreve: «A camionagem, como se sabe, exerce hoje uma primacial função social na vida dos povos. A facilidade e o estreitamento de relações que os transportes em automóveis, quer de passageiros, quer de cargas operam quotidianamente nas nossas sociedades é de uma importância tão evidente e de uma utilidade tão grande que este sistema constitui, sem dúvida, um dos principais fomentadores da prosperidade económica e financeira das nações [...]. Além disso, a camionagem trouxe consigo o desenvolvimento prodigioso das regiões em que ela mantém uma intensa e insubstituível actividade, como agente, que é, de ligação e intercâmbio comercial, industrial e agrícola»⁴⁹⁰.

Mas, apesar das pressões e dos quilómetros de estradas construídos, esta sub-região, como o resto do país, continuava a não dispor de uma rede viária que assegurasse as ligações que as mais diversas actividades económicas exigiam. O movimento comercial de uma parte importante das actividades era realizado por processos tradicionais, como os carros de bois e o esforço humano.

Diz Almeida Graça que, durante a I Guerra Mundial, se desenvolveram «os transportes mecânicos sobre estradas [...]». Mas, «acabada a Guerra, a camionagem, com o êxito obtido, começou a desempenhar um papel importante na economia particular, em virtude da grande capacidade de carga e das distâncias cada vez maiores a percorrer»⁴⁷⁸. O movimento de carros e camionetas impôs uma radical transformação das pontes, o que aconteceu, por exemplo, nas que uniam as freguesias da Glória e da Vera Cruz, na cidade de Aveiro.

De facto, as primeiras das muitas referências da imprensa local à utilização de camiões surgem ainda durante a I Guerra Mundial, mas tornam-se mais frequentes no imediato pós-guerra. Segundo António Lopes Vieira, o arranque do transporte rodoviário público e privado, em Portugal, verifica-se entre 1926 e 1940⁴⁷⁹.

A camionagem triunfou mais rapidamente nas localidades onde havia empresas de comércio grossista, especialmente para o transporte de produtos e matérias-primas nas regiões não (ou mal) servidas pelo caminho-de-ferro, onde havia minas e empresas industriais sem acesso à ria ou ao caminho-de-ferro. Nesta sub-região, as primeiras empresas a adquirir camiões terão sido as que exploravam as minas de Albergaria-a-Velha e de Sever do Vouga. A Companhia das Minas do Vale do Vouga adquiriu o primeiro camião em Fevereiro de 1912: «Um camião a vapor que permitia deslocar até 5 toneladas de mineral até ao caminho-de-ferro»⁴⁸⁰. A empresa cerâmica de Águeda, de Guerra & Cruz, adquiriu para o serviço da fábrica «um camião Berliet de 5 toneladas»⁴⁸¹. Em Fevereiro de 1920, a *Soberania do Povo* anunciava um serviço de recovagem entre Águeda e a cidade do Porto: «o camião desta vila faz viagens ao Porto, às segundas e quintas-feiras, partindo de Águeda às 5 e meia da manhã e do Porto às 3 da tarde»⁴⁸². Um ano depois, uma empresa de camionagem do Porto, com representante em Águeda, anunciava os preços do transporte de mercadorias da carreira entre aquela vila e a capital do Norte⁴⁸³.

Nesse mesmo ano, o camião é usado para «furar» uma greve do caminho-de-ferro do Vale do Vouga. Numa pequena breve local, a *Soberania do Povo* afirma: «Faz hoje um ano que os empregados do Vale do Vouga fizeram greve, a qual terminou só no dia 6 de Outubro, vindo de Aveiro as malas do correio conduzidas em *camiões*»⁴⁸⁴.

No final dos anos Vinte, como a imprensa local e os testemunhos notariais atestam, alguns comerciantes em nome individual já possuem camiões ao seu serviço. Em 1929, José Lopes Pinto dá como garantia de um empréstimo «duas camionetas Chevrolet com os números 8123 e 8045»⁴⁸⁵.

Inicialmente, também a bicicleta teve utilização desportiva, sendo depois substituída pela moto. Embora os dados reunidos não permitam extrapolações, parece que a bicicleta desempenhou, nos anos Vinte, um importante papel económico, como notou António Lopes Vieira⁴⁷⁰. Com uma bicicleta individual ou um *tender* (bicicleta de dois ou mais lugares), os sócios da fábrica de Jerónimo Pereira Campos & Filhos percorriam «centenas de quilómetros para fazer propaganda» das telhas⁴⁷¹.

O transporte terrestre de mercadorias, antes do aparecimento das camionetas e camiões, era assegurado por galeras, de tracção animal. Um testemunho da Fábrica de Cerâmica de Jerónimo Pereira Campos, Filhos, Lda., em Aveiro, é esclarecedor: «Uma galera – pode ler-se numa carta a um cliente de Pessegueiro do Vouga, em 1918 – puxada a três muares em caminho não muito acidentado pode transportar 1000 a 2000 kg. Os 20 km em caminho regular podem ser percorridos em duas e meia a três horas. O custo de sustento das três muares – acrescentava – é muito variável e depende da maneira como V. Ex.^{as} as tratarem e do custo por que nesta ocasião possam obter as forragens. Nós gastamos diariamente 5\$10 com duas, que temos ao nosso serviço, com bom tratamento, dando-lhes palha, a que elas quiserem comer e uma ração de 6 litros de milho a cada uma delas [...]. Se V. Ex.^{as} precisarem de palha podemos indicar pessoa do Alentejo que a tem boa, mas devido à dificuldade de transporte é muito demorada»⁴⁷².

A existência de um elevado número de cabeças de gado bovino e o baixo preço dos salários favoreceram a persistência do transporte de tracção animal durante muito tempo. Os bois, para lá do trabalho dos campos e da pesca, eram usados para o transporte de sal dos cais da ria para as estações do caminho-de-ferro e de um sem número de produtos, como lenhas e madeiras, manteiga e tecidos, etc.⁴⁷³. Os carreiros faziam o mesmo em Águeda⁴⁷⁴. Em Aveiro, o estado lastimável em que ficavam as estradas suscitou inúmeros protestos, especialmente nas primeiras décadas de Novecentos. Também em Ovar, os muitos carreiros de sal, a caminho dos armazéns da ribeira ou da estação do caminho-de-ferro, deixavam os pisos em estado deplorável⁴⁷⁵.

No início do século XX, só no concelho de Aveiro, estavam «matriculados no comissariado de polícia 2270 carros de bois, destinados, na sua maior parte, ao transporte de cereais, sal, moliço, junco, barro, etc., etc.»⁴⁷⁶. Em meados dos anos 50 do século XX, Luís Chaves (*Os transportes populares em Portugal*, 1958, p. 13) escreveu: «O ‘carro de bois’ é ainda o meio de transporte mais popular e mais generalizado. Os portugueses levaram-no para os territórios de colonização e exploração agrícola. Exerceu capital importância no Brasil»⁴⁷⁷.

31 de Janeiro de 1930, também a Associação Comercial de Aveiro solicita a melhoria das condições de circulação entre Aveiro e o seu *hinterland*, dado «o estado precário em que se encontram as estradas de Vagos a Mira e bem assim a estrada que vai de Aradas e Palhaça a Cantanhede». O estado lastimoso em que se encontravam estas duas «importantes artérias de comunicação com Aveiro causa enormes prejuízos ao comércio local»⁴⁶⁵.

4.6.1. Importância da camionagem

No final do século XIX, começam a circular nas precárias estradas da região e especialmente nas cidades e vilas os primeiros automóveis, tanto para uso particular, como para aluguer. As estradas eram más, mas desde muito cedo o automóvel – o *relâmpago*, como lhe chamou Teixeira de Pascoaes⁴⁶⁶ –, não deixando de fascinar as multidões pela velocidade, se assumiu como um meio de locomoção particular e comercial muito apetecível.

Nos primeiros anos de Novecentos, a imprensa local dá conta da aquisição de um apreciável número de automóveis e surgem as primeiras empresas de aluguer. Atingindo, segundo alguns autores a sua forma moderna em 1910, «entra definitivamente nos domínios do utilitarismo, passando à sua fase de difusão»⁴⁶⁷. A partir de então, o uso do automóvel generalizou-se. «Em 1916 existiam no País cerca de 3211 automóveis e camiões, o que correspondia a 1 por cada 1692 habitantes. Este número colocava Portugal no 11.º lugar no conjunto dos países europeus [...]. Três anos mais tarde já aquela cifra subira para uns 5000 carros, número que ultrapassava os 6000 em 1921. O grande surto deu-se a partir de 1923 [...]. Portanto, ao encerrar-se o decénio existiam no país sete vezes mais viaturas do que no período da Guerra»⁴⁶⁸. Estes números, associados ao decréscimo das dotações orçamentais para reparação das estradas, dizem bem em que estado das estradas e das dificuldades que colocavam, tanto a automóveis, como a camiões.

Mas o automóvel parece ter desempenhado, neste período histórico, um papel económico diminuto, se comparado com o do camião. As razões são conhecidas. Em 1935, no Congresso Nacional do Automobilismo e da Aviação Civil, Augusto Ribeiro Vaz culpa o público por ter manifestado grande desconfiança face à «aparição dos primeiros automóveis», atitude que teria feito com que «o Estado encarasse o automobilismo apenas sob o *aspecto desportivo*, e nessa orientação, periodicamente, o sobrecarregasse com taxas, impostos e restrições, não lhe dando as vias de comunicação necessárias e entravando assim a sua expansão»⁴⁶⁹.

data que se há descurado esse assunto a ponto de a máxima parte das estradas [distritais] haver chegado ao mais lamentável estado, tornando-se completamente intransitáveis».

O estado das estradas municipais também não era melhor. Consciente dos elevados custos da abertura de novas vias como das reparações das já existentes, as críticas vão para o facto de se fazerem reparações fora de época – as obras de reparação deveriam decorrer de Janeiro a Maio – e para a forma como eram feitas: «compôr como se tem feito, lançando nas covas calhau sem britar e sem solidificar o leito arenoso ou barrento com saibro ou terra vegetal, é deitar dinheiro ao ar e nada conseguir»⁴⁶⁰.

No ano seguinte, a *Discussão* volta a exercer pressão, mas desta vez sobre a Câmara Municipal de Ovar por causa da questão das estradas, que considera um dos «mais capitais assuntos de administração pública», na medida em que sem elas, ou no estado de degradação em que se encontravam, tudo paralisava: «Os principais ramos da economia social [...], deixando por falta ou dificuldade de comunicações de produzir tanto quanto seria de esperar e para desejar, atrofiam-se gradualmente e gradualmente vão concorrendo para o depauperamento sucessivo da vitalidade e engrandecimento material dos povos»⁴⁶¹.

Como referem A. H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, não obstante todas as dificuldades, a rede de vias terrestres aumentou. «O ritmo de ampliação da rede vial, que fora de uns 200 km de estradas por ano – estradas nacionais e distritais –, antes da Guerra, baixara para cerca de 40 km, entre 1919 e 1925. Quanto às municipais, a rede estagnara praticamente com a eclosão das hostilidades e a desvalorização da moeda»⁴⁶². O mesmo se passou no tocante à manutenção das vias. Até à I Guerra Mundial, o seu custo cifrava-se em cerca de 2% das despesas totais do Estado. Em 1919-1920, essa verba caiu para 0,5%. Ainda segundo os autores referidos, «com o advento da Ditadura, a reparação das estradas arrancou finalmente [...]. Em Julho de 1927 era criada a Junta Autónoma das Estradas [...]. Dotada de importantes fundos e dispondo de bastante autonomia, a Junta Autónoma de Estradas pôde empreender, sobretudo a partir de 1928, a grande obra que lhe era cometida»⁴⁶³.

No início dos anos Trinta, a imprensa ainda se queixa amiúde do estado das estradas. Em 1933, a *Turismo Magazine* lamentava o estado deplorável das estradas de ligação a Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e Estarreja, como manifestava o receio das consequências dessa situação para o comércio e para a indústria de Ovar: «Hoje estamos isolados, fechados, sem estradas que nos conduzam aos mercados que tínhamos e vamos perdendo em favor de outras localidades»⁴⁶⁴. Em

Depois da construção das estradas, era necessário assegurar a sua manutenção, mas isso não acontecia com regularidade. Por causa do estado deplorável da rede viária é que, ao longo dos anos, a imprensa se fez eco das pressões do comércio e da indústria, invectivando a direcção das Obras Públicas, nas estradas distritais, pressionando as câmaras, nas estradas municipais. O número de testemunhos, em forma de pedidos de novas vias ou de queixas contra o estado em que se encontravam as estradas, cresce à medida que aumenta o volume de negócios e se torna absolutamente necessária a criação de uma rede viária de ligação ao caminho-de-ferro, nomeadamente entre os mais importantes centros produtores e os espaços urbanos. Depois de satisfeita a exigência do caminho-de-ferro, à rede viária é atribuída uma importância superlativa. Com a chegada da camionagem, o mau estado das estradas e a construção de novas vias torna-se assunto recorrente na imprensa e nas actas das câmaras municipais.

Em 1902, um periódico de Ovar lança uma fortíssima campanha contra o director da Obras Públicas do Distrito por ter «arrastado a viação distrital a um estado de condenável abandono e miserável ruína, devido à sua péssima, escandalosa e desastrada direcção»⁴⁵⁵. Nesse ano, as câmaras de praticamente todo o distrito insurgem-se contra o estado lastimável da rede viária, lançando «a mais alevantada campanha de descrédito contra esse pseudo-director, cuja incompetência técnica» se revelou desastrada para o distrito⁴⁵⁶. No tocante a Ovar, o referido semanário monárquico era peremptório: «Neste concelho não há uma única estrada distrital em condições de razoável trânsito, e algumas há que, sendo indispensáveis, por não haver outra via de comunicação entre as povoações ou lugares que ligam, se encontram completamente intransitáveis». Noutra passagem, a sua denúncia é mais contundente: «No próprio coração da vila, as estradas que ligam Ovar com o braço de Ria e com a freguesia de Válega, *a primeira das quais serve a maior parte do nosso comércio* que, por vezes, de Inverno, se vê paralisado pela impossibilidade de conduções dos géneros que, ria acima, vêm de diversas localidades para o cais da Ribeira, e a segunda serve não só as ditas freguesias de Ovar e Válega, mas também os concelhos de Oliveira de Azeméis e Cambra, pois lhes dá ligação à estação dos caminho-de-ferro desta vila»⁴⁵⁷.

Mas nada aconteceu ao referido director, alegadamente por razões partidárias⁴⁵⁸. Em 1906, o mesmo periódico local voltava ao assunto de forma peremptória: «A viação é incontestavelmente um dos assuntos que mais devem interessar qualquer localidade, mormente aquelas que, como a nossa vila, são essencialmente comerciais e onde a indústria já se vai representando em alta escala»⁴⁵⁹. Acrescentava depois, denunciando o estado das vias de comunicação terrestre: «Desde longa

No início de 1862, os habitantes de Oliveirinha pediam à Câmara Municipal de Aveiro para que a estrada de Aveiro a Águeda passasse por aquela freguesia e não por Eixo, como veio a acontecer⁴⁵⁰.

Mas os magros orçamentos municipais eram insuficientes para acorrer também aos instantes pedidos de construção de fontes, aquedutos e tanques, abertura ou reparação de ruas e passeios, como tinham de assegurar o estabelecimento de escolas, o abastecimento de água e a manutenção da iluminação pública, o plantio de árvores, sem esquecer as intervenções nos domínios da higiene e da segurança. Por outro lado, com a chegada do caminho-de-ferro, as obras de algumas dessas estradas arrastar-se-iam por longos anos, sem obras de conservação e beneficiação, constituindo, por isso, um grande constrangimento à actividade económica e ao desenvolvimento de toda a região.

Se no litoral a situação das comunicações era difícil, no interior era bem pior. Em 1899, um habitante de Sever do Vouga, sob pseudónimo, escreve na *Soberania do Povo*: «São péssimas as vias de comunicação daqui para essa vila [Águeda], porque pela estrada fica a mais de dez léguas de alguns lugares deste concelho e os caminhos mais a direito são ermos e péssimos, sendo além disso preciso atravessar o Vouga, que nem sempre dá passagem, mesmo em barco»⁴⁵¹. Em 1905, o mesmo periódico dá conta do andamento das obras da estrada de ligação a Sever do Vouga, quando se encontrava avançada a construção da ponte sobre o rio Alfusqueiro, que possibilitou a comunicação entre Castanheira e Agadão⁴⁵². Uns dias depois, a *Soberania do Povo* volta ao assunto, lamentando não existir ligação entre os dois concelhos, até porque a reforma judiciária veio reavivar a questão, uma vez que Águeda era cabeça de comarca: «Uns atalhos perigosos, abertos nas vertentes dos montes pelas torrentes de Inverno, perfeitas ravinas perigosas, têm sido os míseros caminhos que se aproveitam para fazer o trajecto. Estes caminhos nem sempre são transitáveis, mormente no Inverno, donde acontece que, em certas épocas do ano, ou o trajecto se há-de fazer por Albergaria, percorrendo uma longa distância, ou então as comunicações são impossíveis. Que prejuízos incalculáveis tem produzido tal estado de coisas»⁴⁵³.

Nos próprios municípios havia povoações isoladas, que reclamavam a construção de novas estradas. Em 1905, Belazaima, Agadão, Castanheira e Préstimo, no concelho de Águeda, queixavam-se da falta de comunicação com a sede do município. Lá vinha a *Soberania do Povo* em defesa da câmara, acabando por reconhecer «que a parte montanhosa do nosso concelho não tem uma estrada, um caminho que dê cómodo e fácil acesso às povoações nela existentes que, como Macieira de Alcoba, Préstimo e Agadão, quase vivem isoladas do resto do mundo e da própria cabeça de concelho»⁴⁵⁴.

inflação, da carestia, da carga fiscal e da feroz concorrência. A antepenúltima e a última sociedades indicadas no Quadro n.º 2.9, de 29 de Novembro de 1924 e de 7 de Abril de 1931, respectivamente, não chegam a ser sequer excepções, na medida em que estamos diante de contratos de exploração de dois moinhos, na Branca e em S. João de Loure, concelho de Albergaria-a-Velha, muito semelhantes aos que os agricultores celebravam entre si para a exploração da água de um poço. É possível que a maioria dessas empresas sem indicação da data de dissolução tenha encerrado por falência, no final dos anos Vinte. Não foram encontradas as escrituras de dissolução, mas o estado do arquivo do Tribunal de Aveiro também não permitiu confirmar a hipótese que avento. Poucas foram as que se mantiveram nos anos seguintes, contudo, a dissolução de algumas sociedades não significou o encerramento das fábricas, pois o activo e o passivo foi por vezes adquirido por um dos sócios.

Pelo volume dos capitais iniciais, as sociedades mais importantes são a Moagem de Estarreja³⁸³, a Sociedade Industrial Atlântica, em Ovar, e a Companhia Aveirense de Moagens, SARL, em Aveiro.

Sobre a primeira escasseia a informação. Em Janeiro de 1921, depois de elogiar o progresso da Empresa de Curtumes Antuã, *O Concelho de Estarreja* afirma: «Outras indústrias podem ser exploradas com proveito na nossa região, entre as quais a moagem e a serração [...]. A favor da farinação de milho aos domicílios há também a conhecida tentação da fundação de uma fábrica, por subscrição pública, em sociedade por acções. A este movimento colectivo antecipa-se a *iniciativa individual duma antiga e poderosa casa comercial do ramo das farinhas de Estarreja, que ao presente momento trata da montagem de uma fábrica, sobretudo para a moagem de trigos em larga escala*»³⁸⁴. E mais não diz. Ficamos, pois, sem saber de que «poderosa casa comercial» se tratava.

A segunda é fundada por um conjunto de 12 indivíduos, seis dos quais de Aveiro, três do Porto, dois de Braga e um de Ovar e ocupa o espaço da velha fábrica de Soares Pinto & Companhia, Lda., fundada em 1904³⁸⁵. O presidente do Conselho de Administração era o médico aveirense José Maria Soares; os dois gerentes técnicos eram Anselmo Lopes Ferreira, «industrial», e o «comerciante» Ricardo Mieirol, ambos de Aveiro.

A última empresa indicada, de longe a mais importante desta sub-região, merece uma atenção mais cuidada. Atentemos em alguns aspectos da sua vida empresarial, no pós-guerra.

5.4. A Companhia Aveirense de Moagens, SARL

Como atrás referi, a fábrica da firma Cristo, Rocha, Miranda & Companhia, sita nos Santos Mártires, em Aveiro, que tinha dado continuidade à pequena unidade fundada por Manuel Homem de Carvalho Cristo, em 1890, fazia moagem de trigo, pelo sistema austro-húngaro, milho e outros cereais, além do descasque de arroz³⁸⁶. O valor desta empresa, as dificuldades sentidas no pós-guerra e as fortes ligações pessoais e políticas dos seus dirigentes ao grupo do Banco Regional de Aveiro foram decisivas para a sua sobrevivência. De facto, para o referido grupo, liderado por Alberto Souto, a moagem dos Santos Mártires assumiu uma importância estratégica.

Em 31 de Março de 1920, o *Campeão das Províncias* noticiava, com regozijo, que o Banco Regional de Aveiro realizara «a primeira transacção na esfera do grande comércio» ao adquirir «a importante fábrica de moagem da firma Cristo, Rocha, Miranda & Companhia, desta cidade [de Aveiro], com todos os seus edifícios, armazéns, lojas e terrenos, por 850 contos»³⁸⁷. Acrescentava o referido hebdomadário que o Banco Regional iria organizar uma sociedade anónima para a exploração da fábrica que adquiria, com um capital de 1200 contos, estando então «já tomado quase todo o papel [1200 acções de 100\$00] por subscrição particular entre os seus consócios e clientes»³⁸⁸.

Um mês depois, o *Campeão* volta ao assunto, de forma empenhada. Publicitando os propósitos programáticos do banco – fomento e valorização do comércio e da indústria regionais –, este periódico dá conta dos objectivos imediatos da aquisição daquela fábrica, que considera «uma das mais importantes do país»: «dar maior incremento aos seus negócios e introduzir no plano da sua indústria o fabrico de bolachas e massas alimentícias, que actualmente não se fabricam em Aveiro»³⁸⁹.

As expectativas da imprensa local eram grandes, pois as suas páginas estão pejudadas de protestos contra o preço elevado, a má qualidade do pão e outras muitas irregularidades frequentes em tempo de guerra. No final de Junho de 1920, *O Democrata* escrevia: «O pão da fábrica Cristo era o regulador benéfico e tropeço constante dos ímpetus gananciosos de quantos que, para mais enriquecerem, submetem a população da cidade a todo o processo de extorsão»³⁹⁰.

Em 28 de Outubro de 1920, a sociedade em nome colectivo de Cristo, Rocha, Miranda & Companhia é transformada numa sociedade anónima de responsabilidade limitada denominada Companhia Aveirense de Moagens³⁹¹. Além da «exploração da indústria de cereais, descasque e preparação de arroz, fabricação

de massas alimentícias e bolachas, panificação e indústrias congéneres», o seu objecto social contemplava igualmente a «compra e venda de cereais, legumes e espécies de produtos agrícolas destinados à alimentação, farinhas, seus compostos ou derivados», podendo «manter ou explorar fábricas, armazéns ou casas de venda» que julgasse conveniente.

A sociedade foi, durante os anos Vinte, dirigida por um presidente (inicialmente Manuel Homem de Carvalho Cristo, que foi substituído, em 1928, pelo «comerciante» Alfredo Esteves³⁹²) e três directores-delegados (Albino Pinto de Miranda, Henrique dos Santos Rato, um antigo empregado, que em 14 de Março de 1918, adquirira dois vigésimos do capital social³⁹³ e Manuel Barreiros de Macedo, um negociante e industrial de padaria)³⁹⁴.

A aquisição de um camião com capacidade para transporte de cinco toneladas de matérias-primas, devido à subida do preço do serviço dos carreiros, e a compra de uma parcela de terreno para a construção de um armazém junto da estação do caminho-de-ferro, de Aveiro, foram duas das primeiras medidas da nova firma, embora parecesse mais interessada na aquisição de equipamento para o fabrico de massas alimentícias, «junto da instalação da moagem dos Santos Mártires»³⁹⁵.

Em 1921, a empresa recorreu ao crédito, devido ao «exageradíssimo preço do trigo» («sendo absolutamente impossível trabalhar dentro da lei») e ao facto de os seus produtores exigirem «o pagamento de pronto, muitas vezes adiantado»³⁹⁶. Em conformidade com um diploma legal, a fábrica passa a adquirir trigo exótico, cabendo-lhe uma quota de rateio inicial de 1700 toneladas, passando depois para 2800, negócio em que a Companhia Industrial de Portugal e Colónias detinha uma situação de quase monopólio, pois, entre 1919 e 1922, couberam-lhe 72% do rateio de trigos nacional e exótico na capital e mais de 38% no conjunto do país; em 1921, esses números haviam subido para 83% e mais de 40%, respectivamente³⁹⁷. O primeiro carregamento de trigo exótico, proveniente de Londres, chegou em Março de 1922. As actas do Concelho de Administração mostram como também a instabilidade política, nomeadamente a aprovação ou a revogação de medidas para este ramo de actividade, se reflectia negativamente na vida da empresa. O conselho de administração da empresa referir-se-ia, por certo, ao fim do *pão político*, que pôs fim ao apoio do aparelho de Estado à indústria moageira, «o qual orçava então pelos 150 000 contos anuais»³⁹⁸.

Mesmo assim, as maiores dificuldades dos anos Vinte que as actas testemunham eram as seguintes: escassez e elevado preço dos cereais e de combustíveis, concorrência da grande e da pequena moagem («excesso de capacidade moageira do país»), falência de empresas-clientes, conflitos com trabalhadores da moagem e

das duas padarias da empresa e hostilidade da legislação. Apesar disso, o balanço que o Conselho de Administração foi fazendo, ano após ano, nessa década, é «bastante satisfatório». Em 8 de Julho de 1921, a Companhia Aveirense de Moagem comprou a padaria da Sociedade Padaria Cooperativa da Associação dos Taberneiros de Aveiro pela quantia de 9000\$00³⁹⁹. Mas nos dois anos seguintes surgem dificuldades. Em 1922 e 1923, a fábrica laborou apenas três meses, por ter sido impedida de importar trigo, sendo então registada uma quebra de cerca de 50%. Mesmo com os baixos valores declarados nos balanços a partir de 1924, a empresa registou uma situação financeira razoável⁴⁰⁰. Em 1925, «o estado financeiro da Companhia» era «desafogado»⁴⁰¹. No ano seguinte, considerava a direcção que, «atendendo à crise geral de todo o comércio e indústria, a nossa casa não é das mais atingidas, mormente no que diz respeito ao crédito e à moral comercial»⁴⁰².

Mas, para isso, foi necessária uma gestão atenta e muito rigorosa. Foi assim que, em Setembro de 1922, o Conselho decidiu a formação de uma empresa formada por diversos pequenos moageiros da província para fazer valer os seus interesses, pois, como dizia Henrique dos Santos Rato, «verificou-se mais uma vez a necessidade que a pequena moagem tem de se agrupar a fim de se defender da influência do grande colosso da moagem, que há muito pretende aniquilar-nos»⁴⁰³. Assim, em Dezembro desse ano, a União de Moageiros, Limitada substitui a Moagem da Província, Limitada, de que a Companhia Aveirense de Moagens era associada. Em 1926, a empresa decide integrar um cartel de moageiros com vista a assegurar uma maior quota no rateio do trigo. Desse modo, foi formalizada a constituição da sociedade Moinhos Reunidos, Limitada, em Setembro de 1926, em cuja direcção estava a Companhia Aveirense de Moagens, até a cessão da sua quota, em 1928⁴⁰⁴. Mas a importância atribuída a estas participações oscilou com as conjunturas.

As dificuldades do pós-guerra favorecem a crescente especialização neste subsector. Em 1925, reconhecia o Conselho de Administração, «o descasque de arroz e a moagem de milho, que têm sido até hoje, para nós, secções de trabalho que alguma coisa representavam na nossa economia administrativa, tendem a fraquejar devido à concorrência local que nos é feita pela pequena indústria ultimamente estabelecida, que, apesar de o seu objectivo ser muito diferente do da moagem, tem uma pequena secção desta especialidade, trabalhando com uma taxa diminuta a que não nos podemos sujeitar, devido ao nosso sistema de trabalho, principalmente com referência à limpeza prévia do cereal de que resulta uma quebra em peso e daí uma diferença em preço»⁴⁰⁵.

Tendo sido abordada a questão das vantagens da electricidade, em 5 de Janeiro de 1925, pouco tempo após a criação dos Serviços Municipalizados de

Aveiro, só em Junho de 1929 são tomadas decisões com vista a apetrechar a fábrica de equipamento de tracção eléctrica e, em Agosto de 1929, é celebrado o contrato com a União Eléctrica Portuguesa para a electrificação da fábrica⁴⁰⁶. Os trabalhos de electrificação ficaram concluídos em Outubro de 1930⁴⁰⁷.

Não obstante o que foi dito sobre estas moagens, segundo dados de meados da década de 1931-1940, Aveiro detém uma quota modesta na moagem em Portugal, pois, entre os 306 celeiros, este distrito possui apenas 2 com uma capacidade de 1000 toneladas, sendo superior apenas a Braga, Viana do Castelo e Vila Real⁴⁰⁸.

6. Panificação

Até à última década do século XIX, a panificação é dominada pela produção (artesanal e doméstica) de pão de milho, o cereal dominante nesta sub-região, e, complementarmente, pelo fabrico (artesanal) de pão de trigo, feito com farinha considerada de segunda e de terceira. Em 1883, em Aveiro, havia 11 fornos de cozer pão de milho e 6 «padarias (de trigo)»⁴⁰⁹. Na década seguinte, o fabrico de pão de milho quase desapareceria na cidade. Nos aglomerados urbanos, especialmente a partir dos anos Noventa do século XIX, na sequência das leis de 1889 e de 1899, assiste-se a uma mudança nos hábitos alimentares no que respeita ao pão, verificando-se desde então o recuo do milho e do centeio em favor do trigo⁴¹⁰. O testemunho de Aníbal G. Ferreira Cabido, sobre o consumo de farinha, em 1910, em Albergaria-a-Velha, é esclarecedor: «Nalgumas freguesias e em especial na cabeça de concelho, é relativamente importante o consumo de farinhas finas, adquiridas pelo comércio nos lugares de produção»⁴¹¹. Desse modo, foram nascendo, entretanto, padarias de dimensão variada para satisfação das necessidades locais.

Se atentarmos nas informações do Quadro n.º 2.10, facilmente verificamos que as sociedades constituídas e as padarias em nome individual referenciadas, tanto nos contratos de trespasse ou de arrendamento como na imprensa local, num total de 66, se distribuem muito irregularmente nesta sub-região, havendo mesmo dois concelhos com uma única padaria referida nos documentos compulsados: Vagos, em 1920, e Ílhavo, em 1930. Os concelhos com maior número de referências documentais são, como noutras actividades, Aveiro (20) e Ovar (18), seguidos, a grande distância por Estarreja (9), Águeda (9) e Albergaria-a-Velha (4). Mas o seu número era mais elevado. Como aconteceu com outros ramos de acti-

vidade, não me foi possível saber o número de padarias fundadas durante o período estudado, ou porque as sociedades eram estabelecidas «sem documentos» ou eram registadas em notários de outras cidades⁴¹² ou, ainda, porque dominava a empresa em nome individual – o tradicional «forno de cozer pão» –, de que temos notícia pelos contratos de trespasse, arrendamento, sublocação, etc., e por alguma relação realizada pelas direcções dos municípios, nas primeiras décadas do século XX. Alguns dos padeiros e comerciantes que exploravam padarias em nome individual são referidos noutras fontes notariais, em inquéritos, em róis, cadernos eleitorais, em almanaques, no *Anuário Comercial de Portugal*, etc. Em 1917, Ovar, por exemplo, teria 16 padarias⁴¹³. Poucos anos depois, Aveiro contava 22⁴¹⁴. Nas freguesias suburbanas essa contabilidade era difícil de realizar dado a diferente dimensão e significativo número de padarias (sem contar com os fornos domésticos). Mesmo assim, os documentos disponíveis possibilitam um conhecimento razoável deste ramo de actividade.

Sobre o fabrico de broa quase não há testemunhos escritos. Em 1910, segundo Ferreira Cabido, não havia «fábricas de pão; todo o que se fabrica, de milho, é de produção doméstica»⁴¹⁵. Um pouco diferente era a situação atinente à produção de pão de trigo artesanal ou industrial. Em 1895, numa das mais recuadas referências à panificação, na imprensa local, a *Soberania do Povo* dá conta de um fenómeno que atravessa todo o arco temporal analisado: a especialização de alguns lugares no fabrico artesanal de pão de trigo, conhecido localmente por pada e muito apreciada por vários sectores da população⁴¹⁶. Nesse ano existiriam, em Pardilhó, cerca de cem padeiras que abasteciam «de pão de trigo a maior parte dos concelhos de Estarreja e de Ovar». Acrescentava a pequena nota daquele semanário aguedense que se empregavam «nesta indústria perto de 350 a 400 mulheres, que fabricam diariamente cerca de 10 000 pães, na importância de 300\$000 réis, pouco mais ou menos»⁴¹⁷. Estamos perante uma actividade de natureza artesanal, não registada, de importância económica reduzida, embora não negligenciável em termos sociais; como se vê, em média, cada padaria não produzia mais do que 25 a 28 pães diários. Um outro testemunho, de Outubro de 1913, atesta o elevado número de padeiras em Pardilhó e confirma, em parte, o espaço económico desta actividade: «Muito raras são as mulheres pardilhoenses que não exercem uma qualquer indústria própria do seu sexo; e assim nós temos costureiras, adeleiras, teceadeiras, *padeiras*, etc., sendo grande o número destas últimas, que todos os dias vão a caminho de Ovar, Murtosa, Avanca, Válega, Loureiro, Estarreja, Veiros e Salreu, vender o produto do seu trabalho, a saborosa pada de trigo»⁴¹⁸.

Mas, a par destes fornos, explorados por «conta e risco» dos seus proprietários, que definiam, no essencial, a produção de pão trigo, no final do século XIX,

foram surgindo outros, geralmente com algum equipamento e ambições diferentes, fabricando diversos tipos de «pão fino», até então consumido apenas nas cidades de Lisboa e do Porto. A padaria Aguedense estava, segundo a *Soberania do Povo*, «montada em magníficas condições e com todas as regras de higiene exigidas pelo regulamento de padarias de Lisboa»⁴¹⁹. De facto, o avanço da urbanização permitiu, paulatinamente, a diversificação do consumo de pão, cuja produção era assegurada pelas padarias, definidas então como estabelecimentos formados pela «fábrica e venda de pão»⁴²⁰. Estas padarias recorrem à publicidade em periódicos locais de correligionários e amigos, fazendo do dia do início da actividade uma jornada de *marketing*, com abertura das instalações fabris à população e um bodo aos pobres, sublinhando, quase obsessivamente, a higiene com que o pão era produzido.

Em 1897, a *Soberania do Povo* publica um anúncio da Padaria Lisbonense, em Águeda, que fabricava pão «pelo sistema mais moderno e com todo o esmero e asseio»⁴²¹. Uma notícia, de Janeiro do ano seguinte, esclarece que o seu proprietário, José da Silva Matos, «por contrato particular», acabara de «passar a sua acreditada casa [...] ao Sr. António Ribeiro da Silva, seu antigo empregado, que continua a fornecer pão de apreciável qualidade e de finíssimo gosto, aqui conhecido por *pão lisbonense e espanhol*»⁴²². Mas, algo terá inviabilizado o negócio, pois, em Novembro de 1903, o mesmo José da Silva Matos torna pública a contratação, no Porto, de «um novo empregado habilitado, podendo fornecer diariamente aos seus fregueses o delicioso pão *bijou*, assim como todo o das mais modernas qualidades»⁴²³. Com o nome de *bijou* terão sido baptizadas umas seis padarias, isto é, o pão branco ganha adeptos e difunde-se nas vilas e cidades⁴²⁴.

No final de 1902, o *Povo de Aveiro* publicita o nascimento de uma nova padaria, em Aveiro, que considera estar «a par das melhores casas da capital do reino»⁴²⁵. Era propriedade do negociante republicano António Maria Ferreira (1860-1924). Este empresário, natural de Cacia, que em 1906 adquire uma parte importante do capital da fábrica de lixa Luzostela, como mostro adiante, viria a fundar pelo menos três outras padarias: uma, em Santarém (1907), e duas outras, em Espinho (1908 e 1919). Segundo o *Campeão das Províncias*, a «inauguração» do novo estabelecimento realizou-se no final de Janeiro de 1903, tendo António Maria Ferreira amplamente publicitado «um bodo aos pobres» e a abertura da sua padaria à população, nesse dia. O decano da imprensa local aveirense regozijou-se com a medida, afirmando: «Quem dá aos pobres empresta a Deus, e, pelo menos cem famílias, não passarão fome nesse dia»⁴²⁶. Em 1910, o *Jornal de Ovar* noticia a abertura da padaria denominada A Panificadora, «cuja montagem obedece aos modernos processos de panificação»⁴²⁷.

Contudo, muitas das padarias fundadas neste período, mesmo algumas das que se estabeleceram em Aveiro, não parecem ser tecnicamente muito diferentes das que existiam nas aldeias. Apesar das alterações assinaladas, não terão alterado, do ponto de vista tecnológico, a natureza da produção, mantendo-se, pois, com cariz pré-industrial. Numa escritura de cedência e trespasse, de 1904, é descrito sumariamente o equipamento que a referida padaria possuía: «masseiras, tabuleiros, armação, balcão, balanças e pesos, caixas do lote da farinha, duas mesas, camas para os moços, tina de água e todos os demais pertences e miudezas de uso quotidiano»⁴²⁸. Segundo a *Corografia do Concelho de Aveiro*, em 1910, o trabalho das seis padarias da cidade era todo manual⁴²⁹. Como se pode ver no quadro n.º 2.4, apesar da diferente dimensão desses negócios, as seis unidades tinham fornos de natureza semelhante, alimentados por toneladas de lenha proveniente dos pinhais próximos. Poucos anos depois, os documentos referem a existência de caldeiras, em padarias, mas as passagens não são claras. Duas das escrituras fazem referência ao «forno e caldeira para a manipulação do pão»⁴³⁰. Uma descrição da *Independência de Águeda* é menos equívoca, mostrando claramente que uma padaria, considerada modelar, dispunha de um forno a lenha: «Dão-lhe acesso duas portas, abertas sobre o passeio, em quadriláteros feitos em cimento. A frontaria é pintada a óleo, a verde. Na casa de venda há um balcão, com um lindo mármore; o pavimento é ladrilhado e as paredes são cobertas de azulejos claros que facilmente são lavados. No fundo, uma porta com um espelho separa-nos da *casa do fabrico do pão*. Quando ali entrámos, um criado, de avental branco, procedia à pesagem do pão e outro, igualmente limpo, estendia-o em compridos tabuleiros onde seria levado ao forno. Este é de sistema francês. O Sr. Almeida, gerente, abriu a sua pequena porta de ferro e mostrou-nos o seu ventre atulhado com 17 achas de conto, tantas são precisas para o primeiro aquecimento. Porque se acende três vezes por noite, cozendo de cada vez 300 pães numa hora»⁴³¹.

Em 1920, dois padeiros de Esgueira tomam de arrendamento um edifício, em Vagos, «destinado a padaria» que se compunha «de uma entrada com portão de ferro, uma divisão com balcão, um salão para manipulação de pão, uma casa para a arrumação de lenha, um sótão para dormir e uma casa de forno com todas as pertenças [...]»⁴³².

O reduzido volume dos capitais investidos e o facto de maioritariamente essas padarias terem sido instaladas em prédios urbanos alugados não deixam dúvidas quanto à sua dimensão e importância económica, se tomadas individualmente. Três das padarias das seis então existentes no concelho de Aveiro estavam instaladas em prédios arrendados. Os outros elementos fornecidos por aquela

corografia são eloquentes: empregavam entre 3 e 8 operários para a produção de cerca de 433 toneladas de pão, mas, como sublinha Aníbal Gomes Ferreira Cabido, no final da sua descrição, «na cidade de Aveiro vende-se por dia cerca de 3 toneladas de pão de trigo de 2.^a e de 3.^a qualidades, a 80 réis, em média, proveniente não só das freguesias vizinhas do concelho, mas ainda, e numa grande proporção, de Ílhavo e cercanias. Quase toda a produção é de indústria caseira e monta o seu valor à importante cifra de 72 000\$000»⁴³³. Noutro estudo, o mesmo autor testemunha a existência de cerca de 50 padarias domésticas, em Ílhavo, cuja produção – que rondava, no conjunto, os 35 contos de réis – era vendida em Aveiro⁴³⁴.

Importa realçar que, segundo os dados de Ferreira Cabido, o valor da produção média anual de pão, no concelho de Ílhavo, só era ultrapassado pelos valores apresentados para a fábrica de porcelana da Vista Alegre (68 450\$000 réis), pela pesca (41 225\$456 réis) e pela seca de bacalhau (40 000\$000)⁴³⁵.

Se atentarmos na natureza jurídica das empresas referenciadas, tanto na imprensa local como na documentação notarial, e no número mínimo de elementos das sociedades em nome colectivo, tanto das registadas como das «irregulares», facilmente verificaremos que estamos perante pequenos negócios – alguns, contudo, de maior significado económico do que certas empresas cerâmicas –, ainda que muito rendosos, como se deduz da leitura de alguns testemunhos. De facto, a esmagadora maioria das 66 referências constantes do quadro n.º 2.10 alude a 27 empresas em nome individual e a 28 padarias fundadas por sociedades em nome colectivo (21 das quais formadas por dois sócios, 5 por três e 1 por quatro). As 9 sociedades por quotas (quatro das quais fundadas por apenas dois sócios) e a única sociedade anónima constituem excepções numa paisagem empresarial dominada pela «pequena indústria» em nome individual. Se a estes dados juntarmos as informações do *Anuário Comercial de Portugal*, facilmente verificaremos que é muito elevado o número de padarias exploradas em nome individual.

De facto, já em 1875, segundo Gerardo A. Pery, haveria 2773 padeiros e 1383 fornos de pão em Portugal⁴³⁶. Localmente, outros elementos disponíveis permitem afirmar que o número de padarias era superior ao que indica o quadro referido.

O horizonte do mercado destas padarias era, geralmente, a freguesia. No final de 1904, ao anunciar a nova padaria, *A Discussão* afirma que «o novo industrial garante a pureza e boa qualidade das suas farinhas e espera a protecção do público em geral e especialmente dos seus amigos»⁴³⁷. Não foi por acaso que, numa dezena de contratos de trespasse, venda, sublocação ou arrendamento, uma das

partes se comprometia a, «[...] durante o tempo em que os segundos outorgantes fabricarem e venderem pão [...], *não se estabelecerem na mesma freguesia* com padaria e venda de pão, quer por conta própria quer por conta alheia, salvo com o consentimento dos segundos outorgantes e mediante a indemnização que então combinarem»⁴³⁸. Só num desses documentos o quadro da freguesia é ultrapassado: «O trespasse é feito com a condição de os segundos outorgantes não se estabelecerem nesta freguesia da Murtosa e nas do Bunheiro, Veiros e Pardilhó com qualquer padaria, podendo, contudo, fazê-lo em Estarreja»⁴³⁹. Uma ou outra vez, o espaço de algumas padarias, nomeadamente das que produziam o que havia «de mais fino em pão de trigo de todas as qualidades», alargava-se à área do concelho. Em Maio de 1912, o proprietário da Padaria Bijou anuncia os seus produtos a «todos os povos do concelho de Águeda»⁴⁴⁰. Em 1916, também a Padaria Aguedense anuncia «a distribuição na vila de Águeda, mas também em Óis da Ribeira, Recardães, Aguada de Cima e Barrô, Mourisca, Arrancada e Agueira, empregando «nesse serviço quatro mulheres contratadas»⁴⁴¹.

Em 13 de Março de 1919, um grupo de dez padeiros de Esgueira vai ao notário para firmar um acordo que testemunha um fenómeno já referido antes a propósito do negócio da manteiga: os padeiros tinham uma freguesia certa e não toleravam que a concorrência lhes disputasse essa mesma (reduzida) clientela. Segundo esse documento, «a fim de entre eles, como proprietários de padaria, haver a união e solidariedade indispensáveis e precisas à existência e regular desenvolvimento das suas classe e indústria; a fim de entre os mesmos evitarem desgostos e inimizades que indispõem e prejudicam, e ainda no intuito de não lesarem os interesses uns dos outros», convencionaram, sob pena de pagamento de uma coima de 500\$00, que, quando algum deles «ajustar qualquer empregado ou servente de padaria que haja servido em padaria de algum dos outorgantes, com padaria situada na área do concelho de Aveiro, deverá dar a esse empregado despedido as instruções e recomendações necessárias *a fim de o mesmo não continuar a servir a freguesia do outorgante que o despediu*»⁴⁴².

Estamos, pois, perante um universo de pequenas unidades que estabelecem relações duradouras com um mercado de grande proximidade e de reduzida dimensão e que viu a sua existência ameaçada pelo aparecimento de novos concorrentes, durante a I Guerra e nos anos que imediatamente se lhe seguiram.

Os mecanismos de formação desta mão-de-obra especializada e a disponibilidade de informação da existência de oportunidades de negócio noutras localidades levaram muitos destes padeiros e comerciantes a migrar, certamente em maior número do que o que os documentos permitem contar. Além de

Quadro 2.3 Padarias fundadas por padeiros que emigraram desta sub-região, 1895-1928

Data	Proprietário	Sóc.	Freguesia	Concelho	Padaria em
1863	Basílio Mateus de Lima ¹	1	Eixo	Aveiro	Lisboa
1895-12-29	Fonseca & Gomes ²	1	Canelas	Estarreja	Lisboa
		1	Fermelã	Estarreja	
1907-02-04	[António Maria Ferreira ³ & Companhia]	1	Cacia	Aveiro	Santarém
1908-04-10	António Maria Ferreira & Nunes ⁴	1	Cacia	Aveiro	Espinho
1914-10-13	[Lourenço & Teixeira] ⁵	1	Aveiro	Aveiro	Granja, Gaia
		1	Cacia		
1917-04-18	Assunção & Tavares ⁶	1	Fermelã	Estarreja	Benavente
		1	Fermelã		
1919-05-03	António Maria Ferreira & Companhia ⁷	6	Cacia	Aveiro	Espinho
1919-08-23	António de Magalhães & Companhia ⁸	1	Eixo	Aveiro	Porto
1919-12-02	Torres, Morais, Maia & Companhia ⁹	2	Esgueira	Aveiro	Espinho
		2	Cacia		
1920-07-02	Matos & Costa ¹⁰	1	Fermelã	Aveiro	Espinho
		1	Espinho		
1920-07-14	Ramos, Silva & Irmão ¹¹	3	Cacia	Aveiro	P. de Varzim
1921-12-12	Maias, Almeida & Durão ¹²	3	Esgueira	Aveiro	Cascais
		1	Cacia		
1922-02-18	Lares, Matos & Companhia ¹³	3	Esgueira	Aveiro	Coimbra
1922-07-29	Almeida & Reis ¹⁴	2	Alquerubim	Albergaria	Brasil
1923-11-10	Ribeiro & Ribeiro ¹⁵	2	Cacia	Aveiro	Entroncamento
1926-06-12	Matos, Almeida & Companhia, Lda. ¹⁶	3	Ovar	Ovar	Espinho
		2	Espinho	Espinho	
1928-03-06	Lúcio, Gonçalves & Companhia ¹⁷	2	Aveiro	Aveiro	Brasil

Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Pardilhó, Canelas e Fermelã, também as freguesias de Cacia e Esgueira eram conhecidas pelo elevado número de padeiros. Confirmando a memória oral, alguns documentos notariais dão conta da existência de um apreciável número de padeiros destas localidades, estabelecidos como empresários ou como simples padeiros, especialmente em Espinho, Lisboa e Brasil. Como se pode ver no Quadro n.º 2.3, do concelho de Aveiro eram 15 indivíduos (Cacia está presente com 9, as duas freguesias da cidade com 2, Esgueira e Eixo com 2) e Estarreja contribuiu com 5 padeiros: 4 de Fermelã e 1 de Canelas.

Estas pequenas empresas tinham vida breve e uma grande mobilidade, flutuando ao sabor das conjunturas. Em Novembro de 1908, a *Soberania do Povo* anuncia a venda da padaria Aguedense e o propósito do seu empresário, o já referido José da Silva Matos, em «abrir uma nova padaria em Aveiro, na rua do Cais, à qual dará o nome de Padaria Bijou de Aveiro»⁴⁴³. De resto, este indivíduo, fundou quatro padarias, de 1897 e 1912: a padaria Aguedense, a padaria Pátria, em Ovar, esta última, em Aveiro, e a padaria Bijou, em Albergaria-a-Velha. A Padaria Bijou, fundada em Águeda, em 1911, era propriedade de António Ribeiro da Silva, «que esteve alguns anos em Lisboa»⁴⁴⁴. Como estes há mais casos de empresários estabelecidos nesta sub-região oriundos de outras paragens. Em Abril de 1908, *A Discussão* afirmava, a propósito da abertura da padaria Pátria: «O Sr. Manuel Caetano de Matos [...], de Aveiro, Espinho e outras terras onde tem estado, vem não só precedido de um nome que se impõe pela sua seriedade como da reputação de muito hábil e conhecedor da sua indústria»⁴⁴⁵.

A partir de 1916, os efeitos da Guerra são fortemente sentidos nas padarias, especialmente entre as de pão artesanal, devido à carência de farinhas. Em Dezembro de 1916, *O Concelho de Estarreja* lamenta «a paralisação da vida económica», em Pardilhó. O fabrico de pão era, a par da construção naval, a principal actividade desta freguesia, «que empregava centenaes de braços»⁴⁴⁶. Em 1917, *O Concelho de Estarreja* afirma que «cessou a laboração em quase todas as padarias desta freguesia»⁴⁴⁷. A falta de milho abre o caminho ao pão de trigo. Em 1916, a propósito de uma nova padaria montada em Águeda, a *Independência* afirmava que o novo estabelecimento industrial fabricava três qualidades de pão: de \$04, de \$10 e de \$20 centavos. Os de quatro centavos eram «os mais procurados, porque ficam mais baratos que a broa ao preço corrente do milho»⁴⁴⁸. A mesma padaria inicia o fabrico de padas, «que tão apreciadas são em Aveiro. São cozidas ao meio-dia e distribuídas imediatamente na vila [de Águeda]», asfixiando as pequenas padeiras artesanais.

Mesmo na padaria que a Companhia Aveirense de Moagens, SARL explorava, sentiam-se essas dificuldades. Na sessão de 31 de Janeiro de 1921, dois ele-

Quadro 2.4 Padarias do concelho de Aveiro, 1910

Padarias da cidade de Aveiro	Fund	Capital	Renda	Trab	Salários	Forno Ø	Lenha	Farinha	Mat.-prima	Produção de pão	
Padaria Bijou (José de Matos)	1908	1 500\$000	108\$000	6	529\$250	4 m	36 t	54 t/ano	5 400\$000	72 t	7 200\$000
Padaria [dos Arcos] (Manuel Barreiros de Macedo)	-	1 700\$000	140\$000	4	511\$000	3 m	80 t	63 t/ano	6 300\$000	84 t	8 400\$000
Padaria da Moagem (Cristo, Rocha, Miranda & C.ª)	1893	-	-	8	1 806\$750	4 m	58 t	86,4 t/ano	8 640\$000	115 t	11 520\$000
Padaria da R. do Gravito (Teixeira & Companhia)	1903	-	72\$000	5	547\$500	3,5 m	80 t	72 t/ano	7 440\$000	96 t	9 600\$000
Padaria Flor de Aveiro (Francisco da Naia Sardo)	1880	800\$000	70\$000	3	383\$250	3 m	36 t	31,5 t/ano	3 150\$000	42 t	4 200\$000
Padaria de Domingos Torres	-	-	30\$000	3	98\$550	2,5 m	34 t	18 t/ano	1 800\$000	24 t	2 400\$000
Soma	6									433,2 t	43 320\$000

Padarias das restantes freguesias do concelho	n.º	Produção de pão	
Aradas	1	16 t	1 280\$000
Cacia	5	125 t	10 016\$000
Eixo	3	4 t	2 200\$000
Esgueira	1	15 t	1 350\$000
Oliveirinha	2	30 t	2 700\$000
Soma	12	190 t	17 546\$000

Fonte: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

mentos do seu Conselho de Administração afirmaram que tinham deixado de vender farinhas às padarias da cidade para não serem obrigados a fechar a sua, «pois a farinha existente em armazém não chegava para mais de um mês, se tanto, e, além disso, não havia mais trigo para moer nem esperança de o receber»⁴⁴⁹. Acabou por prevalecer a opinião do presidente Manuel Homem de Carvalho Cristo, para quem «não devia haver preocupação com os lucros da padaria; em condições como as actuais, devemos apenas tirar o custo da farinha e despesas de laboração»⁴⁵⁰. Na verdade, as padarias que conseguiam assegurar o regular fornecimento de farinhas obtinham lucros elevados, mesmo sem as práticas fraudulentas de que muitas eram acusadas⁴⁵¹.

Em Setembro de 1917, cinco meses após o início da actividade da Cooperativa de Aveiro, apesar das críticas à sua gestão, *O Democrata* mantinha o apoio a esta instituição, cujo fim «visava beneficiar as classes menos favorecidas e livrá-las das *garras da insofrida ganância da indústria de padaria*, que parece combinada para nos reduzir à fome»⁴⁵². Mas os primeiros meses de vida dessa padaria, que se propunha «fabricar pão de trigo e pão de milho para venda directa aos associados», foram muito difíceis. Segundo esse semanário aveirense, a má gestão era a causa das maiores dificuldades então vividas, o que o levou a afirmar que essa sociedade se teria «convertido numa *mamadeira* de empregados, sem se levar em linha de conta que o seu fim único é o fornecimento dos géneros pelo preço mais baixo possível aos seus sócios, fazendo-se só as despesas estritamente necessárias»⁴⁵³. Mesmo assim, meses depois, após a eleição de novos corpos gerentes da cooperativa, processo em que o seu director se envolvera pessoalmente, *O Democrata* deixava entender que a cooperativa desempenhava um importante papel regularizador dos preços do pão, nos primeiros anos após a Guerra⁴⁵⁴. Os periódicos de outras sensibilidades políticas confirmam o estado próspero da cooperativa e a acção benéfica que terá exercido no consumo de pão, especialmente até 1923, ano em que se terão acumulado dificuldades que conduziram à sua liquidação, entre Maio de 1924 e Junho do ano seguinte⁴⁵⁵. Noto que, entre 1911 e 1930, nasceram nesta sub-região, 11 cooperativas de consumo, 9 das quais nos anos 1917 (3), 1918 (3) e 1920 (3), não tendo sido possível saber se alguma outra teve padaria para os seus associados, mas é bem provável que tenha sido essa uma das razões da sua constituição.

Foi nesse contexto de grandes carências que Companhia Aveirense de Moagens decidiu o alargamento da padaria, «fazendo um grande forno no prédio da rua da Alfândega» e, meio ano mais tarde, tratou de adquirir uma outra⁴⁵⁶. De qualquer modo, importa referir que os documentos compulsados não permitem cor-

relacionar globalmente a moagem, ou até a venda de cereais, com o negócio das padarias. Isto é, parece que era reduzido o número de moagens e de empresas de comércio de cereais que exploravam padarias próprias. Além das duas padarias da Companhia Aveirense de Moagens, só duas outras, fundadas em Estarreja e em Ovar, em 1922, teriam mais facilidade em obter farinha com regularidade, pois eram propriedade de duas empresas que se dedicavam ao comércio de cereais. Há ainda cinco outras padarias, fundadas, só ou em sociedade, por Manuel Barreiros de Macedo, comerciante ligado à direcção da Companhia Aveirense de Moagens, SARL, que beneficiava dessa situação para assegurar a regularidade do fornecimento de farinha.

A mão-de-obra empregada, em número reduzido por unidade, confirma a pequena dimensão das unidades inventariadas e a persistência de mecanismos corporativos de aprendizagem e de trabalho. As fontes compulsadas referem os trabalhadores das padarias diversamente como «empregados», «moços» e «serventes». A palavra operário raramente é utilizada.

Os empresários eram simultaneamente trabalhadores e patrões. Se o fabrico artesanal de pão de trigo era tarefa de mulheres – tida como «indústria própria do seu sexo», a produção das padarias dos centros urbanos, nomeadamente daquelas que produziam pão que exigia conhecimentos técnicos especializados, era assunto masculino. Geralmente, a gestão destas pequenas empresas não era remunerada. Algumas escrituras são explícitas, determinando o salário que auferiria o sócio que assegurasse o funcionamento da padaria na ausência do outro ou outros. Em 1909, na escritura de fundação da Padaria Pátria, em Ovar, ficou estipulado o seguinte: «Nenhum dos outorgantes vencerá salário durante o tempo em que ambos se acharem à testa da administração do estabelecimento fabril, mas quando algum deles tiver necessidade de se ausentar, o que ficar com o cargo de administração vencerá, durante essa ausência, um ordenado à razão mensal de 10\$000 réis⁴⁵⁷.

Mesmo numa sociedade por quotas de responsabilidade limitada, como A Panificadora, de Ovar (1910), os cargos de direcção, constituída por três directores efectivos, sendo um presidente e dois secretários, eram gratuitos⁴⁵⁸. Neste caso, a direcção não se envolvia na produção. Ao presidente cabia, entre outras coisas, «fiscalizar as obras e serviços». Na Padaria Pátria, os dois «sócios de indústria» recebiam 10\$00 por mês de remuneração, mas o «sócio capitalista», que assumia as responsabilidades da «gerência» não auferia nada por essa tarefa. Também a União dos Industriais de Padaria do Distrito de Aveiro, Limitada previa uma «retribuição» para «os administradores quando exercerem algum emprego da sociedade de

forma a dispensar outro empregado», sendo determinado pagamento de 21\$00⁴⁵⁹. Só em 1919 surge uma escritura que estipula um ordenado de 12\$00 mensais, «quando algum dos sócios estiver na gerência ou ao serviço»⁴⁶⁰.

7. Fabrico de bolachas e biscoitos

No último dia do ano de 1910, foi registada em Aveiro uma sociedade de capital e indústria, sob a firma social A. Maia & Companhia, entre o Padre Manuel Ferreira Félix, que, como sócio capitalista, entrou com os 1300\$000 réis de capital social, o «negociante» António da Maia, com as responsabilidades de «sócio gerente», e o «industrial» Joaquim Ribeiro e Silva, como «sócio de indústria», residente no Porto⁴⁶¹. Segundo o texto da escritura de constituição da sociedade. O objecto consistia na «venda de todos os objectos de comércio, quer por comissões quer por consignações quer por conta própria e a montagem de uma fábrica para a fabricação de bolachas, sob a designação de A Democrata».

Em termos organizativos, a empresa era apresentada com três pelouros distribuídos pelos sócios da mesma: administrativo, comercial e industrial. O Padre Félix assumiria as responsabilidades da «administração, gerência e fiscalização»; António da Maia seria responsável pela direcção comercial, «diligenciando por si ou por quaisquer empregados a colocação de mercadorias»; Ribeiro e Silva teria sob a sua alçada a produção. O «sócio gerente» podia efectuar cobranças, passar recibos e dar quitações, vencendo uma retribuição diária no valor de 1\$000 réis e uma percentagem de 30% sobre os lucros de todas as operações comerciais, enquanto o Padre Félix arrecadava 45%, ficando o «sócio de indústria» com os restantes 25%⁴⁶².

A imprensa local não dedica muito espaço a esta iniciativa. No início de 1911, o *Campeão das Províncias* anuncia «a criação de um novo estabelecimento fabril nesta cidade: nada menos do que uma fábrica de bolachas, propriedade da firma comercial, que gira nesta praça sob a designação de A. Maia & Companhia», afirmando que era «inteligentemente dirigida» pelo «activo comerciante local», António Maia⁴⁶³. Dias depois, a *Vitalidade* esclarece que a referida firma comercial se dedicava ao negócio «de comissões, venda de gasolina, petróleo e outros artigos», tendo-se estabelecido nas «novas casas do Sr. Alfredo Esteves, na avenida Bento de Moura, mas parecia estranhar que então anunciasse o fabrico de «bolachas e biscoito fino», tendo «já encomendas de toda a produção para o Porto e outras localidades»⁴⁶⁴. Em 19 de Fevereiro, segundo *O Aveirense*, a firma A. Maia

& Companhia acabava de montar «uma fábrica de bolachas e biscoitos, torrefacção, moagem de café e espécies, a vapor»⁴⁶⁵.

A confusa escritura de fundação também não ajuda muito ao esclarecimento dos verdadeiros propósitos destes indivíduos. Declara que «todos os géneros e mercadorias, carros, cavalos pertencentes até hoje à firma A. Maia & Reis e existentes nesta cidade, bem como máquinas, mercadorias, utensílios e tudo quanto mais necessário for para a fabricação de bolachas e biscoitos e congéneres, indústria que iam explorar», ficariam «pertencendo exclusivamente ao sócio Ferreira Félix», e que essas máquinas, utensílios e tudo o que mais preciso fosse, ficaria «a cargo e ao cuidado, no Porto, do sócio Ribeiro e Silva, que, como mestre, ficará incumbido da fabricação das referidas bolachas, biscoito, chocolate e congéneres»⁴⁶⁶. Acrescentava ainda que esta fábrica iria «ser montada na dita cidade do Porto» e ali ficaria «funcionando até trinta de Abril próximo».

Na verdade, o gerente da nova sociedade era o negociante António Maia. O Padre Félix estava nesta sociedade por ter adiantado a quantia de 1000\$000, constante de duas letras aceites pelo referido António Maia e sacadas por um seu antigo sócio, e 300\$000 réis de uma letra aceite pelo sócio de indústria, Ribeiro e Silva, e sacada pelos médicos Samuel Tavares Maia e Abílio Tavares Justça, não indicando em que circunstâncias. Manuel Ferreira Félix – informa mais a escritura que tenho estado a citar – tomou «a seu cargo todo o activo social da antiga firma Maia & Reis, fundada por António Maia e António dos Reis Santo Tirso, em 23 de Agosto desse ano de 1910, cujo objecto social era a «compra e venda de objectos, quer por comissão quer por consignaçoão, quer ainda por conta própria»⁴⁶⁷. Por razões desconhecidas, mês e meio depois, essa sociedade é dissolvida⁴⁶⁸.

Na notícia da morte do Padre Félix, *O Democrata* afirma que este indivíduo «fora para o Brasil em 1913, para reconstituir a sua fortuna, abalada por um fracasso comercial, e dali veio a 14 de Abril [de 1924], magro, alquebrado, doente»⁴⁶⁹. Não foi possível saber se esta unidade, que nasceu de um conjunto de dificuldades financeiras dos seus fundadores, chegou a fabricar bolachas em Aveiro. Certamente, não. Nos anos seguintes, outras fábricas ter-se-ão equipado para a produção de bolachas, mas só o estudo dos respectivos arquivos poderá esclarecer se nesses casos se chegou a passar das intenções dos sócios no momento da fundação. Exemplo disso é a Companhia Aveirense de Moagens, que «a fim de dar maior incremento aos seus negócios» decidiu «introduzir o fabrico *de bolachas* e de massas alimentícias»⁴⁷⁰. No entanto, os documentos do arquivo desta empresa já compulsados não esclarecem nada sobre o fabrico desse produto.

De qualquer modo, é possível que a concorrência das padarias, que também produziam bolachas e bolos diversos, inviabilizasse o fabrico industrial de bolacha em Aveiro. Em 23 de Novembro de 1910, um anúncio da padaria Flor de Aveiro, de Francisco Naia, considerado então «o mais antigo padeiro de Aveiro», refere a venda de «um grande sortido de bolacha», a par de pão torrado e pão ralado»⁴⁷¹.

8. Produtos de pastelaria e confeitaria

Em 1687, Pinho Queimado afirma que são «as aves domésticas tão multiplicadas, que depois de abastecerem Coimbra, se conduzem incessantemente a Lisboa: e somente os ovos, que saem de Aveiro cada ano para a Corte, importam em mais de oito mil cruzados»⁴⁷². Em 1892, Aveiro expediu, pela estação do caminho-de-ferro, 170 119 kg de ovos⁴⁷³. A tradicional produção de ovos nesta sub-região possibilitou o desenvolvimento de uma doçaria consagrada. Em 1877, Marques Gomes afirmava: «Na confeitaria, tornam-se notáveis o pão-de-ló [de Ovar] e os ovos-moles rivais de Aveiro»⁴⁷⁴. Não por acaso, os ovos moles são elogiosamente referidos em algumas obras da literatura portuguesa, nomeadamente n'*Os Maias*. Eça põe Dâmaso a dizer que num embrulhinho de papel pardo guardava «seis barrilinhos de ovos-moles de Aveiro», acrescentando: «É um doce muito célebre, mesmo lá fora. Só o de Aveiro é que tem *chic...*»⁴⁷⁵. Também a historiografia local esteve atenta à importância económica e cultural dos ovos-moles, a par de outra diversa doçaria⁴⁷⁶.

Tal como algumas padarias, que chegavam a associar a si o comércio de mercearia, também as pastelarias e confeitarias de que foi possível encontrar notícia eram escassamente especializadas, não permitindo saber se, algumas vezes, estamos perante confeitarias ou tão-só diante de meros estabelecimentos comerciais. Dois bons exemplos são as mercearias e confeitarias de Ricardo Pereira Campos, fundada em 1894, e da firma Torres & Abreu, que abriu as portas da sua confeitaria em Março de 1915⁴⁷⁷. Apenas vendiam produtos de todo o país. Como bem viu Ferreira Cabido, além dos «oito estabelecimentos ou confeitarias que fabricam e vendem ovos-moles», «muitas casas particulares e hotéis se encarregam de encomendas do género»⁴⁷⁸. Por outro lado, parece que a doçaria ainda estava ligada à produção (artesanal) de conservas, nomeadamente de enguias e mexilhão, como se pode ler nos anúncios da imprensa local.

Em 7 de Agosto de 1883 – quando a cidade contava apenas três confeitarias⁴⁷⁹ –, na sequência da morte de sua mulher, José dos Santos Gamelas dissolve

a «sociedade mercantil» que «há anos» mantinha com seu filho Francisco, sociedade «sem escritura, para o exercício do comércio de confeitaria e mercearia»⁴⁸⁰. Este continuou o negócio dos pais. Em 1908, numa pequena notícia de mudança de instalações da sua confeitaria para a rua do Gravito, pode-se ler: «Escusamos de encarecer os créditos dessa antiga confeitaria por demais conhecidos, tanto pela lisura das transacções, *como pelo esmero no fabrico dos artigos que ali são confeccionados*»⁴⁸¹. Mesmo o mais consagrado produtor de ovos-moles, como a firma Maria da Encarnação Mourão, Sucessora, em 1936, fabricava pão⁴⁸².

Em 1917, em Ovar existiam duas «fábricas de pão-de-ló»: a Celeste de Ovar, de Celeste Gomes Pinto, e a Ideal de Ovar, do «vidraceiro» e «negociante» Francisco Peixoto Pinto Ferreira. Este indivíduo, que tinha também um depósito de máquinas de costura, era então identificado como vidraceiro⁴⁸³. Desse modo, não espanta que muitas das sociedades que fundaram esses estabelecimentos nunca tivessem tido qualquer registo oficial.

Em 1910, como disse, havia em Aveiro oito confeitarias, cuja produção rondava as 4 toneladas e a da indústria caseira as 2 toneladas. Como se pode ver, entre 1883 e 1910, o número de confeitarias cresceu, testemunhando uma mudança de gostos da população. Para o fabrico dessas seis toneladas de ovos-moles, eram consumidos cerca de 16 800 ovos, a 12 réis, cujo valor global era de 2016\$000, a que acresciam os custos com açúcar (3800 kg, a 260 réis – 780\$000 réis), bocetas ou barricas (600\$000 réis) e mão-de-obra (180\$000 réis), o que totalizava 3576\$000 réis de despesas⁴⁸⁴. Calculava Ferreira Cabido que, no total, a produção devia rondar os 7 200\$000 réis, o que lhe permitia afirmar que esta «indústria» era muito remuneradora. Ainda segundo o referido autor, uma quarta parte deste produto era consumido localmente; o restante seguia por caminho-de-ferro para «diversos pontos do país e exportado para o Brasil».

Em 1919, os dados disponíveis são menos rigorosos. Nesse ano foram recenseados, em todo o distrito, oito «confeiteiros ou conserveiros, etc. sem estabelecimento» (havia 176 em todo o país)⁴⁸⁵. Se nas padarias urbanas dominava a mão-de-obra masculina, as pastelarias e as confeitarias são espaços de especialização feminina.

A I Guerra Mundial provocou algumas alterações no consumo de produtos de confeitaria e, naturalmente, nas empresas do ramo. Algumas delas passam a produzir especialmente para mercados distantes. Em Setembro de 1919, o *Campeão das Províncias* afirmava: «A Confeitaria Mourão, que é a mais antiga e a que em maior escala trabalha e exporta, apesar das quantidades anormais diariamente fabricadas, agora chega à noite, muitas vezes à tarde, com toda a produção esgo-

tada [...]. A azáfama é constante, trabalhando-se dia e noite para poder dar avia-
mento às encomendas»⁴⁸⁶. Comentava o referido periódico: «É um consumo
extraordinário, como em época nenhuma se revelou. Há muito dinheiro, como se
vê, mas há também um decidido culto pelo que é bom e sabe bem, como sabe o
finíssimo doce da nossa terra, mormente os ovos-moles, ovos a fio, lampreias,
etc.»⁴⁸⁷. O pão-de-ló de Ovar ganha igualmente fama fora de portas nos anos da
Grande Guerra. Em 1917, *O Ideal Vareiro* dizia: «É assim que sai do anonimato,
da incaracterização [sic], o pão-de-ló Celeste de Ovar, apresentando-se pomposo,
tentador e brioso, em Lisboa, Porto, Coimbra, Setúbal e até no Algarve»⁴⁸⁸. Também
a produção dos «pastéis de Águeda» adquire forte dinamismo neste período⁴⁸⁹.

Essa oportunidade de negócio não passou despercebida a alguns dos sócios
da moagem de Cristo, Rocha, Miranda & Companhia. Em Setembro de 1920,
Manuel da Rocha Marques da Cunha e António da Conceição Rocha associam-se
para a montagem de uma confeitaria «de luxo», como lhe chamou, de forma con-
vincente, *O Democrata*, sita na rua do Cais, em Aveiro⁴⁹⁰.

Foi certamente também essa a razão por que, em 1924, as «comerciantes»
D. Conceição Maria dos Santos Anjos e D. Luciana Luís Ribeiro de Castro e
Ramos – aquela solteira e esta casada mas autorizada por seu marido, Aníbal
Ramos –, se associaram sob a firma Maria da Encarnação Ramos, Sucessores,
Limitada, com sede em Aveiro. O objecto desta empresa, registada com um capital
social de 1000\$00, era a «exploração do antigo estabelecimento de comércio e
fabrico de confeitaria, pastelaria e mercearia, sito nesta cidade, à rua Coimbra,
pertencente à primeira outorgante e que nesta praça tem girado sob a razão social
de Maria da Encarnação Ramos, Sucessora»⁴⁹¹. As duas sócias dividiam entre si, em
partes iguais, o capital social e as responsabilidades na «gerência», ainda que a sócia
Luciana ficasse «obrigada a permanecer e estar à testa do estabelecimento». Estipu-
laram igualmente que, «durante a vigência desta sociedade, nenhuma das interes-
sadas ou seus maridos poderão montar nesta cidade qualquer estabelecimento de
confeitaria ou pastelaria, não dizendo, porém, esta proibição, respeito à mer-
cearia».

Quatro anos depois, António Campos e dois outros «comerciantes» – Aristides
Augusto Tavares Ferreira e António Andrade –, celebram entre si uma sociedade
por quotas, com um capital social de 28 000\$00, para a «exploração da indústria
e comércio de pastelaria, confeitaria, restaurante, café, bebidas e artigos congé-
neres», sob a firma Pastelaria Central, Limitada⁴⁹². O facto de se denominar
Pastelaria Central, por se situar na Avenida Central (actual Avenida Dr. Lourenço
Peixinho), pode também significar que, à data da sua formação, já tivesse encer-

rado a Confeitaria e Pastelaria Central da rua do Cais, referida antes, fundada em 1920. Contrariamente à sociedade da Confeitaria Mourão, a gerência da Pastelaria Central, assegurada por António Campos, era remunerada.

9. Fabricação de açúcar e de chocolate

Em 1904, terá sido fundada em Aveiro uma (pequena) fábrica de chocolate, sobre a qual pouco foi possível saber. O *Campeão das Províncias* dedica-lhe duas pequenas notas, uma no início e outra no final daquele ano. No início de Novembro, aquele periódico afirmava acerca da «nova indústria»: «Acaba de montar-se aqui, nas imediações da estação do caminho-de-ferro, uma fábrica de chocolate, propriedade do Sr. Santiago R. Fernandes, súbdito espanhol, há muitos anos residente no Porto, onde dirigia uma das principais fábricas do mesmo género»⁴⁹³. Acrescentava, depois, que o referido empresário «é um homem prático, com largo tirocínio, e que vem, sem mira em grandes lucros, tentar a exploração daquele ramo de negócio em Aveiro. Os seus produtos são realmente apreciáveis. À excelência da matéria-prima, importada directamente da África, alia a perfeição do fabrico, que é feito com esmerado escrúpulo»⁴⁹⁴. Nada mais foi possível saber sobre esta unidade. Como a imprensa local não mais se lhe refere, é possível, pois, que tivesse soçobrado pouco tempo depois.

Mais obscuras são as referências a uma fábrica de açúcar, em Águeda, no final de Oitocentos. Em Junho de 1899, a *Soberania do Povo* afirmava que tivera conhecimento de que uma sociedade entre três indivíduos de Assequins estava preparando a montagem de «uma fábrica de refinação de açúcar», naquele lugar, «tendo já dado começo aos primeiros trabalhos», acrescentando que a sociedade seria celebrada por esses dias⁴⁹⁵. Não foi possível saber mais sobre este projecto que terá morrido em projecto.

10. Produção de massas alimentícias

Como referi antes, a produção de massas alimentícias constituía um dos objectivos estratégicos do projecto empresarial que fez nascer, em 1920, a Companhia Aveirense de Moagens, SARL. Mas, por razões ainda não averiguadas, essa empresa não adquiriu, nos primeiros anos da sua existência, o equipamento indispensável. Esse facto terá favorecido o aparecimento de outras empresas com tal

propósito. Certamente por isso é que, em 1923, a Empresa Central Portuguesa, Limitada, fundada dois anos antes, para o «exercício do comércio de farinha, cereais, mercearias e o de panificação e descasque de arroz», decide dedicar-se ao fabrico de massas alimentícias⁴⁹⁶.

Com um capital social de 300 000\$00, esta sociedade instalara a fábrica, em Aveiro, na rua Almirante Cândido dos Reis, próximo da estação do caminho-de-ferro. Entre os seus oito fundadores, residentes em Albergaria-a-Velha, Ovar, Aveiro, Coimbra e Bodiosa, no concelho de Viseu, contava-se António da Maia, o «comerciante» (agora referido como «proprietário») que encontrámos antes, na fundação da fábrica de bolachas A Democrata, em 31 de Dezembro de 1910 e, como mostro no Capítulo 4, foi um dos fundadores da fábrica de sabão instituída em Vila Nova de Gaia. Detinha uma quota de 125 000\$00 e assumiu as responsabilidades da «administração e gerência»⁴⁹⁷.

Em Janeiro de 1924, quando a fábrica dispunha já de «variados maquinismos», a direcção era composta por um presidente director, um delegado e por dois vogais. Ocuparam esses lugares, respectivamente, Francisco A. da Silva Rocha, professor da Escola Industriais e Comercial de Aveiro e gerente da Caixa Económica desta cidade, o «industrial» António da Maia, o industrial da Fábrica de Lixa, Américo Carlos Gomes Teixeira, e os «proprietários» e funcionários da Caixa Económica, José da Fonseca Prat e Abel Gonçalves. A fábrica vivia então com dificuldades financeiras, razão por que, segundo *O Democrata*, os dois vogais estavam, então, envidando todos os esforços para obterem «os enormes capitais necessários para pôr a fábrica a funcionar, o que representa um grande esforço neste momento dificultoso da vida industrial e comercial»⁴⁹⁸. Foram essas dificuldades que obrigaram a sociedade a alterar os seus estatutos, em 7 de Novembro de 1923, embora essa operação não tenha significado um reforço do seu capital. Os 300 contos iniciais são agora subscritos não por 8 mas por 19 sócios. A maior quota, depois da de António da Maia (125 000\$00), era de 20 000\$00; havia até 5 quotas de 5000\$00⁴⁹⁹. A verdade é que, até à alteração dos estatutos, tinham sido registadas 29 cessões de quotas e nos três anos seguintes, foram celebrados 20 contratos dessa natureza.

Em 1927, são notórias as enormes dificuldades financeiras da empresa, no quadro da crise dos anos Vinte. Nas actas da Companhia Aveirense de Moagens há, entre 7 de Julho de 1927 e 21 de Março do ano seguinte, oito referências às contrariedades por que passava a Empresa Central Portuguesa, Limitada, e que a conduziram à falência⁵⁰⁰. Na acta de 7 de Julho de 1927, Silva Rocha dá conhecimento à Companhia Aveirense de Moagens, principal fornecedora de farinha e sua

credora, do estado financeiro «bastante precário» daquela empresa, pedindo uma moratória por dois anos e meio para poderem solver as suas dívidas. Em 1925, quando António Maia deixou a empresa, a dívida à Companhia Aveirense de Moagens cifrava-se em pouco mais de 60 contos. Com a Sociedade Industrial Atlântica, Limitada, de Ovar, passava-se o mesmo⁵⁰¹. Em 28 de Julho de 1927, é declarada falência da empresa, requerida pela Sociedade Industrial Atlântica, Limitada, de Ovar⁵⁰².

Ainda se pensou na laboração da fábrica para liquidação de uma parte do passivo, mas os receios suscitados pelo «estado anormal em que se encontrava o comércio» determinaram o fecho da Empresa Central Portuguesa, Limitada. O gestor da massa falida – que, curiosamente, era Albino Pinto de Miranda, um dos administradores da Companhia Aveirense de Moagens – «encontrou grandes deficiências na instalação da fábrica das massas [alimentícias], sendo de parecer que o mais prudente seria não pôr a fábrica a trabalhar por conta própria dos credores da falida, visto que, conforme o seu modo de ver, o prejuízo é mais que certo», pois «é preciso ali fazer modificações que estão orçadas em 30 contos»⁵⁰³. Posteriormente, em 21 de Outubro de 1927, a Companhia Aveirense de Moagens decide contratar a aquisição de «três motores eléctricos e dois secadores para massas, a fim de serem montados na fábrica da empresa falida, esperando-se assim que se intensificará o fabrico e, deste modo, os lucros serão mais assegurados»⁵⁰⁴.

Entretanto, a moagem de Ovar, que inicialmente se mostrara também interessada na aquisição da fábrica das massas, abandonou a ideia e vendeu o seu crédito ao Dr. Lourenço Peixinho, que, de resto, propôs à Companhia Aveirense de Moagens a compra desse crédito pela quantia de 50 000\$00, mediante letras sacadas por Silva Rocha, João Ferreira, José da Fonseca Prat e Américo Gomes Teixeira, o que foi aceite⁵⁰⁵.

Só em Março de 1931 é que o edifício e o equipamento da fábrica foram postos à venda. Entre a diversa maquinaria, destaco um «grupo completo de máquinas em estado de novas do construtor Werner & Pfleiderer e respectivas forma de bronze para o fabrico de todos os tipos de massas, para uma produção de 2000 kg em 10 horas», além de um motor diesel MAM, de 45 HP», «secadores modernos com ventiladores acoplados com motores eléctricos Brown Boveri», um «dínamo para iluminação»⁵⁰⁶.

Em 26 de Maio de 1925, nasce uma sociedade por quotas, denominada Sociedade Indústrias Alimentícias, Limitada. Com um capital social de 300 000\$00, divididos em quatro quotas de diferente valor, essa sociedade foi fundada por dois «comerciantes» – o já referido António da Maia, agora com uma

quota de 105 000\$00 (35%), e Aníbal da Conceição Alves, o sócio maioritário 150 000\$00 (50%) –, ambos residentes então em Lisboa, pelo «comerciante» de Mira, Manuel Ribeiro Dias, com uma quota de 20 000\$00 (7%), e pelo «proprietário de Requeixo, João Francisco Delgado, que subscreveu 8% do capital (25 000\$00)⁵⁰⁷. Segundo o texto da escritura, no acto de constituição da sociedade estavam apenas realizados apenas 10% do capital.

Menos de um mês depois, essa sociedade é dissolvida. Três dos indivíduos referidos e um outro, o «proprietário» aveirense Alberto Francisco Neto, em substituição do «comerciante» Manuel Ribeiro Dias fundam uma outra, a Sociedade Peninsular Industrial, Limitada, cujo objecto social era igualmente o «fabrico de massas alimentícias»⁵⁰⁸. Na verdade, trata-se do mesmo projecto, pois mantêm-se tanto o objecto como o capital e a sede social. Como aconteceu com outras fábricas, quando os seus proprietários não eram correligionários dos periódicos então publicados, e neste caso porque António Maia abandonou uma empresa do regionalismo em dificuldades, nunca a imprensa local se referiu a esta fábrica. Nada mais foi possível saber sobre esta unidade fabril, para lá da informação contida na escritura de fundação. É possível até que nem sequer tenha chegado a funcionar.

11. Secagem e torrefacção de chicória

A ideia da utilização do caule subterrâneo da chicória (*cichorium intybus?*), depois de apanhado, seco e torrado, como sucedâneo do café terá nascido na Holanda, cerca de 1690, mas só em 1773 se tornou matéria-prima de uma indústria rendosa. O segredo da sua produção foi guardado até 1801. A partir de então, foram nascendo diversas fábricas na Bélgica, na Alemanha e na França; a Inglaterra tem a sua primeira unidade industrial em 1845 e a Áustria, desde 1899. Depois, a sua cultura passou aos Estados Unidos da América, à África do Sul, etc.⁵⁰⁹. A subida de preço do café registada nesses anos favoreceu o interesse industrial pela chicória.

Em Portugal, esse tubérculo foi introduzido em 1889, por Fernando Rodrigo do Rego, um oficial de Infantaria, natural de Eixo, então regressado da Alemanha⁵¹⁰. Associou-se a seu filho, Hélio Rego e a Duarte Pinto, mas, por razões desconhecidas, inicialmente, não tiveram êxito. Mais tarde, em 1897, Manuel Marques Janvelho, também residente naquela freguesia, monta uma segunda estufa e outras se seguiram⁵¹¹. Tinha assim início a expansão desta cultura, que encontrou em Eixo um espaço de «especialização». No início do século XX, Eixo chegou a ter 12 chicoricultores, com se pode ver no Quadro n.º 1. Em 1916, a

Independência de Águeda afirmava que a chicória se expandia «nos campos em redor de Aveiro, até ao Vouga, com centro em Eixo»⁵¹². De facto, foi nessa freguesia que muitos agricultores se interessaram pela chicória. Uns ter-se-ão dedicado apenas à cultura desse tubérculo; outros adquiriram estufas de secagem e envolvendo-se alguns em sociedades promovidas por industriais e comerciantes de Lisboa e Porto.

A enorme visibilidade adquirida pela chicória e a importância económica que alcançou, especialmente durante os anos da I Guerra Mundial, resultaram das dificuldades impostas pelo conflito às importações de produtos alemães e à consequente oportunidade criada para a sua produção em Portugal para abastecimento antes de mais dos mercados francês e inglês. As sementes mais procuradas, pela sua qualidade e produtividade, eram as de Magdburgo⁵¹³. Terminadas as beligerâncias, apesar de o gosto da chicória ter vindo para ficar no paladar dos consumidores, mormente dos de Lisboa e Porto, a sua produção industrial perde importância económica, a partir de 1918. O extraordinário êxito da cultura de chicória para café foi meteórico, pondo a nu a tradicional correlação de forças na sociedade portuguesa e as difíceis condições para a mudança social e económica, nos campos.

A grande contestação à cultura da chicória para fins industriais, especialmente de 1916 a 1918 – período da participação portuguesa na Grande Guerra –, ficou a dever-se, sobretudo, a uma pérfida campanha da imprensa regional que, no quadro complexo da luta pelo poder entre os partidos republicanos, antes e após o golpe de 5 de Dezembro de 1917, e da desestabilização económica provocada pela guerra (grave «crise de subsistências», elevados custos da importação de cereais, inflação, carência de combustíveis e de matérias-primas, etc.⁵¹⁴), atribuía ao aumento do número de terrenos cultivados com esse tubérculo a causa da redução da área de cultivo do milho e a consequente subida do preço deste, o que, em seu entender, espreitava o apetite dos açambarcadores daquele cereal, que era a base da alimentação dos habitantes da sub-região da ria de Aveiro.

Está por avaliar o fundo de verdade dessas apreciações profundamente demagógicas, de cariz autoritário e anticapitalista, como fica por saber o que teria justificado o açambarcamento do milho e a escandalosa subida do seu preço, se não tivesse havido chicória. De resto, onde não havia chicória também não havia milho, tendo-se registado motins em algumas localidades, neste período. A imprensa dá destaque aos tumultos de Alquerubim e de Águeda⁵¹⁵. Em Aveiro, registou-se uma amotinação no mercado local contra a subida do preço das hortaliças⁵¹⁶. A cevada ou o vinho, por exemplo, tendo registado boas produções em

1916, ou a batata, com boa colheita em 1917, foram igualmente alvo dos açambarcadores e os seus preços atingiram cifras igualmente extraordinárias⁵¹⁷.

Com a informação disponível não é possível cotejar, em todos os domínios, os conflitos gerados em torno da cultura da chicória com a gravidade das alterações ocorridas em Lisboa, durante as duas semanas da chamada «Revolta dos abastecimentos de Maio de 1917»⁵¹⁸. Antes de mais, porque a «guerra à chicória» dura mais de dois anos, atingindo o clímax em finais de Outubro desse ano. Em segundo lugar, porque os acontecimentos registados no concelho de Aveiro jamais tiveram características de uma manifestação inorgânica de gente com fome. Na verdade, a contestação à chicória foi sempre enquadrada pelos caciques locais, através de jornais, que nem sequer disfarçavam os objectivos políticos dos seus apelos, manifestos e maquinações. Isto é, contrariamente ao que se passou em Lisboa, os conflitos em Aveiro tiveram sempre mediação política e não se correlacionam directamente com o mal-estar dos pobres dos campos ou das cidades. O grupo social descontente era maioritariamente formado por proprietários, que, pelo menos aparentemente, contestavam mais o abandono da cultura e do trigo e do milho devido à «invasão» da chicória que o tabelamento dos preços por baixo decretados pelo governo de Afonso Costa⁵¹⁹. Por outro lado, esses indivíduos terão olhado como ameaça a emergência do grupo que tirava grandes dividendos da cultura daquele tubérculo. Em suma, a «guerra à chicória» não foi um movimento popular, como outros que se verificaram durante esses conturbados anos, um pouco por todo o país, com especial incidência em Lisboa e Porto.

Os temores suscitados pela expansão do cultivo da chicória, nos arredores de Aveiro, há muito que eram do conhecimento público. Em 1899, surge o primeiro artigo com essas preocupações⁵²⁰. Certamente por isso é que a escritura de uma sociedade constituída em Eixo, em Dezembro de 1901, estipulava que o não cumprimento das diversas cláusulas seria punido com multas, cujo montante reverteria a favor de um «fundo de beneficência paroquial»⁵²¹.

No início do século XX, eram produzidas apenas 20 toneladas; em 1915, a produção das 9 estufas de chicória – 7 em Eixo, 1 em Oliveirinha e 1 na Quinta do Picado – atingia a cifra pasmosa de 1200 toneladas, correspondentes a 5000 t de raízes verdes, e ocupava uma área de cerca de 350 hectares de terrenos de sequeiro⁵²². O concelho de Aveiro detinha a maior parcela de terreno cultivado com esse tubérculo: 77,58%; seguia-se o de Ílhavo, com 10%, sendo os restantes 12,42% distribuídos pelos de Oliveira do Bairro, de Vagos e de Albergaria-a-Velha⁵²³. Em 1917-1918, a mancha de cultura de chicória chegou a Ovar, Estarreja e Vila Nova de Gaia⁵²⁴. Antes e depois da Grande Guerra, Eixo e a vizinha

freguesia de Oliveirinha detinham, pois, a mais importante área de cultivo deste tubérculo, mas as terras confinantes mostraram igualmente aptidão para a sua exploração, como o lugar da Carvalheira, em Ílhavo, e a freguesia da Palhaça, no vizinho concelho de Oliveira do Bairro⁵²⁵.

No início do século XX, segundo o *Anuário Comercial de Portugal*, os 12 «proprietários de estufas para chicória», de Eixo, associados ou em nome individual, representavam cerca de um terço dos 35 «proprietários e agricultores» arrolados pela referida publicação⁵²⁶. Poucos anos depois, já só havia dez; em 1925, persistiam seis; em 1929, eram identificados apenas dois indivíduos como «proprietários de estufas para chicória», curiosamente dois dos mais antigos chicoricultores dessa freguesia. Efectivamente, em 1930, o *Anuário Comercial de Portugal* indicava apenas os nomes de Eduardo [de Oliveira] Barbosa e Manuel Marques Janvelho, como «chicoristas» ou «proprietários de estufas para chicória»⁵²⁷.

Tal como noutros ramos de actividade, os contratos de fornecimento de chicória, celebrados entre chicoricultores e alguns comerciantes de Lisboa e Porto, nem sempre terão sido celebrados na presença de um notário desta sub-região, o que torna difícil a avaliação do número de acordos e da importância económica do conjunto desta actividade, nos arredores de Aveiro. Desse intenso labor de cerca de quatro décadas pouco ficou nos livros notariais. Resta-nos a esperança de que os testemunhos dos arrendamentos de terrenos possam esclarecer esse fenómeno; e terão sido muitos, como a imprensa local deixa entrever. Uma análise cuidada dos contratos de arrendamento e de compra de terras lavradas, neste período, que não foi realizada, poderia ajudar-nos a ter uma ideia mais precisa da dimensão dos negócios da chicória.

Durante todo o período estudado (1889-1931), foram registados apenas quatro contratos de venda de chicória. As elevadas importâncias envolvidas e as condições de preferência impostas pelos compradores explicarão, certamente, as razões por que esses contratos tiveram mediação notarial.

Em 23 de Maio de 1917, o «industrial» António Joaquim de Pinho, residente em Aveiro, e o «comerciante» Francisco António de Pinho Júnior, morador na Murtosa, comprometeram-se a vender, de Agosto a Dezembro desse ano, ao comerciante Augusto Rego (possivelmente da família de Fernando Rodrigo do Rego), morador em Lisboa, 150 toneladas de chicória, ao preço de \$22 e \$26 cada quilo, colocada na estação de Aveiro. Mais informa a escritura de que os vendedores produziam chicória em terrenos seus e noutros que «traziam de arrendamento». Os agricultores vendedores receberam no acto a quantia de 7800\$00⁵²⁸.

Um mês depois, em 22 de Junho, Manuel Simões Lameiro, lavrador e viticultor de Oliveirinha, comprometeu-se a vender, ao referido Augusto Rego, 10

toneladas de chicória, ao preço de \$30 por quilo, nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro desse ano. O comprador comprometia-se a entregar os sacos para o transporte da chicória, que seria remetida pelo caminho-de-ferro, na estação de Quintãs⁵²⁹.

Em 22 de Agosto de 1917, Eduardo de Oliveira Barbosa e esposa, referidos como *industriais e agricultores*, comprometem-se a vender à firma Gouveia & Marques, com sede em Lisboa, 100 toneladas de «raiz de chicória», a \$44 réis o quilograma⁵³⁰.

Em 16 de Junho de 1918, Manuel Simões Lameiro comprometeu-se a fornecer ao comerciante de Lisboa, Jacob Grill, representante da firma Grill, Limitada, 20 toneladas de chicória de primeira «que colher das suas propriedades e da que tiver de renda [...], sendo essa chicória estufada, limpa e de boa qualidade, posta sobre o vagão da estação das Quintãs, ensacada [pelo agricultor], em sacaria fornecida pelo segundo outorgante». Acrescenta a escritura que «o preço desta venda é de 8000\$00, ou seja, \$40 cada quilo, peso líquido». Por seu lado, o vendedor comprometia-se para com a firma compradora «a dar-lhe preferência, preço por preço, na venda de toda a restante chicória do seu fabrico em terras suas ou de renda, com relação à colheita deste ano, pelo preço que o género tiver na conjuntura»⁵³¹.

Finalmente, em 1 de Fevereiro do ano seguinte, a mesma firma adquire um outro terreno próximo⁵³².

A imprensa local dá inúmeras indicações do interesse suscitado pela chicória. Em 1916, a *Independência de Agueda* afirmava a propósito do elevado valor dos capitais empregados naquela cultura: «de um proprietário sabemos nós que arrendou 20 000\$00 de terrenos». Mas, durante o período da mais violenta contestação à plantação da chicória, muitos contratos de arrendamento devem ter sido celebrados apenas verbalmente⁵³³.

11.1. Violenta campanha contra a chicória

Em 1899, a *Soberania do Povo* afirmava que a cultura da chicória, que então se desenvolvia «muito nas aldeias dos arredores de Aveiro, *ocupa muitas terras que noutra tempo se destinavam à cultura do milho e do trigo [...]*»⁵³⁴. Acrescentava que «é fácil de prever que o largo desenvolvimento da cultura da chicória determine outras dificuldades para a vida das populações rurais. A terra que produz chicória nada mais produz; e esta indústria pode dar lucros grandes a dois ou três exploradores,

mas nem sequer em salários compensa as faltas que acarreta à gente do campo menos remediada, aos pequenos cultivadores de cereais. Estes tiram da terra, além do trigo e do milho, os pastos verdes, as reservas de pasto seco, o feijão, a ervilha, a batata, a abóbora, *provendo assim à sua subsistência frugal e à sustentação dos gados. Ora tudo isto desaparecerá se continuar a agravar-se a cultura da chicória.* Esta deixará de importar-se, mas, em compensação, a importação de trigo e de milho aumentará»⁵³⁵.

Basicamente, são estes os argumentos esgrimidos pelos inimigos da chicória, no ambiente fortemente emocional que foi o dos anos 1916-1918, marcados regionalmente por racionamentos, privações ou escassez de bens de primeira necessidade, vida cara e conflitos de variada ordem, em diversos ramos de actividade, nomeadamente nas pescas, na apanha do moliço, na exploração mineira.

Nesta conjuntura, o rápido enriquecimento de alguns foi muito notado e ruidosamente contestado⁵³⁶. No final de Março de 1917, o *Campeão das Províncias* clamava: «Quem quiser enriquecer, faz-se negociante de chicória. Não importa que à custa do sacrifício de centenas de milhares de indivíduos; não importa mesmo sem a menor indemnização para o Estado»⁵³⁷. A imprensa conspirava e agitava os espíritos contra a chicória e os «grandes lucros dos chicoreiros».

Em 1916, o semanário aveirense *A Razão*, ideologicamente comprometido com os republicanos democráticos, afirmava: «Não sendo *um género de primeira necessidade*, serve só para uma estúpida contrafacção, proporcionando e alimentando *um género de luxo* – o café. Sem café, e demais sem café falsificado, toda a gente passa, é dispensável; sem pão é que ninguém vive. E terras que podiam estar a milho, estão hoje na mão de *chicoristas*, para o seu negócio, com que só eles lucram, quando estando a milho era proveitoso para todos»⁵³⁸.

Na sua esmagadora maioria, os artigos dos periódicos locais das mais variadas cores políticas afinam pelo mesmo diapasão, com mais ou menos exagero nos números apresentados. Sempre num estilo arrogante e paternalista, exigindo ao Governo a proibição da chicória (raramente a restrição da área de cultivo), os diversos articulistas manifestam o desejo de «demonstrar o erro tremendo que alimenta o nosso lavrador e [pretendem] causticar a indiferença das autoridades perante o desaforo de alguns senhores»⁵³⁹.

O controverso jornalista F. Homem Cristo, num texto revelador da natureza ideológica do discurso dominante, nesta matéria, depois de afirmar conhecer bem a «choradeira do lavrador», sentencia que a questão da chicória deve ser encarada «em *relativo* e em *absoluto*». Ora, «em absoluto, a cultura da chicória não se pode condenar. É uma cultura importante, de muito valor, e que está dando origem a uma

indústria nova, por enquanto muito rendosa. E nós não somos *daqueles* [...] *que se indignam e morrem de inveja por verem que os outros ganham muito dinheiro* [...]. Que enriqueçam os lavradores cultivando a chicória, que enriqueçam os industriais que se entregam à secagem, não é caso para me entristecer, mas para me alegrar»⁵⁴⁰. Em «absoluto», ficou-se pela verificação do enriquecimento que a chicória permitia. Em «relativo», o rol de razões para se opor à cultura da chicória é vasto, mas sem originalidade. Tudo bons motivos para atacar o Governo [de António José de Almeida] e o Ministro do Fomento [Francisco J. Fernandes Costa], que «devia ser fuzilado».

O fundamento mais consistente mas interessado, era o de que o plantio da chicória deveria ser restringido da mesma maneira que se limitou a plantação da vinha, ou *se tabelou os preços da farinha e do pão*. Sublinho este argumento porque Francisco Homem Cristo era, então, sócio da empresa de moagem de Cristo, Rocha, Miranda & Companhia, sita nos Santos Mártires, em Aveiro, fundada por seu irmão Manuel⁵⁴¹. Dias depois, F. Homem Cristo dá destaque à carta de um leitor identificado pela letra «F.», que protestava contra «os lucros fabulosos» dos lavradores, dos negociantes e da fábrica de torrefacção de Eixo: «Há em Eixo *uma fábrica a vapor* que tira este ano de lucros 200 contos de réis, 120 para um capitalista de Lisboa, que fornece o capital, e para dois de Eixo, que tratam da cultura e preparação, 40 contos cada um. Eles vendiam-na a 70 réis o quilo e já ganhavam alguma coisa, e agora vendem-na a 300 réis!»⁵⁴². Como vimos nos documentos notariais, estes valores não são verdadeiros.

Em Abril de 1916, dando notícia das pressões para que o Governo proibisse a cultura da chicória, a *Independência de Águeda* assume uma atitude diferente. Sem certezas, parecendo-lhe vantajosa uma redução da área cultivada com chicória, aquele semanário republicano entende que as medidas a tomar deveriam ser alicerçadas em estudos realizados por técnicos competentes, como deveriam ter em conta os elevados investimentos já realizados, não se esquecendo de sublinhar, até, as vantagens da chicória sobre o milho, no capítulo da remuneração da mão-de-obra, pois, além de pagar melhor, a chicória ocupava especialmente mulheres e crianças, numa época de escassez de braços. Atentemos no texto: «As terras ocupadas representam 50 000 alqueires de sementeira. Cada alqueire [600 m²] está arrendado aos proprietários, em média, por 12\$00 anuais. A despesa da chicória, em cada 10 alqueires, é a seguinte: sementeira, 24\$00; sacho e monda, 40\$00; apanha, 20\$00; carroto e seca, 40\$00. Total, 124\$00, ou seja, *100\$00 em salários*. Por outro lado, a despesa com a cultura do milho, em 10 alqueires, desdobra-se assim: lavra, 6\$00; sacho, 10\$00; arrendamento, 5\$00; apanha, 5\$00; isto é, *26\$00 distribuídos em salários*. A diferença é bastante sensível»⁵⁴³.

Dois meses depois, um periódico de Ílhavo, com posições hostis à cultura daquele tubérculo, afirmava que «os salários do pessoal empregado na monda da chicória se situava entre os 160 e 200 réis, enquanto nas sachas do milho «têm ganho os homens até 800 réis diários e as mulheres 500 réis»⁵⁴⁴. Confirmando outras fontes relacionadas com a natureza da mão-de-obra ocupada pela chicória, Eduardo Sousa Lamy afirma que, em Maio de 1918, «ranchos de *mulheres e de pequenos*» atravessavam a vila de Ovar, «de regresso da cultura da chicória dos lugares da Marinha e do Torrão do Lameiro»⁵⁴⁵.

Em Outubro de 1917, o evolucionista *Distrito de Aveiro* sugeria que a crise resultava da «safda clandestina de géneros», dizendo que, «no último ano, só um dos negociantes de cereais exportou onze vagões de milho, e ainda há dias foi apreendido um barco de trigo [...]»⁵⁴⁶. As fontes compulsadas não permitem avaliar a verdade dos argumentos da imprensa local nem responder a estas questões⁵⁴⁷, mas é extraordinário que nunca a imprensa local se insurja contra os que trocaram a cultura de cereais, nomeadamente de milho, pela criação de gado, tirando daí evidentes dividendos, dado o elevado preço da carne.

Em 1917, a campanha contra a tão odiada chicória e os «ambiciosos chiqueiros» atinge o clímax. Exactamente quando as rendas dos terrenos para o cultivo dessa planta chegaram, segundo o *Campeão das Províncias*, aos 200 000\$00, e eram estimados, em cerca de 300 000\$00, os lucros das empresas envolvidas⁵⁴⁸. O decano da imprensa aveirense, então com uma orientação política próxima do evolucionismo, assumiu um papel dirigente nesta campanha suja. Nesse ano, clamava pela «proibição daquilo, ou pelo menos que se imponha uma pesada contribuição à indústria que *produz fabulosos lucros à custa da desgraça dos pobres*»⁵⁴⁹.

Em Março desse ano, perante o rumor de que estariam sendo utilizados terrenos, em Ovar, «que muito bem pod[ia]m produzir milho e outros cereais», *A Discussão* pedia «providências contra tal facto» e que fosse «proibida a [sua] plantação»⁵⁵⁰. Também *O Ideal Vareiro* dá conta do arrendamento de terrenos de Ovar para o cultivo de chicória⁵⁵¹. Na semana seguinte, o mesmo periódico esperava que o Governo decretasse a sua proibição, sugerindo, sub-repticiamente, a destruição de sementeiras como «remédio» para esse «mal»⁵⁵². Permeável às pressões, também o Senado Municipal de Aveiro se movimentava no sentido de obter a restrição da área de cultivo⁵⁵³.

No início de Maio de 1917, sob o aplauso geral, é divulgado o projecto de decreto, apresentado em 23 de Abril por Barbosa de Magalhães e Pedro Chaves, no Parlamento⁵⁵⁴. Na sessão de 29 de Abril de 1917, o ministro do Fomento «refere-se ao projecto de Lei sobre a restrição da cultura da chicória – apresentado

pelo deputado Pedro Chaves e pelo ministro da Instrução [José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães] – dando conta das informações oficiais que recebeu sobre esse projecto»⁵⁵⁵. Na verdade, sob o pretexto de querer reduzir em 50% a área de cultivo, a referida proposta constituía um ataque inequívoco a todos os que haviam investido na cultura da chicória, tolhendo o futuro à nascente indústria de torrefacção, impedindo, outrossim, a mudança nos campos⁵⁵⁶.

Em entrevista a um periódico de Ovar, transcrita dois dias depois no *Campeão das Províncias*, Pedro Chaves justifica o projecto com o facto de estarem, «por inteiro, perdidos para qualquer produção cerealífera, 600 hectares de terrenos assaltados pelos chicoreiros»⁵⁵⁷. Trata-se de um valor certamente muito empolado, pois, no ano anterior, a área de cultivo era de 350 hectares apenas⁵⁵⁸. Na imprensa regional, a área de cultivo da chicória cresceu extraordinariamente; no início de Junho desse ano, segundo o *Campeão das Províncias*, só em Albergaria-a-Velha, já haveria «mais de 1000 ha de terrenos semeados com chicória»⁵⁵⁹.

Nessa entrevista, Pedro Chaves considera «indispensável fazer com que o interesse colectivo sobreleve o interesse individual», e que «não é legítimo, em nome de quaisquer *teóricos direitos de propriedade*, roubar as terras ao cultivo do milho»⁵⁶⁰. Os argumentos de Pedro Chaves são extraordinários. Além da conhecida lengalenga de a cultura da chicória por em causa as culturas que coexistiam com o milho e o trigo (a batata, o feijão, etc.) e especialmente as pastagens, via-se, a si mesmo, como o paladino da pecuária e da indústria de lacticínios de Válega e Salreu. Em sua opinião, o avanço da chicória deixava a população impossibilitada de beber leite! Todo o seu discurso é um bom testemunho da crise do Estado liberal e da difusão de concepções autoritárias em diversos sectores do republicanismo.

Em 8 de Junho de 1917, o Governo autoriza «as fábricas de moagem a adquirirem, em comum, no estrangeiro, até 20 milhões de quilos de milho»⁵⁶¹, enquanto a imprensa regional desesperava com a demora na aprovação do projecto de Pedro Chaves e de Barbosa de Magalhães: o «narcótico em que o envolveram, mais poderoso que os aflitivos protestos», permitiu a expansão da chicória – «a calamidade da sementeira da chicória alastra», bradava o *Campeão das Províncias*⁵⁶².

Perante a demora, esgrimiam-se argumentos antiparlamentares⁵⁶³, lançavam-se boatos e arregimentavam-se populações contra «os chicoreiros, os grandes comerciantes e outras espécies de sanguessugas da humanidade, que nos exploram incessantemente»⁵⁶⁴. Em 9 de Outubro de 1917, um «aviso» anónimo convoca «o povo das diversas freguesias do[s] concelho[s] de Aveiro e Ílhavo» para a realização, no dia seguinte, ao meio dia, na Praça Marquês de Pombal, em frente ao Governo

Civil, de «um prudente mas enérgico protesto contra a plantação da chicória nos terrenos destinados ao cultivo do pão»⁵⁶⁵.

No dia 13, o *Campeão das Províncias* publica a notícia da referida manifestação de protesto contra a chicória, em que terá tomado parte um número «talvez superior a 1500 indivíduos» de Aveiro, Vagos e Ílhavo. Informa o referido periódico de que «os reclamantes [...] vinham na melhor ordem e *acompanhados do nosso director* [Firmino de Vilhena]»⁵⁶⁶. A edição de 14 desse mês do *Distrito de Aveiro* afirma que o governador civil fora «procurado por muitos habitantes da freguesia de Arada[s], que eram acompanhados por alguns operários de Aveiro, a fim de Sua Exa. interceder junto do Governo no sentido de ser proibida a plantação da chicória no próximo ano»⁵⁶⁷. Por seu lado, o periódico dirigido por F. Homem Cristo afirmava que «uma numerosa comissão» se deslocara à redacção desse periódico para lhe agradecer os «artigos a favor das subsistências» e pedir «para não largarmos de mão o assunto». Rematava a notícia asseverando: «Não largamos [...]. E não bastando a acção da imprensa, iremos para os comícios, como prometemos. Respondeu-nos a comissão que não faltará gente nesses comícios, tanto de Aveiro e das aldeias vizinhas como dos concelhos mais próximos. Segundo a opinião de todos os membros dessa comissão, será um dos movimentos mais importantes que se têm feito em Aveiro [...]. Que vá reflectindo sobre isto o Sr. Governador Civil, e vendo que só terá uma saída: pedir a sua demissão, se o Governo continuar a lançar ao desprezo as suas tão justas reclamações. A opinião *aquece* [...]. O movimento torna-se irresistível, podendo até ser muito grave. Para aqui chamamos, muito a sério, a atenção das autoridades»⁵⁶⁸.

A veemente campanha da imprensa regional começa então a dar os frutos esperados. No dia 21 de Outubro desse ano, o semanário de F. Homem Cristo noticiava: «Há oito dias que as terras plantadas a chicória são devastadas por uma turbamulta, que estraga e rouba tudo. Eis as consequências da imprevidência e do desleixo do Governo! Se o Governo tem proibido ou restringido a cultura da chicória no concelho de Aveiro, nada disto, é claro, sucederia [...]. Os chicoreiros ficam sem chicória, o povo sem pão e os lavradores, que arrendaram as suas terras para a chicória, mal vistos pela turbamulta, arriscam-se a ficar... sem nada»⁵⁶⁹.

Depois de terem sido arrasadas diversas plantações de chicória; um incêndio devora uma fábrica de torrefacção em Eixo, embora não tenha conseguido saber se se tratou de um acidente, se de um acto criminoso, pois não era a primeira vez que se verificavam incêndios nas estufas e fábricas de torrefacção deste concelho. A fábrica de Manuel Marques Janvelho teve três incêndios: em Janeiro de 1905⁵⁷⁰, em Fevereiro de 1914 e Janeiro de 1917. Sobre o segundo, pode-se ler

em *O Democrata*: «Na madrugada do dia 22 [de Fevereiro de 1914] o fogo reduziu a cinzas, sem que de alguma forma se pudesse obstar à sua propagação e desenvolvimento, a fábrica de chicória pertencente ao Sr. Marques Janvelho, importante industrial da freguesia de Eixo, deste concelho, que, apesar de a ter segura em 5 contos, ainda perdeu avultada quantia, segundo nos informam»⁵⁷¹. Nada diz sobre as causas do infausto acontecimento. Já sobre o «princípio de incêndio» verificado na primeira semana de 1917, *O Democrata* realça o facto de o fogo ter sido apagado com baldes de água, apesar da rápida mobilização dos bombeiros⁵⁷². Em 1912, também ardera a estufa de João Simões Pereira, mas então os prejuízos foram «de pouca importância».

No final de Outubro de 1917, na sequência da destruição das plantações de chicória, é a vez da estufa de Sebastião Pereira de Figueiredo. Desta vez, apesar de os bombeiros terem demorado (apenas) meia hora, de Aveiro a Eixo, já nada terão podido fazer – o incêndio propagara-se com grande rapidez. *O Democrata* realçava o facto de o proprietário da fábrica ser «um dos mais activos industriais daquela freguesia»⁵⁷³.

Em Aveiro, apenas *O Democrata* se referiu a esse acontecimento. Fora do concelho, *O Correio de Estarreja* fez breve referência ao incêndio, do Outono de 1917, dizendo que os prejuízos, calculados em «vinte contos de réis», «foram totais», pois «as chamas lamberam tudo», apesar do esforço dos bombeiros e do «povo [que] trabalhou denodadamente na extinção do fogo»⁵⁷⁴. Ninguém se referiu às possíveis causas deste incêndio. O mesmo aconteceu com o fogo que mais tarde, em Fevereiro de 1920, destruiu a fábrica de torrefacção de chicória de Pinho & Irmão, sita no Canal de São Roque, em Aveiro. Sobre este incêndio, *O Democrata* diz apenas que os prejuízos, orçados em 12 contos, estavam cobertos pela Companhia de Seguros Bonança⁵⁷⁵. Em 22 de Dezembro desse ano, António Joaquim de Pinho e Francisco António de Pinho Júnior, vendem o terreno, por 3000\$00, à Sociedade Portuense de Comércio, Lda.⁵⁷⁶.

Estaremos perante casos de origem criminosa ou meros acidentes? Augusto Ruela afirmou que «o pó de chicória é capaz de se inflamar espontaneamente, quando em grandes massas», citando o testemunho de Murray, segundo o qual vira «arder grandes armazéns de chicória, tendo o incêndio num moinho»⁵⁷⁷. Os elementos reunidos não permitem uma resposta inequívoca a esta pergunta, todavia, não deixa de ser estranho o silêncio da imprensa sobre esses eventos. O facto de os periódicos locais, sobretudo os que em Aveiro mais se envolveram na sua campanha contra a chicória, quase terem ignorado o incêndio da fábrica de Eixo, remetendo a notícia da destruição da mais importante unidade fabril

daquela freguesia para segunda página, quando os repetidos protestos contra aquela cultura tinham muitas vezes honras de primeira página, é esclarecedor da natureza da imprensa neste período e dos interesses que a moviam, como nos deve pôr de sobreaviso quando utilizamos essa mesma imprensa como fonte histórica.

Dias depois, o *Campeão das Províncias* apenas dá conta da ida do seu diretor a Lisboa, «como delegado da grande comissão que há dias nesse sentido se avistou com o Sr. Governador Civil»⁵⁷⁸. No início de Novembro, em artigo anónimo, o periódico dirigido por F. Homem Cristo, sentenciava que se o Governo fosse «*providencial e inteligentemente autoritário*», já teria «suprimido, embora parcialmente, da circulação os produtos não essenciais, como o café, o chá ou o açúcar», embora reconhecesse que a maioria da produção de chicória seguia para França e Inglaterra⁵⁷⁹.

11.2. Fim da torrefacção de chicória em Aveiro e Eixo

Mesmo assim, a imprensa não descansou. A campanha prosseguiu nos meses seguintes, dirigida agora contra todos os que arrendassem terrenos⁵⁸⁰. Como reconheciam alguns periódicos, «até os próprios lavradores falam este ano [1918] em substituir a plantação do milho pela da chicória, por ser artigo de maiores lucros e menos despesas»⁵⁸¹. Todavia, começam então a registar-se os primeiros sinais do recuo da cultura da chicória, pelo menos no concelho de Aveiro, ainda que o número de proprietários de estufas, em Eixo, se tenha mantido por perto de uma década.

Em meados de Fevereiro de 1918, perante a estranheza de *O Concelho de Estarreja*, os já referidos António Joaquim de Pinho e Francisco António de Pinho Júnior fazem publicar, no *Povo da Murtosa*, um anúncio: «Trespasam-se todas as terras que estavam contratadas para a chicória desde Paramos a Aveiro e da estufa construída nesta cidade [de Aveiro]»⁵⁸². Dias depois, também o *Distrito de Aveiro* afirmava: «Este ano parece que é mais diminuto o cultivo da chicória no nosso concelho, devido aos grandes prejuízos que os chicoreiros aqui sofreram com os assaltos do último ano, mas o mesmo não acontece nos outros concelhos do nosso distrito. Os chicoreiros estenderam para lá as suas plantações»⁵⁸³.

No início de Abril de 1918 é publicado (e divulgado) o tão esperado decreto que proibia a cultura da chicória⁵⁸⁴. Foi recebido pela imprensa regional com alguma desilusão. Ao permitir que cada terreno só fosse agricultado com aquele sucedâneo de café de cinco em cinco anos, o referido diploma legal descon-

centrava a sua cultura – os «chicoreiros» deslocaram-se para os concelhos de Estarreja, Ovar e Vila Nova de Gaia –, mas não terá conseguido de imediato a redução da área cultivada⁵⁸⁵ e o fim de «tão ganancioso negócio»⁵⁸⁶.

Parece que esse fenómeno terá estado na origem dos distúrbios registados em Estarreja, em 5 de Maio de 1918: «Uma multidão enorme de homens e mulheres, de enxadas e engaços ao ombro, ao toque dos sinos a rebate, reuniram-se no Domingo, no largo da igreja, e foram-se em direcção às terras onde se havia semeado chicória, destruindo essas sementeiras num abrir e fechar de olhos»⁵⁸⁷. *O Concelho de Estarreja* lamentava o facto, «já pelo precedente que estabelece, já porque alguns dos prejudicados são nossos amigos e, francamente, muito nos custa vê-los lesados nos seus interesses», «mas outra coisa não havia a esperar da indignação do povo que desde há muito vem protestando e ameaçando fazer o que fez»⁵⁸⁸.

Os receios de destruição de culturas fizeram-se sentir mesmo na redacção de vários contratos de arrendamento, nos anos seguintes, sendo frequentemente explicitada a proibição do cultivo de chicória dos terrenos locados. O mais significativo testemunho que encontrei data já de 3 de Outubro de 1921. A condição 10.^a do contrato de arrendamento da Quinta da Vista Alegre, celebrado nessa data, entre António Gervis de Atouguia Ferreira Pinto Basto, na qualidade de «director gerente» da Fábrica de Porcelana, e Carlos dos Santos Gaspar e esposa, lavradores de Vagos, estabelece que «*os arrendatários não poderão semear chicória e só poderão semear beterraba numa extensão não superior a 200 m²*»⁵⁸⁹. Na verdade, a nova legislação favoreceu a expansão geográfica da cultura deste tubérculo, que encontrou até condições excelentes para o seu cultivo noutros terrenos, nomeadamente na Gafanha, em toda a extensão de areal até Mira⁵⁹⁰.

Apesar do grande ruído da imprensa, nos anos dos mais fortes protestos, nasceram novas empresas interessadas nos negócios da secagem e da torrefacção de chicória. Mas parecem ser, na sua maioria, projectos de âmbito local, limitados pelos escassos capitais investidos. Não suscitavam, por isso, qualquer manifestação de inveja social. É provável que um conjunto de medidas políticas do sidonismo para protecção da «pequena e média lavoura» (barateamento de adubos químicos e outros produtos industriais necessários à agricultura, redução dos salários reais agrícolas, elevação dos preços dos cereais a colher no ano cerealífero de 1918-1919, alargamento crédito agrícola e criação do Ministério da Agricultura) tenha contribuído decisivamente para o fim do movimento de contestação da cultura da chicória⁵⁹¹. O fim da guerra fez o resto. A época dourada da chicória neste município chegava ao fim com o armistício.

Contrariamente ao que se passava noutras actividades, em que predominavam os «negociantes», os «comerciantes» e os «industriais», a secagem e a torrefacção de chicória foi protagonizada principalmente por «lavradores», depois comumente referidos como «industriais», uma vez que quem a cultivava também procedeu, em alguns casos, à sua preparação para consumo. Como testemunhou Augusto Ruela, «a cultura da chicória é na sua maioria feita pelos empresários das fábricas de secagem, geralmente em terrenos arrendados»⁵⁹². Outras vezes, a chicória era feita pelo proprietário do terreno, «vendendo este a colheita aos chicoristas»⁵⁹³.

Augusto Ruela distingue a secagem da torrefacção. Quando foi a Eixo, visitou com Jaime de Magalhães Lima a fábrica de Marques Janvelho, «a mais modernizada». Na sua descrição, afirma: «O típico pátio e a eira, que são um dos acessos à fábrica de secagem, imprimem a esta indústria um cunho puramente agrícola, o qual é mantido pelo trajar dos operários, que ainda não trocaram o tradicional barrete e o chapéu de grosseiro feltro pelo boné de pala, associado à blusa de zuarte»⁵⁹⁴. Ali, pôde ver e descrever, tanto a estufa antiga como o equipamento do «processo moderno», combustíveis utilizados (madeiras e coque), tempos de secagens, custos, dividendos, etc. Pena foi que não tivesse dedicado a mesma atenção à torrefacção porque, em sua opinião, já entrava «mais no domínio industrial do que no agrícola», razão por que não se ocupou «dela minuciosamente»⁵⁹⁵.

Segundo este engenheiro agrónomo, «a torrefacção fazia-se quase toda em Lisboa», para onde era vendida «a chicória em seco». Todavia, acrescenta, «em Aveiro fazem-na alguns chicoristas, mas em pequena escala», afirmando, depois, que o equipamento de torrefacção era, em tudo, igual ao da torrefacção do café. Os documentos disponíveis parecem corroborar as afirmações de Augusto Ruela, embora não tenha sido possível saber que quantidades de chicória terão sido torradas no concelho de Aveiro, nem mesmo quantas unidades de torrefacção foram erguidas, uma vez que a imprensa local confunde amiúde secagem com aquela operação.

No quadro da participação portuguesa na Exposição do Rio de Janeiro, de 1922, *O Democrata* enumerava as indústrias que podiam representar a cidade, colocando a torrefacção de chicória (onde também se faria torrefacção de café⁵⁹⁶) ao nível das indústrias tradicionais, na cidade e no concelho: «Aveiro tem fábricas de conservas, de ladrilho mosaico, de lixa, nada menos de quatro de louça e duas de moagem de cereais, empresas de pesca, duas das quais em S. Jacinto, duas fábricas de pirolitos e quatro de preparo de sardinha, tanoarias, *torrefacção de café*, isto sem falar nas companhias de pesca e navegação e em tantos outros estabelecimentos dignos de serem mencionados [...]»⁵⁹⁷. Dias depois, como se nunca tivesse havido

qualquer conflito, o mesmo periódico, não poupa elogios às estufas de chicória: «Na freguesia de Eixo há estufas magníficas para a secagem da chicória, produto que tão larga extracção tem, como se sabe, para o café, dando-lhe um paladar que à maioria agrada»⁵⁹⁸!

Nesses anos, a imprensa local faz breves referências à existência de duas «fábricas de chicória», em Aveiro: uma, sita na rua do Gravito, propriedade de Francisco José Pais⁵⁹⁹, e uma outra, propriedade do já referido Eduardo Barbosa, sita no canal de S. Roque, que, «devido a um descuido do operário que estava de serviço à estufa», encerrou com um grande incêndio, em 1927⁶⁰⁰. Segundo o semanário citado, «o prédio e [a] estufa não estavam segurados em companhia alguma, o que acarretou àquele industrial importantes prejuízos». Esta fábrica terá sido fundada em 1912, na mesma altura em que, em Eixo, se iam «montar duas fábricas, uma para torrefacção e moagem [*sic*] de chicória e outra para a refinação de açúcar»⁶⁰¹.

Não obstante a enorme visibilidade que a chicória teve, especialmente nos anos de 1916-1918, como se pode ver pelo número de artigos da imprensa, é muito escassa a informação reunida sobre as empresas que se dedicaram a esse negócio, tanto sobre as que terão feito torrefacção, como sobre as que unicamente a cultivavam e secavam esse tubérculo em estufas para depois o despacharem pelo caminho-de-ferro para as fábricas de Lisboa e Porto.

12. Fabricação de refrigerantes

Procurando dar resposta ao aumento da procura de águas e de refrigerantes gaseificados, em 1870-1872, o britânico Hiram Codd (1839-1887) registou uma garrafa com um engenhoso mecanismo de fecho, conhecida em língua inglesa com o seu nome (*Codd bottle*), e, entre nós, como garrafa de pirolito⁶⁰². Depois da popularidade que essa garrafa adquiriu «por exemplo, na Grã-Bretanha, entre as décadas de 1870 e de 1930», como refere José Amado Mendes, em Portugal, «foi igualmente muito popular, ainda que com um desfasamento de duas ou três décadas⁶⁰³, entrando no imaginário das crianças desse tempos, que as partiam para poderem brincar com os berlindes. A palavra pirolito é referida, pela primeira vez, no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo, em 1899⁶⁰⁴. As primeiras garrafas utilizadas em Portugal eram certamente importadas. Em 1923, pouco mais de um ano após o início da produção de pirolitos na fábrica de Santos Barosa & Companhia, na Marinha Grande, Augusto Martins Pereira,

de Albergaria-a-Velha, tinha à venda «cerca de 12 000 garrafas, [de] *fabrico alemão*»⁶⁰⁵.

A popular bebida refrigerada, com garrafa produzida ou não em Portugal, terá chegado a Aveiro no início do século XX. Em final de Abril de 1903, o *Povo de Aveiro* noticiava a montagem, «nesta cidade, na rua da Vera Cruz, de uma fábrica para a preparação de pirolitos, *refrigerante aqui pouco conhecido, mas de muito consumo nos grandes centros*»⁶⁰⁶. «É uma espécie de gasosa», esclarecia aquele semanário aveirense, acrescentando que «o seu proprietário, que veio ultimamente de Lisboa, onde tinha também fábrica do mesmo artigo, conta[va] brevemente apresentar a fresca bebida aos *amadores* do género».

Só no ano seguinte é que a imprensa local voltou ao assunto. Em meados de Setembro de 1904, o *Campeão das Províncias* dava conta do «grande movimento» comercial da «fábrica dos refrigerantes “pirolitos”, que cada vez mais apreciados vão sendo pelo público, e com razão, porque na verdade são muito bem feitos e agradáveis ao paladar»⁶⁰⁷. Por isso, felicita o «director» da «fábrica», João Baptista Garcez.

É possível que o «comerciante» João Baptista Garcez tenha produzido pirolitos naquele ano de 1903, mas, de facto, só em 23 de Abril do ano seguinte celebrou uma «sociedade comercial e industrial» em nome colectivo «para a montagem de uma fábrica de gasosas e pirolitos», sob a firma Garcez & Santos, por um prazo de vinte anos⁶⁰⁸. Garcez é referido na escritura de constituição da sociedade como «negociante», de Alter do Chão; o seu sócio, Augusto Martins dos Santos, «gerente» da sociedade, igualmente «comerciante», era natural da Soalheira, comarca do Fundão. Residiriam então os dois em Castelo Branco, onde ficou estabelecida a sede da empresa, embora os restantes testemunhos provem que o estabelecimento industrial se situava em Arnelas, Aveiro.

No ano seguinte, a fábrica publica anúncios na imprensa local, nomeadamente na de Ílhavo, testemunhando o carácter sazonal da sua produção: «João Baptistas Garcez, proprietário da *Fábrica de Pirolitos de Arnelas* participa ao público em geral que, acedendo ao pedido manifestado por uma grande parte dos seus fregueses, *começou já a fabricação da deliciosa bebida*, que é sem dúvida o melhor e mais inofensivo regalo dos encalmados»⁶⁰⁹.

Em 2 de Março de 1906, os dois sócios dissolvem a sociedade que tinham entre si e, acto contínuo, celebram uma outra, mantendo intacto o objecto, reduzindo, contudo, o valor do capital social⁶¹⁰. Augusto Martins dos Santos, agora referido como «industrial», ainda residente em Castelo Branco, fez-se representar, nesse acto notarial, pelo comerciante Domingos dos Santos Leite. As razões de

celebração da nova sociedade não são esclarecidas no texto dessa escritura, pois as condições das duas sociedades em pouco diferem. Martins dos Santos é indicado como «gerente e caixa» da sociedade, «o qual fica obrigado a fazer, nos termos legais, toda a escrituração comercial e industrial do estabelecimento e a dar as respectivas contas ao outro sócio no fim de cada mês». O sócio Garcez, por seu lado, continuava a fabricar pirolitos em Aveiro.

Estranhamente (ou talvez não), a mudança visível mais significativa é a redução do capital social. Dos iniciais 1000\$000 réis, correspondentes à soma das duas quotas de 350\$000 ao valor do «aparelho para fabricação», «emprestado» por João Baptista Garcez e avaliado em 300\$000, o capital da sociedade passava agora para 700\$000 réis. Isto é, cada quota passava para 300\$000 réis, enquanto a máquina, extraordinariamente depreciada, era avaliada em 100\$000 réis. Em dois anos, o valor do equipamento de produção das gasosas e pirolitos cai 200%, sem que a sociedade tenha conseguido adquiri-lo, pois, como informa a escritura, o aparelho para a fabricação era mais uma vez emprestado por J. Baptista Garcez.

Uma das cláusulas do contrato constitutivo estipulava que nenhum dos sócios poderia «fazer vendas a crédito se não de acordo com o outro sócio, sob pena de [ter de] responder para com a caixa da sociedade pelas importâncias que fiar sem esse acordo». O facto de esta condição estar omissa na primeira escritura poderá indiciar um conjunto de dificuldades financeiras decorrentes da prática comercial denunciada; no entanto, importa referir que esta condição ocorria em muitas sociedades do sector terciário, especialmente no subsector do comércio por grosso e a retalho.

Com sede em Castelo Branco, a sociedade mantém a fábrica na quinta de Arnelas, em Aveiro, onde residia o «comerciante» João Baptista Garcez. Pelo menos em 1908, a fábrica labora em Aveiro, em período diferente: em vez de iniciar a produção em finais de Agosto, como fizera em 1905, em 1908 trabalha entre Abril e Setembro, como se pode ler num «aviso aos consumidores», publicado no primeiro de Abril desse ano: «*Reabriu hoje, continuando o fabrico da deliciosa e útil bebida de Verão, a conceituada Fábrica de Pirolitos de Arnelas, que em Setembro terminará a laboração do corrente ano e só reabre em Abril do ano que vem*»⁶¹¹.

Em Maio de 1908, é publicado o último anúncio conhecido da fábrica de pirolitos. Até 1914 não foi possível encontrar notícias sobre a empresa; não sabemos, pois, se soçobrou. A verdade é que, no ano seguinte, nasce em Espinho, uma outra fábrica de «pirolitos e gasosas», a Fábrica do Mocho, propriedade da firma Figueiredo & Couto⁶¹² e, nos anos seguintes, aparecem outras mais a norte, nomeadamente na cidade do Porto.

Em Janeiro de 1914, na qualidade de «proprietário da fábrica de Pirolitos e Gasosas estabelecida na rua de Arnelas», em Aveiro, João Baptista Garcez dá de aluguer ao «proprietário» Manuel Tavares de Sousa e mulher, residentes nesta cidade, por um prazo de dez anos, «os maquinismos, materiais e vasilhame da dita fábrica», mediante o conjunto de cláusulas aprovadas por esse documento⁶¹³. O contrato de arrendamento, que não poderia ser sublocado, recaía sobre «2000 caixas de pirolitos completas com as bolas em bom estado, de vinte e quatro garrafas cada uma, avaliando-se em 1\$50 o valor de cada uma destas caixas. Mais compreende 500 caixas de gasosas completas, de 12 garrafas cada uma, avaliando cada uma destas caixas em \$70». Nesse contrato, além das referidas garrafas, era igualmente incluída a escassa maquinaria desta indústria, o que mostra bem tratar-se de uma pequena oficina: «Uma máquina gasogénia, completa, para o fabrico de pirolitos e gasosas, com dois enchedores de pirolitos e um de gasosas, sendo de 300\$00 o valor da referida máquina». A renda foi fixada em 6000\$00, «durante todo o tempo de contrato, mas paga em 20 prestações de 300\$00 [...]». Os arrendatários obrigaram-se igualmente a segurar contra incêndio todos os objectos enumerados no contrato, como se obrigavam também a pagar todas as contribuições, custas e despesas que houver de fazer, além de que se responsabilizavam por todas as reparações necessárias na máquina e enchedores. João Baptista Garcez ficava com a possibilidade, sempre que quisesse, de fiscalizar o estado de conservação do equipamento e produtos referidos e a ensinar aos arrendatários «todos os processos de fabrico de pirolitos e gasosas», ficando-lhe vedada a possibilidade de estabelecer, directa ou indirectamente, outra fábrica de pirolitos ou gasosas, «quer nesta cidade quer no círculo que tem por centro esta cidade e abranja Espinho, Águeda, Albergaria-a-Velha, Mira, Oliveira do Bairro, isto durante todo o tempo que o contrato permanecer»⁶¹⁴.

Por um compromisso celebrado dois meses depois, ficamos a saber que, além da fábrica de João Baptista Garcez, havia mais dois fabricantes de pirolitos na cidade de Aveiro. O referido compromisso reforça a ideia de que o consumo de bebidas gasosas estava em expansão. Assim, em 28 de Março de 1914, o «comerciante e industrial» Augusto Carvalho dos Reis e o «industrial e negociante» Manuel Tavares de Sousa, residentes em Aveiro, identificados pelo notário como «industriais, fabricantes de refrigerantes denominados “pirolitos” e “gasosas” e revendedores do artigo “cerveja” de qualquer marca, nesta cidade de Aveiro», acordaram o preço dos produtos que fabricavam ou vendiam, como a seguir indico⁶¹⁵. Augusto Carvalho dos Reis e Manuel Tavares de Sousa comprometeram-se a vender a caixa dos pirolitos, de 24 garrafas, por \$48, a caixa de 12 garrafas de gaso-

sas a \$50 e a caixa de igual número de garrafas de cerveja a 1\$20. Este acordo vigorava apenas nos seguintes locais: «freguesias de Canelas e de Albergaria-a-Velha, todo o concelho de Águeda, lugares de Serém, todos os lugares de Oliveira do Bairro, Bustos, Mamarrosa, Palhaça, Vagos, Cabecinhas de Vagos, Ponte de Vagos e Costa Nova do Prado e ainda em todas as localidades compreendidas entre o percursos e área das especialmente acima referidas»⁶¹⁶. Ao trancarem todas as possibilidades de fuga ao cumprimento do referido compromisso, a escritura testemunha a forma como esses produtos eram vendidos. Parece, pois, que a venda era feita «pelos outorgantes pessoalmente, pelos seus caixeiros ou mesmo por algum dos seus fregueses que revendem os artigos referidos nas localidades acima indicadas».

Em Abril de 1916, João Baptista Garcez volta ao notário para fundar uma outra «fábrica de pirolitos e gasosas», mas agora com sede na Ribeira, no Porto⁶¹⁷. Segundo esse documento, Garcez, então referido como «proprietário», mas ainda residente em Arnelas, Aveiro, funda, com o «industrial» do Porto, António da Fonseca Júnior, uma sociedade em nome colectivo, com um capital irrisório de 400\$00, «sendo 200\$00 representados pelos maquinismos e utensílios de fabrico e 200\$00 pelo vasilhame, caixas e mais aprestos», como informa a escritura, que acrescenta: «Findo o contrato, receberá o sócio Fonseca todo o vasilhame, caixas, carroças e mais aprestes com que entra para a sociedade e o outro outorgante levará os maquinismos e mais utensílios de fabrico, salvo se outra coisa ajustarem entre si». O objecto era «a fabricação e venda de pirolitos e gasosas nos termos das cláusulas adiante expressas». No entanto, ficou estabelecido que nesse primeiro ano apenas produziriam pirolitos, iniciando-se a produção de gasosas apenas a partir de 12 de Abril de 1917.

O mais interessante dessa escritura são essas cláusulas que regulavam o funcionamento da fábrica e da sociedade, condições que não diferiam muito das que tinham sido acordadas no contrato de arrendamento de Janeiro de 1914. Assim, este sócio ficou «encarregado, por si ou por intermédio de pessoa convenientemente habilitada, a proceder ao fabrico de pirolitos e gasosas, não podendo, sob pena de perdas e danos, fabricá-los para qualquer outro depósito que não seja da sociedade e adentro da cidade do Porto, ou nos concelhos de Matosinhos, Avintes, Gaia e Gondomar». E ficou igualmente obrigado a: «1. pagar o vasilhame que for inutilizado pela máquina, na ocasião do enchimento; 2. fornecer todo o material e maquinismo para a fabricação de pirolitos e gasosas; 3. comparecer na casa do fabrico, com os respectivos enchedores, logo que o sócio Fonseca lhe comunique estarem vazias mais de 50 caixas de pirolitos (de vinte e quatro garrafas por caixa).

«O sócio Garcez não terá responsabilidade alguma pelos prejuízos resultantes do desarranjo da máquina e/ou de qualquer outra força maior, ficando dispensado do fabrico quando doente. O sócio António Fonseca fica incumbido, também sob pena de perdas e danos, às seguintes obrigações: 1. pagar por sua conta as despesas de aluguer da casa para armazenagem, depósito e transporte dos produtos fabricados; 2. fornecer todo o vasilhame, caixas e carroças e mais utensílios necessários ao desenvolvimento da indústria; 3. prestar contas ao sócio Garcez, nos dias 8, 16, 24 e 30 de cada mês. Também o sócio Fonseca não poderá vender ou fornecer quaisquer outros depósitos para sul do lugar de Coimbrões. O sócio Garcez receberá como remuneração 60% da receita bruta resultante da venda dos produtos fabricados e o sócio Fonseca perceberá os 40% restantes. Todos os fiados ficarão à responsabilidade do sócio Fonseca. O preço dos pirolitos e gasosas não poderá ser inferior ao fixado nas tabelas fazendo parte integrante desta escritura. Se a sociedade constituída pela presente escritura for colectada, a contribuição industrial respectiva será paga por ambos os outorgantes na proporção de metade para cada um deles. Se ao sócio Fonseca for aumentada a contribuição industrial que paga, por virtude da venda dos produtos fabricados, será esse aumento rateado em partes iguais pelos dois sócios.

«No caso de o outorgante António da Fonseca violar o que se acha preceituado, pagará a multa de 200\$00 por cada vez que vender quaisquer produtos fabricados em regiões a sul de Coimbrões, e 1200\$00 quando forneça produtos fabricados para Aveiro, Espinho, Albergaria-a-Velha, Oliveira do Bairro e Mira. Em tudo o que fica omissa regularão as disposições legais aplicáveis».

Como vemos, estes dois técnicos e comerciantes controlavam um mercado geograficamente vasto, que se estendia de Mira a Matosinhos, mas faziam-no, não como sociedade, mas individualmente. A sociedade era mais uma forma de regularem a concorrência delimitando a área dos seus mercados, como, de resto, o faziam os vendedores de manteiga e outros.

No concelho de Ovar, existia, no início do século XX, uma outra unidade de produção de bebidas, cujo objecto social indicado nas escrituras é mais lato: «Fabrico de bebidas alcoólicas e gasosas». Em 9 de Maio de 1901, é fundada uma sociedade em nome colectivo, com um capital social de 600\$000 réis e sede em Cortegaça, que girava sob a firma social de Coelho, Ganhavida, Silvas & Companhia⁶¹⁸. Segundo a escritura de constituição da sociedade, o sócio José Marques dos Santos ficaria responsável pela «d direcção do fabrico de géneros a que se destina a sociedade, pelo que vencerá a mensalidade de 15\$000 réis, devendo também escriturar em livro próprio todos os géneros que entrarem e saírem da fábrica».

No entanto, noutra passagem, afirma-se que «todas as compras serão feitas de acordo com a maioria dos sócios» e as vendas seriam «feitas por qualquer dos sócios», recebendo cada um deles a percentagem de 6% «sobre o valor líquido das vendas que efectuarem [...]»⁶¹⁹.

Um ano depois, é dissolvida esta sociedade e, acto contínuo, três dos seis sócios (o «proprietário» de Ovar Francisco Ferreira Coelho e os comerciantes José Marques de Sá Ganhavida, de Esmoriz, e José Marques dos Santos, de Cortegaça) e um outro que se lhes juntou (o «negociante» Paulino António de Castro, de Esmoriz), dispõem-se a fundar uma outra, sob a firma Coelho, Castro & Companhia, também com sede em Cortegaça⁶²⁰. Essa sociedade nasce com um capital social de 2400\$000 réis; no entanto, tirando Francisco Ferreira Coelho, todos os sócios entraram apenas com metade da sua quota.

A gestão, por pelouros, é idêntica à das restantes sociedades referidas, mas a parte comercial era gerida de forma bem diferente, por meio de cláusulas como as que regulavam as sociedades de comércio de vinho e de cereais. O sócio Paulino era o «tesoureiro ou caixa» da sociedade, «tendo por isso a seu cargo a arrecadação dos fundos sociais, bem como toda a escrituração» e a representação em juízo da sociedade. O sócio José Marques dos Santos, como já acontecia na sociedade anterior, tinha a seu cargo a «direcção do fabrico de géneros», vencendo a mensalidade de 15\$000 réis, devendo «escrever em livro próprio todos os géneros que entrarem e saírem da fábrica». No tocante à parte comercial, a escritura estipulava: «h) Todos os sócios poderão fazer vendas dos géneros fabricados e cada um receberá a percentagem de 10% sobre o produto líquido das vendas que efectuar, a qual será paga no fim de cada ano se porventura estiverem pagas as importâncias dessas vendas, pelas quais o sócio respectivo ficará solidariamente responsável com o comprador e com a sociedade».

No entanto, Francisco Ferreira Coelho poderia «contrair dívidas em nome da sociedade, sem prejuízo da faculdade concedida ao tesoureiro» por duas cláusulas do contrato⁶²¹. É possível que esta cláusula tenha gerado dissensões entre os sócios fazendo com que a escritura de sociedade tenha ficado sem efeito. O mais estranho é uma passagem, no final do referido documento notarial, onde se pode ler: «Disseram finalmente todos os outorgantes *que esta sociedade já existe há tempos independentemente de documento escrito* e no armazém existe o capital social dito de 2400\$000 réis, quer em géneros quer em alguns créditos, sendo tudo fornecido pelo outorgante Francisco Ferreira Coelho, o que reconhecem para todos os efeitos legais». Parece que, a par da sociedade de 9 de Maio de 1901, os três sócios referidos mantinham com o quarto uma outra sociedade, mas como, se o técnico era

o mesmo e operava na mesma freguesia? A escritura também não esclarece se a sociedade se manteve «irregular» como até aí, se se dissolveu sem necessidade de qualquer registo escrito.

Em 1915, a imprensa de Albergaria-a-Velha noticia a fundação de uma fábrica de destilação, na Borralha, Águeda. Segundo essa pequena nota, José Augusto de Miranda e seu sobrinho adquiriram «o amplo barracão que serviu para a fábrica de ferragens de Pinho, Vidal & Companhia, na Ladeira desta vila, com o fim de nele estabelecerem uma fábrica de destilação de aguardente por processos modernos e aperfeiçoados»⁶²². Em Setembro, segundo a mesma fonte, ia ter início a produção desta unidade, pois tinham acabado de chegar os maquinismos que os dois sócios tinham adquirido⁶²³.

Durante a Guerra, terão surgido outros fabricantes de gasosas e pirolitos, que funcionariam um pouco como os proprietários das desnatadeiras, trabalhando para um mercado de proximidade muito restrito. Em 1923, no anúncio que já referi anteriormente, pode-se ler: «Vende-se um motor eléctrico e várias máquinas para a fabricação de pirolitos, gasosas e sifões, bem como cerca de 12 000 garrafas, [de] fabrico alemão, 500 caixas para a condução das mesmas, 10 000 anilhas de borracha e muitos outros acessórios e drogas respeitantes à mesma indústria»⁶²⁴.

No início dos anos Vinte, o consumo de bebidas, nomeadamente de pirolitos, gasosas, águas minerais, vinhos e licores suscita o aparecimento de outras empresas. Terão sido mais do que as que os documentos testemunham, pois, por vezes, o objecto social referido nas escrituras de fundação não faz qualquer alusão ao fabrico dessas bebidas, ficando-se tão-só pela sua comercialização. Bom exemplo disso são as duas empresas que refiro seguidamente, uma fundada em Ovar, em 1922, e outra, em Esgueira, Aveiro, em 1924.

Em 15 de Outubro de 1922, dois comerciantes de Válega e um «proprietário» de Ovar fundam uma sociedade, sob a firma Soares, Pais & Gomes, conhecida como Fábrica de Gasosas de Ovar⁶²⁵. Com um capital de 15 000\$00, esta sociedade tinha como fim o «comércio de importação, exportação, representações, bem como o *fabrico e comércio de águas gasosas e outros similares*». Todos os sócios eram «administradores e gerentes». Em 23 de Fevereiro de 1924, esta sociedade em nome colectivo foi transformada em sociedade por quotas, adoptando a designação de Soares, Pais & Gomes, Limitada⁶²⁶. O seu objecto social continuava idêntico: «Indústria de águas gasosas e correlativo comércio». Não tinha sucursais e o seu capital orçava, então, em 100 000\$00, continuando a direcção da empresa a pertencer aos três sócios, embora «os serviços da gerência» já fossem remunerados.

Ano e meio depois, em 6 de Março de 1924, nasce em Esgueira, Aveiro, uma sociedade por quotas, denominada A Mercantil do Vouga, Limitada, com um capital social de 450 000\$00, ainda que só estivessem realizados 50%, no momento da sua constituição⁶²⁷. O objecto social era, pelo menos na escritura da fundação da sociedade, o «comércio de bebidas». No entanto, mais tarde, em 13 de Abril de 1927, uma escritura de trespasse esclarece que a esta sociedade pertencia, então, «*um estabelecimento de bebidas refrigerantes, vinhos e licores, que se encontra instalado num armazém situado em Esgueira e pertencente ao outorgante Acácio Teixeira Lopes, onde se faz o fabrico e venda daquelas bebidas*»⁶²⁸. O trespasse, que incluía «o referido estabelecimento, com os seus maquinismos, utensílios, vasilhas, bebidas, móveis e o mais existente, incluindo-se também neste trespasse a cedência da respectiva chave, dos seus direitos e obrigações de arrendatário do local e todo o activo e passivo do mesmo estabelecimento, que consta do último balanço, apesar do valor do capital social indicado, fez-se pela quantia de 8000\$00.

Em Fevereiro de 1911, o semanário ilhavense *O Brado* dá uma notícia que ele mesmo não leva a sério: José Arroja acabara de «fechar contrato com uma casa alemã [...] para a montagem de uma fábrica de cerveja, em Ílhavo»⁶²⁹. Acrescenta, depois, que o local escolhido para a construção das instalações foi a quinta da Viúva Gordo e que o capital social seria de 1500 contos em acções. É difícil saber o que é verdade nesta notícia. Certamente, como aconteceu noutros locais, não terá havido mais do que uma sondagem das condições ali existentes para o estabelecimento de uma fábrica de cerveja. Mas dificilmente com o capital social indicado, não obstante a existência de água de qualidade.

NOTAS

¹ David Justino, *A formação do espaço económico nacional* [...], vol. I, 1988, p. 141-156.

² Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 278-279, 433 e 455, 455 e 619.

³ «Novas industrias», *Campeão das Províncias*, n.º 6185, 14 de Agosto de 1912, p. 2, c. 4.

⁴ ADAVR, Aveiro, not., Silva, liv. 1127-54, fls. 39-41 v.

⁵ «Industria portuguesa. Uma visita à fabrica productora de sal, na Gafanha da Calle de Villa, do concelho de Ílhavo», *O Nauta*, n.º 429, 3 de Julho de 1913, p. 1, c. 2.

⁶ «Iniciativa louvável», *Campeão das Províncias*, n.º 6247, 26 de Março de 1913, p. 2, c. 4.

⁷ ADAVR, Aveiro, not. Peixinho, liv. 1245-18, fls. 29-31 v.). Em 29 de Julho de 1907, é um dos seis fundadores da companhia Santo Amaro e Caridade, a Londrona. Nesta, o gerente era o negociante de pescado João da Cruz Bento (ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1101-28, fls. 17-18).

⁸ «Refinação de sal», *Campeão das Províncias*, n.º 6267, 8 de Junho de 1913, p. 2, c. 2.

⁹ «Refinação de sal», *Campeão das Províncias*, n.º 6278, 25 de Junho de 1913, p. 2, c. 5.

¹⁰ «Industria portuguesa. Uma visita à fabrica [...]», *O Nauta*, n.º 429, 3 de Julho de 1913, p. 1, c. 1-4.

¹¹ *Ibidem*.

¹² «Industria portuguesa. Uma visita à fabrica [...]», *O Nauta*, n.º 429, 3 de Julho de 1913, p. 1, c. 1-4.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ «Sal», *Campeão das Províncias*, n.º 6281, 5 de Julho de 1913, p. 3, c. 1. *Itálico* meu.

¹⁵ «Sal novo», *Campeão das Províncias*, n.º 6283, 12 de Julho de 1913, p. 2, c. 2. *Itálico* meu.

¹⁶ *Ibidem*. *Itálico* meu.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ Acrescentava este semanário: «Se fossem consultar algumas pessoas de dinheiro, a fim de elas entrarem como societárias da nova fábrica de sal, obteriam logo como resposta de que não estavam para arriscar os seus capitais («Nova industria», *O Progresso*, n.º 25, 21 de Julho de 1913, p. 2, c. 1). *Itálico* meu.

¹⁹ «Nova industria», *O Progresso*, n.º 25, 21 de Julho de 1913, p. 2, c. 1. Também este periódico não faz qualquer referência ao sócio referido como «químico».

²⁰ «Encerramento de uma fábrica», *O Democrata*, n.º 339, 9 de Outubro de 1914, p. 2, c. 1.

²¹ Uma casa de dois andares, na rua Manuel Firmino, em Aveiro; uma terra lavradia, sita na Granja, próximo da igreja da freguesia da Vera Cruz; duas praias que produzem bajunça, sitas na ilha da Privada; metade de um palheiro, sito na costa de S. Jacinto; uma terra lavradia em Sá, Aveiro; um palheiro, sito na Costa Nova do Prado (Anúncios», *Correio de Aveiro*, n.º 288, 9 de Janeiro de 1916, p. 3, c. 4-5).

²² «A indústria do sal», *O Democrata*, n.º 310, 20 de Fevereiro de 1914, p. 1, c. 2.

²³ «O sal», *O Democrata*, n.º 441, 29 de Setembro de 1916, p. 4, c. 1.

²⁴ D. João Evangelista de Lima Vidal, *Aveiro. Suas gentes, terras e costumes*, 1967, p. 129.

²⁵ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1138-65, fls. 30 v.-37. Desse grupo heterogéneo, de Aveiro 50 residiam em Aveiro, 10 em Cacia, 8 em Ílhavo, 5 em Eixo, 4 na Gafanha da Nazaré e em Estarreja, 3 em Aradas, 2 na Costa do Valado, no Porto e em Albufeira, e 1 em Albergaria-a-Velha, Cuba, Esgueira, Lisboa, Tavira e Vagos. Meses depois juntar-se-iam outros proprietários ao negócio.

²⁶ «Nova empresa», *O Democrata*, n.º 387, 10 de Setembro de 1915, p. 3, c. 6.

²⁷ «No concelho de Águeda estão-se fornecendo de sal da Figueira da Foz, com o pretexto de que o da nossa ria é impróprio para a salga e conservação da carne de porco» («Questão importante», *Distrito de Aveiro*, 1, 12 de Março de 1916, p. 1, c. 3-6). Dias depois, *O Progresso* (n.º 161, 3 de Abril de 1916, p. 1) publica o boletim das análises realizadas no Porto – tudo forjado pelos negociantes da Figueira da Foz!.

- ²⁸ Fernando Chagas Duarte, «As secas do bacalhau, ontem e hoje», 2001, p. 319.
- ²⁹ «Sociedade de Navegação e Pesca, Limitada», *O Ilhavense*, n.º 684, 1 de Maio de 1927, p. 3.
- ³⁰ «Lugre José Estevam», *O Concelho de Estarreja*, n.º 1131, 22 de Dezembro de 1923, p. 2, c. 3.
- ³¹ Aníbal Gomes Ferreira Cabido, *Chorographia Industrial do Concelho de Ílhavo* [...], 1911, p. 12.
- ³² Esta sociedade, formada pelo médico de Ílhavo, Joaquim Machado Silva, e por José Nunes Rafeiro Júnior, «proprietário e agricultor», de Ribas da Picheleira, Ílhavo (ADAVR, Ílhavo, not. Fragoso, liv. 406-140, 13 de Novembro de 1918, fls. 4 v.-5 v.).
- ³³ «Crónica marítima II», *O Ilhavense*, n.º 700, 4 de Setembro de 1927, p. 3, c. 1.
- ³⁴ «Indústria da pesca do bacalhau», *O Ilhavense*, n.º 873, 12 de Julho de 1931, p. 1, c. 2.
- Itálico* meu.
- ³⁵ «Navios bacalhoeiros», *O Democrata*, n.º 341, 23 de Outubro de 1914, p. 3, c. 5.
- ³⁶ «A secca do bacalhau em Aveiro», *Campeão das Províncias*, n.º 5309, 9 de Janeiro de 1904, p. 1, c. 3-4.
- ³⁷ ADAVR, Ílhavo, not. Fragoso, liv. 369-103, fls. 47-49 v.
- ³⁸ ADAVR, Ílhavo, not. Fragoso, liv. 557-199, fls. 42-43 v.
- ³⁹ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 519-95, 20 de Janeiro de 1920, fls. 4-4 v. *Itálico* meu.
- ⁴⁰ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 555-131, 11 de Abril de 1924, fls. 82-84 v. e *idem* Ílhavo, not. Fragoso, liv. 557-199, 8 de Junho de 1929, fls. 42-43 v.
- ⁴¹ ADAVR, Ílhavo, not. Fragoso, liv. 433-167, fls. 13 v.-15.
- ⁴² ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 555-131, 17 de Abril de 1924, fls. 97-100.
- ⁴³ ADAVR, Ílhavo, not. Fragoso, liv. 414-147, 20 de Janeiro de 1920, fls. 5 v.-7 v.
- ⁴⁴ *Vide* escrituras de 21 de Abril de 1922 e 11 de Abril de 1924.
- ⁴⁵ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 555-131, fls. 82-84 v.
- ⁴⁶ «Sociedade de Navegação e Pesca, Limitada», *O Ilhavense*, n.º 684, 1 de Maio de 1927, p. 3. Esta escritura foi outorgada perante o notário Eugénio de Carvalho e Silva, em Lisboa, em 20 de Abril de 1927. *Itálico* meu.
- ⁴⁷ Aníbal Gomes Ferreira Cabido, *Chorographia Industrial do Concelho de Ílhavo* [...], 1911, p. 12.
- ⁴⁸ «Pesca de bacalhau», *O Democrata*, n.º 805, 1 de Dezembro de 1923, p. 1, c. 4-5.
- ⁴⁹ *Campeão das Províncias*, n.º 5309 (9 de Janeiro de 1904), n.º 5311 (16 de Janeiro de 1904) e n.º 5404 (10 de Dezembro de 1904). *Itálicos* meus.
- ⁵⁰ ADAVR, Ílhavo, not. Fragoso, liv. 355-89, 9 de Outubro de 1907, fls. 7 v.-10.
- ⁵¹ «Sécca do bacalhau», *Campeão das Províncias*, n.º 6097, 23 de Setembro de 1911, p. 2, c. 4.
- ⁵² «Pesca de bacalhau», *O Ilhavense*, n.º 710, 4 de Dezembro de 1927, p. 3, c. 4.
- ⁵³ «Pesca de bacalhau», *O Concelho de Estarreja*, n.º 1054, 24 de Junho de 1922, p. 3, c. 2.
- ⁵⁴ «Aos pescadores desta região», *O Concelho de Estarreja*, n.º 1134, 12 de Janeiro de 1924, p. 2, c. 2.

⁵⁵ *Chorographia Industrial do Concelho de Ílhavo* [...], 1911, p. 12. Entre outras escrituras, vide ADAVR, Ílhavo, not. Fragoso, liv. 369-103, 28 de Dezembro de 1911, fl. 43 v.

⁵⁶ ADAVR, Ílhavo, not. Fragoso, liv. 369-103, fls. 43-44).

⁵⁷ Silvério R. da Rocha e Cunha, *Exposição Marítima do Norte de Portugal. Notícia sobre as indústrias marítimas na área da jurisdição da Capitania do Porto de Aveiro*, 1939, p. 20.

⁵⁸ *Ibidem*. Itálico meu.

⁵⁹ «Pesca do bacalhau», *O Debate*, n.º 74, 20 de Setembro de 1923, p. 2, c. 1.

⁶⁰ *Apud* Fernando Duarte, *Percurso do consumo de bacalhau*, 2004.

⁶¹ «Pesca do bacalhau », *O Ilhavense*, n.º 923, 24 de Julho de 1932, p. 1, c. 1-3.

⁶² Cf. Guilherme Faria, *Setúbal e a indústria de conservas*, 1950, p. 11.

⁶³ *L'art de tous les ménages de conserver pendant plusieurs années toutes les substances animales et végétales* [em linha], Paris, 1810 [consult. em Dezembro de 2006]. Disponível em [www:<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k202755q/f1.item>](http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k202755q/f1.item).

⁶⁴ César Aguilera, *História da alimentação mediterrânica*, 2001, p. 249-250.

⁶⁵ Cf. Abralatas, *História da latinha* [em linha], s. d. [consult. em Dezembro de 2006]. Disponível em [www:<http://www.abralatas.org.br/historia_nomundo.asp>](http://www.abralatas.org.br/historia_nomundo.asp).

⁶⁶ Pancrácio Celdrán, *História das coisas*, 1995, p. 15.

⁶⁷ César Aguilera, *História da alimentação mediterrânica*, 2001, p. 250.

⁶⁸ Fernando Gomes Pedrosa, «Para a história da pesca em Portugal», 1985, p. 54.

⁶⁹ «A primeira fábrica de conservas de sardinha em azeite teria sido estabelecida, segundo uns, em Nantes, por Joseph Colin, em 1824, segundo outros, por Blanchard, de Lorient, em 1825» (Guilherme Faria, *Setúbal e a indústria de conservas*, 1950, p. 13).

⁷⁰ Carlos Fabião, «A romanização da economia urbana», 1992, p. 262-266.

⁷¹ Cf. Maria da Conceição Quintas, *Setúbal* [...], 1998, p. 87-88.

⁷² *Ibidem*.

⁷³ Fernando Gomes Pedrosa, «Para a história da pesca em Portugal», 1985, p. 54.

⁷⁴ Cf. José M. Amado Mendes, *A área económica de Coimbra* [...], 1984, p. 211.

⁷⁵ Guilherme Faria, *Setúbal e a indústria de conservas*, 1950, p. 17-18; Fernando Gomes Pedrosa, «Para a História da pesca em Portugal» [...], 1985, p. 54 e Maria da Conceição Quintas, *Setúbal* [...], 1998, p. 25 e 85-89.

⁷⁶ Maria da Conceição Quintas, *Setúbal* [...], 1998, p. 108.

⁷⁷ *Idem*, *op. cit.*, p. 89.

⁷⁸ *Idem*, *op. cit.*, p. 108.

⁷⁹ Guilherme Faria, *Setúbal e a indústria de conservas*, 1950, p. 18-19.

⁸⁰ Maria da Conceição Quintas, *Setúbal* [...], 1998, p. 198, n. 255.

⁸¹ Guilherme Faria, *Setúbal e a indústria de conservas*, 1950, p. 17-18.

⁸² José Henrique de Azeredo Perdigão, «A indústria em Portugal (Notas para um inquérito)», 1916, p. 113.

⁸³ *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1919*, 1922, p. 50.

⁸⁴ José M. Lopes Cordeiro, *A indústria conserveira em Matosinhos* [...], 1989, p. 28.

⁸⁵ Cf. Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, *A indústria das conservas de peixe no Algarve (1926-1945)*, 1997. Porém, o melhor quadro dessa evolução é fornecido por Maria da Conceição Quintas, *Setúbal* [...], 1998, p. 89-92.

⁸⁶ Guilherme Faria, *op. cit.*, 1950, p. 19 e Fernando Gomes Pedrosa, *op. cit.*, 1985, p. 54.

⁸⁷ José Amado Mendes, «Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX», 1980, p. 38. Estes valores foram publicados, também, em José M. Amado Mendes, «A indústria portuguesa: do ultimato ao Estado Novo, 1890-1926», 1999, p. 244.

⁸⁸ Inês Amorim, «O porto de Aveiro e as pescarias na Época Moderna», 2001, p. 67-73.

⁸⁹ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 882-281, 1 de Maio de 1912, fls. 5 v.-6 v.

⁹⁰ «Pescas», *Campeão das Províncias*, n.º 6000, 5 de Outubro de 1910, p. 2, c. 2. *Itálico* meu.

⁹¹ «Fábrica de preparação de sardinha», *O Povo de Ovar*, n.º 5, 22 de Agosto de 1886, p. 3, c. 1.

⁹² Cf. Álvaro Pereira, *Espinho. Monografia*, Espinho, 1970, p. 158-162 e Carlos Morais Gaio, *A génese de Espinho. Histórias e postais*, 1999, p. 162.

⁹³ *Apud* Alberto Sousa Lamy, *Monografia de Ovar* [...], vol. 2, 2001, p. 295.

⁹⁴ «Fabrica de conservas», *A Discussão*, n.º 263, 5 de Agosto de 1900, p. 2, c. 2.

⁹⁵ «Inauguração do início dos trabalhos da fábrica de conservas e géneros alimentícios – Luzo-Brazileira – do dr. João Andrade Couto», *A Discussão*, n.º 296, 24 de Março de 1901, p. 2, c. 1-3.

⁹⁶ «Fabrica de conservas», *O Ovarense*, n.º 904, 24 de Março de 1901, p. 1, c. 2-3.

⁹⁷ «Inauguração [...]», *A Discussão*, n.º 296, 24 de Março de 1901, p. 2, c. 1-3.

⁹⁸ *Ibidem*. Diz o professor brasileiro, José Luís da Costa Oreiro (joreiro@ufpr.br), da Universidade Federal do Paraná que este apelido (raro) é proveniente da Galiza, donde partiu o seu pai, em 1957.

⁹⁹ «Fabrica de conservas», *O Ovarense*, n.º 904, 24 de Março de 1901, p. 1, c. 2-3.

¹⁰⁰ «Fabrica de conservas», *A Discussão*, n.º 432, 8 de Novembro de 1903, p. 2, c. 2. Era certamente esse o sentido da frase: «[...] e entrará em activa e constante laboração»

¹⁰¹ *Campeão das Províncias*, n.º 14 de Novembro de 1903, p. 5294, p. 2, c. 4.

¹⁰² AMO, *Planta da concessão do terreno de areia na Costa do Furadouro d'Ovar a que se refere o requerimento apresentado à Câmara Municipal de Ovar pela firma Gomes, Meneres & C.ª, Limitada, de Ovar*, 26 de Novembro de 1904. Vide, também, Alberto Sousa Lamy, *Monografia de Ovar* [...], vol. 2, 2001, p. 295 e «Resolução importante», *A Discussão*, n.º 474, 28 de Agosto de 1904, 1, c. 1-2.

¹⁰³ Alberto Sousa Lamy, *Monografia de Ovar* [...], vol. 2, 2001, p. 295.

¹⁰⁴ «Fabrica "A Varina"», *A Discussão*, n.º 463, 12 de Junho de 1905, p. 2, c. 1.

¹⁰⁵ *Ibidem*. Alberto Sousa Lamy publicou fotografias da fábrica principal e das instalações da filial do Furadouro (*Monografia de Ovar* [...], vol. 2, 2001, p. 295-296).

¹⁰⁶ «A Varina», *A Discussão*, n.º 470, 31 de Julho de 1905, p. 2, c. 1-2.

¹⁰⁷ *Ibidem*.

¹⁰⁸ «A Varina», *A Discussão*, n.º 472, 14 de Agosto de 1904, p. 2, c. 2.

- ¹⁰⁹ «Agostinho Meneres», *Discussão*, n.º 477, 18 de Setembro de 1904, p. 2, c. 2. *Itálico* meu.
- ¹¹⁰ «A Varina», *A Discussão*, n.º 489, 11 de Dezembro de 1904, p. 3, c. 2.
- ¹¹¹ «A Varina», *A Discussão*, n.º 495, 22 de Janeiro de 1905, p. 2, c. 2.
- ¹¹² «A Varina», *A Discussão*, n.º 509, 7 de Maio de 1905, p. 2-3.
- ¹¹³ Carlos Morais Gaio, *A génese de Espinho. Histórias e postais*, 1999, p. 173.
- ¹¹⁴ «A Varina», *A Discussão*, n.º 510, 14 de Maio de 1905, p. 1-2. *Itálico* meu.
- ¹¹⁵ «Notas do Furadouro», *Discussão*, n.º 525, 27 de Agosto de 1905, p. 2, c. 2. Afonso Aleno é indicado como «técnico de conservas de sardinha».
- ¹¹⁶ «Fabrica de conservas», *Vitalidade*, n.º 530, 10 de Junho de 1905, p. 3, c. 3.
- ¹¹⁷ «A Varina», *A Discussão*, n.º 669, 21 de Junho de 1908, p. 2, c. 2.
- ¹¹⁸ «A Real Fabrica de Conservas – outras noticias», *O Concelho de Estarreja*, n.º 53, 11 de Outubro de 1902, p. 2, c. 5 e «A Varina», *O Concelho de Estarreja*, n.º 355, 19 de Julho de 1908, p. 2, c. 5.
- ¹¹⁹ Alberto Sousa Lamy, *Monografia de Ovar* [...], vol. 2, 2001, p. 296.
- ¹²⁰ *Ibidem*.
- ¹²¹ «A Varina», *A Discussão*, n.º 858, 3 de Março de 1912, p. 3, c. 3 e «A Varina», *A Pátria*, n.º 202, 7 de Março de 1912, p. 3, c. 2.
- ¹²² «A Varina», *A Discussão*, n.º 719, 13 de Junho de 1909, p. 2, c. 3 e «A Varina», *A Pátria*, n.º 59, 10 de Junho de 1909, p. 3, c. 4.
- ¹²³ Cf. J. P., «A Varina», *O Concelho de Estarreja*, n.º 687, 12 de Dezembro de 1914, p. 2-3.
- ¹²⁴ Notícia transcrita em «A Varina», *O Concelho de Estarreja*, n.º 687, 12 de Dezembro de 1914, p. 2-3.
- ¹²⁵ *Ibidem* e Alberto Sousa Lamy, *Monografia de Ovar* [...], vol. 2, p. 296.
- ¹²⁶ J. P., «A Varina», *O Concelho de Estarreja*, n.º 687, 12 de Dezembro de 1914, p. 2-3.
- ¹²⁷ *Ibidem*.
- ¹²⁸ «A Varina», *A Discussão*, n.º 1071, 7 de Maio de 1916, p. 2, c. 3.
- ¹²⁹ «A Varina», *A Pátria*, n.º 428, 6 de Julho de 1916, p. 3, c. 5.
- ¹³⁰ Alberto Sousa Lamy, *Monografia de Ovar* [...], vol. 2, 2001, p. 296.
- ¹³¹ *Livro de Ouro do Comércio e Indústria de Portugal*, 1956, p. 275.
- ¹³² *Ibidem* e «Brandão & Companhia, Lda.», *A Indústria Nacional*, n.º 3-4, 1935, p. 24.
- ¹³³ A firma Brandão, Gomes & Companhia, Limitada possuía fábricas em Matosinhos, S. Jacinto e Setúbal.
- ¹³⁴ «Brandão & Companhia, Limitada», *A Pátria*, n.º 837, 29 de Abril de 1924, p. 3-4.
- ¹³⁵ «Violento incêndio na fábrica A Varina», *O Povo de Ovar*, n.º 103, 14 de Maio de 1931, p. 2, c. 1-2.
- ¹³⁶ «Brandão & Companhia, Lda.», *A Indústria Nacional*, n.º 3-4, 1935, p. 24.
- ¹³⁷ *Notícias de Ovar*, 1952, p. 22 e *Livro de Ouro do Comércio e Indústria de Portugal*, 1956, p. 276.
- ¹³⁸ *Monografia de Ovar* [...], vol. 3, p. 223.
- ¹³⁹ Alberto Sousa Lamy, *Monografia de Ovar* [...], vol. 2, 2001, p. 296-297.

¹⁴⁰ «Noticiário. A pesca», *Vitalidade*, n.º 466, 19 de Março de 1904, p. 2, c. 4-5.

¹⁴¹ «A pesca», *Vitalidade*, n.º 469, 9 de Abril de 1904, p. 1, c. 3-4.

¹⁴² *Ibidem*.

¹⁴³ *Ibidem*.

¹⁴⁴ «A pesca», *Vitalidade*, n.º 471, 23 de Abril de 1904, p. 1, c. 3-4.

¹⁴⁵ *Ibidem*.

¹⁴⁶ *Ibidem*.

¹⁴⁷ «Fabrica de conservas», *Campeão das Províncias*, n.º 5344, 14 de Maio de 1904, p. 2,

c. 3.

¹⁴⁸ «Pesca», *Vitalidade*, n.º 474, 14 de Maio de 1904, p. 2, c. 5.

¹⁴⁹ *Ibidem*.

¹⁵⁰ «Fabrica de conservas», *Campeão das Províncias*, n.º 5348, 28 de Maio de 1904, p. 2,

c. 4.

¹⁵¹ *Ibidem*.

¹⁵² «Fabrica de conservas em Aveiro», *Vitalidade*, n.º 477, 4 de Junho de 1904, p. 3, c. 4-5 e «Annuncios. Fabrica de conservas em Aveiro», *O Povo de Aveiro*, n.º 252, 5 de Junho de 1904, p. 3, c. 4.

¹⁵³ Esta empresa, fundada em 28 de Junho de 1890, para explorar «um estabelecimento comercial de fazendas de lã, seda e algodão», tinha como únicos sócios, o juiz António Emílio Antunes de Azevedo e sua irmã, Maria José de Azevedo Ferreira Pinto Basto, casada com Gustavo Ferreira Pinto Basto, únicos herdeiros de José António de Azevedo e de Maria José de Almeida Azevedo, falecidos, respectivamente, em 2 de Maio de 1890 e 24 de Novembro de 1866 (ADAVR, Aveiro, not. Fortuna, liv. 721-82, fls. 32-35 v.). O comerciante José Antunes de Azevedo foi um dos fundadores da Associação Comercial de Aveiro (Manuel Ferreira Rodrigues, *A fundação da Associação Comercial de Aveiro* [...], 1998, Anexo I).

¹⁵⁴ Do vasto currículo profissional e cívico de Domingos Leite ficam estas notas. Em 1895 desempenhou as funções de secretário da Associação Comercial, quando a presidência era assegurada por Gustavo Ferreira Pinto Basto («Imposto de pescado», *A Vitalidade*, n.º 35, 24 de Março de 1895, p. 3, c. 1-3). As actas da Associação Comercial de Aveiro referem-no como secretário, no triénio 1898-1900, tendo assumido interinamente, no final do mandato, o cargo de director desta agremiação, por afastamento de Gustavo Ferreira Pinto Basto (*Idem*, liv. 1, fls. 2 e 22-22 v.), sendo director efectivo, entre 1901 e 1908 (*Idem*, liv. 1, fls. 32 v.-71 v.).

¹⁵⁵ Gustavo Ferreira Pinto Basto deixou a direcção da Associação Comercial para ocupar a presidência da Câmara Municipal de Aveiro, de 1902 a 1906 e de 1908 a 1910 (Rui Barros, *Município de Aveiro, 1893-1993. Cem anos na sua história*, 1995, p. 25).

¹⁵⁶ «Fabrica de conservas», *Campeão das Províncias*, n.º 5803, 31 de Outubro de 1908, p. 2, c. 2.

¹⁵⁷ «Pescas», *Vitalidade*, n.º 713, 12 de Dezembro de 1908, p. 3, c. 2-3.

¹⁵⁸ «Fabrica de conservas», *Campeão das Províncias*, n.º 5825, 20 de Janeiro de 1909, p. 2, c. 5.

¹⁵⁹ Manes Nogueira foi um dos fundadores da firma Coelho, Rocha, Manes & Companhia (23 de Fevereiro de 1900), da Companhia Maria do Nascimento, sob a firma Manes, Prat & Gamelas

(18 de Maio de 1901) e da Companhia do Senhor Jesus, sob a firma Carvalho, Vieira & Companhia (10 de Junho de 1903). Mais tarde esteve na origem da Sociedade de Pescarias União, Limitada (18 de Maio de 1916) e de uma fábrica de conservas, em S. Jacinto (18 de Agosto de 1921).

¹⁶⁰ «Fabrica de conservas», *Campeão das Províncias*, n.º 5827, 27 de Janeiro de 1909, p. 2, c. 4.

¹⁶¹ «Concurso para a construção da fabrica», *Vitalidade*, n.º 720, 30 de Janeiro de 1909, p. 3, c. 4.

¹⁶² Arquivo do Notariado da Câmara Municipal de Aveiro, Escrituras, 1905 a 1913, liv. 3, fls. 11-12.

¹⁶³ «Fabrica de conservas de Espinho», *Campeão das Províncias*, n.º 5833, 17 de Fevereiro de 1909, p. 1, c. 5.

¹⁶⁴ *Os Sucessos*, n.º 1023, 20 de Fevereiro de 1909, p. 1, c. 4-5. *Itálicos meus*.

¹⁶⁵ «Novo barco», *Campeão das Províncias*, n.º 5849, 17 de Abril de 1909, p. 2, c. 2.

¹⁶⁶ «Fabrica de conservas», *Campeão das Províncias*, n.º 5861, 29 de Maio de 1909, p. 2, c. 4.

¹⁶⁷ «Fabrica de conservas», *Campeão das Províncias*, n.º 5876, 21 de Julho de 1909, p. 2, c. 1.

¹⁶⁸ «Fabrica de conservas», *Campeão das Províncias*, n.º 5881, 7 de Agosto de 1909, p. 2, c. 3.

¹⁶⁹ «Brandão, Gomes & C.ª, L.ª Cópia dos embargos à falência», *O Povo de Aveiro*, n.º 33, 11 de Dezembro de 1927, p. 4.

¹⁷⁰ «Companha», *Vitalidade*, n.º 772, 29 de Janeiro de 1910, p. 3, c. 1 e «Pescas», *Campeão das Províncias*, n.º 5968, 15 de Junho de 1910, p. 2, c. 3.

¹⁷¹ «Fabrica de conservas», *Campeão das Províncias*, n.º 6000, 5 de Outubro de 1910, p. 2, c. 4.

¹⁷² *Ibidem*.

¹⁷³ Aníbal Gomes Ferreira Cabido, *Chorographia Industrial do Concelho de Aveiro*, 1911, p. 8.

¹⁷⁴ O vapor era gerado numa caldeira fixa, aquitubular, sistema Fouché, de Paris, que servia «para esterilização de latas e preparação de sardinha em dois recipientes semi-fixos, cilíndricos, verticais, do construtor R. Korges, Guston Hamer & C.ª, da Alemanha», e para accionar um motor vertical de 8 cavalos do construtor Davey Paxman & C.º, Limited, de Inglaterra, destinado a accionar uma ventoinha e um dínamo [que funcionava apenas para o fornecimento de luz, «com uma bateria de acumuladores de 60 elementos, com a potência de 6,5 quilovátios] e, bem assim, para accionar duas bombas aspirantes-prementes, sistema Worthington, para elevação da água, funcionando independentemente uma da outra e do motor acima referido, sendo um da potência de um e a outra de dois cavalos vapor» (*Ibidem*).

¹⁷⁵ *Chorographia Industrial do Concelho de Aveiro*, 1911, p. 8-9.

¹⁷⁶ O documento apresenta a seguinte relação de trabalhadores, suas categorias e «jornais»: 1 preparador de sardinha (1\$000); 1 maquinista (\$480); 1 caixeiro (\$400); 1 fogueiro (\$400); 29 soldados (\$400); 1 trabalhador (\$300); 1 caixoteiro (\$300); 7 mulheres (\$200) e 4 raparigas (\$160) (*Ibidem*).

¹⁷⁷ «Excursão a S. Jacinto», *A Razão*, n.º 116, 13 de Junho de 1918, p. 2, c. 3. *Itálico* meu.

¹⁷⁸ ADS, not. Cruz, liv. 48, fls. 34 v. e ss.

¹⁷⁹ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 874-235, fls. 21 v.-22 v.

¹⁸⁰ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 875-236, 18 de Outubro de 1918, fls. 4-6 v., publicada no *Correio de Aveiro*, n.º 357, 26 de Outubro de 1918, p. 2.

¹⁸¹ AACA, *Actas da Direcção*, liv. 2, fl. 36 v.

¹⁸² AMA, Núcleo de projectos arquitectónicos, Pasta n.º 2/289, 1 de Maio de 1912.

A carta é assinada por Sebastião Pescadinha e tem, em anexo, um desenho da fachada do edifício projectado.

¹⁸³ «Fabricas de conservas», *Correio de Aveiro*, n.º 387, 15 de Maio de 1920, p. 1, c. 2.

¹⁸⁴ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 519-95, fls. 8 v.-11). A escritura foi publicitada em «Anúncio», *Correio de Aveiro*, n.º 432, 18 de Maio de 1922, p. 2, c. 1-3.

¹⁸⁵ ADAVR, Aveiro, not. Andrade, liv. 1679-14, fls. 21-24. A escritura foi publicada em *A Voz do Povo*, n.º 28, 24 de Abril de 1920, p. 1-2.

¹⁸⁶ A Companhia Aveirense de Navegação e Pesca, que nasce, em 25 de Junho de 1918, com um capital social de 1 000 000\$00, apesar de, no acto constitutivo da sociedade, apenas estarem realizados 10% do capital (ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1667-2, fls. 11-18). Em 23 de Maio de 1923, *O Democrata* escreve: «Em face dos enormes prejuízos que [a Companhia Aveirense de Navegação e Pesca] teve, entre os quais avultam o naufrágio do *Ariel* na nossa barra, e o do *Aveiro*, que desapareceu com toda a tripulação e cujo valor do desfalque não deve ter sido inferior a 700 contos, lutando, além disso, com falta de capital para giro, dado o extraordinário encarecimento de tudo, a Companhia é forçada a liquidar» («Companhia Aveirense de Navegação e Pesca», *O Democrata*, n.º 782, 23 de Junho de 1923, p. 2, c. 2).

¹⁸⁷ Cf. «Brandão, Gomes & C.ª, L.ª. Cópia dos embargos à falência», *O Povo de Aveiro*, n.º 33, 11 de Dezembro de 1927, p. 4.

¹⁸⁸ ADAVR, Aveiro, not. Andrade, liv. 1700-35, fls. 10-11.

¹⁸⁹ «Fabrica de conservas», *Correio de Aveiro*, n.º 456, 14 de Junho de 1923, p. 2, c. 2-3 e «Fabrica de conservas», *O Democrata*, n.º 317, 17 de Junho de 1923, p. 2, c. 4.

¹⁹⁰ «Fabricas de conservas», *Correio de Aveiro*, n.º 387, 15 de Maio de 1920, p. 1, c. 2. *Itálico* meu.

¹⁹¹ *Ibidem*. *Itálicos* do referido semanário.

¹⁹² «A alimentação pública e as indústrias de conservas», *Correio de Aveiro*, n.º 392, 10 de Julho de 1920, p. 1, c. 1-2. Mesmo assim, não foi possível correlacionar as palavras do *Correio de Aveiro* com a situação deste grupo socioprofissional.

¹⁹³ *Ibidem*. Como a carta era anónima, é possível que tenha sido alterada a contento...

¹⁹⁴ *Ibidem*. *Itálico* meu.

¹⁹⁵ «Industria nacional», *O Democrata*, n.º 687, 13 de Agosto de 1921, p. 2, c. 1. *Itálico* meu.

¹⁹⁶ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 532-108, fls. 2-5 v.

¹⁹⁷ «Anuncio», *O Democrata*, n.º 689, 27 de Agosto de 1921, p. 2, c. 5). No número seguinte, o mesmo periódico divulga a escritura de constituição da «Sociedade por quotas “Conservas de S. Jacinto”» (*O Democrata*, n.º 690, 3 de Setembro de 1921, p. 2, c. 2-5).

¹⁹⁸ «Brandão, Gomes & C.^a, L.da. Cópia dos embargos à falência», *O Povo de Aveiro*, n.º 33, 11 de Dezembro de 1927, p. 4, c. 3. De resto, segundo este artigo, que é a reprodução de um documento dos advogados da empresa de Espinho, a fábrica de Matosinhos foi avaliada em 62 500\$00 e a de Espinho em 4 212 590\$00.

¹⁹⁹ 1. Companhia Maria do Nascimento (18 de Maio de 1901); 2. Companhia do Senhor Jesus (10 de Junho de 1903); 3. Sociedade de Pesca Auxiliadora (21 de Fevereiro de 1906); 4. Sociedade de Pescarias União (8 de Maio de 1916); 5. Sociedade de Construções Navais e Pesca, Limitada (14 de Abril de 1920); 6. Conservas de S. Jacinto (18 de Agosto de 1921) e 7. Empresa Metalúrgica de Aveiro, Lda. (13 de Julho de 1913).

²⁰⁰ ADAVR, Aveiro, not. Fortuna, liv. 712-73, 20 de Fevereiro de 1887, fls. 42 v.-43 v.

²⁰¹ «Várias listas», *O Democrata*, n.º 299, 28 de Novembro de 1913, p. 3-4. Em 1912 ainda estava próximo dos democratas («Subscrição», *O Democrata*, n.º 224, 7 de Junho de 1912, p. 1, c. 4). Em 1904, é notado na recepção a João Franco (*Vitalidade*, n.º 458, 23 de Janeiro de 1904, p. 2, c. 6).

²⁰² «Os fundadores de “O Democrata”», *O Democrata*, n.º 1360, 23 de Fevereiro de 1935, p. 1.

²⁰³ Francisco Rocha, que entrara com uma quota 18 000\$00, cedeu a sua posição por 5800\$00 (ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 533-109, 19 de Novembro de 1921, fls. 41 v.-42). As relações pessoais terão sido afectadas pelo conflito, pois Francisco Rocha não se fez representar no acto de cessão da sua quota.

²⁰⁴ *O Democrata*, n.º 1114, 22 de Fevereiro de 1930, p. 3, c. 1.

²⁰⁵ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 533-109, fls. 15v.-18. Segundo esta escritura, em 8 de Junho desse ano, tinham constituído uma outra sociedade – a Salineira, Limitada –, que dissolveram neste acto.

²⁰⁶ [Sem título], *O Democrata*, n.º 781, 16 de Junho de 1923, p. 2, c. 5.

²⁰⁷ António da Rocha Agra, «proprietário», de Ílhavo, Joaquim Matos dos Santos, «comerciante», de Pardilhó, Henrique dos Santos Rato, «industrial», Albino Pinto de Miranda, «comerciante», e Joaquim Gamelas Ferreira, «comerciante», de Aveiro, e a firma Ferreira & Guimarães, também desta cidade. A Pinto de Miranda fica autorizado a outorgar, em nome da sociedade, a escritura de compra feita por esta à Empresa Aveirense de Conservas, Limitada (ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 555-131, 15 de Março de 1924, fls. 34 v.-37).

²⁰⁸ António da Rocha Agra foi um dos fundadores das seguintes empresas, tendo sido gerente da segunda e da terceira: Parceria de Pesca Boa União (1917); Sociedade Ilhavense Turuna, Lda. (1922); Cajeira, Resende & Companhia, Lda. (1933). Em 18 de Março de 1926, António da Rocha Agra, referido ainda como «marítimo, de Ílhavo», é também um dos fundadores da empresa de pesca Novas Pescarias de Viana, com sede em Viana do Castelo (ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 528-104, 26 de Março de 1921, fls. 42 v.-45).

²⁰⁹ *O Democrata* publicitou a escritura (n.º 820, 22 de Março de 1924, p. 2, c. 2-5).

²¹⁰ Miriam Halpern Pereira, *Livre-câmbio e desenvolvimento económico*, 1983, p. 106-107.

²¹¹ *Relatorios [...] no anno de 1866*, 1868, p. 41 (Documento 26: «Mappa da produção de manteiga e queijos no anno de 1865»).

²¹² Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 469-470.

²¹³ *Apud* José A. Carrilho Ralo, «A evolução da indústria de lacticínios no distrito de Aveiro», 1953, p. 163). *Itálico* meu.

²¹⁴ J. A. Marques Gomes, *O Distrito de Aveiro* [...], 1877, p. 15.

²¹⁵ *Relatório* do Intendente de Pecuária Manuel F. de Oliveira Coutinho, 1868, *apud* José A. Carrilho Ralo, «A evolução da indústria de lacticínios no distrito de Aveiro», 1953, p. 163-164.

²¹⁶ «Sever do Vouga», *A Liberdade*, n.º 176, 9 de Julho de 1914, p. 2, c. 1-2.

²¹⁷ Esclarece este autor, sem quantificar, que, das 40 toneladas, «parte era produzida nos concelhos vizinhos» (*Ibidem*).

²¹⁸ Francisco de P. Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 470. *Itálico* meu.

²¹⁹ ADAVR, Macieira de Cambra, not. Pinho, liv. 411-189, pp. 75-78.

²²⁰ José A. Carrilho Ralo, «A evolução da indústria de lacticínios [...]», 1953, p. 164.

²²¹ *Idem, op. cit.*, p. 165. Segundo Miriam Halpern Pereira (*Livre-câmbio e desenvolvimento económico*, p. 104 e 207-213), os mercadores britânicos começam a comprar gado bovino em 1847. A partir de 1875, data do início da exportação de carne refrigerada ou congelada de Nova Iorque para Liverpool, e de 1880, com a chegada de carregamentos da Austrália e da Nova Zelândia, este comércio sofre uma violenta contracção. Não obstante, a produção de carne manteve quotas razoáveis devido ao abastecimento dos talhos de Lisboa e Porto.

²²² Pedro Lains, *A evolução da agricultura e da indústria em Portugal (1850-1900): uma interpretação quantitativa*, 1990, p. 15-17. Conceição Andrade Martins, «A agricultura», 2005, p. 243.

²²³ «Macieira de Cambra», *Almanaque Ilustrado de «A Liberdade»* [...], 1912, p. 190. *Itálico* meu.

²²⁴ ADAVR, Macieira de Cambra, not. Pinho, liv. 300-62, fls. 1-2v.

²²⁵ ADAVR, Macieira de Cambra, not. Pinho, liv. 301-63, fls. 14-15.

²²⁶ «Macieira de Cambra», *A Liberdade*, n.º 171, 4 de Junho de 1914, p. 2, c. 1-2).

²²⁷ «A manteiga», *Campeão das Províncias*, n.º 6667, 6 de Dezembro de 1919, p. 1, c. 6. *Itálico* meu.

²²⁸ *Apud* José A. Carrilho Ralo, «A evolução da indústria de lacticínios [...]», 1953, p. 166.

²²⁹ «Indústria de lacticínios», *Ecos de Cacia*, n.º 25, 27 de Janeiro de 1916, p. 1, c. 1-2.

²³⁰ *Ibidem*.

²³¹ AMA, *Livro de registo de estatística industrial e mercantil do concelho*, liv. 1377. *Itálicos* meus.

²³² Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 80, 173, 181.

²³³ *Apud* José A. Carrilho Ralo, «A evolução da indústria de lacticínios [...]», 1953, p. 166.

²³⁴ «Machinas agrícolas e de leitaria modernas», *O Nauta*, n.º 471, 21 de Maio de 1914, p. 3, c. 2-3.

²³⁵ José A. Carrilho Ralo, «A evolução da indústria de lacticínios [...]», 1953, p. 168.

- ²³⁶ «Fabricas», *Campeão das Províncias*, n.º 6163, 29 de Maio de 1912, p. 2, c. 5.
- ²³⁷ Dova [em linha], s. d. [consult. em Outubro de 2006]. Disponível em [www: <http://www.dova.com.br/historia.asp>](http://www.dova.com.br/historia.asp). Registada em nome próprio, a Dova passa a sociedade por quotas, em 1894, e a sociedade anónima, em 1929. Domingos Joaquim da Silva recebeu o título de visconde por decreto de 2 de Maio de 1907.
- ²³⁸ José A. Carrilho Ralo, «A evolução da indústria de lacticínios [...]», 1953, p. 166.
- ²³⁹ «Fabrica de lacticínios», *A Discussão*, n.º 1055, 9 de Janeiro de 1916, p. 2, c. 4.
- ²⁴⁰ «Fabrica de lacticínios “Hollandia”», *Discussão*, n.º 1094, 15 de Outubro de 1916, p. 3, c. 2.
- ²⁴¹ «Fabrica Holandia», *O Ideal Vareiro*, n.º 31, 23 de Maio de 1917, p. 3, c. 4.
- ²⁴² José A. Carrilho Ralo, «A evolução da indústria de lacticínios [...]», 1953, p. 166. As datas de fundação e de encerramento dessa fábrica que este autor indica estão erradas.
- ²⁴³ *Almanaque Ilustrado de Ovar*, 1919, p. 244.
- ²⁴⁴ *Memória histórica e descritiva de Ovar*, Ovar, 1985, p. 172.
- ²⁴⁵ «Fabrica “Hollandia”», *A Patria*, n.º 655, 21 de Dezembro de 1920, p. 3-4 e «Fabrica “Hollandia”», *Defesa*, n.º 28, 5 de Dezembro de 1920, p. 1, c. 3.
- ²⁴⁶ *Memória histórica e descritiva de Ovar*, 1985, p. 172.
- ²⁴⁷ «Fabrica de manteiga», *Jornal de Albergaria*, n.º 327, 22 de Setembro de 1917, p. 3, c. 5.
- ²⁴⁸ José A. Carrilho Ralo, «A evolução da indústria de lacticínios [...]», 1953, p. 166.
- ²⁴⁹ «A boa manteiga», *Independência de Águeda*, n.º 816, 21 de Dezembro de 1918, p. 3, c. 3.
- ²⁵⁰ ADAVR, Aveiro, not. Andrade, liv. 1688-23, 28 de Fevereiro de 1920, fls. 50-51.
- ²⁵¹ ADAVR, Estarreja, not. Gomes, liv. 1247-189, fls. 36 v.-47 v.
- ²⁵² Cf. *Nestlé Portugal. Enquadramento histórico* [em linha], s. d. [consult. em Janeiro de 2006]. Disponível em [www: <http://www.nestle.pt/conheca/nestle_portugal.asp>](http://www.nestle.pt/conheca/nestle_portugal.asp).
- ²⁵³ H. L., «Coisas que convém lembrar», *Ali-Java*, número único, 1963, p. 8. Esse texto fora inicialmente publicado neste *Boletim da Nestlé* (n.º 8), em Abril de 1952.
- ²⁵⁴ *Ibidem*.
- ²⁵⁵ Cf. informação disponível em <http://www.geocities.com/SoHo/Café/7398/industria.htm> (consult. em 3 de Janeiro de 2005).
- ²⁵⁶ ADAVR, Ovar, not. Santiago, liv. 1221-136, 19 de Janeiro de 1924, fls. 2-4.
- ²⁵⁷ «Fábrica de manteiga», *Jornal de Albergaria*, n.º 671, 2 de Maio de 1925, p. 2, c. 2.
- ²⁵⁸ AMO, Carta dirigida ao Chefe da 2.ª Circunscrição Industrial, em 3 de Maio de 1936.
- ²⁵⁹ J. A. Carrilho Ralo, «A evolução da indústria de lacticínios no Distrito de Aveiro», 1953, p. 168 e 170.
- ²⁶⁰ «Desnatadeira», *A Pátria*, n.º 850, 28 de Agosto de 1924, p. 4, c. 5.
- ²⁶¹ *Turismo Magazine*, 1933.
- ²⁶² J. A. Carrilho Ralo, «A evolução da indústria de lacticínios no Distrito de Aveiro», 1953, Quadro n.º 5.
- ²⁶³ Cf. ADAVR, Ovar, not. Melo, liv. 1176-91, fls. 30 v.-35 v. e liv. 1177-92, fls. 4 v.-9 v.
- ²⁶⁴ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1382-42, fls. 25 v.-27. O mesmo objecto é referido na escritura de dissolução desta sociedade, em 1915 (ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1421-81, 18 de Junho de 1915, fls. 83-85).

- ²⁶⁵ ADAVR, Ovar, not. Melo, liv. 1458-118, 13 de Julho de 1914, fls. 87 v.-88.
- ²⁶⁶ «Indústrias locais», *O Ilhavense*, n.º 491, 25 de Março de 1923, p. 1, c. 2. *Itálico* meu.
- ²⁶⁷ AMA, *Livro do registo de estabelecimentos e indústrias, 1934-1936*, liv. 1381. *Itálico* meu.
- ²⁶⁸ «Empresa Industrial da Madria », *A Pátria*, n.º 1002, 26 de Janeiro de 1928, p. 3, c. 2.

Itálicos meus.

- ²⁶⁹ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1453-113, 23 de Agosto de 1920, fls. 4 v.-5 v.
- ²⁷⁰ «Fábrica de descasque», *O Povo de Ovar*, n.º 144, 25 de Fevereiro de 1932, p. 3, c. 5.
- ²⁷¹ ADAVR, Ovar, not. Santiago, liv. 1226-141, fls. 14 v.-18 v.
- ²⁷² AMA, liv. 722, fls. inums. e *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1919*, 1922, p. 48.
- ²⁷³ «Liquidação», *O Democrata*, n.º 312, 13 de Maio de 1923, p. 2, c. 1.
- ²⁷⁴ Gerardo A. Pery, *Geographia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*, 1875, p. 145.
- ²⁷⁵ Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial [...]*, 1867, p. 12-13, 15 e 50.
- ²⁷⁶ *Ibidem*. Em 1874, as águas do Caima faziam «mover muitos moinhos» (Pinho Leal, «Caima», *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 6, 1874, p. 34).
- ²⁷⁷ Augusto Forjaz (Pereira de Sampaio), *Portugal Contemporâneo*, 1905, p. 223.
- ²⁷⁸ António de Oliveira Salazar, *A questão cerealífera. O trigo*, 1916 *apud* Jaime Reis, «A “Lei da Fome”: as origens do protecçãoismo cerealífero (1889-1914)», 1993, p. 64.
- ²⁷⁹ A. Jorge Dias, «Moagem tradicional» e «Moinhos», 1981, p. 318 e 326.
- ²⁸⁰ Armando Carvalho Ferreira e Delfim Bismark Ferreira, *Moinhos do concelho de Albergaria-a-Velha*, 2003, p. 21-22.
- ²⁸¹ Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Inquerito Industrial de 1890*, vol. III: *Indústrias fábricas e manufactureiras (Inquerito de gabinete)*, 1891, p. 50 e 69.
- ²⁸² Aníbal G. Ferreira Cabido, *Chorographia industrial do concelho de Albergaria-a-Velha [...]*, 1911, p. 12.
- ²⁸³ Aníbal G. Ferreira Cabido, *Chorographia industrial do concelho de Aveiro*, 1911, p. 8.
- ²⁸⁴ Cf. Carlos Brochado de Almeida e Francisco Rui C. Fernandes, *Carta arqueológica do Concelho de Aveiro*, 2001, p. 53-63 e António Capão, *Cultura popular em terras de Aveiro. Etnografia e literatura*, 1993, p. 56-91.
- ²⁸⁵ Carlos Brochado de Almeida e Francisco Rui C. Fernandes, *Carta arqueológica [...]*, 2001, p. 63.
- ²⁸⁶ Jorge Augusto Miranda e João Carlos Viegas, *Moinhos de vento no concelho de Oeiras*, 1992, p. 21 e 24.
- ²⁸⁷ M. D’Almeida, *Soza e as suas gentes*, 1985, p. 428.
- ²⁸⁸ C. M. G. Rodrigues Pereira, «A capitania do Porto de Aveiro. Breve historial do seu antigo edifício», 2001, p. 7; Maria João Violante Branco Marques da Silva, *Aveiro Medieval*, 1997, p. 38 e 79; Manuel Ferreira Rodrigues, «As elites locais e a Escola Industrial e Comercial de Aveiro, 1893-1924», 1996, p. 22; Jorge Custódio, «Os moinhos de maré em Portugal [...]», 1989, p. 343-389; António J. C. Maia Nabais, *História do Concelho do Seixal. Património industrial. Moinhos de maré*, 1986, p. 15, 20, 25 e 36 e *idem*, «Moinhos de maré: salvaguarda e reutilização», 1990, p. 321-324.

- ²⁸⁹ ADAVR, Aveiro, not. Morais, liv. 674-35, 23 de Dezembro de 1866, fls. 45 v.-46 v. *Itálico* meu.
- ²⁹⁰ *Ibidem*. *Itálicos* meus.
- ²⁹¹ *Districto d'Aveiro*, n.º 632 (26 de Fevereiro de 1867, p. 3) e n.º 734 (3 de Março de 1868, p. 4).
- ²⁹² «Barco voltado», *O Aveirense*, n.º 20, 29 de Março de 1908, p. 2, c. 2.
- ²⁹³ «Anuncios», *O Democrata*, n.º 688, 20 de Agosto 1921, p. 2, c. 4.
- ²⁹⁴ Conceição Andrade Martins, «A agricultura», 2005, p. 227.
- ²⁹⁵ Jaime Reis, «A “Lei da Fome”: as origens do proteccionismo cerealífero [...]», 1993, p. 84.
- ²⁹⁶ ADAVR, Aveiro, not. Vieira, liv. 1001-94, fls. 14 v.-15. *Itálicos* meus.
- ²⁹⁷ «Sebastião de Carvalho e Lima», *Campeão das Províncias*, n.º 5228, 25 de Março de 1903, p. 1, c. 5-6.
- ²⁹⁸ Cf. Manuel Ferreira Rodrigues, *A Associação Comercial de Aveiro* [...], 1998.
- ²⁹⁹ *Inquerito Industrial de 1881. Inquerito directo. Segunda parte. Visita às fabricas*, 1881, p. 277.
- ³⁰⁰ *Ibidem* e *Inquerito Industrial de 1881. Inquerito indirecto. Terceira parte*, 1882, p. 40-41.
- ³⁰¹ José R. Rangel de Quadros Oudinot, *Aveiro. Apontamentos* [...], 1911-1916, p. 117.
- ³⁰² Em 1883, a fábrica ainda existia (*Catalogo-Almanach da Imprensa Aveirense. Edição para 1884*, 1883, p. 22).
- ³⁰³ *Ibidem*.
- ³⁰⁴ *Inquerito Industrial de 1881. Inquerito directo. Segunda parte. Visita às fabricas*, 1881, p. 277.
- ³⁰⁵ ADAVR, Ovar, not. Abreu, liv. 1009-30, 10 de Dezembro de 1875, fls. 35-36. *Itálico* meu.
- ³⁰⁶ *Ibidem*.
- ³⁰⁷ ADAVR, Ovar, not. Abreu, liv. 1010-31, 15 de Setembro de 1876, fls. 76 v.-77.
- ³⁰⁸ ADAVR, Ílhavo, not. Calisto, liv. 225-34, fls. 5-6.
- ³⁰⁹ [Sem título], *O Povo de Aveiro*, n.º 48, 11 de Março de 1888, p. 3, c. 3.
- ³¹⁰ «Vende-se», *O Povo de Aveiro*, n.º 782, 12 de Julho de 1891, p. 3, c. 1.
- ³¹¹ Jaime Reis, «A “Lei da Fome”: as origens do proteccionismo cerealífero [...]», 1993, p. 55 e 64.
- ³¹² *Idem*, *op. cit.*, p. 64.
- ³¹³ AMA, *Registo de alvarás* [...], 1897, liv. 159, fls. inums. Nesta pasta há dois documentos, com data de 29 de Março de 1899, segundo os quais, os negociantes de cereais Francisco Ferreira da Maia e João Maria dos Santos tinham vendido, durante o mês de Fevereiro desse ano, a Manuel Homem de Carvalho Cristo, «proprietário de uma fábrica de moagem», respectivamente «1920 medidas de 20 litros de trigo, ao preço de 1\$040 réis cada medida e «que pesou a totalidade de 29 510 kg» e «1500 medidas de 20 litros de trigo ao preço de 1\$060 réis cada», tendo pesado «a totalidade de 23 400 kg».
- ³¹⁴ «Arroz», *O Povo de Aveiro*, n.º 832, 22 de Dezembro de 1892, p. 2, c. 3. *Itálico* meu.
- ³¹⁵ «Fabrica de Moagem a vapor de Manuel Christo», *O Povo de Aveiro*, n.º 833, 25 de Dezembro de 1892, p. 1, c. 5.

³¹⁶ «Fabrica de Moagens em Aveiro», *Vitalidade*, n.º 98, 25 de Fevereiro de 1897, p. 3, c. 2.
³¹⁷ Jaime Reis, «A “Lei da Fome”: as origens do protecționismo cerealífero [...]», 1993, p. 65.
³¹⁸ «Fabrica a vapor», *Povo de Aveiro*, n.º 1, 20 de Agosto de 1899, p. 3, c. 5-6.
³¹⁹ «Fabrica a vapor», *Povo de Aveiro*, n.º 96, 9 de Junho de 1901, p. 3, c. 5.
³²⁰ ADAVR, Águeda, not. Pinho, liv. 478-108, fls. 5-6 v. e, *idem*, liv. 479-109, 8 de Dezembro de 1894, fls. 36-38.

³²¹ ADAVR, Águeda, not. Pinho, liv. 478-108, 22 de Abril de 1894, fls. 5-6 v. *Itálico* meu.

³²² «Machina de irrigação e moagens», *Soberania do Povo*, n.º 2065, 21 de Maio de 1899, p. 2, c. 3.

³²³ *Ibidem*. *Itálicos* meus.

³²⁴ Eduardo Sousa Lamy, *Monografia de Ovar*, vol. 2, 2001, p. 273.

³²⁵ «Fabrica de moagem», *A Discussão*, n.º 209, 23 de Julho de 1899, p. 2, c. 2.

³²⁶ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1340-65, fls. 9 v.-10 v.

³²⁷ *Anuario Commercial de Portugal*, vol. II, 1900, p. 1200.

³²⁸ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 864-263, fls. 48 v.-53 v.

³²⁹ Em 1915, esta moagem já não é referida no *Anuário Comercial de Portugal*.

³³⁰ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1427-87, fls. 41 v.-42 v.

³³¹ «Fabrica de moagens», *Campeão das Províncias*, n.º 37, 26 de Maio 1900, p. 1, c. 3.

Itálico meu.

³³² «Fabrica de moagens», *Campeão das Províncias*, n.º 91, 10 de Janeiro 1902, p. 2, c. 6.

Itálicos meus.

³³³ «As padeiras», *O Concelho de Estarreja*, n.º 862, 11 de Maio de 1918, p. 1, c. 3.

³³⁴ J. Rodrigues Pinto Brandão, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 20, 1908, p. 51.

³³⁵ «Fabrica de moagens a vapor», *O Concelho de Estarreja*, n.º 67, 17 de Janeiro de 1903, p. 2, c. 4-5. *Itálicos* meus.

³³⁶ ADAVR, Aveiro, not. Peixinho, liv. 1244-17, 11 de Maio de 1903, fls. 44 v.-49 v.

³³⁷ «Anuncios», *Povo de Aveiro*, n.º 253, 12 de Junho de 1904, p. 3, c. 5.

³³⁸ «Nova fabrica de moagens», *Povo de Aveiro*, n.º 215, 20 de Setembro de 1903, p. 2, c. 3.

³³⁹ «Moagens», *Campeão das Províncias*, n.º 5343, 11 de Maio de 1904, p. 1, c. 1-2.

³⁴⁰ «Fabrica de moagem», *Povo de Aveiro*, n.º 251, 29 de Maio de 1904, p. 3, c. 1.

³⁴¹ «Fabrica de moagem», *Povo de Aveiro*, n.º 268, 28 de Agosto de 1904, p. 1, c. 5.

³⁴² «Novas Marítimas», *Jornal de Ílhavo*, n.º 62, 14 de Maio de 1905, p. 2, c. 3.

³⁴³ Sobre os maquinismos desta fábrica, *vide Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 10, 1907.

³⁴⁴ «Fabrica dos Santos Mártires», *Povo de Aveiro*, n.º 415, 21 de Julho de 1907, p. 4.

³⁴⁵ Aníbal Gomes Ferreira Cabido, *Chorographia Industrial do Concelho de Aveiro*, 1911, p. 5-7.

³⁴⁶ *Ibidem*.

³⁴⁷ *Idem, op. cit.*, p. 6-7.

³⁴⁸ As categorias e as remunerações eram as seguintes: 1 encarregado (\$800); 1 moleiro (\$660); 1 maquinista (\$600); 1 guarda (\$500); 1 ajudante (\$460); 1 fogueiro (\$400); 4 ajudantes (\$360); 4 trabalhadores (\$360); 1 trabalhador (\$240).

³⁴⁹ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1116-43, 8 de Novembro de 1910, fls. 27 v.-30 v. O capital seria aumentado para 45 000\$00, em 1 de Setembro de 1911 (ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1120-47, fls. 27 v.-30 v.).

³⁵⁰ ADAVR, Ovar, not. Abragão, liv. 1542-3, 5 de Dezembro de 1904, fls. 18-20 v. A escritura foi publicada na imprensa local quando a empresa ainda aguardava a licença do Tribunal Comercial de Ovar («Fabrica de moagem de cereais, descasque de arroz e panificação a vapor», *A Discussão*, n.º 495, 22 de Janeiro de 1905, p. 3, c. 1-3).

³⁵¹ «Nova fabrica», *A Discussão*, n.º 488, 4 de Dezembro de 1904, p. 3, c. 1 e *idem*, n.º 489, 11 de Dezembro de 1904, p. 3, c. 1.

³⁵² ADAVR, Ovar, not. Abragão, liv. 1542-3, 5 de Dezembro de 1904, fls. 18-20 v.

³⁵³ «Fabrica de moagens», *A Discussão*, n.º 495, 22 de Janeiro de 1905, p. 2, c. 3.

³⁵⁴ *Ibidem*.

³⁵⁵ Alberto Sousa Lamy, *Monografia de Ovar* [...], vol. 2, 2001, p. 273.

³⁵⁶ «Fabrica de moagens», *Os Sucessos*, n.º 999, 5 de Setembro de 1908, p. 3, c. 3.

³⁵⁷ «Motôres», *O Concelho de Albergaria*, n.º 1, 28 de Outubro de 1911, p. 4. *Itálico* meu.

³⁵⁸ Aníbal Gomes Ferreira Cabido, *Chorographia Industrial do Concelho de Ílhavo*, 1911, p. 9.

³⁵⁹ *Ibidem*.

³⁶⁰ *Ibidem*.

³⁶¹ AMI, *Actas das sessões da Câmara Municipal de Ílhavo*, 14 de Fevereiro de 1912, fls. 95 v.-96

³⁶² «Fabrica de moagens», *Correio de Albergaria*, n.º 472, 12 de Maio de 1910, p. 3, c. 1.

³⁶³ *Ibidem*.

³⁶⁴ José M. Amado Mendes, *A área económica de Coimbra* [...], 1984, p. 197-198.

³⁶⁵ «Fabrica de moagens», *O Concelho de Estarreja*, n.º 948, 15 de Maio de 1920, p. 1-2.

³⁶⁶ «Fabrica de moagem», *O Povo de Cacia*, n.º 4, 13 de Setembro de 1920, p. 1, c. 1-2.

³⁶⁷ *Ibidem*.

³⁶⁸ ADAVR, Ovar, not. Melo, liv. 1176-91, fls. 30 v.-35 v. e liv. 1177-92, fls. 4 v.-9 v.

³⁶⁹ ADAVR, Ovar, not. Santiago, liv. 1240-155, fls. 47 v.-50.

³⁷⁰ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 888-287, fls. 93-95 v. e *idem*, not. Coelho, liv. 907-306, fls. 42-43 v.

³⁷¹ «A Ovarina», *A Discussão*, n.º 1204, 8 de Dezembro de 1918, p. 2, c. 2.

³⁷² ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 513-89, fls. 1-4.

³⁷³ «Empreza comercio & Industria», *Campeão das Províncias*, n.º 667, 3 de Janeiro de 1920, p. 4, c. 1.

³⁷⁴ «Desastre e morte», *O Democrata*, n.º 750, 4 de Novembro de 1922, p. 2, c. 3.

³⁷⁵ Cf., ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1761-36, 24 de Fevereiro de 1923, fls. 52 v.-54 v.

³⁷⁶ ADAVR, Águeda, not. Silva, liv. 724-167, 1 de Janeiro de 1920, fls. 25-27.

³⁷⁷ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1451-111, fls. 44-45 v.

³⁷⁸ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1452-112, 27 de Julho de 1920, fls. 74-75 e «Constituição de sociedade», *A Pátria*, n.º 636, 30 de Julho de 1920, p. 4.

³⁷⁹ ADAVR, Aveiro, not. Andrade, liv. 1683-18, fls. 1-2.

³⁸⁰ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1692-27, 19 de Dezembro de 1921, fls. 80 v.-81 v.

³⁸¹ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 545-121, fls. 40 v.-45. A sociedade é dissolvida, ficando um dos sócios com o activo e o passivo (ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1761-36, 28 de Março de 1923, fls. 52 v.-54 v.).

³⁸² Mesmo assim, em 1931, *O Povo de Ovar* noticiava: «No dia 21, começou a laboração nesta vila uma nova fábrica de moagem, pertencente ao Sr. Manuel Soares Pinto, montada segundo os mais modernos processos [...]» («Nova moagem», *O Povo de Ovar*, n.º 127, 29 de Outubro de 1931, p. 2, c. 4). É na Murtosa, terá nascido outra moagem, em finais de 1932, propriedade de João Carlos Tavares («Uma fábrica de moagem», *Progresso da Murtosa*, n.º 127, 10 de Janeiro de 1932, p. 2, c. 4 e «Comércio e Indústria», *Progresso da Murtosa*, n.º 174, 8 de Dezembro de 1932, p. 2, c. 5).

³⁸³ Cf. «A Moagem de Estarreja», *Correio de Aveiro*, n.º 392, 10 de Julho de 1920, p. 2, c. 4.

³⁸⁴ «Interesses regionais. Nova “Companhia Antuã”», *O Concelho de Estarreja*, n.º 983, 29 de Janeiro de 1921, p. 1, c. 1. *Itálico* meu.

³⁸⁵ ADAVR, Ovar, not. Abragão, liv. 1569-30, fls. 21-25 v. *A Pátria* publica a escritura, indicando a firma anterior no título («Fábrica de Moagem de Trigo em Ovar de Soares Pinto & C.ª Lda.», *A Pátria*, n.º 784, 25 de Maio de 1923, p. 4, c. 2-5).

³⁸⁶ «Companhia Aveirense de Moagens», *Campeão das Províncias*, n.º 6686, 17 de Abril de 1920, p. 2, c. 3.

³⁸⁷ «Aveiro progride. Uma nova companhia de moagens», *Campeão das Províncias*, n.º 6681, 13 de Março de 1920, p. 1, c. 3-4.

³⁸⁸ Mesmo assim, o banco publicitou a operação e o seu programa em alguns jornais desta sub-região.

³⁸⁹ «Companhia Aveirense de Moagens», *Campeão das Províncias*, n.º 6686, 17 de Abril de 1920, p. 2, c. 3.

³⁹⁰ «A vida», *O Democrata*, n.º 629, 26 de Junho de 1920, p. 2, c. 2.

³⁹¹ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 523-99, fls. 10-15.

³⁹² ACAM, *Actas do Conselho de Administração da Companhia Aveirense de Moagens, SARL*, Sessões de 9 de Outubro e 23 de Novembro de 1928 (p. 115-116, 118 e 130).

³⁹³ ACAM, *Livro da inscrição das diferentes escripturas que se teem feito com relação à Sociedade Christo, Rocha, Miranda & C.ª, com sede em Aveiro*, 6.ª escritura, fls. inums.

³⁹⁴ Na sequência da decisão tomada pela Assembleia Geral, em sessão extraordinária de 31 de Agosto de 1921, são feitas algumas alterações aos estatutos da empresa. A direcção passa a ter apenas dois directores-delegados, em vez dos três iniciais (ADAVR, Aveiro, not. Leal, 1691-26, fls. 11 v.-12 v.).

³⁹⁵ ACAM, *Actas do Conselho de Administração [...]*, Sessão de 6 de Novembro de 1920, p. 3. Em Abril de 1924 ainda não tinha sido comprado o camião (cf. p. 45).

³⁹⁶ ACAM, *Actas do Conselho de Administração [...]*, Sessão de 3 de Julho de 1923, p. 35.

³⁹⁷ A. H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, «Agricultura, pecuária e pescas», 1991, p. 100-101.

³⁹⁸ *Ibidem*.

³⁹⁹ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 531-107, fls. 13 v.-15.

⁴⁰⁰ Em face dos valores do balanço apresentado na Sessão de 28 de Julho de 1924, o Conselho de Administração determinou que, dos 421 010\$88 apurados no exercício desse ano de 1923-1924, «somente figurasse um lucro de 299 454\$14, a fim de se poder fazer dividendo de 20% e se omitisse o lucro excedente para evitar o pagamento de mais onerosas contribuições» (*Idem*, p. 49).

⁴⁰¹ ACAM, *Actas do Conselho de Administração* [...], Sessão de 5 de Fevereiro de 1925, p. 56 e 57.

⁴⁰² *Idem*, Sessão de 21 de Junho de 1926, p. 74.

⁴⁰³ *Idem*, Sessão de 28 de Setembro de 1922, p. 24-25.

⁴⁰⁴ *Idem*, Sessão de 13 de Novembro de 1926, p. 81, ss e 108.

⁴⁰⁵ *Idem*, Sessão de 6 de Outubro de 1925, p. 65.

⁴⁰⁶ *Idem*, Sessão de 17 de Junho e de 16 de Setembro de 1929, p. 126 e 134.

⁴⁰⁷ *Idem*, Sessão de 11 de Outubro de 1930, p. 148.

⁴⁰⁸ José Manuel Lopes-Cordeiro, «L'évolution du stockage des céréales au Portugal», 1996, p. 52.

⁴⁰⁹ *Catalogo-Almanach da Imprensa Aveirense. Edição para 1884*, 1883, 32.

⁴¹⁰ Jaime Reis, «A “Lei da Fome”: as origens do proteccionismo cerealífero [...]», 1993, p. 50 e 52.

⁴¹¹ Aníbal G. Ferreira Cabido, *Chorographia industrial do concelho de Albergaria-a-Velha* [...], 1911, p. 12.

⁴¹² A firma Abrantes & Companhia, Limitada, de 16 de Agosto de 1922, foi registada perante o notário Artur da Silva Lino, da cidade do Porto.

⁴¹³ Alberto Sousa Lamy, *Monografia de Ovar* [...], vol. 2, 2001, p. 31.

⁴¹⁴ AMA, *Licenças a que se refere o Decreto de 21 de Outubro de 1863. Estabelecimentos insalubres, incómodos, e perigosos de 3.ª classe*, liv. 1376, s. d., «Fornos de cozer pão». Esta relação terá sido realizada pouco depois de 1922, na sequência da publicação do Decreto n.º 8364, de 25 de Agosto desse ano.

⁴¹⁵ Aníbal Gomes Ferreira Cabido, *Chorographia Industrial do Concelho de Ílhavo* [...], 1911, p. 20.

⁴¹⁶ Cf. «As nossas padeiras», *O Concelho de Estarreja*, n.º 45, 16 de Agosto de 1902, p. 2, c. 2.

⁴¹⁷ *Soberania do Povo*, n.º 1678, 25 de Julho de 1895, p. 3, c. 1.

⁴¹⁸ «As nossas padeiras», *O Concelho de Estarreja*, n.º 628, 25 de Outubro de 1913, p. 1, c. 1.

⁴¹⁹ «Padaria Aguedense», *Soberania do Povo*, n.º 3022, 24 de Outubro de 1908, p. 4, c. 3.

⁴²⁰ ADAVR, Ovar, not. Melo, liv. 1176-91, 5 de Novembro de 1917, fls. 29-30 v.

⁴²¹ «Padaria Lisbonense», *Soberania do Povo*, n.º 1882, 29 de Julho de 1897, p. 4.

⁴²² «Padaria», *Soberania do Povo*, n.º 1932, 23 de Janeiro de 1898, p. 3, c. 1. *Itálico* meu.

⁴²³ «Padaria Lisbonense», *Soberania do Povo*, n.º 2523, 26 de Novembro de 1903, p. 3, c. 4.

⁴²⁴ Sobre alimentação, *vide* Daniel Roche, *História das coisas banais*, 1998, p. 254.

⁴²⁵ «Nova padaria», *Povo de Aveiro*, n.º 175, 14 de Dezembro de 1902, p. 1, c. 4.

- ⁴²⁶ «Padaria Ferreira», *Campeão das Províncias*, n.º 5208, p. 14 de Janeiro de 1903, p. 1, c. 1-2.
- ⁴²⁷ «A Panificadora», *Jornal de Ovar*, n.º 217, 31 de Julho de 1910, p. 2, c. 2.
- ⁴²⁸ ADAVR, Aveiro, not. Peixinho, liv. 1252-25, 1 de Setembro de 1904, fls. 45 v.-48.
- ⁴²⁹ Aníbal Gomes Ferreira Cabido, *Chorographia Industrial do Concelho de Aveiro*, 1911, p. 40-48.
- ⁴³⁰ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 877-276, 30 de Janeiro de 1914, fls. 80-81 v. e *idem*, liv. 880-279, 19 de Fevereiro de 1915, fls. 36 v.-38.
- ⁴³¹ «Águeda industrial. Padaria modelo», *Independência de Águeda*, n.º 680, 29 de Janeiro de 1916, p. 2, c. 5.
- ⁴³² ADAVR, Vagos, not. Rocha, liv. 569-34, 18 de Fevereiro de 1920, fls. 11 v.-13.
- ⁴³³ Aníbal Gomes Ferreira Cabido, *Chorographia Industrial do Concelho de Aveiro*, 1911, p. 40-41.
- ⁴³⁴ *Idem, op. cit.*, p. 20.
- ⁴³⁵ *Idem, op. cit.*, p. 22.
- ⁴³⁶ Gerardo A. Pery, *Geographia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*, 1875, p. 145.
- ⁴³⁷ «Nova padaria», *A Discussão*, n.º 486, 20 de Novembro de 1904, p. 2, c. 4. *Itálicos meus.*
- ⁴³⁸ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 821-182, 7 de Dezembro de 1910, fls. 20-21. *Itálico meu.*
- ⁴³⁹ ADAVR, Estarreja, not. Cunha, liv. 609-225, 9 de Abril de 1924, fls. 16 v.-18.
- ⁴⁴⁰ «Padaria Bijou», *Soberania do Povo*, n.º 3382, 8 de Maio de 1912, p. 3, c. 5.
- ⁴⁴¹ «Águeda industrial. Padaria modelo», *Independência de Águeda*, n.º 680, 29 de Janeiro de 1916, p. 2, c. 6.
- ⁴⁴² ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1670-5, 13 de Março de 1919, fls. 8-9. Os padeiros eram os seguintes: Manuel Barreiros de Macedo, Manuel Lourenço, Manuel Estêvão da Silva, António Nunes de Bastos, Alfredo de Oliveira Vinagre, José da Maia Camarão, António Gonçalves Teixeira, Manuel Caetano Valente, José Ferreira de Carvalho e António Fernandes de Abreu. *Itálico meu.*
- ⁴⁴³ «Padaria Aguedense», *Soberania do Povo*, n.º 3030, 21 de Novembro de 1908, p. 3, c. 3.
- ⁴⁴⁴ «Nova padaria», *Independência de Águeda*, n.º 446, 4 de Novembro de 1911, p. 3, c. 2.
- ⁴⁴⁵ «Nova padaria», *A Discussão*, n.º 660, 12 de Abril de 1908, p. 3, c. 1. *Itálicos meus.*
- ⁴⁴⁶ «Vida local», *O Concelho de Estarreja*, n.º 791, 9 de Dezembro de 1916, p. 1, c. 1-3.
- ⁴⁴⁷ «As nossas padeiras», *O Concelho de Estarreja*, n.º 818, 30 de Junho de 1917, p. 2, c. 5.
- ⁴⁴⁸ «Águeda industrial. Padaria modelo», *Independência de Águeda*, n.º 680, 29 de Janeiro de 1916, p. 2, c. 5.
- ⁴⁴⁹ ACAM, *Actas do Conselho de Administração* [...], p. 5.
- ⁴⁵⁰ *Ibidem.*
- ⁴⁵¹ Cf. «Questões económicas. O pão. I», *Jornal de Albergaria*, n.º 605, 1 de Dezembro de 1923, p. 1, c. 1 e *idem*, n.º 609, 5 de Janeiro de 1924, p. 2, c. 2-3.
- ⁴⁵² «A Panificia Aveirense», *O Democrata*, n.º 489, 7 de Setembro de 1917, p. 3, c. 1. *Itálico meu.*
- ⁴⁵³ «A Cooperativa de Aveiro. Um protesto», *O Democrata*, n.º 505, 4 de Janeiro de 1918, p. 2, c. 1. *Itálico de O Democrata.*
- ⁴⁵⁴ *Ibidem* e «A cooperativa», *O Democrata*, n.º 578, 10 de Maio de 1919, p. 1, c. 5.

- ⁴⁵⁵ «Cooperativa de Aveiro», *O Democrata*, n.º 827, 17 de Maio de 1924, p. 1, c. 4 e, entre outros, «Os restos da Cooperativa», *O Democrata*, n.º 881, 5 de Junho de 1925, p. 2, c. 1.
- ⁴⁵⁶ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 531-107, 8 de Julho de 1921, fls. 13 v.-16.
- ⁴⁵⁷ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 867-266, 3 de Fevereiro de 1909, fls. 75 v.-77.
- ⁴⁵⁸ ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 663-46, 24 de Abril de 1910, fls. 38-41 v.
- ⁴⁵⁹ ADAVR, Ovar, not. Melo, liv. 1176-91, 22 de Dezembro de 1917, fls. 30 v.-35.
- ⁴⁶⁰ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Mourisca, liv. 242-51, fls. 1-2.
- ⁴⁶¹ ADAVR, Aveiro, not. Reis, liv. 1386-26, 31 de Dezembro de 1910, fls. 5-7 v.
- ⁴⁶² *Ibidem*.
- ⁴⁶³ «Fabrica de bolachas», *Campeão das Províncias*, n.º 6030, 21 de Janeiro de 1911, p. 2, c. 5.
- ⁴⁶⁴ «Nova firma», *Vitalidade*, n.º 824, 28 de Janeiro de 1911, p. 3, c. 4.
- ⁴⁶⁵ «Mais uma fabrica», *O Aveirense*, n.º 169, 19 de Fevereiro de 1911, p. 2, c. 1.
- ⁴⁶⁶ ADAVR, Aveiro, not. Reis, liv. 1386-26, 31 de Dezembro de 1910, fls. 5 v.-6 v.
- ⁴⁶⁷ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 820-181, 23 de Agosto de 1910, fls. 18 v.-19 v.
- ⁴⁶⁸ ADAVR, Aveiro, not. Reis, liv. 1385-25, 1 de Outubro de 1910, fls. 13 v.-16.
- ⁴⁶⁹ «Padre Manuel Ferreira Félix», *O Democrata*, n.º 834, 7 de Julho de 1924, p. 2, c. 4.
- ⁴⁷⁰ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 523-99, 28 de Outubro de 1920, fl. 10-15. *Itálico meu*.
- ⁴⁷¹ «Padaria Flor de Aveiro», *O Brado*, n.º 1, 23 de Novembro de 1910, p. 4.
- ⁴⁷² Cristóvão de Pinho Queimado, *Memoria sobre a villa de Aveiro*, 1937, p. 93). Em 1707, o P.^o António Carvalho da Costa repete o texto, certamente porque terá obtido de Pinho Queimado a informação sobre Aveiro (*Chorographia Portugueza*, vol. II, liv. I, 1707).
- ⁴⁷³ Marques Gomes, *Subsídios para a Historia de Aveiro*, 1899, p. 160.
- ⁴⁷⁴ Marques Gomes, *O Distrito de Aveiro [...]*, 1877, p. 290.
- ⁴⁷⁵ Eça de Queiroz, *Os Maias*, 1888, capítulo XI.
- ⁴⁷⁶ *Vide*, A. G. da Rocha Madail, «Querem comprar ovos-moles?», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, n.º 128, 1966, p. 34-436, e, também, Confraria de S. Gonçalo, *Ovos moles de Aveiro*, 2002.
- ⁴⁷⁷ *Povo de Aveiro*, n.º 727, 12 de Abril de 1894, p. 3, c. 2 e ADAVR, Aveiro, not. Reis, liv. 1400-40, fl. 12 v.
- ⁴⁷⁸ Aníbal Gomes Ferreira Cabido, *Chorographia Industrial do Concelho de Aveiro*, 1911, p. 48.
- ⁴⁷⁹ *Catalogo-Almanach da Imprensa Aveirense. Edição para 1884*, 1883, 32.
- ⁴⁸⁰ ADAVR, Aveiro, not. Vieira, liv. 1028-121, 7 de Agosto de 1883, fl. 42 v.-43 v.
- ⁴⁸¹ «Confeitaria Gamellas», *O Aveirense*, n.º 18, 15 de Março de 1908, p. 3, c. 2. *Itálico meu*.
- ⁴⁸² AMA, *Livro do registo de estabelecimentos e indústrias, 1934-1936*, liv. 1381.
- ⁴⁸³ Alberto Sousa Lamy, *Monografia de Ovar*, vol. 2, 2001, p. 31 e 35-36.
- ⁴⁸⁴ Aníbal Gomes Ferreira Cabido, *Chorographia Industrial do Concelho de Aveiro*, 1911, p. 8.
- ⁴⁸⁵ *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1919, 1922*, p. 50.
- ⁴⁸⁶ «A Confeitaria Mourão», *Campeão das Províncias*, n.º 6658, 27 de Setembro de 1919, p. 2, c. 5-6.

- ⁴⁸⁷ *Ibidem*.
- ⁴⁸⁸ «Indústria vareira», *O Ideal Vareiro*, n.º 33, 6 de Junho de 1917, p. 1, c. 2.
- ⁴⁸⁹ Cf. «Pasteis d'Águeda», *Soberania do Povo*, n.º 3991, 18 de Maio de 1918, p. 3, c. 5.
- ⁴⁹⁰ «Confeitaria e Pastelaria Central», *O Democrata*, n.º 639, 4 de Setembro de 1920, p. 2, c. 2.
- ⁴⁹¹ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1707-42, 28 de Janeiro de 1924, fls. 80-82. *Vide*, também, *O Debate*, n.º 93, 8 de Fevereiro de 1924, p. 3, c. 3-5.
- ⁴⁹² ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1707-42, 28 de Janeiro de 1924, fl. 80-82.
- ⁴⁹³ «Nova indústria», *Campeão das Províncias*, n.º 5393, 2 de Novembro de 1904, p. 2, c. 6.
- ⁴⁹⁴ «Chocolate», *Campeão das Províncias*, n.º 5399, 23 de Novembro de 1904, p. 3, c. 1.
- ⁴⁹⁵ «Fabrica de refinação de assucar», *Soberania do Povo*, n.º 2069, 4 de Junho de 1899, p. 2, c. 4.
- ⁴⁹⁶ «Empresa Central Portuguêsa, Lda.», *O Democrata*, n.º 809, 29 de Dezembro de 1923, p. 1, c. 5.
- ⁴⁹⁷ ADAVR, Viseu, not. Maldonado, liv. 1288-302, 7 de Julho de 1921, fls. 59 v. e ss.
- ⁴⁹⁸ «Empresa Central Portuguesa», *O Democrata*, n.º 811, 19 de Janeiro de 1924, p. 2, c. 2.
- ⁴⁹⁹ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 552-128, 7 de Novembro de 1923, fls. 75-80 v.
- ⁵⁰⁰ ACAM, *Actas do Conselho de Administração [...]*, Sessão de 7 de Julho de 1927, p. 90-91.
- ⁵⁰¹ *Idem*, Sessão de 7 de Julho de 1927, p. 91.
- ⁵⁰² *Idem*, Sessão de 3 de Agosto de 1927, p. 94-95 e «Falência», *O Povo de Aveiro*, n.º 15, 7 de Agosto de 1927, p. 2, c. 5.
- ⁵⁰³ *Idem*, Sessão de 25 de Setembro de 1927, p. 97.
- ⁵⁰⁴ *Idem*, Sessão de 21 de Outubro de 1927, p. 99.
- ⁵⁰⁵ *Idem*, Sessão de 21 de Março de 1928, p. 106.
- ⁵⁰⁶ «Empresa Central Portuguesa, L.da», *O Povo de Aveiro*, n.º 196, 22 de Março de 1931, p. 2, c. 5.
- ⁵⁰⁷ ADAVR, Aveiro, not. Reis, liv. 1469-109, 26 de Maio de 1925, fls. 72-76.
- ⁵⁰⁸ ADAVR, Aveiro, not. Reis, liv. 1470-110, 22 de Junho de 1925, fls. 11-15.
- ⁵⁰⁹ Augusto Ruela, *A chicoria para café (nas proximidades de Aveiro)*, 1915, p. 15-17.
- ⁵¹⁰ *Idem, op. cit.*, p. 19. Carlos Vidal Coelho de Magalhães afirma que a cultura da chicória fora «iniciada há meio século pelo falecido Coronel Fernando Rego, não sabendo eu se teria sido ele quem a introduziu no Continente: o que sei é que alcançou um grande incremento, constituindo, durante bastantes anos, uma das principais fontes de riqueza desta localidade» (*idem*, «A antiga vila de Eixo [...]», 1960, p. 277-278). *Vide*, também, João Gonçalves Gaspar, *Eixo na História*, 1998, p. 212-213.
- ⁵¹¹ Augusto Ruela, *A chicoria para café [...]*, 1915, p. 18.
- ⁵¹² «A cultura da chicória», *Independência de Águeda*, n.º 692, 29 de Abril de 1916, p. 3, c. 5-6.
- ⁵¹³ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1074-1, fls. 8 v.-12 v.
- ⁵¹⁴ Sobre a «magna questão das subsistências», desses anos, *vide* Maria Alice Samara, *Verdes e Vermelhos: Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais*, 2002, p. 61-73. *vide*, também, Rui Ramos, *A segunda fundação (1890-1926)*, 1994, p. 597-618.

- ⁵¹⁵ «O milho», *O Democrata*, n.º 416, 7 de Abril de 1916, p. 2, c. 6.
- ⁵¹⁶ «O milho», *O Democrata*, n.º 463, 9 de Março de 1917, p. 2, c. 2.
- ⁵¹⁷ Cf. «Vida economica», *O Nauta*, n.º 563, 3 de Junho de 1916, p. 3, c. 2-3.
- ⁵¹⁸ Cf. Vasco Pulido Valente, *Tentar perceber*, 1983, especialmente p. 182-197.
- ⁵¹⁹ António José Telo, *O sidonismo e o movimento operário português* [...], 1977, p. 111 e *idem*, «A busca frustrada do desenvolvimento», 1990, p. 145.
- ⁵²⁰ «A chicoria», *Soberania do Povo*, n.º 2063, 14 de Maio de 1899, p. 2, c. 4.
- ⁵²¹ ADAVR, Aveiro, not. Gaspar, liv. 1209-29, fls. 24-28.
- ⁵²² Augusto Ruela, *A chicoria para café* [...], 1915, p. 19, 27 e 30.
- ⁵²³ «A chicoria», *A Razão*, n.º 1, 20 de Abril de 1916, p. 1, c. 5-6.
- ⁵²⁴ «Plantação de chicoria», *A Discussão*, n.º 1116, 18 de Março de 1917, p. 3, c. 1 e ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 500-76, fls. 15 v.-17 v.
- ⁵²⁵ A freguesia de Oliveirinha foi criada pelo Decreto de 2 de Maio de 1849.
- ⁵²⁶ *Anuario Commercial de Portugal*, vol. II, 1905, p. 1596.
- ⁵²⁷ *Anuario Commercial de Portugal*, vol. II, 1930, p. 2258.
- ⁵²⁸ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 500-76, fls. 15 v.-17 v. Augusto Rego fez-se representar.
- ⁵²⁹ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 500-76, fls. 42-46 v. Augusto Rego fez-se representar.
- ⁵³⁰ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1150-77, fls. 46 v.-48 v. *Itálico* meu.
- ⁵³¹ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 872-233, fls. 44 v.-46 v.
- ⁵³² ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 835-196, fls. 42 v.-43 v.
- ⁵³³ «A cultura da chicoria», *Independência de Águeda*, n.º 692, 29 de Abril de 1916, p. 3, c. 5-6.
- ⁵³⁴ «A chicoria», *Soberania do Povo*, n.º 2063, 14 de Maio de 1899, p. 2, c. 4.
- ⁵³⁵ *Ibidem*. *Itálicos* meus.
- ⁵³⁶ Cf. Maria Alice Samara, *Verdes e Vermelhos: Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais*, 2002, p. 62. Localmente, a imprensa fornece um significativo número de testemunhos desse mal-estar contra os novos-ricos.
- ⁵³⁷ «Sem pão», *Campeão das Províncias*, n.º 6527, 31 de Março de 1917, p. 1, c. 3-4.
- ⁵³⁸ «A chicoria», *A Razão*, n.º 1, 20 de Abril de 1916, p. 1, c. 5-6.
- ⁵³⁹ «A cultura da chicoria», *O de Aveiro*, n.º 18, 9 de Julho de 1916, p. 4, c. 1-3. Este artigo é transcrito em Março do ano seguinte em *O Nauta*, de Ílhavo (Cf. «A cultura da chicoria», *O Nauta*, n.º 595, 11 de Março de 1917, p. 1, c. 1-2).
- ⁵⁴⁰ «Chicoria», *O Nauta*, n.º 597, 11 de Março de 1917, p. 1-2. *Itálicos* meus. Dias depois, o mesmo artigo é publicado nas páginas de *O de Aveiro* (25 de Março de 1917, n.º 54, p. 3, c. 3-4).
- ⁵⁴¹ Francisco Homem Cristo é sócio da firma Cristo, Rocha, Miranda & Companhia, desde 11 de Maio de 1903, como viria a integrar o grupo fundador da Companhia Aveirense de Moagens, constituída em 28 de Outubro de 1920 (Cf. ADAVR, Aveiro, not. Peixinho, liv. 1244-17, fls. 44 v.-49 v.; *idem*, Aveiro, not. Silva, liv. 111-43, fls. 27 v.-30 v. e *idem*, Aveiro, not. Magalhães, liv. 523-99, fls. 10-15).

- ⁵⁴² «A chicoria», *O de Aveiro*, n.º 56, 8 de Abril de 1917, p. 3, c. 2. *Itálico* meu.
- ⁵⁴³ «A cultura da chicoria», *Independência de Águeda*, n.º 692, 29 de Abril de 1916, p. 3, c. 5-6.
- ⁵⁴⁴ «Vida economica», *O Nauta*, n.º 563, 3 de Junho de 1916, p. 3, c. 2-3. *Itálico* meu.
- ⁵⁴⁵ Alberto Sousa Lamy, *Monografia de Ovar* [...], 2.ª ed., vol. 3, 2001, p. 13-14. *Itálico* meu.
- ⁵⁴⁶ «Chicoria», *Distrito de Aveiro*, n.º 83, 24 de Outubro de 1917, p. 2, c. 6.
- ⁵⁴⁷ Cf. «Colheitas», *Vitalidade*, n.º 128, 12 de Setembro de 1897, p. 2, c. 4 e «O iate “Silva Guerra”», *Povo de Aveiro*, n.º 294, 26 de Março de 1905, p. 3, c. 3.
- ⁵⁴⁸ Este semanário não apresenta as fontes dos valores indicados («A chicoria», *Campeão das Províncias*, n.º 6524, 10 de Março de 1917, p. 1, c. 4-5).
- ⁵⁴⁹ «A chicoria», *Campeão das Províncias*, n.º 6524, 10 de Março de 1917, p. 1, c. 4-5. *Vide*, também, «A chicória», *Correio de Aveiro*, n.º 316, 17 de Fevereiro de 1917, p. 1, c. 5-6. *Itálico* meu. Este periódico deixou testemunho do trânsito da chicória cultivada em terrenos da cidade: «Passam-nos aqui à porta, diariamente, dezenas de carros carregados de chicória, que segue para a Vera Cruz, antiga igreja, onde é limpa de folha e preparada para seca, em Eixo» («A chicoria», *Campeão das Províncias*, n.º 6523, 3 de Março de 1917, p. 1, c. 3).
- ⁵⁵⁰ «Plantação de chicoria», *A Discussão*, n.º 1116, 18 de Março de 1917, p. 3, c. 1.
- ⁵⁵¹ «A chicoria», *O Ideal Vareiro*, n.º 27, 25 de Abril de 1917, p. 3, c. 2-3.
- ⁵⁵² «A chicoria», *A Discussão*, n.º 1117 (25 de Março de 1917, p. 1, c. 2-3) e n.º 1121 (29 de Abril de 1917, p. 3, c. 2-3).
- ⁵⁵³ «A chicoria», *O Ideal Vareiro*, n.º 27, 25 de Abril de 1917, p. 3, c. 2-3 e «A chicoria», *Campeão das Províncias*, n.º 6528, 7 de Abril de 1917, p. 1, c. 4-5.
- ⁵⁵⁴ «A chicoria», *Campeão das Províncias*, n.º 6532, 5 de Maio de 1917, p. 1, c. 2-4.
- ⁵⁵⁵ A. H. de Oliveira Marques, *O terceiro governo de Afonso Costa – 1917 (Actas dos conselhos de ministros)*, 1977, p. 45.
- ⁵⁵⁶ O art.º 1.º pretendia reduzir a área de cultivo a metade. Os quatro artigos seguintes, obrigando os agricultores ao preenchimento de um complexo requerimento ao Governo Civil, criavam tantas barreiras burocráticas que inviabilizavam, na prática, o cultivo daquela planta; o artigo sexto ameaçava com o arranque das sementeiras consideradas ilegais. Com o art.º 7.º, o legislador faz «de qualquer cidadão» um delator, oferecendo 50% das multas, mesmo que se tratasse de um funcionário do Estado! O art.º 8.º determinava que «as fábricas de manipulação do produto» fossem «colectadas na classe das de refinação de açúcar» («A chicoria», *Campeão das Províncias*, n.º 6532, 5 de Maio de 1917, p. 1, c. 2-4).
- ⁵⁵⁷ «Questões regionais. Nos campos de Aveiro. Para que haja o pão quotidiano torna-se instante a guerra à chicória», *A Pátria*, n.º 474, p. 1, c. 1-4, e, com o mesmo título, *Campeão das Províncias*, n.º 6535, 26 de Maio de 1917, p. 1, c. 1-3.
- ⁵⁵⁸ Augusto Ruela, *A chicoria para café* [...], 1915, p. 19.
- ⁵⁵⁹ «A chicoria», *Campeão das Províncias*, n.º 6537, 9 de Junho de 1917, p. 1, c. 2.
- ⁵⁶⁰ *Sublinhado* meu.
- ⁵⁶¹ Cf. A. H. de Oliveira Marques, *O Terceiro Governo de Afonso Costa* [...], 1977, p. 142.
- ⁵⁶² Entre outros, cito o *Campeão das Províncias* n.º 6537 (19 de Junho de 1917, p. 1, c. 2), n.º 6538 (26 de Junho de 1917, p. 1, c. 5).

- ⁵⁶³ «A chicoria», *Campeão das Províncias*, n.º 6554, 6 de Outubro de 1917, p. 2, c. 1.
- ⁵⁶⁴ «A chicoria», *Campeão das Províncias*, n.º 6555, 13 de Outubro de 1917, p. 1, c. 1-2 e «Chicoria», *O de Aveiro*, n.º 82, 14 de Outubro de 1917, p. 2, c. 2.
- ⁵⁶⁵ «Chicoria», *Distrito de Aveiro*, n.º 82, 14 de Outubro de 1917, p. 2, c. 2.
- ⁵⁶⁶ «A chicoria», *Campeão das Províncias*, n.º 6555, 13 de Outubro de 1917, p. 1, c. 1-2.
- ⁵⁶⁷ «A chicoria», *O de Aveiro*, n.º 83, 14 de Outubro de 1917, p. 2, c. 6.
- ⁵⁶⁸ «Chicoria», *O de Aveiro*, n.º 82, 14 de Outubro de 1917, p. 2, c. 2. *Sublinhado* deste periódico.
- ⁵⁶⁹ «Chicoria», *O de Aveiro*, n.º 83, 21 de Outubro de 1917, p. 3, c. 2.
- ⁵⁷⁰ «Incêndio», *Vitalidade*, n.º 508, 7 de Janeiro de 1905, p. 3, c. 1-2.
- ⁵⁷¹ «Pavoroso incêndio», *O Democrata*, n.º 311, 27 de Fevereiro de 1914, p. 2, c. 2.
- ⁵⁷² «Princípio de incêndio», *O Democrata*, n.º 455, 12 de Janeiro de 1917, p. 3, c. 5.
- ⁵⁷³ «Alarme», *O Democrata*, n.º 496, 26 de Outubro de 1917, p. 2, c. 1.
- ⁵⁷⁴ «Fabrica incendiada», *O Correio de Estarreja*, n.º 835, 3 de Novembro de 1917, p. 3, c. 4.
- ⁵⁷⁵ «Incêndio», *O Democrata*, n.º 611, 21 de Fevereiro de 1920, p. 2, c. 1.
- ⁵⁷⁶ ADAVR, Aveiro, not. Reis, liv. 1438-78, 22 de Dezembro de 1920, fls. 34-35 v.
- ⁵⁷⁷ Augusto Ruela, *A chicoria para café* [...], 1915, p. 69.
- ⁵⁷⁸ «A chicoria», *Campeão das Províncias*, n.º 6556, 30 de Outubro de 1917, p. 1, c. 1-2.
- ⁵⁷⁹ A., «A chicoria», *O de Aveiro*, n.º 85, 4 de Novembro de 1917, p. 3, c. 5.
- ⁵⁸⁰ «Chicoria», *O Ideal Vareiro*, n.º 62, 26 de Dezembro de 1917, p. 3, c. 3). *Vide*, também, entre outros, «A chicoria», *O Concelho de Estarreja*, n.º 851, 23 de Fevereiro de 1918, p. 2, c. 2. e *idem*, n.º 854, 16 de Março de 1918, p. 2, c. 2.
- ⁵⁸¹ Cf. «Chicoria», *Distrito de Aveiro*, n.º 103, 3 de Janeiro de 1918, p. 2, c. 5; «A chicoria», *O Correio de Aveiro*, n.º 342, 6 de Abril de 1918, p. 2, c. 1-2; «A chicoria», *O Concelho de Estarreja*, n.º 851, 23 de Fevereiro de 1918, p. 2, c. 2 e «Chicoria», *O Democrata*, n.º 516, 22 de Março de 1918, p. 1, c. 3.
- ⁵⁸² Transcrito em «A chicoria», *O Concelho de Estarreja*, n.º 851, 23 de Fevereiro de 1918, p. 2, c. 2.
- ⁵⁸³ «A chicoria», *Distrito de Aveiro*, n.º 103, 3 de Março de 1918, p. 2, c. 5.
- ⁵⁸⁴ Segundo Alberto Sousa Lamy, o projecto de Lei «destinado a restringir a cultura da chicória», foi aprovado pelo Decreto n.º 3971, de 24 de Março de 1918, «sem prévia licença do Ministro da Agricultura» (*Idem*, *Monografia de Ovar* [...], 2.ª ed., vol. 3, 2001, p. 13).
- ⁵⁸⁵ «A chicoria», *O Concelho de Estarreja*, n.º 857, 6 de Abril de 1918, p. 2, c. 1-2 e «A chicoria», *O Correio de Aveiro*, n.º 345, 20 de Abril de 1918, p. 2, c. 4-5.
- ⁵⁸⁶ «A chicoria», *O Concelho de Estarreja*, n.º 853, 9 de Março de 1918, p. 4, c. 1-2; *idem*, n.º 857, 6 de Abril de 1918, p. 2, c. 1-2 e «A cultura da chicoria», *Correio de Aveiro*, n.º 345, 20 de Abril de 1918, p. 2, c. 4-5.
- ⁵⁸⁷ «A chicoria», *O Concelho de Estarreja*, n.º 862, 11 de Maio de 1918, p. 2, c. 2.
- ⁵⁸⁸ *Ibidem*.
- ⁵⁸⁹ ADAVR, Ílhavo, not. Fragoso, liv. 426-160, fls. 21 v.-23 v.
- ⁵⁹⁰ João Vieira Resende, *Monografia da Gafanha*, 1944, p. 72.

⁵⁹¹ António José Telo, *O sidonismo e o movimento operário português* [...], 1977, p. 167-173 e Vasco Pulido Valente, *Estudos sobre a crise nacional*, 1980, p. 254-263.

⁵⁹² Augusto Ruela, *A chicoria para café* [...], 1915, p. 27.

⁵⁹³ *Ibidem*.

⁵⁹⁴ *Idem, op. cit.*, p. 57-58.

⁵⁹⁵ *Idem, op. cit.*, p. 68.

⁵⁹⁶ Segundo o *Anuário Comercial de Portugal*, a torrefacção de café, em Aveiro, era assegurada, em 1920, por Maria Ferreira Leite (*idem*, vol. II, 1920, p. 1828); em 1924 (*idem*, vol. II, 1924, p. 1991), esta tem a concorrência local da efémera Empresa Central Portuguesa, Limitada (1915-1924) e em 1929, o *Anuário* indica Francisco José Pais como o único a fazer torrefacção de café (*idem*, vol. II, 1929, p. 2249).

⁵⁹⁷ «A exposição do Rio de Janeiro [...]», *O Democrata*, n.º 720, 8 de Abril de 1922, p. 1, c. 3-4. *Itálico* meu.

⁵⁹⁸ «A exposição do Rio de Janeiro», *O Democrata*, n.º 722, 22 de Abril de 1922, p. 1, c. 5.

⁵⁹⁹ «Um assalto e roubo», *O Democrata*, n.º 673, 7 de Maio de 1921, p. 2, c. 2.

⁶⁰⁰ «Incêndio», *O Debate*, n.º 218, 3 de Fevereiro de 1927, p. 2, c. 1.

⁶⁰¹ «Novas industrias», *Campeão das Províncias*, n.º 6158, 14 de Agosto de 1912, p. 2, c. 4.

⁶⁰² *An Act of Codd. Codd Bottles in America?* [em linha], 2002 [consult. Dezembro de 2006], Digger Odell Publications. Disponível em [www: <http://www.bottlebooks.com/Codd/an_act_of_codd.htm>](http://www.bottlebooks.com/Codd/an_act_of_codd.htm) e Wayne Gilbert, «The unusual codd bottle», *Southeastern Antiquing and Collecting Magazine* [em linha], 2003, [consult. Dezembro de 2006]. Disponível em [www: <http://www.go-star.com/antiquing/codd.htm>](http://www.go-star.com/antiquing/codd.htm).

⁶⁰³ José M. Amado Mendes, *Santos Barosa. 100 anos no vidro, 1889-1989*, 1992, p. 105. *Vide*, também, António Pita, *Garrafa de pirolito* [Santos Barosa]. *Fábrica de Refrigerantes de Olímpio G. Novo, Castelo de Vide*, 1930(?) - 1975 [em linha], Abril de 2000, Câmara Municipal de Castelo de Vide [consult. Dezembro de 2006]. Disponível em [www: <http://www.alentejodigital.pt/arqueologiacv/pirolito.htm>](http://www.alentejodigital.pt/arqueologiacv/pirolito.htm).

⁶⁰⁴ *Apud Dicionário Electrónico Houaiss da Língua Portuguesa*, 2003.

⁶⁰⁵ «Bom emprego de capital. Fabrica», *Jornal de Albergaria*, n.º 584, 15 de Setembro de 1923, p. 2, c. 4. A fábrica de José dos Santos Barosa começou a fabricar pirolitos em meados de 1922 (José M. Amado Mendes, *Santos Barosa. 100 anos no vidro, 1889-1989*, 1992, p. 107). *Itálico* meu.

⁶⁰⁶ «Nova fabrica», *Povo de Aveiro*, n.º 194, 26 de Abril de 1903, p. 2, c. 4. *Itálico* meu.

⁶⁰⁷ [Sem título], *Campeão das Províncias*, n.º 5380, 17 de Setembro de 1904, p. 1, c. 3.

⁶⁰⁸ ADCB, Castelo Branco, not. França, liv. 86, fls. 40 v.-42 v.

⁶⁰⁹ «Pirolitos», *O Nauta*, n.º 49, 1 de Setembro de 1905, p. 4, c. 4. *Itálicos* meus.

⁶¹⁰ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 797-158, fls. 37-38 v.

⁶¹¹ «Fábrica de Pirolitos», *Campeão das Províncias*, n.º 5740 (1 de Abril de 1908, p. 4, c. 6) e n.º 5751 6 de Maio de 1908, p. 4, c. 2). *Itálicos* meus.

⁶¹² «Pirolitos e gazosas», *Campeão das Províncias*, n.º 5881, 7 de Agosto de 1909, p. 2, c. 2. Sobre esta unidade, *vide* Aníbal Gomes Ferreira Cabido, *Chorographia do concelho de Espinho*, 1911. Este trabalho foi publicado em *Espinho. Boletim Cultural*, vol. II, n.º 5-6, 1980.

- ⁶¹³ ADAVR, Aveiro, not. Reis, liv. 1396-36, 29 de Janeiro de 1914, fls. 1-4 v.
- ⁶¹⁴ *Ibidem*.
- ⁶¹⁵ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1148-75, 28 de Março de 1914, fls. 2-3 v.
- ⁶¹⁶ *Ibidem*.
- ⁶¹⁷ ADAVR, Aveiro, not. Reis, liv. 1404-44, 12 de Abril de 1916, fls. 82-84 v.
- ⁶¹⁸ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1092-7, 9 de Maio de 1901, fls. 8-9 v.
- ⁶¹⁹ *Ibidem*
- ⁶²⁰ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1095-10, 19 de Maio de 1902, fls. 35 v.-37 v.
- ⁶²¹ *Idem*, fls. 36 v.-37.
- ⁶²² «Fabrica de destilação», *Jornal de Albergaria*, n.º 214, 26 de Junho de 1915, p. 2, c. 5.
- ⁶²³ «Fabrica de destilação», *Jornal de Albergaria*, n.º 226, 18 de Setembro de 1915, p. 3, c. 1.
- ⁶²⁴ «Bom emprego de capital. Fabrica», *Jornal de Albergaria*, n.º 584, 15 de Setembro de 1923, p. 2, c. 4.
- ⁶²⁵ ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 907-306, 20 de Novembro de 1922, fls. 79 v.-82 v.
- ⁶²⁶ ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 909-308, 23 de Fevereiro de 1924, fls. 87 v.-92 v. Esta escritura é transcrita em «Constituição de sociedade», *O Ideal Vareiro*, 12, 19 de Março de 1933, p. 9 e 11. *Itálico* meu.
- ⁶²⁷ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1708-43, 6 de Março de 1924, fls. 54-56.
- ⁶²⁸ *Ibidem*. *Itálicos* meus.
- ⁶²⁹ «Nova industria», *O Brado*, n.º 15, 27 de Fevereiro de 1911, p. 3, c. 3.

CAPÍTULO 3

TECELAGEM, CURTUMES, MADEIRA, CORTIÇA E PAPEL

Este capítulo reforça a ideia deixada clara pelo anterior: a actividade industrial depende estreitamente da abundância de matérias-primas agrícolas e florestais e da proximidade do caminho-de-ferro. Contudo, apesar de escassa, a informação disponível sobre a Companhia de Curtumes do Antuã, a Fábrica de Papel de Vale Maior e a Fábrica de Pasta de Papel do Caima permite afirmar que é nestas empresas que vemos emergir as primeiras manifestações da empresa moderna, especialmente na última, fundada, em 1888, pela firma londrina The Caima Thimber Estate and Wood Pulp Company, Limited.

Algumas das restantes unidades fabris de curtumes, as de serração e aplainamento de madeira, de um modo geral equipadas com máquinas a vapor, adquiriram uma importância que ultrapassa largamente os limites estreitos dos concelhos em que foram erigidas.

Já a tecelagem, a produção de chapéus, o fabrico de rolhas ou a produção de calçado não conseguiram criar raízes nesta sub-região. De outro modo, a cordoaria e a tanoaria, herdeiras dos modelos organizativos do Antigo Regime, não se adaptaram ao mundo industrial. Incapazes de se mecanizarem e de diversificarem os seus produtos, procurando novos mercados, afundaram-se na irrelevância com as actividades que as sustentaram e que integravam o *cluster* da pesca costeira pelo sistema de xávegas (como a construção naval, o fabrico de redes e de tecido para as velas). Até nem se pode dizer que os «cercos americanos» e a pesca de arrasto a vapor chegaram de surpresa. No final de Oitocentos, já era evidente que o futuro não passaria pela pesca tradicional. A I Guerra Mundial deu-lhe o golpe final.

1. A tecelagem

Nos seus *Apontamentos*, o historiador e memorialista aveirense José R. Rangel de Quadros Oudinot deixou uma referência breve à «Fábrica do Lucatel», afirmando que o italiano João Baptista Lucatelli, seu bisavô, viera «para Aveiro em 1765, para fundar uma fábrica de tecidos e estampanaria de algodão, para o que era muito perito e havia tido grandes estudos de Química»¹.

Como mostrou Inês Amorim, Locatelli obteve, em 1769, «a exclusividade do ensino do cardar e fiar algodão, em rama, assim como de todo o algodão a consumir no Reino, por espaço de 10 anos [...]» e outros privilégios, consignados no alvará de 18 de Agosto de 1769, fixando-se em Aveiro, em 1771, para montar uma fábrica de algodão que funcionava como «centro de actividades artesanais»². (Num estudo posterior, esta historiadora afirma que, pelo menos em 1783, Locatelli vivia em S. Pedro de Alcântara, em Lisboa³). A fábrica terá suscitado o aparecimento de um elevado número de tecedeiras espalhadas por Vagos e Ílhavo; em 1802, quando a empresa já se debatia com grandes dificuldades de escoamento dos seus produtos, o regedor terá apurado 481 pessoas⁴.

Mas, pelas razões que Inês Amorim aventa, desaparecida a fábrica, entre a primeira e a segunda década de Oitocentos, «não ficou vestígio de continuidade»⁵. A *Relação das fábricas e oficinas do distrito de Aveiro*, respeitante aos concelhos de Vagos e Ovar, em 1855, apenas assinala a existência de oficinas de telha e tijolo e de louça vermelha, não deixando qualquer referência a fiandeiras. Já *As informações para a Estatística Industrial* no distrito de Aveiro, concluídas em 1865, dão conta da existência, em todo o distrito, de um elevado número de «teares à mão»: 1818, 444 dos quais situados nos municípios desta sub-região⁶. O maior número de teares foi apurado nos concelhos de Oliveira de Azeméis (647), Anadia (188) e Feira (167). Contudo, se hierarquizarmos os concelhos pela relação entre o número de teares e o número de habitantes, veremos que, depois de Oliveira de Azeméis e Anadia, onde havia um tear por 40 e 77 pessoas, respectivamente, Vagos, com 94 teares, ocupava o terceiro lugar, com um tear por 77 habitantes, à frente da Feira, onde a relação era de um tear por cada 244 habitantes.

Se estes dados não permitem estabelecer qualquer correlação directa com a actividade das tecedeiras referidas por Inês Amorim, a análise das informações reunidas por Francisco de Paula Campos e Oliveira, em 1865, afastam qualquer tentativa nesse sentido. Atentemos nos valores do quadro n.º 3.1.

Não foi possível saber o tempo de laboração dos teares; pelo menos os piões, em Albergaria-a-Velha, trabalhavam «quatro a seis meses durante o ano»⁷.

Contudo, os dados mais interessantes não dizem tanto respeito à reduzida dimensão da oferta, mas à compartimentação municipal do consumo, bem visível até na variação dos preços. Note-se, por exemplo, que, em Albergaria-a-Velha, o preço do metro de serguilha é muito superior ao que se vendia em Ílhavo; e o mesmo se verifica se confrontarmos o preço da estopa naquele concelho com o preço praticado em Vagos.

Os 25 678 metros de serguilha, linho e estopa produzidos no concelho de Aveiro eram, na sua maior parte, «para uso próprio dos lavradores e suas famílias, vendendo-se algumas quantidades dos diferentes tecidos pelos preços» indicados⁸. Situação próxima verificava-se igualmente em Estarreja, onde era «vendida mais de metade de cada um dos mencionados produtos pelas feiras do concelho e dos concelhos próximos [...]». Neste município, o linho era vendido de 300 a 800 réis. «Além dos tecidos acima mencionados, tecem-se anualmente mais de 100 mantas e 2000 cintas, que se vendem pelos preços de 4\$500 réis cada manta e \$800 réis cada cinta. Fazem-se à agulha mais de 200 camisolas e 300 barretes, sendo os preços destes a \$350 réis cada e daquelas a 1\$000 réis, preços médios»⁹.

Quadro 3.1 Produção de teares e pisões da sub-região da ria de Aveiro, 1865

Concelhos	Teares				Pisões	
	Burel	Serguilha	Linho	Estopa	Burel	Serguilha
Águeda	11 934 m	8 000 m	10 934 m	9 000 m	12 934 m	20 000 m
(69 teares)	\$540/m	\$300/m	\$300/m	\$180/m	–	–
Albergaria-a-Velha	3 250 m	9 750 m	26 000 m	32 500 m	24 120 m	27 000 m
(42 teares)	\$410/m	\$220/m	\$320/m	\$210/m	\$010/m	\$013/m
Aveiro	–	5 000 m	14 400 m	6 278 m	–	–
(46 teares)	–	\$350/m	\$360/m	\$200/m	–	–
Estarreja	2 500 m	3 000 m	12 000 m	6 000 m	–	–
(94 teares)	\$350/m	\$400/m	\$550/m	\$180/m	–	–
Ílhavo	–	10 000 m	8 800 m	9 000 m	–	–
(65 teares)	–	\$480/m	\$300/m	\$200/m	–	–
Ovar	–	2 260 m	11 966 m	9 085 m	–	–
(35 teares)	–	\$240/m	\$270/m	\$140/m	–	–
Vagos	–	618 m	2 500 m	1 300 m	–	–
(94 teares)	–	\$240/m	\$270/m	\$140/m	–	–

Fonte: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Em Ílhavo, não era muito diferente, pois uma «parte dos tecidos é vendida nas feiras do mesmo concelho e ainda nas de Vagos e Aveiro»¹⁰. Em Ovar, em vez de serguilha, era fabricado um produto aparentado, o paratudo, mas aqui apenas uma pequena parte destes produtos era vendida «em algumas feiras do concelho», embora o pano de linho e a estopa fossem «quase todos vendidos na feira da Alumieira e em Santo Amaro»¹¹.

Em Vagos, o burel, a serguilha e o linho eram então «considerados como produtos de uma indústria caseira, pois 90 dos teares são particulares e trabalham para as famílias e donas dos mesmos teares»¹². Aqui é mais evidente o autoconsumo destes produtos, mas, no conjunto, verificamos um fenómeno que David Justino bem caracterizou, o das difíceis condições de acesso ao mercado, situação que «fazia de Portugal um país em que a sua economia interna se achava fortemente compartimentada, regionalmente bloqueada [...]. Uma economia de mercados locais, um comércio que se circunscreve à curta distância, uma procura pulverizada incentivando o pequeno trato»¹³.

No tocante ao fabrico de esteiras, actividade disseminada especialmente nos concelhos de Estarreja e Ovar, apenas foi registada uma sociedade, entre dois indivíduos da vila vareira, válida por um ano. Em 11 de Março de 1872, foi constituída uma sociedade para o «fabrico e venda de esteiras e mais objectos análogos»¹⁴. A escritura, que não indica o valor do capital social – apenas é referida a entrada, em partes iguais, dos dois sócios –, acrescenta que os dois sócios viveriam na mesma casa, «mas no caso de se darem mal, ou as suas mulheres», alugar-se-ia uma outra casa para viver a família que se quisesse separar. É igualmente estipulado que seriam «empregadas, no trabalho e vendas, as mulheres dos outorgantes e, por isso, entrarão nos lucros e despesas que pertencerem a cada um dos outorgantes». O facto de os sócios quererem estabelecer a sede no Porto parece indicar exiguidade do mercado para esses produtos, em Ovar.

No *Inquérito Industrial de 1890* não há quaisquer referências a teares nos dois concelhos referidos, contudo, em 1896, numa carta ao Barão de Cadoro acerca da exposição alusiva à ria de Aveiro, pode-se ler que, entre as «indústrias» aqui existentes, contavam-se o fabrico de mantas de trapos e, em Ílhavo, a dos algodões¹⁵. Em Soza, Vagos, ainda existe na memória colectiva registo de que António Brito Pereira de Resende, fundador da Luzostela, terá tentado fundar uma fábrica de lanifícios, naquela freguesia¹⁶. Mas, na verdade, parece que, como Inês Amorim afirma, a fábrica de tecidos de Aveiro «não deixou rasto».

Em todo o período estudado, há notícia da fundação de apenas uma sociedade cujo objecto social era o «fabrico de tecidos de algodão e de lã e a sua respec-

tiva venda». Em 8 de Março de 1894, nasce, em Ovar, uma sociedade em comandita simples, sob a firma Bastos & Reis, com um prazo de validade de seis anos¹⁷. Os 3343\$000 réis de capital social eram assim distribuídos: o «comerciante» João da Silva Ferreira, sócio comanditário, entrou com 1967\$950 réis (58,87%) e o «proprietário» José Hermínio Marques de Oliveira Reis, «administrador e gerente», com 1200\$000, em dinheiro (35,9%), enquanto o «industrial» Silvério Lopes Bastos, «administrador e gerente», subscreveu os 5,24% restantes, isto é, 175\$250 réis, «em fazendas». A quota de João da Silva Ferreira era composta pela quantia de 1050\$000 réis, correspondente ao valor de «um prédio de casas e pertenças até ao muro que divide o quintal do mesmo outorgante, prédio onde vai ser instalada a respectiva fábrica, e o resto em algodão, fazendas, teares, maquinismo e mais acessórios», obrigando-se ainda «a deixar extrair água do poço que existe no mesmo quintal para o serviço da fábrica enquanto a sociedade não construir poço para esse fim».

Segundo o texto da escritura, «a sociedade é em comandita com relação ao primeiro outorgante [João da Silva Ferreira] e em nome colectivo com respeito aos segundos outorgantes». Nessa medida, estes eram «administradores e gerentes da sociedade, ficando, contudo, a direcção do fabrico a cargo do sócio José Hermínio Marques de Oliveira Reis e a direcção dos negócios externos da sociedade a cargo do sócio Silvério Lopes Bastos, que auxiliará aquele quando a acumulação do serviço da fábrica assim o exigir». Por outro lado, ficou estabelecido que, «por delegação expressa dos dois sócios gerentes», o sócio comanditário tomaria «a seu cargo a caixa, bem como a escrituração». Foi igualmente estipulado que ganhos e perdas seriam divididos «em oito partes, pertencendo uma oitava parte a João da Silva Ferreira e os restantes sete oitavos aos outro dois, em partes iguais».

Cerca de três meses depois, o «proprietário» José Hermínio Marques de Oliveira Reis abandona a sociedade, que se dissolve por «mútuo acordo», ficando «todo o activo e passivo da sociedade a cargo do comerciante João da Silva Ferreira, «a quem fica pertencendo não só o prédio em que está montada a fábrica, que é pertença sua, mas ainda todos os aprestes da mesma, assim como todos os algodões e fazendas ali existentes»¹⁸.

Acto contínuo, o «comerciante» João da Silva Ferreira, agora referido como «negociante», e o «industrial» Silvério Lopes Bastos, também identificado como «negociante», formam uma nova sociedade, desta feita de capital e indústria, sob a firma Ferreira & Bastos, cujo objecto social era o fabrico de tecidos de algodão¹⁹. Segundo Alberto Sousa Lamy era «uma fábrica de tecidos e tinturaria de algodões»²⁰. O capital social, no montante de 1950\$000, foi integralmente fornecido por João da Silva Ferreira, «sendo 500\$000 o valor da casa em que a fábrica se acha

montada, 650\$000 o valor do maquinismo e a restante importância, de 800\$000, em dinheiro, ficando assim este outorgante como sócio capitalista e o segundo como sócio trabalhador. A administração da sociedade, tanto interna como externa, fica a cargo do segundo outorgante, Silvério Lopes Bastos, excepto a admissão e demissão de operários, que será feita de comum acordo.

Ficou estabelecido que «os lucros e perdas» verificados «até ao dia 16 de Junho de 1894» seriam divididos em oito partes, pertencendo uma ao primeiro outorgante e sete ao segundo e, daquela data em diante, serão divididos em quatro partes, pertencendo uma ao primeiro outorgante e as restantes ao segundo».

Não foi possível saber se os dois sócios contrataram um substituto de Oliveira Reis, que, como refere a primeira escritura, tinha a seu cargo a «directão do fabrico»; o «industrial» e «negociante» Silvério Lopes Bastos – na verdade era um negociante, genro do sócio comanditário – tinha ficado responsável pela «directão dos negócios externos da sociedade». Não teria conhecimentos técnicos para dirigir o fabrico. A sociedade é dissolvida em 1 de Junho de 1896, ficando o activo e o passivo da firma a cargo de João da Silva Ferreira²¹, embora não se saiba quanto tempo durou mais e que dimensão tinha. Alberto Sousa Lamy afirma que esta fábrica, «situada na rua do Asilo, onde trabalhavam diariamente dezenas de mulheres e de crianças», foi encerrada em 1 de Junho de 1896²².

Durante o período estudado, o negociante João da Silva Ferreira esteve na fundação de mais cinco outras sociedades. Em 6 de Fevereiro de 1867, fundara com o comerciante Manuel Fernandes Ribeiro da Costa a sociedade Costa & Ferreira para a «Exploração de um estabelecimento de panos, fazendas e géneros», com sede em Ovar²³. Subscreveu então apenas 4,73% (116\$200) dos 2455\$880 réis de capital social. Em 3 de Maio de 1888, fundou uma «sociedade mercantil» de capital e indústria com Silvério Lopes Bastos, por certo seu «caixeiro» (donde a identificação inicial como «industrial») que viria a casar com uma sua filha (como genro desse «negociante», Lopes Bastos tornava-se socialmente «negociante» também)²⁴. O capital social de que João da Silva Ferreira dispôs então para a fundação desta sociedade foi de 3153\$260 réis. Contudo, a escritura estipulava que a sociedade só começaria «a vigorar no dia em que o segundo outorgante, Silvério Lopes Bastos, efectuar o casamento que tem contratado com a filha do primeiro outorgante». Não foi possível saber quando termina esta sociedade familiar. Nunca terá sido formalmente dissolvida ou, então, a sua dissolução é feita com outra designação. Em de Setembro de 1912, é dissolvida a «sociedade particular» João da Silva Ferreira & Neto, para a «revenda de artigos de pano de lã e algodão», passando a partir de então a ser gerida pelo seu neto, José Nunes Lopes²⁵.

Entretanto, em 1 de Junho de 1908, João da Silva Ferreira fundou, com Silvério Lopes Bastos, a sociedade comercial em nome colectivo João da Silva Ferreira & Companhia, com um capital social de 6157\$186, cujo objecto era a «compra e revenda de fazendas de lã e algodão e outros artigos»²⁶. A sociedade foi dissolvida em 28 de Janeiro de 1911; durou perto dos quatro anos do prazo de duração inicialmente previsto²⁷.

O projecto fracassado da fábrica de tecidos de Ovar, de 1894, de natureza familiar, parece-se com muitos outros que foi possível registar, nos três sectores, mas com maior incidência nos do comércio. Registo igualmente que, também neste caso, o fundador desta empresa industrial é um «negociante» e o capital foi formado no comércio de tecidos.

A venda de fazendas e outros tecidos de maior qualidade era assegurada por um muito numeroso grupo de negociantes e de comerciantes, a maior parte das vezes em nome individual. Mesmo assim, entre 1867 e 1928, foram registadas 55 sociedades (4 em Albergaria-a-Velha, 9 em Ovar, 11 em Estarreja, 13 em Águeda e 15 em Aveiro) para a revenda de tecidos de natureza diversa sob a designação genérica de fazendas. Esses negócios, nem sempre registados, faziam-se em estabelecimentos especializados ou não e nas feiras desta sub-região. Em 1862, Rangel de Quadros Oudinot afirmava que «onde há o principal comércio interno é nas feiras»²⁸. A crer em algumas das escrituras recenseadas, bem como nas breves informações dispersas pela imprensa local, ao longo de todo o período estudado, o comércio de porta aberta, especialmente de tecidos, coabitava com a presença regular em feiras e mercados, num raio de uma trintena de quilómetros. Em 1873, na escritura de trespasse de um estabelecimento comercial de Águeda – uma «loja de panos e outros artigos» –, é feita referência a um conjunto de «barracas das feiras»²⁹. Mas há mais testemunhos que provam que esse fenómeno se manteve durante a primeira metade do século XX. Em 1924, numa outra escritura de sociedade, pode-se ler que, no caso de dissolução, um dos sócios teria o direito a ficar com o estabelecimento comercial, sito na referida Praça da República, em Águeda, «e bem assim com *as barracas* que possui nos seguintes mercados: Beco, Fontinha, Oliveirinha, Palhaça, Oliveira do Bairro, Moita e Almas da Areosa»³⁰.

No início do século XX, uma família de comerciantes galegos, oriunda de Casemiro, próximo de Orense, radicou-se nesta sub-região, nomeadamente em Estarreja e Aveiro. Uns ficaram no Porto; outros seguiram para sul, fixando-se em Coimbra. Antes de se estabelecerem de «porta aberta», os Garcias andaram «na ambulância», ou como refere Assis Pacheco sobre os Galegos, em geral, andavam «no ofício». Percorriam o triângulo formado por Estarreja, Aveiro e Águeda, numa galera,

carroça puxada por cavalos, na qual transportavam os panos ou até a família. Mesmo com estabelecimento em Aveiro, Avelino Garcia fazia as feiras da região com os filhos – a de Oliveirinha, a 7 e 21; a da Vista Alegre, a 13; a da Palhaça, a 12 e a 29; a de Cantanhede, a 6 e a 20; a de Santo Amaro, a 15 e a 30, além dos mercados diários, como o de Oliveira do Bairro. Tal como os outros vendedores ambulantes, conheciam as feiras de cor. No início, deslocava-se numa galera, transportando a família. Mais tarde adquiriu uma Cheevrolet de caixa fechada, e, por fim, uma Dodge³¹.

São, pois, estas as únicas referências reunidas sobre a produção de têxteis. Se exceptuarmos a Fábrica de Tecidos de Aveiro, do último terço de Setecentos, e a fábrica «de tecidos de algodão e de lã», estabelecida em Ovar, sobre a qual não me foi possível saber mais, pode-se afirmar que esta sub-região nunca integrou a área do têxtil³². O *Inquérito Industrial de 1881* faz referência à fábrica de lanifícios de Palmaz, Oliveira de Azeméis, fundada em 1864, por Costas & Carvalho, que funcionava com as águas do Caima³³. Em 1919, havia em todo o país 437 «fábricas de tecidos» (98 no distrito do Porto, 80 no de Castelo Branco e 71 no da Guarda); o distrito de Aveiro contava com apenas 8 unidades, situadas na parte norte, isto é, na proximidade do distrito do Porto, portanto, integradas na Região Norte³⁴.

A produção de vestuário por medida não merece tratamento destacado. Os testemunhos disponíveis mostram tratar-se de uma actividade com «carácter doméstico» esmagador, como se lhe refere, igualmente de passagem, Ferreira Cabido, na sua corografia do concelho de Ílhavo, onde havia 10 pequenas «lojas»³⁵. O mesmo acontecia com o fabrico de bordados «feitos em tear, empregando linho, algodão, lã, tiras de trapo de diversas cores». Ainda segundo o mesmo autor, em Ílhavo, havia 14 estabelecimentos de padaria, «todos de pequena importância», 4 tamancarias e 50 casas de bordados, onde eram produzidas cobertas, toalhas, tapetes, passadeiras, etc.

Todo este trabalho era realizado a par das ocupações caseiras e da lavoura. No fabrico de vestuário, Ferreira Cabido afirma: «as fazendas são do freguês; o industrial só fornece linhas e botões»³⁶. Mas havia outros processos de exploração das alfaiatarias, cuja data é difícil de estabelecer. Em 7 de Janeiro de 1915, o «comerciante» Francisco de Pinho Camossa, em representação da firma Benjamim Camossa & Irmão, Sucessores (não registada) contrata os serviços de João José dos Santos, «alfaiate e chefe de atelier de alfaiataria», residente no Porto³⁷. Segundo a escritura desse contrato, válido por dois anos, o alfaiate portuense comprometia-se «a prestar os seus serviços com zelo, inteligência e assiduidade, com expediente da sua profissão, devendo entrar para o atelier às 8.30 h e sair às 19.30 h, com descanso de duas horas». Por sua parte, a firma Benjamim Camossa & Irmão, Suc-

sores comprometia-se a pagar um ordenado mensal de 40\$00, «em prestações de 10\$00 por semana, 3% do lucro da venda de todas as fazendas que do seu estabelecimento se gastarem no atelier e dois fatos e um sobretudo cada ano», como se comprometia ainda a dar-lhe 15 dias de licença anual e a pagar-lhe metade do ordenado estipulado no caso de doença».

De facto, muitas vezes, as alfaiatarias eram simultaneamente oficinas de vestuário e estabelecimentos comerciais, chegando algumas delas a publicar anúncios na imprensa local, onde enumeravam os seus serviços e os produtos que tinham à venda. Em 27 de Abril de 1908, *O Concelho de Estarreja* publicava um anúncio da Alfaiataria Godinho & Filho que tinha um «completo e variado sortimento de fazendas nacionais e estrangeiras, miudezas e artigos para homem, além de executar fatos e sobretudos de «pura lã», «pelos modelos mais exigentes da moda»³⁸. No início da década de 1921-1930, nasce, em Aveiro, uma sociedade por quotas, com um capital social de 12 contos repartido em partes iguais entre os três sócios fundadores, cujo objecto era assim indicado: «Comércio de alfaiataria com venda de fazendas e artigos inerentes ao género»³⁹. João de Deus Marques, a figura principal dessa sociedade, tanto é indicado como «comerciante» como «industrial». O contrato de arrendamento dos baixos de um prédio da rua João Mendonça, onde estava instalado «o estabelecimento e a oficina» da firma João de Deus Marques & Companhia, discrimina bem essa dual condição ao sublinhar a existência de uma porta interior «que separa o estabelecimento da oficina»⁴⁰. Mas esta sociedade, com duração indeterminada, durou apenas um ano⁴¹.

2. A cordoaria

Os dados fornecidos pelos inquéritos da segunda metade de Oitocentos permitem afirmar que havia cordoeiros em três concelhos do litoral, mas que, tanto em número como em dimensão, a produção de cordame se concentrava no concelho de Ovar, mormente na freguesia de Esmoriz e, em menor número, na de Cortegaça. De 1795 a 1834, há referência a oito cordoeiros, naquela primeira freguesia⁴². As provas documentais da actividade da cordoaria em Cortegaça permitem recuar até ao século XVII⁴³. Os cordoeiros de Cortegaça forneciam «as cordas e possivelmente as redes» para as companhas do Furadouro⁴⁴.

O número de cordoeiros cresceu ao longo do século com o incremento da pesca da sardinha. O P.^c Aires de Amorim recenseou mais de uma centena, entre 1828 e 1897, naquela primeira freguesia⁴⁵. Efectivamente, em 1867, foram arro-

lados, em todo o distrito de Aveiro, 79 cordoeiros e 6 cordoeiras⁴⁶. A esmagadora maioria era de Esmoriz; fora desta freguesia, laboravam, então, 4 cordoeiros em Aveiro, 2 em Ílhavo e 1 em Ovar. Em 1883, a capital de distrito só já contava com 3 cordoeiros⁴⁷ e, em 1890, nem sequer há referência a essa actividade. O concelho de Ílhavo mantinha os mesmos dois cordoeiros e o de Ovar contava com 18 cordoarias, em nome individual, que empregavam 145 «operários de todos os officios» e 35 «aprendizes de todos os officios»⁴⁸.

Como se depreende da informação daquele *Inquérito*, tratava-se de um núcleo de unidades fabris mais próximas da *oficina* do que da *fábrica*, apesar de o inquiridor as não ter classificado de «pequena indústria», como a outras, nomeadamente as cinco existentes a norte de Esmoriz⁴⁹. De resto, algumas vezes, as escrituras dão os dois termos como sinónimos⁵⁰. O *Inquérito Industrial de 1890* não faz qualquer menção ao capital fixo e circulante destas 18 empresas de Ovar, mas a quantidade do linho-cânhamo (procedente da Rússia) com que essas *fábricas* laboravam não deixa dúvidas sobre o carácter oficial das mesmas⁵¹. É certo que o *Inquérito* rotulou de «pequena indústria» as cinco cordoarias a norte de Esmoriz, que utilizavam linho de origem diversa, mas sublinho que as dezoito de Ovar declararam adquirir apenas 43,9 toneladas de linho-cânhamo, no valor de 7200\$000 réis, que, depois de transformadas, somavam 38,7 toneladas de cabos, no valor de 11 350\$000 réis, vendidos no mercado nacional⁵².

Dessas dezoito cordoarias, duas só trabalhavam 8 e 9 meses por ano (nas cinco cordoarias a norte de Esmoriz o trabalho era sazonal: produziam apenas durante 5 meses, como era comum nesta actividade. Cabe aqui referir que, no século XVII, os cordoeiros de Coimbra também interrompiam o trabalho oficial para agricultarem as terras⁵³. Contudo, as restantes cordoarias, com jornadas de trabalho entre as 8 h no Inverno e as 10 h, no Verão, laboravam cerca de 270-280 dias. Quatro dessas unidades empregavam 12-13 «operários de todos os officios», sem contar com os dois aprendizes presentes em todas elas, mas a maioria tinha apenas 6-8 operários⁵⁴. As duas cordoarias de Ílhavo declararam trabalhar 12 meses por ano, mas o número médio de dias de trabalho situava-se entre os 143 e os 293⁵⁵. Por fim, resta acrescentar que estas unidades, ainda segundo o referido inquérito industrial, não possuíam «motores» a vapor; apenas as duas cordoarias de Ílhavo possuíam «rodas mecânicas»⁵⁶.

Nos anos seguintes, as cordoarias foram sendo apetrechadas com maquinaria diversa, da qual nos ficaram escassas e brevíssimas referências na imprensa local. Em 11 de Abril de 1897, *O Ovarense* noticia a construção, na serralharia de António Ferreira, de uma máquina destinada à cordoaria de Joaquim Marques Rola, em

Cortegaça, com o fim de «torcer cabos de manilha ou outras quaisquer cordas grossas para as companhias de pesca»⁵⁷.

Geralmente, a documentação notarial não fornece informação sobre o número de trabalhadores empregados, a produção ou o equipamento instalado, no entanto, os elementos reunidos possibilitam uma visão da organização empresarial desta actividade. Atentemos pois, nos elementos que pude compendiar.

A primeira sociedade registada, tendo como objecto social o «fabrico de cordas», foi celebrada em Esmoriz, em 1 de Janeiro de 1885⁵⁸. Depois dessa, foram criadas mais 12 sociedades: uma de capital e indústria e as restantes em nome colectivo, tendo quase todas a sua sede em Esmoriz: apenas uma dessas sociedades foi estabelecida em Cortegaça, entre filhos do citado cordoeiro, Joaquim Marques Rola. Devo salientar, antes de mais, que dos 18 industriais de cordoaria referidos pelo *Inquérito Industrial de 1890* só quatro constam dos documentos notariais. Isso resulta do facto de, até então, uma parte significativa desses indivíduos explorar essa actividade em nome individual; entre os que o *Inquérito* não nomeia é possível que uma parte exercesse o seu labor sem local certo, embora não tenha encontrado informações alusivas à provável mobilidade dos cordoeiros, como, de resto, se verificava em muitas outras actividades. Por outro lado, importa salientar que a dimensão destas empresas não apresenta uma tão grande uniformidade como o *Inquérito* parece sugerir; os seus capitais são diferentes como diversas são as ligações estabelecidas com o seu mercado «natural»: as companhias de pesca da sardinha, ao longo da costa. Aires de Amorim afirma que a cordoaria de Manuel Pinto Fernandes da Silva, conhecida pelo nome da firma Romeira & Irmão, estendia a sua acção às campanhas de Ílhavo, Mira, Tocha, Quiaios, Lavos, Buarcos, Esmoriz e Espinho; outras chegaram a vender fio e cordas na Nazaré⁵⁹. Na verdade, Manuel Pinto Fernandes da Silva era sócio da firma Fernandes & Irmão, fundada em 6 de Março de 1885.

A análise dos apelidos dos cordoeiros permite afirmar que o aprendizado da arte, no seio da família, atravessou todo o período histórico considerado, ainda que os testemunhos disponíveis não explicitem inequivocamente esse fenómeno. O facto de a aprendizagem se realizar no meio familiar não é, em si, uma pecha, como de resto se provou noutras ocasiões. José Mártires dos Santos afirma que «o pai de António Baptista de Sá, que possuía no Porto uma fábrica de cordoaria, resolveu enviar o seu filho, por sua conta, a Inglaterra, com o fim excepcional de descobrir como os Ingleses passavam o fio de linho pelo alcatrão e a consequente fabricação dos cabos e amarras, técnica absolutamente desconhecida em Portugal»⁶⁰.

O P.^o Aires de Amorim faz uma referência breve ao cordoeiro João Pinto Ferreira, com carta de ofício passada em 26 de Março de 1817. Os documentos compulsados referem um cordoeiro de nome António Pinto Ferreira, certamente filho ou neto daquele. O mesmo parece verificar-se entre os indivíduos que formam a primeira sociedade registada. Em Janeiro de 1885, os irmãos cordoeiros José Pinto Fernandes e Manuel Pinto Fernandes Silva, de Esmoriz, associaram-se por um prazo de dois anos, sob a firma Fernandes & Irmão, para a «feitura e fabrico de cordas»; o local «para o exercício e trabalho a que se destina esta sociedade – pode-se ler na escritura de constituição da referida sociedade – é a casa do pai dos outorgantes, Manuel Pinto Fernandes, situada no lugar dos Castanheiros, em Esmoriz, que eles sócios lhe arrendaram nesta mesma data por escritura pública»⁶¹. O mesmo documento estipulava que «nenhum sócio poder[ia] associar-se com qualquer outra pessoa durante a existência desta sociedade sem o acordo do outro».

Esse fenómeno, como em quase todos os ramos de actividade industrial e comercial de conhecimentos especializados e de pequena dimensão, terá provocado, no final de Oitocentos, um aumento da concorrência, o que terá levado os cordoeiros, também, a procurar outras paragens ou a apostar noutras actividades. Entre os 56 indivíduos referidos pelas escrituras notariais, depois dos três «proprietários» e dos 15 «negociantes», 27 são referidos como «cordoeiros» (contando com a única cordoeira encontrada). Desses indivíduos, 7 são indicados mais que uma vez e até com ocupações diferentes. Outras escrituras mostram que até então esses cordoeiros desenvolviam isoladamente a sua actividade e que, certamente perante um aumento de procura (ou de concorrência) decidem associar-se. Em 5 de Março de 1891, José Pinto Fernandes Romeira e seu irmão Manuel Pinto Fernandes da Silva Romeira, «negociantes», de Esmoriz – que o *Inquérito Industrial de 1890* não refere –, decidem associar-se sob a firma Romeira & Irmão, com o capital social de 6788\$340. Esclarece a escritura que «o capital, fornecido em partes iguais, é constituído por dívidas activas [...], provenientes de *transacções comerciais que cada um dos outorgantes teve isoladamente, antes da constituição desta sociedade*, bem como por artigos próprios para a sociedade»⁶².

2.1. *Íntima relação entre a cordoaria e a pesca das xávegas*

A evidência maior da leitura dos documentos notariais é, compreensivelmente, a íntima ligação da cordoaria à pesca costeira, onde alguns destes cordoeiros

chegam a envolver-se como empresários, assegurando, desse modo, a sobrevivência da sua pequena empresa. Em 12 de Janeiro de 1888, o cordoeiro de Esmoriz Manuel Marques de Sá, o Ganhvida, na qualidade de «proprietário de uma sociedade ou companhia de pesca que trabalha na costa de Esmoriz», leva ao notário três «lavradores» de Ovar e Válega, com quem contrata o fornecimento de cinco juntas de bois»⁶³.

As companhias, que não contavam entre os seus sócios com um cordoeiro, procuravam uma cordoaria próxima encomendando aí a obra de que tinham necessidade. Nessas situações, tal como sucedia então na construção naval e na construção civil, as companhias adquiriam a matéria-prima e os cordoeiros apenas a transformavam. Por escritura de 18 de Fevereiro de 1895, Francisco Ferreira Coelho, «negociante», de Ovar, é admitido como «sócio senhorio», gerente e arrais, na companhia de São Luís, fundada em 31 de Dezembro de 1893, obrigando-se ao cumprimento da seguinte cláusula: «Os outorgantes ficam obrigados, na proporção das suas respectivas partes, ao pagamento da quantia de 426\$950, que os outorgantes [fundadores], Luís Ferreira Brandão e António Soares Pinto, empregaram em *linho, que está em poder de diversos cordoeiros para manufacturar obra para a companhia*»⁶⁴.

É possível que também fosse esse o procedimento, quando as companhias contassem, entre os seus senhorios ou proprietários, um ou mais cordoeiros, mas, nesses casos, o texto das escrituras é diferente, revelando o verdadeiro propósito da participação daqueles nessas sociedades de pesca. Vejamos os seguintes exemplos.

Em 26 de Fevereiro de 1900, numa escritura de constituição da companhia de Santo António, com sede em Esmoriz, pode-se ler: «A compra de redes, cordas e fios será feita por meio de *licitação entre os sócios da companhia que têm cordoaria [...]*»⁶⁵. De forma semelhante, em 1901, na escritura de fundação da companhia Senhor dos Aflitos, para trabalhar em Esmoriz, é estipulado que «a compra de redes, cordas, fios e mais aparelhos relativos à arte de cordoeiro será feita por meio de licitação entre os sócios da companhia que têm cordoaria para o que deverá o arrais avisá-los a todos para, em dia e horas certos, no palheiro da companhia declararem *por meio de licitação* o preço por que fabricam os objectos precisos»⁶⁶.

Outras vezes não havia licitação, sendo estipulado que os sócios cordoeiros dividiriam entre si, em partes iguais, o fornecimento de «todos os artigos relativos à indústria de cordoaria»⁶⁷. Mas também havia casos em que se estipulava que «os aparelhos próprios da arte de cordoaria», necessários às companhias, seriam fabricados por dois sócios cordoeiros, embora as matérias-primas fossem fornecidas por um deles «*pelo preço igual ao dos outros cordoeiros e de qualidade não inferior*»⁶⁸.

Mais fácil se tornava tudo quando esses cordoeiros eram proprietários das companhias ou detinham uma posição maioritária. Em 1902, na escritura de constituição da companhia de Pesca São Pedro e Santo António determina-se que «as cordas, redes, fios e todo o aparelho próprio da arte da cordoaria que seja necessário para a companhia, sendo novo, será fabricado e fornecido, pelos dois sócios «negociantes» de Esmoriz, Manuel e Francisco Pinto Rodrigues, «no mesmo material e nas mesmas condições em que é uso fornecer-se para a costa de São Jacinto»⁶⁹. Dois anos depois, estes cordoeiros ficavam igualmente com a prerrogativa de fornecer todos «os aparelhos de cordoaria» à companhia Maria do Nascimento, de Esmoriz, de que eram fundadores, com as funções de «administrador» e «caixa», respectivamente⁷⁰. Em 1905, Francisco Pinto Rodrigues é senhorio da companhia da Senhora da Ajuda, em Esmoriz, com um capital de 3840\$000 réis; naturalmente, era da sua cordoaria o cordame utilizado por aquela empresa de pesca⁷¹.

Esta convivência entre a pesca e a cordoaria explicará a razão por que nem sempre as escrituras identifiquem os empresários de cordoaria como cordoeiros⁷². Entre os treze societários da escritura citada, quatro são identificados como «pescadores» e os restantes como «comerciantes», o que pode ser mais do que «lapso» do notário. Pelos dois últimos apelidos, é possível aventar a hipótese de cinco deles (Francisco Pereira da Silva, Manuel Marques da Costa, Constantino Marques Fardilha, José Marques de Sá Ganhavida e Francisco Pereira da Silva, todos de Esmoriz) serem cordoeiros. O último era (também?) cordoeiro, pois é indicado como tal por alguns documentos.

Uma outra escritura, de 26 de Fevereiro de 1902, afirma que «a compra dos aparelhos relativos à indústria de cordoaria será feita aos outorgantes cordoeiros», embora também não identifique como cordoeiro qualquer um dos sete sócios fundadores da companhia de São João Baptista, com sede em Paramos⁷³. Um outro documento ainda mostra que, na verdade, Francisco e Manuel Pinto Rodrigues, os únicos «negociantes» do grupo, eram cordoeiros. No acto de fundação de uma companhia, a escritura esclarece que «os aparelhos próprios da arte de cordoaria que sejam necessários à companhia, serão fabricados pelos outorgantes Francisco e Manuel Pinto Rodrigues»⁷⁴.

De resto, há registo de algumas companhias formadas apenas por pescadores e um ou dois cordoeiros, especialmente em Esmoriz e nas praias a norte. Em 15 de Março de 1904, forma-se em Paramos uma sociedade nessas condições: os já referidos «negociantes» Francisco e Manuel Pinto Rodrigues associam-se a quatro pescadores de Espinho para a formação da companhia Maria do Nascimento⁷⁵. As suas quotas, no valor de 2000\$000 réis, «em aparelhos de pesca», representa-

vam dois terços do capital social, sendo a direcção dessa empresa de pesca repartida entre os dois.

Em 1910, nasce uma companhia, igualmente denominada Maria do Nascimento, cuja figura principal é novamente o cordoeiro «negociante» Francisco Pinto Rodrigues, que, com 79,6% do capital social assume a «gerência e administração» dessa sociedade⁷⁶. No ano seguinte, a referida companhia é governada por uma outra sociedade, mais numerosa, onde o referido Francisco Pinto Rodrigues, então em posição minoritária, garante o exclusivo do fornecimento do cordame necessário⁷⁷.

Algumas vezes, os cordoeiros são indicados como «proprietários», mas essas mesmas escrituras acabam por esclarecer, noutras passagens, a sua profissão. É o que acontece em 5 de Dezembro de 1901: os «proprietários» António José da Silva, Francisco Rodrigues da Silva, João Pereira de Oliveira, de Esmoriz são identificados como «cordoeiros»⁷⁸.

Alguns destes cordoeiros assumem tarefas de direcção das companhias em que se envolvem, o que permite pensar que a produção de cordame se realizava, muitas vezes, ao sabor das necessidades locais, isto é, sazonalmente, na exacta medida em que sazonal era a actividade das companhias, que decorria, geralmente, entre o S. João e o Natal. Segundo uma escritura de 1863, a *verdadeira safra* decorria de 24 de Junho a 24 de Dezembro, «porque nesse tempo, que decorre do S. João ao Natal, é que se acha nesta vila [de Ovar] a integridade da mesma companhia [de Manuel Pinto]»⁷⁹. Outras escrituras confirmariam estas datas, embora a generalização das «companhias de senhorio» tenha determinado, muitas vezes, o começo dos trabalhos, entre meados de Maio e início de Junho⁸⁰. A partir da I Guerra Mundial, por razões que se prendem com as alterações impostas pela pesca a vapor e pelas traineiras a gasóleo, a actividade das xávegas sobreviventes passa a verificar-se crescentemente em Maio. Quer a documentação notarial, quer a imprensa dão conta desse fenómeno⁸¹.

De outra forma, como compatibilizariam a actividade produtiva nas suas cordoarias os empresários «negociantes» com os cargos de «escrivão» e de «arraís» que Manuel Rodrigues Alves da Costa e José António de Sá, respectivamente, assumem na companhia Senhor dos Aflitos e Senhora da Boa Viagem, fundada em 19 de Novembro de 1912?⁸²

Quando os documentos referem os cordoeiros como «comerciantes» ou «negociantes», parece que estamos perante empresários ou donos de uma cordoaria. Um bom exemplo dessa situação é registado em 14 de Maio de 1900, quando «Manuel Rodrigues Alves da Costa, sendo *dono de uma oficina ou fábrica de cordoa-*

ria que funciona na freguesia de Buarcos, Figueira da Foz, contratou com o segundo outorgante, António Rodrigues Alves da Costa, em o encarregar da gerência da dita fábrica, como faz por esta escritura, mediante as condições seguintes [...]»⁸³:

1. o segundo outorgante, na qualidade de gerente, apenas terá poderes para promover as vendas do fabrico, cobrar as importâncias, sendo solidariamente responsável com os devedores por quaisquer quantias das fazendas vendidas;
2. não poderá fazer compras de matéria-prima para o fabrico sem autorização por escrito do primeiro outorgante. O notário refere-o como «analfabeto»;
3. não poderá contrair dívidas nem quaisquer outras obrigações em nome do proponente, salvo as resultantes da venda do fabrico, nem assinar em nome do mesmo;
4. fica constituído na obrigação de trabalhar como operário e dirigir a oficina ou fábrica, pagar aos demais operários os seus vencimentos, vencendo a quantia mensal de 9\$000;
5. fica constituído na obrigação de, nos últimos dias dos *meses de Junho e Dezembro*⁸⁴, prestar contas da sua gerência, o que terá de fazer todas as vezes que o outorgante proponente lhe pedir, pagando de pena convencional, caso falte ao cumprimento desta obrigação, a quantia de 30 000\$000;
6. não poderá negociar por conta própria nem tomar interesse debaixo do seu nome ou alheio em negociação do mesmo género, sob as formas legais (Este contrato foi informalmente dissolvido, «antes que o segundo outorgante tivesse praticado qualquer acto de gerência», como informa a escritura celebrada meses depois)⁸⁵.

Buarcos, Figueira da Foz e a povoação do Cabouco, no concelho de Coimbra, como refere José Amado Mendes, terão sido as últimas localidades a produzir cordas, naquela sub-região⁸⁶. Mas, mesmo assim, não podemos precipitar-nos. Essas designações genéricas terão sido muitas vezes da responsabilidade dos notários, não possuindo o rigor que lhe poderíamos inadvertidamente atribuir. Num outro contrato, com um conjunto de cláusulas de natureza semelhante às do anterior, o proprietário da oficina e o «gerente» contratado, respectivamente, Francisco Rodrigues da Silva e Constantino Marques Fardilha, ambos do lugar de Santa Cruz, Esmoriz, são identificados como «negociantes»⁸⁷.

Segundo o contrato referido, Constantino Fardilha, na qualidade de «gerente», apenas teria «os poderes para promover as vendas do fabrico, cobrar as importâncias, sendo solidariamente responsável com os devedores por qualquer quantia das fazendas vendidas». Não poderia fazer compras de matéria-prima sem autori-

zação, por escrito, de Francisco Rodrigues da Silva, como não poderia «contrair dívidas nem quaisquer outras obrigações em nome do primeiro». Por outro lado, era obrigado a «trabalhar como operário, [a] dirigir a fábrica, pagar aos demais operários, vencendo mensalmente, pela sua gerência, a quantia de 9\$000», devendo «prestar contas da sua gerência nos últimos dias dos meses de Junho e Dezembro e sempre que o outorgante proponente lhas pedir»⁸⁸.

Em 1907, são contabilizadas, no concelho de Ovar, 12 «fábricas» de cordas e redes, que empregavam uma mão-de-obra bem mais numerosa que as 18 cordoarias de 1890: 623 trabalhadores, o que significa uma média de 52 pessoas por unidade⁸⁹.

Em 4 de Junho de 1909, numa petição ao Governo para provimento das cadeiras criadas pelo Decreto de 24 de Dezembro de 1901, a direcção do município aveirense exige, além das disciplinas de Francês, Geografia, História, Escrituração Comercial e Desenho Arquitectónico, no plano de estudos da Escola Industrial, «a montagem das oficinas de cerâmica, carpintaria, marcenaria e *cordoaria*»⁹⁰. A cordoaria vivia então (com a pesca) o seu período áureo. Poucos anos volvidos, perante a ameaça dos «cercos americanos» e da pesca a vapor, a imprensa local aveirense mobiliza-se ruidosamente em defesa da pesca tradicional com xávegas: «Na tracção das redes traz cada empresa de 12 a 16 juntas de bois seus ou alugados mediante um tanto por dia ou por lanço. Na compra de alimentos para esse gado ou no seu aluguer, na aquisição de vinho e aguardente para as *marinhas*, a distribuir às companhias, pagam as empresas à lavoura regional o melhor de 107 774\$390 réis, não contando com a melhoria do preço a que o referido gado sobe pela concorrência das mesmas empresas, nas fileiras, quando tratam de o adquirir. A indústria da cordoaria vende artigos do seu fabrico na importância de 81 279\$210 réis, para os aparelhos empregados na pesca»⁹¹. Em 1915, uma outra representação ao Governo revela que a pesca comprava «à indústria de cordoaria cerca de 80 000\$00 de cordas e artigos necessários para a confecção dos seus aparelhos»⁹².

Em 1919, havia, no distrito de Aveiro, 34 cordoeiros, referidos como «fabricantes ou mercadores de cordas, cordéis ou fios», número que, apesar da crise por que passava então a pesca com xávegas, dava a este distrito um lugar de destaque na produção de cordoaria nacional, pois esses 34 indivíduos representavam um terço dos 103 cordoeiros então registados em todo o país⁹³. Mas a partir do final da Guerra ter-se-á assistido ao declínio desta cordoaria. A emergência da pesca a vapor e a sua deslocação para Norte, nomeadamente para Matosinhos e Vila do Conde, liquidou a pesca tradicional da sardinha com xávegas, que mantinha uma relação muito estreita com a cordoaria. Os documentos compulsados não permitem asseverar categoricamente que depois da I Guerra Mundial teve início o declínio das oficinas de

cordoaria de Esmoriz, mas fornecem indícios suficientes para se sustentar essa afirmação. Esse declínio terá afectado toda a actividade, inviabilizando a mecanização, a transformação e sobrevivência de muitas dessas oficinas. Em 1945, quando se limitava tão-só «a produzir fio de pesca ou para embalagens», esta cordoaria era já um objecto etnográfico. As transformações haviam sido tão profundas que D. José de Castro via a cordoaria como uma «indústria, por assim dizer, *quase feminina e infantil*», uma «indústria remota, em que a mulher é obreira tradicional», sendo a fiandeira comparada à cordoeira⁹⁴. Contudo, como vimos, até à I Guerra Mundial, o número de mulheres e de menores era diminuto. As fábricas que se adaptaram, produziram cordas e fios para outros fins, além de passadeiras e alcatifas, como A Activa, de M. J. Marques de Sá, em Esmoriz, e as fábricas de Manuel Marques de Oliveira Viola e de Manuel Fernandes Ramalho, em Cortegaça⁹⁵.

2.2. A cordoaria entre a oficina e a fábrica

A questão das instalações das cordoarias também exige mais estudo, apesar da importância dos contributos conhecidos⁹⁶. Com a mecanização de algumas fases do processo de fabrico – assunto sobre o qual os documentos notariais, naturalmente, nada adiantam –, as cordoarias terão passado a funcionar em espaços mais reduzidos, se os compararmos com os extensos espaços ao ar livre das cordoarias artesanais.

A. Alves Pardinhas afirma que a cordoaria se exercia nas «praças», nome que marcou a toponímia em Cortegaça – Largo das Praças. Segundo este autor, «durante e após a Guerra de 1939-1945, as “praças” passaram a ficar abrigadas debaixo de “telheiros”, o que permitia a laboração a qualquer tempo, e agora com carácter permanente»⁹⁷. No entanto, há testemunhos que provam a existência desses “telheiros” no início de Novecentos. A firma Marques de Sá, Rodrigues & Ferreira, fundada em 1903, que tinha como fim a «exploração da indústria de cordoaria», construíra «um *barracão* num terreno, situado no lugar de Quintãs, freguesia de Esmoriz»⁹⁸. O referido *barracão*, «onde estava instalada a fábrica», foi então avaliado em 345\$000 réis, que era uma verba avultada⁹⁹.

Na constituição de uma outra sociedade para a exploração dessa mesma *fábrica*, após explicitação do objecto social – «exploração da indústria de cordoaria, com fábrica montada em Esmoriz» – pode-se ler: «Na hipótese de se fabricarem *manualmente* cordas ou fios o fabrico será feito na *praça existente no prédio de habitação* [de Manuel Pinto Rodrigues], que receberá da sociedade a renda anual de 20\$000»¹⁰⁰. No mesmo documento, é referida a existência de «utensílios de

cordoaria manual», de valor diminuto, a par da restante maquinaria, o que parece provar a existência de mecanização, embora não se saiba em que domínios.

Em 1933, a revista de Ovar, *Turismo Magazine* publica um anúncio de página inteira, com duas fotografias, da Fábrica de Cordoaria e Tapeçaria a vapor, A Activa, de M. J. Marques de Sá, indivíduo que, além da cordoaria esteve na fundação, nos anos anteriores, de três sociedades para a exploração da pesca, com sedes, a primeira, em Aveiro, e a restantes, em Matosinhos¹⁰¹. Trata-se de um vasto edifício, onde eram produzidos, «mecanicamente», «cabos e cordas de todas as dimensões, de linho em bra e alcatroado, de sisal e manilha, viradores, amarretas e espias de cairo, cabos de cânhamo e fibras brancas para transmissões de movimento em todas as qualidades, redes, fios e cordas para artes de arrasto». Além destes cabos, cordas, fios e redes diversas, esta fábrica produzia igualmente «passadeiras, tapetes, capachos, alcatifas de cairo, pita e juta» (note-se que, no final de 1928, um «industrial» e um «proprietário» de Cortegaça fundaram, no Porto, uma empresa *de tecelagem de tecidos de juta*, sob a firma Avelino da Silva & Lopes, Limitada, com um capital social de 150 contos. É, juntamente com a informação do anúncio referido, a única referência à utilização de juta¹⁰²).

Por fim, embora a documentação seja omissa sobre a produção de redes, ficaram breves registos sobre essa actividade, cuja natureza reforça a avaliação que é feita de uma parte importante das actividades artesanais. Em 1910, segundo Ferreira Cabido, havia no concelho de Ílhavo «cerca de 100 pessoas que nas horas vagas de outros mesteres se ocupam na confecção de redes e cordas; entre aqueles, gente de idade avançada de ambos os sexos, só aproximadamente um terço tem maior assiduidade neste serviço»¹⁰³. Também nesta actividade se verificava um fenómeno muito frequente na produção de cordas: «Os indivíduos que precisam de redes ou cordas adquirem e entregam-lhes a matéria-prima, estopa e pagam-lhes o serviço executado à razão de 75 réis por dia de trabalho». Ferreira Cabido termina a referência breve a esta actividade com o cálculo do valor desta produção – 3960\$000 réis –, partindo do princípio de que eram consumidos cerca de 150 kg de estopa na confecção de redes, durante 120 dias de trabalho.

3. Chapelaria

A chapelaria assume, na sub-região da ria de Aveiro, ao longo do período estudado, uma dimensão meramente oficial, de escassa importância económica. Segundo Rangel de Quadros Oudinot, em 1862, havia no distrito de Aveiro 17

«fábricas» de chapéus, que davam trabalho a 140 homens e 30 mulheres¹⁰⁴. Dois a três anos depois, os números avançados por Campos e Oliveira são diferentes: havia em todo o distrito 431 «fabricantes de chapéus de cabeça», que produziam 103 824 chapéus, vendidos por todo o país¹⁰⁵.

Certamente pela existência de mão-de-obra especializada, no lugar da Torre da freguesia de S. Vicente de Pereira, no concelho de Ovar, nasceu, no início dos anos Setenta do século XIX, uma importante fábrica de chapéus a vapor, sobre a qual Pinho Leal deixou abundante informação, parcialmente referida por todos os historiadores locais¹⁰⁶. A decisão da fundação dessa unidade estará, por certo, correlacionada com a redução das exportações francesas, nos anos Setenta do século XIX, o que, como refere Luís Costa, «contribuiu também para a abertura do mercado espanhol»¹⁰⁷.

Segundo o autor do *Portugal Antigo e Moderno*, essa «magnífica fábrica de chapéus, de feltro e lã, movida a vapor», «decerto a melhor e mais rica fábrica de chapéus de Portugal, e poucas a excederão em toda a Europa», foi fundada pelos irmãos João e António Rodrigues de Oliveira Santos – senhores de «uma grande fortuna» adquirida no Maranhão, Brasil –, sob a firma Santos & Irmão¹⁰⁸. A construção do edifício e instalação do diverso maquinismo «principiou em Abril de 1872 e ficou pronta a funcionar em Agosto de 1873»¹⁰⁹.

No tocante às instalações, Pinho Leal afirma que «o corpo principal do edifício», «de grande sumptuosidade», com dois pisos «ocupados por maquinismos e algumas oficinas», media 34 metros de comprimento por 14,5 m de largo. As restantes oficinas «e a máquina a vapor de lavar lã, secador mecânico para a mesma, estufa, escritório, etc. [...], os armazéns para depósito de lãs, combustível e outras matérias» estavam «em anexos, construídos em volta do corpo principal da fábrica»¹¹⁰.

No que respeita à maquinaria, Pinho Leal afirma de forma categórica: «As máquinas são as primeiras e, até agora únicas, importadas para Portugal, para este género de indústria». Tinha uma máquina a vapor de 30 cavalos e uma caldeira de 50. Além de lenha, a fábrica consumia carvão de pedra vindo «de Inglaterra para Aveiro e daqui em barcos, pela ria, até Ovar». Acrescentava depois: «Para se fazer ideia da importância deste estabelecimento industrial, basta dizer que há nele 26 máquinas de trabalho, todas movidas a vapor».

No capítulo da mão-de-obra, a chapelaria de S. Vicente de Pereira empregava, inicialmente, «90 operários de ambos os sexos, mas este pessoal terá de ser consideravelmente aumentado – pensavam os empresários que viria a dar trabalho a 150 pessoas –, logo que o consumo dos produtos da fábrica se alargue e permita a fabricação em maior escala».

Para uma produção prevista de 1200 chapéus por dia, a fábrica consumia matérias-primas «nacionais e estrangeiras e peles de coelhos e lebres», podendo gastar anualmente 60 toneladas de pêlo. No entanto, quando Pinho Leal escreveu o seu texto, a empresa produzia «apenas 3000 a 4000 chapéus por mês, por causa da dificuldade que há em abrir mercado aos seus produtos, isto é, angariar consumidores; mas a barateza e boa qualidade do género augura aos empresários um brilhante futuro, pois que a fábrica pode produzir 400 000 chapéus por ano». Mesmo assim, vendia os seus produtos em Portugal, ilhas adjacentes, Espanha e Brasil¹¹¹.

Segundo Marques Gomes, reportando-se possivelmente à situação da empresa no ano do seu encerramento, a fábrica teria ao seu serviço apenas «47 operários»; mesmo assim, a produção era avaliada em cerca de 124 000\$000¹¹².

São estas, no essencial, as informações disponíveis sobre a vida desta chapelaria. Os testemunhos sobre o colapso da empresa – a sociedade terá sido dissolvida em 31 de Dezembro de 1876¹¹³ –, porém, são mais equívocos; atribuem à reacção corporativa da «guilda» dos chapeleiros das velhas oficinas, possivelmente das de S. João da Madeira e de Cucujães, que se terão organizado devido aos efeitos devastadores dos preços baixos da produção mecânica. Em 1883, a fábrica de chapéus do Ferral do Couto, sita na freguesia de Couto de Cucujães, concelho de Oliveira de Azeméis, única fábrica de chapéus do distrito de Aveiro presente na Exposição Industrial de Aveiro de 1882, empregava 26 pessoas e produzia, por ano, 12 000 chapéus de lã¹¹⁴.

O P.^o Oliveira Pinto atribuiu o malogro da empresa aos «azares do comércio»¹¹⁵. A verdade é que a empresa teve vida efémera, ficando «em situação financeira ensombrecida» o empresário António Rodrigues de Oliveira Santos, que regressou ao Brasil. Sem indicar as suas fontes, Oliveira Pinto afirma que a descida dos preços terá suscitado «más vontades e uma guerra sem quartel», esclarecendo: «Esta hostilidade e, diz-se, a traição dos operários técnicos, que se deixaram subornar, inutilizando propositadamente grandes quantidades de material, por um lado, e, por outro, as dificuldades de exportação e mesmo de colocação nos mercados nacionais, determinaram o encerramento da fábrica»¹¹⁶. Parece que trabalhavam na fábrica operários de várias localidades, nomeadamente de S. João da Madeira e da freguesia confinante de Cucujães, onde havia diversas chapelarias tradicionais.

Como vemos, os testemunhos são frágeis. Dizer que estamos perante atitudes de tipo «luddista», como a que terá estado na origem dos conflitos registados, mais tarde, no final de 1914, em S. João da Madeira, parece-me tentador, dada a natureza do associativismo de classe dos chapeleiros, mas é redutor. Curiosamente, é num artigo sobre chapeleiros que M. Filomena Mónica, na senda de E. P.

Thompson, chama a atenção para o carácter ideológico das apreciações sobre essas reacções do operariado, nomeadamente sobre as de tipo «luddista»¹¹⁷. Terá a fábrica sofrido igualmente com a concorrência das suas congéneres dos distritos de Braga, Porto e Lisboa? Como funcionava o mercado de chapelaria na região?

Um neto de João Rodrigues de Oliveira Santos atribuiu o fracasso económico da fábrica à «falta de infra-estruturas suficientes»¹¹⁸, o que se estranha dada a informação detalhada de Pinho Leal. Também não são claras as razões por que a Câmara Municipal de Ovar, dirigida então pelo reformista Manuel de Oliveira Arala e Costa (1866-1877), terá recusado a concessão de um terreno no Carregal, junto da ria, para ali ser construída a fábrica de chapéus¹¹⁹. Mais se estranha tal atitude se for verdade o que Pinho Leal conta acerca dos dois irmãos empresários, «dois beneméritos patriotas»: João Rodrigues de Oliveira Santos «emprestou à câmara de Ovar 4000\$000 réis, sem juros, e com o pagamento em fracções para a construção de estradas municipais»¹²⁰.

Por que razão os dois irmãos Oliveira Santos queriam edificar a fábrica no Carregal, junto da ria? Teriam conseguido reduzir os custos do carvão importado, mas ficavam longe da estação do caminho-de-ferro, por onde escoavam os seus produtos. Recorro mais uma vez a Pinho Leal. Em conformidade com o discurso ideológico de cariz organicista sobre o empresário, muito em voga na segunda metade de Oitocentos, este estudioso afirma que «o móbil deste empreendimento não foi o interesse; o fim dos fundadores é darem emprego e pão aos seus patrícios e engrandecerem a terra onde nasceram». Recordo que, como referi noutro estudo, também Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, proprietários da Fábrica de Papel da Abelheira, não tinham «interesse em auferir grandes lucros», mas, sim, garantir «a estabilidade do pessoal, que sustentam». Certamente por isso é que Costa Lobo reprovava as vantagens económicas do sucesso editorial de Alexandre Herculano e Ramalho Ortigão quase censura o facto de Bordalo Pinheiro ganhar «grossas somas de dinheiro»¹²¹.

Na verdade, estes dois «brasileiros» – que nunca ocuparam as cadeiras do poder municipal – fizeram na sua terra o mesmo que tantos outros. A sua prodigalidade deixou marcas físicas no concelho. Além do empréstimo para a construção das estradas municipais e dos 1000\$000 réis oferecidos ao hospital de Ovar, «para ajuda do seu custeio», estes homens abriram uma estrada de ligação a Ovar. A fábrica, dizia Pinho Leal, «dista 5 km da estação de caminhos-de-ferro, em Ovar e está em comunicação com ela e com a vila, por uma óptima estrada a macadame, construída em 1875»¹²². E «mandaram construir sumptuosas casas de habitação para a sua habitação e de suas famílias; fizeram quintas, atraíram vizinhos e, por fim, montaram a importantíssima fábrica de que falei, formando assim, e em poucos

anos, uma bela povoação, no sítio onde até então só havia pinheirais»¹²³. Trata-se, pois, assunto a exigir estudo cuidado.

Em 1883, havia em Aveiro duas chapelarias, embora a fonte não esclareça a natureza desses estabelecimentos¹²⁴. Tratava-se, por certo, de duas pequenas oficinas de chapéus, vocacionadas para a satisfação das necessidades locais, como de resto acontecia em todos os concelhos estudados. Nas primeiras três décadas do século XX, a imprensa faz referência a algumas chapelarias, geralmente uma por concelho, cujo número terá registado um aumento significativo durante os anos da Grande Guerra. Em Aveiro, além da empresa da Viúva Joaquim Coelho da Silva & Filhos, havia a Chapelaria Moderna, de João Gomes, um «hábil artista»¹²⁵; a chapelaria de Lopes dos Reis dependia do mercado local de Águeda¹²⁶; em Albergaria-a-Velha, fabricava e vendia chapéus uma chapelaria não identificada¹²⁷, mas parece que havia lugar para mais. Em 1919, é referida outra «oficina de chapelaria» sem qualquer identificação¹²⁸.

De entre todas, apenas uma – a chapelaria de Joaquim Coelho da Silva, «a mais antiga da cidade de Aveiro» – suscitou a formação de uma sociedade comercial em nome colectivo, mas mesmo esse facto ficou a dever-se mais à situação decorrente da morte do fundador e partilha dos seus bens entre seus filhos do que a uma evidente necessidade de capital para expansão ou sobrevivência desse negócio. Nessas condições, foi estabelecida a firma Viúva Joaquim Coelho da Silva & Filhos¹²⁹. Não era por acaso que os seus proprietários eram referidos como «comerciantes» e «industriais», numa altura em que esta última palavra era sinónimo de artista, de artesão, alguém que trabalhava com destreza com as suas próprias mãos na sua «indústria». Era uma pequena oficina de chapelaria com loja em frente. Dois anos depois, um dos filhos, Eduardo Coelho da Silva, separa-se e funda uma nova chapelaria concorrente. Num anúncio publicado na imprensa local, pode-se ler: «Nesta chapelaria [Chapelaria Ideal], recentemente montada com todos os requisitos que a decência e a arte exigem, executam-se com a máxima perfeição e esmero todos os trabalhos da sua especialidade, para o que tem pessoal devidamente habilitado. Vende por preços modicíssimos chapéus de todas as qualidades inclusivamente o afamado chapéu austríaco. Além disso, tem um grande sortido de *bonets* à inglesa, guarda-sóis, bengalas, gravatas, colarinhos, suspensórios, lenços, peúgas, postais ilustrados, etc. Conserta-se e transforma-se chapéus de homem, senhora e criança [...]»¹³⁰.

Também em Águeda, foi fundada uma sociedade entre os chapeleiros Benjamim Pinto Barata e Manuel Alves Pereira, que tinha como objecto social «o fabrico e venda de chapéus e bonés». Mas, mesmo essa unidade, de características

oficinais, teve vida efémera. Foi fundada em 15 de Agosto de 1911; em 15 de Novembro desse ano, os dois sócios dissolviam-na, ficando o primeiro com o activo e o passivo da mesma¹³¹. Tratava-se de uma sociedade em nome colectivo, provida de um capital irrisório, constituído certamente pelo valor das ferramentas dos dois sócios da «oficina». Os dois sócios, com capital diferente e funções diferenciadas na sociedade, ficavam então «obrigados a apresentar-se diariamente ao serviço e a trabalhar como operários» para o fabrico de «chapéus» e «bonés». Os empresários são referidos nos dois documentos notariais como «industriais de chapelaria» (na escritura de constituição da sociedade) e «chapeleiros» (na escritura de dissolução da sociedade). Não se conhecem as razões por que um dos sócios abandona a sociedade, ficando a mesma propriedade do outro.

É possível que esta oficina sofresse com os efeitos da concorrência dos estabelecimentos fabris de Oliveira de Azeméis e de S. João da Madeira. Terão ido os sócios trabalhar como operários em fábricas dessas regiões? Teria existido alguma tradição no fabrico de chapéus em Águeda? Ficam diversas perguntas sem resposta para já. Qual a natureza tecnológica da referida oficina? Ter-se-á mantido durante muito tempo?

A verdade é que, como mostrou Maria de Fátima Bonifácio, a partir da última década de Oitocentos, depois de António de Oliveira Júnior ter introduzido o fabrico de chapéus de pêlo (1891 ou 1892)¹³², numa fábrica de S. João da Madeira, a produção industrial deste género começa a concentrar-se naquela freguesia, que integrava então o concelho de Oliveira de Azeméis, muito embora ainda desconhecesse a mecanização, que tudo alterou nesta indústria, entre 1890 e 1914, no Porto¹³³. No final da Grande Guerra, com as suas 18 fábricas, onde trabalhavam 720 operários, S. João da Madeira já liderava este ramo de actividade industrial, tornando-se em poucos anos uma «terra de chapeleiros»¹³⁴.

A fábrica adquiriu equipamento moderno e contratou técnicos alemães, pondo em perigo a sobrevivência de pequenas oficinas e as chapelarias de maiores dimensões não mecanizadas, lançando no desemprego inúmeros operários, o que conduziu a um conflito de alguma gravidade¹³⁵. É sintomático que os violentos incidentes suscitados pela mecanização da Empresa Industrial de Chapelaria, Lda. de S. João da Madeira (conhecida por Fábrica Nova), em finais de 1914, praticamente tenham sido ignorados pela imprensa local da sub-região estudada. Apenas o *Concelho de Estarreja* se referiu ao acordo que pôs fim à altercação, que «durante alguns dias trouxe em sobressalto aquele importante centro industrial»¹³⁶.

4. Curtumes e produtos de cabedal

A pequena pecuária foi, desde a Idade Média, uma ocupação complementar da agricultura. Como fonte de rendimento menos incerta, a criação de gado tornou-se presença obrigatória em qualquer exploração agrícola. Diz Maria Rosa Ferreira Marreiros que, «na verdade, era com o produto da venda de um ou outro animal que o pequeno lavrador equilibrava as suas finanças, sobretudo em maus anos agrícolas, e adquiria algumas alfaias de que necessitava para a lavoura»¹³⁷. Complementarmente, essa actividade fornecia «carne e leite para a alimentação do lavrador e dos seus familiares e de animais para os trabalhos, transportes e para a produção de estrume para as terras». Mas ainda dava lã, couros e estrumes. Este quadro, antigo de séculos, não terá sofrido muitas alterações, especialmente nesta sub-região, onde a pecuária parece ter tido grande importância económica, dadas as necessidades e as excelentes condições naturais.

Em 1874, Pinho Leal afirma ser muito próspera a criação de gado vacum na freguesia de Eixo, no concelho de Aveiro: «Concorrem para isto os muitos e bons pastos, não só nos terrenos altos, mas principalmente os extensos terrenos do campo ou terras baixas, que ficam entre a vila e as margens do rio Vouga»¹³⁸. Três anos depois, Marques Gomes atestava a grande importância da «engorda de gado bovino», informando mais de que «esta última indústria tem tomado grande desenvolvimento nos últimos vinte anos, em alguns concelhos, a ponto de ser para muitos lavradores a fonte mais importante de riqueza agrícola»¹³⁹. Quinze anos antes, também Rangel de Quadros Oudinot realçava a importância da criação de gado¹⁴⁰. Noutra passagem, Marques Gomes reforçava a sua afirmação, dizendo: «ainda que o recenseamento dos gados esteja muito longe de exprimir a verdade, é certo que a riqueza do Distrito, neste ramo de indústria, é imensa»¹⁴¹. Já em 1929, J. V. Paula Nogueira afirmava que «os campos do Vouga, com as ilhas da ria, constituem a nossa Holanda ubertosa, para a cria, recria e ceva dos vários armentos»¹⁴².

A exportação de bovinos, apesar dos efeitos desastrosos do retraimento das importações inglesas, entre 1884 e 1887, terá estimulado «fortemente a engorda»¹⁴³. No período indicado, a venda de bovinos à Grã-Bretanha registou uma quebra de 34%, afectando a pecuária de Braga, Viana, Aveiro e Coimbra¹⁴⁴. Mas outras necessidades terão igualmente propiciado o desenvolvimento da pecuária, nesta sub-região, como a exigência de bois para o arrasto das redes, o transporte de mercadorias e os variados trabalhos do minifúndio, na terra plana e úbere dos campos alagadiços ou próximos da ria. Nos concelhos mais distantes, «o boi é o animal de trabalho por excelência»¹⁴⁵.

O gado vacum é o mais referido na documentação notarial como na imprensa local. O seu número cresceu, numérica e economicamente, entre 1870 e 1925, curiosamente num período em que a quota do gado nas exportações passa dos 7%, naquela primeira data, para menos de 2%, entre 1890 e 1914¹⁴⁶. Segundo David Justino e Pedro Lains, o número de cabeças terá aumentado 2,7%, entre 1852 e 1870, e 25%, entre 1870 e 1906¹⁴⁷.

Segundo o Arrolamento dos Gados de 1925, 84,4% das cabeças contadas (7 531 617) integravam 3 683 828 ovinos, 1 557 743 caprinos e 1 117 354 suínos. No entanto, os bovinos, que ocupavam o quarto lugar, com 10,2% (767 904 reses), representavam 53,5% do valor global dos gados no país¹⁴⁸. O número de bovinos cresceu moderadamente, entre 1870 e 1920. Em 1870, foram contabilizadas 624 577 cabeças; em 1906, o seu número cresceu 12,6% (703 198) e em 1920 era registado um aumento de apenas 9,2%, a que corresponde um total de 767 904 cabeças naturais¹⁴⁹. Em 1865, foram contados 53 613 bovinos no distrito de Aveiro; em 1940, foram arrolados 90 731 animais, quase 10% do total do Continente português, o que lhe garantia a quarta posição, só ultrapassada por Braga, Porto e Viana do Castelo¹⁵⁰.

É neste contexto que nascem as fábricas de curtumes aqui referenciadas. Não é, pois, por acaso que Estarreja e Ovar ocupam neste domínio um lugar de destaque, embora a existência de uma elite empresarial tenha sido decisiva.

4.1. Curtimenta e acabamento de peles

Em 1855, a única «fábrica» de curtumes existente no distrito de Aveiro situava-se em Oliveira de Azeméis¹⁵¹. Em 1862, Rangel de Quadros Oudinot contou 2 «fábricas», que empregavam 13 homens e 2 «rapazes»¹⁵². Cinco anos depois, já eram quatro as «fábricas» de curtumes: uma no concelho da Feira e três no de Oliveira de Azeméis¹⁵³.

As primeiras unidades dos concelhos da sub-região estudada surgiram mais tarde. O *Inquérito Industrial de 1890* já atesta a existência de fábricas de curtumes noutros concelhos, embora, na verdade, se tratasse de oficinas que encaixavam na designação de «pequena indústria»¹⁵⁴. Assim, havia uma oficina dessa natureza no concelho de Albergaria-a-Velha, sem indicação da data de fundação, que empregava um curtidor e um aprendiz¹⁵⁵.

Segundo um documento notarial, Patrício Marques da Costa e Patrício Teodoro Alves Ferreira, proprietários dessa «fábrica», sita no lugar de Assilhó, nos

arredores de Albergaria-a-Velha, contrataram, em 9 de Setembro de 1881, em Lisboa, os serviços de João Baptista, «mestre de curtumes de couro»¹⁵⁶. É possível que esta unidade tenha tido início nessa data. Em 3 de Março de 1884, como se pode ler na «declaração de dissolução da sociedade» celebrada em Albergaria-a-Velha, Patrício Marques da Costa abandona a sociedade, ficando Alves Ferreira como «único proprietário da já mencionada fábrica de curtumes de couro», responsável, portanto, pelo cumprimento dos compromissos assumidos com o mestre curtidor, no referido contrato de 1881¹⁵⁷.

Embora o *Inquérito de 1890* não a mencione, em 10 de Junho desse mesmo ano, nasce, em Aveiro, uma sociedade em nome colectivo, cujo objecto social era a exploração de uma fábrica «para curtumes, fabrico de sola e mais géneros destas espécies», que seria instalada num terreno arrendado na Quinta da Pega, aos Santos Mártires¹⁵⁸. Foram seus fundadores os «proprietários» republicanos António Ponce Leão Barbosa e Fernando Homem Cristo. Informa a escritura de constituição da sociedade de que «para a montagem da fábrica e mais despesas [...] foram levantados e recebidos a juro para a sociedade 6375\$000 réis, sendo 3500\$000 réis pedidos por letras à Caixa Económica de Aveiro dos quais é sacador o primeiro outorgante, Fernando Homem Cristo, e aceite pelo segundo, António Ponce Leão Barbosa, e 2875\$000 réis fornecidos pelo dito segundo outorgante, António Ponce Leão Barbosa, sendo 2000\$000 réis, de que estes se constituem devedores, por escritura pública, e mais 875\$000 réis que abonaram para a sociedade e dos quais recebe o juro anual de 6%». Mais estipulava a escritura que se de futuro fosse necessário «contrair dívidas para as despesas da sociedade» seria pedido o dinheiro e assinadas letras ao credor, pelos dois sócios, um como sacador e outro como aceitante, ficando ambos igualmente responsáveis pelo pagamento¹⁵⁹.

Ficou estabelecido que Fernando Homem Cristo, o «gerente», assumiria a responsabilidade pelo «movimento, escrituração e administração» da sociedade e, em razão disso, seria remunerado «com um terço dos lucros líquidos», sendo os restantes dois terços divididos em partes iguais pelos dois sócios; contudo, esclarece a escritura, «se a fábrica não der lucros e tão-só prejuízos», o sócio Cristo não teria direito a exigir coisa alguma em pagamento dos seus trabalhos e administração, sendo os prejuízos assumidos pelos dois. O capital social, dividido em partes iguais pelos dois sócios, cifrava-se em 6375\$000 réis em dinheiro, realizado na totalidade.

Não obstante se dizer na escritura que a sociedade iniciara a sua actividade, em 10 de Junho, parece que, dias antes, já produzia os primeiros couros. Em 28 de Maio de 1890, *O Povo de Aveiro* escrevia acerca desta unidade: «São extrema-

mente lisonjeiros os créditos obtidos pelos produtos desta fábrica. Tanto a sola como os bezerros são preparados pelo sistema de Lisboa e Alcanena; a sua qualidade tem merecido francos elogios dos entendidos»¹⁶⁰. Acrescentava, depois, que a fábrica contava já então com um elevado número de fregueses, «inclusive em Coimbra e em Lisboa», pelo que, «à vista do movimento crescente das transacções, os proprietários do estabelecimento [...] vão ampliá-lo, pondo-o em condições de satisfazer todos os pedidos e de rivalizar com as primeiras fábricas do país»¹⁶¹. E rematava com votos de bom êxito da «tentativa» dos empresários seus amigos, «tanto mais [importante] para que esta terra, pobre de iniciativas industriais, se irá erguendo do marasmo a que a abandonam os dinheirosos com injustificados receios de arriscar os seus capitais».

No final desse ano, o mesmo periódico dá conta de que os trabalhos da fábrica eram dirigidos por alguns «dos primeiros artistas que empregam no curtume o sistema de Lisboa»¹⁶². Remata de forma idêntica: «É uma nova indústria, que sob os melhores auspícios, se cria nesta cidade, onde, em verdade, há falta de iniciativa, e os capitalistas abastados se retraem com um medo para que não encontramos justificação plausível. Aquela fábrica é propriedade de dois modestos cidadãos, conhecidos mais pelos seu arrojo industrial do que pelos seus grossos capitais, que aliás não têm»¹⁶³.

Esta sociedade entre o «industrial» Fernando Homem Cristo e o «proprietário» Ponce Leão Barbosa sobreviveu durante cerca de uma década. Sem que fossem tornadas públicas as razões da liquidação da empresa, em 22 de Março de 1900, a sociedade é dissolvida¹⁶⁴. O *Campeão das Províncias* afirmou que a fábrica de curtumes dos Santos Mártires declarou falência¹⁶⁵. Segundo a escritura de dissolução, celebrada em Águeda, Ponce Leão Barbosa ficou responsável por todo o activo e passivo, constituído por várias letras e dívidas discriminadas, no valor de 4111\$550 réis. Acto contínuo, Fernando Homem Cristo vende ao seu correligionário republicano, Ponce Leão Barbosa, «todos os seus carros e cavalos que tem tido na cocheira estabelecida nas casas de António Pereira Júnior, na rua da Alfândega, da cidade de Aveiro, e bem assim todos os móveis [que lhe pertenciam] existentes no Hotel Cisne Boavista», sito na mesma rua, conforme um inventário entregue nesse acto, pelo preço de 2800\$000 réis¹⁶⁶. Contudo, como F. H. Cristo desejava «continuar a utilizar para os fins a que têm sido destinados os carros, os cavalos e os móveis mencionados», celebra com o outro um contrato de aluguer, pelo prazo de dez anos, pela quantia de 40\$000 réis anuais.

Em 18 de Maio de 1894, os «artistas» aveirenses José e António Marques de Almeida celebram com Manuel Luís Mendes Leite e esposa um contrato de

arrendamento para a utilização de um terreno, denominado Agrads de Baixo, contíguo à capela de S. Tomás de Aquino, no vale da Fonte Nova, próximo do local onde, dois anos depois, Jerónimo Pereira Campos iria a instalar a sua fábrica¹⁶⁷. O terreno, arrendado por 18\$000 réis por ano, era destinado ao estabelecimento de «uma fábrica de curtumes». Não foi possível saber se os dois irmãos chegaram a montar a fábrica e se chegou a laborar. Em 1897, a *Vitalidade* repudiava a ideia de que se pudesse autorizar a fundação de uma nova fábrica de curtumes na cidade de Aveiro, mais exactamente na Rua do Gravito, «para o que já fo[ra] tirada uma planta»¹⁶⁸: «Claro que nos admiramos que tal se possa dar, visto o desprezo pela higiene da cidade que isso significaria. Quase no centro da cidade, da parte do Norte, em frente do Asilo-escola... não podemos aprovar tal obra»¹⁶⁹. Pela localização indicada, tratava-se de um outro projecto que também não foi possível saber se vingou. Desse modo, ficamos sem saber, para já, a que fábrica se referia o programa do 1.º de Maio de 1900, publicado por *O Povo de Aveiro*, onde se alude à participação dos operários da «Fábrica de Curtumes»¹⁷⁰.

Além destas empresas – a que a imprensa local não dá o destaque que concede à cerâmica, por exemplo –, há notícia do nascimento de mais três fábricas de curtumes, instaladas décadas seguintes: duas em 1920, em Ovar, e uma outra, em 1922, em Estarreja.

4.1.1. *As fábricas de curtumes de Ovar*

Nascida em 25 de Outubro de 1920, sob a firma social Silva, Tavares & Companhia, para a «exploração do comércio e indústria de pelarias e curtumes e montagem da respectiva fábrica», a Empresa de Curtumes de Ovar não chegou a completar um mês de existência, não tendo sido construída qualquer unidade industrial¹⁷¹. Foram seus fundadores quatro «proprietários», um farmacêutico, um advogado, todos de Ovar, e o Banco Regional de Aveiro. O capital social de 250 000\$00, do qual se encontravam realizados apenas 25% era desigualmente distribuído. A sua gerência foi então assumida por três sócios: Domingos Pereira Tavares, Abílio José da Silva e o Dr. António Gonçalves Santiago.

Por razões não indicadas em qualquer das fontes compulsadas, quatro dias depois de dissolvida a sociedade, cinco dos sete sócios mais outros dois formam uma nova empresa, com o mesmíssimo objecto social, sob a firma e designação de Empresa Fabril e Comercial de Ovar, Limitada¹⁷². O seu capital social era de 30 000\$00, embora apenas estivessem realizados 25%.

Em Setembro de 1921, *O Democrata*, militante das causas do «regionalismo» aveirense, em boa medida porta-voz das iniciativas do Banco Regional (seguido de perto pelo *Concelho de Estarreja*), dava conta do começo da laboração da Empresa de Curtumes de Ovar, repetindo, no essencial, a notícia publicada dias antes, que via com bons olhos o aparecimento desta nova unidade em Ovar: «A fábrica apresenta um aspecto interessante pela linha elegante da sua construção, onde a luz e o ar entram francamente, dando ao edifício toda a higiene e asseio que tal indústria modernamente reclama. No rés-do-chão acham-se construídos todos os tanques destinados às operações do costume [isto é, da curtimenta das peles, encontrando-se todo o vasto pavimento cimentado] e, fora do edifício, os da calcinação. O primeiro andar é um vastíssimo salão e nele está instalada a estufa que, pelas suas largas dimensões comportará centenas de peles»¹⁷³. Nesse primeiro andar ficavam montadas outras secções e a empresa nele «reservou também o espaço necessário para a montagem de uma oficina de calçado, que projecta estabelecer em breve». Acrescentava ainda que «a parte técnica» estava «confiada a um *hábil artista*» – que nenhum dos três periódicos referidos identifica –, curtindo a fábrica pele de raposa, coelho, cabra, lontra, texugo, carneiro, vitela, etc.»¹⁷⁴. Um anúncio publicado, meses depois, na *Soberania do Povo*, mostra que a produção desta fábrica era grosseira: «Solos, atanados, bezerros, seleiro, vitelas e couros para tamancos»¹⁷⁵. Alimentava, por certo, as necessidades dos inúmeros correeiros, que, como algumas outras profissões em declínio, exerciam a sua actividade em nome individual, sem qualquer registo.

Em 3 de Março de 1924, os sócios desta empresa procedem à alteração do seu pacto social, tendo-se verificado, então, a cessão de sete das suas quotas¹⁷⁶. Em 1928, o Banco Regional de Aveiro, então único proprietário da fábrica de curtumes de Ovar, anuncia a intenção de venda da mesma, «que compreende prédio rústico com perto de 12 000 metros quadrados, pinhal e eucaliptos, edifício, instalações de curtimenta e maquinismos, tudo em óptimo estado para laboração»¹⁷⁷. É possível que esta empresa tivesse definhado devido à concorrência da moderna empresa estabelecida em Estarreja, como mostro de seguida.

4.1.2. A Companhia de Curtumes Antuã

Em 29 de Julho de 1922, nasce em Estarreja uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, denominada Companhia de Curtumes Antuã, com um capital de 500 000\$00, cujo objecto social consistia na «preparação de camurças,

couros, peles e mais artigos similares e derivados englobados na generalidade»¹⁷⁸. Catorze dos seus quinze fundadores eram naturais de Estarreja, distribuindo-se as suas profissões da seguinte forma: 5 «negociantes» ou «comerciantes», 3 «proprietários», 2 médicos, 2 engenheiros e 1 «industrial». Para o primeiro triénio, foram nomeados os seguintes três directores efectivos: o engenheiro espanhol, Juan de Guinea Y. Basterra, residente no Porto, que figura na escritura como primeiro outorgante, o Dr. Guilherme Eugénio de Souto Alves, advogado, e António Tavares Afonso e Cunha, «proprietário», que, na verdade, era um empresário industrial¹⁷⁹.

Segundo a escritura de fundação, a sociedade tinha iniciado a sua actividade no início desse ano, mais exactamente em 1 de Janeiro. Nada de estranho, pois era um procedimento frequente em todos os sectores de actividade. Contudo, desta feita, estamos perante uma situação invulgar. Um ano antes, em 29 de Janeiro de 1921, *O Concelho de Estarreja* afirmava: «Em todo o concelho e mesmo fora dele, já é por demais conhecida a Empresa Antuã [...], com sede na Póvoa da vila de Estarreja, *que há seis anos* fundou a indústria de curtumes e peles e, fazendo pouco a pouco o seu desenvolvimento». Acrescentava, a seguir, que essa empresa «apresenta actualmente, no seu interessante *métier* fabril, alguns produtos que representam a introdução de nova indústria no nosso país»¹⁸⁰.

Numa «circular», publicada noutro número do referido periódico, os seus quatro proprietários, com Egas Moniz (1874-1955) à cabeça, esclarecem que a Empresa Antuã fora fundada em Setembro de 1914, com um capital social de 5 300\$00, «no momento difícil da declaração da Grande Guerra, que, durante quatro largos anos, havia de conturbar a paz do mundo, abalando nos seus alicerces toda a organização industrial e comercial»¹⁸¹. Informavam mais de que «os seus produtos, designadamente as peles, camurças, antas e tira-taco, como artigos de introdução de novas indústrias do país, obtinham fácil colocação no mercado, e eram procurados pelas casas da especialidade [...]. A empresa foi-se desenvolvendo, ocupando hoje lugar de destaque nas indústrias nacionais»¹⁸². A fábrica, que ocupava um terreno de 120 000 m², empregava um elevado número de operários, constituindo, «sem contestação, o fulcro do desenvolvimento industrial deste concelho».

Entre 1921 e 1922, os seus proprietários decidiram refundar essa empresa, transformando-a numa sociedade anónima. Volto ao texto do referido periódico estarrejense: «Proposto o problema aos actuais proprietários da Empresa Antuã para aproveitamento de todos os variados elementos do concelho em organizações industriais, por secções reunidas numa grande sociedade, à maneira do que se faz no estrangeiro, de bom grado animaram a transformação colectiva da sua fábrica

nas bases do projecto que passamos a apresentar»¹⁸³. Nas duas colunas de texto, *O Concelho de Estarreja* apresenta as bases de uma sociedade anónima a fundar. Assim, os aspectos principais da proposta eram os seguintes: o capital social da novel sociedade seria de 500 contos, sendo 250 contos em acções privilegiadas, que teriam um lucro garantido de 6%, mesmo que a empresa não alcançasse um grande desenvolvimento, e 250 contos em acções ordinárias; o activo e passivo da Empresa Antuã seria valorizado em 250 contos, que entrariam na sociedade, representando o capital das acções ordinárias e seriam equitativamente divididos entre os proprietários desta empresa; a nova Companhia Antuã teria um Conselho de Administração de três membros, «com ordenado mensal e 5% nos lucros», desde que estivessem garantidos os 6% das acções privilegiadas; esse conselho nomearia, «entre os seus membros, entre os accionistas ou de fora, um director com ordenado, que tomar[ia] a direcção suprema de todos os serviços da fábrica e da parte comercial, dando conta [dos seus actos] ao Conselho de Administração, que reunir[ia] mensalmente»¹⁸⁴. Além disso, teria a nova sociedade um conselho fiscal e poderia aumentar o capital «em mais 500 contos, sendo igualmente 250 contos em acções privilegiadas e 250 em acções ordinárias, tendo preferência na sua aquisição os antigos accionistas».

Segundo a «Circular» publicitada por *O Concelho de Estarreja* para a subscrição pública das acções, os empresários da Empresa Antuã pretendiam adaptar a velha fábrica «às correntes modernas, *adoptando os métodos de taylorização, harmonizando-a com a transformação que na Europa se operou após a paz*», transformando a limitada empresa de 1914, «numa grande e poderosa Companhia que, organizada nas bases que o momento actual aconselha e preconiza, seja simultaneamente uma colocação de confiança para capitais até hoje antipatrioticamente immobilizados e um elemento de ressurgimento nacional e regional»¹⁸⁵. Afirmavam ainda os promotores da nova empresa que, «na época áspera e dura que se atravessa, só se valorizam, triunfando, os povos que produzem o máximo em todos os ramos de indústria», pelo que, «desenvolver as existentes e lançar as sementes de indústrias novas será trabalhar para um Portugal maior». Noutros textos, depois de se descrever sucintamente a impossibilidade de expansão dos negócios com tão deficiente equipamento técnico, afirma-se a convicção de que as velhas fábricas, como a Antuã, estavam condenadas: «As circunstâncias económicas criadas pela Grande Guerra, e que depois desta ainda continuam a agravar-se mais, *tornavam inviáveis as indústrias manuais*»¹⁸⁶.

De qualquer modo, importa realçar que este discurso, de tinturas industrialistas, tinha propósitos de feição «regionalista», ideologia muito em voga neste

período, que, curiosamente, ao contrário do regionalismo aveirense, se cingia aos estreitos limites do concelho. Não é por acaso que, à semelhança do que se passava em Aveiro com a fundação, por exemplo, do Banco Regional de Aveiro, o projecto de transformação da Empresa Antuã em sociedade anónima era visto como parte integrante de um plano que tinha como «fim principal o desenvolvimento industrial» de Estarreja, constituindo a nova empresa «um elemento poderoso e eficaz do desenvolvimento do concelho, que, sem deixar de ser essencialmente agrícola», estava, em sua opinião, «destinado a tornar-se, até pela sua magnífica situação geográfica, um dos melhores centros industriais do país»¹⁸⁷. Ou de outra das muitas formas que a imprensa local tinha de formular esses propósitos: a novel empresa constituiria para o concelho de Estarreja «a aurora do seu desenvolvimento e progresso industrial»¹⁸⁸.

Por essa razão é que os subscritores da referida «circular», identificando a falta de modernas fábricas de serração e de moagem de cereais como «dois problemas de fomento local», afirmavam: «Somos o centro de uma região habitada, de densas e extensas matas de pinheiro marítimo [o que não era de todo verdade], onde se sente a falta da serração mecânica de madeiras. Somos um concelho produtor de arroz e milho com 35 mil habitantes, em cuja alimentação entram estes dois géneros de primeira necessidade, cujos descasque e farinação mecânicas, pelos processos modernos, os impõem como medida económica de barateamento da vida»¹⁸⁹. É possível que a já referida moagem de Estarreja tenha sido fundada por este grupo, como parece que os mesmos indivíduos estão à cabeça do projecto da fábrica de serração, que refiro adiante, neste capítulo. É neste enquadramento que teremos de compreender o aparecimento, em 1922, e, em 1 de Janeiro de 1923, da importante Sociedade de Produtos Lácteos, com sede em Avanca, que viria mais tarde a integrar-se no projecto Nestlé.

No final de 1921, sem entrar em pormenores, Gonçalves de Castro dava conta das visitas à fábrica de curtumes por parte «de grandes industriais dos principais centros do nosso país e banqueiros possuidores de avultados capitais»¹⁹⁰.

Durante cerca de meio ano, a imprensa local nada mais disse sobre a fábrica. Em Agosto de 1922, *O Concelho de Estarreja* volta a esse tema, a propósito da escritura de sociedade, celebrada dias antes, em 29 de Julho¹⁹¹. Destacava os membros da direcção da esperançosa empresa: «Fazem parte da sua direcção o engenheiro D. Juan de Guinea y Basterra, Dr. Guilherme Souto e António Tavares Afonso e Cunha, que é também *director-delegado*, assumindo a *gerência técnica* o engenheiro José Marques Pereira Barata, continuando na *gerência industrial* o hábil artista que tem firmado os seus créditos na Antuã, Sr. Manuel Maria Esteves de

Oliveira»¹⁹². Nas designações dos cargos cruzam-se as terminologias tradicionais e as que agora testemunham o nascimento da empresa moderna.

Outro aspecto que o referido semanário destacava era a «fortuna» que bafejava a fábrica da Póvoa de Estarreja «pelo ingresso no grupo de indústrias protegidas pela poderosa casa bancária Pinto & Sotto Mayor, cuja gerência, por coincidência, pertence a pessoas do nosso concelho»¹⁹³.

Mais informava *O Concelho de Estarreja* de que «para a nova Companhia já vem a caminho uma máquina marca Lanz de 60 cavalos para força motriz», acrescentando que a empresa, quando esperava por «vinte aparelhos diversos» da Alemanha, iria proceder «à montagem de uma serralharia mecânica para reparações das suas máquinas e também para servir o público». Concluía com a certeza de que logo que a fábrica de curtumes estivesse pronta, a «nova companhia» ampliaria «o seu *métier* com a exploração de mais indústrias novas para esta região»¹⁹⁴.

Em 11 de Setembro de 1922, cerca de dois meses depois da integração do activo da Empresa Antuã na Companhia de Curtumes Antuã, SARL, o advogado Afonso e Cunha oficializa essa transacção¹⁹⁵. Esta última empresa foi representada no acto pelo seu gerente, Eng. José Marques Pereira Barata. Os prédios arrolados nesse documento foram vendidos pelo preço «de 41 182\$86, sendo 31 182\$86 dos prédios e 10 000\$00 da chave». Entre os bens imóveis da firma liquidada, contava-se um terreno «situado na freguesia de Beduído, terreno que foi pinhal e hoje se encontra, em parte, arborizado por eucaliptos, sendo constituído também por uma barreira de saibro e achando-se nele *construções incompletas para coelheiras* e instalação de fábrica de curtumes, com seus logradouros»¹⁹⁶, mostrando como pensava a empresa assegurar o fornecimento da pele de coelho para a sua laboração.

Os meses de Setembro e de Outubro de 1922 são decisivos para a estabilização institucional da novel empresa. O facto de, na referida escritura de 11 de Setembro desse ano, o «Doutor José Marques Pereira Barata, engenheiro» [*sic*], de Beduído, Estarreja, ser referido como «gerente» da sociedade¹⁹⁷ resulta de ter assumido essas funções, no primeiro de Junho desse ano, embora a celebração do contrato de prestação de serviços apenas tenha sido celebrado meses depois, em 14 de Setembro de 1922¹⁹⁸. Segundo este documento, aquele técnico é contratado pelo tempo de três anos e meio, podendo ser tacitamente renovado por períodos sucessivos de igual duração. A Companhia concede a José Marques Pereira Barata «todos os poderes que os Estatutos atribuem à Direcção para nomear, contratar, demitir e fixar salários a todo o pessoal, com prévia autorização do director-delegado, devendo de tudo o gerente dar contas ou explicações aos empregados, encarregados de serviços técnicos especiais». Acrescentava ainda o mencionado contrato

que «além de todos os deveres e direitos que o Código Comercial atribui ao gerente, este fica impossibilitado de poder exercer a sua actividade em qualquer outro serviço industrial congénere, salvo autorização expressa e por escrito da Direcção». O citado técnico receberia um ordenado de 1000\$00 mensais, «sem prejuízo de modificação para mais ou para menos, conforme a oscilação do custo de vida e sempre de acordo entre ambas as partes. Além daquele ordenado, o gerente perceberá ainda 10% dos lucros líquidos acusados nos balanços da Companhia, nos anos de 1923 a 1925 [...]. Pelos serviços extraordinários prestados pelo gerente durante o segundo semestre deste ano e a título de prémio pelos serviços de instalação e montagem da Companhia, perceberá ainda o gerente uma quantia que a Direcção fixar em sua primeira sessão de 1923 e que não poderá ser inferior a 5000\$00»¹⁹⁹.

O referido contrato estipulava ainda um conjunto largo de regalias para o «gerente», como o pagamento de todas as despesas de transporte ao serviço da Companhia, de ajudas de custo, dentro da Metrópole, para viagem, na importância de 10\$00 ou 15\$00 se regressasse no prazo de 24 ou 48 horas, respectivamente e de 22\$00 para todos os outros casos, como ficavam a cargo da empresa todas as contribuições gerais e especiais que vierem a ser lançadas ao gerente.

Depois da contratação do «gerente», no mês seguinte, foi a vez de um técnico. Tal como a Empresa de Curtumes de Ovar, também a Companhia de Curtumes Antuã teve necessidade de contratar um técnico. Para isso, foi celebrado um contrato de prestação de serviços que fornece um conjunto apreciável de informações sobre a empresa e os seus produtos. Assim, em 8 de Outubro de 1922, os advogados António Tavares Afonso e Cunha e Guilherme Eugénio Souto Alves e o engenheiro José Marques Pereira Barata, os dois primeiros na qualidade de directores e o terceiro como *gerente* da Companhia de Curtumes Antuã, estabeleceram um acordo com Teodoro Moreno, cidadão espanhol, então residente em São Mamede de Infesta²⁰⁰.

Perante o notário, este técnico de curtumes, que «declarou falar e conhecer perfeitamente o idioma português, pelo que não foi necessário intérprete», comprometeu-se a prestar à Companhia de Curtumes Antuã todos os serviços da sua especialidade ou profissão, entre 1 de Novembro de 1922 e 31 de Dezembro de 1923.

Segundo o referido contrato, Moreno receberia um ordenado de 700\$00 mensais. A empresa assumia também o pagamento da sua viagem e da sua mulher e filhos, em caminho-de-ferro, do Porto a Estarreja, bem como as despesas de transporte, para esta vila, da sua mobília bem como «a renda da casa por ela esco-

lhida, para habitação do segundo outorgante, sua mulher e filhos, durante a vigência deste contrato, comprometendo-se o segundo outorgante a residir permanentemente nesta vila de Estarreja enquanto durar o contrato».

Atentemos nas restantes cláusulas do ajuste: «Desde o início até ao fim do contrato, o primeiro outorgante obriga-se a continuar com o fabrico dos artigos seguintes, que *já se fabricam nas actuais instalações fabris* da companhia: tira-taco, atilhos, camurças de limpeza e de calçado, sola cromo e sola branca, peles curtidas em cabelo e, além disso, obriga-se a instalar o novo fabrico de calfes, *box-calfes*, *chevrots* e suas imitações, vernizes e todos os demais artigos da indústria de curtumes e com ela relacionados e ainda ao aproveitamento de lãs e desperdícios da fábrica. O segundo outorgante compromete-se ainda a executar todos os serviços e fazer o fabrico à vista e na presença da direcção desta companhia ou de pessoa por ela indicada, de maneira a facultar sempre à mesma direcção todos os conhecimentos e todos os detalhes de que a mesma direcção necessite, para que a direcção da companhia ou pessoa por ela indicada fique perfeita e completamente conhecedora de todos os segredos práticos e teóricos da indústria e fabrico de curtumes e dos artigos já referidos»²⁰¹.

O compromisso terminava estipulando, ainda, que, caso Teodoro Moreno se conservasse ao serviço da sociedade até ao dia 31 de Dezembro de 1923 e se sujeitasse sempre à fiscalização, direcção e instruções do gerente da companhia, receberia «a quantia de 5000\$00, pagos de uma só vez». Ficava igualmente aberta a possibilidade de celebração de um novo contrato, a começar a 1 de Janeiro de 1924.

Como vemos, os conhecimentos técnicos assumiam uma extraordinária importância para a sobrevivência destas empresas. De facto, como sublinha José Amado Mendes, mais do que a introdução de maquinaria – máquina a vapor, *foulon*, martelo-pilão, etc., que se começam a generalizar a partir da I Guerra Mundial –, esta indústria esteve condicionada pelos progressos alcançados no domínio da Química²⁰².

Em 1924, António Afonso e Cunha e Egas Moniz eram os directores da Antuã. Por lapso, o notário terá omitido o nome António Bernardino Ferreira. Foi esta a direcção da empresa durante muitos anos mais. Num anúncio publicado no *Anuário Comercial de Portugal*, pode-se ler: «Empresa Antuã. Estarreja. Fabricação nacional de peliças, camurças e cabedais finos»²⁰³.

Em 1926, meio ano depois de ter dado início a uma nova fase da vida – «temos a fábrica em franca laboração desde Dezembro de 1925»²⁰⁴ –, a direcção da empresa decide elevar para 2500 contos o seu capital social, sendo anunciado

que os novos accionistas ficariam «com direitos e garantias iguais ao capital inicial»²⁰⁵, sublinhando que «as instalações fabris, as melhores do país», que «não se montariam hoje com 3000 contos», permitiam «elevar para o dobro a sua capacidade produtiva»²⁰⁶.

Em comunicado publicado em *O Concelho de Estarreja*, a direcção da empresa dá conta da conclusão das instalações «para curtume vegetal da Fábrica da Companhia de Curtumes Antuã, de Estarreja, afirmando que, assim, lhe é possível «aumentar a produção, que até aqui tem sido de 12 toneladas de sola para 25 a 30 toneladas mensais», estando igualmente concluída «a secção de curtumes a cromo para uma produção média de 50 a 60 000 pés de calf e vaca-calf e 30 a 40 000 pés de peliça para forros, permitindo-nos também intensificar a produção de atanados de atilhos e outros artigos de venda garantida»²⁰⁷.

Em Julho de 1926, o *Jornal de Estarreja* retractou-se publicamente de ter andado, até então, «algo alheado deste melhoramento», não escondendo agora a sua «admiração e estupefacção» pela grandeza da empresa e pela «vontade sem desfalecimentos e o grande esforço» da direcção, sublinhando com números colhidos na estação do caminho-de-ferro a grande dimensão que a empresa atingira num «meio pequeno como o nosso»: «Esta fábrica, de 1 de Janeiro a 30 de Junho do corrente ano, fez um movimento de importação e exportação de mercadorias pela estação de Estarreja de cerca de 460 toneladas»²⁰⁸. E concluía, rematando de forma esclarecedora: «Todos nós estarrejenses, quanto mais não seja, devemos à Antuã a gratidão de ter sido ela quem iniciou o movimento fabril que está presentemente a operar-se dentro do nosso concelho».

A partir de então, a fábrica é visitada por diversas pessoas e entidades. Em 1928, o director de *O Ilhavense* descreve as magníficas instalações, detendo-se extasiado na diversa maquinaria, nos «moderníssimos maquinismos» que viu em laboração; em sua opinião, a Fábrica de Curtumes de Estarreja, onde «tudo funciona com ordem e com precisão matemática, que denotam vasto conhecimentos de quem em tais serviços superintende», empregava então «perto de 100 operários»²⁰⁹.

Nos anos 20, nas páginas da imprensa local de Águeda são publicados anúncios da Empresa de Curtumes de Ovar e da Fábrica de Curtumes a Vapor, de Simão & C.^a, com sede em Avelãs de Caminho, no concelho de Anadia. A razão do anúncio dos produtos desta última empresa, fundada em 18 de Novembro de 1920, prende-se certamente com o facto de um dos sócios, Manuel Joaquim Canário, ser de Águeda²¹⁰.

4.2. *Fabrico de calçado*

Em 1883, havia em Aveiro 20 «oficiais de sapateiro», dos quais, 3 com loja²¹¹. Ao longo do período estudado, parece que esta realidade não registou alterações significativas. Como já referi anteriormente, a propósito da produção doméstica de vestuário, também a actividade dos sapateiros, nesta sub-região, tinha escassa especialização, alternando muitos deles a actividade da oficina com actividades no campo, na pesca e até na indústria cerâmica²¹². Porventura o caso mais conhecido era o de Joaquim Rodrigues Canário, lampianista da Câmara Municipal de Águeda, falecido em 2 de Maio de 1891, que bem podia ser conhecido como o homem dos sete ofícios, porque, ao mesmo tempo que acendia os candeeiros da iluminação pública, era sapateiro, músico, correiro, moço de recados e impressor²¹³.

O ofício de sapateiro é um dos que mais tardiamente se libertaram das práticas e comportamentos corporativos, apesar de existir na cidade de Aveiro, desde 1893, uma escola industrial, que inscreveu, entre os seus primeiros 107 alunos, 6 sapateiros²¹⁴. Em 29 de Setembro de 1921, em pleno século XX, ainda é celebrado, em Águeda, um «contrato de aprendizagem», válido por dois anos, redigido quase nos moldes da organização corporativa, extinta pelo Decreto de 7 de Maio de 1834. Rosa de Jesus, jornaleira, e o mestre sapateiro Manuel Gomes Martins, «que exerce a arte de sapateiro, no lugar de Bolfiar, onde tem a sua oficina», celebram um contrato para admissão, como aprendiz, do menor Eduardo de Almeida, filho daquela²¹⁵. Ainda que o aprendiz não fosse associado à condição de criado doméstico, como aconteceu noutros contratos dos anos anteriores, a «mãe do menor Eduardo de Almeida, e sua representante legal, obriga[va]-se, nesta qualidade, a apresentar o seu filho ao trabalho, ou na oficina de sapataria, em Bolfiar, ou em casa de qualquer freguês, à vontade do primeiro outorgante, todos os dias úteis, à hora do trabalho», e a pagar \$50 diários, devendo o seu filho seguir, «em tudo, a direcção, prescrições e ordens do mestre, primeiro outorgante», dando como garantia «todos os seus bens imóveis em geral, e, caso o seu filho não conclua a aprendizagem por sua culpa ou dela, obriga-se ao pagamento de 50\$00, a título de multa convencional em favor do primeiro outorgante, e em segurança e garantia desta quantia, hipoteca todos os seus bens imóveis, em geral, e, especialmente, uma terra lavradia [...]. Em tudo o mais regularão as disposições dos artigos 1391.º-1395.º do Código Civil e mais legislação aplicável»²¹⁶.

Embora não possua números suficientes para apoiar a afirmação, parece que, nas duas primeiras décadas de Novecentos, aumentou o número de «oficiais de sapateiro» com loja. No final de Oitocentos, os sapateiros adquirem mais visibilidade e

consideração social, integrando as fileiras do republicanismo e do associativismo cultural. Em 1864, por exemplo, o sapateiro António Marques de Almeida integra o grupo fundador da Associação Aveirense de Socorros Mútuos das Classes Laboriosas, fazendo parte da sua primeira direcção²¹⁷. Em 1896, o sapateiro Júlio Rodrigues da Silva ou Júlio Cartaxo, falecido em 1921, integra o grupo fundador da Sociedade Recreio Artístico, de Aveiro²¹⁸. Mas, lentamente, estas oficinas, de maior ou menor dimensão, vão-se transformando em estabelecimentos comerciais, mantendo um pequeno espaço para reparação, enquanto anunciavam, frequentemente, a chegada de novos modelos ou um grande sortimento de calçado para homem, criança e senhora. Os dados do *Anuário Comercial de Portugal* permitem pensar que, muito lentamente (à medida do crescimento da população dos centros urbanos?), as sapatarias vão suplantando as tamancarias, que, durante décadas, inibiram o crescimento do fabrico de calçado.

As tamancarias, cujo número, a avaliar pela quantidade de anúncios, seria elevado, mantinham-se muito activas nos finais de Oitocentos. Em 1895, a *Soberania do Povo* publica o anúncio da tamancaria de Aniceto Marques Lima, sita na R. Luís de Camões, em Águeda. Segundo o texto do referido anúncio, essa tamancaria possuía um «vastíssimo sortimento de tamancos para homem, mulher e criança», informando mais de que se executavam «também com a máxima perfeição chancas e formas para calçado de sola»²¹⁹.

Mas, se as tamancarias, existentes em todas as freguesias, concorriam com os sapateiros, as maiores ameaças advinham da concorrência das fábricas de calçado, a Norte, e das sapatarias do Porto. Alguns sapateiros ou simples «estabelecimentos de sola e cabedais», desta cidade, anunciavam os seus produtos em Aveiro, que compreendiam os produtos «pertencentes às artes de sapateiro, tamanqueiro e correeiro»²²⁰. Esse fenómeno terá perturbado este ramo de actividade. Certamente por isso é que, no final de 1891, os «oficiais de sapateiro e mestres de oficina de calçado», de Águeda, trataram «de se combinar para elevarem o preço dos produtos da sua arte. Falam até em fazerem uma escritura de compromisso»²²¹.

No início do século XX, em Aveiro, nascem diversas oficinas de sapataria, algumas vezes muito próximo umas das outras²²². O mesmo acontece em Águeda, em Ovar e em Albergaria-a-Velha²²³. Em 1911, a Sapataria Moderna, de Albergaria, anunciava a venda de calçado «no mercado desta vila todos os domingos, onde [os fregueses poderiam] certificar-se da perfeição do seu calçado e do preço limitadíssimo, não prejudicando isto a continuação do *fabrico de calçado por medida*»²²⁴. Os anúncios não permitem saber quando essas oficinas adquiriram uma maior dimensão. Em Outubro de 1915, um periódico local fala de uma nova sapataria «dotada com mais estabelecimento industrial de sapataria em larga escala»²²⁵.

Em 1919, dos 4679 sapateiros «fabricando por conta própria» existentes em Portugal, no distrito de Aveiro havia 176. De resto, trata-se de um número inferior aos de outros distritos, com Lisboa à cabeça (906)²²⁶.

Na década de 1921-1930, verificam-se algumas mudanças. A tamancaria, que quase desaparece dos registos dos livros notariais, torna-se uma actividade marginal, sem qualquer significado económico. Em 28 de Agosto de 1900 foi fundada, em Ovar, uma espécie de sociedade de capital de indústria, com a qual a «capitalista» Maria Dias procurou socorrer «filantropicamente» um casal de tamanqueiros caídos na pobreza²²⁷. Em 27 de Agosto de 1927, uma «firma» de tamanqueiros estabelece o seu estabelecimento de «indústria e comércio de tamancaria, cabedais e seus derivados» num rés-do-chão arrendado por um ano, em Ovar²²⁸ (Da «sociedade» do «negociante» António Augusto Fragateiro, denominada António Augusto Fragateiro & Companhia, não há registo notarial. Era, certamente, mais uma das muitas sociedades «irregulares» ou «tácitas» então existentes).

Apesar do aparecimento de duas sociedades por quotas de responsabilidade limitada, nunca estamos perante a tentativa de fundação de uma qualquer fábrica de calçado. São projectos mais ambiciosos, que ultrapassam os habituais valores constantes dos trespases de sapatarias, que tinham, no início da década, valores irrisórios. Entre outros, refiro o trespase da sapataria Reis, em Aveiro, em 18 de Março de 1920. Segundo a respectiva escritura, o trespase, que compreendia o rés-do-chão e o primeiro andar do prédio onde estava instalada a referida sapataria, foi acordado pelo «preço em globo» de 1250\$00²²⁹. Mas uma dessas sociedades, com oficina estabelecida em S. Vicente de Pereira, teve duração breve. A outra, sob a firma Elmano Ferreira Jorge, Limitada, terá beneficiado de um ambiente propício e de um mercado de maior dimensão.

5. Indústrias das madeiras

Em 1867, a floresta da sub-região da Ria de Aveiro era dominada pelo pinheiro. Pela barra de Aveiro saíram, entre 1853 e 1862, 3 515 902 metros cúbicos de madeira de pinho, com destino a Sevilha, Cádiz, Málaga, Alicante, Lisboa, Porto, Peniche, Ericeira, Cascais, Algarve e ilha de S. Miguel²³⁰. No mesmo período de tempo, as restantes madeiras expedidas ficaram-se pelos 13 7738 m³: sobreiro (11 323,6 m³), faia (1204 m³), carvalho (739,2 m³); o castanho, o buxo, o cedro e o freixo, em conjunto, não chegavam aos 500 m³.

Décadas depois, no seu estudo, *Portugal. A sua riqueza silvícola*²³¹, António Mendes de Almeida chega à conclusão de que a produção anual de madeiras, lenhas e ramos de pinhais (5 657 935 m³) representava 63,16% do todo nacional (8 957 198 m³). Os dados relativos ao distrito de Aveiro são bem expressivos: a floresta, no seu conjunto, ocupava 118 608 ha, isto é, 43% da superfície total do distrito, dos quais 93% (110 316) eram ocupados por pinhais. Além desta, com menor peso económico, havia pequeninas manchas de outras árvores, «de grande utilidade nos usos domésticos e industrial», como os carvalhos, os castanheiros, os sobreiros e os choupos²³².

Quadro 3.2 Valor dos pinheirais na sub-região da ria de Aveiro, 1867

Concelhos	Pinheirais (hectares)	Pinheiros p/ corte por ano	Madeira (m ³)	Achas (esteres)	Ramadas (carradas)	Outras madeiras	Valor global
Águeda	8000	120 000 ¹	40 000	60 000	40 000	4 500	188 660\$000
Albergaria	4600	–	37 000	34 500	13 800	1 800	159 338\$000
Aveiro	100	8 000	–	18 000	21 000	1 275	55 330\$000
Estarreja	3400	–	17 000	26 000	9 000	300	49 120\$000
Ílhavo	–	–	200	1 200	180	–	1 459\$000
Ovar	130	–	24 000	40 000	10 532	600	114 132\$000
Vagos	1100	–	2 444	7 334	4 636	–	30 205\$600

Fonte: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Como se pode ver, a situação não registou alterações significativas, durante as seis décadas transcorridas. As escassas fontes disponíveis permitem-nos afirmar que a silvicultura era praticada em toda a sub-região, mas era nos concelhos mais afastados da ria, especialmente em Albergaria-a-Velha e Águeda, que a exploração florestal assumiu relevo económico mais evidente, no período histórico em apreço, tendo registado um incremento de cerca de 5% a superfície florestada, entre 1902 e 1926-1930. Assim, a superfície florestal passou de 21,9%, isto é, 1 957 000 ha, para 26,1%, num total de 2 332 000 hectares²³³.

Em 1867, no concelho de Águeda, cerca de metade das madeiras «é empregada pelos lavradores e outros proprietários do concelho para construções de casas, instrumentos agrários e de abegoaria, sendo vendida a outra metade ou pouco mais». Os 20 000 metros cúbicos de madeira para construções, a 2\$800 réis, em Águeda, tinham o valor de 56 000\$000 réis²³⁴. Acrescentava Campos e Oliveira

que «as lenhas são vendidas em grande quantidade para fora do concelho, principalmente as achas de pinho, das quais se fornece a fábrica da Vista Alegre, no valor aproximado de 6000\$000 réis anualmente, sendo as outras quantidades mandadas para diferentes localidades do distrito, principalmente para as do litoral»²³⁵.

Segundo a mesma fonte, «os pinhais do concelho de Albergaria[-a-Velha] têm fornecido uma grande quantidade de madeira de pinho para exportação, principalmente para os caminhos-de-ferro de Espanha» e «muitos milhares de postes para telégrafos eléctricos»²³⁶. As lenhas eram consumidas pela população do concelho.

O concelho de Aveiro não era auto-suficiente, recebendo, por isso, «lenhas e madeiras dos concelhos de Águeda, Sever [do Vouga] e outros»²³⁷. Em Vagos, a situação era semelhante; contudo, aí, «os lavradores, proprietários e mais habitantes do concelho [compravam] bastante madeira na feira anual do sítio da Vista Alegre [...], onde aparec[ia]m grandes quantidades de diferentes madeiras, procedentes dos sítios de Cantanhede e Bairrada». Neste concelho, além dos produtos indicados, os pinhais davam ainda cerca de 7 toneladas de breu e 1,5 tonelada de carvão²³⁸. Em Estarreja, Ílhavo e Ovar, alguns dos pinhais servem para barrar o avanço das areias. Em Vagos, os pinhais eram «pouco desenvolvidos, sendo na totalidade o *pinus silvestris* a qualidade que se encontra»²³⁹.

Embora só se tivesse tornado visível economicamente no final de Oitocentos, o eucalipto ganhava adeptos em todos os sectores. Como mostrou Ernesto Goes, apesar de ser conhecido desde 1774, a cultura do eucalipto só se iniciou em meados do século XIX, especialmente pela acção do barão de Von Müller e por Ramel²⁴⁰. Em Portugal, o eucalipto terá sido introduzido em 1829. Em 1852, o barão de Massarelos terá feito uma plantação de eucaliptos na sua Quinta da Formiga, a sul de Vila Nova de Gaia²⁴¹. Nos anos seguintes, assistiu-se à divulgação das excelências medicinais, sanitárias e especialmente económicas dessa árvore, nomeadamente da variedade *globulus*, que constituiu «a base dos eucaliptos em Portugal». Para Jaime de Magalhães Lima, «o tempo da passagem do *Eucalipto* dos viveiros académicos para a cultura económica usual poderá ter começado em 1870. É de 1870 a *Breve notícia sobre o Eucalipto globulus*, do ilustre propagandista, Sr. Eduardo de Oliveira, e de 1876, o *Eucalipto globulus*, de Carlos de Sousa Pimentel. Essas publicações [...] marcam uma época, o início inteligente e fecundo desta cultura florestal»²⁴².

Em 1902 – volto a Ernesto Goês –, «foi plantado pelo Dr. Jaime de Magalhães Lima, na sua Quinta de S. Francisco, em Eixo, perto de Aveiro, o mais belo arboreto de eucaliptos existente em Portugal»²⁴³. Na sua quinta em Eixo, no concelho de Aveiro, Jaime de Magalhães Lima experimentou mais de 80 espécies,

como mostrou no seu livro *Eucaliptos e acácias* [...], cujas conclusões foram depois divulgadas pela imprensa de Albergaria-a-Velha, numa altura em que se falava na arborização do Monte do Socorro²⁴⁴.

Mas em 1877 já havia eucaliptos no vale do Caima. Descrevendo a actividade das minas nos concelhos de Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga, Marques Gomes testemunha, impressionado, «o grande tráfego e o corte constante de madeiras» a que se assistia então: «É por isso, sem dúvida, que na vasta propriedade do estabelecimento [das minas do Palhal], nas margens do rio Caima, se tem procedido a grandes sementeiras de penisco e a grandes plantações de árvores das mais ricas espécies. *Os eucaliptos vêem-se aos milhares*. Passem-se dez anos mais nesta actividade enérgica, e as margens do rio Caima serão um dos pontos mais importantes do distrito»²⁴⁵.

Em Agosto de 1913, integrando o movimento de grande fascínio pelas inúmeras vantagens desta árvore, *O Democrata* defendia o plantio de «extensas matas de eucaliptos [...], os quais são de mais rápido desenvolvimento que o pinheiro e não são menos preciosos, já pelo abrigo, já pela fixação das areias, já pelo preço que atinge a sua madeira, *tão empregada hoje nas construções e até na marcenaria e na tanoaria* [...]»²⁴⁶. Em Agosto de 1924, a *Voz de Águeda* dava o testemunho: «Por todo o nosso concelho se disseminou há anos a febre da plantação de eucaliptos»²⁴⁷. No final da década de 1920, a cultura do eucalipto, no distrito de Aveiro, devia estar perto dos 8000 hectares, representando, assim, cerca de 2,9% da área florestada²⁴⁸.

Mas esse entusiasmo encontrou resistências fortes, nas primeiras décadas, mormente nos sectores agrícolas resistentes à mudança. Em 1924, um «lavrador» de Folgoselhe afirmava que «a cultura do pinheiro tinha vantagens sobre a cultura do eucalipto», pois «o pinhal principiava a produzir ao fim de poucos anos: matos, empas, varas, pinhas, etc.», enquanto «o eucalipto se desenvolvia mais depressa, mas nada se utilizava durante o seu crescimento»²⁴⁹. Nos outros sectores de actividade, as maiores resistências à difusão do eucalipto vinham dos empenos causados pelo desconhecimento da época do corte. Pedro Chaves publicita as suas primeiras e bem-sucedidas experiências com eucaliptos, que terá realizado em 1906. Anos depois, em 1924, contava, em carta publicada pela *Voz de Águeda*: «Em 1913, comuniquei-as à Direcção-Geral dos Serviços Florestais e só há pouco mais de um ano tornei público o resultado dessas minhas experiências» sobre a época para o corte das árvores²⁵⁰. Mas já antes havia construtores navais, tanoeiros e marceneiros que sabiam quando e como cortar essas árvores. Em 1920, a construção naval da região já usava madeira de eucalipto²⁵¹.

No entanto, a expansão do eucalipto, nomeadamente de eucalipto *globulus*, ficou a dever-se fundamentalmente à indústria de pasta de celulose para papel²⁵². A fábrica de pasta de papel do Caima vai fazer silvicultura, nos concelhos de Albergaria-a-Velha e Águeda, para garantir a regularidade do abastecimento de madeiras, embora continuasse a comprá-la mais longe. Em 1907, foram feitas as primeiras experiências de cozimento de eucalipto, na fábrica da Quinta do Caima, no Carvalhal, em Albergaria-a-Velha e, depois de 1921, a produção de pasta de papel com madeira de eucalipto regista valores sempre crescentes²⁵³. Em Outubro de 1926, o *Jornal de Albergaria* afirmava: «A abundância de madeira de eucalipto virá, dentro de breves oito anos. A sua plantação, nesta região, nos últimos tempos, tem tomado extraordinário desenvolvimento e a própria Companhia do Carvalhal, nas suas muitas dezenas de hectares de terreno, já plantou, para se garantir de possíveis falhas no futuro, o equivalente a 500 mil pés, em substituição das suas extensas matas de pinheiros, que para o efeito baixaram à segunda categoria»²⁵⁴. O referido semanário acrescentava: «O eucalipto *globulus* é o que mais geralmente se tem propagado entre nós, talvez pelo seu famoso desenvolvimento, cana erecta, excelente madeira e rusticidade e ainda porque se presta a cortes regulares decenais. É este o tipo que [a Fábrica de Pasta d]o Carvalhal consome e planta, talvez porque não tem outros que maiores vantagens ofereçam».

A floresta detinha, neste período histórico, uma extraordinária importância económica, tanto como combustível como matéria-prima para a indústria, embora não tenha suscitado o aparecimento de empresas de exploração florestal. E havia uma forte consciência dessa importância. Em 1909, um semanário aveirense sintetiza com felicidade o papel central da madeira: «Se percorrermos os arredores de uma grande floresta em exploração, encontraremos aldeias cuja população se ocupa uma grande parte do ano em explorar, transportar e aparelhar os seus produtos; aqui acha-se uma *oficina de serração* de tábuas e vigas, além uma *oficina de móveis*, aqui uma *tanoaria*, além uma *oficina de carros*; aqui uma *fábrica de formas para calçado*, além uma *oficina de caixotes*, uma *fábrica de curtumes*, utilizando a casca de carvalho, ou uma *fábrica de extractos tânicos*, obtidos pela eveccção do castanheiro. Encontram-se ainda nos arredores das florestas, *fábricas de vidro*, *fornos de telha e de tijolos*, etc., já em menor número do que antes da descoberta das minas de hulha e de antracite»²⁵⁵. Acrescentava ainda o alcatrão e outros produtos obtidos por destilação, afirmando que «as travessas para o caminho-de-ferro, de postes para telégrafos e telefones e das calçadas de madeira, que nas grandes cidades tendem a substituir a de pedra, absorvem quantidades prodigiosas de árvores e dão trabalho a um número considerável de operários» e rematava enfati-

zando «os novos empregos para a madeira», nomeadamente a produção de «pasta, mecanicamente ou por processos químicos».

Os documentos compulsados permitem afirmar que a construção dos caminhos-de-ferro, durante a segunda metade de Oitocentos, estimulou fortemente a exploração florestal, mas foi a partir dos primeiros anos da I Guerra Mundial que a procura britânica de toros de pinheiro para escorar as galerias das minas e as necessidades da industrialização e da urbanização em Portugal fizeram da floresta, nomeadamente do pinheiro, um recurso económico precioso, fazendo crescer o comércio por grosso de madeira. Em Junho de 1915, o *Jornal de Albergaria* afirmava: «Há bastantes semanas que todos os dias se despacham na estação do caminho-de-ferro desta vila vagões carregados de toros de pinheiro, destinados a Inglaterra. É facto para ponderarmos, pois que, a continuar assim por muito tempo, em breve veremos a nossa gândara despida por completo»²⁵⁶. Em Setembro do ano seguinte, o mesmo periódico volta ao assunto, lamentando que ninguém colocasse obstáculos à saída da madeira que continuava a sair diariamente da estação de Albergaria-a-Velha²⁵⁷. Nesses anos, o sistemático abate de árvores, bem como os efeitos devastadores dos incêndios provocados pelas locomotivas a vapor, suscitaram por diversas vezes protestos na imprensa local. Segundo o *Jornal de Albergaria*, os incêndios eram «provocados pelas faúlhas dos comboios», e alguns causavam «prejuízos respeitáveis». E não havia «a quem pedir contas, visto a Companhia do Vale do Vouga nada pagar; o que há é arranjar guardas para evitar a repetição dos incêndios»²⁵⁸. No início de 1909, numa breve do *Campeão das Províncias* pode-se ler: «Recomeça e aumenta de novo a exportação de toros de pinheiro, em virtude do agravamento dos câmbios, que tornam mais remuneradores os preços em réis. Nestes últimos dias, foram despachadas 1500 toneladas de toros de pinheiro, que devem embarcar no vapor norueguês Hilda, com destino a Barry (minas de hulha em Cardif). O valor declarado foi 3680\$000 réis»²⁵⁹.

A indústria resineira, as serrações, as carpintarias, as marcenarias, as tanoarias e caixotarias, os estaleiros navais, as alquilarias, o caminho-de-ferro, a construção civil, a produção de pasta de papel, a distribuição do telégrafo e do telefone, primeiro, e da electricidade, depois, as calçadas de vilas e cidades, que inicialmente eram de madeira, todos os sectores de actividade, de um modo geral, viviam do abate de árvores. Muitas unidades industriais (edifícios, equipamento e utensílios) foram, durante décadas, construídas com madeira. Bom exemplo é o da Fábrica de Louça da Fonte Nova, em Aveiro²⁶⁰. De madeira eram, parcial ou na totalidade, as casas de habitação – dos soalhos aos vigamentos, das portas e janelas ao mobiliário –, os armazéns para as mais variadas actividades da pesca, seca de bacalhau,

sal, etc., tantas vezes referidos pelos notários. Mesmo em 1920, uma parceria de pesca «construiu um barracão que à mesma tem servido de armazém (barracão de madeira)»²⁶¹.

As necessidades domésticas da população, os fornos das olarias e das padarias alimentavam igualmente a procura de lenha. Em 1882, uma proprietária, viúva, de Albergaria assegura, num contrato de arrendamento, o fornecimento de «12 carros de lenha para seus gastos domésticos»²⁶². Aqui e ali surgem testemunhos que dão uma ideia da grande procura. Em 1868, um indivíduo de Beduído, Estarreja, contratou o fornecimento de toda a lenha de três pinhais, sitos na Branca, concelho de Albergaria-a-Velha²⁶³. Era certamente um negociante de madeira. Em 1895, um outro negociante de lenhas, de Águeda, comprou, na Redonda, perto do rio Alfusqueiro, «um pinhal que mandou cortar e fazer em achas»²⁶⁴. E, em 1889, é celebrado em Vagos um contrato, na forma de sociedade de capital e indústria, com uma duração prevista de quatro anos, para o corte de um pinhal²⁶⁵. O comércio de madeiras por grosso suscitou, entre 1912 e 1920, o nascimento de cerca de uma dezena de empresas, dotadas de capitais diminutos, embora não fosse, sempre, uma actividade especializada. De facto, há empresas que incluíam o negócio de madeiras no largo leque das suas actividades. É disso bom exemplo a Empresa de Albergaria-a-Velha, Limitada, cuja sociedade, com um capital social de 110 000\$00, foi constituída em 8 de Novembro de 1922 e dissolvida em 8 de Abril de 1930²⁶⁶.

Apesar do crescente consumo de ferro, a madeira continuava a deter uma importância capital, quer como matéria-prima, quer como combustível. Como afirma Nuno Luís Madureira, «nos finais do século XIX, a sociedade portuguesa é ainda uma economia vegetal: a água, o vento, a energia muscular e a lenha representam 80% do consumo energético do país»²⁶⁷. A partir do final do século XIX, as máquinas a vapor instaladas exigiam grandes quantidades de lenha, que vinha também de concelhos mais distantes. A fábrica de pasta de papel do Caima consumia, na década de 1891-1900, até cerca de 500 m³ de «lenha rachada e seca»²⁶⁸. A empresa cerâmica dos filhos de Jerónimo Pereira Campos, em Aveiro, abastecia-se de madeira, entre a Santa Maria da Feira e Mogofores. Em Setembro de 1918, esta empresa negocia o fornecimento de cerca de 150 milheiros de lenha por ano em Arrancada do Vouga²⁶⁹. De facto, perante a impossibilidade de importação de carvão, especialmente nos últimos anos da I Guerra Mundial, o consumo industrial de lenha terá aumentado substancialmente, a avaliar pela visibilidade que a imprensa local dá a esse assunto.

5.1. Serração e aplainamento de madeiras

É extraordinário verificar que, apesar da grande importância económica da floresta, especialmente nos concelhos de Águeda e Albergaria-a-Velha, não obstante a grande procura doméstica e industrial dos seus produtos, a serração de madeira ainda não era mecanizada. No final de Oitocentos realizava-se por processos e mecanismos tradicionais, em oficinas exploradas em nome individual ou por sociedades «irregulares», embora certamente não fosse inédita a aplicação de máquinas nesta actividade, na sub-região da ria de Aveiro. Em 1872, Pinho Leal e Marques Gomes referem a existência de um «estabelecimento *mecânico* de serrar madeiras, dos senhores Freitas», em Albergaria-a-Velha²⁷⁰.

Mas, depois desta empresa, só duas décadas mais tarde nasce outra sociedade com o mesmo objecto, a Fábrica de Moagem e Serração de Pessegueiro. Possivelmente, dois dos seus quatro sócios, os «negociantes» António e João de Freitas Sucena, terão sido os fundadores da fábrica de 1872. A escritura de constituição faz uma referência breve à existência de uma máquina a vapor – «a maioria dos sócios poderá dar diferente laboração à máquina» –, como esclarece que a fábrica seria «montada na casa onde existiu a fábrica de louça pertencente ao sócio gerente, António de Freitas Sucena»²⁷¹. Como antes referi, a propósito da actividade moageira, também essa unidade, nascida em 22 de Abril de 1894, conciliava a moagem de cereais, como actividade principal, com a serração de madeiras. De resto, essa situação verificar-se-ia ainda mais duas vezes: uma, em 1910, na Fábrica de Moagem dos Santos Mártires, em Aveiro – na qual havia uma «secção» de serração –, e outra, em 1919, também na capital do distrito, mais exactamente na fábrica da Empresa Comércio e Indústria, Limitada.

A primeira fábrica a vapor, criada com o fim único, declarado, de serrar madeira parece ter sido a que a firma Vitarães & Mendes montou, no lugar da Ponte da Rata, na junção entre os concelhos de Aveiro e Águeda, a montante da confluência do Vouga com o Águeda, próximo da estação do caminho-de-ferro do Vale do Vouga, tirando naturalmente partido da proximidade da floresta. A este propósito, o *Campeão das Províncias* referia: «A exportação faz-se pelo rio ou pelo caminho-de-ferro, que lhe passa à porta, tendo já adquirido, dos pinhais próximos, grande porção de madeiras para obras»²⁷². De facto, não obstante dispor de boas condições de exploração, apesar de estar «bem montada», de possuir «maquinismos modernos de primeira ordem»²⁷³ e um «motor de extraordinária força»²⁷⁴, a firma Vitarães & Mendes não subsistiu mais que três meses. No início de Fevereiro de 1912, *O Progresso de Alquerubim* noticia a dissolução da sociedade, num notário

do Porto, acrescentando que ficava então todo o activo e passivo da mesma empresa a cargo de um dos sócios, Manuel Pinto Mendes. Não foi possível saber se a fábrica sobreviveu e, se sim, por quanto tempo mais.

Como se pode ver no quadro n.º 3.9, a serração de madeira realizou-se em pelo menos 30 unidades, mas poucas eram as que se dedicavam unicamente a esta actividade. É possível até que, neste período, jamais tenha havido uma qualquer empresa exclusivamente a serrar e a aplainar madeiras. De facto, a acreditar no objecto enunciado nas escrituras de constituição, depois de 1911, apenas cinco sociedades tinham como fim a exploração da serração de madeiras. As demais, tirando partido dos meios disponíveis, para lá da moagem já referida, associam a serração a outras actividades, industriais e comerciais, como as massas alimentícias, a panificação, o descasque de arroz, a cerâmica, a carpintaria, a venda de madeiras e lenhas, etc., embora a associação mais frequente seja a da serração, caixotaria e carpintaria. Algumas vezes, havia uma oficina de marcenaria. Houve até uma sociedade, a Empresa Comércio e Indústria, Limitada, fundada em Outubro de 1919, com sede em Aveiro, cujo objecto social declarado, além da «exploração da indústria e comércio de moagem, serração», incluía igualmente a «destilação e fabrico de azeite»²⁷⁵. Uma outra sociedade, sob a firma social Abreu & Irmãos, de Eixo, Aveiro, juntava a todas estas actividades a fabricação de objectos cerâmicos²⁷⁶.

Em 1911, a empresa de Jerónimo Pereira Campos & Filhos fundou uma fábrica de serração de madeiras. É o único caso com estas características. Em Fevereiro de 1911, a *Vitalidade* afirma que, «numa das dependências da Fábrica de Telha das Agradas, dos Srs. Jerónimo Pereira Campos, funcionarão brevemente máquinas de serrar madeira. Para esse fim, está preparada a instalação, achando-se já alguns pinhais grossos nos concelhos de Águeda e Albergaria, no valor de alguns contos de réis». Acrescentava o referido periódico que «o serviço [era] feito à conta da Construtora, do Porto, devendo a madeira serrada aplicar-se em grande parte à construção de caixotes para o comércio, destinados àquela cidade e a Gaia»²⁷⁷. O negócio da serração de madeiras era por certo muito remunerador, pois a empresa dos filhos de Jerónimo Pereira Campos fez anunciar que comprava «pinhais inteiros, grandes ou pequenos, para madeira», afirmado querer pagar «por bom preço, seu justo valor»²⁷⁸. Dias depois, o *Campeão das Províncias* noticia o começo da «instalação das máquinas chegadas do estrangeiro para a indústria de serração de madeira»²⁷⁹.

No ano seguinte, a empresa publica um anúncio que dá conta da criação de uma unidade separada: «Fábrica de Serração a Vapor (junto à Fábrica de Telha). Agradas. Aveiro»²⁸⁰. Segundo esse anúncio, o objecto da nova fábrica era a «execução

rápida e entrega imediata de travejamentos, soalhos, forros, ripas, etc., etc., em qualquer comprimento e espessura, para o que tem sempre, tanto em armazém, como nos grandes pinhais que tem adquirido, as melhores qualidades de madeira completamente seca», voltando a anunciar a compra de pinhais. Nesse mesmo número, *O Aveirense* elogia a «tenacidade digna de aplauso» dos «muito conhecidos irmãos Campos», que «lançaram resolutamente ombros a uma empresa que é hoje uma das mais florescentes desta cidade, fabricando telha, de tipo marselhês e tijolo refractário, sita nas Agrads de S. Domingos», para depois noticiar a criação da nova fábrica, afirmando que iam criar «uma secção de aparelho de madeiras, das empregadas em diversos serviços de carpintaria, para o que têm já fechado contrato de compra dos respectivos maquinismos»²⁸¹. Mesmo assim, em 1912, a empresa anuncia as duas unidades em conjunto: «Fábrica de cerâmica e serração das Agrads»²⁸².

Com a saída de João Pereira Campos da sociedade, em 1913, a serração de madeiras terá perdido importância. De resto, era ele que animava uma secção de carpintaria e marcenaria onde também fazia barcos de recreio, como refiro adiante. Ao fundar, no canal de S. Roque, a Cerâmica Aveirense, João Pereira Campos ameaçava a sobrevivência da empresa de seus irmãos de que fora um dos fundadores, em 1896. Estes, em resposta, terão abandonado a serração, apostando apenas na produção de telhas e tijolos e de grés refractário, para o que adquirem equipamento que instalam num edifício novo, construído de raiz, entre 1915 e 1918. Numa carta de 1918, a Jerónimo Pereira Campos, Filhos afirma: «Não temos presentemente a fábrica de serração». Mesmo assim, na escritura de 1923, as instalações da fábrica de serração voltam a ser referidas²⁸³.

Parece, pois, que a serração passou a ter um peso claramente residual. O espaço deixado vago pelos irmãos Campos foi ocupado pelos proprietários da Fábrica de Cerâmica das Quintãs, no concelho de Aveiro, da firma Duarte Tavares Lebre & Companhia

Embora o seu objecto social, segundo o texto da escritura fundacional, fosse apenas a «fabricação de telhas de tipo marselha e produtos correlativos», passa a apostar na serração de madeiras, como testemunha a publicidade da empresa. Com três anos de vida, *O Democrata* refere-se elogiosamente aos produtos desta unidade, que identifica como Fábrica de Cerâmica e Serração das Quintãs²⁸⁴. Essa «entrevista», com claros fins publicitários, é interrompida pelo empresário Duarte Tavares Lebre, que tinha de se ausentar: «Desculpe a sem-cerimónia que agora vou usar para consigo, mas sou forçado a retirar-me, a fim de ir comprar uns pinhais para executar uma encomenda de alguns vagões de madeira serrada para Espanha»²⁸⁵.

Mas havia mais situações destas. Importava saber se a opção pela serração de madeiras foi feita episodicamente, tendo, portanto, uma importância complementar, ou, se, pelo contrário, essa opção foi ditada pelas dificuldades sentidas na actividade com que nasceram. Um bom exemplo é o da fábrica de cerâmica da Companhia Industrial e Comercial Vaguense, sociedade por quotas, fundada em 8 de Novembro de 1913, para «instalação e exploração de uma fábrica de telha e tijolo»²⁸⁶. Cerca de um ano após a sua constituição, tendo recorrido ao crédito de particulares, pela «inadiável necessidade de completar as suas instalações fabris», hipotecou «uma terra lavradia denominada O Chão dos Louros, no limite da vila de Vagos e a *fábrica de telha e serração*, que nela está construída, com todo o seu maquinismo e mais pertenças, avaliado tudo em 15 000\$00»²⁸⁷. O mesmo se terá passado com alguns estaleiros navais, como mostro adiante, embora não tenha sido possível saber se o equipamento existente visava principalmente a satisfação das suas necessidades.

Para lá das fábricas das 32 empresas arroladas, é possível que outras unidades tenham existido, quiçá sem registo, exploradas em nome individual ou em sociedade, de que os documentos compulsados não dão notícia (ou não dão notícia segura), como também é admissível que a serração de madeiras tenha sido realizada em fábricas dedicadas a outras bem diversas actividades, testemunhando, assim, propósitos de integração estratégica dessas empresas. De todas as sociedades que porventura terão existido, sem qualquer registo ou registadas noutros notários, ficou referência breve, num arquivo particular, à Serração de António Francisco Soares & Genro, Sucessor, com data de 23 de Dezembro de 1912²⁸⁸. Contudo, a simples alusão a essa firma não permite saber se tinha a sua sede e estabelecimento fabril nesta sub-região. Na década de 1921-1930, em Aradas, além da fábrica de moagem já referida e das inúmeras olarias a que aludo adiante, parece ter havido uma fábrica de serração, embora *O Democrata*, que a refere de passagem não forneça quaisquer informações mais²⁸⁹.

Desconheço o ano em que foi fundada a fábrica de serração de madeira de Fermentelos. A data constante do quadro n.º 3.9 foi atribuída. Na verdade, só foi possível saber que, em 17 de Junho de 1926, Augusto Matinas Condesso cedeu a sua quota a Gomersindo Nunes das Neves, por 20 000\$00. Pela escritura de cessão de quota ficamos a saber que, entre os dois indivíduos referidos e José Ferreira Rosa, «industriais» e residentes na freguesia de Fermentelos, concelho de Águeda, existia «*de facto*, uma sociedade industrial e comercial, com sede em Fermentelos», que tinha por objecto «a exploração da serração de madeira e que gira sob o nome industrial de vendedor [Augusto Matinas Condesso], e que tem a sua laboração

em propriedade que não pertence à sociedade, nem esta tem bens imóveis alguns»²⁹⁰. Era por certo uma sociedade «irregular» em nome colectivo; mas o valor da cessão daquela quota, porque era muito elevado, não permite saber se estamos perante uma sociedade com quotas de valor igual. Ou, então, a fábrica laborava há muito e nesse ano o seu valor orçava em cerca de 60 contos.

Esta situação era frequente, embora menos do que o registo tardio das sociedades. A serração de José Ferreira Soares & Companhia, Limitada, terá iniciado a sua actividade em 15 de Janeiro de 1927, mas só foi registada em 25 de Junho de 1928²⁹¹. Sem sair do ramo da serração de madeira, deixo um outro exemplo dos cuidados a ter na leitura das escrituras, do carácter precário de algumas das suas informações. A Fábrica de Serração da Estação, da firma Gama & Oliveira Guerra, foi registada em 4 de Agosto de 1919. Na escritura de constituição da sociedade afirma-se que esta sociedade iniciara as suas actividades quase dois meses antes, em 10 de Junho desse ano; contudo, em Janeiro desse mesmo ano, pode-se ler no livro de actas da Associação Comercial de Aveiro: «Por proposta do director cidadão Lívio Salgueiro: [...]; Carlos de Oliveira Gama, Fábrica de serração, *idem*, n.º 486»²⁹². Parece, pois, que este indivíduo, referido como «proprietário», explorava em nome individual a referida fábrica e que, em 10 de Junho, iniciou a actividade empresarial como sócio do «industrial» Virgílio de Oliveira Guerra²⁹³.

Juridicamente, apenas duas ou três fábricas eram exploradas em nome individual e, entre as empresas constituídas, assistiu-se ao nascimento de um elevado número de sociedades por quotas, se compararmos este ramo de actividade com outros das indústrias transformadoras. De facto, as 14 sociedades registadas representam cerca de 50% do total.

Mas a primeira evidência do quadro n.º 3.9 é o facto de a esmagadora maioria das empresas ter nascido depois de 1910, embora o maior número (17) tenha sido registado entre 1917 e 1924. Antes de 1917, apenas terão existido uma ou duas empresas em nome individual, três sociedades em nome colectivo e duas outras por quotas. As restantes 20 sociedades foram registadas após aquele ano: 2, em 1917; 1 em 1918; 2 em 1919; 5 em 1920; 3 em 1922; 3 em 1924, 1 em cada um dos anos 1926 a 1931. A taxa de sociedades dissolvidas, neste ramo de actividade, ronda os 33%: das 11 dissoluções encontradas, 7 eram empresas fundadas nos anos 20, mas, mesmo assim, sublinho que o tempo médio de vida dessas sociedades foi superior ao verificado nos dois casos registados no início da segunda década do século XX.

Merece igualmente ser salientado o facto de ter havido unidades de serração de madeira em cinco dos sete concelhos da sub-região considerada. Portanto,

esta actividade estava concentrada nos dois concelhos onde a exploração florestal tinha maior peso económico e social, como eram os de Águeda e de Albergaria-a-Velha, com 9 e 4 sociedades, respectivamente, e naqueles que mais cedo se iniciaram no processo industrializador, como Ovar (9) e Aveiro (8). A serração em Vagos, como mostrei, não terá tido nunca grande importância económica e nada foi possível saber sobre a fábrica de Salreu. Numa notícia de cinco linhas, o *Campeão das Províncias* afirma: «O Sr. Visconde de Salreu está montando nas suas propriedades naquela povoação uma fábrica de serração de madeira e outra de queijo»²⁹⁴.

Se excluirmos três sociedades – a da Fábrica de Moagens dos Santos Mártires, a Fábrica de Cerâmica e Serração das Quintãs, a Companhia Industrial e Comercial Vaguense, a Empresa de Albergaria-a-Velha, Limitada²⁹⁵ –, verificamos que as empresas em análise foram fundadas por duas a três pessoas. Os 80 indivíduos que apostaram na serração de madeira tinham ocupações profissionais muito diversas, não obstante as imprecisões das identificações notariais. Mesmo assim, é possível afirmar que o grupo dominante é constituído por gente ligada ao comércio; foram identificados como «comerciantes» 21 indivíduos e 11 como «negociantes» – que asseguravam maioritariamente a direcção das empresas em apreço –, sem contar um número indeterminado de «comerciantes» e «negociantes» entre os 24 indivíduos referidos como «proprietários»; esta estranha designação escondia pelo menos três dos 15 «industriais», que noutros documentos são também referidos como «proprietários». Além destes, foi possível contar 3 «carpinteiros», 2 médicos, 1 advogado, 1 «lavrador», 1 militar e 2 empresas, que fundam uma das sociedades, a Empresa Industrial da Madria, Limitada, de Ovar. Esta sociedade é fundada pelas empresas Pinhos & Companhia, Limitada, criada em 7 de Maio de 1923, e Ferreira & Irmão. Dedicavam-se ao negócio de mercearia, «por junto e a retalho», a primeira, e à exploração de dois talhos, a segunda, embora esta se tivesse juntado àquela certamente por razões financeiras, já que o capital com que entra para a sociedade (26 000\$00) é «representado pela montagem e instalação da fábrica de serração, que possui na Madria de Ovar, e acessórios pertencentes à mesma»²⁹⁶.

Atentemos noutros aspectos relacionados com a serração de madeiras, nomeadamente nos testemunhos da escassa meia centena de referências publicadas na imprensa local. Sublinho que a maioria destas unidades jamais teve direito a uma pequena notícia em qualquer periódico local, apesar do largo consenso sobre a importância das indústrias para o progresso das respectivas localidades. Bastará dizer que na imprensa de Aveiro apenas foram encontradas 4 breves referências à serração de madeira, 8 nos periódicos de Albergaria-a-Velha e as restantes nos

jornais de Águeda. Também no domínio da serração parece ter dominado o critério corrente: os correligionários políticos, os familiares e amigos dos redactores tinham mais facilmente acesso às colunas dos jornais. Algumas vezes, as próprias empresas tomavam a iniciativa e pagavam a publicação dos textos das escrituras e de anúncios, como estarão por detrás de algumas tomadas de posição face aos preços praticados, à concorrência, etc. São, pois, muito precárias e lacunares as informações dos periódicos locais, mas acabam por fornecer uma representação das mais variadas indústrias e dos seus instituidores. Tal como já tinha acontecido nos curtumes, a serração de madeiras não suscita interesse nas redacções dos jornais desta sub-região.

Um aspecto já enfatizado, a propósito de outras actividades industriais, é o facto de, na sua maioria, estas unidades visarem antes de mais a satisfação das necessidades locais, geralmente de um conjunto de freguesias no arco envolvente, como uma ou outra vez reconhece a imprensa local. Em 29 de Janeiro de 1913, a *Soberania do Povo* dava conta da possível mudança da fábrica de serração da Mourisca, na freguesia da Trofa, para o concelho de Albergaria-a-Velha. A razão ficava a dever-se «ao imposto lançado pela comissão administrativa [municipal] sobre os produtos saídos daquela fábrica. Acrescentava que aquela fábrica de serração «na Mourisca *dava movimento e interesse àquela povoação e às vizinhas*»²⁹⁷. Não me foi possível confirmar a informação sobre as razões da mudança anunciada; de qualquer modo, importa estar atento, pois a *Soberania do Povo* era adversária do regime republicano... A *Soberania* remata a notícia, dizendo: «Os proprietários deste estabelecimento industrial tomaram esta resolução depois de se assegurarem de que em Albergaria não seria criado qualquer imposto especial». Do outro lado, o *Jornal de Albergaria* confirma a notícia, saudando essa mudança: «Sem dúvida, a instalação de um estabelecimento industrial daquela ordem virá beneficiar esta região»²⁹⁸. De qualquer modo, importa destacar que esse estabelecimento industrial, como outros, situava-se próximo da estação do caminho-de-ferro do Vale do Vouga. Portanto, o seu mercado não se terá limitado às freguesias envolventes. É assunto a necessitar de estudo.

Em 1915, a propósito do aparecimento de «uma fábrica de serraria e marcenaria a vapor», a *Independência de Águeda* regozijava-se com o facto de aquela vila se estar a tornar num centro industrial: «A nossa terra progride. É um facto incontestável [...]. A constante exportação, pelo [caminho-de-ferro do] Vale do Vouga e por via fluvial, de rolos de pinheiro, em grande parte destinados às fábricas de serração, despertou no Sr. [Arcanjo] Figueiredo [Rés] o desejo de empregar a sua actividade e os seus capitais numa fábrica de idênticos fins e aperfeiçoada»²⁹⁹.

Depois de algumas dificuldades, os dois empresários fizeram abrir, num terreno próximo à estação do caminho-de-ferro, ao cimo da rua da Venda Nova, as fundações de «um vasto barracão», onde, pouco depois da sua cobertura, foram assentes as primeiras máquinas de «aparelho e de molduras, *charreaut* e de serrar». Faltavam ainda as máquinas de carpintaria e de marcenaria encomendadas à Fundação Aliança, das Devesas, Gaia. Em entrevista, Arcanjo Figueiredo afirmava que quando a fábrica estivesse em «completa laboração» poderia empregar mais de 30 operários³⁰⁰.

Depois da vistoria dos Serviços Técnicos da Indústria da Circunscrição de Coimbra, a fábrica iniciou a sua produção no final de Novembro desse ano³⁰¹, anunciando os seus produtos: «Esta empresa executa soalhos em todos os comprimentos, forros, guarda-vassoiras, lambris, guarnições de portais, tampos e pés para degraus de todas as larguras, podendo, muito em breve, fornecer portas e janelas, para o que espera algumas máquinas já requisitadas [...]. Também nestas oficinas se serram todas as madeiras, em quaisquer dimensões, a preços módicos, que serão enviados a quem os pedir»³⁰².

Não obstante a *Soberania do Povo* se referir sempre a uma fábrica de serração e carpintaria, tanto a escritura de constituição da sociedade como os anúncios publicados pela empresa, parecem mostrar que a serração de madeiras era, nesta fábrica, uma actividade secundária. Cerca de um ano depois do início da laboração, o mesmo periódico afirma que «a fábrica de serração» continuava «em extraordinária laboração, sendo em grande número as encomendas que constantemente recebe, tanto para venda de madeiras, como para *serração de pinheiros*»³⁰³. E em Março de 1920, um outro anúncio não permite saber se os toros de pinheiro, com casca ou não, que a empresa queria comprar, eram para uso próprio³⁰⁴. Mais clara é a notícia dada no ano seguinte.

Sublinho que, entre 1915 e 1921, além das duas notícias da referida fábrica de Águeda, a serração de madeiras desaparece das páginas dos jornais. Em 17 de Julho, o *Jornal de Albergaria* publica o texto da escritura de constituição da sociedade Empresa União de Albergaria-a-Nova, Limitada, fundada dias antes³⁰⁵. Mas não diz mais nada! Nem uma pequena nota sobre o início de actividade dessa empresa.

Em 9 de Julho de 1921, a *Independência de Águeda* noticia a inauguração, dias antes, da «nova fábrica de serração pertencente ao Sr. Arcanjo de Figueiredo, e situada junto da ponte do Vale do Vouga, na estrada nacional, desta vila» de Águeda³⁰⁶. Parece que este empresário terá dissolvido a sociedade que mantinha com Fernando Ribeiro Guerra, na Venda Nova, continuando este a exploração desta fábrica, abrindo aquele uma outra concorrente.

Informava o referido periódico de que a novel fábrica, denominada Serração de Santo António, se encarregava «de toda a serração de madeiras, possuindo para tal fim o mais aperfeiçoado maquinismo, todo movido a vapor», acrescentando que a referida fábrica iria produzir «soalhos, molduras, rodapés e toda a obra concernente à carpintaria»³⁰⁷. Como vemos, é um projecto idêntico. Certamente porque aumentou nestes anos o número de unidades de serração, a fábrica dedica-se a um leque variado de produtos, satisfazendo as necessidades locais de madeira. A *Soberania do Povo* não ignorou o acontecimento, sublinhando o facto de o maquinismo da Serração de Santo António, «todo novo e movido a vapor», ter vindo «expressamente da Alemanha»³⁰⁸. Em Outubro desse mesmo ano, o proprietário desta fábrica anunciava a serração de madeiras, o aparelhamento de soalhos e forros e a abertura de molduras³⁰⁹, enquanto o seu antigo sócio anunciava a venda de madeiras aparelhadas³¹⁰. Mas as dificuldades dos anos 20 ter-se-ão feito sentir nesta unidade, porque, depois do anúncio de venda o proprietário fez publicar, no início de 1925, um anúncio onde se pode ler: «Declaro que já não vendo a minha Fábrica de Serração Santo António [...], continuando assim ao dispor dos meus fregueses e amigos»³¹¹.

A maioria das serrações de Águeda e de Albergaria-a-Velha situavam-se nas imediações do caminho-de-ferro e do rio. Em Ovar, as fábricas foram instaladas nas imediações do largo da estação e, algumas vezes, junto também das estradas existentes. Algumas instalavam armazéns junto dos ramais do caminho-de-ferro, «com direito de carga e descarga», como acontecia com a fábrica de Pais, Soares & Companhia, erguida no lugar do Outeiral, em Arada, em 16 de Fevereiro de 1922³¹². A Fábrica de Serração da Trofa também foi instalada nuns *barracões* construídos num terreno inculto, próximo do caminho-de-ferro do Vale do Vouga³¹³. Em 1926, a Empresa de Albergaria-a-Velha, Limitada, publica um anúncio onde afirma que produzia «madeiras para construção, caixotaria, etc.», localizando a fábrica nas imediações da estação do caminho-de-ferro³¹⁴. Mas o texto da escritura de constituição da sociedade mostra que, nesse ano, a camionagem já constituía um factor de localização das serrações de madeira: o terreno da fábrica «situa-se em Albergaria Nova, entre a estrada nacional e a estação do caminho-de-ferro do Vale do Vouga e tem a denominação de Terra dos Eucaliptos»³¹⁵.

No início da década de 1921-1930, surgem algumas notícias que parecem testemunhar a renovação do equipamento técnico de algumas empresas. Em Maio de 1922, a firma Correia Bastos, Limitada, com fábrica na Mourisca, anuncia a venda de uma locomóvel de 24 cavalos e de uma «serra de fita», com volante de 1 metro³¹⁶. Dois anos depois, em 19 de Janeiro de 1924, essa sociedade foi dissol-

vida, «ficando todo o activo e passivo a cargo do sócio José Augusto Correia de Bastos, da Mourisca do Vouga»³¹⁷.

Este empresário publica então um extenso anúncio onde dá conta da natureza da empresa e dos seus produtos: «14 das mais modernas e aperfeiçoadas máquinas são empregadas na minha indústria. Além da serração de madeiras e [fabrico de] caixas, encarrego-me da construção de quaisquer carpintarias, fornecendo orçamentos a todos os compradores para portas, janelas, soalhos, forros, molduras, etc. Tenho sempre em armazém um colossal “stock” de madeiras secas [...]. Tenho uma secção de marcenaria, onde executamos primorosamente quaisquer mobílias. Vendo piche de óptima qualidade [...]»³¹⁸.

Em 1930, a relação dos produtos da Fábrica de Serração e Carpintaria Mecânica a Vapor de Manuel Tavares Corga testemunha a existência de um maior número de produtos de construção fabricados mecanicamente. Depois de afirmar que comprava «madeiras em bruto; rolarias de pinheiro, eucalipto, carvalho, etc.», esta empresa anuncia a venda de «vigamentos e madeiras serradas para construções, soalhos e forros aplainados e machedos, molduras de toda a espécie, rodapés, alisares, cimalthas, etc.»³¹⁹.

Por fim, importa referir igualmente os elevados custos do equipamento técnico. Em 18 de Março de 1924, Serafim Marques da Devesa vende um «prédio – sito em Ribeira de Fráguas, Albergaria-a-Velha – máquinas, ferramentas e demais mobiliários que constituíam a sua serração a vapor» pelo valor global de 21 030\$00, sendo que o referido prédio, de 174 m², foi então avaliado em 30\$00. Embora me pareça um valor excepcional, a relação entre o seu valor e o da maquinaria é elucidativa.

5.2. A carpintaria e a marcenaria entre o artesanato e a indústria

Mercê da escassa divisão de trabalho, com a palavra «carpinteiro» designava-se, durante o período considerado, um conjunto lato de profissionais, que compreendiam o carpinteiro propriamente dito, o marceneiro, o entalhador, o estacador, o serrador, o calafate, o cabouqueiro, mas também o mestre-de-obras ou empreiteiro e até o adobeiro ou o estucador. Eram também denominados «carpinteiros», tanto os mestres como os operários que trabalhavam com estruturas e vigamentos, soalhos, lambris, rodapés e revestimentos, portas e janelas, escadas e balaústres, carros e carroças, barcos e palheiros, e até diverso mobiliário de madeira. De facto, muitas vezes foi difícil saber a que actividade se referia o testemunho documental.

Por essa razão, para lá da construção civil e da construção naval, actividades que registam o maior número de testemunhos, encontramos «carpinteiros» na agricultura, no negócio de lenhas e de madeiras, na pesca da sardinha e, especialmente, em diversas actividades cívicas: nas bandas filarmónicas, nos clubes desportivos, nas associações recreativas e de classe, nos grupos de teatro, etc. Nessa medida, uns e outros gozam de uma notável consideração social. Menos os carpinteiros que os marceneiros. Estes, equiparados socialmente aos pintores e aos fotógrafos, possuem grande visibilidade social. Em 1901, por exemplo, a pintura de Castro Mattoso (1832-1905), da autoria do pintor José Mateus Torres, e a respectiva moldura, da autoria do «hábil marceneiro, Joaquim Máximo da Costa Guimarães [...], em *arable* e pau santo» tem honras de primeira página³²⁰. De facto, a marcenaria, muitas vezes referida como carpintaria, adquire um estatuto de bela arte. A imprensa local tece elogios públicos aos trabalhos de alguns marceneiros. Em Julho de 1904, a propósito da obra de um marceneiro aveirense, o *Campeão das Províncias* afirma: «É uma elegante cómoda, em estilo manuelino, belamente executada pelo hábil artista em pau-santo e vinhático, com ornatos do melhor efeito e de um acabamento correctíssimo»³²¹. O seu autor, Lopes dos Santos, «é um dos mais competentes construtores de móveis da nossa terra, e por muitas e repetidas vezes o tem mostrado em trabalhos da sua especialidade».

Até 1872, há testemunhos documentais da persistência do ensino corporativo da arte da carpintaria, em tudo idêntico ao que se passava noutros ofícios, como referi antes, a propósito dos sapateiros. No Arquivo Distrital de Aveiro existem três contratos de aprendizagem do ofício de carpinteiro – embora um deles englobe igualmente o ofício de pedreiro –, celebrados entre os pais de três jovens e dois mestres carpinteiros, um residente em Espinhel e o outro, num lugar próximo, o Silveiro, no concelho de Águeda.

Em 16 de Outubro de 1864, Manuel L. de Oliveira firma um contrato com o mestre Manuel Pires Ferreira, analfabeto, de Espinhel, em que este se comprometia a ensinar a arte de carpinteiro ao filho daquele, «maior de catorze anos e menor de vinte e cinco»³²². O aprendizado da arte duraria dois anos e meio. Foi estipulado, então, que, se o mestre, analfabeto, despedisse o rapaz, teria de pagar ao pai 30\$000 réis; a mesma quantia seria paga ao mestre se o aprendiz abandonasse antes de tempo³²³.

No início de 1872, Manuel Ferreira Lameiro assina um contrato de aprendizagem com o referido mestre carpinteiro de Espinhel, com a duração de três anos. Ao contrário do que se passou com os 16 contratos recenseados, este é celebrado entre o mestre carpinteiro e o próprio aprendiz, assumindo o pai apenas o

papel de «fiador e principal pagador», ficando obrigado, por sua pessoa e bens, a pagar ao mestre os dias que «porventura faltem para se concluírem os três anos do dito contrato à razão de 120\$000 réis por dia»³²⁴.

No dia 25 de Julho desse mesmo ano, o carpinteiro José Bernardo Nunes Cardoso, do lugar do Silveiro, aceita José Francisco Roque, «maior», de Perrães, como aprendiz do «ofício de carpinteiro e de pedreiro»³²⁵. Este comprometia-se a ir «para a companhia e casa» do mestre, «acompanhando-o mesmo por casas dos patrões»; por seu lado, o mestre comprometia-se a dar de «comer e beber e cama em que durma e vida razoada, conforme se usa em semelhantes aprendizas». Por cada dia de falta, o aprendiz comprometia-se a pagar \$200 réis.

Embora sem celebração de contratos notariais, é provável que o aprendizado da arte de carpinteiro tivesse continuado a efectuar-se nesses moldes, durante algumas décadas mais. A secção masculina do Asilo-escola, a partir de 1888, e, especialmente, a Escola de Desenho Industrial, depois de 1893-1894, introduziram algumas modificações no processo de aprendizagem do ofício de carpinteiro com a criação de oficinas de carpintaria. Mas foi uma alteração ligeira, pois a vida dessas oficinas foi sempre muito irregular e, por outro lado, os restantes concelhos continuaram, durante algumas décadas ainda, sem qualquer estabelecimento de ensino industrial. Ainda que a escola de Aveiro seja fruto da importância da cerâmica, no final de Oitocentos, as oficinas de carpintaria e de marcenaria subcrevem as diligências conjuntas da Fábrica de Louça da Fonte Nova e da Fábrica de Porcelana da Vista Alegre para a criação daquele estabelecimento de ensino, pois podiam dispor de mão-de-obra sem terem de a formar³²⁶. Entre os 107 primeiros alunos da escola, contam-se 13 carpinteiros, que viriam a estabelecer-se como carpinteiros, marceneiros e construtores civis, nas décadas seguintes, quando a construção civil na cidade de Aveiro e em toda a sub-região regista um crescimento apreciável³²⁷.

Não foi por acaso que, por duas vezes, a Associação Comercial de Aveiro solicitou aos poderes central e municipal «a criação de uma aula elementar de comércio, oficinas de cerâmica e carpintaria na Escola Industrial Fernando Caldeira»³²⁸. Também a imprensa local, no quadro da luta pela criação de uma «aula elementar de comércio», «anexa à escola industrial», realçava a carência de «oficinas de carpintaria e cerâmica adequadas às aplicações práticas do ensino do desenho»³²⁹. Em 1909, a Câmara Municipal de Aveiro encabeça o movimento para a criação das referidas oficinas, o que só viria a acontecer em 1914.

Deste modo, não espanta que só nos anos após a I Guerra Mundial, e de forma muito localizada, tenham surgido as primeiras fábricas a vapor, como se

pode ver no quadro 3.10. Mesmo entre estas, só uma nasce para se dedicar à carpintaria e à marcenaria em exclusivo; as restantes quatro sociedades tinham a serração de madeiras como actividade principal. Ainda que não possua informação sobre todas as carpintarias que terão existido, é possível afirmar que dominava o trabalho oficial, explorado em nome individual.

O incremento da construção civil, nas primeiras décadas do século XX, terá suscitado uma maior procura de produtos de carpintaria. É decerto por essa razão que nasce, então, um número significativo de carpintarias e marcenarias, embora delas só tenhamos, na maioria das vezes, brevíssimas referências nos textos, mais ou menos laudatórios, que acompanham os anúncios publicados na imprensa local, quando abriam as suas portas.

Outro aspecto que importa realçar é a débil especialização, numa actividade que exigia uma formação prolongada. As marcenarias anunciam geralmente «o fabrico de móveis de todos os estilos, tanto em madeiras nacionais como estrangeiras» e seu restauro³³⁰. Outras, anunciam competências muito variadas; em 1911, João Gomes Soares «encarrega-se de decorações de salas, mobílias e carpintarias em todos os estilos, especialmente em trabalhos de entalhador, restauração de móveis antigos de igrejas, capelas, tectos, etc.»³³¹ e Alexandre Marceneiro, um «artista enciclopédico», além dos outros serviços, anunciava o sua competência técnica para restaurar mobiliário, altares e imagens, assim como pinturas decorativas, letreiros, etc.³³².

Algumas oficinas, porém, ter-se-ão especializado num reduzido número de produtos ou nos produtos de uma determinado ramo de actividade. Em 1920, a firma (não registada) Albano Ferreira Sucena, Sucessores, com oficina fundada em 1897, na Borralha, Águeda, anuncia a «construção de masseiras, tabuleiros, engenhos de massa espanhola, pás, salva-vidas, assim como de todos os utensílios para padarias»³³³. Mais se pode ler, no referido anúncio, que este carpinteiro «modifica, em pouco tempo, fornos antigos para sistema francês, o que resulta uma grande economia de lenha e de tempo».

Um pequeno número de oficinas de móveis terá assegurado o fabrico de colchões, embora apenas tenha reunido informação relativamente a uma só. Em 1911, também, o *Campeão das Províncias* afirma: «O Sr. Casimiro da Silva agrupou ao ramo do seu negócio, uma colchoaria que provou bem, pois o operário que nesses género trabalha é um artista com especiais conhecimentos do seu mister»³³⁴. Deve-se ter assistido, nestes anos, a uma maior procura de colchões, pois, quando Álvaro de Lemos abre, em 1907, a sua oficina de colchoaria, construção de malas, reparos e estofos de móveis, só havia uma colchoaria em Aveiro³³⁵. Em 1909, José

Augusto Ferreira abriu outro estabelecimento semelhante, na cidade de Aveiro³³⁶. Portanto, com a oficina de Casimiro da Silva, Aveiro dispunha de quatro colchoarias, três das quais abertas entre 1907 e 1911. Em 1931, é registado o alvará de uma outra oficina de colchões de palha, sita na Rua do Cais, nesta cidade, em nome de José Augusto Ferreira³³⁷.

A primeira unidade fundada exclusivamente para o fabrico de produtos de carpintaria e de marcenaria nasceu em 13 de Julho de 1915, sob a firma Guerra & Figueiredo³³⁸. O seu objecto social era a «exploração da indústria de carpintaria e marcenaria a vapor». Sobre os sócios fundadores, pode-se ler na *Soberania do Povo*, ao lado da transcrição da escritura pública de constituição da sociedade: Arcanjo e Figueiredo Rés, *há pouco regressado do Brasil*, onde também possuía uma fábrica no género da que agora vai montar nesta vila [de Águeda], e onde alcançou meios de fortuna e um nome honesto, à custa de um aturado e inteligente esforço³³⁹. Sobre Fernando Guerra, o referido hebdomadário republicano de Águeda diz ser «um antigo e habilíssimo marceneiro, de uma excepcional competência para a gerência técnica da referida fábrica»³⁴⁰. Mas essa unidade, que estava estrategicamente situada junto do caminho-de-ferro, vendia igualmente «lenha própria para fogão ou lareira»³⁴¹.

Em 1924, o marceneiro Joaquim Rodrigues anuncia o fabrico de mobílias «de quarto, de sala de visitas, de escritório e de sala de jantar», na sua «Fábrica a Vapor de Móveis», em Estarreja, e na filial que tinha em Pardelhas, na Murtosa³⁴². Este velho marceneiro de Estarreja terá apetrechado, nesse ano, a sua oficina com energia a vapor. É a primeira unidade a dispor de uma sucursal. No final desse ano, esta empresa em nome individual publica outro anúncio onde repete, no essencial, o texto do anterior, acrescentando, contudo o fabrico de «guarda-vestidos, guarda-louças, guarda-pratas, mesas de cabeceira, cómodas, etc., para além da venda de um «grande sortido de camas de ferro, lavatórios, cofres, fogões, tapetes, passadeiras, oleados»³⁴³.

Como já vimos, algumas serrações anunciavam também a produção de artigos de carpintaria, fazendo anunciar, nas páginas dos periódicos locais, os seus produtos. Era o que se passava com a Carpintaria Mecânica, da firma Empresa de Comércio e Indústria, Lda., a primeira sociedade por quotas deste grupo, embora esta empresa de Aveiro seja, como os anúncios sublinham, uma «Fábrica de serração, carpintaria e moagem». Um anúncio publicado em Outubro de 1924, cinco meses após a sua fundação, informava: «Fabricação esmerada com madeiras de óptima qualidade e bem secas de portas, janelas, molduras, soalhos macheados e forros à inglesa, colunas, balaústres e corrimões para escadas bem como qualquer

obra de torno. Com lindas madeiras do Brasil, igualmente executam mobílias completas de salas de jantar, quartos e escritórios, bem como qualquer peça avulsa, com desenhos à escolha dos clientes»³⁴⁴.

Das empresas de Águeda, a que mais publicidade deixou na imprensa local, ocupando cada anúncio, por vezes, uma página inteira, foi a «Grande Carpintaria Mecânica de José Correia Bastos & Filho, na Mourisca do Vouga», onde tem «Fábrica e Escritórios», fundada em 29 de Maio de 1926³⁴⁵. Um dos anúncios refere que a fábrica possui «15 máquinas em plena laboração», movidas pelos «36 operários empregados nas nossas oficinas», além da «Estancia de Madeiras», em Lisboa. No final, perguntava-se: «Pretende V. Ex.^a transformar a sua casa, o seu estabelecimento ou escritórios, ou construir algum edifício ou indústria? Queira consultar-nos»³⁴⁶. Num outro, a empresa realça a existência de «secções de carpintaria, marcenaria, caixotaria, serração, pregaria, e moagem», razão por que executava, com rapidez, «carpintarias em todos os géneros»³⁴⁷.

Em 1930, o proprietário da Mobiladora Estarrejense – «o mais antigo e profissional fabricante de móveis» – anuncia os produtos da sua especialidade: «mobílias de quarto, sala de jantar, de visitas e de escritório, assim como uma enorme variedade de produtos para venda, dos colchões ao mobiliário metálico, das madeiras aos vidros e ferragens».

Este conjunto de empresas, tal como as de outros ramos de actividade, dirigia-se quase exclusivamente a um público geograficamente próximo. Apenas por uma vez surgem anúncios de uma fábrica num periódico de outro concelho.

5.3. *Fabricação de embalagens de madeira*

No domínio da produção de embalagens de madeira, durante o período histórico estudado, avulta a tanoaria, mais do que a caixotaria, que era geralmente produzida nas carpintarias existentes em muitas fábricas de serração e em tantas outras, dada a omnipresença da madeira. Certamente por isso é que quase não se formaram sociedades para a exploração de diversas actividades relacionadas com madeira. Estava bem disseminada a pequena oficina, explorada em nome individual. A única referência directa à caixotaria, em toda a documentação compulsada, correlaciona este ramo com as conservas. No primeiro de Maio de 1912, foi fundada uma sociedade para o «fabrico de *caixotaria para conservas* e depósito de madeiras para revenda»³⁴⁸. Ainda que fosse referenciada na escritura de dissolução como sociedade em nome colectivo, na verdade, era uma sociedade de capital e

indústria, pois associava um sócio capitalista, o «proprietário» de Ovar Constantino Gomes de Pinho, que entrou com a totalidade do capital social (1600\$00), e o «sócio industrial» da mesma vila, Joaquim Pinto da Silva. Quatro anos depois, a sociedade de Gomes & Pinto é liquidada, ficando o sócio industrial a explorar «o mesmo ramo de indústria e comércio em nome e responsabilidade individual». O sócio capitalista, «para pagamento do capital e juros do mesmo, benefícios do trespasse e parte dos lucros» recebeu do outro a quantia de 2020\$38³⁴⁹. A caixotaria situava-se no Largo 19 de Junho, mais conhecido por Largo da Estação³⁵⁰.

5.3.1. Ovar como centro tanoeiro

Mostrei num primeiro estudo sobre a tanoaria que o centro de especialização deste ramo de actividade, na sub-região em apreço, estava geograficamente localizado em Ovar, Cortegaça e, especialmente, em Esmoriz, embora houvesse tanoarias e caixotarias noutras localidades da sub-região considerada³⁵¹. As pesquisas posteriores vieram confirmar essa tese, embora não tivessem permitido esclarecer todas as dúvidas então suscitadas.

As referências às tanoarias, nos documentos compulsados, testemunham inequivocamente a existência de um *know how* específico no concelho de Ovar, mas não permitem concluir se Ovar era, então, o principal centro produtor e a região do vinho do Douro o principal centro consumidor. Apesar das referências a casas comerciais de Gaia, há duas alusões à venda de produtos de tanoaria em Lisboa, nomeadamente à firma Abel Pereira da Fonseca. É provável que Ovar tenha estado sempre, neste domínio, no *hinterland* de Gaia-Porto. O aparecimento de tanoarias a vapor no Porto (e em Lisboa), a partir do final da I Guerra Mundial, como refiro adiante, terá contribuído para a liquidação da importância social e económica que a tanoaria detinha neste concelho. A. H. de Oliveira Marques afirma que «a fabricação de cascos e barris se concentrava sobretudo na região do Porto, vindo Lisboa e seus arredores em segundo lugar»³⁵².

Os números apresentados no quadro n.º 3.3 ficam, por certo, aquém da realidade, pois havia sociedades «irregulares», oficinas exploradas em nome individual e tanoeiros que trabalhavam sem estabelecimento fixo, mas permitem sustentar a ideia de especialização geográfica de Esmoriz e Cortegaça ou do concelho de Ovar, no seu todo.

Quadro 3.3 Distribuição geográfica das tanoarias referidas nos documentos

Concelho de Ovar	N.º	Sub-região	N.º	Outros concelhos	N.º
Cortegaça	12	Águeda	1	Porto	6
Esmoriz	11	Aveiro	7	Gaia	2
Arada	6	Ílhavo	1	Gondomar	1
Ovar	5	Albergaria	1	Penafiel	1
Maceda	1	–		Torres Vedras	1
Totais	32		4		11

Fonte: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

As informações relativas à distribuição geográfica da origem dos 111 indivíduos referidos nos documentos notariais são mais expressivos: apenas dois indivíduos são indicados como não sendo do concelho de Ovar. O empresário de tanoaria de Ílhavo Manuel Fort'Homem, que referirei adiante, e Albertino de Sá Ferreira, tanoeiro em Torres Vedras, em 1926. Mesmo este era seguramente de Esmoriz, pois, com o apelido Sá Ferreira há outro tanoeiro nessa freguesia³⁵³. Terá estabelecido oficina em Torres Vedras como outros o fizeram nas localidades indicadas. De facto, os tanoeiros, «negociantes» e «proprietários» que estiveram na origem das 13 sociedades fundadas em Gaia, Porto, Matosinhos, Gondomar, Penafiel, Águeda e Aveiro também eram do concelho de Ovar. Um bom exemplo do que fica dito é o da sociedade criada na Mourisca, freguesia da Trofa, entre três tanoeiros da mesma família, de Cortegaça, Manuel Marques de Oliveira e seus dois filhos, António Marques de Oliveira e Manuel Marques de Oliveira Júnior, dos lugares de Gavinho e da Pedreira, Cortegaça. O primeiro já tinha uma oficina de tanoaria naquela freguesia, dando então sociedade aos seus dois filhos³⁵⁴. Outros documentos permitem inferir que seriam igualmente de Ovar muitos dos tanoeiros que fundaram outras sociedades registadas nos municípios mais a norte, nomeadamente em Silvalde, Espinho e Gaia. Contrariamente, verifica-se uma quase ausência de indivíduos (ou empresas) de Vila Nova de Gaia e do Porto envolvidas nas sociedades recenseadas. No único caso encontrado, a tanoaria, com sede em Esmoriz, tinha armazém em Gaia: no dia 1 de Abril de 1920, é dissolvida a sociedade, «constituída verbalmente», que girava sob a firma Filipe, Marques & Pinto, de que faziam parte, entre outros, Ernesto Garcia de Brito & Companhia, de Esmoriz, Joaquim Rodrigues Ribeiro & Companhia, de Gaia e Costa & Irmãos, do Porto³⁵⁵.

Por falta de documentos, não foi possível estabelecer qualquer relação entre a única tanoaria de que há notícia em Ílhavo e os tanoeiros de Ovar. A primeira

referência, na imprensa ilhavense, data de 1905 e dá conta da existência de uma oficina de tanoaria, propriedade de Manuel Fort'Homem³⁵⁶. Em 1911, a referida tanoaria já mudara de instalações e publicitava, então, a execução de «todos os trabalhos concernentes à arte», afirmando ter, «sempre em depósito, grande quantidade de quintos, a 1500 réis; décimos, a 800 réis e almude, a 400 réis»³⁵⁷. Poucos meses depois, sob o título «Greves em Ílhavo», *O Brado* noticia, de forma incompreensível, o fim desta empresa, dizendo que «o pessoal das oficinas da tanoaria do Sr. Manuel Fort'Homem, querendo ser solidário com a greve do pessoal da fábrica de pó de tijolo, abandonou também os seus trabalhos. O Sr. Fort'Homem, desgostoso, retirou-se para o Rio de Janeiro, donde só conta voltar depois de tudo entrar na normalidade»³⁵⁸. O texto faz referência a uma greve dos operários da fábrica de tijolo de Elias Gonçalves de Melo, certamente em Lisboa. Não são claras as razões da solidariedade entre grevistas. Mas a relação dos nomes dos tanoeiros estabelecidos em Aveiro, desde as duas últimas décadas de Oitocentos, em Aveiro, como dos que se fixaram em Águeda, permite correlacionar essas oficinas de tanoaria com a mão-de-obra especializada do concelho de Ovar.

Em 1891, o *Anuário da cidade de Aveiro* refere a existência de uma tanoaria, que era propriedade do «brasileiro» João Pedro Soares (1837-1903)³⁵⁹. Também neste caso não foi possível saber se empregava tanoeiros de Ovar.

A partir da década de 1921-1930, há notícia de outros tanoeiros que só uma pesquisa nos arquivos paroquiais poderia confirmar ou denegar uma relação desse tipo. Num documento do Arquivo Municipal de Aveiro, existe uma relação de tanoarias existentes nesta cidade, algures nos anos 20. Entre esses seis tanoeiros, pelo menos três são de Ovar³⁶⁰.

5.3.2. Escassa especialização

Mesmo com a introdução de alguma maquinaria, a partir do final da I Guerra Mundial, a especialização continua reduzida. Indústria e comércio justapõem-se. Com mercados limitados, muitas destas oficinas têm dificuldade de crescer. Não espanta, pois, que esta actividade seja conciliada com outras, próximas e distantes, um tanto ao sabor das conjunturas.

A análise dos documentos compulsados permite enunciar três situações, recorrentes:

- pequenas oficinas de tanoaria, que trabalham para grupos de negociantes de vinho, de pescado e de cereais, e para companhias de pesca, que lhes

compram toda a obra – parece ser a situação mais frequente, na viragem de Oitocentos para Novecentos;

- tanoarias que, além da actividade oficial, também se dedicam ao comércio, especialmente de madeiras para os cascos, ferro para os arcos, utensílios de tanoaria, e até de vinhos – embora minoritárias, estas são as características frequentes, sobretudo durante e logo depois da I Guerra Mundial;
- empresas de comércio de vinhos ou de madeiras que mantêm uma pequena oficina de tanoaria para uso próprio, nomeadamente para reparações – parecem ser em grande número, mas não constituem a regra.

O fabrico de vasilhame esteve associado especialmente ao comércio do vinho e de pescado, em todo o período histórico em apreço. Além do aparecimento das tanoarias a vapor, também a crise que se abate sobre estes dois ramos de actividade, a partir do final da I Guerra Mundial, terá contribuído para o (lento) declínio da tanoaria. Os dados reunidos permitem afirmar que a tanoaria partilhou com a pesca da sardinha e com o negócio grossista de vinho, tanto os períodos de prosperidade como os de maiores dificuldades. Em 1889, a imprensa local afirmava que, em Ovar, o comércio mais antigo, e um dos mais rendosos, era «o [do] vinho por junto»: «Vamos comprá-lo longe, aos lavradores dos arredores de Aveiro e aos do termo de Setúbal e Alcácer, para o vendermos por esse país além, desde o Minho, Beiras, até cerca de Lisboa»³⁶¹. Quatro décadas depois, apesar das dificuldades que então já se faziam sentir, uma revista owarensis repete (acriticamente) o texto de 1889³⁶². Sublinho que o pequeno texto do final do século XIX não faz qualquer alusão ao vinho do Douro.

Vejamos sumariamente alguns aspectos das relações entre o trato por grosso de vinho e a tanoaria. A firma Gradim, Oliveira & Branco, de Cortegaça, fundada em 3 de Novembro de 1919, tinha um objecto social recorrente: «Compra de madeiras, ferro e outros utensílios e aprestes para o fabrico de cascaria e o fabrico de pipas e outras vasilhas próprias para o comércio de vinhos, aguardentes e outros similares, bem como o comércio desse vasilhame por eles fabricado naquele estabelecimento»³⁶³. Durante o período considerado, foram inventariadas 38 sociedades que, no acto constitutivo, declararam ter como objecto social o comércio grossista de bebidas alcoólicas. Em 29 dessas sociedades, mercê da escassa especialização geral e de estratégias assentes no aproveitamento dos recursos disponíveis, às bebidas alcoólicas (vinho e aguardente, principalmente, mas também jeropiga e licores vários) foi acrescentado o negócio da venda de azeite (12), cereais (6), materiais de construção (3), adubos (2), cal (2), madeira (2), ferragens (1) e produtos de tanoaria (1).

Das 38 empresas referidas, criadas entre 1890 e 1930, 27 (71%) tinham a sede no concelho de Ovar, 5 no de Aveiro, 4 no de Águeda, 1 no de Estarreja e 1 no de Vagos, o que confirma, no essencial, as informações da imprensa local. Das 17 sociedades fundadas antes da I Guerra Mundial, 15 eram do concelho de Ovar; das 4 nascidas durante os anos da Guerra, 2 eram de Ovar, e, das 17 sociedades fundadas nos anos seguintes, 10 tinham a sua sede igualmente neste município. Como se vê, o comércio grossista de vinho era dominado pelos negociantes de Ovar. Depois de 1921 regista-se uma diminuição do número de empresas. De 1919 a 1921, foram criadas 12 das 17 sociedades fundadas após a I Guerra.

Se atentarmos apenas nas 27 sociedades do concelho de Ovar, veremos então que 15 (56%) pertenciam a Esmoriz. Assim, das 15 sociedades fundadas no concelho de Ovar, antes da Guerra, 9 nasceram em Esmoriz, 2 em Cortegaça e 1 em Ovar), embora 7 (4 destas com sede em Esmoriz) tenham tido uma vida muito curta; durante a Grande Guerra, foram fundadas 2 (1 em Cortegaça e 1 em Esmoriz); entre 1919 e 1931, foram criadas as restantes 10, das quais 4 surgiram em Esmoriz. Durante a grande conflagração europeia, foram dissolvidas apenas 2 sociedades e outras 2 na década seguinte. Apesar do menor número de sociedades criadas depois de 1918, o volume de dissoluções registadas é diminuto.

Sem certezas quanto ao número exacto de dissoluções e falências e quanto à produtividade das tanoarias, não é possível saber a dimensão do declínio da tanoaria no concelho de Ovar, a partir dos anos 20, antes, portanto, da generalização da rolha de cortiça³⁶⁴ e da (lenta) mecanização das fábricas de vidro de embalagem – como mostrou José Amado Mendes, a produção de garrafaria só foi automatizada, «definitivamente e de modo sustentado, a partir da década de 1950»³⁶⁵ – e da difusão dos plásticos.

Os violentos efeitos da crise dos anos 20 afectaram muitas empresas do comércio de vinhos. Em dois documentos notariais, relativos ao processo de falência de uma empresa de Espinho, de 5 e 9 de Novembro de 1920, ficaram bem expressas algumas das dificuldades por que passava este ramo de actividade económica. Numa dessas escrituras pode-se ler: «A primeira outorgante, Guimarães, Almeida & Companhia, Limitada, disse que já por ninguém é desconhecida a crise gravíssima pela qual, em geral, está passando a vida comercial de todo o país, crise esta proveniente de causas diferentes e imprevistas, mas entre as quais avulta a do súbito retraimento dos capitais, apressadamente corridos dos bancos, e daí as consequentes dificuldades que há em obter esses capitais para transacções comerciais, posto que regulares e indiscutivelmente sérias, o que em certo modo provém também da reacção nascente das impensadas facilidades que vinham sendo até aqui dadas pelos mesmos bancos

aos inúmeros *arrivistas* que com crédito aparente aparecem, sob o cognome ou alcunha de *milicianos*, a especular em toda a espécie de negócios»³⁶⁶.

Esta crise – na perspectiva dos subscritores do referido documento – agravou e sacudiu neste momento *em especial o comércio de vinhos destinados a consumo e exportação*, fazendo coincidir com a pavorosa realidade das já apontadas causas a cessação de pedidos desta mercadoria para os mercados externos, consequentemente com a menor procura e com a baixa nos preços. O principal comércio da primeira outorgante é precisamente o de vinhos e tendo, à custa de crédito a prazo, adquirido o grande *stock* com que enriqueceu os seus armazéns, mercê da baixa que imprevistamente se verifica, como vem referido, vê-se, neste momento, proibida de realizar por preços que não sejam inferiores, a venda dos vinhos comuns, beneficiados e generosos das suas diferentes e acreditadas marcas, para fazer face às dívidas contraídas com a compra dos mesmos vinhos, na esperança de realizar lucros que, passando esta crise, necessariamente lhe estão assegurados com justa vantagem: É nestas circunstâncias que transitoriamente a firma primeira outorgante resolveu propor aos seus credores não privilegiados nem preferentes, pagar-lhes 99 % dos seus créditos em três prestações iguais [...]»³⁶⁷.

Entre os 116 indivíduos fundadores das 38 sociedades de comércio de vinhos, há apenas 1 «tanoeiro» e 6 «negociantes» ou «comerciantes». Pelos apelidos é possível estabelecer maior número de ligações entre os indivíduos dos dois ramos de actividade (11), mas são também em número reduzido. Algumas dessas empresas de vinhos possuíam oficinas de tanoaria, mas nem sempre o objecto social enunciado nas escrituras de sociedade faz referência inequívoca a esse facto.

Do mesmo modo, era reduzido o número de tanoarias que se dedicavam a outros tratos, como se pode ver no quadro n.º 3.11, embora algumas atenham, no objecto social, a hipótese de alargarem os seus negócios ao comércio de vinhos. Na escritura de sociedade de 18 de Novembro de 1918, o objecto social é «a indústria de tanoaria e o *comércio desta e de vinhos para consumo*»³⁶⁸. Os sócios da firma José Francisco da Silva & Filho, fundada em 1 de Janeiro de 1920, expressavam assim o seu objecto social: «Compra de madeira, ferro e mais utensílios necessários ao *fabrico de vasilhame* próprio para o comércio de vinhos, aguardentes e outros similares, venda de artigos fabricados no estabelecimento industrial, *podendo ainda alargar-se ao comércio de vinhos ou outros artigos*»³⁶⁹.

Os documentos compulsados referem o envolvimento de apenas 12 tanoeiros na fundação e direcção de algumas companhias de pescas, entre 1876 e 1930, mas sem qualquer ligação às empresas inventariadas³⁷⁰. Uma situação de algum modo idêntica à da relação entre cordoeiros e empresas de pesca. Parece, pois, que

esses indivíduos terão participado nas empresas de pesca com o mesmo espírito que animava os cordoeiros – o desejo de obterem condições seguras para os produtos de tanoaria e de madeira das suas oficinas, não deixando, todavia, de lucrar com a actividade da pesca.

Frequentemente, à fabricação de produtos de tanoaria é associado o comércio de madeiras «em bruto ou fabricadas»³⁷¹, a que se juntavam, por vezes, outros produtos. Em 1917, a «oficina de tanoaria» de Aveiro, de Adelino de Oliveira e Silva, publicou um anúncio onde se pode ler: «Nesta tanoaria fabricam-se pipas, meias pipas, quintos, décimos e todas as obras pertencentes à tanoaria» e acrescentava a enumeração de produtos que mostram claramente que esta oficina também serrava e aplainava madeiras para fins vários, nomeadamente para a construção civil: «Estância de madeiras de pinho, soalho, cabeça, forro, ripas, couceiras, barotes de todas as dimensões, fasquio e pregos de todos os tamanhos»³⁷². Em 19 de Junho de 1926, dois comerciantes fundam uma sociedade cujo objecto é «a indústria de tanoaria, o *comércio de madeiras* ou qualquer outro [...]»³⁷³.

Mas se estes tanoeiros fabricavam vasilhame para o comércio de vinhos (barris, pipas, dornas, tonéis, etc.), outros havia que se especializaram no fabrico de recipientes vários para o transporte, tratamento e arrecadação de pescado. Em 1904, os tanoeiros de Ovar, João de Oliveira Vaz e José Pereira dos Santos, «revogam o contrato entre eles pactuado por escritura lavrada nas notas deste notário em 23 de Setembro de 1902 com respeito à arte de *tanoeiros fabricantes de barricas para arrecadação e salga da sardinha e outro pescado* [...]»³⁷⁴.

Havia igualmente um outro sector de especialização tanoeira, mais ligado às actividades do sector primário e às necessidades domésticas, a que se terão dedicado especialmente as tanoarias das localidades do interior, nomeadamente as do concelho de Albergaria-a-Velha e de Águeda, ou as do litoral que decidiam apostas nesse mercado. Em 27 de Abril de 1916, o tanoeiro José João das Neves, de Águeda, é um dos fundadores do Sindicato Agrícola de Águeda³⁷⁵. Em 1922, entre os 58 membros de uma associação criada para a «Guarda e inspecção da propriedade imobiliária», de Maceda, contam-se 7 tanoeiros; numa associação da mesma natureza, criada no mesmo ano, em Cortegaça, entre 45 elementos, 9 eram tanoeiros, o que parece que a par da oficina de tanoaria agricultavam pelo menos uma pequena parcela de terra³⁷⁶. Noutros casos, o negócio da tanoaria é compaginado com o comércio de farinhas e cereais. O objecto social da firma José Francisco da Silva & Filho, fundada por António Francisco da Silva e José Ferreira da Silva, dois tanoeiros de Cortegaça, em 1 de Janeiro de 1920, constitui um exemplo menos frequente, pois associa a tanoaria «à *compra e venda de farinhas*»³⁷⁷.

Como referi no capítulo anterior, a propósito das conservas, o declínio da pesca da sardinha com xávegas, a partir do fim da I Guerra Mundial, terá agravado as dificuldades com que se debatia um número indeterminado de tanoarias, obrigando alguns tanoeiros a procurarem crédito (a juros muito elevados) ou a tentarem outras ocupações, embora os dados reunidos não permitam qualquer generalização. Em 23 de Fevereiro de 1927, o tanoeiro de Cortegaça, Joaquim Marques de Almeida e sua mulher, Rosa Marques dos Santos, doméstica, constituem-se devedores, com hipoteca de todos os seus bens, ao «proprietário» da mesma vila, José Marques da Costa, da quantia de 3000\$00, que [...] se obrigam a pagar [...] ao juro anual de 12%»³⁷⁸. Há também registo de três tanoeiros ligados, em 1931, à fundação de sociedades relacionadas com o comércio de carnes verdes³⁷⁹. A maioria das oficinas de tanoaria teria então dificuldades em escoar os seus produtos, debatendo-se com a concorrência de outras, tantas vezes de tanoeiros vizinhos ou familiares. Desse modo, alguns destes tanoeiros aproveitavam todas as oportunidades de obtenção de rendimento nas mais diversas actividades próximas: na pesca, no comércio de vinho, na agricultura, no pequeno comércio retalhista, no da venda de madeiras e de ferros, como no dos instrumentos agrícolas, ou estabeleciam-se em localidades geograficamente afastadas.

5.3.3. *Uma paisagem empresarial tradicional na tanoaria*

Por tudo o que disse, é possível afirmar que também no domínio da tanoaria estamos perante uma paisagem de cariz pré-industrial, dominada por um elevado número de pequenas oficinas, em que os tanoeiros que as exploravam – em nome individual ou em pequenas sociedades – eram oficiais da arte da tanoaria, no sentido corporativo da expressão, sendo os proprietários das ferramentas com que entravam para essas mesmas sociedades. Numa escritura de 1890, é estipulado que, quando algum dos sócios abandonasse a sociedade, «os seus utensílios» seriam «avaliados por três peritos da arte e ele embolsado desse valor»³⁸⁰. No ano seguinte, num acordo entre cinco tanoeiros de Ovar, as oficinas ainda são referidas como «lojas»: «Que se algum dos outorgantes se retirar com a loja para fora desta freguesia»³⁸¹. Numa outra escritura, de 1910, afirma-se que todos os outorgantes eram «sócios industriais e donos da ferramenta e material existente»³⁸².

Depois da I Guerra Mundial não mais se encontram menções desta natureza, embora persistam traços de trabalho de cariz pré-industrial. Em 3 de Novembro de 1919, Salvador Gradim, um dos fundadores da firma Gradim & Oliveira,

de Cortegaça, «efectuou a sua entrada em ferramentas próprias da arte de tanoaria e em vasilhame, no valor de 200\$00»³⁸³.

A divisão da propriedade pelos filhos, associada à escassa mecanização e à insuficiência de capitais, terá contribuído fortemente para o não aparecimento de uma empresa de maiores dimensões, explicando, assim, a disseminação de inúmeras unidades de tipo tradicional, de exploração familiar, servindo um mercado geograficamente muito compartimentado. Importava conhecer a dimensão das tanoarias estabelecidas em Gaia e no Porto. As escrituras não fazem qualquer referência aos destinos dos produtos fabricados, mas parece que, de um modo geral, as tanoarias trabalhavam para uma clientela certa e geograficamente próxima. É matéria a necessitar ainda de pesquisa. Em 1910, Manuel Marques de Oliveira, então estabelecido em Águeda, associou a si os seus dois filhos. Três anos depois, portanto sete anos antes do prazo de duração previsto na escritura de sociedade, um dos filhos sai, para se estabelecer em Maceda. O irmão ficaria sozinho com aquela tanoaria fundada pelo pai³⁸⁴. Este, que em 1883 era um dos quatro tanoeiros de Aveiro³⁸⁵, fundou com os seus dois genros, em 23 de Abril de 1908, uma sociedade para exploração do negócio de tanoaria, nesta cidade. Tornar-se-ia, dois anos depois, por dissolução da mesma, seu único proprietário³⁸⁶. Os genros vieram a estabelecer-se por conta própria... Este processo terá sido responsável pela dispersão de tanoeiros de Ovar por todo o país.

5.3.4. *As instalações das oficinas*

As escrituras não fazem referência sistemática às instalações das tanoarias. Não são, de facto, a melhor fonte neste domínio; quando o fazem, ficam-se pela alusão genérica de «barracão» ou «armazém», não fornecendo habitualmente qualquer outra informação. Em 1904, uma tanoaria do lugar de Quintãs, Esmoriz, então em liquidação, funcionava num «barracão», construído expressamente para esse efeito³⁸⁷. Quase duas décadas depois, na escritura de 15 de Abril de 1922, diz-se que o «*barracão* em que a oficina da sociedade se acha[va] instalada» estava edificado «em terreno arrendado»³⁸⁸. Numa outra escritura ainda, afirma-se que a tanoaria funciona numa «*casa ou armazém*»³⁸⁹. Sublinho que, embora dominasse o estabelecimento de porta aberta, os tanoeiros exerciam por vezes a sua «arte ou profissão» em casa dos clientes, nomeadamente para fazerem reparações.

Numa das raríssimas referências da imprensa local coeva às tanoarias, verificamos que o trabalho, «durante meses seguidos», decorria ao ar livre, junto da

porta da oficina, como acontecia com outras actividades. Em 1921, o semanário republicano, *O Democrata*, dá publicidade à contestação de alguns habitantes da cidade de Aveiro contra o incumprimento das posturas municipais, por parte de «5 ou 6 tanoeiros», que, transformavam «a via pública em oficina do seu labor», «que em plena rua nos apoquentam horas consecutivas a martelar, tendo, contudo, espaço na oficina para trabalhar e quintal nas traseiras onde bem podia ser feito esse serviço»³⁹⁰.

Um ano depois, o mesmo periódico volta ao assunto: «Aveiro voltou a estar sob uma tormenta impiedosa e brutal, que um abuso inqualificável mantém-se e uma tolerância criminosa a autoriza. O que se está praticando aqui há bastantes dias, ininterruptamente, desde a manhã até à noite, não se tolera na Hotentotia! Grandes caixas de ferro, em plena rua, que a enche e veda, espalhadas também pelo largo de S. Gonçalo, em frente da oficina de ferreiro, nelas martelam constantemente, estabelecendo uma tormenta tal que chega a ensandecer os infelizes moradores sujeitos a esta violência que só em Aveiro se tolera e não acaba, por mais providências que se peçam. Arre, diabo!»³⁹¹.

5.3.5. Tardia introdução da maquinaria

No *Anuário Estatístico de Portugal*, referente a 1919, é indicada a existência de 9 tanoarias a vapor: cinco no Porto e quatro em Lisboa³⁹². Segundo a mesma publicação, existiriam em todo o país 174 «mercadores ou fabricantes de tanoaria», 10 dos quais no Distrito de Aveiro, sendo a relação de distritos encabeçada por Lisboa, com 60, e Porto, com 31. Independentemente da exactidão dos elementos, fica claro que dominava o trabalho artesanal, situando-se nas duas maiores cidades do país as únicas unidades a vapor.

Neste quadro, não admira que a introdução de maquinaria tenha sido mais lenta e tardia nos espaços periféricos. Em Maio de 1918, numa escritura de sociedade, os seus outorgantes ainda declaram que seriam «apenas empregados operários e não máquinas»³⁹³. Todavia, as máquinas estavam a chegar à tanoaria em Ovar. Algumas oficinas resistiam. Ou não possuíam capitais para as adquirir. A primeira sociedade a inscrever o uso de maquinaria no objecto social foi a firma Marques, Ferreira & Fardilha, fundada por dois «industriais» e um tanoeiro, em 28 de Outubro de 1918, em Esmoriz: «O seu objecto é exercer a indústria de tanoaria, *empregando máquinas*, pessoal próprio, comprar e vender, não só os materiais próprios e necessários a esta indústria, mas ainda comprar e vender obra feita para reven-

da»³⁹⁴. Embora a escritura não diga que máquinas a sociedade iria utilizar – os textos notariais são muito lacónicos –, parece não haver dúvidas de que a automação se iniciou no final da I Guerra Mundial. Em 29 de Março de 1919, a firma Carvalho, Silva & Companhia apresenta um objecto social com um texto igual à de 28 de Outubro de 1918³⁹⁵; também a sociedade de Fernandes, Silva & Companhia, de 8 de Janeiro de 1920, tem como objecto o exercício da indústria de tanoaria, «*empregando máquinas e pessoal próprio*»³⁹⁶. Nos anos seguintes, outras escrituras fazem alusão explícita ao uso de maquinaria com texto igual, em razão de terem recorrido ao mesmo notário. É o caso da firma Silva, Pinto & Jorge, fundada em 14 de Abril de 1922, em Arada³⁹⁷.

A razão de esses textos serem iguais deve-se certamente ao facto de terem sido escritos pelo mesmo notário. A primeira escritura serviu de modelo às seguintes. A de 1 de Maio de 1920 é igual... Em 1 de Setembro de 1919, nasce a firma Marques, Filho & Gomes; além da referência ao emprego de «máquinas e operários», o objecto desta sociedade contém a primeira alusão à «compra para revenda de *ferro em arcos*»³⁹⁸.

6. Rolhas e outros produtos de cortiça

Utilizada em Portugal, desde o final de Setecentos, nas garrafas cilíndricas de tipo inglês, a rolha de cortiça estimulou o povoamento florestal do sobreiro, mas foi durante a Regeneração, mercê de um largo leque de circunstâncias, que a subcultura e a indústria da cortiça conheceram um desenvolvimento assinalável³⁹⁹. Segundo Hernâni de Barros Bernardo, «nessa altura, já se falava em mais de doze fábricas de transformação de cortiça, em Portugal»⁴⁰⁰. As exportações de cortiça em estado bruto, para Inglaterra e para os Estados Unidos da América, cresceram rapidamente, enquanto as máquinas, paulatinamente, iam substituindo o trabalho manual. Desse modo, a generalização do uso das rolhas de cortiça estimula o transporte de vinho em garrafa, embora, «devido ao grande atraso da sua indústria fabril», Portugal continue a exportar as suas cortiças como matéria-prima⁴⁰¹.

Segundo Carlos Oliveira Santos, «em 1905, exportávamos 3603,2 toneladas de rolhas; em 1914, apenas 3442,1»⁴⁰². Os países importadores dificultavam a entrada de rolha manufacturada. Depois das dificuldades geradas pela Grande Guerra, em 1919, «os valores da exportação, em escudos, já eram superiores aos de 1914, e, em 1922, a tonelagem já ultrapassava largamente a daquele ano». Mas as

exportações de rolhas não acompanhavam o crescimento das exportações de cortiça virgem, que registou um incremento de 180%, entre 1915 e 1928⁴⁰³. A legislação de grande alcance que se seguiu à publicação do Decreto 13 658, de 20 de Maio de 1927, vai «proteger, melhorar e controlar a cultura suberícola», possibilitando o início de uma nova e decisiva fase para a indústria corticeira portuguesa⁴⁰⁴.

É neste quadro que teremos de compreender os dois únicos projectos industriais para o fabrico de produtos de cortiça, durante todo o período estudado, nesta sub-região. O primeiro, de características certamente oficinais, nasce em Valmaior, no concelho de Albergaria-a-Velha, em Julho de 1915. Quatro anos depois, foi fundada uma outra sociedade, sob a firma Cedrim Corticeira, Lda., com sede em Cedrim, no concelho de Sever do Vouga, para «o exercício e comércio de artefactos de cortiça», com um capital social igualmente diminuto: 6000\$00⁴⁰⁵. O segundo projecto, com propósitos bem diferentes, pois visava estabelecer uma fábrica de cortiça em Ovar, não terá passado disso: um projecto. De qualquer modo, um e outro parecem provar uma «inaptidão» desta sub-região para o desenvolvimento desta indústria.

Assim, em 1 de Julho de 1915, três «proprietários» de Valmaior, os irmãos Arnaldo e Fernando Guimarães e Manuel Tavares Júnior, fundam uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, para o «fabrico e comércio de rolhas»⁴⁰⁶. Alguns dias antes, o *Jornal de Albergaria* dava conta de que os referidos indivíduos iriam montar, no lugar de Mouquim, uma fábrica de rolhas, «para o que já mandaram construir casa própria e entablaram negociações com a Companhia do Caminho-de-Ferro do Vale do Vouga a fim de esta estabelecer tarifas que facilitem o transporte da nova indústria»⁴⁰⁷. A avaliar pelo facto de ter nascido apenas com 30% dos 5000\$00 do capital social permite pensar que estamos perante um projecto de dimensões reduzidas, sem o mais recente equipamento técnico. Essa situação é reforçada pelo facto de os três sócios se assumirem como «administradores e gerentes», sem qualquer indicação de especialização dessa direcção, como acontecia em empresas de escassa especialização e de reduzida dimensão económica.

Para lá destas referências, nada mais foi possível saber sobre esta empresa. Um dos sócios, Arnaldo Octávio Guimarães, no final de 1910, sucedeu a seu pai, Domingos Fernandes Guimarães (1840-1910), à frente da Fábrica de Papel de Valmaior, concelho de Albergaria-a-Velha⁴⁰⁸. A experiência como administrador, que adquirira em anos de colaboração com seu pai, terá determinado a sua escolha pela Companhia de Papel do Prado para aquele lugar. Também seus irmãos Fernando e Álvaro trabalhavam então na referida fábrica de papel. Em 1916, Arnaldo Guimarães era ainda o administrador desta fábrica, o que poderá querer dizer que

à frente da fábrica de cortiça, criada em 1915, terão ficado apenas o seu irmão Fernando e Manuel Tavares Júnior.

No Verão de 1923, a sociedade The Ovar Cork, Ld., certamente registada no Porto, pediu autorização para estabelecer, na freguesia de S. Cristóvão, em Ovar, uma fábrica de artigos de cortiça. Dado que o referido estabelecimento fabril se encontrava compreendido na tabela n.º 1 do *Regulamento das indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas*, constante do Decreto n.º 8364, de 25 de Agosto de 1922, o semanário republicano democrático ovariense, *A Pátria*, publica o edital da 2.ª Circunscrição Industrial de Coimbra, de 7 de Agosto de 1923, assinado pelo Eng. António Ferreira Vilas, onde se pode ler: «Faço saber que The Ovar Cork, Ld., pretende licença para estabelecer uma fábrica de artefactos de cortiça, perto da estação do caminho-de-ferro, freguesia de S. Cristóvão, concelho de Ovar»⁴⁰⁹. Nada mais foi possível saber sobre este projecto, não se sabendo, pois, se a fábrica chegou a ser construída.

7. Industrialização do papel e da pasta celulósica

Em 1708, o genovês José Maria Ottone e o «capitalista» portuense Vicente Pedrossen fundaram, em S. Paio de Oleiros, no concelho de Santa Maria da Feira, a Fábrica de Nossa Senhora da Lapa⁴¹⁰. Inicia-se, então, a formação de uma importante «área» papelreira, grosseiramente definida pelos concelhos de Oliveira de Azeméis, Castelo de Paiva, Arouca, Gaia, Espinho, Ovar e Santa Maria da Feira, que tinha este último município como centro⁴¹¹. A esta geografia industrial não deve ser alheia, entre outros aspectos (orografia dos cursos de água, qualidade das águas, etc.), a rede do ainda mal conhecido comércio de trapos, que, internamente, se situava, como refere Maria José Santos, entre as fábricas de papel – que o compravam à porta, proveniente do Porto e das Beiras, às vezes até de Braga e Ovar –, e as tecedeiras, com destaque para as de Esmoriz e de Maceda⁴¹².

Assim, na sub-região da ria de Aveiro, apenas o concelho de Ovar integrou esse espaço geográfico da indústria papelreira, com um número reduzido de unidades fabris, no período histórico em apreço. Ovar beneficiava da proximidade geográfica e da existência da matéria-prima tradicional. No último terço de Oitocentos, quando o preço do trapo regista uma alta considerável, o concelho de Albergaria-a-Velha junta-se a este grupo, mercê da existência de um conjunto de condições favoráveis, como a floresta e a água abundante. Por essa razão, a entrada de Albergaria na indústria papelreira é diferente, tanto mais que a par dessa história

decorre, paredes-meias, uma experiência pioneira muito importante – o nascimento de uma fábrica de pasta de papel.

O conhecimento das primeiras unidades, disseminadas pelos campos dos concelhos referidos, é ainda precário. Em 1863, Joaquim Henriques Fradesso da Silveira conta 52 fábricas de papel, das quais 26 nos concelhos de Ovar, Castelo de Paiva, Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira, ocupando 184 homens, 181 mulheres, 41 menores⁴¹³. É possível que tenham existido mais, pois, como refere Maria José Santos, «a identificação de espaços papeleiros oitocentistas constitui um desafio a gerir, de um modo cauteloso»⁴¹⁴. Muitas dessas pequenas «fábricas», que ocupavam, no fabrico de papel folha a folha, uma mão-de-obra especializada mínima – um *laurente* e um *ponidor*, uma *escolhedeira* e uma *botadeira* –, operavam com capitais insignificantes e sem qualquer registo.

Segundo esta historiadora, em Ovar, terão existido duas fábricas, durante o século XIX. Da primeira, erguida em 1818, no lugar das Pedras, na freguesia de Arada, terão restado «somente ruínas e a memória de um espaço em actividade», até meados dos anos 70 do século XX; a segunda, inicialmente uma pequena fábrica de «papel de embrulho de baixa qualidade», referida pelas fontes estatísticas com denominações diversas – Maria José Santos adoptou a de Fábrica de S. Cristóvão –, que foi fundada em 1844, pelo Padre José Alves de Carvalho e pelo seu irmão papeleiro, João Joaquim Alves Pereira. A partir de 1861, esta fábrica conheceu um período de alguma prosperidade, sob a direcção de Maria Joana Garcia, uma papeleira empreendedora que, nesse ano, tomou a fábrica de arrendamento⁴¹⁵. Em 1865, a produção cifrava-se em 2800,125 kg de papel almaço e 4819,5 kg de papel para embrulhar fruta.

7.1. A Fábrica de Papel de Valmaior

Como disse, no último terço do século XIX, o papel produzido nessas «fábricas» ainda era feito com trapo (ou farrapo) de linho e de algodão, branco ou de cores, com ou sem branqueamento⁴¹⁶. Contudo, depois da tentativa gorada de 1802 para se fazer papel com «matérias extraídas de certas plantas»⁴¹⁷, desde pelo menos 1841, havia quem experimentasse outras matérias-primas⁴¹⁸. Na Exposição Distrital de Aveiro, promovida pelo Grémio Moderno, em 1882, o comendador Joaquim Sá Couto, que dirigia a fábrica do Candal, na freguesia de S. Paio de Oleiros, Feira, apresentou, os seguintes papéis: «Papel mezena, liso e pautado; almaço de 1.^a sorte, liso e pautado; papel de 2.^a sorte; papel florete; papel dos

sucedâneos do trapo; *papel da casca do fiondeiro*, da África Portuguesa; *papel de palha de milho* (para fumar); *papel de desperdícios de pau de marceneiros* (para embrulhos); *papel de pau de pinheiro* (para embrulhos); *papel de folha de azevém*»⁴¹⁹.

Exibindo um palmarés invejável, a referida fábrica do Candal, fundada em 1813, foi a estrela do certame. Os seus papéis tinham sido premiados na Exposição Portuense, de 1861; na Exposição de Braga, de 1862; na Exposição Internacional do Porto, de 1865; na Exposição Universal de Paris, de 1867; na Exposição Universal de Viena de Áustria, de 1873; na Exposição Universal de Paris, de 1878 e, nesse mesmo ano, na Exposição Portuguesa do Rio de Janeiro⁴²⁰. Na Exposição Internacional do Porto, de 1865, diz Maria José Santos, que esta fábrica apresentou papel feito de madeira e de outras matérias-primas, como palha de milho e de sorgo⁴²¹.

Depois desta fábrica, o referido catálogo apresenta uma relação dos produtos de outras duas unidades fabris: a fábrica de papel de Valmaior, no concelho de Albergaria-a-Velha, fundada em 1873 [*sic*], que apresentou «papel de impressão e de embrulho», e a fábrica de Ladeiras, sita na freguesia de Raiva, Castelo de Paiva, fundada em 1832, que apresentou «papel almaço de 1.^a e de 2.^a qualidade e florete, e papel branco para embrulhos»⁴²².

Como vemos, a fábrica de papel de Valmaior apresentou apenas dois tipos de papel, mas o catálogo realçava o facto de possuir um equipamento dispendioso ao tempo: «uma *máquina de fazer papel contínuo*, que, assim como o restante maquinismo da fábrica, é francesa, da fábrica de Luprairie Angoulême»⁴²³. Como vários autores sublinharam, o fabrico de papel contínuo, que começou a ser ensaiado entre 1799 e 1803, em França e Inglaterra, constitui o grande salto da indústria do papel, a que «não deverá ser alheia a conquista tecnológica da tecelagem em contínuo do último quartel do século XVIII»⁴²⁴. As outras fábricas ainda produziam «papel à mão». A primeira máquina contínua instalada terá sido a da Fábrica da Abelheira, em 1841, por iniciativa de João de Oliveira, conde do Tojal⁴²⁵. Segundo o *Inquérito Industrial de 1881*, das 51 unidades papeleiras existentes em Portugal, 9 possuíam máquina de papel contínuo⁴²⁶. Estamos, pois, perante uma empresa com uma estratégia diferente da das velhas fabriquetas tradicionais.

O aparecimento desta empresa não passou despercebido. Em 1872, Pinho Leal refere-se, de passagem, a «uma vasta fábrica de papel de todas as qualidades, cujo motor é a água do rio Caima (confluente do Vouga)», dizendo que, em Dezembro desse ano, a «fábrica est[ava] quase concluída»⁴²⁷. Também Marques Gomes, ao indicar as indústrias deste concelho, além de uma fábrica de serração e dos «diferentes jazigos mineiros», faz uma breve referência a «uma importante fábrica de papel»⁴²⁸.

Mas é o *Campeão das Províncias* que, em 9 de Maio de 1874, dedica, pela primeira vez, larga atenção a esta unidade⁴²⁹. Depois de lamentar o atraso em que se encontrava a indústria em Portugal – indústria «que é a fonte principal da riqueza e prosperidade de uma nação» –, o articulista faz o elogio desta «importantíssima fábrica de papel», «uma empresa industrial das mais momentosas e fecundas que podem enriquecer o país», situada na povoação de Valmaior, a dois quilómetros a leste de Albergaria-a-Velha. Os empresários, «obreiros temerários», «notáveis comerciantes» de Albergaria, merecem as primeiras palavras de apreço por este «intento audacioso», deixando-nos o redactor do *Campeão* alguns aspectos decisivos para a compreensão do que entendia ser um empresário papelero ideal, constituindo, até, um testemunho do facto de os promotores não virem do mundo do papel: «Desconhedores das leis que regem a fabricação do papel, porque nunca estudaram a Física, nem se iniciaram nos segredos da Química, e tendo somente uma fraca luz das leis económicas e das evoluções dos mercados», Manuel Luís Ferreira e José Luís Ferreira Tavares, «dando exemplo do arrojo mais temerário, ousaram, às apalpadelas, lançar os fundamentos da obra mais vasta que Portugal hoje possui, e que o coloca a par dos países mais adiantados naquele género de produção»⁴³⁰. Mercê de «toda a perseverança de que há muito torna conhecidos aqueles cavalheiros, para que não soçobrassem no pélagio imenso de dificuldades de toda a ordem e lutas de toda a espécie que acompanham qualquer ensaio industrial, no nosso país, quanto mais o estabelecimento de uma fábrica que, desde o seu princípio, fora moldada para a produção mais larga e mais perfeita».

O êxito desses «esforços arriscadíssimos» ficava a dever-se, na opinião do *Campeão*, à «excelente localização da fábrica», à «habilidade do fabricante [técnico francês], largamente experimentada no estrangeiro», à «grandeza dos maquinismos e, sobretudo, à novidade e abundância de uma parte importante da matéria-prima»⁴³¹.

A referência à utilização da madeira serve ao articulista para verberar «o espírito de rotina» que asfixiava «quase todas as indústrias do nosso país», «donde resultava que o trapo, artigo caríssimo e da maior procura nos mercados nacionais e estrangeiros» permanecia quase como a única matéria-prima utilizada pelos papeleros. Desse modo, «as fábricas dos outros países abasteciam o nosso mercado de papel mais perfeito e mais barato». Era essa razão por que, segundo o *Campeão das Províncias*, esta fábrica merecia todo o apoio e os seus empresários toda a admiração. As matérias-primas de que falava o periódico aveirense eram «a caruma ou rama do pinheiro» e a «serradura de madeira», cujo exclusivo a fábrica «comprou por 15 anos», embora também fosse utilizado algum trapo⁴³².

Depois da matéria-prima, a descrição do *Campeão das Províncias* deixa-nos uma pequena nota sobre o equipamento técnico e a produtividade da nova fábrica: «O maquinismo é, na opinião dos entendidos, superior aos de outras fábricas do país, mantendo-se a par dos das fábricas mais florescentes da Alemanha, Inglaterra e França», o que permitia a esta empresa «produzir, numa semana, mais do que produzirão num mês todas as outras fábricas portuguesas».

O *Campeão das Províncias* maravilha-se com a vastidão das instalações fabris, com as operações de preparação da massa e com a magia da sua transformação em papel em contínuo⁴³³. Procurando fazer uma descrição cuidada do complexo fabril, não se esquece de referir a largura da tela de produção do papel (1,9 m), a abundância de água e de madeira de pinheiro, a máquina a vapor, a «chaminé elevadíssima», a extraordinária competência dos técnicos franceses e o elevado número de homens e mulheres que empregava.

Assim, segundo o referido artigo daquele periódico, a fábrica era propriedade «exclusiva dos Srs. Ferreiras, que são os sócios capitalistas, e do Sr. Luciano Tellier, que é sócio de indústria». Luciano Tellier «dirigiu desde o seu princípio, as obras da fábrica, cujo projecto é seu, presidiu ao assentamento da máquina e superintende em tudo o mais que constitui a parte técnica dos seus conhecimentos». Acrescentava ainda que o Eng. Luciano Tellier «concluiu, em 1866, o curso da escola das artes, em Angers, onde obteve as mais honrosas classificações, passando depois a Espanha, onde serviu por dois anos no lugar de engenheiro dos caminhos-de-ferro, que ultimamente abandonou, para vir colocar-se à testa deste estabelecimento». Seu pai, Simão Tellier, «com mais de quarenta anos de serviço na direcção de diversas fábricas de Angoulême», era o responsável pela produção de papel⁴³⁴.

O longo artigo do *Campeão das Províncias* rematava dizendo que «a fábrica emprega diariamente no labor da fabricação, de portas adentro, cerca de 120 trabalhadores, entre homens e mulheres, não contando neste número os artistas principais que dirigem os trabalhos do fabrico, alguns dos quais ganham elevados salários, nem os que fora do estabelecimento procuram *o trapo*, por todo o país, [nem os que] conduzem a caruma das gândaras próximas, que acarretam a lenha para o vapor da fábrica e exercem outros variadíssimos actos próximos e remotos da produção»⁴³⁵.

Dois meses depois da visita do decano da imprensa local aveirense, José Luís Ferreira Tavares pede «licença para reconstruir um açude para derivações de água do rio Caima, pouco acima de Valmaior»⁴³⁶. O despacho foi favorável por ali não poderem chegar os barcos «que pelo rio Caima só no Inverno têm água para

navegar até próximo da antiga ponte de Valmaior, muito a jusante do mesmo sítio do açude»⁴³⁷.

Em 1883, Pinho Leal dedica a este projecto industrial três colunas do seu *Portugal antigo e moderno*⁴³⁸. Começa por afirmar que «as obras para o edifício desta fábrica, incontestavelmente uma das melhores (senão a melhor) do seu género, em Portugal», tiveram início em Maio de 1872, sendo inaugurada quase dois anos depois, em Fevereiro de 1874. Também o *Catálogo* da Exposição Distrital de Aveiro de 1882, como assinala, indica o ano de 1873, como data da fundação da fábrica. Parece, pois, não haver certezas quanto à data de fundação da sociedade e do início da produção. Segundo o *Campeão das Províncias*, a sociedade terá sido formada por volta de 1871. O articulista que visitou esta «importantíssima fábrica de papel», no início de Maio de 1874, afirma que o seu «estabelecimento começou há três anos»⁴³⁹. Na escritura de «ratificação, confirmação e redução a escrito» da sociedade, celebrada em Albergaria-a-Velha, em 5 de Dezembro de 1872, quando a fábrica estava «já construída», o notário escreveu: «[...] foi dito ante as mesmas testemunhas que há coisa de dois anos, pouco mais ou menos, tinham eles entre si ajustado e contratado uma sociedade comercial com o fim de fabricar papel e vendê-lo [...]»⁴⁴⁰. Em trabalho recente, Delfim Bismark Ferreira diz que «a fábrica começou a laborar ainda no final de 1872», e que a celebração de um contrato para a construção de uma levada para condução da água para a fábrica se verificou em 24 de Julho do ano seguinte⁴⁴¹. Só não se percebe a alusão de Pinho Leal à «inauguração», em 1874.

Depois de realçar o facto de um dos fundadores, Manuel Luís Ferreira Tavares ser pai do barão do Cruzeiro, Pinho Leal confirma, no essencial, o texto do *Campeão das Províncias*, fornecendo alguma informação mais consistente, nomeadamente nos capítulos da energia e da mão-de-obra, sem deixar, contudo, de referir a natureza das dificuldades que ensombavam então o futuro desta incensada fábrica. Dispunha de uma máquina a vapor, sistema contínuo, com duas caldeiras de 30 CV, «mas a maior parte do ano, a força propulsora é a água do Caima. O vapor só se emprega na estiagem». Com a energia hidráulica as duas turbinas debitavam 80 CV. A fábrica que produzia 1,5 a 2 toneladas de papel, em regime de laboração contínua, ocupava, então, 150 operários. Embora não refira as remunerações do «mestre» e do «contramestre», indica as dos restantes: o maquinista recebia um salário de 600 réis diário, os oficiais, 360, os operários 300 e «as mulheres e os rapazes de 120 a 140 réis»⁴⁴².

Mas a informação mais decisiva prende-se com as dificuldades que então já ensombavam o futuro da empresa: «Esta fábrica foi estabelecida para fabricar

papel de *caruma* (agulha de pinheiro) por haver por estes sítios vastos pinheirais. *Depressa, porém, se reconheceu a impossibilidade de realizar este empreendimento, em razão do alto preço por que saía a soda cáustica, o cloreto de cal e outros ingredientes necessários para reduzir a caruma a pasta.* Hoje, a única matéria-prima é o trapo»⁴⁴³. E rematava dizendo que, «mesmo assim, o preço dos produtos desta fábrica é muito razoável, o que tem prestado bons serviços à imprensa». Parece que, na verdade, as coisas se passavam de forma um tanto diferente. Mal informado, Pinho Leal omitiu as enormes dificuldades económicas que a empresa sentia no final da primeira década de existência. Vejamos.

Segundo a referida escritura de ratificação, confirmação e formalização da sociedade de capital e indústria, que existia de facto entre os «proprietários» de Albergaria-a-Velha, Manuel Luís Ferreira e José Luís Ferreira Tavares e o «engenheiro» francês, Jean Baptiste Lucien Tellier, natural de Angoulême, então residente em Valmaior, sob a firma Ferreira, Tavares & Tellier, o sócio de indústria obrigava-se «a dirigir a fábrica e a promover quanto seja possível o *fabrico de bons e baratos produtos*». O objectivo era claramente o de concorrer com o papel importado. Mas um conjunto de dificuldades ainda mal conhecidas obrigou a empresa a pôr de parte o projecto de fazer papel com caruma.

Por razões omissas, em 6 de Maio de 1875, o técnico francês abandona a sociedade, cedendo aos dois sócios sobreviventes «o privilégio ou patente de invenção da caruma e serradura de todas as classes de madeira que à firma social fora concedido por alvará de 7 de Julho de 1873, podendo aqueles continuar a gozar do referido privilégio, como seu exclusivo que fica sendo, pois que não só deste privilégio mas de tudo o mais concernente ao objecto e fim da sociedade abre mão»⁴⁴⁴. A saída do sócio de indústria levou à dissolução da sociedade, assumindo os sócios capitalistas todo o activo e passivo da empresa, assim como quaisquer «dívidas, hipotecas ou outras quaisquer obrigações» contraídas pelo francês «sob a responsabilidade da firma social». Para o fabrico de papel com trapos não era preciso um técnico estrangeiro, a ganhar salários elevados. É certamente esta a razão do divórcio entre os sócios capitalistas e o sócio industrial. Morria, assim, um projecto promissor.

A sociedade entre os dois irmãos, como de algum modo se entrevê na referida escritura constitutiva, dissolve-se, dois anos depois, em 6 de Agosto de 1877, por morte do comendador José Luís Ferreira Tavares⁴⁴⁵. Os desentendimentos entre os herdeiros, que se arrastaram até 1880, terão agravado as dificuldades financeiras da empresa. As razões do fracasso ficaram a dever-se à aposta numa técnica que se revelou improdutiva, pois unia, no mesmo estabelecimento industrial, a produção da

pasta e o fabrico do papel. Como a história desta indústria provou, «a pasta como matéria-prima intermédia deveria ser produzida em grande quantidade e a baixo preço, sendo distribuída em placas secas, deixando a especialização papeleira funcionar junto do mercado consumidor de papel, respondendo à diversificação da procura»⁴⁴⁶.

Vejam os aspectos pertinentes das biografias dos dois fundadores. José Luís Ferreira Tavares (1821-1877), que Delfim Bismark Ferreira considerou «o grande impulsionador» da fábrica, filho da nobreza rural de Albergaria-a-Velha, cedo se iniciou na actividade comercial, primeiro no Alentejo e, depois, em Lisboa. Regressa ao torrão natal em 1862, onde casa e constrói um palacete. No triénio de 1866-1868, como vereador, imprimiu «uma dinâmica a que a vila não estava habituada [...], traçando e rasgando novas ruas, uma avenida, um amplo largo municipal», destacando-se a sua acção nos domínios da saúde pública, no abastecimento de água, esgotos, etc. Como reconhecimento da sua dedicação, em 21 de Janeiro de 1871, portanto pouco tempo antes do início do projecto papeleiro, D. Luís atribuiu-lhe a Comenda da Ordem Militar de Cristo⁴⁴⁷.

Manuel Luís Ferreira, irmão mais velho do comendador José Luís Ferreira Tavares – nasceu em 1815 –, tinha com ele uma sociedade (irregular) para a exploração de madeiras, sob a firma social Ferreira & Irmão⁴⁴⁸. Embora nada se saiba sobre a sua vida, entre o casamento e a fundação da fábrica, parece evidente que se dedicava ao negócio de madeiras, nos «extensos pinhais mandados semear, em grande parte, por seu pai, Capitão Luís Ferreira Tavares, nos baldios das gândaras a norte de Albergaria-a-Velha»⁴⁴⁹. De resto, é com esse objecto – «a exploração de madeiras e outros negócios» – que, em 27 de Dezembro de 1877, constitui uma sociedade em nome colectivo, com seu filho José Luís Ferreira Rodrigues, sob a firma Ferreira & Companhia, que tinha o mesmo fim social⁴⁵⁰.

O texto da escritura, no capítulo da partilha de dividendos, é surpreendente, pois parece revelar algumas dificuldades financeiras (ou de liquidez), naquele ano de 1877: «Os lucros líquidos da sociedade, depois de deduzidas as despesas abaixo mencionadas, serão divididos pelos outorgantes em partes iguais». Assim, Manuel Luís Ferreira receberá semanalmente a quantia de 9\$000, «a título de despesas da sociedade, e a esse título sairão também da sociedade as despesas que se fizerem com a formatura de Manuel Luís Ferreira Júnior, na Faculdade de Direito, em que se encontra matriculado. Na conformidade da escritura feita entre o primeiro outorgante e o seu [outro] filho, Francisco Luís Ferreira Tavares, actual barão do Cruzeiro, por ocasião do casamento deste último, fica esta sociedade com o encargo da dita escritura e condições nela estipuladas»⁴⁵¹. De resto, noutra passagem do referido documento, a propósito do capital social inicial de 1000\$000 réis – de que

estavam realizados apenas 50% —, pode-se ler: «O segundo outorgante [filho] entra para a sociedade com 500\$000 réis e o primeiro [pai] entra com o resto do capital para o andamento dos negócios, *mas só até onde chegarem as suas forças monetárias*». Poderíamos ser levados a pensar que a firma fora criada para o filho Manuel, mas fica por explicar porque é que o pai reservou para si as funções de «caixa», ficando o filho como «caixa substituto». Será que a sociedade foi criada com o intuito explícito de financiar os estudos do outro filho?

Delfim Bismark Ferreira afirma que a referida sociedade teria como fim a creosotagem e exportação de madeira de pinheiro para dormentes [travessas] do caminho-de-ferro e postes telegráficos⁴⁵². Há alguns testemunhos notariais que parecem sustentar essa afirmação. Data de 1856 a primeira escritura de «fornecimento de postes sobre que há-de passar o fio do telégrafo eléctrico no Distrito de Aveiro»⁴⁵³. Recordo que isso acontece um ano após a chegada da telegrafia sem fios a Portugal⁴⁵⁴ e três anos depois do início da construção do primeiro troço de caminho-de-ferro, em Portugal, entre Lisboa e o Carregado, que foi inaugurado nesse ano de 1856⁴⁵⁵. Assim, segundo Bismark Ferreira, a referida sociedade teria fornecido travessas para os caminhos-de-ferro, dezenas de milhar de escoras para minas espanholas e inglesas, tendo-se tornado, «principalmente entre 1878 e 1880, uma das empresas com maior volume de negócios do país»⁴⁵⁶. Faltam números para sustentar esta afirmação; porém, realço o facto de, em 1882, a antiga sociedade entre os dois irmãos para o negócio de madeiras ser devedora de uma quantia indeterminada mas considerável ao Banco Aliança⁴⁵⁷ e quem, entre 1885 e 1887, esta empresa ter estado envolvida no negócio do fornecimento de travessas para o caminho-de-ferro, para os trabalhos da linha do Oeste⁴⁵⁸. É assunto a necessitar de estudo.

Os poucos documentos conhecidos não são suficientemente claros, mas parece evidente que, entre 1871-72 e 1875, os dois irmãos fizeram investimentos avultados, sem qualquer retorno. Se não antes, pelo menos após o abandono do técnico francês, primeiro, e a morte de José Luís Ferreira Tavares, depois, a fábrica começou a acumular dívidas para sobreviver... Com trapo, as fábricas não eram competitivas e para produzir papel com essa matéria-prima não eram precisos investimentos tão elevados...

Em 15 de Janeiro de 1880, a viúva e os herdeiros de José Luís Ferreira Tavares declaram-se disponíveis para vender a fábrica mesmo pelo valor do seu passivo, sendo claro que estavam a decorrer contactos ou negociações com a firma de Henry Burnay⁴⁵⁹. Dois anos depois, é já um facto consumado. Numa escritura de 9 de Fevereiro de 1882, afirma-se que pode «desde já considerar-se vendida a Fábrica de

Papel de Valmaior»⁴⁶⁰. Na Exposição Industrial do Distrito de Aveiro, em 1882, este estabelecimento fabril ainda é referido em nome de «José Luís Ferreira»⁴⁶¹.

No início do século XX, o *Campeão das Províncias* historiava assim esses primeiros anos da fábrica: «Foram a princípio pouco felizes os resultados obtidos e a fábrica a breve trecho caía em ruínas. Salvou-a a firma Henry Burnay & Companhia que, adquirindo-a, a transformou por completo, em 1881 [*sic*], reformando todo o maquinismo e uma grande parte do edificio, entregando então a sua direcção ao engenheiro francês, Mr. Fistié»⁴⁶². Acrescentava que a «força motora é gerada por duas turbinas que recebem a água do rio Caima e que têm a força de 40 CV cada uma. Esta força põe em movimento quase todo o maquinismo. O restante é tocado por máquinas de vapor, de proveniência francesa»⁴⁶³.

Em Dezembro de 1889, a Companhia de Papel do Prado adquire esta unidade⁴⁶⁴. Nos sete ou oito anos transcorridos, a fábrica fora dirigida por dois engenheiros franceses que a terão recuperado, mas é a integração na Prado que permite relançar os negócios daquela empresa. A par do trapo, que continuava a ser a matéria-prima dominante, em Portugal, a fábrica passa a consumir outras substâncias e géneros. Segundo o *Inquérito Industrial de 1890*, «a fábrica possuía uma máquina de cortar trapo e gastava 300 toneladas dessa matéria-prima. Contudo, gastava igualmente 600 toneladas de massas de madeira e químicas e 300 toneladas de celulosas e palhas [...]».

Em 1905, o *Campeão das Províncias* testemunha a grande transformação por que passava a empresa, então, sob a direcção de Domingos Fernandes Guimarães: «Tudo aquilo se modificou, desde o maquinismo, que é todo novo e do mais aperfeiçoado; até a própria casa de habitação. Assim, a laboração é constante»⁴⁶⁵. Na viragem de Oitocentos para Novecentos, aumentou a procura de papel, nomeadamente devido à extraordinária procura suscitada pelo aparecimento de um elevado número de jornais e pelo aumento do consumo de papel pelas administrações central e autárquica. A competição entre as empresas tornou-se mais dura. Lembro que, em 22 de Setembro de 1901, nascera em Palmaz, no concelho de Oliveira de Azeméis, uma outra fábrica de papel, onde, como referia José Tavares, se realizavam «sucessivas transformações», «na ânsia, sempre crescente, de melhorar o seu fabrico»⁴⁶⁶. A quase permanente aquisição de equipamento possibilitou a diversificação da produção, atingindo, entre 1912-1914, as 900 toneladas por ano de papéis de escrita, impressão, afixes e embalagens, para além das serpentinas e confetes⁴⁶⁷.

Em 1907, quando nasce uma nova fábrica de papel para embrulhos em Famalicão, no concelho de Anadia, a fábrica de Valmaior empregava cerca de 165

trabalhadores⁴⁶⁸. Três anos depois, o número de trabalhadores era idêntico: 163, dos quais 94 eram analfabetos⁴⁶⁹.

Durante perto de vinte anos, Domingos Guimarães (1840-1910) foi o administrador da Fábrica de Papel do Caima. De entre as inúmeras informações da sua biografia tornada pública com a sua morte, relevo o facto de se ter iniciado no comércio, em Coimbra, com 11 anos de idade apenas. No regresso a Guimarães, sua terra natal, tornou-se uma das figuras mais preponderantes do meio comercial, e, depois de ter sido «agente de muitas e importantes casas bancárias», integrou o grupo fundador do Banco Comercial de Guimarães, de que foi «um dos seus mais notáveis directores»⁴⁷⁰. Com a sua morte, em 22 de Janeiro de 1910, a direcção da fábrica é assegurada por um seu filho, Arnaldo Octávio Guimarães, que já referi, a propósito da fundação de uma fábrica de rolhas de cortiça⁴⁷¹. Forma-se, assim, pela primeira vez na história da empresa (e desta sub-região), uma dinastia de gestores. Esta foi, de facto, uma das primeiras fábricas onde foi adoptado o capitalismo de gestão.

A imprensa local enalteceu as qualidades humanas, profissionais e cívicas de Domingos Guimarães, entre outros aspectos, fundador de uma «aula nocturna», na fábrica de Valmaior, mas passa a celebrar o filho, num processo bem conhecido – rei morto, rei posto: Arnaldo Octávio Guimarães é então apresentado como um «moço de apreciáveis dotes de inteligência e de carácter, há muito senhor da *ciência de bem dirigir* pelo convívio e colaboração de anos com o extinto»⁴⁷². Nos anos seguintes, assistimos a um contínuo reapetrechamento técnico da fábrica, que lhe permitia uma resposta à procura e às pressões da concorrência.

Em 1911, «a instalação de uma turbina de 100 CV e de dois dínamos possibilitou o fornecimento de energia eléctrica à fábrica e às casas dos seus empregados»⁴⁷³. A linha do Vale do Vouga terá favorecido o alargamento do mercado de papel. Em Setembro daquele ano, a *Soberania do Povo* noticia a chegada, pela primeira vez, do comboio procedente de Albergaria-a-Velha, com mercadorias para a estação de Águeda: «Foram quatro fardos grandes de papel para este jornal, vindos da Fábrica de Valmaior»⁴⁷⁴.

No início da I Guerra Mundial, a fábrica dava trabalho a 287 operários⁴⁷⁵, mas esses anos foram vividos em sobressalto. Em 1916, segundo o *Anuário Comercial de Portugal*, a situação da empresa parecia ser boa: «Administrador: Arnaldo Guimarães. Papel de impressão e de escritório. *É a melhor da Companhia do Prado*. Está situada na margem direita do rio Caima, o maior confluente da [margem] direita do Vouga. Motores hidráulicos de vapor e luz eléctrica»⁴⁷⁶. Mas nesse ano, surgem dificuldades. No quadro das enormes carências de papel de jornal, as

empresas dos jornais pediam a isenção dos direitos pautais para o papel de importação, dado o elevado custo que atingia. Foi, pois, contra essa ameaça que os operários da fábrica de papel se manifestaram ruidosamente junto da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, numa demonstração de força⁴⁷⁷. Concluía o *Jornal de Albergaria*, de forma conivente e com números certamente exagerados, que «é sempre para reccar que destes casos resultem graves consequências, pois são aproximadamente 450 pessoas que pelo seu braço auferem daquele poderoso estabelecimento fabril os meios suficientes para o sustento das suas famílias e que pelo seu encerramento ficariam na miséria».

No último lustro da década de 1921-1930, a fábrica volta a ocupar as páginas dos periódicos locais. Em 1925, Luís de Brito Guimarães, filho de Delfim Monteiro de Guimarães, um dos fundadores e antigo director da Companhia de Papel do Prado, assume a direcção da empresa, como director-delegado, em substituição do médico Viana de Lemos, que anos antes tinha rendido Arnaldo Octávio Guimarães. Luís de Brito fora professor do Liceu de Aveiro, presidente da Câmara Municipal de Aveiro, deputado unionista, estando, então, havia algum tempo afastado da vida política.

Mas os tempos da sua administração foram muito difíceis. Em 1925, antes de o novo administrador tomar posse, pode-se ler no *Jornal de Albergaria*: «Em consequência da crise que todas as indústrias sofrem actualmente, e por ordem da direcção da Companhia, paralisou os seus trabalhos, há dias, a importante fábrica de papel de Valmaior, facto aterrador para centenas de operários que ali angariavam o sustento de todos os dias para si e suas famílias»⁴⁷⁸. Depois de pressionada a câmara, foi enviada uma carta ao ministro do Trabalho, dizendo: «Fábrica de papel de Valmaior da Companhia do Prado, fechou ontem. Operariado despedido, cerca de 300 pessoas e muitos outros indivíduos afectados nos seus interesses por esse facto [...]»⁴⁷⁹.

O primeiro pedido que o *Jornal de Albergaria* faz a Luís de Brito Guimarães é que «empregue o melhor do seu esforço para conseguir em breve a reabertura da importante fábrica de Valmaior, paralisada desde que se declarou a presente crise industrial»⁴⁸⁰. Mas as dificuldades continuaram a fazer-se sentir nos anos seguintes. Apesar de ter sido reaberta a fábrica, há notícia de despedimentos em meados de 1927⁴⁸¹, chegando mesmo a encerrar, dois anos depois. Em Maio de 1929, o *Jornal de Albergaria* considerava «uma verdadeira catástrofe» o encerramento daquela «colmeia viva». Esse facto chocou a opinião pública local, pois ficaram sem emprego centenas de operários, «alguns com 20 e 30 anos de serviço na Fábrica, e mais de 50 ou 60 anos de idade, inaptos para outros trabalhos», com graves efeitos

no comércio local, cujas «contas eram liquidadas nos dias de pagamento da fábrica de papel»⁴⁸². As razões apontadas para o encerramento, segundo este periódico, ficavam a dever-se à concorrência do papel importado, ao fim da protecção pautal, que assim favorecia o lóbi da imprensa da capital. Mas logo a seguir, hesita nos protestos contra os «colossos da imprensa», transcrevendo textos de defesa das indústrias gráficas, que verberavam a má qualidade do papel nacional – «ordinaríssimo e caro» – e o carácter «parasitário» da indústria papelreira, «porque de nacional só tem a água que consome. Nunca se preocupou em criar o pinheiro que desse a pasta com que se fabrica o papel, limitando-se a transformar a que importa, exportando assim muitos milhões que podiam ficar em Portugal», razão por que, em sua opinião, o Governo não deveria apoiar uma indústria nestas condições⁴⁸³. As acusações referidas assentavam, antes de mais, no reconhecimento de que, globalmente, a indústria do papel «não tem avançado nada»⁴⁸⁴. Não era a Fábrica de Valmaior a visada, mas é possível que nos anos que se seguiram à Guerra tenham sido descuradas as condições de produção do papel.

7.2. *O mundo dos velhos engenhos do papel*

Embora não haja estudos sobre os efeitos da I Guerra Mundial no mundo das fábricas tradicionais de papel, parece que muitas delas, com características quase oficinais, terão conseguido sobreviver à margem dos abalos violentos que atingiram as unidades de maiores dimensões. O facto de os seus produtos terem pouco valor incorporado terá tido nesse fenómeno um factor decisivo, pois permitia-lhes passar, assim, ao lado da concorrência do papel importado. Acantonadas num pequeno nicho do mercado, o do pequeno comércio retalhista, consumidor especialmente de sacos de papel pardo, essas fábricas conseguiram sobreviver (e crescer) até ao golpe dado pelo aparecimento do papel *kraft*, primeiro, e do plástico, a partir da década de 1961-1970. A *Estatística Industrial*, de 1958, menciona 66 fábricas de papel (sem cilindros secadores), no distrito de Aveiro, contra 47 em 1950, representando 55,9% do total do país, mesmo assim, um pouco menos que os 63,5% registados em 1950. De qualquer modo, neste período cresce extraordinariamente o número de fábricas com cilindros secadores⁴⁸⁵.

Por outro lado, a indústria papelreira estava muito longe de satisfazer a procura, pois a sua produção, em 1929, cifrava-se ainda em cerca de 9500 toneladas, o que, como sublinhava Armando de Castro, «era insuficiente para acorrer às necessidades do consumo»⁴⁸⁶. Por essas e por outras razões, a verdade é que, tal

como aconteceu em indústrias como a moagem, essas pequenas unidades tradicionais conseguiram sobreviver e, em alguns casos, conseguiram crescer durante algumas décadas mais. O seu peso económico era certamente reduzido, não o era sob o ponto de vista social e político.

Nascidas em ambiente rural, muitas dessas pequenas unidades jamais terão sido registadas, mormente quando eram exploradas em nome individual. Parece ser o caso da fábrica de sacos de papel de Albergaria-a-Velha, propriedade de Germano Marques da Silva, de que temos conhecimento pela imprensa local apenas pelo facto de, em 1926, ter mudado de instalações⁴⁸⁷. A aquisição de algum equipamento técnico terá levado, outras vezes, os seus promotores a associarem capital e saber para poderem sobreviver, mas é assunto a necessitar de estudo, pois, com registo notarial, apenas foi encontrada uma sociedade, com sede em Arada, no concelho de Ovar.

Em 31 de Outubro de 1922, o «industrial» Manuel Gomes Ferreira Júnior e o «negociante» José Baptista Ferreira, do lugar da Murteira, Arada, no concelho de Ovar, celebram um contrato de sociedade em nome colectivo, sob a firma Ferreira & Baptista⁴⁸⁸. O seu objecto era a indústria e comércio de papel, para o qual dispuseram de um capital social de 30 000\$00, dividido em duas partes iguais. Produzia, certamente, papel pardo. Esta sociedade seria dissolvida cinco anos depois, em 21 de Maio de 1927, ficando, contudo, o activo e o passivo da empresa a cargo do primeiro, que deu continuidade ao negócio, em nome individual, como, de resto, aconteceu em diversos ramos de actividade que laboravam com capitais reduzidos⁴⁸⁹.

O negócio do trapo foi decaindo, mas a sua liquidação foi muito lenta. Num pequeno estudo sobre uma dessas unidades, do ponto de vista da Arqueologia Industrial, foi possível ver ainda tesouras e outro equipamento nas ruínas de algumas fábricas, exibindo uma delas ainda um monte de trapo⁴⁹⁰. O trapo, novo ou velho, foi substituído, paulatinamente, pelo papel velho. No período estudado, há apenas referência a um negociante de trapo: em Fevereiro de 1921, o trapeiro José Ribeiro da Silva residia na Rua Alexandre Herculano, em Ovar⁴⁹¹. Em Aveiro, há referência a um outro, mas dedicava-se à recolha e venda de outros produtos. Em Julho de 1927, Joaquim Soares tinha um «depósito de trapos, sucatas e peles», próximo da estação do caminho-de-ferro, na freguesia da Vera Cruz⁴⁹².

Havia mais trapeiros ou farrapeiros, mas eram especialmente mulheres que andavam de porta em porta procurando trapos. São escassas as referências na imprensa local. Em Janeiro de 1916, *O Concelho de Estarreja* noticia o roubo de que foram vítimas duas farrapeiras de Maceda, que andavam ao trapo, «de porta em porta»⁴⁹³.

7.3. Início da produção de pasta de papel em Portugal

A existência de florestas e a abundância de água terão determinado a escolha das margens do Caima para o estabelecimento da primeira fábrica de pasta de papel, em Portugal, onde se verificaria, no início do século XX, a primeira utilização industrial da madeira de eucalipto. A primeira fábrica de pasta «mecânica», barata mas pouco resistente, que vem satisfazer a grande procura, nomeadamente de papel de jornal, surgiu nos Estados Unidos da América, em 1867, quando se iniciava a utilização industrial de uma outra pasta, mais regular, resistente e muito branca, pela acção do cloro, denominada por isso mesmo de pasta «química»⁴⁹⁴. Curiosamente, parece ter sido nessa mesma década que o norte-americano Tilghman realizou os primeiros ensaios do chamado processo bissulfito, com base na acção do ácido sulfuroso sobre a madeira, embora a sua utilização industrial tenha tido lugar, na Suécia, em 1874⁴⁹⁵. Em Portugal, como refiro adiante, este processo só seria aplicado depois da I Guerra Mundial.

Os primeiros registos de contratos de aquisição de madeiras, celebrados nos notários desta sub-região, datam de 1893. Mas, a avaliar por uma pequena notícia da *Soberania do Povo*, a fábrica já laborava no ano anterior, pelo que os primeiros fornecimentos de madeira terão sido realizados sem qualquer documento escrito. No quadro da luta política que se gerou em torno das Minas do Vale do Vouga, aquele periódico aguedense, dava então conta da emergência de um fenómeno que iria acompanhar a indústria de celulose, durante perto de um século – o impacto ambiental da indústria de celulose sobre os cursos de água. Os primeiros protestos das populações que viviam nas margens do Caima tiveram lugar, em 1898⁴⁹⁶. O eco desse movimentos chegou a Águeda, onde os conflitos durante cerca de quatro décadas. Em 7 de Agosto de 1892, a *Soberania do Povo* afirmava: «No corrente ano, os banhistas são poucos porque as águas vão turvas e diz alguém que *elas fazem mal porque trazem matérias venenosas saídas de uma fábrica do Carvalhal, onde se extrai da madeira um preparado que vai para Inglaterra para a produção de papel*. O peixe tem morrido quase todo no rio Vouga»⁴⁹⁷.

Mas a poluição do Vouga tinha outros contributos. Nesse mesmo ano, quando as margens do rio Caima «ficaram esterilizadas» pelas «águas salinadas das minas do Palhal», o aparecimento de peixe morto nas águas do Alfusqueiro é atribuído ao «envenenamento produzido pela lavagem dos metais extraídos das minas de Vilarinho das Talhadas», assunto que alimenta, então, violentas querelas políticas⁴⁹⁸.

Contudo, a poluição gerada pelo fabrico de pasta de papel não suscitou os clamores que acompanharam a exploração mineira, nomeadamente a das Minas

do Vale do Vouga, situadas no lugar de Vilarinho, freguesia das Talhadas, no concelho de Sever do Vouga, e das Minas do Pintor, sitas em Nogueira do Cravo, concelho de Oliveira de Azeméis.

Essa discreta visibilidade explicar-se-á, antes de mais, por a actividade desta fábrica não ter tido, certamente, os efeitos devastadores que tiveram as minas das Talhadas, nos campos cultivados de Águeda. Creio, contudo, que a diferença essencial terá ficado a dever-se a razões de natureza política. A poluição do Águeda serviu, antes de 5 de Outubro de 1910, de arma de arremesso da propaganda republicana e, depois, tornou-se um importante instrumento de oposição monárquica à República e de dissídio inter-republicano, naquela localidade. Uma insanável oposição de interesses – dado o carácter inter-sectorial da água – colocou durante tempo demais a agricultura, a pecuária, a pesca e a piscicultura, de um lado, e as minas, do outro, dividindo republicanos, fazendo-os aliados, localmente, dos monárquicos, contribuindo para o desprestígio do poder político e da República, que aparece aos olhos das populações como cúmplice dos proprietários das minas⁴⁹⁹. Sublinho que diferente foi a atitude face à poluição das Minas do Pintor, que poluíam as águas do rio Antuã, «determinando uma notável mortandade nos peixes da ria e especialmente nas criações» e consequentes protestos dos pescadores da Murto⁵⁰⁰.

Em toda essa luta de décadas, a poluição da fábrica da Quinta do Caima passa praticamente despercebida. São muito escassas as referências da imprensa local a esta empresa, com sede em Londres, dirigida por técnicos estrangeiros. A sua vida passa completamente ao lado das preocupações de periódicos e notáveis locais, até à década de 1921-1930, quando a venda de eucalipto constitui um negócio rendoso. É evidente que uma outra razão explicará também esse silêncio: a incipiente «consciência ecológica» nascente, expressão de uma reacção diversa ao avanço da industrialização, da urbanização e da integração económica de Portugal na economia mundial. Como referem Aida Valadas de Lima e Luísa Schmidt, «ao contrário do que sucedeu noutros países europeus, em Portugal, a questão ambiental eclodiu tarde, não tendo ainda gerado, nem um grande empenhamento cívico, nem uma forte visibilidade social», de tal modo que só em «finais dos anos 1980 – quase vinte anos após o Tratado de Roma e década e meia a seguir à Conferência de Estocolmo – se pode situar entre nós a preocupação político-institucional na articulação [entre] sociedade e ambiente»⁵⁰¹.

De qualquer modo, sublinho que a actividade desta fábrica, entre 1888, data da sua fundação, segundo A. G. Ferreira Cabido⁵⁰² e 1893, ainda precisa de investigação. Em 31 de Março de 1889, *O Povo de Aveiro* afirmava: «A companhia

The Caima Timber Estate and Wood Pulp Company, Limited, de Londres, acaba de adquirir, por 36 000\$000 réis, a extensa quinta do Carvalho, nas freguesias da Branca e Ribeira de Fráguas, composta de matas imensas, casas e terrenos lavrados, que pertencia a William Cruickshank, do Porto»⁵⁰³. Acrescentava, depois: «Esta companhia tem em vista montar ali, em breve, uma fábrica de fiação de tecidos e outra de moagem de madeira, em que aquele concelho é abundante, para a fabricação de papel»⁵⁰⁴. Parece, pois, que em 1889, a imprensa local ainda não conhecia o objecto social desta «nova fonte de receita» para Albergaria-a-Velha. Segundo Albuquerque Pinho, «no final desse ano, as obras de construção avançavam rapidamente pelo esforço diário de mais de três centenas de operários. A laboração da fábrica iniciou-se pouco depois»⁵⁰⁵.

Em 31 de Maio de 1892, é autorizada a explorar o negócio da madeira na Guiné⁵⁰⁶. Entre 1893 e 1896, a empresa celebra notarialmente cinco contratos de fornecimento de madeira e de lenhas; nas três décadas seguintes, um número apreciável de ajustes de compra e venda de propriedades terão garantido à empresa a matéria-prima e o combustível de que necessitava. Vejamos sumariamente o conteúdo dos referidos contratos que atestam a utilização do pinheiro na fabricação de pasta de papel, nesta fábrica.

Em Março de 1893, foi celebrada uma escritura de fornecimento de madeira, entre Francisco Ricardo Pereira Negrão, negociante de Albergaria-a-Velha, e a firma britânica The Caima Timber Estate and Wood Pulp Company, Limited, fundada em 1888, proprietária da fábrica de «massa de madeira», sita na Quinta do Caima ou do Carvalho, entre as freguesias da Branca e de Ribeira de Fráguas, representada no acto pelo Eng. Thomas Dawson, na qualidade de gerente da mesma⁵⁰⁷. Negrão era, então, certamente o mais importante negociante de madeira de Albergaria-a-Velha. Já, em 1890, firmara um contrato para o fornecimento de travessas para as linhas do caminho-de-ferro do Norte e do Leste⁵⁰⁸.

Agora, o negociante Pereira Negrão comprometia-se a fornecer, por «um espaço de cinco anos», a «madeira roliça» de que a fábrica precisava, «até à quantidade de 600 m³ por mês», «para o fabrico de massas de polpa e lenhas para combustível». As condições e dimensões dessa madeira eram as seguintes: os troncos «terão 2,7 m de comprimento e 12 a 30 cm de diâmetro na ponta mais delgada»; deveriam ser descascados e nunca poderiam ter mais de «20% de cerne». Os preços dos rolos seriam, durante os três primeiros anos de 2\$500 réis por metro cúbico, postos dentro da fábrica. Entretanto, o citado negociante receberia mais \$200 réis por metro cúbico, sempre que conseguisse «arranjar madeiras sangradas e de primeira qualidade, vindas sem dúvida de bastante longe, e que dêem em resultado

maiores interesses para a fábrica, principalmente em massa de primeira qualidade, do que tem dado até hoje com madeiras já fornecidas».

O vendedor obrigava-se ainda a ter sempre em depósito, na fábrica, até 500 m³ de rolos com casca, que serão descascados logo que seja preciso, dentro ou fora da fábrica, isto é, logo que o director da referida fábrica o exija». Noutra passagem da escritura esclarece-se que o contrato «compreende e obriga, por parte do primeiro outorgante [negociante] ao fornecimento unicamente de metade da madeira que se possa consumir na fábrica durante os cinco anos». Além disso, Ricardo Pereira Negrão também ficava obrigado a fornecer, mensalmente, «de 50 a 500 m³ de lenha rachada seca», «conhecida com o nome de *rachão*», «ao preço de \$700 réis cada metro cúbico, posta dentro da fábrica». Por seu lado, a Companhia comprometia-se «a não comprar madeiras a outro fornecedor a não ser ao «proprietário» José Tavares, da freguesia de Silva Escura, concelho de Sever do Vouga, o qual poderá fornecer igual quantidade de rolos à fornecida em cada mês pelo primeiro outorgante, sendo porém os preços iguais».

Como ficara estabelecido, dias depois, a empresa celebra um outro contrato, em tudo igual, com o referido José Tavares⁵⁰⁹, assegurando desse modo o fornecimento de matéria-prima e de combustível durante cinco anos.

Três anos mais tarde, contudo, as partes contratantes revogam e reformulam os contratos anteriores. As únicas diferenças residem nas (maiores) quantidades de madeira a fornecer à fábrica e nos (mais baixos) preços das madeiras e das lenhas, testemunhando, outrossim, o aumento de produção que era então dirigida por William Dale Glossop.

Assim, se em 1893 Pereira Negrão e José Tavares se obrigaram a fornecer madeira «até à quantidade de 600 m³ por mês», agora comprometem-se a fornecer «a madeira roliça de pinho com casca que a Companhia do Caima precisar para o fabrico de polpa até à quantidade de 2000 toneladas por mês», durante um prazo de cinco anos a contar da data deste último contrato⁵¹⁰. O metro cúbico de madeira que, em 1893, custava à fábrica 2\$500, passa agora para 1\$800 réis por tonelada. É de salientar o facto de ter sido adoptada a tonelada como unidade de medida em detrimento da medição por metro cúbico. Também a lenha rachão passa de 1\$700 para 1\$000 réis. Por outro lado, Negrão deveria garantir, no depósito da fábrica, 800 toneladas de madeira roliça para assegurar o fabrico da polpa. Ainda no tocante aos preços, há uma outra informação importante neste documento: «Se, durante o prazo deste contrato, estiver em exploração a via-férrea de Espinho a Viseu, de forma que as madeiras possam ser conduzidas para a dita fábrica por um preço inferior ao dos carreiros, fica o outorgante Negrão obrigado a deduzir essa

diferença que houver na condução, ao preço estabelecido nesta escritura». Na verdade, como mostrei antes, a linha do Vale do Vouga iria demorar alguns anos mais a provocar alterações neste comércio.

Nestes últimos anos de Oitocentos e nos primeiros do século XX, a fábrica de pasta de papel terá vivido um tempo de crescimento. Em 1907, empregava 237 pessoas⁵¹¹. Nesse mesmo ano, um notável aveirense manifesta grande preocupação pelos efeitos da actividade da fábrica na floresta, censurando as câmaras por não premiarem «quem planta ou semeia arvoredo. As travessas para as linhas-férreas e as fábricas de polpa de madeira devastaram as serranias»⁵¹².

Importava averiguar se na opção pela utilização de eucalipto *globulus* pesou também a escassez da madeira de pinheiro e os elevados custos do seu transporte de longe. De facto, datam exactamente desse ano de 1907 as primeiras experiências em cozimento de eucalipto, nesta unidade fabril. A pasta obtida foi considerada satisfatória para o fabrico de fibras inglesas de papel⁵¹³. Todavia, «surgiram dificuldades, porquanto as máquinas não estavam preparadas para fibras curtas. Por isso, durante alguns anos, a pasta produzida continha apenas 70% de eucalipto»⁵¹⁴.

Em 1910, a empresa tinha subscrito em acções um capital de 360 221\$330 réis, sendo computados em 215 000\$000 réis o imobiliário e em 150 000\$000 réis o maquinismo⁵¹⁵. A fábrica laborava em contínuo durante todo o ano, empregando 194 indivíduos, 41 dos quais menores, ocupados na limpeza das madeiras, e 43 mulheres, na escolha dos cavacos, no trabalho dos secadores e no enfardamento. A fábrica consumia, então, cerca de mil esteres de lenha, serrim e cascas. As matérias-primas eram a madeira de pinho (25 000 t), o enxofre (600 t) e o carbonato de cal (1000 t), o que permitia uma produção de 3488 t de pasta para papel, que era na sua maioria (85%) exportada para Inglaterra⁵¹⁶.

A avaliar pela evolução do número de trabalhadores – 237, em 1907; 194, em 1910 e 258 no final da I Guerra Mundial –, a fábrica atravessava um período de crescimento moderado⁵¹⁷. Entretanto, a empresa, agora com o Eng. Eric Daniel Bergqvist à frente da fábrica, continuava a adquirir terrenos nas imediações⁵¹⁸.

Em 1921, diz Ernesto Goes, «teve início nesta fábrica a produção comercial de pastas (pelo processo bissulfito) utilizando apenas madeira de eucalipto (*Eucalipto globulus*). A produção de 1921 foi de 37 toneladas, passando a 1050 toneladas em 1926, 3450 toneladas em 1930 e 5126 toneladas em 1938»⁵¹⁹.

Em 19 de Abril de 1922, operara-se uma mudança significativa. Por razões alheias à fábrica portuguesa, a firma inglesa entra em dificuldades. Durante o processo da sua liquidação, seis indivíduos formam uma nova sociedade, com sede na Quinta do Caima, no concelho de Albergaria-a-Velha, denominada Caima

Pulp Company, Limitada, com um capital social de 4 000 000\$00⁵²⁰. O seu objecto social era «a exploração dos haveres que em Portugal pertenceram à The Caima Timber Estate & Wood Pulp Company, Limited, em liquidação, e especialmente o fabrico de pasta de papel».

Os seis sócios fundadores entraram com 3,8% do capital em dinheiro; o restante era formado pelos bens móveis e imóveis adquiridos à anterior sociedade, em liquidação desde 30 de Março. Os bens móveis foram avaliados em 3 700 000\$00, o que representava 92,5% do capital social com que a nova sociedade inicia a sua actividade, conforme indico: «maquinismos e seus pertences», 2 288 101\$91 (57,2%); cabo aéreo, 250 000\$00; licenças do açude e obras hidráulicas, 150 000\$00; mobílias, 30 000\$00; cavalos e automóveis, 42 500\$00; pinheiros, matérias-primas, sobressalentes e materiais, 789 854\$49; lenhas, 28 348\$00 e pasta de papel fabricada e em preparação, 47 195\$60. Os restantes 7,5% resultavam da soma do valor dos seguintes bens imóveis: a Quinta do Caima, onde estava instalada a fábrica e suas dependências; um prédio denominado Quinta da Sabrosa; um outro denominado Quinta das Laceiras e outros dois terrenos próximos, um açude e obras hidráulicas ali realizadas, em 1874, como referi antes.

A este património seriam acrescentadas, por aquisição, em 1923, outras três propriedades para poder assegurar o fornecimento de madeiras a mais baixo custo⁵²¹. Nesta altura, era também grande a pressão das minas sobre a floresta, mas, entretanto, crescera o número de propriedades particulares com eucaliptos. Mesmo assim, em 1926, quando uma parte da pasta produzida era vendida em Portugal, segundo *O Lavrador*, o maior problema da fábrica era a escassez de matéria-prima⁵²².

Parece, pois, que o maior entrave à adopção de modernas técnicas de produção de pasta de papel era precisamente «a reduzida reserva da apetecida madeira que, perante as necessidades que o consumo reclama, mal chega para matar desejos», numa altura em que a fábrica só consumia pinheiro quando falhava o fornecimento de eucalipto⁵²³. Esclarecia, esperançosa, a referida publicação: «Mas a abundância de eucalipto virá, dentro de breves oito anos. A sua plantação nesta região, nos últimos tempos, tem tomado extraordinário desenvolvimento e a própria Companhia do Carvalhal, nas suas muitas dezenas de hectares de terreno, plantou já, para se garantir de falhas no futuro, o equivalente a 500 mil pés, em substituição das suas extensas matas de pinheiros, que para o efeito baixaram à segunda categoria». Rematava, dizendo que em breve iria acabar a falta de pinheiro, «com grande satisfação da empresa, dos consumidores e *dos cultivadores de Eucalipto, que encontram ali mais uma nova e segura fonte de receita*»⁵²⁴.

Essa situação terá gerado um maior interesse pela floresta. A procura suscitada pela fábrica criou condições para o aparecimento de empresas neste ramo de actividade. Com registo notarial, há notícia de uma «sociedade civil particular», sob a firma José Rodrigues da Silva & Companhia, fundada em 28 de Janeiro de 1922, por um grupo de 10 indivíduos (4 «comerciantes»; 2 «negociantes»; 2 «proprietários»; 1 «empregado comercial» e um «estudante») todos de Valmaior, onde se situava a sua sede, cujo fim era a «exploração e arborização por sementeira ou plantação nos terrenos baldios da freguesia de Valmaior»⁵²⁵. O seu capital social era diminuto: 2000\$00.

8. Edição e impressão

A informação dos escassos documentos notariais reunidos, nomeadamente os valores dos capitais declarados pelas poucas sociedades registadas, permite-me afirmar que, também neste ramo de actividade, talvez até mais do que noutras, predominava a pequena oficina, explorada em nome individual ou por uma qualquer sociedade, especialmente quando tinha origem na vontade de um grupo editar um jornal⁵²⁶. De qualquer modo, estamos perante oficinas de natureza diferente, pois, de um modo geral, todas elas possuíam maquinaria para a imprimir, cortar, picotar, coser, etc.

Não obstante estarem intimamente ligadas à publicação de periódicos, as tipografias não adquiriram a visibilidade de outras artes. Poucas tipografias e tipógrafos mereceram um pequeno destaque nas páginas que imprimiam. Também no domínio da tipografia se verifica um fenómeno recorrente: mesmo entre as que perseguem fins empresariais, raras são as que têm horizontes regionais: supremas necessidades diversificadas mais ou menos num quadro geográfico municipal. Por outro lado, esta actividade, como aconteceu com tantas outras, de natureza oficial, tem uma existência informal. Raros são os registos notariais das poucas sociedades formadas.

8.1. Empresas tipográficas e jornalísticas

Começando por ser um poderoso mecanismo de socialização do credo liberal e de conquista de influência dos partidos políticos, fora de Lisboa e Porto, a imprensa da província expressa, concomitantemente, o desejo de promoção e

ascensão política das elites locais. É nessas circunstâncias que, na segunda metade de Oitocentos, nascem cinco periódicos, em Aveiro⁵²⁷. Os dois títulos aveirenses mais importantes da Regeneração, os bissemanários *Campeão das Províncias* e o *Distrito de Aveiro*, terão expedido pelo correio, em Dezembro de 1875, respectivamente, 7600 e 3200 exemplares⁵²⁸, números que dizem bem da dimensão desses projectos, do mercado que tinham e das tipografias onde eram impressos. A esses dois periódicos havia que juntar ainda a progressista *Soberania do Povo*, de Águeda, que viu a luz do dia no primeiro de Janeiro de 1879⁵²⁹. Contudo, as sociedades que lhes deram vida nunca terão tido mediação notarial.

Em 1883, Aveiro contava com quatro tipografias, sem contar com a do Governo Civil: a Imprensa Aveirense; a Tipografia Aveirense, a Imprensa Comercial e a Tipografia do *Povo de Aveiro*, onde eram impressos, entre outros, os quatro jornais publicados na cidade⁵³⁰. A Tipografia do *Campeão das Províncias*, fundada em 1852, teria, então, outra designação⁵³¹. Mais antiga ainda era a Tipografia Académica, de que ficou uma referência breve, a propósito da morte de um antigo tipógrafo que lá trabalhara. Em 1916, morre Manuel Alves dos Santos, que trabalhara na Imprensa Académica, sendo considerado o decano dos tipógrafos aveirenses⁵³².

De todas, só foi encontrado registo notarial relativo à sociedade da tipografia do *Povo de Aveiro*, primeiro periódico do republicanismo aveirense, fundado em 1882, certamente por sugestão de Sebastião de Magalhães Lima que, um ano antes, tinha estado na origem de *O Século*, o órgão do «partido» republicano⁵³³. De resto, Magalhães Lima era um dos primeiros cinco proprietários da tipografia de *O Povo de Aveiro*. Em 10 de Maio de 1882, o tipógrafo Artur Pais vende a António Ponce de Leão Barbosa a parte que possuía nessa tipografia, por 322\$000 réis. No início do ano seguinte, António Augusto Mourão cede a sua parte, pelo valor de 205\$000 réis⁵³⁴. Sebastião de Magalhães Lima só venderia a sua parte no Verão desse ano, quando se forma uma outra sociedade «irregular» de cinco elementos⁵³⁵. As restantes tipografias terão sido exploradas em nome individual ou por sociedades não registadas.

Nas duas últimas décadas do século XIX, nasceram em Ovar cinco jornais⁵³⁶. É pouco provável que *A Folha de Ovar* ou *A Discussão*, de orientação regeneradora, tenham sido impressos na Tipografia de *O Ovarense*, alinhado com o progressismo. Então, de que prelos saíram? Ter-se-á verificado aqui, também, a prática corrente: um jornal, uma tipografia? Eram impressos no Porto? Numa tipografia de Aveiro?

Também não existe qualquer estudo sobre as tiragens destes como dos restantes periódicos. Quantos terão tido tiragens como as do *Campeão das Províncias*

e o do *Distrito de Aveiro*? Parece que a *Vitalidade* chegou a imprimir 2000 exemplares⁵³⁷. As tiragens de *O Democrata*, nascido em 1908, terão sido elevadas, pelo menos nos primeiros anos de existência⁵³⁸. Deve ter contribuído para isso o facto de a sua redacção contar com nomes prestigiados como o do velho republicano Albano Coutinho, então presidente da Comissão Distrital do Partido Republicano, Samuel Maia, jornalista e médico de Ílhavo, formado na Escola Médica do Porto, e o Dr. Fernandes Costa, professor e jornalista bem conhecido em todo o país. Mas o facto de os republicanos não possuírem localmente um periódico em que se pudessem rever terá sido decisivo para o seu êxito comercial. Logo no quinto número, a redacção deste periódico afirma: «Nunca imaginámos que o nosso modesto jornal tivesse tão generoso acolhimento e, por isso, nos limitámos a fazer apenas uma tiragem de 1000 exemplares em cada número»⁵³⁹. Antes deste, também *O Povo de Aveiro* terá tido grandes tiragens, mas não, certamente, da ordem dos 10 000 a 35 000 exemplares, até à instauração da República, como F. Homem Cristo fez constar⁵⁴⁰. Trata-se de um manifesto exagero, uma «resposta» aos seus adversários políticos, que a frágil estrutura empresarial da tipografia, por si só, desmente. Ao contrário do que afirmam (acriticamente) alguns autores, não se contaram sempre por milhares ou dezenas de milhar de exemplares as tiragens desse periódico; pelo menos em 1902, quando o seu director, Francisco Homem Cristo, era um homem politicamente isolado, a tiragem de *O Povo de Aveiro* não devia ser muito superior a 200 exemplares. Num processo criminal, quatro carteiros de Aveiro afirmaram, separadamente, que eram expedidos pelo correio cerca de 150 exemplares; os restantes eram distribuídos por um funcionário da redacção do *Povo de Aveiro*⁵⁴¹.

A vida era mais fácil para umas empresas do que para outras. As oficinas dos periódicos da propaganda de ideias e de partidos sociologicamente minoritários terão vivido com mais dificuldades do que as dos restantes. A primeira sociedade da tipografia de *O Povo de Aveiro*, num só ano de exercício, o primeiro da sua existência, acumulou um passivo extraordinário de 477\$000 réis⁵⁴². É essa a razão da formação de uma nova sociedade, passando de cinco para dez o número de sócios, que estipularam assumir entre si o referido passivo como entre si acordaram dividir, equitativamente, os lucros e perdas da exploração da referida tipografia⁵⁴³. Além destas dificuldades de natureza financeira, algumas tipografias debateram-se com outras, como acidentes e inundações, decorrentes das más condições em que frequentemente eram instaladas.

Como essas oficinas não conseguiam viver apenas da edição dos periódicos que lhes estão na origem, alargavam o seu objecto, imprimindo pequenos livros e

opúsculos, folhetos, discursos, relatórios e contas, estatutos, anúncios, recibos e facturas, impressos variados e outros papéis, daí a expressão frequente de «empresa tipográfica e jornalística»⁵⁴⁴. Mas mesmo as tipografias que imprimiam jornais afectos a partidos da situação não se ficavam pelos periódicos que as fundaram. A freguesia era limitada. Em 1895, em tempos de «progressismo», a tipografia do progressista *Ovarense* executava um alargado leque de produtos, vendendo até pequenos opúsculos como o *Código de Posturas Municipais*. A acreditar num anúncio, esta tipografia executava «diplomas, letras de câmbio, mapas, facturas, livros, jornais, rótulos para farmácias, participações de casamento, programas, circulares, etc.»⁵⁴⁵.

Um outro bom exemplo dessa situação é o da tipografia do *Correio de Albergaria*, que pouco tempo após o início da sua actividade possuía o seguinte equipamento:

- «dois prelos da Fundação de Massarelos, em estado de regular conservação, com todas as peças necessárias para o fim a que são destinados, num dos quais é impresso o *Correio de Albergaria*;
- duas minervas: uma, maior, para impressos de repartições e outra, mais pequena, para cartões e envelopes;
- uma banqueta fundida para tomar tinta;
- grande quantidade de tipos, que enche dez caixas grandes, dezasseis pequenas, cinco médias, três de cartões e uma de fantasia;
- outro material necessário para a feitura do trabalho para que está habilitada a tipografia do *Correio de Albergaria*;
- alguns objectos de mobília, mesas e cadeiras, artigos de impressão, papel e tinta e outros acessórios de redacção, constando tudo dos livros de receita e despesa, e algumas publicações literárias guardadas no escritório da redacção»⁵⁴⁶.

A direcção das tipografias com jornal confundia-se com a direcção editorial do periódico que editava. Mas muitos desses indivíduos mantinham, em paralelo, as actividades profissionais que os identificavam. Não admira, assim, a enorme fragilidade dessas empresas. A *Vitalidade* parece ser a excepção, onde a tipografia e o jornal estão separados. Por este respondia Acácio Rosa (1871-1955), seu fundador, enquanto que a tipografia foi propriedade, primeiro, de João Bernardes da Cruz – que também era fotógrafo – e, depois, de 1897 até 1917, de José A. da Silva Júnior, como mostro adiante. Mesmo assim, fica uma reserva. Francisco Meireles era um dos fundadores do Centro Escolar Republicano de Aveiro. Teria sido essa a razão da venda da tipografia?⁵⁴⁷

Diferente parecer ter sido o caso de uma sociedade de capital e indústria, celebrada entre dois indivíduos da mesma família, para a exploração da Tipografia do *Campeão das Províncias*. Na verdade, estamos perante uma situação comum, em que um indivíduo concentra em si a direcção da publicação periódica como da tipografia, embora não fosse comum, mais de trinta anos depois da sua fundação, a tipografia e o bissemanário continuarem na posse da mesma família. Vejamos a informação da escritura.

Em Outubro de 1886, os «empregados públicos» Firmino e Fernando de Vilhena de Almeida Maia instituem entre si, «verbalmente», uma sociedade de capital e indústria, «devidamente registada», em Março do ano seguinte⁵⁴⁸. Fernando Vilhena, o sócio de indústria, que ficara com a «direcção e execução de todos os trabalhos», é referido, na escritura de dissolução, não já como «empregado público» mas como «jornalista»⁵⁴⁹.

Após a dissolução dessa sociedade de vida breve, o sócio capitalista trespassa a um «proprietário» de Aveiro, Miguel Ferreira de Araújo Soares, todo o equipamento da referida tipografia. De resto, estamos perante um processo frequente para a fundação de uma nova oficina. Prelos, tipos, caixas, utensílios e demais material de impressão eram adquiridos a empresas que fechavam ou que renovavam o seu parque técnico, nomeadamente de Lisboa e Porto. A tipografia da *Voz de Anjeja* nasceu, em 1908, com o equipamento adquirido ao *Correio de Albergaria*⁵⁵⁰. Esse fenómeno foi mais visível depois da instauração da República. Muitas tipografias, com jornal próprio ou não, procuraram responder ao aumento de procura desses anos.

Não foi possível saber em que tipografia passa a ser impresso o *Campeão das Províncias* depois de dissolvida a referida sociedade. Sabe-se que, em 1910, essa tipografia estava instalada no pavimento inferior da casa de habitação do seu proprietário, que era o mesmo Firmino Vilhena de Almeida Maia⁵⁵¹. Segundo Aníbal G. Ferreira Cabido, a oficina tinha boas condições de higiene, mas o industrial pensava modificá-la, instalando «um motor a gás para accionar algumas das suas máquinas». Tratava-se, como o referido técnico afirmava, de «uma empresa individual com um capital imobiliário de 6000\$000 réis». Da relação do equipamento constavam uma máquina grande de impressão, marca Marinoni e nove outras para imprimir, picotar, cortar e coser com arame, 21 cavaletes para tipo e 12 cavaletes-cómodas para tipo. Dava trabalho a 5 indivíduos, sem contar com o «administrador»: 2 compositores, 1 aprendiz de composição e 2 impressores. Consumiam-se anualmente, 5150 kg de papel da fábrica de Valmaior, 42 kg de tinta, 25 kg de óleo de carbonato de potassa. Imprimia o bissemanário *Campeão das Províncias*,

«várias publicações, facturas e cartazes cujas quantidades não se podem precisar, mas que dão à oficina um rendimento bruto de 1300\$000 réis». Executava trabalhos para Aveiro «e para os concelhos próximos do distrito»⁵⁵².

Em 1912, a tipografia do *Campeão das Províncias* anuncia a venda, «por motivo de reforma [de] todo o seu material tipográfico, composto de tipos comum e de fantasia, muitos deles das principais fábricas estrangeiras, em bom estado de conservação», além de um «magnífico prelo onde pode ser impresso um jornal de grande formato, com o respectivo tinteiro, em ferro, e uma minerva de braço para impressão de obras em papel almaço»⁵⁵³.

Também a Tipografia do *Povo de Aveiro* apresentava características semelhantes. Situada, desde 1909, na rua de Arnelas, essa tipografia «estava instalada numa construção, em parte de madeira, levantada no quintal da casa de habitação do industrial. Toda a propriedade [fora então] arrendada por 9 anos, com licença para aquelas construções, revertendo a favor do proprietário do imobiliário as que se executarem de alvenaria, quando deixe de ocupar o prédio»⁵⁵⁴. Mas as dificuldades financeiras de F. Homem Cristo, proprietário da tipografia e do *Povo de Aveiro*, nunca lhe terão permitido pagar a renda à Companhia Aveirense de Moagens, proprietária do terreno e do «armazém» onde estavam instalados jornal e tipografia. Em 1927, o Conselho de Administração daquela empresa intima o proprietário a mudar, argumentando com o facto de «nunca ter pago qualquer remuneração» e de que aquele armazém estava «há muito tempo fazendo falta ao movimento da fábrica»⁵⁵⁵.

Apesar de estar instalada num «armazém», essas construções, avaliadas em 1910, em 500\$000 réis, teriam «boas condições higiénicas, solidez e saídas bastantes para o caso de incêndio»⁵⁵⁶. Como as outras três tipografias então existentes em Aveiro, era também «uma empresa individual, cujo mobiliário, maquinismo e mobília» foram avaliados em 4350\$000 réis. Assim, possuía um motor a gás rico, horizontal, monocilíndrico, sistema Crosseley, trabalhando a quatro tempos, com uma potência de 3,5 HP. A outra maquinaria era constituída por 1 máquina tipográfica mecânica, uma outra, manual, para cartões, uma guilhotina manual e uma picotadeira manual, além do prelo, também manual. Possuía ainda 14 cavaletes de tipo. Empregava 7 indivíduos, contando com o «director», que tinha uma remuneração de 1\$000 réis: 4 tipógrafos, 1 impressor e 1 aprendiz. Consumia 1350 resma de papel adquirido à fábrica da Matrena, em Tomar, 156 kg de tinta, 52 de aguarrás e outro tanto de petróleo⁵⁵⁷.

Não obstante a repressão da liberdade de imprensa, instituída pelo Decreto de 29 de Março de 1890 e pela Lei de 13 de Fevereiro de 1896, a partir da última

década de Oitocentos, verifica-se um extraordinário crescimento do número de títulos da imprensa periódica em Portugal⁵⁵⁸. Com a instauração da República, esse fenómeno assume proporções inauditas, não obstante o elevado número de anal-fabetos (e os obstáculos à liberdade de expressão⁵⁵⁹). O aumento do número de empresas e da burocracia das administrações central e municipal, durante e após a Grande Guerra, explicará o acréscimo de trabalho nas tipografias existentes e a fundação de outras.

Mas existe uma outra razão decisiva: a emergência, desde o vinténio de 1865 a 1884, de um jornalismo noticioso, responsável pelo aumento das tiragens e consequente redução do preço por exemplar⁵⁶⁰. Era essa a filosofia perfilhada por Eduardo Coelho ao fundar, em 1865, o popular *Diário de Notícias*, «essencialmente noticioso e sem filiação partidária»⁵⁶¹. Mesmo o jornalismo explicitamente opinativo ou de propaganda passa a reservar um espaço cada vez mais importante ao «noticiário», onde se misturam, de forma fragmentária, notícias sem critérios de verdade com curiosidades, conselhos médicos e agrícolas, com anedotas, recordações de outros tempos, pequena história, folhetins de romances de nomeada, etc. O objectivo evidente é interessar e fidelizar o maior número de leitores.

Ainda que mais tímida e tardiamente, nos concelhos da sub-região estudada, também se assiste a este fenómeno, no final de Oitocentos. Em 3 de Dezembro de 1896, nasce em Albergaria-a-Velha uma sociedade para «a exploração de um jornal com o título *Correio de Albergaria*, embora só tenha sido registada quase dois anos depois⁵⁶². O capital inicial de 363\$000 réis encontrava-se então «muito realizado em material», que a sociedade foi «adquirindo devido ao estado próspero da empresa». Os dois sócios – o advogado Eduardo Silva e o recebedor João Fortunato de Pinho – concordaram em obrigar-se «à cooperação dos seus esforços no intuito da máxima prosperidade da empresa, empenhando nisso o seu nome», procurando assim «manter o *Correio de Albergaria* na linha seguida até hoje, *observando à risca o programa traçado no primeiro número desse jornal, como periódico que não está filiado nem ao serviço de partido algum, linha de intransigência e imparcialidade de que não se afastará sob pena de extinção da sociedade e sob responsabilidade comum dos outorgantes*»⁵⁶³.

Em 1894, Francisco António Meireles funda uma tipografia aparentemente para a impressão da *Vitalidade* de Acácio Rosa. Dela dizia este periódico franquista: «Possui a mais aperfeiçoada das máquinas modernas [...], a qual pode fornecer uma tiragem elevada por hora»⁵⁶⁴. Em meados de 1897 – por ter aderido ao republicanismo? –, Francisco Meireles põe a tipografia à venda. Entre o diverso material ali existente, contava-se uma máquina «*Liberty* em muito bom uso», adquirida três anos antes⁵⁶⁵.

Parece que a tipografia foi então adquirida por José A. da Silva Júnior, que em Setembro de 1898, era o seu editor⁵⁶⁶. Em 1915, *O Democrata* refere que José da Silva era tipógrafo do semanário *Vitalidade*, vindo depois a ser seu proprietário. Também ali trabalhava o seu genro, Alfredo Pinto Teixeira⁵⁶⁷. Procede, em 1905, a um conjunto de «melhoramentos materiais e literários», com vista a assegurar a sua sobrevivência. Assim, além da aquisição de uma máquina Moenania, «inteiramente nova, encomendada expressamente na Alemanha, por intermédio do Sr. Guilherme Martins Coelho, do Porto», este periódico passa a sair «em tipo todo novo, vindo da Imprensa Nacional, de Lisboa, donde veio também o restante material tipográfico»⁵⁶⁸. O papel, «igual ao do *Comércio do Porto*, da fábrica do Caima, dos Srs. Carqueja & Companhia, é de maior formato, inserindo, por isso, mais composição, ficando assim a *Vitalidade* com aspecto mais amplo, atraente e gracioso»⁵⁶⁹. As transformações não se ficavam pelo aspecto gráfico, pois é anunciada a participação de correspondentes em Lisboa e Porto e a criação de novas rubricas e secções «que serão entremeadas de forma a tornar o jornal sempre variado, curioso, interessante». Por seu lado, a tipografia apresentava-se ao público «habilitada a satisfazer todas as obras concernentes à sua arte, jornais, facturas, estatutos, livros, publicações avulsas de toda a ordem»⁵⁷⁰.

Outras vezes, em algumas localidades, nascem periódicos como expressão da vontade de uma facção ou partido político cavalgar os desejos autonomistas de uma comunidade, não deixando, contudo, de satisfazer a procura dos restantes produtos tipográficos. Parece ser esse o caso da Empresa Tipográfica da Murtosa, que nasce, em Maio de 1905, como «sociedade civil particular», pela vontade de 10 indivíduos maioritariamente daquela freguesia, com o fim de «fazer e explorar a publicação de um jornal intitulado *O Povo da Murtosa*, bem como os demais serviços em uso nas empresas jornalísticas»⁵⁷¹.

Na verdade, esse periódico visa dar voz ao movimento autonómico da Murtosa, que tem início em 1899, na sequência das diligências encetadas por Espinho para a sua elevação a concelho. «Espinho, com os seus 1000 habitantes, pugna pela sua autonomia; a Murtosa, com 12 000, cruza os braços e deixa que os outros absorvam os seus rendimentos», dizia J. M. Barbosa⁵⁷², o fundador do movimento que conduziria à criação do concelho da Murtosa, em 1926⁵⁷³. As discussões em torno dos passos mais acertados para a autonomia levaram alguém a afirmar, em 1901, n' *O Concelho de Estarreja*: «A política local é uma troca de favores; não há partidos, há ligações de amizade; não há convicções, há ligações»⁵⁷⁴. Na verdade, havia notáveis que não queriam perder influência e os poucos leitores dividiam-se, favorecendo um jornal em detrimento de outro, o que fazia com que

muitos destes projectos tipográficos tivessem curta existência. Por essa ou por outra razão, as dificuldades económicas obrigaram oito dos sócios da empresa fundadora de *O Povo da Murtoza* a ceder as suas quotas, conduzindo assim à dissolução da sociedade e, acto contínuo, à constituição de uma outra, que integrava apenas dois dos que tinham estado na fundação da primeira⁵⁷⁵.

Entre os jornais de propaganda política, houve projectos que lançaram âncoras diferentes, nas localidades onde nasceram, conseguindo sobreviver mais do que uma década, como foram os casos do *Correio do Vouga* e da *Independência de Águeda*.

Em 20 de Dezembro de 1908, o cabeçalho do primeiro número do *Correio do Vouga* mostra saber das novas tendências, e procura fazer um «semanário independente, noticioso e literário», assumindo-se como um «órgão dos interesses de Eixo», enquanto o seu director e proprietário, Alfredo Rodrigues Coelho de Magalhães, preparava a sua ascensão política. Curiosamente, este semanário começou por ser redigido, composto e impresso numa tipografia do Porto.

Em 13 de Março de 1910, nasce a *Independência de Águeda*, dirigida pelo médico republicano e maçom, Eugénio Ribeiro. O seu objecto social foi assim enunciado na escritura de fundação: «Impressão e publicação de um jornal republicano denominado *Independência de Águeda* e de todos e quaisquer escritos com o mesmo credo político. Promover a propaganda dos princípios democráticos por todos os meios legais, quer fundando escolas, fazendo conferências, quer criando estabelecimentos de beneficência e assistência mútua»⁵⁷⁶. Para a realização de tal projecto, a orientação política do jornal não poderia «ser diferente da indicada», sendo «da competência do corpo da redacção e exclusiva indicação do director político, não podendo ser alterada pela simples mudança ou transmissão de acções, ainda que os sócios estejam em minoria. Em caso de litígio pelo motivo indicado, o director político ficará sempre com o direito de usar em jornal seu, com exclusão de outros, o título *Independência de Águeda* [...]. A direcção política será cargo permanentemente exercido pelo outorgante Dr. Eugénio Ribeiro, que em caso de impossibilidade será substituído por quem o corpo de redacção, entre si, escolher. O corpo de redacção actual terá sempre voto [de qualidade] qualquer que seja o número de acções de cada um dos seus membros, e os restantes sócios disporão de um voto por cada acção de que sejam portadores ao tempo da eleição, podendo ser representados nela por um sócio a quem passem procuração. O exercício de qualquer cargo no corpo de redacção é gratuito»⁵⁷⁷.

Como podemos imaginar, a sociedade teve curta duração⁵⁷⁸, mas o título manteve-se. Em 14 de Fevereiro de 1912, forma-se uma nova sociedade, saindo

reforçado o poder de Eugénio Ribeiro, que subscreve então 50% do capital social⁵⁷⁹. Logo de imediato, anuncia a compra de «uma máquina e outro material que reformará por completo as condições materiais da *Independência*», com propósitos claros de «tornar este jornal um dos melhores da província»; assim, apesar do ligeiro aumento dos preços das assinaturas, continuaria a ser «o jornal mais barato do concelho»⁵⁸⁰. No final desse ano, esta tipografia recebia «de uma das principais fábricas da Alemanha, mais material tipográfico, de fino gosto, na importância aproximada de 1000\$000 réis»⁵⁸¹. Dois anos depois, a Tipografia da *Independência* muda de instalações: passa a ser composto e impresso num prédio de Francisco e Fausto Camossa, na praça da República, em Águeda, ficando-se «a máquina e respectivo motor assentes num esplêndido barracão anexo ao edifício»⁵⁸².

Diferente, porém, foi a política editorial (e o fim) de outros títulos. Nascido em 11 de Junho de 1915, em Alquerubim, no concelho de Albergaria-a-Velha, o semanário *Democracia do Vouga*, de orientação republicana democrática, demasiado preocupado com a defesa do regime e nada atento ao que se passava intramuros, desapareceu cedo, mesmo sem custos de manutenção de uma tipografia. A intensa propaganda anti-religiosa e anticlerical, num espaço profundamente rural e católico – se é que alguma vez foi vendido naquela localidade –, deve ter contribuído para o rápido desfecho⁵⁸³. Diferente foi a sorte da *Vitalidade*, que, por razões políticas e de saúde do seu director, termina a sua edição após a instauração da República, apesar de ter sido um dos mais importantes periódicos aveirenses.

Os jornais, que nasceram como flores durante a primavera da República, tiveram tiragens reduzidas e vida agitada e breve. Os correligionários de um dia tornaram-se frequentemente adversários do dia seguinte. De facto, nesse período histórico, as tipografias que editavam esses jornais estiveram também sujeitas a contingências de natureza política.

8.2. *Empresas tipográficas sem fins político-partidários*

Na sua maioria, os periódicos locais foram impressos em tipografias sem fins políticos ou partidários, especialmente após a instauração da República, quando em Aveiro havia apenas quatro tipografias. A informação disponível sobre cada uma dessas empresas é escassa e, muitas vezes, desconexa, mostrando que uma ou outra tinham uma carteira de encomendas de âmbito regional, não se ficando, pois, pelos negócios à porta de casa.

A Tipografia Silva, fundada na última década de Oitocentos, é o caso mais documentado. Depois das alterações técnicas introduzidas em 1905, no ano seguinte, a tipografia de José da Silva, sita no Largo do Espírito Santo, em Aveiro, passa a dispor de uma máquina que lhe permite anunciar uma capacidade para «tirar 2000 exemplares por hora com a maior segurança e facilidade»⁵⁸⁴. Para accionar essa máquina, adquiriu «um motor de gás da força de 2 cavalos, que foi fornecido pela importante casa industrial Pinto Basto & Leite, do Porto»⁵⁸⁵. Em 1908, a Tipografia Silva adquire uma máquina a vapor⁵⁸⁶. Imprimia, então, «jornais, livros, memoriais, memorandos, cartões de visita, circulares, prospectos, recibos, facturas, envelopes, relatórios e todos os impressos para uso das repartições públicas, juntas de paróquia, etc.»⁵⁸⁷.

Em 1910, esta tipografia, explorada em nome individual, tinha, além do equipamento referido, três máquinas para cartões, para facturas e para picotar, um cutelo e sete cavaletes com tipo, sendo então calculado o valor do seu capital em cerca de 3000\$000 réis⁵⁸⁸. Consumia 450 m³ de gás fornecido pela fábrica que assegurava a iluminação da cidade. O papel era adquirido à Fábrica de Papel de Valmaior; os restantes materiais vinham do Porto. Empregava nesse ano 6 tipógrafos e impressores e dois menores, além do seu proprietário⁵⁸⁹.

Nos prelos da Tipografia Silva ou Tipografia da *Vitalidade*, que fora de José Bernardes da Cruz foram impressos, antes de 1911, *O Galito*, de Aveiro, *O Jornal de Águeda*, *O Correio de Vagos*, *A Pátria*, de Ovar – que viria a ter tipografia própria nesse ano⁵⁹⁰ –, *o Ecos do Vouga*, de Águeda, *O Ideal*, de Oliveira do Bairro, *O Jornal de Espinho*, e *A Pátria Nova*, de Coimbra⁵⁹¹. Daquela data em diante, compuseram-se e imprimiram-se *O Democrata*, «órgão semanal do Partido Republicano no Distrito de Aveiro»⁵⁹² – anoto aqui o facto de o director deste semanário ser da família de José Bernardes da Cruz –, *A Verdade*, «semanário académico», *a Justiça*, *a Voz de Angeja*, *a Discussão* de Ovar, *O Democrata* e *o Nauta*, de Ílhavo⁵⁹³. Nos anos seguintes foram ainda impressos *A Portuguesa*, «semanário republicano independente», *O Progresso* e *O Povo de Vagos*, «semanário republicano»⁵⁹⁴.

Em Abril de 1917, José Silva passa por grandes dificuldades financeiras e declara falência. Os seus bens foram adquiridos pelo Padre Manuel Rodrigues Vieira, professor do Liceu de Aveiro, e pelo «empregado do Banco de Portugal», José Maria Barbosa⁵⁹⁵. No ano seguinte, sob a firma Rebelo & Companhia, os dois associam-se ao «negociante» José Augusto Rebelo, que assumiria as funções de «sócio administrador» da referida tipografia⁵⁹⁶. Em 1919 os seus operários estiveram em greve por aumentos de salários⁵⁹⁷.

Sobre a Minerva Central, «oficina de composição e impressão de José Bernardes Cruz», fundada em 1885, há bastantes referências; além do grande

número de impressos que fazia, imprimia, em 1910, «dois periódicos de Aveiro»⁵⁹⁸. Em 1900, é noticiada a aquisição de uma máquina de impressão sistema *Liberty*: «O nosso amigo – dizia o *Povo de Aveiro* – não tem mãos a medir, tal é a quantidade de impressos que ultimamente tem afluído à tipografia, que de todos é conhecida pela perfeição dos seus trabalhos»⁵⁹⁹. Repetindo os elogios à referida máquina – «uma das mais modernas e perfeitas [...], vantajosamente conhecida pela nitidez dos seus trabalhos» – a *Vitalidade* acrescentava: «Também mandou vir directamente do estrangeiro tintas de impressão próprias para passar ao copiador quaisquer facturas, cartas, postais, etc.»⁶⁰⁰. Nos anúncios de 1908, pode-se ler: «primorosa e rápida execução de todos os trabalhos, para o que tem máquinas, colecções de tipos e tarjas do mais fino gosto, vindos das primeiras casas alemãs e francesas, etc. e tintas das principais fábricas nacionais e estrangeiras»⁶⁰¹. Em 1923, era propriedade de António dos Santos Silva⁶⁰².

Em 1910, esta tipografia, explorada em nome individual, tinha, além da máquina de impressão referida, uma mais pequena, uma outra para cartões e 16 cavaletes com tipo. Empregava um impressor, quatro compositores e um encarregado. Consumia 5 toneladas de papel, 40 kg de tinta, 20 kg de óleo e outro tanto de carbonato de soda para limpeza dos tipos. A receita ílquida rondava os 1500\$000 réis. Além de dois periódicos, imprimia facturas, cartões e vários outros impressos, «cujo consumo principal é na própria cidade»⁶⁰³.

Dos prelos desta empresa saiu também um apreciável número de periódicos, após a instauração da República:

- em 1911, *O Cinco de Outubro*, semanário republicano democrático;
- em 1911, *O Patriota*, «semanário humorístico e literário», depois *A Concórdia*, «semanário republicano evolucionista»;
- em 1911, o *Progresso de Alquerubim*, que, em 1915, passa a *O Concelho de Albergaria*;
- em 1912, *A Voz do Povo*, semanário socialista, que só queria que a receita fosse «suficiente para cobrir a despesa, que, diga-se de passagem, tem sido grande»;
- em 1914, *O Aldeão*, «quinzenário independente de educação», editado na Costa do Valado, nos arredores de Aveiro;
- em 1915, o «quinzenário educativo, literário e recreativo», *Luz e Vida*, editado por um grupo de estudantes⁶⁰⁴.

Na Minerva de Procópio de Oliveira, de Ílhavo, depois denominada Tipografia Social, foram impressos os seguintes periódicos:

- em 1908, o «semanário académico» *A Verdade*;

- em 1913, *O Grito Social*, «quinzenário de educação e defesa da causa social»,
- em 1914, *A Ordem*, de Vagos, «jornal republicano de política democrática»,
- em 1924, *O Dever*, «quinzenário dos interesses de S. Jacinto»⁶⁰⁵.

O «quinzenário independente» *Vista Alegre* terá sido um dos primeiros jornais de empresa. Dirigido por trabalhadores, nasceu no âmbito do centenário da Fábrica de porcelana e foi impresso na «tipografia Casa Minerva», em Ílhavo⁶⁰⁶. Seria ainda a tipografia de Procópio de Oliveira ou trata-se de uma segunda tipografia de Ílhavo? Em 1912, *O Brado* publica um grande anúncio da Tipografia Moderna, de Ílhavo, que passara então por uma renovação do seu equipamento técnico⁶⁰⁷. Em Fevereiro do ano seguinte, a tipografia de *O Brado* instala um «prelo automático de construção alemã»⁶⁰⁸.

Nas restantes, terão sido compostos e impressos outros periódicos, mas em menor número. Fica esta enumeração à espera de historiador, pois os estudos sobre empresas tipográficas são escassos⁶⁰⁹.

Na Tipografia Progresso, em Aveiro, é impresso, já nos anos 20, *A Flor da Ria*, semanário de S. Jacinto⁶¹⁰. Há notícia de, em 1925, começar a funcionar com energia eléctrica. Segundo um anúncio publicado em *O Debate*, esta empresa, sita na rua Direita, em Aveiro, era dirigida por uma mulher – Olga Tavares⁶¹¹, que é, juntamente com Maria Augusta Carreiro de Lemos, «proprietária e industrial» de Ovar, proprietária da Imprensa Civilização, no Porto⁶¹², a única mulher ligada ao negócio da tipografia.

Na Tipografia do *Campeão das Províncias*, em 1 de Setembro de 1912 foi composto *O Conquistador*⁶¹³. Na Imprensa Moderna, em Aveiro, foi impresso *O Clamor*, «quinzenário da corporação telégrafo-postal»⁶¹⁴. Na tipografia de *A Liberdade*, de Alberto Souto, é impressa, em 1913, *A Verdade*, «semanário independente» do socialista Firmino Cadete⁶¹⁵. Dos prelos da Tipografia a vapor de António Conceição Rocha, sita em Arnelas, Aveiro, saiu *A Razão*, «órgão do Partido Republicano Português em Aveiro»⁶¹⁶. Em Ovar, a Tipografia Liberal compõe e imprime o *Correio de Ovar*, «órgão dos interesses do concelho, comércio e indústria»⁶¹⁷. Da Tipografia Lusitânia saiu, em 1930, o *Correio do Vouga* «semanário católico e regionalista»⁶¹⁸.

Ainda em 1918, nasce em Águeda uma sociedade constituída entre dois tipógrafos de Águeda e de Recardães, sob a firma Neves & Nunes, para «o exercício da arte tipográfica e a exploração de todos os trabalhos concernentes a esta arte»⁶¹⁹. Mas também esta sociedade, sem jornal, teve vida breve; menos de dois

anos depois, os dois tipógrafos dissolveram a sociedade, ficando o activo e passivo a cargo de um deles⁶²⁰.

As tipografias, que até aí faziam encadernação, passam a dedicar-se, desde o pós-guerra, ao negócio de papelaria. Em 1920, o já várias vezes referido Manuel Homem de Carvalho Cristo associa-se a um «industrial» de Ílhavo para a constituição de uma sociedade por quotas, cujo objecto social era «a exploração de um tipografia, papelaria e o mais que a sociedade acorde», com um capital de 5000\$00⁶²¹. Depois desta, outras nasceram com os dois negócios associados. É o caso da sociedade em nome colectivo, nascida em Aveiro, sob a firma Ramos & Guimarães⁶²². A sociedade por quota de responsabilidade limitada, nascida em Albergaria-a-Velha, em 1927, tem como objecto a «exploração de uma tipografia e trabalhos congêneres»⁶²³. Uma década depois da instauração da República, a militância política tinha esmorecido. Os entraves à liberdade de imprensa, especialmente nos anos 20 terão criado dificuldades maiores, levando as empresas existentes a encontrarem formas de sobrevivência.

O *Anuário Estatístico de Portugal*, referente a 1919, indica a existência de 377 «empresários de tipografia» em Portugal, incluindo as Ilhas⁶²⁴. A lista é naturalmente encabeçada por Lisboa e Porto, com 79 e 73, respectivamente, seguindo-se o distrito de Aveiro com 29. Como vemos, publicavam-se vários jornais em todos os concelhos da sub-região estudada, com destaque para a capital do distrito. Mesmo pequenas localidades, onde o número de alfabetizados seria diminuto, como Alquerubim, Aradas ou S. Jacinto, tinham um semanário ou um quinzenário, um «jornal de aldeia».

NOTAS

¹ Rangel de Quadros Oudinot, *Aveiro. Apontamentos avulsos* [...], 1911-1916, p. 111-112.

² Inês Amorim, *Aveiro e a sua Provedoria* [...], 1996, p. 473, 476 e 481.

³ Inês Amorim, «Os poderes urbanos face às mudanças económicas: a Fábrica de Algodão de Aveiro, 1769-78», 1992, p. 143 e 145.

⁴ *Idem*, *Aveiro e a sua Provedoria* [...], 1996, p. 479-481 e 486.

⁵ *Idem*, *op. cit.*, p. 486.

⁶ F. de P. Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 12-13.

⁷ *Idem*, *op. cit.*, p. 112.

- ⁸ *Idem, op. cit.*, p. 187.
- ⁹ *Idem, op. cit.*, p. 275.
- ¹⁰ *Idem, op. cit.*, p. 428.
- ¹¹ *Idem, op. cit.*, p. 615.
- ¹² *Idem, op. cit.*, p. 648.
- ¹³ David Justino, *Formação do espaço económico nacional. Portugal, 1810-1913*, vol. I, 1988, p. 169-170.
- ¹⁴ ADAVR, Ovar, not. Fonseca, liv. 808-207, 11 de Março de 1872, fls. 43 v.-44.
- ¹⁵ AMA, *Livro de ofícios de diferentes autoridades*, liv. 722, fls. inums.
- ¹⁶ Manuel Ferreira Rodrigues, *Luzostela, 1904-1921* [...], p. 15.
- ¹⁷ ADAVR, Ovar, not. Abreu, liv. 1054-75, 8 de Março de 1894, fls. 86-87.
- ¹⁸ ADAVR, Ovar, not. Abragão, liv. 1324-49, 16 de Junho de 1894, fls. 2-3.
- ¹⁹ *Ibidem*.
- ²⁰ Alberto Sousa Lamy, *Monografia de Ovar* [...], vol. 2, 2001, p. 192. *Itálico meu*.
- ²¹ ADAVR, Ovar, not. Abreu, liv. 1060-81, 1 de Junho de 1896, fls. 6-6 v.
- ²² Alberto Sousa Lamy, *Monografia de Ovar* [...], vol. 2, 2001, p. 192.
- ²³ ADAVR, Ovar, not. Abreu, liv. 993-14, fls. 95 v.
- ²⁴ ADAVR, Ovar, not. Abreu, liv. 1039-60, fls. 83 v.-84.
- ²⁵ ADAVR, Ovar, not. Melo, liv. 1151-66, fls. 41 v.-43.
- ²⁶ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1132-47, fls. 1-2 v.
- ²⁷ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1149-64, fls. 45 v.-46 v.
- ²⁸ J. R. Rangel de Quadros Oudinot, *Almanak Aveirense* [...] *para o anno de 1863*, 1862, p. 60-611.
- ²⁹ ADAVR, Águeda, not. Pacheco, liv. 301-33, 30 de Outubro de 1873, fls. 18 v.-20.
- ³⁰ ADAVR, Águeda, not. Soares, liv. 1442-64, 31 de Outubro de 1924, fls. 63-65.
- ³¹ Manuel Ferreira Rodrigues, «Os Garcia, uma dinastia de Galegos no comércio em Aveiro», 1997.
- ³² Num estudo recente sobre os têxteis, o vestuário e o calçado, na Região Norte, no final do século XX, verifica-se que, do distrito de Aveiro, apenas Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira integram o conjunto de concelhos onde se concentram 75% das indústrias transformadoras daquela região, de que os têxteis, o vestuário e o calçado são parte significativa (José M. Amado Mendes, António Rafael Amaro e Manuel Ferreira Rodrigues, «A indústria transformadora na Região Norte: efeitos da integração europeia, 1986-1995», 2001, p. 191).
- ³³ *Inquerito Industrial de 1881. Inquerito directo. Segunda parte. Visita ás fabricas*, p. 271-272 e Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno* [...], vol. 7, 1875, p. 429.
- ³⁴ *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1919*, 1922, p. 64-65.
- ³⁵ A. G. Ferreira Cabido, «Chorographia Industrial do Concelho de Ílhavo [...]», 1911, p. 20-21.
- ³⁶ *Ibidem*.
- ³⁷ ADAVR, Águeda, not. Sucena, liv. 1113-69, 7 de Janeiro de 1915, fls. 12-12 v.
- ³⁸ *O Concelho de Estarreja*, n.º 291, 27 de Abril de 1908, p. 4, c. 1.

- ³⁹ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1693-28, 13 de Janeiro de 1922, fls. 22-23 v.
- ⁴⁰ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1700-35, 16 de Janeiro de 1923, fls. 46 v.-48.
- ⁴¹ *Idem*, 24 de Janeiro de 1923, fls. 59-60 v.
- ⁴² Aires de Amorim, *Achegas para o estudo da história local*, 1989, p. 336-338.
- ⁴³ Albertino Alves Pardinhas, *Monografia de Cortegaça [...]*, 1997, p. 272.
- ⁴⁴ *Ibidem*.
- ⁴⁵ Aires de Amorim, *Achegas para o estudo da história local*, 1989, p. 337.
- ⁴⁶ F. de P. Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial [...]*, 1867, p. 14.
- ⁴⁷ *Catalogo-Almanach da Imprensa Aveirense. Edição para 1884*, 1883, 32.
- ⁴⁸ *Inquerito Industrial de 1890*, vol. III: *Indústrias fabris e manufactureiras (Inquerito de gabinete)*, p. 8 e 11.
- ⁴⁹ *Idem, op. cit.*, p. 7.
- ⁵⁰ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1087-2, 14 de Maio de 1900, fls. 36 v.-37 v.
- ⁵¹ *Inquerito Industrial de 1890 [...]*, vol. III, p. 60.
- ⁵² *Idem, op. cit.*, p. 67.
- ⁵³ Paulino Mota Tavares, «A cordoaria no espaço histórico-industrial de Coimbra», 1990, p. 195-201.
- ⁵⁴ *Idem, op. cit.*, p. 11, 30 e 44.
- ⁵⁵ *Idem, op. cit.*, p. 8.
- ⁵⁶ *Idem, op. cit.*, p. 52-53.
- ⁵⁷ «Indústria nossa», *O Ovarense*, n.º 702, 11 de Abril de 1897, p. 3, c. 1.
- ⁵⁸ ADAVR, Ovar, not. Ribeiro, liv. 1286-11, 6 de Março de 1885, fls. 3 v.-4 v.
- ⁵⁹ Aires de Amorim, *Achegas para o estudo da história local*, 1989, p. 338.
- ⁶⁰ José Mártires dos Santos, *A Cordoaria Nacional e a sua história*, 1962, p. 7.
- ⁶¹ ADAVR, Ovar, not. Ribeiro, liv. 1286-11, 6 de Março de 1885, fls. 3 v.-4 v.
- ⁶² ADAVR, Ovar, not. Abreu, liv. 1047-68, fls. 20-20 v.
- ⁶³ ADAVR, Ovar, not. Abreu, liv. 1038-59, 12 de Janeiro de 1888, fls. 95-96.
- ⁶⁴ ADAVR, Ovar, not. Abragão, liv. 1326-51, 18 de Fevereiro de 1895, fls. 20-21 v. *Itálicos meus*.
- ⁶⁵ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1070-91, 26 de Fevereiro de 1900, fls. 56-59 v.
- ⁶⁶ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1090-5, 13 de Janeiro de 1901, fl. 48 v.
- ⁶⁷ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1122-37, 10 de Fevereiro de 1907, fls. 36 v.-38 v.
- ⁶⁸ ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 650-33, 19 de Dezembro de 1902, fls. 5-6.
- ⁶⁹ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1097-12, 7 de Dezembro de 1902, fl. 29.
- ⁷⁰ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1103-18, 15 de Março de 1904, fl. 42.
- ⁷¹ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1109-24, 19 de Fevereiro de 1905, fls. 12-15.
- ⁷² Entre outras, *vide* ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1090-5, 13 de Janeiro de 1901, fls. 48-50.
- ⁷³ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1094-9, fls. 23 v.-25 v.
- ⁷⁴ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1097-12, 27 de Dezembro de 1902, fls. 28-31.
- ⁷⁵ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1103-18, fls. 41 v.-43.

- ⁷⁶ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1142-57, 29 de Março de 1910, fls. 33 v.-36.
- ⁷⁷ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1150-65, 2 de Fevereiro de 1911, fls. 1 v.-3 v.
- ⁷⁸ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1093-8, 5 de Dezembro de 1901, fls. 35-38 v.
- ⁷⁹ ADAVR, Ovar, not. Abreu, liv. 989-10, 22 de Dezembro de 1863, fl. 17.
- ⁸⁰ ADAVR, Ovar, not. Fonseca, liv. 803-202, fls. 17 v.-18 v.
- ⁸¹ Cf., entre outros, «Pesca», *Independência de Águeda*, n.º 699, 17 de Junho de 1916, p. 3, c. 5.
- ⁸² ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 875-274, 19 de Novembro de 1912, fls. 6-9 v.
- ⁸³ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1087-2, 14 de Maio de 1900, fls. 36 v.-37 v.
- ⁸⁴ *Itálico* meu.
- ⁸⁵ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1105-20, 9 de Julho de 1904, fls. 35 v.-36 v.
- ⁸⁶ José M. Amado Mendes, *A área económica de Coimbra* [...], 1984, p. 44-47.
- ⁸⁷ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1093-8, 19 de Outubro de 1901, fls. 14 v.-15 v.
- ⁸⁸ *Ibidem*.
- ⁸⁹ J. Rodrigues Pinto Brandão, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 20, 1908, p. 51.
- ⁹⁰ Manuel Ferreira Rodrigues, «As elites locais e a Escola Industrial e Comercial de Aveiro, 1893-1924», 1996, p. 14.
- ⁹¹ «A pesca no Norte», *O Democrata*, 251, 13 de Dezembro de 1912, p. 2-3.
- ⁹² «A pesca no litoral. Uma grande reunião de protesto contra a frequência de vapores na zona da Capitania do Porto de Aveiro», *O Democrata*, n.º 399, 3 de Dezembro de 1915, p. 3, c. 5-6.
- ⁹³ *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1919*, 1922, p. 50.
- ⁹⁴ D. José de Castro, *Estudos Etnográficos. Indústrias populares*, tomo V: *Aveiro*, 1945, p. 249-250.
- ⁹⁵ Anúncios das respectivas fábricas publicadas na *Turismo Magazine*, 1933.
- ⁹⁶ Entre todos, *vide* Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, *O Linho. Tecnologia tradicional portuguesa*, 1978, p. 161-172.
- ⁹⁷ Albertino Alves Pardinhas, *Monografia de Cortegaça*, 1997, p. 272.
- ⁹⁸ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1103-18, 3 de Março de 1904, fls. 33-34 v.
- ⁹⁹ *Ibidem*.
- ¹⁰⁰ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1109-24, 4 de Março de 1905, fls. 42 v.-45.
- ¹⁰¹ Sociedade Pescarias União, Limitada, fundada em 18 de Maio de 1916 e dissolvida em 28 de Maio de 1928 (ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1740-75, fls. 64 v.-66); A Varina, Sociedade de Pescarias, Limitada, fundada em 25 de Março de 1919 (ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 892-291, fls. 35 v.-50) e A Ovarense, Limitada, fundada em 15 de Janeiro de 1925 (ADAVR, Ovar, not. Gama, liv. 917-312, fls. 4-10).
- ¹⁰² *Turismo Magazine*, 1933 e ADAVR, Ovar, not. Santiago, liv. 1826-173, fls. 20 v.-22.
- ¹⁰³ A. G. Ferreira Cabido, «Chorographia Industrial do Concelho de Ílhavo [...]», 1911, p. 19.
- ¹⁰⁴ Rangel de Quadros Oudinot, *Almanak Aveirense Estatístico e Recreativo para o anno de 1863*, 1862, p. 59.

¹⁰⁵ F. de P. Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 14, 24 e 52.

¹⁰⁶ Pinho Leal, «S. Vicente de Pereira», *Portugal antigo e moderno*, vol. 9, 1880, p. 47-48; *Idem*, vol. 8, 1875, p. 369. P.^o Augusto de Oliveira Pinto, *As freguesias de Souto, S. Vicente de Pereira e S. Martinho da Gândara*, 1935, p. 155; Guilherme de Oliveira Santos, «Uma curiosidade bibliográfica», *Reis*, 1966, p. 48; Alberto Sousa Lamy, *Monografia de Ovar* [...], vol. 2, 2001, p. 48.

¹⁰⁷ Luís Costa, *O coração da fábrica. Viagem ao mundo de "unhas negras"*, 1987, p. 27.

¹⁰⁸ Sobre João Rodrigues de Oliveira Santos, nascido em 1832, *vide* Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario bibliographico portuguez*, t. X, 1883, p. 342-343.

¹⁰⁹ Pinho Leal, «S. Vicente de Pereira», *Portugal antigo e moderno*, vol. 9, Lisboa, 1880, p. 48.

¹¹⁰ *Ibidem*.

¹¹¹ *Ibidem*.

¹¹² Marques Gomes, *O distrito de Aveiro* [...], 1977, p. 293.

¹¹³ Guilherme de Oliveira Santos, «Uma curiosidade bibliográfica», *Reis*, 1966, p. 48.

¹¹⁴ *Catalogo da Exposição Distrital de Aveiro promovida pelo Grémio Moderno em 1882*, 1883, p. 72.

¹¹⁵ *Apud* Guilherme de Oliveira Santos, «Uma curiosidade bibliográfica», *Reis*, 1966, p. 48.

¹¹⁶ M. Augusto de Oliveira Pinto, *Resenha histórica das freguesias* [...], 1935-1937, p. 156.

¹¹⁷ Maria Filomena Mónica, «Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914)», 1979, p. 862-864.

¹¹⁸ Guilherme de Oliveira Santos, «Uma curiosidade bibliográfica», *Reis*, 1966, p. 48.

¹¹⁹ Alberto Sousa Lamy, *Monografia de Ovar* [...], vol. 2, 2001, p. 48.

¹²⁰ Pinho Leal, «S. Vicente de Pereira», *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 9, 1880, p. 47-48.

¹²¹ Alexandre Herculano, dizia Costa Lobo, foi, entre os «escritores modernos», «o que mais abusou do talento e o que mais proventos auferiu do sistema ignóbil do industrialismo nas letras» (Cf. Manuel Ferreira Rodrigues, *A Historiografia da Indústria Portuguesa, 1892-1931*, 1993). Ramalho Ortigão, *A Fábrica das Caldas da Rainha*, 1891, p. 21 e Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, «Abelheira», *Portugal. Diccionario historico* [...], vol. I, 1904, p. 89.

¹²² Pinho Leal, «S. Vicente de Pereira», *Portugal antigo e moderno*, vol. 9, 1880, p. 47-48.

¹²³ *Ibidem*.

¹²⁴ *Catalogo-Almanach da Imprensa Aveirense. Edição para 1884*, 1883, p. 32.

¹²⁵ «Chapelaria Moderna», *Vitalidade*, n.º 265, 13 de Maio de 1900, p. 3, c. 3.

¹²⁶ «Mudanças de estabelecimentos», *Soberania do Povo*, n.º 3164, 19 de Março de 1910, p. 3, c. 2.

¹²⁷ «Chapelaria», *Jornal de Albergaria*, n.º 97, 15 de Março de 1913, p. 3, c. 2

¹²⁸ «Chapelaria», *Jornal de Albergaria*, n.º 423, 11 de Outubro de 1919, p. 2, c. 4.

¹²⁹ «Industria local», *Campeão das Províncias*, n.º 6175, 6 de Julho de 1912, p. 2, c. 5.

¹³⁰ «Novo estabelecimento», *O Progresso*, n.º 51, 26 de Janeiro de 1914, p. 3, c. 2 e «Chapelaria Ideal», *O Progresso*, n.º 60, 30 de Março de 1914, p. 3, c. 5.

¹³¹ ADAVR, Águeda, not. Silva, liv. 631-74, fls. 6-7 v. e *idem*, liv. 632-75, fls. 20 v.-21.

¹³² Uns autores referem uma data, outros, outra. Cf. Luís Costa, *os chapeleiros [...]*, p. 36 e António Lima e Jorge Ribeiro, *Indústria de chapelaria em S. João da Madeira*, 1987, p. 124-125.

¹³³ Maria de Fátima Bonifácio, *Industrialização oitocentista e concorrência externa. A indústria de chapelaria de 1814 a 1914*, 1980.

¹³⁴ O *Inquerito Industrial de 1881* faz breve referência a uma fábrica de chapéus de lã, em Ferral do Couto, Oliveira de Azeméis, e a duas em S. João da Madeira: a de José António Costa, fundada em 1853; a de Francisco Dias Pinho, construída em 1872 (*Inquerito Industrial de 1881. Inquerito directo. Segunda parte. Visita às fabricas, III*, p. 273 e 274); A. Ferreira dos Santos, *A indústria de chapelaria em Portugal*, 1948 e M. Resende Martins e José Teixeira de Sousa, *Monografia de S. João da Madeira*, 1944.

¹³⁵ Maria Filomena Mónica, «Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914)», 1979, p. 925-929.

¹³⁶ Segundo este periódico, a «paz» foi possível com a aceitação da administração da empresa das seguintes exigências: «1. Admitir todos os antigos operários, com o salário de 500 réis diário para homens e 200 para mulheres; 2. Beneficiar com a quantia de 400\$00 réis anuais o cofre de uma associação beneficente, que se fundará e para a qual todos os operários serão obrigados a contribuir com uma quota convencional; 3. Cumprir à risca a lei sobre os acidentes de trabalho». Esses episódios são narrados no romance de João da Silva Correia, *Unhas negras*, 2.^a ed., Porto, 1984.

¹³⁷ Maria Rosa Ferreira Marreiros, «Os proventos da terra e do mar», 1996, p. 430.

¹³⁸ Pinho Leal, «Eixo», *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 3, 1874, p. 12.

¹³⁹ Marques Gomes, *O Distrito de Aveiro [...]*, p. 1877, p. 15. *Itálicos meus*.

¹⁴⁰ *Almanak Aveirense Estatístico e Recreativo para o anno de 1863*, 1862, p. 54-60.

¹⁴¹ Marques Gomes, *O distrito de Aveiro [...]*, 1877, p. 16.

¹⁴² J. V. Paula Nogueira, *Portugal. Gados. Exposição Portuguesa em Sevilha*, 1929, p. 22.

¹⁴³ Miriam Halpern Pereira, *Livre-câmbio e desenvolvimento económico*, 1983, p. 104.

¹⁴⁴ Conceição Andrade Martins, «A agricultura», 2005, p. 242. *Vide*, também, Irene Vaquinhas e Margarida Neto, «Agricultura e mundo rural: tradicionalismos e inovações», 1993, p. 334.

¹⁴⁵ Jorge Gaspar, *As Feiras de Gado na Beira Litoral*, 1986, p. 18.

¹⁴⁶ Conceição Andrade Martins, «A agricultura», 2005, p. 242.

¹⁴⁷ Pedro Lains, *A evolução da agricultura e da indústria em Portugal (1850-1900)*, 1990, p. 15-17 e Conceição Andrade Martins, «A agricultura», 2005, p. 243.

¹⁴⁸ J. V. Paula Nogueira, *Portugal. Gados. Exposição Portuguesa em Sevilha*, 1929, p. 8.

¹⁴⁹ *Idem, op. cit.*, p. 14.

¹⁵⁰ José Carrilho Ralo, *O gado bovino arouquês no distrito de Aveiro*, 1954, p. 7.

¹⁵¹ AMOP, DGCAM-RM, 2s 2, *Relação das Fabricas e Officinas existentes no Districto d'Aveiro, no anno de 1855*.

¹⁵² *Almanak Aveirense Estatístico e Recreativo para o anno de 1863*, 1862, p. 59.

¹⁵³ F. de P. Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial [...]*, 1867, p. 12-13.

¹⁵⁴ *Inquerito Industrial de 1890*, vol. III: *Industrias fabris e manufactureiras (Inquerito de gabinete)*, 1891, p. 3.

¹⁵⁵ *Idem, op. cit.*, p. 14 e 50.

¹⁵⁶ Não me foi possível, em tempo útil, localizar a escritura de constituição de sociedade, celebrada em Lisboa, em 9 de Setembro de 1881, pelo que a informação de que disponho é tributária da escritura de dissolução, referenciada na nota seguinte.

¹⁵⁷ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Leitão, liv. 94-18, 3 de Março de 1884, fls. 93 v.-94.

¹⁵⁸ ADAVR, Aveiro, not. Fortuna, liv. 722-83, [registada em] 23 de Janeiro de 1891, fls. 99-100.

¹⁵⁹ *Ibidem*. Sobre a Caixa Económica de Aveiro, fundada em 1858, vide Manuel Ferreira Rodrigues, *A fundação da Associação Comercial de Aveiro e o estado da barra em meados do século XIX*, 1998, *passim*.

¹⁶⁰ «Fabrica de solla em Aveiro», *O Povo de Aveiro*, n.º 487, 28 de Maio de 1890, p. 3, c. 1.

¹⁶¹ *Ibidem*.

¹⁶² [sem título], *O Povo de Aveiro*, n.º 467, 14 de Dezembro de 1890, p. 3, c. 3.

¹⁶³ *Ibidem*.

¹⁶⁴ ADAVR, Águeda, not. Cunha, liv. 1379-1, 22 de Março de 1900, fls. 23 v.-24 v.

¹⁶⁵ *Campeão das Províncias*, n.º 5001, 4 de Agosto de 1900, p. 4, c. 2.

¹⁶⁶ ADAVR, Águeda, not. Cunha, liv. 1379-1, 22 de Março de 1900, fls. 25-26.

¹⁶⁷ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 469-45, 18 de Maio de 1894, fls. 34 v.-36.

¹⁶⁸ «Fábrica de cortumes», *Vitalidade*, n.º 115, 13 de Junho de 1897, p. 3, c. 1.

¹⁶⁹ «Fabrica de cortumes», *Vitalidade*, n.º 114, 6 de Junho de 1897, p. 2, c. 1.

¹⁷⁰ «Festa dos operarios», *Povo de Aveiro*, n.º 831, 29 de Abril de 1900, p. 3, c. 3 transcrito em Manuel Ferreira Rodrigues, «Homem Cristo e o 1.º de Maio em Aveiro, 1899-1912», 1995, p. 71-123 (Anexo I).

¹⁷¹ ADAVR, Ovar, not. Lima, liv. 1614-4, 25 de Outubro de 1900, fls. 1 v.-4 v. e *idem*, liv. 1614-4, 9 de Novembro de 1920, fls. 6-7 v.

¹⁷² ADAVR, Ovar, not. Lima, liv. 1614-4, 13 de Novembro de 1920, fls. 7 v.-10 v. e «Constituição de sociedade», *A Patria*, n.º 653, 18 de Novembro de 1920, p. 3, c. 3-5

¹⁷³ «Fabrica de Cortumes em Ovar», *O Democrata*, n.º 693, 24 de Setembro de 1921, p. 2, c. 2; «Fabrica de Cortumes em Ovar», *O Democrata*, n.º 696, 15 de Setembro de 1921, p. 2, c. 3 e «Correspondência», *O Concelho de Estarreja*, n.º 1018, 1 de Outubro de 1921, p. 2, c. 1-2. Também *O Povo de Cacia* dá notícia, com atraso, do aparecimento desta fábrica («Fabrica de Cortumes», *O Povo de Cacia*, n.º 50, 9 de Outubro de 1921, p. 1, c. 2).

¹⁷⁴ «Fabrica de Cortumes em Ovar», *O Democrata*, n.º 696, 15 de Setembro de 1921, p. 2, c. 3

¹⁷⁵ «Fabrica de Cortumes», *Soberania do Povo*, n.º 4190, 18 de Fevereiro de 1922, p. 3, c. 1.

¹⁷⁶ ADAVR, Ovar, not. Lima, liv. 1616-6, 3 de Março de 1924, fls. 3 v.-5.

¹⁷⁷ «Fabrica de Cortumes em Ovar», n.º 42, 19 de Fevereiro de 1928, p. 2, c. 4.

¹⁷⁸ ADAVR, Estarreja, not. Gomes, liv. 1238-180, 29 de Julho de 1922, fls. 29 v.-35 v.

¹⁷⁹ O referido cidadão espanhol declarou «prescindir de intérprete por conhecer e falar português».

¹⁸⁰ «Interesses regionais. Nova “Companhia Antuã”», *O Concelho de Estarreja*, n.º 983, 29 de Janeiro de 1921, p. 1, c. 1.

¹⁸¹ «Circular para subscrição pública. Projecto de um grande melhoramento para todo o concelho», *O Concelho de Estarreja*, n.º 986, 19 de Fevereiro de 1921, p. 1, c. 1. Subscriviam a referida «Circular», António Caetano de Abreu Freire de Egas Moniz, António Bernardino Ferreira, Manuel Maria Esteves de Oliveira e António Tavares Afonso e Cunha.

¹⁸² «Circular [...]», *O Concelho de Estarreja*, n.º 986, 19 de Fevereiro de 1921, p. 1, c. 1.

¹⁸³ «Nova “Companhia Antuã”», *O Concelho de Estarreja*, n.º 983, 29 de Janeiro de 1921, p. 1, c. 1.

¹⁸⁴ *Ibidem.*

¹⁸⁵ «Circular [...]», *O Concelho de Estarreja*, n.º 986, 19 de Fevereiro de 1921, p. 2, c. 1.

Itálicos meus.

¹⁸⁶ «Empresa Antuã», *O Concelho de Estarreja*, n.º 1061, 12 de Agosto de 1922, p. 1, c. 1.

¹⁸⁷ «Circular [...]», *O Concelho de Estarreja*, n.º 986, 19 de Fevereiro de 1921, p. 2, c. 4.

¹⁸⁸ «Empresa Antuã», *O Concelho de Estarreja*, n.º 1061, 12 de Agosto de 1922, p. 1, c. 1.

¹⁸⁹ «Circular [...]», *O Concelho de Estarreja*, n.º 986, 19 de Fevereiro de 1921, p. 2, c. 3.

¹⁹⁰ Gonçalves de Castro, «A indústria em Estarreja», *O Concelho de Estarreja*, n.º 1028, 17 de Dezembro de 1921, p. 1, c. 3-4 e *idem*, «Fabrica Antuã», *idem*, n.º 1032, 19 de Janeiro de 1922, p. 1, c. 2-3.

¹⁹¹ «Empresa Antuã», *O Concelho de Estarreja*, n.º 1061, 12 de Agosto de 1922, p. 1, c. 1.

¹⁹² *Ibidem. Itálicos meus.*

¹⁹³ *Ibidem.*

¹⁹⁴ *Ibidem.*

¹⁹⁵ ADAVR, Estarreja, not. Gomes, liv. 1240-182, fls. 28 v.-31. António Tavares Afonso e Cunha outorgou por si e como procurador dos restantes vendedores, Egas Moniz, António Bernardino Ferreira e esposas.

¹⁹⁶ ADAVR, Estarreja, not. Gomes, liv. 1238-180, 29 de Julho de 1922, fls. 29 v.-35 v. e *idem*, liv. 1240-182, fls. 28 v.-31.

¹⁹⁷ ADAVR, Estarreja, not. Gomes, liv. 1240-182, 11 de Setembro de 1922, fls. 28 v.-31.

¹⁹⁸ *Idem*, 14 de Setembro de 1922, fls. 40 v.-43.

¹⁹⁹ *Ibidem.*

²⁰⁰ ADAVR, Estarreja, not. Gomes, liv. 1241-183, 8 de Outubro de 1922, fls. 32 v.-35.

²⁰¹ *Ibidem.*

²⁰² José M. Amado Mendes, *A área económica de Coimbra [...]*, 1984, p. 232.

²⁰³ *Anuário Comercial de Portugal*, 1924, p. 2191.

²⁰⁴ «Fábrica Antuã», *O Concelho de Estarreja*, n.º 1265, 17 de Julho de 1926, p. 2, c. 2.

²⁰⁵ «Fábrica Antuã», *O Concelho de Estarreja*, n.º 1264, 10 de Julho de 1926, p. 2, c. 1.

²⁰⁶ «Fábrica Antuã», *O Concelho de Estarreja*, n.º 1265, 17 de Julho de 1926, p. 2, c. 2.

²⁰⁷ *Ibidem.*

²⁰⁸ *Apud* «Fábrica Antuã», *O Concelho de Estarreja*, n.º 1265, 17 de Julho de 1926, p. 2, c. 3.

²⁰⁹ «Uma visita à Fábrica de Cortumes de Estarreja», *O Ilhavense*, n.º 737, 15 de Julho de 1928, p. 3, c. 1-2.

²¹⁰ ADAVR, Águeda, not. Sucena, liv. 1148-104, 18 de Novembro de 1920, fls. 20-22.

²¹¹ *Catalogo-Almanach da Imprensa Aveirense. Edição para 1884*, Aveiro, 1883, 32.

²¹² Em 21 de Maio de 1889, dois sapateiros e dois lavradores, de Avanca, fazem uma sociedade para a construção de um moinho no lugar de Água Levada (ADAVR, Ovar, not. Braga, liv. 521-10, fls. 40-41). Em 4 de Março de 1913, o sapateiro de Aveiro Manuel Bernardo Júnior integra uma sociedade para a exploração da companhia de pesca S. João Baptista, na Costa de S. Jacinto, sob a firma Maia & Companhia (ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1125-52, fls. 21 v.-25 v.). Em 1 de Maio de 1922, este mesmo Bernardo Júnior envolve-se numa sociedade de pesca de bacalhau, com uma quota diminuta (ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1695-30, fls. 57-58). Além da agricultura e da pesca – onde os testemunhos são mais numerosos –, alguns sapateiros também se envolveram na fundação de empresas industriais, como António Marques de Almeida, que participa na fundação da Empresa Olarias Aveirense Limitada, em 4 de Dezembro de 1922 (ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1699-34, fls. 42-45 v.).

²¹³ «Joaquim Rodrigues Canário», *Soberania do Povo*, n.º 1247, 3 de Maio de 1891, p. 2, c. 5.

²¹⁴ Cf. Manuel Ferreira Rodrigues, «O ensino técnico-profissional em Aveiro, 1867-1893», 1993, p. 25-52. Anexo V. *Vide*, também, Gaspar Martins Pereira, «Aprender a arte. Sobre o aprendizado nas fábricas e oficinas segundo um inquérito de 1866», 1991, p. 331-332, especialmente os documentos remetidos pelo Governador Civil de Aveiro ao seu homólogo do Porto, p. 345-347.

²¹⁵ ADAVR, Águeda, not. Silva, liv. 760-203, 29 de Setembro de 1921, fls. 19 v.-20 v. *Vide* Anexo 12.

²¹⁶ *Ibidem*.

²¹⁷ AMOP, DGCI-RCI-1-S, *Mutualismo, Associação Aveirense de Socorros Mútuos das Classes Laboriosas. Aveiro, 1864-1904*.

²¹⁸ ASRA, *Actas da Direcção*, liv. 1, Sessão de 23 de Fevereiro de 1896, fl. 23 v.

²¹⁹ «Tamancaria», *Soberania do Povo*, n.º 1701, 13 de Outubro de 1895, p. 4.

²²⁰ «Estabelecimento de sola e cabedais», *A Discussão*, n.º 747, 26 de Dezembro de 1909, p. 3, c. 4.

²²¹ [Sem título], *Soberania do Povo*, n.º 1304, 19 de Novembro de 1891, p. 3, c. 1.

²²² «Officinas de calçado», *O Aveirense*, n.º 80, 23 de Maio de 1909, p. 3, c. 3.

²²³ «Nova sapataria», *Soberania do Povo*, n.º 3252, 25 de Janeiro de 1911, p. 3, c. 4.

²²⁴ «Sapataria Moderna», *Jornal de Albergaria*, n.º 7, 24 de Junho de 1911, p. 4. *Itálico* meu.

²²⁵ «Nova sapataria», *Democracia do Vouga*, n.º 18, 8 de Outubro de 1915, p. 3, c. 3.

²²⁶ *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1919*, 1922, p. 64-65.

²²⁷ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 850, fls. 9 v.-10 v.

²²⁸ ADAVR, Ovar, not. Gama, liv. 935-334, 27 de Agosto de 1927, fls. 25 v.-27 v.

²²⁹ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1678-13, fls. 32 v.-33 v.

²³⁰ F. de P. Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 95-96 e 222-223.

- ²³¹ António Mendes de Almeida, *Portugal. A sua riqueza silvícola*, 1929, p. 18 e 25.
- ²³² F. de P. Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial [...]*, 1867, p. 113.
- ²³³ Cf. A. H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, «Agricultura, pecuária e pescas», 1991, p. 69.
- ²³⁴ F. de P. Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial [...]*, 1867, p. 96-97.
- ²³⁵ *Ibidem*.
- ²³⁶ *Idem, op. cit.*, p. 113.
- ²³⁷ *Idem, op. cit.*, p. 188.
- ²³⁸ *Idem, op. cit.*, p. 649-650.
- ²³⁹ *Idem, op. cit.*, p. 649.
- ²⁴⁰ Ernesto Goes, *Os eucaliptos (ecologia, cultura, produções e rentabilidade)*, 1987, p. 22 e Jaime de Magalhães Lima, *Eucalyptos e acácias. Vinte annos de experiencias*, 1920, p. 9.
- ²⁴¹ *Idem, op. cit.*, p. 24. Numa obra anterior (*Árvores monumentais de Portugal*, 1984, p. 63), Ernesto Goes admitia que o eucalipto fora introduzido em Portugal em 1852.
- ²⁴² Jaime de Magalhães Lima, *Eucaliptos e acácias. Vinte annos de experiencias*, 1920, p. 10.
- ²⁴³ Ernesto Goes, *Os eucaliptos [...]*, 1987, p. 24.
- ²⁴⁴ «Eucaliptos», *Jornal de Albergaria*, n.º 750, 8 de Janeiro de 1927, p. 1, c. 4-5.
- ²⁴⁵ Marques Gomes, *O Distrito de Aveiro [...]*, 1877, p. 74.
- ²⁴⁶ «Assuntos regionaes. O Congresso de Aveiro», *O Democrata*, n.º 282, 1 de Agosto de 1913, p. 2, c. 2.
- ²⁴⁷ «Eucaliptos», *Voz de Águeda*, n.º 82, 16 de Agosto de 1924, p. 3, c. 1-2.
- ²⁴⁸ António Mendes de Almeida, *Portugal. A sua riqueza silvícola*, 1929, p. 18 e 25.
- ²⁴⁹ «Eucaliptos», *Voz de Águeda*, n.º 82, 18 de Agosto de 1924, p. 3, c. 1.
- ²⁵⁰ Carta de 8 de Agosto de 1924 («Eucaliptos», *Voz de Águeda*, n.º 82, 16 de Agosto de 1924, p. 3, c. 1-2).
- ²⁵¹ «Declaração», *O Democrata*, n.º 655, 24 de Dezembro de 1920, p. 2, c. 4.
- ²⁵² Cf. Maria Carlos Radich, «Introdução e expansão do eucalipto em Portugal», 2007, p. 151-165.
- ²⁵³ Ernesto Goes, *Os eucaliptos [...]*, 1987, p. 29.
- ²⁵⁴ J. P., «A pasta celulosa de Eucalipto no fabrico de papel», *Jornal de Albergaria*, n.º 739, 16 de Outubro de 1926, p. 2, c. 4-5. Trata-se da transcrição de um texto inserto em *O Lavrador*.
- ²⁵⁵ «A madeira na industria», *O Aveirense*, n.º 70, 14 de Março de 1909, p. 2, c. 4.
- ²⁵⁶ «Saída de madeiras», *Jornal de Albergaria*, n.º 211, 5 de Junho de 1915, p. 3, c. 3. *Vide*, também, A. H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, «Agricultura, pecuária e pescas», 1991, p. 108.
- ²⁵⁷ «Madeira de pinheiro», *Jornal de Albergaria*, n.º 273, 9 de Setembro de 1916, p. 3, c. 3.
- ²⁵⁸ «Fogos nos pinhais», *Jornal de Albergaria*, n.º 273, 9 de Setembro de 1916, p. 3, c. 3.
- ²⁵⁹ «Tóros de pinho», *Campeão das Províncias*, n.º 5828, 30 de Janeiro de 1909, p. 2, c. 2.
- ²⁶⁰ As instalações fabris desta empresa cerâmica, fundada em 1882, foram devoradas por um incêndio em 1937 (Manuel Ferreira Rodrigues, «Os industriais de cerâmica: Aveiro, 1882-1923», 1996, p. 641).

- ²⁶¹ ADAVR, Ílhavo, not. Fragoso, liv. 414-147, 20 de Janeiro de 1920, fls. 5 v.-7 v.
- ²⁶² ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Leitão, liv. 90-14, 9 de Fevereiro de 1882, fls. 21 v.-23.
- ²⁶³ ADAVR, Estarreja, not. Fonseca, liv. 403-19, 14 de Janeiro de 1868, fls. 27-28.
- ²⁶⁴ *Soberania do Povo*, n.º 1704, 24 de Outubro de 1895, p. 2, c. 4-5.
- ²⁶⁵ ADAVR, Vagos, not. Victor, liv. 351-1, 21 de Agosto de 1889, fls. 7 v.-9 v.
- ²⁶⁶ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Miranda, liv. 714-145, fls. 38 v.-41 v. e *idem*, liv. 917-258, fls. 10-12 v.
- ²⁶⁷ Nuno Luís Madureira, *A história da Energia. Portugal, 1890-1980*, 2005, p. 16-18.
- ²⁶⁸ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Bastos, liv. n.º 122-6, 6 de Março fl. 25.
- ²⁶⁹ Manuel Ferreira Rodrigues, *A Jerónimo Pereira Campos [...]*.
- ²⁷⁰ Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno [...]*, vol. I, 1873, p. 51 e Marques Gomes, *O Distrito de Aveiro [...]*, 1877, p. 65.
- ²⁷¹ ADAVR, Águeda, not. Pinho, liv. 478-108, 22 de Abril de 1894, fls. 5-6 v.
- ²⁷² «Serragem de madeira», *Campeão das Províncias*, n.º 6109, 4 de Novembro de 1911, p. 2, c. 3.
- ²⁷³ «Fábrica de serragens», *Concelho de Albergaria*, n.º 3, 11 de Novembro de 1911, p. 3, c. 5.
- ²⁷⁴ «Serragem de madeira», *Campeão das Províncias*, n.º 6109, 4 de Novembro de 1911, p. 2, c. 3.
- ²⁷⁵ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 513-89, 29 de Outubro de 1919, fls. 1-4.
- ²⁷⁶ ADAVR, Aveiro, not. Andrade, liv. 1683-18, 16 de Agosto de 1920, fls. 1-2.
- ²⁷⁷ «Serração de madeira», *Vitalidade*, n.º 826, 11 de Fevereiro de 1911, p. 3, c. 4.
- ²⁷⁸ «Pinheiros», *Vitalidade*, n.º 826, 11 de Fevereiro de 1911, p. 4, c. 4.
- ²⁷⁹ «Machinismo novo», *Campeão das Províncias*, n.º 6039, 22 de Fevereiro de 1911, p. 2, c. 5.
- ²⁸⁰ [Anúncio], *O Aveirense*, n.º 24, 29 de Maio de 1912, p. 2.
- ²⁸¹ «Indústria local», *O Aveirense*, n.º 24, 29 de Maio de 1912, p. 3.
- ²⁸² *Anuario Commercial de Portugal*, vol. II, 1912, p. 512.
- ²⁸³ Manuel Ferreira Rodrigues, *A Jerónimo Pereira Campos [...]*.
- ²⁸⁴ C., «Costa do Valado, 2», *O Democrata*, n.º 442, 6 de Outubro de 1916, p. 4, c. 1.
- ²⁸⁵ *Ibidem*. Itálico meu.
- ²⁸⁶ ADAVR, Vagos, not. Victor, liv. 437-87, 8 de Novembro de 1913, fls. 2-6.
- ²⁸⁷ *Idem*, liv. 442-92, 30 de Outubro de 1914, fls. 46-50.
- ²⁸⁸ Manuel Ferreira Rodrigues, *A Jerónimo Pereira Campos [...]*.
- ²⁸⁹ «A exposição do Rio de Janeiro», *O Democrata*, n.º 722, 22 de Abril de 1922, p. 1, c. 5.
- ²⁹⁰ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 571-146, 17 de Junho de 1926, fls. 5 v.-7.
- ²⁹¹ ADAVR, Ovar, not. Santiago, liv. 1823-170, 25 de Junho de 1928, fls. 5-6.
- ²⁹² AACA, *Actas da Direcção [...]*, liv. 1, Sessão de 16 de Janeiro de 1919, fl. 98
- ²⁹³ ADAVR, Aveiro, not. Reis, liv. 1427-67, 4 de Agosto de 1919, fls. 5 v.-8.
- ²⁹⁴ «Novas fábricas», *Campeão das Províncias*, n.º 6178, 20 de Julho de 1912, p. 2, c. 6.

²⁹⁵ Mesmo esta, em 24 de Maio de 1923, em 22 e 26 de Abril de 1924 e em 2 de Maio do ano seguinte, perdeu quatro sócios por cessão de quota (ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Miranda, liv. 719-150, fls. 87-88 v., *idem*, liv. 728-159, fls. 6 v.-8, 10 v.-12 v. e 31 v.-33 v.).

²⁹⁶ ADAVR, Ovar, not. Abragão, liv. 1569-30, fls. 25 v.-27 v. e *idem*, not. Fonseca, liv. 803-202, fl. 87.

²⁹⁷ «Fabrica de serração de madeira», *Soberania do Povo*, n.º 3458, 29 de Janeiro de 1913, p. 3. c. 3. *Itálico* meu.

²⁹⁸ «Fabrica de serração de madeira», *Jornal de Albergaria*, n.º 91, 1 de Fevereiro de 1913, p. 4. c. 2.

²⁹⁹ «Agueda industrial», *Soberania do Povo*, n.º 668, 6 de Novembro de 1915, p. 2, c. 5-6.

³⁰⁰ *Ibidem* e «Fabrica de serração e carpintaria», *Soberania do Povo*, n.º 3739, 10 de Novembro de 1915, p. 3. c. 4.

³⁰¹ «Serração e carpintaria a vapor», *Soberania do Povo*, n.º 3742, 20 de Novembro de 1915, p. 3, c. 3.

³⁰² «Carpintaria e marcenaria a vapor de Guerra & Figueiredo», *Soberania do Povo*, n.º 3744, 27 de Novembro de 1915, p. 3.

³⁰³ «Fabrica de serração», *Soberania do Povo*, n.º 3747, 2 de Dezembro de 1916, p. 3, c. 3.

³⁰⁴ «Rolos de pinheiro», *Soberania do Povo*, n.º 4093, 20 de Março de 1920, p. 3, c. 5.

³⁰⁵ «Sociedade comercial», *Jornal de Albergaria*, n.º 458, 17 de Julho de 1920, p. 2, c. 2-4.

³⁰⁶ «Nova fabrica de serração», *Independência de Águeda*, n.º 943, 9 de Julho de 1921, p. 2, c. 3.

³⁰⁷ *Ibidem*.

³⁰⁸ «Fabrica de serração», *Soberania do Povo*, n.º 4159, 16 de Julho de 1921, p. 3, c. 3.

³⁰⁹ «Serração de Santo António», *Soberania do Povo*, n.º 4174, 29 de Outubro de 1921, p. 2, c. 2.

³¹⁰ «Serração», *Soberania do Povo*, n.º 4179, 3 de Dezembro de 1921, p. 2, c. 5.

³¹¹ «Serração de Santo António», *Soberania do Povo*, n.º 4338, 17 de Janeiro de 1925, p. 2, c. 4.

³¹² ADAVR, Ovar, not. Santiago, liv. 1829-176, 14 de Março de fls. 21 v.-23.

³¹³ ADAVR, Águeda, not. Rachão, 19 de Janeiro de 1924, liv. 1183-139, fl. 1-2 v.

³¹⁴ «Empresa d'Albergaria-a-Velha, Ld.ª», *Jornal de Albergaria*, n.º 720, 22 de Maio de 1926, p. 4.

³¹⁵ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Mourisca, liv. 249-58, 1920-07-06, fs. 46-50

³¹⁶ «Locomóvel» e «Serra de fita», *Soberania do Povo*, n.º 4201, 13 de Maio de 1922, p. 2, c. 2.

³¹⁷ «Serração, caixotaria, carpintaria e marcenaria mecânicas», *Soberania do Povo*, n.º 4290, 2 de Fevereiro de 1924, p. 3, c. 1-2.

³¹⁸ *Ibidem* e *Soberania do Povo*, n.º 4296, 15 de Março de 1924, p. 3, c. 4-5.

³¹⁹ «Fábrica de Serração e Carpintaria Mecânica a Vapor de Manuel Tavares Corga», *Gazeta de Albergaria*, n.º 178, 1 de Março de 1930, p. 4.

³²⁰ «Molduras artísticas», *Campeão das Províncias*, n.º 5044, 2 de Janeiro de 1901, p. 1, c. 4.

- ³²¹ «Mobiliário», *Campeão das Províncias*, n.º 5565, 11 de Julho de 1904, p. 2, c. 5.
- ³²² ADAVR, Águeda, not. Costa, liv. 330-18, fls. 44-44 v.
- ³²³ *Ibidem*.
- ³²⁴ ADAVR, Águeda, not. Coelho, liv. 448-78, fls. 23 v.-24 v.
- ³²⁵ ADAVR, Oliveira do Bairro, not. Leitão, liv. 52-18, fl. 101.
- ³²⁶ Cf. Manuel Ferreira Rodrigues, «As elites locais e a Escola Industrial e Comercial de Aveiro, 1893-1924», 1996, p. 10, 13-14, 17 e 32.
- ³²⁷ Manuel Ferreira Rodrigues, «A construção civil em Aveiro, 1860-1930 [...]», p. 307-310.
- ³²⁸ AACCA, *Actas da Direcção* [...], liv. n.º 1, «Sessão de 7 de Outubro de 1907», fl. 68 v.
- ³²⁹ «Associação Comercial», *O Democrata*, n.º 9, 18 de Abril de 1908, p. 2, c. 3-4.
- ³³⁰ «Marcenaria popular», *Jornal de Albergaria*, n.º 1, 13 de Março de 1911, p. 4.
- ³³¹ «Atenção. João Gomes Soares», *O Concelho de Albergaria*, n.º 1, 28 de Outubro de 1911, p. 4.
- ³³² «Artista», *Jornal de Albergaria*, n.º 214, 26 de Junho de 1915, p. 2, c. 4.
- ³³³ «Albano Ferreira Sucena, Suc.», *Soberania do Povo*, n.º 4128, 27 de Novembro de 1920, p. 3, c. 5.
- ³³⁴ «Novo estabelecimento», *Campeão das Províncias*, n.º 6042, 4 de Março de 1911, p. 2, c. 3.
- ³³⁵ «Nova officina», *Campeão das Províncias*, n.º 5637, 23 de Março de 1907, p. 2, c. 1.
- ³³⁶ «Novos estabelecimentos», *O Aveirense*, n.º 60, 3 de Janeiro de 1909, p. 2, c. 3-4 e «Colchoaria», *Vitalidade*, n.º 718, 16 de Janeiro de 1909, p. 3, c. 1).
- ³³⁷ AMA, *Livro de registo de alvarás de estabelecimentos insalubres, incómodos e perigosos. 1931*, liv. 1379, fls. inums.
- ³³⁸ ADAVR, Águeda, not. Camelo, liv. 407-63, fls. 21 v.-23 e liv. 416-72, fls. 6 v.-8.
- ³³⁹ «Nova sociedade», *Soberania do Povo*, n.º 3706, 17 de Julho de 1915, p. 3, c. 2 e 4-5.
- ³⁴⁰ *Ibidem*.
- ³⁴¹ «Lenha seca», *Soberania do Povo*, n.º 4342, 14 de Fevereiro de 1925, p. 3, c. 3.
- ³⁴² «Fabrica a vapor de moveis», *A Pátria*, n.º 837, 29 de Abril de 1924, p. 4.
- ³⁴³ «Fábrica a Vapor de Móveis», *O Concelho de Estarreja*, n.º 1181, 6 de Dezembro de 1924, p. 4.
- ³⁴⁴ «Carpinteria mecanica», *O Nauta*, n.º 75, 15 de Outubro de 1924, p. 2, c. 4.
- ³⁴⁵ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Miranda, liv. 757-188, fls. 15-18.
- ³⁴⁶ *Soberania do Povo*, n.º 4407, 29 de Maio de 1926, p. 4.
- ³⁴⁷ «Grande Carpintaria Mecânica», *Soberania do Povo*, n.º 4358, 13 de Junho de 1925, p. 4.
- ³⁴⁸ Não encontrei a escritura de fundação; a informação é da dissolução, que referencio na nota seguinte.
- ³⁴⁹ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 882-281, fls. 5 v.-6 v.
- ³⁵⁰ Alberto Sousa Lamy, *Monografia de Ovar* [...], vol. 3, 2001, p. 37.
- ³⁵¹ Manuel Ferreira Rodrigues, «A tanoaria no concelho de Ovar, 1880-1926 [...]», 2005, p. 145-166.

³⁵² A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História da 1.ª República Portuguesa. As estruturas de base*, s. d., p. 230.

³⁵³ Cf. Manuel Ferreira Rodrigues, «A tanoaria no concelho de Ovar, 1880-1926 [...]», 2005, Anexo III.

³⁵⁴ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 870-269, registada em 25 de Junho de 1910, fls. 10 v.-11 v.

³⁵⁵ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1450-110, fls. 49 v.-50.

³⁵⁶ «Tanoaria», *O Nauta*, n.º 47, 17 de Agosto de 1905, p. 4, c. 2.

³⁵⁷ «Tanoaria», *O Brado*, n.º 49, 25 de Outubro de 1911, p. 4.

³⁵⁸ «Greves em Ílhavo», *O Brado*, n.º 64, 17 de Fevereiro de 1912, p. 1, c. 2-3.

³⁵⁹ A. D. Marques, *Anuario da cidade de Aveiro. Primeiro anno – 1891*, Aveiro, s. d., p. 18.

³⁶⁰ AMA, *Licenças a que se refere o Decreto de 21 de Outubro de 1863. Estabelecimentos insalubres, incómodos, e perigosos de 3.ª classe*, liv. 1376, s. d., «Tanoarias». Esta relação terá sido realizada pouco depois de 1922, na sequência da publicação do Decreto n.º 8364, de 25 de Agosto desse ano. Eis a relação das tanoarias arroladas: António de Oliveira e Silva, estrada do Americano; Francisco de Pinto Gama e Sousa, rua do Espírito Santo; Manuel Marques de Oliveira, Cojo; Manuel Joaquim da Silva, estrada de Esgueira; António José de Pinho, R. Tenente Resende; Luís Francisco de Oliveira, na mesma rua.

³⁶¹ «O caminho de ferro», *O Povo de Ovar*, n.º 155, 28 de Julho de 1889, p. 1, c. 2 e

³⁶² Cf. *Turismo Magazine*, Janeiro de 1933, p. inum.

³⁶³ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 896-295, 3 de Novembro de 1919, fls. 6-8 v.

³⁶⁴ Carlos Oliveira Santos, *Livro da Cortiça*, 2000, p. 73-86. Vide, também, Eduarda Moreira da Silva *et al.*, «Contributos para o estudo da história da indústria corticeira em Portugal», 1993, p. 35-54.

³⁶⁵ José Amado Mendes, *História do vidro e do cristal em Portugal*, 2000, p. 104. Depois da primeira experiência em 1900, o forno a tanque só se generaliza nas fábricas portuguesas a partir de 1917-1918, o que permitiu o aumento da capacidade de fusão, abrindo o caminho, nos anos seguintes, à mecanização da produção (José Pedro Barosa, *As Fábricas de Garrafas da Amora: 1888-1926 [...]*, 1996, p. 26-27 e *idem*, «Os Burnay no vidro, ou um monopólio que não chegou a existir», 1996, p. 492; José M. Amado Mendes, *História da Marinha Grande [...]*, 1996, p. 68-70 e José M. Amado Mendes e Manuel Ferreira Rodrigues, *Ricardo Gallo, 1899-1999. Um século de inovação e tradição no vidro*, 1999). Vide, também, António França, «A tanoaria. Projecto etnomuseológico», *Patrimónios*, n.º 2, 2002, p. 27-34.

³⁶⁶ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 901-300, 5 e 9 de Novembro de 1920, fls. 89-91 e 92 v.-95.

³⁶⁷ *Ibidem*. *Itálico* meu.

³⁶⁸ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 889-288, 18 de Novembro de 1918, fls. 42 v.-45. *Itálico* meu.

³⁶⁹ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 898-297 (registada em) 20 de Abril de 1920. *Itálico* meu.

³⁷⁰ 1876-03-03 – Manuel Pereira da Silva, tanoeiro de Esmoriz é procurador na companhia S.^{to} António e S.^{of} dos Afritos, de Esmoriz (ADAVR, Ovar, not. Abreu, liv. 1009-30, fls. 85-85

v.); 1877-01-28 – Manuel Pereira da Silva e Francisco Gomes da Silva, tanoeiros são fundadores da companhia S.^o António e S.^o dos Aflitos (ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 812-211, fls. 20 v.-21); 1884-05-03 – Manuel Francisco Rodrigues, tanoeiro de Esmoriz é um dos fundadores de uma empresa de pesca do caranguejo (ADAVR, Ovar, not. Ribeiro, liv. 1283-8, fls. 7-8); 1885-01-02 – António de Oliveira e Silva, tanoeiro de Esmoriz é procurador da companhia de S.^o António (ADAVR, Ovar, not. Vale, liv. 506-87, fls. 2 v.-4); 1896-12-27 – Francisco Ribeiro da Silva, tanoeiro de Esmoriz ; é arrais da companhia S.^o dos Aflitos e N.^o S.^o da Boa Viagem (ADAVR, Ovar, not. Abragão, liv. 1332-57, fls. 31 v.-33); 1898-01-19 – o mesmo é um dos fundadores da companhia S. José e S.^o da Conceição, da costa de Paramos (ADAVR, Ovar, not. Abragão, liv. 1335-60, fls. 5-6 v.); 1901-01-13 – o mesmo é o escrivão da companhia N.^o Senhor dos Aflitos e N.^o S.^o da Boa Viagem (ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1090-5, fls. 48-50); 1901-12-27 – Manuel Rodrigues Candal, tanoeiro de Esmoriz, é escrivão substituto da referida companhia (ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 854-253, fls. 1 v.-5); 1902-04-16 – João de Oliveira Vaz, tanoeiro de Ovar era nesta data credor de uma empresa de Vila Nova de Gaia (ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1095-10, fls. 3 v.-5); 1904-02-02 – João de Oliveira Vaz e José Pereira dos Santos, «tanoeiros fabricantes de barricas para arrecadação e salga da sardinha e outro pescado», de Ovar, subscrevem um acordo (ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 859-258, fls. 50 v.-51); 1912-11-19 – Rodrigues, Roberto de Sá, tanoeiro de Esmoriz é um dos fundadores da companhia Senhor dos Aflitos e S.^o da Boa Viagem (ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 875-274, fls. 6-9 v.); 1930-11-02 – António Ferreira de Sousa, tanoeiro de Cortegaça é um dos fundadores da firma Marques da Costa & Companhia, Limitada (ADAVR, Ovar, not. Santiago, liv. 1846-193, fls. 3-10 v.).

³⁷¹ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 895-294, 11 de Outubro de 1919, fls. 28 v.-30 v. e *idem*, Ovar, not. Branco, liv. 1448-108, 8 de Janeiro de 1920, fl. 1 v.-2 v.

³⁷² «Oficina de tanoaria», *A Razão*, n.º 52, 15 de Março de 1917, p. 4.

³⁷³ ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 706-88, 19 de Junho de 1925, fls. 22 v.-24. Os comerciantes Viriato José Correia e Augusto Pereira da Silva, de Cortegaça, tinham fundado, em 1921, a sociedade Loureiro, Correia & Silva, para a «exploração e venda de madeiras da Quinta do Castelo da Feira» (ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1459-119, 3 de Novembro de 1921, fls. 93 v.-94 v.)

³⁷⁴ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 859-258, 2 de Fevereiro de 1904, fls. 50 v.-51.

³⁷⁵ ADAVR, Águeda, not. Costa, liv. 1012-120 A, fls. 1-9.

³⁷⁶ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1461-121, 12 de Fevereiro de 1922, fls. 55-59.

³⁷⁷ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 898-297, registada em 20 de Abril de 1920, fls. 83 v.-85.

³⁷⁸ ADAVR, Ovar, not. Santiago, liv. 1245-160, 23 de Fevereiro de 1927, fls. 34-34 v.

³⁷⁹ A Sociedade de Carnes Verdes, Limitada, com sede em Esmoriz, teve, entre os seus 51 sócios, 3 tanoeiros de Esmoriz: Albertino Rodrigues Monteiro, Américo Alves de Oliveira e Albertino de Oliveira (ADAVR, Ovar, not. Gama, liv. 1760-375, 29 de Junho de 1931, fls. 30 v.-34 v.).

³⁸⁰ ADAVR, Ovar, not. Abragão, liv. 1311-36, 11 de Agosto de 1890, fls. 27 v.-29.

³⁸¹ ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 619-2, 31 de Julho de 1891, fls. 49-49 v.

³⁸² ADAVR, Aveiro, not. Peixinho, liv. 1285-58, 24 de Novembro de 1910, fls. 49 v.-50 v.

- ³⁸³ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 896-295, 3 de Novembro de 1919, fls. 7-7 v.
- ³⁸⁴ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 870-269, 25 de Junho de 1910, fls. 10 v.-11 v.
- ³⁸⁵ *Catalogo-Almanach da Imprensa Aveirense. Edição para 1884*, 1883, p. 32.
- ³⁸⁶ ADAVR, Aveiro, not. Peixinho, liv. 1285-58, 24 de Novembro de 1910, fls. 49 v.-50 v.
- ³⁸⁷ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1103-18, fls. 33-34 v.
- ³⁸⁸ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1462-122, 15 de Abril de 1922, fls. 88 v.-89 v.
- ³⁸⁹ ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 694-76, 21 de Junho de 1922, fl. 31 v.-32.
- ³⁹⁰ «Ao Sr. Presidente da Câmara», *O Democrata*, n.º 671, 23 de Abril de 1921, p. 2, c. 2 e «Outra carta», *O Democrata*, n.º 672, 30 de Abril de 1921, p. 1, c. 5.
- ³⁹¹ «Providências», *O Democrata*, n.º 724, 6 de Maio de 1922, p. 2, c. 2.
- ³⁹² *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1919*, 1922, p. 64-65.
- ³⁹³ ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 681-63, 8 de Maio de 1918, fl. 33 v.
- ³⁹⁴ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1440-100, 28 de Outubro de 1918, fl. 23-24 v.
- ³⁹⁵ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1442-102, 29 de Março de 1919, fl. 45-46.
- ³⁹⁶ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1448-108, 8 de Janeiro de 1920, fl. 1 v.-2 v.
- ³⁹⁷ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1462-122, fls. 88 v.-89 v.
- ³⁹⁸ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1451-111, 1 de Maio de 1920, fls. 31 v.-32 v.
- ³⁹⁹ Carlos Oliveira Santos, *Livro da Cortiça*, 2000, p. 65-68.
- ⁴⁰⁰ Hernâni de Barros Bernardo, 1942, *apud* Carlos Oliveira Santos, *op. cit.*, p. 68.
- ⁴⁰¹ Gonçalves Pereira (1941), *apud* Carlos Oliveira Santos, *Livro da Cortiça*, 2000, p. 73-74.
- ⁴⁰² *Ibidem.*
- ⁴⁰³ *Ibidem.*
- ⁴⁰⁴ *Idem, op. cit.*, p. 75.
- ⁴⁰⁵ «Escritura de sociedade», *Independência de Agueda*, n.º 868, 20 de Dezembro de 1919, p. 3, c. 4-5.
- ⁴⁰⁶ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Cabral, liv. 504-69, registada em 22 de Dezembro de 1915, fls. 1-3.
- ⁴⁰⁷ «Fabrica de cortiça», *Jornal de Albergaria*, n.º 214, 26 de Junho de 1915, p. 3, c. 1.
- ⁴⁰⁸ «Fabrica de Vallemaior», *Campeão das Províncias*, n.º 5930, 29 de Janeiro de 1910, p. 2, c. 3.
- ⁴⁰⁹ «Edital», *A Pátria*, n.º 796, 16 de Agosto de 1923, p. 4, c. 3.
- ⁴¹⁰ Maria José Santos, *A indústria do papel em Paços de Brandão*, 1997, p.41-44.
- ⁴¹¹ Cf. Armando de Castro, «Papel», 1981, p. 540-541.
- ⁴¹² Maria José Santos, *A indústria do papel em Paços de Brandão*, 1997, p. 125 e *idem*, «Procura de um espaço perdido: a Fábrica de Papel de S. Cristóvão», 2003, p. 83.
- ⁴¹³ J. H. Fradesso Silveira, *As Fábricas de Papel*, 1863, p. 27. Segundo Rangel de Quadros Oudinot, em 1863, havia 30 fábricas de papel e 2 de papelão, em todo o distrito de Aveiro, onde se empregavam 187 homens, 150 mulheres e 50 «rapazes» (*Almanak Aveirense Estatístico e Recreativo para o anno de 1863*, 1862, p. 59).
- ⁴¹⁴ Maria José Santos, «Procura de um espaço perdido: a Fábrica de Papel de S. Cristóvão», 2003, p. 81.

- ⁴¹⁵ *Idem, op. cit.*, p. 80-82 e 84-85.
- ⁴¹⁶ Maria José Santos, *A indústria do papel em Paços de Brandão*, 1997, p. 59-67 e 123.
- ⁴¹⁷ Cf. Armando de Castro, «Papel», 1981, p. 541. *Vide*, também, António P. Mendes de Sousa e Manuel Ferreira Rodrigues, «A Fábrica Real de Papel de Vizela [...]», 1990, 681-697.
- ⁴¹⁸ Isabel Ribeiro e Luísa Santos, «A indústria do papel na perspectiva da Arqueologia Industrial», 1990, p. 517-524 e Maria José Santos, *A indústria do papel em Paços de Brandão*, 1997, p. 53-56.
- ⁴¹⁹ *Catalogo da Exposição Distrital de Aveiro promovida pelo Grémio Moderno em 1882*, 1883, p. 73. *Itálicos meus*.
- ⁴²⁰ *Ibidem*.
- ⁴²¹ Maria José Santos, «Procura de um espaço perdido: a Fábrica de Papel de S. Cristóvão», 2003, p. 83.
- ⁴²² *Catalogo da Exposição Distrital de Aveiro promovida pelo Grémio Moderno em 1882*, 1883, p. 73.
- ⁴²³ *Ibidem*. *Itálico meu*.
- ⁴²⁴ Entre outros, cf. Jorge Fernandes Alves, *Indústria da pasta e do papel em Portugal [...]*, 2001, p. 19.
- ⁴²⁵ Isabel Ribeiro e Luísa Santos, «A indústria do papel [...], 1990, p. 517-524.
- ⁴²⁶ *Idem, op. cit.*, p. 524.
- ⁴²⁷ Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno [...]*, vol. 1, 1873, p. 51.
- ⁴²⁸ Marques Gomes, *O distrito de Aveiro [...]*, 1877, p. 65.
- ⁴²⁹ Primeira parte do texto transcrito em «A Fabrica de Val Maior. Um artigo interessante», *Jornal de Albergaria*, n.º 298, 24 de Fevereiro de 1917, p. 1, c. 1-3. A segunda parte é publicada no número seguinte.
- ⁴³⁰ «A Fabrica de Val Maior [...], *Jornal de Albergaria*, n.º 298, 24 de Fevereiro de 1917, p. 1, c. 1.
- ⁴³¹ *Ibidem*. *Itálico meu*.
- ⁴³² «A Fabrica de Val Maior [...], *Jornal de Albergaria*, n.º 299, 3 de Março de 1917, p. 1, c. 1.
- ⁴³³ «A Fabrica de Val Maior [...], *Jornal de Albergaria*, n.º 298, 24 de Fevereiro de 1917, p. 1, c. 2.
- ⁴³⁴ «A Fabrica de Val Maior [...], *Jornal de Albergaria*, n.º 299, 3 de Março de 1917, p. 1, c. 1.
- ⁴³⁵ *Ibidem*.
- ⁴³⁶ ACM, *Licenças diversas*, cx. n.º 399.
- ⁴³⁷ *Ibidem*.
- ⁴³⁸ Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno [...]*, vol. 10, 1882, p. 191-192.
- ⁴³⁹ «A Fabrica de Val Maior [...]I», *Jornal de Albergaria*, n.º 298, 24 de Fevereiro de 1917, p. 1, c. 1.
- ⁴⁴⁰ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Miranda, liv. 69-18, 5 de Dezembro de 1872, fls. 18-19.

- ⁴⁴¹ Delfim Bismark Ferreira, «A Fábrica de Papel de Valle Maior (1872-1999)», 2004, p. 39.
- ⁴⁴² *Ibidem*.
- ⁴⁴³ Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno* [...], vol. 10, 1882, p. 192.
- ⁴⁴⁴ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Miranda, liv. 71-20, 6 de Maio de 1875, fls. 41v.
- ⁴⁴⁵ Delfim Bismark Ferreira, «A Fábrica de Papel de Valle Maior [...]», 2004. Sobre a acção de José Luís Ferreira Tavares, que foi presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, *vide* António Homem de Albuquerque Pinho, *Albergaria-a-Velha, oito séculos do passado ao futuro*, 2001, p. 24.
- ⁴⁴⁶ Jorge Fernandes Alves, *Indústria da pasta e do papel em Portugal. O Grupo Portucel*, 2001, p. 23.
- ⁴⁴⁷ A. H. de Albuquerque Pinho, «Efemérides do concelho», *Jornal de Albergaria*, 1997, *apud* Delfim Bismark Ferreira, «A Fábrica de Papel de Valle Maior [...]», 2003, p. 40-41.
- ⁴⁴⁸ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Leitão, liv. 90-14, 9 de Fevereiro de 1882, fl. 22 v.
- ⁴⁴⁹ Delfim Bismark Ferreira, «A Fábrica de Papel de Valle Maior [...]», 2003, p. 42-43.
- ⁴⁵⁰ ADAVR, Estarreja, not. Ribeiro, liv. 701-24, 27 de Dezembro de 1877, fls. 14-14 v.
- ⁴⁵¹ *Ibidem. Itálico* meu. Manuel Luís Ferreira Tavares (1877-1954), filho do primeiro Barão de Cruzeiro, foi provedor da Misericórdia de Anadia e esteve à frente dos destinos da Sociedade das Águas da Cúria (Cf. Nuno Rosmaninho, «A Sociedade das Águas da Cúria na primeira metade do século XX», 2004, p. 411-436).
- ⁴⁵² Infelizmente, este autor não refere a fonte (Delfim Bismark Ferreira, «A Fábrica de Papel de Valle Maior [...]», 2003, p. 42-43).
- ⁴⁵³ ADAVR, Aveiro, not. Ribeiro, liv. 970-63, 8 de Maio de 1856, fls. 72-73 v.
- ⁴⁵⁴ Jorge Fernandes Alves e José Luís Vilela, *José Vitorino Damásio e a telegrafia eléctrica em Portugal*, 1995, especialmente p. 25-33.
- ⁴⁵⁵ Como a bibliografia sobre este tema é numerosa, *vide*, entre outros, o já referido estudo de José Amado Mendes, «Comércio, transportes e comunicações», 1993, p. 375.
- ⁴⁵⁶ Delfim Bismark Ferreira, «A Fábrica de Papel de Valle Maior [...]», 2003, p. 43-44.
- ⁴⁵⁷ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Leitão, liv. 90-14, 9 de Fevereiro de 1882, fl. 22 v.
- ⁴⁵⁸ Alda Mourão Filipe, *A formação do tecido empresarial na área económica de Leiria, 1836-1914*, 2000, p. 53.
- ⁴⁵⁹ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Leitão, liv. 85-9, 15 de Janeiro de 1880, fls. 81 v.-83.
- ⁴⁶⁰ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Leitão, liv. 90-14, 9 de Fevereiro de 1882, fls. 21 v.-23.
- ⁴⁶¹ *Catalogo da Exposição Distrital de Aveiro promovida pelo Grémio Moderno em 1882*, p. 73.
- ⁴⁶² «Fabrica de Valle Maior», *Campeão das Províncias*, n.º 5215, 7 de Fevereiro de 1903, p. 1, c. 4.
- ⁴⁶³ *Ibidem*.
- ⁴⁶⁴ A. G. Ferreira Cabido, *Chorographia industrial do concelho de Albergaria-a-Velha*, 1911, p. 7.
- ⁴⁶⁵ «Fabrica de papel de Valle Maior», *Campeão das Províncias*, n.º 5449, 24 de Maio de 1905, p. 2, c. 1.
- ⁴⁶⁶ José Tavares, «Indústria do Distrito: a Fábrica de Papel do Caima», 1935, p. 157-158.

- ⁴⁶⁷ «Progressos industriaes», *Correio de Albergaria*, n.º 480, 7 de Julho de 1910, p. 2, c. 1.
- ⁴⁶⁸ J. Rodrigues Pinto Brandão, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 20, 1908, p. 51. A fábrica de Agostinho F. Ventoso, de Anadia, publica anúncios em Águeda, onde tem um representante comercial («Nova fabrica de papel», *Soberania do Povo*, n.º 2846, 31 de Janeiro de 1907, p. 3, c. 5).
- ⁴⁶⁹ A. G. Ferreira Cabido, *Chorographia industrial do concelho de Albergaria-a-Velha*, 1911, p. 8.
- ⁴⁷⁰ «Domingos Fernandes Guimarães. A sua biographia», *Campeão das Províncias*, n.º 5930, 29 de Janeiro de 1910, p. 1, c. 2.
- ⁴⁷¹ «Fallecimento», *Correio de Albergaria*, n.º 458, 27 de Janeiro de 1910, p. 1, c. 3-4.
- ⁴⁷² «Fabrica de Vallemaior», *Campeão das Províncias*, n.º 5930, 29 de Janeiro de 1910, p. 2, c. 3.
- ⁴⁷³ Isabel Ribeiro e Luísa Santos, «A indústria do papel [...]», 1990, p. 501.
- ⁴⁷⁴ «Valle do Vouga», *Soberania do Povo*, n.º 3317, 16 de Setembro de 1911, p. 3, c. 3.
- ⁴⁷⁵ *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 117, 1926, p. 65.
- ⁴⁷⁶ *Anuário Comercial de Portugal*, vol. II, 1916, p. 1763. *Itálico* meu.
- ⁴⁷⁷ «A questão do papel», *Jornal de Albergaria*, n.º 247, 19 de Fevereiro de 1916, p. 3, c. 1-2.
- ⁴⁷⁸ «Fabrica de Vale Maior», *Jornal de Albergaria*, n.º 662, 14 de Fevereiro de 1925, p. 2, c. 2.
- ⁴⁷⁹ *Ibidem*.
- ⁴⁸⁰ «Dr. Luiz de Brito Guimarães», *Jornal de Albergaria*, n.º 669, 18 de Abril de 1925, p. 1-2.
- ⁴⁸¹ «Fabrica de Valmaior», *Jornal de Albergaria*, n.º 775, 23 de Julho de 1927, p. 2, c. 4.
- ⁴⁸² «A Fabrica de Valmaior», *Jornal de Albergaria*, n.º 856, 4 de Maio de 1929, p. 1, 1-2.
- ⁴⁸³ «A indústria papeleira», *O Democrata*, n.º 1026, 19 de Dezembro de 1930, p. 2, c. 1-2.
- ⁴⁸⁴ *Ibidem*.
- ⁴⁸⁵ Manuel Ferreira Rodrigues, *A Fábrica de Papel da Amorosa* [...]. A história do plástico começa em 1862. O período entre as duas guerras é conhecido nos meios científicos e industriais de ponta como a «era dos plásticos», embora a comercialização do PVC e do poliestireno se inicie, no nosso país, no princípio da década anterior (M. Daumas, *Histoire générale des techniques*, vol. 4, 1996, p. 651-658).
- ⁴⁸⁶ Armando de Castro, «Papel», 1981, p. 541.
- ⁴⁸⁷ «Fabrica de sacos de papel», *Jornal de Albergaria*, n.º 753, 12 de Fevereiro de 1927, p. 3, c. 3.
- ⁴⁸⁸ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 123-12, 31 de Outubro de 1922, fls. 12-12 v.
- ⁴⁸⁹ ADAVR, Ovar, not. Gama, liv. 933-332, 21 de Maio de 1927, fls. 35 v.-36 v.
- ⁴⁹⁰ Manuel Ferreira Rodrigues, *A Fábrica de Papel da Amorosa* [...], 1988, *passim*.
- ⁴⁹¹ AMO, *Registo de licenças de porta aberta*, 2, liv. 296, 24 de Fevereiro de 1921.
- ⁴⁹² AMA, *Pasta com processos de alvarás da circunscrição industrial*, n.º 1378, 28 de Julho de 1927, fls. inums.

- ⁴⁹³ «Farrapo roubado», *O Concelho de Estarreja*, n.º 745, 22 de Janeiro de 1916, p. 3, c. 3.
- ⁴⁹⁴ Jorge Fernandes Alves, *Indústria da pasta e do papel em Portugal. O grupo Portucel*, 2001, p. 21.
- ⁴⁹⁵ *Ibidem*.
- ⁴⁹⁶ A. Homem de Albuquerque Pinho, *Albergaria-a-Velha, oito séculos do passado ao futuro*, 2001, p. 39.
- ⁴⁹⁷ [Sem título], *Soberania do Povo*, n.º 1377, 7 de Agosto de 1892, p. 3, c. 1. *Itálico* meu.
- ⁴⁹⁸ *Soberania do Povo*, n.º 1396, 13 de Outubro de 1892, p. 3, c. 1-2.
- ⁴⁹⁹ Sobre este conflito, *vide* Deniz de Ramos, *Águeda, anos 20. Da Escola Primária Superior à Escola Comercial e Industrial*, 1989; Francisco Manuel Guedes Vitorino, «Agricultura e mineração [...]», 2000, p. 255-299 e *idem*, *As minas do Vale do Vouga, 1855-1931 [...]*, 2002, p. 147-201 (mimeografada).
- ⁵⁰⁰ «Ofício do Governo Civil de Aveiro», *Independência de Águeda*, n.º 654, 31 de Julho de 1915, p. 2, c. 2-3. «Rio infeccionado», *Jornal de Albergaria*, n.º 212, 12 de Junho de 1915, p. 2, c. 5 e «A ria de Aveiro», *O Brado*, n.º 240, 7 de Agosto de 1915, p. 3, c. 2).
- ⁵⁰¹ Cf. Aida Valadas de Lima e Luísa Schmidt, «Questões ambientais – conhecimentos, preocupações e sensibilidades», 1996, p. 205-227.
- ⁵⁰² Cf. A. G. Ferreira Cabido, *Chorographia industrial do concelho de Albergaria-a-Velha*, 1911, p. 4.
- ⁵⁰³ *O Povo de Aveiro*, 31 de Março de 1889, p. 3, c. 1.
- ⁵⁰⁴ *Ibidem*.
- ⁵⁰⁵ A. Homem de Albuquerque Pinho, *Albergaria-a-Velha, oito séculos do passado ao futuro*, 2001, p. 39.
- ⁵⁰⁶ Maria Eugénia Mata, «Foreign joint-stock-companies in Nineteenth-century Portuguese Colonies», 2006, p. 13.
- ⁵⁰⁷ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Bastos, liv. 122-6, 6 e 16 de Março de 1893, fls. 24-25 e 28-30.
- ⁵⁰⁸ ADAVR, Estarreja, not. Fonseca, liv. 438-54, 23 de Julho de 1890, fls. 19-20.
- ⁵⁰⁹ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Bastos, liv. 122-6, 10 de Março e 12 de Abril de 1893, fls. 26 v.-27 v. e 44-45.
- ⁵¹⁰ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Cabral, liv. 436-1, 28 de Maio de 1896, fls. 8-11.
- ⁵¹¹ J. Rodrigues Pinto Brandão, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 20, 1908, p. 51.
- ⁵¹² J. de Melo Freitas, «Exemplo e catechése», *O Aveirense*, n.º 2, 24 de Novembro de 1907, p. 1, c. 1.
- ⁵¹³ C. S. Wilson, *apud* Ernesto Goes, *Os eucaliptos [...]*, 1987, p. 29.
- ⁵¹⁴ *Ibidem*.
- ⁵¹⁵ A. G. Ferreira Cabido, *Chorographia industrial do concelho de Albergaria-a-Velha*, 1911, p. 4-5.
- ⁵¹⁶ *Idem*, *op. cit.*, p. 6-7.
- ⁵¹⁷ *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 116: *Estatística Industrial*, 1926, p. 65.
- ⁵¹⁸ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Miranda, liv. 639-69, 24 de Setembro de 1912, fls. 43-45 e *idem*, liv. 677-108, 26 de Agosto de 1916, fls. 25-27.

⁵¹⁹ *Ibidem*.

⁵²⁰ *Jornal de Albergaria*, n.º 532, 29 de Abril de 1922, p. 3-4. Esta empresa daria origem à Companhia de Celulose do Caima, SA, por escritura de 29 de Junho de 1973 ([www: <http://www.caima.pt>](http://www.caima.pt)).

⁵²¹ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Miranda, liv. 717-148, 30 de Janeiro de 1923, fls. 13-14 v.; *idem*, not. Mourisca, liv. 289-98, 30 de Janeiro de 1923, fls. 1-2 v.; *idem*, not. Mourisca, liv. 293-102, 16 de Junho de 1923, fls. 28 v.-30. *Vide*, também, ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Miranda, liv. 766-197, 18 de Dezembro de 1926, fls. 26-29.

⁵²² J. P., *Lavrador*, 1926, *apud*, «A pasta celulosa de eucalipto na produção no fabrico do papel», *Jornal de Albergaria*, n.º 739, 16 de Outubro de 1926, p. 2, c. 4-5.

⁵²³ *Ibidem*.

⁵²⁴ *Ibidem*. *Itálico* meu.

⁵²⁵ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Miranda, liv. 709-140, 28 de Janeiro de 1922, fls. 15 v.-18 v.

⁵²⁶ Cf. José Miguel Sardica, «A vida partidária portuguesa nos primeiros anos da Regeneração», 1997, p. 747-777.

⁵²⁷ Em 14 de Fevereiro de 1852 nasce o *Campeão do Vouga*, afecto ao Partido Regenerador, que, em razão de uma dissidência, passaria a chamar-se *Campeão das Províncias*, desde 12 de Novembro de 1859. Em 1854 aparece e desaparece *O Aveirense*, de orientação progressista histórica. No ano seguinte aparece e desaparece *A Aurora*, jornalinho religioso e literário. *O Imparcial*, de orientação «fusionista», nasce em Janeiro de 1856 e desaparece em Junho desse mesmo ano, sendo substituído por *A Imprensa*, próxima dos progressistas e do governador civil, Antero Albano da Silveira Pinto. Encerra em Outubro de 1858. Em 1861, José Estêvão é o candidato da oposição; perante a hostilidade do *Campeão das Províncias*, decide criar outro bissemanário, a que dá o nome de *Distrito de Aveiro*. O primeiro número saiu dos prelos em 2 de Julho de 1861.

⁵²⁸ José Tengarrinha, *História da imprensa periódica portuguesa*, 2.ª ed., 1989, p. 188.

⁵²⁹ Deniz de Ramos, *Soberania centenária. Alguns aspectos da história de um jornal*, 1989.

⁵³⁰ *Catalogo-Almanach da Imprensa Aveirense. Edição para 1884*, 1883, 21.

⁵³¹ A. G. Ferreira Cabido, *Chorographia industrial do concelho de Aveiro*, 1911, p. 33-35.

⁵³² «Necrologia», *O Democrata*, n.º 403, 7 de Janeiro de 1916, p. 2, c. 4.

⁵³³ Manuel Ferreira Rodrigues, «Homem Cristo e o 1.º de Maio em Aveiro [...]», 1995.

⁵³⁴ ADAVR, Aveiro, not. Fortuna, liv. 701-62, 10 de Maio de 1882, fls. 83-84, e *idem*, liv. 703-64, 4 de Janeiro de 1883, fls. 1-2.

⁵³⁵ ADAVR, Aveiro, not. Fortuna, liv. 704-65, 7 de Agosto de 1883, fl. 34 v.

⁵³⁶ Alberto Sousa Lamy, *Monografia de Ovar* [...], vol. 2, 2001, p. 91.

⁵³⁷ «Tipographia», *Vitalidade*, n.º 113, 30 de Maio de 1897, p. 4, c. 1.

⁵³⁸ *O Democrata*, n.º 6, 28 de Março de 1908, p. 3, c. 1, e *idem*, n.º 7, 4 de Abril de 1908, p. 3, c. 4-5.

⁵³⁹ «Edições esgotadas», *O Democrata*, n.º 5, 21 de Março de 1908, p. 3, c. 3.

⁵⁴⁰ Cf. Maria Lúsa Saldanha Alcântara, *O Povo de Aveiro (1881-1941). Subsídios para a história de um jornal*, 1998, p. 40-42, 55-64.

- ⁵⁴¹ Cf. Manuel Ferreira Rodrigues, «Homem Cristo e o 1.º de Maio em Aveiro [...]», 1995.
- ⁵⁴² ADAVR, Aveiro, not. Fortuna, liv. 704-65, 7 de Agosto de 1883, fl. 34 v.
- ⁵⁴³ *Ibidem*.
- ⁵⁴⁴ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Aidos, liv. 165-49, 18 de Janeiro de 1908, fl. 40.
- ⁵⁴⁵ «Typographia do Ovarense», *O Ovarense*, 15 de Setembro de 1895, p. 4.
- ⁵⁴⁶ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Montenegro, liv. 140-24, 31 de Agosto de 1898, fl. 14.
- ⁵⁴⁷ Cf. «Política local», *O Democrata*, 248, 22 de Novembro de 1912, p. 2, c. 4-5 e «Associações locais», *O Democrata*, n.º 253, 3 de Janeiro de 1913, p. 2, c. 3.
- ⁵⁴⁸ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1035-128, 26 de Março de 1887, fl. 47 v.-48 v.
- ⁵⁴⁹ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1193-13, 18 de Junho de 1890, fl. 34-35.
- ⁵⁵⁰ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Aidos, liv. 165-49, 18 de Janeiro de 1908, fls. 39 v.-41 v.
- ⁵⁵¹ A. G. Ferreira Cabido, *Chorographia industrial do concelho de Aveiro*, 1911, p. 34.
- ⁵⁵² *Ibidem*.
- ⁵⁵³ «As tipografias», *O Concelho de Estarreja*, n.º 544, 16 de Março de 1912, p. 3, c. 3.
- ⁵⁵⁴ A. G. Ferreira Cabido, *Chorographia industrial do concelho de Aveiro*, 1911, p. 30-31.
- ⁵⁵⁵ ACAM, *Actas do Conselho de Administração*, Sessão de 21 de Outubro de 1927, fl. 99-100.
- ⁵⁵⁶ A. G. Ferreira Cabido, *Chorographia industrial do concelho de Aveiro*, 1911, p. 30-31.
- ⁵⁵⁷ *Ibidem*.
- ⁵⁵⁸ José Tengarrinha, *História da imprensa periódica portuguesa*, 1989, p. 232-234.
- ⁵⁵⁹ Cf. Graça Franco, *A censura à imprensa (1820-1974)*, 1993, p. 35-64.
- ⁵⁶⁰ *Idem*, *op. cit.* p. 213-227.
- ⁵⁶¹ *Idem*, *op. cit.* p. 215.
- ⁵⁶² ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Montenegro, liv. 140-24, 31 de Agosto de 1898, fl. 13 v.-14 v.
- ⁵⁶³ *Ibidem*. *Itálico* meu.
- ⁵⁶⁴ *Vitalidade*, n.º 3, 19 de Agosto de 1894, p. 4, c. 4). No número seguinte Francisco Meireles ainda era o proprietário («Á Camara», *A Vitalidade*, n.º 4, 26 de Agosto de 1894, p. 3, c. 3).
- ⁵⁶⁵ «Tipographia», *Vitalidade*, n.º 113, 30 de Maio de 1897, p. 4, c. 1.
- ⁵⁶⁶ *Vitalidade*, n.º 178, 11 de Setembro de 1898, cabeçalho.
- ⁵⁶⁷ «Necrologia», *O Democrata*, n.º 445, 27 de Outubro 1916, p. 3, c. 3
- ⁵⁶⁸ «Vitalidade», *Vitalidade*, n.º 517, 11 de Março de 1905, p. 2, c. 3-4.
- ⁵⁶⁹ *Ibidem*.
- ⁵⁷⁰ «Motor», *Vitalidade*, n.º 584, 23 de Junho de 1906, p. 3, c. 2.
- ⁵⁷¹ ADAVR, Estarreja, not. Correia, liv. 1607-11, 7 de Maio de 1905, fls. 6 v.-8 v.
- ⁵⁷² *Apud* José Afonso Tavares e Cunha, *Notas marinhoas* [...], vol. V, 1995, p. 9-10.
- ⁵⁷³ Entre tantos testemunhos, *vide* «Diário do Governo, I série, n.º 243, 30 de Outubro de 1926. Decreto n.º 12 569», *Concelho da Murtosa*, n.º 1, 12 de Dezembro de 1926, p. 1, c. 2-4.
- ⁵⁷⁴ «Pelo concelho», *O Concelho de Estarreja*, n.º 4 31 de Outubro de 1901, p. 1, c. 3-4.

⁵⁷⁵ ADAVR, Estarreja, not. Albuquerque, liv. 1367-24, 2 de Setembro de 1907, fls. 12 v.-14 v. Em 3 de Novembro de 1909, um sócio cede a quota a outro (ADAVR, Estarreja, not. Correia, liv. 1618-22, fls. 18 v. -19 v.).

⁵⁷⁶ ADAVR, Águeda, not. Silva, liv. 624-67, 13 de Outubro de 1910, fls. 3-4 v. *Itálico* meu.

⁵⁷⁷ *Ibidem*.

⁵⁷⁸ ADAVR, Águeda, not. Silva, liv. 632-75, 28 de Outubro de 1911, fls. 3-3 v.

⁵⁷⁹ ADAVR, Águeda, not. Pinho, liv. 528-156, 14 de Fevereiro de 1912, fls. 20 v.-22 v.

⁵⁸⁰ «A “Independência de Águeda”», *Independência de Águeda*, n.º 466, 17 de Janeiro de 1912, p. 1.

⁵⁸¹ «Material tipográfico», *Independência de Águeda*, n.º 520, 7 de Dezembro de 1912, p. 3, c. 3.

⁵⁸² «Nova instalação», *Independência de Águeda*, n.º 589, 25 de Abril de 1914, p. 2, c. 4.

⁵⁸³ *Democracia do Vouga*, n.º 1, 16 de Junho de 1915.

⁵⁸⁴ «Motor», *Vitalidade*, n.º 584, 23 de Junho de 1906, p. 3, c. 2. Sobre o diverso equipamento tipográfico, *vide* Luís Cabral (coord.), *Miniaturas de máquinas tipográficas. Exposição, 1997*.

⁵⁸⁵ *Ibidem*.

⁵⁸⁶ «Typographia Silva (a vapor)», *Vitalidade*, n.º 708, 7 de Novembro de 1908, p. 3.

⁵⁸⁷ *Ibidem*.

⁵⁸⁸ A. G. Ferreira Cabido, *Chorographia industrial do concelho de Aveiro* [...], 1911, p. 29.

⁵⁸⁹ *Ibidem*.

⁵⁹⁰ «Typographia», *A Discussão*, n.º 998, 29 de Novembro de 1911, p. 3, c. 2. Noutro número, este periódico afirma que a tipografia, denominada Imprensa Pátria, estava «montada modeladamente com os mais modernos e aperfeiçoados mecanismos» e era «dirigido por um técnico habilitíssimo, o Sr. Vicente José da Rocha, do Porto» («Tipografia», *A Pátria*, n.º 345, 3 de Dezembro de 1914, p. 3, c. 2.

⁵⁹¹ «Typographia Silva», *Vitalidade*, n.º 827, 18 de Fevereiro de 1911, p. 2, c. 5.

⁵⁹² «A propósito», *O Democrata*, n.º 502, 7 de Dezembro de 1917, p. 2, c. 3.

⁵⁹³ «Typographia Silva», *Vitalidade*, n.º 827, 18 de Fevereiro de 1911, p. 2, c. 5.

⁵⁹⁴ *A Portuguesa*, n.º 1, 11 de Agosto de 1912, *O Progresso*, n.º 1, 27 de Janeiro de 1913 e *O Povo de Vagos*, n.º 1, 15 de Maio de 1915.

⁵⁹⁵ «Tipografia Silva», *Campeão das Províncias*, n.º 6528, 7 de Abril de 1917, p. 2, c. 2.

⁵⁹⁶ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 869-230, 23 de Fevereiro de 1918, fls. 16-17 v.

⁵⁹⁷ «Greve», *O Democrata*, n.º 569, 19 de Abril de 1919, p. 2, c. 3.

⁵⁹⁸ *Almanak Aveirense*, 1898, «Annuncios» e A. G. Ferreira Cabido, *Chorographia industrial do concelho de Aveiro* [...], 1911, p. 33.

⁵⁹⁹ «Minerva Central», *Povo de Aveiro*, n.º 331, 1 de Abril de 1900, p. 4.

⁶⁰⁰ «Minerva Central», *Vitalidade*, n.º 259, 1 de Abril de 1900, p. 2, c. 1 e «Associação de Classe dos Operários de Construção Civil e Artes Correlativas», *Vitalidade*, n.º 260, 8 de Abril de 1900, p. 2, c. 5.

⁶⁰¹ «Typ. Minerva Central», *O Democrata*, n.º 2, 29 de Fevereiro de 1908, p. 4 e «Padaria Ferreira», *O Democrata*, n.º 24, 1 de Agosto de 1908, p. 3, c. 5.

- ⁶⁰² AACA, *Actas da Associação Comercial de Aveiro*, Sessão de 27 de Junho de 1923, fl. 23.
- ⁶⁰³ A. G. Ferreira Cabido, *Chorographia industrial do concelho de Aveiro*, 1911, p. 33.
- ⁶⁰⁴ *O Cinco d'Outubro*, n.º 1, 5 de Outubro de 1911; *O Patriota*, n.º 1, 14 de Outubro de 1911; *A Concórdia*, n.º 1, 16 de Março de 1916; *A Voz do Povo*, n.º 18, 4 de Fevereiro de 1912, cabeçalho e p. 1, c. 4. *O Aldeão*, n.º 1, 1 de Março de 1914; *Luz e Vida*, n.º 1, 1 de Fevereiro de 1915.
- ⁶⁰⁵ *A Verdade*, n.º 1, 20 de Junho de 1910; *O Grito Social*, n.º 1, 21 de Setembro de 1913 e *A Ordem*, n.º 1, 22 de Junho de 1914; *O Dever*, n.º 1, 29 de Março de 1924.
- ⁶⁰⁶ *O Vista Alegre*, n.º 1, 3 de Fevereiro de 1924.
- ⁶⁰⁷ «Tipografia Moderna», *O Brado*, n.º 76, 11 de Maio de 1912, p. 4.
- ⁶⁰⁸ «O Brado», *O Brado*, n.º 116, 22 de Fevereiro de 1913, p. 1, c. 3.
- ⁶⁰⁹ Sobre algumas empresas de Lisboa, *vide* José Luís Assis, «Tipografias portuguesas no século XIX: o ciclo da internacionalização», 2005, p. 81-98.
- ⁶¹⁰ *A Flor da Ria*, n.º 1, 4 de Fevereiro de 1923.
- ⁶¹¹ «Tipografia Progresso (a electricidade)», *O Debate*, n.º 135, 5 de Fevereiro de 1925, p. 3.
- ⁶¹² Entre outros, *vide* ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 881-280, 30 de Agosto de 1915, fls. 26 v.-30.
- ⁶¹³ *O Conquistador*, n.º 1, 1 de Setembro de 1912.
- ⁶¹⁴ *O Clamor*, n.º 1, 1 de Janeiro de 1913.
- ⁶¹⁵ *A Verdade*, n.º 1, 19 de Outubro de 1913.
- ⁶¹⁶ *A Razão*, n.º 1, 16 de Março de 1916 e *A Discussão*, n.º 1071, 7 de Maio de 1916, p. 4.
- ⁶¹⁷ *Correio de Ovar*, n.º 1, 25 de Dezembro de 1912.
- ⁶¹⁸ *Correio do Vouga*, n.º 1, 16 de Novembro de 1930.
- ⁶¹⁹ ADAVR, Águeda, not. Silva, liv. 704-147, 19 de Junho de 1918, fls. 8 v.-10.
- ⁶²⁰ ADAVR, Águeda, not. Sucena, liv. 1148-104, 21 de Outubro de 1920, fls. 8 v.-10.
- ⁶²¹ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 520-96, 21 de Junho de 1920, fls. 16-17 v.
- ⁶²² ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1731-66, 30 de Abril de 1927, fls. 51-52.
- ⁶²³ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Miranda, liv. 774-205, 13 de Maio de 1927, fls. 20 v.-22.
- ⁶²⁴ *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1919*, vol. II, 1922, p. 66-67.

CAPÍTULO 4

ADUBOS, VIDROS, CERÂMICAS E INDÚSTRIAS METALÚRGICAS

Em meados de Oitocentos, foi tentada a criação de uma grande companhia de produção de soda, em Aveiro. O fracasso desta iniciativa propicia um conjunto de reflexões sobre as debilidades e as potencialidades industriais existentes, na sub-região da ria de Aveiro, neste período, sobejando, outrossim, informação para o debate sobre as relações entre indústria e políticas pautais. Entre as actividades que a CAE inclui na subsecção DG – *Fabricação de produtos químicos e fibras sintéticas e artificiais*, durante o período histórico considerado, de significativo, apenas se registou, em termos industriais, a fundação de uma fábrica de adubos orgânicos, no início dos anos 20. Há ainda a assinalar a existência de uma importante fábrica, propriedade da Companhia Portuguesa de Iluminação a Gás, com sede no Porto, que assegurou a iluminação da cidade de Aveiro, entre 1889 e 1917¹. Nada mais.

Apesar das tentativas e dos sonhos de alguns, dificilmente poderia ser de outra maneira. Estamos perante uma paisagem de pequenas unidades fabris, mais artesanato industrial que fábricas. Trata-se, pois, de um conjunto de indústrias de características residuais, pela sua dimensão, como o fabrico de tintas, de sabão, de fósforos e de artigos de pirotecnia. Mais residuais, técnica e economicamente irrelevantes eram outras actividades desta subsecção, como a produção de velas de cera e de sebo, a tinturaria de buréis e de serguilha, ou o fabrico de breu. Em 1867, a produção de velas de cera, num lagar em Águeda, foi computada em 1,2 toneladas, mas trabalhavam ali «somente o dono e sua família, que não ganha salário»². Era, de facto, uma actividade de Antigo Regime, de cariz familiar e oficial.

Em 1891, havia em Aveiro três fabricantes de velas de cera³. Não obstante a falta de informação sobre estas oficinas, é admissível que não trabalhassem o ano

todo. Uma delas era propriedade de Carlos da Silva Melo Guimarães, então proprietário da Fábrica de Louça da Fonte Nova; a outra era propriedade do mestre-de-obras, José Maria de Carvalho Branco.

Também o fabrico de breu, por exemplo, nunca terá chegado a possuir grande dimensão, apesar da importância da floresta em dois dos concelhos estudados, Albergaria-a-Velha e Águeda. Cerca de 1865, os 13 fornos existentes na freguesia de Covão do Lobo, concelho de Vagos, coziavam 14 fornadas por ano, produzindo, em cada uma, 30 kg de breu, isto é, a produção anual daquela substância, naquela freguesia, cifrava-se em 5460 kg⁴. Vendido entre 45 e 100 réis, o valor do breu (entre 245\$700 e 546\$000 réis) era, de longe, inferior ao da louça das olarias do mesmo concelho, cuja produção rondava os 5248\$000 e tinha consumos de lenha inferiores⁵.

Situação idêntica era a da produção de «palitos fosfóricos». Em meados de Oitocentos, esta actividade ocupava apenas seis operários nas três oficinas existentes em Estarreja⁶. Segundo as *Informações para a Estatística Industrial*, concluídas em 1865, estas oficinas produziam anualmente 1220 grosas de caixas de fósforos, para o que utilizavam clorato de potassa, sulfureto de antimónio, enxofre e pinho, no valor de 160\$000 réis.

Contrariamente, as actividades da subsecção DI – *Fabricação de produtos minerais não metálicos*, adquiriram uma dimensão bem diferente. Depois das velhas olarias, a Fábrica de Porcelana da Vista Alegre foi decisiva para a afirmação desta sub-região como um importante espaço de especialização cerâmica no nosso país. Não obstante a existência de abundante matéria-prima, em quase todos os concelhos estudados, foi no de Aveiro que nasceram as primeiras e mais importantes unidades industriais de faiança, utilitária e artística, de azulejo e de cerâmica de construção. Isso só foi possível graças à disponibilidade de mão-de-obra especializada, a que a fundação de uma escola de desenho industrial não é alheia.

Nos restantes concelhos, especialmente em Águeda e Albergaria-a-Velha, a cerâmica teve mais dificuldade de implantação. Nesses espaços, mais do que à escassez de mão-de-obra especializada, as dificuldades iniciais ficaram a dever-se ao carácter incipiente do processo de urbanização, fenómeno bem evidente desde o final de Oitocentos, no litoral, em especial na cidade de Aveiro, e ao facto de, na sua maioria, as fábricas visarem um mercado de proximidade. Nesses concelhos, foi mais determinante a exiguidade do mercado, o que explicará o carácter vivaz do saber-fazer das velhas olarias. De facto, o pequeno mercado de produtos industriais sofreu com a concorrência dos artigos tradicionais de preços irrisórios.

Depois de a Fábrica de Porcelana da Vista Alegre ter interrompido a fabricação de vidro plano, possivelmente em 1880, houve apenas dois projectos indus-

triais nesse ramo, na cidade de Aveiro, diferentes nas suas motivações mas irmanados pela quase inexistência de mão-de-obra especializada, de tradição nesse domínio. O vidro não lançou raízes em Aveiro.

Em 1904, é fundada em Soza, no concelho de Vagos, uma fábrica pioneira no fabrico de abrasivos. As dificuldades financeiras sentidas pelo fundador desta unidade não eram muito diferentes das que afligiram, durante cerca de um quarto de século, as diversas oficinas de serralharia, nomeadamente as de ferragens.

A fabricação de produtos metálicos (subsecção DJ da CAE) centrou-se em Águeda, embora não tenha sido apenas neste concelho que um conjunto de pequenas oficinas lançou as fundações da moderna indústria metalúrgica. Albergaria-a-Velha, Aveiro e Estarreja também viram nascer, num tempo de crise, um pequeno lote de empresas metalúrgicas que souberam adaptar-se continuamente até aos nossos dias.

1. Produtos químicos

A produção industrial de «adubos químicos»⁷ ter-se-á realizado, pela primeira vez, em 1884, na fábrica da Póvoa de Santa Iria da Azóia, fundada em 1859, pela Sociedade Geral de Produtos Químicos, mas a sua produção era então diminuta⁸. Como referem A. H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, é com Alfredo da Silva (1871-1942) e com a Companhia União Fabril (1908), na primeira década do século XX, que se inicia verdadeiramente a indústria química, em Portugal⁹, embora as relações entre ciência e indústria, no domínio da Química, tenham tido início no final do século XVIII¹⁰. Inicialmente, Alfredo da Silva concentra-se sobretudo no complexo do Barreiro, onde, a partir de 1908, se instalam «as primeiras fábricas de ácidos e adubos, de laminação de chumbo, de sulfato de cobre e de ferro, de soda, de magnésio, de ácido clorídrico, de refinação de copra»¹¹. Depois, com a diversificação das actividades, diferencia igualmente as localidades onde instalou unidades fabris de distribuição ou de outros tipos de negócio, que passaram a cobrir, praticamente, todo o País como bem mostrou Miguel Figueira de Faria, na biografia deste «criador de empresas»¹².

Em 5 de Setembro de 1917, é publicada a Lei n.º 805, que possibilitava a concessão, pelo Governo, de «patente de introdução de novo processo industrial», beneficiando o signatário do exclusivo da exploração por um período de dez anos¹³. Cinco anos depois, vão surgir entre nós dois pedidos de patente para o «fabrico de amoníaco sintético»: o primeiro pedido foi feito pela Companhia Industrial Portu-

guesa e o segundo pela Sociedade Geral de Comércio, criada pela CUF, em 1920. Como refere João Martins Pereira, «nenhuma das ditas empresas [parecia] vocacionada para se lançar num grande projecto industrial, como era o do amoníaco sintético. Tratava-se, pois, certamente apenas de uma tomada de posição para o futuro dos dois principais fabricantes de adubos químicos»¹⁴. Esta «tecnologia recentíssima e complexa» exigia níveis e qualificações que Portugal não possuía, uma indústria intensiva em capital e energia, escassos entre nós, e um mercado nacional para adubos azotados menos limitado, pois em 1923, o primeiro ano para que se dispõe de estatísticas, a importação de sulfato de amónio foi apenas de 2400 t¹⁵. A questão dos adubos azotados é retomada em 1925, por meio de uma portaria, que cria uma comissão que aconselha a ligação do Estado português ao grupo francês Societé L'Air Liquide, sendo então publicado o Decreto n.º 11 352, de 14 de Dezembro de 1925, «que estabelece as bases para a instalação em Portugal de uma empresa para produção de azotados»¹⁶. Contudo, a falta de gases de coquerias e de electricidade abundante, bem como a instabilidade política fizeram adiar o projecto até à «campanha do trigo»¹⁷. Ainda segundo J. Martins Pereira, em 1925, importaram-se cerca de 6000 t de sulfato de amónio; no início da campanha, em 1929, já se importavam 15 200 t. Em 1934-1935, essa importação atingiu as 50 000 toneladas, divulgando-se as vantagens da adubação azotada¹⁸.

Entre 1903 e 1914, eram consumidos anualmente cerca de 100 000 toneladas de adubos químicos, 90% dos quais importados, sobretudo de França e de Inglaterra¹⁹. Em termos europeus, segundo A. H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, Portugal aparecia quase no fim da lista quanto ao número de quilogramas de adubo por hectare (0,61), em 1912-1913, estando acima apenas dos países balcânicos. Mas, como mostro de seguida, esta sub-região teria então um consumo inferior, por razões que se prendem com a existência de abundantes e ricos adubos orgânicos. É neste quadro que se esboçam projectos industriais que nunca terão passado disso mesmo: projectos, tentativas. Vejamos como se comportou a sub-região estudada neste capítulo.

1.1. Tentativa gorada de criação de uma fábrica de soda

Em 25 de Janeiro de 1851, a Câmara Municipal de Aveiro apreciou «um requerimento de Sebastião Betâmio de Almeida & Companhia, no qual expõe a conveniência de trazer à Fábrica de Produtos Químicos, que se vai organizar nesta cidade, metade da água da fonte da Pega, mostrando que pouco é, ou nenhum, o

prejuízo que daí resulta ao público, porque a privação que sofre da parte daquela água nenhuma comparação tem com as vantagens que um estabelecimento daquela ordem apresenta à terra onde é localizado, principalmente para as classes menos abastadas. Resultou que, por unanimidade, fosse decidido que se deferisse o dito requerimento»²⁰: Assim, a Câmara Municipal de Aveiro decide ceder «metade da água da Fonte da Pega para uso da dita Fábrica de Produtos Químicos, ficando a outra metade para uso do Público [*sic*], que para um e outro uso será o encanamento daquela fonte feito à custa deles requerentes, por quanto a parte dela que ficará pertencendo ao público cairá num lugar designado por esta câmara em sítio nunca distante da mesma Fábrica; que o tanque ou pia onde ela cair também será feita à custa deles requerentes; que as vertentes desta água também dela poderão fazer uso para a mesma Fábrica; que poderão aproveitar de todos os materiais existentes na mencionada Fonte da Pega»²¹.

Acrescentava ainda que, de todas as condições referidas, se lavraria escritura pública, «principalmente aquela que neste contrato se julga a principal, e vem a ser, que quando a supradita Fábrica [de Produtos Químicos], a água hoje cedida para uso dela tornará a ser propriedade do público, por isso que ele requerente deverá renunciar [a] qualquer alegação de posse que possa naquele caso apresentar; e que finalmente aceitando o supradito requerente as condições com que lhe é deferido seu requerimento que são as acima destas, seja intimado para assinar esta sessão depois da que dela se tirará uma cópia que será remetida ao Conselho do Distrito para os fins convenientes»²².

A longa referência ao pedido e às condições do deferimento não conseguem esconder o desinteresse da vereação por a este pedido. O «interesse público» parecia sobrepor-se ao «interesse privado». A fundação de uma fábrica não é olhada como de interesse público. Nunca as referências a este processo esclarecem a natureza da fábrica²³. O prematuro abandono do projecto não terá permitido sequer a celebração da escritura.

O químico Sebastião Betâmio de Almeida tinha então 39 anos de idade²⁴. Como ele mesmo afirma, tendo estudado Química em Paris, fundara, algum tempo antes, «com o capital do ilustre José Xavier Mouzinho da Silveira (que foi o meu melhor amigo e o meu segundo pai) e em colaboração e sociedade comercial com seu filho, uma fábrica de produtos químicos, em Saint-Denis do Sena», próximo daquela cidade²⁵. Após a proclamação da República, em França (1848), um conjunto de dificuldades levaram ao encerramento dessa fábrica.

Regressado a Portugal, Sebastião Betâmio de Almeida procurou sensibilizar «alguns capitalistas da praça do Porto para a formação de uma companhia por

acções», com um capital de cerca de 40 contos de réis, tendo como fim a fundação de *uma fábrica de soda destinada à exportação*, pois considerava que a soda aqui produzida poderia «competir com a de França»²⁶. O «poderoso impulso» inicial a essa empresa – com a denominação de *Produtos Químicos de Aveiro* – parece ter sido dado por José Ferreira Pinto Basto Júnior, J. M. do Casal Ribeiro e Joaquim Ferreira Sampaio²⁷.

Tendo escolhido Aveiro pela qualidade do seu sal, no final de 1852, ainda não tinha concluído «o material de uma fábrica deste produto em grande escala»²⁸. Mas já as resistências indígenas se faziam sentir, uma, local, de cariz «ecológico», e outra, nacional, aparentemente «proteccionista». Num primeiro texto, Sebastião Betâmio de Almeida denunciou os caprichos da administração local aveirense, a que ele chamou pejorativamente a «gente municipal», que colocou obstáculos à instalação da fábrica de soda, recordando o que se passara, décadas antes, com o pedido de José Ferreira Pinto Basto para estabelecer, nesta cidade, a fábrica que viria a edificar, na Vista Alegre: «As fábricas que mais vantagens poderiam trazer àquela localidade [Aveiro] são precisamente as que inspiram mais repugnância, direi mesmo, mais terror ao vulgo daquela infeliz terra»²⁹. Sem entrar em pormenores, acrescentava: «A respeito da fábrica que estou organizando, foi precisa toda a eloquência, *que é muita*, de um nobre cidadão e mui distinto médico, para convencer aquela gente de que num país pantanoso e essencialmente miasmático [...], alguns vapores clorídricos que se escapassem dos meus aparelhos seriam simplesmente... uma providência»³⁰.

Com a publicação dos seus «estudos particulares para o estabelecimento do fabrico da soda em Portugal», Betâmio de Almeida ia sensibilizando os potenciais investidores, mostrando a magna importância da soda e do ácido sulfúrico para o desenvolvimento de um número elevado de indústrias, da saboaria ao papel, do vidro à tintura, dos tecidos de algodão aos lanifícios. Mas esses textos suscitaram a crítica (despeitada) do químico Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, que era então «inspector e conselheiro» da velha fábrica da Verdelha, do conde de Farrobo, fundada em 1827³¹. A tentativa de depreciação e de desvirtuamento da iniciativa de Betâmio de Almeida, «na *praça*», a coberto da defesa da protecção da fábrica da Verdelha, terá contribuído para a retracção dos investidores. Concordava com Oliveira Pimentel não ser possível «uma fábrica importante em Aveiro» se não se pudesse «contar com alguma regularidade de entradas e saídas [na barra] e reconhecia ter andado «com alguma ligeireza neste particular», por se ter fiado nas informações obtidas³². Mas sabia que interesses serviam as palavras de descrédito da sua proposta. Por isso, a resposta de Betâmio de Almeida foi contundente:

«Depois de vinte anos de monopólio, ainda hoje [a fábrica da Verdelha] faz uma coisa que em mercado algum normal tem nome – uma mistela que, certamente, não seria venal em Paris [...]. Tem muita razão a Verdelha de pedir *direitos protectores*, e de desejar que outras fábricas se não levantem, porque o seu produto não pode concorrer com o *produto normal*. Nem com 25% de abatimento! A venalidade do produto da Verdelha é uma prova cabal, peremptória, irrecusável do atraso, ou antes, da ausência das artes em Portugal»³³.

Em Março de 1853, Sebastião Betâmio de Almeida ainda alimentava a esperança de que a fábrica de Aveiro pudesse vir a ser uma realidade. O projecto não foi por diante e, contrariamente ao seu desejo inicial, não regressou a França. Pelo menos de 1854 a 1859, foi professor de Química Aplicada, na Escola Industrial do Porto, sendo transferido neste último ano para o Instituto Industrial de Lisboa e substituído por Joaquim de Santa Clara Pinto de Sousa³⁴. Um documento de 31 de Maio de 1856, da autoria de João Luís de Moraes Mantas, que fora estudar tecnologia Química na Exposição de Paris, refere elogiosamente os conhecimentos de Betâmio de Almeida³⁵. Três anos depois, vamos encontrá-lo como subscritor do *Relatório sobre a Fábrica Nacional de Vidros da Marinha Grande*, apresentado ao Ministro da Fazenda pela Comissão de Inquérito, em 25 de Novembro de 1859, no ano em que nasce a Fábrica da Póvoa de Santa Iria da Azóia, para a produção de soda e ácido sulfúrico³⁶. O referido relatório é subscrito por João de Andrade Corvo, Sebastião Betâmio de Almeida e Manuel José Ribeiro³⁷. Nada mais foi possível saber sobre este professor de Química e sobre o seu projecto de erguer uma fábrica de soda, em Aveiro. Segundo o *Inquérito Industrial de 1852*, existiam 3 fábricas de produtos químicos, em Portugal, mas não sabemos se esta unidade integrava esse pequeno grupo de empresas que ocupava, no conjunto, 70 trabalhadores³⁸. Em 1862, num artigo, em que enumera as fábricas da cidade, o *Campeão das Províncias* não faz referência a uma qualquer empresa dessa natureza³⁹.

A ideia de instalação de uma fábrica de «produtos químicos» ou «de soda» não era nova. O pioneiro, neste domínio, foi José Ferreira Pinto Basto, que Júlio Máximo de Oliveira Pimentel considerou «a primeira grande figura de industrial do século XIX português»⁴⁰, ao instituir, na Vista Alegre, uma fábrica de porcelana, de vidro e de «processos químicos». Não foi certamente por acaso que Pinto Basto enviou seu filho Joaquim estudar Química, na Alemanha⁴¹. Entre 1827 e 1832, «os trabalhos dos processos químicos eram dirigidos, por um ex-oficial do exército espanhol, distinto químico, residente em Portugal, desde 1826». Mas, com a saída do referido técnico, o laboratório terminou a sua actividade⁴². Ciente da necessidade de soda para o fabrico do vidro, José Ferreira Pinto Basto fundou, na rua da

Alfândega, Aveiro, uma fábrica para a produzir com o sal das marinhas⁴³. Infelizmente, Marques Gomes calou as razões do insucesso dessa iniciativa⁴⁴.

Nos anos seguintes, foram feitas outras tentativas, mas, ao que parece, sem melhor sorte. Em 1863, segundo uma notícia breve do *Campeão das Províncias*, terá sido fundada uma fábrica de soda, estabelecida pelo proprietário de minas, Mathias Feuerheerd, na «quinta do Sr. Vale Guimarães, perto de S. Tiago, junto à ria», próximo do local onde Betâmio de Almeida queria instalar (ou teria instalado) a sua fábrica⁴⁵. Mas também não terá tido êxito, se chegou a ser instalada.

Vinte anos depois, o Eng. Araújo e Silva inclui «a exploração de adubos para a agricultura» e o «estabelecimento de fábricas de sodas e saboarias», entre as actividades decisivas para o desenvolvimento de Aveiro⁴⁶. Mas não é mais do que um apelo, pois não adianta quaisquer números que pudessem sustentar esses projectos.

Num texto publicado em 1905, sabendo que no concelho de Oliveira do Bairro havia, durante a I Guerra Mundial, perto de uma dezena de pequenas empresas produtoras de cal hidráulica, que expediam pelas estações do caminho-de-ferro daquela localidade e de Mogofores para todo o país⁴⁷, também Luís de Vasconcelos afirmava: «Uma indústria que podia desenvolver-se em Aveiro, uma indústria de largo futuro, mas infelizmente, *devido à falta de capitais, existe apenas vagamente esboçada na mente de alguns que ainda sinceramente se interessam pelo desenvolvimento industrial do país em que nasceram*. Todos conhecem o extraordinário consumo que se faz no país do cimento hidráulico, conhecido vulgarmente pelo nome de Portland. Pois bem, a ria de Aveiro pode largamente fornecer os sais de magnésio necessários para tal indústria [...]. É claro que *uma tal empresa demanda capitais que em Aveiro não há*»⁴⁸.

Também a já referida fábrica de refinação de sal pretendia produzir, em 1913, «produtos químicos e adubos agrícolas»⁴⁹. Cinco anos depois, o semanário republicano *O Democrata* transcreve um artigo inserto no *Diário de Notícias*, de 23 desse mês, onde é referido um projecto industrial em preparação para o fabrico de brometos, certamente de potássio: «Alguns professores da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra constituíram-se em sociedade para fundarem, em Aveiro, uma fábrica de brometos»⁵⁰. Desta vez, tal como em tentativas anteriores, a ideia de aproveitar os recursos naturais da ria não terá passado da fase de projecto. Por seu lado, o evolucionista *Distrito de Aveiro* noticia a constituição da sociedade entre os professores da Universidade de Coimbra, Egas Ferreira Pinto Basto, Tamagnini Barbosa, Francisco Martins Nazaré e Felismino Ribeiro Gomes para o fabrico de brometos⁵¹. Este projecto terá morrido à nascença, pois os dois

primeiros estariam na fundação da Fábrica de Adubos da Ria de Aveiro, como mostro adiante.

1.2. Domínio quase absoluto dos adubos naturais

A difusão dos adubos químicos nacionais ou importados terá encontrado grandes resistências, nesta sub-região, quase até ao final da I Guerra Mundial. Os lavradores das terras ribeirinhas, contornando os efeitos da exploração intensiva dos solos, aumentavam a produtividade agrícola, graças à utilização de fanerogâmicas e algas de várias espécies, existentes na ria e na Pateira de Fermentelos, conhecidas pela designação genérica de moliço.

Nas terras mais distantes, o moliço não chegava, ou chegava com dificuldade. Aí, parece ter sido mais fácil a penetração dos adubos químicos. Pinho Leal viu como a apanha do moliço constituía «um bom ramo do comércio, pois sendo um óptimo adubo para fecundar as terras, vai para diferentes povoações do concelho [de Aveiro], e para os de Mira e Cantanhede»⁵². Foi certamente nessas localidades que, anos antes, se venderam 4903 cargas de moliço, na importância de 3922\$400 réis, e ainda algumas carradas de escaço⁵³. Longe da ria e da Pateira de Fermentelos, o adubo era fornecido pelos «matos» dos pinhais, formados essencialmente por tojo e plantas associadas depois de utilizados nos currais e amontoado em medas. Este processo é referido em diversas escrituras de arrendamento⁵⁴.

O moliço constituía, pois, «uma grossa corrente de abundância para a agricultura»⁵⁵. Mas, por vezes, ao falar-se de moliço, omite-se a importância do junco, o outro fertilizante «de melhor economia, porque serve de cama aos gados antes de ir fecundar o solo»⁵⁶. Em 1884, Egberto de Magalhães Mesquita afirmava que o junco que cobria as ilhas e ilhotas da ria era «aproveitado e explorado em grande escala pelos lavradores daqueles sítios em camas para os gados, de que resulta um excelente estrume, com que fertilizam as suas terras, representando portanto uma boa fonte de receita para aquelas propriedades inter-aquáticas»⁵⁷. Em 1911-1912, o valor do junco e das ervas associadas (como o bunho, a bajunça, o caniço, etc.) era muito superior ao da pesca⁵⁸.

Dos 111 locais de acostagem da ria, em meados dos anos 30, o moliço era desembarcado em 90 deles e o junco em 69⁵⁹. Vagos, Pardelhas, Murtoza e Estarreja eram então as localidades que desembarcavam maiores quantidades de moliço. O junco, o bunho e a bajunça eram maioritariamente usados nos campos de Veiros, Sarrazola, Cacia, Esgueira e Ílhavo⁶⁰. Por seu lado, o moliço da Pateira fertilizava as terras de Requeixo, Óis da Ribeira, Espinhel e Fermentelos⁶¹.

Em 1877, Marques Gomes indica valores absolutamente espantosos, suficientes para suportar a afirmação de Jaime Afreixo, em 1903: a ria «produz anualmente 200 000 barcos de moliço, no valor aproximado de 331 168\$400 réis»⁶². O que dá uma média de quase 550 barcos de moliço por dia!

Em 1884, depois de indicar as espécies vegetais que compõem o moliço, Egberto de Magalhães Mesquita dizia que dá uma produtividade «tão extraordinária, que na sua exploração se ocupam mensalmente mais de 6000 barcos, denominados *moliceiros*, duma construção única e idêntica e com capacidade tal que pode comportar cada um destes barcos seis carradas ordinárias, custando, nos diferentes desembarques do distrito, cada uma destas barcadas termo médio de 1\$400 réis, o que dá anualmente um resultado de 100\$800 réis, pouco mais ou menos. É por meio de largos *ancinhos de madeira* que os moliceiros arrancam do fundo as plantas que o forram [...]»⁶³.

Se recordarmos o «milagre» da transformação do deserto da Gafanha em terra úbere, assim como a extraordinária produtividade dos terrenos da Marinha, perceberemos melhor a dimensão desses números⁶⁴. Mas esses valores significavam a agressão ao ecossistema da ria. Em face da escassez do peixe na ria, a apanha do moliço e algumas redes de pesca e instrumentos utilizados são alvo de forte contestação. Atribua-se à utilização de gadanhas roçadoras efeitos desastrosos sobre o desenvolvimento das espécies piscícolas⁶⁵. Por isso, foi regulamentada a apanha do moliço e do junco das ilhas, que durava apenas três meses, com início em Julho. Esse longo defeso viria a ser motivo de aceras lutas, no segundo lustro de Novecentos⁶⁶.

Quadro 4.1 Produção marinha da ria, 1907-1911

Actividades	Valores
Algas – valor superior a	270 000\$00
Juncos – valor superior a	73 000\$00
Peixe	54 000\$00
Peixe de viveiros	3 000\$00
Sal	100 000\$00
Total	500 000\$00

Fonte: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro 4.2 Rendimento das actividades da ria, 1920

Actividades	Valores
Apanha de algas (moliço)	1 200 000\$00
Produção de sal	1 000 000\$00
Pesca	323 000\$00
Corte de juncos	300 000\$00
Total	2 823 000\$00

Fonte: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

A apanha de moliços e de juncos na ria – essa «extensa campina vegetal que reveste o fundo de quase toda a ria»⁶⁷ – representava em conjunto, segundo dados de 1883 a 1911 e de 1920, a actividade de maior relevo económico desta sub-região, como se pode ver nos quadros supra.

Com os dados fornecidos pela cobrança da avença paga por cada moliceiro e com testemunhos orais qualificados, Augusto Nobre, Jaime Afreixo e José de Macedo calcularam a evolução da apanha de moliço, entre 1883 e 1911. Os números, naturalmente, ficam aquém da realidade. Embora não permitam determinar a oscilação ao longo daquelas duas datas, «indicam-nos que *a exploração das algas sofre uma descida nestes últimos 10 anos*, como consequência da grande emigração que se tem dado e da produção ter diminuído, já pelo assoreamento natural da ria, já pela continuada apanha dos chamados moliceiros de profissão, que não deixa crescer as algas»⁶⁸. O número de barcos utilizados na apanha de moliço era assim distribuído: 1883: 1342; 1890: 1749; 1911: 1054. O número de moliceiros que conduziam esses barcos diminuiu, entre 1890 e 1911, mas essa quebra é mais visível entre os agricultores que apanhavam moliço: 2687, em 1890, e 1633, em 1911⁶⁹.

Mas a ementa dos solos ribeirinhos integrava ainda grandes quantidades de berbigão, de mexilhão, de caranguejo e de peixe de pequeníssimas dimensões apodrecidos em armazéns, mistura conhecida pelo nome genérico de escaço (e de mexoalho, quando era esmagadoramente composto por caranguejos), que por diversas vezes colocaram a pesca contra a agricultura, como suscitava a animosidade dos cidadãos, dado o cheiro nauseabundo que exalava na fase de decomposição⁷⁰. Em 1855, a referência, quer à sua utilização como fertilizante, quer à forma como era tratado, seria repetida por diversas fontes durante quase um século: «O uso que destes mariscos e do peixe miúdo com a denominação de escaço se faz para o estrume das terras não é menos prejudicial, já pelos miasmas que tais matérias exalam nos armazéns, e em pilhas junto dos cais e embarcadouros, e em outros sítios frequenta-

dos (e até dentro das próprias casas dos pescadores que alguns aí mesmo as recolhem até que venham os compradores [...])»⁷¹. Em 1919, o *Campeão das Províncias* afirmava que, por incompetência da Companhia dos caminhos-de-ferro, a sardinha «chega ao seu destino em estado de só poder ser aproveitada para escaço»⁷².

Em 1910, o *Campeão das Províncias* confirma esse fenómeno: «O movimento do negócio do escaço aumentou extraordinariamente, agora, montando a alguns contos de réis as transacções mensais, em consequência de ter desaparecido da ria, que se assoreia cada vez mais, a antiga abundância de moliço, que tanta procura tinha para adubo das terras». E rematava dizendo que «também tem mais saída o junco para a composição dos estrumes»⁷³.

Os testemunhos conhecidos são eloquentes. Em 1909, *O Concelho de Estarreja* noticia um acidente na ria com «um barco que vinha da costa da Torreira carregado de escaço, que se destinava à Ribeira de Mourão, em Avanca»⁷⁴. Entre Janeiro e Maio de 1911 foram vendidos, nas praças de Aveiro e de Pardelhas, cerca de 36 653 litros de escaço. Em Aveiro, vendia-se entre 600 e 700 réis o cabaz de 40 a 50 litros, enquanto em Pardelhas, custava entre 500 e 600 réis o cabaz de 50 a 60 litros⁷⁵. Dessa invulgar quantidade de peixes e de crustáceos, 5106 litros eram constituídos por peixes recém-nascidos de espécies comestíveis muito apreciadas. Mas esses números também ficarão aquém da realidade, como mostra o *Relatório* de 1915: «Sendo o comércio de escaço feito em grande parte pelos diversos desembarcadouros da ria, sem a intervenção do fisco, e havendo ainda outros postos, além dos dois citados, a que ele concorre, como Ovar, Ílhavo, Torreira – a este na maior quantidade, de Março em diante –, podemos considerar com toda a segurança a soma acima apresentada como a décima ou duodécima parte da destruição total das criações da ria durante o ano»⁷⁶.

Em 1906, para o adubo das terras, além da apanha do peixe minúsculo, eram carregadas, em toda a ria, 3650 bateiras de berbigão miúdo⁷⁷. Jaime Afreixo, no documento já citado, considera que havia, em 1902, 1361 embarcações para transporte do moliço, 353 para o de junco, bajunça e ervas, e 600 para transportes vários e de sardinha⁷⁸. Rocha Madail afirma que, em 1925, de um conjunto de 3390 embarcações, 1356 eram moliceiros, operando, na sua maioria, na região da Murtosa⁷⁹. Portanto, o número de moliceiros manteve-se relativamente estável durante esse primeiro quarto de século.

Com a publicação do Regulamento, apesar das enormes resistências, a actividade dos moliceiros é regulamentada. Os moliceiros passam a ter licença própria e, finalmente, é proibido o uso do *gadanhão* ou *gadanha*⁸⁰.

Durante a I Guerra Mundial, os efeitos conjugados da impossibilidade de importação de adubos químicos – as importações baixam em flecha, chegando a atin-

gir, em 1917, cerca de um décimo dos valores anteriores ao conflito⁸¹ – com as interdições impostas pelo Regulamento da Ria dão mais valor ao moliço, que continuava a ser «o principal adubo das terras do nosso litoral»⁸². Essa situação levou a Associação de Classe dos Bateiros, Mercantéis e Pescadores da Ria de Aveiro a dirigir, em 29 de Março de 1916, uma longa representação ao Ministro da Marinha, sublinhando que, apesar de as suas dificuldades já virem de longe, «esse mal mais se agravou depois de estalar a Guerra europeia», pelo que solicitavam, no que aos moliços dizia respeito, «a redução do tempo de defeso»⁸³. As previsões de baixa produtividade agrícola, nos anos seguintes, davam força aos protestos da imprensa local, que se opunha às limitações à actividade dos moliceiros, defendendo a suspensão do Regulamento.

Em 1915, Augusto Ruela divulgou as análises de Mota Prego, segundo as quais «a riqueza química do mexoalho é maior em todos os elementos dos outros estrumes»⁸⁴. O quadro n.º 4.3, cujos valores, reportados à tonelada dos fertilizantes comparados, ajuda a compreender a razão das enormes dificuldades sentidas pelas autoridades na repressão do comércio de escaço e de mexoalho.

Quadro 4.3 Composição química dos fertilizantes utilizados

Fertilizantes	Azoto (kg)	Ácido fosfórico (kg)	Potassa (kg)	Cal (kg)
Estrume de curral	4,7	3	5,2	4
Moliço	9,45	8,9	25,4	30,8
Mexoalho	35,6	52,7	34,5	182,5

Fonte: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Tomás Tavares de Sousa, que analisou os moliços da colheita de 1933-1934, verificou que as 400 000 toneladas dessa safra continham cerca de 1136 t de azoto; 328 t de anidrido fosfórico, 1880 t de potassa e 5264 t de cal. Calculando o valor desses moliços em função do custo dos adubos químicos, chegou à cifra extraordinária de 10 704 704\$00⁸⁵.

1.2.1. Lenta penetração dos adubos industriais

O quadro traçado mostra bem como a penetração dos adubos químicos foi lenta, até pelo menos à I Guerra Mundial. As razões, segundo alguma imprensa

local e alguns engenheiros agrónomos, ficavam a dever-se à rotina, ao desconhecimento das técnicas de aplicação e, especialmente, aos elevados preços dos adubos industriais, se comparados com os naturais. Em 1900, a *Vitalidade* dava conta da chegada dos adubos químicos: «Vão-se vulgarizando muito entre os lavradores os estrumes industriais. No corrente ano e neste concelho, foram já aplicados a diferentes culturas por muitos indivíduos que ainda não os tinham utilizado»⁸⁶. O referido periódico informa, depois, que só um comerciante, Albino Pinto de Miranda, tinha vendido mais de 500 toneladas [...]. A dar crédito à notícia, onde são patentes intuítos publicitários, esses adubos terão sido «aplicados às sementeiras de trigo, cevada, centeio, nabos, milho, batatas, feijão, arroz, hortaliças, vinhas, jardins e prados» de lugares e freguesias afastados da ria, como Mamodeiro, Requeixo, Carregal, Costa do Valado, Póvoa do Valado, S. Bento, Oliveirinha, Aradas, S. Bernardo, Vilar e Aveiro⁸⁷.

Em 1907, o referido periódico voltava ao assuntos dos adubos, dizendo: «É certo que Aveiro é uma região onde abundam os escaços e, por isso mesmo, as substâncias fertilizantes que mais interessam às diversas culturas. Isso, porém, não impede que se façam experiências com os adubos químicos postos no mercado e cujas vantagens são indiscutíveis. A questão está só em sabê-los aplicar, sabendo a natureza dos terrenos e as substâncias adubosas [...]. Sabemos que o Sr. Alberto Rosa, acreditado negociante nesta cidade, é aqui agente da casa O. Herolds & Companhia, de Lisboa»⁸⁸. Também nesse ano, a *Soberania do Povo* afirmava: «Em Ovar, antes da criação da Escola [Móvel] Agrícola [fundada pelo Conde de Sucena, em 1907], não se gastava adubo químico algum, havendo já hoje três estabelecimentos onde se gastam centenas de toneladas daquele género»⁸⁹.

Em 27 de Maio de 1913, é fundada em Vagos uma sociedade, sob a firma Alves & Maduro, cujo objecto é a «exploração de mercearia, ferragens, farinhas, mobílias, vinhos, lanifícios, tintas e *adubos químicos*»⁹⁰. A partir desse ano, aumenta o número de empresas dedicadas ao comércio de adubos, mas não se conhece a dimensão desse negócio. No final da Primeira Guerra Mundial, todas as cooperativas assim como os sindicatos agrícolas, então fundados, colocam a aquisição e utilização de adubos químicos na lista das suas preocupações⁹¹.

Mesmo assim, a venda de adubos químicos não terá registado um grande progresso, pois o número de barcos moliceiros pouco oscilou durante as três primeiras décadas do século XX. Em 1922, numa enumeração dos ramos de actividade promissores, *O Democrata* refere o comércio de adubos, em Eirol, no concelho de Aveiro⁹². De facto, a ascensão desse negócio foi lenta. Em 1927, dizia Manuel dos Santos Costa que o «emprego dos moliços na adubação das terras está na fre-

guesia [de Soza, concelho de Vagos] quase banido, pela preferência racional e vantajosa dos adubos químicos»⁹³. Mas esta afirmação é contrariada por M. d'Almeida, para quem, «tanto o moliço, como o junco e a caniça [...] utilizados para estrume, foram postos de parte aí por meados da década de Quarenta»⁹⁴.

Na verdade, só há poucas décadas os adubos químicos substituíram completamente o moliço na fertilização dos solos. A este propósito, Jorge Gaspar afirmava, em 1964: «A apanha do moliço, feita em grande parte por lavradores, também deu origem a um estilo de vida: muita gente, principalmente do norte da Ria (Murtoza e Pardelhas), vive da apanha das algas, que depois vendem aos lavradores da região e até aos areais da Gafanha e da Gândara. O transporte do moliço para estas últimas sub-regiões, que até há pouco era feito exclusivamente pelos barcos moliceiros, através da Ria de Mira, vai-se realizando, cada vez mais, em camionetas»⁹⁵. Mesmo assim, o moliceiro, «mais alfaia agrícola que suporte de pesca ou de transporte»⁹⁶, só há pouco tempo desapareceu da paisagem plana da ria.

1.2.2. A Empresa de Adubos da Ria de Aveiro

A alta do valor do moliço, durante os anos da Guerra, suscitou o aparecimento de negociantes especializados na venda de adubos químicos. Em 1916, *O Democrata* refere-se a Joaquim Ferreira das Neves Júnior como «um *considerado negociante de adubos químicos* de Oliveira do Bairro»⁹⁷. Terminada a Guerra, a importação de adubos recupera as cifras anteriores. Em 1921, atinge-se o valor máximo, com 78 000 t, número que foi baixando sempre até aos anos 30⁹⁸, vindo desde então os adubos a integrar o grupo dos principais sectores básicos da indústria portuguesa, a par dos cimentos, da refinação de petróleo, da energia eléctrica e da construção naval, embora a concentração fosse incipiente⁹⁹.

Ora, em 22 de Outubro de 1921, nasceu uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, com vista à «preparação e venda de adubos orgânicos e produtos correlativos», denominada Empresa de Adubos da Ria de Aveiro¹⁰⁰. A avaliar pelo capital social de 1 000 000\$00 – totalmente subscrito pelos seus dez fundadores –, constituía um projecto industrial ambicioso. O seu aparecimento deve ser entendido no quadro do movimento regionalista aveirense, pois contava com a participação do Banco Regional de Aveiro e com alguns nomes ligados àquele movimento. Sublinho que, no ano anterior, o referido banco estivera envolvido na fundação de outros três importantes empreendimentos com fundadores animados pela mesma ideologia: as já referidas Empresa Aveirense de Conservas,

Limitada, Companhia Aveirense de Moagens, SARL e Empresa de Curtumes de Ovar.

Integravam o núcleo fundador da Empresa de Adubos da Ria de Aveiro, além do Banco Regional, dois professores da Universidade de Coimbra, Egas Ferreira Pinto Basto e Eusébio Barbosa Tamagnini Matos Encarnação, que, juntamente com o Conde de Águeda, formaram o primeiro Conselho de Administração. Os dois primeiros fixam residência em Aveiro¹⁰¹. Os restantes elementos eram o advogado owarenses Joaquim Soares Pinto, o médico de Cacia, António Marques da Costa, o oficial da Marinha, Pedro Rosado, a firma de Egas Pinto Basto, com sede na capital, e dois negociantes de Lisboa, que subscreveram 6% do capital social; os restantes membros detinham 11,75% dos mil contos subscritos. O facto de os estatutos da empresa terem sido impressos em Coimbra parece reforçar o envolvimento activo dos referidos professores universitários neste projecto industrial¹⁰².

Certamente por influência do Dr. Marques da Costa, *O Povo de Cacia* noticiava o aparecimento da nova empresa, afirmando encomiasticamente: «Organizou-se em Aveiro uma grande empresa de adubos *químicos* que tem à sua frente pessoas da maior capacidade científica e moral daquela cidade, que [...] vão prestar um alto serviço à lavoura desta região¹⁰³.

Em 9 de Abril de 1923, esta sociedade altera os seus estatutos¹⁰⁴. Há notícia de ainda estar a funcionar em 1924. A empresa tinha a sua sede num espaço sublocado pela Associação Comercial de Aveiro¹⁰⁵. Mas, dois anos depois, por razões nunca referidas, a empresa estava em liquidação, como se pode ler numa passagem da acta da direcção da Associação Comercial de Aveiro, de 21 de Maio de 1926, que assim procurava dar destino ao espaço deixado vago: «Seguidamente comunicou a presidência que tendo liquidado a Empresa de Adubos da Ria de Aveiro e estando, por isso, vagas as dependências que esta Associação lhe havia subarrendado, na frente do edifício, havia recebido proposta da Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro para ali se instalar»¹⁰⁶. É possível que o abaixamento dos preços dos adubos químicos tenha inviabilizado esta empresa. De qualquer modo, nada se sabe sobre os seus produtos, as técnicas utilizadas e os processos de comercialização. A única fotografia conhecida não permite esclarecer nenhum destes aspectos.

1.3. *Fabrico de tintas*

Em todo o período considerado, terá sido fundada apenas uma sociedade com o fim de produzir tintas. Em 13 de Julho de 1922, três comerciantes de Ovar

associam-se, sob a firma Godinho & Companhia, para a «exploração do comércio e indústria de tintas»¹⁰⁷. Cada um dos três sócios subscreveu em partes iguais o capital social de 18 000\$00, como em partes iguais ajustaram repartir entre si os dividendos do exercício da firma.

Não me foi possível saber mais sobre esta unidade. A escritura é muito sucinta. Também Alberto Sousa Lamy não faz qualquer referência a esta fábrica na sua monografia de Ovar. Há apenas a informação de que o comerciante José Rodrigues Lírio, o «gerente» da empresa, era irmão do bem conhecido padre Manuel Rodrigues Lírio, polemista monárquico local, ligado à fundação de alguns periódicos e do Colégio Ovarense¹⁰⁸. Mas é difícil estabelecer qualquer relação entre estes dois irmãos e os restantes Lírios referidos nos documentos. Um deles, António Gomes Lírio, foi um dos fundadores da Fábrica de Gasosas de Ovar, nascida em 15 de Outubro de 1922, como mostro no capítulo 2. Ao «director técnico», António Martins, ou a António de Sousa Godinho, que assumiu as funções do «caixa» e da «escrituração», nem a imprensa local nem os arquivos fazem qualquer referência.

Esta fábrica de tintas era, certamente, uma pequena unidade artesanal de fabrico de tintas para escritório. Em Agosto desse mesmo ano, o «guarda-livros» de Aveiro, Higinio Jesus de Assunção, trespassou a um «industrial» do Porto, pela quantia de 14 000\$00, a fábrica de tintas Roseline, que possuía e explorava, em nome individual, na cidade invicta¹⁰⁹.

1.4. Sabão

Em 30 de Junho de 1858 – um dia antes da entrada em vigor da lei que pôs termo ao monopólio do sabão¹¹⁰ –, o *Campeão do Vouga* publica o anúncio de uma saboaria do Porto. Segundo o texto desse reclamo, a firma comercial Moreira & Filho era representante da Fábrica de Sabão do Freixo. Desse modo, vendia por «atacado e em caixas de 40 arrátéis» sabão amarelo, de primeira e segunda qualidades, 50 e 45 réis o arrátel, respectivamente; sabão branco e mesclo, de primeira e segunda qualidades, a 90 e 80 réis o arrátel, respectivamente, e sabonetes diversos a preços que iam dos 240 réis a 1\$440 réis o arrátel. Terminava dizendo: «A estes preços apenas se acrescentam as despesas de transporte do Porto para Aveiro. Aceitam-se desde já propostas para encomendas. Escritório dos anunciantes à esquina da rua das Barcas, no Alboi»¹¹¹.

Com liberdade para fundar novas empresas e com custos de transporte elevados, nasceram, nos anos seguintes, algumas pequenas saboarias, que visavam

principalmente uma freguesia de proximidade. Não foi por acaso que se registou, a partir de 1859, uma quebra brusca da entrada de sabão pela barra de Aveiro. Em 1853, chegaram de barco 23 997 kg de sabão, provenientes principalmente de Lisboa e Porto; de Swansea e Liverpool chegaram 1166 kg apenas. Nos anos seguintes, o volume do sabão recebido foi menor, mas apresentou, mesmo assim, valores significativos: em 1856, 6594,9 kg; em 1857, 12 041,4 kg e, em 1858, 19 092,6 kg¹¹². Mas em 1859, o volume de sabão registado à entrada da barra de Aveiro sofreu uma quebra brusca: nesse ano entraram apenas 1428,4 kg. Nos anos seguintes o volume de sabão não mais ultrapassou esta cifra. Parece, pois, que as pequenas oficinas de saboaria, criadas a partir deste ano, terão levado a melhor sobre o sabão recebido pelo mar.

Este fenómeno é em tudo idêntico ao que José Amado Mendes verificou na área económica de Coimbra: aí, a primeira referência a uma saboaria data de 1861¹¹³. No ano seguinte, segundo Rangel de Quadros Oudinot, havia, em todo o distrito de Aveiro, 2 «fábricas» de sabão¹¹⁴. Três anos depois, segundo Lucília Caetano, «o sabão produzia-se em 3 fábricas, localizadas nos concelhos de Albergaria-a-Velha, Aveiro e Vagos»¹¹⁵. Acrescentava esta geógrafa que, «além destas, produziam sabão 4 artífices. Nas fábricas e oficinas empregavam-se 8 operários». Cerca de 1865, continuavam activas essas unidades com características oficinais, embora a de Aveiro tivesse maior dimensão. Vejamos.

Em Julho de 1859, segundo o *Campeão do Vouga*, é erigida uma saboaria, em Vagos¹¹⁶. *As Informações para a Estatística Industrial*, concluídas em 1865, referem pormenorizadamente uma «fábrica», alegadamente fundada em 1860¹¹⁷. Era então seu proprietário João de Miranda Ascenso, que trabalhava, de sol a sol, ao lado de dois «operários». Vejamos os dados reunidos. Esta pequena oficina empregava um capital de 200\$000 réis, bastante menos do que as de Albergaria-a-Velha e Aveiro. A caldeira de 1,5 hectolitros consumia 6 esteres de lenha obtida localmente. Os 2644 kg de «sabão duro» ali produzidos eram compostos por 352,5 kg de «soda do comércio», 5,5 kg de manganés, 0,5 kg de vermelhão, adquiridos no Porto, 55 litros de cal, comprada em Aveiro e 504 litros de azeite comprado «à porta». Os dois tipos de sabão produzido – cor-de-rosa e branco com veios verdes – era vendido nos concelhos de Ílhavo e Vagos. O processo de fabrico era igual ao da fábrica das Laginhas, em Albergaria-a-Velha.

A diminuta produção desta oficina não satisfazia a procura do concelho de Vagos, certamente pelo facto de produzir apenas dois géneros de sabão. Na relação de produtos então «importados» constam 4356 kg de sabão, mas, em contrapartida, de Vagos saíam (para Ílhavo) 1644 kg da referida mercadoria¹¹⁸.

Em 1862, dois anos depois da fundação da oficina de Vagos, Manuel Henriques, de Albergaria-a-Velha, monta no sítio das Laginhas uma «fábrica» de sabão, com um capital de 500\$000 réis¹⁹. Era também uma pequena oficina, conquanto fosse maior que a anterior. A mão-de-obra era constituída pelo «mestre, o próprio dono, o qual trabalha com as pessoas da sua família, que não ganham por isso salário». Tinha duas caldeiras, com 7,38 e 5 hectolitros de capacidade, respectivamente. Na primeira faziam-se «as cozeduras do sabão» e a segunda servia «para preparar as diferentes lixívias». Consumia 19 esterres de lenha de pinho posta à porta. Para a produção de 3672 kg de sabão amarelo de duas «sortes», utilizava as seguintes matérias-primas: soda (734,4 kg) e resina (881,28 kg) provenientes do Porto; 2203,2 kg de sebo, adquirido nos açougues de Aveiro e Espinho e 1468,6 kg de cal, comprada em Salreu. A produção então foi avaliada em 594\$928 réis (202\$068 dos quais em matéria-prima), enquanto o «produto líquido» se cifrava em 347\$025. Manuel Henriques vendia o sabão apenas nas freguesias do concelho de Albergaria-a-Velha e nos concelhos de Oliveira de Azeméis e Sever do Vouga²⁰. Em 1865, havia um artesão que fabricava sabão, na freguesia da Branca, concelho de Albergaria-a-Velha²¹.

Nesse mesmo ano de 1862, foi constituída uma sociedade entre José Fernandes Melício e António Taveira Pinto de Azevedo, sob a firma Taveira & Melício²². *O Campeão das Províncias* diz que a inauguração da fábrica se verificou em 7 de Janeiro do ano seguinte²³; contudo, segundo as *Informações para a Estatística Industrial*, 1862 foi «o primeiro ano da fabricação»²⁴. Tanto o capital empregado nesta fábrica (2000\$000 réis), como a capacidade das duas caldeiras (10 hectolitros cada), bem como a quantidade e variedade de matérias-primas utilizadas permitem afirmar que estamos perante uma unidade oficial de maior dimensão que a das Laginhas, de Albergaria-a-Velha, embora tivesse o mesmo processo de fabrico e apenas empregasse 1 mestre, que recebia um terço do produto líquido, e 3 operários, que trabalhavam, de sol a sol, durante apenas seis meses por ano.

As matérias-primas desta empresa eram as seguintes: soda (5640,2 kg), que comprava no Porto; sebo (7593,7 kg), que comprava «à porta», e azeite (7690,8 kg), que comprava igualmente «à porta» a «vendilhões de Coimbra e arrabaldes»; sal marinho local (1456,4 kg); resina (235 kg), caparrosa (117 kg) e roxo-rei (7,3 kg), que comprava no Porto e cal viva (1,5 m³), proveniente de Mamarrosa, Oliveira do Bairro.

Consumia 139 esterres de achas de pinho de Pessegueiro e de outras localidades próximas, das Talhadas e do Arestal. Produzia anualmente 21,46 toneladas de sabão que era vendido no Porto, sendo vendida uma pequena parte em Oliveira

de Azeméis, Coimbra, Águeda, Ovar e Aveiro. Mais do que a oficina de Albergaria-a-Velha, as despesas com as matérias-primas representavam 87% dos custos totais de exploração, que foram calculados em 3916\$081 reis. Por essa ou por outra qualquer razão, o «produto líquido» declarado era inferior ao da oficina de Albergaria-a-Velha, pois cifrava-se em apenas 54\$019 réis. Depois de um mau ano de 1863, o lucro orçou em cerca de 600\$000 réis, quando a fábrica já não contava com o referido mestre a quem tinha de dar um terço do exercício apurado.

Em 1883, a fábrica de Aveiro, de Taveira & Melício, situada no caminho para Vilar, ainda estava activa¹²⁵. Em Abril de 1908, segundo a imprensa local, o comboio trucidou uma pessoa na «passagem de nível da Saboaria»¹²⁶. A notícia não permite saber se a fábrica ainda laborava, , mas é inquestionável que ainda marcava a toponímia local.

Em Agosto desse ano, o *Jornal de Ovar* noticia o aparecimento de uma saboaria em Vila Nova de Gaia: «Os Srs. [Armando Cardoso Lopes e] Amadeu Maria Martins, antigo gerente da fábrica de conservas, instalada no largo Almeida Garrett, desta vila, constituíram-se em sociedade para a exploração industrial de [uma] saboaria, em Vila Nova de Gaia, com a denominação de Saboaria Aurora, figurando sob a razão social de Amadeu & Cardoso»¹²⁷. Também a *Discussão* se regozija com a notícia, sublinhando «a muita prática que daquela indústria tem o nosso amigo Amadeu Martins»¹²⁸.

Dois anos depois, em 20 de Abril de 1910, a sociedade que fundara a fábrica de Gaia era dissolvida, passando a sua exploração a fazer-se apenas em nome de Amadeu Maria Martins¹²⁹. Mas logo em Setembro de 1911, nasce outra saboaria em Vila Nova de Gaia, sob a denominação de Empresa Fabril e Comercial, Limitada, curiosamente explorada por uma sociedade formada por sete indivíduos de Aveiro (3), Ílhavo (1) e Vagos (3)¹³⁰. Encabeçada pelo médico republicano Samuel Tavares da Maia, de Ílhavo, essa sociedade integrava três indivíduos residentes em Aveiro: João Vasco de Carvalho, «agrónomo», António da Maia, fundador e «gerente» da fábrica de bolachas A Democrata, fundada em 1910, como mostrei no capítulo 2 e Francisco António Meireles, referido na escritura como «comerciante». Na verdade, este último foi proprietário da Tipografia Vitalidade até 1897, e explorava a sua Mercearia Económica¹³¹. Os três outros sócios – Artur de Oliveira Sérgio, Manuel Joaquim de Oliveira Sérgio e Manuel de Oliveira Sérgio – pertenciam a uma família de negociantes e comerciantes de Soza, Vagos¹³².

Nestas circunstâncias, dificilmente poderiam nascer fábricas de sabão nesta sub-região, apesar de ser evidente que também aqui não foram visíveis os

benefícios trazidos pela tímida protecção da pauta de 1892¹³³. Importava saber o que fez com que tivessem surgido, na década seguinte, outras unidades a sul de Gaia. Apenas mudanças de hábitos? Estaremos perante um aumento dos cuidados de higiene? Sublinho que a referida fábrica dos Sérgio de Soza, depois de encerrada, em 1916, retoma a sua laboração, com uma sociedade idêntica, em Abril de 1922¹³⁴.

De facto, nos anos 20, nascem outras fábricas de sabão, cinco ao todo: duas em Aveiro e as três restantes em Águeda, Albergaria-a-Velha e Ovar, conforme se pode ver no quadro n.º 4.17. Em concreto, são apenas quatro unidades, pois uma das sociedades – a Sociedade de Produtos de Metal, Limitada –, não chegou a durar dois meses. Se exceptuarmos a Fábrica de Sabão de Aveiro, de Manuel Cristo & Companhia, com um capital social de 150 000\$00, as restantes sociedades são dotadas de capitais diminutos. Não foi por acaso que quase todas elas nasceram com um «industrial». A sociedade da firma Caldeira, Alcântara & Companhia, Limitada, com fábrica em Albergaria-a-Velha, além do «industrial» Júlio António Soares Caldeira, integrava um «proprietário» e o farmacêutico J. P. Alcântara Ferreira e Costa¹³⁵. Eram, certamente, pequenas oficinas, apesar de quatro dessas sociedades terem responsabilidade limitada.

Outra razão para pensar que estamos diante de pequenas unidades oficinais é o facto de a direcção das quatro empresas ser distribuída por todos os sócios, segundo a habitual divisão de tarefas em oficinas desta dimensão: de um lado a direcção técnica e do outro a direcção comercial. A sociedade que explorava a Fábrica de Sabão de Aveiro era a excepção, pois o sócio Manuel Cristo detinha uma quota quatro vezes superior à da sua associada¹³⁶.

A única informação disponível sobre as instalações destas unidades reporta-se à fábrica de Arada, que foi estabelecida na casa de um dos sócios, que ficou «a receber como renda a quantia de 650\$00»¹³⁷. Por seu lado, «o forno, chaminé e maquinismos» eram pertença da sociedade, «ficando esta com o direito a servir-se da água do poço que se acha nas pertenças do referido prédio e ainda com o direito a depositar lenhas ou quaisquer outros objectos no coberto ou alpendre que também existe no mesmo prédio e transitar com carros para serviço da fábrica pela portaria que dá para a rua»¹³⁸. Esta descrição reforça a convicção de que estamos perante uma unidade de características oficinais.

Surpreendente é o facto de o industrial Manuel Homem de Carvalho Cristo, fundador da importante fábrica de moagens de Aveiro, ter conhecimentos de saboaria, pois assume a «direcção técnica e comercial» da Fábrica de Sabão de Aveiro, ficando a sua sócia, Laurinda Augusta da Costa com a «direcção do estabe-

lecimento de venda, na Rua dos Tavares»¹³⁹. A procura de sabão deveria justificar esse investimento. Noto que, meses antes da fundação desta fábrica, *O Democrata* publicava um anúncio que testemunha a expansão do fabrico de sabão: «Fábrica de Sabão. Alugo por contrato especial ou compro barracão ou armazém para instalação de fábrica de sabão, que tenha água de poço ou fonte muito próxima. Recebo proposta por carta indicando condições, situação dentro da área da cidade e superfície. Jaime Marques, Fábrica de Sabão “Portugal”, Dafundo, Lisboa»¹⁴⁰.

Não obstante, a fábrica de Aveiro, que tinha como objecto social a «fabricação de sabão e sua venda por grosso e a retalho», durou pouco tempo. Em 6 de Maio de 1926, os dois sócios dissolvem a sociedade¹⁴¹.

1.5. Pirotecnia

É extraordinário o número de circunstâncias em que era queimado abundante fogo de artifício, ao longo de todo o período estudado. Não havia festa, comemoração, cerimónia ou momento de alegria colectiva que não tivesse foguetes.

Em 1897, a restauração do município de Ílhavo, que fora integrado, dois anos antes, no de Aveiro, foi festivamente marcado pela queima de «*milhares de foguetes*»¹⁴². No 1.º de Maio de 1900, «logo ao alvorecer, a cidade foi despertada por *numerosas girândolas de foguetes* e pela filarmónica dos Bombeiros Voluntários, que a essa hora matinal principiou de percorrer as principais ruas, tocando o hino do 1.º de Maio»¹⁴³. Em 1907, a chegada de Bento Carqueja a Ovar, para a inauguração da Escola Móvel Agrícola Conde de Sucena, «foi anunciada por uma girândola de foguetes, executando então, o “Hino da Carta” as bandas “Bomberos Voluntários de Ovar” e “Ovarense”»¹⁴⁴. Quando chegou, «no seu esplêndido automóvel, o benemérito Conde de Sucena, subiram no ar numerosas girândolas de foguetes»¹⁴⁵. Em 1908, na recepção a um numeroso grupo de excursionistas de Viana do Castelo, «*tanto à sua saída como à sua chegada à sede do Recreio [Artístico] foram queimadas girândolas de foguetes*»¹⁴⁶. Noutra passagem, a mesma fonte afirma que, pelas 11 horas, «subiram ao ar, e frequentes vezes de dia e à noite, grande quantidade de girândolas de foguetes»¹⁴⁷. Em Dezembro de 1911, os empresários Ricardo e Domingos Pereira Campos são libertados «depois de provarem a sua inocência no crime de conspiração» [...]. Em regozijo, os *operários da fábrica queimaram dúzias de foguetes*»¹⁴⁸.

Em 1918, na inauguração da sede da Sociedade Recreio Artístico, foram queimadas «*muitas girândolas de foguetes*»¹⁴⁹. No mesmo ano, o começo dos tra-

balhos da nova avenida foi saudado com «centenares de foguetes, salvas de morteiros e repiques nos sinos camarários»¹⁵⁰. Em 1920, no bota-abixo do navio Ligeiro, como acontecia em todas as cerimónias de lançamento de navios à água, «estrelajaram foguetes e morteiros, ao som da filarmónica de Pardilhó»¹⁵¹. Em Dezembro do ano seguinte, a criação da Junta Autónoma da Ria e da Barra de Aveiro é efusivamente festejada, «tendo os sinos dos Paços do Concelho repicado festivamente, ao mesmo tempo que a banda José Estêvão percorria as principais artérias da cidade e, no espaço, *estreljavam foguetes sem conta*, como que a comunicar a boa nova»¹⁵². No dia 29 de Agosto de 1925, foi festivamente inaugurada a iluminação pública de Esgueira; «quando se fez luz, *uma enorme girândola de foguetes estrelajou nos ares*, percorrendo as ruas iluminadas toda a multidão»¹⁵³. De resto, sempre que a luz eléctrica chegava a um lugar ou freguesia havia festa rija, com música e foguetório. E não referi as recepções a ministros e demais altos dignitários do Estado ou da Igreja, as festas dos santos populares, etc.

Os documentos disponíveis não darão conta de todos os estabelecimentos existentes, mas permitem afirmar que, apesar da frequente procura de fogo de artifício, o número de oficinas que foram fundadas é bem menor do que o registado na área económica de Coimbra, onde José Amado Mendes contou 39 oficinas e depósitos de fogo de artifício e pólvora¹⁵⁴, ou na área económica de Leiria, onde Alda Mourão Filipe inventariou 16, só no concelho da Batalha¹⁵⁵. Ainda que os dados sejam escassos, parece que essas unidades de produção de artigos de pirotecnia se situavam nos concelhos de Aveiro (4), Estarreja (2), Albergaria-a-Velha (1), e, já no final dos anos 20, em Águeda (1), como se pode ver no quadro n.º 4.17. Portanto, foram criadas pelo menos oito ou dez oficinas, que satisfiziam a procura regional e vendiam para o resto do país.

Em 1865, no distrito de Aveiro contaram-se 25 fogueteiros¹⁵⁶. Em 1883, Aveiro tinha três oficinas¹⁵⁷. Dez anos depois, em todo o distrito de Aveiro, havia 17 «fogueteiros (fabricantes ou mercadores)»¹⁵⁸. Em 1907 já só eram seis: Bento Maria dos Santos Freire, João dos Santos Freire, José Maria dos Santos Freire, João [Maria da Silva] Henriques, João Inácio de Matos e José Inácio¹⁵⁹. Em 1910, João Maria da Silva Henriques transfere-se para Veiros; Aveiro fica apenas com cinco¹⁶⁰. Até aos anos 30, como mostra o *Anuário Comercial de Portugal*, Aveiro foi perdendo pirotécnicos. Em 1916 tinha cinco. Nos dois anos seguintes ficaram apenas três. Em 1919, volta a ter quatro, com o estabelecimento de Acácio Marinho Laranjeira, mas que já não é contabilizado em 1921¹⁶¹. Em 1926 voltam a ser quatro, mas em 1927 são apenas dois e, em 1929, apenas se mantém José Maria dos Santos Freire¹⁶².

Em Veiros, no concelho de Estarreja, havia uma ou duas oficinas. Em 1913, *O Democrata* – que, como disse antes, era o órgão dos republicanos de Aveiro – faz uma referência elogiosa ao «hábil pirotécnico» de Veiros, João Maria da Silva Henriques¹⁶³. Apesar de o referido «artista industrial» ser, então, presidente da direcção do Centro Republicano de Veiros¹⁶⁴, não parece que *O Democrata* tivesse omitido outro qualquer. No mesmo ano de 1913, além deste, o *Anuário Comercial de Portugal* indica também o nome de José Maria Henriques Júnior, certamente filho do primeiro¹⁶⁵. Ficamos, contudo, sem saber se trabalhavam juntos, ou se, pelo contrário, cada um tinha uma oficina própria¹⁶⁶.

Os edifícios onde esteve instalado o Governo Civil de Aveiro foram completamente destruídos ou danificados pelos incêndios de 1864, de 1871 e de 1940. Perdeu-se quase todo o seu arquivo. Assim, sem documentos como os pedidos de licença, relatórios de inspecção, etc., não dispomos de informação pormenorizada sobre estas oficinas. Pela sua natureza, estes estabelecimentos eram considerados «insalubres, incómodos ou perigosos», pelo Decreto de 21 de Outubro de 1863. Mas, na verdade, as disposições desse diploma não terão sido respeitadas, pois, pelo menos uma dessas oficinas situava-se numa zona populosa da cidade de Aveiro, em frente do Quartel de Sá, a cerca de 250 m da estação do caminho-de-ferro.

Em 1908, toda a imprensa desta sub-região, de Ovar a Águeda, dedica um espaço generoso a uma tragédia, que vitimou, em 20 de Dezembro de 1908, a mulher e o neto de Bento dos Santos Freire, o Parracho. A queda de um candeeiro a petróleo, na «pequena casa e oficina» do referido pirotécnico, provocou uma violenta explosão. Segundo o *Campeão das Províncias*, «sentiu-se em toda a cidade um violento abalo, como de uma rajada que passa e alui ou de um estremecimento de terra. Fora *uma explosão de novecentas dúzias de bombas de clorato de potassa para foguetes*»¹⁶⁷. Em 1915, este pirotécnico voltou a sofrer um acidente semelhante¹⁶⁸. Em 1921, a firma Maurício & Guerra, com oficina na Salgueira, em Albergaria-a-Velha, incendiou-se, «fazendo ir pelo ar o barracão»¹⁶⁹.

Mas não eram estas oficinas as únicas fornecedoras do fogo de artifício aqui consumido. Pelo menos a partir de 1909, data do mais intenso relacionamento entre um numeroso grupo de vianenses com os seus amigos aveirenses, também se queimava «fogo de Viana»¹⁷⁰. Em 1908, a fama do fogo de Viana do Castelo fazia com que o pirotécnico José Parracho também anunciasse o fabrico de «fogo de Viana»¹⁷¹. Em Setembro de 1931, na sequência da iniciativa da direcção da Fábrica de Cerâmica de Quintãs, *O Democrata* noticiava a «inauguração de uma Escola e da luz eléctrica, durante a romaria da Senhora das Dores», havendo *fogo-de-artifício encomendado ao pirotécnico de Viana do Castelo*, José de Castro¹⁷².

Em todo o período estudado, apenas foi registada uma sociedade para a «exploração da indústria de fabrico e comércio de artigos pirotécnicos e venda de pólvora do Estado e explosivos»¹⁷³. Sob a firma União Pirotécnica, Limitada, os «artistas» Delfim de Almeida Maurício e Máximo de Almeida Guerra, de Albergaria-a-Velha, em 27 de Outubro de 1920, fundam uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com um capital social de 1000\$00, dividido em partes iguais. Também a gerência do referido estabelecimento, sito em Valmaior, era compartilhada entre os dois sócios.

Porém não foi possível saber as razões da celebração desta sociedade, pois ela já existia de facto. Em Abril desse mesmo ano, o *Jornal de Albergaria* publica o seguinte anúncio: «Fábrica Nacional de Produtos Pirotécnicos de Almeida Maurício & Guerra. Autorizados pelo Governo. Fogo no ar e preso, jardim, sala, bengala, chinês e aquático, pólvora para pedreira, minas, caça e rastilho e outros explosivos. Especialidade em fogo do ar e preso. Este fogo conserva-se tanto de Verão como de Inverno. Tomam-se encomendas para todo e qualquer ponto do país e estrangeiro»¹⁷⁴. Em Setembro do mesmo ano, um mês antes da celebração da sociedade, há uma referência à existência da referida «fábrica» de Albergaria-a-Velha. A imprensa noticia o incêndio de uma composição do comboio do Vale do Vouga, «ateado por uma faúlha que caiu sobre um pouco de nitrato [de potássio ou salitre] destinado à firma de Almeida Maurício & Guerra, proprietária da *fábrica de pirotecnia* desta vila [de Albergaria-a-Velha]»¹⁷⁵. Se eram evidentes as imprevidências no acondicionamento dos explosivos, o transporte de substâncias explosivas era igualmente descuidado.

Mas esta sociedade não chegou a durar um ano, pois, em 8 de Julho de 1920, os dois sócios puseram fim à sua associação de interesses, estipulando os termos da sua liquidação¹⁷⁶. No final desse mês, o *Jornal de Albergaria* refere a dissolução da sociedade, mas de forma lacónica e errada¹⁷⁷. Na realidade, a sociedade dissolveu-se porque o passivo era superior ao activo. As dificuldades da conjuntura também fizeram vítimas na pirotecnia.

Mas se a conjuntura era adversa, a forma como esta sociedade funcionava não poderia conduzir a melhores resultados. Os termos da liquidação põem a nu a falta de organização, a deficiente escrituração da sociedade e a forma de cooperação, entre os sócios, típica de muitos estabelecimentos comerciais: apesar de estar constituída a sociedade, cada sócio era responsável pelos créditos e débitos em que estivesse envolvido. Vejamos. Os dois «industriais» dividiram entre si o activo, assim como entre si repartiram «as dívidas incobráveis»; quanto ao passivo – segundo a escritura de dissolução –, foi estipulado o seguinte: as dívidas à firma Costa, Alves & Companhia, no valor de 2217\$30, e à firma J. M. Tavares & Companhia, no

montante de 1372\$00, ficaram a cargo do «industrial» Delfim de Almeida Maurício; «todo o demais passivo destas duas firmas credoras, caso o haja», ficou «sob a responsabilidade de ambos os outorgantes». Mais declararam não existir outro qualquer passivo, mas salvaguardaram «a hipótese de aparecer qualquer outra factura ou crédito firmado pela razão da sociedade que ora se dissolve, ficando, neste caso, tal débito a cargo daquele dos dois outorgantes que firmou a encomenda ou contrato a que tal débito disser respeito».

Quando parecia nada mais haver a estipular, a escritura prossegue dando conta da declaração dos dois sócios de que a cargo do «industrial» Máximo de Almeida Guerra ficaria uma outra parte «do passivo social, não discriminado ainda no presente contrato, no montante de 1780\$00, em conformidade com a combinação de discriminação feita por ambos os outorgantes, por acordo [celebrado] particularmente»¹⁷⁸.

Entre 1911 e 1917, a «pólvora do Estado» e a dinamite parece que eram vendidas apenas pelo comerciante José de Matos, de Estarreja, em nome individual ou em sociedade. Em 1 de Agosto de 1911, é fundada uma sociedade em comandita simples, sob a firma José de Matos Filhos, Sucessor, em Comandita, para a «compra e venda por junto e retalho de todos os artigos de mercearia, ferragens, tintas, fazendas, miudezas, pólvora, dinamite e tabacos e outros artigos»¹⁷⁹.

Em 1927, o *Jornal de Águeda* publica um grande anúncio da Fábrica de Fogos de Artifício, de Manuel Luís Pereira & Filhos, com sede em Folgosalhe, Águeda, que fabricava «fogo de artifício para festividades, etc.»¹⁸⁰. Os proprietários desta fábrica diziam-se «sucessores de Máximo de Almeida Guerra», de Albergaria-a-Velha. Sublinho que estes empresários eram, em 1922, comerciantes que vendiam, sob a mesma firma, «fogos da mais afamada pirotecnia, procedentes dos bons e conhecidos pirotécnicos de Viana do Castelo e de outros», sendo já então «representantes da conceituada oficina de Máximo de Almeida & Guerra»¹⁸¹.

2. Vidro e cristal

A produção de produtos cerâmicos cedo encontrou nesta sub-região um espaço privilegiado de especialização, mas, mesmo assim, o «apelo do vidro», como lhe chamou José Amado Mendes, também se fez sentir, durante o século XIX¹⁸². A par das velhas olarias, nasceram algumas modernas unidades fabris, nomeadamente na cerâmica de construção, com as características da empresa moderna, mas foram as unidades que fabricaram azulejos, peças de cerâmica decorativa e louça

de uso comum que deram enorme visibilidade a esta actividade, nas três primeiras décadas de Novecentos.

Nesse período, a imprensa aveirense dedica à cerâmica uma atenção surpreendente, mas espantoso é o número de fábricas que nascem no espaço geográfico que envolve a ria de Aveiro, depois do aparecimento da Fábrica de Louça da Fonte Nova, em 1882, e da fábrica de Jerónimo Pereira Campos & Filhos, em 1896.

Mas também houve projectos que nunca passaram disso mesmo. Em 1907, o *Campeão das Províncias* noticiava os preparativos para a criação de uma fábrica de porcelana em Aveiro: «Estão lançadas as bases, segundo informações fidedignas, para a fundação, aqui, de uma fábrica de louça de porcelana, que será *naturalmente* edificada nas proximidades do caminho-de-ferro»¹⁸³. E acrescentava: «É propriedade de uma companhia que se constituirá com um capital grande, e que assim fará a aquisição dos mais importantes e modernos maquinismos, como da matéria-prima mais recomendável para a fabricação da louça. Sabemos que virá administrar o grande estabelecimento fabril um cavalheiro do distrito, que muito se interessa pela fábrica em Aveiro e é ao mesmo tempo sócio capitalista, com vastos conhecimentos do assunto e largas relações no estrangeiro. É a criação de uma nova indústria em Aveiro, que muito concorrerá para o seu natural desenvolvimento e progresso»¹⁸⁴.

Não foi possível saber mais nada sobre este projecto. Dias depois, também a *Vitalidade* se refere ao assunto, acrescentando que se projectava estabelecer igualmente uma lavandaria a vapor», mas terminava dizendo: «São indústrias novas e boas, porque são modernas. Falar nelas não custa; o que custa é pô-las a andar»¹⁸⁵. Talvez uma monografia histórica sobre a Fábrica da Vista Alegre venha a revelar os nomes e a natureza desse intento.

Atentemos, por agora, nos aspectos mais marcantes da produção de vidro, que teve na fábrica da Vista Alegre o projecto mais consistente, onde, durante mais tempo, foi produzido vidro e cristal de qualidade. Mesmo assim, o vidro, aparentemente um produto de recurso inicial, foi suplantado pela porcelana, ao fim de duas décadas de laboração; as três restantes fábricas, de existência efémera, nunca terão feito mais do que vidraça (e alguma frascaria) pelas razões que adiante exponho. Tal como aconteceu noutros espaços, a produção de vidro não criou raízes, nesta sub-região.

2.1. Fabrico de vidro em Ílhavo

Entre as razões da opção de José Ferreira Pinto Basto (1774-1839) começar a fabricar vidros na sua fábrica da Vista Alegre estará um conjunto de dificuldades

sentidas pela Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande, no início de Oitocentos, decorrentes, tanto da concorrência do vidro estrangeiro, especialmente francês e alemão, como das graves destruições e perturbações provocadas pelas Invasões Francesas, mormente a de Massena, em 1810. Como contou o seu administrador, José de Sousa e Oliveira, numa representação, de 28 de Abril de 1821, «a fábrica ficou inteiramente arruinada: a maior parte dos seus espaçosos e magníficos edifícios foram queimados, todo o combustível em reserva, para mais de um ano, reduzido a cinzas e todo o vidro manufacturado [...] foi destruído pelo fogo nos armazéns e fábrica, onde se guardava encaixotado, sem escapar coisa alguma, cuja perda excedeu os oitenta contos. Nesse estado doloroso se achava a fábrica na retirada do inimigo, em Março de 1811»¹⁸⁶.

Esses acontecimentos provocaram o encerramento temporário dessa fábrica e o êxodo de muitos técnicos, facilitando, assim, o aparecimento de novas unidades. Em 1812, dando-se conta do que estava a acontecer, o provedor da comarca de Leiria, M. Borges Carneiro, clamava por providências «contra a ruína que se lhe vai seguir, da deserção que da mesma fazem os operários, que se retiram para algumas das semelhantes fábricas edificadas em Lisboa, em virtudes das aliciações que por parte destas lhes são feitas»¹⁸⁷.

Foi assim que nasceu a Fábrica de Vidros das Gaivotas, fundada, em 1811, pelo mestre vidreiro de origem alemã, Silvério Taibner. Como sublinhou Jorge Custódio, o encerramento da fábrica da Marinha Grande «permitiu concretizar uma importante transferência tecnológica no interior do país e gerar pequenas unidades vidreiras de iniciativa privada, uma das quais foi a da rua das Gaivotas»¹⁸⁸. Foi igualmente desse modo que a fábrica da Vista Alegre pôde contar um número apreciável de técnicos até então na Marinha Grande.

Não obstante a plausibilidade desta exposição, parecem-me pouco claras as razões da escolha do vidro. Sem outros dados, é estranha a fundação de uma nova fábrica de vidros, quando eram conhecidas as dificuldades criadas pela concorrência, nomeadamente de vidro estrangeiro. Carlos Vitorino da Silva Barros afirma que, «por volta de 1825, foi tão importante a concorrência das outras fábricas que [João Diogo] Stephens chegou a ter 320 contos empatados em vidros»¹⁸⁹. É assunto a necessitar de mais investigação.

Sem caulino para o fabrico de porcelana – esse, sim, era o objectivo principal do empreendimento –, o primeiro produto industrial da Fábrica da Vista Alegre foi o vidro. Para tal, José Ferreira Pinto Basto contratou técnicos estrangeiros e nacionais de proveniência variada¹⁹⁰. Em 1827, num registo encomiástico, José Acúrsio das Neves dizia que, na fábrica da Vista Alegre, «se manufacturam e

lapidam vidros com tanta perfeição, como os melhores, que vêm dos países estrangeiros»¹⁹¹.

Com mão-de-obra já formada, não espanta, pois, que os vidros desta fábrica possuísem, desde início, uma evidente qualidade, bem patente nos exemplares conhecidos, e uma tão grande diversidade, como bem mostram os catálogos publicados e as muitas peças existentes no Museu da Vista Alegre. A produção de vidro «atinge o seu apogeu», nos anos 30 e 40, nomeadamente entre 1837 e 1846. A fábrica dispunha de navios próprios para o transporte dos vidros e da louça. Em Abril de 1839, sai pela barra uma rasca denominada *Penha de França*, com «vidro, cortiça e madeiras»¹⁹². Marques Gomes apoia-se nos relatórios das exposições de 1838 e 1844, realizadas em Lisboa, para defender a tese de que, nesse período, o vidro da Vista Alegre tinha excelente qualidade e, pelos seus preços, concorria com o vidro lapidado alemão¹⁹³.

Em 1846-1847, a Fábrica da Vista Alegre esteve encerrada devido à participação militar dos Pinto Basto «contra os Cabrais», no quadro das sublevações e pronunciamentos militares que se verificaram no nascimento do Estado Moderno português¹⁹⁴. Com essa longa paragem, muitos vidreiros terão procurado trabalho noutros locais. O mestre de lapidação, António de Magalhães, por exemplo, foi para a Marinha Grande¹⁹⁵. Nos anos seguintes, até 1859, a fábrica terá perdido «os melhores operários e artistas vidreiros para a Marinha Grande, quando a Real Fábrica esteve arrendada a Manuel Joaquim Afonso»¹⁹⁶.

Em 1826, diz Jorge Pedreira, a fábrica da Vista Alegre empregava 46 (ou 83) pessoas¹⁹⁷. Apoiada em fontes de arquivo, Laura Pereira da Rosa afirma que a fábrica empregava 73 indivíduos, na «vidraria», 42 no fabrico de porcelana e 2 nos produtos químicos, o que perfaz 117 pessoas¹⁹⁸. Em 1840, segundo informação da Câmara Municipal de Ílhavo, a «Fábrica de vidraria e [a] outra de porcelana [...] ocupavam mais de duzentos operários»¹⁹⁹, o que é bastante mais do que os 125 operários que D. José Urcullu disse existirem em 1837²⁰⁰. Laura Pereira da Rosa indica 121 trabalhadores, em 1845, e 92, em 1848²⁰¹. Em 1853, foram contadas 146 pessoas: 107 homens, 17 mulheres e 22 «rapazes»²⁰². No ano seguinte, seriam 128 apenas, 24 dos quais no fabrico de vidro²⁰³. Apesar das disparidades dos números, parece evidente que no início da Regeneração, o número de vidreiros estava em queda. Em 1826, os vidreiros representavam 62%; trinta anos depois, não chegavam aos 19% do total da mão-de-obra empregada.

Não obstante a sangria provocada pela paragem desses anos, a fábrica continuou a produzir peças de vidro artístico. A maioria do vidro produzido é constituída por vidraça. Mesmo assim, a qualidade da pintura de vidro plano

obteve reconhecimento internacional, «através da atribuição de uma menção honrosa pelo júri da Exposição Universal de Londres, em 1851»²⁰⁴. Contrariamente ao que afirma João Teodoro Ferreira Pinto Basto, em 1855, além da vidraça, a fábrica da Vista Alegre ainda produzia cristal, sob a direcção do mestre da «vidraria», João da Cruz Costa²⁰⁵. Em Abril de 1856, a fábrica recebe uma carga de 29 t de «vidro quebrado», procedente do Porto, para o fabrico de vidraça e sai um navio, denominado *D. Bárbara*, com destino a Lisboa, transportando vidros, louças e madeiras²⁰⁶. No início da década seguinte, continuava a produzir cristal, como mostro adiante.

Mas, a partir de 1858, algo se passa. Se em 1857 são «exportadas» quase 4 t de vidro plano, por que razão, no ano seguinte, como se pode ver no quadro n.º 4.4, a produção baixa para 940 kg? Poderemos tomar este valor como um bom indicador das dificuldades (ou opções estratégicas) então verificadas? Por que razão o mestre João da Cruz Costa sai da Vista Alegre, vindo a instalar, em 1859, uma pequena fábrica de vidraça, em Ílhavo?

Mas não são apenas estas interrogações que os valores do quadro referido suscitam. O facto de o volume de vidro plano que entrava ser muito idêntico ao que saía pela barra de Aveiro levanta outras perplexidades. Fabricando vidro plano, por que razão havia necessidade de adquirir vidro vindo de Lisboa e do Porto? Não teria a fábrica produção suficiente para satisfazer a procura regional? Se sim, como compreender a saída, entre 1853 e 1862, de 23 toneladas de vidraça? Era mais compensador vender vidro em mercados distantes? Ou estamos perante vidraça de natureza diferente? Segundo o referido documento, o vidro que saía pela barra ia para Lisboa e Porto, Caminha, Viana, Faro, Olhão e ilha de S. Jorge, embora a fonte citada não indique as percentagens descarregadas em cada um destes portos.

Parece evidente que a redução do fabrico de vidro, na Vista Alegre, está relacionada com o incremento da produção de porcelana, registado a partir dos anos 1859 a 1861 (Cf. quadro n.º 4.11). Pouco depois, segundo as *Informações para a Estatística Industrial*, a fábrica da Vista Alegre é referida pela produção de porcelana, mas continuava a produzir vidro, pois, entre os 155 indivíduos empregados na fábrica, são indicados 1 «mestre de fabricação de vidro», 10 oficiais vidreiros e 8 estendedores de vidraça²⁰⁷. O quadro da produção anual é igualmente esclarecedor a este propósito, mostrando bem que não estamos perante um imediato abandono do vidro em favor da porcelana. Além das 81 399 peças de porcelana variada, a fábrica produziu 23 667 peças de cristal, como garrafas, copos e cálices, e 5710 kg de «vidro branco e de cores»²⁰⁸.

Quadro 4.4 «Importação» e «exportação» de vidraça, 1865

Anos	Importado (kg)	Valor (em réis)	Exportado (kg)	Valor (em réis)
1853	–	–	5757,7	650\$000
1854	205,6	30\$000	9,2	3\$280
1855	8 945	264\$000	3 068	3 45\$240
1856	587,5	10\$000	8 491,5	9 04\$400
1857	1 046,5	68\$000	3 859,3	4 34\$000
1858	734,4	10\$000	940	82\$400
1859	88,1	5\$000	323,1	42\$200
1860	7 603,8	262\$000	220,3	29\$000
1861	131,3	100\$000	–	–
1862	–	–	500	45\$000
Soma	19 342,3	749\$000	23 169,1	2 535\$520

Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Curiosamente, verificava-se, então, uma grande diferença salarial entre os técnicos do vidro e os da porcelana. O mestre de pintura ganhava 1\$385 réis diários; o mestre de «fabricação de porcelana» auferia um salário de \$690 réis; o mestre de escultura ganhava \$515 réis, enquanto a remuneração do mestre de «fabricação de vidro» era apenas de \$500 réis. Também os 18 pintores de porcelana, com um salário de \$320 réis, ganhavam mais 20 réis que os oficiais vidreiros ou os estendedores de vidraça²⁰⁹. Sublinho que, em Setembro de 1857, segundo uma notícia breve do semanário aveirense *A Imprensa*, saíram da fábrica da Vista Alegre alguns artistas de pintura [...] por baixa de salários²¹⁰. Como vemos, há muitos aspectos da vida da fábrica neste anos por esclarecer e a necessitar de estudo.

Na descrição das instalações, Campos e Oliveira assinala todos os espaços de produção vidreira: uma «casa ou depósito de moldes de bronze e de ferro para fabricação de objectos de vidro, seguindo-se imediatamente a casa dos fornos para a fabricação de vidros e cristal, com 3 fornos de fusão e 5 de estender e levantar vidraça e 1 forno para afinação de peças de cristal. A casa dos fornos de estender tem 16,8x8,27 m; a casa dos fornos de fundir tem 26,42x13,15 m, tendo esta casa e a antecedente 7,48 m até à cimalha. Na proximidade da casa dos fornos de fundir, há um grande armazém de depósito de vidraça, garrafas, coparia e outras peças²¹¹. Nas traseiras do grande armazém de vendas, que ficava situado no grande pátio da entrada, havia um outro pátio mais pequeno, «arborizado como o pri-

meiro, onde estão diferentes telheiros, debaixo dos quais se depositam os cascos de cristal e vidraça e outros materiais, existindo também uma oficina de lapidação»²¹².

O forno tinha «cinco espaços interiores, onde estão colocados os potes que contêm a massa de vidro ou cristal que se quer fundir, tendo respectivamente pela parte inferior cinco fornalhas e pela parte superior dez fornos de soleira quadrangular, comunicando dois a dois por meio de um pequeno arco interior. Cinco destes fornos denominam-se de estender, por isso é que é sobre a soleira deles que se estendem e alisam as lâminas de vidraça; os outros cinco fornos que comunicam com os primeiros são chamados de levantar porque é no interior deles que se levantam as lâminas de vidro, encostando-as finalmente às suas paredes. Além destes fornos há ainda o forno de têmpera ou afinação do cristal»²¹³.

Vejam os agora os (poucos) dados reunidos sobre a fábrica da Malhada, em Ílhavo. João da Cruz e Costa nasceu em Lisboa, em 1791. Trabalhou na Fábrica das Gaivotas até 1826, quando foi contratado pelos Pinto Basto, assumindo então as funções de «Mestre da Fabrica de Vidraria» da Vista Alegre; em 4 de Novembro de 1835, é referido como «Professor de vidro da Fabrica da Vista Alegre»²¹⁴. Por razões ainda não averiguadas, em 1858 ou já em 1859, o vidreiro lisboeta põe termo a essa fase da sua vida e estabelece-se por conta própria. A nova unidade terá fabricado vidraça, garrafas e copos²¹⁵. O seu nascimento foi testemunhado pelo *Campeão do Vouga*, segundo o qual, a «fábrica», que ia erguer-se na Malhada de Ílhavo, pertencia a uma *sociedade*. Não me foi possível confirmar esta informação, contudo, os documentos desse ano, que dão conta de inúmeras dificuldades financeiras do mestre vidreiro, permitem pensar que se tratava de uma pequena unidade, de cariz oficial, explorada em nome próprio²¹⁶. Não se sabe quantos anos esteve em actividade. João Teodoro Ferreira Pinto Basto disse que essa fábrica, estabelecida «junto da ponte de Ílhavo, pouca duração teve»²¹⁷.

Em 1862, Rangel de Quadros Oudinot apenas refere a existência de duas fábricas de vidro no distrito de Aveiro; referia-se, certamente, à fábrica da Vista Alegre e à do Covo, em Oliveira de Azeméis²¹⁸. Mas em Novembro desse ano, segundo o *Campeão das Províncias*, a fábrica de Ílhavo ainda estava em laboração: «Há três fábricas de vidro, sendo uma na Vista Alegre, outra na Malhada de Ílhavo e a terceira no Covo, concelho de Oliveira de Azeméis»²¹⁹.

Na Exposição Industrial do Porto, de 1861, como na Exposição Internacional do Porto de 1865, a fábrica de Ílhavo não consta da lista dos participantes²²⁰. Contudo, em 1903, quarenta anos depois, ainda perdurava a sua memória, em Ílhavo. Numa escritura, ao identificar o terreno onde fora instalada a fábrica, então adquirido por Manuel Maria Bolais Mónica, o notário F. Marques

da Silva escreve: «[...] casa térrea de habitação, com pátio, poço, curral, ainda de lavradio e armazém, conhecido pela *fábrica do João da Cruz*»²²¹.

Também não está esclarecido o fim do fabrico de vidro na Fábrica da Vista Alegre. Por três vezes, pelo menos, J. A. Marques Gomes afirma que o fim da fabricação do vidro, nesta fábrica, se verificou em 1880²²². O *Inquérito Indústria de 1881* afirma: «Neste estabelecimento produziu-se *em outro tempo* vidro e cristal; tal artigo foi, todavia, inteiramente posto de parte para se estender somente na produção de porcelanas»²²³. Importava saber o que se passou, então, na fábrica, pois dela terá saído, também nesse ano, Luís Patoilo, para fundar uma pequena oficina de porcelana²²⁴. Na exposição de 1882, o referido porcelanista expôs «bustos do Marquês de Pombal e de José Estêvão, balaústres e vasos de jardim, feitos de caulino e em biscoito»²²⁵. Segundo o texto do *Catálogo* dessa exposição, a «fábrica» tinha «pouco mais de um ano de existência». Numa entrevista, concedida em Agosto de 1922, o Visconde de Atouguia afirmou que a produção de vidro «foi posta de parte em consequência dos privilégios concedidos às fábricas da Marinha Grande»²²⁶. É assunto a precisar de estudo dedicado.

2.2. *Fabrico de vidro em Aveiro*

A Fábrica Nacional de Vidros Aveirense nasce no mesmo ano em que foi fundada a Fábrica de Garrafas da Amora, em Lisboa. Só que, contrariamente a esta última, que está correlacionada com «um crescimento acentuado da produção vinícola, especialmente sensível na Estremadura e no Ribatejo»²²⁷, o nascimento da fábrica de vidros de Aveiro parece estar relacionada com o fim da produção vidreira, na Vista Alegre, e com o aumento da procura de vidro plano para a construção civil²²⁸.

Em 19 de Fevereiro de 1888, foi formada uma sociedade em nome colectivo, com um capital social de 2000\$000 réis, sob a firma Rocha, Mesquita & Companhia para o estabelecimento de uma fábrica de vidros a que foi dado o nome de Fábrica Nacional de Vidros Aveirense²²⁹. A fábrica foi erguida no Cojo, em Aveiro, naquela que foi a sua primeira «zona industrial», onde, ao longo dos tempos, foram sendo construídos moinhos, armazéns, depósitos de sal e fábricas, como as de louça e de telha da Fonte Nova, as de Jerónimo Pereira Campos e a da azulejo da Aleluia.

Os seus quatro fundadores – um silvicultor, um «proprietário» e dois «artistas» – dividiram entre si a direcção da empresa, em conformidade com o

disposto no Regulamento Geral da Fábrica. O «presidente», Egberto de Magalhães Mesquita (1861-1930), foi um dos primeiros silvicultores portugueses, responsável pelos trabalhos de florestação da Gafanha e de S. Jacinto, que, quatro anos antes, publicara um estudo académico sobre essa matéria²³⁰. Após a conclusão do seu curso no Instituto Superior Florestal, do Instituto Agrícola²³¹, Egberto de Magalhães Mesquita foi nomeado subchefe da divisão florestal do distrito de Leiria²³². Era, por certo, um bom conhecedor dos meandros da indústria vidreira e, a avaliar pelo disposto da documentação compulsada, era ele o homem forte da empresa, pois devia «ser consultado sobre todos os serviços, cabendo-lhe a ele a resolução dos problemas não previstos no Regulamento. O «proprietário» Manuel da Rocha era um importante «negociante» aveirense, enriquecido no Brasil, onde terá estado, entre meados da década de 1871-1880 e os primeiros anos da década seguinte²³³. Ficou responsável pela «d direcção comercial», que incluía tarefas comerciais e administrativas. Fernando Eduardo Pereira, um dos «artistas», era o «director técnico», coadjuvado pelo «poteiro» francês Georges Bracourt, que tinha a seu cargo especialmente «a execução dos potes e mais serviços de olaria».

Mas, na verdade, conforme o modelo de organização corporativa ainda dominante, o «patrão» da fábrica era o «mestre» da oficina, o vidreiro Fernando Eduardo Pereira, a quem cabia, segundo Regulamento Geral da Fábrica, «dirigir todos os trabalhos de construção, composição de vidros e de todos os materiais precisos; dirigir e ensinar o pessoal e tê-lo sempre nos melhores termos disciplinares [...], tendo, «para o bom cumprimento deste quesito, a autoridade absoluta sobre os operários [...]»; fazer semanalmente a folha dos vencimentos do pessoal», trabalhando em perfeita articulação com o director comercial²³⁴.

O vidreiro Fernando Eduardo Pereira nasceu em Ílhavo, em 1856; aí casou e aí vivia, no ano da fundação da fábrica. Estaria a fábrica de João da Cruz e Costa ainda em funcionamento? Ainda se faria vidro na Vista Alegre? Ou veio directamente da Marinha Grande para Aveiro? Onde trabalhava este vidreiro em 1888, antes de se envolver na fundação desta fábrica? Pelos apelidos parece que era irmão (ou filho) de Manuel Eduardo Pereira, de quem Rocha Madail disse ter sido pintor, discípulo do francês Victor Rousseau, na Fábrica de Porcelana da Vista Alegre²³⁵. Teria Fernando Eduardo Pereira trabalhado na fábrica da Vista Alegre até 1888? Se assim foi, é outra a data do fim do vidro na fábrica fundada por José Ferreira Pinto Basto? Sobre Georges Bracourt nada mais foi possível saber.

Mesmo com condições reunidas, a vida desta fábrica foi atribulada e efémera. Em Abril de 1888, enquanto decorria a construção das instalações e dos fornos, foi contratado por três anos, o «estendedor de vidraça» António Barido²³⁶.

Para trabalhar é contratado também um outro operário da Marinha Grande, Colombo Gomes, como «oleiro» e «estendedor de vidraça»²³⁷, mas, entretanto, por razões que desconheço, Georges Bracourt abandona a sociedade²³⁸. A primeira fornada de vidro verifica-se em 1 de Fevereiro de 1889, praticamente um ano após a formação da sociedade. Como enfatizava a imprensa local, «após tantos contratempos, [a empresa] vê os seus esforços coroados do melhor êxito»²³⁹. Mesmo assim, «daí por diante tudo começou a correr mal. Ora as fornadas saíam estragadas, ora rebentavam os fornos». Rangel de Quadros Oudinot atribui a causa das dificuldades a uma qualquer maquinaria secreta, urdida pelas fábricas da Marinha Grande: «Desconfiou-se que os indivíduos que sucessivamente foram encarregados da direcção técnica da fábrica se deixavam subornar pelos proprietários de idênticos estabelecimentos e muito de propósito concorreram para tais danos»²⁴⁰.

Doze dias depois da primeira fornada, o vidreiro ilhavense Fernando Eduardo Pereira abandona a sociedade, formando-se uma outra, desta feita apenas entre Manuel da Rocha e Egberto de Magalhães Mesquita²⁴¹. A firma da nova sociedade adopta a designação de Rocha & Mesquita²⁴². A direcção técnica terá sido assumida por outros vidreiros, mas não foi celebrado qualquer contrato nos notários desta sub-região.

Segundo o *Inquérito Industrial de 1890*, a fábrica possuía um capital fixo de 90\$000 réis e um capital circulante de 9000\$000 réis. No ano de 1889, os seus 21 trabalhadores produziram, nos dois fornos, 4357\$000 réis de vidraça²⁴³.

Durante os anos de 1889 e 1891, Egberto de Magalhães Mesquita obtém, por empréstimo, 3000\$000 réis que se destinavam, por certo, a custear a reconstrução dos fornos. Mas os tempos de paragem continuaram a ser longos, até que, em 16 de Março de 1891, «findou totalmente essa fábrica, dando grandes prejuízos aos sócios»²⁴⁴.

Depois do insucesso da Fábrica Nacional de Vidros Aveirense ainda houve outra experiência empresarial para a produção de vidro plano. Embora os objectivos fossem idênticos, as razões imediatas são de natureza bem diferente. Desta vez, foi a firma Jerónimo Pereira Campos & Filhos, proprietária da fábrica de cerâmica de telha e tijolo que decide construir uma fábrica de vidro, como, mais tarde, viria a instalar uma fábrica de serração.

A produção de vidraça e telhas de vidro nessa fábrica parece constituir, antes de mais, resposta à procura de materiais de construção, sentida nos primeiros anos do século passado. Uma breve notícia, de Maio de 1902, afirmava: «A fábrica de telha Marselha, às Agrads [...] vai alargar a área da sua actividade, *começando a fabricação de telhas de vidro e azulejo*»²⁴⁵. Treze anos depois do encerramento da

efémera Fábrica Nacional de Vidros Aveirense (1888-1891), fazia-se, exactamente naquele local, uma nova tentativa de estabelecimento de uma fábrica de vidro, em Aveiro²⁴⁶.

É bem possível que essa experiência do fabrico do vidro na firma Jerónimo Pereira Campos & Filhos tenha alguma relação com a Fábrica Nacional de Vidros Aveirense. Sem outra documentação mais, fica o registo de um casamento, em 22 de Janeiro de 1891, entre o ajudante de vidraça da Marinha Grande, Joaquim José Caranguejeira e uma filha de João Maria Pereira Campos, portanto sobrinha de Jerónimo Pereira Campos²⁴⁷.

Ao criar uma secção de produção de telhas de vidro, ajustando a oferta à procura, a Jerónimo Pereira Campos & Filhos prosseguia os seus objectivos, muito embora não saiba ainda se possuía *know-how* específico naquele domínio. Mas se a decisão de fabricar vidro não teve qualquer relação com o aparecimento daquela concorrente, da escolha do terreno para a instalação dos fornos já não se poderá dizer o mesmo. A localização desta «fábrica» da firma Jerónimo Pereira Campos & Filhos – mesmo em frente à Empresa Cerâmica da Fonte Nova, a cerca de 300 metros ainda do local onde se erguia a fábrica de cerâmica – não foi por certo alheia à «guerra» comercial movida por esta unidade.

Dali, os Pereira Campos poderiam espiar a sua concorrente, e contrariar a concorrência desleal que lhes era movida, pois, como deixa entender o texto de um pacto celebrado entre as duas empresas, três anos depois, a Fábrica de Telha da Fonte Nova interceptava encomendas da Jerónimo Pereira Campos & Filhos.

O aparecimento de outra unidade cerâmica produtora de telha e tijolo terá tornado, assim, uma oportunidade de negócio – a produção de vidro – numa inevitabilidade, na única hipótese de sobrevivência da empresa.

Mas, para a criação de uma nova fábrica, Jerónimo Pereira Campos não teria o dinheiro suficiente, pelo que se viu obrigado a recorrer ao crédito de um particular, hipotecando o terreno da fábrica. Em 23 de Maio, Jerónimo Pereira Campos aceita as condições do credor para o empréstimo de 1 000\$000: o pagamento de um juro de 7% ao ano, ficando por fiadores seus filhos Ricardo, Henrique e João²⁴⁸.

Em Outubro desse ano, os trabalhos de construção da «fábrica de vidraça das Agrads de S. Domingos» iam «muito adiantados»²⁴⁹. Em Julho de 1905, o *Vitalidade* dizia que estava já «em plena laboração a nova fábrica de vidro»²⁵⁰. E acrescentava: os defeitos «das primeiras experiências» «foram logo corrigidos, apresentando hoje a fábrica produtos correctos», que foram expostos na «mercearia e confeitaria do Sr. Ricardo Pereira Campos, aos Arcos»²⁵¹.

O início, como todos, terá sido difícil: «Por vezes, visitámos a fábrica, e trememos pelos resultados da arrojada tentativa; mas de uma última visita que ali fizemos trouxemos as melhores impressões [...], pois os activos e inteligentes industriais, srs. Pereiras Campos venceram todas as dificuldades e *hoje estão fabricando vidro da melhor qualidade*. Não só o *forno e os potes da fusão* deram o melhor resultado, mas o *sistema de estenderia* apresenta as *chapas completamente lisas e desempenadas*»²⁵².

Mas as dificuldades continuavam, embora não saiba de que natureza. Jerónimo Pereira Campos recorre ao crédito, obtendo 6500\$00, «para arranjo de sua vida e exploração das suas fábricas de telha e vidro», e hipoteca o prédio onde estavam «todas as dependências e instalações para a laboração das duas fábricas»²⁵³.

Ainda não é possível saber quando e como finda o fabrico de vidro nesta empresa, qual o significado económico dos seus produtos, mercados, que efeitos tiveram no conjunto dos resultados da empresa. Em 1907, quando morre Jerónimo Pereira Campos, alguém muito seu amigo afirma de forma vaga que o finado deixava «esse importante estabelecimento fabril em *circunstâncias relativamente prósperas*»²⁵⁴. Em Maio desse ano, ainda é referida «a fábrica de cerâmica de telha, sistemas marselhês e nacional, com as suas *magníficas instalações para o fabrico de vidro* de que são proprietários os Srs. Pereira Campos & Filhos [...]»²⁵⁵.

Embora nada prove, noto que a escritura de Janeiro de 1907 não faz qualquer referência ao vidro. O seu fim terá estado ligado à falência da empresa concorrente, a Empresa Cerâmica da Fonte Nova, declarada no Verão de 1908²⁵⁶. As dificuldades decorrentes da inexistência de *know-how* específico terão feito o resto. Em 1906, a fábrica não é referida pelo *Anuário Comercial*. No ano seguinte, no vol. II, pode ler-se: «Fábrica de Vidro – Jerónimo Pereira Campos & Filhos (agras de S. Tomás)²⁵⁷. Em 1908 já não lhe é dedicado qualquer espaço.

3. Produtos cerâmicos

A indústria cerâmica abrange um vasto leque de actividades, que vão da tradicional olaria de louça comum, vidrada ou não, à moderna fábrica de louça doméstica e decorativa, em barro de vidrado estanífero, em grés, ou em porcelana dura e branda, do pequeno forno de telha e tijolo, situado na proximidade de um barreiro, à grande empresa industrial de cerâmica de materiais de construção²⁵⁸. Essas actividades encontraram, em diversas freguesias desta sub-região, um espaço de especialização por excelência, devido fundamentalmente à existência de maté-

rias-primas e de uma memória técnica e social que não passou despercebida à historiografia do final de Oitocentos e das primeiras décadas de Novecentos. Na verdade, a cerâmica, nomeadamente a cerâmica tradicional e a cerâmica artística e decorativa, serviu os objectivos ideológicos de algumas correntes de cariz anticapitalista, do final do século XIX, nesta sub-região, como, de resto, aconteceu em todo o país.

Se a prevalência da produção de telha sobre o tijolo se pode justificar pela existência de um produto mais barato – o adobe –, o domínio da «louça ordinária», em detrimento da louça de barro branco e de porcelana, prende-se mais directamente com as características do mercado, embora o alargamento deste tenha condenado, desde muito cedo, o fabrico de produtos tradicionais, especialmente nos espaços urbanos.

Esta actividade encontra-se razoavelmente distribuída por toda a sub-região estudada. Desde muito cedo, o distrito de Aveiro assume uma posição de relevo no domínio da cerâmica. No final de Oitocentos, ocupava o segundo lugar, relativamente ao número de fábricas – tinha então 17, que empregavam 545 operários²⁵⁹. A própria toponímia atesta a presença de argila e de actividade oficial ou fabril em toda a sub-região²⁶⁰. Como mostrei num estudo sobre toponímia no concelho de Aveiro, topónimos como *Barreira Branca*, *Barreiras*, *Barreiro*, *Barreiros*, *Barro*, *Barros*, *Cova do Barro*, *Forno*, *Forninho*, *Forno da Telha*, *Forno Velho* ou *Olarias* são testemunhos que não deixam qualquer dúvida sobre a localização e a importância local da actividade dos oleiros, constituindo um instrumento de localização dos sítios de produção cerâmica²⁶¹.

Vejam, antes de mais, a localização e a importância das matérias-primas para nos debruçarmos, depois, sobre as diversas unidades, artesanais e industriais, de louça utilitária e decorativa bem como de produtos cerâmicos de construção.

3.1. As matérias-primas

Na orla mesozóica, especialmente na sua parte mais ocidental, escreve Amorim Girão, em 1922, «a diversidade de riquezas minerais aparece-nos, agora, em perfeita concomitância com a mudança operada na constituição geológica dos terrenos. Nota-se a completa ausência de jazigos metalíferos, mas, em compensação, uma considerável abundância de outros recursos industriais, sobretudo constituídos por calcários, arenitos e argilas. Os calcários abundam principalmente em volta de Aveiro e Águeda; os arenitos vermelhos do Triássico [...] fornecem a

matéria-prima preponderante das construções que assentam sobre esta formação ou nas suas proximidades; as argilas, finalmente, constituem uma parte importante do subsolo em volta de Aveiro e nas margens do Vouga, adaptando-se a diversos fins – fabrico de telha, tijolo, louça, adobes – segundo as numerosas variedades que apresentam»²⁶². Naturalmente, os jazigos de caulino, nos concelhos de Ovar e de Santa Maria da Feira, que forneciam, desde 1832, a Fábrica de Porcelana da Vista Alegre merecem ao nosso geógrafo a maior atenção²⁶³. A maior ou menor plasticidade das argilas determinou a geografia dos seus usos. As argilas de Águeda, por exemplo, pouco plásticas, prestam-se «unicamente ao fabrico de telha ordinária de inferior qualidade»²⁶⁴.

3.1.1. *Extracção de barro*

No que respeita à extracção de barros de características diversas para a laboração das fábricas de cerâmica de construção, os documentos disponíveis permitem afirmar que, habitualmente, as empresas interessadas estabeleciam-se, preferentemente, junto de terrenos ricos nessas matérias-primas, adquirindo-os, ou conseguiam a exploração directa de barreiros, mais ou menos distantes, mediante a celebração de contratos de arrendamento, ou de exploração, pagando ao barco, ao carro ou ao vagão, ou um valor global ajustado após avaliação da quantidade de barro existente. Outras vezes, estabeleciam-se parcerias para a exploração dos barreiros. Não há notícia de se ter formado uma qualquer empresa fornecedora de barro às cerâmicas de construção ou de louça doméstica. Havia negociantes que se dedicavam, em nome individual, à extracção e venda de barro, a par da exploração de outros ramos de negócio conexos ou não. Isto é, nunca a extracção de barro terá sido uma actividade especializada, durante o período estudado, embora tivesse uma procura assegurada, ou, então, nunca os contratos estabelecidos terão tido mediação notarial.

A proximidade das matérias-primas e das vias-férreas ditou, tantas vezes, o estabelecimento de fábricas, especialmente de telha e tijolo. No entanto, muitas empresas procuraram mais longe o barro que transformavam, como o fizeram durante séculos as olarias de Ovar. Já vimos, no capítulo anterior, o testemunho de Pinho Leal: a ria «era frequentada por grande número de barcos que transportam [...] barro para as olarias de Ovar e Porto [...]». Segundo o médico Teixeira de Pinho, o barro com que laboravam as «quinze fábricas de louça vermelha», vinha do rio Boco, Vagos²⁶⁵.

Um bom exemplo é o da firma Peixoto, Pinheiro & Companhia, de Ovar, que encontrou em Vagos a principal matéria-prima para a laboração da sua fábrica. Em 1 de Outubro de 1906, esta firma contratou com um «proprietário» de Vagos «a exploração de todo o barro de que a mesma firma necessita[sse], existente na sua propriedade, situada nos Selões, limite das Cardais, freguesia de Vagos»²⁶⁶. Segundo o texto da escritura, o proprietário do terreno abria um esteiro «por onde passa[va] um barco, desde o rio até à encosta da referida propriedade dos Selões, a fim de poder ser transportado o barro a explorar», sendo as despesas dos trabalhos de abertura do esteiro suportadas em partes iguais pelos dois contraentes»²⁶⁷. Ficou determinado que a empresa pagaria «\$400 réis de cada barco de 12 000 kg de barro que se extra[ísse] da mesma». Por fim, estabelecia o contrato que o proprietário do terreno se obrigava «a autorizar a passagem do barco pelo citado esteiro para a condução de barros que, porventura, a mesma firma compr[asse] aos irmãos e cunhados dos segundos outorgantes, João Caetano Santiago e Joaquim Caetano Santiago, o que só poder[ia] acontecer quando não houve[esse] mais barro naquele seu prédio e que est[ivesse] nas condições para fabrico de olaria e telha»²⁶⁸.

Quadro 4.5 Contratos para a exploração de barro, 1906-1926

Data	Prazo	Contrato	Empresa compradora	Concelho	Preço
1906-10-01	Indeter.	Exploração	Fábrica de Cerâmica de Ovar ¹	Vagos	\$033/t
1912-05-12	2 anos	Exploração	Fábrica de Cerâmica de Ovar ²	Ovar	277\$400
1912-10-18	Indeter.	Exploração	Fábrica de Cerâmica de Sacavém ³	Ovar	2\$500/t
1920-11-09	5 anos	Arrendamento	João André da Paula Dias ⁴	Aveiro	3000\$00
1923-11-27	–	Compra	Empresa Cerâmica do Fojo ⁵	Albergaria	70\$00
1926-09-21	3 anos	Exploração	Araújo, Passos & Sucessores ⁶	Ovar	2500\$00

Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Em 12 de Maio de 1912, a mesma firma contratou com um «proprietário» do lugar de Cabanões, Ovar, «a exploração e extracção» do barro existente num terreno sito em Fonte Figueira, naquela vila²⁶⁹. Foi estabelecido o valor de 277\$400 réis para poder explorar o barro ali existente, a pagar em duas prestações iguais, durante um período de dois anos.

Mas os terrenos do concelho de Ovar eram igualmente cobiçados por empresas mais distantes. Em 18 de Outubro desse ano de 1912, a Fábrica de Sacavém, de Gilman & Comandita, celebra um contrato de natureza idêntica com um

proprietário da freguesia de S. Vicente de Pereira, no concelho de Ovar, para a exploração de um terreno onde existia barro e saibro. A Fábrica de Sacavém comprometeu-se a extrair 50 vagões de barro ou saibro, «pagando por cada vagão de 10 toneladas, 2\$500 réis»²⁷⁰. O contrato duraria enquanto existisse matéria-prima nesse terreno.

Também as empresas cerâmicas do Porto procuravam longe essa matéria-prima. No início do século XX, a Câmara Municipal de Aveiro despachou favoravelmente, entre outros, o pedido de José Monteiro de Lima, industrial de Gaia, para extracção de barro de «um lameiro de Vilar», licença que lhe foi concedida mediante o pagamento de 600 réis por vagão»²⁷¹. Em 1907, o *Boletim do Trabalho e Indústria* confirma as informações *supra*: a Fábrica das Devesas trabalhava com barro proveniente de Gaia, Ovar, Aveiro, Oliveira do Bairro, Mogofores e Pampilhosa²⁷². Outras fontes confirmam essas informações. Em 1913, nas fábricas do Porto era consumido barro importado da região de Lisboa. Em Março desse ano, a chalupa *Machado 9.º*, da praça de Aveiro, carregava barro de Lisboa para o Porto²⁷³. Não me foi possível saber de que barro se tratava, mas era certamente barro branco. A partir de 1861, as fábricas de Gaia adquiriram barro branco, em Lisboa, que era extraído nos Prazeres²⁷⁴.

Em 21 de Setembro de 1926, a firma Araújo Passos, Sucessores, de Ovar, celebra um contrato de exploração do barro e saibro existente num terreno das Tomadias, Válega, pelo prazo de três anos²⁷⁵. O custo de exploração do referido barreiro orçava os 2500\$00 e seria pago em três prestações.

O investimento realizado pelo proprietário do terreno de Vagos, referido na escritura de 1 de Outubro de 1906, confirma um dado recorrente noutros documentos: a exploração do barro era uma actividade lucrativa, quer porque a procura era grande, quer ainda porque as empresas compradoras comprometiam-se a aterrar e nivelar os terrenos explorados, deixando-os de forma a poderem ser cultivados²⁷⁶.

Para além dos proprietários dos terrenos, dedicava-se à exploração do barro um número elevado de negociantes, cuja actividade se situava indiscriminadamente entre a agricultura e o comércio, embora não tenham sido celebrados contratos notariais dos acordos de fornecimento dessa matéria-prima às fábricas que a procuravam. Em 1919, quando existiam 39 fábricas de telha ou tijolo, em todo o distrito de Aveiro, são recenseados 37 «empresários de barro ou saibro»²⁷⁷.

Um desses indivíduos, João André da Paula Dias, que viria a ser um importante industrial metalúrgico de Aveiro, é referido em alguns documentos como «lavrador». Na verdade, dedicava-se a um leque bem variado de actividades. Em 9 de Novembro de 1920, Paula Dias arrenda um terreno, em Arnelas, Aveiro,

para dele retirar areia e barro²⁷⁸. Segundo Correia de Azevedo, «trabalhou durante anos numa saibreira que lhe pertencia, a qual deu oportunidade a uma pequena oficina exclusivamente destinada ao arranjo das ferramentas que ele utilizava na extracção do barro»²⁷⁹. Também Jerónimo Pereira Campos, antes de fundar a sua fábrica de telha e tijolo, forneceu barro à Fábrica Cerâmica das Devesas, Vila Nova de Gaia²⁸⁰.

Naturalmente as empresas dedicavam ao abastecimento daquela matéria-prima uma grande atenção, procurando assegurar o seu regular fornecimento. Em Setembro de 1920, na escritura de constituição da Empresa Cerâmica Vouga, o negociante Anselmo Ferreira «comprometeu-se a ceder à sociedade, pelo preço do mercado, todo o barro das suas propriedades, *não podendo cedê-lo a mais ninguém nem utilizá-lo directamente sem autorização da sociedade. Compromete[u]-se ainda a, no caso de pretender vender toda a parte da sua propriedade confinante com aquela em que vai ser montada a fábrica da sociedade e em que tem os barreiros, dar-lhe preferência na venda da mesma*»²⁸¹.

3.1.2. Extracção de caulino

No período histórico em apreço, a Fábrica de Porcelana da Vista Alegre procura o caulino nos concelhos de Ovar e Santa Maria da Feira, através de contratos de aquisição ou de arrendamento de terrenos, extraindo-o a céu aberto, por bolsadas²⁸². As diversas aquisições de propriedades em determinadas localidades são omissas quanto aos fins a que se destinavam, embora outras fontes permitam confirmar o interesse desta empresa. É o caso, entre outros, da compra, em 26 de Abril de 1926, de «um terreno a mato com eucaliptos e pertenças, sito no Vale dos Adobos, do lugar de Horta», freguesia de Eixo, Aveiro²⁸³. Trata-se de uma zona rica em barros brancos e com tradição cerâmica. Segundo Américo Costa, havia nessa freguesia duas minas de caulino²⁸⁴. Contudo, em 1948, segundo Mendes da Costa, em Eixo explorava-se «uma argila, que nos parece refractária, e que, só por conveniência comercial, figura como caulino nas estatísticas oficiais»²⁸⁵. Em 5 de Maio de 1923, a Fábrica da Vista Alegre, então sob a direcção de João Teodoro Ferreira Pinto Basto e Miguel Figueira Freire da Câmara, comprou por 1770\$00 um terreno de 1770 m², no lugar do Puxadouro, da freguesia de Válega, confinando com um outro, de 1890 m², que a fábrica comprara, em 11 de Outubro de 1920, à mesma proprietária. Não se sabe se este terreno, que além de pinhal tinha também areia, era também para exploração de caulino²⁸⁶.

A documentação notarial que envolvia a exploração de caulinos é muito lacónica; apenas documenta as condições de aquisição, os seus custos, identidades dos intervenientes, locais de exploração e pouco mais. Por outro lado, os documentos encontrados datam, na sua maioria, dos primeiros anos após a I Guerra. Sabemos ainda muito pouco sobre a história da aquisição de caulino, desde a descoberta desse mineral, primeiro na freguesia do Souto, concelho de Santa Maria da Feira, e depois, no lugar do Outeiro, em São Vicente de Pereira, no concelho de Ovar²⁸⁷. Atentemos nos contratos inequivocamente relacionados com a exploração de caulinos.

Em 25 de Setembro de 1888, o P.^o Jacinto Tavares de Almeida, residente na Vista Alegre, contratou com um casal de Ovar e duas irmãs residentes no lugar de Vale Rico, freguesia de Souto, Santa Maria da Feira, proprietários de um terreno sito naquele lugar, a exploração do «barro denominado *kaulin*», ali existente²⁸⁸. O contrato estabelecia o pagamento, aos proprietários do terreno, de 24\$000 réis, por cada 100 carros, medida que era equivalente a «dezoito cestos de barro». No caso de ultrapassar os 100 carros acordados, Tavares de Almeida pagaria «além daquela quantia, mais \$240 réis por cada carro». O pagamento seria realizado anualmente, em Setembro²⁸⁹.

Tradicionalmente, a fábrica da Vista Alegre servia-se de vários agentes. Não se sabe se este padre agiu por conta própria ou como seu representante. A escritura diz, tão-só, que «a exploração será feita por conta do primeiro outorgante [Padre Jacinto Tavares de Almeida], enquanto a referida propriedade tiver o mencionado barro». Possivelmente, Tavares de Almeida agia como procurador, como aconteceu, depois, com o Padre Benjamim Ferreira Jorge. Nos primeiros anos da sua existência, a Fábrica da Vista Alegre contou com a colaboração de uma rede de colaboradores, como referi noutro estudo²⁹⁰.

Em 24 de Abril de 1913, Gustavo Ferreira Pinto Basto, na qualidade de «comproprietário e administrador gerente» da Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, obtém, por arrendamento, por um prazo de quinze anos, um terreno de 2500 m², sito em São Vicente de Pereira, concelho de Ovar, pelo valor anual de 45\$000 réis²⁹¹. Conforme se pode ler nesse contrato de arrendamento, celebrado na Fábrica, o «fim especial» do mesmo é «a exploração e extracção do barro denominado caulino e de outros quaisquer materiais que sirvam para o fabrico da louça de porcelana deste estabelecimento fabril», não podendo a fábrica «mandar extrair por ano mais do que 25 barcos, e no caso em que seja necessário extrair mais barcos de barro ou outros materiais [...] pagará a quantia de 1\$800 réis por cada barco a mais²⁹².

Entre 1918 e 1920, são celebrados quatro contratos de arrendamento de terrenos entre a Fábrica da Vista Alegre e os respectivos proprietários, da freguesia de São Vicente de Pereira, no concelho de Ovar, com vista à exploração e extracção de «barro caulino ou moledo para o fabrico de louça e produtos cerâmicos da dita fábrica»²⁹³. Nos quatro contratos de arrendamento referidos no quadro n.º 4.6, a fábrica, dirigida então por Gustavo Justino Ferreira Pinto Basto, foi representada pelo P.º Benjamim Ferreira Jorge, que exibiu procurações passadas em 1916 e 1918. Nos requerimentos apresentados à Câmara Municipal de Ovar, este clérigo apresenta-se como «procurador da Direcção da Fábrica de Porcelana da Vista Alegre».

Tendo-se abastecido de caulino em Vale Rico, até ao final do século XIX, os caulinos de São Vicente de Pereira passaram a abastecer, desde o pós-guerra, não só aquela empresa, como a Fábrica de Sacavém, a Electro-Cerâmica, de Gaia, as suas congéneres de Coimbra²⁹⁴ e até algumas fábricas do arco Aveiro-Águeda. O barro era transportado em carros de bois para o cais da Ribeira, em Ovar, ou para o Cais do Puxadouro, em Válega, sendo depois transportado em barcos até à Fábrica, na Vista Alegre²⁹⁵.

Quadro 4.6 Contratos para extracção de caulino, 1918-1920

Data	Contrato	Prazo	Lugar	Freguesia	Concelho	Preço
1918-10-23 ¹	Arrendamento	10 anos	Soalheira	São Vicente	Ovar	5\$00/barco
1920-09-06 ²	Arrendamento	2 anos	Barreiro	São Vicente	Ovar	10\$00/barco
1920-09-06 ³	Arrendamento	1 ano	Cruzeiro	São Vicente	Ovar	10\$00/barco
1920-09-16 ⁴	Arrendamento	4 anos	Cruzeiro	São Vicente	Ovar	10\$00/barco

Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Em 1920 e 1921, a Fábrica de Porcelana da Vista Alegre regista um apreciável número de descobertas de depósitos de caulino – como se pode ver no quadro n.º 4.7 –, na freguesia de S. Vicente de Pereira, Ovar. Nunca esta empresa fizera qualquer registo de jazigo de caulino, situação que, à luz da legislação em vigor, lhe daria mais prerrogativas do que pelo processo do arrendamento. É possível que tenha adquirido propriedades por meio dos indivíduos que outorgavam em nome da direcção da empresa. Nos mesmos documentos há, também, dois registos pertencentes à Fábrica de Cerâmica de Águeda.

Quadro 4.7 Registos de depósitos de caulino, 1920-1921

Data	Descobridor	Freguesia (lugar)
1920-05-18	Fábrica de Porcelana Vista Alegre	S. Vicente de Pereira (Cruzeiro) ¹
1920-07-26	Fábrica de Porcelana Vista Alegre	S. Vicente de Pereira (Cruzeiro) ²
1920-08-18	José Francisco de Abreu Romão	S. Vicente de Pereira (Outeiro) ³
1920-09-21	José Francisco de Abreu Romão	S. Vicente de Pereira (Outeiro) ⁴
1920-09-24	Fábrica de Porcelana Vista Alegre	S. Vicente de Pereira (Corgo)
1920-09-24	Fábrica de Porcelana Vista Alegre	S. Vicente de Pereira (Cruzeiro)
1920-09-24	Fábrica de Porcelana Vista Alegre	S. Vicente de Pereira (Relva)
1920-09-24	Fábrica de Porcelana Vista Alegre	S. Vicente de Pereira (Relva)
1920-09-24	Fábrica de Porcelana Vista Alegre	S. Vicente de Pereira (Relva)
1920-09-25	Fábrica de Porcelana Vista Alegre	S. Vicente de Pereira (Cruzeiro)
1920-09-25	Fábrica de Porcelana Vista Alegre	S. Vicente de Pereira (Cruzeiro)
1920-09-28	Fábrica de Porcelana Vista Alegre	S. Vicente de Pereira (Herdade)
1920-09-28	Fábrica de Porcelana Vista Alegre	S. Vicente de Pereira (Herdade)
1920-09-28	Fábrica de Porcelana Vista Alegre	S. Vicente de Pereira (Outeiro)
1920-09-28	Fábrica de Porcelana Vista Alegre	S. Vicente de Pereira (Outeiro)
1920-09-28	Fábrica de Porcelana Vista Alegre	S. Vicente de Pereira (Relva)
1920-09-28	Fábrica de Porcelana Vista Alegre	S. Vicente de Pereira (Relva)
1920-11-01	Fábrica de Porcelana Vista Alegre	S. Vicente de Pereira (Mouquinho) ⁵
1920-11-01	Fábrica de Porcelana Vista Alegre	S. Vicente de Pereira (Mouquinho) ⁶
1920-11-22	Fábrica de Cerâmica de Águeda	Aguada de Baixo
1920-11-22	Fábrica de Cerâmica de Águeda	Águeda
1920-11-27	Fábrica de Cerâmica de Águeda	Águeda (Candão)
1921-03-02	Fábrica de Porcelana Vista Alegre	Eixo (Horta) ⁷
1921-05-07	Fábrica de Porcelana Vista Alegre	S. Vicente de Pereira (Mouquinho) ⁸

Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Os jazigos do concelho de Ovar, a partir de 1920, cada vez mais disputados por várias empresas, não satisfaziam as necessidades de caulino, razão por que a Fábrica de Porcelana da Vista Alegre vai procurar consolidar a sua posição também no concelho de Santa Maria da Feira. Embora não saiba quantos jazigos pertenciam a esta empresa de Ílhavo, sublinho que, em 18 de Fevereiro de 1922, foram

passados numerosos alvarás de concessão para exploração de caulino. O concelho de Ovar detinha a maior área de exploração, com 22 locais concessionados, seguido do da Feira com 15, em Oliveira de Azeméis, com um, Matosinhos, Santarém e Viana do Castelo²⁹⁶.

Nos anos 30, a Fábrica de Porcelana da Vista Alegre compra caulinos em Alvarães. Domingos Pereira Campos, director-delegado da firma Fábricas Jerónimo Pereira Campos, Filhos, SARL, adquirira, nessa freguesia de Viana do Castelo, uma velha fábrica de cerâmica. Embora esta unidade lhe interessasse do ponto de vista industrial, não lhe passou despercebida a importância económica da exploração dos caulinos gordos de Alvarães, bem como do barro refractário que era consumido na sede, em Aveiro, e que vendia a diversas empresas, como a Fábrica da Vista Alegre, a Fábrica de Sacavém, a Fábrica do Carvalhinho e a Empresa Electro-Cerâmica, de Gaia. Pelo menos em 1933, a fábrica da Vista Alegre comprou cerca de 500 toneladas desse caulino, que era de alta qualidade²⁹⁷.

Apesar do grande valor do caulino e da sua importância para a sobrevivência das empresas que dele dependiam, só em 1928, certamente devido ao aparecimento de outros fabricantes de produtos de porcelana, nasceu uma sociedade comercial para a exploração daquela importante matéria-prima²⁹⁸. Em 4 de Fevereiro de 1928, é constituída, uma sociedade comercial em nome colectivo, sob a firma social Silva & Companhia, com sede em Ovar, com um capital social de 10 000\$00. O seu objecto era explicitamente «o comércio de caulinos»²⁹⁹. Esta sociedade foi dissolvida dois anos depois, no final de 1930³⁰⁰.

Sobre a extracção de gesso, industrialmente utilizado no fabrico de moldes para o fabrico de louça, foram apenas encontradas duas escrituras. Uma, de 1897, e uma outra, de 1908. Contrariamente ao caulino, o gesso e a cal provinham da sub-região da Bairrada. Em 25 de Julho de 1897, Duarte Ferreira Pinto Basto estabeleceu um contrato válido por dez anos com um «proprietário» da Malaposta, Anadia, para o fornecimento de 10 vagões de «gesso de boa qualidade para ser aproveitado para géneros e modelos, e isto em cada ano e nas épocas que pelos gerentes da fábrica, consoante as suas necessidades, forem indicadas»³⁰¹. Um vagão, que transportava 10 toneladas, custava 6\$000 réis. O gesso era extraído de um terreno «registado pela Fábrica», sito no lugar de Sá, em Sangalhos, e conduzido a expensas do proprietário contraente, até à estação de Mogofores, ou para o embarcadouro na Pateira de Fermentelos», pagando a fábrica de porcelana, no primeiro caso, mais 4\$200 réis, ou 10\$500 réis, no segundo. O transporte por caminho-de-ferro, «desde Mogofores, e pelo rio, desde a Pateira de Fermentelos», seria por conta da fábrica da Vista Alegre.

3.2. Da antiguidade da olaria em Aveiro

Na sua obra maior, *A cerâmica portuguesa*, José Queiroz afirma que, «como região cerâmica, Aveiro deve ser uma das mais antigas em Portugal»³⁰². Apoiado nos estudos de Marques Gomes e Joaquim de Vasconcelos, acrescenta o bem conhecido ceramista: «Do século XVI ainda restam vestígios, e os produtos desta indústria, dos dois séculos seguintes, em barro vermelho, provam o grande desenvolvimento da olaria nesta antiquíssima terra»³⁰³. Duas décadas antes, no *Álbum da Exposição Distrital de Aveiro*, de 1882, realizado para comemoração do centenário da morte do Marquês de Pombal, Marques Gomes afirmava que «o estabelecimento das primeiras olarias [em Aveiro] data do século XVI. Documentos desta época denunciam-lhe a existência, ainda que não precisem a data da fundação, nem tão pouco a importância da respectiva indústria. Que ela foi aqui exercida em larga escala, prova-o um bairro que tomou o seu nome»³⁰⁴. Seguindo A. Carvalho da Costa e Fr. Francisco de Santiago, esclarecia o incansável historiador que, no tempo de Filipe I, «o *bairro dos oleiros* ficava nas proximidades da igreja do extinto convento de S. Domingos [...]»³⁰⁵. Frei Francisco de Santiago descreve a cidade, a muralha e suas portas: «É a primeira a que chamam da Vila, da qual se sai para a estrada real, da qual porta para fora ao nascente fica a fábrica dos oleiros, onde o barro vermelho formado em louça tão dura e perdurável matéria, especialmente pelas invenções várias de púcaros e quartinhos, aos aplausos, porque com repuxos, retalhados, e figuras lisonjeiam a sede sem se penetrarem da água»³⁰⁶.

Também Joaquim de Vasconcelos afirmava que «as olarias aveirenses produziam de preferência objectos de barro vermelho, que tinham larga exportação, não só para as povoações vizinhas, mas até para a província do Minho, pois era grande o número de navios que anualmente delas levavam carga para os portos de Viana [do Castelo] e Caminha»³⁰⁷.

Atentos aos vestígios no terreno e aos documentos dos arquivos, nas décadas seguintes, Marques Gomes e Rangel de Quadros Oudinot deram continuidade a esse trabalho de inventário. O primeiro dedicou muito do seu labor às olarias, divulgando, entre outros documentos, uma escritura de 10 de Dezembro de 1487, que fundamenta a existência daquela actividade, em Aveiro, no final do século XV: «a priora do convento de Jesus “comprou por 1\$300 réis brancos a Jorge Afonso, oleiro, um chão” que este possuía junto da então minguada cerca conventual»³⁰⁸. O segundo mostrou igualmente a antiguidade das olarias na cidade, embora os testemunhos arrolados sejam maioritariamente do século XVIII³⁰⁹.

Não obstante o grande empenho no recenseamento de registos e fontes que atestassem a antiguidade da olaria em Aveiro, as obras de Joaquim de Vasconcelos e dos historiadores locais referidos, como as de seus émulos, centraram-se sobretudo na produção de cerâmica doméstica e artística. Curiosamente, esse ascendente do oleiro sobre o telheiro, da louça sobre a telha e o tijolo, já vinha do século XVIII. Como refere Inês Amorim, nessa centúria, os telheiros e os ladrilhadores dependiam dos «artistas», isto é, dos oleiros de roda, tal como o regimento estipulava³¹⁰. Por outro lado, o facto de o interesse desses pioneiros se circunscrever quase apenas aos limites do concelho de Aveiro torna esta historiografia ideologicamente legitimadora da centralidade administrativa da capital de distrito. Não espanta, pois, que o esforço essencial, de pendor coleccionista, se tenha dirigido no sentido da identificação de peças e seus autores³¹¹, como não admira o predomínio das fontes literárias, nas pesquisas realizadas. No entanto – nunca é de mais recordá-lo –, esses estudiosos legaram-nos uma copiosa quantidade de informações sobre os oleiros, os barristas e os presepistas aveirenses, especialmente dos séculos XVII e XVIII, como tiveram o mérito de nobilitar a cerâmica de uso doméstico, como as púcaras e as tigelas. Marques Gomes publicou no *Distrito de Aveiro* uma série de artigos sobre cerâmica e vidros, nas suas mais diversas manifestações³¹². Muitos dos trabalhos posteriores acrescentaram outros dados mais, mas, no essencial, esses estudos confirmam as certezas e suposições dos autores citados, continuando, porém, sem resposta algumas das interrogações iniciais.

A historiografia do *Arquivo do Distrito de Aveiro* deu continuidade ao esforço daqueles dois autores. Duas passagens de um documento de 1431, publicado em 1959 por A. G. da Rocha Madail, vieram reforçar a convicção de que a olaria era actividade especializada no concelho de Aveiro, nomeadamente na freguesia de Aradas, desde tempos mais recuados³¹³. Outros documentos, como o foral de Aveiro, testemunham igualmente a produção de louça de barro vidrado³¹⁴. Também a *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro* faz referência ao fabrico de telha e outros objectos de barro, provando também que, em Vagos, é antiqússima a produção de telha³¹⁵.

Apesar dos esforços desenvolvidos por estes investigadores, muitas outras fontes escritas – como os registos paroquiais, os contratos notariais, regimentos, cartas de officio, licenças de venda, taxas, etc. – continuam por explorar de forma sistemática. Por outro lado, há muito que a arqueologia e a geologia puseram a nu as limitações das fontes escritas e as metodologias diletantes de muitos estudos de História de Local, permitindo alargar a área da cerâmica antiga para lá dos limites acanhados e artificiais do concelho. Os trabalhos pioneiros de Alberto Souto tornaram evidente que a cerâmica é bem mais antiga do que os testemunhos escri-

tos citados permitem pensar. Procurando os vestígios da efabulada Talábriga, na senda de Gaspar Barreiros (1561), dizia Alberto Souto a propósito da *Estação Arqueológica de Cacia*: «subindo a pequena encosta, reparei em restos de *tegulae*, *imbrices* e cacaria vária de fisionomia romana [...]. Surgiu-me cerâmica doméstica de qualidade e forma vária, mas alguns pedaços de colo de ânforas, misturados com *tegulae*, *imbrices* e tijolo [...] mostravam que ali existira um povoado importante»³¹⁶.

Outras descobertas e estudos mais recentes vieram confirmar o que já se intuía, sublinhando a necessidade urgente de se proceder ao estudo arqueológico sistemático desta sub-região e à análise físico-química das suas argilas. Em 1957, as escavações feitas na Rua da Corredoura, em Aveiro, revelaram restos de um forno de oleiro e de peças de barro vermelho»³¹⁷. Veio, depois, a descoberta de dois outros fornos, em Eixo – o primeiro, em finais de 1985, e o segundo, no início de 1996 –, que contribuiu para localizar outros pólos cerâmicos³¹⁸. Mais recentemente, em 1999-2000, os trabalhos levados a cabo pela ERA no Sítio Arqueológico da Marinha Baixa, em Cacia, permitem pensar que a cerâmica aqui produzida data de meados do século IV e o século VI d. C.³¹⁹.

Recentemente, os estudos de Arqueologia Subaquática, levados a cabo na ria de Aveiro sob a direcção de Francisco Alves, puseram a descoberto uma enorme quantidade de objectos de barro de grande variedade e elevado apuro técnico e artístico. Situada próximo da ponte da Barra, a jazida «Aveiro A» continha os vestígios de um barco da primeira metade do século XV, que se teria afundado com um carregamento de louça vermelha, possivelmente de fabrico local³²⁰. Sobre este assunto, diz o seu arqueólogo: «A par do contributo inestimável que o estudo da parte preservada da estrutura do navio *Ria de Aveiro A* tem vindo a prestar, no quadro das investigações sobre a arquitectura naval de tradição ibérica ou ibero-atlântica, a carga de cerâmicas de *Ria de Aveiro A*, da qual foram recuperadas 4000 peças – quatrocentas das quais muito significativas ou mesmo inteiras –, permitiu estabelecer uma tabela de 18 formas-tipo, constituindo, assim, a mais extensa colecção e o mais completo *serviço* de cerâmica comum do final da época medieval, em Portugal»³²¹.

Os trabalhos recentes de Inês Amorim, Maria João Branco Marques da Silva, Manuel Barreira, Isabel Fernandes, António Manuel Silva e Manuel Leão permitem compendiar um conjunto de referências à actividade dos oleiros, seus produtos, custos, etc., nos séculos XVII, XVIII e XIX, confirmando os limites da principal área da cerâmica nesta sub-região.

As breves referências de Maria João Branco Marques da Silva à cerâmica no concelho de Aveiro mostram que Cacia tinha, em 1450, dois fornos de telha, numa altura em que as casas, em Esgueira, tinham *paredes de adobe e telhados cobertos com telha*³²². Segundo Manuel Barreira, desde muito cedo que, da sub-região de

Aveiro, «os produtos da olaria fizeram a carga de algumas centenas de navios que anualmente demandavam os portos franceses, flamengos e ingleses»³²³. Inês Amorim refere a existência de fornos de telha em diversas localidades limítrofes do concelho: em Eixo, em 1722, no local onde Marques Gomes «situa a informação de Rattou acerca das prospecções feitas por um francês, Drouet, de argila refractária nas vizinhanças de Aveiro»³²⁴; em Paus, Alquerubim; em Vagos, onde havia «como forma subsidiária de equilíbrio do orçamento familiar, algumas oficinas de olaria»³²⁵.

Ao identificar oleiros das diversas áreas produtoras de louça preta e vermelha de Aveiro, António Manuel S. P. Silva mostra que os valores estatísticos referidos ficam muito aquém da realidade³²⁶. Só na freguesia de Aradas, por exemplo, o número de oleiros é superior ao indicado pelas fontes do século XIX³²⁷. Um estudo mais recente revelou que em 1887, nesta freguesia, a percentagem de oleiros cabeças de casal ali residentes era de 10%, o que colocava este grupo socioprofissional em terceiro lugar, depois dos «lavradores» e «agricultores», com 46,5%, e dos «jornaleiros», com 15,9%, acima, até, dos «carpinteiros», que representavam 4,5% do total³²⁸. Manuel Leão forneceu elementos bastantes para compreendermos os circuitos comerciais da «louça de Aveiro», nos séculos XVII e XVIII³²⁹.

Apesar da importância dos contributos referidos, não existe ainda um qualquer estudo monográfico sobre a actividade cerâmica nesta sub-região, no limiar da nossa contemporaneidade. Um estudo dessa natureza permitir-nos-ia compreender de que modo esse saber-fazer de séculos foi decisivo para a emergência das primeiras fábricas. Mas não parece haver dúvidas de que teria sido mais difícil o nascimento da indústria cerâmica sem as velhas olarias.

3.2.1. A lenta mas inexorável asfixia das olarias

Segundo Joaquim de Vasconcelos e Marques Gomes, terão existido, no início do século XIX, dez fornos de louça, em Aveiro. Mas os fornos teriam sido abandonados por razões que atribuíram, entre outras, às Invasões Francesas e à «concorrência que principiaram a fazer às olarias outras fábricas do mesmo género, que por essa época se estabeleceram em diferentes pontos, mais ou menos vizinhos de Aveiro»³³⁰.

«Em 1813, ainda havia nas Olarias dez fornos cozer louça vermelha e vidrada, mas poucos anos depois este número estava reduzido a dois, o do João da Graça e o do *Mochó*, que em 1829 acabaram também»³³¹. A independência do Brasil também terá tido reflexos negativos nesta actividade, mormente no fabrico de formas de açúcar.

Quadro 4.8 Olarias com indicação do número de operários e instrução, 1853

Produtos fabricados	Proprietário	Local	Operários			Sabem ler			Ler e escrever		
			H	M	R	H	M	R	H	M	R
Louça, faiança grossa	João da Silva Pinho	Aveiro	5	-	2	1	-	2	1	-	2
Louça vermelha	Manuel de Sousa	Ovar	2	1	1	-	-	-	1	-	-
Louça vermelha	José Correia Vidinha Júnior	Ovar	1	1	1	-	-	-	1	-	-
Louça vermelha	José Correia Vidinha Sénior	Ovar	3	2	-	-	-	-	1	-	-
Louça vermelha	Francisco Dias Resende	Ovar	2	1	1	-	-	-	1	-	-
Louça vermelha	Francisco Dias Resende	Ovar	2	1	2	-	-	-	1	-	-
Louça vermelha	José Gomes da Silva	Ovar	1	2	1	-	-	-	1	-	-
Louça vermelha	José André Lopes	Ovar	3	1	1	-	-	-	1	-	-
Louça vermelha	José Dias de Resende	Ovar	2	1	-	-	-	-	1	-	-
Louça vermelha	José Dias de Resende	Ovar	1	1	1	-	-	-	1	-	-
Louça vermelha	Manuel J. do Espírito Santo	Ovar	3	2	-	-	-	-	-	-	-
Louça vermelha	Francisco de Oliveira Gomes	Ovar	3	2	1	-	-	-	1	-	-
Louça vermelha	Josefa Pereira de Resende	Ovar	2	2	1	-	-	-	1	-	-
Louça vermelha	Escolástica Bernardes	Ovar	3	2	1	-	-	-	-	-	1
Oficina de telha	António Ferreira Marcelino	Ovar	1	1	1	-	-	-	-	-	1
Oficina de telha	José J. Gomes da Silva	Ovar	2	1	1	-	-	-	1	-	-
Oficina de telha	José Ferreira de Sousa	Ovar	3	1	2	-	-	-	-	-	-
Oficina de telha	Manuel Dias de Resende	Ovar	3	1	1	-	-	-	1	-	-
Oficina de telha	Tomé Ferreira Regalado	Ovar	2	2	2	-	-	-	1	-	-
Fornos de telha e tijolo	Miguel de Pinho	P. Juzã	6	6	2	-	-	-	1	-	-
Fornos de telha e tijolo	António de Pinho	P. Juzã	6	6	-	-	-	-	-	-	-
Fornos de telha e tijolo	Manuel Caetano da Silva	P. Juzã	3	4	-	-	-	-	2	-	-
Fornos de telha e tijolo	Manuel Caetano de Almeida	P. Juzã	3	4	4	-	-	-	3	-	1
Oficina de telha e tijolo	Viúva de Manuel Domingues	Vagos	6	2	2	6	2	2	6	2	2
Oficina de telha e tijolo	António Tavares de Almeida	Vagos	12	4	4	12	4	4	12	4	4
Oficina de louça vermelha	João de Oliveira Leite	Vagos	1	-	-	1	-	-	1	-	-
Oficina de louça vermelha	Manuel Cipriano da Silva	Vagos	1	-	-	1	-	-	1	-	-
Oficina de louça vermelha	Cipriano de Oliveira Leite	Vagos	1	-	1	1	-	1	1	-	1
Oficina de louça vermelha	Manuel Nunes Sobreiro	Vagos	1	-	-	1	-	-	1	-	-
Oficina de louça vermelha	João Simões dos Reis	Vagos	1	-	1	1	-	1	1	-	1
Oficina de louça vermelha	António Joaquim Simões	Vagos	1	-	1	1	-	1	1	-	1
Oficina de louça vermelha	Manuel António Simões	Vagos	1	-	1	1	-	1	1	-	1
Oficina de louça vermelha	Manuel dos Santos Pinhões	Vagos	1	-	1	1	-	1	1	-	1
Oficina de louça vermelha	Manuel Marcelino	Vagos	1	-	1	1	-	1	1	-	1

Legenda: H – Homens; M – Mulheres; R – Rapazes. Fonte: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

De facto, em 1853, como se pode ver no quadro n.º 4.8, não há olarias em Aveiro e o número das que foram contadas em Ovar e Vagos é idêntico ao que seria registado cerca de dez anos depois. Em Novembro de 1862, a dar crédito a uma informação do *Campeão das Províncias*, Aveiro teria então 8 olarias, onde se fazia louça preta. Segundo a mesma fonte, Ovar teria 15 e Vagos 12 oficinas de oleiro. Desse modo, nos três concelhos havia 35 olarias, que representavam 83,3% do total das 42 olarias existentes no distrito de Aveiro³³².

Contudo, essa informação não parece ser fiável, pois, tanto o *Inquérito Industrial de 1865*, como as *Informações para a Estatística Industrial*, publicadas em 1867, apresentam um número bem mais elevado. Assim, haveria em todo o distrito de Aveiro 79 olarias, sem contar com os 62 fornos de telha e tijolo. Dessas 79 olarias típicas do Antigo Regime, 64 situavam-se em três concelhos da sub-região estudada: 34 em Aveiro, 15 em Ovar e 15 em Vagos³³³. Das 34 olarias de Aveiro, 26 situavam-se em Aradas e as restantes em Oliveirinha³³⁴. Como vemos, só Aveiro apresentava cerca de 43% do total de olarias existentes no distrito. Sobre as olarias de Ovar, em 1877, Marques Gomes afirmava: «Há aqui 15 fábricas de louça vermelha, que exporta principalmente para Aveiro e Porto. A matéria-prima vem do Boco, aldeia da freguesia de Soza, no concelho de Vagos. O seu custo com o transporte anda anualmente por 1600\$000 réis. O produto total da louça é de 700\$000 réis»³³⁵.

Parece, pois, que o «declínio» referido por Joaquim de Vasconcelos e Marques Gomes foi atenuado a partir de 1851, com o fim da crise, que foi «quase toda a primeira metade do século XIX»³³⁶. Mas os dados do quadro n.º 4.9 mostram claramente que a louça produzida nessas olarias era quase toda consumida localmente. A pouca que chegava provinha do Porto e de Vila do Conde e a que saía seguia para o Porto, Vila do Conde, Olhão e Caminha³³⁷. Os elementos coligidos sobre esta actividade, ao longo da segunda metade de Oitocentos, parecem testemunhar alguma capacidade de resistência à produção industrial de louça doméstica de barro branco. O número de olarias existentes, em 1896, ainda era muito idêntico ao registado quatro décadas antes, mas com o início do novo século, torna-se evidente um acentuado declínio numérico e económico dessas oficinas³³⁸.

Em 1907, havia 2 olarias, no concelho de Albergaria-a-Velha e 12 no de Ovar³³⁹. Em, 1910, a «fábrica de louça vermelha» da quinta de S. Marcos, em Angeja, no concelho de Albergaria, fazia louça vermelha ordinária e algum tijolo, num «barracão de rudimentar construção que o industrial tomou de arrendamento». Sobre o oleiro que dirigia a referida oficina, Ferreira Cabido deixou um retrato de tinturas negras, certamente por lhe ter negado a informação que procurava: «Se não é fácil obter de alguns industriais ilustrados informações, pelo

menos aproximadas – tinha sentido essas dificuldades nas fábricas de papel e de pasta –, não deve causar surpresa que *indivíduos pouco mais que boçais*, como são os industriais da categoria a que pertence aquele de que se trata, cheios de desconfiança»³⁴⁰. E porque o barracão tinha «pouca luz, ventilação deficiente e até pouca solidez», «tomou a inspecção as necessárias providências». No sítio da Barca, junto ao Vouga, na freguesia de Angeja, estava instalada a outra olaria: era explorada em nome individual; tinha três rodas; consumia barros e lenhas dos terrenos e pinhais circunvizinhos, sendo a louça vendida em feiras.

Quadro 4.9 «Importação» e «exportação» de louça vermelha, 1853-1862

Anos	Importada (kg)	Valor (em réis)	Exportada (kg)	Valor (em réis)
1853	–	–	2 019,6	59\$100
1854	–	–	1 167,7	31\$500
1855	–	–	435,1	3\$000
1856	367,2	16\$000	1 760,7	36\$400
1857	440,6	18\$200	342,4	5\$200
1858	–	–	496,6	8\$990
1859	–	–	–	–
1860	–	–	635,3	23\$000
1861	–	–	37,6	6\$000
1862	330,8	42\$000	828	77\$400
Soma	1 138,9	76\$200	7 723,1	250\$630

Fontes: Vide «Fontes e notas dos quadros».

Nesse mesmo ano de 1910, em Aradas, das 26 olarias existentes cinquenta anos antes, só já restavam 12 de barro preto e 3 de barro vermelho vidrado, que empregavam 42 «operários»³⁴¹. Essas pequenas oficinas rústicas achavam-se «estabelecidas em telheiros acanhados, contíguos à casa de habitação de cada um dos seus proprietários. Em cada uma delas há apenas uma roda ou torno de oleiro, que, com umas régua de madeira e uns trapos, constituem todo o material de trabalho. A cozedura da louça é feita em umas covas circulares de pequena profundidade [...]»³⁴². Os fornos de louça vermelha eram rectangulares de dois compartimentos, servindo o primeiro de fornalha. Produziam panelas, púcaros, tigelas, etc., «de cor preta e de má qualidade, devido à natureza do barro, formação da pasta e sistema

de cozedura da louça. Avalia-se em 4800\$000 réis a produção anual de todas as oficinas e é vendida nos mercados e feiras das proximidades». A produção das três oficinas de louça vidrada vermelha foi avaliada em 1200\$000 réis³⁴³.

A louça produzida em Ovar era, por assim dizer, «a verdadeira louça do povo das aldeias e vilas próximas, porque lhes serve para a cozinha, para o transporte da água, gozando da qualidade de conservar a água fresca pelo facto de a pasta de que era feita ser muito porosa. Alguns destes produtos cerâmicos são bastante perfeitos tanto no fabrico como na forma, apresentando um perfil admiravelmente belo e simples»³⁴⁴. Mas esta apreciação contrasta com outras, assentes em critérios ideológicos diferentes. Em 1910, o director de *A Pátria*, de Ovar, considerava a olaria uma «indústria primitiva», sem mais. Porque parece ser um bom testemunho da situação certamente vivida nesse início de século e da forma como alguns grupos sociais viam essas oficinas, atentemos nas suas palavras: «Há em Ovar, vila, 10 olarias; é claro, todas precisamente iguais e dando um fabrico absolutamente comum. Uma vista, estão todas vistas, pois, no fim de contas, nunca deixam de ser uma repetição inalterável, automática de uma aptidão artística transmitida, e se reduzem, desde todo o sempre, a repetir com ligeiras e insignificantes alternâncias acessórias o ensino tradicionalista»³⁴⁵. O redactor, que encontrou a oficina juncada de «telha, jarras rústicas, cântaros e púcaros, no seu vermelho afogueado», acrescentava: «É de uma rusticidade completa e de uma simplicidade desoladora a fábrica». Trabalhavam quatro pessoas: «o fabricante, que é o proprietário, dois operários ganhando à peça e um moço assoldado por ano». No momento da visita, o oleiro fazia «tigelas vermelhas e ásperas; essas tigelas de barro grosseiro, que são a baixela da arraia-miúda».

Noutra passagem, informa, tentando fazer contas: «Em geral, as olarias de Ovar cozem 8 a 9 fornadas anuais, representadas por cada fábrica com o valor médio total de um conto de réis. Tem-se de tirar daí para salários, soldada, lenha, matéria-prima, etc., etc., de modo que fica, para valor do trabalho de todo o ano, o quanto basta para se viver em regime de economia apertada. Havendo pouco refugo, não sobrevivendo doenças e não sobejando os filhos ainda se consegue com a profissão amealhar uns cobresitos, pouquinhos, e à custa de muito poupar [...]. Aquilo é viver para trabalhar, é uma arte que finda arrastando consigo, na agonia, os que se obstinam a exercê-la»³⁴⁶. O testemunho de Joaquim de Vasconcelos é igualmente eloquente: «Apesar da grande variedade de produtos, os oleiros de Ovar lutam com graves dificuldades, vivendo tão pobremente que só à custa de elevado ágio é que podem obter o abono do dinheiro indispensável para as despesas de cada fornada, que são relativamente importantes [...]. Quando, porém, uma

fornada lhes sai má é um verdadeiro desastre e o pequeno lucro que lhes sobra anima-os a continuar a sua faina»³⁴⁷.

Quando, inconformado, o jornalista pergunta ao oleiro por que razão não melhora as técnicas de produção, a resposta não se fez esperar: «Melhorar, melhorar, para quê?». É que – agora são palavras do jornalista –, «isto é só para os miseráveis, porque só come em baixela de barro tão inferior a ínfima camada da espécie humana, e isto é só para os preços mesquinhos e com a aplicação aos mais ordinários empregos. Até os pobres já vão chegando ao covilhete de louça fina, observamos o oleiro; toda a obra saída das nossas mãos só tem consumo pelo irrisório do custo». O jornalista dava a receita, mas não alterava a realidade: «Tentasse-se aí o empreendimento de federar numa fábrica todas as olarias à data, desse-se-lhe a máquina manual moderna, fizesse-se a educação do artista pelo desenho, o esboço, a instrução profissional e, apurado o barro, seleccionados os processos, criando os tipos de uma beleza e de uma ductilidade atractivas, fabricasse-se para os mercados mais remuneradores, de par com a louça antiga, produtos novos em vasos, em cantarinhas, em terracotas, em ladrilhos [...]. O artista de que nos despedimos não concorda de nenhum modo, cabeçudo na sua opinião de artista sem horizontes; embora, nós convencemo-nos da viabilidade, a que acabámos de dar vida, dessa transformação industrialista».

Mas parece que os oleiros terão vivido sempre com imensas dificuldades. Aí por volta de 1818, numa das festas de eleição da abadessa do Convento de Sá, em Aveiro, um oleiro, conhecido pela alcunha de Tigelinha, escapou ao anonimato, não pela excelência da sua louça, da sua arte, mas por improvisar em verso. Marques Gomes divulgou um «soneto» onde o Tigelinha realça a vida dura e a mesquinha consideração social dos oleiros: «Por muito mais que faça se mais posso, / Pouco ou nada vale o meu trabalho; / De dinheiro sempre pobre e sempre falho, / Só em pulgas abundo, que bem coço. / No barro todo o dia sempre fosso, / E se à noite me recolho por atalho / Pr'a mais cedo chegar ao agasalho / Qu'encontro de refeição? Um pobre osso! / Eis aqui uma vida miseranda. / Eis aqui uma mesquinha sorte... / Mas o destino assim o quer e manda. / Embora! Tenho alma dura e forte. / E contra esta fortuna tão nefanda, / Alegre hei-de viver até à morte!»³⁴⁸.

Também Rangel de Quadros Oudinot nos deixou o seu testemunho sobre a sofrível condição dos oleiros, no início do século XX. O bairro das Olarias teria, então, pouca importância e as suas casas, «de humilde aparência», eram «habitadas por famílias pouco abastadas e quase todas, ainda há pouco estavam em ruínas, como ainda estão algumas»³⁴⁹.

Com o avanço da urbanização, novos constrangimentos foram criando dificuldades acrescidas ao labor dos oleiros. Em 1912, Bento dos Santos, oleiro da Quinta do Gato, Aveiro, é admoestado por ter barro a obstruir o caminho³⁵⁰. Das 26 olarias existentes em Aradas, cerca de 1865, já só havia 12, em 1910; seis anos depois, eram apenas 8 os «fabricantes de panelas de barro preto» daquela freguesia³⁵¹.

Algumas olarias conseguiram sobreviver, adaptando-se, diversificando a sua produção. Em 1853, em Ovar, havia, entre os treze oleiros de louça vermelha, dois de apelido Vidinha: José Correia Vidinha Sénior e José Correia Vidinha Júnior³⁵². Fabricavam então «talhas, cântaros e tijolos». Dois anos depois, a olaria do Vidinha Sénior estava em estado «progressivo», enquanto a do Vidinha Júnior se encontrava «decadente»³⁵³. Noto que, com os mesmos apelidos, há referências a outros indivíduos, que se ocupavam na pesca costeira, desde, pelo menos, 1869³⁵⁴. Ora, durante a I Guerra Mundial, vamos encontrar um Vidinha, certamente o mais novo dos dois referidos, ou um seu filho, como proprietário da «fábrica» de Albergaria, na Biscaia, onde, em 1872, Pinho Leal encontrara outros indivíduos (de apelido Henriques), à frente de «uma *fábrica de louça ordinária*»³⁵⁵. Em 1915, José Correia Vidinha, faz publicar um anúncio onde se pode ler: «Com olaria de louça grossa, na Biscaia, fabrica cântaros, telha para beirais, tijolo de quatro qualidades, etc.»³⁵⁶. No início do ano seguinte, o referido indivíduo anuncia o fabrico de «louça vermelha de todas as qualidades, tijolos para lares de fornos, manilhas para encanamentos de águas, beirais para telhados, vasos para plantas»³⁵⁷. Mais tarde, José Correia Vidinha morre, a oficina é encerrada, reabrindo em Fevereiro de 1925³⁵⁸. Dado o mecanismo de aprendizagem e a natureza familiar destas pequenas oficinas, formaram-se dinastias que foram responsáveis pela difusão desses saberes e das oficinas, em freguesias próximas. Em 1916, o *Anuário Comercial de Portugal* refere a existência de uma outra «fábrica de louça», em Angeja, também no concelho de Albergaria-a-Velha, pertencente à Viúva de Francisco Correia Vidinha³⁵⁹.

Em 1917, foi fundada uma outra empresa congénere, explorada por António Pereira de Resende, em nome individual. Segundo o *Jornal de Albergaria*, em Março desse ano, já estava concluído o «enorme forno» dessa fábrica, que fora estabelecida «no antigo barracão da fábrica de ferragens, na Ladeira, desta vila»³⁶⁰. Em Setembro, Pereira de Resende publicita os mesmos produtos: louça vermelha, beirais, manilhas, vasos³⁶¹. Dez anos depois, José Gomes da Silva, um «oleiro experimentado», monta uma «fábrica de louça churra, beirais para telhados, tijolo, vasos, manilhas, cântaros, etc., no altos do bairro de Assilhó, próximo da estrada, também em Albergaria-a-Velha»³⁶². No ano seguinte, publicita os seus produtos³⁶³.

Apesar de lento, o declínio das velhas olarias é inexorável. Dizia F. Ferreira Neves que, pelo menos até meados do século XIX, a tradicional louça preta de Aradas ainda é preferida à de ferro³⁶⁴. A partir do início do século XX, a acção conjugada da industrialização da louça de barro branco e de porcelana, por um lado, e a difusão de louça esmaltada, de alumínio e de vidro, por outro, aceleraram a liquidação das oficinas de olaria, embora só depois da II Guerra Mundial tenham perdido a sua importância económica e social, como viram alguns observadores coevos e eu próprio mostrei noutros textos³⁶⁵.

A razão desse carácter vivaz parece ficar a dever-se à natureza do mercado. Bom conhecedor deste ramo de actividade, Charles Lepierre afirmou a este propósito: «De todos os tipos de louça, os mais ordinários e baratos são os que têm maior importância comercial», porque «o consumidor exige louça excessivamente barata e recusa-se a comprar produtos mais caros, ainda que superiores»; por isso, «as faianças finas e a porcelana têm uma venda relativamente limitada». Em seu entender, esse fenómeno constituía «um dos maiores obstáculos ao aperfeiçoamento da indústria cerâmica», forçando os fabricantes a sacrificar «a parte técnica e artística»³⁶⁶.

3.3. Fábricas de louça e azulejo

Como se pode ver no quadro n.º 4.19, durante o período estudado, nasceram em Aveiro 8 fábricas de louça. Desse conjunto de pequenas unidades fabris, avultam a Fábrica de Louça da Fonte Nova (1882-1937) e a Fábrica Aleluia (1905-1975). A tradição cerâmica de louça, em Aveiro, explicará o facto de a esmagadora maioria das fábricas ter sido erguida nesta cidade, no local onde fora fundada uma fábrica de louça no último quartel de Setecentos. A proximidade do Porto terá pesado para que em Ovar não tenha nascido qualquer unidade desta natureza.

A imprensa local fornece testemunhos abundantes que nos permitem entrever as dificuldades que estas pequenas fábricas, escassamente mecanizadas, terão enfrentado. A sua produção era escoada localmente, mas uma parte significativa tinha o país inteiro como destino, ainda que os maiores consumidores, em conjunto, fossem Lisboa e Porto, as colónias e o Brasil. Estas empresas estavam encravadas entre os preços risíveis das olarias e a qualidade das louças de outras fábricas, situadas, tanto a norte como a sul. Em Julho de 1899, *A Discussão*, de Ovar, anunciava a chegada de um «grande sortimento de louça da Real Fábrica de Sacavém, [como] serviços completos de jantar e chá, de diversos gostos, can-

deeiros, jarros de porcelana, vidros, globos, etc.»³⁶⁷. Em Aveiro, em 1909, havia um «depósito das lindíssimas faianças das Caldas da Rainha»³⁶⁸.

3.3.1. A Fábrica de Louça do Cojo

A Fábrica de Louça do Cojo, situada junto do canal do mesmo nome, na cidade de Aveiro, terá sido fundada, em 1774, «como regista a *Relação das Fábricas de 1788*, ligada a Vicente Pedrossem da Silva, rico negociante da cidade do Porto, de origem flamenga, com múltiplos interesses na cidade de Aveiro: rendeiros das sisas [...], ou interessado capitalista na Fábrica de Algodão»³⁶⁹.

Em 1789, um documento notarial permite historiar a existência desta «Fábrica» e «supor a existência de uma primeira, bem mais antiga, difícil de datar». Nesse documento – continuo a seguir o estudo de Inês Amorim –, José Rodrigues Branco de Melo Sampaio Guerra declara ser possuidor «da sua quinta do Cojo desta cidade em que estava edificada a fábrica de Louça, que tinha andado arrendada por tempo de 15 anos»³⁷⁰. Acrescenta a mesma historiadora, que «Rangel de Quadros [...] escreveu, a propósito da Ordem Terceira de Aveiro, que João Rodrigues Branco, um dos irmãos, “era, além de proprietário, um comerciante e industrial de alguma importância e a ele se deveu a fundação da fábrica de loiça chamada do Cojo”»³⁷¹.

A fundação desta unidade cerâmica deverá compreender-se no contexto da «tentativa de arranque industrial» desencadeada «por Pombal nos anos de 1760-1770 e prolongada até aos primeiros anos do século XIX»³⁷². Também o facto de Aveiro, desde a data da sua elevação de vila a cidade, em 1759, se ter tornado um *centro administrativo, político e religioso*, terá contribuído para o nascimento desta unidade³⁷³. A passagem a cidade, e concomitante criação de um aparelho administrativo, terá influído na «atração de gentes», apesar do lento crescimento da população³⁷⁴.

Em 1789, diz Inês Amorim, «renova-se o arrendamento (entre Januário Barreto Ferraz e José Rodrigues Branco) por 10 anos». Em Abril de 1790, o proprietário e o administrador, Bento João Ferreira de Sousa³⁷⁵, requerem «privilégios e isenções sobre materiais e produtos», pedido que foi atendido devido a um conjunto de factores de que se destacam o consumo e qualidade – a louça era «mais fina e melhor vidrada e cintada do que a de Coimbra»³⁷⁶.

Em 1802, contudo, a fábrica estaria «em decadência». O corregedor de Aveiro «classifica-a já como “ordinária”, explicando a sua decadência pela muita concorrência [...] “pelas muitas que há de semelhantes géneros de que resultam

empates na exportação e por falta de meios dos proprietários para maior laboração”³⁷⁷. Em 1824-1825, a fábrica de José Maria Branco de Melo, de Vagos, e de António de Pinho, de Aveiro, «tinha capacidade para aumentar o número de operários (além dos seis que possuía), mas a concorrência das louças estrangeiras, responsáveis pela redução das suas vendas, impunha-lhes cuidados»³⁷⁸.

Mas nunca terá saído das dificuldades, em todo o século XIX. Em meados da década de 1847, dela dizia o governador civil: «Há nesta cidade uma única *fábrica de louça muito ordinária*, a qual, posto que tenha o consumo suficiente para se conservar no seu pé actual, não pode, contudo, prosperar, por haver muito melhor louça na Fábrica da Vista Alegre, muito próxima desta cidade, e mesmo porque a que naquela se fabrica é inferior em qualidade à das fábricas do Porto, de que muito se consome neste distrito»³⁷⁹.

Como se pode ver no quadro n.º 4.10, o volume de louça saída pela barra de Aveiro, entre 1853 e 1861, é muito irregular³⁸⁰. É possível que a quebra de 1857 se tenha ficado a dever a dificuldades de entrada na barra, pois em 1856 entraram em Aveiro 348 navios e no ano seguinte apenas 197; mas este argumento não parece explicar tudo, pois nesse mesmo ano de 1857, como vimos, a saída de vidro regista um volume assinalável – 3859,3 kg. De qualquer modo, importa assinalar que o volume de louça exportada é bem superior ao da que chegava, proveniente de Lisboa e Porto. A louça exportada ia para Vieira, Sesimbra, Ericeira, Albufeira, Esposende, Viana do Castelo e Caminha.

Em 1862, *O Campeão das Províncias* dava conta da existência de três fábricas de louça no distrito: uma «de porcelana na Vista Alegre, outra de louça grossa, em Vilarinho do Bairro, e outra em que se fabricam produtos iguais, no Cojo desta cidade»³⁸¹.

Por essa altura, segundo as *Informações para a estatística industrial*, o valor do edifício fora avaliado em 1500\$000 réis, enquanto «o capital empregado no estabelecimento» se cifrava em apenas 400\$000 réis³⁸². Era então gerida pelo pintor e santeiro Pedro António Marques, o Serrano, «o qual paga a renda anual de 96\$000 réis». Gastava por ano 153 712 kg de barro proveniente de Murtede, no distrito de Coimbra e de localidades próximas, como Azurva, freguesia de Esgueira, Aradas e Vagos. Além da areia, obtida localmente, recebia cobre de Eixo, dos muitos caldeiros ali existentes, zarcão, chumbo e estanho, comprados no Porto. Gastava 48 esteres de achas de pinho, provenientes dos concelhos de Albergaria-a-Velha e Águeda, mais 2800 esteres de ramadas e mato. A mão-de-obra era constituída apenas pelo mestre rendeiro e 6 operários – tantos como nos anos 20 –, trabalhando de sol a sol, durante todo o ano.

Quadro 4.10 «Importação» e «exportação» de Louça, 1853-62

Anos	Importada (kg)	Valor (em réis)	Exportada (kg)	Valor (em réis)
1853	14,7	3\$000	2 928,4	143\$000
1854	–	–	1 894,8	92\$000
1855	117,5	30\$000	4 061,2	299\$800
1856	4,6	4\$000	1 655,2	89\$880
1857	565,5	53\$000	209,5	214\$000
1858	1 735,5	96\$170	1 397,2	84\$750
1859	587,5	124\$000	216,6	166\$000
1860	1 838,8	72\$480	1 332,9	112\$900
1861	–	–	319,5	75\$495
1862	–	–	–	–
Soma	4 863,1	382\$000	14 015,3	1 279\$325

Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Entre os 16 produtos indicados, vendidos na fábrica a compradores de todo o distrito e de outros, avultam as tigelas, os pratos e as «peças de escultura»³⁸³. A restante louça incluía canecas, púcaros, sopeiras, bules, louça miúda, bacias de lavar e bacias de cama.

Em 1881, a centenária Fábrica de Louça do Cojo é considerada «um estabelecimento de pouca importância», empregando apenas quatro trabalhadores que garantiam uma produção «de seguro consumo entre as classes pobres»³⁸⁴. Em trabalho publicado em 1883, Marques Gomes considera «modestíssimas» as suas instalações³⁸⁵. No ano seguinte, Joaquim de Vasconcelos não lhe faz menção alguma, certamente pelas características da produção³⁸⁶ como poderão ter sido essas as razões do silêncio do *Inquérito Industrial de 1890*, um lustro depois³⁸⁷.

Pedro Marques Serrano foi o penúltimo arrendatário da fábrica, entre 19 de Fevereiro de 1861³⁸⁸ e 5 de Dezembro de 1890, data da sua morte³⁸⁹. A viúva, Ana Joaquina dos Santos Marques, que entretanto obtivera alvará para «continuar a produção de louça ordinária»³⁹⁰, assegura a continuidade da fábrica até à sua morte, em 1907³⁹¹. Em 1895, ainda a Fábrica de Louça do Cojo empregava 7 indivíduos: dois oleiros, um forneiro, um pintor e três serventes³⁹². Mas em 1905, Fortunato Augusto Freire Temudo testemunha o seu estado «muito decadente», empregando apenas seis trabalhadores com remunerações idênticas às auferidas em 1881³⁹³.

A par da produção de louça, esta velha unidade cerâmica de características oficinais, típicas do Antigo Regime, parece ter dado continuidade à actividade dos presepeistas e santeiros aveirenses de Setecentos. Pedro Marques «Serrano» assinou, pelo menos nos anos 50, um numeroso conjunto de imagens religiosas de pequena e média dimensão, em barro vermelho, hoje dispersas por capelas e colecções particulares³⁹⁴. A este propósito escrevia Marques Gomes, em 1916: «Em Aveiro, durante todo o século XVIII e primeiro quartel do século XIX, à maneira de outros centros cerâmicos do país, além da faiança e do vasilhame não vidrado, fabricavam-se imagens de santos e bonecagem»³⁹⁵. Ora essas características mantiveram-se, até quase ao século XX. Contudo, Pedro Marques «Serrano» dedicou-se a outras actividades, patenteando, uma vez mais, uma evidente falta de especialização, que de resto se registava mesmo em unidades industriais. Em Outubro de 1854, arrematou a pintura do hospital da Santa Casa da Misericórdia³⁹⁶. Já em 1883, recebeu 130\$840 réis pelo fornecimento de 8 barris de petróleo, contendo 1240 l, para iluminação pública da cidade, os quais foram comprados a José de Oliveira, do Porto³⁹⁷.

3.3.2. *A Fábrica de Louça da Fonte Nova*

Embora não conheça a escritura fundadora, se a teve, os restantes elementos reunidos permitem afirmar que a Fábrica de Louça da Fonte Nova foi fundada no início de 1882³⁹⁸. Depois de obtido, por arrendamento, o terreno para a construção da fábrica, no final de 1881, em 15 de Agosto do ano seguinte, as suas instalações foram franqueadas ao público para apresentação da louça da primeira fornada e, em Outubro, já pôde apresentar os seus produtos na exposição de cerâmica realizada no Palácio de Cristal do Porto», onde as suas louças mereceram os elogios do júri³⁹⁹.

Ao longo de uma atribulada existência de meio século, esta fábrica conheceu três períodos, de algum modo distintos. No primeiro, que medeia entre a sua fundação, em 1882, e os anos de 1903-1908, a fábrica praticamente não tem concorrência local. Fundada pelo «proprietário» Luís da Silva Melo Guimarães (1853-1909) e pelo «negociante» Norberto Ferreira Vidal (1843-1886), a sociedade dissolve-se após a morte deste último, sendo a fábrica adquirida pelo negociante Carlos da Silva Melo Guimarães (1850-1930), que, como mostrou Marques Gomes, foi, em boa medida, o fundador da empresa: «[...] quem levou o meu irmão Luís a fundar a fábrica com o santo do Norberto, fui eu, pois desde muito

novo tive essa inclinação. Antes de meu irmão Luís, estive eu com o falecido Francisco [Augusto da Fonseca] Regala (1848-1917)⁴⁰⁰ para a fundar, mas como ele não quis continuar com os seus estudos, então foi ele que se deitou à indústria de cerâmica, *indo eu sempre ao leme, não só na construção da fábrica como também com o meu dinheiro quando lhe faltava*⁴⁰¹.

A fundação da Fábrica de Louça da Fonte Nova constituiu um salto qualitativo de grande importância na história da cerâmica aveirense. Logo nos primeiros anos de existência, granjeou uma grande popularidade e o respeito dos *connaisseurs* de cerâmica artística, em todo o País, tendo sido premiada nos certames em que participou: na Exposição de Cerâmica Portuguesa (1882) – *Diploma de Mérito*; na Exposição Industrial Portuguesa (1888) – *Menção Honrosa*; na Exposição Universal de Anvers (1894) – *Medalha de Prata* e na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, em 1908 – *Medalha de Prata*⁴⁰².

Associada à Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, Fábrica de Louça da Fonte Nova desempenhou um importante papel na criação da Escola de Desenho Industrial, em Aveiro, em 1893. Como era paragem «obrigatória», depois da visita à fábrica da Vista Alegre, nas passagens de ministros e demais políticos por Aveiro. Nesses anos, Aveiro embarcava 302 toneladas de louça por ano, o que constitui, neste ramo, uma cifra assinalável⁴⁰³. Em 1903, segundo o correspondente de *O Comércio do Porto* em Aveiro, «a conceituada fábrica da Fonte Nova» mostrava que estava «perfeitamente nas condições de produzir louça artística»⁴⁰⁴.

Em 1904, as faianças artísticas da Fonte Nova eram já «conhecidas em todo o país e mesmo fora dele»⁴⁰⁵. A sua reputação vinha desde a exposição de 1883. A fábrica produzia ainda «louça de uso comum», que tinha (em 1906) «muita saída para todo o país», *panneaux* e azulejos⁴⁰⁶. A qualidade dos produtos era reconhecida tanto pela imprensa local, como por ceramistas como José Queiroz e Joaquim de Vasconcelos, ou pelos diversos estudos então publicados, em que esta empresa ocupa um lugar de relevo. Tornou-se, pois, a escola de uma plêiade de pintores e modeladores, disputados por outras empresas, nomeadamente pela Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre. Em 1908, todos os trabalhadores tinham sido formados nas suas oficinas⁴⁰⁷. «A Fábrica de Louça da Fonte Nova, pode dizer-se afoitamente, tem sido o palco onde todos os privilegiados de hoje, espalhados por outras fábricas fizeram o seu tirocínio, ali aprenderam a ser artistas, e alguns deles, de extraordinário renome presentemente», dizia *O Democrata*, em 1922⁴⁰⁸. De facto, alguns desses pintores e operários iriam envolver-se na fundação das restantes fábricas de louça e azulejo da cidade, ou integraram os quadros de trabalhadores especializados dessas unidades.

Neste período, raro era o ano em que não saía um novo produto com uma nova técnica. Mas, em 1903, dada a grande procura de produtos cerâmicos de construção, nomeadamente de telha de tipo marselha, Carlos Melo da Silva Guimarães, que tinha o seu filho Abel de Melo a seu lado, responsável pela louça de uso comum⁴⁰⁹, envolve-se, com os seus irmãos Luís e António Carlos, sem dinheiro, na criação de uma empresa de cerâmica de construção, a Empresa Cerâmica da Fonte Nova. O malogro desta empresa, falida em 31 de Julho de 1908, iria arrastar também a fábrica de louça, numa altura em que era diversificada a sua produção e significativa a procura dos seus produtos.

O reconhecimento de que «a indústria de louça sustenta o pessoal e dá lucro»⁴¹⁰ terá pesado na decisão do tribunal de autorizar a sua continuidade. Foi então entregue, por meio de um contrato de arrendamento, a sua administração a uma sociedade formada entre o pintor Manuel Pedro da Conceição (1876-1930) e o gestor da massa falida, o «negociante» Albino Pinto de Miranda (1867-1947), que terá abonado as despesas necessárias, embora, formalmente, por razões evidentes, só mais tarde tenha sido legalizada esta relação, o que levou alguma imprensa a afirmar que se tinha formado uma «cooperativa de produção» para a exploração da fábrica⁴¹¹.

Inicia-se, assim, uma outra fase, que decorre, entre 1908-1910 e 1919⁴¹². Se no período anterior, a fábrica era bem conhecida pelas suas louças, nesta fase, não deixando de continuar a produzir cerâmica decorativa e louça de uso comum, a Fábrica da Fonte Nova vai ganhar notoriedade com a produção de azulejos, nomeadamente dos belos painéis assinados pela dupla de pintores formada por Licínio Pinto e Francisco Luís Pereira. Os azulejos da Fonte Nova, tanto os de padrão como os figurados, revestem as muitas estações do caminho-de-ferro e um número elevado de vivendas em todo o país⁴¹³. A marca Fonte Nova adquire um grande prestígio. Em Agosto de 1917, *O Correio de Aveiro* considerava a fábrica «uma das primeiras, se não a primeira do género no nosso país», e lamentava que muita gente ainda a não tivesse ido visitar⁴¹⁴.

Durante este período, a empresa conheceu duas sociedades e outros tantos conflitos entre os sócios⁴¹⁵. A primeira, formada, como disse, na sequência da falência, com o comerciante Albino Pinto Miranda, homem de percurso profissional e cívico muito diversificado. Esteve ligado ao associativismo e ao poder locais, como em diversos negócios, que vão da cerâmica doméstica e decorativa à cerâmica de construção, da moagem à pesca, das conservas à banca, como refiro no capítulo seguinte. Desde 1910, quando a fábrica é arrematada em praça, Manuel Pedro da Conceição manifestou desejo de tornar a fábrica apenas sua. Viria a consegui-lo em 1919.

Desse ano até 1927, explorada em nome individual por Manuel Pedro da Conceição, a Fábrica de Louça da Fonte Nova tem pela frente outra dificuldade: o aparecimento de três concorrentes locais, três novas fábricas de louça e azulejos, contando uma delas com os dois mais conhecidos pintores e um modelador, também formado na Fonte Nova. Mas parece que não foi a concorrência que traiu Manuel Pedro da Conceição. Tratou de adquirir equipamento novo para dotar a fábrica de capacidade técnica que lhe permitisse ganhar os novos desafios⁴¹⁶. Em 1922, emprega 50 operários⁴¹⁷. A sua produção cerâmica artística conquista prémios e obtém o reconhecimento em todos os certames em que participa: Medalha e Ouro nos congressos beirões, de 1921 e 1922 e o Grande Prémio, na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, neste último ano, à frente das suas concorrentes directas, a Empresa de Louças e Azulejos e a Fábrica Aleluia, que arrecadaram o Diploma de Honra⁴¹⁸. Mas o desaparecimento de algumas pessoas ditou o fim da velha fábrica. Em 1923, morre o jovem pintor, de 21 anos, Luís da Paula Graça⁴¹⁹. No ano seguinte, adoece gravemente Manuel Pedro da Conceição Júnior (1904-1927), filho do empresário, jovem pintor, aluno da Escola de Belas Artes do Porto, em quem eram depositadas grandes esperanças, vindo a falecer em 1927⁴²⁰. Três anos depois, morre o próprio Manuel Pedro da Conceição, depois de, entretanto, ter enviuvado⁴²¹. A fábrica terá sido explorada por outro filho de Manuel Pedro, Albano da Conceição, até que um violento incêndio a devorou, em 1937.

3.3.3. A Fábrica Aleluia

Em 14 de Fevereiro de 1905, alguns trabalhadores da Fábrica da Fonte Nova, capitaneados pelo pintor João Aleluia (1876-1935), fundam uma nova empresa, com um capital social de 1250\$000 réis, com o fim de fabricar louça utilitária e decorativa e azulejos, construída no bairro dos Santos Mártires⁴²². A primeira fornada de louça saiu no início de Junho de 1905⁴²³. O *Boletim do Trabalho Indústria* já a contabiliza, mostrando que existiam apenas três fábricas de louça, no distrito de Aveiro. Duas de barro branco, na cidade de Aveiro, e uma de porcelana, na Vista Alegre, em Ílhavo⁴²⁴. No final de Abril de 1906, a sociedade dissolve-se e João Aleluia torna-se o único proprietário da novel fábrica de cerâmica⁴²⁵.

Durante os primeiros anos, entre 1905 e 1917, a Fábrica de Louça e Azulejos dos Santos Mártires tinha uma produção e uma cultura algo idênticas à fábrica onde se haviam formado os seus instituidores: fazia louça artística e de uso comum e azulejos de fachada e figurados muito apreciados. Mas era uma pequena

fábrica, quase uma oficina, acanhada e sem capital, pelo que, nesses anos, não terá criado grandes dificuldades à sua congénere da Fonte Nova. O texto de um anúncio de 1906 é repetido em 1910⁴²⁶. Até 1917 não terá tido grandes transformações técnicas. Em Outubro de 1909, a imprensa local noticia a introdução de «melhoramentos», nomeadamente a aquisição de um moinho de vento para a moagem do vidro⁴²⁷. Como o próprio João Aleluia diria, em 1922, a fábrica «começou modestamente e, graças à difusão dos seus produtos, tenho podido desenvolvê-la embora gradualmente»⁴²⁸.

A partir de 1917, João Aleluia, coadjuvado pelos seus dois filhos, transfere a oficina cerâmica – que adopta a partir de então a designação de Fábrica Aleluia – para um terreno em frente da Fábrica de Louça da Fonte Nova, tornando-a em pouco tempo na mais importante unidade de produção de azulejo desta sub-região, vindo mesmo a identificar-se, por metonímia, com a própria cidade de Aveiro. Era uma nova fábrica, «edificada com todas as exigências da moderna indústria cerâmica», como noticia a imprensa local⁴²⁹. Não deixando de produzir louça – «um colossal e variado sortido de louças de uso comum e fantasia em diversos estilos»⁴³⁰ –, os produtos para a construção, como os azulejos, «lisos e em relevo, para frontarias e com paisagens para ornamentação de salas», ganham mais espaço no conjunto da produção desta empresa.

Em 1919, quando nasce outra fábrica, a Empresa de Louças e Azulejos, João Aleluia investe 13 500\$00 numa sociedade para a exploração do lugre *Estrela-do-Mar*, o que correspondia a 11,57% do valor global do navio⁴³¹.

Nos anos seguintes os seus produtos eram vendidos em todo o País, nas colónias e em alguns países estrangeiros, nomeadamente no Brasil⁴³². Em 1928, anunciava o fabrico de azulejos em pó de pedra e artigos sanitários⁴³³. Em 1930, começa a produzir «azulejos estampados» e «louças para uso comum em faiança fina», sendo então considerada a melhor fábrica «do centro do País»⁴³⁴. Os seus produtos ganham diversos prémios. O filho Gervásio é admitido como professor na Escola Industrial⁴³⁵.

A sua cultura é diferente da da fase anterior. O trabalho dos pincéis passa a ser acompanhado pelo das máquinas. Na Fábrica de Louça da Fonte Nova, pintores como Licínio Pinto e Francisco Luís Pereira adquiriram um prestígio pessoal e uma consideração social próprias de artistas de cavalete. Assinam os painéis que pintam, de tal modo que o nome da fábrica é obscurecido. Com a Fábrica Aleluia esse processo é alterado: tal como na Vista Alegre, de um modo geral, é apenas a Aleluia que assina os seus produtos, nomeadamente os painéis de azulejos. Mas não é apenas a fábrica que adquire uma importância simbólica na cidade. O empre-

sário João Aleluia, tal como Manuel Pedro da Conceição, é um *self-made man* – este, filho de um barqueiro, aquele filho de oleiros –, mas, além de pintor e empresário, era músico e teve uma participação na vida cívica e associativa da cidade que lhe deram grande notoriedade⁴³⁶.

3.3.4. Restantes fábricas de louça e azulejo de Aveiro

Nos anos que se seguiram à I Guerra Mundial, nascem, no concelho de Aveiro, mais três fábricas de louça e azulejo, como se pode ver no quadro n.º 4.19. Entre 1922, mercê das características da conjuntura, chegou a haver, nesta sub-região, cinco fábricas de louça, quatro das quais em Aveiro. Embora não tenha sido possível avaliar o volume de louça e azulejos produzidos nos anos 20, é evidente o aumento do consumo nesses anos.

Em 28 de Novembro de 1919, um grupo de oito indivíduos, onde se destacavam os pintores Licínio Pinto e Francisco Luís Pereira, o modelador José Ferreira de Barros, todos da Fonte Nova, assim como o antigo societário daquela empresa, Manuel Tomás Vieira Júnior, fundam uma sociedade por quotas, com um capital de 25 000\$00, que visava a «exploração da indústria e fabrico de louças e azulejos»⁴³⁷.

Instalada num «casarão» sito no Cojo, próximo das outras duas concorrentes, a fábrica da Empresa de Louças e Azulejos, Limitada, inaugurou o seu «salão de vendas», em 7 de Agosto de 1920, pondo à venda «louça de serviço comum, peças artísticas e azulejos»⁴³⁸. Graças à presença dos dois pintores, a fábrica tornou-se rapidamente conhecida. Um ano depois, a imprensa local não poupa os elogios aos produtos da nova fábrica: «Como César, chegou, viu e venceu», dizia o *Campeão das Províncias*⁴³⁹. Empregava então, segundo este periódico, 35 trabalhadores que asseguravam uma produção diária de 3000 azulejos e de dois vagões de louça, despachados pelo caminho-de-ferro para Lisboa⁴⁴⁰. Em 1922, satisfazia encomendas que lhe chegavam de todo o país. Nessa altura já as instalações se mostravam acanhadas⁴⁴¹.

Com a morte do «gerente», Manuel Tomás Vieira Júnior (1880-1923), e a saída dos pintores, que foram trabalhar para a Fábrica do Outeiro, em Águeda, a Empresa de Louças e Azulejos encerrou as suas portas, sendo posta à venda, no início de 1930⁴⁴².

Em 1922, nascem duas outras fábricas: uma em Aradas e outra na cidade de Aveiro. Em 19 de Setembro é fundada a Fábrica de Louça Vitória, nas Leirinhas, em Aradas⁴⁴³; quase três meses depois, em 4 de Dezembro de 1922, é criada

a Empresa Olarias, Limitada, com um capital social de 60 000\$00, de que estavam realizados apenas 50 por cento⁴⁴⁴.

Foram fundadores da primeira Manuel Gonçalves da Vitória e João Gonçalves da Vitória Machado, sob a firma Vitória & Irmão, que subscreveram um capital social de 15 000\$00. Os dois oleiros de Aradas, subscreveram duas quotas de 5000\$00, sendo os restantes 5000\$00 representados pelo valor da casa térrea e quintal que possuíam em comum. Nunca esta pequena fábrica terá fabricado azulejos. A sua produção limitava-se à louça de uso doméstico, em barro branco, que provinha de Coimbra, de comboio⁴⁴⁵. Em 1930, a sociedade é dissolvida, continuando a sua laboração em nome do sócio Manuel⁴⁴⁶.

A Empresa Olarias, Limitada foi fundada por um grupo de 11 indivíduos, entre os quais se destaca o já referido «negociante» Albino Pinto de Miranda, com uma das duas maiores quotas, no valor de 10 000\$00. Como se vê, nenhum dos sócios detinha uma posição dominante. Tinha como fim a «exploração da indústria de louças e azulejos em todos os géneros e aplicações», embora as poucas referências da imprensa local deixem a entender que predominava a produção de painéis de azulejos.

A escritura de constituição da sociedade foi celebrada em 1922, mas o edital só foi publicado em 17 de Março de 1924 – o que levou *O Democrata* a afirmar que a empresa tinha nascido nesse ano⁴⁴⁷ –, e a produção teve início apenas em meados de 1926. O principal pintor, António Augusto, assim como os dois «oleiros» também saíram da Fonte Nova. Mas a vida desta empresa não terá sido fácil, embora tenha conseguido sobreviver, até ser adquirida pela Fábrica Aleluia, em 1942.

Em 1924, também em Aradas, nasce uma outra pequena empresa para o fabrico de louça e azulejos, explorada em nome individual por João Bernardo Moreira⁴⁴⁸.

3.3.5. Fabrico de louça e azulejo em Águeda

Fora do concelho de Aveiro, apenas se fabricou louça e azulejos no concelho de Águeda. Se exceptuarmos a Cerâmica do Outeiro, fundada em 1920, por António de Sousa Carneiro e Gastão R. Guerra, as outras tentativas não terão sido mais do que isso. Em 1885, dois negociantes desta vila, fundam, sem registo notarial, a Fábrica de Louça de Pessegueiro, sob a firma Sucena & Sucena, Lda.⁴⁴⁹ Segundo a escritura de dissolução, António de Freitas Sucena e António de Sousa Sucena

«começaram em *sociedade simplesmente verbal* e sem convenção acerca do tempo da sua duração, a adquirir alguns materiais e a fazer no referido sítio algumas obras para a mesma fábrica, empregando fundos comuns»⁴⁵⁰. Mas, por razões não indicadas, os dois sócios dissolvem a sociedade, no início do ano seguinte. O capital investido foi então avaliado em 989\$800. O activo e o passivo ficaram a cargo de António de Freitas Sucena. Resta saber se a fábrica chegou a iniciar a sua laboração.

Atentemos, agora, no essencial da informação que foi possível reunir sobre a Cerâmica do Outeiro, que mostra bem os efeitos da falta de recursos humanos qualificados, testemunhando um episódio semelhante aos verificados noutros ramos de actividade. A fábrica terá sido construída, em 1920, por uma sociedade sem registo notarial. No início de Maio desse ano, a imprensa local noticia o difícil transporte de uma caldeira de 9 t, adquirida em Ovar⁴⁵¹. Seguiram-se, depois, morosas experiências de «mistura dos barros»⁴⁵². Em meados de Abril do ano seguinte, sai finalmente a primeira fornada⁴⁵³.

Sobre esse acontecimento, *A Reacção* publica uma pequena nota: «Embora uma parte da louça não saísse perfeita, a verdade é que, dentro em pouco, vencidas agora as pequenas dificuldades, a fábrica entrará numa franca e feliz laboração»⁴⁵⁴. *A Independência de Águeda* preferiu falar apenas de «uma fornada feliz», solenizada «com um jantar aos operários», rematando: «Pode considerar-se no bom caminho a fábrica do Sr. António Carneiro»⁴⁵⁵. Mas no número seguinte não mais esconde o que se passava; em entrevista, um dos empresários, afirma a certa altura: «Os dois forneiros atraíam-nos e a fornada sai com defeitos que a tornam imprópria para a venda. Propositadamente, arranjam os dois com que o fumo se escoe para dentro do forno e umas peças de louça apresentam cor amarelada, outras ostentam manchas esquisitas. Poucas são as peças incólumes»⁴⁵⁶. Descobertos, «os forneiros fugiram». Teriam agido em defesa dos interesses dos oleiros que a fábrica ameaçava ou estariam ao «serviço» de uma outra qualquer empresa congénere?

A fábrica inicia a sua actividade com 35 pessoas, entre homens e mulheres, «quase todas de Águeda». No entanto, não dispunha de mão-de-obra qualificada. O pintor e compositor era o «desenhista» Ângelo Teles Meneses, «guarda-republicano», que desenhava os motivos dos desenhos e fabricava as cores. *A Soberania do Povo* não esconde as dificuldades iniciais, mas não deixa de achar curioso o trabalho do «amador» da pintura, expressando votos de que em breve as coisas comessem a correr bem⁴⁵⁷. Nesse começo, a fábrica tinha condições de, «num dia, fazer 800 pratos vulgares, ou malgas»; nessa semana, porém, não foi além dos 350⁴⁵⁸.

Em Agosto desse ano, os problemas estariam parcialmente resolvidos. *A Soberania* afirmava que os empresários «não se poupavam a canseiras e fadigas

para que as suas faianças rivalizassem com muitas das suas congéneres de Portugal»⁴⁵⁹. Inicia-se a comercialização dos produtos, mesmo com uma qualidade sofrível. Em Novembro, António de Sousa Carneiro parte «para diferentes localidades da Beira Alta, por onde tenciona demorar-se alguns dias»⁴⁶⁰.

Na semana seguinte, a *Independência de Águeda* afirma que «a alma de tudo aquilo» era o sócio Gastão Guerra, «que encontrou no Sr. António Carneiro o melhor cooperador da obra que idealizara»⁴⁶¹. Não me foi possível saber a profissão deste sócio, mas sobre o outro são inúmeros os testemunhos, nas fontes compulsadas. Parece que nem um nem o outro tinham qualquer relação anterior com o fabrico de louça. António de Sousa Carneiro era um bem conhecido comerciante de Águeda, que começou o seu percurso profissional pelo negócio de mercearia (1888), tendo tido uma agência de viagens para o Brasil (1896), vindo depois a envolver-se na cerâmica de construção, na criação de um armazém de fazendas (1908), na criação do teatro local (1909) e exploração de minas (1910).

Do final de Abril desse ano de 1921, até 1927, faz-se silêncio sobre a Cerâmica do Outeiro, na imprensa local. Em Setembro deste último ano, a *Soberania do Povo* afirma que «a fábrica de louça do Outeiro, por desinteligências entre os seus proprietários, havia interrompido a sua laboração», acrescentando que se encontrava «já em funcionamento, com todo o activo e passivo a cargo do Sr. António de Sousa Carneiro»⁴⁶².

Noutra passagem, o referido periódico considerava que os produtos saídos então dos seus fornos eram «perfeitos, tanto no vidrado como no acabamento e na pintura». A fábrica produzia «alguns artigos de louça sanitária e louça tipo Caldas que, no seu género», podiam «rivalizar com os melhores que se encontram no mercado». Não seria bem assim, mas parece que a fábrica tinha resolvido o problema da falta de mão-de-obra mais qualificada. Também a *Voz de Águeda se faz eco da existência de «empregados bastante habilitados»*⁴⁶³. Além dos «graciosos e bem acabados espécimes de louça», a Cerâmica do Outeiro produzia imagens religiosas e crucifixos «pintados por um artista contratado numa das mais importantes casas da especialidade do Porto»⁴⁶⁴.

Só ao fim de uma década é que a Cerâmica do Outeiro conseguiu lançar raízes num ramo de actividade em que Águeda não tinha tradição. Em 1930, António de Sousa Carneiro contrata os dois famosos pintores da Fábrica de Louça da Fonte Nova, que eram, desde a fundação, em 1922, os executores dos painéis da Empresa de Louças e Azulejos de Aveiro. O discurso da imprensa local regista uma mudança significativa. A produção da fábrica diversifica-se e, especialmente, parece ter atingido uma qualidade que manifestamente lhe faltara nos anos ante-

riores⁴⁶⁵. Além das imagens religiosas, da louça artística, «imitando faiança antiga», da louça de uso comum e dos artigos sanitários, a Cerâmica do Outeiro passa a produzir painéis de azulejos, assinados por Licínio Pinto e Francisco Luís Pereira, o que a torna bem conhecida em poucos anos⁴⁶⁶. Em 1931, a produção de louça já era contada entre as principais indústrias de Águeda, a par das ferragens, da serração de madeiras e da cerâmica de construção, sendo a tenacidade de António de Sousa Carneiro muito elogiadas.

Certamente no período em que a Cerâmica do Outeiro esteve encerrada, outra tentativa foi feita, em Setembro de 1925, mas sem êxito. No quadro exposto e pelas razões que adiante refiro sobre as enormes dificuldades de sobrevivência das fábricas de louça, também esta estava condenada ao fracasso, apesar dos 17 000\$00 de capital investidos.

Segundo informação notarial disponível, no dia 1 de Setembro de 1925, nasce, em Vale Durão, Águeda, uma sociedade por quotas, sob a firma social Simões & Silva, Limitada, cujo fim era o «fabrico e comércio de louças vermelhas de barro e outros objectos similares⁴⁶⁷. O «industrial» Manuel Henriques da Silva e «proprietária» D. Carmo Vidal Abrunhosa Xavier Simões dividem entre si os «pelouros» da direcção da empresa. O primeiro seria o «director técnico» e a segunda a «gerente». A esta competia «arrecadar os fundos, solver os encargos e dirigir a escrituração e contabilidade da sociedade, ficando a seu cargo, também, as transacções em vendas dos artigos fabricados ou adquiridos e em compras ou aquisições de materiais». O outro sócio ficou responsável pelos «serviços técnicos e respeitantes à laboração da fábrica e fabrico de louças e outros artigos similares, devendo coadjuvar a sócia-gerente no exercício do seu cargo». Era, por certo, um oleiro.

Na verdade, esta senhora que, em conformidade com o Código Civil (art.º 1194.º e 1196.º) outorgou a referida escritura formalmente com autorização de seu marido, Manuel Xavier Pereira Simões, alferes do 3.º Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 28, só participa na sociedade porque ao marido, como militar, lhe estava vedado o negócio. Mas, a dar crédito à imprensa local, era ele o empreendedor: «Por iniciativa do alferes Sr. Manuel Xavier Pereira Simões, organizou-se nesta vila uma sociedade [...] para explorar a indústria de louça vermelha grossa, fina e vidrada, do tipo de Barcelos, Coimbra, Algarve e distrito de Aveiro»⁴⁶⁸. No início de Outubro de 1925, a fábrica, montada «ao cimo desta vila, junto à estrada que vai para a Mourisca», «realizou a sua primeira experiência, com excelentes resultados, tendo exposto ontem os seus produtos já perfeitos, como moringues, cântaras, ânforas, barris, alguidares, etc., muito apreciados pelos industriais e outras pessoas que ontem visitaram a nova fábrica»⁴⁶⁹.

Todavia, por razões não averiguadas, cerca de três meses após a sua fundação, os sócios dissolvem a sociedade, ficando o passivo e o activo a cargo da esposa do alferes Simões⁴⁷⁰. Os dois anúncios publicados, no final do ano seguinte, mostram que a Fábrica de Louça Vermelha de Águeda tinha alargado o seu objecto social: produzia «vasos de todas as qualidades e tamanhos, tigelas de resina, *telha mourisca, beirados, manilhas, tijolos lares, louças vermelhas e artigos cerâmicos*»⁴⁷¹.

Quanto tempo mais subsistiu esta empresa? Não terá durado muito, já que, no final de 1928, quando o alferes Simões – mais uma vez através da sua esposa, então identificada como «doméstica» e residente na Figueira da Foz –, funda uma fábrica de cerâmica de construção, em Assequins⁴⁷².

3.4. *A porcelana da Vista Alegre*

Sem caminho-de-ferro, a escolha do local para a instalação da fábrica fundada por José Ferreira Pinto Basto obedeceu aos seguintes critérios, segundo um depoimento de 11 de Maio de 1824: 1. espaço amplo e grande extensão dos terrenos circundantes; 2. abundância de combustíveis em muitos pinhais do fundador e de alheios; 3. condições favoráveis à instalação de engenhos de vento, necessários quando os de água não fossem suficientes; 4. abundância de seixo branco; 5. facilidade de circulação dos produtos, pela proximidade da ria e da barra, que comunicavam entre si à distância de uma légua, além da «existência de um armazém cheio de barro próprio para o fabrico de porcelana e às experiências sobre a técnica do fabrico de porcelana que o fundador fazia, coadjuvado por peritos»⁴⁷³.

Em tudo idêntica, a autorização de estabelecimento da fábrica, de 1 de Julho desse ano, enfatiza, no entanto, as características pessoais do requerente e a dimensão empresarial do projecto: «O projectado estabelecimento deve ser de grande utilidade para os povos pela vastidão dos seus diferentes ramos; que é construído em edifício próprio, em que já se têm feito avultadíssimas despesas; que o seu local é o mais vantajoso por ficar nas margens de um rio navegável, rodeado de pinheiros e de outras matérias combustíveis, assim como de excelentes barros, areias finas e brancas e seixo cristalizado, tudo próprio para vidrarias e porcelanas, como se tem verificado por felizes ensaios; e, finalmente, que o suplicante é um dos negociantes mais ricos e grande proprietário de muitos prédios, tanto naquela comarca, como nas do Porto e Penafiel, sendo além disso *dotado de um génio empreendedor, a quem as dificuldades não embaraçam, nem desanimam as despesas*»⁴⁷⁴.

Após oito anos de porfiados esforços, trabalhos e despesas, o caulino foi descoberto, em Vale Rico, próximo de Ovar. A descoberta da principal matéria-prima foi, naturalmente, «um grande sucesso»⁴⁷⁵. Parece que, antes de 1832, a fábrica terá chegado a importar caulino de Inglaterra⁴⁷⁶, mas o facto de ter sido encontrado longe da Vista Alegre, alterou o peso económico da maioria das vantagens evocadas no processo de licenciamento. É possível que o próprio José Ferreira Pinto Basto, que morre em 1839, tenha concluído ter sido errada a decisão de fundar a fábrica, no concelho de Ílhavo, sem matéria-prima para o fabrico de porcelana dura. Segundo Marques Gomes, o fundador «quis estabelecer a nova fábrica na própria cidade [de Aveiro], e, para isso, entabulou negociações com o proprietário da Quinta dos Santos Mártires para a adquirir, o que não pôde conseguir por esta propriedade fazer parte de um antigo vínculo»⁴⁷⁷. Em 1852, o químico Sebastião Betâmio de Almeida deixou-nos outra versão do fracasso dessa aquisição: «A importante fábrica da Vista Alegre, que, pode dizer-se, criou Ílhavo, e que tem sido a providência daquelas imediações, foi afugentada de Aveiro pelas exigências pichosas da *gente municipal*»⁴⁷⁸. Não foi, portanto, por acaso que, no início da Regeneração, os filhos de José Ferreira Pinto Basto se bateram pela passagem do caminho-de-ferro por Aveiro, como referi no capítulo 1. José Ferreira Pinto Basto Júnior terá integrado a primeira direcção da Companhia dos Caminhos de Ferro⁴⁷⁹.

Na verdade, com o caulino próximo de Ovar, a sua exploração industrial teria certamente custos elevados, decorrentes dos frequentes embarços colocados à navegação pelo assoreamento da ria. O comboio prometia minimizar dificuldades e abrir novas possibilidades. Mesmo assim, o caminho-de-ferro podia reduzir os custos com o transporte, mas não muito, pois a fábrica ainda teria de recorrer aos carros de bois, no início e no fim da viagem de comboio, isto é, dos barreiros à estação de Ovar e da estação de Quintãs à Vista Alegre. A jusante, os ganhos parecem ser mais evidentes: o transporte dos produtos por via marítima tornou-se lento e dispendioso, perante as vantagens da ferrovia: regularidade, velocidade e extensão, sem, todavia, inviabilizar a utilização do transporte marítimo, quando, necessário, ou as relações comerciais com os negociantes, que vendiam louça no interior do País.

Ora, em 1832, verificou-se que a principal matéria-prima responsável pela escolha do lugar de instalação da fábrica⁴⁸⁰, onde para esse efeito já tinham sido realizados avultados investimentos, estava distante. Tudo o mais era estranho à vila de Ílhavo, que, sem caulino, pouco teria para oferecer e fixar a fábrica, para lá da proximidade da barra⁴⁸¹. Sublinho que, cerca de 1865, os diversos artigos de porcelana, de cristal e de vidro, fabricados na Vista Alegre, eram os únicos produtos industriais de Ílhavo, representando, no conjunto, 51,2% do total das vendas deste concelho.

Seguiam-se, depois, o gado (25,7%), os cereais (9,6%), o peixe (8,1%), o sal (2,6%) e outros produtos diversos (2,8%)⁴⁸². Não fosse a fábrica e Ílhavo seria, então, o concelho de mais baixo rendimento de toda a sub-região estudada.

Com a passagem do comboio por Aveiro, encurtavam-se as distâncias, sendo, assim, viabilizada a sua continuidade na Vista Alegre. De qualquer modo, esta problemática carece de estudo, pois, embora não seja conhecido o volume de porcelana vendida nas beiras interiores, como testemunha Campos e Oliveira, desconhece-se igualmente a quantidade consumida em Lisboa e Porto. Quando estava a ser inaugurada a linha do Norte, a fábrica, como realça David Justino, citando as *Informações para a Estatística Industrial*, aproveita bem as estruturas do comércio existentes, vendendo «uma grande parte da louça fabricada» num «armazém do próprio estabelecimento» e na feira dos 13 ou «do bispo», na Vista Alegre, sem esquecer a «muita louça» que seguia «para Viseu e para todas as outras localidades da Beira Alta e da Beira Baixa e diferentes províncias do Reino»⁴⁸³. Por que razão Campos e Oliveira não referiu o negócio de vidro e porcelana transportados de barco, se até registou as quantidades e os destinos das cargas, entre 1853 e 1862?

Os elementos disponíveis referentes à saída de produtos pela barra de Aveiro adensam as perplexidades, dando quase a entender que, até 1850, não era «exportada» porcelana. Em Abril de 1839, sai de Aveiro uma rasca com «vidro, feijão e batata»⁴⁸⁴. Seria, então, o volume de porcelana tão diminuto que nem chegava para ser referido? Em Setembro de 1839, com «vidro, cortiça e madeiras», sai o iate *Penha de França*, certamente propriedade da empresa.

Recordo, com as palavras de J. Borges de Macedo, que o empreendimento de José Ferreira Pinto Basto consistia em criar uma indústria nova – o fabrico de porcelana – e que constituía «o primeiro exemplo de livre iniciativa no nosso país»⁴⁸⁵. As dificuldades iniciais terão sido gigantescas. Numa carta que seu filho Augusto (1807-1902) enviou de Londres, em 1832, depois de ter conseguido encontrar-se com o pintor Victor Rousseau, um retratista fugido da Revolução de Julho (1830), mostra com eloquência como os conhecimentos eram escassos, em vários domínios: «Tanto o tio João, como eu, somos de opinião que ele [Victor Rousseau] vá, porque é homem que entende a fundo o pintar e vidrar a porcelana e, fora isso, tem uma noção do andamento de uma fábrica, e pode dar informações, segundo me parece, muito úteis e necessárias, porque há muitos pequenos detalhes que só quem tem a prática é que os pode melhor mostrar que explicar por escrito»⁴⁸⁶. Depois, acrescentava: «É na economia da mão-de-obra e dos materiais que ele diz [que] poderá mostrar ao Pai os grandes melhoramentos que se podem fazer. Também no saber aplicar a pintura a encobrir defeitos de algumas peças que, sem isso, seriam perdidas ou

teriam muito pouco valor. A bolha de que o Pai fala diz ele que é procedida do mal amassado do barro». Ao longo dessa carta, Augusto Ferreira Pinto Basto dá conta dos conhecimentos do referido artista para calcular o preço das peças, deixando entrever que a empresa não procurava apenas um pintor de porcelana, ou então, um pintor, neste período, era bem mais do que o artista que pintava peças de porcelana.

A verdade é que só em 1851 surge a primeira referência à saída de louça pela barra de Aveiro. Em Março desse ano, o caíque *Senhora das Neves* leva feijão, louça e vidros. Em Dezembro desse mesmo ano, a chalupa *D. Bárbara*, conduzida por João Simões Amaro, leva 46 t de vidro e porcelana com destino a Lisboa. O mesmo se passou em Setembro de 1852 e nos anos seguintes. Porém, a partir de 1864-1866, desaparecem as referências à saída de louça. Teria a fábrica já abandonado o transporte marítimo em favor do ferroviário? A única referência encontrada, relativa ao transporte de louça, de carro, para a estação do caminho-de-ferro, é muito tardia⁴⁸⁷.

Desde Vasco Valente que se encerra, com a morte do pintor francês Gustave Fortier, em 1869, o ciclo de grande qualidade artística, iniciado por Victor Rousseau, entre 1835 ou 1836 e 1853, quando morre. Roulet, que substituiu Fortier na direcção da pintura, seria, assim, o rosto de uma fase, que, segundo essa cronologia, se prolonga até 1893, marcada pela «repetição de formas e processos»⁴⁸⁸. Mas a razão das singularidades desse período, do ponto artístico, para lá das características do referido pintor, parece decorrer do reconhecimento da inexistência de mercado de louça de elevada qualidade e, certamente, da dificuldade em concorrer, no capítulo da qualidade artística, com as criações das suas concorrentes europeias. O aumento da produção terá ficado a dever-se à introdução, em 1852, de uma máquina a vapor de 12 cavalos, a única então existente no distrito de Aveiro⁴⁸⁹ e a uma hipotética redução dos custos, na fase final, mas não esqueçamos que, como refere o *Inquérito Industrial de 1881*, a pintura continuava a ser manual, utilizando-se apenas, «por vezes», uma litografia, que, segundo Marques Gomes, fora instalada só em 1880⁴⁹⁰. Vasco Valente culpava a clientela da fábrica, «constituída quase exclusivamente pelos revendedores, aos quais interessava mais o volume de negócios do que o angariamento de um eventual freguês esteta»⁴⁹¹. Dificilmente poderia ser de outra forma, não se tratando de uma fábrica de patrocínio régio.

Os elementos disponíveis permitem concluir que, a partir da década de 1851-1860, a direcção da empresa terá optado estrategicamente pela porcelana, em detrimento do vidro e do cristal. Se atentarmos na informação do quadro n.º 4.10, que confronta o movimento de saída de porcelana e vidro pela barra de Aveiro, verificaremos que à quebra brusca do volume de vidro embarcado, a partir de 1858-1859 – a esposa do fundador morre naquele primeiro ano –, corresponde

um significativo aumento da saída de porcelana⁴⁹². Em 1858, o Governador Civil de Aveiro afirmava que os produtos desta fábrica eram «bem conhecidos no país, não chegando a satisfazer as necessidades dos consumidores»⁴⁹³. Segundo Campos e Oliveira, os destinos dessa carga, no início dos anos 60, eram os portos de Lisboa, Porto, Figueira da Foz, Sesimbra, Setúbal, Esposende, Caminha, Viana do Castelo, Ericeira, Peniche, Lagos e Vila Real de Santo António.

Quadro 4.11 «Importação» e «exportação» de porcelana, 1853-1862

Anos	Importada (kg)	Valor (em réis)	Exportada (kg)	Valor (em réis)	Vidro (kg)
1853	14,7	4\$000	9 517,8	1 629\$540	5757,7
1854	–	–	9 353,0	1 165\$300	9,2
1855	–	–	10 642,4	1 741\$170	3 068
1856	14,7	17\$000	4 669,9	720\$050	8 491,5
1857	–	–	8 200,5	1 427\$500	3 859,3
1858	33,0	45\$000	1 245,1	1 958\$700	940
1859	21,1	2\$000	13 972,9	2 332\$800	323,1
1860	156,1	66\$000	11 934,0	3 712\$700	220,3
1861	–	–	11 405,7	1 883\$500	–
1862	14,5	10\$000	20,5	16\$000	500

Fontes: *Vide* «Fontes e notas dos quadros».

Atentemos, agora, nas informações disponíveis sobre esta fábrica que, em 1865, empregava 113 indivíduos, assim discriminados: 1 «administrador», 1 «director», 1 guarda-livros, 2 «escreventes», 1 «mestre de fabricação de porcelana», 1 «mestre de pintura», 1 «mestre de escultura», 1 «escultor», 1 «aprendiz de escultura», 23 «oficiais de fabricação de porcelana», 3 «vidradores», 2 «fabricantes de potes e estojos», 1 «muflador», 2 «fornheiros», 28 «trabalhadores», 15 rapazes menores de 16 anos, 18 «polidoras de porcelana», 8 «escolhedeiras e lavadeiras de materiais» e 6 raparigas menores de 16 anos, além do pessoal empregado no fabrico de vidro, como referi antes⁴⁹⁴.

Os 6748 esteres de lenha de pinho que a fábrica consumia anualmente, com um valor aproximado de 6000\$000 réis, vinham de Águeda e de Oliveira do Bairro⁴⁹⁵. Já as matérias-primas para o fabrico de vidro e porcelana tinham proveniência diversa. Assim, a «argila caulínica», de que eram, então, consumidas

346,256 toneladas por ano – o que significa perto de uma tonelada por dia ou um barco por semana –, era extraída de S. Vicente e de Vale Rico; as 170 t de «argila plástica» eram arrancadas em Horta, freguesia de Eixo; as 29,376 t de feldspato eram conduzidas de Silvalde, e as 5,875 t de quartzo silicioso vinham de S. Cosme, próximo do Porto; o sulfato de cal era comprado em Lisboa e Porto; as 20 toneladas de areia eram obtidas na localidade, mas no Porto eram compradas as matérias-primas «químicas»: os óxidos (como os de crómio, de ferro, de urânio, de manganés, de zinco, de cobalto, de antimónio, de cobre, de estanho, de iridium), os sais (como o cromato de ferro, de barita, de chumbo e, algumas vezes, de cloreto de prata), matérias fundentes (como o bórax, o carbonato de potassa e de soda, o minium, o óxido de bismuto) e os metais (como «o ouro, a platina, o mercúrio e, raras vezes, a prata»). O cré era adquirido no estrangeiro⁴⁹⁶.

A relação do número de peças produzidas nesse ano revela um claro domínio da porcelana branca de uso doméstico, como terrinas, travessas, bules, mantieguiças, açucareiros, tigelas, chávenas, pratos, bacias de mãos e jarros. Contudo, a mesma fonte diz que a fábrica «exportou», nesse mesmo ano, apenas 27 880 peças de «porcelana branca e pintada», 23 076 peças de cristal e 5626 kg de vidraça⁴⁹⁷. Se o cristal saiu quase todo da fábrica, o que se terá passado com tão elevado número de peças de porcelana, que não entraram na estatística dos produtos «exportados»?

Quadro 4.12 Produção da Fábrica da Vista Alegre, 1865

Produtos	Peças	
Porcelana	branca utilitária	52 804
	branca decorativa	6420
	pintada utilitária	21 775
	pintada decorativa	400
	Total	81 399
Vidro	cristal	23 667
	plano e de cores	5 t
Outros	tijolos refractários	100 000
	caixas de tijolo refractário	12 000
	potes refractários	120
	cadinhos pequenos	100
	formas de gesso	1600

Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Possuía a fábrica, na oficina de trituração das matérias-primas, uma máquina a vapor de 14 cavalos, que consumia 6 esteres diários de lenha e dois fornos de cozer porcelana, de dois andares, «sendo ambos de forma cilíndrica e construídos de tijolos refractários fabricados no estabelecimento»⁴⁹⁸. Além desses dois fornos, havia também 5 muflas.

A máquina que Campos e Oliveira viu terá sido adquirida, segundo Marques Gomes, em 1865: «A máquina a vapor, colocada na oficina de trituração [...], foi feita em Lisboa por Bachelay. Tem duas caldeiras de fogo central e força de 14 cavalos. Foi assente, em 1865, por Daniel Werlong, artista de raro mérito com o curso de Artes e Ofícios de Paris, que, durante alguns anos, dirigiu a oficina de serralharia da fábrica. A chaminé, que dá vazão ao fumo das caldeiras, tem 14 m de altura e foi construída em 1879 por operários do estabelecimento»⁴⁹⁹.

As *Informações para a Estatística Industrial* [...], concluídas em 1865, constituem o melhor testemunho da vida da fábrica, nesse período. Campos e Oliveira dedica-lhe um espaço generoso, publica os documentos instituidores, historia as principais fases da vida deste estabelecimento industrial e descreve, com pormenor, o equipamento e as operações de fabrico, contabiliza a produção, mas, infelizmente, não indaga (ou achou melhor não publicar) as razões das dificuldades que um enigmático parágrafo deixa entrever: «Depois de termos deduzido as importâncias que antecedentemente mencionámos, soubemos por um dos empregados da fábrica, a quem apresentámos a nossa dedução, que *o fabrico se achava já, ou depois da nossa visita, muito reduzido, e que apenas trabalhavam os fabricantes para assim conservarem a fábrica e ir sustentando o grande número de operários que ainda conservam*»⁵⁰⁰. Remata com votos de «engrandecimento desta indústria», por considerar «não ser difícil porque a procura é grande de muitas terras do continente e das nossas ilhas».

Em 1866, é regularizada a situação jurídica da empresa, por razões relacionadas com a partilha dos bens entre os herdeiros da viúva de José Ferreira Pinto Basto, fenómeno que também se verificou noutras empresas. Tendo começado como uma sociedade em nome colectivo, sob a designação de Ferreira Pinto & Filhos, passa a ser referida, após a morte do fundador, como Casa Viúva Ferreira Pinto & Filhos⁵⁰¹.

D. Bárbara Inocência Allen morre, em 1858, mas só em 1866 é que os treze filhos sobreviventes formalizam a «sociedade de parceria» que tinham, de facto, entre si⁵⁰². A decisão de manterem indivisa a empresa terá resultado de ser mais forte, no seio desse grupo, a opinião dos que consideravam ser incontornável a imposição do estatuto régio e a vontade expressa do fundador, «que tantos sacrifi-

cios e despesas» fizera «para fundar esta fábrica e para a elevar à altura de outras da mesma natureza acreditadas noutros países». Assim, em 26 de Julho de 1866, os herdeiros formam essa sociedade que tinha como fim «a continuação em comum da fábrica da Vista Alegre e tudo quanto lhe respeita, dedicando-se ao fabrico de porcelana, dando-lhe todo o desenvolvimento possível», sendo deixada aberta a possibilidade de «também fabricar louça e vidro».

O capital social de 58 500\$000 réis correspondia «aos edifícios em que se encontra a fábrica e as propriedades, tendo sido tudo avaliado para o inventário a que se procedeu, por morte da mãe dos outorgantes, na quantia de 28 472\$810; aos fornos, máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios da fábrica e quota da casa respectiva e da capela, tudo avaliado pelo mesmo inventário pela quantia de 8447\$319; aos produtos e matérias-primas, no valor de 10 283\$010; e ainda à quantia de 11 296\$861, pelo qual os parceiros se responsabilizarão cada um na proporção de 8068\$990 réis»⁵⁰³.

Os lucros seriam divididos em quinze partes iguais, «sendo uma parte para cada um dos treze parceiros e mais duas para o gestor e administrador», que era Domingos, o nono filho de José Ferreira Pinto Basto. Mais é estipulado que, «independentemente dos lucros, o gestor e administrador terá o usufruto das casas de habitação e suas dependências, tanto da Fábrica como da Quinta da Vista Alegre, bem como dos terrenos anexos e receberá ainda anualmente uma gratificação de 1000\$000»⁵⁰⁴. Por fim, acordaram em que a parceria teria uma duração de três anos, o que deixa entrever as dificuldades de consenso sobre o futuro da empresa e dá sentido às apreensões de Campos e Oliveira. O comboio, que começa a circular na linha do Norte quando são tomadas estas decisões, terá desempenhado um papel decisivo na aposta da continuidade da empresa e da sua expansão.

Vinte anos depois, o balanço parece ser moderadamente positivo, apesar do desacordo dos números indicados pelas fontes conhecidas: «Nos últimos anos, o progresso é notável», dizia o *Inquérito Industrial de 1881*. «O valor da produção pode indicar-se pelos seguintes números»⁵⁰⁵: 1860 – 21 949\$000; 1870 – 26 994\$000; 1880 – 49 750\$000.

Há um lapso nestas informações, pois, em 1865, Campos e Oliveira computou a «produção» da fábrica em 48 812\$326 réis, enquanto o «produto líquido» se cifrava em 24 346\$000»⁵⁰⁶. Noutra parte do *Inquérito Industrial de 1881* é indicado um valor diferente: 48 750\$000 réis⁵⁰⁷, o que, mesmo assim, coloca a produção ao nível da registada em 1865.

«Apesar de o aumento da produção ter sido sensível nos últimos dez anos» – dizia *O Povo de Aveiro* –, «a fábrica acha-se bastante atrasada». Parece que assim

era. Em 1924, João Ferreira Pinto Basto escreveu sobre este assunto: «Assim foi andando a parceria entre irmãos, mas com pouco resultado, visto que, como todos receavam comprometer capitais, nenhum queria entrar com dinheiro»⁵⁰⁸.

Na verdade, no início dos anos 80, o processo de fabrico de porcelana era idêntico ao que descrevera Campos e Oliveira⁵⁰⁹. Em 1882, Marques Gomes ainda viu a (mesma) máquina a vapor, de 14 cavalos, instalada em 1865⁵¹⁰, com que eram movidas as 10 mós. As matérias-primas continuavam a ter a mesma origem, à excepção do feldspato, que vinha então de Vila Meã e Mangualde, e do gesso, extraído em Soure. De resto, em 1914, ainda era essa a proveniência das matérias-primas⁵¹¹. Também no tocante ao regime de trabalho não havia alterações significativas. Dizia *O Povo de Aveiro* que o trabalho «dura de sol a sol, com o descanso do costume, excepto no serviço de moagem, que é incessante, revezando-se os operários de seis em seis horas». Vinte anos antes, Campos e Oliveira vira que os obreiros da fábrica trabalhavam de sol a sol, com duas horas de sesta, durante o Verão⁵¹². Os principais destinos das louças fabricadas, tal como em 1865, continuavam a ser «o reino e ilhas».

Terminam aqui as semelhanças, embora os restantes dados disponíveis, nomeadamente no tocante ao volume de caulino utilizado, não mereçam confiança. Em 1865, Campos e Oliveira contabilizou o caulino consumido em 346,256 toneladas por ano; em 1881, segundo o *Inquérito*, a fábrica consumia «6000 kg de massa por semana», o que significa um peso idêntico ao divulgado em 1867. Foram, por certo, fornecidos valores errados. Como podia a fábrica consumir a mesma quantidade de caulino se estava equipada com 5 fornos para cozer louça, contra os dois existentes, em 1865? Mais: quatro desses fornos consumiam lenha, mas um deles queimava carvão mineral, tendo sido contratado um mestre francês para o dirigir e ensinar «aos aprendizes portugueses esta especialidade não conhecida entre nós»⁵¹³.

Em 1865, a fábrica empregava 155 trabalhadores⁵¹⁴. Quatro anos depois, esse número passou para 175; em 1881, foram contados apenas 179 trabalhadores, assim discriminados: 1 «mestre», 126 «operários», 25 «fêmeas» e 27 «menores»⁵¹⁵. Sobre os seus salários, em Março de 1882, depois de os comparar com os dos têxteis, *O Povo de Aveiro* – na sua fase republicana – considerava que não eram «lá muito elevados», mas «isso sucede desgraçadamente em todas as fábricas. Pode-se mesmo afirmar que a da Vista Alegre é daquelas que pagam melhor»⁵¹⁶. À aprendizagem das primeiras letras e da música, para os seus aprendizes, a Fábrica junta, com a construção de um (novo) teatro para 180 pessoas, inaugurado em 6 de Fevereiro de 1876, o ensino da arte de Talma, que muito concorreu para a consolidação da marca Vista Alegre⁵¹⁷.

A louça de porcelana pintada continuava muito cara. Segundo o *Inquérito de 1881*, «o valor médio de 1 kg de pratos brancos é de \$190 réis. O mesmo peso em pratos pintados vale 2\$260»⁵¹⁸. Ora, como cada tonelada de carvão de pedra custava 6\$200 réis, posta na fábrica, fica clara a relação entre esse combustível e a louça pintada: cada tonelada de carvão era equivalente a quase cinco quilogramas de pratos pintados. Esse facto reflectia-se na organização interna da fábrica, como notaram os funcionários que estiveram na Vista Alegre, em 1881: «A procura, posto que crescente, dos produtos deste fabrico ainda não é tamanha e tão regular em todas as especialidades que permita uma completa divisão do trabalho, daí a necessidade de se entregarem operações diversas ao mesmo operário, o que torna, neste caso, a operação mais difícil e, por isso mesmo, mais cara»⁵¹⁹.

Segundo o referido inquérito, a direcção da empresa «pede a manutenção dos direitos que hoje estão estabelecidos para as porcelanas brancas e entende que a razão e a lógica recomendam a elevação do direito das porcelanas pintadas, atendendo à diferença de valor e da mão-de-obra de uma e de outra e à facilidade fiscal de as distinguir»⁵²⁰. Ao longo do século XIX, a importação de porcelana estrangeira trouxe dificuldades à fábrica da Vista Alegre⁵²¹. Por isso, a direcção da empresa nunca deixou de pressionar o poder político contra a abertura do mercado nacional à porcelana importada. Em 1882, a Vista Alegre terá apresentado, na câmara dos pares, um protesto contra o tratado de comércio com a França⁵²².

Em 18 de Maio desse mesmo ano, é formada uma nova «parceria» de natureza idêntica à de 1866, sem aumento de capital⁵²³. Como sublinha Laura Pereira da Rosa, «na generalidade, aos pais sucederam os filhos mais velhos», pois, até esse ano, os administradores da empresa eram filhos do fundador⁵²⁴. Tal como em 1866, estamos perante a passagem de testemunho de uma geração a outra, o que permite afirmar que esse contrato de sociedade é, na sua essência, um documento sucessório.

De qualquer modo, a partir desses anos 80, fabricando apenas porcelana, a fábrica ganha mais visibilidade. Logo em 1882, o «administrador-gerente» Duarte Ferreira Pinto Basto Júnior – que fora desde 1878 o «director» da empresa –, preside ao Congresso da Indústria Cerâmica, no Porto⁵²⁵, iniciando, então, as diligências que conduziram, uma década depois, à criação da Escola de Desenho Industrial, em Aveiro. É também nesse ano que a história local se interessa, pela primeira vez, pela fábrica da Vista Alegre. Curiosamente, estes textos, publicados primeiro, na imprensa local, depois, em edições de prestígio da capital, e por fim em opúsculo, terão desempenhado um papel decisivo na imagem que a empresa projectou na população, até aos nossos dias. A história de Marques Gomes é reci-

tada tanto pelo poder político, nas décadas seguintes, como pelos diversos grupos excursionistas que visitavam a fábrica em número elevado.

Em 1889, segundo o *Inquérito Industrial de 1890*, o capital fixo era de 80 000\$000 e o circulante de 20 000\$000, quando a fábrica empregava «número médio» de 269 «operários de todos os ofícios» e um «número médio» de 51 «aprendizes de todos os ofícios»⁵²⁶. Isto é, nas vésperas da crise dos anos 90, a mão-de-obra computava-se em 320 operários. Era, então, o maior empregador do distrito.

No início de Novecentos, a marca Vista Alegre gozava de um maior prestígio. Nesses anos, as suas louças teriam «larga exportação para África e Brasil»⁵²⁷. Nos anúncios publicados nesse início de século, a Fábrica sublinha o facto de produzir «louça de porcelana, branca, pintada e dourada, igual à de Limoges e muito mais barata»⁵²⁸. Omitem ainda o fabrico (manual) de «isoladores para aplicações eléctricas», iniciado em 1897, e que viriam a constituir, no final dos anos 20, «um dos principais ramos do seu fabrico»⁵²⁹.

Em 1907, a fábrica empregava 282 trabalhadores⁵³⁰. Mas no ano anterior ainda seriam mais de 300. No final de 1906, o *Campeão das Províncias* afirmava: «Este importante estabelecimento fabril de porcelana está em crise, pois foram despedidos do trabalho muitos operários»⁵³¹. Desses despedimentos, nada foi possível saber. Meses depois, rompendo o silêncio da restante imprensa local comprometida com o progressismo dominante, *O Nauta*, de Ílhavo, dá conta de outros conflitos na fábrica, que levaram «os operários da repartição de pintura» a «armarem-se em greve»⁵³². Acrescentava *O Nauta* que tinha informações de que «esta resolução adveio da maneira gananciosa como estão sendo cortados os soldos aos operários e se mantêm os chorudos ordenados de uns escreventes que ali há, e por estar para breve uma reforma do montepio da fábrica, que vem prejudicar ainda mais os seus associados, que são os mesmos operários agora em greve e os das repartições da porcelana, que também não estão contentes e se unirão àqueles, no caso de a greve continuar». Depois, esclarecia que a verdadeira razão do conflito se prendia com o combate ao álcool, pois os operários considerados alcoólicos ficavam excluídos dos benefícios do montepio. A greve viria a terminar cerca de quinze dias mais tarde⁵³³.

Entre 1864 e 1878, Ílhavo passou de 8125 habitantes para 8623; isto é, teve um aumento demográfico de 6,13%. Em 1890, a população de Ílhavo cifrava-se em 10 762 habitantes, ou seja, 24,8% de aumento, o maior, durante todo o período estudado. A partir daí, a população continuou a crescer, mas a taxas inferiores: de 12 617 pessoas, isto é, mais 17,23%, em 1900, passa para 14 130 ha (+ 11,99%), em 1911, atingindo os 15 518 (+ 9,82%), em 1920 e os 16 335

(+ 5,26%), em 1930. Entre 1911 e 1920, tendo Aveiro e Estarreja registado um decréscimo, Ílhavo registou o maior incremento demográfico desta sub-região: 9,82%. Entre 1864 e 1930, a população de Ílhavo cresceu 201%. Foi, de longe, o maior crescimento registado. Esse fenómeno não é explicável sem a fábrica de porcelana como de resto refere a imprensa local, apesar dos escassos investimentos feitos até ao início do século XX⁵³⁴. A partir da I Guerra Mundial, a pesca e seca do bacalhau tiveram igualmente um papel importante na atracção de actividades intermédias.

Na primeira década de Novecentos, a família Pinto Basto tinha enorme preponderância na política local. A propósito das eleições de 1908, *O Nauta* escrevia: «Toda as nossas autoridades concelhias, se não são totalmente progressistas, estão, totalmente – totalmente, ouçam bem! – ligadas ao Sr. Alberto Ferreira Pinto Basto por favores recebidos ou pelo seu valor político, pelo seu carácter popular ou pela sua grande fortuna. Está a câmara municipal [...], está a fazenda, está a administração e até o juízo de paz. A política predominante, em Ílhavo, é, como vêem, a do Sr. Alberto Ferreira Pinto Basto. E há-de continuar a sê-lo com qualquer governo – progressista, amarelista, franquista, regenerador ou nacionalista –, enquanto não houver um homem respeitável e com dinheiro bastante que monte uma fábrica que dê trabalho equivalente ao que dá a da Vista Alegre. Trabalho e lucros, que é como quem diz: sustente suficientemente centenas de famílias»⁵³⁵. Duarte Ferreira Pinto Basto, que dirigiu a empresa, entre 1882 e 1909, foi procurador à Junta Geral do Distrito, presidente da Câmara Municipal de Ílhavo e vereador na de Aveiro.

Apesar da importância económica, social e política da fábrica, os seus administradores nunca terão descurado os interesses que possuíam na agricultura, como de resto sempre acontecera. De José Ferreira Pinto Basto, dizia João Teodoro, em 1924, ter sido «uma individualidade de muitos aspectos: negociante, industrial, *lavrador* e político, protector das artes, da instrução e das instituições de caridade»⁵³⁶. De seu filho Augusto, administrador, entre 1824 e 1838, João Teodoro Ferreira Pinto Basto diz ter sido «um importante industrial e *lavrador*»⁵³⁷. Noto que Duarte Ferreira Pinto Basto, que morre em 1912⁵³⁸, pôs o seu filho homónimo a estudar Agronomia, em Inglaterra⁵³⁹. Por que razão não foi estudar uma especialidade afim da porcelana?

Gustavo Ferreira Pinto Basto dirige a empresa entre 1909 e 1920⁵⁴⁰. Depois de ter sido presidente da Câmara Municipal de Aveiro, de 1902 a 1906, voltou a ser eleito para o triénio de 1908-1910⁵⁴¹. Com ele esboça-se a mudança, «mas com pouco incremento»⁵⁴². É a I Guerra Mundial que vai forçar a família Ferreira Pinto

Basto a mudar, sob pena de a empresa soçobrar. Durante a Guerra – dizia *O Debate*, em 1922 –, «a fábrica atravessou uma crise difícil, mas para a debelar e dar maior desenvolvimento à fábrica, os seus proprietários resolveram formar uma nova sociedade, composta de 17 elementos, todos da família Pinto Basto»⁵⁴³.

«O consumo aumentava e a fábrica não satisfazia a sua clientela», dizia João Teodoro Ferreira Pinto Basto. «Esse facto provocava naturalmente o estabelecimento de empresas concorrentes. Com efeito, uma nova fábrica se fundara, em Gaia, da firma Empresa Electro-Cerâmica, Limitada [fundada em 1914-1915], com instalações vastas e bem construídas e com maquinismo numeroso e moderno. Outra companhia se formara, com largos capitais, para o estabelecimento de uma nova fábrica em Coimbra [...]. Era imprescindível modernizá-la [a Fábrica da Vista Alegre] e desenvolvê-la para poder conservar a sua posição e defender-se contra a concorrência»⁵⁴⁴. A partir de então, a agricultura desaparece das referências aos Pinto Basto. Em vésperas de celebrar um centenário, a empresa é refundada.

É assim que, em 1 de Janeiro de 1921, por iniciativa de João Teodoro Ferreira Pinto Basto, se forma uma sociedade por quotas, sob a firma Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, Lda., que dá início ao processo de recuperação da empresa. A estrutura da empresa é remodelada, a sede foi transferida para Lisboa, adquirindo uma importância superlativa os aspectos relacionados com a contabilidade e a comercialização, com o aumento do capital social para 650 000\$00; foi possível «ampliar as instalações fabris, aumentar o capital circulante e introduzir sangue na sociedade», e são adquiridas as duas empresas concorrentes antes referidas⁵⁴⁵. No ano do centenário (1924), em jeito de balanço, dizia o novo homem forte da Vista Alegre: «Trabalha-se já quanto possível em série, mas sem a ampliação com que essa forma de trabalhar pode ter noutros países, atendendo a que o nosso mercado é relativamente muito pequeno»⁵⁴⁶.

Mas a crise de meados dos anos 20 abateu-se sobre a empresa, fazendo adiar a concretização de algumas das ideias sugeridas em 1921. No final de 1924, *O Ilhavense* publicita a decisão da direcção da fábrica de «dispensar os seus operários em dois dias da semana [às segundas-feiras e aos sábados], sem vencimento, devido à falta de trabalho, motivada na suspensão de encomendas, cuja causa parece estar na invasão da porcelana alemã, em Portugal, por preços incomparavelmente mais reduzidos do que os nossos, com os quais a nossa fábrica não pode competir»⁵⁴⁷. No essencial, a notícia é reproduzida noutros periódicos da sub-região, secundando o apelo do semanário ilhavense por mais protecção à indústria⁵⁴⁸. Essa situação é minorada em Abril de 1925, quando a fábrica retoma o trabalho às segundas-feiras, mantendo, todavia, a suspensão aos sábados⁵⁴⁹.

Entre 1920 e 1929, a mão-de-obra passa de 400 para 600 unidades⁵⁵⁰. Apesar das dificuldades, houve capacidade para crescer e iniciar um ciclo de prosperidade em tempo de crise. Em 1928, é nomeado um «director técnico» e um «gerente» comercial. O Eng. João Teodoro Ferreira Pinto Basto, administrador delegado, continuava «a superintender em todos os negócios da Fábrica»⁵⁵¹. No ano seguinte, são inauguradas as obras de um novo corpo do edifício central.

No início dos anos 30, como referia João Teodoro Ferreira Pinto Basto, «fazendo parte dos estabelecimentos fabris, a fábrica tem anexa uma verdadeira aldeia industrial – expressão que já usara em 1924 –, uma *cit  ouvri re*, onde se proporciona ao pessoal todos os elementos de vida social: [cerca de 70] casas de habitação, aula de desenho, gr mio, banda e ensino da música, creche, teatro, campo de desportos, corpos de bombeiros, escuteiros e a antiga igreja, onde se mant m o culto»⁵⁵². A fábrica estava bem implantada no meio e constituía a principal alavanca de crescimento e de integração do concelho de  lhavo na economia regional.

Em 1929, enquanto a empresa anunciava os seus produtos – porcelanas de arte, domésticas, industriais e el ctricas⁵⁵³ –, João Teodoro F. Pinto Basto parte para o Brasil para alargar o seu mercado⁵⁵⁴. Curiosamente, não é a porcelana fina, pintada, que sustenta a recuperação económica da empresa; são os materiais necessários   construção – a fábrica chega a retomar o fabrico de vidro⁵⁵⁵ – e   electrificação, numa manifestação clara das dificuldades em manter uma empresa de porcelana artística em Portugal, como de resto aconteceu com as fábricas de faianças, que tiveram de recorrer à produção de azulejo para poderem sobreviver.

3.5. *A cerâmica de construção*

A Fábrica Cerâmica das Devesas terá sido a primeira a produzir a chamada telha marselha, com desenho trazido de França, na palma da mão de António Almeida da Costa (1832-1915) ou de José Joaquim Teixeira Lopes⁵⁵⁶. Os testemunhos disponíveis permitem afirmar que, até 1897, data do início da sua produção industrial na sub-região em apreço, a telha marselhesa era proveniente de Gaia, da Fábrica de Devesas, de António de Almeida da Costa & Companhia, desde 1865, e da sua sucursal, na Pampilhosa do Botão, a partir de 1886, e possivelmente também da Fábrica do Fojo, sita em Gaia, que nasce em 1896⁵⁵⁷. Embora não conheça o volume da nova telha comprada nesta sub-região,   possível afirmar que os fornos tradicionais de telha e tijolo continuaram activos durante toda a segunda

metade de Oitocentos, começando a declinar, em número e importância económica, apenas no início do século XX.

A industrialização da cerâmica de construção inicia-se, pois, no final do século XIX. No início da centúria seguinte nasce um apreciável número de unidades industriais para satisfação das necessidades suscitadas pela urbanização.

3.5.1. Donde vinham a telha e o tijolo, até 1897?

Segundo informação do Administrador do Concelho, em 1853, o fabrico de telha e tijolos constituía uma das actividades mais importantes de Aveiro. No Arquivo Municipal de Aveiro existem inúmeras referências à compra de «barcos de calhau» e «carros de telha» para as obras promovidas pela Câmara, mas nunca é indicada a sua proveniência⁵⁵⁸. Segundo uma ordem de pagamento, o local do seu fabrico era próximo: «Despendido com carros de telha, conduzida dos fornos para esta cidade 3\$600»⁵⁵⁹.

No início dos anos 60, foram recenseados, em todo o distrito de Aveiro, 62 «fornos de telha e tijolo»; cerca de metade desses fornos situava-se em seis dos concelhos da sub-região estudada. Em Ílhavo, recorria-se aos fornos de Vagos⁵⁶⁰.

No concelho de Águeda, os 15 «fabricantes» de telha e tijolo distribuíam-se por três freguesias: Aguada de Cima (11), Macinhata (2) e Valongo (2). Em Albergaria-a-Velha, a situação era diferente; os 22 recenseados distribuíam-se por três freguesias: Albergaria-a-Velha, com 1 «fabricante de telha e tijolo com estabelecimento» e 4 «sem estabelecimento»; Alquerubim, com 3 «fabricantes» «com estabelecimento» e 12 «sem estabelecimento», e Ribeira de Fráguas com 2 «fabricantes de telhas e tijolos». Em Aveiro havia apenas um forno na freguesia de Eixo. No concelho de Estarreja fazia-se telha nos 12 fornos de Avanca, em que os telheiros empregavam as suas famílias. Ovar contava com 15 «fabricantes» em Válega, dos quais 10 não tinham estabelecimento. No concelho de Vagos havia 9 «fabricantes» de telha, com fornos em Soza: 3 «com estabelecimento» e 6 «sem estabelecimento».

O tijolo refractário apenas se fabricava em Albergaria-a-Velha, onde havia 2 fornos, que produziam 220 000 tijolos por ano. Consumiam 800 esteres de lenha de pinho e 50 toneladas de carvão de pedra. O valor de cada forno foi computado em 1100\$000 réis. Empregavam, além dos dois mestres e proprietários, 5 operários maiores de 16 anos, 3 menores e 2 mulheres⁵⁶¹.

As técnicas de fabrico são idênticas em todos os concelhos, mas diferentes em tudo o mais, pois estamos perante uma extraordinária diversidade de situações de exploração, de que destaco os preços praticados e as remunerações dos «operá-

rios» e demais trabalhadores empregados. No conjunto, é possível afirmar que esta produção de telhas e tijolos tinha, antes da chegada dos produtos industriais, um valor económico diminuto em todos os concelhos⁵⁶². Em Águeda, por exemplo, entre os produtos «industriais», as telhas e os tijolos representavam um valor assaz diminuto (0,58%) no conjunto das transacções do referido concelho, sendo ultrapassado pelo fabrico de pregos e cravos e pela produção de lã. Em conjunto, os produtos industriais representavam 6,5% do conjunto, detendo as telhas e os tijolos uma fatia bem modesta⁵⁶³. Em Albergaria-a-Velha, a produção de madeiras, gado e cereais constituía o grosso da riqueza do concelho; as telhas tinham um valor económico menor do que o do pano de linho e da estopa. O fabrico de telhas só era mais importante que o fabrico de sabão, de burel e de serguilha.

Quadro 4.13 Fornos tradicionais de telha e tijolo, 1865

Concelhos	Fornos	Barro (kg)	Telhas	Tijolos	Lenha	Mestres	Mão-de-obra
Águeda	15	2 800 000	2 610 000	1 080 000	7 200 m ³	15	135 operários
Albergaria	4+18	700 000	840 000	–	2 000 m ³	22	5 operários
Aveiro	1	153 000	138 000	72 000	420 m ³	1	3 operários 17 eventuais
Estarreja	12	460 000	415 000	218 000	1 460 m ³	12	Famílias 100 operários
Ovar	5+10	720 000	1 099 000	–	2 300 m ³	15	24 eventuais 5 mulheres
Vagos	3+6	450 000	414 000	216 000	1 440 m ³	9	6 operários 58 eventuais 5 mulheres
Soma	40+34	5 283 000	5 516 000	1 586 000	14 820 m ³	56	Cerca de 325

Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Nas décadas seguintes, os dados reunidos são menos sistemáticos, não permitindo senão afirmar que, na viragem de Oitocentos para Novecentos, um número apreciável de fornos de telha e tijolo tradicionais ainda se mantinha em actividade. Quando a Fábrica Campos nasce, em 1896, produzia-se «telha de canudo» – também designada pelos locais de fabrico, como «telha de Fontela», «telha de Salgueiro», etc. –, nos fornos de Aradas, Angeja, Ovar, Aveiro, S. Bernardo, Póvoa do Valado, Eixo, etc.⁵⁶⁴.

De todos os centros produtores, Eixo é o mais referido nos documentos compulsados. Na Exposição Internacional do Porto de 1865, estiveram expostas telhas e tijolos da «fábrica» de Eixo, onde foi premiada com uma menção honrosa. Segundo Venâncio Dias de Figueiredo, o barro, «lavrado no mesmo sítio do forno, é dos mais finos deste género; e tanto que daqui foi telha para a Relação do Porto»⁵⁶⁵. No essencial, parece seguir Pinho Leal que, em 1874, dedicara um pequeno parágrafo às «duas fábricas (ou fornos) de telha» então existentes, em Eixo, onde já se fazia telha, desde 1555, afirmando que era «talvez a melhor do reino, pela finura do barro de que é feita»⁵⁶⁶. Venâncio Dias de Figueiredo esclarece que, em 1555, João Forneiro, dessa freguesia, vendeu «um milheiro de telha» a Jorge Silva, morador na Granja de Cima (Oliveirinha), escudeiro fidalgo da «Princesa D. Joana», freira no Convento de Jesus, de Aveiro⁵⁶⁷. O mesmo autor, apoiado no livro do Tombo da Igreja de Santo Isidoro, diz ter existido um forno de telha, em 1722, nesta vila⁵⁶⁸.

Em 1895, o regedor da freguesia de Eixo testemunha a existência de apenas um forno, deixando-nos informações preciosas sobre as formas de exploração e importância económica: «nesta freguesia havia dois fornos de telha, sendo um de Ildefonso Soares de Lemos, e outro que é hoje de Joaquim Luís de Abreu & Irmão, sendo este o único que há anos tem cozido, posto que se fale em cozerem ambos na próxima época. *Os proprietários dos fornos não cozem por sua conta, alugam os fornos por fornada, por 7\$000 a 3\$500 réis, dando barro para a telha e tijolo.* Os indivíduos que se julga cozerem este ano são Alberto dos Santos Vagueiro, Manuel Nunes Génio, José dos Santos Vagueiro e Valentim Gomes, os quais empregam, e se remedeiam com os filhos, *sendo pouco o capital que empregam, porque só compram o combustível*»⁵⁶⁹. A exploração das oficinas de alfaiate era idêntica; passava-se o mesmo noutros domínios, com especial destaque para a construção naval e a construção civil⁵⁷⁰.

Mas, nesses anos, havia outros fabricantes activos. Em 1893, a Câmara Municipal de Aveiro pagou \$980 réis ao oleiro José dos Santos Polónio, de S. Bernardo, «pelo fornecimento de telha para os reparos da casa onde se acha(va) a Companhia dos Bombeiros Voluntários»⁵⁷¹. Em 1897, a direcção do município compra telhas marsehesas para as obras de beneficiação do edifício dos Paços do Concelho. A substituição da velha telha «portuguesa» por telha marsehesa (vinda de fora do concelho) é, então, muito contestada pela oposição local⁵⁷².

Em 1905, voltamos a dispor de informação pormenorizada. Os dados disponíveis permitem afirmar que, no início de Novecentos, ainda eram 62 os fornos de telha, no distrito de Aveiro. Desses, 43 situavam-se em 9 freguesias da sub-

-região estudada, embora não dê para estabelecer confronto com os dados publicados em 1867, no plano da telha produzida.

Nesse ano de 1905, no espaço geográfico estudado, apenas existiam duas fábricas de telha e tijolo, ambas na cidade de Aveiro. Mais a sul, na Pampilhosa, laboravam três unidades fabris. Começa a notar-se uma quebra evidente nos velhos fornos de Ovar. Em 1905, não há notícia das 7 oficinas registadas em 1890, no lugar da Regedoura, em Válega. A facilidade de compra de telha marselhesa, em Gaia, terá liquidado essas oficinas de telheiro.

Quadro 4.14 Fábricas e fornos tradicionais de telha e tijolo, 1905

Concelhos	Freguesias	Fornos	Operários	Trabalhad.	Carreiros	Mulheres	Menores	Soma	Rendimento anual
Águeda	Aguada de Cima	18	39	20	18	22		99	1 200\$000
	Macinhata do Vouga	4	11	5	4	5		25	375\$000
	Segadães	4	13	6	5	5		29	600\$000
Albergaria	Alquerubim	7	7			7		14	980\$000
	Ribeira de Fráguas	1	2					2	245\$000
Aveiro	Eixo	3	9	9	3			21	753\$000
	Oliveirinha	1	4		1			5	114\$000
Estarreja	Avanca	3	3	6	3		6	18	735\$000
Vagos	Soza	2	17	4	8		6	35	2 142\$000
Totais	9 freguesias	43	105	10	42	39	12	248	7 144\$000

Notas: Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Se atentámos nos valores do quadro n.º 4.13, vimos que estamos perante realidades muito diferentes. Como referiu Campos e Oliveira, o trabalho nessas oficinas era sazonal. Raramente faziam mais que cinco a seis fornadas por ano. Era assim, em meados de Oitocentos, era assim, no início de Novecentos. No concelho de Águeda, «o trabalho é só feito nos meses de Verão; de Inverno, cavam o barro, conduzem-no para o local do fabrico, empilham-no, cobrindo-o com palha»⁵⁷³. Nos anos seguintes, estas pequenas oficinas seriam liquidadas pelos preços baixos das telhas de tipo marselha. Mas a mudança foi lenta.

Em 1910 ainda existiam 3 fornos de telha ordinária, em Eixo, e 1 em Oliveirinha⁵⁷⁴. Segundo Aníbal G. Ferreira Cabido, «o material e os utensílios de tra-

balho reduzem-se a enxadas para cortar o barro, a formas sobre as quais é rasoirado, sendo colocado em seguida sobre o galapo, onde é conduzido à eira. O trabalho só tem lugar nos meses de Verão»⁵⁷⁵. Tais fornos davam trabalho, nesse tempo, a 21 homens e 6 mulheres. O barro era explorado nas proximidades dos fornos e conduzido em carros de bois ao local do fabrico. O combustível provinha dos pinhais próximos. Produziam 180 milheiros de telha de preços variados, conforme a qualidade, e 90 milheiros de tijolos. O valor da produção foi computado em 897\$300 réis. A acreditar na referida fonte, o forno de Oliveirinha era em tudo idêntico: empregava quatro operários que fabricavam 24 milheiros de telha, «que é consumida na própria freguesia e nas proximidades»⁵⁷⁶.

Nesse ano de 1910, dos 12 fornos de telha existentes, cerca de 1865, na freguesia de Alquerubim, já só restavam 7, e dos dois existentes naquela data, em Ribeira de Fráguas, só restava um⁵⁷⁷. Os setes fornos de Alquerubim eram propriedade de dois indivíduos *que os alugavam a quem precisasse de cozer telha, recebendo em troca um sexto da telha ou do seu valor*. No conjunto, estes fornos produziam 270 milheiros. O forno da segunda freguesia referida também era alugado: «Quando qualquer proprietário precisa de telha, aluga o forno e fabrica-a, lançando mão de gente habituada neste serviço, pagando \$250 réis por dia aos homens e \$120 réis às mulheres»⁵⁷⁸.

Apesar do aumento do número de fábricas, em toda a sub-região, na primeira década do século XX, muitos fornos de telha e tijolo mantiveram-se em actividade durante muitos anos. No ano de 1914, no lugar de Paus, em Albergaria-a-Velha, parece que ainda existiam «muitos fornos de telha ordinária», que, segundo *A Liberdade*, tinham «muita venda»⁵⁷⁹. Em 1916 ainda sobreviviam os mesmos três «fabricantes de telha», em Eixo⁵⁸⁰. Em Fevereiro de 1922, Valentim Gomes, «proprietário», residente em Eixo, declarava que pretendia «construir na sua propriedade, sita na rua do Barreiro, da dita freguesia, um forno para cozer telha e tijolo»⁵⁸¹. Não foi possível saber mais nada sobre esse forno, mas é evidente que começava a escassear mercado para os fornos de «telha de canudo» e de «tijolo burro», pois as novas fábricas fizeram baixar o preço desses produtos.

Em 1918, a fábrica de Jerónimo Pereira Campos, Filhos produzia mecanicamente tijolo ordinário («burro»), tijolo refractário, além de manilhas e sifões e tijolos vazados (com três furos) de várias dimensões. A produção artesanal de «tijolos de lar, telha e beiral» registada em meados do século XX, por Pais Vilas-Boas, em Aradas e em Eixo, era certamente irrelevante; destinava-se à substituição de telhas partidas⁵⁸².

3.5.2. Nascimento das modernas fábricas de cerâmica de construção

A fábrica de Jerónimo Pereira Campos & Filhos é construída, entre 1896 e 1897, num contexto peculiar da história de Portugal. Atendendo à data da sua fundação, é tentador afirmar que o seu aparecimento teria resultado das condições criadas pela «pauta de Oliveira Martins», de 1892, que, segundo alguns autores teria favorecido o desenvolvimento industrial, pelo menos nos anos 90.

Como se sabe, aquele documento suscitou um proffico debate nas duas últimas décadas. Para Sacuntala Miranda, certamente influenciada pela visão de alguns observadores coevos⁵⁸³, a pauta terá constituído a alavanca de um «surto industrial», ou, até, «um marco na história da indústria portuguesa»⁵⁸⁴. Diferentemente, Eugénia Mata e Nuno Valério consideram que esse documento terá «aberto algum espaço para uma maior produção interna de muitos bens industriais»⁵⁸⁵, mas os estudos de Jaime Reis e Pedro Lains sobre a evolução da produção industrial, mostram que o crescimento se terá verificado de «forma relativamente suave», sem que se tenha registado qualquer surto de expansão industrial, entre 1856 e 1911, período em que «o produto industrial cresceu, mais do que o produto agrícola, a uma taxa de cerca de 2,3% ao ano, em termos reais»⁵⁸⁶.

O nascimento da empresa de Jerónimo Pereira Campos e de seus dois filhos, que, até 1915, foi uma pequena unidade industrial, vivendo, por vezes, com dificuldades, parece estar fortemente relacionado com o fenómeno da urbanização, tendo contribuído para o incremento da «febre» de construções registada nesta cidade, especialmente nos anos que se seguiram à sua fundação. Só por si, a produção de telha e tijolo não teria beneficiado directamente da pauta, pois são produtos que encarecem com o transporte, em ambiente fortemente concorrencial.

A procura de diverso material de construção terá disparado na viragem do século. Depois da fábrica de Jerónimo Pereira Campos, nasce, em 1901, na Pampilhosa do Botão, a Cerâmica Progresso, sob a firma Mourão, Teixeira Lopes & Companhia, Limitada⁵⁸⁷. Dois anos depois, nasce, em Aveiro, a Empresa Cerâmica da Fonte Nova. No ano seguinte, são fundadas duas novas empresas de cerâmica de construção, mais a sul: a Excelsior, de Lacerda, Figueiredo & Companhia, Limitada⁵⁸⁸, também, na Pampilhosa, e a Fábrica da firma Abílio Rocha & Irmãos, em Oliveira do Bairro⁵⁸⁹. Quando esta última empresa está para nascer, O *Campeão das Províncias* comenta dizendo: «Já nos parecem fábricas de mais por aquelas paragens»⁵⁹⁰.

A crescente procura de produtos cerâmicos de construção, no final de Oitocentos, fez-se sentir até nas fábricas de louça branca vidrada, utilitária e deco-

rativa, que se adaptam, tentando satisfazer também a procura de produtos de construção, como azulejos de revestimento exterior, sanitários, etc. Em 1894, na Fábrica de Sacavém, «à loiça artística foram acrescentadas as linhas de loiça sanitária e de azulejos industriais, mais uma vez acompanhando as tendências do consumo: a vida urbana tinha novas exigências e daí a necessidade de materiais de construção civil»⁵⁹¹. Em 1903, o proprietário da Fábrica de Louça da Fonte Nova junta-se a dois dos seus irmãos e funda uma empresa com o fim expresso de produzir telha e tijolo, a Empresa Cerâmica da Fonte Nova, que viria a falir em 1908.

A imprensa local dá bem nota desse fenómeno, embora nunca o adjective. Por outro lado, a «febre» das construções, na cidade e arredores, é acompanhada por diversos esforços de desruralização do espaço urbano, como as posturas contra a circulação de carros de estrume pela cidade, a abertura de novas ruas, a promoção da arborização, a iluminação a gás, etc. Em 1909, ano do centenário do nascimento de José Estêvão, nas sessões da Câmara Municipal de Aveiro, é proposta a numeração dos prédios, são convidados os «habitantes da cidade a prepararem as frontarias das suas casas e a removerem os entulhos acumulados, de modo que a cidade tome um aspecto à altura de uma capital de distrito»⁵⁹².

Segundo a imprensa aveirense, 1898 parece ter sido um ano bom para a construção civil: «à escassez de construções e reparações, que se notou no Inverno passado, sucedeu neste ano a abundância»⁵⁹³. Poucos meses depois, regressava ao mesmo assunto: «Continua a febre das construções em todo o nosso concelho. É a actividade no seu auge, fazendo mover maquinismos. O pedreiro, o serralheiro, o fabricante de telha, do adobe, do azulejo, tudo trabalha sem descanso nesta época excepcional»⁵⁹⁴. Em 1904, refere que «a febre de construções, que não diminui, coloca em embaraços os proprietários e os mestres-de-obras. Há falta de alveneres, de carpinteiros, etc., e muito principalmente de pintores»⁵⁹⁵.

Não obstante a inexistência de pedra, a telha continuava sendo o principal produto da novel Fábrica Campos e de todas as que nasceram nos anos seguintes. Em 1908, a Empresa Cerâmica Ovarense autodenomina-se Fábrica de Telha de Ovar e anuncia apenas o fabrico de telha⁵⁹⁶. O monumental edifício da Fábrica Campos, erguido durante a Guerra, é de tijolo, mas é um caso isolado. Contrariamente ao que se passava em Lisboa – a Praça do Campo Pequeno foi inaugurada em 1890⁵⁹⁷ –, a utilização do tijolo industrial só começaria a generalizar-se mais tarde, já nos anos 30.

Em 1910, Aníbal Ferreira Cabido viu bem que «no baixo distrito de Aveiro não há pedreiras de alvenaria ou cantaria»; por isso, acrescentava, tornam-se «muito dispendiosas as construções em que exclusivamente se pretendesse empre-

gar aquele material, que tem de vir de fora do concelho. Assim, procurou-se substituir a alvenaria por um formigão feito de cal e saibro em forma de paralelepípedo a que se deu o nome de *adobe*⁵⁹⁸. Em sua opinião, as construções de adobes ficavam «bastante sólidas», tendo o adobe «ainda a grande vantagem de rapidez de execução, do que resulta grande economia». Como se vê, o êxito deste material friável, que era considerado prejudicial à saúde, pois nunca chegava a secar completamente⁵⁹⁹ e danificava as madeiras⁶⁰⁰, ficou a dever-se ao seu baixo custo, mas a memória técnica da sua utilização na construção civil também deve ter sido decisiva. Por outro lado, os tijolos furados, primeiro, de três furos e, depois de quatro, maiores, mais leves, de aplicação fácil e rápida só começaram a fabricar-se no final dos anos 20⁶⁰¹.

Os primeiros testemunhos documentais da existência de adobes remontam ao século XVI, mas «os de cal e saibro, porém, só há quarenta ou cinquenta anos começaram a fabricar-se», isto é, em meados de Oitocentos⁶⁰². Também se fabricavam adobes de cal e saibro branco ou amarelo, em Águeda, Oliveira do Bairro. Anadia e em algumas localidades de Albergaria-a-Velha⁶⁰³. Os adobes de saibro branco «apresentavam melhores condições de resistência»⁶⁰⁴. A cal era transportada pelo comboio e por carreiros do concelho de Oliveira do Bairro, onde os fornos terão ganho «o estatuto de grande indústria»⁶⁰⁵. O saibro era extraído nas proximidades das eiras ou terreiros, ao ar livre, onde eram fabricados.

A produção de adobes em Esgueira adquire fama desde muito cedo. Em 1883, é encomendada uma casa «com adobes de cal e areia *daqueles que se costumam fazer na freguesia de Esgueira*»⁶⁰⁶; outros documentos do século XX fazem igual exigência. O seu mercado situava-se nas proximidades e, de um modo geral, nas localidades ribeirinhas, como Ílhavo, Murtosa, e Bunheiro. Documentadamente, produzia-se adobes na freguesia de Eirol e no lugar da Presa, no concelho de Aveiro, mas a toponímia alarga a sua geografia. De facto, existem topónimos relacionados com adobes (*adobes, adobeiro, adobeiros, Gândara dos Adobes, ou Leira dos Adobos*) nas freguesias de Aradas, Cacia, Eixo e Oliveirinha, no concelho de Aveiro⁶⁰⁶.

Em 1910, o fabrico de adobes dava trabalho a 287 pessoas, em Esgueira: 112 homens e 175 mulheres, que produziam 30 000 m³, ou seja, cerca de 2000 milheiros⁶⁰⁷. Nessa década e na seguinte, diversos edifícios particulares e industriais são construídos com adobes fornecidos por «fabricantes» de Esgueira⁶⁰⁸. O número de «fabricantes de adobes» aumentou, especialmente nos últimos anos da década de 20. O *Anuário Comercial de Portugal*, repetia, ano após ano, que, em Esgueira, o fabrico de cal e adobes, ocupava «diariamente para cima de 500 pessoas», divididas por várias empresas também sem existência legal.

Os restantes produtos, nomeadamente os elementos artísticos, como figuras e vasos, além dos sanitários e dos mosaicos, continuavam a ser fornecidos pelas fábricas de Lisboa e de Vila Nova de Gaia. A enorme diversidade e beleza dos produtos do *Catálogo da Fábrica de Cerâmica e Fundição das Devesas*, de 1910, mostra bem que o espaço de diversificação da produção das novas fábricas de cerâmica, desta sub-região, era muito estreito⁶⁰⁹. Não foi por acaso que a firma Jerónimo Pereira Campos & Filhos fundou a já referida fábrica de vidro, em 1902-1903, e terá sido pelas mesmas razões que associou, anos depois, ao fabrico de telha, a serração de madeiras, a representação e venda de produtos cerâmicos e variado material de construção, como madeiras, cal, ladrilhos, azulejos e cimento⁶¹⁰, e até a criação de uma carpintaria e de um pequeno estaleiro de embarcações desportivas. Nascida em Julho de 1908, também a Empresa Cerâmica Ovarense, de Peixoto, Ribeiro & Companhia, associa à produção de telha e tijolo a «moagem, descasque de arroz e derivados»⁶¹¹.

Sublinho que é igualmente neste período que se inicia a utilização do *cimento Portland*, na construção civil. De facto, parece ter sido em 1909 que, pela primeira vez, foram construídos alicerces de cimento, em Aveiro⁶¹². É provável que esse cimento tenha sido vendido pelos filhos de Jerónimo Pereira Campos, que já o vendiam para outros fins, desde 1907⁶¹³. Em Maio de 1909, iniciam a publicação de um anúncio onde se dizem os «únicos importadores de Cimento Portland, marcas Tenaz e Águia»⁶¹⁴. Em 1914, esta empresa continuava a receber cimento de Setúbal, por via marítima. Em Abril desse ano, naufragou o iate *Maria Miquelina*, «da praça de Lisboa, mas procedente de Setúbal, com carga de cimento para a fábrica de cerâmica de Jerónimo Pereira Campos & Filhos»⁶¹⁵.

Em 1907, ano da morte de Jerónimo Pereira Campos (1828-1907), as duas fábricas de telha e tijolo de Aveiro – de resto as únicas existentes em toda a sub-região – empregavam 113 trabalhadores⁶¹⁶. Nesse mesmo ano, as duas empresas tentam pôr fim a um conflito, resultante do aliciamento de técnicos e compradores que a Empresa de Cerâmica da Fonte Nova, situada a cerca de 300 metros da empresa de Jerónimo Pereira Campos, fazia a esta. Para tanto, celebraram um compromisso mútuo⁶¹⁷. De pouco terá servido, pois a Cerâmica da Fonte Nova é declarada falida, em Julho de 1908. Mas a partir desse ano, surgem novas empresas concorrentes. Até ao início da I Guerra Mundial, nascem 5 fábricas: 1 em Ovar, 1 em Águeda, 1 outra na cidade da ria, 1 em Quintãs, no concelho de Aveiro, e outra em Vagos. Nos anos da Guerra, são fundadas mais três: uma em Albergaria-a-Velha e duas em Águeda.

Nos anos seguintes, são construídas 6 novas unidades, três das quais em Albergaria-a-Velha. Como se pode ver no quadro n.º 4.20, se antes da Guerra há

apenas uma sociedade por quotas, depois da grande conflagração europeia, as sociedades em nome colectivo ou as empresas exploradas em nome próprio são minoritárias. Contudo, um relance sobre a coluna do capital social permite ver que, se exceptuarmos a empresa dos filhos de Jerónimo Pereira Campos, as restantes são pequenas unidades para satisfação das necessidades das populações vizinhas. Talvez por isso, o número de dissoluções e de falências é muito reduzido. De facto, a maior partes dessas fábricas conseguiu sobreviver durante muitas décadas, existindo ainda algumas delas.

Vejamos sumariamente os marcos decisivos da (atribulada) evolução deste importante ramo de actividade, marcada por inúmeras dificuldades, da falta de capitais à inexistência de mão-de-obra operária.

Em todo o período estudado, Ovar possui uma fábrica de cerâmica. Situada no Largo Almeida Garrett, a Empresa Cerâmica Ovarense, sob a firma Peixoto, Ribeiro & Companhia, também era conhecida como Fábrica de Telha de Ovar. Esta sociedade dá continuidade a uma anterior entre os dois sócios; o seu objecto associa, à produção de telha, a moagem e o descasque de arroz⁶¹⁸. A nova sociedade nasce com um capital de 34 000\$00, composta por duas quotas de valor diferentes. O «negociante e industrial» Francisco Peixoto Pinto Ferreira entrou com 21 000\$00 e o «industrial» José da Silva Ribeiro com os restantes 13 000\$00. Por morte deste e porque os seus herdeiros não se interessaram pela empresa, a sociedade é dissolvida em 18 de Junho de 1915⁶¹⁹. Embora a escritura refira que Francisco Peixoto ficou com o activo e o passivo e afirme, em simultâneo, que a fábrica passava a ser explorada por uma sociedade sob a firma Peixoto, Filhos & Companhia, a novel sociedade não foi celebrada. E assim se manteve até Agosto de 1921, quando Francisco Peixoto dissolve a «sociedade irregular» que tinha, desde aquela data, com os seus filhos Amadeu e Américo, sendo referidos os três como «industriais»⁶²⁰. Essa dissolução não implicou, contudo, o encerramento da fábrica, que continuou a ser explorada por Francisco Peixoto em nome individual.

A informação reunida sobre esta unidade é escassa. Certamente por ter dificuldades em vender telha mais a norte, esta sociedade começou por anunciar os seus produtos mais a sul, nomeadamente em Aveiro⁶²¹. As suas telhas, que podiam ser adquiridas na fábrica, eram despachadas tanto por comboio como por barco⁶²². Em 1921, o seu objecto social incluía, além das telhas de tipo marselha e tijolos, a produção de «louças e outros produtos similares».

Até 1913, só os concelhos de Aveiro e de Ovar tinham fábricas de cerâmicas. Em 8 de Novembro desse ano, nasce em Vagos uma sociedade anónima de responsabilidade limitada – a Companhia Industrial e Comercial Vaguense –, com

um capital de 10 500\$00, representado por 210 acções de 50\$00 cada uma⁶²³. Como já referi anteriormente, também esta fábrica associou ao fabrico de telhas e de tijolos a serração de madeiras. Todos os sócios eram de Vagos, excepto o «engenheiro civil e industrial», Humberto Esteves Mendes Correia, natural do Porto. Esta sociedade revela uma característica que seria comum nos anos seguintes: uma maior diversidade social entre os fundadores das novas sociedades, especialmente após a Guerra. Neste caso, entre os 11 sócios, contam-se, além do Eng. Mendes Correia, 3 «presbíteros e proprietários», 2 «proprietários», 2 «negociantes», 1 «artista», 1 médico e 1 advogado. Apesar de ter nascido em Vagos, a sua sede foi fixada em Aveiro.

Quase um ano depois, devido à «inadiável necessidade de completar as suas instalações fabris», a sociedade, representada pelo P.^c Casimiro Sarabando, obteve, por empréstimo particular, a quantia de 5000\$00⁶²⁴. O valor da propriedade, onde estava construída «a fábrica de telha e serração», denominada O Chão dos Louros, no limite da vila de Vagos, e dos edifícios, «com todo o seu maquinismo e mais pertenças», cifrava-se em 15 000\$00. Com esse empréstimo, acto contínuo, os sócios reforçam o capital social para 20 000\$00⁶²⁵.

Em 1914, é a vez de Águeda ter uma fábrica de telha. Em 24 de Setembro desse ano, é fundada a Empresa Cerâmica Aguedense, que teve, ao longo do período estudado, uma existência pejada de dificuldades. Em 2 de Maio de 1914, a *Soberania do Povo* afirmava que Joaquim Ribeiro Guerra e Manuel Massadas trabalhavam «na montagem de uma fábrica de telha, no sítio das barreiras, perto da estação do caminho-de-ferro» do Vale do Vouga⁶²⁶. Cinco meses depois, o mesmo periódico afirma que tinham sido iniciados «os trabalhos para a construção da nova fábrica» e destaca a «actividade extraordinária» do sócio Guerra, nomeadamente na escolha dos barros, com o auxílio de «pessoa autorizada»⁶²⁷. A *Soberania do Povo* não faz qualquer referência a Manuel Massadas.

De facto, a sociedade por quotas, celebrada em 24 de Setembro de 1914, é subscrita pelos «proprietários» Joaquim Ribeiro Guerra e Manuel Rodrigues Anjos Júnior, pelo «bacharel» Alípio Pinto Corte Real e Nápoles e pelo médico Joaquim de Carvalho e Silva⁶²⁸. O primeiro era irmão do empresário da fábrica de serração. Mas o diminuto capital social de 12 000\$00, de que estavam realizados apenas 1800\$00, no momento da constituição da sociedade, não permitiu o avanço da construção das instalações da fábrica. Terão mesmo estado paradas durante mais de um ano.

Em Abril de 1916, a *Soberania do Povo* afirma: «Deve principiar a trabalhar ainda este mês a Fábrica de Cerâmica de Santo António, que há muitos meses

anda em construção, nas Barreiras, junto à linha do caminho-de-ferro, sob a inteligente direcção de um dos sócios, o Sr. Joaquim Ribeiro Guerra»⁶²⁹. Regozijando-se pelo êxito do referido empresário, «depois de tantas canseiras, num meio como o nosso, avesso a todo o progresso industrial», dizia que os trabalhos prosseguiam, estando nesse momento a proceder-se ao assentamento das máquinas. Concluía afirmando: «A fábrica é um grande melhoramento que a nossa terra deve unicamente à iniciativa do Sr. Joaquim Guerra». Recordo que a fábrica, que começou por se chamar Empresa Cerâmica Aguedense, ficava junto de uma outra de serração, de que era co-proprietário Fernando Ribeiro Guerra, irmão daquele.

Em Agosto, a *Soberania* dizia que estava próximo o início da laboração da Fábrica de Cerâmica de Águeda⁶³⁰, mas é o *Campeão das Províncias* que noticia o início da actividade da novel fábrica⁶³¹. No mês seguinte, a *Independência de Águeda* entrou no «enorme barracão» da fábrica, que estava equipada com uma máquina de 50 CV, que fora do semanário *A Palavra*⁶³². No segundo andar havia um molde de tijolos, «que já se espalhavam por todo o lado». Empregava um número indeterminado de operários, «quase todos rapazes e rapariguinhas de tenra idade». A este propósito, afirmava a *Soberania*: «O Joaquim escolheu quase todos os rapazes e raparigas novas para os educar, disciplinar e fazer deles amanhã, com que ele, o mestre, nada terá a recear». Depois de elogiar «o espírito de iniciativa e a tenacidade» do mestre, elogia o facto de ter dado emprego a um deficiente físico, que mal se movia, empregando-o no corte das formas para os moldes⁶³³.

Devido a dificuldades financeiras, a sociedade é dissolvida e, acto contínuo, é formada uma outra, homónima. Mantêm-se dois sócios da primeira e entram mais cinco. Mantêm-se as cláusulas da escritura de 1914. O que muda é o valor do capital social que passa para 16 025\$00⁶³⁴. A escritura esclarece: «Para a montagem e laboração da fábrica de telha e tijolos e mais produtos que fazem o objecto da Empresa se tem reconhecido ser insuficiente o capital primitivo de 14 000\$00 e ser conveniente a admissão de novos sócios». Meses depois, a *Soberania do Povo* noticia o reinício dos trabalhos da fábrica depois de terem estado «suspensos durante algum tempo». Regozijava-se com o reinício da actividade fabril e especialmente com a «melhor qualidade da telha marselhesa»⁶³⁵.

A Empresa Cerâmica Aguedense publicava, então, o seu primeiro anúncio, publicitando os seus produtos: «telha sistema marselha e outros sistemas, tijolos de todos os tipos, ornatos, etc.»⁶³⁶. Contudo, outros problemas terão surgido. Em 5 de Maio de 1918, a sociedade é dissolvida, sendo o activo e o passivo assumidos pelos sócios Joaquim Ribeiro Guerra, que era o «gerente» e seu primo, Manuel Seabra da Cruz, «negociante» de Mogofores⁶³⁷. A imprensa local vai dando regular

notícia da actividade da fábrica⁶³⁸. A *Soberania* informa de que «foi agora introduzida uma nova secção de moagens, o que é de grande e reconhecida utilidade, não só para esta vila mas também para todo o concelho»⁶³⁹.

Passados dias, os dois primos formam uma nova sociedade por quotas, sob a firma Guerra & Cruz, Limitada, com um capital social de 16 000\$00, dividido em duas quotas iguais, cujo objecto era «o fabrico de artigos de telha, tijolo e outros próprios da especialidade para construções, podendo ainda ter secção de moagens ou outras»⁶⁴⁰. O que é espantoso é que os sócios esclarecem, na escritura, que esta sociedade tivera «o seu princípio no dia 1 de Janeiro desse ano», isto é, os dois estavam constituídos em sociedade (irregular), durante a vigência da outra, que se dissolveu apenas em 7 de Maio. Dias depois, a empresa publica um anúncio, onde são indicados os mesmos artigos cerâmicos produzidos até então, sem qualquer referência à moagem de cereais⁶⁴¹. Esse anúncio é repetido em Janeiro de 1920⁶⁴², mas quatro anos depois, «a fábrica de cerâmica de Guerra & Cruz, Lda., de Águeda, participa aos seus amigos e clientes que abriu a sua serração», cobrando à hora⁶⁴³.

Mas não terminaram aqui as atribulações desta empresa. Em 1931, um periódico local afirma: «Vai abrir a antiga fábrica de telha de Guerra & Cruz, há muito encerrada por questões judiciais. Por acordo entre os dois sócios, passa a fábrica a pertencer exclusivamente ao Sr. Manuel Seabra da Cruz»⁶⁴⁴.

No concelho de Albergaria-a-Velha, nascem três empresas de cerâmica de construção, embora duas tenham à nascença características tipicamente oficinais. Em 27 de Julho de 1920, é constituída uma sociedade em nome colectivo sob a firma Silva, Bastos & Companhia, com sede no lugar de Telhadela, Ribeira de Fráguas. Os 1000\$00 de capital social, um valor absolutamente irrisório em 1920, mostram bem que estamos perante uma pequena oficina, que tinha por objecto social o «fabrico de tijolos e telha e a sua venda por junto e a retalho»⁶⁴⁵. Três dos seus quatro sócios eram «proprietários»; o outro era «comerciante» e, curiosamente, ficou encarregado da «gerência técnica» da empresa. Da mesma natureza seria a «fábrica» que José Nogueira Vidal instalou, durante o mês de Maio de 1923, em Albergaria-a-Velha, denominada Progresso Albergariense, com um objecto social diferente: o fabrico de mosaico. No início de Junho, o seu proprietário faz publicar um pequeno anúncio, que constitui o único testemunho reunido sobre a sua existência⁶⁴⁶.

A única fábrica de cerâmica deste concelho é fundada quase três anos antes, na Branca. Em de Outubro de 1920, um grupo de seis «proprietários» cria a Empresa Industrial do Vouga, Limitada, com um capital social de 90 000\$00,

embora só tivesse realizado um terço dessa quantia⁶⁴⁷. O início da sua actividade verifica-se em 29 de Setembro. Segundo o *Jornal de Albergaria*, esta «arrojada empresa» poderia rivalizar «com todas as suas congéneres, não só pelo facto de os seus produtos serem perfeitos e resistentes, como ainda pela excelente qualidade da matéria-prima, do pessoal habilitado, que recrutou e meios de comunicação de que era servida»⁶⁴⁸. Mas, a fábrica não iria ficar-se pelo fabrico de telha e tijolo: «A empresa tem contratado um oleiro para a confecção de objectos de uso caseiro e, além disso, já anda a montar dependências destinadas à moagem e serração, que em breve começarão a trabalhar»⁶⁴⁹. Entre os referidos «proprietários», que subscreveram as seis quotas de igual valor, merecem destaque os três membros do Conselho de Administração: o «administrador delegado», Artur da Silva Ribeiro, segundo o *Jornal de Albergaria*, «proprietário e capitalista» da Branca, Manuel Pires da Conceição, «proprietário e capitalista», também daquela freguesia, o «comerciante» Rufino da Fonseca, residente em Albergaria-a-Velha, e Sebastião Lopes da Cruz, «capitalista, industrial e banqueiro», de Pinheiro da Bemposta.

Sobre os fundadores apenas foi possível saber que Artur da Silva Ribeiro deu, por emprazamento perpétuo, à Companhia Mineira e Metalúrgica do Braçal três «casas com moinhos», sitas em Palmaz e na Branca⁶⁵⁰ e que, em 27 de Dezembro de 1920, em «sociedade civil» com o seu amigo Sebastião Lopes da Cruz e o arrais da Murtoza, Francisco de Pinho Faustino, fundou a companhia de pesca Nossa Senhora da Conceição para a «exploração da indústria da pesca de arrasto na costa da Torreira», com um capital social de 45 000\$00⁶⁵¹. Com se vê, estes dois «capitalistas» apostam mais dinheiro na pesca do que na cerâmica.

Mas esta empresa teve vida breve. Em 13 de Julho de 1923, portanto cerca de ano e meio depois do início da laboração fabril, o «administrador delegado» vende à Empresa Cerâmica do Fojo «uns barracões de alvenaria, com os seus respectivos terrenos e também terrenos anexos, sitos no lugar da Estrada, freguesia da Branca [...]. Tal prédio é aquele em que está montada a fábrica de cerâmica que a empresa sua representada explora e compreende o forno e bem assim todas as dependências da mesma»⁶⁵². Por razões que a escritura não esclarece, a dissolução da sociedade verificou-se apenas em 5 de Janeiro de 1924⁶⁵³.

3.5.3. A fábrica fundada por Jerónimo Pereira Campos

Jerónimo Pereira Campos e os seus filhos Henrique e João constroem a fábrica, entre 1896 e 1897, sem terem chegado a formalizar uma qualquer socie-

dade que tivesse existido entre os três. Aparentemente, a empresa funcionava como se fosse explorada em nome individual pelo velho mestre-de-obras da Câmara Municipal de Aveiro, contando com a cooperação de sua mulher e dos dois filhos mais novos, para quem, segundo a memória da família, teria sido fundada a fábrica, pois também os dois mais velhos tinham sido ajudados a estabelecer-se, um, o Ricardo, como comerciante e outro, o Domingos, como encadernador⁶⁵⁴.

Embora a fábrica tivesse sido construída e gerida até 1907 apenas com os dois mais novos, Jerónimo Pereira Campos junta, onze meses antes da sua morte, os outros dois filhos numa sociedade em nome colectivo, celebrada em 15 de Janeiro de 1907, ficando todos eles como «administradores e gerentes da sociedade»⁶⁵⁵. Essa escritura assume características próprias de um testamento. Jerónimo Pereira Campos, que enviuvara, em 1904, contava já 79 anos de idade e a fábrica era o bem patrimonial mais importante que deixava. O facto de a cada irmão ter sido atribuída uma quota igual, independentemente do desigual envolvimento na vida da empresa, terá constituído um forte motivo de discórdia. O velho Jerónimo morre, em Dezembro de 1907, sem fazer testamento. Não obstante, os termos da escritura da sociedade mantiveram-se inalterados, até 1911.

Numa família com fortes tradições e militância monárquicas, a adesão de um dos seus membros ao republicanismo e à maçonaria, num contexto de forte turbulência política, revelou-se fonte de mais conflitos (João Pereira Campos foi eleito para a Comissão Municipal, em Novembro de 1910⁶⁵⁶). Se a esse facto juntarmos as prisões de Ricardo e Domingos Pereira Campos – que estiveram detidos na Cadeia da Relação, no Porto, por alegada participação numa conspiração monárquica – e um conjunto de ódios pessoais de contorno difusos com os testemunhos a que tive acesso, teremos compreendido algumas das razões da ruptura anunciada, entre João Pereira Campos (1877-1927) e os seus irmãos.

Aparentemente, as dificuldades de relacionamento entre João e seus irmãos não tiveram expressão no texto da escritura de sociedade, celebrada em 11 de Fevereiro de 1911, que parece ter sido ditada pelo facto de a empresa ter crescido e de carecer de meios de modernização e expansão. Mas essa escritura, tal como a de 1907, ficou a dever-se à necessidade de «regularização» de uma situação anterior. Quer uma, quer a outra, foram determinadas mais por razões relacionadas com o património da família do que por motivos decorrentes dos negócios da sociedade. De qualquer modo, a sociedade em nome colectivo, que adopta a designação de Jerónimo Pereira Campos, Filhos, aumenta o capital para 30 000\$000, dividido em quatro partes iguais, e redefine funções, e concede um protagonismo ascendente a Domingos Pereira Campos (1872-1946), que se terá envolvido nos

negócios da cerâmica após a morte do pai. Esse facto não terá agradado a seu irmão João⁶⁵⁷.

As (confusas) actas de 1912 mostram que os três irmãos tinham decidido excluir o irmão mais novo das decisões estratégicas da empresa, forçando-o a sair. Em resposta, João Pereira Campos compra, por 400\$000 réis, o terreno onde viria a construir uma nova fábrica de telha e tijolo⁶⁵⁸. Finalmente, em 25 de Janeiro de 1913, os três irmãos, Domingos, Henrique e Ricardo adquirem, por 12 000\$00, a posição do irmão mais novo⁶⁵⁹.

Dias depois, João Pereira Campos publicita o estabelecimento da sua fábrica de telha e tijolos, no Canal de S. Roque, «num terreno apropriado para tal fim, pois além da matéria-prima, tem três excelentes vias de comunicação: o caminho-de-ferro, a ria e a estrada de macadame»⁶⁶⁰. Era uma das primeiras unidades fabris da nova zona industrial da cidade, beneficiando ainda com a existência um barreiro de boa qualidade⁶⁶¹.

Nesse ano de 1913, João Pereira Campos e sua mulher Severina Pereira Campos iniciam a construção da Cerâmica Aveirense, enquanto mantêm o estaleiro de construção de embarcações de recreio⁶⁶². Uma pequena notícia de 1913 dá conta da continuidade dessa actividade, apesar de serem escassos os testemunhos sobre a forma como era explorado esse negócio. Em Agosto de esse ano, *O Democrata*, surpreendido com «o desenvolvimento que o *sport* náutico tem tido ultimamente nesta abençoada região da beira-mar», afirma: «Entre os barcos de recreio que, numa azáfama verdadeiramente febril, estão sendo ultimados e cujo lançamento à água está para breve, destaca-se o dos nossos amigos Jaime e Manuel Dias Ferreira, da Quintã do Loureiro [Cacia], *delineado e construído sob a direcção do hábil construtor desta cidade, Sr. João Pereira Campos*»⁶⁶³.

Mas o estaleiro terá sido abandonado depois. Em Junho de 1914, o primeiro anúncio da novel empresa dá conta da diversidade dos produtos: «telha tipo marselha e de outras, telhões, tijolos vermelhos e refractários, ladrilhos, azulejos, tubos de grés, cimentos, etc.»⁶⁶⁴. O esforço de João Pereira Campos suscitou a admiração geral e um reconhecimento social muito alargado. No final da década, Cerâmica Aveirense adquirira uma projecção que ultrapassava os estreitos limites da imprensa correligionária e do concelho⁶⁶⁵.

A Cerâmica Aveirense terá constituído uma forte ameaça ao crescimento da velha empresa fundada por Jerónimo Pereira Campos. As duas empresas rivalizam entre si, nos anos seguintes, mesmo no domínio do *marketing*. Mas a concorrência era mais vasta. Nesse ano de 1913, nasciam outras fábricas de telha e tijolo⁶⁶⁶. A poucos quilómetros a Sul, junto da linha-férrea, nasceu a empresa Duarte Tavares

Lebre & Companhia. Em Vagos, em Novembro de 1913 nascia a já referida Companhia Industrial e Comercial Vaguense.

É neste contexto, quando ainda não se faziam sentir as dificuldades provocadas pela I Guerra Mundial, que Domingos Pereira Campos e seus dois irmãos decidem construir as monumentais instalações da fábrica. No final de uma visita ao «vastíssimo edifício» da fábrica em fase de conclusão, o *Jornal de Notícias*, do Porto, mostrava-se maravilhado, afirmando estar perante «um verdadeiro monumento»⁶⁶⁷. O projecto, nas palavras do seu arquitecto, o portuense José Maria Olímpio, era «o primeiro, não de Portugal, mas da Península Ibérica» (com os 4 pavimentos, ocupava uma área superior a 5 000 m²). «Só o arrojo desses proprietários – declarou então o referido arquitecto –, aliás pouco vulgar nas diferentes indústrias do nosso país, é que poderiam levar a cabo este edifício de tão grandiosas proporções que, sem contestação alguma representa um padrão de imorredoura glória e um justificado orgulho» para os aveirenses».

De todos os órgãos da imprensa local aveirense apenas o *Correio de Aveiro* se referiu ao evento e lhe deu a importância que merecia. O *Campeão das Províncias* fê-lo de forma lacónica. Os restantes periódicos fizeram silêncio sobre o edifício de maiores dimensões então existente em Aveiro. Em Agosto de 1917, dizia o *Correio de Aveiro*: «Em Aveiro ninguém se lembra de que há duas importantes fábricas, uma especialmente, que não há melhor no estrangeiro depois de concluído o *forno colossal*, que além de tudo é uma obra gigantesca e sem igual. Referimo-nos à [firma] Jerónimo Pereira Campos, Filhos»⁶⁶⁸. No número seguinte, o mesmo semanário volta ao assunto, de forma elogiosa: «[...] sob a planta do distinto arquitecto do Porto, Sr. Olímpio, reconstruiu-se e ampliou-se o edifício [...]. Foram também aumentadas as instalações e dependências, *construiu-se um novo forno contínuo, que é o primeiro e mais amplo da península*; montaram-se novos maquinismos; e tudo isto, que custou enormes sacrifícios e tenacidade de inteligência e de trabalho, fez-se num prazo de tempo relativamente curto, sob a habilíssima direcção do nosso amigo Sr. Henrique Pereira Campos, coadjuvado dedicadamente pelos seus irmãos, Srs. Ricardo e Domingos Pereira Campos»⁶⁶⁹. Acrescentava que, em Setembro de 1917, a fábrica se encontrava em completa laboração, concluindo: «De todas as empresas tentadas em Aveiro, e tendo começado modestamente, nenhuma outra tem atingido tanta importância, tirando sempre progressos dos seus próprios recursos. Se o velho Jerónimo Pereira Campos fosse vivo ainda hoje e pudesse ver a obra a que lançou os alicerces com os seus filhos, sentiria decerto justificado orgulho».

Nos anos seguintes, a empresa alarga a gama dos seus produtos e acompanha o que de melhor se fazia na Europa, no seu ramo, através de viagens⁶⁷⁰ e da

assinatura de revistas técnicas, como a francesa *La revue des matériaux de construction et de travaux publics*, enquanto continuam as obras de beneficiação e alargamento das instalações. Em Dezembro de 1920, na sequência da fundação da Empresa Electro-Oceânica, SARL, em 2 de Março desse ano, para o fornecimento de iluminação eléctrica à cidade de Aveiro⁶⁷¹, é instalado na Fábrica dos irmãos Pereira Campos «um alternador para alta pressão [*sic*] na Fábrica dos Srs. Jerónimo Pereira Campos, Filhos garantindo assim, muito brevemente, o fornecimento de luz, pelo menos, para a via pública»⁶⁷².

Em 1922, o pacto social é alterado. No tocante à redistribuição de responsabilidades na sociedade, transferem «os cargos que pela escritura de 1911 competiam ao antigo sócio João Pereira Campos» para os sócios Domingos e Ricardo, «que por si os dividem como melhor convier»⁶⁷³. Em 26 de Dezembro do ano seguinte, sob a direcção de Domingos Pereira Campos (1872-1946), a sociedade é transformada em sociedade anónima de responsabilidade limitada⁶⁷⁴. Nesse ano, havia no nosso país cerca de 120 unidades produtoras de cerâmica de natureza vária, ocupando, na totalidade, perto de 5 000 trabalhadores⁶⁷⁵. Aveiro, com sete fábricas, três de telha e tijolo e quatro de louça e azulejo, assumia um papel de liderança em toda a sub-região, neste ramo de actividade.

As ambições da sociedade anónima estão bem expressas na nova designação – sublinho o plural –, *Fábricas* Jerónimo Pereira Campos, Filhos, SARL, enquanto o capital social atinge a cifra de 2 700 000\$00, dividido por 27 000 acções de 100\$00 cada uma, emitidas numa única série, e integralmente subscrito pela forma seguinte: 1. O valor de todos os prédios e edifícios da fábrica de cerâmica e seração e seu escritório, e direitos de qualquer natureza que sejam, maquinismos, instalações, ferramentas, veículos e semi-moventes, barros extraídos, pranchetas, registos de patentes, utensílios, etc., que foram da Jerónimo Pereira Campos, Filhos: 1 700 000\$00 e 2. O capital, dinheiro subscrito e realizado – 1 000 000\$00.

Os membros Conselho de Administração seriam remunerados da seguinte forma: 2500\$00 para o administrador delegado, 600\$00 para o vogal presidente e 400\$00 para o secretário. Além desta remuneração mensal, atribuída a «título de subvenção de vida», tinham ainda direito a uma «percentagem dos lucros líquidos», assim distribuídos: 3% para o administrador delegado e 1,5% para cada um dos outros vogais.

A família Pereira Campos detinha a maioria do capital social. O restante fora subscrito por um conjunto de personalidades ligadas ao mundo empresarial e ao poder municipal, incluindo, também, alguns proprietários e técnicos de Lisboa, Braga e Porto. A maioria desses subscritores são, pois, os fundadores do Banco

Regional de Aveiro – de cujo grupo fundador fazem parte os Pereira Campos⁶⁷⁶ – e do movimento regionalista que organizou os congressos regionais de Viseu e Coimbra, nos anos anteriores. Entre eles contam-se os advogados Alberto Souto e Jaime Duarte Silva, o director da Escola Industrial e Comercial de Aveiro, Francisco da Silva Rocha, o presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Lourenço Simões Peixinho e empresários como Henriques Máximo Júnior, Lívio da Silva Salgueiro, o médico e vereador José Vieira Gamelas ou o Professor Egas Ferreira Pinto Basto, entre outros, com quantias que oscilam entre os 10 e os 50 contos.

Faço notar, também, que Luís Mendonça Corte Real era membro do Conselho Fiscal do Banco Regional de Aveiro, e Lourenço Peixinho era médico da Família Pereira Campos. Já o encontramos como testemunha na assinatura da escritura de partilhas e sociedade, de 1911. Lourenço Peixinho, que assumira a presidência da Câmara Municipal de Aveiro, em 1918, coloca Ricardo Pereira Campos ao seu lado, na gestão dos Serviços Municipalizados de Aveiro⁶⁷⁷.

Em 1926, num quadro de dificuldades e muitos receios – «todos nós sabemos quanto as indústrias têm sido sacrificadas, e portanto, *quanto é perigoso desenvolvê-las*» –, quando «o artigo de maior venda do nosso fabrico é a telha», a empresa adquire equipamento para a produção de grés, gastando nisso verbas muito elevadas⁶⁷⁸. Nos anos seguintes, Domingos Pereira Campos vai adquirir três fábricas de telha e tijolo, a norte e a sul do País.

3.5.4. A Empresa Cerâmica Vouga

Não obstante as inúmeras dificuldades por que passavam diversas empresas, no início dos anos 20, pareceu a um grupo muito numeroso de indivíduos que ainda havia espaço para mais uma fábrica de cerâmica de construção, em Aveiro, mesmo ao lado da monumental fábrica dos filhos de Jerónimo Pereira Campos, retirando a principal matéria-prima de um barreiro adjacente ao desta última empresa.

Efectivamente, em 9 de Setembro de 1920, é fundada a Empresa Cerâmica Vouga, com um capital social de 250 000\$00, constituído por 27 quotas de valor desigual: 18 de 5000\$00, 6 de 10 000\$00, 1 de 20 000\$00, 1 de 30 000\$00 e 1 de 50 000\$00. A maior, que representava apenas 19,2% do total, foi subscrita pelo então major Carlos Gomes Teixeira, colocado desde 1917 no Regimento de Cavalaria n.º 8, em Aveiro, que assumiu as funções de «director gerente»⁶⁷⁹. Seis dos sócios residiam em Lisboa, um era de Águeda e outro de Albergaria-a-Velha; os

restantes viviam em Aveiro. Por profissões, é possível contar 10 «negociantes», 5 «militares», 3 médicos, 3 «proprietários», 2 advogados, 1 juiz, 1 «funcionário público» e 1 empresa. Ainda que não tenha conseguido reunir informação sobre todos os indivíduos, parece evidente que pertenciam aos círculos sociabilitários próximos do republicanismo evolucionista de que Carlos Gomes Teixeira era o chefe, no concelho de Aveiro, desde a criação do partido de António José de Almeida⁶⁸⁰. Nessa condição, foi um dos fundadores do *Distrito de Aveiro*, órgão local do evolucionismo aveirense⁶⁸¹. Muitos dos subscritores do capital desta empresa estão ligados a negócios muito variados, do Banco Regional de Aveiro à pesca do bacalhau, da indústria de conservas à moagem de cereais e à panificação, da pesca costeira ao comércio de fazendas.

A fábrica foi instalada no lado sul da via-férrea, junto da estação do caminho-de-ferro de Aveiro. Sublinho que, no momento da constituição da sociedade, apenas estavam realizados 40% do valor de 26 quotas; só a participação do «negociante» Anselmo Ferreira, sogro do Major Gomes Teixeira, se encontrava totalmente realizada. Esse facto condicionou fortemente a vida da sociedade, nos primeiros anos. Entre 1921 e 1927, a falta de capital é um assunto recorrente nas assembleias-gerais. Logo na primeira reunião, em 3 de Novembro de 1921, são expostas as circunstâncias que levavam a direcção a exigir um aumento de capital⁶⁸². Na reunião seguinte, o «gerente» mostra a «urgente necessidade de contrair novos empréstimos, visto que o aumento do capital não tinha atingido o resultado que se esperava»⁶⁸³. Na acta n.º 3, de 22 de Março de 1923, «o assunto principal» era «a falta de capital para conclusão das obras da empresa, pois «eram precisos ainda 250 000\$00 para se pôr a fábrica em condições de trabalhar normalmente». Se esta quantia «não fosse conseguida, ou por aumento de capital ou por empréstimo, seria preferível paralisar as obras»⁶⁸⁴. Entretanto, a inflação pressiona os preços. Em Abril de 1923, depois de analisada a situação, os sócios da empresa são levados a escolher uma das três soluções apresentadas pela direcção: 1. Aumento do capital para 900 000\$00, «quantia julgada indispensável para conclusão das obras e liquidação dos débitos da empresa»; 2. Aumento do capital apenas para 600 000\$00 para conclusão das obras, subsistindo os empréstimos feitos até então; 3. Transformação da sociedade em anónima, emitindo acções do quantitativo julgado necessário para a conclusão das obras. A Assembleia Geral optou pelo segundo cenário⁶⁸⁵. Nessa mesma reunião, um dos sócios analisou a situação e afirmou que «o capital até agora tem escasseado» devido aos «sócios que têm mostrado não ter confiança no futuro da Empresa». No final de 1923, pôs-se a hipótese de encerrar a fábrica, despedindo os operários.

No início de 1924, *O Debate* descreve a maquinaria francesa (marca Boulet) adquirida para o fabrico de telha e de tijolo⁶⁸⁶. Dispunha igualmente de uma serralharia e de uma carpintaria mecânica, mas continuavam a sentir-se as referidas dificuldades, que conduzem a uma divisão entre os sócios, nomeadamente entre os que cooperam com a direcção e aqueles que não acreditavam no futuro da empresa, assumindo até atitudes consideradas hostis.

A partir desse ano, Carlos Gomes Teixeira foi adquirindo as quotas de alguns dos sócios, nomeadamente dos que detinham uma posição importante na Companhia Aveirense de Moagens⁶⁸⁷. Importa referir que o fundador da empresa e seu principal dinamizador fora nomeado governador civil, em 9 de Outubro de 1920, e, mais tarde, em 27 de Fevereiro de 1927⁶⁸⁸. Essa condição, aliada à reconhecida capacidade de trabalho e a uma vontade férrea, permitiram-lhe uma posição de relevo na empresa.

4. Fabrico pioneiro de abrasivos

Proveniente do Latim, *lixa*, tal como a castelhana *lija*, é o nome dado a um esqualo, semelhante ao cação, cuja pele, depois de seca, se empregou no polimento de madeira, marfim, metais, etc.⁶⁸⁹. O *Lello Universal*, do início do século XX, define a lixa como um «papel que tem aderente uma camada de areia, e serve para polir madeira ou metal». Sublinho o facto de não referenciar o uso do pano como suporte e do vidro como substância abrasiva. Também as palavras e expressões francesas fazem alusão ao papel: *papier-émeri*, *papier de verre*, *papier verré*. O português *peixe-gata* tem equivalente em Francês no *chien de mer* ou *squale*. Ainda não há muitos anos, na Ilha do Pico, nos Açores, as «fábricas de gatas» vendiam as peles de *peixe gata*, em tiras de cerca de 8 cm de largo, a diversos armazéns lisboetas que, por sua vez, as vendiam a firmas italianas para o tratamento do feltro utilizado na produção de chapéus⁶⁹⁰.

Como refiro num estudo que aguarda publicação⁶⁹¹, se a procura, especialmente após a legislação proteccionista da última década de Oitocentos, pode explicar o início da produção industrial de lixa, menos evidentes são as razões da fundação de uma unidade pioneira, com as características desta, em Soza, no concelho de Vagos, a cerca de nove quilómetros de Quintãs, onde se situa a estação do caminho-de-ferro mais próxima. As actas da Câmara Municipal de Vagos esclarecem parte dessas razões, fornecendo informações sobre as infra-estruturas (in)existentes e projectadas. Desde o final do século XIX deram entrada naquela instituição

diversos pedidos de autorização (e prorrogação dos prazos) para a construção de estradas e vias-férreas que se tivessem sido concretizadas teriam permitido ligar Aveiro à Figueira da Foz, como referi no capítulo I. Foi, por certo, na expectativa da concretização do projecto de construção do caminho-de-ferro que o fundador da empresa decidiu erigir ali uma fábrica de lixa.

A empresa é fundada em 1904, e do comboio, que terá sustentado a escolha do local para a sua instalação, não mais há notícia até 1909⁶⁹². Uma década depois, acossada por dificuldades decorrentes da errada localização, a fábrica seria transferida para Aveiro, para um terreno junto da estação do caminho-de-ferro, entre as linhas do Norte e do Vale do Vouga.

António Brito Pereira de Resende (1840-1921), o fundador desta empresa, nasceu em Soza, em 22 de Maio de 1840. Segundo a memória local, casou no Brasil, com Stella Cândida Grillet, natural do Rio de Janeiro, onde terá acedido ao «segredo» do fabrico da lixa. O nome da fábrica e da marca – *Luzostela* – é uma abreviatura de Luso (Luzo na grafia da época) e Estela, o nome da esposa brasileira. A documentação não me permitiu saber quando emigra, quando regressa e como decide fundar a fábrica de abrasivos. Em 16 de Dezembro de 1895, segundo a escritura de venda da sua casa de habitação, residia em Braga⁶⁹³. Em 1903, conciliava o desempenho das funções de presidente da Junta de Repartidores e Matrizes da Indústria com a gerência da Companhia Carris e Ascensor do Bom Jesus⁶⁹⁴.

Em Maio de 1904, o «comerciante e industrial» A. Brito Pereira de Resende regressa a Soza para adquirir um terreno, onde viria a edificar a Luzostela, a primeira fábrica portuguesa de abrasivos flexíveis. Sublinho que, na Península Ibérica, apenas existia a Debray, fundada em 1900, em Barcelona⁶⁹⁵. De resto, a Luzostela seria, em Portugal, a única unidade produtora de abrasivos flexíveis até 1961, data em que é fundada a SINCAL, em Sintra⁶⁹⁶.

Adquirido o terreno, os trabalhos de construção das instalações terão decorrido nos dois ou três meses seguintes, tendo sido iniciada a produção entre Outubro e Novembro⁶⁹⁷. Sublinho que, em 18 de Novembro de 1904, António de Brito Pereira de Resende, ainda com indicação da residência em Braga, vê aprovado o registo da marca da sua fábrica «destinada a lixa em papel e pano». Trata-se de um procedimento inédito na indústria desta sub-região, pois até o registo das sociedades só se fazia passado algum tempo.

Mas as dificuldades tolheram o crescimento da empresa logo nesse ano, tendo interrompido a laboração «por um largo período», «por motivo de alteração e modificação do maquinismo [...] e ainda *por causa das dúvidas que surgiram e foram levantadas pelo facto de um estabelecimento desta natureza não se achar*

*compreendido nas tabelas que acompanham a Lei de 31 de Março de 1896, referente à contribuição industrial, e só ser comparável à indústria de telha e tijolo*⁶⁹⁸. Segundo A. G. Ferreira Cabido, «parte do maquinismo, se não todo, [é] invenção de um dos proprietários, um industrial muito inteligente, que fez esta instalação mais com o fim de introduzir esta indústria no País do que mirando ao interesse que dali adviria»⁶⁹⁹.

Por falta de capital, Brito Pereira de Resende associa-se a dois correligionários. Em Junho de 1905, a *Vitalidade* faz uma breve referência à firma Brito & Companhia. Em 3 de Julho desse ano, quando a empresa se inscreve na Associação Comercial e Industrial de Aveiro, a acta refere-a igualmente como «Brito & Companhia, industriais de Soza»⁷⁰⁰. É possível, pois, que a sociedade apenas tivesse sido legalizada em 1906, existindo de facto já no ano anterior.

Em 1 de Fevereiro de 1906, é constituída a sociedade, sob a firma Brito & Companhia⁷⁰¹. O fundador associou a si o «comerciante, capitalista e proprietário» António Maria Ferreira (1860-1924), residente em Aveiro, e Reinaldo Vidal Oudinot (1869-1932), farmacêutico em Sarrazola, lugar da freguesia de Cacia, mas também professor, pedagogo, jornalista e poeta. A necessidade de capital acabaria por lhe retirar o controlo da empresa, tornando-se, doravante, apenas responsável pela direcção técnica da mesma, vindo mesmo a ficar apenas como «sócio de indústria», com a remuneração mensal de 41\$666 réis⁷⁰². A prova da falta de dinheiro encontra-se na documentação da empresa: o sócio António Maria Ferreira, que entrara com 4 000\$000 réis de capital, faria à sociedade vários suprimentos, entre 1906 e 1909, no valor global de 4 930\$471 réis⁷⁰³.

Na sequência da constituição da nova sociedade, a empresa decide usar como logótipo as armas de Aveiro, o que parece indicar que, desde cedo, os sócios pensaram na mudança da fábrica para esta cidade. Para tanto, solicita a necessária autorização⁷⁰⁴. A mudança de símbolo conduziu a novo registo da marca em Junho de 1906 e traduziu-se num conjunto de transformações decisivas para a sua expansão, como a instalação de mais uma máquina a vapor bem como outra maquinaria, que lhe permitiu diversificar a produção. Em Março de 1908, a *Vitalidade* afirma: «Depois de pacientes experiências e estudos deste nosso amigo [Brito Pereira de Resende], a fábrica, *que só produzia lixa em papel*, passou a produzi-la, também, de pano, esmeril, tripoli, robi, quartzo, etc.»⁷⁰⁵. Meses depois, a imprensa local republicana publica o primeiro anúncio que confirma a informação da *Vitalidade*, enfatizando o facto de as lixas serem «muito superiores às estrangeiras e mais baratas»⁷⁰⁶.

Em Agosto desse ano, um outro periódico de simpatias republicanas confirma o bom momento que a empresa atravessava nesse ano: «Continua em

activa laboração a fábrica de lixa a vapor Luzostela, de Soza, propriedade da firma Brito & C.^a. Todos os produtos dessa fábrica confrontam vantajosamente com os similares estrangeiros. Por isso, *os grandes consumidores do Porto e Lisboa têm feito importantes encomendas*⁷⁰⁷.

No corpo principal do edificio da fábrica, «com 30 metros de comprimento por 5 metros de largo, acham-se colocadas as máquinas mais importantes para a fabricação; o pavimento superior serve de depósito a algumas matérias-primas e produtos fabricados e de secadouros. Em outro corpo contíguo está instalado o gerador e o motor, as fornalhas de preparar gomas e, a este contíguo, a instalação de uma galga para moer vidro posta em movimento por um motor animal. Este edificio é propriedade da empresa, bem como a casa contígua que serve de habitação a um dos sócios. O seu valor é de 4 000\$00»⁷⁰⁸. Dizia Ferreira Cabido que, a este valor, acresciam 2 000\$00 dos terrenos; o «mobiliário (maquinismo e mobília) avaliava-se em cerca de 4 contos».

As matérias-primas, que constituíam a despesa mais elevada (9140\$000), eram adquiridas no mercado nacional, «com excepção do esmeril que provém da Alemanha e é ali importado de Naxos». Produzia «3000 resmas [450 folhas de 230x280 mm] de lixa de papel e vidro que, a 2\$400 réis, têm o valor de 7200\$000 réis, e 1000 resmas de lixa de pano e esmeril que, a 5\$000 réis, atingem a importância de 5000\$000 réis, e ainda outras espécies cujas quantidades se não podem determinar, até o valor de 1000\$000 réis ou valor total de 13 200\$000 réis»⁷⁰⁹.

A fábrica empregava, então, apenas cinco pessoas: o sócio Brito de Resende, que era «o maquinista encarregado de todo o serviço», e mais quatro trabalhadores com a remuneração de \$300 réis, cujo custo se cifrava em 336\$000 réis.

Acrescentava o relatório de Ferreira Cabido que do «saldo» de 3336\$000 «há a deduzir o juro do capital empregado que não é inferior a 400\$000 réis, e importantes descontos para revenda, comissões e fretes», pelo que «pode considerar-se o lucro actual de 410\$000 réis que apenas dará para pagar o trabalho do sócio gerente, e todavia não há no País outra fábrica que produza lixa; só os produtos estrangeiros, alemães principalmente, lhe fazem concorrência, sem serem de melhor qualidade e mais baratos». Concluía defendendo a «protecção» para esta indústria, «pela elevação do direito sobre os produtos estrangeiros». Em final de Junho de 1913, a empresa anuncia a venda dos seus produtos no Rio de Janeiro⁷¹⁰.

Em 17 de Julho de 1914, *O Democrata* noticia a transferência da fábrica para Aveiro, sublinhando as generosas dimensões das instalações fabris⁷¹¹. Iniciava-se um novo ciclo na vida desta empresa. Em Setembro de 1912, António Maria

Ferreira e o seu sócio Brito compram a quota de Reinaldo Vidal Oudinot, ficando o primeiro com três quintos dessa quota⁷¹².

Os elevados investimentos realizados com a mudança de instalações acabaram por impor a entrada de dinheiro fresco e conduziram, assim, à constituição de uma nova sociedade, em 15 de Abril de 1915. É assim que João Ferreira, irmão de António Maria, entra na Luzostela⁷¹³. Juridicamente, a nova sociedade pouco difere da anterior. A mudança mais significativa reside na passagem de 7 000\$00 para 40 000\$00 de capital social – constituído pelos terrenos, edifício da fábrica e equipamento instalado –, valor que testemunha a dimensão dos investimentos na nova unidade fabril. Os dois irmãos passam a deter 90% do capital, ficando o fundador da empresa, António de Brito Pereira de Resende, numa posição muito inferior à que detinha desde 1906, passando a receber, além dos dividendos pelo seu capital, o ordenado anual de 600\$00, «como remuneração do seu trabalho técnico e de administração, que receberá mensalmente ou como lhe convier». O novo sócio, João Ferreira, ficava responsável, de forma um tanto vaga, pelo alargamento e consolidação dos mercados dos produtos da empresa. Segundo a referida escritura, competia-lhe «em particular e nas forças do possível [...] o dever de empregar o seu melhor esforço na máxima propaganda para o bom futuro das indústrias e comércio que a sociedade vai explorar».

Um mês depois, em 25 de Maio, voltam ao notário para esclarecerem «o que a cada um deles fica pertencendo nos haveres dessa sociedade», ficando Brito Pereira de Resende apenas como *sócio de indústria*⁷¹⁴. Não se sabe o que terá acontecido. Acto contínuo, os dois irmãos Ferreira constituem numa nova sociedade, dividindo entre si o capital social, em partes iguais. O fundador da Luzostela vende aos dois outros sócios, em partes iguais, «o seu direito e acção não só aos maquinismos, utensílios, manufacturas e enfim tudo o que diga respeito à fábrica de lixa, mas também aos prédios que fazem parte do capital da sociedade», tudo no valor de 4000\$00», autorizava o «uso da firma Brito & Companhia»⁷¹⁵. Brito Pereira de Resende é contratado como técnico da empresa, com a remuneração anual de 600\$00 pagos em duodécimos⁷¹⁶. Contudo, a mudança de firma – Ferreira & Irmão – e as restantes alterações só seriam validadas dias depois, com a celebração de nova escritura⁷¹⁷.

Em 1920, Brito Pereira de Resende, então com quase oitenta anos, afasta-se, com a pensão de 90\$00 paga pela fábrica. Faleceu em 14 de Junho de 1921⁷¹⁸. António Maria Ferreira morre três anos depois⁷¹⁹. A empresa fundada por Brito Pereira de Resende e dirigida pelo «velho republicano, antigo industrial de padaria», amigo aveirense de Afonso Costa, conhece, durante os anos 20, uma fase de expansão. É a vez da segunda geração.

A Luzostela produzia, então, seis tipos de lixa, para usos domésticos e industriais: 1. lixa de pano e vidro, para colectores de máquinas eléctricas; 2. lixa de pano azul trançado e esmeril, para aço, ferro e outros metais; 3. lixa de pano branco e esmeril, para fogões, talheres e panelas; 4. lixa de papel azul e esmeril, para ourivesarias; 5. lixa de papel e vidro, para madeira e 6. lixa de papel e corindo, para indústria de calçado⁷²⁰.

5. Serralharias e ferragens

Segundo Raul Cruz, as indústrias metalomecânicas «correspondem a um sector do qual faz parte um conjunto complexo de variadíssimas indústrias produzindo uma tal gama de produtos que se torna difícil a sua delimitação», tendo «como característica comum o facto de todas utilizarem os diversos metais como elemento base de fabrico»⁷²¹. Este ramo de actividade adquiriu, de forma diversa, grande importância económica em Águeda, Aveiro, Albergaria-a-Velha, Estarreja e Ovar, onde nasceram importantes empresas, em especial no início dos anos 20. O aspecto mais saliente da vida dessas unidades, mormente das mais inovadoras, é a falta de capital. Os testemunhos disponíveis mal nos dão uma ideia do sufoco, do desespero em que terão vivido alguns desses empreendedores.

Em Águeda, ganha relevo, a partir daqueles anos, a indústria de ferragens, pois, como refere aquele autor, quando hoje se fala de indústria, quer-se significar fabricação de ferragens e construção de bicicletas e motociclos. Em Albergaria-a-Velha, a actividade centra-se especialmente em torno da importante empresa fundada por Augusto Martins Pereira. Não obstante o insucesso da Empresa Metalúrgica de Aveiro, a sua actividade foi decisiva para a indústria metalúrgica e metalomecânica dos anos seguintes. Em Estarreja, o destaque vai sobretudo para uma pequena oficina de mobiliário metálico ainda hoje existente, a ADICO.

5.1. Adaptação das velhas oficinas de serralharia

A longa tradição dos ofícios de ferreiro e de serralheiro prolongou-se, nesta sub-região, até bem depois da I Guerra Mundial, inibindo ou resistindo ao nascimento de modernas empresas metalúrgicas. Deste modo, não espanta que ferreiros e serralheiros tenham desfrutado de uma consideração social elevada, idêntica à de carpinteiros, marceneiros e tanoeiros. Nos documentos compulsados, encontra-

mos ferreiros e serralheiros envolvidos em diversas actividades, especialmente naquelas que necessitavam da intervenção da sua «arte», além de os vermos na fundação de bandas filarmónicas e outras associações cívicas, como na vida pública. Há ferreiros e serralheiros regedores, membros das listas eleitorais e nos núcleos locais de alguns partidos políticos.

Além dos ferreiros e dos serralheiros, havia outros trabalhadores de metais, cujo labor se confundia por vezes com o destes. Os ferradores aparecem menos vezes, tanto nas fontes de arquivo como na imprensa local. O seu trabalho permaneceu submetido às regras da aprendizagem corporativa. Entre 1871 e 1874, ainda são celebrados notarialmente dois contratos de aprendizagem do ofício de ferreiro e um outro do de ferrador⁷²². De natureza idêntica era o ofício de caldeireiro, o de latoeiro, o de funileiro, como seria o de fabricante de pregos e cravos, ou mesmo o de «fabricantes de engenhos para água».

Em número elevado, essas oficinas estavam razoavelmente bem distribuídas, embora algumas localidades mostrassem, pelo menos no início do período estudado, alguma especialização. Segundo Pinho Leal, o fabrico de caldeiras de latão e de cobre, na freguesia de Eixo, fora uma «indústria importantíssima enquanto foi um monopólio desta vila, donde estes artefactos se iam vender para uma grande parte do reino; mas tem decaído depois que se vulgarizaram tais fábricas e as obras de folha-de-flandres»⁷²³. Embora Pinho Leal não explique as razões desse «monopólio», em Eixo, é evidente que se tratava de uma actividade tipicamente de Antigo Regime. Durante a segunda metade de Oitocentos, terão existido entre seis e oito oficinas, onde se faziam, por encomenda, caldeiras, tachos, alambiques, panelas, sertãs, escumadeiras, fogareiros, esquentadores de cama e outros objectos⁷²⁴.

No início do século XX, já havia caldeireiros noutras localidades, mas parece que não sobreviviam apenas com os produtos tradicionais. Procuravam adaptar-se. Em 1904, «a antiga oficina de caldeireiro» de José Duarte de Lemos, em Fermentelos, «participa aos seus numerosos fregueses e amigos» que mudara de instalações; além dos «artigos da arte de caldeireiro», continuava a fazer «alambiques de coluna, gasómetros» e a garantir a reparação de pulverizadores⁷²⁵. No ano seguinte, o caldeireiro António Peralta, de Eixo, mas com oficina em Aveiro, anunciava num semanário de Ílhavo que «faz e conserta máquinas e alambiques de todas as qualidades, assim como caldeiras de ferro e cobre, bombas para jardins e poços»⁷²⁶.

Com a difusão da folha-de-flandres, terá aumentado o número de latoeiros e de funileiros. Alguns caldeireiros ter-se-ão tornado latoeiros e funileiros. Em 1883, só em Aveiro havia 6 latoarias⁷²⁷. Em 1907, estabelece-se o primeiro picheleiro,

nesta cidade. Veio do Porto⁷²⁸. Nas vésperas da I Guerra Mundial, os funileiros tornam-se, também, picheiros. Os poucos anúncios publicados na imprensa local tornam difícil distinguir estas profissões pelos artigos que produzem. A Guerra e a urbanização alteram profundamente os papéis tradicionais. Em 1911, o funileiro Manuel Coelho da Silva publica um grande anúncio da sua Funilaria Ovarense, onde fazia «toda a obra em folha-de-flandres, chapa zincada, zinco e metal», mas, também, «canalizações de chumbo e ferro para água e gás, canejas e condutores de novos sistemas com ornatos para beirais, motores a vento, esquentadores para banheiras, tanto a gás como a carvão, banheiras e chuveiros de todos os sistemas em zinco, chapa zincada ou folha, bidés e baldes de vários sistemas para quarto, urnas para ossadas, caixões de chumbo e gasómetros de vários sistemas, etc.»⁷²⁹. Em 1912, Manuel Fernandes de Oliveira anuncia a sua «oficina de funileiro e picheiro», no Ameal, em Alquerubim, no concelho de Albergaria-a-Velha. Cuidava de banheiras, de gasómetros e de canalizações, tanto de ferro como de chumbo⁷³⁰. No ano seguinte, Joaquim da Silva Brinco, de Águeda, anuncia a sua oficina de funileiro, onde fazia «gasómetros de qualquer sistema, banheiras, regadores para jardins, caldeiras para fogão em cobre ou ferro zincado, consertos e modificações em pulverizadores». Além desses trabalhos, executava igualmente o assentamento de canalizações, consertos e modificações em pulverizadores e vendia «tubos de chumbo, torneiras, candeeiros para acetileno, regadores e jarros para quartos»⁷³¹. Como vemos, a diversidade é grande; ao trabalho manual da «arte» é associado o comércio de matérias-primas e de produtos que geralmente vinham do Porto. Por isso, alguns destes serralheiros são referidos tanto como «industriais» como «comerciantes». Eram pequenos negócios explorados em espaços anexos à habitação desses mestres ou alugados.

Durante a Guerra, a maior parte destas oficinas terá sofrido com uma «extraordinária falta de folha-de-flandres». Segundo uma notícia de Setembro de 1917, os seis funileiros de Águeda e do lugar de Assequins «quase não trabalham por causa da enorme crise de matéria-prima. E, para mais ainda, é-lhes sensível também a falta de carvão»⁷³².

Se não são claras as razões da «especialização» de Eixo, em Ovar terá sido decisiva a fundação da Oficina de Obras Metálicas, em 1899. Criada para conservação da Ponte Maria Pia e construção de muitas outras pontes, a referida oficina terá desempenhado um papel de relevo na formação de mão-de-obra especializada⁷³³. Começou «com uns escassos 20 a 30 homens», mas, em 1932, já empregava cerca de 200 operários, número que a tornava uma das maiores empregadoras desta sub-região⁷³⁴.

Águeda tem a seu favor a tradição de séculos de trabalho dos metais, especialmente do ferro. A própria toponímia parece atestar esse fenómeno. Diz F. Dias Ladeira que «alguns topónimos, como A-dos-Ferreiros, Ferreiros, este em Recardães, na velha via militar romana, aquele na via romana do Marnel a Viseu (início do século IV), denotam a [existência da] indústria de serralharia»⁷³⁵. Deniz Ramos inventariou um número apreciável de artífices da arte do ferro, desde o século XVII. Da primeira metade dessa centúria, há notícia de 12 mestres ferreiros e 2 mestres serralheiros, «sendo de admitir a existência de outros artistas entre a população, sem vínculo ao Hospital e à Igreja». O mesmo autor sublinha o facto de o elevado número de artistas ligados ao ferro ser, «de longe, superior ao dos restantes ofícios»⁷³⁶. Em 1814, das 24 «ferrarias» existentes em Portugal, 18 situavam-se no distrito de Aveiro⁷³⁷. Águeda teria, a par da Feira, o maior número. Mas o seu peso económico era diminuto.

Em meados de Oitocentos, no concelho de Vouga havia 24 «lojas de ferreiros» e 2 «lojas de ferro de obras pretas»⁷³⁸. Dez anos depois, o concelho de Águeda tinha 17 oficinas de pregos e cravos⁷³⁹. Para uma produção anual de 69,12 t, consumiam as referidas oficinas 13,735 t de carvão de cepa, procedentes de várias localidades do concelho e do distrito de Viseu. Empregavam, além dos seus proprietários mestres, 43 operários, que auferiam salários entre 120 e 260 réis. Os pregos e os cravos eram, juntamente com a lã, os únicos artigos industriais «exportados» pelo concelho de Águeda. O valor anual destes produtos cifrava-se, então, em 3400\$000 réis e 3670\$000 réis, respectivamente; em conjunto, não representavam mais do que 4,8% do valor global da riqueza do concelho. Os restantes 95,2% eram compostos especialmente por gado (58,6%), madeiras (29,21%) e cereais (4,9%). Os restantes produtos saídos das oficinas locais não tinham qualquer peso económico: a telha e o tijolo, como já referi (0,58%), couros verdes (0,25%) e carvão vegetal (0,3%).

Segundo o *Inquérito Industrial de 1890*, havia um número elevado de serralharias, classificadas como «pequena indústria», em cinco concelhos: 26 no de Aveiro (consumiam cerca de 2186\$400 réis de ferro e aço), 24 no de Águeda (consumiam 572\$000 réis de ferro e carvão), 23 no de Estarreja (consumiam 2268\$000 réis de ferro e aço), 21 no de Ovar (consumiam 1485\$000 réis de ferro) e 3 no de Ílhavo⁷⁴⁰. O *Inquérito* não referencia qualquer serralharia em Albergaria-a-Velha, naquela data. Em 1895, terá sido fundada uma serralharia, propriedade de Francisco de Oliveira Carvalho⁷⁴¹. Não teria existido outra, antes dessa data?

Na cidade de Aveiro, o seu número não sofreu grande oscilação. Em 1907, havia seis serralharias – tantas as existentes em 1883⁷⁴² –, empregando 44 trabalhadores⁷⁴³. Em 1910, eram apenas cinco, as «mais importantes do concelho»⁷⁴⁴.

Quadro 4.15 «Lojas de ferreiros» e Instrução dos respectivos operários, 1853

Produtos fabricados	Proprietário	Local	Operários			Sabem ler			Ler e escrever		
			H	M	R	H	M	R	H	M	R
Loja de ferreiros	Manuel Duarte Serafim	Vouga	2	-	2	-	-	-	-	-	-
Loja de ferreiros	José Marques Serrana	Vouga	4	-	1	-	-	-	2	-	-
Loja de ferreiros	José Ferreira Paulo	Vouga	8	-	1	-	-	-	2	-	-
Loja de ferreiros	Manuel Gomes da Silva	Vouga	5	-	-	-	-	-	2	-	-
Loja de ferreiro	José Luís Pereira	Vouga	3	-	2	-	-	-	1	-	-
Loja de ferreiros	Manuel Santos «Mestre»	Vouga	7	1	-	-	-	-	-	-	-
Loja de ferreiros	João Gomes Pinheiro	Vouga	5	-	2	-	-	-	2	-	-
Loja de ferreiros	José Rodrigues	Vouga	7	-	1	-	-	-	2	-	-
Loja de ferreiros	Manuel Serrana de Bastos	Vouga	7	-	1	-	-	-	1	-	-
Loja de obras pretas	José Pedro	Vouga	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Loja de ferreiros	António Serrana da Costa	Vouga	5	1	-	-	-	-	1	-	-
Loja de ferreiros	António Ferreira	Vouga	6	-	3	-	-	-	3	-	-
Loja de obras pretas	António Gaspar	Vouga	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Loja de ferreiros	António Correia da Silva	Vouga	5	-	2	-	-	-	-	-	-
Loja de ferreiros	Manuel de Almeida	Mourisca	7	1	-	-	-	-	3	-	-
Loja de ferreiros	Ana Serrana, Viúva	Mourisca	8	1	-	-	-	-	3	-	-
Loja de ferreiros	João da Cruz	Mourisca	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Loja de ferreiros	António de Almeida	Mourisca	1	-	3	-	-	-	1	-	-
Loja de ferreiros	João Pinto da Silva Branco	Mourisca	8	-	2	-	-	-	2	-	-
Loja de ferreiros	José Duarte Serafim	Mourisca	6	-	1	-	-	-	2	-	-
Loja de ferreiros	José de Almeida Branco	Trofa	4	-	2	-	-	-	2	-	-
Loja de ferreiros	José de Almeida	Trofa	7	-	1	-	-	-	2	-	-
Loja de ferreiros	Josefa Maria Vidal	Veiga	4	1	1	-	-	-	-	-	-
Loja de ferreiros	Rosa, viúva	Veiga	5	1	-	-	-	-	4	-	-
Loja de ferreiros	Manuel Francisco Nunes	Arruda	8	-	2	1	-	-	1	-	-
Loja de ferreiros	Manuel Ferreira Duarte	Carvalhosa	6	-	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: H – Momens; M – Mulheres; R – Rapazes. Fonte: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Em 1910, Ferreira Cabido deixa-nos notícia pormenorizada de uma serra-lharia do concelho de Ílhavo, fundada, em 1900, por João Francisco da Rocha⁷⁴⁵. Pela descrição e valor atribuído, tanto ao edifício, onde estava instalada, como ao seu equipamento, vemos tratar-se de uma oficina, onde o trabalho ainda era «todo manual», limitando-se a maquinaria a quatro tornos de bancada, uma máquina de furar, uma forja fixa e uma balança decimal.

Além do «mestre serralheiro», seu proprietário, a oficina empregava quatro operários – dois «oficiais de serralheiro» e dois «ferreiros» – e três «ferreiros aprendizes» menores. Consumia 10 toneladas de carvão por ano, comprado em Aveiro, no valor de 65\$000 réis, e ferros variados, no valor de 800\$000 réis. Das despesas faziam parte duas rubricas: salários (403\$200) e contribuição industrial (10\$585)⁷⁴⁶. Produzia camas, grades, portões, fogões, engenhos de tirar água, moinhos de vento e «diversas obras miúdas cujas quantidades não podem ser fixas *por falta de escrituração* do industrial, mas que produzem em média 1500\$000 réis por ano, sendo encomendas quase exclusivamente do concelho»⁷⁴⁷.

As características dessa serralharia não eram muito diferentes das que apresentavam quatro das cinco serralharias existentes, nesse mesmo ano, em Aveiro. As informações do quadro n.º 4.16 mostram bem como eram diferentes em todos os domínios. Dado que os seus produtos se vendiam no concelho de Aveiro, quase se pode afirmar que não concorriam entre si. A ameaça viria dos produtos vindos de «fora».

Para sobreviverem, algumas oficinas tiveram de alargar o mercado. Em 1910, José Marques da Cunha, serralheiro em Barrô, Águeda, anuncia a venda de charruas de ferro, tanto no «depósito» da oficina, como em diversas localidades: «Oliveira do Bairro, Fermentelos, Oiã, Perrães, Óis da Ribeira, Mamarrosa, Bustos, Amoreira da Gândara, Arcos de Anadia, Mortágua, Tondela, Belazaima, Águeda, Macinhata, Póvoa do Valado, etc.»⁷⁴⁸.

Certamente devido à chegada dos produtos das fábricas do Porto, nomeadamente da Fundação Aliança das Devesas – que tem publicidade na imprensa local owarensense desde 1905⁷⁴⁹ –, as serralharias vão desaparecendo, desde a viragem de Oitocentos. Mas lentamente. Em Águeda terão resistido melhor do que nos restantes concelhos, como se pode ver no quadro n.º 4.22. Este quadro inventaria as referências a 34 serralharias; 18 são do concelho de Águeda. Nas oficinas que resistem, terá crescido o número de trabalhadores por oficina; surgem as primeiras máquinas a vapor e, naturalmente, a produção terá registado um aumento significativo como resposta ao aumento de procura nos espaços rurais e nos urbanos. As charruas de ferro começam, nestes anos, a substituir (timidamente) os velhos arados⁷⁵⁰. As poucas sociedades de que a imprensa local dá notícia, especialmente em Águeda, nunca terão tido mediação notarial.

Alguns desses serralheiros, com muitos anos de actividade, mudam de ramo, como José Trindade, falecido em Dezembro de 1914, que transformou a sua serralharia, na rua Direita, em Aveiro, num estabelecimento de venda de máquinas de costura, bicicletas, motocicletas, e automóveis⁷⁵¹. Outros, com mercado mais

Quadro n.º 4.16 As cinco serralharias «mais importantes» de Aveiro, 1910

Discriminação	RM COSTA	JM GAMELAS	M FERREIRA	CM PICADO	JV FERREIRA
Capital imobiliário	4 000\$000	600\$000	2 500\$000	–	–
Capital mobiliário	2 395\$000	250\$000	1 085\$000	370\$000	100\$000
Valor da produção	3 340\$000	± 1 500\$000	2 467\$800	2 586\$000	715\$000
(Mão-de-obra) e salários	(7) 655\$400	(11) 968\$600	(11) 394\$400	(11) 719\$200	(5) 278\$000
Combustíveis	159\$000	43\$500	77\$000	84\$500	33\$000
Matérias-primas	860\$000	340\$000	1 290\$000	792\$000	198\$000
Renda da oficina	–	–	–	60\$000	120\$000
Conservação	91\$500	–	50\$000	–	–
Contribuição Industrial	41\$880	10\$816	30\$000	8\$736	5\$460
Seguro	13\$500	1\$700	4\$800	1\$500	–
Soma (Despesas gerais)	1 821\$280	1 364\$384	1 846\$200	2 467\$800	634\$460
Saldo (casa, imprevistos e juro)	1 608\$720	135\$384	621\$600	920\$064	80\$540
Relação valor produção/saldo	48,16%	9,03%	25,19%	35,58%	11,26%
Equipamento técnico					
Motor a gás de iluminação	4 cv	–	–	–	–
Motor a gás rico	–	2 cv	–	–	–
Motor a gás pobre	–	–	8 cv	–	–
Máquinas accionad mecanicam	11	1	2	–	–
Combustíveis					
Gás	400 m ³	350 m ³	–	–	–
Carvão/carvão de forja	6 t	5 t	2 t	13 t	5 t
Matérias-primas					
Ferro diverso	–	5 t	30 t	22 t	5,5 t
Chapa de ferro	5 t	–	–	–	–
Arco de ferro	10 t	–	–	–	–
Verga	3 t	–	–	–	–
Metal fundido	10 kg	–	–	–	–
Madeira	–	20 m ³	–	–	–
Produtos					
Dobradiças	60 000	–	–	–	–
Fechos	20 000	–	–	–	–
Fechaduras	100	–	–	–	–
Carros	–	2-3	–	–	–
Reparações	–	12	–	Diversas	Diversas
Camas de ferro	–	–	300	20	–
Portões	–	–	20	30	não indica
Fogões	–	–	12	30	não indica
Grades para janelas	–	–	12	50	não indica
Lavatórios	–	–	75	20	–
Engenhos de elevar água	–	–	–	30	–
Motores de vento	–	–	–	6	–
Mão-de-obra					
Mestre serralheiro	Dono \$720	Dono	Dono	Dono	Dono \$500
Serralheiros	(3) \$350	(4) \$400	(3) \$320	(3) \$400	(1) \$360
Serralheiros	(1) \$250	–	–	(2) \$200	2 filhos
Serralheiros (menores)	(2) \$120	(3) \$100	(4) \$100	(4) \$100	(1) \$100
Carpinteiros	–	(3) \$480	–	(1) \$480	–

Legenda: RM Costa – Ricardo Mendes da Costa (1873-1908); JM Gamelas – José Maria Gamelas (1901); M Ferreira – Manuel Ferreira (1892); CM Picado – Carlos Miguéis Picado (1895); JV Ferreira – João Vicente Ferreira (1903). Fonte: Aníbal Ferreira Cabido, «Chorografia Industrial do Concelho de Aveiro», *Boletim do Trabalho Industrial*, 1911, p. 21-29.

reduzido, ficam a meio dessa mudança, do artesanato industrial para o comércio. Em Pardilhó, além da «manufatura de portões, engenhos e todos os artigos concernentes à sua arte», o serralheiro Firmino Lopes Ramos vende e repara bicicletas⁷⁵². Alguns tentam a especialização no fabrico de «motores de vento», como João Bolais Mónica que, certamente por não ter mercado suficiente, se vê obrigado a fabricar estanca-rios de ferro para tirar água para regar⁷⁵³. Outros são admitidos em fábricas, metalúrgicas ou não, como oficiais do seu ofício. Em Agosto de 1920, a Fábrica de Cerâmica e de Serração de Quintãs, no concelho de Aveiro, pede, por anúncio, um «ferreiro habilitado no fabrico de ferramentas agrícolas e a caldear aros para carros de bois»⁷⁵⁴. Alguns fundem ou cortam peças mais complexas, obtendo assim grande visibilidade social. Em 1914, um serralheiro de Bunheiro, Estarreja, faz uma peça para um automóvel; dois outros fazem o extenso gradeamento e o portão do novo cemitério daquela freguesia⁷⁵⁵. A imprensa local extasia-se com a «habilidade» dos artistas, com o trabalho manual.

Mas a especialização, tímida, desponta, neste período. Essa mudança é mais visível depois da Grande Guerra, mas tem início antes. Um número apreciável de serralheiros especializa-se no fabrico de fechos e fechaduras; outros apostam no fabrico de mobiliário metálico e outros, ainda, fundam empresas de fundição; alguns serralheiros e latoeiros tornam-se bate-chapas⁷⁵⁶. Vejamos as mudanças verificadas nessas oficinas generalistas, para apreciarmos a natureza das dificuldades sentidas, especialmente após 1918, pelas que se especializaram.

De final de 1912 a meados de 1913, Manuel Tavares Corga, de Arrancada, faz publicar pelo menos quatro prospectos publicitários, em formato A5, em que publicita a chegada à sua serralharia de «*uma máquina a vapor* para proceder à perfuração das charruas [que] são todas forjadas, excepto a roda e o bico. Apesar de só há dois anos as construir, havia 10 anos que vinha fazendo o estudo em uma charrua de madeira, feita por mim, do mesmo sistema, até que consegui o melhor resultado possível, podendo, deste modo, conhecer todo e qualquer defeito que uma charrua possa ter. Garanto, por dois anos, a construção e lavragem [...]». Num dos textos publicitários acrescenta: «O seu proprietário acaba de contratar com o director da Garagem Berliet – Sr. Joaquim Guerra, de Águeda –, a venda de um motor de uma das principais casas estrangeiras, que completará o maquinismo da nova oficina, montada em prédio construído de propósito [...]». Os restantes textos confirmam que fabricava principalmente produtos agrícolas: «charruas, aeromotores de moer e tirar água, estanca-rios, atafonas, parreiras, gradeamentos, portões, fogões, tararas, debulhadoras, etc.». Em 1918, Manuel Tavares Corga fecha a sua oficina de serralharia⁷⁵⁷. Abri-la-ia três anos depois, por-

tanto, em 1921, anunciando-a como «Serralharia a Vapor»⁷⁵⁸. Continuava a fabricar «artigos de lavoura e irrigação da mesma, assim como charruas, motores a vento, estanca-rios, bombas para tirar água, etc.»⁷⁵⁹. Em 1926, alguns operários abandonam esta serralharia, sendo voz corrente que estaria a passar por sérias dificuldades. Tavares Corga viu-se obrigado a desfazer os boatos, afirmando que ia ampliar a oficina «com mais alguns maquinismos para mais rapidamente atender aos meus clientes», anunciando até uma inovação: o envio regular de um empregado a casa de todos os clientes para dar assistência aos produtos vendidos⁷⁶⁰. Mas as dificuldades tê-lo-ão feito mudar de actividade. No início de 1930, este serralheiro anunciava a abertura de uma «fábrica de serração e carpintaria mecânica a vapor»⁷⁶¹. Mas também esta viveu com dificuldades, pelo menos nos três primeiros anos⁷⁶².

Em 1914, a firma Pinho, Vidal & Companhia, que explorava uma «Fábrica de Ferragens a Vapor», sita junto de caminho-de-ferro do Vale do Vouga, em Albergaria-a-Velha, também estava equipada com máquina a vapor e com «pessoal operário hábil e cuidadoso»⁷⁶³. Esta serralharia mecânica anunciava a produção de cinco tipos de produtos: 1. «portões, gradeamentos, varandas, clarabóias, corrimões, sacadas, marquises»; 2. «ramadas, arados e charruas Braban e outros modelos, tararas, prensas, esmagadoras de uvas, esticadores de arame, todas as alfaias agrícolas»; 3. «estufas, cadeiras e mesas para jardins»; 4. «camas de ferro de todos os sistemas, lavatórios, colchões de arame, cofres e demais objectos de uso doméstico» e 5. «bombas, motores de vento para água e moagem, estanca-rios, etc.».

Nos anos 20, parece assistir-se a uma menor dispersão dos produtos fabricados, de um modo geral voltados para a procura agrícola: «Engenhos, charruas, portões, gradeamentos, peitoris, máquinas de sulfato e todas as ferramentas pertencentes à agricultura»⁷⁶⁴. Uma ou outra vê reconhecida a qualidade dos seus produtos e tenta tirar partido dessa distinção. A serralharia de José Ferreira de Almeida & Filhos, Lda. ganhou uma medalha de prata na Exposição Agrícola e Industrial das Caldas da Rainha⁷⁶⁵.

As mudanças, como disse, são mais evidentes no pós-guerra, quando se assiste ao nascimento de algumas serralharias. Em 1924, segundo *O Concelho de Estarreja*, foi fundada em Beduído uma «importante e bem montada empresa industrial» de que era proprietário José Rosendo Costa. Ali eram fabricados e concertados «artigos de serralharia a preços mais económicos, para o que muito concorrem os maquinismos mais aperfeiçoados e modernos empregados em todos os serviços»⁷⁶⁶. Em 1927, a Serralharia Mecânica de José M. Pereira & Companhia, sita em Albergaria-a-Velha, anuncia a execução «de todos os trabalhos de mecânica, bem como reparações de locomotivas, caldeiras, motores, máquinas a vapor,

máquinas de serração, linhas de eixo e chumaceiras», mas também fabricava «prensas para vinho de qualquer sistema, cinchos completos ou aros avulsos, eixos para carros de bois ou carroças, várias peças para camiões, camionetas, automóveis, motos, etc. e qualquer trabalho de construção civil»⁷⁶⁷. A serralharia de José F. Almeida & Filhos, Lda., fundada em 1895, em Albergaria-a-Velha, é reestruturada em 1914, iniciando, desde então, um ciclo que lhe permitiu publicitar regularmente os seus produtos, como tararas, fogões, etc., tanto em catálogos como na imprensa local⁷⁶⁸. Em 1931, há quem anuncie o fabrico de molas para automóveis e camiões⁷⁶⁹. Foi esse o caminho que levou alguns serralheiros à fundação das poucas fábricas deste período e à especialização então esboçada, enquanto outras preferiam a segurança da procura agrícola. Em 1930, Darlindo da Silva Brinco – que também apostou na produção de fechaduras – faz imprimir abundante publicidade à sua «oficina de serralharia», em Águeda; fabricava eixos para carros, charruas, fogões e canalizações.

Apesar da feroz concorrência verificada neste período, só há notícia de uma falência. No início de Janeiro de 1926, a *Voz de Águeda* dá conta do fim da serralharia de Manuel Augusto da Silva, de Travassô, Águeda⁷⁷⁰. Não terá sido a única, mas não terão sido muitas. Habitualmente, os estabelecimentos em dificuldades eram trespassados ou, no caso de sociedades, eram dissolvidas, o que neste ramo terá acontecido poucas vezes.

5.2. Nascimento das primeiras empresas metalúrgicas especializadas

Como vemos, as oficinas de serralharia souberam resistir ao aparecimento dos produtos das metalurgias e fundições, nomeadamente das que surgem, nesta sub-região, nos primeiros anos do pós-guerra. Esse fenómeno dá uma visão necessariamente grosseira mas provável das dificuldades de afirmação das novas empresas, muitas delas, no início, pouco mais que pequenas oficinas. Se algumas dessas firmas, fundadas nos anos 20, ficaram pelo caminho, outras conseguiram sobreviver a todas as dificuldades, até aos nossos dias.

5.2.1. O difícil arranque da indústria de ferragens

Um dos primeiros serralheiros a produzir ferragens, nesta sub-região, terá sido o pardilhoense Domingos Luís Valente de Almeida (1849-1922), que, em

1873, se estabelece em Aveiro⁷⁷¹. Em 23 de Julho de 1885, o semanário aveirense *A Época* publicou um anúncio, dizendo que esta oficina fornecia «os mais importantes estabelecimentos de ferragens, com produtos tais como *dobradiças fixas, fechaduras pedreses de todos os tamanhos*, etc. Tem também um grande sortido de *fechaduras da Alemanha, França e Inglaterra*, assim como todos os pertences a branco. Grande sortido de parafusos de todos os tamanhos, pregos de arame, chumbo em barra, bico de ferro, de cobre e de zinco. Um grande sortimento de fogões de 5\$000 réis para cima. Grande variedade de painéis de ferro de todos os tamanhos»⁷⁷².

No início de 1908, Domingos Luís Valente de Almeida – então com 59 anos – trespassa «o seu antigo e acreditado estabelecimento [comercial] de ferragens, ferro e oficinas de serralharia» a Ricardo Mendes da Costa⁷⁷³. Um mês depois, este publicou um anúncio, onde se pode ler: «Oficina de Serralharia Mecânica e estabelecimento [comercial] de ferragens, ferro, aço e carvão de forja. Ricardo Mendes da Costa, sucessor de Domingos L. Valente d’Almeida. Rua da Corredoura. *Nesta oficina fabricam-se com toda a perfeição fechaduras, fechos, trincos e dobradiças, do que há grande quantidade em depósito para vender por junto*. Grande sorteio de *ferragens para construções*, ferramentas, cutelarias, pedras e rebolos de afiar; folha-de-flandres, de cobre e de latão; tubos de chumbo e de ferro galvanizado; pregaria, chapa de ferro zincado, etc. Vendas por junto e a retalho. Agente da Sociedade de Saneamento Asséptico de Lisboa. Diluidores sépticos, esterilizadores e filtros biológicos das águas»⁷⁷⁴. Como se viu antes, no quadro n.º 4.16, em 1910, esta oficina fabricou apenas 100 fechaduras.

Na publicidade à sua Serralharia de Ferragens para Construções, nunca Ricardo Mendes da Costa deixou de se considerar «sucessor de Domingos Luís Valente de Almeida»⁷⁷⁵, continuando a formar serralheiros. Ora, a oficina de Aveiro parece estar directamente relacionada com o nascimento das primeiras oficinas de ferragens de Águeda, como «escola» de serralheiros. Joaquim Valente de Almeida (1880-1963), um dos pioneiros – Celestino Neto chama-lhe o «semeador» da indústria de ferragens de Águeda⁷⁷⁶ –, terá trabalhado na oficina de seu tio Domingos, em Aveiro, «onde se *faziam e fazem* as tais fechaduras de porta e gaveta, mais grosseiras, como toda a obra das construções»⁷⁷⁷. É possível que outros serralheiros de Águeda tenham ali feito a sua aprendizagem.

Mas as razões do aparecimento das primeiras sociedades para a fabricação de ferragens – sobretudo de ferrolhos, dobradiças, fechaduras, trincos, puxadores de portas, loquetes, etc. – terão de ser procuradas na legislação protecçãoista de 1890, 1897 e 1905 para «metais em obra», que terá onerado as fechaduras impor-

tadas da Alemanha, França e Inglaterra, em cerca de 10%, abrindo, assim, o espaço à produção nacional de fechaduras⁷⁷⁸.

Como mostrei num estudo preliminar sobre esta actividade⁷⁷⁹, a primeira sociedade de que há testemunhos notariais foi fundada por dois serralheiros de Águeda, em 1890, para a exploração de uma muito pequena oficina, como os termos utilizados pelo notário e os valores indicados bem mostram⁷⁸⁰. Essa sociedade possuía um capital irrisório – 114\$320 réis –, formado por uma quota de 100\$000, correspondente ao valor «de toda a ferramenta que [um dos serralheiros] tem» na sua oficina, e por uma outra quota de 14\$320 réis, correspondentes ao valor das «ferragens e mais um fole existente na mesma loja»⁷⁸¹.

Dessa primeira geração de empresários destaca-se a figura de Joaquim Valente de Almeida, pelos conhecimentos técnicos, pelo seu espírito inventor e talento inovador. O jovem serralheiro de Pardilhó terá partido de Aveiro, em 9 de Julho de 1899, com 19 anos de idade, rumo a Assequins, Águeda, «para assumir as funções de encarregado e de técnico da oficina, revelando-se desde logo possuidor de uma notável capacidade de trabalho e de integração nos serviços que lhe foram confiados, imprimindo-lhe um ritmo mais progressivo e de maior rendimento»⁷⁸². Celestino Neto sublinha que «o novo mestre, pois mestre se revelou, projectou e executou novas ferramentas, produzindo outras fechaduras com o n.º 840 1/2, que se diferenciavam das já em fabrico, pela entrada da chave, que não era direita [como na tradicional n.º 840], mas irregular, obtendo seis fechaduras de formato igual às existentes, mas cada uma com chave própria, o que aumentou o movimento das vendas»⁷⁸³.

Na segunda oficina de ferragens que monta, cria a «fechadura n.º 336», «também com entrada adaptada ao modelo das chaves que nessa altura se importavam da Alemanha e cuja língua corria em obediência a um sistema interior, de pequenas peças metálicas acavaladas e dispostas segundo o dentado da chave, conhecidas por fechaduras de Gorges, de perfeito acabamento, de preço mais compensador e de melhor segurança e largueza comercial, dado que, até então, não se fabricavam no País»⁷⁸⁴. Em 1920, a este propósito, diz enfaticamente a *Independência de Águeda*: «É curioso ser Águeda a única terra de Portugal que fabrica as célebres fechaduras de Gorges, que no comércio têm o n.º 336; são utilizadas para gavetas e armários e gavetas interiores dos cofres-fortes. Foi o Sr. Valente de Almeida quem inventou essa fechadura e que a fabricou primeiro na oficina do Sr. Matos [...]. E foi ali porque o introdutor da fechadura simples, de gaveta, o Sr. Domingos Pinto, não quis aceitar a inovação»⁷⁸⁵. Segundo um anúncio da *Revista dos Hospitais Portugueses*, de 1911, além das fechaduras, Joaquim Valente de Almeida «produzia diversos acessórios para material cirúrgico»⁷⁸⁶.

Naturalmente, em todas as sociedades em que participa, este técnico é responsável pela direcção técnica e humana das oficinas. Em 1905, «trabalha pelo seu ofício de serralheiro, gere e administra o mesmo estabelecimento, admite e despede os oficiais e serventuários, de acordo com o primeiro outorgante»⁷⁸⁷. Dez anos depois, promove a associação de industriais de Águeda para a criação de uma (efémera) empresa única – a Eminium –, sob a firma Matos Neto, Almeida & Companhia, Limitada⁷⁸⁸. Nessa sociedade Valente de Almeida é nomeado «*gerente técnico, encarregado da parte propriamente industrial*».

Em 1916, as oficinas são vistas pela imprensa aguedense como importante instrumento de desenvolvimento local. Uma vez que Águeda possuía «o exclusivo em alguns artigos de largo consumo que nos têm sido fornecidos pela Inglaterra, França e Alemanha, principalmente esta última», a *Independência de Águeda* via na Grande Guerra uma oportunidade extraordinária para a nascente indústria de ferragens. No final de Julho desse ano, afirmava: «Diremos, sem ares de conselheiros, aos industriais da nossa terra que este ramo exploram a grande conveniência que há em dar a máxima amplitude ao seu fabrico, dadas as anormais oscilações económicas resultantes do conflito presente que inteiramente cortaram todos os meios de concorrência estrangeira, abrindo-lhes completamente a praça portuguesa. É uma ocasião única, que seria crime não aproveitar»⁷⁸⁹.

Se atentarmos na informação do quadro n.º 4.23, respeitante apenas a Águeda, rapidamente verificamos que, entre 1890 e 1915 se formaram apenas cinco sociedades, em nome colectivo, com capitais diminutos. Fora de Águeda, parece que só Ricardo Mendes da Costa produzia ferragens na sua oficina, em Aveiro.

Com a Eminium, abre-se um período novo. Fundada em 11 de Junho de 1915, esta sociedade, com que Joaquim Valente de Almeida queria associar todas as oficinas, sob a firma Matos, Neto, Almeida & Companhia, Limitada, é um excelente testemunho da falta de capitais e do reconhecimento das potencialidades desta indústria. Alguns empresários não precisaram das advertências da *Independência de Águeda*, pois já tinham percebido que não tinham dimensão para responder ao brusco acréscimo da procura.

A primeira grande diferença evidente, neste período, reside na natureza jurídica das sociedades. De 1915 a 1925, formaram-se, em Águeda, dez sociedades por quotas de responsabilidade limitada e uma outra de igual natureza jurídica, com sede em Albergaria-a-Velha; de responsabilidade ilimitada, apenas se formou (sem registo notarial) uma sociedade. Como se pode ver no referido quadro, essas sociedades possuem uma estabilidade que nunca tiveram as anteriores, até à Grande Guerra; mesmo assim, metade delas é dissolvida, nessa década. De 1925,

até ao final do período estudado, não há mais dissoluções. Contrariamente às oficinas de serralharia tradicional, estas sociedades tiveram, ao longo desse primeiro quartel do século XX, uma vida curta e instável.

Nesses anos, a procura era de facto muito grande. Em 1920, dizia a *Independência de Águeda* a este propósito: «Do Brasil têm vindo pedidos, alguns não podendo ser satisfeitos por o mercado interno tudo absorver»⁷⁹⁰. Não obstante algumas destas oficinas serem reequipadas, nestes anos, a produção era insuficiente. O número de trabalhadores aumentou, mas «todas as máquinas são movidas a braço» – dizia num lamento a atenta *Independência* – e os processos de trabalho são ainda os de há vinte anos!»⁷⁹¹.

Nesse ano, a *Independência* congratulava-se com o crescimento industrial de Águeda, considerando «florescentíssima» a indústria de ferragens, que contava então com quatro pequenas unidades fabris. «Quantos operários empregam as oficinas de ferragens?», perguntava aquele semanário republicano: «As três maiores, uns setenta, de várias idades, incluindo os aprendizes. A oficina recentemente criada, Silva & Irmão, deve ter já uns dez operários. Mas deviam ocupar sem esforço duzentos operários. Têm sofrido por falta de iniciativas, por falta de orientação bem definida. Há, entre os industriais espíritos retrógrados, aferrados a velharias?»⁷⁹² Entre os mais empreendedores contava o seu correligionário, Joaquim Valente de Almeida, sobre o qual afirmava: «À frente dos de mais aberta e arrojada iniciativa está – dizemo-lo sem favor – o Sr. Joaquim Valente de Almeida, cuja *habilidade* é por toda a gente conhecida. A sua oficina, sobranceira à linha-férrea, é a maior, com 30 operários e aprendizes. Produz, além das velhas fechaduras, sempre aliás modernizadas, ferragens brancas para marceneiro e outros artigos que irá ensaiar em breve [...]. Dentro em pouco haverá também uma secção de ferragens miúdas, onde empregará raparigas, como sucede em idênticas oficinas do Porto»⁷⁹³.

Nos anos seguintes, algumas oficinas terão introduzido pequenas inovações técnicas, mas estamos ainda longe de uma produção de natureza industrial. A firma Almeida & Ribeiro, de Águeda – a única sociedade sem registo notarial, do pós-guerra – anuncia «a niquelagem pelos processos mais modernos, em todos os metais», afirmando ter capacidade para soldar «todas as peças que ferreiros e serralheiros não podem soldar»⁷⁹⁴.

No conjunto, estas oficinas debatiam-se com uma manifesta falta de capitais. A pouca duração inicial das sociedades terá afastado possíveis investidores, apesar da boa vontade da *Independência de Águeda* e do reconhecimento da boa remuneração dos capitais investidos. Entre os 57 fundadores das 20 sociedades e empresas em nome individual, contavam-se apenas 8 indivíduos identificados

como «proprietários». Os restantes eram «industriais» (30) e «serralheiros» (19). Contrariamente ao que se passou noutros ramos de actividade, neste período, as ferragens não atraem outros grupos sociais. Na verdade, não são 8 mas 4 «proprietários» – o advogado Manuel Alegre e três comerciantes –, pois o «industrial» João da Silva Neto, o primeiro sócio de Joaquim Valente de Almeida, é também referido, por quatro vezes, como «proprietário». Na primeira sociedade, de 1 de Abril de 1905, João da Silva Neto abonara «todo o capital preciso para a compra de instrumentos próprios, ferramentas e mais utensílios necessários e ferro»⁷⁹⁵. Entre os 38 indivíduos que fundam a indústria de ferragens, neste quarto de século, alguns participam na constituição de mais do que uma sociedade. Joaquim Valente de Almeida está presente na fundação de oito; João da Silva Neto, em cinco; Gustavo Simões Amaro, em quatro; Angelino Carlos Haneman e Eduardo Simões Amaro, em três; cinco outros serralheiros estão presentes na origem de duas sociedades cada um.

Em 1923, Joaquim Valente de Almeida debatia-se com sérias dificuldades financeiras, que o forçam a publicar um estranho anúncio, em que se pode ler: «*Vende-se ou passa-se indústria já criada, ou aceita-se sócio capitalista. Vende-se cerca de 1200 metros de terrenos no Joinal, a dez passos da estrada nacional*»⁷⁹⁶. Poucos meses depois, funda outra sociedade, a Almeida, Amaro & Haneman, Limitada, que também teve vida curta pelas mesmas razões⁷⁹⁷.

No segundo lustro dessa década, o mercado não é suficiente para as sete oficinas então existentes. O «excesso» de concorrência leva essas empresas, em Dezembro de 1927, ao estabelecimento de um acordo sobre «os preços dos artigos saídos das suas oficinas», que só podiam «ser superiores ou inferiores ao tabelado depois de reunidos os representantes das firmas, que em maioria, deliberarão sobre esse aumento ou diminuição»⁷⁹⁸. A primeira cláusula do acordo é explícita: «Quando qualquer das firmas tiver mais serviços do que as outras fica obrigada a dividi-lo pelas firmas mais necessitadas». São estabelecidas igualmente multas para as empresas que praticarem preços inferiores aos acordados, cujo produto seria depois repartido entre as firmas subscritoras do acordo que se mostrassem lesadas. Outro aspecto que este documento enfatiza, e que é comum a diversas escrituras de constituição de sociedade, é a proibição de qualquer um dos outorgantes de «exercer, individualmente, o ramo de negócio que hoje explora, a não ser para o bem das firmas» subscritoras. As sete empresas comprometiam-se igualmente a reunir ordinariamente no primeiro Domingo de cada mês. Acordavam igualmente os prazos máximos (30 dias) concedidos para liquidação de débitos, assim como determinavam que os descontos por pronto pagamento cifrar-se-iam em 2%. Por

fim, o acordo ia ao ponto de permitir «a qualquer sócio das firmas atrás designadas examinar a escrita das restantes firmas»⁷⁹⁹.

Fora de Águeda, o fabrico de ferragens era residual. Fundada certamente após a instauração da República, a oficina de Carlos Miguéis Picado fabricava cofres. Num texto autobiográfico, José da Silva Cruz conta que trabalhou «como aprendiz de serralheiro nas oficinas de Carlos Miguéis Picado, no largo da Apresentação, em Aveiro». Aí, afirma, «adquiri parte da grande experiência do meu officio, a trabalhar com ferro, e aprendi também várias técnicas de têmpera do aço, ao mesmo tempo que via como se construía um cofre e os seus devidos segredos. Estávamos no ano de 1927»⁸⁰⁰. Em Albergaria-a-Velha, nasceu, em 1921, uma outra sociedade, sob a firma Vidal, Pinto & Companhia, Limitada⁸⁰¹. Mas teve vida breve, pois foi dissolvida quase dois anos depois⁸⁰².

5.2.2. A Fundação Albergariense

Em Maio de 1921, o *Jornal de Albergaria* noticiava a chegada de Augusto Martins Pereira (1885-19), regressado do Faial para «montar, nesta vila, uma fábrica de fundição», para o que já comprara terreno⁸⁰³. Dias depois, sem nomear ninguém, o referido periódico ataca os que, movidos por «mesquinhos interesses», se opunham à fundação dessa unidade fabril, a ponto de o empresário ter chegado a pensar estabelecer-se noutra localidade, e enaltece a iniciativa, pois esta empresa viria a empregar, logo de início, «perto de 50 pessoas»⁸⁰⁴.

No final de Julho desse ano, o *Jornal de Albergaria* anuncia o início da actividade da Fundação Lisbonense, afirmando que a nova empresa fabricava «um novo tipo de esmagadores [de uvas] muito em voga na América do Norte», com «maquinismo fundido em alumínio», sendo o seu preço bastante inferior aos que se vendiam então na capital⁸⁰⁵. Em Setembro, está em construção «o primeiro barracão que se destina à fundição de ferro»⁸⁰⁶. Até então, segundo este semanário albergariense, a Fundação Lisbonense fabricava «com o maior esmero e perfeição vários artigos de bronze, alumínio, latão, etc.», para diversas empresas da capital.

Em 27 de Outubro, é inaugurado o novo forno para a fundição de ferro, passando a empresa a denominar-se Fundação Albergariense⁸⁰⁷. A nova fundição e serralharia ocupava então uma área de cerca de 1000 m². O atento *Jornal de Albergaria* regozija-se com o evento, pois considerava que esta indústria engrandecia a terra, sublinhando o facto de ser a primeira do distrito e uma das principais do País⁸⁰⁸. É vitoriado o empresário que dominava, «como poucos, os segredos da sua

dificílima profissão, devido à longa prática que teve na América do Norte»; são elogiados «alguns fundidores, que também praticaram na América do Norte». Apesar de os produtos da empresa terem grande procura em Lisboa, Augusto Martins Pereira não descurou «os importantes mercados das Ilhas, onde este nosso prezado amigo conta verdadeiras dedicações»⁸⁰⁹. No ano seguinte, a Fundação Albergariense contava já com um depósito, em Ponta Delgada⁸¹⁰.

Na verdade, Martins Pereira tinha uma ligação especial a estas ilhas. Segundo Correia de Azevedo, o jovem Augusto iniciara a sua actividade profissional como aprendiz, com 10 anos de idade, com o seu pai, na Companhia das Águas de Lisboa, «onde seu tio desempenhava o cargo de mestre de fundição»⁸¹¹. Passaria, nos anos seguintes, por duas fundições de Lisboa, pela Fábrica de Tecidos Campos Melo & Irmão, da Covilhã, onde colaborou na montagem da respectiva fundição e, a partir de 1903, pela fundição da Companhia Mineira e Metalúrgica do Braçal, em Sever do Vouga, sua terra natal; teria ainda uma passagem breve pela fundição das Minas de Aljustrel, donde partiu para Ponta Delgada⁸¹². Daqui seguiria para os Estados Unidos da América, para trabalhar numa fundição em Bóston. Tinha 20 anos de idade. Cerca de um ano depois, regressa a Ponta Delgada, «onde começa por montar uma fundição de bronze com o objectivo de fabricar sinos [...]. Pouco depois arranca com a sua primeira fundição de ferro, a Fundição Lisbonense, que vem pôr em risco a hegemonia, no arquipélago, da Família Bensaúde»⁸¹³. Em 1921, acaba por vender essa empresa à referida família e regressa a Albergaria-a-Velha para fundar uma fundição homónima.

Mas as dificuldades financeiras eram grandes. Martins Pereira acabou por se ver envolvido na fundação de uma sociedade por quotas, celebrada em 17 de Fevereiro de 1923, devido a um conjunto de circunstâncias⁸¹⁴. Congratulando-se com a formação dessa sociedade – pois assim «já não sai da nossa terra esta grande e nova indústria, a mais importante aqui estabelecida nos últimos tempos» –, o *Jornal de Albergaria* esclarece o que se passou. Pouco tempo antes, «uma entidade financeira de grandes recursos, de S. João da Madeira [a Oliva], quase convencera, com a devida indemnização, o nosso amigo Sr. Augusto Martins Pereira [...] a transferir as suas oficinas para aquela populosa e rica localidade. Tanto bastou para que um grupo de amigos do progresso da nossa terra se juntasse para lhe propor a continuação nesta vila do exercício da sua valiosa indústria, oferecendo-lhe, é claro, as mesmas vantagens com que pretendiam desviá-la daqui»⁸¹⁵. Assim, segundo este periódico, «em breves dias se organizou uma sociedade sob a firma Augusto M. Pereira & Companhia, Limitada, com o capital de 300 contos, para dar à indústria todo o desenvolvimento de que precisava».

Desse modo, o objecto social não podia trazer quaisquer novidades em relação ao que então produzia, pois visava explorar a «fundição de ferro e bronze, serralharia e forja, ou, de uma maneira geral, a exploração da indústria metalúrgica», como não espanta que apenas quatro dos sócios não fossem de Albergaria-a-Velha. Contrariamente ao que se passou noutras empresas, 23 desses indivíduos são referidos como «industriais»; os restantes eram dois «proprietários», um «comerciante», um «funcionário público» e uma empresa. O *Jornal de Albergaria* assevera que, entre os sócios, havia «três oficiais de serralharia», sendo os restantes «pessoal habilitado em diversos ramos da especialidade», acrescentando que, assim, seriam «estabelecidas novas secções, ampliadas as existentes e completados todos os serviços por forma a poder a nova empresa acudir com possível prontidão à constante procura dos produtos da Fundição Albergariense»⁸¹⁶.

Augusto Martins Pereira detinha a maior quota, no valor de 50 000\$00, que representava apenas 16,67%, percentagem que não lhe dava uma posição de poder na sociedade. Havia uma quota 45 000\$00, subscrita pelo «industrial» José Gil de Lemos, mas no momento da constituição da sociedade apenas entrou com 5000\$00. As restantes tinham valores bem inferiores: 15 de 5000\$00 e 9 de 10 000\$00.

Em Abril de 1926, quando Augusto Martins Pereira já contava com a colaboração de seu filho Américo, o *Jornal de Albergaria* rejubila com a encomenda de 120 000 novas caixas de correio para Lisboa e Porto e com os 1000 fogões pedidos pela Vacuum Oil Company, que até então os adquiria nos Estados Unidos da América⁸¹⁷. Mas parece que os restantes elementos da sociedade tinham dificuldades em aceitar as suas propostas de expansão da empresa. Primeiro, tentou adquirir quotas que lhe dessem o poder de que necessitava. É assim que, em Fevereiro desse ano, Augusto Martins Pereira adquire uma quota⁸¹⁸. Mas a conjuntura não se compadecia com planos de médio prazo. Procura, então, chegar a um acordo com os seus sócios. Assim, no final de 1926, a firma Augusto M. Pereira & Companhia, Limitada celebra com o seu «gerente técnico», Augusto Martins Pereira, um (estranho) contrato de arrendamento do «seu estabelecimento industrial, compreendendo um prédio composto de casas de habitação, barracões, casas de arrumação, pátio, poço, escritório e mais pertenças, onde se acha instalada a Fundição Albergariense, com os seus anexos e pertenças, sito na rua dos Mártires da Liberdade, da vila e freguesia de Albergaria-a-Velha [...], bem assim todas as máquinas e ferramentas»⁸¹⁹. Este arrendamento é feito pelo prazo de cinco anos, sendo o seu valor de 1000\$00 mensais. No final da escritura, é esclarecido que se consideravam «vendidos todos os materiais e obras feitas», que seriam «pagas em prestações de 3000\$00 mensais

pelo preço indicado no balanço de 31 de Outubro de 1925, com o desconto de 15 %, incluindo todas as mercadorias que estejam à consignação em casa dos clientes»⁸²⁰. Era o primeiro passo para adquirir a autonomia que não tinha. De facto, como enfatiza Correia de Azevedo, «dado o carácter de independência de Martins Pereira, esta sociedade não lhe podia convir, pois serviria apenas para lhe tolher os movimentos e dificultar o desejo de maior alargamento»⁸²¹.

Em 1927, o *Jornal de Albergaria* noticia o fabrico de dois grandes sinos para a igreja de Fermelã. Nessa altura, Martins Pereira afirma: «A nossa fábrica produz uma grande variedade de artigos. *Não temos especialidade*. Fabricamos principalmente esmagadores, prensas para bagaço, pesos para balanças, prensas de cópia, autoclismos, trempe para fogões a petróleo, etc., etc. *Mas tenciono, muito em breve, dedicar-me só a meia dúzia de artigos em que devo especializar-me*»⁸²². Dois anos depois, cria uma secção de niquelagem para «o fabrico de um modelo especial de ferro de engomar» que inventara⁸²³. No ano seguinte, a *Gazeta de Albergaria* noticia o lançamento de um fogão a petróleo, esclarecendo que não dava a notícia «a título de reclame, porque nem o novo fogão precisa dele, nem o Sr. Martins Pereira, seu inventor e proprietário da Fundação Albergariense, é nem sequer assinante do nosso jornal»⁸²⁴.

Até ao final de 1931, Augusto Martins Pereira vai adquirindo as quotas que lhe permitiriam o controlo da sociedade⁸²⁵, mas, entretanto, em 3 de Julho de 1928, já requerera a sua matrícula como «comerciante em nome individual», passando a sua empresa a designar-se Augusto Martins Pereira – Fábricas Metalúrgicas, tornando-se conhecida, a partir de 1932, como Fundições ALBA⁸²⁶.

5.2.3. Empresas metalúrgicas estabelecidas em Aveiro

Regressado dos campos de batalha da Flandres – «ainda se conservou ausente da sua terra natal, durante algum tempo» –, Francisco Maria Soares terá fundado a Auto-Metalúrgica, Limitada, no final de 1920⁸²⁷. Contava então 28 anos de idade. No ano seguinte, quando a cidade desesperava com a demora da chegada da electricidade, esta empresa terá feito a primeira experiência com iluminação eléctrica, na Feira de Março: «Fizemos efectivamente um contrato com a Câmara para iluminarmos a feira enquanto ela durar. Esperamos assim dar-lhe um novo aspecto, não só com iluminação mas ainda com os anúncios luminosos»⁸²⁸.

Francisco Maria Soares aproveita o interesse da imprensa para anunciar o propósito de vir a fornecer à cidade, «desde a lâmpada que ilumina, o radiador que

aquece, a ventoinha que refresca, até aos raios X para um consultório médico», afirmando categoricamente que a empresa montava tudo, «incluindo ferros para engomar e grelhas de fazer torradas e até mesmo bilhas para ferver água para o chá»⁸²⁹. Mas o programa era muito mais vasto, «a sua realização, quando completa, representará um grande esforço», mostrando o que estava já então a funcionar e o que sonhava fazer no futuro: «para já, apenas temos abertas as secções de: instalações eléctricas, niquelagem, cobreagem, bronzeagem e outras operações de galvanoplastia; reparações de motores de qualquer tipo; automóveis, motos, bicicletas e respectivos acessórios e a representação das casas exportadoras de material eléctrico, óleos, correias, amiantos, empanques, cal hidráulica e cimento. Muito brevemente abriremos as secções de fundição, poleame para navios, soldadura autogénia, fabricação exclusivamente nossa de metal anti-fricção, serralharia civil, etc.».

Quando lhe perguntam se tinham recursos para um programa tão vasto, Francisco Maria Soares dispara: «Por que não hão-de ser feitos na nossa *oficina* os trabalhos de niquelagem, por exemplo, ou de soldadura autogénia, que são mandados para o Porto? Por que razão não havemos nós de fundir o poleame para todos esses navios, que até agora o compravam na Figueira? Deixe-me dizer-lhe que nós estamos recrutando pessoal habilitadíssimo para todos estes serviços e, quanto a preço, se não houvesse outra diferença, havia a do transporte a menos. Ouça. Quero dar-lhe uma novidade antes de se ir embora: este Verão vamos estabelecer carreiras automóveis para as praias [...]; quando chegar o calor, poderá o meu amigo refrescar-se, este ano, com uma cerveja gelada ou com um sorvete [...]. De Junho a Setembro fabricaremos gelo»⁸³⁰.

Dias depois, *O Democrata* publica-lhe um retrato, acompanhado de alguma informação biográfica – depois da frequência do Liceu de Aveiro, estudou na Escola Politécnica do Porto e na Escola de Guerra – mas nada diz sobre o seu percurso empresarial. Em 1918, Francisco Maria Soares estivera na fundação da primeira sociedade da Fábrica de Conservas Novo Futuro⁸³¹.

Não foi possível saber o que se passou depois. Fez-se silêncio sobre a Auto-Metalúrgica. Os escassos dados reunidos não permitem saber se a sociedade se chegou a constituir, se foi dissolvida pouco tempo depois e porquê.

Finda a Feira de Março desse ano 1921, os irmãos João Ferreira e António Maria Ferreira, proprietários da fábrica de lixa, o genro deste último, Américo Carlos Teixeira e Carlos Domingos de Araújo, constituem uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob a firma Ferreiras, Teixeira & Araújo, Limitada, cujo fim social era «a compra e venda de artigos eléctricos, oficina de niquelagem ou outro qualquer ramo de comércio ou indústria»⁸³².

A sede da Electro-Mecânica, assim era designada essa empresa, foi estabelecida «no edifício da fábrica de lixa», «onde fica sendo o seu principal estabelecimento e escritório». Os dois primeiros sócios obrigavam-se a «arrendar à sociedade a dependência do edifício da sua fábrica de lixa que lhe for necessária para o seu escritório, estabelecimento e oficinas e bem assim a fornecer à sociedade a energia ou força motriz que venha a carecer e da produzida na mesma fábrica, mediante as condições e remuneração que forem acordadas entre a sociedade e os referidos sócios».

Com um capital social de 50 000\$00, dividido em quatro quotas de 12 500\$00, a empresa seria assim administrada: o genro de António M. Ferreira, Américo C. Teixeira, então responsável técnico e comercial da fábrica de lixa, seria o «gerente comercial», tendo a seu cargo «toda a escrituração da sociedade»; o sócio Carlos Domingos Araújo seria o «gerente técnico». António Maria Ferreira seria o «caixa».

A imprensa local publica anúncios da nova sociedade, com uma lista dos serviços fornecidos: «Electricidade e mecânica e todas as suas aplicações. Instalações de luz, calor e força motriz. Campainhas, telefones e pára-raios. Metalurgia. Oficinas de niquelagem, etc. Construção de aparelhos eléctricos, vidro e cristais, e outros artigos fantasia. R. Coimbra»⁸³³.

Com o início da electrificação da cidade, esta empresa vai fornecer serviços de instalação a particulares, satisfazendo as necessidades desses primeiros anos, neste domínio. No início de 1922 publicita a venda de contadores eléctricos⁸³⁴. A oficina metalúrgica terá desempenhado um papel importante no apoio à produção de abrasivos.

Em 1922, um ano depois da chegada de Augusto Martins Pereira a Albergaria-a-Velha, é feita outra tentativa de estabelecimento de uma empresa metalúrgica, em Aveiro, mas com objectivos diferentes. Em 24 de Maio desse ano, os «serralheiros mecânicos» António de Sousa e Miguel Ferreira de Oliveira constituem uma sociedade, sob a firma Sousa & Oliveira, Limitada, para a exploração da «indústria de serralharia mecânica e fundição de ferro e bronze»⁸³⁵. A sua sede foi estabelecida próximo da Companhia Aveirense de Moagens. Com duas quotas iguais de 15 000\$00, os dois sócios dividem entre si, sem discriminarem, a «gerência e administração» dos negócios da sociedade. Surpreendentemente, estipularam que a sociedade se dissolveria «pelo acordo dos sócios e *pelo falecimento ou interdição de qualquer um deles*». Creio ser o único caso de uma sociedade por quotas com uma cláusula dessa natureza; mesmo entre as sociedades em nome colectivo era rara. De um modo geral, a empresa sobrevivía à morte de qualquer um dos sócios.

A análise das suas assinaturas permite imaginar que o primeiro era um velho serralheiro, quase analfabeto, enquanto o segundo teria uma formação bem diferente.

Menos de um mês depois, sem terem iniciado a laboração, os dois sócios desentendem-se e dissolvem a sociedade⁸³⁶. Não foi possível saber que papel teve o ceramista João Pereira Campos nesse divórcio; contudo, a informação disponível permite pensar que o proprietário da Cerâmica Aveirense terá aliciado o «serralheiro mecânico» Miguel Ferreira de Oliveira para a formação de uma nova sociedade, ou que, tendo tido conhecimento da dissolução, se terá apressado a convidar aquele técnico e a obter o apoio de dois amigos para reunir o capital necessário para fundar uma nova empresa, que tanto desejava. Assim, em 13 de Julho desse ano, forma-se uma nova sociedade, sob a firma Empresa Metalúrgica de Aveiro, Limitada, cujo fim social era a «exploração da indústria de serralharia mecânica e civil e fundição de metais»⁸³⁷. Foram seus fundadores, além do «industrial» João Pereira Campos, que entrou com 32 000\$00 e de Miguel Ferreira de Oliveira, agora referido como «mecânico», com uma quota de 20 000\$00, os «proprietários» Manes Nogueira e Manuel de Figueiredo Prat, que entraram com duas quotas iguais, no valor de 24 000\$00. No momento da escritura, apenas estavam realizados 70% de cada uma das quotas.

Manuel Prat estudara Engenharia Mecânica, em Gand, na Bélgica⁸³⁸. Ainda que não tenha sido documentada a importância do seu envolvimento na empresa, terá sido determinante, pois só ele teria conhecimentos sobre montagem e reparação de máquinas a vapor. Manes Nogueira, um dos fundadores do semanário republicano *O Democrata*⁸³⁹, era amigo de longa data, tanto de Manuel Prat e de seu pai, José da Fonseca Prat, como de João Campos. Manes Nogueira esteve ligado à exploração da pesca com xávegas, em S. Jacinto e Ovar; em 25 de Março de 1919, integra, com João Pereira Campos, o grupo fundador da Sociedade de Pescadores, Limitada, para a pesca costeira a vapor, com sede em Matosinhos⁸⁴⁰. Já depois da fundação da Empresa Metalúrgica de Aveiro, em 18 de Agosto de 1921, Manes Nogueira esteve na fundação da já referida Fábrica de Conservas de S. Jacinto, sob a firma Rocha, Prat & Companhia⁸⁴¹.

João Pereira Campos, sócio maioritário e «gerente», fez erguer as instalações da nova metalurgia num terreno adjacente ao da sua Cerâmica Aveirense, no canal de S. Roque. As razões por que decidiu apostar na fundação de uma empresa dessa natureza não decorrem de quaisquer dificuldades sentidas na fábrica de telha e tijolo. Pelo contrário, pois nesses anos, a Cerâmica Aveirense alarga o leque dos seus produtos. Em 1925, além de telhas de diversos tipos, produzia «tijolos de barro vermelho e refractários, azulejos, ladrilhos, cimentos, gesso, etc.»⁸⁴². No final

de 1924, João Pereira Campos explica as razões por que formou a sociedade: em Aveiro, «centro de uma grande região industrial», há muito que se sentia a falta de uma empresa como a Metalúrgica – «nome por que toda a gente conhece esta casa» –, pois às vezes, para uma simples reparação era preciso ir ao Porto ou a Coimbra»⁸⁴³.

Se atentarmos na publicidade de meados desse ano, verificaremos que esta metalurgia era apenas um passo com vista à consecução de uma estratégia mais vasta. A Metalúrgica e a Cerâmica Aveirense são publicitadas lado a lado, como se de uma mesma empresa se tratasse. Num anúncio da «Empresa Metalúrgica de Aveiro, Lda. Construtores mecânicos», vemos que, além da «serrallharia mecânica», da «fundição de ferro e bronze» e da «caldeiraria de ferro, forjas, tornos, etc.», o objecto social desta empresa incluía a «montagem e reparações de barcos a vapor e gasolina», «máquinas a vapor e caldeiras», «motores a gás pobre, gasolina, petróleo, etc.» e – sublinho – «*Fábricas de serração, moagem, conservas e cerâmica*»⁸⁴⁴. Faço notar, também, que, antes desta empresa, além da sociedade de pesca a vapor, João Pereira Campos tinha-se envolvido noutros projectos, sobre os quais não foi possível reunir informação suficiente, como o de uma outra fábrica cerâmica, fundada em S. Pedro do Sul, e o da Empresa Calífera do Marujal, com sede em Aveiro, em associação com António e João Gaioso de Penha Garcia, de Ovar⁸⁴⁵.

No final desse ano de 1924, o Governador Civil, «que muito se interessa pelas indústrias regionais», visita as duas fábricas do canal de S. Roque. A imprensa enfatiza «as palavras de alto apreço e admiração» que aquele magistrado teceu «por tudo quanto viu nestes estabelecimentos»⁸⁴⁶. Num discurso proferido nessa ocasião, João Pereira Campos afirma: «Para provar a necessidade que havia em Aveiro de uma oficina desta especialidade, basta dizer que a Metalúrgica, apesar de relativamente nova, já efectuou montagens de grande importância, não só no distrito de Aveiro como nas Beiras. Em Aveiro – esclarece –, já montou as seguintes máquinas de vapor: a da Empresa Cerâmica Vouga, a da Empresa Central Portuguesa e a da Empresa Electro-Oceânica, actualmente pertença da Câmara Municipal de Aveiro. Para esta máquina, teve a Metalúrgica de fazer grande número de peças novas, visto que ela já era usada. Actualmente está a fazer a reparação da draga *Aveiro*. Para todo o distrito, os seus operários têm sido chamados a fazer serviço na sua especialidade, especialmente para a Bairrada, onde predominam as fábricas de serração»⁸⁴⁷. A fundição, conquanto produzisse artigos que «honravam» a empresa, teria então menos significado económico.

No final do seu discurso, João Pereira Campos é categórico quanto às dificuldades de estabelecimento de indústrias metalúrgicas dessa natureza: «O que tinha impedido que se fizesse a montagem de uma oficina desta especialidade era

a dificuldade que havia de conseguir os *capitais necessários* e bem assim a *falta de pessoal especializado*, obstáculos que têm sido removidos à custa de muito esforço, boa vontade e persistência»⁸⁴⁸.

A instalação da máquina da Central Eléctrica, de 300 HP, a montagem da fábrica de massas alimentícias, em Aveiro, de uma serração, em Santa Comba Dão, e de outras mais, na Bairrada, mereceram também o aplauso de *O Democrata*, surpreendido com o desempenho desta empresa pela complexidade das tarefas executadas. A cerimónia de lançamento à água da reparada draga *Aveiro*, propriedade da JAPA, mereceu destaque na imprensa local republicana. Sobre essa reparação, dizia *O Democrata*: «Foi feito um ajustamento geral da máquina motora, colocação de avultado número de chapas no costado e no fundo, levantamento da torre, reparação dos guinchos e correntes de Gales, fabrico de baldes, etc.»⁸⁴⁹.

Nesse ano, as dependências e oficinas da empresa ocupavam uma área de cerca de 1000 m². No domínio da fundição, realizavam-se, «duas vezes por mês, trabalhos vários, com uma média de 5 toneladas de cada vez»⁸⁵⁰.

Os rasgados encómios de *O Democrata* e de *O Debate* pareceram-me inicialmente excessivos, pela forma como enalteciam as «inigualáveis capacidades de trabalho», o espírito empreendedor do «director gerente», João Pereira Campos, apesar de ser um homem doente, que sofria de reumatismo e do coração. Mas a verdade é que, após a prematura morte deste empresário, por síncope cardíaca, em 9 de Julho de 1927⁸⁵¹, a Metalúrgica encerrou as suas portas. Em Setembro do ano seguinte, sem que se tenha procedido à dissolução da sociedade, um pequeno anúncio não deixa dúvidas: «Empresa Metalúrgica de Aveiro, Lda. Vende-se. Consta de tornos, máquinas de serralharia, forjas, fundição e moldes»⁸⁵². A empresa soçobrou com a morte de quem a sonhou. Sobreviveu apenas a Cerâmica Aveirense, à frente da qual ficou a viúva e seu filho, Armando Pereira Campos (1912-1964), que estudava então no liceu local. A Metalúrgica terá sido adquirida pela Fundação Albergariense, de Augusto Martins Pereira, que a terá transformado numa sua filial, em Aveiro⁸⁵³.

5.2.4. Primórdios da indústria de mobiliário metálico

Muitas das velhas oficinas de serralharia fabricavam diverso mobiliário de ferro, nomeadamente camas e lavatórios. Mesmo assim, um pequeno grupo de serralheiros decide fundar duas empresas especializadas neste domínio, com sede em Avanca, no concelho de Estarreja, após a I Guerra Mundial.

No dia 1 de Janeiro de 1923, o «industrial» de Avanca, Adelino Dias Costa, associa-se ao «proprietário» João da Silva Borges, seu conterrâneo, para a constituição de uma sociedade em nome colectivo, sob a firma Adelino Dias Costa & Borges, que tinha como fim social a «exploração da indústria de serralharia»⁸⁵⁴. O sócio Borges entrou com uma quota de 6000\$00 em dinheiro; em igual valor foram computadas, de comum acordo, «as ferramentas, máquinas, utensílios e acessórios» pertencentes ao serralheiro Adelino Dias Costa, da oficina que explorava por conta própria, desde 1920. Ambos os sócios ficaram como «gerentes», sem caução, ficando a cargo do sócio Adelino Dias Costa «a parte técnica da sociedade» e a cargo de João da Silva Borges a «parte comercial e financeira».

Depois de ter estado no Brasil e em África, Adelino Dias Costa trabalhou em Lisboa, onde terá adquirido «os conhecimentos necessários para criar uma fábrica de móveis metálicos, em Avanca, sua terra natal»⁸⁵⁵. Mas esta firma teve vida breve. Em 7 de Junho desse mesmo ano, por comum acordo, os dois sócios dissolvem a referida sociedade, ficando o activo e o passivo a cargo de Adelino Dias Costa⁸⁵⁶. Pelos poucos documentos disponíveis, é difícil saber o que é que esta sociedade significou no percurso profissional do serralheiro de Avanca. Apesar de a ADICO – Móveis de Ferro ainda hoje considerar 1920 como data de fundação, parece que é a partir da dissolução da sociedade que se inicia a sua expansão. Em 1932, já empregava 60 operários. As maiores dificuldades que a empresa sente, nesses anos, parecem ser decorrentes do analfabetismo dos seus trabalhadores, pois só três não eram analfabetos⁸⁵⁷.

A procura de mobiliário metálico, nesses anos, terá estado na origem de uma outra sociedade, formada em 8 de Setembro de 1930 pelo já referido João da Silva Borges, agora referenciado como «industrial» – ao que parece por ter mantido uma pequena oficina de serralharia – e pelo «proprietário» José António Narciso Neves, sob a firma Empresa de Móveis de Ferro, Limitada, com um capital social de 30 000\$00, dividido em duas quotas de igual valor⁸⁵⁸. A participação do sócio Borges era constituída pelas ferramentas, máquinas e materiais existentes na oficina que explorava e que seria encerrada no final desse ano, iniciando-se, acto contínuo, a actividade da nova empresa. Apesar da natureza jurídica da sociedade, a direcção da empresa ficou a cargo dos dois sócios.

NOTAS

¹ ANCMA, *Escrituras*, liv. 2, 5 de Agosto de 1889, fls. 3-6 v.; *idem*, liv. 5, 10 de Fevereiro de 1917, fls. 8-9 v. e A. G. Ferreira Cabido, *Chorographia industrial do concelho de Aveiro*, 1911, p. 20-21.

² Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 94.

³ A. D. Marques, *Anuario da cidade de Aveiro. Primeiro anno – 1891*, s. d., p. 18.

⁴ Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 641 e 648.

⁵ *Idem, op. cit.*, p. 647-648.

⁶ *Idem, op. cit.*, p. 270-271.

⁷ Como sublinha Paulo Espírito Santo, esta expressão não é correcta, na medida em que todos os adubos são compostos químicos (Paulo Espírito Santo, «A indústria química em Portugal», 2004, p. 181).

⁸ MOPCI, DGA, 1R. *Inquerito Agrícola, 1887-1888, Documentos Officiaes*, 1888, p. 10-11 e Ana Maria Cardoso de Matos, *Ciência, tecnologia e desenvolvimento industrial* [...], 1998, p. 63.

⁹ A. H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, «O surto industrial», 1991, p. 140.

¹⁰ Cf. Ana Maria Cardoso de Matos, *Ciência, tecnologia e desenvolvimento industrial* [...], 1998, parte I.

¹¹ José Amado Mendes, «A indústria portuguesa: do Ultimato ao Estado Novo, 1890-1926», 1999, p. 257-258.

¹² Miguel Figueira de Faria *et al*, *Alfredo da Silva. Biografia (1871-1942)*, 2004. *Vide*, também, Paulo Espírito Santo, «A indústria química em Portugal», 2004, p. 181-193.

¹³ *Apud* João Martins Pereira, *Para a História da Indústria em Portugal, 1941-1965. Adubos azotados e siderurgia*, 2005, p. 23.

¹⁴ *Idem, op. cit.*, p. 26.

¹⁵ *Idem, op. cit.*, p. 24-25.

¹⁶ *Idem, op. cit.*, p. 27.

¹⁷ *Idem, op. cit.*, p. 27-32.

¹⁸ *Idem, op. cit.*, p. 31.

¹⁹ A. H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, «Agricultura, pecuária e pescas», 1991, p. 81.

²⁰ AMA, *Actas* [...], liv. 15, Sessão de 25 de Janeiro de 1851, fls. 121-122.

²¹ AMA, *Actas das sessões* [...], liv. 15, Sessão de 25 de Janeiro de 1851, fls. 121-122.

²² *Ibidem*.

²³ *Idem, op. cit.*, Sessões de 25 de Janeiro de 1851 (fls. 121-122) e 16 de Julho de 1851 (fl. 133).

²⁴ AMA, *Administração do Concelho. Livro de Registo de passaportes*, 1915, liv. 1503, fl. 188 v., reg.º 401.

²⁵ S. B. A., «Artes químicas. Apontamentos sobre o fabrico da soda em Portugal», *Jornal da Associação Industrial Portuense*, n.º 14, 1 de Março de 1853, p. 215.

²⁶ S. B. A., «Artes químicas [...]», *Jornal da A. I. Portuense*, n.º 10, 1 de Janeiro de 1853, p. 153. *Itálico* meu.

²⁷ *Idem, op. cit.*, n.º 14, 1 de Março de 1853, p. 216.

²⁸ *Idem, op. cit.*, n.º 9, 15 de Dezembro de 1852, p. 136.

²⁹ S. B. A., «Artes químicas. Apontamentos sobre o fabrico da soda [...]», n.º 9, 1852, p. 137.

³⁰ *Ibidem*. *Itálico* do autor.

³¹ Cf. J. Pimentel, «Fabrico de soda em Portugal», *Revista Universal Lisbonense*, 2.ª série, t. V, n.º 29, 27 de Janeiro de 1853, p. 339-341; *idem*, n.º 30, 3 de Fevereiro de 1853, p. 351-355 e *idem*, n.º 38, 31 de Março de 1853, p. 447-449. Estes textos foram publicados também no *Jornal da A. I. Portuense*, n.º 15.

³² S. B. A., «Artes chímicas [...]», *Jornal da A. I. Portuense*, n.º 14, 1 de Março de 1853, p. 217-218.

³³ *Idem*, *op. cit.*, p. 218 e 222. *Itálico* meu.

³⁴ Em 5 de Janeiro de 1854, em virtude do Decreto de 2 de Maio de 1853, é-lhe passada uma carta de serventia vitalícia (AMOP, DGCAM-RC 7, *Livro de cartas e alvarás*, 1853-1859, fls. 8 v.-10 e 60).

³⁵ João Luís de Morais Mantas escreve: «Adoptando como adoptei o sistema de trabalho do seguido pelo Sr. Betâmio – a Exposição Universal [de 1851] foi o índice dos feitos industriais, a colecção das amostras e das fábricas, entre as quais sobressalam as maravilhas da Arte, e por isso a indicação das fontes onde se há-de ir receber ilustração com mais realidade. Os cursos foram o resumo teórico para poder conduzir a entender o que se passa nas fábricas e na prática – foram muito especialmente a explicação e indicação de novos inventos que se não podia ver pela simples inspecção das amostras nas Exposições, nas quais não deixam ao menos tocar» (AMOP, DGCAM-RC 34, *Documentos respeitantes à indústria, 1853-1856*, carta de Paris, de 31 de Maio de 1856).

³⁶ Ana Maria Cardoso de Matos, *Ciência, tecnologia e desenvolvimento industrial* [...], 1998, p. 63.

³⁷ Carlos Vitorino da Silva Barros, *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande. II Centenário, 1769-1969*, 1969, p. 69-109.

³⁸ Manuel Villaverde Cabral, *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*, 1976, p. 199.

³⁹ *O Campeão das Províncias*, n.º 1087, 29 de Novembro de 1862, p. 4, c. 1.

⁴⁰ *Apud* José Amado Mendes, *História do vidro e do cristal*, 2002, p. 72.

⁴¹ Laura Marques de Figueiredo Pereira da Rosa, *A Vista Alegre* [...], 1995, p. 103.

⁴² *Idem*, *op. cit.*, p. 131-132.

⁴³ *Ibidem* e João Teodoro Ferreira Pinto Basto, *A Fábrica da Vista Alegre* [...], 1924, p. 56.

⁴⁴ Marques Gomes, *A Vista Alegre. Memória Histórica*, 1924, p. 60.

⁴⁵ «Fabrica de soda», *O Campeão das Províncias*, n.º 1162, 29 de Agosto de 1863, p. 4, c. 2. Em 1859, segundo o *Relatório* do Governo Civil, no distrito de Aveiro existiam em exploração apenas cinco minas, «sendo quatro de chumbo e uma de cobre: «a do Braçal, cujos veiros são de chumbo; as de Moinho da Pena e Coval da Mó, que são da mesma substância metalúrgica e pertencem a Mathias Feuerheerd [...]» (*Relatórios sobre o estado da Administração Pública* [...] em 1860, 1861, p. 6).

⁴⁶ A. F. de Araújo e Silva, «A ria e a barra de Aveiro», *Locomotiva*, n.º 63, 16 de Outubro de 1883, p. 1, 4.

⁴⁷ *Anuario Commercial de Portugal*, vol. II, 1916, pp. 2544-2445. Em 1867, existiam 20 fornos de cal, em Oliveira do Bairro, 17 em Anadia e 12 na Mealhada (Francisco de Paula Campos

e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 12-13 e 602). Ao que parece, a exploração da cal, nestes concelhos é muito antiga (Cf. Armor Pires Mota, *Oliveira do Bairro. Chão de memórias, usos e costumes*, 1996, p. 13).

⁴⁸ Luís de Vasconcelos Dias, *Aveiro. Notícia histórica*, Aveiro, 1905, p. 26-27. *Itálico* meu.

⁴⁹ «Iniciativa louvável», *Campeão das Províncias*, n.º 6247, 26 de Março de 1913, p. 2, c.

4. *Itálico* meu.

⁵⁰ «Fabrica de brometos», *O Democrata*, n.º 530, 28 de Junho de 1918, p. 1, c. 4-5.

⁵¹ «Nova indústria», *Distrito de Aveiro*, n.º 120, 30 de Junho de 1918, p. 3. c. 2.

⁵² Pinho Leal, «Sóza ou Souza», *Portugal Antigo e Moderno* [...], vol. IX, 1880, p. 458.

⁵³ Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 195 e 455.

⁵⁴ ADAVR, Estarreja, not. Silva, liv. 954-26, 12 de Agosto de 1883, fls. 53-55 v. e Venâncio Dias de Figueiredo Vieira, *Memória da vila de Eixo*, Aveiro, 1982, p. 48.

⁵⁵ «A Ria e Barra de Aveiro», *Locomotiva*, n.º 50, 6 de Setembro de 1883, p. 1, c. 1-4. Luís de Vasconcelos Dias, *Aveiro. Notícia histórica*, Aveiro, 1905, p. 20.

⁵⁶ «A Ria e Barra de Aveiro», *Locomotiva*, n.º 50, 6 de Setembro de 1883, p. 1, c. 2.

⁵⁷ Egberto de Magalhães Mesquita, *Arborização da Costa de Aveiro. Estudos florestais*, 1884, p. 43.

⁵⁸ Augusto Nobre, Jaime Afreixo e José de Macedo, *A ria de Aveiro* [...], 1915, p. 122.

⁵⁹ Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro, *Porto e Ria de Aveiro. Notícia sobre o seu valor económico*, 1936, p. 72.

⁶⁰ *Ibidem*.

⁶¹ J. S. de Sousa Baptista, «A Pateira de Fermentelos», 1945, p. 251-252.

⁶² J. A. Marques Gomes, *O Districto de Aveiro* [...], 1877, p. 140.

⁶³ Egberto de Magalhães Mesquita, *Arborização da Costa de Aveiro* [...], 1884 p. 47-48.

Itálico meu.

⁶⁴ A este propósito, escreveu Joaquim Matias: «Então passou o Gafanhão a dividir o seu tempo entre a enxada e o ancinho do moliço, descendo à água, de manhã, para desengajar algas, e cavando a areia, de tarde, para enterrá-las. Plantou mais couves e semeou mais feijões, iludindo, hora a hora, a sua fome [...]. Tudo isto, porém, ia levando anos, em que a areia e o vento pareciam apostados em destruir caprichosamente o trabalho do homem. Não fora o Gafanhão ser quem é, teimoso e paciente como um herói lendário, e teria desistido de domar aquela terra maldita que a si própria cobria, arrasando numa hora muitos meses de esforço inaudito [...]. Ao despontar de uma terceira geração, dispunha já o deserto de pouca areia branca para semear sobre o terreno escurecido que o Gafanhão adubava teimosamente. Nas encostas das dunas interiores, mais selvagens, começava o pinheiral a segurar com raizame o terreno esfarelado [...]. Principiaram a vingar as searas de milho e feijão. Veio a batata depois, o grão-de-bico, a melancia e a cebola. E uma torrente de fartura manou da terra para as arcas do Gafanhão» (Joaquim Matias, «Apontamento sobre o Gafanhão e a areia», 1943, p. 317-322).

⁶⁵ Em 18 de Junho de 1913, o *Campeão das Províncias* dava publicidade ao edital publicado pela capitania do porto, informando que terminava em 24 desse mês o defeso da pesca e

apanha de moliços, pelo que os moliceiros deveriam adquirir a licença necessária, sob pena de uma multa de 2\$500 a 5\$000 réis, sendo, contudo, «proibido o *gadanhão* ou *gadanha*» na apanha do moliço (*Idem*, n.º 6271, p. 1, c. 2). Augusto Nobre, Jaime Afreixo e José de Macedo, *A ria de Aveiro* [...], 1915, p. 53-56 e Estampa XI, Figura 24.

⁶⁶ «Pela ria», *Campeão das Províncias*, n.º 46, 22 de Julho de 1900, p. 1, c. 2.

⁶⁷ «A Ria e Barra de Aveiro», *Locomotiva*, n.º 50, 6 de Setembro de 1883, p. 1, c. 1.

⁶⁸ Augusto Nobre, Jaime Afreixo e José de Macedo, *A ria de Aveiro* [...], 1915, p. 110-111.

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ Entre outros, «Pela ria», *Campeão das Províncias*, n.º 46, 22 de Julho de 1900, p. 1, c. 2.

⁷¹ *Relatório* [...] de 15 de Setembro de 1854, in Francisco Ferreira Neves, *O Distrito de Aveiro há 100 anos* [...], 1956, p. 34-35.

⁷² «A indústria da pesca», *Campeão das Províncias*, n.º 6661, 25 de Outubro de 1919, p. 2, c. 4.

⁷³ «O escasso», *Campeão das Províncias*, n.º 6006, 26 de Outubro de 1910, p. 3, c. 2.

⁷⁴ «Barco voltado», *O Concelho de Estarreja*, n.º 401, 5 de Junho de 1909, p. 3, c. 1.

⁷⁵ Augusto Nobre, Jaime Afreixo e José de Macedo, *A ria de Aveiro* [...], p. 100-101.

⁷⁶ Os autores calculam em cerca de 12 765 000 de peixes, que, ao preço mínimo de 30 réis, podiam produzir 382 950\$000 (Augusto Nobre, Jaime Afreixo e José de Macedo, *A ria de Aveiro* [...], 1915, p. 101). *Itálicos* meus.

⁷⁷ «Ria de Aveiro», *Vitalidade*, n.º 568, 3 de Março de 1906, p. 1, c. 1-2.

⁷⁸ ACM, Capitania do Porto de Aveiro, cx. 90, Jaime Afreixo, Resposta de 9 de Setembro de 1903 à nota departamental n.º 635, de 21 de Agosto de 1903, fl. [9 v.-10].

⁷⁹ Silvério R. da Rocha e Cunha, *Exposição Marítima do Norte de Portugal. Notícia sobre as indústrias marítimas na área da jurisdição da Capitania do Porto de Aveiro*, 1939, p. 17.

⁸⁰ «Moliceiros e pescarias», *Campeão das Províncias*, n.º 6271, 18 de Junho de 1913, p. 1, c. 2 e Augusto Nobre, Jaime Afreixo e José de Macedo, *A ria de Aveiro* [...], 1915, p. 56.

⁸¹ A. H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, «Agricultura, pecuária e pescas», 1991, p. 81.

⁸² «A pesca», *Correio de Aveiro*, n.º 294, 2 de Abril de 1916, p. 1, c. 1 e «A crise das subsistências. A apanha de moliço e a pesca na ria de Aveiro», *O Progresso*, n.º 161, 3 de Abril de 1916, p. 1, c. 1-3.

⁸³ «A questão da pesca na ria», *A Razão*, n.º 4, 6 de Abril de 1916, p. 2, c. 1-2.

⁸⁴ Augusto Ruela, *A chicória para café* [...], 1915, p. 45.

⁸⁵ Tomás Tavares de Sousa, «Os moliços», 1936, p. 57-64. No Minho, ao estrume marinho, constituído por uma mistura de algas e sargaços, dá-se o nome de rapilho (Guilherme de Sousa, *Agricultura*, 1882, p. 18-19).

⁸⁶ «Adubos chimicos», *Vitalidade*, n.º 266, 20 de Maio de 1900, p. 2, c. 4-5.

⁸⁷ *Ibidem*.

⁸⁸ «Adubos chimicos», *Vitalidade*, n.º 626, 13 de Abril de 1907, p. 3, c. 3.

⁸⁹ «Escola Agrícola Conde de Sucena», *Soberania do Povo*, n.º 2930, 28 de Novembro de 1907, p. c. 3.

⁹⁰ Esta sociedade foi dissolvida em 29 de Dezembro do ano seguinte, podendo um dos sócios, Alves, António, presbítero, proprietário e comerciante, continuar o negócio sob a firma da sociedade (ADAVR, Vagos, not. Victor, liv. 445-95, fls. 7 v.-8 v.).

⁹¹ Em 1899, já o Sindicato Agrícola de Aveiro pretendia promover o uso de adubos, embora o documento não diga a que adubos se referia (ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1070-163, 2 de Fevereiro de 1899, fls. 2 v.-8).

⁹² «A exposição do Rio de Janeiro», *O Democrata*, n.º 722, 22 de Abril de 1922, p. 1, c. 5.

⁹³ Manuel dos Santos Costa, «Monografia de Soza», *O Ilhavense*, n.º 696, 7 de Agosto de 1927, p. 4, c. 1-2.

⁹⁴ M. d'Almeida, *Soza e as suas gentes (Monografia)*, Soza, 1984, p. 49. E acrescentava: «Por essa altura, e ainda cerca de 1940, o tráfego de barcos moliceiros pelo rio Boco, com as suas velas brancas e enfunados, era ainda bastante amiudado e quase contínuo» (*Ibidem*).

⁹⁵ Jorge Gaspar, *As Feiras de Gado na Beira Litoral*, 1986, p. 21.

⁹⁶ Carlos Diogo Moreira, *Populações marítimas de Portugal*, 1987, p. 65.

⁹⁷ «Necrologia», *O Democrata*, n.º 408, 11 de Fevereiro de 1916, p. 3, c. 3.

⁹⁸ A. H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, «Agricultura, pecuária e pescas», 1991, p. 82.

⁹⁹ Fernando Rosas, «A estrutura industrial nos anos 30», 1994, p. 67-68.

¹⁰⁰ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 532-108, 20 de Outubro de 1921, fls. 45-49.

¹⁰¹ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 548-124, fls. 76-84.

¹⁰² *Estatutos da Empresa de Adubos da Ria de Aveiro*, 1921.

¹⁰³ «Aos lavradores. Nova empresa», *O Povo de Cacia*, n.º 37, 4 de Junho de 1921, p. 1, c. 5. A escritura foi publicada noutros periódicos locais. Entre outros, *vide Correio de Aveiro*, n.º 419, 20 de Novembro de 1921, p. 3.

¹⁰⁴ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 548-124, fls. 76-84.

¹⁰⁵ AACA, *Actas da Direcção*, liv. 2, Sessão de 29 de Abril de 1924, fl. 24-24 v.

¹⁰⁶ AACA, *Actas da Direcção*, liv. 2, Sessão de 21 de Maio de 1926, fl. 43 v. Não encontrei a escritura de dissolução. Terá sido celebrada em Coimbra?

¹⁰⁷ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1464, 13 de Julho de 1922, fls. 36 v.-37 v.

¹⁰⁸ Alberto Sousa Lamy, *Monografia de Ovar* [...], vol. 3, 2001, p. 125-126. Em 1921, dissolve a sociedade tácita que explorava o Colégio Ovarense (ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1457-117, 10 de Abril de 1921, fls. 31-31 v.).

¹⁰⁹ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 541-117, 9 de Agosto de 1922, fls. 34-35.

¹¹⁰ A Lei de 25 de Abril entrou em vigor em 1 de Julho de 1858 (Cf. José Amado Mendes, *A área económica de Coimbra* [...], 1984, p. 228).

¹¹¹ [Anúncio], *Campeão do Vouga*, n.º 633, 30 de Junho de 1858, p. 4.

¹¹² Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 220.

¹¹³ José Amado Mendes, *A área económica de Coimbra* [...], 1984, p. 228.

¹¹⁴ Rangel de Quadros Oudinot, *Almanak Aveirense Estatístico e Recreativo para o anno de 1863*, 1862, p. 59.

¹¹⁵ Lucília de Jesus Caetano, *A indústria no distrito de Aveiro* [...], vol. I, 1986, p. 260-261 e *idem*, «Contributo para a história da «Industrialização» no distrito de Aveiro», 1990, p. 103-157.

¹¹⁶ Cf. «Sabão português», *Campeão do Vouga*, n.º 744, 23 de Julho de 1859, p. 4, c. 1. A esta, como à outra saboaria «mais importante» refere-se uma memória publicada, em 1916, num periódico local (Cf. João da Ponte, «Crónica da semana», *O Concelho de Vagos*, n.º 5, 11 de Maio de 1916, p. 1, c. 2-3).

¹¹⁷ Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 650-651.

¹¹⁸ *Idem*, *op. cit.*, p. 652.

¹¹⁹ *Idem*, *op. cit.*, p. 114.

¹²⁰ *Idem*, *op. cit.*, p. 115.

¹²¹ *Idem*, *op. cit.*, p. 103.

¹²² *Idem*, *op. cit.*, p. 198.

¹²³ *Campeão das Províncias*, n.º 1098, 10 de Janeiro de 1863, p. 4, c. 1. Esta notícia é confirmada alguns anos mais tarde (Cf. *Campeão das Províncias*, n.º 91, 8 de Janeiro de 1902, p. 1, c. 6).

¹²⁴ Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 200.

¹²⁵ *Catalogo-Almanach da Imprensa Aveirense. Edição para 1884*, 1883, p. 22.

¹²⁶ «Desastre. Morte horrível», *O Aveirense*, n.º 21, 4 de Abril de 1908, p. 1, c. 3.

¹²⁷ «Saboaria Aurora», *Jornal de Ovar*, n.º 117, 16 de Agosto de 1908, p. 3, c. 1.

¹²⁸ «Saboaria Aurora», *Discussão*, n.º 677, 16 de Agosto de 1908, p. 2, c. 3.

¹²⁹ «Saboaria Aurora», *A Patria*, n.º 105, 28 de Abril de 1910, p. 3, c. 4.

¹³⁰ ADAVR, Aveiro, not. Peixinho, liv. 1290-63, 14 de Setembro de 1911, fls. 14-18.

¹³¹ «Anúncios», *Vitalidade*, n.º 8, 8 de Setembro de 1894, p. 4, c. 2.

¹³² Diversos indivíduos desta família fundaram, em 1885, 1892 e 1899, empresas dedicadas ao comércio de vinhos, exportando também para o Brasil, e ao pequeno comércio de mercearia, fazendas e outros artigos (ADAVR, Vagos, not. Feio, liv. 213-47, 9 de Março de 1885, fls. 29 v.-30 v.; *idem*, Vagos, not. Melo, liv. 226-16, 14 de Fevereiro de 1892, fls. 1-16 v.; *idem*, Vagos, not. Sarmiento, liv. 267-14, fls. 8 v.-11 v.).

¹³³ Miguel Figueira de Faria *et al*, *Alfredo da Silva. Biografia (1871-1942)*, 2004, p. 75.

¹³⁴ Depois de, em 1912, se terem tornado os únicos proprietários da saboaria, em 1916, dissolvem a sociedade, para voltarem a fundar uma outra, em 1922 (ADAVR, Aveiro, not. Peixinho, liv. 1291-64, 15 de Janeiro de 1912, fls. 42 v.-45; *idem*, liv. 1314-87, 17 de Abril de 1916, fls. 33-34 e *idem*, liv. 1293-66, 15 de Abril de 1922, fls. 40-42).

¹³⁵ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Miranda, liv. 719-150, 5 de Maio de 1923, fls. 64 v.-67.

¹³⁶ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 541-117, 16 de Agosto de 1922, fls. 47 v.-49 v.

¹³⁷ ADAVR, Ovar, not. Santiago, liv. 1820-167, 7 de Dezembro de 1925, fls. 6-7.

¹³⁸ *Ibidem*.

¹³⁹ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 541-117, 16 de Agosto de 1922, fls. 47 v.-49 v.

¹⁴⁰ «Fabrica de sabão», *O Democrata*, n.º 727, 27 de Maio de 1922, p. 2, c. 2.

- ¹⁴¹ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 570-145, 16 de Agosto de 1922, fls. 2 v.-4.
- ¹⁴² «Carta d'Ilhavo», *Vitalidade*, n.º 95, 14 de Fevereiro de 1897, p. 2, c. 2 e «Restauração do concelho de Ilhavo», *Vitalidade*, n.º 118, 4 de Julho de 1897, p. 2, c. 2.
- ¹⁴³ «1.º de Maio. Manifestação operaria», *Campeão das Províncias*, n.º 4974, 2 de Maio de 1900, p. 1, c. 3.
- ¹⁴⁴ «Escola Movel Agrícola Conde de Sucena», *Jornal de Ovar*, n.º 37, n.º 37, p. 1, c. 2-5.
- ¹⁴⁵ *Ibidem*.
- ¹⁴⁶ «Excursão», *O Democrata*, n.º 13, 16 de Maio de 1908, p. 3, c. 2-3.
- ¹⁴⁷ «Caixa Económica de Aveiro», *O Democrata*, n.º 13, 16 de Maio de 1908, p. 3, c. 2.
- ¹⁴⁸ «Enfim», *O Patriota*, n.º 10, 17 de Dezembro de 1911, p. 2, c. 1 e *Correio do Vouga*, n.º 106, 3 de Março de 1912, p. 2, c. 2-3.
- ¹⁴⁹ ASRA, *Livro de Actas da Assembleia Geral. 1918-1934*, 26 de Maio de 1918», fls. 1-1v.
- ¹⁵⁰ «A Avenida», *O Democrata*, n.º 527, 7 de Junho de 1918, p. 1, c. 5.
- ¹⁵¹ «Hiate “Ligeiro”», *O Democrata*, n.º 645, 16 de Outubro de 1920, p. 1, c. 4.
- ¹⁵² «Pela nossa terra», *O Democrata*, n.º 704, 10 de Dezembro de 1921, p. 1, c. 1-2.
- ¹⁵³ AMA, *Actas da Câmara Municipal de Aveiro*, 15 de Setembro de 1925, liv. 29, fl. 181.
- ¹⁵⁴ Cf. José Amado Mendes, *A área económica de Coimbra* [...], 1984, p. 48-55.
- ¹⁵⁵ Alda Mourão Filipe, *A formação do tecido empresarial na área económica de Leira*, 2000, p. 210-211.
- ¹⁵⁶ Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 14-15.
- ¹⁵⁷ *Catalogo-Almanach da Imprensa Aveirense. Edição para 1884*, 1883, p. 32.
- ¹⁵⁸ *Anuario Estatístico de Portugal, 1892, 1899*, «Quadro n.º 1 – Indústrias colectadas».
- ¹⁵⁹ *Op. cit.*, vol. 2, 1907 (p. 1394); *idem*, 1908 (p. 1366); *idem*, 1909 (p. 1667).
- ¹⁶⁰ *Op. cit.*, vol. 2, 1910, p. 1697.
- ¹⁶¹ *Anuario Estatístico de Portugal*, vol. 2, 1919, p. 1638 e *idem*, 1921, p. 2096.
- ¹⁶² *Anuario Estatístico de Portugal*, vol. 2, 1926, p. 1952 e *idem*, 1927, p. 2237 e *idem*, 1929, p. 2212.
- ¹⁶³ «Pirotecnia», *O Democrata*, n.º 271, 9 de Maio de 1913, p. 2, c. 1.
- ¹⁶⁴ «Vida politica», *O Futuro de Estarreja*, n.º 50, 22 de Maio de 1913, p. 2, c. 2.
- ¹⁶⁵ *Anuario Commercial de Portugal*, vol. 2, 1913, p.1 361.
- ¹⁶⁶ «Communicado», *O Democrata*, n.º 31, 19 de Setembro de 1908, p. 3, c. 5.
- ¹⁶⁷ «Explosão», *Campeão das Províncias*, n.º 5509, 20 de Dezembro de 1905, p. 1, c. 5-6.
- ¹⁶⁸ «Explosão», *O Democrata*, n.º 369, 7 de Maio de 1915, p. 2, c. 6.
- ¹⁶⁹ «Incendio», *Jornal de Albergaria*, n.º 492, 11 de Junho de 1921, p. 2, c. 2.
- ¹⁷⁰ António Vítor N. de Carvalho, «o Sagrado e Profano em Aveiro, 1910-1915», 1996, p. 59-102.
- ¹⁷¹ «Communicado», *O Democrata*, n.º 31, 19 de Setembro de 1908, p. 3, c. 5.
- ¹⁷² «Verdemilho em Festa», *O Democrata*, n.º 1192, 12 de Setembro 1931, p. 2, c. 4-5.
- ¹⁷³ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Mourisca, liv. 254-63, 27 de Outubro de 1920, fls. 47-49 v. A escritura foi publicada no *Jornal de Albergaria*, n.º 469, 30 de Outubro de 1920, p. 2, c. 2-3.

¹⁷⁴ [Anúncio], *Jornal de Albergaria*, n.º 445, 3 de Abril de 1920, p. 2, c. 4-5.

¹⁷⁵ «Incêndio. Um furgon do Vale do Vouga devorado pelas chamas», *Jornal de Albergaria*, n.º 465, 11 de Setembro de 1920, p. 2, c. 4. *Itálico* meu.

¹⁷⁶ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Miranda, liv. 705-136, 8 de Julho de 1921, fls. 13 v.-15 v.

¹⁷⁷ *Jornal de Albergaria*, n.º 498, 30 de Julho de 1921, p. 2, c. 4.

¹⁷⁸ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Miranda, liv. 705-136, 8 de Julho de 1921, fls. 13 v.-15 v.

¹⁷⁹ ADAVR, Estarreja, not. Correia, liv. 1627-31, fls. 42 v.-45 v. Essa sociedade foi transformada em nome colectivo, em 10 de Fevereiro de 1913 (ADAVR, Estarreja, not. Correia, liv. 1634-38, fls. 18-21 v.).

¹⁸⁰ [Anúncio], *Jornal de Águeda*, n.º 750, 8 de Janeiro de 1927, p. 4.

¹⁸¹ «Fogueteiros», *Voz de Águeda*, n.º 19, 11 de Novembro de 1922, p. 3, c. 3.

¹⁸² José Amado Mendes, *História do vidro e do cristal*, 2002, p. 69.

¹⁸³ «Fabrica de louça», *Campeão das Províncias*, n.º 5619, 19 de Janeiro de 1907, p. 2, c.

1. *Itálico* meu.

¹⁸⁴ *Ibidem*.

¹⁸⁵ «Indústrias novas», *Vitalidade*, n.º 617, 9 de Fevereiro de 1907, p. 2, c. 6.

¹⁸⁶ *Apud* Emília Margarida Marques, *O período Stephens na Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande. Algumas fontes escritas*, 1999, p. 86-88.

¹⁸⁷ José M. Amado Mendes, *História da Marinha Grande* [...], 1993, p. 62-64.

¹⁸⁸ Jorge Custódio, «Fábrica de Vidros e Cristais – Gaivotas, Lda.», 1994, p. 381-383.

¹⁸⁹ Carlos Vitorino da Silva Barros, *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande* [...], 1969, p. 67.

¹⁹⁰ Por todos, *vide* José Amado Mendes, *História do vidro e do cristal*, 2002, p. 72-74 e Manuel Ferreira Rodrigues, *Vidro e vidreiros na Vista Alegre* [...], 1998.

¹⁹¹ *Apud* Marques Gomes, *A Vista Alegre. Memória histórica*, 1924, p. 43.

¹⁹² ACM, *Entradas e saídas*, cx. 225, 1819-1842.

¹⁹³ Sociedade Promotora da Indústria Nacional, *Relatório geral da exposição de productos da industria portuguesa*, 22 de Julho de 1838 e A. R. Batalha, *Catálogo explicativo dos productos da industria nacional*, 1844 *apud* Marques Gomes, «Exposição districtal de ceramica e vidros», *Campeão das Províncias*, n.º 6851, 7 de Julho de 1923, p. 1-2. *Vide*, também, o número seguinte e *idem*, *A Vista Alegre. Memória histórica*, 1924, p. 90-92.

¹⁹⁴ Cf. Marques Gomes, *A Vista Alegre. Memória histórica*, 1924, p. 76-89. Sobre estes acontecimentos, *vide* Maria de Fátima Bonifácio, *História da Guerra Civil da Patuleia, 1846-47*, 1993.

¹⁹⁵ José Pedro Barosa, *Apontamentos. I*, 2000, p. 35, nota 54. Sobre as razões políticas e económicas do encerramento da fábrica, *vide* J. A. Marques Gomes, *A Vista Alegre. Apontamentos para a sua história*, 1883.

¹⁹⁶ José Pedro Barosa, *Apontamentos. I*, 2000, p. 35 e Marques Gomes, *A Vista Alegre. Memória histórica*, 1924, p. 95.

¹⁹⁷ Jorge Miguel Viana Pedreira, *Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*, 1994, p. 108. Na página 110, certamente por lapso, este autor afirma, sem fonte, que a fábrica «empregava 83 pessoas na vidraria».

- ¹⁹⁸ Laura M. F. Pereira da Rosa, *A Vista Alegre* [...], 1995, p. 117-118.
- ¹⁹⁹ AMI, *Registo dos Officios da Camara de Ílhavo*, 1836-1844, 12 de Fevereiro de 1840, fls. inums.
- ²⁰⁰ João Teodoro Ferreira Pinto Basto, *A Fábrica da Vista Alegre* [...], 1924, p. 101.
- ²⁰¹ Laura M. F. Pereira da Rosa, *A Vista Alegre* [...], 1995, p. 118.
- ²⁰² AMOP, «DGCAM RM, 2S, Instrução dos operarios do districto de Aveiro, 1853», fls. 1-4.
- ²⁰³ Laura M. F. Pereira da Rosa, *A Vista Alegre* [...], 1995, p. 118.
- ²⁰⁴ José Pedro Barosa, *Apontamentos I*, 2000, p. 35, nota 53 e Manuel Ferreira Rodrigues, «A Fábrica Nacional de Vidros Aveirense, 1888-1891», 1994, p. 169.
- ²⁰⁵ AMOP, «Relação das fabricas e officinas existentes no districto administrativo de Aveiro, no anno de 1855», DGCAM-RM, 2S 2. Marques Gomes, *A Vista Alegre. Memória histórica*, 1924, p. 89 e João Teodoro Ferreira Pinto Basto, *A Fábrica da Vista Alegre* [...], 1924, p. 90.
- ²⁰⁶ ACM, *Entradas e saídas*, 1856-1864.
- ²⁰⁷ Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 441.
- ²⁰⁸ *Idem, op. cit.*, p. 442.
- ²⁰⁹ *Idem, op. cit.*, p. 441.
- ²¹⁰ *Apud* Manuel Ferreira Rodrigues, «A Fábrica Nacional de Vidros Aveirense, 1888-1891», 1994, p. 172.
- ²¹¹ Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 444.
- ²¹² *Ibidem.*
- ²¹³ *Idem, op. cit.*, p. 448.
- ²¹⁴ Manuel Ferreira Rodrigues, *Vidro e vidreiros na Vista Alegre* [...], 1998, *passim*.
- ²¹⁵ *Idem*, «A Fábrica Nacional de Vidros Aveirense, 1888-1891», 1994, p. 165-198.
- ²¹⁶ *Idem, op. cit.*, p. 170-171.
- ²¹⁷ João Teodoro Ferreira Pinto Basto, *A Fábrica da Vista Alegre. O livro do seu centenário*, 1924, p. 90.
- ²¹⁸ José Reinaldo Rangel de Quadros Oudinot, *Almanak Aveirense* [...], 1862, p. 59.
- ²¹⁹ *O Campeão das Províncias*, n.º 1087, 29 de Novembro de 1862, p. 4, c. 1.
- ²²⁰ José Amado Mendes, *História do vidro e do cristal*, Lisboa, 2002, p. 79-80.
- ²²¹ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 783-144, 10 de Janeiro de 1903, fls. 14 v.-16.
- ²²² *Catalogo da Exposição Districtal de Aveiro promovida pelo Gremio Moderno em 1882*, 1883, p. 74.
- ²²³ *Inquerito Industrial de 1881. Inquerito directo. Segunda parte. Visita ás fabricas*, 1881, p. 269. *Itálico* meu.
- ²²⁴ Vasco Valente faz-lhe breve referência em *O vidro em Portugal*, 1950, p. 44.
- ²²⁵ *Catalogo da Exposição Districtal de Aveiro promovida pelo Gremio Moderno em 1882*, 1883, p. 76.
- ²²⁶ «Inquérito às indústrias nacionais. A fábrica da Vista Alegre», *O Debate*, n.º 22, p. 4, c. 1-2.

- ²²⁷ José Pedro Barosa, *As fábricas de garrafas da Amora, 1888-1926*, 1996, p. 7.
- ²²⁸ Manuel Ferreira Rodrigues, «A Fábrica Nacional de Vidros Aveirense, 1888-1891», 1994, p. 165-197.
- ²²⁹ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1037-130, fls. 39 v.-42.
- ²³⁰ Egberto de Magalhães Mesquita, *Arborização da Costa de Aveiro. Estudos florestais*, 1884.
- ²³¹ A. A. Monteiro Alves, «A engenharia florestal através dos tempos. O perfil e a obra», 2004, p. 204.
- ²³² «Movimento burocrático», *O Aveirense*, n.º 19, 22 de Março de 1908, p. 1, c. 2 e *A Época*, n.º 8, 26 de Março de 1885, p. 3, c. 3 e *idem*, n.º 15, 30 de Abril de 1885, p. 3, c. 3 e «Necrologia», *O Democrata*, n.º 1173, 2 de Maio de 1930, p. 2, c. 4.
- ²³³ Em 2 de Abril de 1873 era director da Associação de Socorros Mútuos das Classes Laboriosas de Aveiro, de que fora fundador uma década antes (ADAVR, Aveiro, not. Nogueira, liv. 29, fls. 7-7 v.). Em 21 de Dezembro de 1883, toma por arrendamento o terreno onde viria a ser edificada a Fábrica de Vidros (ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1030-123, fls. 3-3 v.).
- ²³⁴ Manuel Ferreira Rodrigues, «A Fábrica Nacional de Vidros Aveirense, 1888-1891», 1994, p. 177.
- ²³⁵ *Idem*, op. cit., p. 175.
- ²³⁶ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1038-131, 26 de Abril de 1888, fls. 21-22.
- ²³⁷ *Idem*, fls. 33 v.-34.
- ²³⁸ *Idem*, fls. 40-41.
- ²³⁹ Manuel Ferreira Rodrigues, «A Fábrica Nacional de Vidros Aveirense, 1888-1891», 1994, p. 181.
- ²⁴⁰ *Ibidem*.
- ²⁴¹ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1040-141, 13 de Fevereiro de 1889, fls. 40-40 v.
- ²⁴² *Ibidem*.
- ²⁴³ *Inquerito Industrial de 1890*, vol. III: *Indústrias fabris e manufactureiras* [...], 1891, p. 3-70.
- ²⁴⁴ Manuel Ferreira Rodrigues, «A Fábrica Nacional de Vidros Aveirense, 1888-1891», 1994, p. 184.
- ²⁴⁵ *Campeão das Províncias*, n.º 22, 3 de Maio de 1902, p. 3, c. 2.
- ²⁴⁶ Manuel Ferreira Rodrigues, «A Fábrica Nacional de Vidros Aveirense, 1888-1891», 1994, p. 165-197.
- ²⁴⁷ *Ibidem*.
- ²⁴⁸ Manuel Ferreira Rodrigues, *A Jerónimo Pereira Campos* [...] e ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 786-147, fls. 49-50 v.
- ²⁴⁹ «Vidraça», *Campeão das Províncias*, n.º 5386, 8 de Outubro de 1904, p. 2, c. 2-3.
- ²⁵⁰ «Fabrica de Vidro», *Vitalidade*, n.º 535, 15 de Julho de 1905, p. 3, c. 5.
- ²⁵¹ *Ibidem*.
- ²⁵² «Indústria local», *Vitalidade*, n.º 538, 5 de Agosto de 1905, p. 2, c. 1. *Itálicos meus*.
- ²⁵³ Manuel Ferreira Rodrigues, *A Jerónimo Pereira Campos* [...].
- ²⁵⁴ «Fallecimento», *Vitalidade*, n.º 661, 14 de Dezembro de 1907, p. 3, c. 1.

²⁵⁵ Joaquim Lourenço Rodrigues, «De Lisboa á Costa Nova. Impressões de viagem», *Os Sucessos*, n.º 929, 4 de Maio de 1907, p. 2.

²⁵⁶ A audiência de verificação dos créditos realizou-se em 15 de Janeiro de 1909 («Falência Mellos», *O Democrata*, n.º 47, 9 de Janeiro de 1909, p. 3, c. 2).

²⁵⁷ *Anuario Commercial*, vol. II, 1907, p. 1397.

²⁵⁸ Excluindo, a cerâmica artística e a de construção, Charles Lepierre classifica a cerâmica doméstica em três classes e nove ordens (Cf. F. A. Freire Temudo, *Estudo sobre o estado actual da industria ceramica [...]*, 1905, p. 7).

²⁵⁹ F. Ressano Garcia, *Relatório, propostas de lei e documentos*, 1897, *apud* Correia de Azevedo, *O Distrito de Aveiro*, vol. I, s. d., p. 141-142 e *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 78, 1912, p. 19.

²⁶⁰ Em Águeda, os documentos notariais referem uma ou outra vez topónimos relacionados. Em 1869, uma escritura refere a existência de um «Caminho de barro» (cf. ADAVR, Águeda, not. Martins, liv. 295-27, 25 de Abril de 1869, fls. 2-2 v.).

²⁶¹ Cfr. Manuel Ferreira Rodrigues e Manuel Barreira, «Toponímia do concelho de Aveiro. Elementos para o seu estudo», 1994, p. 155-175.

²⁶² Amorim Girão, «A Ria de Aveiro», *O Debate*, n.º 15, 16 de Junho de 1922, p. 2, c. 4-5.

²⁶³ *Ibidem*.

²⁶⁴ F. A. Freire Temudo, *Estudo sobre o estado actual da industria ceramica na 2.ª Circunscrição [...]*, 1905, p. 8.

²⁶⁵ João Frederico Teixeira de Pinho, *Memórias e datas para a história da vila de Ovar*, 1959, p. 28.

²⁶⁶ ADAVR, Vagos, not. Sarmento, liv. 286-33, fls. 36 v.-38.

²⁶⁷ Estipulava-se que a despesa seria por conta do primeiro e segundos em partes iguais, «mas abonando estes [...] todas as despesas com a abertura do esteiro, que importaram em 194\$300, fica o primeiro outorgante autorizado a deduzir no preço de cada barco, a quantia de \$200 até estar pago de metade daquela despesa, ou sejam, 97\$150» (*Ibidem*).

²⁶⁸ *Ibidem*.

²⁶⁹ ADAVR, Ovar, not. Melo, liv. 1151-66, fls. 27-29 v.

²⁷⁰ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1403-63, fls. 19 v.-20. A Fábrica de Sacavém fez-se representar pelo «proprietário» Manuel Pereira Marques, morador na freguesia do Souto, Santa Maria da Feira.

²⁷¹ AMA, *Actas [...]*, liv. 27, fl. 16 v., 13 de Fevereiro de 1902. Na sessão de 12 de Outubro de 1916, a Câmara Municipal de Aveiro aprovou uma «Postura sobre o Sal e o Barro», determinando, no art.º 14.º, que «cada carro de barro, extraído das barreiras do concelho, exportado para fora deste» pagaria de imposto 20 réis (*apud Campeão das Províncias*, n.º 6527, 31 de Março de 1917, p. 3, c. 1-2).

²⁷² *Boletim do Trabalho e da Indústria*, n.º 67, 1913, p. 24.

²⁷³ «A vida no mar», *Campeão das Províncias*, n.º 6244, 12 de Março de 1913, p. 2, c. 2.

²⁷⁴ Manuel Leão, *A Cerâmica em Vila Nova de Gaia*, Vila Nova de Gaia, 1999, p. 185-187.

²⁷⁵ ADAVR, Ovar, not. Santiago, liv. 1243-158, fls. 16 v.-18.

- ²⁷⁶ ADAVR, Ovar, not. Melo, liv. 1151-66, 12 de Maio de 1912, fls. 27-29 v.). No contrato de arrendamento de uma quinta, em Aveiro, João André da Paula Dias e mulher comprometeram-se a «aplainar e preparar a quinta arrendada [...] à medida que dela forem extraindo o barro e a areia» (ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 523-99, 9 de Novembro de 1920, fls. 33 v.-35 v.).
- ²⁷⁷ *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1919*, Lisboa, 1922, p. 48.
- ²⁷⁸ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 523-99, 9 de Novembro de 1920, fls. 33-35 v.
- ²⁷⁹ Correia de Azevedo, *Grandes figuras do trabalho*, vol. I, s. d.
- ²⁸⁰ Manuel Ferreira Rodrigues, *A Jerónimo Pereira Campos [...]*.
- ²⁸¹ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, livs. 521-97 e 522-98, fls. e fls. 1-6. *Itálicos* meus. Era igualmente estipulado que «até 31 de Dezembro de 1925 fica estipulado o preço de \$20 por cada tonelada de barro fornecido».
- ²⁸² Mendes da Costa, «A indústria mineira nos últimos anos no distrito de Aveiro», 1949, p. 248.
- ²⁸³ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 569-145, fls. 70 v.-72).
- ²⁸⁴ Américo Costa, *Diccionario chorographico de Portugal continental e insular*, 1930, p. 1071.
- ²⁸⁵ Mendes da Costa, «A indústria mineira nos últimos anos no distrito de Aveiro», p. 248.
- ²⁸⁶ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 908-307, fls. 78 v.-81
- ²⁸⁷ Cf. Jorge Borges de Macedo, «Introdução histórica a um inventário artístico», 1989, p. 11-33; João Teodoro Ferreira Pinto Basto, *A Vista Alegre [...]*, 1924 e A. F. C., «S. Vicente de Pereira», *Boletim da Casa do Concelho de Ovar*, VII, n.º 82, Outubro de 1961, p. 6.
- ²⁸⁸ ADAVR, Ovar, not. Abreu, liv. 1040-61, fls. 74-74 v.
- ²⁸⁹ *Ibidem*.
- ²⁹⁰ Manuel Ferreira Rodrigues, *Vidro e vidreiros na Vista Alegre [...]*, 1998, *passim*.
- ²⁹¹ ADAVR, Ílhavo, not. Fragoso, liv. 377-111, fls. 30-31 v.
- ²⁹² *Ibidem*. Cada barco não podia «conter menos de doze carros» de caulino.
- ²⁹³ O barro, depois de extraído, ia para a fábrica «em bruto». A fábrica da Vista Alegre ficou igualmente obrigada a arrasar as covas abertas para extracção de caulino, deixando o terreno em condições para a agricultura.
- ²⁹⁴ A. F. C., «S. Vicente de Pereira», 1961, p. 6 e Augusto de Oliveira Pinto, *Resenha histórica das freguesias de São Vicente de Pereira e São Martinho da Gândara*, 1935-1937, p. 158.
- ²⁹⁵ Sofia B. Silva Martins, «S. Vicente de Pereira. Aqui nasce a porcelana da Vista Alegre», *Reis*, 1993, p. 42.
- ²⁹⁶ *Minas concedidas no Continente [...]*, p. 84-87.
- ²⁹⁷ Luís Serrano, «Contribuição para o Conhecimento do Jazigo de Caulino de Alvarães (Viana do Castelo)», 1973.
- ²⁹⁸ ADAVR, Ovar, not. Santiago, liv. 1819-166, 4 de Fevereiro de 1928, fls. 15 v.-17 v.
- ²⁹⁹ *Ibidem*.
- ³⁰⁰ ADAVR, Ovar, not. Santiago, liv. 1847-194, 3 de Dezembro de 1930, fls. 4 v.-5 v.
- ³⁰¹ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 763-124, fls. 24-26.
- ³⁰² José Queiroz, *Cerâmica portuguesa*, 1907, p. 176.

³⁰³ *Ibidem.*

³⁰⁴ Marques Gomes e Joaquim de Vasconcelos, *Exposição districtal de Aveiro em 1882* [...], 1883, p. 39.

³⁰⁵ Marques Gomes seguia A. Carvalho da Costa, *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal* [...], 1706, t. 1.º, p. 206 e Fr. Francisco de Santiago, *Chronica da sancta provincia de Nossa Senhora da Soledade* [...], 1762, t. 1.º, liv. 7, cap. 1.

³⁰⁶ Fr. Francisco de Santiago *apud* Marques Gomes e Joaquim de Vasconcelos, *Exposição districtal de Aveiro em 1882* [...], 1883, p. 39. Por sua vez, A. Carvalho da Costa segue o texto da *Memória sobre Aveiro*, de Pinho Queimado, publicada por F. Ferreira Neves (*Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. III, 1937, p. 89-109).

³⁰⁷ *Ibidem.*

³⁰⁸ J. A. Marques Gomes, «Museu Regional de Aveiro», *A Portuguesa*, n.º 26, 2 de Março de 1913, p. 2. Noutro artigo, Marques Gomes diz que o documento é de 10 de Setembro («O 'Tijelinha'», *Distrito de Aveiro*, n.º 22, 6 de Agosto de 1916, p. 1, c. 1-2).

³⁰⁹ J. R. Rangel de Quadros Oudinot, «Fábricas e industrias. Olarias», s. d., fls. 104-105.

³¹⁰ Inês Amorim, *A cerâmica de Aveiro no século XVIII: das olarias à fábrica de «Louça Fina»*, 1996, p. 405.

³¹¹ Um bom exemplar dessa concepção é o *Catálogo da Exposição Districtal de Aveiro*, promovida pelo Gremio Moderno, por proposta de Marques Gomes, em 1882.

³¹² Cf. *Distrito de Aveiro*, do n.º 21 (30 de Julho de 1916) ao n.º 39 (3 de Dezembro de 1916).

³¹³ *Relação das propriedades que o Mosteiro de Santa Cruz possuía em Aveiro, de 26 de Maio de 1431*, in A. G. da Rocha Madail (organização, leitura e revisão), *Milenário de Aveiro. Colectânea de Documentos Históricas*, vol. I, 1959, p. 169 e 172.

³¹⁴ A. G. da Rocha Madail *op. cit.*, p. 303. O foral foi várias vezes publicado nas páginas do *Campeão das Províncias*, na segunda metade do século XIX.

³¹⁵ *Crónica da fundação do mosteiro de Jesus, de Aveiro* [...], 1939, p. 29.

³¹⁶ Alberto Souto, *A estação arqueológica de Cacia. I. Primeiras palavras*, 1930, p. 8-9.

³¹⁷ «Um achado curioso», *Litoral*, n.º 152, 31 de Agosto de 1957. Devo esta informação ao saudoso João Sarabando.

³¹⁸ Sobre esta questão, *vide* Venâncio Dias de Figueiredo Vieira («Memória sobre a Vila de Eixo (1868-1869)», 1984, p. 43; Carlos A. B. de Almeida, A. Jorge de Almeida e A. J. Cunha Leal, *O forno cerâmico romano de Eixo-Aveiro*, 1987, p. 69-72; «O segundo achado do género na vila de Eixo», *O Comércio do Porto*, 15 de Janeiro de 1996, p. 6 e «Fossas e resíduos industriais em Eixo», *Litoral*, n.º 1517, 24 de Junho de 1988, p. 1.

³¹⁹ Alexandre Sarrazola, «Marinha Baixa. Contributo para a história regional-local da região do Baixo Vouga», 2002, p. 12.

³²⁰ O início dos trabalhos teve início em 1996 («Investigação arqueológica interdisciplinar. Tesouros na Ria de Aveiro», *Público. Local*, 23 de Fevereiro de 1996, p. 27).

³²¹ Francisco Alves *et al.*, «Arqueologia de um naufrágio», 1998, p. 198.

³²² Maria João Violante B. Marques da Silva, *Esgueira. A vida de uma aldeia no século XV*, 1994, p. 72-73. *Sublinhado* meu. Da mesma autora, *vide*, também, *Aveiro Medieval*, 1991, p. 109.

- ³²³ Manuel de Oliveira Barreira, *Santa Casa da Misericórdia de Aveiro*, 1998.
- ³²⁴ Inês Amorim, *A cerâmica de Aveiro no século XVIII: das Olarias à fábrica de «Louça Fina»*, 1996, p. 403-422.
- ³²⁵ *Idem, op. cit.*, p. 409.
- ³²⁶ António Manuel S. P. Silva, «Cerâmica tradicional na Região de Aveiro [...]», 1996, p. 53-77.
- ³²⁷ Cf. Isabel M. Fernandes, «O fabrico de louça preta no concelho de Aveiro», 1996, p. 215-237 e Manuel Ferreira Rodrigues, «A olaria de louça preta de Aradas», 1997, p. 68-71.
- ³²⁸ Fernando Alberto Lacerda, *S. Pedro de Aradas (1690-1900): estudo demográfico*, 2000, p. 249.
- ³²⁹ Manuel Leão, *A Cerâmica em Vila Nova de Gaia*, 1999, p. 111-177.
- ³³⁰ J. A. Marques Gomes e Joaquim de Vasconcelos, *Exposição districtal de Aveiro em 1882* [...], 1883, p. 40.
- ³³¹ Marques Gomes, «A cerâmica aveirense», *A Portuguesa*, n.º 32, 13 de Abril de 1913, p. 3.
- ³³² «Fabricas», *Campeão das Províncias*, n.º 1087, 29 de Novembro de 1862, p. 4. O artigo é, certamente, da autoria de Rangel de Quadros Oudinot, pois repete os dados do *Almanak Aveirense* para o ano de 1863 (p. 69), acrescentando o número de trabalhadores: 107 pessoas (48 homens, 29 mulheres e 30 rapazes).
- ³³³ Lucília Caetano, «Contributo para a história da “Industrialização” no distrito de Aveiro», 1990, p. 103-157 e Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p.12-13.
- ³³⁴ Francisco de Paula Campos e Oliveira, *op. cit.*, p.186.
- ³³⁵ Marques Gomes, *O Districto de Aveiro* [...], 1877, p. 290.
- ³³⁶ Maria Eugénia Mata, «As crises financeiras no Portugal contemporâneo: uma perspectiva de conjunto», 2002, p. 33.
- ³³⁷ Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 211.
- ³³⁸ AMA, *Correspondência recebida*, liv. 722, fls. inums.
- ³³⁹ J. Rodrigues Pinto Brandão, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 20, 1908, p. 51.
- ³⁴⁰ Aníbal G. Ferreira Cabido, *Chorographia industrial do concelho de Albergaria-a-Velha* [...], 1911, p. 10.
- ³⁴¹ *Idem, op. cit.*, p. 16-17.
- ³⁴² *Ibidem.*
- ³⁴³ *Ibidem.*
- ³⁴⁴ F. A. Freire Temudo, *Estudo sobre o estado actual da industria ceramica na 2.ª Circunscrição* [...], 1905, p. 45.
- ³⁴⁵ «Uma indústria primitiva. As olarias de Ovar», *A Patria*, n.º 119, 4 de Agosto de 1910, p. 2-3.
- ³⁴⁶ *Ibidem.*
- ³⁴⁷ F. A. Freire Temudo, *Estudo sobre o estado actual da industria ceramica na 2.ª Circunscrição* [...], 1905, p. 45.

- ³⁴⁸ Marques Gomes, «O Tijelinha», *Distrito de Aveiro*, n.º 564, 29 de Junho de 1866, p. 3.
- ³⁴⁹ José Rangel de Quadros Oudinot, «Fábricas e indústrias. Olarias», s. d., fl. 104.
- ³⁵⁰ AMA, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Aveiro*, liv. 29, 15 de Fevereiro de 1912, fl. 47.
- ³⁵¹ *Anuário Commercial de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1916, p. 1885. António Marabuto, Francisco Nunes Pelicano, Francisco Oliveira, José Sarrico, Manuel Branquinho, Manuel Oliveira, Manuel dos Santos Marabuto e Pedro Casqueira.
- ³⁵² AMOP, DGCAM RM, 2S 1-4, *Mapas estatísticos da Instrução Primária dos operários das Fábricas e oficinas do Distrito de Aveiro*, 1853.
- ³⁵³ AMOP, DGCAM-RM, 2S 2, *Relação das Fabricas e Officinas existentes no Districto Administrativo d'Aveiro, no anno de 1855*.
- ³⁵⁴ Entre outros, vide ADAVR, Ovar, not. Fonseca, liv. 806-205, 17 de Dezembro de 1869, fls. 65 v.-68. Depois de ter estado na origem da Companhia do Painela, em 19 de Junho de 1887, João Correia Vidinha foi, em 21 de Dezembro de 1896, fundador da Companhia do Senhor dos Esquecidos, na costa do Furadouro (*Idem*, not. Abreu, liv. 1061-82, fls. 36 v.-39 v.).
- ³⁵⁵ A. A. B. de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno* [...], vol. I, 1873, p. 51.
- ³⁵⁶ [Anúncio], *Jornal de Albergaria*, n.º 216, 10 de Julho de 1915, p. 3, c. 5.
- ³⁵⁷ [Anúncio], *Jornal de Albergaria*, n.º 247, 19 de Fevereiro de 1916, p. 4.
- ³⁵⁸ [Anúncio], *Jornal de Albergaria*, n.º 667, 28 de Fevereiro de 1925, p. 2, c. 4.
- ³⁵⁹ *Anuário Comercial de Portugal*, vol. II, 1916, p. 1763. *Itálico* meu.
- ³⁶⁰ «Fabrica de louça», *Jornal de Albergaria*, n.º 302, 24 de Março de 1917, p. 3, c. 1.
- ³⁶¹ «Fabrica de louça», *Jornal de Albergaria*, n.º 327, 22 de Setembro de 1917, p. 3, c. 5.
- ³⁶² «Nova fabrica de louça», *Jornal de Albergaria*, n.º 751, 15 de Janeiro de 1927, p. 2, c. 1.
- ³⁶³ «Fabrica de louça», *Jornal de Albergaria*, n.º 812, 5 de Maio de 1928, p. 4.
- ³⁶⁴ Francisco Ferreira Neves, «Memória sobre o Conselheiro José Ferreira Cunha e Sousa», 1937, p. 33-39.
- ³⁶⁵ Manuel Ferreira Rodrigues, «Da Oficina à Fábrica. História com um fim anunciado», 1997, p. 126-129 e *idem*, «A olaria de louça preta em Aradas e a industrialização», 1997, p. 68-71.
- ³⁶⁶ Charles Lepierre, *Estudo químico e tecnológico sobre a cerâmica portuguesa moderna*, 1912, p. 19.
- ³⁶⁷ «Louças», *A Discussão*, n.º 207, 9 de Julho de 1899, p. 2, c. 2.
- ³⁶⁸ «Fabrica da Fonte-nova», *Campeão das Províncias*, n.º 5876, 21 de Julho de 1909, p. 2, c. 2.
- ³⁶⁹ Inês Amorim, *A Cerâmica de Aveiro no Séc. XVIII* [...], 1996, p. 51 e nota 50.
- ³⁷⁰ *Ibidem*.
- ³⁷¹ *Ibidem*.
- ³⁷² José Vicente Serrão, «O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução», 1993, p. 89.
- ³⁷³ Inês Amorim, *A Cerâmica de Aveiro no Séc. XVIII* [...], 1996, p. 47.
- ³⁷⁴ *Ibidem*.

³⁷⁵ Marques Gomes, «Museu regional de Aveiro. Faiança», *Distrito de Aveiro*, n.º 27, 10 de Setembro de 1916, p. 2, 1-4.

³⁷⁶ Inês Amorim, *A Cerâmica de Aveiro no Séc. XVIII* [...], 1996, p. 52.

³⁷⁷ *Ibidem*.

³⁷⁸ *Mapa de todas as fábricas, Aveiro, 1824-1825* (Laura M. F. Pereira da Rosa, *A Vista Alegre* [...], p. 55.

³⁷⁹ Amílcar M. de Oliveira Braga, «Aveiro em 1847-1848, segundo um relatório do Governo Civil», 1995, p. 197. *Itálico* meu.

³⁸⁰ Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 210.

³⁸¹ *Campeão das Províncias*, n.º 1087, 29 de Novembro de 1862, p. 4, c. 1.

³⁸² Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 196.

³⁸³ *Idem, op. cit.*, p. 197.

³⁸⁴ *Inquerito Industrial de 1881. Inquerito directo. Segunda parte. Visita às fábricas*, 1881-1882, p. 277.

³⁸⁵ J. A. Marques Gomes, *A Vista Alegre. Apontamentos para a sua história*, 1883, p. 37 e ss.

³⁸⁶ Marques Gomes e Joaquim de Vasconcelos, *Exposição districtal de Aveiro em 1882* [...], 1883, p. 12.

³⁸⁷ *Inquerito Industrial de 1890*, 1891, p. 5-6.

³⁸⁸ ADAVR, Aveiro, not. Ribeiro, liv. 978-71, 19 de Fevereiro de 1861, fls. 53 v.-55. Segundo o *Inquerito Industrial de 1881* a fábrica teria sido fundada em 1880. Não encontrei qualquer documento relativo a esta fábrica nesse ano (MOP, Repartição de Estatística, *Resumo do Inquerito Industrial de 1881*, 1881, quadro n.º 3).

³⁸⁹ Manuel Ferreira Rodrigues, «A Indústria Cerâmica em Aveiro [...], 1990, p. 167-174 e *idem*, «Os industriais de cerâmica: Aveiro, 1882-1923», 1996, p. 631-682.

³⁹⁰ Foi-lhe passado alvará, primeiro em 21 de Junho de 1893 (Cfr. ADAVR, *Livro de Alvarás. 1890-1940*) e, depois, em 1 de Agosto de 1897 (Cfr. AMA, *Registo de alvarás, diplomas, cartas e licenças*, 1897, liv. 159).

³⁹¹ «Uma fabrica que acaba» *Campeão das Províncias*, n.º 5603, 21 de Novembro de 1906, p. 2, c. 1-2 e «Fabrica do Cojo», *Campeão das Províncias*, n.º 5643, 17 de Abril de 1907, p. 1, c. 3.

³⁹² AMA, «Mappa do pessoal empregado na fabrica do Cojo», 17 de Março de 1895, liv. 720, fls. inums.

³⁹³ F. A. Freire Temudo, *Estudo sobre o estado actual da industria ceramica* [...], 1905, p. 15.

³⁹⁴ Pedro Serrano assina um conjunto de imagens religiosas dispersas por capelas (cf. Borralha, Águeda), museus (cf. Museu da Palhaça) e várias colecções particulares (Cf. Manuel Ferreira Rodrigues, «A azulejaria aveirense, 1882-1942. Uma abordagem global», 17, p. 29-38).

³⁹⁵ «Museu Regional de Aveiro», *Distrito de Aveiro*, n.º 24, 20 de Agosto de 1916, p. 2, c. 5-6.

³⁹⁶ ASCMA, *Actas da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro*, liv. 18, 1 de Outubro de 1854, fl. 9-10.

³⁹⁷ AMA, *Documentos de despesa. Diversas proveniências*, liv. 381, fls. inums. 27 de Abril de 1883.

³⁹⁸ Cf. Manuel Ferreira Rodrigues, «A Indústria Cerâmica em Aveiro [...]», 1990, p. 167-174 e *idem*, «Os industriais de cerâmica: Aveiro, 1882-1923 [...]», 1996, p. 631-682.

³⁹⁹ «Luiz da Silva Mello Guimarães», *Campeão das Províncias*, n.º 16, 12 de Abril de 1902, p. 1.

⁴⁰⁰ Possuía o Curso da Escola Naval. Estudou a Ria de Aveiro; foi fundador do *Grémio Moderno* e 6.º reitor do Liceu de Aveiro, de 1895 a Outubro de 1910, tendo assumido diversos cargos: presidente da Caixa Económica de Aveiro, capitão do Porto de Aveiro, Governador (substituto) do Distrito de Aveiro, primeiro comandante dos Bombeiros Voluntários. Foi chefe local do Partido Regenerador (*Campeão das Províncias*, n.º 5253, 24 de Junho de 1903 e José Pereira Távares, *Liceu Nacional de Aveiro. 1.º Centenário*, 1960).

⁴⁰¹ Marques Gomes, «Ceramica Aveirense. IV. 1487-1922», *Campeão das Províncias*, n.º 6798, 17 de Junho de 1922, p. 2. *Itálico* meu.

⁴⁰² Entre outros, *vide* [Anúncio], *Distrito de Aveiro*, n.º 1, 12 de Março de 1916., p. 4.

⁴⁰³ Marques Gomes, *Subsídios para a Historia de Aveiro*, 1899, p. 160.

⁴⁰⁴ *Apud* «Louça artística», *Campeão das Províncias*, n.º 5293, 14 de Novembro de 1903, p. 1, c. 6.

⁴⁰⁵ «As faianças da Fonte-nova», *Campeão das Províncias*, n.º 5395, 9 de Novembro de 1904, p. 1, c. 3.

⁴⁰⁶ «Fabrica da Fonte-nova», *Campeão das Províncias*, n.º 5612, 22 de Dezembro de 1906, p. 2, c. 3.

⁴⁰⁷ «Exposição de faiança», *Campeão das Províncias*, n.º 5750, 2 de Maio de 1908, p. 2, c. 4.

⁴⁰⁸ «A Fabrica da Fonte Nova», *O Democrata*, n.º 728, 3 de Junho 1922, p. 1, c. 4-5.

⁴⁰⁹ «Exposição de faiança», *Campeão das Províncias*, n.º 5750, 2 de Maio de 1908, p. 2, c. 4.

⁴¹⁰ «Fabrica de louça», *Campeão das Províncias*, n.º 5786, 2 de Setembro de 1908, p. 2, c. 2.

⁴¹¹ «Cooperativa de produção», *O Aveirense*, n.º 43, 6 de Setembro de 1908, p. 3, c. 3.

⁴¹² Marques Gomes diz que a fábrica esteve encerrada durante dois anos, só tendo retomado a sua produção em 1910 («Museu Regional de Aveiro. Faiança», *Distrito de Aveiro*, n.º 29, 24 de Setembro de 1916, p. 2).

⁴¹³ Cf. Manuel Ferreira Rodrigues, «A azulejaria aveirense 1882-1942 [...]», 1991, p. 29-38.

⁴¹⁴ «Fabrica da Fonte Nova», *Correio de Aveiro*, n.º 327, 4 de Agosto de 1917, p. 2, c. 4.

⁴¹⁵ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1128-55, 11 de Março de 1914, p. 37 v.-39 v. e *idem*, Aveiro, not. Peixinho, liv. 1315-88, 5 de Agosto de 1916, fls. 30-34.

⁴¹⁶ «Fabrica da Fonte Nova», *Campeão das Províncias*, n.º 6671, 3 de Janeiro de 1920, p. 1, c. 5.

⁴¹⁷ «Inquérito às indústrias regionais. III. Fábrica de Louça e Azulejos da Fonte Nova. Entrevistando Manuel P. da Conceição», *O Debate*, n.º 9, 4 de Maio de 1922, p. 2, c. 4-5.

⁴¹⁸ «A cerâmica aveirense», *Jornal de Albergaria*, n.º 597, 6 de Outubro de 1923, p. 2, c. 2-3; «A cerâmica aveirense na Exposição do Rio», *Campeão das Províncias*, n.º 6862, 22 de Setembro de 1923, p. 5, c. 2-3 e [Anúncio], *O Democrata*, n.º 826, 10 de Maio de 1924, p. 3, c. 5.

⁴¹⁹ «Necrologia», *O Democrata*., n.º 781, 16 de Junho de 1923, p. 2, c. 2.

- ⁴²⁰ «As faianças de Aveiro», *Campeão das Províncias*, n.º 6853, 18 de Agosto de 1923, p. 2, c. 4.
- ⁴²¹ «Manuel Pedro da Conceição», *O Democrata*, n.º 1108, 11 de Janeiro de 1930, p. 3, c. 1.
- ⁴²² ADAVR, Aveiro, not. Gaspar, liv. 1214-34, 14 de Fevereiro de 1905, fls. 8 v.-10 v.
- ⁴²³ «Santos Martyres», *Vitalidade*, n.º 530, 10 de Junho de 1905, p. 3, c. 4.
- ⁴²⁴ J. Rodrigues Pinto Brandão, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 20, 1908, p. 51.
- ⁴²⁵ ADAVR, not. Peixinho, liv. 1264-37, 24 de Abril de 1906, fls. 9-11.
- ⁴²⁶ [Anúncio], *Vitalidade*, n.º 560, 6 de Janeiro de 1906, p. 3, c. 5 e *idem*, n.º 782, 9 de Abril de 1910, p. 4.
- ⁴²⁷ O moinho foi construído por Manuel João Branco, da Quinta do Picado, freguesia de Aradas («Fabrica de Louça dos Santos Martyres», *O Aveirense*, n.º 100, p. 2, c. 3).
- ⁴²⁸ «Inquérito às indústrias regionais. IV. Visita à Fábrica Aleluia. As nossas impressões», *O Debate*, n.º 10, 11 de Maio de 1922, p. 2, c. 4-5.
- ⁴²⁹ «Fabrica de Ceramica», *Distrito de Aveiro*, n.º 88, 16 de Setembro de 1917, p. 1, c. 2.
- ⁴³⁰ [Anúncio], *A Razão*, n.º 77, 13 de Setembro de 1917, p. 3.
- ⁴³¹ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 886-247, 5 de Novembro de 1919, fls. 48-49 v. José Nunes Rafeiro Júnior vendeu a João Aleluia a sua quota na Empresa de Navegação de Joaquim Marques Machado & Companhia, Lda., cujo «único objecto» que possuía era o navio *Estrela do Mar* e seus apetrechos (ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 508-84, fl. 6 v.-7 v).
- ⁴³² «Inquérito às indústrias regionais [...]», *O Debate*, n.º 10, 11 de Maio de 1922, p. 2, c. 4-5.
- ⁴³³ [Anúncio], *A Voz do Povo*, n.º 67, 14 de Novembro de 1928, p. 4.
- ⁴³⁴ «Fábrica Aleluia», *O Democrata*, n.º 1064, 23 de Fevereiro de 1929, p. 4, c. 1-6.
- ⁴³⁵ *Ibidem*.
- ⁴³⁶ «Musica nova», *Povo de Aveiro*, n.º 221, 1 de Novembro de 1903, p. 2, c. 3.
- ⁴³⁷ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1673-8, 28 de Novembro de 1919, fls. 26-28 v.
- ⁴³⁸ «Nova fabrica», *Campeão das Províncias*, n.º 6783, 14 de Agosto de 1920, p. 2, c. 3.
- ⁴³⁹ «Empresa de Louça e Azulejos», *Campeão das Províncias*, n.º 6755, 13 de Agosto de 1921, p. 2, c. 2-4.
- ⁴⁴⁰ *Ibidem*. Este artigo é uma transcrição de um outro publicado em *A Época*, em 28 de Maio de 1921.
- ⁴⁴¹ «Inquérito às indústrias regionais. II. A Empresa de Louça e Azulejos. Entrevistando Pompeu Alvarenga», *O Debate*, n.º 8, 27 de Abril de 1922, p. 5, c. 1-2.
- ⁴⁴² «Fabrica de louça», *O Democrata*, n.º 1112, 1 de Fevereiro de 1930, p. 3, c. 2.
- ⁴⁴³ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1698-33, 19 de Setembro de 1922, fls. 4-6.
- ⁴⁴⁴ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1699-34, 4 de Dezembro de 1922, fls. 42-45 v.
- ⁴⁴⁵ Informações do oleiro de Aradas, Sr. Adelino Laranjeira e do industrial, Sr. Ilídio Vitória.
- ⁴⁴⁶ ADAVR, Aveiro, not. Rangel, liv. 564-206, 9 de Junho de 1930, fls. 38 v.-40.
- ⁴⁴⁷ «Exposição», *O Democrata*, n.º 1106, 21 de Dezembro de 1929, p. 1, c. 6.
- ⁴⁴⁸ «Nova Fabrica de Louça e Azulejos», *O Debate*, n.º 120, 18 de Setembro de 1924, p. 2, c. 5.

- ⁴⁴⁹ ADAVR, *Águeda*, not. Pinho, liv. 463-93, 8 de Fevereiro de 1886, fls. 31-32.
- ⁴⁵⁰ *Ibidem.*
- ⁴⁵¹ «Águeda industrial», *Independência de Águeda*, n.º 885, 1 de Maio de 1920, p. 2, c. 2.
- ⁴⁵² «Águeda industrial. Fábrica de louça», *Independência de Águeda*, n.º 934, 30 de Abril de 1921, p. 1, c. 4-5.
- ⁴⁵³ «Fábrica de Louça», *Reacção*, n.º 63, 16 de Abril de 1921, p. 2, c. 3.
- ⁴⁵⁴ *Ibidem.*
- ⁴⁵⁵ «Nova fabrica», *Independência de Águeda*, n.º 933, 23 de Abril de 1921, p. 2, c. 4.
- ⁴⁵⁶ «Águeda industrial. Fábrica de louça», *Independência de Águeda*, n.º 934, 30 de Abril de 1921, p. 1, c. 4-5.
- ⁴⁵⁷ «Fabrica de louça», *Soberania do Povo*, n.º 4149, 30 de Abril de 1921, p. 3, c. 2.
- ⁴⁵⁸ «Águeda industrial. Fábrica de louça», *Independência de Águeda*, n.º 934, 30 de Abril de 1921, p. 1, c. 4-5.
- ⁴⁵⁹ «Fabrica de louça», *Soberania do Povo*, n.º 4165, 27 de Agosto de 1921, p. 3, c. 2.
- ⁴⁶⁰ «Industria local», *Soberania do Povo*, n.º 4176, 12 de Novembro de 1921, p. 2, c. 2.
- ⁴⁶¹ «Águeda industrial. Fábrica de louça», *Independência de Águeda*, n.º 934, 30 de Abril de 1921, p. 1, c. 4-5.
- ⁴⁶² «Fabrica do Outeiro», *Soberania do Povo*, n.º 4472, 10 de Setembro de 1927, p. 3, c. 2.
- ⁴⁶³ «Fábrica de louça», *Voz de Águeda*, n.º 235, 10 de Setembro de 1927, p. 2, c. 3.
- ⁴⁶⁴ «Fabrica do Outeiro», *Soberania do Povo*, n.º 4476, 8 de Outubro de 1927, p. 3, c. 3.
- ⁴⁶⁵ «Fábrica do Outeiro», *Soberania do Povo*, n.º 4617, 30 de Agosto de 1930, p. 3, c. 3.
- ⁴⁶⁶ Entre outros, *vide*, «Notícias de Aveiro», *Jornal de Notícias*, transcrito em «Fábrica do Outeiro», *Soberania do Povo*, n.º 4681, 12 de Dezembro de 1931, p. 3, c. 1.
- ⁴⁶⁷ ADAVR, *Águeda*, not. Soares, liv. 1445-67, 26 de Setembro de 1925, fls. 24 v.-27.
- ⁴⁶⁸ «Nova Fabrica de Louça», *Soberania do Povo*, n.º 4375, 10 de Outubro de 1925, p. 3, c. 2.
- ⁴⁶⁹ *Ibidem.*
- ⁴⁷⁰ ADAVR, *Águeda*, not. Soares, liv. 1445-67, 16 de Janeiro de 1926, fls. 24 v.-27.
- ⁴⁷¹ «Fabrica de louça vermelha de Águeda», *Soberania do Povo*, n.º 4431, 13 de Novembro de 1926, p. 3, c. 4 e «Fabrica de louça vermelha de Águeda», *Voz de Águeda*, n.º 201, 24 de Dezembro de 1926, p. 3, c. 4. *Itálico* meu.
- ⁴⁷² ADAVR, *Águeda*, not. Andrade, liv. 1922-79, 14 de Dezembro de 1928, fls. 8 v.-10 v.
- ⁴⁷³ Cf. Laura M. F. Pereira da Rosa, *A Vista Alegre* [...], 1994, p. 39-40.
- ⁴⁷⁴ Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 434.
- ⁴⁷⁵ João Teodoro Ferreira Pinto Basto, *A Fábrica da Vista Alegre* [...], 1924, p. 95.
- ⁴⁷⁶ «Inquérito ás indústrias nacionais. A fábrica da Vista Alegre», *O Debate*, n.º 22, p. 4, c. 1.
- ⁴⁷⁷ Marques Gomes, *A Vista Alegre. Memória histórica*, 1924, p. 48.
- ⁴⁷⁸ S. B. A., *Jornal da Associação Industrial Portuense*, n.º 9, 15 de Dezembro de 1852, p. 137. *Itálicos* do autor.

- ⁴⁷⁹ João Teodoro Ferreira Pinto Basto, *A Fábrica da Vista Alegre* [...], 1924, p. 65.
- ⁴⁸⁰ Cf. Marques Gomes, «A Fabrica da Vista-Alegre», *Archivo Photographico*, 1.º ano, n.º 3, 1884, p. 9.
- ⁴⁸¹ Cf. Manuel Ferreira Rodrigues, *Vidro e vidreiros na Vista Alegre* [...], 1824-1839, 1998.
- ⁴⁸² Cf. Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 455.
- ⁴⁸³ *Idem*, *op. cit.*, p. 443 e David Justino, *A formação do espaço económico nacional* [...], vol. I, 1988, p. 127.
- ⁴⁸⁴ ACM, *Entradas e saídas*, cx. 225, 1819-1842.
- ⁴⁸⁵ Jorge Borges de Macedo, «Introdução» a Ilda Arez *et al*, *Vista Alegre* [...], 1989, p. 21.
- ⁴⁸⁶ Agradeço a D. Manuel Quintela o acesso a esta carta. Sobre Victor Rousseau, *vide* Marques Gomes, «Victor Rousseau», *Campeão das Províncias*, n.º 6134, 3 de Fevereiro de 1912, p. 1, c. 3-6.
- ⁴⁸⁷ Entre outros, *vide* «Desastre», *Povo de Aveiro*, n.º 203, 28 de Junho de 1903, p. 2, c. 3.
- ⁴⁸⁸ Cf. Rui Afonso Santos, «Prefácio» in Ilda Arez, *Vista Alegre* [...], 1998, p. 9.
- ⁴⁸⁹ MOP. Repartição Estatística, *Resumo. Inquerito Industrial de 1881*, 1881, p. XIX.
- ⁴⁹⁰ «A Fabrica da Vista-Alegre», *Archivo Photographico*, 1.º ano, n.º 3, 1884, p. 11.
- ⁴⁹¹ Vasco Valente, *Porcelana Artística Portuguesa*, 1949, p. 63.
- ⁴⁹² *Idem*, *op. cit.*, p. 209.
- ⁴⁹³ *Relatórios sobre o estado da Administração Publica nos districtos administrativos* [...], 1859, p. 10.
- ⁴⁹⁴ *Idem*, *op. cit.*, p. 441.
- ⁴⁹⁵ *Idem*, *op. cit.*, p. 97.
- ⁴⁹⁶ *Idem*, *op. cit.*, p. 440 e 448-452.
- ⁴⁹⁷ *Idem*, *op. cit.*, p. 455.
- ⁴⁹⁸ *Idem*, *op. cit.*, p. 445-446.
- ⁴⁹⁹ Marques Gomes, «Real Fabrica da Vista Alegre. II», *A Locomotiva*, n.º 3, 19 de Maio de 1883, p. 2, c. 4. Noutro texto, Marques Gomes, repetindo-se *ipsis verbis*, afirma que a máquina fora instalada em 1855 (*Idem*, «A Fabrica da Vista-Alegre», *Archivo Photographico*, 1.º ano, n.º 3, 1884, p. 11).
- ⁵⁰⁰ Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 443.
- ⁵⁰¹ *Idem*, *op. cit.*, p. 443 e João Teodoro Ferreira Pinto Basto, *A Fábrica da Vista Alegre* [...], 1924, p. 75-76.
- ⁵⁰² ADAVR, Ílhavo, not. Calisto, liv. 152-37, 26 de Julho de 1866, fls. 50 v.-54.
- ⁵⁰³ *Ibidem*.
- ⁵⁰⁴ *Ibidem*.
- ⁵⁰⁵ *Inquerito Industrial de 1881. Inquerito directo. Segunda parte. Visita ás fabricas*, 1881, p. 269.
- ⁵⁰⁶ Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 443.

- ⁵⁰⁷ MOP, Repartição de Estatística, *Resumo do Inquerito Industrial de 1881*, 1881, quadro n.º 3.
- ⁵⁰⁸ João Teodoro Ferreira Pinto Basto, *A Fábrica da Vista Alegre* [...], 1924, p. 77.
- ⁵⁰⁹ «Real Fabrica de Porcellanas da Vista-Allegre», *Locomotiva*, n.º 9, 2 de Junho de 1883, p. 2, c. 2.
- ⁵¹⁰ *Inquerito Industrial de 1881. Inquerito directo. Segunda parte. Visita às fabricas*, 1881, p. 268 e Marques Gomes, «Real Fabrica da Vista Alegre. II», *A Locomotiva*, n.º 3, 19 de Maio de 1883, p. 2, c. 4.
- ⁵¹¹ «Vista Alegre», *Independência de Águeda*, n.º 589, 25 de Abril de 1914, p. 3, c. 1.
- ⁵¹² Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 441.
- ⁵¹³ *Idem, op. cit.*, p. 269.
- ⁵¹⁴ *Idem, op. cit.*, p. 441 e Marques Gomes, *A Vista Alegre. Memória histórica*, 1924, p. 96.
- ⁵¹⁵ MOP, Repartição de Estatística, *Resumo do Inquerito Industrial de 1881*, quadro n.º 3.
- ⁵¹⁶ «Estatísticas», *O Povo de Aveiro*, n.º 9, 26 de Março de 1882, p. 2, c. 1-2.
- ⁵¹⁷ Esse teatro, com risco da autoria do Eng. António Tavares de Almeida Lebre, fora iniciado, em 20 de Janeiro de 1875 e inaugurado em 6 de Fevereiro do ano seguinte (*Jornal de Ílhavo*, n.º 11, 22 de Maio de 1904, p. 2, c. 3 e Marques Gomes, *O Districto de Aveiro* [...], 1877, p. 225). O primeiro teatro terá sido construído em 1826 ou 1827 (Cf. João Esteves de Almeida, *Luz branca do luar... Memórias*, 1995, p. 30).
- ⁵¹⁸ *Inquerito Industrial de 1881. Inquerito directo. Segunda parte. Visita às fabricas*, 1881, p. 269.
- ⁵¹⁹ *Ibidem.*
- ⁵²⁰ *Ibidem.*
- ⁵²¹ Laura M. F. Pereira da Rosa, *A Vista Alegre* [...], 1994, p. 181-184.
- ⁵²² [Sem título], *O Povo de Aveiro*, n.º 3, 12 de Fevereiro de 1882, p. 3, c. 1.
- ⁵²³ João Teodoro Ferreira Pinto Basto, *Livro do Centenário da Fábrica da Vista Alegre*, 1924, p. 77.
- ⁵²⁴ Laura M. F. Pereira da Rosa, *A Vista Alegre* [...], 1994, p. 99 e 102.
- ⁵²⁵ [Sem título], *O Povo de Aveiro*, n.º 44, 26 de Novembro de 1882, p. 3, c. 3.
- ⁵²⁶ *Inquerito Industrial de 1890*, vol. III: *Indústrias fabris e manufactureiras (Inquerito de gabinete)*, 1891, p. 8. João Teodoro Ferreira Pinto Basto (*op. cit.*, p. 101) indica apenas 224.
- ⁵²⁷ «Real Fabrica da Vista Alegre», *Campeão das Províncias*, n.º 5212, 28 de Janeiro de 1903, p. 1, c. 4.
- ⁵²⁸ [Anúncio], *Jornal de Ílhavo*, n.º 94, 24 de Dezembro de 1905, p. 4.
- ⁵²⁹ João Teodoro Ferreira Pinto Basto, *Livro do Centenário da Fábrica da Vista Alegre*, 1924, p. 99 e «Na Vista Alegre», *O Ilhavense*, n.º 935, 23 de Outubro de 1932, p. 1-2.
- ⁵³⁰ J. Rodrigues Pinto Brandão, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 20, 1908, p. 51.
- ⁵³¹ «Fabrica da Vista-alegre», *Campeão das Províncias*, n.º 5605, 28 de Novembro de 1906, p. 2, c. 3.
- ⁵³² «Fabrica da Vista Alegre», *O Nauta*, n.º 118, 17 de Janeiro de 1907, p. 2, c. 2.

- ⁵³³ «Fabrica da Vista-Alegre», *O Nauta*, n.º 120, 31 de Janeiro de 1907, p. 3, c. 4.
- ⁵³⁴ «A porcelana em Portugal», *A Liberdade*, n.º 163, 9 de Abril de 1914, p. 2, c. 5-6.
- ⁵³⁵ «Eleições camarárias», *O Nauta*, n.º 204, 8 de Outubro de 1908, p. 1, c. 3-4.
- ⁵³⁶ João Teodoro Ferreira Pinto Basto, *op. cit.*, p. 60. *Itálico* meu.
- ⁵³⁷ *Idem*, *op. cit.*, p. 56. *Itálico* meu.
- ⁵³⁸ *Campeão das Províncias*, n.º 6134, 3 de Fevereiro de 1912, p. 3, c. 3.
- ⁵³⁹ «Novo agrónomo», *Soberania do Povo*, n.º 3387, 25 de Maio de 1912, p. 3, c. 1.
- ⁵⁴⁰ João Teodoro Ferreira Pinto Basto, *Livro do Centenário da Fábrica da Vista Alegre*, 1924, p. 79.
- ⁵⁴¹ Rui Barros, *Município de Aveiro, 1893-1993. 100 anos da sua história*, A1995, p. 25-26, 67 e 74.
- ⁵⁴² João Teodoro Ferreira Pinto Basto, *Livro do Centenário da Fábrica da Vista Alegre*, 1924, p. 81.
- ⁵⁴³ «Inquérito ás indústrias nacionais. A fábrica da Vista Alegre», *O Debate*, n.º 22, 10 de Agosto de 1922, p. 4, c. 2.
- ⁵⁴⁴ João Teodoro Ferreira Pinto Basto, *Livro do Centenário da Fábrica da Vista Alegre*, 1924, p. 81.
- ⁵⁴⁵ *Idem*, *op. cit.*, p. 79-101.
- ⁵⁴⁶ *Idem*, *op. cit.*, p. 108.
- ⁵⁴⁷ «Crise de trabalho», *O Ilhavense*, n.º 575, 2 de Novembro de 1924, p. 1, c. 1-2.
- ⁵⁴⁸ «Crise de trabalho», *Soberania do Povo*, n.º 4239, 8 de Novembro de 1924, p. 2, c. 4.
- ⁵⁴⁹ «Fábrica da Vista-Alegre», *O Ilhavense*, n.º 593, 5 de Abril de 1925, p. 3, c. 2.
- ⁵⁵⁰ João Teodoro Ferreira Pinto Basto, *Livro do Centenário da Fábrica da Vista Alegre*, 1924, p. 101 e *O Ilhavense*, n.º 935, 23 de Outubro de 1932, p. 1-2.
- ⁵⁵¹ «Fábrica da Vista Alegre», *O Ilhavense*, n.º 725, 22 de Abril de 1928, p. 3, c. 4.
- ⁵⁵² «Na Vista Alegre», *O Ilhavense*, n.º 935, 23 de Outubro de 1932, p. 1-2.
- ⁵⁵³ [Anúncio], *O Ilhavense*, n.º 798, 10 de Novembro de 1929, p. 4.
- ⁵⁵⁴ «João Teodoro F. Pinto Basto», *O Ilhavense*, n.º 902, 15 de Dezembro de 1929, p. 1, c. 2.
- ⁵⁵⁵ João Teodoro Ferreira Pinto Basto, *Livro do Centenário da Fábrica da Vista Alegre*, 1924, p. 100.
- ⁵⁵⁶ Romero Vila, *A Fábrica do Costa das Devesas*, 1979.
- ⁵⁵⁷ Luís Ferreira Girão, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 67, 1913, p. 28-29. Sobre esta e outras fábricas de Gaia, *vide* Manuel Leão, *A Cerâmica em Vila Nova de Gaia*, 1999.
- ⁵⁵⁸ Entre outros, *vide* AMA, *Livro de balancetes de receita e despesa*, liv. 280, fls. 30, 41 e 49.
- ⁵⁵⁹ AMA, *Livro de balancetes de receita e despesa*, liv. 278, fls. 5 e 8, 21 de Dezembro de 1853.
- ⁵⁶⁰ Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 12-13.
- ⁵⁶¹ *Idem*, *op. cit.*, p. 122-123.
- ⁵⁶² *Idem*, *op. cit.*, p. 99, 123, 182, 271, 622.
- ⁵⁶³ *Idem*, *op. cit.*, p. 99.
- ⁵⁶⁴ AMA, *Carta ao Barão de Cadore acerca de uma exposição alusiva à Ria de Aveiro*, liv. 722, fls. inms.

- ⁵⁶⁵ Venâncio Dias de Figueiredo Vieira, «Memória sobre a vila de Eixo (1868-1869)», 1984, p. 43.
- ⁵⁶⁶ Pinho Leal, «Eixo», *Portugal antigo e moderno* [...], vol. 3, 1874, p. 12. J. A. Marques Gomes repete a informação, em *O Districto de Aveiro* [...], 1877, pp. 170-171.
- ⁵⁶⁷ Venâncio Dias de Figueiredo, *op. cit.*, p. 43. Marques Gomes, *A Vista Alegre* [...], 1924, p. 47.
- ⁵⁶⁸ *Ibidem.*
- ⁵⁶⁹ AMA, *Carta de 21 de Março de 1895*, liv. 720, fls. inums. *Itálicos* meus.
- ⁵⁷⁰ Manuel Ferreira Rodrigues, «A construção civil em Aveiro, 1860-1930. Notas para a sua compreensão histórica», 1998, p. 303-342 e *idem*, «A lenta emergência da Empresa e do Empresário na construção naval em Aveiro e Ílhavo, no início do século XX», 2001, p. 141-151.
- ⁵⁷¹ AMA, *Escrituração da Receita e Despesa Diária*, liv. 335, 23 de Dezembro de 1893, fl. 231.
- ⁵⁷² Cf. *Vitalidade*, n.º 128, 12 de Setembro de 1897, p. 3, c. 5.
- ⁵⁷³ *Estudo sobre o estado actual da industria ceramica na 2.ª Circunscipção* [...], 1905, p. 9.
- ⁵⁷⁴ A. G. Ferreira Cabido, *Chorographia industrial do concelho de Aveiro* [...], 1911, p. 17.
- ⁵⁷⁵ *Idem, op. cit.*, p. 18.
- ⁵⁷⁶ *Ibidem.*
- ⁵⁷⁷ *Idem, op. cit.*, p. 11.
- ⁵⁷⁸ *Ibidem.*
- ⁵⁷⁹ «Albergaria-a-Velha», *A Liberdade*, n.º 172, 11 de Junho de 1914, p. 2, c. 1.
- ⁵⁸⁰ *Anuário Commercial de Portugal*, vol. II, 1916, p. 1886.
- ⁵⁸¹ «Declaração», *O Democrata*, n.º 714, 25 de Fevereiro de 1922, p. 2, c. 4.
- ⁵⁸² J. S. Paes Vilas-Boas, «A região de Aveiro e as olarias», 1946, p. 35.
- ⁵⁸³ Entre outros testemunhos, *vide Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 10, 1907, p. 5.
- ⁵⁸⁴ Sacuntala Miranda, *Portugal: o círculo vicioso da dependência (1890-1939)*, 1991, p. 31.
- ⁵⁸⁵ Eugénia Mata e Nuno Valério, *História Económica de Portugal. Uma perspectiva global*, 1994, p. 165.
- ⁵⁸⁶ Jaime Reis, *O atraso económico português, 1850-1930*, 1993, p. 157-180 e Pedro Lains, *A economia portuguesa no século XIX*, 1995, p. 61-62.
- ⁵⁸⁷ Sobre esta unidade cerâmica da Pampilhosa, *vide* J. Barroso da Cunha Montes, *A Cerâmica Progresso da Pampilhosa. Achegas para o seu estudo*, 1992.
- ⁵⁸⁸ *Ibidem.*
- ⁵⁸⁹ ADAVR, Oliveira do Bairro, not. Pinto, liv. 164-14, 18 de Julho de 1904, fls. 15-18 v. Sobre esta empresa, *vide* Ana Paula Assunção, *Oliveira Rocha no coração da Bairrada* [...], 2004.
- ⁵⁹⁰ «Mais telha», *Campeão das Províncias*, n.º 5291, 4 de Novembro de 1903, p. 2, c. 6.
- ⁵⁹¹ Ana Sousa Dias, «O partir da loiça», *Público Magazine*, n.º 306, 21 de Janeiro de 1996, p. 29.
- ⁵⁹² AMA, *Actas da Câmara Municipal de Aveiro*, liv. 28, sessão de 23 de Novembro de 1909, fl. 75-77 e 172.
- ⁵⁹³ «Obras», *Campeão das Províncias*, n.º 4741, 15 de Janeiro de 1898, p. 4, c. 1.
- ⁵⁹⁴ «Construções», *Campeão das Províncias*, n.º 5292, 7 de Novembro de 1903, p. 2, c. 2-3. *Itálico* meu.

- ⁵⁹⁵ «Falta de operários», *Campeão das Províncias*, n.º 5386, 8 de Outubro de 1904, p. 2, c. 3. Veja, também, o n.º 5352, de 11 de Junho de 1904, p. 2, c. 3.
- ⁵⁹⁶ «Telha de Ovar», *Região Liberal*, n.º 1, 16 de Setembro de 1909, p. 4 e «Fábrica de Telha de Ovar», *Região Liberal*, n.º 23, 17 de Fevereiro de 1910, p. 4
- ⁵⁹⁷ Cf. António Maria A. Santos, «Arquitectura de tijolo e indústria. Introdução do tijolo sílico-calcário em Portugal (1903-1913)», 1998, p. 103.
- ⁵⁹⁸ A. G. Ferreira Cabido, *Chorographia industrial do concelho de Aveiro* [...], 1911, p. 19.
- ⁵⁹⁹ José Soares, *Higiene de Aveiro* [...], 1904, p. 64.
- ⁶⁰⁰ «Uma empresa», *Progresso da Murtosa*, n.º 49, p. 2, c. 4.
- ⁶⁰¹ ADAVR, Águeda, not. Rachão, liv. 1555-280 A, 4 de Janeiro de 1932, fls. 11 v.-14 v.
- ⁶⁰² *Estudo sobre o estado actual da industria ceramica na 2.ª Circunscrição* [...], 1905, p. 51-52.
- ⁶⁰³ «Adobos de cal», *Jornal de Albergaria*, n.º 171, 22 de Agosto de 1914, p. 4, c. 5.
- ⁶⁰⁴ A. G. Ferreira Cabido, *Chorographia industrial do concelho de Aveiro* [...], 1911, p. 19.
- ⁶⁰⁵ Armor Pires Mota, *Oliveira do Bairro. Chão de memórias, usos e costumes*, 1996, p. 13.
- ⁶⁰⁶ Manuel Ferreira Rodrigues e Manuel Barreira, «Toponímia do concelho de Aveiro [...]», 1994.
- ⁶⁰⁷ A. G. Ferreira Cabido, *Chorographia industrial do concelho de Aveiro* [...], 1911, p. 19.
- ⁶⁰⁸ Manuel Ferreira Rodrigues, «A construção civil em Aveiro, 1860-1930 [...], p. 315-316.
- ⁶⁰⁹ *Catalogo da Fabrica de Ceramica e Fundação das Devezas. António de Almeida da Costa & C.ª*, 1910.
- ⁶¹⁰ Cf. *Anuário Comercial de Portugal*, vol. II, 900-1931.
- ⁶¹¹ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1382-42, 13 de Julho de 1908, fls. 25 v.-27.
- ⁶¹² *Vitalidade*, n.º 6 de Março de 1909, p. 3, c. 2.
- ⁶¹³ *Correio de Vagos*, n.º 5, 26 de Setembro de 1907, p. 3, c. 5.
- ⁶¹⁴ *Campeão das Províncias*, n.º 5861, 29 de Maio de 1909, p. 3.
- ⁶¹⁵ «Naufrágio», *O Democrata*, n.º 317, 11 de Abril de 1914, p. 2, c. 1.
- ⁶¹⁶ J. Rodrigues Pinto Brandão, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 20, 1908, p. 51.
- ⁶¹⁷ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1099-26, 1 de Março de 1907, fls. 52 v.-61. Sobre este compromisso, *vide* Manuel Ferreira Rodrigues, «A indústria cerâmica em Aveiro [...]», 1990, p. 26-27.
- ⁶¹⁸ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1382-42, 13 de Julho de 1908, fls. 25 v.-27.
- ⁶¹⁹ «Fabrica Ceramica», *A Pátria*, n.º 375, 1 de Julho de 1915, p. 3, c. 3 e «Dissolução», *A Discussão*, n.º 1028, 4 de Junho de 1915, p. 3, c. 1.
- ⁶²⁰ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1458-118, 9 de Agosto de 1921, fls. 87 v.-88.
- ⁶²¹ «Fabrica de Telha d'Ovar», *A Liberdade*, n.º 2, 25 de Maio de 1911, p. 2, c. 4.
- ⁶²² «Fabrica de Telha», *Almanach de Ovar*, 1911, p. 57.
- ⁶²³ ADAVR, Vagos, not. Victor, liv. 437-87, 8 de Novembro de 1913, fls. 2-6.
- ⁶²⁴ ADAVR, Vagos, not. Victor, liv. 442-92, 30 de Outubro de 1914, fls. 46-50
- ⁶²⁵ *Ibidem*.
- ⁶²⁶ «Fabrica de telha», *Soberania do Povo*, n.º 3583, 2 de Maio de 1914, p. 3, c. 5.
- ⁶²⁷ «Fabrica de ceramica», *Soberania do Povo*, n.º 3620, 9 de Setembro de 1914, p. 3, c. 3.
- ⁶²⁸ ADAVR, Águeda, not. Camelo, liv. 406-62, 24 de Setembro de 1914, fls. 3 v.-6.

- ⁶²⁹ «Fabrica de Ceramica de Santo António», *Soberania do Povo*, n.º 3778, 1 de Abril de 1916, p. 3, c. 4.
- ⁶³⁰ «Fabrica de Ceramica», *Soberania do Povo*, n.º 3813, 5 de Agosto de 1916, p. 3, c. 3.
- ⁶³¹ «Nova fabrica», *Campeão das Províncias*, n.º 6494, 12 de Agosto de 1916, p. 2, c. 3.
- ⁶³² «Águeda industrial. Empresa Ceramica», *Independência de Águeda*, n.º 710, 2 de Setembro de 1916, p. 2, c. 3-4.
- ⁶³³ *Ibidem*.
- ⁶³⁴ ADAVR, Águeda, not. Silva, liv. 687-130, 1 de Março de 1917, fls. 2-4 v.
- ⁶³⁵ «Fabrica de Ceramica d'Águeda», *Soberania do Povo*, n.º 3890, 19 de Maio de 1917, p. 3, c. 2.
- ⁶³⁶ «Fabrica de Ceramica Aguedense», *Soberania do Povo*, n.º 3895, 6 de Junho de 1917, p. 3.
- ⁶³⁷ ADAVR, Águeda, not. Rachão, liv. 1125-81, 7 de Maio de 1918, fls. 35-37.
- ⁶³⁸ «Fabrica de telha», *A Voz do Povo*, n.º 12, 11 de Maio de 1918, p. 3, c. 3.
- ⁶³⁹ «Fabrica de Ceramica», *Soberania do Povo*, n.º 3990, 15 de Maio de 1918, p. 3, c. 3.
- ⁶⁴⁰ ADAVR, Águeda, not. Costa, liv. 1015-123, 15 de Junho de 1918, fls. 1-6 v.
- ⁶⁴¹ «Fabrica de Ceramica», *Soberania do Povo*, n.º 4008, 13 de Julho de 1918, p. 3.
- ⁶⁴² «Fabrica de Ceramica», *Reacção*, n.º 1, 4 de Janeiro de 1920, p. 1, c. 4.
- ⁶⁴³ «Serração», *Voz de Águeda*, n.º 87, 30 de Setembro de 1924, p. 3, c. 4.
- ⁶⁴⁴ «Fabrica de Ceramica», *Águeda*, n.º 147, 31 de Outubro de 1931, p. 3, c. 1. Entretanto, a fábrica esteve parada, só reiniciando a sua actividade, no ano seguinte, com a constituição de outra sociedade, entre M. Seabra da Cruz e José Ribeiro Guerra («Fábrica de Cerâmica de Guerra & Cruz», *Soberania do Povo*, n.º 4684, 9 de Janeiro de 1932, p. 3, c. 1).
- ⁶⁴⁵ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Mourisca, liv. 250-59, 27 de Julho de 1920, fls. 47-47 v.
- ⁶⁴⁶ «Fabrica de mozaico», *Jornal de Albergaria*, n.º 582, 2 de Junho de 1923, p. 2, c. 5.
- ⁶⁴⁷ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Mourisca, liv. 254-63, 1 de Janeiro de 1921, fls. 30 v.-34.
- ⁶⁴⁸ «Fabrica de ceramica», *Jornal de Albergaria*, n.º 510, 12 de Novembro de 1921, p. 2, c. 2.
- ⁶⁴⁹ *Ibidem*.
- ⁶⁵⁰ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Miranda, liv. 672-103, 31 de Dezembro de 1915, fls. 43 v.-46 v.
- ⁶⁵¹ ADAVR, Estarreja, not. Corte-Real, liv. 1459-110, 27 de Dezembro de 1920, fls. 10-12.
- ⁶⁵² ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Miranda, liv. 720-151, 13 de Julho de 1923, fls. 31-33 v.
- ⁶⁵³ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Miranda, liv. 724-155, 5 de Janeiro de 1924, fls. 43-44 v.
- ⁶⁵⁴ Manuel Ferreira Rodrigues, *A Jerónimo Pereira Campos [...]*.
- ⁶⁵⁵ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 25, 15 de Janeiro de 1907, fls. 40 v.-42 v.
- ⁶⁵⁶ «Comissão Municipal», *O Democrata*, n.º 145, 25 de Novembro de 1911, p. 1, c. 4.

⁶⁵⁷ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1118-45, 11 de Novembro de 1911, fls. 17 v.-21 v.

⁶⁵⁸ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 829-190, 15 de Abril de 1912, fls. 46 v.47 v.

⁶⁵⁹ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1125-52, 25 de Janeiro de 1913, fls. 5 v.-7 v.

⁶⁶⁰ «Uma nova fabrica de telha em Aveiro», *A Liberdade*, n.º 102, 30 de Janeiro de 1913, p. 3, c. 1-2.

⁶⁶¹ «Declaração», *O Democrata*, n.º 314, 20 de Março de 1913, p. 3, c. 3.

⁶⁶² «Sport náutico em Aveiro», *O Democrata*, n.º 287, 5 de Setembro de 1913, p. 2, c. 2-3.

O estaleiro situava-se numa das secções da fábrica de cerâmica que fundara com seu pai, conforme se pode ver nas fotografias ainda existentes.

⁶⁶³ «O barco destes nossos amigos tem a lotação de 12 lugares, podendo, contudo, comportar mais passageiros sem grande custo. O motor deverá imprimir-lhe uma velocidade de 8 a 9 milhas à hora, o que é uma óptima velocidade para um *knock-boat* («Cacia, 27», *O Democrata*, n.º 268, 29.08.1913, p. 4, c. 1 e «Sport náutico em Aveiro», *idem*, n.º 287, 5 de Setembro de 1913, p. 2, c. 2-3). Dias depois, efectuou-se um passeio, de Cacia a Águeda, que durou 2 h 50 m («Cacia, 10», *O Democrata*, n.º 293, 17 de Outubro de 1913, p. 3, c. 6).

⁶⁶⁴ «Cerâmica Aveirense», *O Democrata*, n.º 328, 26 de Junho de 1914, p. 3, c. 5-6.

⁶⁶⁵ «A Fábrica de Lixa Luzostela», *ABC*, ano X, n.º 519, 26 de Junho de 1930, p. 25.

⁶⁶⁶ Cf. Charles Lepierre, *Estudo chimico e tecnologico sobre a ceramica portugueza moderna* [...], 1899, p. 19.

⁶⁶⁷ «Fabrica de Ceramica de Aveiro», *Jornal de Noticias*, 19 de Agosto de 1917, p. 2.

⁶⁶⁸ «Fábrica da Fonte Nova», *Correio de Aveiro*, n.º 328, 18 de Agosto de 1917, p. 2, c. 3.

⁶⁶⁹ «Fábrica de Cerâmica», *Correio de Aveiro*, n.º 329, 1 de Setembro de 1917, p. 2, c. 3-4.

⁶⁷⁰ ADAVR, Governo Civil, *Passaportes*, 1915, fls. 15 e 21.

⁶⁷¹ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1677-12, fls. 39-44.

⁶⁷² *O Democrata*, n.º 652, 4 de Dezembro de 1920, p. 2, c. 1.

⁶⁷³ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 536-112, 11 de Fevereiro de 1922, fls. 16 v.-18 v.

⁶⁷⁴ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 446-24, 27 de Março de 1923, fls. 14 v.-27.

⁶⁷⁵ [José G. Gamelas], «A Cerâmica Portuguesa tem um lugar de destaque na Exposição Internacional do Rio de Janeiro», *O Democrata*, n.º 719, 1 de Abril de 1922, p. 1, c. 4-5.

⁶⁷⁶ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1688-23, 1921-03.12, fls. 78-84.

⁶⁷⁷ Manuel Ferreira Rodrigues, *Serviços Municipalizados de Aveiro* [...], 1999, p. 96.

⁶⁷⁸ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 522-98, fls. 1-6 .

⁶⁷⁹ Cf. Manuel Ferreira Rodrigues, «Os industriais de cerâmica: Aveiro, 1882-1923», 1996, p. 662-665.

⁶⁸⁰ «Partido Evolucionista», *Distrito de Aveiro*, n.º 4, 2 de Abril de 1916, p. 1, c. 4.

⁶⁸¹ «Carlos Gomes Teixeira», *Distrito de Aveiro*, n.º 103, 3 de Março de 1918, p. 1, c. 6.

⁶⁸² ACV, *Livro de Actas da Assembleia Geral* [...], Actas n.º 1, 11 de Novembro de 1923, fl. 1-1 v.

⁶⁸³ *Idem, op. cit.*, acta n.º 2, 31 de Março de 1922, fls. 1 v.-2.

⁶⁸⁴ *Idem, op. cit.*, Acta n.º 3, 22 de Março de 1923, fls. 2 v.

⁶⁸⁵ *Idem, op. cit.*, Acta n.º 4, 14 de Abril de 1923, fls. 3 v.

- ⁶⁸⁶ «Indústrias de Aveiro», *O Debate*, n.º 100, 28 de Março de 1924, p. 3, c. 1-3.
- ⁶⁸⁷ Entre as cissões de quotas desse ano, contam-se as de Albino Pinto de Miranda e de Manuel Barreiros de Macedo, dois dos directores da Companhia Aveirense de Moagens (ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1709-44, 31 de Março de 1924, fls. 29 v.-30 v. e *idem*, liv. 1710-45, 17 de Maio de 1924, fls. 46 v.-47).
- ⁶⁸⁸ «Relação dos governadores civis [...]», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, 1936, p. 75-77.
- ⁶⁸⁹ João Grave e Coelho Neto (org.), «Lixa», *Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, t. 30, s. d., p. 709.
- ⁶⁹⁰ Manuel Ferreira Rodrigues, *Luzostela, 1904-1921. Primórdios da produção de abrasivos em Portugal* (para publicação).
- ⁶⁹¹ *Ibidem*.
- ⁶⁹² AMV, *Actas das Sessões* [...], liv. 16, Sessão de 15 de Março de 1909, fls. 80-81 v.
- ⁶⁹³ ADAVR, Vagos, not. Vítor, liv. 370-20, 16 de Dezembro de 1895, fls. 18 v.-19 v.
- ⁶⁹⁴ Cfr. *Almanak Burocrático de Braga para 1903*, 1902, p. 68 e 80.
- ⁶⁹⁵ Manuel Ferreira Rodrigues, *Luzostela, 1904-1921* [...].
- ⁶⁹⁶ Manuel Ferreira Rodrigues, «Abrasivos», 1999, p. 22-23.
- ⁶⁹⁷ «Fabrica de lixa», *Vitalidade*, n.º 530, 10 de Junho de 1905, p. 3, c. 2. *Itálico* meu.
- ⁶⁹⁸ A. G. Ferreira Cabido, *Chorographia Industrial dos concelhos da Mealhada e Vagos*, 1911, p. 22. *Itálico* meu.
- ⁶⁹⁹ *Ibidem*.
- ⁷⁰⁰ AACAA, *Actas da Direcção, 1898-1919*, liv. n.º 1, fl. 55 v.
- ⁷⁰¹ ADAVR, Vagos, not. Victor, liv. 405-55, 1 de Fevereiro de 1906, fls. 24 v.-28.
- ⁷⁰² Manuel Ferreira Rodrigues, *Luzostela, 1904-1921* [...].
- ⁷⁰³ *Ibidem*.
- ⁷⁰⁴ AMA, *Actas da Câmara Municipal de Aveiro*, liv. 28, sessão de 1906, fl. 59.
- ⁷⁰⁵ «Fabrica de lixa», *Vitalidade*, n.º 674, 14 de Março de 1908, p. 3, c. 2. *Itálico* meu.
- ⁷⁰⁶ «Aos Srs. mestres d'obras e artistas», *O Democrata*, n.º 23, 25 de Julho de 1908, p. 3, c. 5.
- ⁷⁰⁷ «Fabrica de lixa a vapor», *O Aveirense*, n.º 25, 3 de Agosto de 1908, p. 1, c. 3-4.
- ⁷⁰⁸ A. G. Ferreira Cabido, *Chorographia industrial dos concelhos da Mealhada e Vagos*, 1911, p. 21-22.
- ⁷⁰⁹ *Idem, op. cit.*, p. 24.
- ⁷¹⁰ *O Democrata*, n.º 277, 27 de Junho de 1913, p. 4, c. 5-6. *Itálico* meu.
- ⁷¹¹ «Fábrica de lixa», *O Democrata*, n.º 331, 17 de Julho de 1914, p. 3, c. 4.
- ⁷¹² ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1124-51, fls. 4-5 v.
- ⁷¹³ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1136-63, fls. 15 v.-19.
- ⁷¹⁴ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1137-64, fls. 3 v.-5 v.
- ⁷¹⁵ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1137-64, fls. 5 v.-8.
- ⁷¹⁶ *Ibidem*.
- ⁷¹⁷ ADAVR, Silva, liv. 1142-69, 2 de Março de 1916, fls. 1-2.

⁷¹⁸ ACRCV, Soza, *Óbitos*, 1921, fl. 33. Estranhamente, não há notícia da sua morte na imprensa aveirense.

⁷¹⁹ «António Maria Ferreira», *O Democrata*, n.º 838, 2 de Agosto de 1924, p. 2, c. 4.

⁷²⁰ «A Fabrica de Lixa. Entrevistando Carlos Teixeira», *O Debate*, n.º 7, 13 de Abril de 1922, p. 5, c. 1-2.

⁷²¹ Raul Cruz, *Industrialização em Meio Rural. O caso de Águeda*, 1987, p. 35.

⁷²² ADAVR, Oliveira do Bairro, not. Leitão, liv. 52-18, 27 de Agosto de 1871, fls. 22 v.-23; ADAVR, Aveiro, not. Nogueira, liv. 452-28, 24 de Fevereiro de 1872, fl. 23 v. e ADAVR, Oliveira do Bairro, not. Leitão, liv. 54-20, fls. 22 de Novembro de 1874, 54 v.-65.

⁷²³ Pinho Leal, «Eixo», *Portugal antigo e moderno*, vol. III, 1874, p. 12.

⁷²⁴ Venâncio Dias de Figueiredo Vieira, «Memória sobre a Vila de Eixo (1868-1869)», 1984, p. 43-44.

⁷²⁵ [Anúncio], *Soberania do Povo*, n.º 2565, 1 de Maio de 1904, p. 3.

⁷²⁶ «Officina de caldeireiro», *O Nauta*, n.º 30, 13 de Abril de 1905, p. 4.

⁷²⁷ *Catalogo-Almanach da Imprensa Aveirense. Edição para 1884*, 1883, p. 32.

⁷²⁸ «Officina de picheleiro», *Vitalidade*, n.º 6 de Abril de 1907, p. 3, c. 3.

⁷²⁹ «Funilaria Ovarense», *Almanach de Ovar*, 1911, p. 121.

⁷³⁰ «A Social», *Progresso de Alquerubim*, n.º 36, 29 de Junho de 1912, p. 4.

⁷³¹ «Oficina de funileiro», *Povo de Águeda*, n.º 51, 1 de Fevereiro de 1913, p. 3.

⁷³² «Os funileiros», *Soberania do Povo*, n.º 3942, 15 de Setembro de 1917, p. 3, c. 2.

⁷³³ Frederico Abragão, «O Serviço de Obras Metálicas», *Boletim da CP*, n.º 74, Agosto de 1935, p. 153.

⁷³⁴ *Ibidem* e Antonino E. de Mendonça, *Boletim da CP*, n.º 161, Novembro de 1942, p. 210.

⁷³⁵ Francisco Dias Ladeira, *A vida de Águeda* [...], vol. I, s. d., p. 85.

⁷³⁶ Deniz Ramos, *Subsídios para a história da indústria em Águeda*.

⁷³⁷ *Resumo. Inquerito Industrial de 1881*, Lisboa, 1883, p. XIV.

⁷³⁸ AMOP, DGCAM RM, 2S, «Instrucção dos operarios do districto de Aveiro, 1853», 1-4.

⁷³⁹ Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 94 e 99.

⁷⁴⁰ *Inquerito Industrial de 1890*, vol. III, 1892, *passim*.

⁷⁴¹ «Noras de ferro», *Jornal de Albergaria*, n.º 815, 9 de Julho de 1928, p. 4, c. 5.

⁷⁴² *Catalogo-Almanach da Imprensa Aveirense. Edição para 1884*, 1883, p. 32.

⁷⁴³ J. Rodrigues Pinto Brandão, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 20, 1908, p. 51. Esta publicação não apresenta informações sobre os concelhos de Águeda e Vagos.

⁷⁴⁴ Aníbal Ferreira Cabido, *Chorographia Industrial do Concelho de Aveiro* [...], 191, p. 21.

⁷⁴⁵ *Idem, op. cit.*, p. 19.

⁷⁴⁶ *Ibidem*.

⁷⁴⁷ *Ibidem. Itálico meu*.

⁷⁴⁸ «Charruas de ferro», *Soberania do Povo*, n.º 3196, 13 de Julho de 1910, p. 4, c. 3.

⁷⁴⁹ [Anúncio], *Discussão*, n.º 495, 22 de Janeiro de 1905, p. 3.

⁷⁵⁰ Augusto Ruela, *A Chicoria para café* [...], 1915, p. 23.

⁷⁵¹ «Necrologia», *O Democrata*, n.º 349, 18 de Dezembro de 1914, p. 3, c. 1 e «Rectificação de firma», *O Progresso*, n.º 142, 15 de Novembro de 1915, p. 2, c. 2.

⁷⁵² «Officina de Serralheria», *O Concelho de Estarreja*, n.º 537, 29 de Janeiro de 1912, p. 3, c. 4.

⁷⁵³ «Motores», *Concelho de Albergaria*, n.º 1, 28 de Outubro de 1911, p. 4.

⁷⁵⁴ «Ferreiro», *O Democrata*, n.º 636, 14 de Agosto de 1920, p. 2, c. 5.

⁷⁵⁵ «Os nossos artistas», *O Concelho de Estarreja*, n.º 660, 6 de Junho de 1914, p. 3, c. 3 e «Artistas pardilhoenses», *O Concelho de Estarreja*, n.º 795, 20 de Janeiro de 1917, p. 2, c. 2-3.

⁷⁵⁶ «Pintura moderna», *O Democrata*, n.º 1073, 4 de Maio de 1929, p. 3, c. 1.

⁷⁵⁷ «Venda de ferro e machinas», *Soberania do Povo*, n.º 4034, 12 de Outubro de 1918, p. 2, c. 5.

⁷⁵⁸ «Serralheria a vapor», *Soberania do Povo*, n.º 4136, 22 de Janeiro de 1921, p. 2, c. 4.

⁷⁵⁹ «Serralheria a vapor», *Soberania do Povo*, n.º 4267, 25 de Agosto de 1923, p. 4.

⁷⁶⁰ «Serralharia de Manuel Tavares Corga?», *Voz de Águeda*, n.º 187, 17 de Setembro de 1926.

⁷⁶¹ [Anúncio], *Gazeta de Albergaria*, n.º 178, 1 de Março de 1930, p. 4.

⁷⁶² [Anúncio], *Independência de Águeda*, n.º 51, 6 de Junho de 1931, p. 4 e *idem*, n.º 171, 11 de Novembro de 1933, p. 4.

⁷⁶³ «Serralharia mecanica», *Jornal de Albergaria*, n.º 155, 2 de Maio de 1914 [Prospecto solto].

⁷⁶⁴ «Nova serralheria de Albano Gomes d'Oliveira», *Soberania do Povo*, n.º 4363, 18 de Julho de 1925, p. 3 e «Serralheria a vapor», *Soberania do Povo*, n.º 4477, 15 de Outubro de 1927, p. 3, c. 5.

⁷⁶⁵ [Anúncio], *Voz de Albergaria*, n.º 64, 29 de Setembro de 1923, p. 3, c. 4-5.

⁷⁶⁶ «Fábrica Rosendos», *O Concelho de Estarreja*, n.º 1176, 1 de Novembro de 1924, p. 3, c. 2.

⁷⁶⁷ «Serralheria mecanica», *Voz de Águeda*, n.º 213, 2 de Abril de 1927, p. 3, c. 2.

⁷⁶⁸ «Tararas», *Jornal de Albergaria*, n.º 823, 4 de Agosto de 1928, p. 4, c. 5 e «Fogões de cosinha», *Jornal de Albergaria*, n.º 875, 5 de Outubro de 1929, p. 4.

⁷⁶⁹ «Nova serralheria», *Independência de Águeda*, n.º 51, 6 de Junho de 1931, p. 4, c. 4.

⁷⁷⁰ «Falência», *Voz de Águeda*, n.º 154, 22 de Janeiro de 1926, p. 3, c. 1.

⁷⁷¹ A. G. Ferreira Cabido, *Chorografia Industrial do Concelho de Aveiro*, 1911, p. 22; [Anúncio], *O Debate*, n.º 135, 5 de Fevereiro de 1925, p. 3. Sobre Domingos L. Valente de Almeida, cf. «Necrologia», *O Democrata*, n.º 723, 29 de Abril de 1922, p. 2, c. 1.

⁷⁷² *A Época*, n.º 25, 23 de Julho de 1885, p. 4. *Itálicos* meus.

⁷⁷³ «Trespasse comercial», *O Aveirense*, n.º 20, 29 de Março de 1908, p. 1, c. 3.

⁷⁷⁴ «Circulares», *O Democrata*, n.º 8, 11 de Abril de 1908, p. 3, c. 2. *Itálicos* meus.

⁷⁷⁵ [Anúncio], *O Debate*, n.º 135, 5 de Fevereiro de 1925, p. 3.

⁷⁷⁶ «Joaquim Valente de Almeida, o sementeiro da indústria de ferragens», *Independência de Águeda*, n.º 1576, 7 de Abril de 1962, p. 2, c. 5.

⁷⁷⁷ «Águeda industrial», *Independência de Águeda*, n.º 918, 18 de Dezembro de 1920, p. 1, c. 5. *Itálico* meu.

- ⁷⁷⁸ Cf. Pedro Lains, *Os progressos do atraso. Uma nova História Económica de Portugal*, 2003, p. 108.
- ⁷⁷⁹ Manuel Ferreira Rodrigues, «A indústria de ferragens de Águeda: contributo para o seu estudo histórico», 2004, p. 391-410.
- ⁷⁸⁰ ADAVR, Águeda, not. Camelo, liv. n.º 358-14, 6 de Outubro de 1890, fls. 18 v.-19.
- ⁷⁸¹ *Ibidem*.
- ⁷⁸² «Joaquim Valente de Almeida, o semeador da indústria de ferragens», *Independência de Águeda*, n.º 1576, 7 de Abril de 1962, p. 1, c. 3-5.
- ⁷⁸³ *Ibidem*.
- ⁷⁸⁴ *Ibidem*.
- ⁷⁸⁵ «Águeda industrial. Setenta operários. Podiam ser duzentos nas oficinas de ferragens», *Independência de Águeda*, n.º 918, 18 de Dezembro de 1920, p. 1, fls. 4-5.
- ⁷⁸⁶ Deniz Ramos, «Almeida, Joaquim Valente de», *Brevíssimo Dicionário da História de Águeda*.
- ⁷⁸⁷ ADAVR, Águeda, not. Pinho, liv. 508-138, fls. 17.
- ⁷⁸⁸ ACP, not. Restier Júnior, liv. 372, 11 de Junho de 1915, fls. 11-13. Esta escritura é transcrita pela *Soberania do Povo*, de 21 de Julho desse ano (n.º 3707, p. 3, c. 3-5).
- ⁷⁸⁹ «Águeda no futuro», *Independência de Águeda*, n.º 705, 29 de Julho de 1916, p. 1, c. 4-6.
- ⁷⁹⁰ «Águeda industrial», *Independência de Águeda*, n.º 918, 18 de Dezembro de 1920, p. 1, c. 5.
- ⁷⁹¹ *Ibidem*.
- ⁷⁹² *Ibidem*.
- ⁷⁹³ «Águeda industrial», *Independência de Águeda*, n.º 918, 18 de Dezembro de 1920, p. 1, c. 5. *Itálico* meu.
- ⁷⁹⁴ «Soldadura autogéneo», *Voz de Águeda*, n.º 109, 28 de Fevereiro de 1925, p. 3, c. 2.
- ⁷⁹⁵ ADAVR, Águeda, not. Pinho, liv. 508-138, fls. 16 v.-18.
- ⁷⁹⁶ «Vende-se ou passa-se», *Voz de Águeda*, n.º 68, 27 de Outubro de 1923, p. 3, c. 2. *Itálicos* meus.
- ⁷⁹⁷ ADAVR, Águeda, not. Silva, liv. n.º 1184-140, 20 de Fevereiro de 1924, fls. 1-1 v., 16 de Julho de 1923.
- ⁷⁹⁸ ADAVR, Águeda, not. Rachão, liv. n.º 1257-213, 30 de Dezembro de 1927, fls. 29 v.-31 v.
- ⁷⁹⁹ *Ibidem*.
- ⁸⁰⁰ José da Silva Cruz, *Memórias*, 1986, p. 10.
- ⁸⁰¹ ADAVR, Águeda, not. Miranda, liv. 705-136, 23 de Julho de 1921, fls. 19-20.
- ⁸⁰² ADAVR, Águeda, not. Miranda, liv. 719-150, 25 de Abril de 1923, fls. 54 v.-56.
- ⁸⁰³ «Fabrica de fundição», *Jornal de Albergaria*, n.º 489, 21 de Maio de 1921, p. 2, c. 2.
- ⁸⁰⁴ «Fabrica de fundição», *Jornal de Albergaria*, n.º 490, 28 de Maio de 1921, p. 1, c. 3-4.
- ⁸⁰⁵ «Fundição Lisbonense», *Jornal de Albergaria*, n.º 498, 20 de Julho de 1921, p. 1, c. 4 e *idem*, n.º 490, 6 de Agosto de 1921, p. 2, c. 5.

- ⁸⁰⁶ «Fundição Lisbonense», *Jornal de Albergaria*, n.º 504, 17 de Setembro de 1921, p. 2, c. 3.
- ⁸⁰⁷ «Fundição Albergariense», *Jornal de Albergaria*, n.º 509, 5 de Novembro de 1921, p. 2, c. 1.
- ⁸⁰⁸ *Ibidem.*
- ⁸⁰⁹ *Ibidem.*
- ⁸¹⁰ «Augusto Martins Pereira», *Jornal de Albergaria*, n.º 543, 15 de Julho de 1922, p. 2, c. 2.
- ⁸¹¹ Correia de Azevedo *et al*, *História da Indústria em Portugal*, 1960, p. [2] e José António Piedade Laranjeira, «O fundador da ALBA», *Fundição*, n.º 206, p. 28.
- ⁸¹² Correia de Azevedo *et al*, *História da Indústria* [...], 1960, p. [3].
- ⁸¹³ José António Piedade Laranjeira, «O fundador da ALBA», *Fundição*, n.º 206, p. 28.
- ⁸¹⁴ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Mourisca, liv. 289-98, 17 de Fevereiro de 1923, fls. 33-37.
- ⁸¹⁵ «Fundição Albergariense», *Jornal de Albergaria*, n.º 570, 24 de Fevereiro de 1923, p. 3, c. 3-4.
- ⁸¹⁶ *Ibidem.*
- ⁸¹⁷ «Albergaria-a-Velha industrial», *Jornal de Albergaria*, n.º 714, 3 de Abril de 1926, p. 2, c. 2-4.
- ⁸¹⁸ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Miranda, liv. 751-182, 20 de Fevereiro de 1926, fls. 17 v.-19.
- ⁸¹⁹ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Miranda, liv. 747-178, 19 de Novembro de 1925, fls. 46 v.-49 v.
- ⁸²⁰ *Ibidem.*
- ⁸²¹ Correia de Azevedo *et al*, *História da Indústria* [...], 1960, p. [5].
- ⁸²² «Fundição Albergariense», *Jornal de Albergaria*, n.º 764, 7 de Maio de 1927, p. 2, c. 1.
- Itálicos meus.*
- ⁸²³ «Fundição Albergariense», *Jornal de Albergaria*, n.º 843, 19 de Janeiro de 1929, p. 1-2.
- ⁸²⁴ «Fundição Albergariense», *Gazeta de Albergaria*, n.º 178, 1 de Março de 1930, p. 3, c. 1.
1. *Itálico meu.*
- ⁸²⁵ Em 10 de Dezembro de 1931, adquiriu nove quotas, num total de 55 000\$00, por apenas 15% do seu valor (ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Miranda, liv. 943-284, fls. 6 v.-9).
- ⁸²⁶ J. A. Piedade Laranjeira, «O fundador da ALBA», *Fundição*, n.º 206, p. 29.
- ⁸²⁷ «Luz eléctrica», *O Democrata*, n.º 661, 19 de Março de 1921, p. 1, c. 3.
- ⁸²⁸ *Ibidem.* Não há referência a qualquer contrato nas actas da Câmara Municipal de Aveiro.
- ⁸²⁹ *Ibidem.*
- ⁸³⁰ «Aveiro em progresso», *O Democrata*, n.º 666, 19 de Março de 1921, p. 1, c. 3-4. *Itálico meu.*
- ⁸³¹ «Aveiro em progresso», *O Democrata*, n.º 667, 26 de Março de 1921, p. 1, c. 3-5.
- ⁸³² ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 529-105, 26 de Abril de 1921, fls. 29 v.-32 v.
- ⁸³³ O primeiro anúncio foi publicado no *Campeão das Províncias*, n.º 6749, 2 de Julho de 1921, p. 3, c. 6.

- ⁸³⁴ Cf. *O Democrata*, n.º 716, 11 de Março de 1922, p. 2.
- ⁸³⁵ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1695-30, 24 de Maio de 1922, fls. 97-97 v.
- ⁸³⁶ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1696-31, 19 de Junho de 1922, fls. 44-45 e «Industrias de Aveiro», *O Debate*, n.º 133, 18 de Dezembro de 1924, p. 2, c. 3.
- ⁸³⁷ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1696-31, 13 de Julho de 1922, fls. 92-94. A escritura é publicada também em *O Debate*, n.º 23, 17 de Agosto de 1922, p. 4.
- ⁸³⁸ «Manoel Prat», *O Aveirense*, n.º 85, 27 de Junho de 1909, p. 1, c. 4.
- ⁸³⁹ «Os fundadores de “O Democrata”, *O Democrata*, n.º 1 360, 23 de Fevereiro de 1935, p. 1.
- ⁸⁴⁰ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 892-291, fls. 35 v.-40.
- ⁸⁴¹ Outras sociedades em que esteve envolvido Manes Nogueira: 23 de Fevereiro de 1900: Coelho, Rocha, Manes & Companhia (ADAVR, Aveiro, not. Peixinho, liv. 1229-2, fls. 1-5); 18 de Maio de 1901: Manes, Prat & Gamelas (*idem*, liv. 1235-8, fls. 40 v.-42); 10 de Junho de 1903: Carvalho, Vieira & Companhia (*idem*, liv. 1245-18, fls. 29-31 v.); 8 de Maio de 1916: Sociedade de Pescarias União, Limitada (*idem*, not. Silva, liv. 857-218, fls. 49-50 v. e liv. 858-219, fls. 1-3) e 18 de Agosto de 1921: Rocha, Prat & Companhia (ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 532-108, fls. 2-5 v.).
- ⁸⁴² [Anúncio], *O Debate*, n.º 135, 5 de Fevereiro de 1925, p. 3.
- ⁸⁴³ «Industrias de Aveiro», *O Debate*, n.º 133, 18 de Dezembro de 1924, p. 2, c. 4.
- ⁸⁴⁴ [Anúncio], *O Democrata*, n.º 826, 10 de Maio de 1924, p. 4. *Itálico* meu.
- ⁸⁴⁵ Cf. ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 880-241, 18 de Março de 1919, fls. 1-2 v.
- ⁸⁴⁶ «Fabrica do Canal de S. Roque», *O Debate*, n.º 131, 4 de Dezembro de 1924, p. 2, c. 4.
- ⁸⁴⁷ «Industrias de Aveiro», *O Debate*, n.º 133, 18 de Dezembro de 1924, p. 2, c. 4.
- ⁸⁴⁸ *Ibidem*. *Itálicos* meus.
- ⁸⁴⁹ «Draga “Aveiro”», *O Democrata*, n.º 871, 28 de Março de 1925, p. 3, c. 1.
- ⁸⁵⁰ *Ibidem*.
- ⁸⁵¹ «Morte de João Pereira Campos», *O Debate*, n.º , 14 de Julho de 1926, p. 1, c. 5.
- ⁸⁵² [Anúncio], *O Democrata*, n.º 1040, 1 de Setembro de 1928, p. 3, c. 6.
- ⁸⁵³ Correia de Azevedo *et al*, *História da Indústria* [...], 1960, p. [6].
- ⁸⁵⁴ ADAVR, Estarreja, not. Gomes, liv. 1246-188, 1 de Janeiro de 1923, fls. 45-47.
- ⁸⁵⁵ Joana Guimarães *et al*, «Adelino Dias Costa. A arte do ferro e o hábito da generosidade», 1996, p. 14.
- ⁸⁵⁶ ADAVR, Estarreja, not. Gomes, liv. 1251-193, 7 de Junho de 1923, fls. 18 v.-19 v.
- ⁸⁵⁷ ADICO, [em linha], s. d., [consult. em Abril de 2007]. Disponível em WWW: <<http://www.geocities.com/SoHo/Cafe/7398/industria.htm>>. Sobre a empresa, hoje, *vide* WWW: <<http://www.adico.pt/>>.
- ⁸⁵⁸ ADAVR, Estarreja, not. Sousa, liv. 2837-176, 8 de Setembro de 1930, fls. 1-1 v.

CAPÍTULO 5

AS EMPRESAS E OS EMPRESÁRIOS

«A Empresa é um dos protagonistas da economia e da sociedade modernas. Substituindo-se progressivamente às unidades de produção de tipo individual, familiar ou colectivo de natureza não empresarial, realiza o fundamental da função económica da organização social, adquire progressivamente capacidade de influenciar a organização dos mercados e mais latamente o próprio sistema social, político e cultural. De maior expressão inicial na indústria, a forma empresarial estendeu-se à agricultura, aos serviços e até a organizações de carácter não predominantemente económico, passando para todos esses sectores a ser sinónimo de modernização»¹.

Uma característica essencial de uma empresa é o seu tipo de produção – agrícola, industrial, comercial, etc. –, que determina um modo de funcionamento próprio. No entanto, qualquer que seja a natureza do produto, a empresa é igualmente caracterizada pelo seu estatuto jurídico, pois as diferentes espécies de sociedades repercutem-se também na forma como a empresa está organizada². Basicamente, são estes os aspectos que constam maioritariamente das fontes compulsadas, especialmente dos contratos de constituição das sociedades, embora com lacunas e imprecisões variadas, que adiante mostro com algum pormenor.

Por outro lado, além da dimensão económica – dado que visa a satisfação de necessidades dos empregadores, dos empregados e do mercado –, uma empresa é igualmente um espaço político, social, psicossocial e cultural, onde grupos de pessoas trabalham juntos, criam uma história e uma cultura próprias, engendram sentimentos de identidade, entretecem relações hierárquicas, conflitam, constroem consensos e inovam. Para a compreensão destes outros aspectos do conjunto heterogéneo das empresas criadas na sub-região da ria de Aveiro, no período histórico em apreço, as fontes consultadas são pobres. O seu estudo exigiria a realização de estudos monográficos, com recurso aos arquivos de empresa e de família, o que, evidentemente, nunca poderia ser feito no quadro deste estudo; mesmo assim, foi possível, num ou noutro caso, ter acesso a alguma informação pormenorizada sobre estas facetas.

Mais escassa ainda é a informação dos documentos sobre os empresários. Como mostrei nos três capítulos anteriores, além das informações geralmente constantes dos registos notariais – identificação, residência, capitais investidos e funções exercidas –, nem sempre foi possível obter elementos biográficos individuais que me permitissem traçar, ainda que em esboço, um retrato prosopográfico consistente, capaz, sobretudo, de responder às interrogações e perplexidades que as informações notariais reunidas suscitaram. Algumas vezes, a imprensa local forneceu esclarecimentos importantes, mas é evidente que, para lá dos sérios problemas de confiança que apresenta, «esqueceu» muitos empreendedores, ou deixou-nos da maioria deles uma imagem distante do mundo da empresa, onde se moviam. Mesmo assim, foi possível saber algo sobre os indivíduos desse grupo muito heterogéneo, nomeadamente no tocante à sua origem geográfica, negócios em que se envolveram e cargos dirigentes que assumiram.

1. A empresa como objecto de estudo científico

Por muito paradoxal que pareça, tanto a Empresa como o Empresário são objectos recentes das ciências sociais. Até há poucas décadas, a palavra *empresa*, de resto como outras conexas, como *organização* – porque a empresa é, antes de mais, uma organização –, não constava da maioria dos dicionários. Como sublinha Peter Drucker, «nem o *Concise Oxford*, o dicionário mais conceituado, incluía o termo [*organização*] com o seu significado concreto, na sua edição de 1950»³.

O direito, especialmente o direito comercial, teve de se confrontar com esta nova realidade, desde os primórdios da industrialização. A empresa viria a ocupar

rapidamente, como refere José Engrácia Antunes, «um lugar de destaque nas intervenções regulatórias do legislador comercial moderno», sendo «crescentemente erigida em pólo aglutinador do tratamento científico-dogmático da matéria mercantil»⁴.

Na economia, o reconhecimento da empresa foi mais moroso. Mesmo assim, como refere Mark Blaug, a teoria ortodoxa ou neoclássica da empresa produtora de um único bem, «usando apenas o *output* ou o preço como variáveis estratégicas num ambiente estático, mas altamente competitivo, está connosco há 150 anos (desde que Cournot mais ou menos a inventou, em 1838)»⁵. Contudo, essa visão considera a empresa exclusivamente como um agente do mercado, não sendo capaz de explicar as razões dos processos de integração horizontal ou vertical das empresas. Entre as restantes desvantagens, alguns autores sublinham o facto de essa teoria não ter em conta os diferentes aspectos organizativos da empresa, de supor que a utilização eficiente dos recursos constitui o seu único objectivo e de se alhear dos problemas resultantes da separação entre propriedade e gestão da empresa⁶.

Até aos anos 20, «a teoria neoclássica do produtor, com a sua ênfase na concorrência perfeita, reinou sem contestação. Tanto a empresa como o consumidor eram vistos como sendo apenas um dos muitos produtores, que, individualmente, devido ao tamanho insignificante, não podia afectar o preço de mercado»⁷. Entretanto, a complexidade crescente das empresas não passou despercebida a alguns estudiosos, nas primeiras décadas do Século XX. Em 1932, Adolf A. Berle (1895-1971) e Gardiner C. Means (1896-1988) publicaram *The Modern Corporation and Private Property* – «um dos mais influentes livros», na opinião de Peter F. Drucker – que reflectia sobre a «despersonalização da propriedade», enfatizando o facto de, «nas empresas mais importantes, os proprietários legais, os accionistas, não serem capazes ou não quererem administrá-las, permitindo que a gestão profissional tivesse o seu controlo, sem quaisquer efeitos sobre a propriedade»⁸. A propriedade tinha-se tornado um «investimento». Para Berle e Means, era evidente que «a ideia de que a grande empresa moderna não é uma forma de organização social como outra qualquer; trata-se da instituição mais poderosa do mundo moderno»⁹. Essa obra pioneira levou economistas e sociólogos «a questionarem a ideia de que o objectivo da actividade da empresa era a maximização dos lucros»¹⁰.

Uma primeira visão alternativa, mas não incompatível com a teoria ortodoxa, ficou a dever-se a Ronald H. Coase que, num artigo de 1937, considera a actividade económica como um conjunto de transacções que se podem organizar de forma diversa e, fundamentalmente, de duas formas distintas: através da empresa

ou por meio do mercado, negando, assim, a ideia de que os custos do mercado são nulos¹¹.

Por seu lado, em *Business cycle* (1939), Joseph A. Schumpeter atribui ao empresário um papel fundamental na sua teoria dos ciclos económicos. Em sua opinião, a inovação dos empresários dinâmicos (como a introdução de um novo bem, de um novo método produtivo, a conquista de novas matérias-primas, a alteração da estrutura dos mercados, etc.) permitia a superação de uma fase depressiva e início de uma outra fase de expansão¹².

Depois da II Guerra Mundial, a longa «controvérsia marginalista» prolonga-se até aos anos 60, «quando começaram a surgir mais alternativas teóricas à teoria neoclássica»¹³. Nas últimas décadas, a teoria da empresa tem sido influenciada pelo desenvolvimento de outros ramos da economia, nomeadamente devido à utilização de potentes técnicas matemáticas, sem esquecer a enorme influência das ciências do comportamento e das ciências da gestão. Um dos aspectos mais marcantes da mutação de perspectivas reside na verificação da mudança de relacionamento entre a empresa e o meio. A teoria tradicional da empresa considera que esta reage ao meio envolvente; hoje, mercê de um conjunto de transformações, é reconhecida a capacidade da empresa para influenciar e controlar o meio envolvente¹⁴.

O mundo académico preocupou-se, durante décadas, com temas de maior visibilidade, como mercado, classes sociais e burocracia, temas que «possuem indubitavelmente uma maior extensão do que a empresa»¹⁵. Todavia, as extraordinárias transformações políticas, económicas, sociais, técnicas e culturais ocorridas, especialmente desde 1973-1989, estão na origem do novo olhar dispensado à empresa pelas ciências sociais. O colapso do comunismo, o recuo do poder dos sindicatos, a liquidação da «classe operária», o «fim do trabalho» – de que o fenómeno do contínuo crescimento do desemprego e do trabalho precário é apenas uma faceta¹⁶ –, a terciarização, a feminização e a ecologização dessas sociedades, o fim do petróleo barato, a robotização e as comunicações móveis, o aparecimento de empresas orientadas para a produção em massa, a substituição do modelo burocrático e hierárquico de gestão pela rede, a valorização da informação e da comunicação em detrimento da energia e da matéria, a forte influência do *design* e do *marketing* na produção e nos consumos, o «regresso» da dominação financeira, constituem alguns dos fenómenos (e suas representações) evocados pelas diversas interpretações da «grande crise» de finais do século XX. Depois de um quarto de século de expansão acelerada, após um período de crescimento excepcional, entre cerca de 1950 e 1973, parece assistir-se ao desencadear de «uma nova depressão, segundo um esquema de ritmos longos»¹⁷.

Tanto os fenómenos referidos como o progressivo enfraquecimento das fronteiras nacionais e do papel regulador do Estado concederam às empresas e aos empresários uma inédita legitimidade social e uma evidente centralidade icónica. Nesta sociedade, a que Daniel Bell, em 1973, chamou de «pós-industrial», inverteu-se a relação estratégica entre o Estado e as empresas, como se alterou o relacionamento destas com a sociedade¹⁸. A família e a escola não saem incólumes destas mudanças e vêem os seus papéis tradicionais disputados pela empresa. Há até quem olhe a empresa como modelo da escola: «enquanto a escola transmite conhecimentos que depois são avaliados, a primeira, além de os transmitir e avaliar, também os realiza e actualiza, ou seja, transforma-os em actos e factos económicos»¹⁹.

Parecem ser estas as razões por que «a empresa é um objecto sociológico novo», como enfatiza Philippe Bernoux²⁰. Depois dos estudos sociológicos sobre o trabalho, inspirados inicialmente por Georges Friedman²¹, os sociólogos passaram a interessar-se pela sociologia das organizações e, ultimamente, pela sociologia da empresa, expressão usada pela primeira vez, em 1986, por Renaud Sainsaulieu e Denis Segrestin. Nesse estudo, estes autores estabelecem uma relação directa entre a ascensão da empresa como espaço de produção identitária e a debilidade crescente das referências sociais, nos países desenvolvidos²².

Também a psicologia se voltou para o funcionamento da empresa há pouco tempo. Partindo da metáfora *homo credens* sobre os actores organizacionais, Jorge Vala diz pretender sugerir «que os comportamentos, os actores e as estruturas organizacionais sejam deslocados da sua conceptualização como *entidades e objectos dados*, para a sua conceptualização como *processos*, mais especificamente, como *processos sociocognitivos e simbólicos*». Assim, conclui, «nesta perspectiva, o que está em causa, para quem queira entender as organizações, é a compreensão do funcionamento, origem e consequências das estruturas cognitivas dos actores organizacionais, bem como o entendimento das organizações como *ambientes pensantes*»²³.

Os estudos de história sobre empresas são mais precoces, embora as preocupações dos restantes cientistas sociais apenas tenham chegado à história nas últimas décadas. A história económica da empresa tem raízes no início do século XIX. Data de 1825 a primeira monografia histórica de uma empresa; foi publicada para comemorar o centenário da Siderurgia Lauchhammer, em Saxónia, coração industrial da Alemanha²⁴, mas é no início do século XX que a disciplina nasce, tributária de duas tradições culturais: primeiro da americana, em torno do conceito de *business history*, e a francesa, já depois da II Guerra Mundial, promovendo o diálogo com as restantes ciências sociais.

Em 1925, Wallace W. Doham (1877-1954) fundou a Business Historical Society, convicto de que os estudos de situações empresariais do passado podiam ser usados no ensino de técnicas de direcção das empresas. Como refere Pedro Fraile, «a missão de articular uma nova disciplina que mostrasse em perspectiva histórica os problemas da direcção empresarial recaiu em Norman S. B. Gras (1884-1956), pioneiro da *business history*», associando a imagem dos «estudos de caso» à história empresarial praticada na Escola Graduada de Comércio Harvard²⁵. Com Henrietta Larson, Gras publicou *Casebook in american business history*, em 1939. Em 1948, Joseph A. Schumpeter (1883-1950) e Artur H. Cole (1889-1974) fundaram o Centro de Investigações em História Empresarial, que se tornou o ponto de encontro de autores como David S. Landes, Peter Mathias e Rondo Cameron, entre outros. A partir dos anos 60, a disciplina começou a mudar de ênfase: a perspectiva da história das empresas cede espaço a uma outra, a das empresas na história²⁶. Nas palavras de Alfred D. Chandler Jr., a história económica da empresa «deixou de escrever história descritiva de casos específicos e começou a escrever história institucional comparada, com a capacidade de gerar conceitos e generalizações históricas»²⁷.

Como reconheceram alguns autores, nesta concepção «prevalece uma óptica interpretativa que conjuga desenvolvimento organizativo, crescimento tecnológico e dimensão dos mercados»²⁸. Com o tempo, a «mão visível», entendida como a quintessência da planificação estratégica da empresa, libertou-se dos seus traços morfogenéticos. Procura-se agora explicar «os fracassos desse paradigma avaliando o grau de interferência e de substituição que, a respeito da “mão invisível”, se manifestam noutras modalidades organizativas, como as famílias empresariais, as *holdings* privadas e públicas e, inclusive, noutras organizações que realizam a cooperação com os mercados, *in primis*, os bancos»²⁹.

Em França, as primeiras investigações de história de empresa nasceram do impulso do Jean Bouvier, Louis Bergeron, Maurice Levy-Leboyer, François Caron e Patrick Friedenson, que «puseram no centro da análise os modelos culturais da acção directiva e proprietária, cimentando uma fértil trajectória analítica prosopográfica», abrindo o caminho para a cooperação interdisciplinar e multidisciplinar com as outras ciências sociais, nomeadamente com a antropologia e com as novas correntes económicas das teorias da empresa³⁰. Desse modo, como sublinha Sapelli, «as empresas incorporam sempre mais facetas que os seus importantíssimos resultados económicos e que as suas frequentes mudanças organizacionais. As empresas são um património cumulativo de conhecimentos, de culturas, de valores profissionais, de valores morais. Esta acumulação é um processo histórico»³¹.

Noutros países europeus, a história das empresas tem procurado respostas para os problemas decorrentes das especificidades económicas nacionais do crescimento capitalista³², caminhando, como refere José Amado Mendes, no sentido da superação da tradicional expressão «história da empresa» para outras como a «história na empresa» ou a «história aplicada à empresa», dado que se assistiu a um alargamento das funções da disciplina: «ao nível das áreas de intervenção destacam-se, além do estudo da evolução histórica, a formação dos recursos humanos, o *marketing* e a publicidade, a concorrência, a auto-imagem e a imagem a transmitir para o exterior, a política de gestão, a tomada das decisões e a definição de estratégias»³³. É neste âmbito que se assiste ao aparecimento de um elevado e muito heterogéneo número de estudos no domínio da cultura empresarial, como «parte integrante de uma nova história da empresa»³⁴.

Dado que a empresa constitui uma organização em «perpétuo devir», ela é, hoje, objecto da chamada «história do presente», que procura decifrar alguns enigmas da vida das empresas: por que razão uma empresa durou determinado período de tempo? Porque sobreviveu ao seu fundador? Que escolhas, que estratégias lhe permitiram sobreviver? Como é que ela resolve os problemas de integração interna e os de adaptação externa?³⁵.

Assim, como referi num estudo com José Amado Mendes³⁶, a História Empresarial está a caminho de se tornar bifocal, isto é, mantendo-se um saber universitário, uma «ciência dos homens no tempo», na expressiva definição de Marc Bloch³⁷, elabora também os materiais para essa reflexão no quadro da cooperação pluridisciplinar e interdisciplinar no seio da empresa. Afasta-se, então, do rigor formal do saber académico, assumindo todos os riscos inerentes à condição de saber entre saberes postos ao serviço da empresa. É nesta acepção que se pode falar de história *na* empresa. É também esse o sentido que se infere das palavras de Félix Torres: por história de empresa «entende-se muitas vezes, uma história estreitamente monográfica, decalcada do modelo universitário, obedecendo às suas finalidades, em suma, uma nova província da disciplina histórica». E acrescenta: «este tipo de história é, bem entendido, necessário», mas «não é suficiente porque *não esgota a procura específica das empresas em matéria de introspecção*»³⁸.

2. Documentos, pequena empresa e escassa especialização

Analisando o tecido industrial do país, no tempo de Pombal, Jorge Borges de Macedo chamava a atenção para o erro, decorrente da adopção de uma pers-

pectiva claramente historicista, de apenas se valorizarem as grandes empresas, esquecendo-se amiúde a importância das inúmeras unidades de cariz artesanal, que caracterizavam, afinal, a paisagem da indústria portuguesa nesse tempo³⁹. Nessa linha de pensamento, também Inês Amorim, a propósito do fabrico de algodão em Aveiro, afirma: «A “história da indústria” não se resume aos inquéritos oficiais. Estas duas “fábricas” inserem-se em manchas artesanais preexistentes, escapando ao quantitativo, obrigando-nos a escalas de análise totalmente diferenciadas»⁴⁰.

Acrescentarei que, atendendo à compartimentação do mercado, essas advertências são igualmente válidas para a análise do tecido empresarial do espaço e período histórico considerados, especialmente antes da I Guerra Mundial. Até porque a maior dimensão de algumas unidades não é compreensível sem o conhecimento da actividade de um sem número de pequenas unidades oficinais que concorrem com aquelas, com base nos baixos preços. Essa foi a razão da inclusão de um significativo número de pequenas empresas de cariz artesanal. Por outro lado, entendo que abordar esta problemática recorrendo apenas aos registos notariais é incorrer num erro de natureza algo idêntica ao que Borges de Macedo denunciou.

Ainda que no conjunto a imagem do tecido empresarial desta sub-região se possa aproximar muito da realidade, dado o carácter lacunar das fontes notariais, a contagem e a sistematização da informação reunida não foram tarefas fáceis. Esse facto parece constituir um interessante indicador da natureza dessas empresas. Na verdade, muitas unidades, em número indeterminado, nunca foram registadas ou foram-no tardiamente. Isso aconteceu especialmente naquelas em que a organização possuía características acentuadamente «pré-capitalistas», ou nas que nasciam num quadro de propriedade familiar. Mesmo assim, especialmente no comércio, foram constituídas diversas sociedades com capitais significativos sem qualquer registo notarial.

Tanto as referências documentais à existência de sociedades criadas por *documento particular*, como os testemunhos da imprensa local, como anúncios, notícias breves sobre produtos, preços, acidentes, incêndios, trespasses, falências, etc., mostram que os negócios com registo notarial estão longe de espelhar a totalidade da paisagem empresarial do espaço geoeconómico estudado, especialmente no mundo da oficina. Eram muito frequentes as *escrituras particulares*, os *contratos particulares*, *sociedades irregulares* ou verbais, as *sociedades de palavra*, designações mais recorrentes nos documentos estudados.

O *Código Comercial* de 1833, no seu art.º 40.º, faz referência à «sociedade tácita», definindo-a como «aquela cuja existência se induz de actos próprios da sociedade, e que regularmente se não costumam fazer sem qualidade social»⁴¹. Entre

as presunções legais da «sociedade tácita» enumeradas no código, contam-se duas frequentemente referidas na imprensa regional: «O uso de marca comum nas fazendas ou volumes» e «o uso de um nome com a adição – *e companhia*». A expressão *sociedade tácita* é rara, não tendo sido encontrada alguma vez relacionada com actividades industriais. Surge apenas em 1921, a propósito da dissolução da sociedade que explorava o Colégio Ovarense⁴².

Muitas vezes, são as escrituras de dissolução de sociedade que dão conta da natureza dos contratos estabelecidos entre os sócios. Na liquidação de uma sociedade, instituída para o estabelecimento de uma fábrica de cerâmica, pode-se ler que os dois sócios «começaram em *sociedade simplesmente verbal* e sem convenção acerca do tempo da sua duração»⁴³. Numa outra refere-se, em 15 de Janeiro de 1907, que *a sociedade existia de facto* desde 15 de Março de 1895, como constava do balanço feito em 31 de Dezembro do ano imediatamente anterior, e que agora pretendiam «legalizar a continuação da mesma sociedade»⁴⁴. Nesse mesmo ano de 1921, é dissolvida uma sociedade cuja natureza o notário assinala assim: «[...] haviam constituído entre si uma *sociedade comercial irregular e em nome colectivo*, sob a firma [...]»⁴⁵. Ainda nesse mesmo ano de 1921, na escritura de dissolução de uma sociedade que explorara o comércio de matérias-primas para o fabrico de produtos de tanoaria, pode-se ler: «os segundo e terceiro outorgantes continuarão em sociedade, *embora irregularmente constituída*, para a exploração do mesmo ramo de comércio, sob a firma Sá & Vieira»⁴⁶. Isto é, após terem estado associados numa sociedade regular, dissolvem-na e permanecem numa situação «irregular». Dois anos depois, outro notário de Ovar dá-nos conta de diversa designação deste tipo de sociedade: «[...] por ambos os outorgantes foi dito que há quatro anos [...] a esta parte se constituíram em *sociedade comercial irregular ou por contrato verbal* de compra e revenda de vinhos [...]»⁴⁷. Sociedades dessa natureza continuariam nos anos seguintes.

Importa sublinhar também que, com alguma frequência, o registo da sociedade se verifica após a realização de investimentos vários e, por vezes, muitos anos após o início das actividades, embora nunca tenha encontrado uma afirmação que explicitasse as razões da legalização das diversas sociedades existentes de facto. Parece tratar-se de um procedimento tido como «natural» numa economia «informal». Esse procedimento chegava a ser adoptado mesmo na compra de bens de valor avultado. Fica este exemplo. Em 13 de Agosto de 1901, José Maria Bolais Mónica, «por *contrato verbal*», vendeu metade do lugre *Nazareth*, que construía no seu estaleiro, na Gafanha da Nazaré, pelo preço de 3500\$000 réis. Segundo o texto da escritura, «por virtude desse contrato verbal, e julgando dispensável qual-

quer título comprovativo desde aquela data, em inteira boa fé se consideraram possuidores e senhores em comum e em partes iguais do mencionado lugre e de seus respectivos pertences e aparelhos»⁴⁸.

A par destas situações, foi possível verificar que muitas vezes as sociedades também não formalizavam a sua dissolução. É provável que algumas vezes as dissoluções tenham sido celebradas num notário de um outro qualquer distrito, mas quando esse número atinge valores significativos, custa a aceitar a generalização dessa hipótese explicativa. Segundo um mapa publicado no *Boletim do Trabalho Industrial*, referente a 1907, nesta data havia, na sub-região estudada, apenas quatro moagens: duas no concelho de Aveiro, uma no de Estarreja e uma outra em Ovar⁴⁹. Embora a análise do quadro n.º 2.9 não permita desmentir categoricamente esta fonte, dado não ter conseguido reunir informação sobre as datas de dissolução das sociedades e empresas em nome individual, é provável que as unidades moageiras existentes fossem bem mais do que quatro. De resto, há muito que José Amado Mendes chamou a atenção para o carácter lacunar de fontes desta natureza, como o *Boletim do Trabalho Industrial* e os inquéritos industriais, antes de mais pela simples razão de que «geralmente não contemplam as pequenas unidades de produção»⁵⁰.

Noutros casos, só uma análise fina permite detectar uma situação também frequente: as escrituras de constituição de sociedade ou, em alguns casos, as escrituras de alteração dos pactos dessas sociedades mais não são do que escrituras de partilhas, constituindo, tantas vezes, a razão da ruína dos negócios e de dissídios entre familiares, como também explicam o aparecimento de novas unidades industriais. Recordo que a fábrica de Jerónimo Pereira Campos esteve em situação «irregular», entre 1896-1897 e a data de celebração da primeira escritura, em 1907. Como mostrei no capítulo anterior, é mais um documento de partilha (ou de testamento) do que um contrato empresarial.

Ficou evidente, ao longo dos três últimos capítulos, que havia sociedades tácitas ou «irregulares» estabelecidas apenas por acordos verbais, em diversas actividades, nomeadamente na secagem de bacalhau, no fabrico de bebidas, manteiga e pão, nas olarias de louça vermelha e nas de produção de telha, nas tipografias, nas serrações, carpintarias, marcenarias e nas tanoarias. Neste quadro, é difícil contabilizar e sistematizar com segurança todas as informações. Na exploração de oficinas onde os saberes (e a propriedade) passavam de pais para filhos era frequente, em conformidade com a legislação em vigor, o pai associar o filho ao seu negócio, entrando este, «ou só com a sua indústria, ou com o seu pecúlio e indústria; e isto, quer ele seja maior, quer menor de vinte e cinco anos»⁵¹. Muitos anúncios publi-

cados na imprensa local dão conta de sociedades desta natureza de que não se conhece qualquer registo.

Mas houve outras actividades de cariz igualmente oficial, especialmente desempenhadas por mulheres, que nunca tiveram qualquer registo nem referências, por muito breves que fossem, na imprensa local. Em Veiros, concelho de Estarreja, «as mulheres, desde tempos muito remotos, dedicam-se especialmente ao fabrico de esteiras de *bunho*, que têm larga exportação para outros pontos do país»³². Nunca esta actividade foi referida nos documentos compulsados. O mesmo acontecia de algum modo com as padeiras, com os tamanqueiros, com os redeiros, com as floristas, etc. Num texto de 1905, Forjaz Sampaio diz que «o comércio de Ílhavo é importante porque exporta em grande abundância sal, peixe, *redes*, cereais e os magníficos produtos da Vista Alegre»³³. Na verdade, para lá da fábrica de porcelana da Vista Alegre, a documentação notarial pouco diz sobre a venda dos restantes produtos, especialmente sobre o fabrico de redes.

Mas as dificuldades enfrentadas no tratamento das informações notariais não ficam por aqui. Mercê de circunstâncias variadas, as escrituras são lacunares. A começar pelo objecto, tantas vezes abrangente. A razão principal desse fenómeno está directamente relacionada com a falta de especialização da esmagadora maioria das empresas recenseadas. Em 1920, uma sociedade enuncia assim o seu objecto social: «Indústria e comércio de serração, moagem, descasque de arroz, destilação, cerâmica»³⁴. Noutros casos, associaram à tanoaria os negócios das madeiras, do ferro, dos vinhos, aguardentes e azeites, não se sabendo o que é que predomina, se o comércio, se a indústria. Outras vezes ainda, a carpintaria confundia-se com a marcenaria, a serração e a venda de madeiras, mas podia ainda associar, sem se conhecerem pormenores, além da cerâmica e da moagem, as ferragens, o comércio de ferro ou de madeiras»³⁵.

Outras vezes, a indicação do objecto social é muito lacónica, não referindo certamente senão a intenção inicial dos empreendedores. Na escritura de fundação da Fábrica de Louça dos Santos Mártires, em Aveiro, em 1905, diz-se que o objecto era a «Fabricação de louça de uso comum e de utilidade imediata»³⁶. No entanto, quer pelos anúncios da empresa, quer ainda pelo conhecimento da louça e azulejos existentes em diversas colecções particulares e nas paredes exteriores de muitas casas da cidade, torna-se evidente que o objecto desta sociedade se estendeu à louça decorativa e ao azulejo de padrão para revestimento, havendo até testemunhos da produção de painéis de azulejos figurados.

Nestes casos, para efeitos de classificação da actividade económica, tive necessidade de optar, ou pela actividade enunciada primeiramente nos textos refe-

rentes ao objecto social, tomando-a desse modo como *actividade principal*, ou, quando isso foi possível, com a informação fornecida pela imprensa local (pequenas notícias e anúncios, especialmente), pela restante documentação notarial, por documentos de arquivos particulares ou mesmo pela análise do que resta dos produtos dessas empresas. O que nem sempre foi viável.

3. Estatuto jurídico das sociedades

Influenciado pelo *Code de Commerce* francês de 1807, o primeiro ensejo codificador da matéria jus-comercial surgiria entre nós pela mão de José Ferreira Borges, a quem se deve o *Código Comercial Português*, de 1833⁵⁷. O salto qualitativo seguinte seria dado apenas com a aprovação da Lei de 22 de Junho de 1867, pois, como sublinha José Engrácia Antunes, «além de ter definitivamente implantado no imaginário da comercialística portuguesa a terminologia com que o protótipo da sociedade de capitais haveria de ser reconhecido até aos nossos dias», «o seu maior mérito terá justamente residido – ao abandonar o sistema tradicional de outorga administrativa, em favor da liberdade de constituição de sociedades anónimas mediante mero registo – em ter libertado definitivamente o fenómeno societário das peias do sistema de condicionamento público-administrativo até então vigente e, assim, criar as condições para a sua futura e enorme difusão prática»⁵⁸.

Todavia, esse diploma «pioneiro» seguia a tendência registada noutros países. Na Suécia, o reconhecimento das sociedades anónimas verificou-se em 1848⁵⁹. Nos Estados Unidos da América, a «Lei de Lowe», que permitia às empresas obter o estatuto de responsabilidade limitada, com a «liberdade de não ter de obter licenciamento», data de 1856, tendo servido de base à Lei das Empresas, de 1862⁶⁰.

A Lei de 1867 foi decisiva para a qualificação tripartida das espécies de sociedades comerciais, consagrada no *Código Comercial* da autoria de Veiga Beirão, promulgado por D. Luís, em 28 de Junho de 1888⁶¹. No art.º 105.º, são consagrados três tipos de sociedades: «sociedades em nome colectivo», «sociedades em comandita» e «sociedades anónimas». A partir de então, «a dinâmica de autonomização gradual do direito societário, no quadro do ordenamento jus-comercialista português, não haveria mais de parar», embora o ordenamento jurídico português apenas viesse a atingir «o seu verdadeiro termo perficiente – assumindo uma tipologia dos tipos societários legais e comuns com a configuração que ainda hoje mantém – alguns anos mais tarde, com a criação da figura da “sociedade por quotas”, instituída pela Lei de 11 de Abril de 1901»⁶².

Como se pode ver nos quadros das páginas seguintes, nomeadamente nos quadros n.º 5.3 e 5.7, facilmente verificamos que a maioria das sociedades inventariadas é em nome colectivo (183), seguida das empresas em nome individual (140); nas três primeiras décadas do século XX, assistiu-se, não tanto a um declínio destas formas jurídicas, mas a um acentuado interesse pelas sociedades por quotas de responsabilidade limitada (123). Como vemos, as restantes formas jurídicas são claramente residuais. Foram igualmente registadas 20 sociedades de capital e indústria, 11 sociedades anónimas de responsabilidade limitada, 5 sociedades civis particulares e 3 sociedades em comandita.

3.1. Empresas em nome individual

A empresa individual industrial é comumente definida como «uma unidade de produção de bens e serviços comercializáveis, que não possui personalidade própria distinta da personalidade física do seu explorador»⁶³. No plano jurídico, «a ausência de personalidade moral e a confusão de patrimónios implicam a indefinição da responsabilidade do empresário relativamente ao conjunto dos seus bens e face aos credores. Em caso de falecimento, são aplicadas as regras comuns do direito sucessório: a empresa é partilhada pelos herdeiros e a sua continuidade não está assegurada»⁶⁴. Esta foi uma razão frequente da passagem de algumas empresas em nome individual a sociedades. No final da vida, perante os mais diversos problemas de saúde, os empresários fundadores trespassavam os seus negócios aos filhos que com eles aprenderam e cooperaram durante anos.

A transmissão tardia da direcção desses negócios, que M. Angel Gallo e Vítor Sevilhano Ribeiro consideram uma das «armadilhas profundas da empresa familiar»⁶⁵, era recorrente, embora não tenha explorado sistematicamente este tópico. Alguns documentos dão conta de que a transmissão formal da empresa se realizou apenas no final da vida do fundador, mas é possível que, em muitos casos, a sucessão tenha sido longamente preparada. Outras vezes, a morte dos fundadores levava os herdeiros a estabelecerem, entre si, sociedades para a continuação da exploração desses negócios.

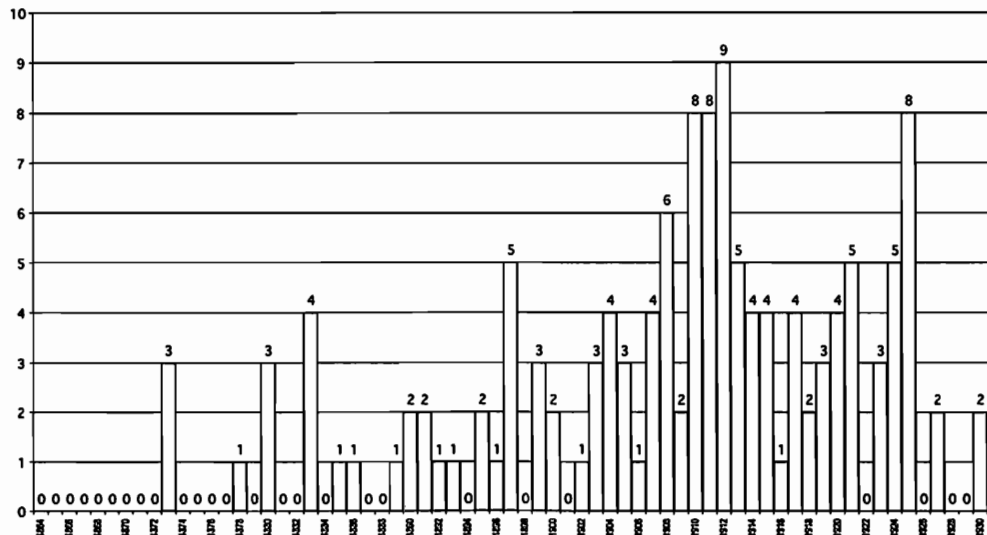
Contudo, a partir do momento em que a empresa adquire uma dimensão considerável, raramente permanecia em nome individual. A falta de capital parece ter sido a principal razão da passagem da maioria das empresas em nome individual a sociedades.

Como se pode ver nos quadros 5.5 e 5.6, contabilizei 140 empresas em nome individual. Seriam mais, mas só um estudo de outra natureza poderá inven-

tariar as pequenas empresas em nome individual, então existentes, sem registo notarial. Retenhamos a nossa atenção sobre os valores disponíveis. São mais numerosas nas indústrias alimentares, mormente no fabrico de pão, e na serralharia não especializada. Pelas razões antes referidas, não contabilizei as olarias de louça e telha. Muitas delas trabalhavam sazonalmente. Os telheiros, como referi, funcionavam consoante as necessidades. Ou por empreitada. Saber que elas existiram em determinada altura não era suficiente para a sua contabilização; importava conhecer as datas de abertura e de encerramento dessas unidades. As datas de fundação de algumas serralharias foram atribuídas com base nas datas de publicação dos anúncios publicados na imprensa local.

Os quadros referidos fornecem outras informações relevantes. O maior número de empresas em nome individual situava-se no concelho de Aveiro (53), seguido de longe pelos de Águeda (26), Ovar (19), Estarreja (18) e Ílhavo (17); em Vagos foram arroladas apenas duas. A sua distribuição por décadas revela um recuo nos anos imediatamente antes da I Guerra Mundial, como se pode ver no gráfico n.º 2.

Gráfico n.º 2 Evolução da criação de empresas em nome individual, 1864-1931



Contrariamente ao que se possa pensar, algumas empresas em nome individual atingiram uma escala considerável. Umhas foram obrigadas a transformar-se

em sociedades; outras permaneceram muitos anos com esse estatuto. O quadro n.º 2.7 refere uma empresa em nome individual – a Luso-Brasileira, de João Andrade Corvo –, que foi transformada numa sociedade em comandita de responsabilidade limitada, três anos depois do início da sua actividade. O apetrechamento técnico da competitiva indústria de conservas exigia capitais vultuosos que o fundador não possuía. Por esta mesma razão, foram transformadas em sociedades algumas empresas, nomeadamente nas moagens (Cf. quadro n.º 2.9). O mesmo se passou com a Fábrica de Lixa Luzostela, fundada por António de Brito Pereira de Resende, em 1904, em Soza, no concelho de Vagos. Dois anos depois da sua criação, é formada uma sociedade que lhe permitiu sobreviver (Cf. quadro n.º 4.21).

Muitas vezes foi possível saber a origem dos capitais que possibilitaram os investimentos em nome individual. Como mostrou Jorge Fernandes Alves, nem sempre deparamos com sinais de *brasileiros*, no retorno às suas terras de origem⁶⁶, pelo que foi difícil saber quando estávamos perante dinheiro amealhado no Brasil ou acumulado em actividades comerciais. Domingos Joaquim da Silva, Visconde de Salreu (1854-1936), é um bom (mas raro) exemplo de *brasileiro* bem-sucedido, que investiu na indústria; fundou na sua terra três fábricas: uma de serração, uma de lacticínios e uma outra de descasque de arroz, depois dos êxitos empresariais no Brasil⁶⁷. Dos restantes brasileiros aveirenses conhecidos como tal, a maioria apostou na agricultura, na pesca, na produção de sal, no comércio retalhista e no comércio marítimo.

No domínio dos lacticínios, como mostrei no capítulo 2, assistiu-se ao aparecimento de um elevado número de pequenas unidades munidas de uma desnatadeira que foram sendo liquidadas pela crescente industrialização desse ramo de actividade e pela legislação posteriormente publicada. Todavia, entre essas empresas em nome individual, uma adquiriu dimensão considerável: a Fábrica de Lacticínios, fundada por José Colares Pinto, em 1925. Esta empresa pôde sobreviver durante anos como parte da exploração agrícola e pecuária a que o proprietário se dedicava. A agricultura era também o suporte das empresas de secagem e torrefacção de chicória, mas os capitais disponíveis não lhes permitiram o crescimento.

Embora não tenha encontrado informação biográfica sobre a esmagadora maioria dos empreendedores em nome individual, os dados das escrituras de sociedades permitem afirmar que essas empresas eram geralmente fundadas por «artistas» e por «negociantes». Tanto a Fábrica de Louça dos Santos Mártires como a Cerâmica Aveirense foram fundadas pelos ceramistas João Aleluia e João Pereira Campos, respectivamente; a morte destes empresários não determinou o fim

dessas empresas, mas teve efeitos na natureza jurídica da sua exploração posterior, embora a sua propriedade tenha permanecido no seio dessas famílias.

Também houve casos em que, depois de uma empresa ter sido explorada por uma sociedade, passou a ser propriedade individual. A Fábrica de Louça da Fonte Nova, fundada em 1882, em Aveiro, nasceu do esforço de uma sociedade tácita, entre um negociante e um funcionário público. Anos depois, como mostrei no capítulo 4, um irmão de um dos fundadores adquire a totalidade do capital da empresa e assim a manteve, até que a aventura da criação de uma fábrica de telha a arrastou no processo de falência desta última (Cf. quadro n.º 4.19). Idêntica foi a história da Cerâmica do Outeiro, de António de Sousa Carneiro, em Águeda.

Por fim, resta assinalar o facto de que, em muitas das dissoluções de sociedades um ou mais sócios adquiriam o activo e o passivo da empresa. Esse processo era muito frequente no comércio retalhista, mas também se verificou nas indústrias transformadoras. Em todo o período estudado, foram registados 44 casos desta natureza, distribuídos por 18 ramos de actividades. O maior número de situações dessa natureza verificou-se entre tanoeiros (13), na serração de madeiras (5), na produção de faiança (4) e no fabrico de pão (4).

Se até 1916, 17 empresas ficaram na posse de um dos sócios, depois de 1918 esse número sobe para 27.

3.2. *Sociedades de capital e indústria*

Segundo o *Código Comercial* de 1833, «a associação de capital e indústria não é uma sociedade regular porque a responsabilidade do sócio de indústria é limitada. Se, porém, para lá da indústria o sócio fornecer por entrada qualquer porção de dinheiro ou coisa estimada, a associação tornar-se-á regular e o sócio de indústria não poderá deixar de ser por estipulação alguma sócio solidário e sem limites na responsabilidade»⁶⁸. É evidente neste texto um preconceito contra a responsabilidade limitada. Segundo John Micklethwait e Adrian Wooldrige, no início do século XIX, «a responsabilidade limitada era encarada mais como uma fraqueza do que como um ponto forte, porque reduziria o compromisso entre parceiros proprietários»⁶⁹. Na verdade, a sociedade comercial de capital e indústria parece reflectir os estigmas de uma sociedade de cariz censitário.

Como mostro no quadro n.º 5.3, foram registadas 20 sociedades desta natureza no âmbito das actividades industriais. As restantes 28 arroladas distribuem-se pelo comércio (especialmente pelo de retalho) e pela pesca, mas os seus

capitais foram irrisórios em todos os ramos de actividade. Não é por acaso que as escrituras são muito confusas e omitem informações importantes, nomeadamente o capital social.

Estamos perante um conjunto de sociedades de duração efémera, que esconde uma enorme diversidade de propósitos dos seus fundadores. A Fábrica de Bolachas não terá chegado a funcionar; a Fábrica de Louça dos Santos Mártires é, em verdade, uma sociedade em nome colectivo. Foi dissolvida, porque um sócio, João Aleluia, adquiriu o capital dessa pequena oficina, sendo explorada, desde então, em nome individual, até à sua morte, em 1935.

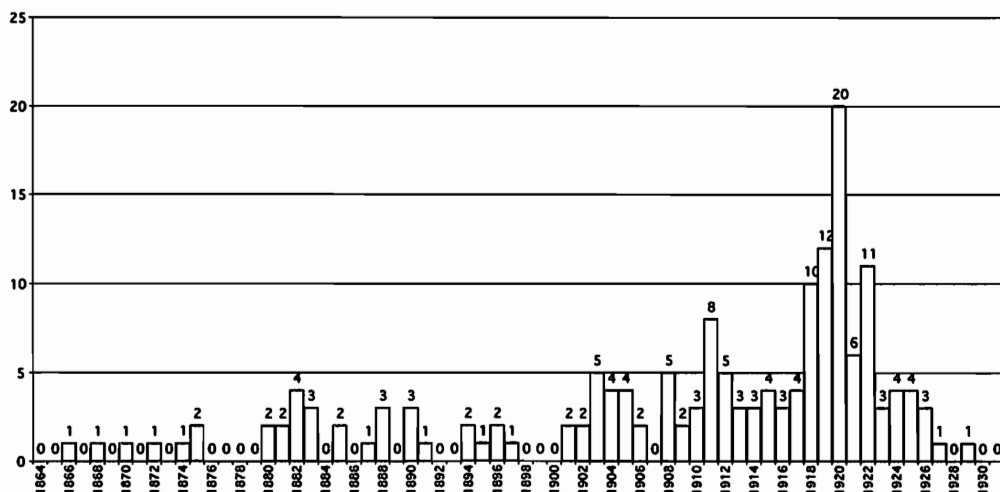
3.3. Sociedades em nome colectivo

A sociedade em nome colectivo e as sociedades em comandita simples são sociedades de pessoas, «visto que se atende principalmente à solvabilidade dos sócios e à confiança recíproca entre estes, que predomina no vínculo social»⁷⁰. Segundo Cunha Gonçalves, esta sociedade, também denominada ordinária, «é a mais antiga, mais simples e mais frequente»⁷¹. É uma sociedade de pessoas caracterizada pela responsabilidade ilimitada e solidária de todos os sócios. Além destas graves limitações – que ameaçavam permanentemente a vida dos societários –, esta sociedade não podia agrupar muitas pessoas, não permitia especulações comerciais, não podia reunir capitais significativos e não tinha outra forma de os aumentar a não ser por empréstimo.

Não obstante, as sociedades em nome colectivo constituíam a maioria: 183, o que representa 38,5% das 475 empresas em nome individual e sociedades recenseadas. Se excluir dessa relação as empresas em nome individual, verificamos que as sociedades em nome colectivo constituem 52,7% das 347 sociedades registadas. Por outro lado, se atentarmos na evolução da constituição deste tipo de sociedade, verificamos que o seu maior número regista-se no período que medeia entre 1900-1906 e 1920, declinando a partir de então.

A análise desse movimento, por décadas (quadro n.º 5.7), revela que a crise da última década de Oitocentos fez-se sentir nas actividades que a sociedade em nome colectivo mais representa, subindo o seu número na primeira década do século XX para 30, atingindo um valor extraordinário (79) na segunda década, para regressar a valores idênticos aos registados antes da Guerra (37). Sublinho, contudo, que foram raros os casos de transformação de sociedades em nome colectivo em sociedades por quotas.

Gráfico n.º 3 Evolução da criação de sociedades em nome colectivo, 1890-1931



Demos agora atenção à sua distribuição por ramos de actividade (quadro n.º 5.3), por concelhos (quadro n.º 5.6) e por décadas (quadro n.º 5.7). As actividades onde se verificou um maior número de sociedades desta natureza foram a tanoaria (34) e a padaria (28). Seguem-se, depois, a serração de madeira (13), a pequena moagem (11), a cordoaria (11), a tipografia (9) e com 7 a seca e salga de bacalhau, o fabrico de louça, a serralharia e as ferragens. Estamos, pois, perante um conjunto de sociedades de grande importância social, mas dotadas de capitais irrisórios. Entre as excepções, conta-se a fábrica de moagem de cereais de Ovar, fundada por dois sócios, sob a firma Brandão & Irmão, em Julho de 1920, que pôde dispor, à partida, de um capital social de 100 000\$00 (quadro n.º 2.9). Também vultuosos terão sido os capitais com que nascem, tanto a fábrica de chapéus de S. Vicente de Pereira, de Santos & Irmão, como a fábrica de papel de Valmaior, de Ferreira & Tavares, ambas fundadas nos anos 70 do século XIX.

A sua distribuição geográfica destaca três concelhos, que concentram em si a quase totalidade das sociedades em nome colectivo: Ovar (75) – em boa medida devido às tanoarias –, Aveiro (57) e Águeda (26).

3.4. Sociedades em comandita

A par das enormes e estabelecidas *sociétés anonymes*, cuja actividade tinha de ser autorizada pelo Governo, surgiu em 1807 uma nova forma de negócio à dis-

posição dos empreendedores: uma parceria com acções transaccionáveis, denominada *société en commandite par actions*. Garantia uma responsabilidade limitada aos seus parceiros “adormecidos” (inactivos) e tinha apenas de ser registada⁷². Por outras palavras, para contornar os inconvenientes da sociedade em nome colectivo, «inventou-se a sociedade em comandita»⁷³.

Ao todo, foram registadas 10 sociedades em comandita, mas apenas três nas actividades industriais, nomeadamente nas conservas, na produção de algodão (sociedade dissolvida muito pouco tempo depois da sua constituição) e no fabrico de pão. Trata-se, pois, de um tipo de sociedade numericamente residual.

3.5. Sociedades por quotas de responsabilidade limitada

A sociedade de responsabilidade limitada foi considerada, pelo grande pedagogo e filósofo que foi Nicholas Murray Butler (1862-1947), como «a maior descoberta individual dos tempos modernos»⁷⁴. Mas o seu aparecimento provocou aceso debate em meados do século XIX. A responsabilidade social era um anátema para muitos liberais, como Adam Smith; para outros, como Robert Lowe (1811-1892), John Stuart Mill (1806-1873) e Richard Cobden (1804-1865), era iliberal negar aos homens de negócios uma ferramenta como a responsabilidade limitada, dizendo até que iria ajudar os mais pobres a criarem o seu próprio negócio. Os socialistas cristãos, por exemplo, viam na responsabilidade social uma forma de reduzir os conflitos de classes⁷⁵.

A procura dessa forma social levou um grupo de 20 empresas inglesas a estabelecer-se em França como *commandite par actions*, mesmo com custos elevados. A grande procura da responsabilidade social fez com que outras empresas se estabelecessem nos Estados Unidos da América, até à aprovação, em 1856, do *Joint stock companies act*, concebido por Robert Lowe, o «pai da empresa moderna»⁷⁶. Esta lei serviria de base à Lei das Empresas (*Company Act*), de 1862⁷⁷.

Segundo Luís da Cunha Gonçalves, havia, no início do século XX, três géneros de sociedade por quotas: o tipo italiano, que é a própria sociedade anónima, mas sem acções; o tipo inglês, criado pelo *Company Act* de 1862, que ao lado da *Joint stock company* ou *Company limited by shares*, na qual a responsabilidade é limitada às acções, estabeleceu a *Private company*, ou *Company limited by guarantee*, na qual os sócios só se responsabilizam por uma determinada quota, sem que, todavia a sociedade deixe de ser anónima; e o tipo alemão, inventado pela Lei de 20 de Abril de 1892, o qual tem alguns caracteres da sociedade anónima italiana por quotas e da segunda espécie da

sociedade anónima inglesa, e outros da sociedade em nome colectivo. Ora, é esta sociedade de tipo alemão que entre nós foi adoptada pela Lei de 11 de Abril de 1901⁷⁸.

O relatório do referido diploma não escondia que esta «nova forma de sociedade representa uma espécie de *transição* entre as sociedades de pessoas e as de capital. Portanto, a principal diferença face à sociedade em nome colectivo reside na limitação da solidariedade». Na verdade, ainda se estava longe do moderno capitalismo dos accionistas, mas é exactamente esta empresa que realça a modernidade de um significativo número de actividades industriais nascidas nesta sub-região, pelo que é possível afirmar que estamos perante uma incipiente industrialização de sociedades por quotas.

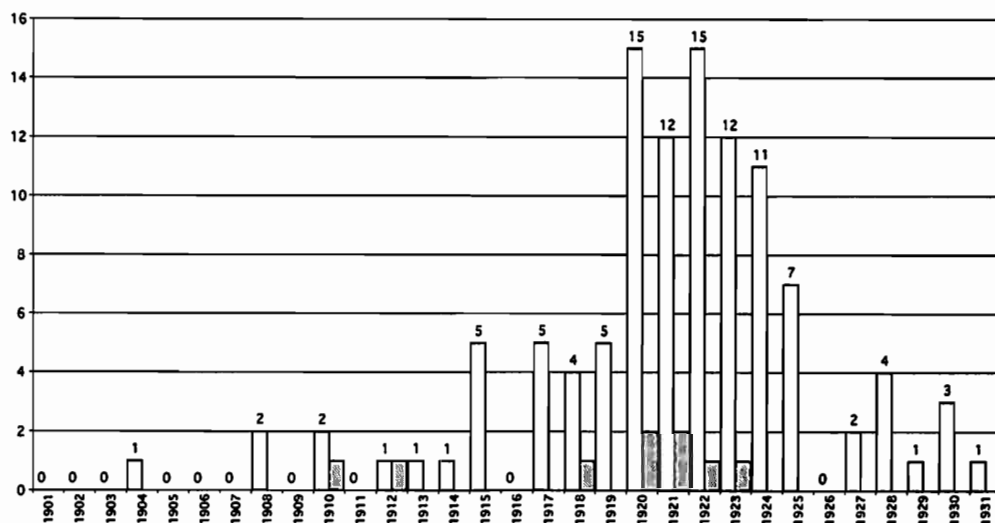
Como se pode ver no quadro n.º 5.1, em três décadas, foram constituídas 128 sociedades por quotas de responsabilidade limitada. Mas a sua distribuição por décadas revela um movimento bem diferente do das sociedades em nome colectivo (cf. quadro n.º 5.9): de 1901 a 1910, nasceram 5 sociedades por quotas; de 1911 a 1920, 40 e, por fim, de 1921 a 1931, 76, num total de 121.

Como vemos, o seu número não parou de crescer e, no primeiro lustro dos anos 20, apesar das enormes dificuldades da conjuntura (ou talvez por isso), quase duplicou em relação à década anterior. O declínio que as barras do gráfico n.º 4 mostram fica a dever-se mais aos efeitos da retracção económica da segunda metade dessa década do que propriamente a um qualquer desinteresse por esta forma de sociedade. Sublinho que o número de dissoluções de sociedades por quotas é o mais baixo de todas.

Se atentarmos na sua distribuição por concelhos, voltamos a verificar uma vantagem de Aveiro (33), Águeda (31) e Ovar (25). Seguem-se, depois, Albergaria-a-Velha (17) e com bastante menos Ílhavo (7), Estarreja (5) e, por fim, Vagos com uma apenas (Decidi incluir nos quadros a sociedade anónima inglesa que explorava a fábrica de pasta de papel de Valmaior, dada a sua natureza jurídica muito próxima).

Os ramos de actividade que aderem a esta forma jurídica são os seguintes (cf. quadro n.º 5.9): moagem de cereais (18), serração de madeiras (14), seca e beneficiação do bacalhau (12), ferragens (11), cerâmica de construção (10). Se a estas actividades juntarmos o papel, a pasta de papel e os curtumes, indústrias em que nascem as poucas sociedades anónimas registadas, teremos reunido o grupo de indústrias que lideram o incipiente processo industrializador então em curso nesta sub-região, ainda que nem todas tenham contribuído para a especialização regional, que inclui actividades a coberto de outras formas de sociedade, nomeadamente das de nome colectivo: produção de lacticínios, de porcelana, louça e azulejos, de lixa e de construção naval em madeira.

Gráfico n.º 4 Evolução da criação de sociedades por quotas e sociedades anónimas, 1890-1931



Embora as informações de arquivo bem como as da imprensa local não permitam elaborar um quadro da maquinaria instalada, os testemunhos compulsados permitem afirmar que praticamente todas as fábricas exploradas por estas sociedades estavam apetrechadas com máquinas a vapor e outros equipamentos. Neste domínio, merecem destaque, antes de todas, a pasta de papel, as serrações, as moagens, as cerâmicas de construção.

3.6. Sociedades anónimas de responsabilidade limitada

A sociedade anónima é, como sublinham John Micklethwait e Adrian Wooldrige, «produto de uma batalha política, não só o resultado automático da inovação tecnológica», pois foi a primeira instituição «a criar um centro de poder dentro da sociedade, porém independente do Estado nacional»⁷⁹. A empresa moderna, como mostrou Alfred Chandler, tornou-se viável apenas quando a mão visível da gestão provou ser mais eficiente do que a mão invisível das forças do mercado⁸⁰. Desse modo, a sociedade anónima ficou muito menos submetida ao mercado do que a empresa tradicional⁸¹.

Em Portugal, o movimento de criação de sociedades anónimas é tardio. Por volta de 1849, existiam apenas oito sociedades, das quais apenas uma se dedicava

à indústria transformadora⁸². A Lei de 22 de Junho de 1867 terá favorecido o aparecimento de mais sociedades. Em 1875, eram já 136, mas 105 tinham sede em Lisboa e Porto. Na última década do século XX, «o capital das que se estabeleceram nos dois distritos principais representava, entre 91% e 98% do total»⁸³. Na primeira década do século XX, o número de sociedades dedicadas à indústria já totaliza 41% do total. Perante estes valores estatísticos, Armando de Castro afirmava: «Não é difícil concluir pela escassa importância das sociedades anónimas no conjunto da vida económica portuguesa, a despeito do seu sensível avanço desde o último decénio do século XIX em diante»⁸⁴.

Não espanta, pois, que, na sub-região da ria de Aveiro, um espaço económico situado na periferia da cidade do Porto, as primeiras sociedades anónimas tenham nascido já depois da I Guerra Mundial. Como mostro no quadro n.º 5.10, nesta sub-região foram criadas apenas sete sociedades anónimas, se excluirmos da contagem a Companhia de Papel do Prado, que foi incluída nessa relação, porque explorava a Fábrica de Papel do Caima, de 1889.

Se, por outro lado, retirarmos da contagem a atípica Empresa de Propaganda Democrática Independência de Águeda – que passa depois a sociedade por quotas –, verificamos que as seis restantes são fundadas depois de meados de 1918. A Empresa de Adubos da Ria de Aveiro nasce contra os ventos da história, que favoreciam então o fabrico de adubos químicos e não o de adubos orgânicos; até porque a população ribeirinha continuava a dar preferência aos moligos e juncos transportados pelos moliceiros. A empresa de pesca e seca de bacalhau, Companhia Aveirense de Navegação e Pesca, SARL, o «mais arrojado investimento» que a cidade de Aveiro conheceu até então, afundou-se com a perda de dois navios, um à saída da barra e outro no regresso dos Estados Unidos da América⁸⁵. O objecto social expresso na escritura constitutiva testemunha a enorme ambição dos seus fundadores: «Exercício do comércio marítimo, pesca do bacalhau e sardinha, viagens de longo curso e cabotagem, construção de navios, reboques e transportes fluviais»⁸⁶. Na prática não foi assim. Não possuindo barcos a vapor para a pesca do bacalhau, a empresa empregava os seus veleiros no comércio marítimo, entre a chegada e a nova partida para a Terra Nova, e explorava a secagem, beneficiação e venda do bacalhau por grosso, actividade a que o seu director-delegado, António Henriques Máximo Júnior, «comerciante» e filho de um importante «comerciante» aveirense, com interesses no comércio marítimo, já se dedicava antes⁸⁷.

Não se estranhará o nascimento de três sociedades anónimas relacionadas com as indústrias transformadoras no concelho de Aveiro, mas surpreende o facto

Quadro 5.10 Sociedades anónimas, 1889-1923

Firma	Constituição	Dissolução	Capital
Fábrica Papel do Caima (Companhia de Papel do Prado) ¹	1889-12-??	–	–
Emp. Propaganda Democrática Independência Águeda, SARL ²	1910-10-13	1911-10-28	700\$000
Companhia Aveirense de Navegação e Pesca, SARL ³	1918-06-25	1923-06-??	1 000 000\$00
Moagem de Estarreja ([Moagem de Estarreja, SARL]) ⁴	1920-07-1?	–	300 000\$00
Companhia Aveirense de Moagens, SARL ⁵	1920-10-28	–	1 200 000\$00
Empresa dos Adubos da Ria de Aveiro ⁶	1921-10-20	1926-05-??	1 000 000\$00
Companhia de Curtumes Antuá ⁷	1922-07-29	–	500 000\$00
Fábricas Jerónimo Pereira Campos, Filhos, SARL ⁸	1923-03-27	–	2 700 000\$00

Estabelecimentos em: 1. Albergaria; 2. Águeda; 3. Aveiro; 4. Estarreja; 5. Aveiro; 6. Aveiro; 7. Estarreja e 8. Aveiro

de que Ovar, onde foi registado o maior número de sociedades em todo o período estudado, não tenha nenhuma, como espanta que Estarreja, com uma actividade industrial modestíssima, até então, tenha assistido ao nascimento de duas destas sociedades.

Tanto em Estarreja como em Aveiro, as referidas sociedades são produto da vontade política de um grupo local reunido em torno do projecto regionalista do Banco Regional de Aveiro, que teve capacidade para mobilizar energias, de Aveiro a Ovar, da direita à esquerda, unindo republicanos e monárquicos, no quadro das dificuldades do regime republicano, depois da Grande Guerra.

Importa registar que só a firma Fábricas Jerónimo Pereira Campos, Filhos, SARL fundada durante a Guerra, nasce com a ambição de ter mais do que um estabelecimento fabril, embora isso só se tivesse verificado nas décadas seguintes. Em 23 de Janeiro de 1932, o presidente do conselho de administração, Domingos Pereira Campos, comprou ao Banco Comercial do Porto, a fábrica de telha e tijolo da firma Cerâmica de Viana, Lda., sita em Alvarães⁸⁸. Em 31 de Dezembro de 1936, aquele indivíduo e seu sobrinho, Duarte Vaz Pinto da Rocha, cedem à empresa que dirigiam as suas quotas na Cerâmica de Viana, Lda. pelos valores de aquisição⁸⁹. Cumprira-se, assim, um dos objectivos de Domingos Pereira Campos ao determinar a denominação da sociedade no plural: *Fábricas* Jerónimo Pereira Campos, Filhos, SARL. Uma década depois, esta empresa adquiriu uma fábrica de produtos refractários, em Lisboa, seguiu-se a aquisição da Fábrica de Louça de Viana, e, já depois da II Guerra Mundial, uma outra unidade de cerâmica de construção, no lugar do Sabugo, freguesia de Almargem do Bispo, no concelho de Sintra.

Não querendo nem podendo generalizar, dado não possuir elementos de prova para todas as sociedades em apreço, gostaria de dizer que, apesar da sua natureza, esta empresa permaneceu durante anos nas mãos da família que fundara a fábrica, em 1896. O mesmo aconteceu em muitas sociedades por quotas. O extraordinário movimento de cessões de quotas dos anos 20, além de reflectir a instabilidade da conjuntura, parece patentear uma estratégia clara por parte de algumas famílias de assegurar, no curto prazo, o controlo dessas empresas. Parece, pois, que a influência das famílias resistiu ao aparecimento da sociedade anónima e à gestão profissional. Terá sido essa a razão por que a Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, em 1921, se transformou numa sociedade por quotas e não numa sociedade anónima? É assunto a necessitar de estudo, pois, como sublinha Leslie Hannah, a propósito das relações entre a mão visível e a mão invisível na Grã-Bretanha, «a questão dos efeitos da gestão familiar contínua sobre o desenvolvimento da gestão moderna tem provocado amplos debates ao longo do tempo, mantendo-se controversa»⁹⁰. Parece, pois, que, não obstante o aparecimento de algumas sociedades anónimas, a emergência da organização multidivisional que caracteriza a empresa moderna, terá sido enredada por práticas próprias do capitalismo familiar.

Na Empresa Aveirense de Moagens a história foi diferente. Depois de ter fundado a empresa, inicialmente em nome individual, Manuel Homem de Carvalho Cristo viria a ser nomeado presidente do conselho de administração da sociedade anónima, em 1920. Por razões não referidas, viria a ser substituído, em 1928, pelo «comerciante» Alfredo Esteves.

Naturalmente, não foi por acaso que só a direcção da Fábrica de Papel do Caima tenha conhecido vários administradores, sem qualquer relação com a propriedade da empresa, muitos deles com carreira feita longe da fábrica. Domingos Guimarães (1840-1910) foi o administrador dessa fábrica durante cerca de duas décadas. Com a sua morte, a direcção é assegurada por um seu filho, Arnaldo Octávio Guimarães, formando-se, assim, pela primeira vez na história da empresa (e desta sub-região), um esboço de uma dinastia de gestores, como referi no capítulo 3. Depois, em 1925, Luís de Brito Guimarães, filho de Delfim Monteiro de Guimarães, um dos fundadores e antigo director da Companhia de Papel do Prado, assume a direcção da empresa, como director-delegado, em substituição do médico Viana de Lemos, que anos antes tinha rendido Arnaldo Octávio Guimarães.

Esta foi certamente a primeira empresa onde foi adoptado o capitalismo de gestão.

4. Proposta de interpretação dos dados

Atentemos agora nas informações dos gráficos das páginas seguintes.

Olhando para o que mostra a evolução das empresas em actividade, ano a ano, verificamos a existência de um crescimento progressivo mas moderado, entre 1864 e 1900, ano em que estão em funcionamento cerca de 50 empresas, embora durante esse período possamos distinguir duas fases: uma até cerca de 1880 e outra depois desse ano. A partir de 1900, o número de empresas em actividade duplica até 1911, atinge o triplo em 1918, aumentando cerca de 100 empresas até 1924, quando esse movimento é refreado.

O gráfico n.º 5, relativo ao movimento de constituição de sociedades e de empresas em nome individual, permite afirmar que é sensivelmente a partir de 1880 que se inicia a tímida industrialização desta sub-região, ainda que a um ritmo muito irregular, pois em 1884 e 1898 não foram criadas quaisquer empresas e só em quatro anos se atinge ou ultrapassa a barreira das cinco empresas criadas. A partir de 1903, inicia-se uma fase de maior crescimento, com algumas inflexões: em 1905-1907 e 1909, para as quais não encontrei explicação plausível, e outra, de bem maior expressão, entre 1913 e 1916. De 1917 a 1922 o nascimento de sociedades dispara, iniciando-se, desde então, um movimento de recuo, de tal modo que, a partir de 1926, o número de sociedades e empresas criadas é idêntico ao registado em 1880, antes, pois, da crise de 1929, cujo impacto, como mostrou Fernando Rosas, terá sido tardio e rápido, em razão de a economia portuguesa ser então pouco aberta ao exterior⁹¹.

O movimento das dissoluções de sociedades e encerramento de empresas em nome individual revela dois blocos. Até 1900, esse fenómeno é reduzido. Sublinho que, entre 1893 e 1902, são dissolvidas apenas 2 sociedades em nome colectivo. Depois de 1900, o número aumenta, sendo de salientar os fenómenos que passo a indicar: 1. as empresas em nome individual atravessam essas três décadas sem dificuldades, pois foram encerradas apenas 25; 2. o mesmo não se pode dizer das sociedades em nome colectivo que registam o mais volumoso número de dissoluções (78). Insignificante até 1906, o número de dissoluções conhece um forte incremento, entre 1806 e 1923; nesse período, só não foram dissolvidas sociedades em nome colectivo no ano de 1917; 3. as 47 dissoluções de sociedades por quotas registam o maior número entre 1920 e 1930, com dois picos em 1923 e 1928.

Parece evidente que esta sub-região integra o movimento industrializador português, cujo início, segundo Jaime Reis, se situa cerca de 1870⁹² – «depois dos

primeiros alicerces», de 1851 a 1870⁹³. Porém a ligeira aceleração de ritmo desse crescimento *suave e sem surtos*, como defende Pedro Lains⁹⁴, aqui, só é visível na década seguinte. Mas o movimento do número de empresas em actividade deixa de ser tão discreto a partir de 1900, esgotando-se em 1924, com as curtas «hesitações» que referi, mais breves do que outras verificadas anteriormente. No conjunto, parece que as perturbações políticas, económicas e sociais da conjuntura da I Guerra Mundial foram compensadas pelas oportunidades criadas. Como referem A. H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, «com a Guerra e os anos subsequentes, a indústria portuguesa experimentou um surto marcante, apesar das dificuldades causadas pela falta de transportes, subida do custo das matérias-primas e reivindicações sociais. Em alguns casos terá extraído proveito dessas e de outras dificuldades, como aconteceu com a inflação e com a instabilidade política. O investimento aumentou, bem como a concorrência com algumas indústrias estrangeiras»⁹⁵.

A verdade é que, em 1911, estavam em actividade neste espaço geoeconómico cerca de 100 unidades industriais; em 1924, esse número passava de 250 e depois, apesar da quebra do crescimento, não se assiste a uma redução significativa do número de empresas. Foram os anos de maior incremento industrial, sobre os quais não parece desajustado o uso da expressão corrente de «surto industrial». De resto, estes números expressam uma relação próxima com o que se passava no todo nacional: em 1924, os estabelecimentos fabris computavam-se em mais de 25 000, o que representava cerca de três vezes o número registado sete anos antes⁹⁶. Também Pedro Lains, em trabalho recente, sublinha o facto de os últimos anos da República terem sido «menos negativos do que se pensava até aqui»⁹⁷.

Esse crescimento, porém não esconde a natureza das empresas fundadas. Ao longo dos capítulos 2, 3 e 4 mostrei como a estrutura industrial deste espaço patenteia as mesmas características do todo nacional, o que de algum modo permite fazer minhas as palavras de Jaime Reis: «A predominância de processos de mão-de-obra intensiva e a concentração em bens de consumo de baixa qualidade eram a melhor resposta a uma situação cujas principais características eram o reduzido poder de compra dos consumidores, a escassez de capital, a mão-de-obra barata, a falta de qualificações e a ausência de uma tradição industrial»⁹⁸.

Outro aspecto de natureza estrutural, que caracterizou igualmente a indústria desta sub-região – desde a produção de porcelana às ferragens, do papel aos abrasivos flexíveis, dos chapéus à chicória, do queijo à manteiga –, era o facto de o incentivo ao crescimento industrial, «ter resultado em grande medida da substituição das importações», como refere também Jaime Reis, a propósito da indús-

Gráfico n.º 5 Evolução do movimento de constituição de sociedades e de empresas em nome individual, 1864-1931

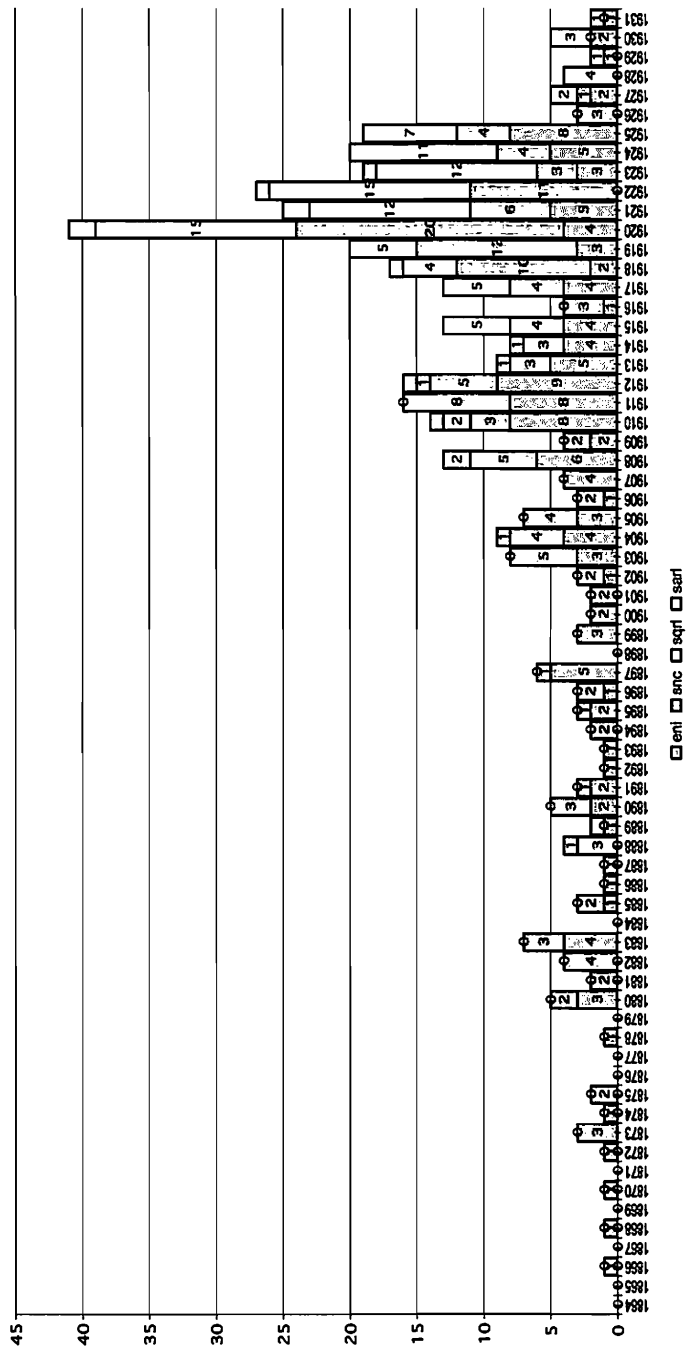


Gráfico n.º 6 Evolução do número de sociedades e de empresas em nome individual activas, 1864-1931

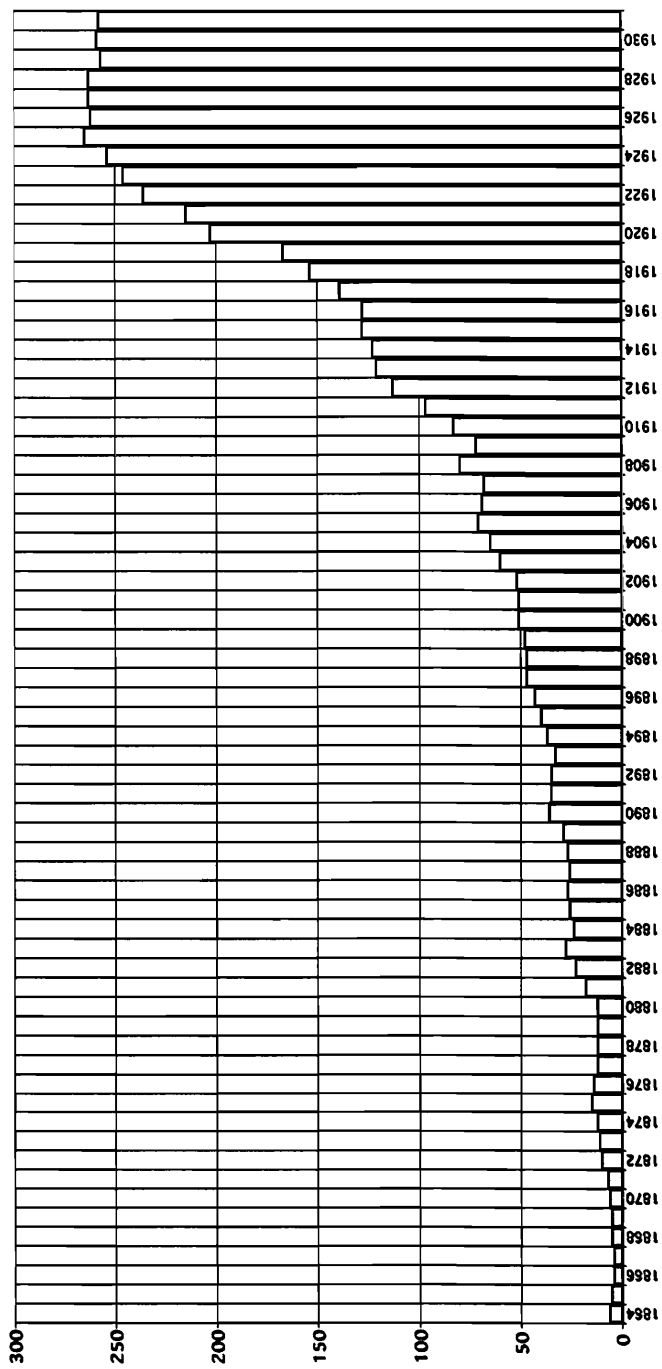


Gráfico n.º 7 Evolução do movimento de dissoluções de sociedades e de encerramento de empresas em nome individual, 1881-1931

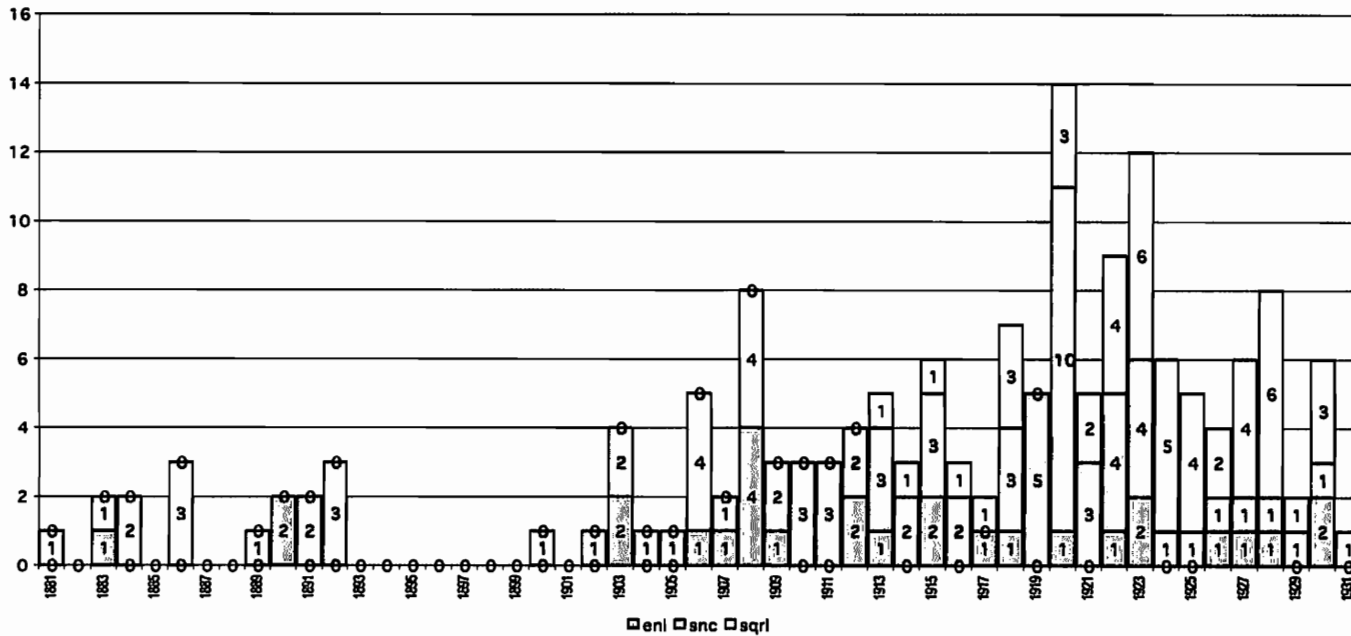


Gráfico n.º 8 Evolução do encerramento de empresas em nome individual, 1881-1931

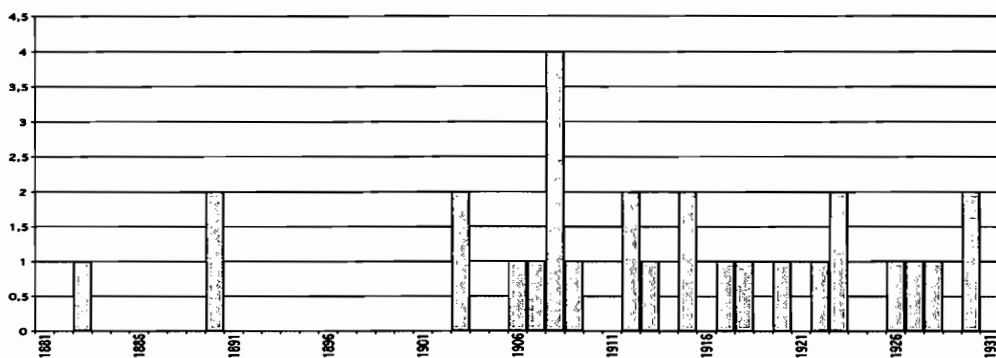


Gráfico n.º 9 Evolução da dissolução de sociedades em nome colectivo, 1881-1931

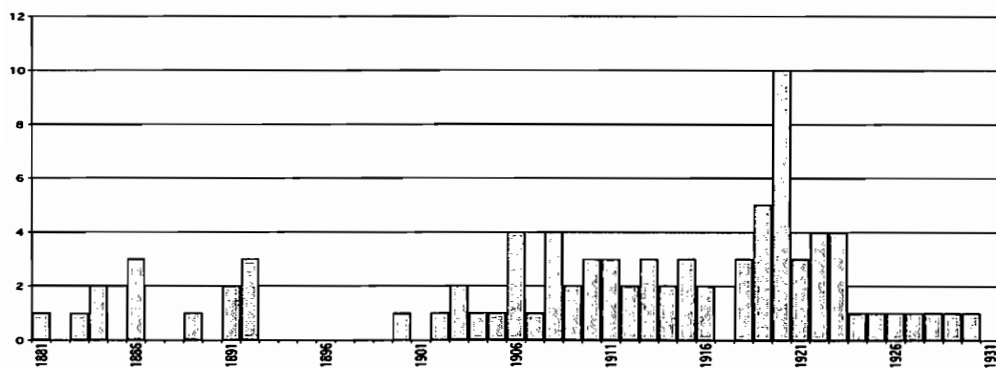
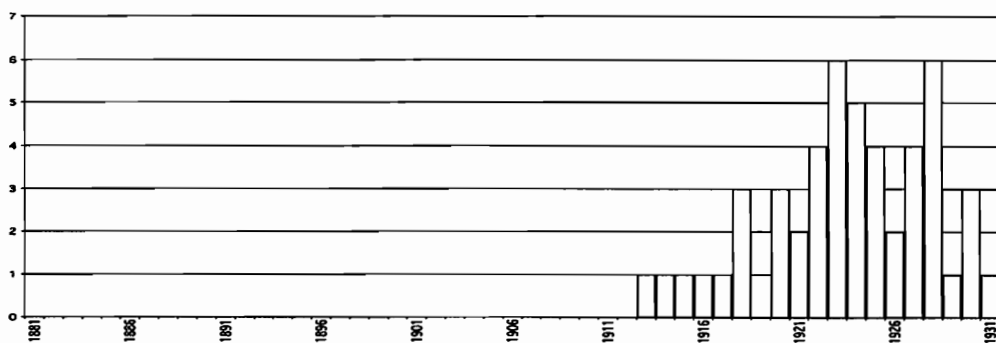


Gráfico n.º 10 Evolução da dissolução de sociedades por quotas, 1881-1931



tria portuguesa no seu conjunto⁹⁹. Os valores do quadro n.º 5.2 mostram que a nascente indústria de ferragens conheceu um período de expansão durante e após a I Guerra Mundial. É mesmo o único ramo de actividade que regista um aumento de sociedades constituídas, nesses anos.

No final de Oitocentos, Luís de Magalhães elogia os construtores navais mais conhecidos da Gafanha da Nazaré, dizendo: «A verdade é que, não se tratando de uma concorrência com produtos estrangeiros, o que se quer é que a produção nacional, *embora mais imperfeita, satisfaça as necessidades do mercado interno*, dispensando-nos de recorrer àqueles e, portanto, de desembolsarmos esse oiro, que parece nos fuge entre os dedos»¹⁰⁰. Noutra passagem, reportando-se a um aforismo popular gravado pelos Mónicas num dos *moinhos americanos* por eles construídos – *Do meu engenho te rirás, meu dinheiro não apanharás!* –, acrescenta o conhecido filho de José Estêvão: «Esta divisa dos obscuros mas engenhosos mecânicos, pode e deve adoptá-la, sem vergonha, a indústria portuguesa. Ria-se quem quiser da humildade da nossa produção. Mas fique-nos no bolso o dinheiro que teríamos de exportar para obter produtos idênticos da indústria estrangeira, talvez mais perfeitos, menos toscos, menos bárbaros, mas não mais úteis e utilizáveis do que os nossos. O segredo da nossa reabilitação financeira – concluía com convicção Luís de Magalhães – é este unicamente: *trabalhar, conquistar para as nossas indústrias o mercado interno e nosso mercado colonial*. Assim nos poremos ao abrigo de dependências externas e teremos firmado em bases sólidas a nossa autonomia económica – pedra angular da ordem, da prosperidade e do equilíbrio político dos povos»¹⁰¹.

De facto, a produção para o mercado externo limitava-se quase tão-só às conservas e à pasta de papel. É certo que outras actividades industriais, em tempos e espaços diferentes, exportaram os seus produtos. Mas foram poucas. Há notícia de remessas de alguma confeitaria, nomeadamente de ovos-moles, faiança, porcelana e azulejo para o Brasil (e certamente para as colónias), de madeiras para Espanha e, a avaliar pelos anúncios, ter-se-á exportado igualmente lixa e algum fogo de artifício. A única fábrica de rolhas de cortiça registada, pela sua pequenez, não terá produzido para o mercado externo. Sabemos bem que as exportações de rolhas não acompanhavam o crescimento das exportações de cortiça virgem¹⁰². Como referi nos capítulos anteriores, a produção de conservas de peixe e de legumes para mercados internacionais era mal vista por alguns sectores, mais preocupados com «o consumidor», do mesmo modo que eram frequentes os protestos contra a exportação de madeiras.

Em suma, não foi por acaso que fracassaram, tanto o projecto de fundação de uma fábrica de soda, destinada exclusivamente à exportação, pesem embora as

dificuldades criadas pela insegurança da barra de Aveiro, como a fábrica de refinação de sal, que pretendia exportar os seus produtos para Espanha. Exportar não constava da linguagem destas indústrias. Não era por acaso que, na segunda metade de Oitocentos, a palavra exportar tinha, na imprensa regional e nas fontes referidas, a conotação de expedir um produto de uma localidade para outra. Em meados de Oitocentos a Fábrica da Vista Alegre *exportava* vidro e porcelana pela barra. No final desse século, Joaquim de Vasconcelos afirmava que os produtos das olarias de Aveiro tinham larga *exportação*, não só para as povoações vizinhas; em 1930, *exportava-se* manteiga para Coimbra, etc.

Assim, o diagnóstico nacional de Jaime Reis tem validade regional: «A produção era constituída por bens de consumo destinados ao mercado interno, estando, portanto, fundamentalmente sujeita às limitações impostas pelo nível da procura interna, que apenas aumentava lentamente, como é normal num país de base agrícola, pobre e com uma situação demográfica pouco dinâmica»¹⁰³. Isso explica, em boa medida, a escassa especialização das unidades verificadas, bem patente até na enunciação do objecto social em muitas escrituras de constituição de sociedade, mesmo nas sociedades por quotas e nas sociedades anónimas.

Por sectores, como se pode ver no quadro n.º 5.1, as indústrias alimentares, com a moagem e a panificação à cabeça, representavam 38,7% do total de sociedades e empresas em nome individual criadas. A indústria têxtil, que no conjunto das indústrias portuguesas ocupava um lugar cimeiro, não possuía, nesta sub-região, qualquer expressão digna de nota. Pelo número de unidades, vinham, depois, as indústrias relacionadas com a madeira e, por fim, as actividades do trabalho dos metais.

Como no resto do país, também aqui a pequena indústria era dominante. «A indústria nacional, longe de se desenvolver por um processo de concentração em largas unidades fabris – fazem notar A. H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo – trilhava antes o caminho da proliferação e disseminação de pequenas unidades [...]. Predominavam as pequenas fábricas de tipo individual ou quase, pertencentes a um único proprietário, ou a alguns membros de uma mesma família, ou ainda a tímidas sociedades de dois ou três membros, com capital escasso e mão-de-obra reduzida»¹⁰⁴. Embora a informação disponível não me tenha permitido construir um quadro da mão-de-obra empregada, os escassos documentos compulsados permitem afirmar que, se exceptuarmos a fábrica de porcelana da Vista Alegre e a de pasta de papel do Caima – de longe as maiores empregadoras desta sub-região –, e um pequeno grupo de moagens, cerâmicas e serrações, que tinham ao seu serviço, entre 20 a 50 operários, a esmagadora maioria não ultra-

passaria aquele valor mínimo. Essa «poeira industrial», como lhe chamou Fernando Rosas, conseguiu sobreviver nas décadas seguintes: «Só nos cimentos, nos tabacos e na refinação de açúcar [...] se registavam médias superiores a 200 operários por fábrica»¹⁰⁵.

Não obstante, a paisagem industrial recenseada era muito diversa em todos os domínios. Como refere Miriam Halpern Pereira, terá sido essa a razão das dificuldades sentidas pelos inquiridores de 1881¹⁰⁶. Depois de analisar o tecido empresarial de Coimbra, entre 1928 e 1936, Valentino do Vale Alves deu-se conta de uma vocação “ecléctica” daquela cidade, ainda que as sociedades inventariadas, na sua maioria, estivessem relacionadas com as indústrias alimentares¹⁰⁷. Também António Rafael Amaro, após o estudo da Beira Alta, sublinhou a dualidade económica e a heterogeneidade interna como «características estruturais do processo de desenvolvimento da sociedade portuguesa»¹⁰⁸.

Na sub-região considerada, essa variedade é tão extraordinária que permite questionar a delimitação proposta, embora, como referi no capítulo I, tenha consciência de que essas demarcações são apenas operativas, pois o dinamismo do desenvolvimento altera permanentemente as correlações entre as «partes». Importa sublinhar, antes de mais, que a geografia industrial desta sub-região, no período em apreço é determinada pelo traçado das linhas do caminho-de-ferro. A esmagadora maioria das fábricas estabelece-se nas proximidades das estações e, quando isso não aconteceu, as fábricas estiveram na origem da abertura de muitos apeadeiros. Em 1913, a fábrica de cerâmica e serração das Quintãs, a sul de Aveiro, seria construída num terreno junto do caminho-de-ferro, tendo trocado esse terreno por um outro mais valioso, mas que ficava longe do comboio. Em 1924, através de um «ramal particular», a firma Fábricas Jerónimo Pereira Campos, Filhos, SARL estabelece uma ligação directa entre a fábrica e a estação do caminho-de-ferro de Aveiro. Deste modo, os municípios com maior número de unidades industriais são atravessados pelo comboio, tanto o da linha do Norte como o da linha do Vale do Vouga. Os quadros de distribuição das sociedades e empresas em nome individual, por concelhos (5.1, 5.4 e 5.6), estabelecem uma hierarquia esclarecedora: Aveiro à cabeça, depois Ovar, Águeda, Albergaria-a-Velha e Estarreja. De fora ficaram, por falta de ligações, Ílhavo e especialmente Vagos.

Importa igualmente referir que tanto as actas da Associação Comercial de Aveiro como as da Câmara Municipal desta cidade não permitem dizer em que medida o poder local favorece o desenvolvimento das actividades industriais; contudo, essas referências dispersas, bem como a integração de um significativo número de empresários nas listas eleitorais, antes e especialmente depois I Guerra Mundial,

não deixam dúvidas sobre a ocorrência desse fenómeno. Até lá, a classe política local manifesta um apreciável conjunto de hesitações face às indústrias. Um bom exemplo é o da vida atribulada da Escola Industrial de Aveiro, fundada por iniciativa dos dirigentes da Fábrica de Porcelana da Vista Alegre e da Fábrica de Louça da Fonte Nova, em 1893, quando o empresário desta última, Carlos Melo da Silva Guimarães, era vereador da Câmara Municipal de Aveiro¹⁰⁹. Durante anos, manietada por enormes dificuldades financeiras, a direcção do município aveirense bate-se pelo Liceu, deixando de parte a escola industrial, que alguns apelidavam de «liceu do povo»¹¹⁰.

Finda a Guerra, essa situação altera-se. A escola industrial passa a ter um curso de comércio, fundamentalmente para satisfação da grande procura que se sente nesses anos de indivíduos habilitados especialmente com o curso de guarda-livros. A velha Escola de Desenho Industrial passa a denominar-se Escola Industrial e Comercial de Aveiro, em 1924, abrindo em 20 de Outubro desse ano com mais de 200 alunos¹¹¹.

Por fim, resta sublinhar que a fundação do Banco Regional de Aveiro, em 7 de Janeiro de 1920, foi fulcral para o crescimento industrial desses anos, como para o crescente papel de Aveiro como pólo regional. A sua missão visava o fomento e a valorização do comércio e da indústria regionais, como a própria direcção afirmava em anúncios: «O Banco Regional de Aveiro não só se dedica a negócios bancários mas *também se dispõe à organização de empresas de interesse regional*, nalgumas das quais já está trabalhando. Explorará a enorme riqueza da orla litoral da ria de Aveiro e do *hinterland* correspondente»¹¹².

Os seus mentores, António Henriques Máximo Júnior e Alberto Souto Primeiro, adquiriram, primeiro, «a casa Salgueiros & Filhos, com a sua vasta clientela e as suas valiosas representações»¹¹³, e, seguidamente, por trespasse, a Caixa Económica de Aveiro, que fora fundada em 1858¹¹⁴.

Depois das enormes dificuldades sentidas no primeiro ano de vida, esta instituição, desempenhou, nos anos seguintes, o papel de um «banco de desenvolvimento», algo de que Portugal carecia, como sublinha Jaime Reis¹¹⁵. Embora esteja por estudar, a abundante informação notarial como os testemunhos dispersos pela imprensa local permitem afirmar que este banco foi decisivo para a fundação de diversos projectos industriais, infelizmente nem todos bem-sucedidos. A Companhia Aveirense de Moagens, SARL, fundada pelo Banco Regional de Aveiro, em Abril de 1920, é um dos melhores testemunhos da sua acção de fomento regional.

Mas há um outro aspecto marcante da acção do «grupo do Banco Regional». Desiludidos com o centralismo da República, empenhados no fomento

económico regional – nas suas palavras «da cidade e do seu distrito» –, os fundadores do Banco Regional de Aveiro decidem tomar o destino das suas mãos. A diferença entre esta elite e a que procurou modernizar a cidade, em meados de Oitocentos, não podia ser maior. Nessa altura, a fundação da Associação Comercial de Aveiro e da Caixa Económica de Aveiro só foi possível graças às fortes ligações ao poder central¹¹⁶. Era o Estado, como diz Jaime Reis, que estimulava os agentes económicos, «procurando orientar a sua acção de modo a apressar as mudanças desejáveis»¹¹⁷. Agora parece ser o que diz Nuno Luís Madureira a propósito da União dos Interesses Económicos, criada em 1924: «Não procura já colaborar com o Governo, influenciar ou persuadir. Procura governar. O avanço do movimento associativo patronal para a competição com os partidos, a nível eleitoral e extra-eleitoral, é um sinal de ruptura com o liberalismo democrático»¹¹⁸. Mais tarde, viriam a fazer o contrário com o Estado Novo, nomeadamente para conseguirem apoio para as obras do porto de Aveiro.

5. Empresários

A palavra *empresa* tem origem na palavra italiana *impresa*, na acepção de «organização de bens económicos», sendo já usada no século XIII¹¹⁹. Porém, seriam necessários cerca de cinco séculos para o *empresário* entrar no aprisco dos dicionários, longe ainda do significado que a industrialização lhe daria. Em Português parece ser mais recente, pois esta palavra terá sido registada, pela primeira vez, em 1813, por António de Morais Silva¹²⁰.

Em 1723, o *Dictionnaire Universel de Commerce* regista *entrepreneur*, definindo-o como alguém que «emprende um projecto, um fabricante (*manufactureur*), um chefe de construção (*master builder*)»¹²¹. De Richard Cantillon, que «é um dos primeiros autores a referir-se ao termo “empresário” para significar actividades de cariz económico, ainda que essencialmente relacionadas com o comércio», a Jean Baptist Say (1767-1832) e Schumpeter, «o autor que no último século mais contribui para realçar o papel do empresário no crescimento económico», a palavra *empresário* testemunha as várias fases da industrialização assim como as diversas doutrinas económicas¹²².

Durante todo o século XIX, os empresários tiveram má fama. Vilipendiados por anarquistas, socialistas, comunistas, católicos, académicos, funcionários públicos e tantos outros, os empresários só lograram obter um reconhecimento social nas últimas décadas, no quadro da valorização da empresa. Ramalho Orti-

gão (e toda a *intelligentzia* portuguesa de Oitocentos), como mostrou Maria Filomena Mónica, «decidiu incluir os industriais na sua galeria de horrores, tentando provar que também eles estariam a impedir o desenvolvimento do País»¹²³. Mas não era apenas em Portugal. Diversos economistas, como Kenneth Boulding, reconhecem, hoje, que a economia neoclássica «tratava a empresa como uma entidade nebulosa e o empresário como uma personagem mais indefinida, obscura e tenebrosa»¹²⁴. O historiador norte-americano, Thorstein Veblen, publicou, em 1904, uma obra – *Theory of business enterprise* –, em que identifica a imagem do empresário com a de «um malvado avaro, disposto a explorar todos os interstícios da tecnologia industrial para seus próprios e egoístas fins»¹²⁵. De facto, como notou Manuel Lisboa, cada significado que a palavra empresário vai tomando «sintetiza de algum modo as actividades que lhe correspondem no tempo e no espaço»¹²⁶.

Em 1838, o industrialista António de Oliveira Marreca (1805-1889) define o empresário como aquele que «aplica os trabalhos e experiências do sábio ao ramo da sua indústria», esclarecendo que «não precisa de ser mecânico, nem químico, nem agrónomo; mas precisa de muito *discernimento* e *actividade*, e convém-lhe *aproveitar-se das descobertas alheias*»¹²⁷. Assim, segundo Oliveira Marreca, o empresário de *indústria* – termo polissémico que usava numa acepção lata¹²⁸ – teria de ter sentido prático para poder discernir, isto é, distinguir, ser muito activo e saber tirar partido das descobertas disponíveis.

Ora, para aplicar «os trabalhos e experiências do sábio ao ramo da sua indústria», para poder reduzir a incerteza da tomada de decisão, o empresário tinha de ter formação, aspecto que, segundo alguns autores, constituiu um dos bloqueios à inovação no tecido empresarial português. José Amado Mendes salienta a falta de preparação técnica especializada dos empresários, dado que muitos deles tinham um passado ligado ao negócio¹²⁹. Os documentos compulsados não permitem afirmar categoricamente que os empresários da sub-região da ria de Aveiro, no período histórico estudado, não tinham formação, embora as informações disponíveis mostrem ter sido globalmente assim.

Por outro lado, como sublinhavam muitos autores coevos, a formação académica de base raramente abordava o mundo da empresa. Em 1913, *O Democrata*, não obstante reconhecer que as estatísticas colocavam o distrito de Aveiro «como um dos que menor percentagem de analfabetos apresentam», considerava necessário e urgente fazer mais, não deixando de verberar a mentalidade dominante, o sistema de ensino e os que tudo esperavam do Estado: «Criança que faça o exame do segundo grau raro deixa de ter aspirações a grande senhor, de forma que, em muitos casos, o seu diploma de exame não passa de um documento de divórcio do

trabalho útil e nobilitante [...]. É preciso que a iniciativa particular se manifeste; é necessário que os nossos patriotas com fortuna, e que até agora a têm aplicado em coisas nem sempre de utilidade imediata, enveredem pelo caminho da escola, fundando e dotando estabelecimentos de ensino, cuja acção as gerações futuras não poderão deixar de bendizer»¹³⁰. Estas palavras terão tido pouco eco. Parece que apenas três indivíduos, regressados do Brasil, se interessaram pela educação: «Este distrito possui já três magníficas escolas do ensino primário, belamente dotadas a expensas de beneméritos. Penso que as não há iguais em todo o país [...]. São as escolas de Salreu, no concelho de Estarreja, fundadas pelo visconde de Salreu; as de Válega e Ovar, por José de Oliveira Lopes e a de Macieira de Cambra, fundada e dotada por Luís Bernardo de Almeida [...]»¹³¹.

Amado Mendes inclui as viagens ao estrangeiro entre os factores indutores de inovação empresarial¹³². Todavia só com a realização de estudos biográficos e prosopográficos poderemos avançar no conhecimento do empresariado industrial e das elites locais, como já foi amplamente demonstrado¹³³. No Arquivo Distrital de Aveiro existe um livro, de 1915, com passaportes de diversas pessoas, homens e mulheres, de várias localidades do distrito. Infelizmente é único. Dele constam, com fotografias, alguns industriais de Aveiro que se deslocaram, nesse ano, a Espanha¹³⁴. Os poucos indícios permitem pensar que as viagens eram frequentes, mais do que se pode pensar. O arquivo da empresa cerâmica Fábricas Jerónimo Pereira Campos, Filhos, SARL possui documentos que testemunham um grande conhecimento do que se fazia no estrangeiro, nomeadamente em França, sendo de assinalar a assinatura de revistas especializadas no ramo. A anunciada fábrica de porcelana a instalar, segundo o *Campeão das Províncias*, em Aveiro, seria dirigida por um sócio «com vastos conhecimentos do assunto e *largas relações no estrangeiro*». Também a fábrica de lixa, nos anos 20, estava a par do que se fazia na Alemanha.

A permanência de alguns industriais no estrangeiro, como emigrantes, foi igualmente decisiva para a instalação de várias indústrias. António de Brito Pereira Resende fundou a sua fábrica de lixa no regresso do Brasil, da mesma forma que os irmãos Oliveira Santos fundaram uma fábrica de chapéus em S. Vicente de Pereira, Ovar, e Visconde de Salreu ergueu três unidades fabris na sua terra, depois de um percurso industrial bem-sucedido. Augusto Martins Pereira fundou a Fundação Albergariense, no fim de um vasto percurso que o levou a Chicago, nos Estados Unidos da América, onde trabalhou durante um ano como fundidor.

Também a participação de estrangeiros terá sido decisiva nas empresas como nas escolas industriais. O maior número de técnicos de outros países encontrava-se na exploração mineira. Mas também havia engenheiros estrangeiros no

fabrico de papel e de celulose, em Albergaria-a-Velha, na pintura de porcelana e no fabrico de vidro, na Vista Alegre, na produção de conservas, em Ovar, no descasque de arroz, em Salreu, no fabrico de curtumes, em Estarreja. Mas não abundavam.

Sensivelmente desde o final de Oitocentos e início de Novecentos, alguma imprensa local canta hosanas às indústrias e aos industriais. Esses seus «ativos conterrâneos» e os seus «arrojados empreendimentos» passam a ser obsequiados com frequência. «Oxalá, o público saiba corresponder à energia, dinheiro e trabalho despendidos de uma empresa de tão grande utilidade para esta região»¹³⁵. A indústria passa a ser olhada como «um benefício», um progresso para a região»¹³⁶. Em 1902, *O Concelho de Estarreja* refere-se à fábrica de conservas de Espinho como um «templo do trabalho»¹³⁷.

Nas primeiras décadas do século XX, as páginas da imprensa regional fazem com frequência o elogio do *self-made man*, criticando severamente a ociosidade dos que viviam dos rendimentos, longe das dificuldades do dia-a-dia: «de facto, no rude e esgotante *struggle for life* de todos os dias, na conquista do pão quotidiano pelo nosso esforço, é que se depuram, revelam e quilatam os caracteres; se patenteia a generosidade e a bondade; se disciplina e viriliza a vontade. Todo o homem que nessa luta cega e feroz, nesse choque intenso de ambições, conquista o seu pão sem esmagar os outros, fraterniza com os seus semelhantes, aconselhando-os, dirigindo-os, amando-os, no meio da mesma labutação, repartindo com eles, ainda por cima, o pão do seu trabalho, torna-se credor do respeito e da amizade dos seus concidadãos. É um exemplo a seguir»¹³⁸. Anos antes, a propósito das lisonjeiras palavras que Luís de Magalhães faz «à inteligência dos mestres Mónicas» a *Vitalidade* acrescenta: «esses homens, *trabalhadores*, além da *sagacidade de espírito* que possuem, são, também, *caracteres primorosos, sérios, leais e honrados, em todos os negócios*, o que dá mais realce aos seus nomes»¹³⁹.

5.1. Hesitações terminológicas e realidade social

Existe uma forte correlação entre a distribuição geográfica das fábricas e a dos seus fundadores. A esmagadora maioria dos sócios das sociedades inventariadas reside nos concelhos onde as unidades fabris foram estabelecidas. «Negociante», «comerciante» e «proprietário» são as indicações socioprofissionais mais referidas pelos notários, durante o período estudado. Após a I Guerra Mundial, assiste-se a um extraordinário alargamento socioprofissional da base de consti-

tuição das empresas industriais. O seu número por sociedade oscila em função da natureza das sociedades, como se pode ver nos quadros em anexo. Entre 2 e 3 nas sociedades em nome colectivo e entre 5 e 6 nas sociedades por quotas. Outro aspecto a salientar é o facto de um número elevado de indivíduos que apostam na indústria (cerca de 72%) ter estado envolvido antes em actividades muito diversas, nomeadamente no comércio e na pesca. Estas são as características fundamentais da massa de societários inventariados. A imprensa local possui informações abundantes sobre alguns desses indivíduos, mas um estudo prosopográfico não cabe nos propósitos deste estudo. É material para dar continuidade a um trabalho, de resto, já iniciado nos capítulos 2, 3 e 4 e em estudos anteriores¹⁴⁰. Mesmo assim, vale a pena referir um conjunto de dificuldades encontradas no estudo destas elites empresariais.

No tocante à indicação das profissões, os contratos notariais não são fiáveis. Para além dos erros frequentes, muitas vezes a profissão foi intencionalmente ocultada pelo título de «proprietário». É nas escrituras de dissolução, nas de cessão de quotas, bem como nos posteriores contratos para constituição de sociedades, que é mais frequente a categoria de «proprietário». É como se o notário quisesse fixar o reconhecimento público da promoção social de muitos indivíduos pelo facto de se terem envolvido numa qualquer sociedade. Na verdade, o «proprietário» era geralmente alguém que possuía título de propriedade. Como salientava Alfredo de Sousa, «Portugal era ainda há poucos anos o único país da Europa que, entre as profissões aceites para bilhete de identidade ou efeitos legais, tinha a de proprietário. Não lembra a ninguém. Proprietário não é profissão, quando muito é um estado financeiro. Mas em Portugal havia. Normalmente, proprietário não se referia a bens em título, mas a bens imóveis»¹⁴¹.

Como referem Nuno G. Monteiro e Conceição A. Martins, «a identificação dos indivíduos como “proprietários” foi extremamente rara antes do século XIX»¹⁴². Após a vitória do liberalismo, em 1834, especialmente depois de meados de Oitocentos, assiste-se a uma profunda alteração: «a ordem jurídica e política então vitoriosa irá consagrar a propriedade e o rendimento como requisitos fundamentais para o exercício dos direitos políticos (voto censitário), estipulando montantes determinados para se poder ser eleitor e elegível e consagrando até a figura dos (quarenta, em regra) maiores contribuintes como uma entidade com especiais responsabilidades na vida política local»¹⁴³.

Durante praticamente todo o período estudado, os «negociantes» e, de um modo geral, os «proprietários» são alvo de um tratamento social diferenciado. Não se estranhe, pois a desigualdade social inscrevia-se no quotidiano, do vestuário às

formas de tratamento, do comboio, que tinha terceira classe, ao cemitério, que tripartia os mortos (e os vivos) entre o jazigo, a campa rasa e grande cloaca que era a vala comum e privava a grande massa da população do ritual mnemónico. Esses fenómenos parecem dar consistência à tese de Arno Mayer sobre a perdurabilidade do Antigo Regime¹⁴⁴.

Ao indicar os nomes dos outorgantes de uma escritura celebrada em 1916, o notário Albano Duarte Pinheiro e Silva escreve: «como segundos [outorgantes], Albino Pinto de Miranda e *esposa*, Dona Maria Moreira Matos de Miranda, casados, *proprietários e comerciantes* [...]; como quartos, Manuel Pedro da Conceição e *mulher*, Joaquina Amélia Abrantes, *industriais* [...]»¹⁴⁵. Se atentarmos nos meus sublinhados facilmente veremos a diferente consideração social nas formas de tratamento dada a comerciantes, a proprietários e a industriais.

Uma década antes, Manuel Pedro da Conceição e sua mulher eram gente muito humilde: ele, pintor da Fábrica de Louça da Fonte Nova, e ela, empregada doméstica. Poderíamos ser levados a pensar que essa diferente forma de tratamento ficava a dever-se, neste caso, ao estigma da origem social humilde de Manuel Pedro da Conceição. De facto, no assento de casamento, em 1908, as testemunhas (não padrinhos) eram Albino Pinto de Miranda e o anterior proprietário da fábrica, Carlos Melo da Silva Guimarães. À margem pode-se ler: «os nubentes *não pagaram os selos por serem pobres*»¹⁴⁶. Mas o mesmo se passava noutros casos. Por outro lado, em 1916, Manuel Pedro da Conceição era um homem muito estimado e admirado, especialmente entre os seus correligionários, como testemunha o semanário republicano *O Democrata*: «A Fábrica da Fonte Nova é donde têm saído inigualáveis obras de arte, em faiança, espalhadas por todo o país e assim se compreende quão grande deva ser o contentamento dos que se orgulham de ver o nome da terra engrandecido à custa dos trabalhadores que nela produzem»¹⁴⁷.

Só bem mais tarde é que o industrial Manuel Pedro da Conceição (1876-1930), proprietário da Fábrica de Louça da Fonte Nova, é tratado como *proprietário* e a sua mulher como *dona e esposa* dele. Mas, entretanto, já tinha sido vereador da Câmara Municipal de Aveiro (1919-1923)¹⁴⁸, tinha adquirido bens próprios e a empresa, que fora salva da ruína económica pelo seu esforço, obtinha prémios e a admiração dos *connaisseurs* de cerâmica artística. Portanto, apenas como industrial, dificilmente este empresário seria nobilitado no espaço público.

De qualquer modo, embora seja difícil a sua contabilização, é possível afirmar que a maioria dos «proprietários» são «comerciantes» e especialmente «negociantes», pois em contratos anteriores, os notários dão conta das profissões desses indivíduos. O título de «proprietário» dava prestígio e abria portas.

Ao contrário do que tem sido afirmado, neste espaço geo-histórico, as designações «negociante» e «comerciante» são equivalentes. Não distinguem os que se dedicam ao comércio grossista do retalhista. O facto de uns e outros terem financiado tantas empresas industriais é um fenómeno conhecido desde finais do século XVIII, quando por força dos novos ventos, «o Estado se retirava para um papel mais discreto», como refere Jorge Miguel Pedreira: «O investimento fabril atraiu os negociantes, que substituíram o Tesouro no patrocínio dos técnicos estrangeiros»¹⁴⁹.

A designação de «industrial» nos notários como na imprensa regional, mesmo no início dos anos 20, é geralmente aplicada a mestres ou trabalhadores especializados dos mais diversos saberes profissionais, industriais ou não, além, obviamente, de se referir a industriais na acepção actual. Em Janeiro de 1922, a propósito da morte de Dionísio Coelho da Silva, proprietário da principal funilaria de Aveiro, sita na Rua Direita, *O Democrata* refere-o como «industrial e proprietário»¹⁵⁰. Em 1927, um dos elementos de uma sociedade que explorava um hotel era apresentado como «industrial», enquanto o outro era indicado como «negociante»¹⁵¹. O primeiro era certamente o sócio que efectivamente geria o hotel. Mas a sua utilização recorrente abarca um vasto leque de profissões, desde os ofícios de sapateiro, carpinteiro, padeiro, serralheiro, construtor naval, construtor civil, etc.¹⁵².

Por fim, não posso deixar de registar as enormes dificuldades que o estudo da indústria traz com o silêncio das fontes sobre as mulheres¹⁵³. Sem surpresa, em conformidade com o *Código Civil*, as mulheres surgem nos documentos compulsados de forma claramente residual. Poucas são as escrituras de constituição de sociedades em que as mulheres participam como outorgantes. Entre todos os documentos dos notários de Ovar, há referência breve a uma senhora, Maria Augusta Carreiro de Lemos, de Ovar, indicada como «proprietária e industrial» da tipografia Imprensa Civilização do Porto, sob a razão social Viúva Lemos, Sucessores¹⁵⁴. É a única referida como «industrial». São mais numerosas no comércio, mas também há mulheres nos actos notariais relacionados com a pesca. No ano de 1915, certamente já com idade avançada, trespassa a referida tipografia, assegurando nesse negócio uma pensão vitalícia de 25\$00. As restantes outorgam sempre em nome ou com autorização dos respectivos maridos.

NOTAS

¹ Carlos Bastien, *Temas e Problemas de História Empresarial*, 1996.

² Alain Cotta, *Dicionário de economia*, 1991, p. 102-105.

³ Peter F. Drucker, *Sociedade pós-capitalista*, 1993, p. 55.

⁴ José Engrácia Antunes, *Direito das sociedades comerciais. Perspectivas do seu ensino*, 2000, p. 31-32.

⁵ Mark Blaug, *A metodologia em economia*, 1994, p. 222.

⁶ Julio Segura, «Visiones analíticas de la empresa: evolucion y nuevos enfoques de viejos problemas», 1996, p. 38-39.

⁷ Michael Crew, *A teoria da empresa*, 1983, p. 19.

⁸ Peter F. Drucker, *Sociedade pós-capitalista*, 1993, p. 83.

⁹ Adolf A. Berle e Gardiner C. Means, *The Modern Corporation and Private Property*, transcrito em José Luis Garcia Ruiz, *História económica de la empresa moderna* [...], 1994, p. 113.

¹⁰ Alfred D. Chandler, Jr. e Herman Daems, *Hierarquias de gestão*, 1994, p. 1.

¹¹ Joseph A. Schumpeter, *Ensaio. Empresários, inovação, ciclos de negócio e evolução do capitalismo*, 1996. Vide, também, Julio Segura, «Visiones analíticas de la empresa [...]», 1996, p. 39; Ronald H. Coase, «The nature of the firm», *Economica*, vol. 4, n.º 16, p. 386-405, transcrito em José Luis Garcia Ruiz, *op. cit.*, p. 86-108

¹² Bernard Rosier, *As teorias das crises económicas*, 2001, p. 53-56.

¹³ Michael Crew, *A teoria da empresa*, 1983, p. 20.

¹⁴ *Idem, op. Cit.*, p. 161.

¹⁵ Philippe Bernoux, *A Sociologia das Empresas*, Porto, Rés-Editora, s. d., p. 7.

¹⁶ Cf. Jeremy Rifkin, *La fin du travail*, 1996. Numa perspectiva bem diferente, vide, também, Grupo Krisis, *Manifesto contra o trabalho*, 2003.

¹⁷ Bernard Rosier, *As teorias das crises económicas*, 2001, p. 117.

¹⁸ Grupo de Lisboa, *Limites à Competição*, 1994, p. 104-113.

¹⁹ Henrique Costa Gomes de Araújo, «A Empresa como escola. Os saberes circulantes numa casa do vinho do Porto», 1997, p. 73.

²⁰ Philippe Bernoux, *A Sociologia das Empresas*, s. d., p. 7.

²¹ Georges Friedman, *O futuro do trabalho humano*, 2.ª ed., 1981. Foi publicado em francês, em 1963.

²² Renaud Sansaulieu e Denis Segrestin, «Vers une théorie sociologique du travail», 1986, *apud* Ana Maria Kirschner, *Sociologia da empresa e responsabilidade social das empresas* [em linha], s. d. [consult. em Maio de 2007], disponível em [www: < http://www.nuso.org/upload/articulos/3343_2.pdf >](http://www.nuso.org/upload/articulos/3343_2.pdf).

²³ Jorge Vala *et al.*, *Psicologia social das organizações. Estudos em empresas portuguesas*, 1994, p. 1.

²⁴ Pedro Fraile, «La historia económica de la empresa como disciplina independiente [...], 1994, p. 38.

²⁵ *Idem, op. cit.*, p. 37-40.

²⁶ *Idem, op. cit.*, p. 44.

²⁷ Alfred D. Chandler, «Comparative business history», 1984, *apud*, Pedro Fraile, *op. cit.*, p. 44.

²⁸ Giulio Sapelli, «La construcción social e histórica de la empresa: para um novo modelo teórico», 1996, p. 474.

²⁹ *Ibidem.*

- ³⁰ *Idem, op. cit.*, p. 475.
- ³¹ *Ibidem.*
- ³² Pier Angelo Toninelli, «Business history as a field of research: the European perspective», 2002, p. 25-46.
- ³³ José Amado Mendes, «A história na empresa e a empresa na história», 1992, p. 436-437.
- ³⁴ José Amado Mendes, «Cultura empresarial e “nova história” das empresas», 1996, p. 141-158 e *idem*, «a “velha” e a “nova história” empresarial em Portugal, 1924-1994. Tendências e resultados», 1999, p. 97-113.
- ³⁵ Michèle Ruffat, «Faire de l’histoire en entreprise», 1992, p. 307-308.
- ³⁶ José Amado Mendes e Manuel Ferreira Rodrigues, *Ricardo Gallo. Um século de tradição e inovação no vidro, 1899-1999*, 1999, p. 18-19.
- ³⁷ Marc Bloch, *Introdução à História*, 1987, p. 28-29.
- ³⁸ Félix Torres, *Retour vers l’avenir: l’Histoire dans l’entreprise*, 1987, p. 28-29.
- ³⁹ Jorge Borges de Macedo, *A situação económica no tempo de Pombal*, 1982, p. 120.
- ⁴⁰ Inês Amorim, *Aveiro e a sua provedoria [...]*, 1996, p. 487.
- ⁴¹ *Código Commercial Portuguez approved por decreto de 18 de Setembro de 1833*, 1890.
- ⁴² «[...] que tendo existido entre eles uma *sociedade tácita*, em cuja propriedade está o Colégio Ovarense, desta vila» (ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1457-117, 10 de Abril de 1921, fls. 31-31 v.).
- ⁴³ ADAVR, Águeda, not. Pinho, liv. 463-93, fls. 31-32, 08-02-1886.
- ⁴⁴ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1098-25, fl. 41.
- ⁴⁵ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 903-302, 24 de Fevereiro de 1921, fls. 38 v-41 v.
- ⁴⁶ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 903-302, 23 de Abril de 1921, fl. 89 v.
- ⁴⁷ ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 698-80, 24 de Fevereiro de 1923, fl. 9 v.-10 v. *Itálico meu.*
- ⁴⁸ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 1364-4, 16 de Abril de 1901, fls. 48-49 v.
- ⁴⁹ J. Rodrigues Pinto Brandão, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 20, 1908, p. 51.
- ⁵⁰ José Amado Mendes, «A indústria portuguesa no século XIX. Achegas para o seu estudo», 1985, p. 30.
- ⁵¹ Art.º 98.º, *Código Commercial Portuguez [...] de 1833*, 1890.
- ⁵² Maria Lamas, *As mulheres do meu país*, 2002, p. 194.
- ⁵³ Augusto Forjaz (Pereira de Sampaio), *Portugal Contemporâneo*, 1905, pp. 220-221.
- ⁵⁴ ADAVR, Aveiro, not. Andrade, liv. 1683-18, fls. 1-2.
- ⁵⁵ ADAVR, Águeda, not. Rachão, liv. 1170-126, fls. 7-10, 25-11-1922.
- ⁵⁶ ADAVR, Aveiro, not. Gaspar, liv. 34, fls. 8 v.-10 v.
- ⁵⁷ Luís Bigotte Chorão, *A comercialística portuguesa e o ensino universitário do direito comercial no século XIX*, 1998, p. 23.
- ⁵⁸ José Engrácia Antunes, *Direito das sociedades comerciais [...]*, 2000, p. 44-45.
- ⁵⁹ J. Micklethwait e A. Wooldrige, *A Empresa. Breve história de uma ideia revolucionária*, 2006, p. 68.
- ⁶⁰ *Idem, op. cit.*, p. 74.

⁶¹ Transcrito por António Caeiro e M. Nogueira Serens, *Código Comercial. Código das Sociedades Comerciais. Legislação complementar*, 8.ª ed., 1994, p. 3-96.

⁶² José Engrácia Antunes, *Direito das sociedades comerciais* [...], 2000, p. 46.

⁶³ Yves Bernard e Jean-Claude Colli, *Dicionário económico e financeiro*, 1997, p. 251.

⁶⁴ Pol Guyimar'h, *Dicionário da Empresa*, 1997, p. 90.

⁶⁵ Miguel Angel Gallo e Vítor Sevilhano Ribeiro, *A gestão das empresas familiares*, 1996, p. 11-23.

⁶⁶ Jorge Fernandes Alves, *Os brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*, 1994, p. 286-289.

⁶⁷ Cf. Maria de Jesus Sousa de Oliveira e Silva, «As elites locais e a sua influência [...], 1994, p. 313-314.

⁶⁸ Art.º 37.º, *Código Commercial Portuguez approved por decreto de 18 de Setembro de 1833*, 180.

⁶⁹ J. Micklethwait e A. Wooldrige, *A Empresa. Breve história de uma ideia revolucionária*, 2006, p. 62.

⁷⁰ Luís da Cunha Gonçalves, *Comentário ao Código Comercial Português*, vol. I, 1914, p. 206-207.

⁷¹ *Idem*, *op. cit.*, p. 207.

⁷² J. Micklethwait e A. Wooldrige, *A Empresa. Breve história de uma ideia revolucionária*, 2006, p. 68.

⁷³ *Apud*, Luís da Cunha Gonçalves, *Comentário ao Código Comercial Português*, vol. I, 1914, p. 209.

⁷⁴ J. Micklethwait e A. Wooldrige, *op. cit.*, p. 18.

⁷⁵ *Idem*, *op. cit.*, p. 72.

⁷⁶ J. Micklethwait e A. Wooldrige, *op. cit.*, p. 73.

⁷⁷ *Idem*, *op. cit.*, p. 74-75.

⁷⁸ Luís da Cunha Gonçalves, *Comentário ao Código Comercial Português*, vol. I, 1914, p. 209. *Vide*, também, Adolfo de Azevedo Souto, *Lei das sociedades por quotas anotada*, 1963.

⁷⁹ J. Micklethwait e A. Wooldrige, *A Empresa. Breve história de uma ideia revolucionária*, 2006, p. 74.

⁸⁰ Alfred D. Chandler, Jr., *La mano invisible. La revolución en la dirección de la empresa norteamericana*, 1988.

⁸¹ Philippe Bernoux, *A Sociologia das Empresas*, s. d., p. 56.

⁸² Armando de Castro, «Sociedades anónimas», 1981, 52.

⁸³ *Ibidem*.

⁸⁴ *Ibidem*.

⁸⁵ «Companhia Aveirense de Navegação e Pesca», *O Democrata*, n.º 782, 23 de Junho de 1923, p. 2, c. 2.

⁸⁶ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1667-2, fls. 11-18.

⁸⁷ «Pesca do bacalhau», *Distrito d'Aveiro*, n.º 84, 21 de Outubro de 1917, p. 1, c. 6

⁸⁸ Manuel Ferreira Rodrigues, *A Jerónimo Pereira Campos* [...].

- ⁸⁹ *Ibidem*.
- ⁹⁰ Leslie Hannah, «Mão visível e mão invisível na Grã-Bretanha», 1994, p. 50.
- ⁹¹ Fernando Rosas, *O Estado Novo nos anos trinta, 1928-1938*, 1996, p. 93-94.
- ⁹² Jaime Reis, *O atraso económico português [...]*, 1993, p. 157-180.
- ⁹³ José Amado Mendes, «Etapas e limites da industrialização», 1993, p. 363-364. Pedro Lains chama a atenção para o período entre 1834 e 1851, «de tal forma que a Regeneração de 1851 já se deu num contexto de relativo desenvolvimento industrial» (Pedro Lains, «A indústria», 2005, p. 261).
- ⁹⁴ Pedro Lains, *A economia portuguesa no século XIX*, 1995, p. 61-62 e *idem*, «A indústria», 2005, p. 259. Também na área económica de Leiria, «a industrialização foi um processo lento» (Cf. Alda Mourão Filipe, *A formação do tecido empresarial na área económica de Leiria, 1836-1914*, 2000, p. 456).
- ⁹⁵ A. H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, «O surto industrial», 1991, p. 131.
- ⁹⁶ *Ibidem*.
- ⁹⁷ Pedro Lains, «A economia portuguesa no século XX: crescimento e mudança estrutural», 2005, p. 122.
- ⁹⁸ Jaime Reis, *O atraso económico português [...]*, 1993, p. 173.
- ⁹⁹ *Idem*, *op. cit.*, p. 171.
- ¹⁰⁰ «Os mestres Mónicas», *Vitalidade*, n.º 137, 14 de Novembro de 1897, p. 2, c. 3. Trata-se da transcrição de extractos da coluna assinada por Luís de Magalhães em *A Tarde*.
- ¹⁰¹ «Os mestres Mónicas», *Vitalidade*, n.º 137, 14 de Novembro de 1897, p. 2, c. 3.
- ¹⁰² Carlos Oliveira Santos, *Livro da Cortiça*, 2000, p. 74.
- ¹⁰³ Jaime Reis, *O atraso económico português [...]*, 1993, p. 171 e Cf. Pedro Lains, «A economia portuguesa no século XX [...], 2005, p. 66.
- ¹⁰⁴ A. H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, «O surto industrial», 1991, p. 131.
- ¹⁰⁵ Fernando Rosas, «A “indústria nacional”», 1994, p. 61-84.
- ¹⁰⁶ Miriam Halpern Pereira, *Diversidade e assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*, 2001, p. 23.
- ¹⁰⁷ Valentino José C. do Vale Alves, «O tecido empresarial conimbricense (1928-1936)», 1998, p. 176.
- ¹⁰⁸ António Rafael Amaro, *Economia e desenvolvimento da Beira Alta [...]*, 2006, p. 495.
- ¹⁰⁹ Manuel Ferreira Rodrigues, «O ensino técnico-profissional em Aveiro, 1867-1893», 1993, p. 25-52 e *idem*, «As elites locais e a Escola Industrial e Comercial de Aveiro, 1893-1924», 1996, p. 9-46.
- ¹¹⁰ «Esta escola é o verdadeiro liceu do Povo; belo estabelecimento, onde, de analfabetos, se têm feito grandes artistas» (Manuel Ferreira Rodrigues, «As elites locais e a Escola Industrial [...], 1996, p. 9).
- ¹¹¹ *Ibidem*.
- ¹¹² «Banco Regional de Aveiro», *Reacção*, n.º 29, 29 de Maio de 1920, p. 3, c. 4-5. *Itálico meu*.
- ¹¹³ «As grandes iniciativas», *O Democrata*, n.º 671, 23 de Abril de 1921, p. 1, c. 3-4.
- ¹¹⁴ «Uma liquidação honrosa», *O Democrata*, n.º 626, 5 de Junho de 1920, p. 1, c. 2-3.
- ¹¹⁵ Jaime Reis, *O atraso económico português [...]*, 1993, p. 169.
- ¹¹⁶ Cf. Manuel Ferreira Rodrigues, *A fundação da Associação Comercial de Aveiro e o estado da barra em meados do século XIX*, 1998, p. 65-66.

- ¹¹⁷ Jaime Reis, *O atraso económico português* [...], 1993, p. 30.
- ¹¹⁸ Nuno Luís Madureira, *A economia dos interesses. Portugal entre as guerras*, 2002, p. 41. Vide, também, António Rafael Amaro, «Os congressos regionais das beiras e o regionalismo em Portugal», 1996, p. 71-92.
- ¹¹⁹ Etimologia: it. *impresa* (1276) na acp. 'organização produtora de bens económicos' (1644), fem. substv. de *impreno* part. pas. de *imprender* 'empreender', do lat. vulg. *imprehendere*, este de *prehendere* 'prender'; ver *prend-*; f.hist. sXV *empresa*, sXV *empessa*, sXV *enpreza*, sXV *epresa* (*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 2003).
- ¹²⁰ *Ibidem*.
- ¹²¹ *Apud* Manuel Lisboa, *A indústria portuguesa e os seus dirigentes*, 2002, p. 280.
- ¹²² *Idem*, *op. cit.*, p. 285.
- ¹²³ Maria Filomena Mónica, «Capitalistas e industriais (1870-1914)», 1987, p. 820.
- ¹²⁴ Kenneth Boulding, *apud* Pedro Fraile, «La historia economica de la empresa como disciplina independiente [...]», 1994, p. 45-46.
- ¹²⁵ Pedro Fraile, *op. cit.*, p. 38.
- ¹²⁶ Manuel Lisboa, *A indústria portuguesa e os seus dirigentes*, 2002, p. 281.
- ¹²⁷ Oliveira Marreca, *Noções elementares de economia política*, 1991, p. 92 e 103. *Itálicos meus*.
- ¹²⁸ Cf. António Almodôvar e Maria de Fátima Brandão, «A indústria no pensamento económico. O caso português», 1998, p. 421-436.
- ¹²⁹ José M. Amado Mendes, *Bloqueios à inovação no tecido empresarial português, em finais do século XIX: achegas para o seu estudo*, 1990, p. 199-200 e *idem*, «Etapas e limites da industrialização», 1993, p. 365-367.
- ¹³⁰ «Assuntos regionaes. O Congresso de Aveiro», *O Democrata*, n.º 282, 1 de Agosto de 1913, p. 2, c. 2-6.
- ¹³¹ *Ibidem*.
- ¹³² José M. Amado Mendes, «A indústria durante o liberalismo», 1999, p. 217-221.
- ¹³³ Cf. José Amado Mendes, «O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos», 1992, p. 357-365.
- ¹³⁴ ADAVR, Fundo do Governo Civil, *Passaportes*, 1915.
- ¹³⁵ «Fabrica de serração e carpintaria», *Soberania do Povo*, n.º 3739, 10 de Novembro de 1915, p. 3. c. 4.
- ¹³⁶ «Fabrica de serração de madeira», *Jornal de Albergaria*, n.º 91, 1 de Fevereiro de 1913, p. 4. c. 2.
- ¹³⁷ *O Concelho de Estarreja*, n.º 53, 11 de Outubro de 1902, p. 2, c. 4-5.
- ¹³⁸ «Dr. Jaime de Magalhães Lima. Quem é S. Ex.ª», *O Democrata*, n.º 225, 14 de Junho de 1912, p. 1-2.
- ¹³⁹ «Os mestres Mónicas», *Vitalidade*, n.º 137, 14 de Novembro de 1897, p. 2, c. 3.
- ¹⁴⁰ Cf. Manuel Ferreira Rodrigues, *A dinastia Pereira Campos. Breve esboço prosopográfico*, 1995 e *idem*, «Os industriais de Cerâmica: Aveiro, 1882-1923», 1996, p. 631-682.
- ¹⁴¹ Alfredo de Sousa, «Os anos 60 da nossa economia», 1995, p. 617.

¹⁴² Nuno G. Monteiro e Conceição A. Martins, «Proprietário», 2002, p. 93-94.

¹⁴³ *Ibidem.*

¹⁴⁴ Cf. Arno Mayer, *La persistance de l'Ancien Régime, L'Europe de 1848 à la Grande Guerre*, 1981.

¹⁴⁵ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1142-69, fls. 27 v.-30 v.

¹⁴⁶ Manuel Ferreira Rodrigues, «Os industriais de cerâmica: Aveiro, 1882-1923», 1996, p. 639.

¹⁴⁷ «Fábrica da Fonte Nova», *O Democrata*, n.º 416, 7 de Abril de 1916, p. 2, c. 4-5.

¹⁴⁸ A vereação era encabeçada pelo médico Lourenço Peixinho. Dela faziam parte, entre outros, o comerciante Albino Pinto de Miranda (AMA, *Actas*, liv. 29, 12 de Agosto de 1919, fl. 156).

¹⁴⁹ Jorge Miguel Pedreira, «Industrialização e flutuações económicas, preços, mercados e inovação tecnológica. Apontamentos e reflexões sobre o caso português (1670-1890)», 1988, p. 289.

¹⁵⁰ «Necrologia», *O Democrata*, n.º 708, 14 de Janeiro de 1922, p. 2, c. 3.

¹⁵¹ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 576-152, fls. 2-3.

¹⁵² ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 866-227, fls. 16-17.

¹⁵³ Sobre esta matéria, *vide*, Irene Vaquinhas, «*Senhoras e mulheres*» na sociedade portuguesa do século XIX, 2000.

¹⁵⁴ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 881-280, 20 de Agosto de 1915, fls. 27 v.-30.

CONCLUSÕES

Se a construção de um texto desta natureza, que sugira a realidade evocada, é tarefa espinhosa, não obstante o recurso a metodologias reconhecidas e o significativo número de documentos compulsados, a redacção de uma síntese põe problemas maiores. É trabalho bem mais complexo. É, de certo modo, como diz Hayden White, «quanto mais sabemos do passado mais difícil se torna fazer generalizações sobre ele». Por isso, estas palavras, marcadas pelas circunstâncias da sua redacção, pela historicidade que as engendrou, serão sempre uma amputação, uma redução da diversidade, da riqueza de tempos e de lugares, de representações e de realidades que eu quis evocar ao longo do texto deste estudo e que só os leitores – especialistas ou não – podem multiplicar de sentidos.

O caminho-de-ferro marca o começo da modernidade no espaço geoeconómico da sub-região de Aveiro. Efectivamente, a chegada do comboio, em 1864, assinala o início de uma das mais profundas transformações regionais, alterando e reordenando as hierarquias dos espaços de troca, definindo a sua geografia industrial, esboçando igualmente o desenho da rede viária. Mais tarde, a partir de 1908-1914, não obstante as críticas de que foi alvo o seu traçado, a linha do Vale do Vouga desempenha um papel fundamental no processo industrializador dos concelhos interiores, nomeadamente dos de Albergaria-a-Velha e Águeda. Se numa primeira fase o comboio favorece Lisboa e Porto como pólos regionais, a partir dos anos 20, mercê da acção de uma elite política local activa, Aveiro torna-se, paulatinamente, um pólo regional embrionário, o centro de um espaço dinâmico mas complexo, então menos evidente do que nos dias que correm.

O movimento de formação de empresas industriais integra o fenómeno da industrialização do nosso país, que regista, a partir de 1870, um ritmo um pouco mais acelerado, embora esse fenómeno, nesta sub-região, seja mais visível a partir

da década seguinte. Respondendo às necessidades suscitadas pela urbanização, especialmente nas três primeiras décadas do século XX, o aumento do número de unidades industriais acelera-se a partir de 1900, sendo refreado apenas em 1924. Em 1911, estavam em actividade, neste espaço geoeconómico, cerca de 100 unidades industriais de natureza diversificada; em 1924, esse número passava de 250 e depois, apesar da quebra do crescimento, no segundo lustro dessa década, não se assiste a uma redução significativa do número de empresas. Foram os anos de maior incremento industrial, sobre os quais não parecerá desajustado o uso da expressão corrente de «surto industrial», o suficiente para permitir destacar esses anos dos que os antecederam.

Por outro lado, importa igualmente sublinhar que, nos anos estudados, foram definidos, no essencial, os vectores de especialização regional deste território, uma especialização que encontrou, *grosso modo*, nos limites dos concelhos que o compõem, as marcas da sua extraordinária heterogeneidade. Ainda que sejam muito importantes as suas inter-relações, cada concelho parece seguir um caminho próprio, potenciando o saber-fazer acumulado, as matérias-primas de que dispunha, a qualidade das ligações ao poder político central e municipal e a dinâmica demográfica que patenteava, favorecendo, assim, a manutenção de um mercado de proximidade. As cerâmicas em Aveiro e Ovar, a serralharia e as ferragens em Águeda, os lacticínios, os curtumes e os móveis metálicos em Estarreja, a seca do bacalhau e a construção naval na Gafanha, a porcelana na Vista Alegre, a torrefacção de chicória em Eixo, a tanoaria e a cordoaria em Ovar e em Esmoriz, às portas de Vila Nova de Gaia, o papel, a celulose e a fundição em Albergaria-a-Velha são exemplos eloquentes da conjugação dinâmica desses factores.

Alguns dos concelhos estudados, que na segunda metade do século XIX eram espaços «essencialmente» rurais, adquirem neste período uma clara vocação industrial. Tornam-se «inequivocamente industriais», como diz José Reis em relação a Águeda. De forma diversa, isso aconteceu mais precocemente em Aveiro, mas também em Ovar, cujo crescimento assentara, na segunda metade de Oitocentos, mais na pesca e no comércio grossista de vinhos, peixe e farinhas do que nas actividades industriais, nomeadamente das suas olarias. Afirmar-se-iam depois Águeda, Albergaria-a-Velha e Estarreja. Diferentemente, são todos servidos pelo caminho-de-ferro. Sem comboio, Vagos apresenta níveis reduzidos de integração económica. Sobre o concelho de Ílhavo dir-se-ia o mesmo não fossem as porcelanas da Vista Alegre, o bacalhau seco e os veleiros de madeira construídos na Gafanha. Águeda é talvez o caso mais extraordinário. Em 1900 era uma vilória rural de escassa importância económica. Graças aos atributos empresariais de um escol

de serralheiros e de ceramistas, iniciou um processo industrializador vitorioso. Mas como foram difíceis esses começos! Custa aceitar que a sua memória tarde tanto a ser resgatada de um silêncio que compromete o futuro.

Por razões óbvias, não pude contar com valores que me permitissem conhecer o volume dos negócios ou a produção industrial das empresas inventariadas. Todavia, os elementos disponíveis não negam o carácter incipiente da industrialização deste espaço geográfico, de resto testemunhado pelo reduzido número de sociedades anónimas registadas. Assim, é possível afirmar que estamos perante uma industrialização de sociedades por quotas, pois esta forma jurídica registou uma adesão significativa desde a data da sua criação, pela Lei de 11 de Abril de 1901. O predomínio do fabrico de bens de consumo, maioritariamente destinados ao mercado interno, e o fraco poder de compra da população ditaram a escala de muitas dessas empresas industriais. Mesmo assim, é possível afirmar que coexistiram três tipos de unidades. Refiro, em primeiro, as grandes fábricas, geralmente fundadas por algumas sociedades por quotas e pelas poucas sociedades anónimas, que constituem a nesga de modernidade do tecido industrial deste espaço geoeconómico. Depois havia um conjunto numeroso de empresas fabris, geralmente exploradas pela maioria das sociedades por quotas, dotadas de capitais mais significativos, que apenas poderiam sobreviver com mercados alargados. Incluo nesse grupo o fabrico de um vasto leque de produtos, como o queijo e a manteiga, a chichória, as massas alimentícias, os curtumes, o papel, os azulejos, a cerâmica doméstica, decorativa e de construção e a lixa. Por fim, as oficinas e as pequenas fábricas de características artesanais, dirigidas por empresários em nome individual ou por meio das muitas sociedades em nome colectivo, que tinham como horizonte os estreitos limites do concelho ou até das freguesias em que operavam.

Constituíam a maioria. Predominava a pequena empresa. A nossa paisagem industrial é caracterizada pela proliferação e disseminação de pequenas unidades. Por essa razão, não podemos desprezar o que nelas se passou. «Falsearíamos de facto o panorama do país real – afirma Armando de Castro – se nos limitássemos a descrever as características da actividade industrial de natureza fabril».

A produção para o mercado externo limitou-se quase tão-só às conservas e à pasta de papel, ainda que, como referi, algumas actividades industriais, em tempos e espaços diferentes, tenham exportado os seus produtos. Assim, terão sido exportados para Espanha, Brasil e colónias portuguesas faiança fina, porcelana e azulejos de revestimento, ovos-moles, lixa, madeiras e, possivelmente, algum fogo de artifício.

As indústrias alimentares, com a moagem e a panificação à cabeça, representavam perto de quarenta por cento do total das sociedades e empresas em nome

individual criadas no período em apreço. A indústria têxtil, que no conjunto das indústrias portuguesas ocupava um lugar cimeiro, não possuía expressão fabril nesta sub-região. Vinham, depois, as indústrias relacionadas com a madeira e, por fim, as actividades do trabalho dos metais.

Socialmente, as empresas em nome individual são fundadas por «artesãos», cujo capital essencial era o seu saber-fazer. A falta de capitais explica muitas vezes o seu envolvimento em sociedades em nome colectivo nomeadamente com grupos socioprofissionais ligados ao comércio. De modo diferente, as sociedades por quotas e as sociedades anónimas, prometendo melhor remuneração dos capitais, atraem um vasto leque de profissões, mormente durante e após a I Guerra Mundial. A sua importância económica e social fez-se sentir junto do poder político local, no quadro das tensões sociais, políticas, económicas e culturais dos anos 20. Todavia, globalmente, o grupo mais importante é formado por um vasto conjunto heterogéneo de empreendedores que os notários identificam, ora como «negociantes», ora como «proprietários».

Consideradas pela imprensa local como factores de progresso, as indústrias nascidas neste período desempenham um papel fulcral no desenvolvimento local e regional, não só pelo emprego que criam, mas por todo um vasto conjunto de transformações de natureza política, económica, social e cultural que promovem. Estas indústrias foram, em boa medida, o motor do processo que alterou de forma indelével a paisagem urbana da sub-região da ria de Aveiro, entre meados de Oitocentos e as primeiras décadas de Novecentos.

**QUADROS DAS SOCIEDADES
E EMPRESAS EM NOME INDIVIDUAL**

Quadro n.º 2.5 Refinação de sal marinho, 1912-1913

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital
Companhia Produtora de Sal de Aveiro ¹	SNC	1912-12-24	1913-12-13	Indeter.	Vera Cruz, Aveiro	3	30.000\$00

Legenda: SNC – Sociedade em Nome Colectivo. Fontes: vide «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 2.6 Sociedades que exploravam secas de bacalhau, 1904-1928

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital	Secas
[Marques Freitas & Companhia] ¹	SNC	1897?	[1903]	–	Lisboa	3	–	1
Parceria Marítima Oceano ²	SNC	1904	–	–	Gafanha, Ílhavo	–	–	1
Parceria Marítima Ilhavense ³	SNC	1908-01-09	1909-10-09	Indeter.	Ílhavo	05	8 000\$000	1
Parceria Marítima Aveirense (Graça, Cunhas & C.ª) ⁴	SNC	1911-01-03	1919-08-16	Indeter.	Aveiro	04	–	1
Parceria Marítima Africana ⁵	SNC	1912	1918?	Indeter.	Ílhavo	04	–	1
Parceria de Pesca Boa União ⁶	SNC	1912-03-16	1916-02-28	Indeter.	Ílhavo	05	2 500\$00	1
Empresa de Pesca Boa Esperança ⁷	SQRL	1915-12-13	1918-	Indeter.	Aveiro	09	33 000\$00	1
Bagão, Nunes & Machado, Limitada ⁸	SQRL	1917-02-20	–	Indeter.	Lisboa	–	–	1
Companhia Aveirense de Navegação e Pesca; SARL ⁹	SARL	1918-06-25	1923-06-??	Indeter.	Aveiro	09	1 000 000\$00	1
Nunes & Companhia ¹⁰	SNC	1918-11-03	1919-05-26	Indeter.	Ílhavo	–	–	1
Infante de Sagres, Limitada (Martins, Limitada) ¹¹	SQRL	1920-03-24	–	Indeter.	Gafanha, Ílhavo	03	50 000\$00	1
Sociedade Ilhavense Turuna (Agra & C.ª, Limitada.) ¹²	SQRL	1922-01-11	1928-03-26	Indeter.	Ílhavo	11	67 000\$00	2
Empresa Industrial de Pardilhó, Limitada ¹³	SQRL	1920-09-18	–	Indeter.	Pardilhó, Estarreja	08	40 000\$00	1
Empresa de Navegação e Exploração de Pesca ¹⁴	SQRL	1921-03-19	1928-06-21	Indeter.	Aveiro	13	180 000\$00	2
Parceria de Pesca, Limitada ¹⁵	SQRL	1922-03-10	1924-02-08	Indeter.	Aveiro	07	112 500\$00	1
Empresa Naval de Pesca, Limitada ¹⁶	SQRL	–	–	Indeter.	–	–	–	2
Emp. Pesca Boa Esperança (Cravo & Vilarinho, Lda.) ¹⁷	SQRL	1923-01-17	–	Indeter.	Gafanha, Ílhavo	04	270 000\$00	1
Parceria Marítima Pesca (Teiga, Vilarinho & C.ª, Lda.) ¹⁸	SQRL	1923-02-03	–	Indeter.	Gafanha, Ílhavo	08	240 000\$00	2
Empresa de Pesca de Aveiro, Limitada ¹⁹	SQRL	1928-05-26	–	Indeter.	Aveiro	13	1 000 000\$00	3

Legenda: SNC – Sociedade em Nome Colectivo; SQRL – Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada. Fontes: vide «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 2.7 Sociedades e respectivas fábricas de conservas de peixe e de legumes, em Ovar e em Aveiro, 1900-1924

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Sede	Sócios	Capital	Local da(s) fábrica(s)	Edificadas
Luso-Brasileira (João Andrade Corvo) ¹	ENI	1900	1903	Ovar	1	–	Estação de Ovar	1900
A Varina, Fábrica de Conservas (Gomes, Meneres & C.ª) ²	SCRL	1903	1908-06-01	Ovar	9	–	Estação de Ovar	1900
A Varina, Fábrica de Conservas (Gomes, Meneres & C.ª) ³	SNC	1903	1908-06-01	Ovar	9	–	Estação de Ovar e Furadouro	1900 1905
A Varina, Fábrica de Conservas (Ferreira, Brandão & C.ª) ⁴	SNC	1908-06-01	1912-03-08	Ovar	3	–	Estação de Ovar e Furadouro	1900 1905
A Varina, Fábrica de Conservas (Brandão & C.ª, Lda.) ⁵	SQRL	1912-03-08	1938-12-??	Ovar	5	–	Estação de Ovar e Furadouro	1900 1905
Fábrica de Conservas de Espinho (Brandão, Gomes & C.ª, Lda.) ⁶	SQRL	1915-07-28	–	Porto	4	200 000\$00	S. Jacinto	1909
Fábrica de Conservas Novo Futuro (Soares, Oliveira, Azevedo & C.ª) ⁷	SNC	1918-03-01	1918-09-19	Setúbal	4	–	S.ª M.ª Mártires, Aveiro	1918
Fábrica de Conservas Novo Futuro (Azevedo, Azevedo & C.ª, Lda.) ⁸	SQRL	1918-03-01	1918-10-18	Aveiro	7	14 600\$00	–	–
Fábrica de Conservas Novo Futuro (Azevedo, Azevedo & C.ª, Lda.) ⁹	SQRL	1918-10-18	1920-05-20	Aveiro	7	14 600\$00	S.ª M.ª Mártires, Aveiro	–
Ernest Bliebernicht & Companhia ¹⁰	SNC	–	–	Setúbal	–	–	Canal de S. Roque	–
Empresa Aveirense de Conservas, Limitada ¹¹	SQRL	1920-04-17	1923-06-??	Aveiro	24	150 000\$00	Canal de S. Roque	1920
Fábrica de Conservas Novo Futuro (Pereira, Reigota & C.ª, Lda.) ¹²	SQRL	1920-05-20	–	Aveiro	6	14 625\$00	S.ª M.ª Mártires, Aveiro	–
Conservas de S. Jacinto (Rocha, Prat & Companhia) ¹³	SNC	1921-08-18	–	Aveiro	6	58 000\$00	S. Jacinto	1922
A Salineira, Limitada (Lebres, Miranda, Limitada) ¹⁴	SNC	1921-06-08	1921-10-29	Aveiro	6	–	–	–
Sírius (Lebres, Miranda, Limitada) ¹⁵	SQRL	1921-10-29	–	Aveiro	6	160 000\$00	[Canal de S. Roque]	1922
Matos, Agra & Companhia, Limitada ¹⁶	SQRL	1924-03-15	–	Aveiro	6	420 000\$00	Canal de S. Roque	1920

Legenda: ENI – Empresa em Nome Individual; SCRL – Sociedade em Comandita de Responsabilidade Limitada; SNC – Sociedade em Nome Colectivo; SQRL – Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada.
Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 2.8 Sociedades e empresas em nome individual para a produção de lacticínios, 1912-1925

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital	%	Objecto
[Lacticínios de Salreu] ([1.º Visconde de Salreu)] ¹	ENI	1912	-	-	Salreu, Estarreja	1	-	-	M Q LP
Empresa de Lacticínios Holândia (Francisco Lopes Pereira) ²	ENI	1916	1920	-	Válega, Ovar	1	-	-	M
«Manteiga sem rival» (Agostinho da Silva Rebelo) ³	ENI	1917	-	-	Branca, Albergaria	1	-	-	M
José Pinto ⁴	ENI	1918	-	-	Águeda	1	-	-	M
Manuel Rodrigues Vieira & Companhia ⁵	SNC	1921-02-10	-	Indeter.	Glória, Aveiro	3	6 000\$00	-	M
Sociedade de Produtos Lácteos, Limitada ⁶	SQRL	1923-01-01	-	Indeter.	Avanca, Estarreja	51	300 000\$00	20	LP Q
Martins, Santos & Almeida, Limitada ⁷	SQRL	1924-02-01	-	Indeter.	Ovar	3	60 000\$00	-	L M
Joaquim Sequeira ⁸	ENI	1925	-	-	Albergaria-a-Velha	1	-	-	M
Fábrica de Lacticínio Colares Pinto (José Colares Pinto) ⁹	ENI	1925	-	-	Ovar	1	-	-	M

Legenda: ENI – Empresa em Nome Individual; SNC – Sociedade em Nome Colectivo; SQRL – Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada; M – Manteiga; L – Leite; LQ – Leite em pó; Q – Queijos.
Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 2.9 Empresas de moagem de cereais e descasque de arroz, 1874-1931

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital	%	Objecto social
[Fábrica de Moagem do Cojo] (Lima & Companhia) ¹	SNC	1874-11-01	-	10 anos	Vera Cruz, Aveiro	5	6 000\$000	-	M DA - - -
[Fábrica de Moagem de Ovar] (Costa & Souto) ²	SNC	1875-12-10	1876-09-15	10 anos	Ovar	2	3 292\$340	-	M DA - - -
[Fábrica de Moagem de Aradas] Cardoso & Carvalho ³	SNC	1887-12-31	1891-07-??	10 anos	Aradas, Aveiro	2	3 000\$000	-	M - - - CC
Fábrica de Moagem Aveirense [Manuel H. de Carvalho Cristo] ⁴	EN	1890-??-??	1903-05-11	-	Glória, Aveiro	1	-	-	M DA - - -
Tomé José dos Reis de Carvalho ⁵	ENI	189?-??-??	-	-	Vera Cruz?, Aveiro	1	-	-	M - - - -
Moagem e Serração de Pessegueiro (Sucena Castro & Melo) ⁶	SNC	1894-04-22	-	Indeter.	Pessegueiro, Águeda		44 000\$000	-	M S - - -
[Fábrica de Moagem de Águeda] (Joaquim de Carvalho e Silva) ⁷	ENI	1899-05-??	-	-	Águeda, Águeda	1	-	-	M - - - IR

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, concelho	Sóc.	Capital	%	Actividades
[Fábrica de Moagem de Ovar] (Francisco Peixoto Pinto Ferreira) ⁸	EN	11899-07-28	-	-	Ovar	1	-	-	M - - - -
[Fábrica de Moagem da Murtoza] (José Maria da Fonseca) ⁹	ENI	1900-06-2?	-	-	Murtoza, Estarreja	1	-	-	M - - - -
[Fábrica de Moagem de Estarreja] (Manuel da Silva Reis) ¹⁰	EN	11903-01-1?	-	-	Estarreja	1	-	-	M - - - -
Fábrica dos Santos Mártires (Cristo, Rocha, Miranda & C.ia) ¹¹	SNC	1903-05-11	1910-11-08	3 anos	Glória, Aveiro	6	22 920\$000	-	M DA S - MA
[Fábrica de Moagem de Ovar] (Soares Pinto & Companhia, Lda.) ¹²	SQRL	1904-12-05	1923-05-10	Indeter.	Ovar	4	32 000\$000	25	M DA - - PA
Empresa Cerâmica Ovarense (Peixoto, Filhos & Companhia) ¹³	SQRL	1908-07-13	1914-07-13	6 anos	Ovar	2	34 000\$000	-	M DACE - -
[Fábrica de Moagem de Ílhavo] (José António Paradelo) ¹⁴	ENI	1908-09-0?	-	-	Ílhavo	1	-	-	M - - - -
[Fábrica de Moagem de Albergaria (Francisco A. Silva Vidal) ¹⁵	ENI	1910-05-??	-	-	Albergaria-a-Velha	1	-	-	M - - - -
Fábrica dos Santos Mártires (Cristo, Rocha, Miranda & C.ia) ¹⁶	SQRL	1910-11-08	1913-05-11	15 anos	Glória, Aveiro	4	36 000\$000	-	M DA S - MA
Fábrica dos Santos Mártires (Cristo, Rocha, Miranda & C.ia) ¹⁷	SNC	1913-05-11	1920-10-20	10 anos	Glória, Aveiro	6	22 920\$000	-	M DA - - MA
União dos Industriais de Padaria do Distrito de Aveiro, Limitada ¹⁸	SQRL	1917-11-06	-	Indeter.	Ovar	6	5 075\$000	-	M - - - PA
União dos Industriais de Padaria do Distrito de Aveiro, Limitada ¹⁹	SQRL	1917-11-22	-	Indeter.	Ovar	8	6 425\$000	-	M - - - PA
Ovarina, Moagem e Descasque a Vapor (Nunes & C.ia, Lda.) ²⁰	SQRL	1918-09-16	1922-07-26	Indeter.	Ovar	5	20 000\$000	50	M DA - - CC
Empresa Comércio e Indústria, Limitada ²¹	SQRL	1919-10-29	-	Indeter.	Glória, Aveiro	5	25 000\$000	25	M S DEAZ C
Empresa Industrial da Mourisca, Limitada ²²	SQRL	1919-11-04	-	Indeter.	Mourisca, Águeda	4	12 000\$000	-	S M - - -
Serração e Moagem de Esmoriz (Pinto Rodrigues, Filhos & C.ia) ²³	SNC	1920-05-06	-	10 anos	Esmoriz, Ovar	5	45 000\$000	-	S M - - CC
Empresa União Industrial de Albergaria-a-Nova, Limitada ²⁴	SQRL	1920-07-06	-	Indeter.	Albergaria-a-Nova	4	55 000\$000	-	S M - - CC

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, concelho	Sóc.	Capital	%	Actividades
Moagem de Estarreja ([Moagem de Estarreja, SARL]) ²⁵	SARL	1920-07-1?	-	-	Estarreja	-	300 000\$000	-	M - - - -
Brandão & Irmão ²⁶	SNC	1920-07-27	1932-02-2?	Indeter.	Ovar	2	100 000\$000	-	M DA - - CC
Bonifácio & Irmão, Limitada ²⁷	SQRL	1920-08-01	-	Indeter.	Ovar		100 000\$000	-	DACC - - -
[Fábrica de Moagem e Serração de Eixo] (Abreu & Irmãos) ²⁸	SNC	1920-08-16	-	Indeter.	Eixo, Aveiro	4	80 000\$000	50	S DA M CECC
Companhia Aveirense de Moagens, SARL ²⁹	SARL	1920-10-28	-	Indeter.	Glória, Aveiro	9	1 200 000\$000	-	M DA - - V
Empresa Central Portuguesa, Limitada ³⁰	SQRL	1921-07-07	1927-07-02	Indeter.	Vera Cruz, Aveiro	8	30 000\$000	-	DACC - - -
A Provedora Ilhavense (Veiga, Vizinho & Companhia, Lda.) ³¹	SQRL	1922-02-04	1923-03-28	Indeter.	S. Salvador, Ílhavo	5	70 000\$000	-	M - - - CC
[Fábrica de Serração e Moagem de Arada] (Pais, Soares & Comp.ª) ³²	SNC	1922-02-16	1929-03-13	Indeter.	Arada, Ovar	4	17 500\$000	20	S M - - CC
Ovarina, Moagem e Descasque a Vapor (Nunes & C.ª, Lda.) ³³	SQRL	1922-08-01	-	Indeter.	Ovar	2	40 000\$000	75	M DA - - CC
Empresa de Albergaria-a-Velha, Limitada ³⁴	SQRL	1922-11-08	1930-04-08	Indeter.	Albergaria-a-Velha	9	110 000\$000	-	S M - - CC
Sociedade Industrial Atlântica, Limitada ³⁵	SQRL	1923-05-10	-	Indeter.	Ovar	12	800 000\$000	-	M - - - CC
A Ibérica de Aveiro (A Ibérica de Aveiro, Limitada) ³⁶	SQRL	1924-07-14	-	Indeter.	Aveiro	3	210 000\$000	-	S M DA - -
Francisco Brandão & Companhia, Limitada ³⁷	SQRL	1924-10-01	-	Indeter.	Ovar	3	300 000\$000	-	DACC - - -
Moinho da Branca (José Pires de Bastos & Companhia) ³⁸	SCP	1924-11-29	-	Indeter.	Branca, Albergaria	7	350\$000	-	M - - - -
Empresa Industrial da Madria, Limitada ³⁹	SQRL	1924-12-12	1928-01-2?	Indeter.	Ovar	2	56 000\$000	-	S MR M - MA
[Fábrica de Serração e Moagem de Arada] (Pais, Soares & Comp.ª) ⁴⁰	SNC	1929-03-14	-	Indeter.	Arada, Ovar	3	3 000\$000	-	S M - - CC
Moinho de S. João de Loure (Matos & Praça) ⁴¹	SCP	1931-04-17	-	Indeter.	SJ Loure, Albergaria	2	2 000\$000	-	M - - - -

Legenda: ENI - Empresa em Nome Individual; SCP - Sociedade Civil Particular; SCRL - Sociedade em Comandita de Responsabilidade Limitada; SNC - Sociedade em Nome Colectivo; SQRL - Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada; SARL - Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada. % - Capital realizado; AZ - Fabrico de azeite; M - Moagem de cereais; DA - Descasque de arroz; DE - Destilação; S - Serração de madeiras; CE - Cerâmica; O - outras; CC - Comércio de produtos correlativos; IR - Irrigação; MA - Massas alimentícias; MR - Mercenaria; PA - Panificação; V - produtos vários (fabrico de massas alimentícias, bolachas, panificação, comércio destes e de outros produtos. Indeter. - Prazo indeterminado. Fontes: vide «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 2.10 Empresas em nome individual e sociedades constituídas para o fabrico de pão, 1868-1931

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital	Objecto e produtos
[Padaria de Ovar] ([Magalhães & Silva]) ¹	[SNC]	1868-01-15	–	2 anos	Ovar	2	–	–
Padaria Flor de Aveiro (Francisco da Naia Sardo) ²	ENI	1880-?-?-?	1917-01-17	–	Vera Cruz, Aveiro	1	–	(BL)
[Padaria de Cacia] ([Quaresma & Dias]) ³	[SNC]	1880-12-28	–	8 anos	Cacia, Aveiro	2	–	–
[António de Pinho Carlota & Filho] ⁴	[SNC]	1882-10-12	–	Indeter.	Ovar	2	1 000\$000	–
Manuel Homem de Carvalho Cristo ⁵	ENI	1893	–	–	Glória, Aveiro	1	–	–
Padaria Lisbonense (José da Silva Matos) ⁶	ENI	1897-07-29	1908-11-2?	–	Águeda	1	–	(PL, PB e PR)
António Nunes Pároco ⁷	ENI	1902-05-22	–	–	Aveiro	1	[150\$000]	–
Padaria Ferreira (António Maria Ferreira) ⁸	ENI	1903-01-17	–	–	Vera Cruz, Aveiro	1	–	(PF)
Padaria Aveirense (Teixeira & Companhia) ⁹	SNC	1904-09-01	1914-11-09	–	Glória, Aveiro	2	1 600\$000	–
Padaria Aguedense (José da Silva Matos) ¹⁰	ENI	1904-03-2?	1908-11-2?	–	Águeda	1	–	(PF e PB)
Padaria Moderna (Francisco de Oliveira Salvador) ¹¹	ENI	1904-11-20	–	–	Ovar	1	–	–
[Melo & Pereira] ¹²	SNC	1905-12-19	1906-05-09	5 anos	Esgueira, Aveiro	2	–	–
[Padaria do Forno](Domingos de Oliveira) ¹³	ENI	1907-02-09	1912-02-09	5 anos	Ovar	1	–	–
Padaria Pátria (Manuel Caetano de Matos) ¹⁴	ENI	1908-04-12	1909-02-03	–	Ovar	1	700\$000	–
Padaria Aguedense (Ventura Simões Aidos) ¹⁵	ENI	1908-11-2?	19015-11-01	–	Águeda	1	–	(PL, PB, PR e B)
Padaria Bijou de Aveiro (José da Silva Matos) ¹⁶	ENI	1908-11-2?	–	–	Vera Cruz, Aveiro	1	1 500\$000	(PL, PB e PR)
Padaria Pátria (Barbosa & Santos) ¹⁷	SNC	1909-02-03	1913-10-07	–	Ovar	2	700\$000	–
Morais & Domingues ¹⁸	SNC	1909-05-29	1909-09-03	–	Esgueira, Aveiro	2	–	Padaria e taberna
A Panificadora ¹⁹	SQRL	1910-04-24	–	–	Ovar	50	2 500\$000	–
Padaria S. João (Manuel Caetano de Matos) ²⁰	ENI	1910-09-14	–	–	Vera Cruz, Aveiro	1	–	–
Padaria Lisbonense ([Silva & Delgado]) ²¹	SNC	1910-12-07	–	–	Eixo, Aveiro	2	300\$000	–
[Brandão & Guilherme] ²²	SNC	1911-06-0?	–	–	Ovar	2	–	–

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital	Objecto e produtos
Padaria Albergariense (Manuel Pereira Feliz & Irmão) ²³	SNC	1911-09-2?	-	-	Albergaria-a-Velha	2	-	(PF, PS e PB)
Padaria Bijou (António Ribeiro da Silva) ²⁴	ENI	1911-11-19	-	-	Águeda	1	-	(PB)
Padaria Bijou ([Macedo & Silva]) ²⁵	SNC	1912-08-07	1919-01-10	-	[Vera Cruz], Aveiro	2	500\$00	(PB)
Padaria Aitão ([Álvaro de Sousa Simões]) ²⁶	ENI	1912-08-31	-	-	Esgueira, Aveiro	1	300\$00	Padaria e taberna
Padaria Bijou (José da Silva Matos) ²⁷	ENI	1912-11-03	-	-	Albergaria-a-Velha	1	-	(PB)
Padaria Pátria (Domingos Pereira Tavares) ²⁸	ENI	1913-10-07	1913-11-21	-	Ovar	1	950\$00	-
Padaria Pátria (Tavares, Oliveira & Companhia) ²⁹	SNC	1913-11-21	1914-06-03	Indeter.	Ovar	3	950\$00	(Pe BI)
[Miguel Figueiredo] ³⁰	[ENI]	1914-01-30	1915-02-19	5 anos	Ovar	1	-	-
Padaria Pátria (Tavares, Oliveira & Companhia) ³¹	SNC	1914-06-03	1916-01-22	Indeter.	Ovar	3	950\$00	-
Padaria Bijou (António Ribeiro da Silva) ³²	ENI	1914-08-14	-	-	Fermentelos, Águeda	1	-	(PB)
[Miguel Figueiredo] ³³	ENI	1915-02-19	-	5 anos	Ovar	1	-	-
Padaria Aguedense (Manuel Barreiros de Macedo) ³⁴	ENI	1915-11-01	-	-	Águeda	1	-	(PL, PB, PR e B)
A Panificia Aveirense (A Cooperativa de Aveiro) ³⁵	SCRL	1917-01-01	-	Indeter.	Vera Cruz, Aveiro	-	250\$00	Padaria e mercearia
[Nunes & Bastos] ³⁶	[SNC]	1917-01-17	-	5 anos	[Vera Cruz], Aveiro	2	600\$00	-
Padaria Pátria ([Martelo & Companhia]) ³⁷	SNC	1917-11-05	-	-	Ovar	4	350\$00	-
União dos Industriais de Padaria do Distrito de Aveiro ³⁸	SQRL	1917-12-22	-	Indeter.	Ovar	6	6 425\$00	-
Teixeira & Valente ³⁹	SNC	1918-07-14	-	Indeter.	Glória, Aveiro	2	200\$00	-
Macedo & Araújo ⁴⁰	SNC	1919-01-01	1924-01-07	Indeter.	Albergaria-a-Velha	3	2 500\$00	-
Padaria Aguedense ([Brinco & Morais]) ⁴¹	SNC	1919-07-25	-	-	Águeda	2	-	-
Macedo & Silva ⁴²	SNC	1919-01-10	-	-	Vera Cruz, Aveiro	2	6 500\$00	-
[José Nunes dos Santos] ⁴³	ENI	1919-10-31	-	-	Estarreja	1	1 500\$00	-
Santos & Companhia ⁴⁴	SNC	1919-11-15	-	-	Glória, Aveiro	3	3 193\$38	-
Araújo, Fernandes & Silva ⁴⁵	SNC	1919-12-30	-	-	Pessegueiro, Águeda	3	630\$00	-
[Cunha & Companhia] ⁴⁶	[SNC]	1920-02-18	1920-09-12	5 anos	Vagos	2	-	-
Santos & Reis ⁴⁷	SNC	1920-04-27	-	Indeter.	Aveiro	2	3 200\$00	Padaria e mercearia

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital	Objecto e produtos
[Maria José Pedro] ⁴⁸	ENI	1920-06-17	–	–	Murtosa, Estarreja	1	400\$00	–
Padaria Central (Major & Tavares, Limitada) ⁴⁹	SQRL	1921-06-02	1922-02-13	Indeter.	Estarreja	2	10 100\$00	Padaria e com. cereais
Empresa Central Portuguesa, Limitada ⁵⁰	SQRL	1921-07-07	1922-06-26	Indeter.	Ovar	7	–	Padaria e com. cereais
Companhia Aveirense de Moagens, Lda. ⁵¹	SARL	1921-07-08	–	–	Glória, Aveiro	–	9 100\$00	–
Joaquim da Silva Gravato ⁵²	ENI	1921-10-29	–	–	Pardelhas, Estarreja	1	1 000\$00	–
Padaria S. Bernardo ([Almeida & Matos]) ⁵³	SNC	1921-11-19	–	–	Congosta, Estarreja	2	–	–
José Luís Ferreira de Abreu ⁵⁴	ENI	1921-12-31	1922-11-16	–	Estarreja	1	2 000\$00	–
Ventura & Irmão ⁵⁵	[SNC]	1922-06-26	–	–	Ovar	2	–	–
Abrantes & Companhia, Limitada ⁵⁶	SQRL	1922-08-16	1923-11-12	Indeter.	Águeda	3	–	–
Matos & Martelo ⁵⁷	SNC	1922-09-05	–	Indeter.	Ovar	2	40 000\$00	–
[Figueiredo & Bracinha] ⁵⁸	[SNC]	1922-11-16	–	Indeter.	Estarreja	2	2 000\$00	–
Padaria Macedo (Manuel Barreiros de Macedo & Filho) ⁵⁹	SNC	1923-08-16	–	Indeter.	Aveiro	2	20 000\$00	Padaria e mercearia
Padaria Calado (António Fernandes Abreu) ⁶⁰	ENI	1923-10-24	–	–	Pardelhas, Estarreja	1	500\$00	–
[Matos & Pimpão] ⁶¹	ENI	1925-02-03	–	12 anos	Avanca, Estarreja	1	5 000\$00	–
Padaria Azevedo (José Nunes de Azevedo) ⁶²	ENI	1925-04-12	–	–	S. Bernardo, Aveiro	1	–	–
Sucena & Companhia, Limitada ⁶³	SQRL	1927-03-16	–	Indeter.	Águeda	2	5 000\$00	(PT)
Maia & Simões, Limitada ⁶⁴	SQRL	1930-11-03	–	Indeter.	Ílhavo	2	13 200\$00	Padaria e mercearia
Henriques & Oliveira, Limitada ⁶⁵	SQRL	1930-11-19	–	Indeter.	Valongo, Águeda	2	5 000\$00	–
Dias & Silva ⁶⁶	SQRL	1931-01-28	–	Indeter.	Alquerubim, Albergã	2	10 000\$00	–

Legenda: B – bolos; BI – biscoitos; P – pão; PB – pão *bijou*; PF – pão fino; PL – pão lisboense; PR – pão ralado; PT – pão trigo; SF – Pão superfino; ENI – Empresa em Nome Individual; SCLL – Sociedade em Comandita de Responsabilidade Limitada; SNC – Sociedade em Nome Colectivo; SQRL – Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada; SARL – Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada. Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 2.11 Fabricação de bolachas, confeitaria e pastelaria e chocolate, 187?-1928

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital
Confeitaria Mourão ¹	ENI	187?	–	–	Vera Cruz, Aveiro	1	–
Confeitaria Gamelas (Santos Gamelas & Filho) ²	ENI	–	1883-08-07	–	Vera Cruz, Aveiro	2	–
Fábrica de Chocolate de Aveiro ³	ENI	1904-10-??	–	–	Vera Cruz, Aveiro	1	–
Fabrica de Bolachas A Democrata ⁴	SCI	1910-12-31	–	Indeter.	Vera Cruz, Aveiro	3	1 300\$00
Celeste de Ovar (Celeste Gomes Pinho) ⁵	ENI	–	–	–	Ovar	1	–
Ideal de Ovar (Francisco Peixoto Pinto Ferreira) ⁶	ENI	–	–	–	Ovar	1	–
Eugénio Samico Breda ⁷	ENI	1918-05-1?	–	–	Águeda	1	–
Confeitaria e Pastelaria Central ⁸	[SNC]	1920-08-2?	–	–	Vera Cruz, Aveiro	2	–
Confeit. Mourão (M. E. Ramos, Sucessores, Lda.) ⁹	SQRL	1924-01-28	–	Indeter.	Glória, Aveiro	2	10 000\$00
Pastelaria Central, Limitada ¹⁰	SQRL	1928-03-10	–	Indeter.	Vera Cruz, Aveiro	3	28 000\$00

Legenda: ENI – Empresa em Nome Individual; SNC – Sociedade em Nome Colectivo; SQRL – Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada. Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 2.12 Fabricação de massas alimentícias, 1921-1925

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	%	Capital
Empresa Central Portuguesa ¹	SQRL	1921-07-07	1927-07-28	Indeter.	Vera Cruz	8	–	300 000\$00
Sociedade Indústrias Alimentícias, Limitada ²	SQRL	1925-05-25	1925-08-26	Indeter.	[Vera Cruz], Aveiro	4	–	300 000\$00
Sociedade Peninsular, Limitada ³	SQRL	1925-06-22	–	Indeter.	[Vera Cruz], Aveiro	4	10	300 000\$00

Legenda: SQRL – Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada. Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 2.13 Secagem e torrefação de chicória, 1897-1928

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital
Manuel Marques Janvelho ¹	ENI	1897	–	–	Eixo, Aveiro	1	–
Suiguez, Lemos & Companhia ²	SCP	1900-12-10	1901-12-17	10 anos	Eixo, Aveiro	7	–
Moimenta, Simões & Figueiredo ³	[SNC]	1912-04-29	–	Indeter.	Eixo, Aveiro	3	20 000\$00
João Simões Pereira ⁴	ENI	–	1912	–	Eixo, Aveiro	1	–
Manuel Luís Ferreira ⁵	ENI	–	–	–	Eixo, Aveiro	1	–
José Fernandes de Jesus ⁶	ENI	1912	–	–	Eixo, Aveiro	1	–
Eduardo Barbosa ⁷	ENI	1912	1927	–	Vera Cruz, Aveiro	1	–
Manuel Rodrigues Fernandes Júnior ⁸	ENI	–	–	–	Eixo, Aveiro	1	–
Francisco José Pais ⁹	ENI	1912	192?	–	Vera Cruz, Aveiro	1	–
Vicira & Alves ¹⁰	SNC	1916-11-01	–	Indeter.	Ílhavo	2	3 000\$00
Pinho & Irmão ¹¹	SNC	1921-03-09	1920-02-??	Indeter.	Esgueira, Aveiro	2	12 000\$00
Costa & Gonçalves ¹²	SNC	1923-04-03	1926-07-03	Indeter.	Vera Cruz, Aveiro	2	100 000\$00
Gomes & Cravo ¹³	SCI	1928-05-01	–	Indeter.	Aveiro	2	5 000\$00

Legenda: ENI – Empresa em Nome Individual; SCI – Sociedade de Capital e Indústria; SCP – Sociedade Civil Particular; SNC – Sociedade em Nome Colectivo. Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 2.14 Sociedades para a fabricação de bebidas alcoólicas e refrigerantes, 1901-1922

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital
Coelho, Ganhavida, Silvas & Companhia ¹	SNC	1901-05-09	1902-05-19	Indeter.	Corteça, Ovar	6	600\$00
Coelho, Castro & Companhia ²	SNC	1902-05-19	–	Indeter.	Corteça, Ovar	4	2 400\$00
Fábrica de Gasosas e Pirolitos(Garcês & Santos) ³	SNC	1904-04-23	1906-03-02	Indeter.	[Vera Cruz, Aveiro]	2	1 000\$00
Fábrica Gasosas e Pirolitos (A. M. dos Santos & C. ^{1a}) ⁴	SNC	1906-03-27	[1908]	Indeter.	[Vera Cruz, Aveiro]	2	700\$00
Manuel Tavares de Sousa ⁵	ENI	1914-01-29	–	–	Vera Cruz, Aveiro	1	600\$00
Fábrica de Gasosas de Ovar (Soares, Pais & Gomes) ⁶	SNC	1922-10-15	–	Indeter.	Ovar	3	15 000\$00
A Mercantil do Vouga, Limitada ⁷	SQRL	1924-03-06	1927-04-13	Indeter.	Esgueira, Aveiro		450 000\$00

Legenda: ENI – Empresa em Nome Individual; SNC – Sociedade em Nome Colectivo e SQRL – Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada. Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 3.4 Sociedades constituídas para o fabrico de tecidos de algodão, 1894-1896

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital
Bastos & Reis ¹	SCS	1894-03-08	1894-06-16	Indeter.	Ovar	3	3 343\$000
Ferreira & Bastos ²	SCI	1894-06-16	1896-07-01	Indeter.	Ovar	2	1 950\$000

Legenda: SCI – Sociedade de Capital e Indústria; SCS – Sociedade em Comandita Simples. Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 3.5 Sociedades e empresas em nome individual para a fabricação de cordoaria, 1885-1922

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital
Fernandes & Irmão ¹	SNC	1885-01-01		2 anos	Esmoriz, Ovar	2	–
Romeira & Irmão ²	SNC	1891-01-01	1903-04-13	Indeter.	Esmoriz, Ovar	2	6788\$340
Joaquim Pinto de Castro & Rodrigues ³	SCI	1895-11-04	–	3 anos	Esmoriz, Ovar	2	2000\$000
Marques de Sá, Rodrigues & Ferreira ⁴	SNC	1903-03-21	1904-03-03	Indeter.	Esmoriz, Ovar	3	–
Marques de Sá & Ferreira ⁵	SNC	1904-03-03	1905-03-04	Indeter.	Esmoriz, Ovar	2	–
Marques de Sá & Rodrigues ⁶	SNC	1905-03-04	1908-03-20	Indeter.	Esmoriz, Ovar	2	16 000\$000
[Manuel José Marques de Sá] ⁷	ENI	1908-03-20	–			1	16 000\$000
Mourão & Pichel ⁸	SNC	1916-04-01	1920-05-17	5 anos	Esmoriz, Ovar	2	1000\$00
Castro, Leça & Ferreira ⁹	SNC	1918-01-01	–	Indeter.	Esmoriz, Ovar	3	300\$00
Rola, Irmão & Companhia ¹⁰	SNC	1920-01-01	–	Indeter.	Cortegaça, Ovar	3	18 000\$00
Castro, Oliveira & Sá ¹¹	SNC	1920-07-01	–	Indeter.	Esmoriz, Ovar	3	900\$00
Pinto Rodrigues, Filhos & Companhia ¹²	SNC	1922-04-10	–	Indeter.	Esmoriz, Ovar	6	45 000\$00
Pinto Rodrigues & Gomes ¹³	SNC	1922-04-13	–	15 anos	Esmoriz, Ovar	2	18 000\$00

Legenda: ENI – Empresa em Nome Individual; SCI – Sociedade de Capital e Indústria; SNC – Sociedade em Nome Colectivo. Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 3.6 Empresas em nome individual e sociedades constituídas para o fabrico de Chapéus, 1881-1931

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital
Santos & Irmão ¹	SNC	1872-04-??	1876-12-31	–	S. Vicente de Pereira, Ovar	2	–
[João Gomes] ²	ENI	1883	–	–	Glória, Aveiro	1	–
Chapelaria Moderna (Joaquim Coelho da Silva) ³	SNC	1883	1912-07-??	–	Glória, Aveiro	1	–
Barata & Pereira ⁴	SNC	1911-08-15	1911-11-15	Indeter.	Águeda	2	291\$520
Chapelaria Moderna (Viúva de Joaquim Coelho da Silva) ⁵	ENI	1912-07-??	–	–	Glória, Aveiro	1	–
Chapelaria Ideal (Eduardo Coelho da Silva) ⁶	ENI	1914-01-??	–	–	Glória, Aveiro	1	–

Legenda: ENI – Empresa em nome individual; SNC – Sociedade em nome colectivo. Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 3.7 Empresas em nome individual e sociedades constituídas para o fabrico de curtumes, 1881-1931

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital
[Costa & Ferreira] ¹	[SNC]	1881-09-03	1884-03-03	–	Albergaria-a-Velha	2	–
Fernando Homem Cristo & Companhia ²	SNC	1890-06-10	1900-03-22	–	Glória, Aveiro	2	6 375\$000
[José Marques de Almeida & Irmão] ³	[SNC]	1894	–	–	Glória, Aveiro	–	–
Empresa Antuã ⁴	SNC	1914-09-??	1922-07-29	Indeter.	Estarreja	4	5 300\$00
Empresa Curtumes de Ovar (Tavares & C. ^{1a}) ⁵	SQRL	1920-10-25	1920-11-09	Indeter.	Ovar	7	25 000\$00
Empresa Fabril e Comercial de Ovar, Lda. ⁶	SQRL	1920-11-13	1928-02-1?	Indeter.	Ovar	7	30 000\$00
Companhia de Curtumes Antuã ⁷	SARL	1922-07-29	–	Indeter.	Estarreja	15	500 000\$00

Legenda: SNC – Sociedade em nome colectivo; SQRL – Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada; SARL – Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada. Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 3.8 Sociedades para o fabrico de calçado, 1920-1923

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital
Sapataria de Filipe & Silva ¹	SNC	1920-03-18	1920-10-21	Indeter.	Ovar	2	400\$00
Empresa Aveirense Manufatura e venda de Calçado ²	SQRL	1921-01-14	–	Indeter.	[Vera Cruz], Aveiro	3	12 000\$00
Calçado Andrade & Santos, Limitada ³	SQRL	1923-01-02	1923-05-28	Indeter.	Ovar	2	12 000\$00

Legenda: SNC – Sociedade em Nome Colectivo; SQRL – Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada. Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 3.9 Empresas em nome individual e sociedades constituídas para a Serração de madeiras, 1872-1931

Denominação (Firma)	Natju	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital	%	Objecto
[Serração de Albergaria-a-Velha] (A. Feitas Sucena & Irmão) ¹	SNC	1872-??-??	-	-	Albergaria-a-Velha	2	-	-	S - - -
Moagem e Serração de Pessegueiro (Sucena, Castro & Melo) ²	SNC	1894-04-22	-	Indeter.	Pessegueiro, Águeda	4	4 000\$000	-	M S - -
[Fábrica dos Santos Mártires] (Cristo, Rocha, Miranda & C.ia) ³	SQRL	1903-05-11	1913-05-11	15 anos	Glória, Aveiro	6	22 920\$000	-	M S Da Ma
[Fábrica de Telha das Agrad] (Jerónimo Pereira Campos & Filhos) ⁴	SNC	1911-05-??	1913-01-25	Indeter.	Glória, Aveiro *		30 000\$000		S - - -
Vitarães & Mendes ⁵	SNC	1911-11-1?	1912-02-0?	-	Requeixo, Aveiro *	2	-	-	S - - -
[Fábrica de Serração de Salreu] ([Visconde de Salreu]) ⁶	ENI	1912-??-??	-	Indeter.	Salreu, Estarreja *	1	-	-	S - - -
Fáb. Cerâmica e Serração das Quintãs (Duarte Tavares Lebre & C.ª) ⁷	SNC	1913-08-30	-	Indeter.	Quintãs, Aveiro *	6	10 500\$00	-	Ce S - -
Companhia Industrial e Comercial Vaguense, SARL ⁸	SARL	1913-11-08	-	Indeter.	Vagos	11	10 500\$00	-	Ce S - -
Cunha e Silva & Companhia, Limitada ⁹	SQRL	1917-10-22	-	Indeter.	Válega, Ovar	4	11 250\$00	-	S - - -
Santos, Gonçalves & Companhia ¹⁰	SNC	1917-12-03	-	Indeter.	S. Vicente Peira, Ovar	3	4 500\$00	-	S Cc Cl -
Fábrica de Serração da Estação (Gama & Oliveira Guerra) ¹¹	SNC	1918-12-18	-	Indeter.	Vera Cruz, Aveiro *	2	25 000\$00	-	S Cc - -
Empresa Comércio e Indústria, Limitada ¹²	SQRL	1919-10-29	-	Indeter.	Glória, Aveiro	5	25 000\$00	25	M S Cr Fa
Empresa Industrial da Mourisca, Limitada ¹³	SQRL	1919-11-04	-	Indeter.	Mourisca, Águeda	4	12 000\$00	-	S M - -
Serração e Moagem de Esmoriz (Pinto Rodrigues, Filhos & C.ia) ¹⁴	SNC	1920-05-06	-	10 anos	Esmoriz, Ovar *	5	45 000\$00	-	S M Cc -
Fábrica de Serração da Mourisca (Correias Bastos, Limitada) ¹⁵	SQRL	1920-06-01	1920-12-31	Indeter.	Trofa, Águeda	3	50 000\$00	73	S Cc - -
Fábrica de Serração da Mourisca (Correia Bastos & Simões, Lda.) ¹⁶	SQRL	1920-06-01	1924-01-19	Indeter.	Trofa, Águeda	2	20 000\$00	-	S - - -
Empresa União Industrial de Albergaria-a-Nova, Limitada ¹⁷	SQRL	1920-07-06	-	Indeter.	Albergaria-a-Nova *	4	55 000\$00	-	S M Cc -
[Fábrica de Moagem e Serração de Eixo] (Abreu & Irmãos) ¹⁸	SNC	1920-08-16	-	Indeter.	Eixo, Aveiro	4	80 000\$00	50	S M Da Ce

Serração de Santo António ([Arcanjo Figueiredo Rés]) ¹⁹	ENI	1921-07-??	-	-	Águeda *	1	-	-	S	-	-	-
[Fábrica de Serração e Moagem de Arada] (Pais, Soares & Comp.a) ²⁰	SNC	1922-02-16	1929-03-13	Indeter.	Arada, Ovar *	4/3	17 500\$00	20	S	M	Cc	-
[Serração da Borralha] (Abrantes, Passinha & Companhia, Lda.) ²¹	SQRL	1922-08-24	-	Indeter.	Borralha, Águeda	3	40 000\$00	-	S	Cr	-	-
Empresa de Albergaria-a-Velha, Limitada ²²	SQRL	1922-11-08	1930-04-08	Indeter.	Albergaria-a-Velha	9/5	110 000\$00	-	S	M	Cc	-
Devesa, Marques & Rodrigues, Limitada ²³	SQRL	1924-03-18	-	Indeter.	R. Fráguas, Albergaria	4	30 000\$00	30	S	Cc	-	-
A Ibérica de Aveiro (A Ibérica de Aveiro, Limitada) ²⁴	SQRL	1924-06-19	1930-??-??	Indeter.	Aveiro*	3	210 000\$00	-	S	M	Da	Cr
Empresa Industrial da Madria, Limitada ²⁵	SQRL	1924-12-01	1928-01-2?	Indeter.	Ovar *	2	56 000\$00	-	S	Mr	M	-
[Serração de Fermentelos] (Augusto Condeço & Companhia) ²⁶	SNC	1925-??-??	-	-	Fermentelos, Águeda	3/2	[60 000\$00]	-	S	-	-	-
José Correia Bastos & Filho ²⁷	SNC	1926-05-29	-	Indeter.	Mourisca, Águeda	2	20 000\$00	10	Cr	S	-	-
José Ferreira Soares & Companhia, Limitada ²⁸	SQRL	1927-01-15	1828-06-27	Indeter.	Ovar *	2	40 000\$00	-	S	-	-	-
Leite, Gomes & Companhia, Limitada) ²⁹	SQRL	1928-06-27	-	Indeter.	Ovar *	3	30 500\$00	-	S	-	-	-
[Fábrica de Serração e Moagem de Arada] (Pais, Soares & Comp.a) ³⁰	SNC	1929-03-14	-	Indeter.	Arada, Ovar *	3	3 000\$00	-	S	M	Cc	-
Fábrica de Serração e Carpintaria Mecânica de Manuel Corga ³¹	ENI	1930-0?-??	-	-	Albergaria-a-Velha	1	-	-	S	Cr	Cx	-
[Fábrica de Serração de Esmoriz] (Alves & Ribeiro) ³²	ENC	1931-01-??	-	-	Esmoriz, Ovar *	-	-	-	-	-	-	-

Legenda: ENI – Empresa em Nome Individual; SCP – Sociedade Civil Particular; SQRL – Sociedade em Comandita de Responsabilidade Limitada; SNC – Sociedade em Nome Colectivo; SQRL – Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada; SARL – Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada. % – Capital realizado; M – Moagem de cereais; Da – Descasque de arroz; Fa – Destilação e fabrico de azeite; S – Serração de madeiras; Ce – Cerâmica; O – outras; Cc – Comércio de produtos correlativos; Cr – Carpintaria; Cx – Caixotaria; Ir – Irrigação; L – Lenhas; Ma – Massas alimentícias; Mr – Marcenaria; Panificação; Indeter. – Prazo indeterminado. * Fábrica próxima do caminho-de-ferro. Fontes: *vide* Fontes e notas dos quadros.

Quadro n.º 3.10 Sociedades e empresas em nome individual para a exploração de carpintarias e marcenarias, 1897-1930

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital	%	Activid.
[(Carpintaria de Albano Ferreira Sucena, Suc.)] ¹	ENI	1897-?-?-?	-	-	Borralha, Águeda	1	-		C
[(Marcenaria de Ângelo da Rosa Lima)] ²	ENI	189?-?-?-?	-	-	Glória, Aveiro	1	-		M
Carpintaria e Marcenaria de Manuel Lopes Palavra ³	ENI	1907-01-?-?	-	-	Ovar	1	-		C
[Carpintaria de João Gomes Soares] ⁴	ENI	1910-04-21	-	-	Alquerubim, Albergaria	1	-		C M
Marcenaria Popular ([Francisco Ferreira]) ⁵	ENI	1910-?-?-?	-	-	Albergaria-a-Velha	1	-		M
Marcenaria 12 de Agosto (Francisco Casimiro da Silva) ⁶	ENI	1911-03-?-?	-	-	Glória, Aveiro	1	-		M
[(Marcenaria de Carlos Francisco do Paço)] ⁷	ENI	1915-01-?-?	-	-	Águeda	1	-		M
Carpintaria e Marcenaria a vapor (Guerra & Figueiredo) ⁸	SNC	1915-07-13	1920-11-10	Indeter.	Águeda	2	6 000\$00	50	C M
Empresa Comércio e Indústria, Limitada ⁹	SQRL	1919-10-29	-	Indeter.	Glória, Aveiro	5	25 000\$00	25	S C
[Serração da Borralha] (Abrantes, Passinha & Companhia, Lda.) ¹⁰	SQRL	1922-08-24	-	Indeter.	Borralha, Águeda	3	40 000\$00		S C
Fábrica a vapor de Móveis (Joaquim Rodrigues) ¹¹	ENI	1924-?-?-?	-	-	Estarreja	1	-		M
A Ibérica de Aveiro (A Ibérica de Aveiro, Limitada) ¹²	SQRL	1924-06-19	1930-?-?-?	Indeter.	Aveiro	3	210 000\$00		S C
[Carpintaria Mecânica da Mourisca] (José Correia Bastos & Filho) ¹³	SNC	1926-05-29	-	Indeter.	Mourisca, Águeda	2	20 000\$00	10	C S
Marcenaria Rino (Armando de Almeida Rino) ¹⁴	ENI	1925-06-2?	-	-	Águeda	1	-		M C
Marcenaria de Martins & Candeias (Martins & Candeias) ¹⁵	SNC	1925-?-?-?	-	-	Vera Cruz, Aveiro	2	-		M
Fábrica de Serração e Carpintaria Mecânica de Manuel Corga ¹⁶	ENI	1930-?-?-?	-	-	Albergaria-a-Velha	1	-		S C

Legenda: ENI – Empresa em Nome Individual; SNC – Sociedade em Nome Colectivo; SQRL – Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada. % – Capital realizado. C – Carpintaria; M – Fabricação de mobiliário; S – Serração de madeira. Fontes: *Verde* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 3.11 Sociedades e empresas em nome individual para a fabricação de produtos de tanoaria, 1880-1924

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital
Ferreira & Marques ¹	[SNC]	1880-09-15	1881-10-09	3 anos	Esmoriz, Ovar	2	800\$000
Silva & Silva ²	[SNC]	1888-11-12	1892-01-12	6 anos	Cortegaça, Ovar	2	200\$000
Rodrigues, Sá & Ferreira ³	[SNC]	1888-11-18	1892-11-18	4 anos	Esmoriz, Ovar	3	600\$000
Carrelhas, Cunha & Costa ⁴	[SNC]	1890-08-11	1892-03-14	3 anos	Ovar	3	300\$000
António & Rocha ⁵	SNC	1902-01-??	1906-05-24	–	Esmoriz, Ovar	2	–
(Marques de Oliveira & Companhia) ⁶	SNC	1908-04-29	1910-11-24	–	Vera Cruz, Aveiro	3	–
(Manuel Marques de Oliveira & Filhos) ⁷	SNC	1910-06-25	1913-01-06	Indeter.	Trofa (Mourisca), Águeda	3	300\$000
Costa, Ferreira & Marques ⁸	[SNC]	1917-11-01	–	6 anos	Esmoriz, Ovar	3	900\$00
Brandão & Ribeiro ⁹	SNC	1917-11-23	–	Indeter.	Ovar	2	9 000\$00
Ernesto Garcia de Brito & Companhia ¹⁰	SNC	1918-03-28	–	1 ano	Esmoriz, Ovar	4	2 500\$00
Marques, Ferreira & Fardilha ¹¹	SNC	1918-05-08	1918-07-02	Indeter.	Esmoriz, Ovar	3	1 450\$00
Sá, Ferreira & Fardilha ¹²	SNC	1918-10-28	–	1 ano	Esmoriz, Ovar	3	750\$00
Gama, Marques & Lima ¹³	SNC	1918-11-18	–	Indeter.	Cortegaça, Ovar	3	6 000\$00
Carvalho, Silva & Companhia ¹⁴	SNC	1919-03-29	1919-09-29	Indeter.	Arada, Ovar	3	15 000\$00
Abel & Oliveira ¹⁵	SNC	1919-07-01	1922-02-24	Indeter.	Cortegaça, Ovar	2	3 000\$00
Gradim, Oliveira & Branco ¹⁶	SNC	1919-07-01	1920-01-02	Indeter.	Cortegaça, Ovar	3	600\$00
Oliveira, Soares & Alves ¹⁷	[SNC]	1919-07-03	–	Indeter.	Arada, Ovar	4	3 000\$00
Ribeiro & Santos ¹⁸	[SNC]	1919-08-01	1920-10-14	–	Ovar	2	–
Marques, Filho & Gomes ¹⁹	SNC	1919-09-01	–	–	Maceda, Ovar	3	1 500\$00
Monteiro & Sarabando ²⁰	SNC	1919-11-24	1923-06-19	Indeter.	Esmoriz, Ovar	2	8 000\$00
Gradim & Oliveira ²¹	SNC	1920-01-01	1921-02-14	Indeter.	Cortegaça, Ovar	2	400\$00
Dias & Oliveira ²²	SNC	1920-01-01	–	Indeter.	Esmoriz, Ovar	2	5 000\$00
José Francisco da Silva & Filho ²³	SNC	1920-01-01	1923-01-01	Indeter.	Cortegaça, Ovar	3	3 000\$00
Fernandes, Silva & Companhia ²⁴	SNC	1920-01-08	1921-01-03	Indeter.	Arada, Ovar	3	1 200\$00
Martins, Costa, Torres & Companhia, Lda. ²⁵	SQRL	1920-02-21	–	Indeter.	Ovar	4	4 000\$00
Reis & Santos ²⁶	SNC	1920-03-01	1925-02-20	Indeter.	Cortegaça, Ovar	2	600\$00
Silva, Pinto & Companhia ²⁷	SNC	1920-04-01	1922-04-03	Indeter.	Arada, Ovar	3	6 000\$00
Domingues & Ribeiro ²⁸	[SNC]	–	1922-07-24	–	Esmoriz, Ovar	2	–
Almeida, Soares & Leite ²⁹	SNC	1920-04-02	–	Indeter.	Cortegaça, Ovar	3	3 000\$00

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital
Silva, Oliveira & Almeida ³⁰	SNC	1920-04-07	–	Indeter.	Cortegeça, Gavinho	3	900\$00
José Francisco da Silva & Filho ³¹	SNC	1920-04-20	–	Indeter.	Cortegeça	2	3 000\$00
Manuel Ferreira da Cruz & Companhia, Lda. ³²	SQRL	1920-04-22	1920-04-28	Indeter.	Esmoriz	2	10 000\$00
Oliveira & Alves ³³	SNC	1921-07-15	–	Indeter.	Arada, Pedras de Cima	2	5 000\$00
Inácio, Neves & Companhia, Limitada ³⁴	SQRL	1921-12-01	–	Indeter.	Ovar, Largo A. Garrett	3	150 000\$00
Silva, Pinto & Jorge ³⁵	SNC	1922-04-15	–	Indeter.	Arada	3	9 600\$00
Correia & Silva ³⁶	SNC	1924-07-01	–	Indeter.	Cortegeça, Lavoura	2	40 000\$00
Ferreira & Companhia ³⁷	SNC	1924-01-17	–	Indeter.	Esmoriz	4	100 000\$00

Legenda: SNC – Sociedade em Nome Colectivo; SQRL – Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada. Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 3.12 Sociedades congéneres formadas por tanoeiros do concelho de Ovar noutras localidades, 1880-1926

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital
José Marques & Filho ¹	SNC	–	1892-09-26	–	Porto	3	600\$000
Ferreira & Azevedo ²	[SNC]	1888-04-02	1888-05-26	5 anos	Porto, Campanha	2	400\$000
Francisco José da Silva & Filhos ³	[SNC]	1894	1898-03-20	–	Porto	3	–
Oliveira & Silva ⁴	[SNC]	1902-11-25	1910-03-25	–	Gondomar, Rio Tinto	2	Não indicado
Marques & Oliveira ⁵	[SNC]	1904	1907-09-14	–	Entre-os-Rios, Penafiel	2	–
Marques, Oliveira & Silva ⁶	SNC	1908-04-23	1910-11-24	Indeter.	Vera Cruz, Aveiro	3	606\$519
Manuel Marques de Oliveira & Filhos ⁷	[SNC]	1910-06-25	1913-01-06	10 anos	Trofa, Águeda	3	300\$000
Lourosas & Almeida ⁸	SNC	1917-02-24	1918-12-23	Indeter.	Porto	4	4 668\$64
Filipe, Marques & Pinto ⁹	SNC	–	1921-02-24	Indeter.	Vila Nova de Gaia	5	–
Marques, Sá & Vieira ¹⁰	SNC	1920-10-23	1921-04-23	Indeter.	Porto	3	6 000\$00
Sá & Vieira ¹¹	SNC	1921-04-23	–	Indeter.	R. do Freixo, Porto	2	4 000\$00
Gomes & Irmãos ¹²	SNC	1921-11-24	1922-12-16	Indeter.	R. J. M. Mariani, Gaia	2	4 000\$00
Ferreira & Santos ¹³	SQRL	1926-02-09	–	Indeter.	Torres Vedras	2	10 000\$00

Legenda: NI – Em Nome Individual; SCRL – Sociedade em Comandita de Responsabilidade Limitada; SNC – Sociedade em Nome Colectivo; SQRL – Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada; SARL – Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada. Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 3.13 Empresas em nome individual e sociedades constituídas para o fabrico de rolhas de cortiça, 1915-1922

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital
Guimarães, Irmão & Tavares, Limitada ¹	SQRL	1915-07-01	–	Indeter.	Valmaior, Albergaria	3	5 000\$00
The Ovar Cork, Limitada ²	SQRL	1923-08-??	–	–	S. Cristóvão, Ovar	–	–

Legenda: SQRL – Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada. Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 3.14 Sociedades e empresas em nome individual para o fabrico de papel e de pasta de papel, 1870-1927

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital
Papel							
Fábrica de Papel de Valmaior ([Ferreira & Tavares]) ¹	[SNC]	1870-1871	1872-12-05	–	Valmaior, Albergaria	2	–
Fábrica de Papel de Valmaior (Ferreira, Tavares & Tellier) ²	SCI	1872-12-05	1875-05-08	Indeter.	Valmaior, Albergaria	3	–
Fábrica de Papel de Valmaior ([Ferreira & Tavares]) ³	[SNC]	1875-05-08	1877-08-06	–	Valmaior, Albergaria	2	–
Fábrica de Papel de Valmaior (Henry Burnay & Companhia) ⁴	SNC	1881	1889-12-??	–	Valmaior, Albergaria	–	–
Fábrica de Papel de Valmaior (Companhia de Papel do Prado) ⁵	SARL	1889-12-??	–	–	Valmaior, Albergaria	–	–
[Fábrica de Papel de Ovar] (Ferreira & Baptista) ⁶	SNC	1922-10-31	1927-05-21	–	Arada, Ovar	2	30 000\$00
Fábrica de Sacos de Papel (Germano Marques da Silva) ⁷	ENI	1927	–	–	Albergaria-a-Velha	1	–
Pasta de Papel							
The Caima Thimber Estate and Wood Paper Company, Ld. ⁸	SQRL	1888	–	–	Valmaior, Albergaria	–	–
The Caima Company, Limitada ⁹	SQRL	1922-04-19	–	–	Valmaior, Albergaria	6	4 000 000\$00

Legenda: ENI – Empresa em Nome Individual; SCI – Sociedade de Capital e Indústria; SNC – Sociedade em Nome Colectivo; SARL – Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada. Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 3.15 Empresas em nome individual e sociedades para a exploração de jornais e de tipografias, 1882-1927

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital	Activid.
Imprensa Aveirense ¹	[ENI]	–	–	–	Aveiro	1	–	– –
Tipografia Aveirense ²	[SNC]	–	–	–	Aveiro	2	–	– –
Imprensa Comercial ³	[ENI]	–	–	–	Aveiro	2	–	– –
Tipografia <i>Povo de Aveiro</i> ⁴	SNC	1882-05-10	1883-08-07	Indeter.	Glória, Aveiro	5	–	J –
Tipografia <i>Povo de Aveiro</i> ⁵	SNC	1883-08-07	1884-12-07	Indeter.	Glória, Aveiro	10	477\$000	J –
Tipografia do <i>Ovarense</i> ⁶	[SNC]	[1883-07-22]	–	–	Ovar	2	–	J D
Fernando de Vilhena & Companhia ⁷	SCI	1886-10-??	1890-06-18	Indeter.	Vera Cruz, Aveiro	2	392\$965	D –
Minerva Central ⁸	[ENI]	1885-??-??	–	–	Glória, Aveiro	1	–	– –
[Tipografia de José Bernardes da Cruz] ⁹	[ENI]	189?-??-??	–	–	Glória, Aveiro	1	–	– –
[Tipografia Silva] ¹⁰	[ENI]	1896-??-??	–	–	Glória, Aveiro	1	–	– –
Tipografia do Correio de Albergaria (Pinto & Silva) ¹¹	SNC	1896-12-03	–	Indeter.	Albergaria-a-Velha	2	363\$000	J D
Empresa Tipográfica da Murtoza ¹²	SCP	1905-05-07	1907-05-07	5 anos	Pardelhas, Estarreja	10	2 000\$000	J D
Empresa Tipográfica da Murtoza ¹³	SCP	1907-05-07	–	5 anos	Pardelhas, Estarreja	3	2 000\$000	J D
Tipografia Voz de Angeja ¹⁴	[SCI]	1908-01-18	–	–	Angeja, Albergaria	2	2 000\$000	J D
Minerva de Procópio de Oliveira? ¹⁵	[ENI]	190?-??-??	–	–	Ílhavo	1	–	– –
Emp Propaganda Democrática Independência de Águeda, SARI ¹⁶	SARL	1910-10-13	1911-10-28	Indeter.	Águeda	6	700\$000	J –
Tipografia Moderna [de <i>O Brado</i>] ¹⁷	[SNC]	191?-??-??	–	–	Ílhavo	2	–	– –
Imprensa Pátria ¹⁸	[SNC]	1911-11-29	–	–	Ovar	2	–	– –
Empresa da Independência de Águeda, SARI. ¹⁹	SARI.	1912-02-14	–	Indeter.	Águeda	6	700\$000	J –
Tipografia de António da Conceição Rocha ²⁰	ENI	–	–	–	Vera Cruz, Aveiro	1	–	– –
Tipografia Vitalidade (Rebello & Companhia) ²¹	SCP	1918-02-23	–	Indeter.	Vera Cruz, Aveiro	3	3 000\$000	D –
Tipografia Neves & Nunes ²²	SNC	1918-06-19	1920-10-21	Indeter.	Águeda	2	700\$000	D –
Tipografia Progresso (Ulisses, Cristo & Companhia, Limitada) ²³	SQRL	1920-06-21	–	Indeter.	Glória, Aveiro	2	5 000\$000	D P
Ramos & Guimarães ²⁴	SNC	1927-04-30	–	Indeter.	Vera Cruz, Aveiro	2	13 000\$000	D P
Tipografia Silva & Capeleiro, Limitada ²⁵	SQRL	1927-05-15	1929-08-15	Indeter.	Albergaria-a-Velha	2	4 000\$000	D –

Legenda: ENI – Empresa em Nome Individual; SCI – Sociedade de Capital e Indústria; SCP – Sociedade Civil Particular; SCRL – Sociedade em Comandita de Responsabilidade Limitada; SNC – Sociedade em Nome Colectivo; SQRL – Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada; SARI – Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada. J – Impressão de jornais e outras publicações periódicas; D – Impressão não especializada. FONTES: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 4.17 Empresas em nome individual e sociedades para a fabricação de diversos produtos químicos, 1883-1927

Denominação (Firma)	Nat'ju	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital
Adubos							
Empresa dos Adubos da Ria de Aveiro ¹	SARL	1921-10-20	1926-05-??	Indeter.	Vera Cruz, Aveiro	10	1 000 000\$00
Tintas							
[Fab. de Tintas de Ovar] (Godinho & Companhia) ²	SNC	1922-07-13	–	Indeter.	Ovar	3	18 000\$00
Sabão							
João de Miranda Ascenso ³	ENI	1859-07-??	–	–	Vagos	1	200\$000
Manuel Henriques ⁴	ENI	1862	–	–	Albergaria-a-Velha	1	500\$000
Taveira & Melício ³	SNC	1862	190?	–	Aveiro	1	2 000\$00
Fábrica de Sabão de Águeda (Sucena & Companhia) ⁶	SQRL	1922-03-22	–	Indeter.	Águeda	2	6 000\$00
Fábrica de Sabão de Aveiro (Manuel Cristo & C. ^{1a}) ⁷	SQRL	1922-08-16	1926-05-06	Indeter.	Glória, Aveiro	2	150 000\$00
(Caldeira, Alcântara & Companhia, Limitada) ⁸	SQRL	1923-04-01	–	Indeter.	Albergaria-a-Velha	3	15 000\$00
(Frade, Ferreira & Marques) ⁹	SNC	1925-12-07	1928-02-27	Indeter.	Arada, Ovar	3	60 000\$00
(Sociedade de Produtos de Metal, Limitada) ¹⁰	SQRL	1928-05-28	1928-07-06	Indeter.	Vera Cruz, Aveiro	2	16 000\$00
Pirotectnia							
(Bento Maria dos Santos Freire) ¹¹	ENI	[1883]	–	–	Vera Cruz, Aveiro	1	–
(João Maria da Silva Henriques) ¹²	ENI	[1883]	–	–	Aveiro e Veiros, Estarreja	1	–
(João Inácio de Matos) ¹³	ENI	[1883]	–	–	Aveiro	1	–
(José Inácio) ¹⁴	ENI	[1905]	–	–	Aveiro	1	–
(José Maria Henriques Júnior) ¹⁵	ENI	[1913]	–	–	Veiros, Estarreja	1	–
(Acácio Marinho Laranjeira) ¹⁶	ENI	1919	–	–	Aveiro	1	–
(União Pirotécnica, Limitada) ¹⁷	SQRL	1920-10-27	1921-07-08	Indeter.	Valmaior, Albergaria-a-Velha	2	1 000\$00
(Manuel Luís Pereira & Filhos) ¹⁸	SNC	1927-??-??	–	Indeter.	Folgoselhe, Águeda	2	–

Legenda: ENI – Empresa em nome individual; SNC – Sociedade em nome colectivo; SQRL – Sociedade por quotas de responsabilidade limitada. Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 4.18 Fabricação de cristal, vidro plano e cristalaria, 1866-1907

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital	Obj.
Fábrica de Porcelana (Ferreira Pinto Basto & Filhos) ¹	SNC	1866-07-26	1880	–	Vista Alegre, Ílhavo	13	58 500\$000	1-2-3
[Fábrica da Malhada]([João Cruz e Costa]) ²	[ENI]	1859	?	–	Ílhavo	1	[100\$000]	1-2
Fábrica Nacional de Vidros Aveirense ³	SNC	1888-02-19	1891-03-16	Indeter.	Glória, Aveiro	4	2 000\$00	1-2
Jerónimo Pereira Campos & Filhos ⁴	SNC	1903	1907	Indeter.	Glória, Aveiro	4	–	1

Legenda: ENI – Empresa em nome individual; SNC – Sociedade em nome colectivo; Obj. – Objecto social. 1 – Vidro plano (vidraça); 2 – Vidro de embalagem e produtos de cristalaria; 3 – Cristal. Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 4.19 Fabricação de artigos de faiança de uso doméstico e decorativo e de azulejo, 1861-1929

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital	Obj.
Fábrica de Louça do Cojo ¹	ENI	1861-02-19	1890-12-05	–	Glória, Aveiro	1	–	2
Fáb. de Louça da Fonte Nova ([Melo Guimarães & C.ª]) ²	[SNC]	1882-01-01	1886-05-08	Indeter.	Glória, Aveiro	2	4 000\$000	2-3
Fáb. de Louça de Pessegueiro (Sucena & Sucena, Lda.) ³	SNC	1885	1886-02-08	Indeter.	Pessegueiro, Águeda	2	989\$800	1
Fábrica de Louça da Fonte Nova (Carlos M. Guimarães) ⁴	ENI	1886-05-08	1908-07-31	–	Glória, Aveiro	1	4 000\$000	2-3
Fábrica de Louça do Cojo (Ana J. Santos Marques) ⁵	ENI	1890-12-05	1907-04-1?	–	Glória, Aveiro	1	600\$000	2
Fábrica dos Santos Mártires (João Aleluia & C.ª) ⁶	SNC	1905-02-14	1906-04-24	19 anos	Glória, Aveiro	5	1 250\$000	2-3
Fábrica dos Santos Mártires (João Aleluia) ⁷	ENI	1906-04-24	1930-??-??	–	Glória, Aveiro	1	1 250\$000	2-3
Fáb. de Louça da Fonte Nova ([M. P. Conceição & C.ª]) ⁸	SNC	1908-08-31	1914-03-18	Indeter.	Glória, Aveiro	2	12 000\$000	2-3
Fáb. de Louça da Fonte Nova (M. P. Conceição & C.ª) ⁹	SNC	1916-04-06	1919-06-16	Indeter.	Glória, Aveiro	2	18 000\$00	2-3
(António Pereira de Resende) ¹⁰	ENI	1917-02-??	–	–	Ladeira, Albergaria-a-Velha	1	–	2
Fábrica de Louça da Fonte Nova ¹¹	ENI	1919-06-16	1930-??-??	Indeter.	Glória, Aveiro	1	18 000\$00	2-3
Empresa de Louça e Azulejo, Lda. ¹²	SQRL	1919-11-28	–	Indeter.	Glória, Aveiro	8	25 000\$00	2-3

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital	Obj.
Cerâmica do Outeiro ([Carneiro & Guerra]) ¹³	[SNC]	1920	1921	–	Águeda	2	–	2-3
Cerâmica do Outeiro (António de Sousa Carneiro) ¹⁴	ENI	1921	–	–	Águeda	1	–	2-3
Fábrica de Louça das Leirinhas (Vitória & Irmão) ¹⁵	SNC	1922-09-19	1930-06-09	Indeter.	Aradas, Aveiro	2	15 000\$00	2
Empresa Olarias Aveirense Limitada ¹⁶	SQRL	1922-12-04	–	Indeter.	Glória, Aveiro	11	60 000\$00	2-3
Fábrica de Louça e Azulejos de João Bernardo Moreira ¹⁷	ENI	1924-09-??	–	–	Aradas, Aveiro	1	–	2-3
(Simões & Silva, Limitada) ¹⁸	SQRL	1925-09-01	1926-01-16	Indeter.	Águeda	2	17 000\$00	1-2

Legenda: ENI – Empresa em nome individual; SNC – Sociedade em nome colectivo; SQRL – Sociedade por quotas de responsabilidade limitada. Obj. – Objecto social. 1 – Olaria de barro; 2 – Artigos de uso doméstico e decorativo de faiança, porcelana e grés fino; 3 – Azulejo. Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 4.20 Empresas de produtos de cerâmica de construção, 1861-1929

Denominação (Firma)	Nat/Ju	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital	Obj.
Fábrica das Agrads (Jerónimo Pereira Campos & Filhos) ¹	[SNC]	1896-10-10	1911-02-11	Indeter.	Glória, Aveiro	3	15 000\$000	1-4
Empresa Cerâmica Fonte Nova (M. Guimarães & Irmãos) ²	SNC	1903-05-27	1908-07-31	Indeter.	Glória, Aveiro	3	18 000\$000	1
Empresa Cerâmica Ovarense (Peixoto, Ribeiro & C.) ³	SQRL	1908-07-13	1915-06-18	6 anos	Ovar	2	34 000\$000	1-4-5
Fábrica das Agrads (Jerónimo Pereira Campos & Filhos) ⁴	SNC	1911-02-11	1923-03-26	Indeter.	Glória, Aveiro	4	30 000\$000	1-5
Cerâmica Aveirense ⁵	ENI	1913-01-28	–	–	Vera Cruz, Aveiro	1	12 000\$00	1
Fáb. Cerâmica de Quintás (Duarte Tavares Lebre & C.) ⁶	SNC	1913-08-30	–	Indeter.	Quintás, Aveiro	6	12 000\$00	1-4-5
Companhia Industrial Vaguense ⁷	SQRL	1913-11-08	–	Indeter.	Vagos	11	10 500\$00	1-4-5
Empresa Cerâmica Aguedense ou Fáb de S.º António ⁸	SQRL	1914-09-24	1917-03-01	Indeter.	Águeda	4	12 000\$00	1
Empresa Cerâmica Ovarense (Peixoto, Filhos & C.) ⁹	SQRL	1915-06-18	1921-08-09 ^a	Indeter.	Ovar	3	34 000\$00	1-4-6
Empresa Cerâmica Aguedense (Guerra & Cruz, Lda.) ¹⁰	SQRL	1917-03-01	1918-05-07	Indeter.	Águeda	7	16 025\$00	1-4
Empresa Cerâmica Aguedense (Guerra & Cruz, Lda.) ¹¹	SQRL	1918-01-01	1931-10-2?	Indeter.	Águeda	2	16 000\$00	1
(Silva, Bastos & Companhia) ¹²	SNC	1920-07-27	–	Indeter.	Telhadela, Alberg.-a-Velha	4	1 000\$00	1
Empresa Cerâmica Vouga, Limitada ¹³	SQRL	1920-09-09	–	Indeter.	Vera Cruz, Aveiro 40%	27	251 000\$00	1
(Empresa Industrial do Vouga, Limitada) ¹⁴	SQRL	1920-10-19	1924-01-05	Indeter.	Branca, Alberg.-a-Velha	6	90 000\$00	1
Fábricas Jerónimo Pereira Campos, Filhos, SARL ¹⁵	SARL	1923-03-27	–	Indeter.	Glória, Aveiro	25	2 700 000\$00	1-4
Progresso Albergariense (José Nogueira Vidal) ¹⁶	ENI	1923-??-??	–	–	Albergaria-a-Velha	1	–	[1]
Empresa Cerâmica Ovarense (Peixoto, Filhos & C.) ¹⁷	SNC	1925-08-05	–	19 anos	Ovar	3	30 000\$00	1
(Simões & Antunes, Limitada) ¹⁸	SQRL	1928-12-10	–	Indeter.	Águeda	2	15 000\$00	1
(Baptista & Cristo, Limitada) ¹⁹	SQRL	1929-07-19	–	Indeter.	Aguada de Cima, Águeda	2	5 100\$00	1

Legenda: ENI – Empresa em Nome Individual; SNC – Sociedade em Nome Colectivo; SQRL – Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada. SARL – Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada. Obj. – Objecto social. 1 – Telhas, tijolos e outros produtos cerâmicos para construção 2 – Artigos cerâmicos para usos sanitários; 3 – Produtos cerâmicos refractários; 4 – Louça de uso doméstico, azulejos, mosaicos e ladrilhos; 5 – Serração de madeiras e carpintaria; 6 – Moagem de cereais. ^a – Continuou em nome individual. Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 4.21 Empresas de abrasivos (Luzostela), 1904-1921

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital
António de Brito Pereira de Resende ¹	ENI	1904-05-20	1906-02-01	–	Soza, Vagos	1	–
Brito & Companhia ²	SNC	1906-02-01	1915-04-15	Indeter.	Soza, Vagos	3	7 000\$000
Brito & Companhia ³	SNC	1915-04-15	1915-05-25	Indeter.	Vera Cruz, Aveiro	3	40 000\$00
Ferreira & Irmão ⁴	SNC	1915-05-25	–	Indeter.	Vera Cruz, Aveiro	2	40 000\$00

Legenda: ENI – Empresa em nome individual; SNC – Sociedade em nome colectivo. Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 4.22 Serralharias, funilaria e pichelarias, 1873-1931

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital	Activ.
Domingos Luís Valente de Almeida ¹	ENI	1873	–	–	Vera Cruz, Aveiro	1	–	1-6
Francisco de Oliveira Carvalho ²	ENI	1889-02-24	–	–	Ovar	1	–	1-7
João Ferreira da Silva ³	ENI	1891-01-17	–	–	Ovar	1	60\$000	1
Manuel Ferreira ⁴	ENI	1892	1928-09-??	–	Vera Cruz, Aveiro	1	3 585\$000	1
Carlos Miguéis Picado ⁵	ENI	1895	–	–	Vera Cruz, Aveiro	1	370\$000	1
José de Almeida & Filhos, Lda. ⁶	[SNC]	1895	–	–	Albergaria-a-Velha	3	–	5
João Francisco da Rocha ⁷	ENI	1900-??-??	–	–	Ílhavo	1	1 500\$000	1
Gamelas & Irmão ⁸	[SNC]	1901	1910-04-02	–	Vera Cruz, Aveiro	2	850\$000	1
João Vicente Ferreira ⁹	ENI	1903	–	–	Vera Cruz, Aveiro	1	100\$000	1
Francisco dos Santos Brandão ¹⁰	ENI	1905-01-??	–	–	Ovar	1	–	1
[Manuel Ribeiro da Silva] ¹¹	ENI	1907-04-??	–	–	Aveiro	1	–	2
José Ferreira de Almeida Terceiro ¹²	ENI	Public 1909	–	–	Albergaria-a-Velha	1	–	1
José Marques da Cunha ¹³	ENI	Public 1910	–	–	Barro, Águeda	1	–	1
José Marques Lemos Alho & Costa ¹⁴	[SNC]	1910-03-??	–	–	Albergaria-a-Velha	2	–	1
António dos Santos Gamelas ¹⁵	ENI	1910-04-02	–	–	Vera Cruz, Aveiro	1	–	1
Serralharia de Rolo & Companhia ¹⁶	[SNC]	Public 1911	–	–	Águeda	2	–	1
Funilaria Ovarense (Manuel Coelho da Silva) ¹⁷	ENI	Public 1911	–	–	Ovar	1	–	2-3
Serralharia Ovarense (Guilherme Nunes Matos) ¹⁸	ENI	Public 1911	–	–	Ovar	1	–	1
[Joaquim da Silva Brinco] ¹⁹	ENI	Public 1911	–	–	Águeda	1	–	2-3

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital	Activ.
João Francisco Malha ²⁰	ENI	1911-01-??	-	-	Ílhavo	1	-	1
João Bolais Mónica ²¹	ENI	1911-10-??	-	-	Alquerubim, Albergaria	1	-	1
A Social (Manuel Fernandes de Oliveira) ²²	ENI	Public 1912	-	-	Alquerubim, Albergaria	1	-	2-3
Firmino Lopes Ramos ²³	ENI	Public 1912	-	-	Bunheiro, Estarreja	1	-	1
Álvaro de Albuquerque ²⁴	ENI	Public 1913	-	-	Glória, Aveiro	1	-	1
Manuel Tavares Corga ²⁵	ENI	-	1918	-	Arrancada do Vouga, Águeda	1	-	1
Joaquim da Silva Brinco ²⁶	ENI	Public 1913	-	-	Águeda	1	-	2
Bismark Henriques Soares ²⁷	ENI	1913-03-??	-	-	Assequins, Águeda	1	-	1-4
Pinho, Vidal & Companhia ²⁸	[SNC]	1914-04-??	-	-	Albergaria-a-Velha	2	-	5
Manuel Augusto da Silva ²⁹	ENI	-	1926-01-??	-	Travassô, Águeda	1	-	1
José Valente Estrela ³⁰	ENI	Public 1917	-	-	Bunheiro, Estarreja	1	-	1
Evaristo Miguéis Picado ³¹	ENI	Public 1917	-	-	Águeda	1	-	1
António Rodrigues Pinto ³²	ENI	1920	-	-	Borralha, Águeda	1	-	2
Mário da Silva Brinco ³³	ENI	1920-01-0?	-	-	Águeda	1	-	1
Manuel Tavares Corga ³⁴	ENI	1921-02-??	-	-	Arrancada, Águeda	1	-	2
João Vidal & Filhos ³⁵	SQRL	1921-08-25	-	Indeter.	Albergaria-a-Velha	3	4 500\$00	2-3
Tavares & Couto, Limitada ³⁶	SQRL	1922-01-01	1924-01-09	Indeter.	Estarreja	2	5 000\$00	2
José Ferreira de Almeida & Filhos, Limitada ³⁷	SQRL	1923-05-05	1925-07-11	Indeter.	Albergaria-a-Velha	3	40 000\$00	1
Joaquim Ramalho ³⁸	ENI	Public 1924	-	-	Bolfiar, Águeda	1	-	1
José Rosendo da Costa ³⁹	ENI	1924-10-??	-	-	Bunheiro, Estarreja	1	-	1
[Bismark Soares & Albano de Oliveira] ⁴⁰	[SNC]	1924-11-??	-	-	Assequins, Águeda	2	-	1
Almeida & Ribeiro, Lda ⁴¹	SQRL	Public 1925	-	-	Águeda	2	-	1
Carlos Rodrigues da Paula ⁴²	ENI	1925-04-30	-	-	Vera Cruz, Aveiro	1	1 000\$00	1
Albano Gomes de Oliveira ⁴³	ENI	1925-07-??	-	-	Belazaima do Chão, Águeda	1	-	1
[Bernardino Arede Costa & Manuel de Almeida] ⁴⁴	[SNC]	1926-12-??	-	-	Assequins, Águeda	2	-	1
António Alves de Oliveira ⁴⁵	ENI	1927-11-??	-	-	Águeda	1	-	1
Joaquim Luís Coelho ⁴⁶	ENI	1931-05-??	-	-	Águeda	1	-	1

Notas: Public – Data do primeiro anúncio. 1 – Serralharia; 2 – Funtalaria; 3 – Pichelaria; 4 – Ferreiro; 5 – Serralharia mecânica; 6. Ferragens e 7 – Fundição. Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 4.23 Sociedades e empresas em nome individual para o fabrico de ferragens, 1973-1931

Denominação (Firma)	NatJu	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital
Domingos Luís Valente de Almeida ¹	ENI	1873	1908-03-??	–	Vera Cruz, Aveiro	1	–
Santos & Almeida ²	SNC	1890-10-06	Dissol. irreg.	Indeter.	Águeda	2	114\$320
Neto & Almeida ³	SNC	1905-04-01	Dissol. irreg.	Indeter.	Assequins, Águeda	2	5 100\$000
Ricardo Mendes da Costa ⁴	ENI	1908-03-??	–	–	Vera Cruz, Aveiro	1	6 395\$000
António Ribeiro de Matos & Filho ⁵	SNC	1908-09-02	Dissol. irreg.	Indeter.	Bicha-Moura, Águeda	2	–
Neto & Almeida ⁶	SNC	1911-04-27	1911-07-27	Indeter.	Assequins, Águeda	2	3 000\$000
Almeida & Moura ⁷	SNC	1913-10-23	1915-06-10	Indeter.	Joinal, Águeda	2	7 000\$000
Matos, Neto, Almeida & Companhia, Limitada ⁸	SQRL	1915-06-11	1916-08-11	Indeter.	Bicha-Moura, Águeda	6	16 500\$000
Silva & Irmão ⁹	[SNC]	1920-11-??	–	–	Águeda	2	–
João da Silva Neto & Sobrinhos, Limitada ¹⁰	SQRL	1921-02-05	1924-01-12	Indeter.	Assequins, Águeda	2	14 000\$000
Vidal, Pinto & Companhia, Limitada ¹¹	SQRL	1921-07-23	1923-04-25	Indeter.	Albergaria-a-Velha	4	16 000\$000
Santos & Ribeiro, Limitada ¹²	SQRL	1923-04-20	–	Indeter.	Águeda	2	6 000\$000
Almeida, Amaro & Haneman, Limitada ¹³	SQRL	1923-07-16	1924-02-20	Indeter.	Águeda	3	19 500\$000
João Brinco & Duarte, Limitada ¹⁴	SQRL	1923-11-24	1925-10-07	Indeter.	Águeda	8	41 000\$000
Almeida, Amaro, Haneman & Companhia, Limitada ¹⁵	SQRL	1924-02-10	–	Indeter.	Águeda	4	32 000\$000
Amaro, Santos & Companhia, Limitada ¹⁶	SQRL	1924-05-14	1925-01-13	Indeter.	Águeda	5	62 500\$000
Almeida & Ribeiro ¹⁷	[SNC]	1924-12-??	–	–	Águeda	2	–
Pereira & Ribeiro, Limitada ¹⁸	SQRL	1925-02-10	–	Indeter.	Assequins, Águeda	2	5 000\$000
Canário, Lucas & Irmão, Limitada ¹⁹	SQRL	1925-06-15	–	Indeter.	Águeda	3	15 000\$000
Duarte & Crespo, Limitada ²⁰	SQRL	1925-11-01	–	Indeter.	Águeda	2	5 000\$000

Legenda: Dissol. irreg. – Não foram encontradas as escrituras de dissolução. Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 4.24 Empresas metalúrgicas e fundições, 1922-1931

Denominação (Firma)	Tipo	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital
Auto-Metalúrgica, Limitada ¹	SQRL	1920-12-??	-	-	Vera Cruz, Aveiro	-	-
Electro-Mecânica (Ferreiras, Teixeira & Araújo, Lda.) ²	SQRL	1921-04-26	-	Indeter.	Esgueira, Aveiro	4	50 000\$00
Fundição Lisbonense (A. Martins Pereira) ³	ENI	1921-05-??	1923-02-17	-	Albergaria-a-Velha	1	-
Sousa & Oliveira, Limitada ⁴	SQRL	1922-05-24	1922-06-19	Indeter.	Glória, Aveiro	2	30 000\$00
Empresa Metalúrgica de Aveiro, Limitada ⁵	SQRL	1922-07-13	1927	Indeter.	Vera Cruz, Aveiro	4	100 000\$00
Fundição Albergariense (Augusto M. Pereira & C.ª, Lda.) ⁶	SQRL	1923-02-17	1928-07-03	Indeter.	Albergaria-a-Velha	16	300 000\$00

Legenda: ENI – Empresa em Nome Individual; SQRL – Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada. Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 4.25 Empresas de mobiliário metálico, 1920-1930

Denominação (Firma)	Tipo	Fundação	Dissolução	Prazo	Freguesia, Concelho	Sóc.	Capital
Adelino Dias Costa ¹	ENI	1920-??-??	1923-01-01	-	Avanca, Estarreja	1	-
Adelino Dias Costa & Borges ²	SNC	1923-01-01	1923-06-07	Indeter.	Avanca, Estarreja	2	12 000\$00
[ADICO] (Adelino Dias Costa) ³	ENI	1923-06-07	-	-	Avanca, Estarreja	1	-
Empresa de Móveis de Ferro, Limitada ⁴	SQRL	1930-09-08	-	Indeter.	Albergaria-a-Velha	2	30 000\$00

Legenda: ENI – Empresa em Nome Individual; SNC – Sociedade em Nome Colectivo; SQRL – Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada. Fontes: *vide* «Fontes e notas dos quadros».

Quadro n.º 5.1 Sociedades e empresas em nome individual, 1864-1931 (por concelhos)

CAE	Designação das actividades	Outr	Albe	Águe	Avei	Esta	Ílha	Ovar	Vago	Soma
C	Indústrias extractivas									
14403	Refinação de sal marinho				1					1
	SOMA				1					1
DA	Indústrias alimentares									
15201	Secagem e salga de bacalhau	3			6	1	9			19
15203	Conserva de peixes e legumes	3			8			5		16
15510	Lacticínios		2	1	1	2		3		9
15611	Moagem de cereais e descasques de arroz		5	3	12	3	2	16		41
15811	Pão		4	11	22	9	1	18	1	66
15842	Bolachas, pastelaria e confeitaria			1	7			2		10
15850	Massas alimentícias				3					3
15860	Torrefacção de chicória				12		1			13
15982	Refrigerantes				4			3		7
	SOMA	6	11	16	75	15	13	47	1	184
DB	Indústria têxtil									
17210	Têxtil							2		2
17521	Cordoaria							13		13
18240	Chapéus			1	4			1		6
	SOMA			1	4			16		21
DC	Indústria do couro									
19101	Curtumes		1		2	2		2		7
19301	Calçado				1			2		3
	SOMA		1		3	2		4		10
DD	Indústria da madeira e da cortiça									
20101	Serração de madeira		5	8	8	1		9	1	32
20302	Carpintaria e marcenaria		3	6	5	1		1		16
20400	Tanoaria			1	1			35		37
20522	Rolhas e outros produtos de cortiça		1					1		2
	SOMA		9	15	14	2		46	1	87
DE	Indústrias de pasta e de papel									
21110	Pasta de papel	1	1							2
21120	Papel e cartão		6					1		7
22220	Tipografia e edição de jornais		3	3	13	2	2	2		25
	SOMA	1	10	3	13	2	2	3		34
DG	Fabricação de produtos químicos									
24151	Aduos orgânicos				1					1
24301	Tintas							1		1
24511	Sabões		2	1	3			1	1	8
24610	Pirotecnia		1	1	4	2				8
	SOMA		3	2	8	2		2	1	18

CAE	Designação das actividades	Outr	Albe	Águe	Avei	Esta	Ílha	Ovar	Vago	Soma
DI	 Vidro, cerâmica e abrasivos									
26110	Cristal, vidro plano e cristalaria				2		2			4
26212	Louça doméstica e decorativa e azulejos		1	2	13		2			18
26401	Cerâmica de construção		3	5	7			3	1	19
26810	Abrasivos flexíveis				3				1	4
	SOMA		4	7	25		4	3	2	45
DJ	 Indústrias metalúrgicas									
28120	Serralharia não especializada		8	18	9	4	2	5		46
28630	Ferragens (fechaduras, dobradiças, etc.)		1	17	2					20
28520	Fundição e serralharia mecânica geral		2		4					6
	SOMA		11	35	15	4	2	5		72
DN	 Fabricação de mobiliário metálico									
36142	Mobiliário metálico					4				4
	SOMA					4				4
	TOTAL	7	49	79	157	31	21	126	5	475
	Percentagem	1,47	10,32	16,63	33,05	6,52	4,42	26,52	1,05	

Quadro n.º 5.2 Sociedades e empresas em nome individual, 1864-1931 (por décadas)

CAE	Designação das actividades	Antes	1864 1870	1871 1880	1881 1890	1891 1900	1901 1910	1911 1920	1921 1931	Soma
C	Indústrias extractivas									
14403	Refinação de sal marinho							1		1
	SOMA							1		1
DA	Indústrias alimentares									
15201	Secagem e salga de bacalhau						3	8	8	19
15203	Conserva de peixes e legumes						4	8	4	16
15510	Lacticínios							4	5	9
15611	Moagem de cereais e descasque de arroz			2	2	5	7	13	12	41
15811	Pão		1	2	1	2	15	27	18	66
15842	Bolachas, pastelaria e confeitaria			1	1		2	4	2	10
15850	Massas alimentícias								3	3
15860	Torrefacção de chicória					2		9	2	13
15982	Refrigerantes						4	1	2	7
	SOMA		1	5	4	9	35	74	56	184
DB	Indústria têxtil									
17210	Têxtil					2				2
17521	Cordoaria				1	2	4	4	2	13
18240	Chapéus			1	2			3		6
	SOMA			1	3	4	4	7	2	21
DC	Indústria do couro									
19101	Curtumes				2	1		3	1	7
19301	Calçado							1	2	3
	SOMA				2	1		4	3	10
DD	Indústria da madeira									
20101	Serração de madeira			1		1	1	15	14	32
20302	Carpintaria e marcenaria					2	3	4	7	16
20400	Tanoaria			1	3		3	25	5	37
20522	Rolhas e outros produtos de cortiça							1	1	2
	SOMA			2	3	3	7	45	27	87
DE	Indústrias de pasta e de papel									
21110	Pasta de papel				1				1	2
21120	Papel e cartão		1	2	2				2	7
22220	Tipografia e edição de jornais		2	1	5	3	6	6	2	25
	SOMA		3	3	8	3	6	6	5	32
DG	Fabricação de produtos químicos									
24151	Azubos orgânicos								1	1
24301	Tintas								1	1
24511	Sabões		3						5	8
24610	Pirotecnia				3		1	2	2	8
	SOMA		3		3		1	2	9	18

CAE	Designação das actividades	Antes	1864 1870	1871 1880	1881 1890	1891 1900	1901 1910	1911 1920	1921 1931	Soma
DI	Vidro, cerâmica e abrasivos									
26110	Cristal, vidro plano e cristalaria	1	1	1		1				4
26212	Louça doméstica e decorativa e azulejos	1	1	4		3	4	5		18
26401	Cerâmica de construção				1	2	11	5		19
26810	Abrasivos flexíveis					2	2			4
	SOMA	2	2	5	1	8	17	10	45	
DJ	Indústrias metalúrgicas									
28120	Serralharia não especializada			1		6	8	18	13	46
28630	Ferragens (fechaduras, dobradiças, etc.)			1	1		3	4	11	20
28520	Fundição e serralharia mecânica geral								6	6
	SOMA			2	1	6	11	22	30	72
DN	Fabricação de mobiliário metálico									
36142	Mobiliário metálico							1	3	4
	SOMA							1	3	4
	TOTAL	5	6	13	29	27	72	178	145	475
	Percentagem	1,05	1,26	2,74	6,11	5,68	15,16	37,26	30,74	

Quadro n.º 5.3 Sociedades e empresas em nome individual, 1864-1931 (natureza jurídica das sociedades)

CAE	Designação das actividades	OUTR	SCP	SC	ENI	SCI	SNC	SQRL	SARL	Soma
C	Indústrias extractivas									
14403	Refinação de sal marinho						1			1
	SOMA						1			1
DA	Indústrias alimentares									
15201	Secagem e salga de bacalhau						7	11	1	19
15203	Conserva de peixes e legumes			1	1	1	6	8		16
15510	Lacticínios				6		1	2		9
15611	Moagem de cereais e descasques de arroz		2		8		11	18	2	41
15811	Pão		1	27			28	9	1	66
15842	Bolachas, pastelaria e confeitaria			6	1	1	2			10
15850	Massas alimentícias							3		3
15860	Secagem e torrefacção de chicória	1			7	1	4			13
15982	Refrigerantes				1		5	1		7
	SOMA	1	2	2	56	3	63	54	4	184
DB	Indústria têxtil									
17210	Têxtil			1		1				2
17521	Cordoaria				1	1	11			13
18240	Chapéus				3		3			6
	SOMA			1	4	2	14			21
DC	Indústria do couro									
19101	Curtumes						4	2	1	7
19301	Calçado						1	2		3
	SOMA						5	4	1	10
DD	Indústria da madeira									
20101	Serração de madeira				3		13	14	1	32
20302	Carpintaria e marcenaria				10		3	3		16
20400	Tanoaria						34	3		37
20522	Rolhas e outros produtos de cortiça							2		2
	SOMA				13		50	22	1	87
DE	Indústrias de pasta e de papel									
21110	Pasta de papel							2		2
21120	Papel e cartão				1	1	4		1	7
22220	Tipografia e edição de jornais		3		7	2	9	2	2	25
	SOMA		3		8	3	13	4	3	34
DG	Fabricação de produtos químicos									
24151	Adubos orgânicos								1	1
24301	Tintas						1			1
24511	Sabões				2		2	4		8
24610	Pirotecnia				6		1	1		8
	SOMA				8		4	5	1	18

CAE	Designação das actividades	OUTR	SCP	SC	ENI	SCI	SNC	SQRL	SARL	Soma
DI	Vidro, cerâmica e abrasivos									
26110	Cristal, vidro plano e cristalaria				1		3			4
26212	Louça doméstica e decorativa e azulejos				7		7	4		18
26401	Cerâmica de construção				2		6	10	1	19
26810	Abrasivos flexíveis				1		3			4
	SOMA				11	9	19	14	1	45
DJ	Indústrias metalúrgicas									
28120	Serralharia não especializada				33		7	4		46
28630	Ferragens (fechaduras, dobradiças, etc.)				2		7	11		20
28520	Fundição e serralharia mecânica geral				1			5		6
	SOMA				36		14	20		72
DN	Fabricação de mobiliário metálico									
36142	Mobiliário metálico				2		1			4
	SOMA				2		1			4
	TOTAL	2	5	3	138	20	183	123	11	475
	Percentagem	0,42	1,05	0,63		4,21	38,53	25,89	2,32	

Quadro n.º 5.4 Empresas em nome individual, 1864-1931 (por concelhos)

CAE	Designação das actividades	Outr	Albe	Águe	Avei	Esta	Ílha	Ovar	Vago	Soma
C	Indústrias extractivas									
14403	Refinação de sal marinho									
	SOMA									
DA	Indústrias alimentares									
15201	Secagem e salga de bacalhau									
15203	Conserva de peixes e legumes							1		1
15510	Lacticínios	2	1			1		2		6
15611	Moagem de cereais e descasques de arroz	1	1	2		2	1	1		8
15811	Pão	1	6	8		6		6		27
15842	Bolachas, pastelaria e confeitaria	1		3				2		6
15850	Massas alimentícias									
15860	Torrefacção de chicória				7					7
15982	Refrigerantes				1					1
	SOMA	5	8	21	9	1	12			56
DB	Indústria têxtil									
17210	Têxtil									
17521	Cordoaria							1		1
18240	Chapéus			3						3
	SOMA			3				1		4
DC	Indústria do couro									
19101	Curtumes									
19301	Calçado									
	SOMA									
DD	Indústria da madeira e da cortiça									
20101	Serração de madeira	1	1			1				3
20302	Carpintaria e marcenaria	3	3	2		1		1		10
20400	Tanoaria									
20522	Rolhas e outros produtos de cortiça									
	SOMA	4	4	2	2			1		13
DE	Indústrias de pasta e de papel									
21110	Pasta de papel									
21120	Papel e cartão	1								1
22220	Tipografia e edição de jornais				6		1			7
	SOMA	1			6		1			8
DG	Fabricação de produtos químicos									
24151	Adubos orgânicos									
24301	Tintas									
24511	Sabões	1							1	2
24610	Pirotecnia				4	2				6
	SOMA	1			4	2			1	8

CAE	Designação das actividades	Outr	Albe	Águe	Avei	Esta	Ílha	Ovar	Vago	Soma
DI	 Vidro, cerâmica e abrasivos									
26110	Cristal, vidro plano e cristalaria						1			1
26212	Louça doméstica e decorativa e azulejos		1		6					7
26401	Cerâmica de construção		1		1					2
26810	Abrasivos flexíveis								1	1
	SOMA		2		7		1		1	11
DJ	 Indústrias metalúrgicas									
28120	Serralharia não especializada		3	14	8	3	2	5		35
28630	Ferragens (fechaduras, dobradiças etc.)				2					2
28520	Fundição e serralharia mecânica geral		1							1
	SOMA		4	14	10	3	2	5		38
DN	 Fabricação de mobiliário metálico									
36142	Mobiliário metálico					2				2
	SOMA					2				2
	TOTAL		17	26	53	18	5	19	2	140
	Percentagem		12,1	18,6	37,9	12,9	3,6	13,6	1,4	

Quadro n.º 5.5 Empresas em nome individual, 1864-1931 (por décadas)

CAE	Designação das actividades	Antes	1864 1870	1871 1880	1881 1890	1891 1900	1901 1910	1911 1920	1921 1931	Soma
C	Indústrias extractivas									
14403	Refinação de sal marinho									
	SOMA									
DA	Indústrias alimentares									
15201	Secagem e salga de bacalhau									
15203	Conserva de peixes e legumes				1					1
15510	Lacticínios							4	2	6
15611	Moagem de cereais e descasque de arroz			1	4	3				8
15811	Pão		1		2	9	10	5		27
15842	Bolachas, pastelaria e confeitaria		2			1	3			6
15850	Massas alimentícias									
15860	Torrefacção de chicória				1		6			7
15982	Refrigerantes							1		1
	SOMA		3	1	8	13	24	7		56
DB	Indústria têxtil									
17210	Têxtil									
17521	Cordoaria					1				1
18240	Chapéus			1			2			3
	SOMA			1		1	2			4
DC	Indústria do couro									
19101	Curtumes									
19301	Calçado									
	SOMA									
DD	Indústria da madeira									
20101	Serração de madeira						1	2		3
20302	Carpintaria e marcenaria				2	3	2	3		10
20400	Tanoaria									
20522	Rolhas e outros produtos de cortiça									
	SOMA				2	3	3	5		13
DE	Indústrias de pasta e de papel									
21110	Pasta de papel									
21120	Papel e cartão							1		1
22220	Tipografia e edição de jornais		1	1	1	2	1	1		7
	SOMA		1	1	1	2	1	1		8
DG	Fabricação de produtos químicos									
24151	Adbos orgânicos									
24301	Tintas									
24511	Sabões		2							2
24610	Pirotecnia			3		1	2			6
	SOMA		2	3		1	2			8

CAE	Designação das actividades	Antes	1864	1871	1881	1891	1901	1911	1921	Soma
			1870	1880	1890	1900	1910	1920	1931	
DI	Vidro, cerâmica e abrasivos									
26110	Cristal, vidro plano e cristalaria	1								1
26212	Louça doméstica e decorativa e azulejos	1		2		1	2	1	7	
26401	Cerâmica de construção						1	1	2	
26810	Abrasivos flexíveis					1				1
	SOMA	2		2		2	3	2	11	
DJ	Indústrias metalúrgicas									
28120	Serralharia não especializada			1	1	4	6	16	7	35
28630	Ferragens (fechaduras, dobradiças etc.)			1			1			2
28520	Fundição e serralharia mecânica geral								1	1
	SOMA			2	1	4	7	16	8	38
DN	Fabricação de mobiliário metálico									
36142	Mobiliário metálico							1	1	2
	SOMA							1	1	2
	TOTAL	4	1	6	9	16	28	52	24	140
	Percentagem	2,9	0,7	4,3	6,4	11,4	20	37,1	17,1	

Quadro n.º 5.6 Sociedades em nome colectivo, 1864-1931 (por concelhos)

CAE	Designação das actividades	Outr	Albe	Águe	Avei	Esta	Ílha	Ovar	Vago	Soma
C	Indústrias extractivas									
14403	Refinação de sal marinho				1					1
	SOMA				1					1
DA	Indústrias alimentares									
15201	Secagem e salga de bacalhau	1			1		5			7
15203	Conserva de peixes e legumes	2			2			2		6
15510	Lacticínios				1					1
15611	Moagem de cereais e descasques de arroz			1	5			5		11
15811	Pão		2	2	12	2		9	1	28
15842	Bolachas, pastelaria e confeitaria				1					1
15850	Massas alimentícias									
15860	Torrefacção de chicória				3		1			4
15982	Refrigerantes				2			3		5
	SOMA	3	2	3	27	2	6	19	1	63
DB	Indústria têxtil									
17210	Têxtil									
17521	Cordoaria							11		11
18240	Chapéus			1	1			1		3
	SOMA			1	1			12		14
DC	Indústria do couro									
19101	Curtumes		1		2	1				4
19301	Calçado							1		1
	SOMA		1		2	1		1		5
DD	Indústria da madeira e da cortiça									
20101	Serração de madeira		1	3	5			5		14
20302	Carpintaria e marcenaria			2	1					3
20400	Tanoaria			1	1			32		34
20522	Rolhas e outros produtos de cortiça									
	SOMA		1	6	7			37		51
DE	Indústrias de pasta e de papel									
21110	Pasta de papel									
21120	Papel e cartão				3			1		4
22220	Tipografia e edição de jornais		1	1	4		1	2		9
	SOMA		1	4	4		1	3		13
DG	Fabricação de produtos químicos									
24151	Adubos orgânicos									
24301	Tintas							1		1
24511	Sabões				1			1		2
24610	Pirotecnia				1					1
	SOMA				1			2		4

CAE	Designação das actividades	Outr	Albe	Águe	Avei	Esta	Ílha	Ovar	Vago	Soma
DI	Vidro, cerâmica e abrasivos									
26110	Cristal, vidro plano e cristalaria				2		1			3
26212	Louça doméstica e decorativa e azulejos			1	5					6
26401	Cerâmica de construção	1			4			1		6
26810	Abrasivos flexíveis				2				1	3
	SOMA	1	1	13			1	1	1	18
D	Indústrias metalúrgicas									
28120	Serralharia não especializada	3	3	1						7
28630	Ferragens (fechaduras, dobradiças etc.)			7						7
28520	Fundição e serralharia mecânica geral									
	SOMA	3	10	1						14
DN	Fabricação de mobiliário metálico									
36142	Mobiliário metálico					1				1
	SOMA					1				1
	TOTAL	3	9	26	57	4	8	75	1	183
	Percentagem	1,6	4,9	12,2	31,1	2,2	4,4	40,9	0,5	

Quadro n.º 5.7 Sociedades em nome colectivo, 1864-1931 (por décadas)

CAE	Designação das actividades	Antes	1864 1870	1871 1880	1881 1890	1891 1900	1901 1910	1911 1920	1921 1931	Soma
C Indústrias extractivas										
14403	Refinação de sal marinho							1		1
	SOMA							1		1
DA Indústrias alimentares										
15201	Secagem e salga de bacalhau					1	2	4		7
15203	Conserva de peixes e legumes						2	2	2	6
15510	Lacticínios								1	1
15611	Moagem de cereais e descasque de arroz			2	1	1	1	4	2	11
15811	Pão		1	1	1		5	15	5	28
15842	Bolachas, pastelaria e confeitaria							1		1
15850	Massas alimentícias									
15860	Torrefacção de chicória							3	1	4
15982	Refrigerantes						4		1	5
	SOMA		1	3	2	2	14	29	12	63
DB Indústria têxtil										
17210	Têxtil									
17521	Cordoaria				1	1	3	4	2	11
18240	Chapéus			1	1			1		3
	SOMA			1	2	1	3	5	2	14
DC Indústria do couro										
19101	Curtumes				2	1	1			4
19301	Calçado							1		1
	SOMA				2	1	1	1		5
DD Indústria da madeira										
20101	Serração de madeira			1		1		7	5	14
20302	Carpintaria e marcenaria							1	2	3
20400	Tanoaria			1	3		3	23	4	34
20522	Rolhas e outros produtos de cortiça									
	SOMA			2	3	1	3	31	11	51
DE Indústrias de pasta e de papel										
21110	Pasta de papel									
21120	Papel e cartão		1	1	1				1	4
22220	Tipografia e edição de jornais			1	3	1		3	1	9
	SOMA		1	2	4	1		3	2	13
DG Fabricação de produtos químicos										
24151	Adubos orgânicos									
24301	Tintas								1	1
24511	Sabões		1						1	2
24610	Pirotecnia								1	1
	SOMA		1						3	4

CAE	Designação das actividades	Antes	1864	1871	1881	1891	1901	1911	1921	Soma	
			1870	1880	1890	1900	1910	1920	1931		
DI	 Vidro, cerâmica e abrasivos										
26110	Cristal, vidro plano e cristalaria		1		1		1			3	
26212	Louça doméstica e decorativa e azulejos				2		2	1	1	6	
26401	Cerâmica de construção					1	1	3	1	6	
26810	Abrasivos flexíveis						1	2		3	
	SOMA		1		3	1	5	6	2	18	
DJ	 Indústrias metalúrgicas										
28120	Serralharia não especializada					1	2	2	2	7	
28630	Ferragens (fechaduras, dobradiças etc.)				1		2	3	1	7	
28520	Fundição e serralharia mecânica geral										
	SOMA				1	1	4	5	3	14	
DN	 Fabricação de mobiliário metálico										
36142	Mobiliário metálico								1	1	
	SOMA								1	1	
	TOTAL		1	3	8	17	8	30	80	36	183
	Percentagem		0,5	1,6	4,4	9,3	4,4	16,4	43,2	21,2	

Quadro n.º 5.8 Sociedades por quotas de responsabilidade limitada, 1864-1931 (por concelhos)

CAE	Designação das actividades	Outr	Albe	Águc	Avei	Esta	Ílha	Ovar	Vago	Soma
C	Indústrias extractivas									
14403	Refinação de sal marinho									
	SOMA									
DA	Indústrias alimentares									
15201	Secagem e salga de bacalhau	2			5	1	4			12
15203	Conserva de peixes e legumes	1			6			1		8
15510	Lacticínios					1		1		2
15611	Moagem de cereais e descasques de arroz		2	1	4		1	10		18
15811	Pão		1	3		1	1	1		7
15842	Bolachas, pastelaria e confeitaria				2					2
15850	Massas alimentícias				3					3
15860	Torrefacção de chicória									
15982	Refrigerantes				1					1
	SOMA	3	3	4	1	3	6	13		53
DB	Indústria têxtil									
17210	Têxtil									
17521	Cordoaria									
18240	Chapéus									
	SOMA									
DC	Indústria do couro									
19101	Curtumes					1		2		3
19301	Calçado				1			1		2
	SOMA				1	1		3		5
DD	Indústria da madeira e da cortiça									
20101	Serração de madeira		3	4	3			4		14
20302	Carpintaria e marcenaria			1	2					3
20400	Tanoaria							2		2
20522	Rolhas e outros produtos de cortiça		1					1		2
	SOMA		4	5	5			7		21
DE	Indústrias de pasta e de papel									
21110	Pasta de papel		2							2
21120	Papel e cartão									
22220	Tipografia e edição de jornais		1		1					2
	SOMA		3		1					4
DG	Fabricação de produtos químicos									
24151	Adbos orgânicos									
24301	Tintas									
24511	Sabões		1	1	2					4
24610	Pirotecnia		1							1
	SOMA		2	1	2					5

CAE	Designação das actividades	Outr	Albe	Águe	Avei	Esta	Ílha	Ovar	Vago	Soma
DI	 Vidro, cerâmica e abrasivos									
26110	Cristal, vidro plano e cristalaria									
26212	Louça doméstica e decorativa e azulejos			1	2		1			4
26401	Cerâmica de construção		1	5	1			2	1	10
26810	Abrasivos flexíveis									
	SOMA		1	6	3		1	2	1	14
DJ	 Indústrias metalúrgicas									
28120	Serralharia não especializada		2	1		1				4
28630	Ferragens (fechaduras, dobradiças etc.)				11					11
28520	Fundição e serralharia mecânica geral		1	3						4
	SOMA		3	15		1				19
DN	 Fabricação de mobiliário metálico									
36142	Mobiliário metálico		1							1
	SOMA		1							1
	TOTAL	3	17	31	33	5	7	25	1	122
	Percentagem	2,5	13,9	25,4	27,1	4,1	5,7	20,5	0,8	

Quadro n.º 5.9 Sociedades de responsabilidade limitada, 1864-1931 (por décadas)

CAE	Designação das actividades	Antes	1864 1870	1871 1880	1881 1890	1891 1900	1901 1910	1911 1920	1921 1931	Soma	
C	Indústrias extractivas										
14403	Refinação de sal marinho										
			SOMA								
DA	Indústrias alimentares										
15201	Secagem e salga de bacalhau							5	7	12	
15203	Conserva de peixes e legumes							6	2	8	
15510	Lacticínios								2	2	
15611	Moagem de cereais e descasque de arroz						3	7	8	18	
15811	Pão								7	7	
15842	Bolachas, pastelaria e confeitaria								2	2	
15850	Massas alimentícias								3	3	
15860	Torrefacção de chicória										
15982	Refrigerantes								1	1	
			SOMA								
							3	18	32	53	
DB	Indústria têxtil										
17210	Têxtil										
17521	Cordoaria										
18240	Chapéus										
			SOMA								
DC	Indústria do couro										
19101	Curtumes							2	1	3	
19301	Calçado								2	2	
			SOMA								
								2	3	5	
DD	Indústria da madeira										
20101	Serração de madeira						1	6	7	14	
20302	Carpintaria e marcenaria							1	2	3	
20400	Tanoaria							1	1	2	
20522	Rolhas e outros produtos de cortiça							1	1	2	
			SOMA								
							1	9	11	21	
DE	Indústrias de pasta e de papel										
21110	Pasta de papel				1				1	2	
21120	Papel e cartão										
22220	Tipografia e edição de jornais							1	1	2	
			SOMA								
								1	2	4	
DG	Fabricação de produtos químicos										
24151	Aduos orgânicos										
24301	Tintas										
24511	Sabões								4	4	
24610	Pirotecnia							1		1	
			SOMA								
								1	4	5	

CAE	Designação das actividades	Antes	1864 1870	1871 1880	1881 1890	1891 1900	1901 1910	1911 1920	1921 1931	Soma
DI	Vidro, cerâmica e abrasivos									
26110	Cristal, vidro plano e cristalaria									
26212	Louça doméstica e decorativa e azulejos							1	3	4
26401	Cerâmica de construção						1	7	2	10
26810	Abrasivos flexíveis									
	SOMA						1	8	5	14
DJ	Indústrias metalúrgicas									
28120	Serralharia não especializada								4	4
28630	Ferragens (fechaduras, dobradiças, etc.)							1	10	11
28520	Fundição e serralharia mecânica geral								4	4
	SOMA							1	18	19
DN	Fabricação de mobiliário metálico									
36142	Mobiliário metálico								1	1
	SOMA								1	1
	TOTAL				1	5	40	76	122	
	Percentagem				0,8	4,1	32,8	62,3		

FONTES E NOTAS DOS QUADROS

Quadro n.º 1.1. Área e população da sub-região da ria de Aveiro, 1864-1930

Censo de 1864, Lisboa, 1866.

Censo de 1878, Lisboa, 1879.

Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890, vol. II, Lisboa, 1900.

Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890, vol. II, Lisboa, 1906.

Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911, vol. II, Lisboa, 1917.

Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1920, vol. I, Lisboa, 1923.

Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1930, vol. II, Lisboa, 1934.

Quadro n.º 1.2. Barcos naufragados na barra de Aveiro, 1858-1929

¹ «Sinistro», *O Campeão do Vouga*, ano VII, n.º 622, 22 de Maio de 1858, p. 4, c. 1.

² «Naufragio», *O Povo d'Ovar*, n.º 5, 22 de Agosto de 1886, p. 2, c. 5. «Bastou uma vaga alta para despedaçar o iate» Era governado pelo mestre Ramalheira, de Ílhavo. («Naufragio», *O Povo de Aveiro*, n.º 5, 22 de Agosto de 1886, p. 2 c. 5).

³ Os salvados dessa chalupa seriam depois vendidos (Cf. Anexo 2.5.8).

⁴ Este navio pertencera ao negociante de Ílhavo, Manuel Machado; tinha então o nome de *Machado 1.º*. «Perto do sítio onde agora naufragou, o mesmo navio sofreu há três anos igual sinistro, conseguindo-se, todavia, pô-lo a flutuar» («Naufragio», *O Aveirense*, n.º 20, 29 de Março de 1908, p. 3, c. 1-2).

⁵ «Encalhou nos bancos de areia» («Naufragios», *Campeão das Províncias*, n.º 5818, 23 de Dezembro de 1908, p. 2, c. 2 e «Naufragio», *O Aveirense*, n.º 59, 27 de Dezembro de 1908, p. 3, c. 1).

⁶ «Navio em perigo», *O Aveirense*, n.º 79, 16 de Maio de 1909, p. 2, c. 2-3.

⁷ «Naufragio», *O Democrata*, n.º 317, 10 de Abril de 1914, p. 2, c. 1.

⁸ «O naufrágio do hyate "Atlântico", *O Nauta*, n.º 398, 31 de Outubro de 1912, p. 2, c. 2.

⁹ «Naufragio na barra d'Aveiro», *A Portuguesa*, n.º 12, 27 de Outubro de 1912, p. 3, c. 5.

¹⁰ «Encalhou na ponta norte da barra» (Terrível naufragio», *O Concelho de Estarreja*, n.º 925, 29 de Novembro de 1919, p. 3, c. 2).

¹¹ Lançado à água em 1918, o Ariel, um navio de 300 toneladas, despedaçou-se à chegada. Os seus salvados renderam apenas 3000\$00 («Bacalhoeiros», *Campeão das Províncias*, n.º 6666, 26 de Novembro 1919, p. 1, c. 5).

¹² «Na tarde de segunda-feira, demandava a nossa barra, a reboque de uma gasolina, vindo Porto, um galeão, propriedade do Sr. Francisco José Ferro, de Matosinhos, para conduzir um carregamento de sal, quando, inesperadamente, um golpe de mar voltou o galeão, que se submergiu, vindo, durante a noite, a varar na praia» («Naufragio», *O Democrata*, n.º 635, 7 de Agosto de 1920, p. 2, c. 3).

¹³ «Quando saía a barra a reboque duma traineira, encalhou um pouco ao sul do farol, por se ter partido a espia [...]» («Naufrágio», *O Democrata*, n.º 685, 30 de Julho de 1921, p. 1, c. 4).

¹⁴ «Naufragio do Regulus», *O Ilhavense*, n.º 430, 11 de Dezembro de 1921, p. 1, c. 4-5. O capitão António Pereira Ramalheira, em entrevista contou: «Sáímos de Lisboa no dia 27 [...]. No dia 30 avistámos o farol de Aveiro e [...] corri para a barra num desejo ardente de entrar. Como me não dessem entrada, afastei-me da costa quanto possível [...]». Por força duma tempestade no mar, foi encalhar no areal do Furadouro.

¹⁵ «Naufrágio», *O Democrata*, n.º 733, 8 de Julho de 1922, p. 1, c. 5.

¹⁶ Guinou, «indo encostar num banco de areia, que se encontra do lado sul. Na maré da tarde, porém, conseguiu safar-se com o auxílio de um rebocador e depois de ter alijado parte da carga, vindo de novo para o ancoradouro da Gafanha a fim de receber os competentes reparos» («Naufragio», *O Democrata*, n.º 878, 16 de Maio de 1925, p. 2, c. 2).

¹⁷ Ainda foi possível retirar parte da carga e os aprestes («Navio perdido», *O Ilhavense*, n.º 619, 1 de Novembro de 1925, p. 2, c. 1-2 e «Navio perdido», *O Democrata*, n.º 901, 7 de Novembro de 1925, p. 1, c. 5).

¹⁸ Jorge Pinho Vinagre, experimentado e conhecedor, à frente de duas bateiras da sua companhia, «[...] aproou à barra quando a maré vazava e as águas da ria, volumosas e rápidas, entravam no mar à velocidade de 7 a 8 milhas à hora [...]. Foram arrastados para o largo e ali encontraram a morte» («Outra catastrophe marítima», *O Democrata*, n.º 905, 5 de Dezembro de 1925, p. 1, c. 3-4).

¹⁹ «Em frente à barra, a cem metros da praia, voltou-se» («Barco voltado», *Soberania do Povo*, n.º 4479, 29 de Outubro de 1927, p. 3, c.3).

²⁰ «Navio no fundo», *O Ilhavense*, n.º 708, 13 de Novembro de 1927, p. 2, c. 4-5.

²¹ «Quando ia demandar a barra [...] encalhou» («Naufrágio», *O Ilhavense*, n.º 781, 7 de Julho de 1929, p. 3, c. 1).

Quadro n.º 2.1. Secas de bacalhau, 1904-1928

¹ «A secca do bacalhau em Aveiro», *Campeão das Províncias*, n.º 5309, 9 de Janeiro de 1904, p. 1, c. 3-4. A seca ficava em frente do estaleiro onde o *Náutico* (antigo *Nazaré*) havido sido construído anos antes.

² ADAVR, Ílhavo, not. Frago, liv. 355-89, 9 de Outubro de 1907, fls. 7 v.-10. Segundo uma escritura de 30 de Dezembro de 1915, o «terreno de secadouro do bacalhau, com três

armazéns de madeira e um de alvenaria e mais pertenças» era constituído por dois, tendo sido comprado, um, a Alberto Maria de Mendonça e, o outro, à viúva e herdeiros do Dr. José Tavares de Almeida Lebre (ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 854-215, fls. 26 v.-28).

³ Em 26 de Outubro de 1912, ainda só estavam iniciadas as «construções de madeira» deste secadouro (ADAVR, Ílhavo, not. Peixinho, liv. 1295-68, fls. 44-45).

⁴ Em 23 de Dezembro de 1911, Francisco Damas, lavrador da Coutada, Ílhavo, arrendou a José Joaquim Vaz, como sócio-gerente da Parceria Marítima Africana, de Ílhavo, os sobejos da água da Fonte da Vessadinha, daquele lugar, «para a lavagem do bacalhau [...] no secadouro do bacalhau que vai instalar-se numa propriedade chamada Vessadinha, próximo à mesma fonte» (ADAVR, Ílhavo, not. Fragoso, liv. 369-103, fls. 43-44). Cinco dias depois, a mesma empresa obtém por arrendamento, na Vessadinha, dois terrenos confinantes, tendo um 1950 m² de área, por 32\$000 réis anuais, e o outro, sem indicação da área, por 12\$000 réis. Recordo que vessada significa «terra muito produtiva, situada geralmente em vale, provida de água de rega» (*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 3003).

⁵ Em 19 de Agosto de 1918, a Parceria Marítima Aveirense vendeu à Companhia Aveirense de Navegação e Pesca o lugre *Dolores* e «um terreno sito na Chave, limite e freguesia da Gafanha da Nazaré e bem assim dois armazéns construídos de madeira, vedações e *esteios de pedra*, que fazem parte do secadouro do bacalhau. Este prédio confrontava com a ria a nascente e a sul (ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1668-3, fls. 7 v.-9 v.).

⁶ Nesta data, esta empresa adquiriu os bens da Parceria Marítima Ilhavense, constituídos pelo terreno da seca e pelos dois barcos, Lucília e Sofia, no valor total de 26 133\$33 ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 854-215, fls. 26 v.-28).

⁷ Cf. nota 5. A Companhia Aveirense de Navegação e Pesca foi representada pelos seus directores, António Henriques Máximo Júnior e Manuel Razoilo do Sacramento, que se comprometeram a averbar, em nome dos compradores, uma apólice de seguro no valor de 60 000\$00.

⁸ Este terreno confrontava, a norte, com a marinha de Manuel Marques de Almeida Bastos e com a ria e a sul com a estrada municipal (ADAVR, Ílhavo, not. Peixinho, liv. 119-46, 18 de Abril de 1911, fls. 24-25). O prédio em apreço fora antes adquirido à Empresa Boa Esperança, de Aveiro. A compra foi realizada pelo Dr. Joaquim Machado da Silva, médico, e por José Nunes Rafeiro Júnior, proprietário-agricultor, na qualidade de sócios dessa firma.

⁹ A empresa compradora, com sede em Lisboa, foi representada pelo sócio-gerente, Joaquim Júlio da Costa Machado. O terreno, situado ao sul da rua Nova, junto à ria, fora vendido pela empresa ilhavense, Parceria de Pesca Boa União (ADAVR, Ílhavo, not. Peixinho, liv. 414-147, fls. 5 v.-7 v.).

¹⁰ A empresa interessada foi representada pelo sócio-gerente, Alberto Ferreira Martins, negociante. O terreno destinava-se «a um estaleiro para construções navais e seca de bacalhau» (ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 519-95, fls. 4-4 v.).

¹¹ A empresa interessada foi representada pelo sócio-gerente, António da Rocha Agra, «proprietário» [oficial da marinha mercante]. O terreno confinava, a norte, com a seca de bacalhau de Bagão & Companhia, Limitada. «A renda anual é de 20 medidas de 15 litros, ou seja, 300 litros de milho branco e seco» (ADAVR, Ílhavo, not. Peixinho, liv. 431-165, fls. 41-42 v.).

¹² «Pesca de bacalhau», *O Concelho de Estarreja*, n.º 1054, 24 de Junho de 1922, p. 3, c. 2.

¹³ O arrendamento dizia respeito ao «uso para a navegação do seu esteiro ou vala no local do Muro e Lage do Gordo, a correr com a estrada e Ílhavo à Costa Nova, uso que terá lugar para o transporte em barco de todos os utensílios, mercadorias, barcos e outros quaisquer géneros ou espécies que sejam necessários à seca de bacalhau que a arrendatária possui, com o respectivo armazém, e terreno que a senhoria ali possui [...]. Este uso exclui aproveitamento por qualquer particular e para géneros ou espécies que não propriamente para a seca e armazém da arrendatária. A senhoria fica com o direito de usar o mesmo esteiro ou vala, compatível com o uso que arrendar sem que possa prejudicar a arrendatária». De três em três anos, a renda era paga com a limpeza do esteiro; nos restantes era de 50\$00. António da Rocha Agra e o negociante David Nunes Rafeiro, assinaram pelas duas empresas (ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 541-117, fls. 32 v.-33 v.). Em 8 de Fevereiro de 1924, este arrendamento foi transferido para a Empresa de Pesca Bons Amigos, Limitada, com sede em Ílhavo (ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 554-130, fls. 74-75).

¹⁴ A firma interessada foi representada pelo seu gerente, Manuel Maria Moreira, «comerciante» (ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 541-117, fls. 43-44).

¹⁵ A firma interessada foi representada pelo seu gerente, Egas da Silva Salgueiro, «comerciante» (ADAVR, Aveiro, not. Reis, liv. 1451-91, fls. 28-29 v.).

¹⁶ Este terreno, confinante com o anterior, era propriedade do mesmo casal de lavradores da Gafanha da Nazaré (ADAVR, Aveiro, not. Reis, liv. 1451-91, fls. 29 v.-31).

¹⁷ Os proprietários eram o construtor naval Alfredo de Matos e esposa, lavradora, que negociaram com Manuel Nunes Ribau, sócio-gerente da Empresa Naval de Pesca, Limitada, com sede na Gafanha da Nazaré (ADAVR, Ílhavo, not. Fragoso, liv. 433-167, fls. 13 v.-15 v.).

¹⁸ Terra contígua à referida na nota anterior, sem qualquer indicação da área (ADAVR, Ílhavo, not. Fragoso, liv. 433-167, fls. 13 v.-15 v.).

¹⁹ A empresa girava sob a firma Teiga, Vilarinho & Companhia, Limitada e foi representada nesse acto pelo gerente e pelo caixa, respectivamente José Maria Vilarinho, proprietário da Gafanha do Paredão, e Francisco Teiga, negociante, de Ílhavo (ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 549-125, fls. 9 v.-12).

²⁰ Este arrendamento, entre os mesmos outorgantes da escritura anterior, respeita a uma terra com dois poços; pela descrição, era contígua à outra (ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 555-131, fls. 82-84 v.).

²¹ A empresa arrendatária foi representada pelo negociante Manuel Cravo Júnior, «na qualidade de sócio e administrador gerente» (ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 555-131, fls. 97-100).

²² A empresa foi representada pelo «comerciante» Egas da Silva Salgueiro, na qualidade de sócio-gerente (ADAVR, Ílhavo, not. Fragoso, liv. 557-199, fls. 42-43 v.).

²³ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1740-75, fls. 79-82.

²⁴ *Ibidem*.

Quadro n.º 2.2. «Fábricas de manteiga» do concelho de Aveiro, cerca de 1930

AMA, *Relação dos estabelecimentos e indústrias, 1934-1935*, liv. 1380, fls. [1], [1 v.], [4], [6] e [7 v.]. Este documento não precisa as datas de fundação dos estabelecimentos, mas são anteriores a 1930.

Quadro n.º 2.3. Padarias fundadas por empresas que investiram fora desta sub-região, 1863-1928

- ¹ ADAVR, Aveiro, not. Morais, liv. 669-30, fls. 16-17.
- ² ADAVR, Estarreja, not. Abreu, liv. 1099-41, fls. 21 v.-22.
- ³ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1099-26, fls. 8 v.-12 v.
- ⁴ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1104-31, fls. 37 v.-39 v.
- ⁵ ADAVR, Aveiro, not. Peixinho, liv. 1307-80, fls. 1-1 v.
- ⁶ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Mourisca, liv. 223-32, fls. 30 v.-31 v.
- ⁷ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1673-8, fls. 20 v.-21 v.
- ⁸ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 884-245, fls. 29-31.
- ⁹ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1674-9, fls. 1-2.
- ¹⁰ ADAVR, Aveiro, not. Andrade, liv. 1681-16, fls. 15 v.-16 v.
- ¹¹ ADAVR, Aveiro, not. Andrade, liv. 1681-16, fls. 35 v.-37.
- ¹² ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv.354-110, fls. 15-17.
- ¹³ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1694-29, fls. 4-4 v.
- ¹⁴ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Miranda, liv. 713-144, fls. 8-10.
- ¹⁵ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1705-40, fls. 93-94 v.
- ¹⁶ ADAVR, Ovar, not. Santiago, liv. 1240-155, fls. 47 v.-50.
- ¹⁷ ADAVR, Aveiro, not. Reis, liv. 1484-124, fls. 77 v.-79.

Quadro n.º 2.4. Padarias do concelho de Aveiro, 1910

As padarias da cidade vendiam o pão a 100 réis, enquanto as freguesias dos arredores vendiam-no, de qualidade inferior, a 80 réis: «Na cidade de Aveiro vende-se por dia cerca de 3 toneladas de pão de trigo de 2.^a e 3.^a qualidades, a 80 réis, em média, proveniente não só das freguesias vizinhas do concelho, mas ainda, e numa grande proporção, de Ílhavo e cercanias. Quase toda a produção é de indústria caseira e monta o seu valor à importante cifra de 72 000\$000» (Aníbal Gomes Ferreira Cabido *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 60: *Chorographia Industrial do Concelho de Aveiro*, Lisboa, 1911, p. 40-48).

Quadro n.º 2.5. Refinação de sal, 1912-1913

- ¹ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1127-54, fls. 39-41 v.

Quadro n.º 2.6. Empresas que exploravam secas de bacalhau, 1904-1928

- ¹ «Pesca de bacalhau», *Povo de Aveiro*, n.º 200, 7 de Junho de 1903, p. 2, c. 4.
- ² Aníbal Gomes Ferreira Cabido, *Chorographia Industrial do concelho de Ílhavo*, in *Boletim Industrial*, n.º 56, 1911, pp. 13-15.
- ³ *Idem, op. cit.*, p. 11-13. ADAVR, Ílhavo, not. Fragoso, liv. 346-80, fls. 25 v.-28 e *idem*, liv. 355-89, fls. 7 v.-10.
- ⁴ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 884-245, fls. 16-17.
- ⁵ ADAVR, Aveiro, not. Reis, liv. 1416-56, fls. 30-32.
- ⁶ ADAVR, Aveiro, not. Peixinho, liv. 1292-65, fls. 49 v.-50 v. e *idem*, liv. 1318-91, fl. 30 v.
- ⁷ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 854-215, fls. 2-4 e 26 v.-28.

⁸ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 532-108, fl. 2-5 v.

⁹ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1667-2, fls. 11-18 e *O Democrata*, n.º 782, 23 de Junho de 1923, p. 2, c. 2.

¹⁰ ADAVR, Ílhavo, not. Fragoso, liv. 406-140, 4 v.-5 v. e *idem*, liv. 409-143, fls. 11 v.-12 v.

¹¹ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 517-93, fls. 43-45.

¹² ADAVR, Ílhavo, not. Fragoso, liv. 428-162, fls. 32 v.-34 v.

¹³ ADAVR, Estarreja, not. Corte Real, liv. 1450-107, fls. 3-6.

¹⁴ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 528-104, fls. 27 v.-30 v. e *idem*, liv. 583-159, fls. 12 v.-13 v.

¹⁵ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 537-113, fls. 21 v.-24 e *idem*, liv. 554-130, fls. 75 v.-76 v.

¹⁶ ADAVR, Ílhavo, not. Fragoso, liv. 433-167, fls. 13 v.-15 v.

¹⁷ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 545-121, fls. 87 v.-90.

¹⁸ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 546-122 fls. 5-6.

¹⁹ ADAVR, Aveiro, not. Reis, liv. 1487-126, fls. 7-11.

Quadro n.º 2.7. Sociedades e fábricas de conservas de peixe e de legumes, 1900-1924

¹ «Fabrica de conservas», *Discussão*, n.º 263, 5 de Agosto de 1900, p. 2, c. 2.

² «Fabrica de conservas», *Discussão*, n.º 432, 8 de Novembro de 1903, p. 2, c. 2 e *Campeão das Províncias*, n.º 14 de Novembro de 1903, p. 5294, p. 2, c. 4.

³ «A Varina», *Discussão*, n.º 510, 14 de Maio de 1905, p. 1-2.

⁴ «A Varina», *Discussão*, n.º 669, 21 de Junho de 1908, p. 2, c. 2.

⁵ «A Varina», *Discussão*, n.º 858, 3 de Março de 1912, p. 3, c. 3.

⁶ «Fabrica de conservas», *Campeão das Províncias*, n.º 5881, 7 de Agosto de 1909, p. 2, c. 3 e «Brandão, Gomes & C.ª, L.ª. Cópia dos embargos à falência», *O Povo de Aveiro*, n.º 33, 11 de Dezembro de 1927, p. 4.

⁷ ADSTB, Setúbal, not. Cruz, liv. 48, fls. 34 v. e ss. e ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 874-235, fls. 21 v.-22 v. «Excursão a S. Jacinto», *A Razão*, n.º 116, 13 de Junho de 1918, p. 2, c. 3.

⁸ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 875-236, fls. 4-6 v.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ AMA, Núcleo de projectos arquitectónicos, *Pasta* n.º 2/289, 1 de Maio de 1912.

¹¹ ADAVR, Aveiro, not. Andrade, liv. 1679-14, fls. 21-24.

¹² ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 519-95, fls. 8 v.-11.

¹³ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 532-108, fls. 2-5 v.

¹⁴ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 533-109, fls. 15 v.-18.

¹⁵ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 533-109, fls. 15 v.-18.

¹⁶ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 551-131, fls. 34 v.-37.

Quadro n.º 2.8. Sociedades para a produção de lacticínios, 1912-1924

¹ «Fabricas», *Campeão das Províncias*, n.º 6163, 29 de Maio de 1912, p. 2, c. 5.

² «Fabrica de Lacticínios», *A Discussão*, n.º 1055, 9 de Janeiro de 1916, p. 2, c. 4; José A. Carrilho Ralo, «A evolução da indústria de lacticínios», p. 166; «Fabrica “Hollandia”», *A Patria*,

n.º 655, 21 de Dezembro de 1920, p. 3-4 e «Fabrica “Hollandia”», *Defesa*, n.º 28, 5 de Dezembro de 1920, p. 1, c. 3.

³ «Fabrica de manteiga», *Jornal de Albergaria*, n.º 327, 22 de Setembro de 1917, p. 3, c. 5.

⁴ «A boa manteiga», *Independência de Águeda*, n.º 816, 21 de Dezembro de 1918, p. 3, c. 3.

⁵ ADAVR, Aveiro, not. Andrade, liv. 1688-23, registadas em 28 de Fevereiro de 1920, fls. 50-51.

⁶ ADAVR, Estarreja, not. Gomes, liv. 1247-189, registada em 10 de Março de 1923, fls. 36 v.-47 v.

⁷ ADAVR, Ovar, not. Santiago, liv. 1221-136, 19 de Janeiro de 1924, fls. 2-4.

⁸ «Fábrica de manteiga», *Jornal de Albergaria*, n.º 671, 2 de Maio de 1925, p. 2, c. 2.

⁹ AMO, Carta dirigida ao Chefe da 2.ª Circunscrição Industrial, em 3 de Maio de 1936.

Quadro n.º 2.9. Empresas e sociedades constituídas para a moagem de cereais, 1874-1931

¹ ADAVR, Aveiro, not. Vieira, liv. 1001-94, fls. 14 v.-15.

² ADAVR, Ovar, not. Abreu, liv. 1009-30, fls. 35-36 e *idem*, liv. 1010-31, fls. 76 v.-77.

³ ADAVR, Ílhavo, not. Calixto, liv. 225-34, fls. 5-6.

⁴ *Povo de Aveiro*, n.º 682, 12 de Novembro de 1893, p. 1-2.

⁵ A. D. Marques, *Anuario da Cidade de Aveiro. Primeiro anno – 1891*, Aveiro, 1890, p. 18.

⁶ ADAVR, Águeda, not. Pinho, liv. 478-108, fls. 5-6 v. e, *idem*, liv. 479-109, 8 de Dezembro de 1894, fls. 36-38.

⁷ «Machina de irrigação e moagens», *Soberania do Povo*, n.º 2065, 21 de Maio de 1899, p. 2, c. 3.

⁸ Eduardo Sousa Lamy, *Monografia de Ovar*, 2.ª ed., vol. 2, 2001, p. 273.

⁹ «Fabrica de moagens», *Campeão das Províncias*, n.º 37, 26 de Maio 1900, p. 1, c. 3.

¹⁰ «Fabrica de moagens a vapor», *O Concelho de Estarreja*, n.º 67, 17 de Janeiro de 1903, p. 2, c. 4-5. Fábrica construída no lugar do Monte de Cima.

¹¹ ADAVR, Aveiro, not. Peixinho, liv. 1244-17, fls. 44 v.-49 v.

¹² ADAVR, Ovar, not. Abragão, liv. 1542-3, fls. 18-20 v.; liv. 1569-30, fls. 21-25 v. e *Discussão*, n.º 495, 22 de Janeiro de 1905, p. 3.

¹³ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1382-42, fls. 25 v.-27 e *idem*, not. Melo, liv. 1458-118, fls. 87 v.-88.

¹⁴ «Fabrica de moagens», *Os Sucessos*, n.º 999, 5 de Setembro de 1908, p. 3, c. 3.

¹⁵ «Fabrica de moagens», *Correio de Albergaria*, n.º 472, 12 de Maio de 1910, p. 3, c. 1.

¹⁶ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1116-43, fls. 27 v.-30 v.

¹⁷ ADAVR, Aveiro, not. Peixinho, liv. 1244-17, fls. 44 v.-49 v.

¹⁸ ADAVR, Ovar, not. Melo, liv. 1176-91, fls. 30 v.-35 v.

¹⁹ ADAVR, Ovar, not. Mello, liv. 1177-92, fls. 4 v.-9 v.

²⁰ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 888-287, fls. 93-95 v. e *idem*, not. Coelho, liv. 907-306, fls. 42-43 v.

²¹ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 513-89, fls. 1-4.

²² ADAVR, Águeda, not. Silva, liv. 724-167, fls. 25-27.

- ²³ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1451-111, fls. 44-45 v.
- ²⁴ ADAVR, Albergaria, not. Mourisca, liv. 249-58, fls. 46-50.
- ²⁵ «A Moagem de Estarreja», *Correio de Aveiro*, n.º 392, 10 de Julho de 1920, p. 2, c. 4.
- ²⁶ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1452-112, fls. 74-75 e «Fábrica de descasque», *O Povo de Ovar*, n.º 144, 25 de Fevereiro de 1932, p. 3, c. 5.
- ²⁷ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1453-113, fls. 4 v.-5 v.
- ²⁸ ADAVR, Aveiro, not. Andrade, liv. 1683-18, fls. 1-2.
- ²⁹ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 523-99, fls. 10-15.
- ³⁰ ADV, Viseu, not. Maldonado, liv. 1288-302, fls. 59 v.
- ³¹ ADAVR, Ílhavo, not. Fragoso, liv. 429-163, fls. 3 v.-6 v. e *idem*, Aveiro, not. Reis, liv. 1456-96, fls. 44 v.-46.
- ³² ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 906-305, fls. 17-22 e *idem*, not. Santiago, liv. 1829-176, fls. 21 v.-26.
- ³³ ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 907-306, fls. 43 v.-45.
- ³⁴ ADAVR, Albergaria, not. Miranda, liv. 714-145, fls. 38 v.-41 v. e liv. 917-258, fls. 10-12 v.
- ³⁵ ADAVR, Ovar, not. Abragão, liv. 1569-30, fls. 21-25 v.
- ³⁶ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 557-133, fls. 14 v.-18 v.
- ³⁷ ADAVR, Ovar, not. Santiago, liv. 1226-141, fls. 14 v.-18 v.
- ³⁸ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Miranda, liv. 733-164, fls. 35-39.
- ³⁹ ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 912-311, fls. 25-27 e «Empresa Industrial da Madria, Limitada», *A Pátria*, n.º 1002, 26 de Janeiro de 1928, p. 3, c. 2.
- ⁴⁰ ADAVR, Ovar, not. Santiago, liv. 1829-176, fls. 23 v.-26.
- ⁴¹ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Miranda, liv. 934-275, fls. 38 v.-41.

Quadro n.º 2.10. Empresas e sociedades para o fabrico e venda de pão, 1868-1931

- ¹ ADAVR, Ovar, not. Fonseca, liv. 804-203, fls. 88 v.-89 v.
- ² «Padaria Flor de Aveiro», *O Brado*, n.º 1, p. 4 e «Padaria», *O Brado*, n.º 18, 22 de Março de 1911, p. 3, c. 3 e *Chorographia Industrial do Concelho de Aveiro*, Lisboa, 1911, p. 45-46.
- ³ ADAVR, Aveiro, not. Nogueira Júnior, liv. 458, fl. 15.
- ⁴ ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 819-218, fls. 25.-25 v.
- ⁵ *Povo de Aveiro*, n.º 682, 12 de Novembro de 1893, p. 1-2.
- ⁶ Data de reabertura («Padaria Lisbonense», *Soberania do Povo*, n.º 1882, 29 de Julho de 1897, p. 4).
- ⁷ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1078-5, 22 de Maio de 1902, fls. 7-8. António Nunes Pároco, de Esgueira, obteve, por trespasse, a padaria sita em Aveiro, que até aí explorada por António Rodrigues da Silva, negociante, de Frossos. Os móveis e as alfaias da padaria foram trespasados por 150\$000 réis.
- ⁸ «Padaria Ferreira», *Campeão das Províncias*, n.º 5208, p. 14 de Janeiro de 1903, p. 1, c. 1-2.
- ⁹ ADAVR, Aveiro, not. Peixinho, liv. 1252-25, fls. 45 v.-48 e liv. 1307-80, fls. 12 v.-13 v. Cf. «Anúncios. Dissolução de sociedade», *O Democrata*, n.º 346, 27 de Novembro de 1914.

Manuel Lourenço era «lavrador e manipulador de pão», e António Gonçalves Teixeira e «lavrador», ambos de Cacia. A padaria, obtida por trespasse, era propriedade de Teresa de Jesus, tendo sido até então seu «administrador e gerente» o «padeiro» de Aveiro, Manuel Caetano de Matos. O estabelecimento continuou a sua actividade sob a direcção do padeiro António Gonçalves Teixeira, que comprou a quota do seu sócio; por essa razão é que Aníbal G. Ferreira Cabido designou a firma como Teixeira & Companhia.

¹⁰ «Padaria Aguedense», *Soberania do Povo*, n.º 2523, 25 de Novembro de 1903, p. 3, c. 4.

¹¹ «Nova padaria», *A Discussão*, n.º 486, 20 de Novembro de 1904, p. 2, c. 4.

¹² ADAVR, Aveiro, not. Peixinho, liv. 1264-37, 9 de Maio de 1906, fls. 28-28 v. A sociedade foi dissolvida, mas a padaria continuou a sua actividade em nome de um dos sócios, José Nunes de Melo, padeiro, de Esgueira.

¹³ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1122-37, fls. 12-14. Esta padaria foi trespassada pelo seu proprietário, Joaquim Mendes de Vasconcelos, de Ovar, a um casal de moleiros, de Avanca.

¹⁴ «Nova padaria», *A Discussão*, n.º 550, 12 de Abril de 1908, p. 3, c. 1 e ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 867-266, fls. 75 v.-77.

¹⁵ «Padaria Aguedense», *Soberania do Povo*, n.º 3030, 21 de Novembro de 1908, p. 3, c. 3.

¹⁶ «Padaria Aguedense», *Soberania do Povo*, n.º 3030, 21 de Novembro de 1908, p. 3, c. 3 e *Chorographia Industrial do Concelho de Aveiro*, Lisboa, 1911, p. 40.

¹⁷ Sociedade entre dois padeiros de Esgueira (ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 867-266, fls. 75 v.-77).

¹⁸ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1279-52, fls. 40-40 v. e ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 898-297, fls. 58-59. Objecto: «Fabrico de pão e comércio de vinhos»; «todo o activo e passivo a cargo do sócio José dos Santos Morais».

¹⁹ ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 663-46, 24 de Abril de 1910, fls. 38-41 v.

²⁰ «Nova padaria», *Campeão das Províncias*, n.º 5994, p. 14 de Setembro de 1910, p. 2, c. 3.

²¹ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 821-182, fls. 20-21. José Francisco da Silva e Luís Marques Delgado, padeiros de Eixo, obtiveram, por trespasse, a padaria até aí era explorada por Mateus Rodrigues Anileiro e por sua mulher, padeiros naquela freguesia.

²² «Nova padaria», *A Discussão*, n.º 819, 4 de Maio de 1911, p. 3, c. 3.

²³ «Albergariense», *Jornal de Albergaria*, n.º 20, 23 de Setembro de 1911, p. 2, c. 5.

²⁴ «Nova padaria», *A Discussão*, n.º 446, 4 de Novembro de 1911, p. 3, c. 2 e n.º 448, 11 de Novembro de 1911, p. 4, c. 5.

²⁵ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 832-193, fls. 1-2 e *idem*, liv. 877-238, fls. 46 v.-48. José da Silva Matos trespassou a Manuel Barreiros de Macedo e Manuel Estêvão da Silva esse estabelecimento que funcionava num prédio de Alfredo Esteves.

²⁶ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 832-193, fls. 19 v.-20 v. O «industrial e negociante» de Esgueira José dos Santos Morais trespassou a sua padaria e a taberna contígua a Álvaro de Sousa Simões.

²⁷ «Padaria Bijou», *Jornal de Albergaria*, n.º 78, 3 de Novembro de 1912, p. 4, c. 2.

²⁸ ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 672-54, fls. 48 v.-49 v. Manuel Afonso Barbosa e José Nunes dos Santos, padeiros de Esgueira, mas residentes em Ovar, trespassaram a Padaria Pátria, montada num prédio de João António Lopes, negociante de Ovar.

²⁹ ADAVR, Ovar, not. Abragão, liv. 1550-11, fls. 4 v.-6 e liv. 1551-12, fls. 7-8. Na prática, é uma sociedade de capital e indústria, pois o sócio Domingos Pereira Tavares entrou com o valor do capital social e os outros dois, referidos como «industriais», entraram «com a sua indústria». Apesar disso, os dividendos eram divididos em três partes iguais. Objecto: «manipulação de pão, biscoitos e outros artigos em que entre farinha». Todo o activo e passivo ficaram a cargo dos dois «sócios de indústria», que por seu lado, venderam ao «industrial» António Romão, por 600\$00.

³⁰ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 877-276, fls. 80-81 v. ¹⁴ Maria Soares Casimira Guilherme cedeu ao «peixeiro» Miguel Figueiredo e mulher a exploração da sua padaria. Um ano depois, obtém por arrendamento e trespasse uma outra padaria.

³¹ ADAVR, Ovar, not. Abragão, liv. 1551-12, fls. 7-8 e *Idem*, Ovar, not. Melo, liv. 1166-81, fls. 31-32. Os três sócios de indústria da anterior sociedade, de que fazia parte um irmão do sócio capitalista, dão continuidade ao negócio que não registava passivo.

³² «Nova padaria», *A Discussão*, n.º 446 (4 de Novembro de 1911, p. 3, c. 2) e n.º 448 (11 de Novembro de 1911, p. 4, c. 5).

³³ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 880-279, fls. 36 v.-38.

³⁴ «Águeda industrial. Padaria Modelo», *Independência de Águeda*, n.º 680, 29 de Janeiro de 1916, p. 2, c. 5-6.

³⁵ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 861-222, 24 de Janeiro de 1917, fls. 24-31 v.

³⁶ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1146-73, fls. 22-23 v. Francisco da Naia Sardo e mulher, padeiros de Aveiro, trespasam a dois padeiros de Cacia a sua padaria sita naquela cidade.

³⁷ ADAVR, Ovar, not. Melo, liv. 1176-91, fls. 29-30 v. O padeiro António Romão trespasou aos quatro sócios a padaria nesta data.

³⁸ ADAVR, Ovar, not. Melo, liv. 1176-91, fls. 30 v.-35 e liv. 1177-92, fls. 4 v.-9 v. Objecto: «Exploração das indústrias de padaria e moagem, e venda de géneros alimentícios e vinho no distrito de Aveiro».

³⁹ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1667-2, 2 de Agosto de 1918, fls. 24-25.

⁴⁰ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 879-240, fls. 21-22 v. e *idem*, not. Leal, liv. 1707-42, fls. 21 v.-22.

⁴¹ «Padaria Aguedense», *Soberania do Povo*, n.º 4060, 26 de Julho de 1919, p. 3, c. 3.

⁴² ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 877-238, fls. 46 v.-48.

⁴³ ADAVR, Estarreja, not. Gomes, liv. 1193-135, fls. 12 v.-14. A padaria era até este dia explorada pelo padeiro Ventura Simões Aidos e pelo lavrador José Nunes dos Santos. O primeiro trespasou ao segundo a sua parte.

⁴⁴ ADAVR, Aveiro, not. Reis, liv. 1428-68, fls. 47 v.-48 v.

⁴⁵ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Mourisca, liv. 242-51, fls. 1-2.

⁴⁶ ADAVR, Vagos, not. Rocha, liv. 569-34, fls. 11 v.-13 e *idem*, Vagos, not. Vidal, liv. 679-2, 12 de Setembro de 1920, fls. 40 v.-41 v. Um dos sócios, o padeiro de Esgueira, José dos Reis, diz a escritura, era «sócio de indústria», não tendo entrado com capital algum, apesar de ter sido estipulado que os dividendos seriam repartidos em duas partes iguais.

⁴⁷ ADAVR, Aveiro, not. Reis, liv. 1432-72, fls. 39 v.-41.

⁴⁸ ADAVR, Estarreja, not. Cunha, liv. 585-201, fls. 19 v.-21. Um casal de padeiros da Murtosa trespassou esta padaria a Maria José Pedro e seu marido, padeiros da Murtosa, também.

⁴⁹ ADAVR, Estarreja, not. Gomes, liv. 1221-163, fls. 5-7 v. e *idem*, liv. 1230-172, fls. 39-40.

⁵⁰ ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 909-308, fls. 43-44 v.

⁵¹ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 531-107, fls. 13 v.-16. A Companhia Aveirense de Moagens compra à Sociedade Padaria Cooperativa da Associação dos Taberneiros de Aveiro um prédio «de casas térreas com suas pertenças sito na rua das Salineiras, freguesia da Vera Cruz, desta cidade de Aveiro [...], pela quantia de 7 000\$00; neste acto compram igualmente «todos móveis e utensílios de padaria no mesmo prédio existentes, pela quantia de 2 100\$00».

⁵² ADAVR, Estarreja, not. Cunha, liv. 593-209, fls. 41-42 v. Domingos dos Santos Ferreira e mulher, padeiros de Esgueira mas residentes na Murtosa, trespassam a padaria ao padeiro da Murtosa, Joaquim da Silva Gravato e mulher, ambos padeiros.

⁵³ «Padaria», *O Concelho de Estarreja*, n.º 1025, 19 de Novembro de 1921, p. 3, c. 4.

⁵⁴ ADAVR, Estarreja, not. Gomes, liv. 1242-184, fls. 45-46.

⁵⁵ ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 909-308, fls. 43-44 v.

⁵⁶ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1701-36, fls. 31-32.

⁵⁷ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1465-125, fls. 15-16. Objecto: «Indústria e comércio de panificação que já exploram nos seus estabelecimentos desta vila e de Oliveira de Azeméis».

⁵⁸ ADAVR, Estarreja, not. Gomes, liv. 1242-184, fls. 45-46 e liv. 1252-194, fls. 22-23 v.

⁵⁹ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1704-39, fls. 74 v.-76. «A sua sede é em Aveiro e os estabelecimentos nesta cidade, em Ílhavo e na vila de Albergaria-a-Velha e ainda noutras localidades em que os dois sócios acordem».

⁶⁰ ADAVR, Estarreja, not. Cunha, liv. 609-225, fls. 16 v.-18. Em 9 de Abril de 1924, o padeiro Manuel A. Nunes Santos trespassa aquela padaria.

⁶¹ ADAVR, Estarreja, not. Cunha, liv. 617-343, fls. 34 v.-36. António Pereira de Almeida, de Avanca, trespassa a sua padaria aos dois padeiros, António Lopes de Matos e Carlos Pereira Pimpão, ambos padeiros de Avanca e arrendam-lhe o prédio em que estava instalada a padaria.

⁶² «Nova padaria», *O Democrata*, n.º 873, 11 de Abril de 1925, p. 2, c. 4.

⁶³ ADAVR, Águeda, not. Rachão, liv. 1243-199, fls. 25-26 v.

⁶⁴ ADAVR, Ílhavo, not. Rangel, liv. 566-208, fls. 44-55. Em 17 de Outubro de 1930, o comerciante de Ílhavo, Carlos Marques de Melo, trespassou a chave da padaria aos padeiros de Esgueira, Manuel Maia e José Simões Maio, que havia tomado por arrendamento a Casimiro dos Santos Saltão. A sociedade foi formalizada no mês seguinte.

⁶⁵ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Miranda, liv. 928-269, fls. 3 v.-6 v.

⁶⁶ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Mourisca, liv. 931-272, fls. 18-20.

Quadro n.º 2.11. Fabricação de bolachas, confeitaria, pastelaria e chocolate, 1873?-1928

¹ «É a maia antiga» («A Confeitaria Mourão», *Campeão das Províncias*, n.º 6658, 27 de Setembro de 1917, p. 2, c. 5-6.

² ADAVR, Aveiro, not. Vieira, liv. 1028-121, fls. 42 v.-43 v. «A sociedade foi constituída há muitos anos, sem escritura». A sociedade foi dissolvida, mas continuou a ser explorada por

Francisco Elias dos Santos Gamelas. Em 1908, muda a confeitaria da Rua da Vera Cruz para a Rua do Gravito (*O Aveirense*, n.º 18, 15 de Março de 1908, p. 3, c. 2)

³ «Nova industria», *Campeão das Províncias*, n.º 5393, 2 de Novembro de 1904, p. 2, c. 6.

⁴ ADAVR, Aveiro, not. Reis, liv. 1386-26, fls. 5-7 v.

⁵ «Indústria vareira», *O Ideal Vareiro*, n.º 33, 6 de Junho de 1917, p. 1, c. 1-2.

⁶ *Ibidem*.

⁷ «Pastelaria d'Águeda», *Soberania do Povo*, n.º 3991, 18 de Maio de 1915, p. 3, c. 5.

⁸ «Confeitaria e Pastelaria Central», *O Democrata*, n.º 639, 4 de Setembro de 1920, p. 2, c. 2.

⁹ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1707-42, fls. 80-82.

¹⁰ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1738-73, fls. 78-80.

Quadro n.º 2.12. Sociedades constituídas para o fabrico de massas alimentícias, 1921-1925

¹ ADAVR, Viseu, not. Maldonado, liv. 1288-302, 7 de Julho de 1921, fls. 59 v. e ss. e «Falência», *O Povo de Aveiro*, n.º 15, 7 de Agosto de 1927, p. 2, c. 5.

² ADAVR, Aveiro, not. Reis, liv. 1469-109, fls. 72-76 e *idem*, liv. 1470-110, fls. 11-15.

³ ADAVR, Aveiro, not. Reis, liv. 1470-110, fls. 11-15.

Quadro n.º 2.13. Empresas de secagem e torrefacção de chicória, 1897-1928

¹ Augusto Ruela, *A Chicoria para café* [...], 1915, p. 18 e «Incêndio», *Vitalidade*, n.º 7 de Janeiro de 1905, p. 3, c. 1-2.

² ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1704-1, fls. 8 v.-12 v. e *idem*, not. Gaspar, liv. 1209-29, fls. 24-28.

³ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 830-191, fls. 4-7. Em 29 e 30 de Abril de 1912, a firma Moimenta, Simões & Figueiredo comprou três assentos de casas térreas, com seu quintal e mais pertenças, sitos na freguesia de Eixo (ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 830-191, fls. 6-7; 7 v.-8 v. e 10 v.-11 v.)

⁴ «Novas industrias», *Campeão das Províncias*, n.º 6158, 14 de Agosto de 1912, p. 2, c. 4.

⁵ *Anuário Comercial de Portugal*, vol. 2,

⁶ *Anuário Comercial de Portugal*, vol. 2,

⁷ «Incêndio», *O Debate*, n.º 218, 3 de Fevereiro de 1927, p. 2, c. 1.

⁸ *Anuário Comercial de Portugal*, vol. 2,

⁹ «Um assalto e roubo», *O Democrata*, n.º 673, 7 de Maio de 1921, p. 2, c. 2.

¹⁰ ADAVR, Aveiro, not. Rangel, liv. 1658-2, fls. 37-38 v.

¹¹ Em Fevereiro de 1920, quando a sociedade ainda tinha a sua sede do Porto, houve um incêndio na fábrica, sita no Canal de S. Roque. Os prejuízos, de cerca de 12 contos, foram cobertos pela Bonança («Incendio», *O Democrata*, n.º 611, 21 de Fevereiro de 1920, p. 2, c. 1). Em 1921, foi constituída nova sociedade e transferida a sede para Esgueira (ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 528-104, 9 de Março de 1921, fls. 20-20 v.)

¹² ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 548-122, 3 de Abril de 1923, fls. 49 v.-51 v. e *idem*, not. Leal, liv. 1725-60, 3 de Julho de 1926, fls. 34-37.

¹³ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1741-76, fls. 2-3.

Quadro n.º 2.14. Fabricação de refrigerantes, 1901-1922

¹ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1092-7, fls. 8-9 v. e Pinto, liv. 1095-10, fls. 35 v.-37 v.

² ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1095-10, fls. 35 v.-37 v.

³ ADCB, Castelo Branco, not. França, liv. 86, fls. 40 v.-42 v. e ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 797-158, fls. 37-38 v.

⁴ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 797-158, fls. 38-39 v.

⁵ ADAVR, Aveiro, not. Reis, liv. 1396-36, fls. 1-4 v.

⁶ ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 907-306, fls. 79 v.-82 v.

⁷ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1708-43, fls. 54-56.

Quadro n.º 3.1. Produção de teares e pisões da sub-região da ria de Aveiro, 1865

Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial [...]*, 1867, p. 186, 187, 275, 428 e 648.

Quadro n.º 3.2. Valor dos pinheirais na sub-região da ria de Aveiro, 1867

¹ «Calculando um termo médio de 400 pinheiros por hectare, teremos o número total de 3 200 000 pinheiros; porém, atendendo ao desenvolvimento e conservação dos pinhais, supondo para isso que os cortes das madeiras de espaçam de trinta a trinta anos, segue-se que só poderemos contar com 106 666 pinheiros para o corte anual», mas acaba por arredondar para 120 000 (Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial [...]*, 1867, p. 95-97, 112-113, 188, 275-276, 429, 615-616 e 649-650).

Quadro n.º 3.3. Distribuição geográfica das tanoarias referidas nos documentos

Dados dos quadros n.º 3.11 e 3.12.

Quadro n.º 3.4. Sociedades constituídas para o fabrico de tecidos de algodão, 1894-1896

¹ ADAVR, Ovar, not. Abreu, liv. 1054-75, 8 de Março de 1894, fls. 86-87 e ADAVR, Ovar, not. Abragão, liv. 1324-49, 16 de Junho de 1894, fls. 2-3.

² ADAVR, Ovar, not. Abragão, liv. 1324-49, 16 de Junho de 1894, fls. 3-3 v. Era «uma fábrica de tecidos e tinturaria de algodões» (Alberto Sousa Lamy, *Monografia de Ovar [...]*, 2.ª ed., vol. 2, 2001, p. 192).

Quadro n.º 3.5. Sociedades para a fabricação de cordoaria, 1885-1922

¹ ADAVR, Ovar, not. Ribeiro, liv. 1286-11, fls. 3 v.-4 v.

² ADAVR, Ovar, not. Abreu, liv. 1047-68, fls. 20-20 v. e *idem*, not. Sobreira, liv. 858-257, fls. 1-2.

³ ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 632-15, fls. 13 v.-14.

⁴ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1103-18, fls. 33-34 v. e *idem*, liv. 1109-24, fls. 42 v.-45.

⁵ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1103-18, fls. 33-34 v. e *idem*, not. Pinto, liv. 1109-24, fls. 42 v.-45.

⁶ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1109-24, fls. 42 v.-45. e *idem*, not. Pinto, liv. 1129-44, fls. 38-39.

⁷ ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1129-44, fls. 38-39.

⁸ ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 678-60, fls. 43-44 v. e *idem*, liv. 688-70, fls. 10-10 v.

⁹ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1449-109, registada em 22 de Fevereiro de 1920, fls. 62-63.

¹⁰ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1451-111, registada em 1 de Maio de 1920, fls. 33-34.

¹¹ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1452-112, fls. 47-47 v.

¹² ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1462-122, fls. 73 v.-75 v.

¹³ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1462-122, fls. 85 v.-86 v. e *idem*, liv. 1463-123, fls. 36-36 v.

Quadro n.º 3.6. Sociedades para o fabrico de chapéus, 1881-1931

¹ Pinho Leal, «S. Vicente de Pereira», *Portugal antigo e moderno*, vol. 9, 1880, p. 47-48; *Idem*, vol. 8, 1875, p. 369.

² *Catalogo-Almanach da Imprensa Aveirense. Edição para 1884*, 1883, 32.

³ «Industria local», *Campeão das Províncias*, n.º 6175, 6 de Julho de 1912, p. 2, c. 5.

⁴ ADAVR, Águeda, not. Silva, liv. 631-74, fls. 6-7 v. e *idem*, liv. 632-75, fls. 20 v.-21.

⁵ «Industria local», *Campeão das Províncias*, n.º 6175, 6 de Julho de 1912, p. 2, c. 5.

⁶ «Novo estabelecimento», *O Progresso*, n.º 51, 26 de Janeiro de 1914, p. 3, c. 2 e «Chapelaria Ideal», *O Progresso*, n.º 60, 30 de Março de 1914, p. 3, c. 5.

Quadro n.º 3.7. Curtumes, 1881-1922

¹ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Leitão, liv. 94-18, 3 de Março de 1884, fls. 93 v.-94.

² ADAVR, Aveiro, not. Fortuna, liv. 722-83, [registada em] 23 de Janeiro de 1891, fls. 99-100.

³ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 469, 18 de Maio de 1894, fls. 34 v.-36.

⁴ «Interesses regionais. Nova “Companhia Antuá”», *O Concelho de Estarreja*, n.º 983, p. 1, c. 1.

⁵ «Indústria de pelarias e curtumes» (ADAVR, Ovar, not. Lima, liv. 1614-4, 25 de Outubro de 1900, fls. 1 v.-4 v. e ADAVR, Ovar, not. Lima, liv. 1614-4, 9 de Novembro de 1920, fls. 6-7 v.).

⁶ «Indústria de pelarias e curtumes» (ADAVR, Ovar, not. Lima, liv. 1614-4, 13 de Novembro de 1920, fls. 7 v.-10 v.).

⁷ «Preparação de camurças, couros, peles» (ADAVR, Estarreja, not. Gomes, liv. 1238-180, 29 de Julho de 1922, fls. 29 v.-35 v.).

Quadro n.º 3.8. Sociedades para o fabrico de calçado, 1920-1923

¹ ADAVR, Ovar, Sobreira, liv. 898-297, 20 de Abril de 1920, fls. 92-94 e *idem*, liv. 904-303, 31 de Outubro de 1921, fls. 95-96.

² ADAVR, Aveiro, Magalhães, liv. 526-102, 14 de Janeiro de 1921, fls. 7-8. A designação da sociedade era a seguinte: Empresa Aveirense de Manufatura e Venda de Calçado, Couros e Peles, sob a firma Elmano Ferreira Jorge, Limitada.

³ ADAVR, Ovar, Santiago, liv. 1213-128, fls. 45 v.-47 v. e *idem*, liv. 1215-130, 31 de Março de 1923, fls. 31-32.

Quadro n.º 3.9. Serração de madeiras, 1872-1931

¹ Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno* [...], vol. I, Lisboa, 1873, p. 51 e J. A. Marques Gomes, *O Distrito de Aveiro* [...], Aveiro, 1877, p. 65.

² ADAVR, Águeda, not. Pinho, liv. 478-108, fls. 5-6 v. e, *idem*, liv. 479-109, 8 de Dezembro de 1894, fls. 36-38.

³ ADAVR, Aveiro, not. Peixinho, liv. 1244, fls. 44 v.-49 v. *Idem*, Aveiro, not. Silva, liv. 1116-43, fls. 27 v.-30 v.

⁴ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 25, 15 de Janeiro de 1907, fls. 40 v.-42 v. Data do início da laboração da fábrica.

⁵ «Fabrica de serragens», *O Concelho de Albergaria*, n.º 3, 11 de Novembro de 1911, p. 1, c. 5 e «Dissolução de sociedade», *Progresso de Alquerubim*, n.º 16, 10 de Fevereiro de 1912, p. 2, c. 5.

⁶ «Novas fábricas», *Campeão das Províncias*, n.º 6178, 20 de Julho de 1912, p. 2, c. 6.

⁷ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1127-54, fls. 1-4.

⁸ ADAVR, Vagos, not. Victor, liv. 437-87, fls. 2-6.

⁹ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1434-94, fls. 40 v.-41 v.

¹⁰ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 886-285, fls. 91 v.-93 v.

¹¹ ADAVR, Aveiro, not. Reis, liv. 1427-67, fls. 5 v.-8.

¹² ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 513-89, fls. 1-4.

¹³ ADAVR, Águeda, not. Silva, liv. 724-167, fls. 25-27.

¹⁴ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1451-111, fls. 44-45 v.

¹⁵ ADAVR, Águeda, not. Sucena, liv. 1149-105, fls. 6 v.-8 e ADAVR, Águeda, not. Rachão, liv. 1138-139, fls. 1-2 v.

¹⁶ ADAVR, Águeda, not. Sucena, liv. 1149-105, fls. 8 v.-10 e *Soberania do Povo*, n.º 4291, 9 de Fevereiro de 1924, p. 3, c. 3-4

¹⁷ ADAVR, Albergaria, not. Mourisca, liv. 249-58, fls. 46-50.

¹⁸ ADAVR, Aveiro, not. Andrade, liv. 1683-18, fls. 1-2.

¹⁹ «Nova fabrica de serração», *Independência de Águeda*, n.º 943, 9 de Julho de 1921, p. 2, c. 3.

²⁰ ADAVR, Ovar, not. Ovar, not. Coelho, liv. 906-305, fls. 17-2. Em 13 de Março de 1929 dissolveram e liquidaram a sociedade entre os quatro elementos. No dia seguinte, três dos sócios dão continuidade à sociedade, continuando a laboração da fábrica (Cf. *idem*, not. Santiago, liv. 1829-176, fls. 20 v.-21 v., 21 v.-23 e 23 v.-26).

²¹ ADAVR, Águeda, not. Silva, liv. 777-220, fls. 26 v.-28.

²² ADAVR, Albergaria, not. Miranda, liv. 714-145, fls. 38 v.-41 v. e liv. 917-258, fls. 10-12 v.

²³ ADAVR, Albergaria, not. Miranda, liv. 727-158, fls. 10-12 v.

²⁴ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 557-133, 14 de Julho de 1924, fls. 14 v.-18 v. e *Correio de Aveiro*, n.º 484, 1 de Agosto de 1924, p. 3, c. 1-4.

²⁵ ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 912-311, fls. 25-27 e «Empresa Industrial da Madria, Limitada», *A Pátria*, n.º 1002, 26 de Janeiro de 1928, p. 3, c. 2.

²⁶ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 571-146, 17 de Junho de 1926, fls. 5 v.-7.

²⁷ ADAVR, Albergaria, not. Miranda, liv. 757-188, fls. 15-18.

²⁸ ADAVR, Ovar, not. Santiago, liv. 1823-170, 25 de Junho de 1928, fls. 5-6.

²⁹ ADAVR, Ovar, not. Santiago, liv. 1823-170, fls. 10 v.-12.

³⁰ ADAVR, Ovar, not. Santiago, liv. 1829-176, fls. 23 v.-26.

³¹ [Anúncio], *Gazeta de Albergaria*, n.º 178, 1 de Março de 1930, p. 4.

³² Arquivo Municipal de Ovar, *Projecto da Fábrica de Serração e instalação de máquinas que Alves & Ribeiro pretende instalar na freguesia de Esmoriz, junto à estação do caminho-de-ferro*, datada de: Porto, Janeiro de 1931.

Quadro n.º 3.10. Carpintaria e marcenaria, 1897-1930

¹ «Albano Ferreira Sucena, Suc.», *Soberania do Povo*, n.º 4128, 27 de Novembro de 1920, p. 3, c. 5.

² «Necrologia», *O Democrata*, n.º 692, 17 de Setembro de 1921, p. 2, c. 2.

³ «Nova officina», *Jornal de Albergaria*, n.º 39, 3 de Fevereiro de 1907, p. 3, c. 3.

⁴ «Novo estabelecimento», *Correio de Albergaria*, n.º 469, 21 de Abril de 1910, p. 2, c. 4 e «Atenção. João Gomes Soares», *O Concelho de Albergaria*, n.º 1, 28 de Outubro de 1911, p. 4.

⁵ «Marcenaria Popular», *Jornal de Albergaria*, n.º 1, 13 de Março de 1911, p. 4.

⁶ «Novo estabelecimento», *Campeão das Províncias*, n.º 6042, 4 de Março de 1911, p. 2, c. 3. Em 1929, *O Democrata* afirma que esta oficina abriu as suas portas ao público há «aproximadamente 31 anos», o que significa que o referido marceneiro terá iniciado a sua actividade aí por volta de 1898 e esta seria uma outra oficina («Marcenaria 12 de Agosto», *O Democrata*, n.º 1079, 15 de Junho de 1929, p. 2, c. 2).

⁷ «Nova marcenaria», *Soberania do Povo*, n.º 3654, 9 de Janeiro de 1915, p. 3, c. 5.

⁸ ADAVR, Águeda, not. Camelo, liv. 407-63, fls. 21 v.-23 e liv. 416-72, fls. 6 v.-8. «Nova sociedade», *Soberania do Povo*, n.º 3706, 17 de Julho de 1915, p. 3, c. 2.

⁹ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 513-89, fls. 1-4.

¹⁰ ADAVR, Águeda, not. Silva, liv. 777-220, fls. 26 v.-28.

¹¹ «Fabrica a vapor de moveis», *A Pátria*, n.º 837, 29 de Abril de 1924, p. 4.

¹² ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 557-133, 14 de Julho de 1924, fls. 14 v.-18 v. e *Correio de Aveiro*, n.º 484, 1 de Agosto de 1924, p. 3, c. 1-4.

¹³ ADAVR, Albergaria, not. Miranda, liv. 757-188, fls. 15-18.

¹⁴ «Nova officina de mercenaria», *Soberania do Povo*, n.º 4361, 4 de Julho de 1925, p. 3, c. 5.

¹⁵ «Martins & Candeias», *O de Aveiro*, n.º 429, 15 de Novembro de 1925, p. 2, c. 3.

¹⁶ [Anúncio], *Gazeta de Albergaria*, n.º 178, 1 de Março de 1930, p. 4.

Quadro n.º 3.11. Tanoarias, 1880-1924

¹ Por esta escritura de «transacção e cedência e amigável composição», o arrendamento da casa onde funcionava a sede da sociedade, o activo e o passivo desta «sociedade de tanoaria» ficavam, doravante, a cargo do sócio António de Sousa Marques. Contrariamente a outros actos semelhan-

tes, os dois sócios «ficavam desligados um do outro, *podendo cada um deles negociar, como quiser, ou estabelecer-se como melhor lhe convier*» (ADAVR, Ovar, not. Vale, liv. 497-78, fls. 30 v.-31 v.).

² Pela lacónica escritura de dissolução, o sócio João Ribeiro da Silva ficou com «todas as ferramentas, utensílios e mais aprestes dependentes da oficina de tanoaria que tinham montado e, bem assim, todo o activo e passivo da sociedade, obrigando-se a dar ao primeiro outorgante a quantia de 100\$000 réis, correspondente à sua parte, quantia esta que será paga no prazo de seis meses (ADAVR, Ovar, not. Abragão, liv. 1316-41, fls. 20-20 v.).

³ Não foi encontrada a escritura de dissolução da sociedade. Ou ela foi celebrada num notário do Porto, por exemplo, ou terminou ao fim dos quatro anos de duração previstos, como até poderia ter sido prorrogado esse prazo (ADAVR, Ovar, not. Ribeiro, liv. 1303-28, fls. 39 v.-40 v.)

⁴ A escritura de «dissolução em parte e ratificação da mesma», de 14 de Março de 1892, mais não é do que uma cessão de quotas, pela qual o tanoeiro Manuel Ferreira da Silva Costa, de Cortegaça, se desvincula do contrato de sociedade. Como o próprio texto diz, «continuando todavia a mesma sociedade a cargo dos dois outorgantes restantes» (ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 834-233, fls. 61-62). Importa igualmente referir que o referido tanoeiro recebe, nesse acto, «a quantia de 100\$000 réis em dinheiro [...], como recebeu a quantia de 99\$575 réis, lucro da mesma sociedade que lhe pertence até esta data», isto é, em menos de dois anos, este sócio recebeu quase tanto quanto investiu.

⁵ Embora não explicita a tanoaria no seu objecto social, foi fundada por um «comerciante» e por um «tanoeiro» (ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1372-32, 24 de Maio de 1906, fls. 20-20 v.).

⁶ Falência: ADAVR, Aveiro, not. Peixinho, liv. 1285-58, 24 de Novembro de 1910, fls. 49 v.-50 v.

⁷ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 870-269, registada em 25 de Junho de 1910, fls. 10 v.-11 v. A oficina continua a ser explorada, apenas no nome de um dos filhos (ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 875-274, fls. 36-37).

⁸ ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 680-62, 1 de Novembro de 1917, fls. 48 v.-48 v.

⁹ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1435-95, 23 de Novembro de 1917, fls. 28 v.-29 v.

¹⁰ ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 681-63, 15 de Junho de 1918, fls. 44-45 v.

¹¹ A sociedade dissolveu-se, mas o funcionamento da oficina de tanoaria foi assegurado pelo negociante António Maria Marques da Silva, que ficou com todo o activo e passivo da sociedade (ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 681-63, 2 de Julho de 1918, fls. 49 v.-50).

¹² Primeira sociedade a informar que vai iria utilizar maquinaria (ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1440-100, 28 de Outubro de 1918, fls. 24-24 v.).

¹³ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 889-288, 18 de Novembro de 1918, fls. 42 v.-45.

¹⁴ Esta sociedade foi dissolvida, de facto, após a morte de Domingos José de Carvalho Júnior, cunhado dos outros dois. «Faltava liquidar de direito essa dissolução [...]» (ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1445-105, 29 de Setembro de 1919, fls. 45-46).

¹⁵ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 895-294, registada apenas em 11 de Outubro de 1919, fls. 28 v.-30 v.). O terreno onde estava a tanoaria era arrendado pelo sócio que se retirou, pelo que a tanoaria teve de mudar de local (ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 906-305, 24 de Fevereiro de 1922 fls. 44-46).

¹⁶ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 898-297 e ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 908-307, 28 de Maio de 1923, fls. 91 v.-93.

¹⁷ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1444-104, 3 de Julho de 1919, fls. 16-17.

¹⁸ Sociedade constituída «verbalmente» na data indicada, segundo a escritura de dissolução. Todo o activo e passivo ficou a cargo do sócio Joaquim Ribeiro da Silva (ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1453-113, 14 de Outubro de 1920, fls. 76-76 v.).

¹⁹ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1451-111, 1 de Maio de 1920, fls. 31 v.-32 v.

²⁰ Os sócios entraram com quotas em dinheiro (ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 896-295, 24 de Novembro de 1919, fls. 34 v.-37). Esta sociedade dissolve-se, mas o activo e o passivo ficam a carga de um dos sócios, permitindo a continuação da actividade da tanoaria (ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 909-308, 19 de Junho de 1923, fl. 1 v.-4.).

²¹ A tanoaria era a da anterior sociedade em que Salvador Gradim estivera envolvido, a Gradim, Oliveira & Branco (ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 897-296, 2 de Janeiro de 1920, fls. 31 v.-34). Um ano depois, a sociedade é dissolvida, ficando de novo o sócio Salvador Gradim com todo o activo e passivo, dando continuidade à actividade da tanoaria (ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 903-302, 14 de Fevereiro de 1921, fls. 21-22).

²² A sociedade só foi registada em Maio (ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1451-111, 20 de Maio de 1920, fls. 68-69).

²³ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 898-297, 20 de Abril de 1920, fls. 83 v.-85 e idem Ovar, not. Coelho, liv. 908-37, 28 de Maio de 1923, fls. 91 v.-93.

²⁴ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1448-108, fls. 1 v.-2 v. e idem, liv. 1455-115, fls. 23-24.

²⁵ ADAVR, Ovar, not. Melo, liv. 1190-105, 21 de Fevereiro de 1920, fls. 8-10 v.

²⁶ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1452-112, 8 de Julho de 1920, fls. 47-47 v. e idem, Ovar, not. Gama, liv. 914-313, 20 de Fevereiro de 1925, fls. 40 v.-43.

²⁷ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1457-117, 28 de Março de 1921, fls. 9 v.-10 v. e idem, liv. 1462-122, 3 de Abril de 1922, fls. 61 v.-62 v.

²⁸ Não foi possível saber a data de fundação desta sociedade comercial irregular. Terá sido inicialmente constituída por Joaquim Ferreira Domingues e Francisco Ribeiro da Silva, tendo continuado depois com António Ferreira Alves e com Joaquim Ferreira Domingues, devido ao facto de F. Ribeiro da Silva ter vendido ao Alves a sua parte do activo e passivo da sociedade. Ribeiro da Silva tinha trespassado para a sociedade, conjuntamente com o seu estabelecimento de tanoaria, o arrendamento que fizera da casa onde funciona a sociedade. Por esta escritura dissolvem a sociedade, trespassando o activo e passivo da mesma para o tanoeiro António Ferreira Alves uma vez que o segundo outorgante (ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1464-124, fls. 54-55).

²⁹ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1450-110, 2 de Abril de 1920, fls. 54-54 v.

³⁰ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 898-297, 7 de Abril de 1920, fls. 66 v.-68 v.

³¹ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1451-111, 20 de Abril de 1920, fls. 83 v.-85. É a primeira escritura a fazer referência à Lei de 11 de Abril de 1901.

³² ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1451-111, fls. 21-22 e 29 v.-30.

³³ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1458-118, fls. 47-48.

³⁴ ADAVR, Ovar, not. Abragão, liv. 1566-27, 10 de Dezembro de 1921, fls. 6-9.

³⁵ Apesar de se declarar que os dois sócios Sá e Vieira da dissolvida Marques, Sá & Vieira iam forma sociedade entre si, na escritura diz-se que esta nova sociedade é «irregularmente constituída» (ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1462-122, fls. 88 v.-89 v.).

³⁶ ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 706-88, fls. 22 v.-24.

³⁷ Em 1927 foi alterado o pacto social (ADAVR, Ovar, not. Gama, liv. 933-332, fls. 20 v.-22).

Quadro n.º 3.12. Sociedades congéneres formadas por tanoeiros do concelho de Ovar noutras localidades, 1880-1926

¹ Nesta data, José Marques de Oliveira, escriturário, Francisco Marques de Oliveira Reis, negociante, e Albana Francisca de Oliveira, proprietária, trespasam a oficina de tanoaria, «com todos os seus utensílios, aprestes, ferramentas e madeiras, vasilhame e obras», aos tanoeiros de Cortegaça, Manuel Ribeiro da Silva e António Rodrigues Silva, não se sabem a razão desse trespasse. A sociedade terá sido registada no Porto, pelo que o valor do capital social foi atribuído (ADAVR, Ovar, not. Abragão, liv. 1319-44, fls. 2-2 v.).

² Por esta escritura de «revogação e distrate» da que fundara esta «sociedade de tanoaria», «ficam sendo pertença do primeiro outorgante, José Alves de Azevedo, todos os utensílios de tanoaria e mais objectos da sociedade, pois que os segundo outorgante, António Pinto de Sá Ferreira, foi previamente remunerado da parte que lhe pertencia na falada sociedade» (ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 826-225, fls. 79-79 v.). Importa referir ainda que, seis meses depois, António Pinto de Sá Ferreira seria um dos fundadores da tanoaria da firma Rodrigues, Sá & Ferreira, criada em Esmoriz, em 18 de Novembro de 1888.

³ No texto, é indicada como sendo uma «Sociedade Industrial Familiar». Não é uma dissolução, mas tão só uma cedência de quota que tinha o pai (?) dos outros dois sócios desta sociedade irregular, pois, como refere a escritura, da sua «organização não constava qualquer documento», uma vez que «familiarmente a haviam constituído» (ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 844-243, fls. 32-33).

⁴ Apesar da dissolução, a tanoaria continuou a laborar, agora em nome individual, pois o sócio Florindo Marques de Oliveira ficou com todo o activo e passivo (ADAVR, Ovar, not. Pinto, liv. 1142-57, fls. 37-38).

⁵ Na escritura de sociedade pode-se ler: «Há três anos que formaram entre si, sem precedência de documento de espécie alguma, uma sociedade industrial comercial [...]» (ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 865-264, 14 de Setembro de 1907, fls. 46-47). A continuidade da tanoaria seria assegurada, daí em diante, apenas pelo tanoeiro Manuel Francisco de Oliveira Júnior (ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 865-264, 14 de Setembro de 1907, fl. 46 v.).

⁶ O capital social é o valor do trespasse que os três tanoeiros pagaram ao seu conterrâneo, Valentim Marques da Silva. Contudo, o vendedor apenas recebeu, no acto do trespasse, a quantia de 350\$000 réis, devendo o resto ser-lhe pago por duas vezes (ADAVR, Aveiro, not. Peixinho, liv. 1274-47, 29 de Abril de 1908, fls. 1-2 v.).

⁷ A tanoaria tinha a sua sede no lugar da Mourisca, freguesia da Trofa. Um dos filhos não entra com o capital que lhe cabia, isto é, a sociedade inicia a sua actividade com um capital de 200\$000 réis apenas. A quota do sócio pai de 100\$000, representa o valor da ferramenta da

tanoaria — 48\$000 — e o restante em dinheiro. As dos filhos era apenas em dinheiro (ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 870-269, 25 de Junho de 1910, fls. 10 v.-11 v.). No momento da dissolução, o tanoeiro Manuel Marques de Oliveira Júnior, que em 1910 residia com o pai, em Cortegaça, é indicado como sendo residente em Maceda. Estará a dissolução ligada ao estabelecimento deste com tanoaria em nome individual, em Maceda? A natureza jurídica da sociedade foi atribuída. Na escritura de dissolução da sociedade, o mesmo notário chama-lhe «sociedade civil industrial». Como noutros casos, a dissolução da sociedade não implicou o fim da actividade da referida tanoaria, que ficou a cargo do sócio António Marques de Oliveira (Cf. ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 875-274, 6 de Janeiro de 1913, fls. 36-37).

⁸ Os três Lourosas declararam, em 1917, que «se achavam constituídos em sociedade comercial, em nome colectivo, para a exploração de negócios de tanoaria, vinhos e outros artigos congêneres, a qual tinha a sua sede na Rua do Comércio do Porto, e girava sob a razão social, Lourosa & Filhos, e que da mesma sociedade «não existia qualquer escritura ou outro qualquer documento». Mais se lê na escritura que «a mesma sociedade tinha em dinheiro e outros artigos a ela respeitantes a importância de 3501\$00, que pertencem em partes iguais» aos três Lourosas (ADAVR, Ovar, not. Melo, liv. 1173-88, 24 de Fevereiro de 1917, fls. 20-22 v.). Quase dois anos depois de se terem associado ao negociante e proprietário José Rodrigues de Almeida, voltam a constituir sociedade entre si, ficando com todo o activo e passivo do exercício desse período (ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 890-289, 23 de Dezembro de 1918, fls. 31-32 v.).

⁹ Esta sociedade nasceu irregularmente (ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 903-302, 24 de Fevereiro de 1921, fls. 38 v.-41 v.).

¹⁰ Esta sociedade dissolve-se pela saída do sócio José Marques da Costa (ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 903-302, 23 de Abril de 1921, fls. 88 v.-90).

¹¹ Sociedade constituída irregularmente (ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 903-302, 23 de Abril de 1921, fls. 88 v.-90). Ano e meio depois seria dissolvida (ADAVR, Ovar, not. Abragão, liv. 697-79, 16 de Dezembro de 1922, fls. 28-28 v.).

¹² Esta sociedade só foi registada em Janeiro do ano seguinte (ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1460-120, 15 de Janeiro de 1921, fls. 95 v.-96 v.).

¹³ A sede era em Torres Vedras, mas a oficina estava situada em Esmoriz, onde se situava a sede uma sociedade irregular que os dois sócios tinham formado no ano de 1925 (ADAVR, Ovar, not. Coelho, liv. 708-90, 9 de Fevereiro de 1926, fl. 48 v.-50).

Quadro n.º 3.13. Cortiça, 1915-1923

¹ ADAVR, Albergaria, not. Cabral, liv. 504-69, registada em 22 de Dezembro de 1915, fls. 1-3.

² «Edital», *A Pátria*, n.º 796, 16 de Agosto de 1923, p. 4, c. 3.

Quadro n.º 3.14. Papel e Pasta de papel, 1870-1927

¹ «A Fabrica de Val Maior. Um artigo interessante», *Jornal de Albergaria*, n.º 298, 24 de Fevereiro de 1917, p. 1, c. 1-3.

² ADAVR, Albergaria, not. Miranda, liv. 69-18, fls. 18-19.

³ Delfim Bismark Ferreira, «A Fábrica de Papel de Valle Maior [...]», 2004.

⁴ ADAVR, Albergaria, not. Leitão, liv. 90-14, 9 de Fevereiro de 1882, fls. 21 v.-23 e «Fabrica de Valle Maior», *Campeão das Províncias*, n.º 5215, 7 de Fevereiro de 1903, p. 1, c. 4.

⁵ A. G. Ferreira Cabido, *Chorographia industrial do concelho de Albergaria-a-Velha*, 1911, p. 7.

⁶ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 933-332, 31 de Outubro de 1922, fls. 35 v. e *idem*, not. Gama, 933-332, fls. 35 v.-36 v.

⁷ «Fabrica de sacos de papel», *Jornal de Albergaria*, n.º 753, 12 de Fevereiro de 1927, p. 3, c. 3.

⁸ A. G. Ferreira Cabido, *Chorographia industrial do concelho de Albergaria-a-Velha*, 1911, p. 4.

⁹ *Jornal de Albergaria*, n.º 532, 29 de Abril de 1922, p. 3-4.

Quadro n.º 3.15. Jornais e tipografias, 1882-1927

O número de sócios indicados para as sociedades de que não há informação segura foi atribuído. É muito provável que nas sociedades indicadas como possivelmente em nome colectivo o número de sócios fosse superior.

¹ *Catalogo-Almanach da Imprensa Aveirense. Edição para 1884*, Aveiro, 1883, 21.

² *Ibidem*.

³ *Ibidem*.

⁴ ADAVR, Aveiro, not. Fortuna, liv. 704-65, fls. 33 v.-34 v.

⁵ ADAVR, Aveiro, not. Fortuna, liv. 704-65, fls. 33 v.-34 v.

⁶ *O Ovarense*, n.º 624, 15 de Setembro de 1895, p. 4. A data indicada é a do primeiro número do jornal.

⁷ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1035-128, fls. 47 v.-48 v. e *idem*, not. Silva, liv. 1193-13, fls. 34-35.

⁸ *Almanak Aveirense*, Aveiro, 1898, «Annuncios».

⁹ «Typographia», *A Discussão*, n.º 998, 29 de Novembro de 1911, p. 3, c. 2.

¹⁰ A. G. Ferreira Cabido, *Chorographia industrial do concelho de Aveiro [...]*, 1911, p. 29.

¹¹ ADAVR, Albergaria, not. Montenegro, liv. 140-24, fls. 13 v.-14 v.

¹² ADAVR, Estarreja, not., Correia, liv. 1607-11, fls. 6 v.-8 v.

¹³ ADAVR, Estarreja, not., Albuquerque, liv. 1367-24, fls. 12 v.-14 v.

¹⁴ ADAVR, Albergaria, not. Aidos, liv. 165-49, fls. 39 v.-41 v.

¹⁵ *A Verdade*, n.º 1, 20 de Junho de 1910.

¹⁶ ADAVR, Águeda, not., Silva, liv. 624-67, fls. 3-3 v. e *idem*, liv. 632-75, fls. 3-3 v.

¹⁷ «Tipografia Moderna», *O Brado*, n.º 76, 11 de Maio de 1912, p. 4.

¹⁸ «Tipografia», *A Pátria*, n.º 345, 3 de Dezembro de 1914, p. 3, c. 2.

¹⁹ ADAVR, Águeda, not., Sucena, liv. 528-156, fls. 20 v.-22 v.

²⁰ *A Razão*, n.º 1, 16 de Março de 1916 e *A Discussão*, n.º 1071, 7 de Maio de 1916, p. 4.

²¹ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 869-230, fls. 16-17 v.

²² ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 704-147, fls. 8 v.-10 e *idem*, not. Sucena, liv. 1148-104, 21 de Outubro de 1920, fls. 8 v.-10.

²³ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 520-96, 21 de Junho de 1920, fls. 16-17 v.

²⁴ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1731-66, fls. 51-52.

²⁵ ADAVR, Albergaria, not. Miranda, liv. 774-205, fls. 20 v.-22.

Quadro n.º 4.1. Produção marinha da ria, 1920

A. Nobre, J. Afreixo e J. de Macedo, *A ria de Aveiro* [...], 1915, p. 122.

Quadro n.º 4.2. Rendimento das actividades da ria, 1920

Decreto n.º 7880, de 7 de Dezembro de 1921.

Quadro n.º 4.3. Composição química dos fertilizantes utilizados

Augusto Ruela, *A chicória para café* [...], 1915, p. 45.

Quadro n.º 4.4. Importação e exportação de vidraça da Vista Alegre, 1865

Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 425-455.

Quadro n.º 4.5. Contratos para a exploração de barro, 1906-1926

¹ ADAVR, Estarreja, not. Sarmento, liv. 286-33, fls. 36 v.-38 v.

² ADAVR, Ovar, not. Melo, liv. 1151-66, fls. 27-29 v.

³ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1403-63, fls. 19 v.-20.

⁴ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 523-99, fls. 33 v.-35 v. Contrato «para a exploração da lavoura, barro e areia». J. A. da Paula dias e mulher são identificados como «lavradores».

⁵ ADAVR, Albergaria-a-Velha, not. Miranda, liv. 722-153, fls. 41-43.

⁶ ADAVR, Ovar, not. Santiago, liv. 1243-158, fls. 16 v.-18.

Quadro n.º 4.6. Contratos para a extracção de caulino, 1918-1920

¹ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 889-288, fls. 19-29. «O barro de qualquer dos barcos será carregado com o mínimo de 12 carros e cada carro com o mínimo de 30 cestos ou gigos».

² ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 901-300, fls. 25 v.-27 v. «[...] cada barco de barro será composto por 10 carros e cada um destes por 30 gigos», não podendo ser extraídos mais de 100 barcos por ano.

³ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 901-300, fls. 27 v.-29 v. «[...] cada barco de barro será constituído por 10 carros e cada carro por 30 gigos [...]. A fábrica tirará um mínimo de 10 barcos de barro caulino e nunca poderá extrair mais de 100 barcos por ano».

⁴ ADAVR, Ovar, not. Sobreira, liv. 901-300, fls. 32-34 v. A fábrica extrairia obrigatoriamente um mínimo de 50 barcos, «na proporção costumada, isto é, por 10 carros, levando cada carro 30 gigos», e o máximo de 200 barcos por ano.

Quadro n.º 4.7. Registos de depósitos de caulino, 1920-1921

AMAg, Registo de Minas, 1877-1881, 1881-1900, 1900-1903 e 1913-1944; AMA, Registos de Minas, liv. 1474; AMO, Registo de Minas, 1919-1942, liv. 574.

¹ Cinco depósitos de caulino.

² Cinco depósitos de caulino. Representada pelo Padre Benjamim Ferreira Borges.

³ Dois depósitos. Empresa Comercial, Lisboa.

⁴ Dois depósitos. Empresa Comercial, Lisboa.

⁵ Representada por Manuel Barbosa de Oliveira, «proprietário» de S. Vicente de Pereira.

⁶ *Idem*.

⁷ Representada pelo Eng. João Teodoro Ferreira Pinto Basto.

⁸ Representada por Manuel Barbosa de Oliveira.

Quadro n.º 4.8. Olarias com indicação do número de operários e instrução, 1853

AMOP, CX DGCAM RM, 2S 1-4, «Mapas estatísticos da Instrução Primária dos operários das Fábricas e oficinas do Distrito de Aveiro» expedidos, em Janeiro de 1853».

Quadro n.º 4.9. Importação e exportação de louça vermelha, 1853-1862

Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 425-455.

Quadro n.º 4.10. Importação e exportação de louça, 1853-1862

Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 425-455.

Quadro n.º 4.11. Importação e exportação de louça de Porcelana, 1853-1862

Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 425-455.

Quadro n.º 4.12. Produção da fábrica da Vista Alegre, 1865

Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 442.

Quadro n.º 4.13. Fornos tradicionais de telha e tijolo, 1865

Francisco de Paula Campos e Oliveira, *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 455.

Em Albergaria havia 4 fabricantes «com estabelecimento» e 18 «sem estabelecimento»; em Ovar e Vagos, o número de telheiros «sem estabelecimento» é o dobro dos outros.

Quadro n.º 4.14. Fábricas e fornos tradicionais de telha e tijolo, 1905

Estado da Indústria, 1905, «Mapas estatísticos da Instrução Primária dos operários das Fábricas e oficinas do Distrito de Aveiro» expedidos, em Janeiro de 1853» (AMOP, CX DGCAM RM, 2S 1-4).

Quadro n.º 4.15. «Lojas de ferreiros» e instrução dos respectivos operários, 1853

AMOP, CX DGCAM RM, 2S 1-4, «Mapas estatísticos da Instrução Primária dos operários das Fábricas e oficinas do Distrito de Aveiro» expedidos, em Janeiro de 1853».

Quadro n.º 4.16. As cinco serralharias «mais importantes» de Aveiro, 1910

Aníbal Gomes Ferreira Cabido *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 60: *Chorographia Industrial do Concelho de Aveiro*, Lisboa, 1911.

Quadro n.º 4.17. Empresas de produtos químicos, 1883-1927

- ¹ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 532-108, 20 de Outubro de 1921, fls. 45-49.
- ² ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1464, fls. 36 v.-37 v.
- ³ «Sabão português», *Campeão do Vouga*, n.º 744, 23 de Julho de 1859, p. 4, c. 1.
- ⁴ *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 114.
- ⁵ *Informações para a Estatística Industrial* [...], 1867, p. 198.
- ⁶ ADAVR, Águeda, not. Silva, liv. 768-211, fls. 7-9
- ⁷ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 541-117, fls. 47 v.-49 v. e *idem*, liv. 570-146, fls. 2 v.-4.
- ⁸ ADAVR, Albergaria, not. Miranda, liv. 719-150, (registada em) 5 de Maio de 1923, fls. 64 v.-67.
- ⁹ ADAVR, Ovar, not. Santiago, liv. 1820-167, fls. 6-7 e *idem*, liv. 1235-150, fls. 20 v.-21 v.
- ¹⁰ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 582-158, fls. 42 v.-44.
- ¹¹ *Catalogo-Almanach da Imprensa Aveirense. Edição para 1884*, Aveiro, 1883, 32.
- ¹² *Ibidem*.
- ¹³ *Ibidem*.
- ¹⁴ *Anuário Comercial de Portugal*, vol. 2, 1907-1929.
- ¹⁵ *Anuário Comercial de Portugal*, vol. 2, 1907-1929.
- ¹⁶ *Anuário Comercial de Portugal*, vol. 2, 1926.
- ¹⁷ ADAVR, Albergaria, not. Mourisca, liv. 254-63, 27 de Outubro de 1920, fls. 47-49 v. e *idem*,
- ¹⁸ [Anúncio], *Jornal de Águeda*, n.º 750, 8 de Janeiro de 1927, p. 4.

Quadro n.º 4.18. Empresas de diversos produtos de vidro, 1866-1907

- ¹ ADAVR, Ílhavo, not. Calixto, liv. 152-37, fls. 50 v.-54 e Laura M. de F. Pereira da Rosa, *A Vista Alegre* [...], 1995, Anexo I, documento n.º 7, p. 215.
- ² Manuel Ferreira Rodrigues, «A Fábrica Nacional de Vidros Aveirense [...].
- ³ *Ibidem*.
- ⁴ *Ibidem*.

Quadro n.º 4.19. Empresas de artigos de faiança e azulejo, 1861-1929

- ¹ Manuel Ferreira Rodrigues, «Os industriais de cerâmica: Aveiro, 1882-1923».
- ² *Ibidem*.
- ³ ADAVR, Águeda, not. Pinho, liv. 463-93, fls. 31-32.
- ⁴ Manuel Ferreira Rodrigues, «Os industriais de cerâmica: Aveiro, 1882-1923».
- ⁵ *Ibidem*.
- ⁶ ADAVR, Aveiro, not. Peixinho, liv. 1264-37, fls. 9-11 e *idem*, not. Gaspar, liv. 1214-34, fls. 8 v.-10.

- ⁷ ADAVR, Aveiro, not. Gaspar, liv. 1214-34, fls. 8 v.-10.
⁸ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1128-55, fls. 37 v.-39 v.
⁹ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1128-55, fls. 37 v.-39 v.
¹⁰ ADAVR, Aveiro, not. Gaspar, liv. 1214-34, fls. 8 v.-10 e *idem*, Peixinho, liv. 1264-37, fls. 9-11.
¹¹ ADAVR, Aveiro, not. Reis, liv. 1427-67, fls. 32 v.-33 v.
¹² ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1673-8, fls. 26-28 v.
¹³ «Águeda industrial», *Independência de Águeda*, n.º 885, 1 de Maio de 1920, p. 2, c. 2.
¹⁴ «Fabrica do Outeiro», *Soberania do Povo*, n.º 4472, 10 de Setembro de 1927, p. 3, c. 2.
¹⁵ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1698-33, fls. 4-6.
¹⁶ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1699-34, fls. 42-45.
¹⁷ *O Debate*, n.º 120, 18 de Setembro de 1924, p. 2, c. 5.
¹⁸ ADAVR, Águeda, not. Soares, liv. 1445-67, fls. 40 v.-43 e *idem*, liv. 1445-67, fls. 24 v.-27.

Quadro n.º 4.20. Empresas de artigos de faiança e azulejo, 1861-1929

- ¹ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1098-25, fls. 40 v.-42 v. e *idem*, liv. 1118-45, fls. 17 v.-21 v.
² ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1082-9, fls. 28 v.-32 v.
³ ADAVR, Ovar, not. Melo, liv. 1458-118, fls. 87 v.-88 e *idem*, not. Branco, liv. 1382-42, fls. 25 v.-27.
⁴ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1118-45, fls. 17 v.-21 v.
⁵ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1118-45, fls. 17 v.-21 v.
⁶ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1127-54, fls. 1-4.
⁷ ADAVR, Vagos, not. Victor, liv. 437-87, fls. 2-6.
⁸ ADAVR, Águeda, not. Camelo, liv. 406-62, fls. 3 v.-6.
⁹ ADAVR, Ovar, not. Branco, liv. 1458-118, fls. 87 v.-88.
¹⁰ ADAVR, Águeda, not. Silva, liv. 687-130, fls. 2-4 v. e *idem*, not. Rachão, liv. 1125-81, fls. 35-37.
¹¹ ADAVR, Águeda, not. Costa, liv. 1015-123, 15 de Junho de 1918, fls. 1-6 v.
¹² ADAVR, Albergaria, not. Mourisca, liv. 250-59, fls. 47-48 v.
¹³ ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 521-97, fls. 49-50 v.
¹⁴ ADAVR, Albergaria, not. Mourisca, liv. , fls. e *idem*, not. Hernâni, liv. 724-155, fls. 43-44.
¹⁵ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1118-45, fls. 17 v.-21 v.
¹⁶ «Fabrica de mozaico Progresso Albergariense», *Jornal de Albergaria*, n.º 582,2 de Junho de 1923, p. 2, c. 5.
¹⁷ ADAVR, Ovar, not. Melo, liv. 1458-118, fls. 87 v.-88.
¹⁸ ADAVR, Águeda, not. Oliveira, liv. 1922-79, fls. 8 v.-10 v.
¹⁹ ADAVR, Águeda, not. Rachão, liv. 151-51-240, fls. 1-2 v.

Quadro n.º 4.21. Empresas de Abrasivos, 1904-1921

- ¹ Data da aquisição do terreno para construção da fábrica (ADAVR, Vagos, not. Victor, liv. 398-48, 20 de Maio de 1904, fls. 17-18).

² ADAVR, Vagos, not. Victor, liv. 405-55, fls. 24 v.-28 e *idem*, Aveiro, not. Silva, liv. 63-, fls. 15 v.-19 e liv. 1137-64, fls. 3 v.-5 v.

³ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1136-63, fls. 15 v.-19 e *idem*, liv. 1137-64, fls. 3 v.-5 e *idem*, fls. 5 v.-8 v.

⁴ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1137-64, fls. 3 v.-5 e *idem*, fls. 5 v.-8 v.

Quadro n.º 4.22. Oficinas de serralharia, funilaria e pichelaria, 1873-1931

¹ *A Época*, n.º 25, 23 de Julho de 1885, p. 4.

² «Nova Officina Lisbonense», *O Povo de Ovar*, n.º 24 de Fevereiro de 1889, p. 3, c. 4.

³ ADAVR, Ovar, not. Abragão, liv. 1313-38, fls. 1-1 v.

⁴ *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 60, 1911, p. 25 e «Trespasa-se», *O Democrata*, n.º 1 de Setembro de 1928, p. 3, c. 6.

⁵ *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 60, 1911, p. 26.

⁶ «Noras de ferro», *Jornal de Albergaria*, n.º 815, 9 de Julho de 1928, p. 4, c. 5.

⁷ *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 56, p. 19.

⁸ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1114-41, 2 de Abril de 1910, fls. 8 v.-9 v. e *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 60, 1911, p. 23.

⁹ *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 60, 1911, p. 28.

¹⁰ «Nova serralharia», *Discussão*, n.º 495, 22 de Janeiro de 1905, p. 3, c. 4.

¹¹ «Officina de picheleiro», *Vitalidade*, n.º 625, 6 de Abril de 1907, p. 3, c. 3.

¹² «Coretos novos, iluminação moderna», *Correio de Albergaria*, n.º 424, 3 de Junho de 1909, p. 3, c. 3.

¹³ «Charruas de ferro», *Soberania do Povo*, n.º 3196, 13 de Julho de 1910, po. 4, c. 3.

¹⁴ «Antiga serralharia», *Soberania do Povo*, n.º 3259, 18 de Fevereiro de 1911, p. 3, c. 5.

¹⁵ ADAVR, Aveiro, not. Silva, liv. 1114-41, 2 de Abril de 1910, fls. 8 v.-9 v.

¹⁶ «Antiga serralharia», *Soberania do Povo*, n.º 3259, 18 de Fevereiro de 1911, p. 3, c. 5.

¹⁷ *Almanach de Ovar*, p. 121.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ «Officina de Funileiro», *Independência de Águeda*, n.º 384, 18 de Março de 1911, p. 4, c. 1.

²⁰ «João Francisco Malha», *O Brado*, n.º 76, 11 de Maio de 1912, p. 4.

²¹ «Motores», *Concelho de Albergaria*, n.º 1, 28 de Outubro de 1911, p. 4.

²² «A Social», *Progresso de Alquerubim*, n.º 36, 29 de Junho de 1912, p. 4.

²³ «Officina de Serralheria», *O Concelho de Estarreja*, n.º 537, 29 de Janeiro de 1912, p. 3, c. 4.

²⁴ «Officina de Serralheria», *O Progresso*, n.º 1, 27 de Janeiro de 1913, p. 1, c. 4.

²⁵ «Venda de ferro e machinas», *Soberania do Povo*, n.º 4034, 12 de Outubro de 1918, p. 2, c. 5.

²⁶ «Officina de funileiro», *Povo de Águeda*, n.º 51, 1 de Fevereiro de 1913, p. 3, c. 4-5.

²⁷ «Officina de serralheria», *Soberania do Povo*, n.º 3863, 10 de Fevereiro de 1917, p. 3, c. 4-5.

²⁸ «Funileiro», *Soberania do Povo*, n.º 4128, 27 de Novembro de 1920, p. 3, c. 5.

²⁹ «Falência», *Voz de Águeda*, n.º 154, 22 de Janeiro de 1926, p. 3, c. 1.

³⁰ «Artistas pardilhoenses», *O Concelho de Estarreja*, n.º 795, 20 de Janeiro de 1917, p. 2, c. 2-3.

³¹ «Officina de serralheria», *Soberania do Povo*, n.º 3863, 10 de Fevereiro de 1917, p. 3, c. 4-5.

³² «Funileiro», *Soberania do Povo*, n.º 4128, 27 de Novembro de 1920, p. 3, c. 5.

³³ «Mario Brinco», *Independência de Águeda*, n.º 870, 10 de Janeiro de 1920, p. 3, c. 3.
Era a oficina do pai, João Brinco.

³⁴ «Serralheria a vapor», *Soberania do Povo*, n.º 4136, 22 de Janeiro de 1921, p. 2, c. 4.

³⁵ ADAVR, Albergaria, not. Miranda, liv. 706-137, 21 de Agosto de 1921, fls. 21 v.-24 e *Jornal de Albergaria*, n.º 516, 24 de Dezembro de 1921, p. 2, c. 5.

³⁶ ADAVR, Estarreja, not. Gomes, liv. 1229-171, fls. 39 v.-41 e *idem*, liv. 1259-201, fls. 31-32.

³⁷ ADAVR, Albergaria, not. Miranda, liv. 723-154, fls. 37 v.-40 e *idem*, liv. 743-174, fls. 23 v.-25.

³⁸ «Officina de Ferraria e Serralharia», *Soberania do Povo*, n.º 4319, 30 de Agosto de 1924, p. 2, c. 3.

³⁹ «Fabrica Rosendos», *O Concelho de Estarreja*, n.º 1176, 1 de Novembro de 1924, p. 2, c. 2.

⁴⁰ «Officina de Ferraria e Serralharia», *Soberania do Povo*, n.º 4332, 29 de Novembro de 1924, p. 3, c. 5.

⁴¹ «Soldadura a autogéneo», *Voz de Águeda*, n.º 109, 28 de Fevereiro de 1925, p. 3, c. 2.

⁴² ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 562-138, fls. 56 v.-58.

⁴³ «Nova serralheria», *Soberania do Povo*, n.º 4363, 18 de Julho de 1925, p. 3, c. 5.

⁴⁴ «Officina de serralheria», *Voz de Águeda*, n.º 24 de Dezembro de 1926, p. 3, c. 5.

⁴⁵ «Serralharia», *Soberania do Povo*, n.º 4480, 12 de Novembro de 1927, p. 4.

⁴⁶ «Nova serralheria», *Independência de Águeda*, n.º 51, 6 de Junho de 1931, p. 4, c. 4.
Manuel Alves de Oliveira passou a sua serralharia a Joaquim Luís Coelho.

Quadro n.º 4.23. Empresas de Ferragens, 1873-1931

¹ [Anúncio], *O Debate*, n.º 135, 5 de Fevereiro de 1925, p. 3.

² ADAVR, Águeda, not. Camelo, liv. 358-14, fls. 18 v.-19.

³ ADAVR, Águeda, not. Pinho, liv. 508-138, fls. 16 v.-18.

⁴ «Trespasse comercial», *O Aveirense*, n.º 20, 29 de Março de 1908, p. 1, c. 3 e *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 60, 1911, p. 22.

⁵ «Nova sociedade», *Soberania do Povo*, n.º 3014, 26 de Setembro de 1908, p. 3, c. 4.

⁶ ADAVR, Águeda, not. Sucena, liv. 1093-49, fls. 8 v.-9.

⁷ ADAVR, Águeda, not. Camelo, liv. 407-63, fls. 13-14 v.

⁸ ADP, not. Restier Júnior, liv. 372, 11 de Junho de 1915, fls. 11-13 e ADAVR, Águeda, not. Silva, liv. 608-18, fls. 17-18.

⁹ «Águeda industrial», *Independência de Águeda*, n.º 918, 18 de Dezembro de 1920, p. 1, c. 4-5.

¹⁰ ADAVR, Águeda, not. Sucena, liv. 1149-105, fls. 25 v.-27 e *idem*, Rachão, liv. 1282-138, fls. 36-36 v.

¹¹ ADAVR, Águeda, not. Miranda, liv. 705-136, 23 de Julho de 1921, fls. 19-20 e *idem*, liv. 719-150, fls. 54 v.-56.

¹² ADAVR, Águeda, not. Silva, liv. 789-232, fls. 27-28 v.

- ¹³ ADAVR, Águeda, not. Silva, liv. 1184-140, fls. 1-1 v.
¹⁴ ADAVR, Águeda, not. Rachão, liv. 1211-167, fls. 37 v.-39 v.
¹⁵ ADAVR, Águeda, not. Rachão, liv. 1184-140, fls. 37 v.-39 v.
¹⁶ ADAVR, Águeda, not. Rachão, liv. 1197-153, fls. 12-13 v.
¹⁷ «Soldadura autógeno», *Voz de Águeda*, n.º 109, 28 de Fevereiro de 1925, p. 3, c. 2.
¹⁸ ADAVR, Águeda, not. Rachão, liv. 1199-155, fls. 2 v.-4.
¹⁹ ADAVR, Águeda, not. Oliveira, liv. 1920-77, fls. 13 v.-15 v.
²⁰ ADAVR, Águeda, not. Rachão, liv. 1234-190, fls. 10-11 v.

Quadro n.º 4.24. Empresas metalúrgicas e fundições, 1920-1930

- ¹ «Aveiro em progresso», *O Democrata*, n.º 661, 13 de Março de 1921, p. 1, c. 3.
² ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 529-105, fls. 29 v.-32 v.
³ «Fabrica de fundição», *Jornal de Albergaria*, n.º 489, 21 de Maio de 1921, p. 2, c. 2.
⁴ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1695-30, fls. 97-97 v. e *idem*, liv. 1696-31, fls. 44-45.
⁵ ADAVR, Aveiro, not. Leal, liv. 1696-31, fls. 92-94.
⁶ ADAVR, Albergaria, not. Miranda, liv. 751-182, fls. 17 v.-19.

Quadro n.º 4.25. Empresas de mobiliário metálico, 1922-1931

- ¹ «Aveiro em progresso», *O Democrata*, n.º 661, 13 de Março de 1921, p. 1, c. 3.
² ADAVR, Aveiro, not. Magalhães, liv. 529-105, fls. 29 v.-32 v.
³ ADAVR, Estarreja, not. Gomes, liv. 1251-193, fls. 18 v.-19 v.
⁴ ADAVR, Albergaria, not. Miranda, liv. 751-182, fls. 17 v.-19.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES ESCRITAS

1.1. Arquivo Distrital de Aveiro (ADAVR)

1.1.1. Notários de Águeda

- ANDRADE, António Augusto Ferreira de, livs. 1919-76 a 1934-91.
CAMELO, Eduardo Pinto, livs. 364-20 a 418-74.
COELHO, João José, livs. 345-1 a 363-19 ; 441-70 a 447-77.
COSTA, Fernando Aires da, livs. 1010-119 a 1027-135.
CUNHA, José Eduardo livs. 324-12 a 340-28.
FIGUEIREDO, Francisco Estevão 901-10 a 982-91.
GAMA, António Augusto Rodrigues da, livs. 983-92 a 1009-118.
LAMY, António Plácido da Costa, livs. 542-1 a 571-30; 572-1 a 585-14.
OLIVEIRA, Américo Gomes de Andrade e, livs. 1447-69 a 1453-75.
PINHO, João Martins de, livs. 448-78 a 522-152.
RACHÃO, José Dias Cura, livs. 1114-70 a 1263-219; 1415-37 a 1428-50; 1494-220 a 1537-262.
SILVA, Júlio G. da Conceição e, livs. 588-31 a 805-248.
SOARES, Joaquim Pereira, livs. 1379-1 a 1414-36.
SUCENA, António Maria Simões, livs. 523-152 a 540-168 ; 1075-31 a 1110-66.
SUCENA, João Elísio Ferreira, livs. 1111-67 a 1113-69.
SUCENA, João Maria Simões, livs. 1045-1 a 1074-30.

1.1.2. Notários de Albergaria-a-Velha

- CABRAL, Amândio de M., liv. 436-1 a 522-87.
MIRANDA, Francisco António de, liv. 570-1 a 705-136.

MIRANDA, Hernâni Ferreira de, livs. 706-137 a 776-207; 867-208 a 930-271.
MONTENEGRO, João de M. Barbosa, livs. 129-13 a 142-26.
MOURISCA, Carlos Pinheiro, livs. 217-26 a 327-136; 389-6 a 423-19.

1.1.3. Notários de Aveiro

ANDRADE, Raul Ferreira de, livs. 1678-A13 a 1688-23.
CRUZ, Francisco Marques da, livs. 877-238 a 786-147.
FERREIRA, Severiano Juvenal, liv. 1181-1 a 1188-8.
FORTUNA, Arnaldo Augusto Álvares, liv. 684-45 a 779-140.
GASPAR, Manuel Cação, livs. 1207-27 a 1217-37.
GUSMÃO, José Avelino de Almeida, livs. 1167-1 a 1180-14.
LEAL, Adelino Augusto Simão da Fonseca, livs. 1666-A1744-79; 1806-80 a 1820-94.
MAGALHÃES, Bernardo Faria de, livs. 1541-4 a 1551-14.
MAGALHÃES, Silvério Augusto Barbosa de, livs. 2882-163 a 2906-187A.
MORAIS, João António de, livs. 669-30 a 683-44.
NOGUEIRA JÚNIOR, Fernando Ribeiro, livs. 445-21 a 464-40.
PEIXINHO, Joaquim Simões, livs. 1228-A1 a 1278-51.
RANGEL, Inocêncio Fernandes, liv. 1658-2.
REIS, André dos, liv. 1374-14 a 1489-128; 3245-129 a 3254-138.
SILVA, Albano Duarte Pinheiro e, livs. 1079-6 a 1152-79.
SILVA, António Augusto Duarte, livs. 1030-123 a 1072-165 ; 1074-1 a 1078-5.
SILVA, António Dias da, livs. 1189-9 a 1206-26.
SILVA, Francisco Marques da, livs. 780-141 a 888-249.
VIEIRA, Francisco N. de Figueiredo, livs. 1000-93 a 1029-122.

1.1.4. Notários de Estarreja

ABREU, Eduardo Ferraz de, livs. 1161-103 a 144-86.
ABREU, Manuel Maria Ferraz de, liv. 1100-42.
ALBUQUERQUE, Alexandre C. Teles de Araújo, liv. 1367-24.
CORREIA, Rafael António José, livs. 1607-11 a 1679-83.
CORTE REAL, José Luciano de Castro, livs. 1376-33 a 1926-183.
CORTE REAL, Luciano de Castro Pires, liv. 1050-35 a 1450 -107.
CUNHA, José Maria Lopes da, livs. 468-84 a 634-250.
FONSECA, António Caetano, livs. 407-23 A 466-82
GOMES, Manuel Rodrigues, livs. 1173-115 v. a 1264-206.
LACERDA, Manuel Tavares Oliveira, livs. 188-73 a 310-195.
RIBEIRO, Joaquim M. Sousa, livs. 693-16 a 877-199.
SOUSA, João Carlos H. Tavares de, livs. 1688-92 a 2838-177.

1.1.5. Notários de Ílhavo

CALISTO, Pedro Augusto M. Rocha, livs. 149-34 a 187-72; 192-1 a 257-66.

FRAGOSO, António Carlos, livs. 267-1 a 457-191; 550-192 a 557- 219.

RANGEL, Inocêncio Fernandes, livs. 558-200 a 568-210.

1.1.6. Notários de Macieira de Cambra

PINHO, Manuel Nunes de, livs. 403-19 e 438-54.

1.1.7. Notários de Oliveira do Bairro

LEITÃO, Luís de Melo Pinto, livs. 44-10 a 50-16.

PINTO Abílio Pereira, livs. 131-1 a 154-24.

1.1.8. Notários de Ovar

ABRAGÃO, Frederico E. Camarinha, livs. 1340-1 a 1582-43.

ABREU, Eduardo Elísio Ferraz de, livs. 998-19 a 1070-91.

BRAGA, Nicolau José Rodrigues, livs. 518-7 a 617-107.

BRANCO, Francisco Fragateiro de Pinho, 1341-1 a 1465-125.

COELHO, João Ferreira, livs. 618-1 a 718-100.

COELHO, Luís José P. Camelo, livs. 811-210 a 822-221.

CUNHA, Manuel Gonçalves, liv. 512-1.

FONSECA, Inácio Joaquim da, livs. 782-181 a 810-2091

GAMA, José Costa F. Borges da, livs. 912-311 a 936-335.

LIZ, António Augusto Freire de, liv.1075-95 a 1078-98.

MELO, João Evangelista de Quadros Sá Pereira de, livs. 1151-66 a 1182-97.

PINTO, Joaquim Soares, livs. 1087-2 a 1149-64.

RIBEIRO, Francisco de Sousa, livs. 1276-1 a 1307-32.

SANTIAGO, António Gonçalves, livs. 1818-165 a 1847-194.

SOBREIRA, António dos Santos, livs. 822-221 a 904-303.

SOUSA, José Maria G. Soares, liv. 811-210.

VALE, António Rodrigues do, livs. 484-7 A 511-92.

1.1.9. Notários de Vagos

FEIO, António Barreto, liv. 177-11 a 214-48.

MELO, António de, liv. 225-1 a 237-13.

ROCHA, Vasco Correia da, livs. 538-1 a 632-97.

SARMENTO, Evangelista Morais., livs. 265-12 a 269-16.

VICTOR, Francisco dos Santos, livs. 383-33 a 502-152.

1.1.10. Fundo do Governo Civil

Passaportes, 1915.

1.2. Arquivo Distrital de Castelo Branco (ADCB)

FRANÇA, Francisco M. da Costa, liv. 86.

1.3. Arquivo Distrital do Porto (ADP)

RESTIER JÚNIOR, Tomás Megre, liv. 372.

1.4. Arquivo Distrital de Setúbal (ADS)

CRUZ, Adriano Vilhena Pereira da, liv. 148.

1.5. Arquivo Distrital de Viseu (ADV)

MALDONADO, António, liv. 1288-302.

1.6. Arquivo Municipal de Águeda (AMAg)

Livros de manifestos de minas, 1877 a 1944.

1.7. Arquivo Municipal de Albergaria-a-Velha (AMAV)

Livro de Manifestos de minas, 1882-1944.

1.8. Arquivo Municipal de Aveiro (AMA)

Actas das sessões da Câmara Municipal de Aveiro, livs. 15 a 40.

Actas das sessões da Comissão Executiva Municipal, livs. 201 e 202.

Balancetes e receita, livs. 278 e 280.

Conta-corrente do tesoureiro, livs. 335.

Correspondência recebida, livs. 720 e 722.

Documentos de despesa. Diversas proveniências, liv. 381.

Documentos de despesa. Obras municipais, liv. 459.

Indústrias, liv. 1375-1383.

Licenças a que se refere o Decreto de 21 de Outubro de 1863. Estabelecimentos insalubres, incómodos, e perigosos de 3.^a classe, liv. 1376.

Livro de registo de estatística industrial e mercantil do concelho, liv. 1377.

Livro de registo de passaportes internos, liv. 1503.
Livro do registo de estabelecimentos e indústrias, 1934-1936, liv. 1381.
Núcleo de projectos arquitectónicos, Pasta n.º 2/289.
Pasta com processos de alvarás da circunscrição industrial, n.º 1378.
Processos de concessão de licenças e alvarás passados pela administração do concelho, liv. 159.
Registo das obras do Município, 1860-1862, liv. 1480.

1.9. Arquivo Municipal de Ílhavo (AMI)

Actas das sessões da Câmara Municipal de Ílhavo, 1900-1920.
Livro de ofícios da Câmara de Ílhavo, 1836-1860.

1.10. Arquivo Municipal de Ovar (AMO)

Livro de manifestos de minas, 1919-1942, liv. 574.
Livro do recenseamento geral dos gados em 1870, liv. 573.
Planta da concessão do terreno de areia na costa do Furadouro d'Ovar a que se refere o requerimento apresentado à Câmara Municipal de Ovar pela firma Gomes, Meneres & C.ia, Limitada, de Ovar, 26 de Novembro de 1904.
Registo de licenças de porta aberta, 2, liv. 296.

1.11. Arquivo Municipal de Vagos (AMV)

Actas das sessões da Câmara Municipal de Vagos, liv. 13 a 16.

1.12. Arquivo do Notariado da Câmara Municipal de Vagos (ANCMV)

Escrituras, liv. 11.

1.13. Arquivo do Notariado da Câmara Municipal de Aveiro (ANCMA)

Escrituras, livs. 1 a 5.

1.14. Arquivo do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (AMOP)

DGCAM RC 25, *Relatórios do Governo Civil de Aveiro*, 1854-1858.
DGCAM RC 7, *Livro de cartas e alvarás*, 1853-1859
DGCAM RC, 34, *Documentos respeitantes à indústria, 1853-1856.*
DGCAM RM 2S. *Mapas estatísticos da instrução Primária dos operários das Fábricas e oficinas do Distrito de Aveiro.*
DGCAM RM, 2S 1-4, *Mapas estatísticos da instrução primária dos operários das fábricas e oficinas do distrito de Aveiro, 1853.*

DGCAM RM, 2S 2, *Relação das Fabricas e Officinas existentes no Districto Administrativo d'Aveiro, no anno de 1855.*

DGCI RCI, 1S, *Mutualismo. Associação Aveirense de Socorros Mutuos das Classes Laboriosas, 1864-1904.*

Presidência da Comissão Promotora da Navegação dos rios dos Distritos de Aveiro e Viseu, 1841-1855.

1.15. Arquivo Central da Marinha (ACM)

Barra de Aveiro, cxs. 63 e 64.

Capitania do Porto de Aveiro, cx. 90.

Documentos vários, cx. 225.

Entradas e saídas do porto de Aveiro, cx. 225.

Licenças Diversas, cx. 399.

1.16. Arquivo Companhia Aveirense de Moagens (ACAM)

Actas do Conselho de Administração da Companhia Aveirense de Moagens, SARL.

Livro da inscrição das differentes escripturas que se teem feito com relação à Sociedade Chisto, Rocha, Miranda & C.^a.

1.17. Arquivos de associações

1.17.1. Arquivo da Associação Comercial de Aveiro (AACA)

Actas da Direcção, 1898-1933, vol. I e II.

1.17.2. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro (ASMA)

Actas, Actas da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, liv. 18.

1.17.3. Arquivo da Sociedade Recreio Artístico, Aveiro (ASRA)

Actas da Direcção, liv. 1, 1896.

1.18. Outros

LOUDINOT, José R. Rangel de Quadros (1911 a 1916) – *Aveiro. Apontamentos avulsos collegidos em diversas epochas e principiados a ser aqui copiados em 1911, Aveiro.* Cópia do manuscrito existente na Biblioteca Municipal de Aveiro.

2. FONTES IMPRESSAS

2.1. Imprensa local

2.1.1. Imprensa de Águeda

Águeda, 1928-1932.

Independência de Águeda, 1910-1921, 1930-1934 e 1962.

Jornal de Águeda, 1927.

Soberania do Povo, 1890-1931.

Voz (A) de Águeda, 1922-1927.

Voz do Povo, 1918.

2.1.2. Imprensa de Albergaria-a-Velha

Concelho (O), 1911-1912 e 1917-1919.

Correio de Albergaria, 1907-1910.

Correio de Angeja, 1911-1915.

Democracia (A) do Vouga, 1915-1916.

Gazeta (A) de Albergaria, 1925-1930.

Jornal de Albergaria, 1911-1929 e 1997.

Progresso de Alquerubim, 1912.

Voz de Albergaria, 1923.

2.1.3. Imprensa de Aveiro

Aldeão (O), 1914.

Aveirense (O), 1907-1912.

Aveirense (O), 1908.

Aveiro (O) de, 1917-1921.

Beira (A) Mar, 1908.

Campeão das Províncias, 1862-1924.

Campeão do Vouga, 1858 e 1859.

Cinco (O) de Outubro, 1911.

Clamor (O), 1913-1915.

Concórdia (A), 1916.

Conquistador (O), 1912.

Correio de Aveiro, 1914-1929.

Correio do Vouga (O), 1908-1910.

Correio do Vouga, 1930-1931.

De (O) Aveiro, 1916-1926.

Debate (O), 1922-1926.
Democracia do Vouga, 1915.
Democrata (O), 1908-1935.
Dever (O), 1924.
Distrito d'Aveiro, 1867-1874 e 1917-1919.
Ecos de Cacia, 1916.
Época (A), 1885-1886.
Farol, 1921-1923.
Flor (A) da Ria, 1923.
Grito (O) Social, 1913 a 1914.
Jornal Progressista, 1891.
Liberdade (A), 1911-1914.
Litoral, 1955-1959, 1988 e 1994.
Locomotiva, 1883.
Luz e Vida, 1915.
Mafarrico (O), 1908-1909.
Ordem (A), 1914.
Patriota (O), 1911.
Portuguesa (A), 1912-1913.
Povo (O) de Aveiro, 1882-1904 e 1928-1929.
Povo de Cacia (O), 1920-1922.
Povo Livre (O), 1911-1912.
Progresso (O), 1913-1918.
Proletário (O), 1907.
Razão (A), 1916-1919.
Reacção, 1920.
Sucessos (Os), 1907-1910.
Verdade (A), 1910-1913.
Vigilante (O), 1935-1936.
Vitalidade, 1894-1910.
Voz (A) do Povo, Aveiro, 1911.
Voz (A) do Povo, Cacia, 1933-1935.

2.1.4. Imprensa de Estarreja

Concelho (O) de Estarreja, 1901-1926.
Ecos do Antuã, Salreu, 1917-1918.
Correio (O) de Estarreja, 1917.
Futuro (O) de Estarreja, 1912-1913.

2.1.5. Imprensa de Ílhavo

Beira-Mar, 1927-1931.

Brado (O), 1910-1917.

Ilhavense (O), 1921-1935.

Jornal de Ílhavo, 1904-1905.

Mocidade (A), 1916.

Nauta (O), 1906-1924.

Operário (O), 1916.

Sesta (A), 1911.

Sirene (A), 1909.

Trabalho (O), 1924.

Vista-Alegre (O), 1924.

2.1.6. Imprensa da Murtosa

Concelho (O) da Murtosa, 1926-1935.

Murtosa (A), 1921.

Progresso da Murtosa, 1929-1935.

2.1.7. Imprensa de Ovar

Correio de Ovar, 1912-1913.

Defesa (A), 1919-1921.

Discussão (A), 1899-1918.

Gazeta de Ovar, 1919.

Ideal Vareiro, 1916-1933.

João Semana, 1914-1922.

Jornal de Ovar, 1907-1912.

Ovarense (O), 1883-1895 e 1901-1919.

Notícias de Ovar, 1952.

Pátria (A), 1908-1930.

Povo (O) de Ovar, 1886-1893 e 1929-1935.

Região Liberal, 1909-1910.

Turismo Magazine, 1933.

2.1.8. Imprensa de Vagos

Concelho (O) de Vagos, 1916-1918.

Jornal (O) de Vagos, 1919-1920.

Povo (O) de Vagos, 1915.

2.1.9. Outra imprensa

Ali-Java, 1963.

ABC — Revista Portuguesa, 1930.

Archivo Photographico, 1884.

Boletim da Nestlé, 1952.

Comércio do Porto, 1996.

Jornal da Associação Industrial Portuense, 1852 e 1853.

Público, 1996.

Espinho. Boletim Cultural, vol. II, n.º 5-6, 1980.

Turismo Magazine. Número especial dedicado a Ovar e seu concelho, 1933.

2.2. Almanques e anuários

Almanach de Ovar, 1911.

Almanak Aveirense para 1896. Aveiro: Imprensa Nacional.

Almanak Burocrático de Braga para 1903, 1902.

Almanaque Illustrado de A Liberdade. Guia do touriste com uma carta itinerária para uso dos viajantes automóveis no Distrito de Aveiro. Aveiro, 1911-1912.

Almanaque Illustrado de Ovar. Ovar, 1919.

Beira (A) Mar. Almanak Aveirense (1895-1897) — Aveiro: Minerva Central.

Catalogo da Exposição Districtal de Aveiro promovida pelo Gremio Moderno em 1882. Aveiro, 1883.

Catalogo-Almanach da Imprensa Aveirense. Edição para 1884. Aveiro, 1883.

MARQUES, A. D. (s. d.) — *Anuario da cidade de Aveiro. Primeiro ano — 1891*, Aveiro.

LOUDINOT, José R. Rangel de Quadros (1862) — *Almanak Aveirense Estatístico e Recreativo para o anno de 1863*. Aveiro: Typographia Aveirense.

LOUDINOT, José R. Rangel de Quadros (1883) — *Catalogo-Almanach da Imprensa Aveirense. Edição para 1884*. Aveiro: Typ. Imprensa Aveirense.

2.3. Outras fontes de âmbito regional

Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro, 1936.

Memória histórica e descritiva de Ovar, 1985.

Breve exposição do quadro da administração municipal do Concelho de Angeja desde 1834 a 1846, acompanhada da verdadeira ideia acerca do pronunciamento que teve lugar em 17 de Maio de 1846 e d'umas sucintas reflexões acerca da indicação dos meios que convem adoptar a bem do Municipio por um amante da verdade e do bem publico. Porto: Tip. Comercial, 1846.

2.4. Legislação

- CAEIRO, António e SERENS, M. Nogueira (1994) — *Código Comercial. Código das Sociedades Comerciais. Legislação complementar*, 6.º ed. Coimbra: Almedina.
- Código Civil Portuguez aprovado por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867*, 4.ª ed., 1874. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Código Commercial Portuguez aprovado por decreto de 18 de Setembro de 1833*, 1890. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Diário do Governo*, n.º 271, de 26 de Novembro de 1888.
- Diário do Governo*, I série, n.º 243, 30 de Outubro de 1926.
- Diário do Governo*, I série, n.º 64, 28 de Março de 1927.
- Diário da República*, I série A, n.º 112, 14 de Maio de 1993.
- GONÇALVES, Luís da Cunha (1914) — *Comentário ao Código Comercial Português*, 3 vols. Lisboa: Empreza Editora J. B.
- SOUTO, Adolfo de Azevedo (1963) — *Lei das sociedades por quotas. Anotada* (5.ª ed. revista e actualizada por Manuel B. Dias da Fonseca). Coimbra: Coimbra Editora.

2.5. Documentos da Administração Central

- AFREIXO, Jaime (1908) — «Relatório dos Serviços Technicos da Industria no anno de 1907, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 20.
- AFREIXO, Jaime (1936) — *Relatórios, informações e pareceres*. Lisboa: Imprensa da Armada.
- Anuario Estatístico de Portugal, 1892*. Lisboa, 1899.
- Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1919*. Lisboa, 1922.
- Boletim da Propriedade Industrial*, 3.ª série, 1906-1913. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 10 (1907) ao n.º 116 (1926). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Censos da população, 1864-1934*.
- Documentos sobre o Inquérito Industrial de 1881*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.
- Estatística industrial. Ano de 1917, Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 112. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Estudo actual da industria ceramica na 2.ª Circunscricção dos Serviços da Industria*. Lisboa, 1905.
- Inquérito Industrial de 1881. Inquérito directo. Segunda parte: Visita ás fabricas*. Lisboa, 1881.
- Inquérito Industrial de 1881. Inquérito indirecto. Terceira parte*. Lisboa, 1882.
- Inquérito Industrial de 1890*, vol. III: *Industrias fabris e manufactureiras (Inquerito de gabinete)*. Lisboa, 1891.
- LOUREIRO, Adolfo (1904) — *Os portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes, vol. 2*. Lisboa: Imprensa.
- MACHADO, Bernardino (1899) — *O Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria em 1893. A Agricultura*, Coimbra: Tipografia França Amado.
- MENDES, Humberto Gabriel (1969) — *Catálogo de cartas antigas da mapoteca do Instituto Geográfico Cadastral*, s[Lisboa]: Instituto Geográfico e Cadastral.

- Ministério da Economia. Secretaria. Secretaria de Estado da Indústria. Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, *Minas concedidas no Continente, desde Agosto de 1836 a Dezembro de 1962. Lista cronológica e índice alfabético*, 2.^a ed., Lisboa, 1964.
- Ministério da Fazenda. Direcção-Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Anuario Estatístico de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875-1926.
- Ministério das Obras Pública Comércio e Indústria, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro (1936) — *Pôrto e Ria de Aveiro. Notícia sobre o seu valor económico*. Aveiro: Papelaria Gráfica Aveiro.
- REGALA, Francisco A. da Fonseca (1889) — *A ria de Aveiro e as suas industrias. Memoria justificativa e Projecto de Regulamento para o exercicio da pesca do moliço elaborado pela Comissão nomeada pela Portaria do Ministério da Marinha e Ultramar, de 16 de Abril de 1883*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Relatórios sobre o estado da Administração Publica nos districtos administrativos do Continente e Ilhas Adjacentes* (1856, 1957, 1958, 1959 e 1860) — Lisboa: Imprensa Nacional.
- Repartição de Pesos e Medidas (1867) — *Informações para a Estatistica Industrial. Districto de Aveiro*. Lisboa: Imprensa Nacional.

2.6. Outros documentos

- Anuario Commercial de Portugal*. Lisboa, 1900-1931.
- Catalogo da Fabrica Ceramica e de Fundição das Devezas*, Porto: Real Typ. Lusitana, 1910.
- H. L. (1963) — «Coisas que convém lembrar», *Ali-Java*, n.º único. Estarreja: Nestlé.
- Indústria (A) Nacional*, n.º 3-4. Lisboa, 1935.
- LENOIR, Lelio (1863) — *Portugal em 1862*. Lisboa: Imprensa J. Gomes Sousa Neves.
- Livro de Ouro do Comércio e Indústria de Portugal*, 1956.
- MENDONÇA, Antonino E. de (1942) — *Boletim da CP*, n.º 161.
- Representação approvada no Comicio que em 3 d'Abril de 1893 se realisou na cidade d'Aveiro com o fim de pedir o estabelecimento de um serviço de dragagens na ria da mesma cidade*, Aveiro, 1893. (publicado em 1948, por A. G. da Rocha Madail, no vol. 14 do *Arquivo do Distrito de Aveiro*).
- SERRANO, Luís (1973) — «Contribuição para o conhecimento do jazigo de caulino de Alvarães (Viana do Castelo)», *Estudos, notas e trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*, vol. XX, fasc. 3-4.

2.7. Fontes da Internet

- ABRALATAS, *História da latinha* [em linha], s. d. [consult. em Dezembro de 2006]. Disponível em WWW: <http://www.abralatas.org.br/historia_nomundo.asp>.
- ADICO, [em linha], s. d., [consult. em Abril de 2007]. Disponível em WWW: <<http://www.geocities.com/SoHo/Cafe/7398/industria.htm>>. Sobre a empresa, hoje, *vide* WWW: <<http://www.adico.pt/>>.

- An Act of Codd. Codd Bottles in America?* [em linha], 2002 [consult. Dezembro de 2006], Digger Odell Publications. Disponível em [www: <http://www.bottlebooks.com/Codd/an_act_of_codd.htm>](http://www.bottlebooks.com/Codd/an_act_of_codd.htm).
- APPERT, Nicholas, *L'art de tous les ménages de conserver pendant plusieurs années toutes les substances animales et végétales* [em linha], Paris, 1810 [consult. em Dezembro de 2006]. Disponível em [www: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k202755q/f1.item>](http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k202755q/f1.item).
- AVANCA Home Page, *Indústrias na região de Avanca* [em linha], Avanca, 1996-2001 [consult. em 3 de Janeiro]. Disponível em <http://www.geocities.com/SoHo/Cafe/7398/industria.htm?>.
- Companhia de Celulose do Caima, SA [em linha], s. d. [consult. em Outubro de 2006]. Disponível em [www: <http://www.caima.pt>](http://www.caima.pt).
- DOVA [em linha], s. d. [consult. em Outubro de 2006]. Disponível em [www: <http://www.dova.com.br/historia.asp>](http://www.dova.com.br/historia.asp).
- GILBERT, Wayne, «The unusual codd bottle», *Southeastern Antiquing and Collecting Magazine* [em linha], 2003, [consult. Dezembro de 2006]. Disponível em [www: <http://www.go-star.com/antiquing/codd.htm>](http://www.go-star.com/antiquing/codd.htm).
- NESTLÉ PORTUGAL, *Enquadramento histórico* [em linha], s. d. [consult. em Janeiro de 2006]. Disponível em [www: <http://www.nestle.pt/conheca/nestle_portugal.asp>](http://www.nestle.pt/conheca/nestle_portugal.asp).
- PITA, António, *Garrafa de pirolito* [Santos Barosa]. Fábrica de Refrigerantes de Olímpio G. Novo, Castelo de Vide, 1930(?) - 1975 [em linha], Abril de 2000, Câmara Municipal de Castelo de Vide [consult. Dezembro de 2006]. Disponível em [www: <http://www.alentejodigital.pt/arqueologiacv/pirolito.htm>](http://www.alentejodigital.pt/arqueologiacv/pirolito.htm).

2.8. Dicionários e outras obras de referência

- ALVES, Jorge (1995) — «Narração», in Carlos Ceia (coord.), *E-Dicionário de termos literários* [em linha], [consult. em Abril de 2007], disponível em [www: <http://www.fcsh.unl.pt/edtl/index.htm>](http://www.fcsh.unl.pt/edtl/index.htm).
- BAPTISTA, João Maria (1874) — *Chorographia moderna de Portugal*, vol. I. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências.
- BATOUXAS, Mariana e VIEGAS, Julieta (1998) — *Dicionário de Geografia*. Lisboa: Edições Sílabo. ISBN: 972-618-173-9.
- BEITONE, Alain *et alii* (1997) — *Dicionário de Ciências Económicas*. Porto: ASA Editora. ISBN: 972-41-1894-0.
- BERNARD, Yves e COLLI, Jean-Claude (1997) — *Dicionário Económico e Financeiro*, 2 vols. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN: 972-42-1708-6.
- BOLAMA, Marquês de Ávila e (1909) — *A nova carta chorographica de Portugal, t. I: Noticias relativas a trinta das suas folhas*. Lisboa.
- CARRILHO, Manuel Maria e SAÁGUA, João (dir.), *Dicionário do Pensamento Contemporâneo*. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN: 972-42-0301-8.
- CENECO (s. d.) — *Dicionário da Empresa*. Lisboa: Rés-Editora.
- COSTA, António Carvalho da (1868) — *Chorographia Portuguesa*, vol. II, liv. I, 2.^a ed. Braga.
- COTTA, Alain (1991) — *Dicionário de Economia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. ISBN: 972-20-0050-0.

- Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia (2003) — *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Temas & Debates. ISBN: 972-759-664-9.
- GÉHANNE, Jean-Claude (199?) — *Dicionário temático de ciências económicas e sociais. Princípios e teorias*, vol. I: *Actores & estruturas*. Lisboa: Rés Editora. ISBN: 972-7032-54-0.
- GUYIMAR'H, Pol (1997) — *Dicionário da Empresa*. Lisboa: Plátano. ISBN: 972-707-167-8.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (cae-rev. 2)*, 1993. Lisboa.
- LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho (1873-1878) — *Portugal antigo e moderno. Dicionário geographico, estatístico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal*. Lisboa: Livraria de Mattos Moreira & Companhia.
- PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme (1904) — *Portugal. Dicionário historico, chronologico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e artistico*. Lisboa: João Romano Torres Editor.
- SERRÃO, Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VI. Porto: Figueirinhas.
- SILVA, Inocêncio Francisco da, *Dicionário bibliographico portuguez*, t. X, 1883.
- VIEGAS, Mariana Batouxas e Julieta, *Dicionário de Geografia*, Lisboa, 1998.

3. BIBLIOGRAFIA

3.1. Bibliografia sobre a sub-região da ria de Aveiro

- ALCÂNTARA, Maria Luísa Saldanha (1998) — *O Povo de Aveiro (1882-1941). Subsídios para a história de um jornal*. Universidade de Aveiro. Dissertação mimeografada.
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de e FERNANDES, Francisco Rui (2001) — *Carta arqueológica do concelho de Aveiro*. Câmara Municipal de Aveiro. ISBN: 972-9137-82-X.
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, ALMEIDA, Artur Jorge de e ALMEIDA, António J. Cunha (1987) — *O forno cerâmico romano de Eixo-Aveiro*, sep. da *Portugalia*, vol. III, n.º 8.
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, ALMEIDA, Artur Jorge de e ALMEIDA, António J. Cunha (1987) — *O forno cerâmico romano de Eixo-Aveiro*, sep. da *Portugalia*, vol. III, n.º 8.
- ALMEIDA, Manuel d' (1985) — *Soza e as suas gentes. Da Idade Média aos nossos dias*. Soza: Edição do autor.
- AMORIM, Aires de (1989) — *Achegas para o estudo da história local*. Espinho: Edição da Comissão de Melhoramentos.
- AMORIM, Inês (1996) — *Aveiro e a sua provedoria no Século XVIII (1690-1814). Estudo económico de um espaço histórico*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, col. «História Regional e Local», n.º 1. ISBN: 972-569-097-4.
- AMORIM, Inês (2001) — «O porto de Aveiro e as pescarias na Época Moderna», in Álvaro Garrido (coord.), *A pesca do bacalhau. História e memória. Textos das comunicações apresentadas ao Colóquio Internacional da história da pesca do bacalhau. Museu Marítimo de Ílhavo, 19 e 20 de Outubro de 2001*, Lisboa: Editorial Notícias. ISBN: 972-46-1307-0.

- AMORIM, Inês (2002) — «O porto de Aveiro no século XVIII». *O litoral em perspectiva histórica (Séculos XVI-XVIII). Um ponto da situação geográfica. Actas*, Porto: Instituto de História Moderna. ISBN: 972-8444-06-0.
- ARAÚJO, Assunção (2002) — «A evolução do litoral em tempos históricos: a contribuição da geografia física», in Inês Amorim, Amélia Polónia e Helena Oswald (coord.), *O litoral em perspectiva histórica (Séculos XVI-XVIII). Um ponto da situação geográfica. Actas*, Porto: Instituto de História Moderna. ISBN: 972-8444-06-0.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1983) — *Os Ílhavos e os Murtoseiros na emigração portuguesa*, Aveiro: ADERAV.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1996) — «A ria, a terra e as gentes», in Jorge Carvalho Arroiteia et al, *Gafanha da Nazaré: escola e comunidade numa sociedade em mudança*, Aveiro: Universidade de Aveiro. ISBN: 972-8353-75-8.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1996) — «Notas geográficas sobre a Bacia do Vouga», *Seminário: a Bacia do Vouga e os seus recursos. Que desafios?* Aveiro: Associação dos Amigos do Rio Vouga.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1998) — *Aveiro: aspectos geográficos e do desenvolvimento urbano*, Aveiro: Universidade de Aveiro.
- ASSIS, José Luís (2006) — «Tipografias portuguesas no Século XIX: o ciclo da internacionalização», in Maria de Fátima Nunes e Norberto Cunha (coord), *Imagens da Ciência em Portugal, Séculos VIII-XIX*. Lisboa: Caleidoscópio. ISBN: 972-8801-77-7.
- BAPTISTA, J. S. de Sousa (1945) — «A Pateira de Fermentelos», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 11, n.º 44.
- BAPTISTA, Joaquim (1989) — *Reflexões sobre a navegação do rio Vouga (Manuscrito de 1829, transcrição, introdução e notas de Armando Lúcio Vidal)*. Aveiro: Estante Editora.
- BARBOSA, José Maria (1899) — *A Murtoza. A propósito da sua autonomia*. Aveiro: Tip. do Campeão das Províncias.
- BARREIRA, Manuel (1998) — *A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro. Poder, pobreza e solidariedade*. Aveiro: Santa Casa da Misericórdia. ISBN: 972-97824-1-5.
- BARROS, Rui (1995) — *Município de Aveiro, 1893-1993. 100 anos na sua história*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro. ISBN: 972-9137-23-4.
- BASTOS, Maria do Rosário e DIAS, J. M. Alveirinho (2002) — «O porto de Aveiro no século XVIII». *O litoral em perspectiva histórica (Séculos XVI-XVIII). Um ponto da situação geográfica. Actas*, Porto: Instituto de História Moderna. ISBN: 972-8444-06-0.
- BRAGA, Amílcar Manuel de Oliveira (1995) — «Aveiro em 1847-1848, segundo um relatório do Governo Civil», *Estudos Aveirenses*, n.º 5.
- C., A. F., «S. Vicente de Pereira» (1961) — *Boletim da Casa do Concelho de Ovar*, VII, n.º 82.
- CAMPOS, João Evangelista de (1988) — *Achegas para a historiografia aveirense*. Câmara Municipal de Aveiro.
- CAPÃO, António (1993) — *Cultura Popular em terras de Aveiro*. Aveiro: Acção Católica Rural.
- CARVALHO, Manuel J. Gonçalves de (1992) — «José Estêvão Coelho de Magalhães», *Aveirenses ilustres. Retratos à minuta*, Aveiro, X Encontro de Professores de História.

- CARVALHO, Manuel J. Gonçalves de (1999) — *Povoamento e vida material no concelho de Aveiro. Apontamentos para um estudo histórico-toponímico*. Aveiro: Universidade de Aveiro. Dissertação de Mestrado. ISBN: 972-9514-8-3.
- CASTRO, Eugénio de (1915) — *Veneza de Portugal. Cadernos de torna-viagem*, vol. I Lisboa: Lúmen, Empresa Internacional Editora.
- CONDE, Bartolomeu [1996] — *Rio Novo do Príncipe. Causas e vantagens da sua construção, em 1815*, Aveiro: Edição da AVECELCA — Associação de Veteranos da Celulose de Cacia.
- CONFRARIA de S. Gonçalo (2002) — *Ovos moles de Aveiro*. Aveiro: *Pasquim*, órgão da Confraria de S. Gonçalo. ISBN: 972-8157-21-5.
- CUNHA, José Tavares Afonso da (1965, 1972, 1984, 1994 e 1995) — *Notas marinhoas. Notícias históricas do concelho da Murtoza e das duas freguesias marinhoas do concelho de Estarreja*, 5 vols. Murtoza: Livraria Ramos.
- CUNHA, Silvério Ribeiro da Rocha e (1930) — *Relance da história económica de Aveiro. Soluções para o seu problema marítimo, a partir do século XVIII*, Aveiro: Imprensa Universal.
- CUNHA, Silvério Ribeiro da Rocha e (1939) — *Exposição Marítima do Norte de Portugal. Notícia sobre as indústrias marítimas na área da jurisdição da Capitania do Porto de Aveiro*, Aveiro.
- CUNHA, Silvério Ribeiro da Rocha e (1959), *O Porto de Aveiro*, 2.^a ed., sep. da *Revista de Obras Publicas e Minas e das Sciencias aplicadas á Industria*, n.º 627 (Novembro de 1923) e n.º 630 (Fevereiro de 1924), Aveiro.
- DIAS, Luís de Vasconcelos (1903) — *Aveiro. Noticia historica* [texto monográfico publicado no *Campeão das Províncias*, do n.º 5204 (1 de Janeiro de 1903) ao n.º 5215 (7 de Fevereiro de 1903)]. Aveiro: Oficina da Tipografia do *Campeão das Províncias*.
- DUARTE, Joaquim Nunes (1995) *A mística de Aveiro na aviação naval*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro. ISBN: 972-9137-20-5.
- FERNANDES, Maria Isabel dos Santos (1996) — *A Gafanha. Os homens, o espaço e o tempo*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Mimeografada.
- GAIO, Carlos Morais (1999) — *A génese de Espinho*. Lisboa: Campo das Letras. ISBN: 972-610-235-9.
- GASPAR, João Gonçalves (1998) — *Eixo na história*. Aveiro: Paróquia de Santo Isidoro de Eixo. ISBN: 972-97845-0-7.
- GASPAR, Jorge (1986) — *As feiras de gado na Beira Litoral*, 2.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte (col. «Espaço e Sociedade», n.º 5).
- GIRÃO, A. de Amorim (1935) — «Aspectos geográficos do distrito de Aveiro», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, n.º 1.
- GOMES, Marques (1877) — *O distrito de Aveiro. Noticia geographica, estatistica, chorographica, heráldica, archeologica, histórica e biographica da cidade de Aveiro e de todas as villas e freguesias do seu distrito*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- GOMES, Marques (1899) — *Subsídios para a história de Aveiro*. Aveiro: Tipografia do *Campeão das Províncias*.

- GRAÇA, José Pais de Almeida (1945) — «O Engenheiro Silvério Pereira da Silva», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 11, n.º 43.
- LACERDA, Fernando Alberto (2000) — *S. Pedro de Aradas (1690-1900). Estudo demográfico*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Mimeografada.
- LADEIRA, Francisco Dias (s. d.) — *Município de Águeda. Monografia*. 2 vols. Águeda: Edição do Autor.
- LAMY, Eduardo (2001) — *Monografia de Ovar*, 2.ª ed., 4 vols. Ovar: Câmara Municipal de Ovar. ISBN: 972-8174-21-7.
- LAMY, Eduardo (2003) — «A Ribeira e o seu cais», *Dunas. Temas & Perspectivas*, vol. 3.
- LIMA, Jaime de Magalhães (1968) — *Os povos do Baixo Vouga*. Ílhavo e Murtosa: Edição das câmaras municipais de Ílhavo e Murtosa e da Comissão de Turismo da Torreira.
- MADAIL, A. G. da Rocha (organização, leitura e revisão) (1959) — *Milenário de Aveiro. Colectânea de Documentos Históricos*, vol. I. Câmara Municipal de Aveiro.
- MADAIL, A. G. Rocha (1947), «A “Exposição alusiva à Ria de Aveiro” projectada pelo Barão de Cadore e pelo Engenheiro Melo Matos», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 13.
- MADAIL, António Gomes da Rocha (1946) — «A legitimidade da propriedade particular em terrenos alagados pela ria de Aveiro», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 12.
- MARQUES, Lauro, dir. (1998) — [Catálogo da] *Exposição Histórico-documental do Porto de Aveiro. Um imperativo histórico*, 2.ª ed. Aveiro: Porto de Aveiro. ISBN: 972-97598-8-X.
- MARTINS, Mário Resende, TEIXEIRA, José Fernando S. e SILVA, Manuel Dias da (1944) — *Monografia de S. João da Madeira*. Porto: Sociedade de Papelaria.
- MATIAS, Joaquim (1943) — «As marinhas de sal de Aveiro» e «Apontamento sobre o Gafanhão e a areia», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, n.º 10.
- MENDES, Humberto Gabriel (1974) — *Cartografia e engenharia da Ria e Barra de Aveiro, no último quartel do Século XVIII*, sep. do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 40.
- MESQUITA, Egberto de Magalhães Mesquita (1884) — *Arborização da Costa de Aveiro. Estudos florestais. Dissertação inaugural*. Aveiro: Imprensa Aveirense.
- MOTA, Armor Pires (1996) — *Oliveira do Bairro. Chão de memórias, usos e costumes*. Câmara Municipal de Oliveira do Bairro.
- MOTA, Arsénio (1998) — *Pela Bairrada*. Câmara Municipal de Oliveira do Bairro.
- NEVES, Francisco Ferreira (1935) — «Breve história da Barra de Aveiro», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 1.
- NEVES, Francisco Ferreira (1937) — «A memória sobre Aveiro de Pinho Queimado», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 3.
- NEVES, Francisco Ferreira (1940) — «Uma carta de José Estêvão sobre a passagem da via-férrea em Aveiro» e «Os incêndios dos edifícios do Governo Civil de Aveiro», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 8.
- NEVES, Francisco Ferreira Neves (1956) — *O Distrito de Aveiro há 100 anos. Três relatórios*, sep. do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vols. 21 e 22.
- OLIVEIRA, Orlando (1988) — *Origens da ria de Aveiro*. Câmara Municipal de Aveiro.

- PARDINHAS, Albertino Alves (1997) — *Monografia de Cortegaça. Apontamentos para a história da honra do Couto e do concelho (extinto) desta milenária povoação e outras memórias mais recentes*, 3.ª ed., s. l., [edição do autor].
- PATO, Mário dos Santos (1919) — *A Pâteira de Fermentelos. Ante-projecto de enxugo*. Lisboa: Tipografia Adolpho de Mendonça.
- PEREIRA, Álvaro (1970) — *Espinho. Monografia*, Espinho: Câmara Municipal de Espinho.
- PEREIRA, C. M. G. Rodrigues (2001) — «A capitania do porto de Aveiro. Breve historial do seu antigo edifício», *Boletim Municipal de Aveiro*, n.º 36.
- PEREIRA, Manuel Castro (2000) — *Memórias do Vale do Vouga*. Porto: edição do autor.
- PIMENTA, Belisário (1940) — «A barra de Aveiro em 1809», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 8.
- PINHO, António Homem de Albuquerque (2001) — *Albergaria-a-Velha. Oito séculos do passado ao futuro*, 2.ª ed. Albergaria-a-Velha: Reviver Editora. ISBN: 972-98691-2-x.
- PINHO, João Frederico Teixeira de Pinho (1959) — *Memórias e datas para a história da vila de Ovar* (prefácio, revisão e notas de Monsenhor Miguel de Oliveira). Câmara Municipal de Ovar.
- PINTO, Augusto de Oliveira (1935-1937) — *Resenha histórica das freguesias de São Vicente de Pereira e São Martinho da Gândara*. Câmara Municipal de Ovar.
- PORTELA, Adolfo (1999) — *Águeda. Crónica. Paisagens. Tradições*. 3.ª ed. (1.ª ed., 1904). Águeda: Soberania do Povo Editora. ISBN: 972-96724-7-4.
- RAMOS, Deniz (1989) — *Águeda, anos 20. Da Escola Primária Superior à Escola Comercial e Industrial*. Câmara Municipal de Águeda.
- RAMOS, Deniz de (1989) — *Soberania centenária. Alguns aspectos da história de um jornal*. Águeda: Soberania do Povo Editora.
- REZENDE, P.º João Vieira (1943) — «Apontamento sobre o Gafanhão e a areia», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 10.
- REZENDE, P.º João Vieira (1944) — *Monografia da Gafanha*, 2.ª ed. Coimbra: Coimbra Editora.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1990) — *O teatro em Aveiro, 1856-1881*. Mimeografado.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1994) — «Toponímia do concelho de Aveiro. Elementos para o seu estudo», *Estudos Aveirenses*, n.º 3.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1998) — *A fundação da Associação Comercial de Aveiro e o estado da barra em meados do século XIX*. Aveiro: Associação Comercial de Aveiro. ISBN: 972-98009-0-1.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1999) — *Os Serviços Municipalizados de Aveiro, 1924-1999: 75 anos a servir o Concelho*, Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro. ISBN: 972-9137-48-x.
- SANTOS, Guilherme de Oliveira, «Uma curiosidade bibliográfica», *Reis*, 1966.
- SARRAZOLA, Alexandre (2002) — «Marinha Baixa. Contributo para a história regional-local da região do Baixo Vouga», *Patrimónios*, n.º 2.
- SÉRGIO, António (1993) — «II. Beira Litoral», *Guia de Portugal*, vol. III: Beira. I. Beira Litoral, 3.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN: 972-31-0578-0.
- SILVA, Joaquim Rodrigues da (1944) — «O Antuã», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 10.
- SILVA, José Maria (1930) — *O pôrto de Aveiro e o projecto do engenheiro von Haffe*, Porto: Oficinas de O Comércio do Porto.

- SILVA, Maria João Violante Branco Marques da (1991) — *Aveiro medieval*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro. ISBN: 972-9137-06-5.
- SOARES, José (1904) — *Higiene de Aveiro*. Aveiro.
- SOUSA, Tomás Tavares de (1936) — «Os moliços», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 2.
- SOUTO, Alberto (1923) — *Origens da ria de Aveiro*, Aveiro: Typ. Minerva Central.
- SOUTO, Alberto (1932) — «Um reconhecimento arqueológico e geológico do concelho de Águeda», *Independência de Águeda*, do n.º 111 (20 de Agosto) ao n.º 114 (10 de Setembro) e n.º 163 (9 de Setembro de 1933).
- SOUTO, Alberto (1953) — *Nota sobre a formação do actual aspecto geográfico da Beira-Vouga-Litoral*. Aveiro.
- TAVARES, José Pereira (1960) — *Liceu Nacional de Aveiro. 1.º Centenário*. Aveiro: .
- VIDAL, D. João Evangelista de Lima (1967) — *Aveiro, suas gentes, terras e costumes*. Aveiro: Junta Distrital de Aveiro.
- VIEIRA, Venâncio Dias de Figueiredo (1982) — «Memória sobre a vila de Eixo», *Boletim Municipal de Aveiro*, vol. 3.
- VITORINO, Francisco (2000) — «Agricultura e mineração, uma coexistência difícil. As minas do Vale do Vouga e as comunidades do Vale do rio Águeda, 1889-1924», *Gestão e Desenvolvimento*, n.º 9, Viseu, 2000.
- VITORINO, Francisco (2002) — *As minas do Vale do Vouga, 1855-1931. Conflitualidade sociopolítica ou desenvolvimento económico?* Coimbra. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Mimeografada.

3.2. Bibliografia sobre indústria

- ABRAGÃO, Frederico (1935) — «O serviço de Obras Metálicas», *Boletim da CP*, n.º 74.
- ALMODÓVAR, António e BRANDÃO, Maria de Fátima (1998) — «A indústria no pensamento económico. O caso português», in Jorge Fernandes Alves (coord.), *A Indústria Portuense em perspectiva histórica. Actas do Colóquio. Palácio da Bolsa, 4 e 5 de Dezembro de 1997*. Centro Leonardo Coimbra e Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ALMODÓVAR, António e BRANDÃO, Maria de Fátima (1998) — «A indústria no pensamento económico. O caso português», in Jorge Fernandes Alves (coord.), *A Indústria Portuense em perspectiva histórica. Actas do Colóquio. Palácio da Bolsa, 4 e 5 de Dezembro de 1997*. Centro Leonardo Coimbra e Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ALVES, Jorge Fernandes (2001) — *A indústria da pasta e do papel em Portugal*. Lisboa: Portucel. ISBN: 972-797-002-8.
- AMARO, António Rafael (1994) — «Algumas achegas para o estudo da indústria no distrito de Viseu (1850-1900)», *Gestão e Desenvolvimento*, n.º 3.
- AMORIM, Inês (1996) — *A cerâmica de Aveiro no século XVIII. Das olarias à Fábrica de "Louça Fina"*, sep. da *Revista de História*, Centro de História da Universidade do Porto, II série, vol. XIII.

- ASSUNÇÃO, Ana Paula (2004) — *Oliveira Rocha no coração da Bairrada. Uma história de famílias, amores e trabalho no grés*. Oliveira do Bairro: Câmara Municipal de Oliveira do Bairro.
- AREZ, Ilda *et al* (1989) — *Vista Alegre, Porcelanas* (Introdução de Jorge Borges de Macedo). Lisboa: Edições INAPA. ISBN: 972-901-919-3.
- AZEVEDO, Correia de (s. d.) — *Grandes figuras do trabalho*, vol. I. s. l.: s. ed.
- AZEVEDO, Correia de *et al.* (1960) — *História da indústria em Portugal*, fascículo III: *Fábricas Metalúrgicas Alba*. [Lisboa]: s. ed.
- BAROSA, José Pedro (1996) — «As fábricas de Garrafas da Amora, 1888-1926». Marinha Grande: Museu Santos Barosa da Fabricação do Vidro.
- BAROSA, José Pedro (1996) — «Os Burnay no vidro, ou um monopólio que não chegou a existir», *Análise Social*, vol. XXXI (136-137, 2.º-3.º. Também publicado em *Estudos e documentos*, n.º 1. Marinha Grande: Museu Santos Barosa da Fabricação do Vidro.
- BAROSA, José Pedro (2000) — «Apontamentos I», *Estudos e documentos*, n.º 16. Marinha Grande: Museu Santos Barosa da Fabricação do Vidro.
- BARROS, Carlos Vitorino da Silva (1969) — *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande. II Centenário, 1769-1969*. Lisboa: Fábrica-Escola Irmãos Stephens sob o alto patrocínio do Instituto Nacional de Investigação Industrial.
- BASTO, João Teodoro Ferreira Pinto (1924) — *A Vista Alegre. O livro do seu centenário. 1824-1924*, Lisboa: Fábrica da Vista Alegre.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima (1980) — «Industrialização oitocentista e concorrência externa. A indústria de chapelaria de 1814 a 1914», *Cadernos de documentação do GIS*, n.º 2.
- BRITO, José Maria Brandão de (1989) — *A industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965). O Condicionamento Industrial*. Lisboa: Publicações Dom Quixote (col. «Universidade Moderna», n.º 90). ISBN: 972-20-0734-3.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1981) — *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*, 3.ª ed. rev. Lisboa: A Regra do Jogo.
- CAETANO, Lucília (1986) — *A indústria no distrito de Aveiro. Análise geográfica relativa ao eixo rodoviário principal (EN n.º 1), entre Malaposta e Albergaria-a-Nova*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.
- CARDOSO, José Luís, Brito, José Maria Brandão de, Mendes, Fernando Ribeiro, Rodrigues, Maria de Lurdes (1990) — *Empresários e gestores da indústria em Portugal*. Lisboa: Publicações D. Quixote. ISBN: 972-20-0770-X.
- CARVALHO, António Vítor Nunes de (2003) — *Os estaleiros Mónica: da aurora ao ocaso da construção naval em madeira na Gafanha da Nazaré (1889-1981)*. Coimbra. Dissertação de Mestrado em História Económica e Social Contemporânea, mimeografada.
- CASTRO, D. José de (1945) — *Aveiro*, t. V, primeira parte: *Indústrias populares*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura. Centro de Estudos de Arte e Museologia.
- COSTA, Luís (1987) — *O coração da fábrica. Viagem ao mundo de "unhas negras"*. S. João da Madeira: Câmara Municipal de S. João da Madeira.
- CRUZ, Raul (1987) — *Industrialização em meio rural. O caso de Águeda*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- CUSTÓDIO, Jorge (1989) — «Os moinhos de maré em Portugal», in *Actas e Comunicações do I Encontro Sobre património Industrial. Coimbra. Guimarães. Lisboa*, vol. I. Coimbra Editora. ISBN: 972-32-0394-4.
- CUSTÓDIO, Jorge (1994) — «Fábrica de Vidros e Cristais — Gaivotas, Lda.», in Francisco Santana e Eduardo Sucena (dir.), *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados. ISBN: 972-96030-0-6.
- CUSTÓDIO, Jorge [2006] — «A indústria portuguesa na época do Movimento Moderno», in TOSTÕES, Ana Tostões, Celestino Braña Garcia e Susana Landrove (coord.), *A Arquitectura da Indústria, 1925-1965. Registo do DOCOMOMO*, Barcelona, Fundação do DOCOMOMO Ibérico. ISBN: 84-609-4295-3.
- DIAS, A. Jorge (1981) — «Moagem tradicional», «Moinhos», *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV. Porto, Figueirinhas.
- DUARTE, Fernando Chagas (2001) — «As secas do bacalhau, ontem e hoje», in Álvaro Garrido (coord.), *A pesca do bacalhau. História e memória. Textos das comunicações apresentadas ao Colóquio Internacional da história da pesca do bacalhau. Museu Marítimo de Ílhavo, 19 e 20 de Outubro de 2001*, Lisboa: Editorial Notícias. ISBN: 972-46-1307-0.
- FARIA, Guilherme (1950) — *Setúbal e a indústria de conservas*. Setúbal.
- FARIA, Miguel Figueira de et al. (2004) — *Alfredo da Silva. Biografia (1871-1942)*. Lisboa: Bertrand Editora. ISBN: 972-25-1373-7.
- FERNANDES, Rui Jorge Gama (2004) — *Dinâmicas industriais, inovação e território. Abordagem geográfica a partir do centro litoral de Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN: 972-31-1083-0.
- FERREIRA, Armando Carvalho e FERREIRA, Delfim Bismark (2003) — *Moinhos do Concelho de Albergaria-a-Velha*. Edição dos Autores. ISBN: 972-9039-63-1.
- FERREIRA, Delfim Bismark (2004) — «A Fábrica de Papel de Vale Maior (1872-1999)», *Patrimónios*, n.º 4. Ano XXV, II série. ISSN: 972-9091-02-1.
- FERREIRA, Jaime Alberto do Couto (1988) — «Subsídios para a história da moagem portuguesa: as origens da Sociedade Indústria Aliança», *Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- FERREIRA, Jaime Alberto do Couto (1998) — «Um século de moagem em Portugal, de 1821 a 1920. Das fábricas às Companhias e aos grupos de Portugal e colónias e da Sociedade Indústria Aliança», in Jorge Fernandes Alves (coord.), *A Indústria Portuense em perspectiva histórica. Actas do Colóquio. Palácio da Bolsa, 4 e 5 de Dezembro de 1997*. Centro Leonardo Coimbra e Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FERREIRA, Jaime Alberto do Couto (1999) — *Farinhas, moinhos e moagens*. Porto: Edições Âncora. ISBN: 972-780-00-68.
- FILIFE, Alda Maria Martins Mourão (2000) — *A Formação do tecido empresarial na área económica de Leiria, 1836-1914*. Coimbra, Dissertação de Doutoramento, mimeografada.
- FRANÇA, António (2001) — «A indústria da tanoaria em Esmoriz», *Dunas. Temas & Perspectivas*, n.º 1. Ovar. ISSN: 1645-2097.

- FRANÇA, António (2002) — «A tanoaria. Projecto etnomuseológico», *Patrimónios*, n.º 2. Ano XXIII, II série. ISSN: 972-9091-02-1.
- FREITAS, Jaime Dagoberto de Melo (1945) — *Comemorações das bodas de ouro. Trindade Filhos, Lda. Aveiro, Portugal*. Aveiro: Edição Trindade Filhos, Lda.
- GOMES, Marques (1993) — *A Vista Alegre. Memória histórica* [fac-símile da edição de 1924]. Aveiro: Livraria Estante Editora.
- GOMES, Marques Gomes e VASCONCELOS Joaquim de (1883) — *Exposição distrital de Aveiro em 1882. Relíquias da arte nacional*. Aveiro.
- GONÇALVES, Octávio Manuel Dias de Figueiredo (1993) — *Alguns elementos sobre história da indústria no Vale do Ave e na zona de Paços de Brandão*. Porto: Faculdade de Economia do Porto (col. «Investigação e Economia», n.º 40).
- GOUVEIA, Henrique Coutinho (1999) — *Sistemas de moagem do concelho de Penacova. Os moinhos de vento*. Câmara Municipal de Penacova. José Pais de Almeida Graça, «O Engenheiro Silvério Pereira da Silva», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 11.
- GUIMARÃES, Joana, et al. (1996) — «Adelino Dias Costa. A arte do ferro e o hábito da generosidade», *100 anos de indústria. A história de Avanca*, n.º 2.
- H. L. (1963) — «Coisas que convém lembrar», *Ali-Java*, n.º único. Estarreja: Nestlé.
- LACERDA, Silvestre (1998) — «A tanoaria. Arte e técnica», in Jorge Fernandes Alves (coord.), *A Indústria Portuense em perspectiva histórica. Actas do Colóquio. Palácio da Bolsa, 4 e 5 de Dezembro de 1997*. Centro Leonardo Coimbra e Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- LAGOÁ, Maria José e SILVA, Francisco Ribeiro da (1998) — «A formação profissional no Antigo Regime», in Jorge Alves (coord.), *A indústria portuense em perspectiva histórica*. Porto: Centro Leonardo Coimbra — Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- LAINS, Pedro (2005) — «A indústria», in Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org.), *História Económica de Portugal, 1700-2000*, vol. II: *O Século XIX*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. ISBN: 972-671-139-8.
- LARANJEIRA, José António Piedade (s. d.) — «O fundador da Alba, comendador Augusto Martins Pereira», *Fundição*, n.º 206.
- LEONE, João Carlos de Oliveira (1903) — *Inquérito à pesca do bacalhau*. Lisboa: La Bécarre.
- LIMA, António e RIBEIRO, Jorge (1987) — *Indústria chapelaria em S. João da Madeira*. Câmara Municipal de S. João da Madeira.
- LISBOA, Manuel (2002) — *A indústria portuguesa e os seus dirigentes*. Lisboa: Educa. ISBN: 972-8036-47-7.
- LOPES-CORDEIRO, José Manuel (1989) — *A indústria conserveira em Matosinhos. Exposição de arqueologia industrial*. Câmara Municipal de Matosinhos.
- LOPES-CORDEIRO, José Manuel (1996) — «L'évolution du stockage des céréales au Portugal», *L'Archéologie Industrielle en France. Patrimoine. Technique. Mémoire*, n.º 28.
- LOPES, Carlos da Silva (2004) — *Estudos de história da cerâmica*. Lisboa: Gabinete de Estudos de Artes Decorativas da Universidade Católica Portuguesa. ISBN: 972-99088-1-8.

- LOURENÇO, Nélon (1991) — *Família rural e indústria. Mudança social na região de Leiria*. Lisboa: Editorial Fragmentos. ISBN: 972-664-050-4.
- MACEDO, Jorge Borges de (1982) — *Problemas de História da Indústria portuguesa no século XVIII*, Lisboa: Quercos (col. «Conhecer Portugal», n.º 1).
- MADAIL, A. G. da Rocha (1966) — «Querem comprar ovos moles», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, n.º 128.
- MADUREIRA, Nuno Luís (1998) — «O Estado, o patronato e a indústria portuguesa (1922-1957)», *Análise Social*, vol. XXXIII (148) (4.º).
- MADUREIRA, Nuno Luís (2002) — *A economia dos interesses. Portugal entre as Guerras*. Lisboa: Livros Horizonte (col. «Temas de História de Portugal»). ISBN: 972-24-1191-8. Nuno Luís Madureira, «O Estado, o patronato e a indústria portuguesa (1922-1957)»
- MADUREIRA, Nuno Luís (coord.) (2005) — *A história da energia — Portugal, 1890-1980*. Lisboa: Livros Horizonte (col. «Horizonte Universitário»). ISBN: 972-24-1417-8.
- MARQUES, A. H. de Oliveira e ROLLO, Fernanda (1991) — «O surto industrial» e «Os meios de comunicação e de distribuição», in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XI. Lisboa: Editorial Presença. ISBN: 972-23-1420-3.
- MARQUES, Emília Margarida (1999) — «O período Stephens na Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande. Algumas fontes escritas», *Estudos e documentos*, n.º 11. Marinha Grande: Museu Santos Barosa da Fabricação do Vidro.
- MARTINS, Sofia B. Silva, «S. Vicente de Pereira. Aqui nasce a porcelana da Vista Alegre», *Reis*, Ovar, 1993.
- MATOS, Ana Cardoso de (1998) — *Ciência, tecnologia e desenvolvimento industrial no Portugal oitocentista. O caso dos lanifícios do Alentejo*. Lisboa: Editorial Estampa. ISBN: 972-23-1761-X.
- MATOS, Ana Cardoso de (2002) — «Indústria e Ambiente no século XIX». *Ler história*, n.º 42.
- MENDES, José M. Amado (1980) — «Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX», in *Análise Social*, vol. XVI, 1.º-2.º.
- MENDES, José M. Amado (1984) — *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.
- MENDES, José M. Amado (1985) — «A indústria portuguesa no século XIX. Achegas para o seu estudo», *Prelo*, n.º 7.
- MENDES, José M. Amado (1990) — «A indústria em Portugal, na segunda metade do século XIX», *Biblos*, vol. LXVI.
- MENDES, José M. Amado (1990) — *Bloqueios à inovação no tecido empresarial português, em finais do século XIX: achegas para o seu estudo*, sep. da *Revista de História*, vol. X.
- MENDES, José M. Amado (1992) — *Santos Barosa. 100 anos no vidro, 1889-1989*. Marinha Grande: Santos Barosa, Vidros, SA.
- MENDES, José M. Amado (1993) — «Etapas e limites da industrialização», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. V: Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque (coord.), *O liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN: 972-42-0752-8.

- MENDES, José M. Amado (1993) — *História da Marinha Grande. Introdução e perspectivas*. Câmara Municipal de Marinha Grande.
- MENDES, José M. Amado (1999) — «A indústria durante o liberalismo» e «A indústria portuguesa: do Ultimato ao Estado Novo, 1890-1926», in, Manuel Ferreira Rodrigues e José Amado Mendes, *História da Indústria Portuguesa da Idade Média aos nossos dias*. Lisboa: Europa-América e Associação Industrial Portuense. ISBN: 972-1-04694-9.
- MENDES, José M. Amado (2000) — *História do vidro e do cristal em Portugal*. Lisboa: Edições INAPA. ISBN: 972-797-028-1.
- MENDES, José M. Amado e RODRIGUES, Manuel Ferreira (1999) — *Ricardo Gallo, 1899-1999. Um século de inovação e tradição no vidro*. Marinha Grande: Ricardo Gallo, Vidro de Embalagem, SA. ISBN: 972-98310-0-9.
- MENDES, José M. Amado, AMARO, António Rafael e RODRIGUES, Manuel Ferreira (2001) — «A indústria transformadora na Região Norte: efeitos da integração europeia, 1986-1995», *Gestão e Desenvolvimento*, n.º 10.
- MIRANDA, Jorge Augusto e VIEGAS, João Carlos (1992) — *Moinhos de vento no concelho de Oeiras*. Câmara Municipal de Oeiras.
- MÓNICA, Maria Filomena (1979) — «Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914)», *Análise Social*, vol. XV (60), 4.º.
- MÓNICA, Maria Filomena (1987) — «Capitalistas e industriais (1870-1914)», *Análise Social*, vol. XXIII (99), 5.º.
- MÓNICA, Maria Filomena (2005) — «Operários e empresários» in Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org.), *História Económica de Portugal, 1700-2000*, vol. II: *O Século XIX*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. ISBN: 972-671-139-8.
- MONTES, J. Barroso da Cunha, *A Cerâmica Progresso da Pampilhosa. Acheegas para o seu estudo*. Coimbra. (mimeografado).
- NABAIS, António J. C. (1986) — «Moinhos de maré: salvaguarda e reutilização», in *Actas e Comunicações do I Encontro Sobre Património Industrial*. Coimbra. Guimarães. Lisboa, vol. I. Coimbra Editora. ISBN: 972-32-0394-4.
- NABAIS, António J. C. (1986) — *Património industrial. Moinhos de maré*. Câmara Municipal do Seixal.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando e PEREIRA, Benjamim (1978) — *O Linho. Tecnologia tradicional portuguesa*. Lisboa: INIC.
- PEDREIRA, Jorge Miguel Viana (1994) — *Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa: Difel. ISBN: 972-29-0305-5.
- PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo (1916) — «A indústria em Portugal (Notas para um inquérito)», *Arquivos da Universidade de Lisboa*, vol. III.
- PEREIRA, Gaspar Martins (1991) — «Aprender a arte. Sobre o aprendizado nas fábricas e oficinas segundo um inquérito de 1866», in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa. Homenagem ao Professor Victor de Sá*. Lisboa: Livros Horizonte. ISBN: 972-24-0819-4.
- PEREIRA, João Martins (2005) — *Para a história da indústria em Portugal, 1941-1965. Adubos azotados e siderurgia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (col. «Estudos e Investigações», n.º 37). ISBN: 972-671-147-9.

- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles (1998) — «Jornais, editores e tipografias do Porto», in Jorge Fernandes Alves (coord.), *A Indústria Portuense em perspectiva histórica. Actas do Colóquio. Palácio da Bolsa, 4 e 5 de Dezembro de 1997*. Centro Leonardo Coimbra e Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- QUEIROZ, José (1907) — *Cerâmica portuguesa*. Lisboa: Tip. do Anuário Comercial.
- QUINTAS, Maria da Conceição (1998) — *Setúbal, economia, sociedade e cultura operária, 1880-1930*. Lisboa: Livros Horizonte. ISBN: 972-24-1028-8.
- RALO, José A. Carrilho (1953) — «A evolução da indústria de lacticínios no Distrito de Aveiro», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIX.
- RAMADA, José António Real Pereira (1998) — «A indústria chapeleira portuense, entre 1750 e 1852. Oficinas, fábricas e manufacturas», in Jorge Fernandes Alves (coord.), *A Indústria Portuense em perspectiva histórica. Actas do Colóquio. Palácio da Bolsa, 4 e 5 de Dezembro de 1997*. Centro Leonardo Coimbra e Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- RAMOS, Deniz (2007) — *Subsídios para a história da indústria em Águeda* (no prelo).
- REIS, José (1992) — *Os espaços da indústria. A regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN: 972-36-0279-2.
- REIS, José (1996) — *Os sistemas produtivos locais em Portugal: uma transição difícil*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais (col. «Oficina do Centro de Estudos Sociais», n.º 73).
- REIS, José, TOLDA, João, COELHO, Lina e MARINHEIRO, Carlos (1996) — *Potencialidades e factores de dinamização dos concelhos de Águeda e Estarreja*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional (col. «Estudos e Análises»). ISBN: 972-732-331-6.
- RIBEIRO, Isabel e SANTOS, Luísa (1990) — «A indústria do papel na perspectiva da Arqueologia Industrial», in *Actas e Comunicações do I Encontro Sobre património Industrial. Coimbra. Guimarães. Lisboa*, vol. II. Coimbra Editora. ISBN: 972-32-0394-4.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1990) — «A Indústria Cerâmica em Aveiro (final do séc. XIX e início do séc. XX). Contribuição para o seu estudo», in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, vol. XXV.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1991) — «A azulejaria aveirense 1882-1942. Uma abordagem global», *Boletim da Câmara Municipal de Aveiro*, n.º 17.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1993) — *O ensino técnico e profissional em Aveiro, 1867-1893*, separata do *Boletim Municipal de Aveiro*, n.º 21-22.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1994) — «A Fábrica Nacional de Vidros Aveirense, 1889-1891», *Estudos Aveirenses*, n.º 2.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1994) — «A Metalurgia Casal, 1964-1974. Elementos para uma cultura de empresa», *Gestão e Desenvolvimento*, n.º 3.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1995) — «Homem Cristo e o 1.º de Maio, em Aveiro. 1899-1912», *Homem Cristo. O Homem, a Obra e o seu Tempo. Comunicações apresentadas no Quinquagénario da sua morte*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro. ISBN: 972-9137-19-6.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1995) — *A Dinastia Pereira Campos. Breve esboço prosopográfico*. Aveiro: Instituto de Emprego e Formação Profissional. ISBN: 972-732-282-4.

- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1996) – «As elites locais e a Escola Industrial e Comercial de Aveiro, 1893-1924» e «Francisco Augusto da Silva Rocha, 1864-1957. Professor, Arquitecto e Gestor. Achegas para a sua biografia», *Boletim Municipal de Aveiro*, n.º 28.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1996) — «Os industriais de Cerâmica: Aveiro, 1882-1923», *Análise Social*, vol. XXXI, n.º 136-137 (2.º-3.º).
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1997) — «Da Oficina à Fábrica. História com um fim anunciado» e «A olaria de louça preta em Aradas e a industrialização», [Catálogo da Exposição] *A Louça Preta em Portugal: olhares cruzados*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais. ISBN: 972-9419-21-3.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1997) — «Rodrigues de Freitas e a Indústria. Um confronto com Oliveira Martins», in António Almodôvar et al. (org.), *Rodrigues de Freitas. A Obra e os Contextos*, Actas do Colóquio (Porto, 26 e 27 de Outubro de 1996). Porto: Centro Leonardo Coimbra e Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1998) — «A construção civil em Aveiro, 1860-1930. Notas para a sua compreensão histórica», in Jorge Fernandes Alves (coord.), *A Indústria Portuense em perspectiva histórica. Actas do Colóquio. Palácio da Bolsa, 4 e 5 de Dezembro de 1997*. Porto: Centro Leonardo Coimbra e Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1998) — «Os Garcia, uma dinastia de Galegos no comércio em Aveiro», comunicação apresentada ao Colóquio *Aveiro. Memória e História*, realizado em 29 de Dezembro de 1997.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1998) — *Vidro e vidreiros na Vista Alegre. Documentos para a história da Fábrica fundada por José Ferreira Pinto Basto, 1824-1839*, Marinha Grande: Museu Santos Barosa da Fabricação do Vidro, col. «Estudos e documentos», n.º 9.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1999) — «Abrasivos», in António Barreto e Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII. Porto: Figueirinhas. ISBN: 972-661-159-8.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (2001) — «A lenta emergência da Empresa e do Empresário na construção naval em Aveiro e Ílhavo, no início do século XX», XXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social. Relações Portugal-Europa. Comunicações, vol. II. Braga.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (2004) — «A indústria de ferragens de Águeda: contributo para o seu estudo histórico», *Estudos do Século XX*, n.º 4.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (2005) — «A tanoaria no concelho de Ovar, 1880-1926», *Dunas. Temas & Perspectivas*, n.º 5.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (2007) — *A Fábrica Campos. Um século de produção cerâmica*. Aveiro (ainda não publicado).
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (2007) — *A Luzostela. Notas para a história da primeira fábrica portuguesa de abrasivos, 1904-1924* (no prelo).
- RODRIGUES, Manuel Ferreira e MENDES, José M. Amado (1999) — *História da Indústria Portuguesa da Idade Média aos nossos dias*. Lisboa: Europa-América e Associação Industrial Portuense, col. «Biblioteca de História», n.º 24. ISBN: 972-1-04694-9.

- ROSA, Laura Marques de Figueiredo Peça Pereira da (1994) — *A Vista Alegre. Uma instituição diferenciada no âmbito da indústria portuguesa do séc. XIX (1824-1900)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de mestrado, mimeografada.
- ROSAS, Fernando, «A estrutura industrial nos anos 30», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. VII: *O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN: 972-42-0916-4.
- ROSMANINHO, Nuno (2004) — «A Sociedade das Águas da Curia na primeira metade do século XX», *Estudos do Século XX*, n.º 4.
- RUELA, Augusto (1915) — *A chicória para café nas proximidades de Aveiro*, Lisboa: Tip. J. F. Pinheiro.
- SANTOS, A. Ferreira dos (1948) — *A indústria de chapelaria em Portugal*. S. João da Madeira.
- SANTOS, António Maria A. (1998) — «Arquitectura de tijolo” e indústria. Introdução do tijolo sílico-calcário em Portugal (1903-1913)», *Arqueologia & Indústria*, n.º 1.
- SANTOS, Carlos Oliveira (2002) — *Livro da Cortiça*. [Braga]: Tilgráfica.
- SANTOS, Maciel Morais (1998) — «A mecanização da indústria e a construção mecânica portuguesa», in Jorge Fernandes Alves (coord.), *A Indústria Portuense em perspectiva histórica. Actas do Colóquio. Palácio da Bolsa, 4 e 5 de Dezembro de 1997*. Centro Leonardo Coimbra e Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SANTOS, Maria José (1996) — *A Fábrica de Papel de Ponte Redonda, em meados do século XIX, 1848-1998*, sep. das *Actas do 1.º Encontro de história local de Espinho*.
- SANTOS, Maria José (1997) — *A indústria do papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (séculos XVIII-XIX)*. Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. ISBN: 972-96299-4-3.
- SANTOS, Maria José (2003) — «Procura de um espaço perdido: a Fábrica de Papel de S. Cristóvão», *Dunas. Temas & Perspectivas*, n.º 3.
- SANTOS, Rui Afonso (2002) — «Prefácio», a Ida Arez, *Vista Alegre. Porcelanas portuguesas*. Lisboa: Estar Editora. ISBN: 972-8095-36-8.
- SARRAZOLA, Alexandre (2002) — «Marinha Baixa. Contributo para a história regional-local da região do Baixo Vouga», *Patrimónios*, n.º 2, Aveiro.
- SILVA, Maria de Jesus Sousa de Oliveira e (1944) — «As elites locais e a sua influência, nos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX. Um exemplo: Domingos Joaquim da Silva, Visconde de Salreu (1854-1936)», *Ul-Varia*, t. 1, (1-2), Oliveira de Azeméis.
- SILVA, Mário Rui (1987) — *O desenvolvimento industrial do Vale do Ave. Relatório intermédio de síntese*. Porto: Ministério do Plano e da Administração do Território/Comissão de Coordenação da Região Norte.
- SOEIRO, Teresa, LACERDA, Silvestre, ALVES, Jorge Fernandes e OLIVEIRA, Joaquim (1995) — *A cerâmica portuense. Evolução empresarial e estruturas edificadas*, sep. da *Portugália*, nova série, vol. XVI.
- TAVARES, J. (1935) — «Indústrias do Distrito. Fábrica do papel do Caima», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. I.
- VALENTE, Vasco (1949) — *Porcelana Artística Portuguesa*. Porto.
- VALENTE, Vasco (1950) — *Uma dinastia de ceramistas*. Porto: Imprensa Moderna.
- VIEIRA, Venâncio Dias de Figueiredo (1982) — «Memória sobre a vila de Eixo», *Boletim Municipal de Aveiro*, vol. 3.

VILA, Romero (1979) — *A Fábrica do Costa das Devesas*. Gaia: Associação Cultural «Amigos de Gaia».

VILAS-BOAS, J. S. Pães (1946) — «A região de Aveiro e as olarias», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 12.

3.3. Bibliografia diversa

- ALEGRIA, Maria Fernanda (1990) — *A organização dos transportes em Portugal (1850-1910). As vias e o tráfego*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos/Universidade de Lisboa/Instituto Nacional de Investigação Científica, col. «Memórias do Centro de Estudos Geográficos».
- ALMEIDA, António Mendes de (1929) — *Portugal. A sua riqueza silvícola*. Lisboa.
- ALVES, A. A. Monteiro (2004) — «A engenharia florestal através dos tempos. O perfil e a obra», *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no século XX*, vol. III, Lisboa: Dom Quixote. ISBN: 972-20-2792-1.
- ALVES, Jorge (1995) — «Narração», in Carlos Ceia (coord.), *E-Dicionário de termos literários* [em linha], [consult. em Abril de 2007], disponível em www: < <http://www.fcsh.unl.pt/edtl/index.htm> >.
- ALVES, Jorge Fernandes (1995) — *Os brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto.
- ALVES, Jorge Fernandes (1998) — «Transportes no rio Douro. Sobre as máquinas de alar», *O Tripeiro*, 7.^a série, ano XVII, n.º 6.
- ALVES, Jorge Fernandes e VILELA, José Luís (1995) — *José Vitorino e a telegrafia eléctrica em Portugal*. Lisboa: Portugal Telecom.
- ALVES, Valentino José C. do Vale (1998) — «O tecido empresarial conimbricense (1928-1936)», *Gestão e Desenvolvimento*, n.º 7.
- AMARO, António Rafael (1996) — «Os congressos regionais das beiras e o regionalismo em Portugal (1921-1940)», in APHES (coord.), *Portugal e as Regiões: perspectivas históricas*, Coimbra. ISBN: 972-569-091-5.
- AMARO, António Rafael (2006) — *Economia e desenvolvimento na Beira Alta dos finais da Monarquia à II Guerra Mundial (1890-1939)*. Lisboa: Universidade Católica. ISBN: 972-54-0127-1.
- ANGEL GALLO, Miguel Angel e RIBEIRO, Vítor Sevilhano (1996) — *A gestão das empresas familiares*. Lisboa: Edição Cadernos Iberconsult.
- ANTUNES, José Engrácia (2000) — *Direito das Sociedades Comerciais*. Coimbra: Livraria Almedina. ISBN: 972-40-1374-X.
- ARAÚJO, Henrique Costa Gomes de (1997) — «A Empresa como escola. Os saberes circulantes numa casa do vinho do Porto», *Educação, Sociedade e Culturas*, n.º 8. Porto: Edições Afrontamento.
- ARON, Raymond (1981) — *Dezoito lições sobre a sociedade industrial*. S. Paulo: Martins Fontes/Editorial Presença.
- BASTIEN, Carlos Bastien (1996) — *História Empresarial — I (Relatório científico-pedagógico apresentado no âmbito de provas de agregação)*, Lisboa (mimeografado).
- BEBIANO, Rui (2000) — «A história como poética», *Revista de História das Ideias*, n.º 20.
- BEBIANO, Rui (2002) — «A história como poética», in José Encarnação (coord.), *As oficinas da história*. Coimbra: Edições Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. ISBN: 972-772-315-2.

- BENKO, Georges (1999) — *A Ciência Regional*. Oeiras: Celta Editora. ISBN: 972-774-052-9.
- BERNOUX, Philippe (s. d.) — *A sociologia da empresa*. Lisboa: Rés-Editora.
- BIROT, Pierre (2004) — *Portugal. Estudo de geografia regional*, 2.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte. ISBN: 972-24-1291-4.
- BLAUG, Mark (1994) — *A metodologia em economia*. Lisboa: Gradiva. ISBN: 972-662-357-X.
- Marc Bloch, *Introdução à História*, 1965
- BLOCH, Marc (1987) — *Introdução à História*. Lisboa: Mem Martins: Publicações Europa-América (col. «Saber», n.º 59).
- BOBONE, Carlos (1997) — *História da Família Ferreira Pinto Basto*, 2 vols. Lisboa: Livraria Bizantina. ISBN: 972-8328-02-8.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima (1993) — *História da Guerra Civil da Paruleia, 1846-47*. Lisboa: Editorial Estampa. ISBN: 972-33-0927-0.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima (1999) — *Apologia da história política. Estudos sobre o século XIX português*. Lisboa: Quetzal Editores. ISBN: 972-564-383-6.
- BRAUDEL, Fernand (1972) — *História e ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- BRIGS, Asa (2000) — «Asa Briggs». in Maria Lúcia Pallares Burke, *As muitas faces da história. Nove entrevistas*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. ISBN: 85-7139-307-9.
- BURKE, Peter (1997) — *A escola dos Annales (1929-1989). A revolução francesa da historiografia*. S. Paulo: Editora UNESP. ISBN: 85-7139-013-4.
- BUSINO, Giovanni (1992) — *Élites et elitisme*. Paris: Presses Universitaires de France. ISBN: 2-13-044968-9.
- CALDAS, Eugénio de Castro e LOUREIRO (1966) — Manuel dos Santos, *Regiões homogêneas no continente português*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro de Estudos de Economia Agrária.
- CAMPENHOUDT, Luc van (2003) — *Introdução à análise dos fenómenos sociais*. Lisboa: Gradiva (col. «Trajectos», n.º 60). ISBN: 972-662-896-2.
- CARDOSO, Ciro (1997) — «História e paradigmas rivais», in Ciro Flamarion e Ronaldo Vainfas (org.) — *Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia*. Lisboa: Editora Campus. ISBN: 85-352-0155-6.
- CARDOSO, José Luís (1996) — «Viagens filosóficas e mapas económicos — redescoberta do espaço social nos finais do Século XVIII», in APHES (coord.), *Portugal e as Regiões: perspectivas históricas*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro. ISBN: 972-569-091-5.
- CASTRO, Armando de (1979) — *A economia portuguesa do século XX (1900-1925)*. Lisboa: Edições 70.
- CASTRO, Armando de (1981) — «Sociedades anónimas», in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VI. Porto: Figueirinhas.
- CHANDLER, JR., Alfred D. (1987) — *La mano visible. La renovación en la dirección de la empresa norteamericana*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social. ISBN: 84-7434-447-6.
- CHANDLER, JR., Alfred D. e DAEMS, Herman (1994) — *Hierarquias de gestão. Perspectivas comparativas sobre o desenvolvimento da moderna empresa industrial*. Oeiras: Celta Editora. ISBN: 972-8027-21-4.

- CHAUSSINNAND-NOGARET, Guy, dir. (1994) — *Histoire des Elites en France du XVI^e au XX^e siècle. L'honneur, le mérite, l'argent*. Paris: Éditions Tallandier. ISBN: 2-235-02037-2.
- CHAVES, Luís (1958) — *Os transportes populares em Portugal*, Lisboa.
- CHORÃO, Luís Bigotte (1998) — *A comercialística portuguesa e o ensino universitário do direito comercial no século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos. ISBN: 972-762-103-1.
- CLARK, C. (1960) — *Les conditions du progrès économique*, 3.^a ed. Paris: Presses Universitaires de France.
- COLLEYN, Jean-Paul (2005) — *Elementos de Antropologia Social e Cultural*. Lisboa: Edições 70 (col. «Compêndio», n.º 2). ISBN: 972-44-1257-1.
- CREW, Michael A. (1983) — *Teoria da empresa*. Lisboa: Edições 70 (col. «Biblioteca de Estudos Económicos», n.º 2).
- DAUMAS, M. (1996) — *Histoire générale des techniques*, vol. 4: *Les techniques de la civilisation industrielle: Énergie et matériaux*. Paris: Quadrigue/Presses Universitaires de France. ISBN: 2-13-047864-6.
- DAVIS, Natalie Zemon (2000) — «Natalie Zemon Davis», in Maria Lúcia Pallares Burke, *As muitas faces da história. Nove entrevistas*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. ISBN: 85-7139-307-9.
- DELATTRE, Pierre (1992) — «Teoria/modelo», *Enciclopédia Einaudi*, vol. 21. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- DIAS, Emílio Brogueira e ALVES, Jorge Fernandes (2004) — «As transformações portuárias em Portugal: Século XX», in Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito e Fernanda Rollo (coord.), *Momentos de inovação e engenharia em Portugal no Século XX*, vol. II, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- DRUCKER, Peter F. (1993) — *Sociedade pós-capitalista*. Lisboa: Difusão Cultural. ISBN: 972-709-175-x.
- DUARTE, Fernando (2004) — *Percurso do consumo de bacalhau* (no prelo).
- DUBY, Georges (1992) — *A história continua*. Porto: Edições ASA.
- ELIAS, Norbert (1997) — *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. ISBN: 85-7110-278-3.
- FERREIRA, Conceição Coelho e SIMÕES, Natércia Neves (1986) — *A evolução do pensamento geográfico*, Lisboa: Gradiva. ISBN: 972-662-040-6.
- FERREIRA, Eva Maria da Silva (2005) — *Vicissitudes de um programa educativo. O Liceu de Aveiro, 1926-1952*, Porto (Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Mimeografada).
- FERRO, Gaetano (1986) — *Sociedade humana e ambiente no tempo. Temas e problemas de Geografia Histórica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FERRO, João Pedro (2004) — «Comunicações e comércio: linhas gerais», in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. X: Fernando de Sousa e A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Portugal e a Regeneração*, Lisboa: Editorial Presença. ISBN: 972-23-3257-0.
- FERRY, Luc (1991) — «Modernidade e sujeito», in Manuel Maria Carrilho e João Sáágua (dir.), *Dicionário do Pensamento Contemporâneo*. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN: 972-42-0301-8.

- FIGUEIREDO, Ernesto V. S. (1988) — *Portugal: que regiões?* Braga: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- FILIFE, Rafael Gomes (2001) — *Modernidade. Crítica da modernidade e ironia epistemológica em Max Weber*. Lisboa: Instituto Piaget. ISBN: 978-972-771-374-5.
- FORJAZ, Augusto, (Pereira de Sampaio) (1905) — *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações d'O Malho.
- FRAILE, Pedro (1994) — «La historia economica de la empresa como disciplina independente: una perspectiva historica», in Juan Hernández Andreu e José Luis García Ruiz (comp.), *Lecturas de historia empresarial*. Madrid: Editorial Civitas.
- FRANCO, Graça (1993) — *A censura à imprensa (1820-1974)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. ISBN: 972-27-0570-9.
- FREIRE, João (2002) — *Sociologia do trabalho. Uma introdução*, 2.^a ed. Porto: Edições Afrontamento. ISBN: 972-36-0601-1.
- FRÉMONT, Armand (1980) — *A região, espaço vivido*, Coimbra: Livraria Almedina.
- FRIEDMAN, Georges (1981) — *O futuro do trabalho humano*, 2.^a ed. Lisboa: Moraes Editores.
- GALHANO, Fernando (2005) — *Páginas de cultura e arte*. Porto: Edições Caixotim. ISBN: 972-8651-68-6.
- GARCIA RUIZ, José Luis (1994) — *Historia económica da empresa moderna*. Madrid: Istmo. ISBN: 84-7090-294-6.
- GASPAR, Jorge (1981) — *Portugal em mapas e em números*, 2.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte (col. «Espaço e Sociedade», n.º 1).
- GIL BERA, Eduardo (2003) — *História das más ideias*. Lisboa: Teorema. ISBN: 972-695-623-4.
- GOES, Ernesto (1984) — *Árvores monumentais de Portugal*. Lisboa: Portucel.
- GOES, Ernesto (1987) — *Os eucaliptos (ecologia, cultura, produções e rentabilidade)*. Lisboa: Empresa de Celulose e Papel de Portugal.
- GOMES, Álvaro (2006) — *Ortografia para todos para [ensinar a escrever] sem erros*. Porto Editora. ISBN: 972-8895-13-5.
- GRUPO KRISIS (2003) — *Manifesto contra o trabalho*. Lisboa: Edições Antígona. ISBN: 972-608-152-1.
- GUERREIRO, Maria das Dores (1996) — *Famílias na actividade empresarial. PME em Portugal*. Oeiras: Celta Editora. ISBN: 972-8027-42-7.
- GUIDDENS, Anthony (1995) — *As consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora. ISBN: 972-8027-27-3.
- HANNAH, Leslie (1994) — «Mão visível e mão invisível na Grã-Bretanha», in Alfred D. Chandler Jr. E Hernan Daems (org.), *Hierarquias de gestão. Perspectivas comparativas sobre o desenvolvimento da moderna empresa industrial*. Oeiras: Celta Editora. ISBN: 972-8027-21-4.
- HOBBSAWM, Eric (1998) — *Sobre la historia*. Barcelona: Crítica. ISBN: 84-7423-846-3.
- INSO, Egdio Rijo (s. d.) — *A Associação na agricultura*, Lisboa, Imprensa de Manuel Lucas Torres.
- JUSTINO, David (1988) — *A formação do espaço económico nacional. Portugal, 1810-1913*. 2 vols. Lisboa: Vega. ISBN: 972-27-1047-8.

- KIRSCHNER, Ana Maria (s. d.) — *Sociologia da empresa e responsabilidade social das empresas* [em linha], s. d. [consult. em Maio de 2007], disponível em [www: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3343_2.pdf>](http://www.nuso.org/upload/articulos/3343_2.pdf).
- KUHN, Tomas S. (1998) — *A estrutura das revoluções científicas*, 5.ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva.
- LAINS, Pedro (1993) — *Os progressos do atraso. Uma nova história económica de Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. ISBN: 972-671-109-6.
- LAINS, Pedro (1995) — *A economia portuguesa no século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional — Casa da Moeda. ISBN: 972-27-0763-9.
- LAINS, Pedro (2005) — «A economia Portuguesa no século XX: crescimento e mudança estrutural», in António Costa Pinto (coord.), *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. ISBN: 972-20-2736-0.
- LAMAS, Maria (2003) — *As mulheres do meu país*, 2.ª ed. Lisboa: Editorial Caminho. ISBN: 972-21-1491-3.
- LANDES, David S. (2001) — *A riqueza e a pobreza das nações. Por que são algumas tão ricas e outras tão pobres*. Lisboa: Gradiva. ISBN: 972-662-804-0.
- LAUTENSACH, Herman, «As características fundamentais da geomorfologia», in Orlando Ribeiro e Herman Lautensach, *Geografia de Portugal*, vol. I. Lisboa: Edições João Sá da Costa. ISBN: 972-9230-12-9.
- LEITE, Joaquim da Costa (1996) — «Os negócios da emigração (1870-1914)», *Análise Social*, vol. XXXI, n.º 136-137 (2.º-3.º).
- LEITE, Joaquim da Costa (2005) — «População e crescimento económico», in Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org.), *História Económica de Portugal, 1700-2000*, vol. II: *O Século XIX*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. ISBN: 972-671-139-8.
- LENOIR, Lelio (1863) — *Portugal em 1862*. Lisboa: Imprensa J. Gomes Sousa Neves.
- LIMA, Jaime de Magalhães (1920) — *Eucalyptos e acácias. Vinte annos de experiencias*. Porto: Edição do Lavrador.
- LOPES, A. Simões (1995) — *Desenvolvimento regional. Problemáticas, teoria, modelos*, 4.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN: 972-31-0106-8.
- LOPES, José Silva (2004) — *A economia portuguesa no século XX*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. ISBN: 972-671-134-7.
- LOUREIRO, Adolfo (1904) — *Os portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional.
- LYOTARD, Jean-François (1987) — *O pós-moderno explicado às crianças*. Lisboa: Dom Quixote.
- MACEDO, Jorge Borges de (1981) — «Almocreve», in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. I. Porto: Livraria Figueirinhas.
- MACEDO, Jorge Borges de (1982) — *A situação económica no tempo de Pombal*, Lisboa: Moares Editores.
- MACEDO, Jorge Borges de (1989) — «Introdução histórica a um inventário artístico» a Ilda Arez et al., *Vista Alegre. Porcelanas*. Lisboa: Edições INAPA. ISBN: 972-9019-19-3.

- MARRECA, António de Oliveira (1991) — *Obras Completas*, vol. II. Lisboa: Instituto de Ensino à Distância.
- MARREIROS, Maria Rosa Ferreira (1996) — «Os proventos da terra e do mar», in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. III: *Portugal em definição de fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV* (coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem). Lisboa: Editorial Presença. ISBN: 972-23-2039-4.
- MARTINS, António M. e GONÇALVES, Carlos Abílio C. (1980) — «A linha da Beira Alta, 1876-1917», *Actas e Comunicações do I Encontro sobre Património Industrial. Coimbra. Guimarães. Lisboa/1986*, vol. I, Coimbra.
- MARTINS, Conceição A. e MONTEIRO, Nuno G. (org.) (2002) — *História do Trabalho e das Ocupações* (coord. por Nuno Luís Madureira), vol. III: *A Agricultura: Dicionário*. Oeiras: Celta Editora (col. «Horizonte Universitário»). ISBN: 972-774-133-9.
- MARTINS, Conceição Andrade (2005) — «A agricultura» in Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org.), *História Económica de Portugal, 1700-2000*, vol. II: *O Século XIX*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. ISBN: 972-671-139-8.
- MARTINS, Hermínio (1996) — *Hegel, Texas e outros ensaios de teoria social*. Lisboa: Edições Século XXI. ISBN: 972-8293-08-9.
- MATA, Eugénia e VALÉRIO, Nuno (1994) — *História económica de Portugal. Uma perspectiva global*. Lisboa: Editorial Presença. ISBN: 972-23-1761-X.
- MATA, José (2002) — *Economia da Empresa*, 2.^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN: 972-31-0901-8.
- MATA, Maria Eugénia (2002) — «As crises financeiras no Portugal contemporâneo», in Sérgio Campos Matos (coord.) — *As crises em Portugal nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. ISBN: 972-98766-3-0.
- MATA, Maria Eugénia (2006) — «Foreign joint-stock-companies in Nineteenth-century Portuguese Colonies» [em linha], 14.^o World Economic History Congress, Session 11 on *Africa in the International Economy, 1500–2000*, Helsínquia, disponível em <<http://www.helsinki.fi/iehc2006/papers1/Mata.pdf>>.
- MATTOSO, José (1988) — *A escrita da história*. Lisboa: Estampa, col. «Imprensa Universitária», n.º 67.
- MATTOSO, José, DAVEAU, Suzanne e BELO, Duarte (1997) — *Portugal — O sabor da terra. Beira Litoral*, Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN: 972-42-1683-7.
- MAYER, Arno (1983) — *La persistance de l'Ancien Régime, L'Europe de 1848 à la Grande Guerre* (trad. do Inglês). Paris: Flammarion. ISBN: 2-08-081212-2.
- MENDES, José M. Amado (1992) — «O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos», *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), n.ºs 2.º-3.º.
- MENDES, José M. Amado (1992) — *A história na empresa e a empresa na história*, sep. de *Estudos de homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa: INIC.
- MENDES, José M. Amado (1993) — «Comércio, transportes e comunicações», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. V: Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque (coord.), *O liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN: 972-42-0752-8.

- MENDES, José M. Amado (1993) — *A História como Ciência. Fontes, metodologia e teorização*, 3.^a ed. Coimbra: Coimbra Editora. ISBN: 972-32-0627-7.
- MENDES, José M. Amado (1996) — «Cultura empresarial e “nova história das empresas”», *Gestão e Desenvolvimento*, n.º 5-6.
- MENDES, José M. Amado (1999) — «A “velha” e a “nova história” empresarial em Portugal, 1924-1994. Tendências e resultados», *Gestão e Desenvolvimento*, n.º 8.
- MICKLETHWAIT, John e WOOLDRIGE, Adrian (2006) — *A Empresa. Breve história de uma ideia revolucionária*. Lisboa: Edimpresa Editora (col. «Biblioteca Exame»). ISBN: 989-612-254-7.
- MINC, Alain (2003) — *Cartas abertas aos nossos novos senhores*. Lisboa: Gradiva. ISBN: 972-662-950-0.
- MIRANDA, Sacuntala (1991) — «A base demográfica», in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XI: *Portugal — da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença. ISBN: 972-23-1420-3.
- MIRANDA, Sacuntala (1991) — *Portugal: o círculo vicioso da dependência (1890-1939)*. Lisboa: Teorema. ISBN: 972-695-137-2.
- MÓNICA, Maria Filomena (1999) — *Fontes Pereira de Melo*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN: 972-36-0770-3.
- MOREIRA, José Manuel Lopes da Silva (1996) — «A velha disputa entre economistas e sociólogos», in J. M. carvalho Ferreira, Rafael Marques, João Peixoto e Rita Raposo (orgs.), *Entre a economia e a sociologia*. Oeiras: Celta Editora. ISBN: 972-8027-53-2.
- MORIN, Edgar (1991) — *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget. ISBN: 972-8027-53-2.
- NEVES, Emanuel Maranha das (2004) «Infra-estruturas em Portugal no Século XX», in Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito e Fernanda Rollo (coord.), *Momentos de inovação e engenharia em Portugal no Século XX*, vol. I, Lisboa.
- NICOLESCU, Basarab (2000) — *O manifesto da transdisciplinaridade*. Lisboa: Hugin. ISBN: 972-8534-80-9.
- OLIVEIRA, Luís Valente de (1997) — *Novas considerações sobre a regionalização*. Porto: Edições ASA. ISBN: 972-41-1910-6.
- ORMEROD, Paul (2000) — *A economia borboleta*. Lisboa: Publicações Europa-América. ISBN: 972-1-04829-1.
- PASCOAES, Teixeira de (1994) — *A Beira (num relâmpago). Duplo passeio* (1.^a ed, 1916), Lisboa: Assfrio & Alvim ISBN: 972-37-0362-9.
- PEDROSA, Fernando Gomes, «Para a História da pesca em Portugal», *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXV, Janeiro/Março, 1985.
- PELLEGRINO, P. e LIMA, A. Mesquitela (1986) — *Espace et développement*, t. I, Genebra: Centre de Recherche en Architecture et Architecturologie, UNESCO.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1983) — *Livre-câmbio e desenvolvimento económico*. Lisboa: Sá da Costa (col. « Nova Universidade», n.º 6).
- PEREIRA, Miriam Halpern (2001) — *Diversidade e assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. ISBN: 972-671-076-6.

- PITA, Manuel António (2004) — *Curso Elementar de Direito Comercial*. Lisboa: Áreas Editora. ISBN: 972-8472-68-4.
- RADICH, Maria Carlos (2007) — «Introdução e expansão do eucalipto em Portugal», in Jaime Sande Silva (coord.), *Árvores e florestas de Portugal*, vol 4: *Pinhais e eucaliptais*. Lisboa: Público/Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. ISBN: 978-989-101-6.
- REIS, Jaime (1993) — *O atraso económico português em perspectiva histórica (1850-1930)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. ISBN: 972-27-0547-4.
- REVEL, Jacques (1995) — «Histoire et sciences sociales: une confrontation instable», in Jean Boutier e Dominique Julia (dir.), *Passés recomposés. Champs et chantiers de l'Histoire*, Paris: Éditions Autrement (col. «Mutations», n.º 150-151). ISBN: 2-86260-516-6.
- RIBEIRO, Orlando (1987) — «O mar e a costa», in Orlando Ribeiro e Herman Lautensach (com comentários e actualização de Suzanne Daveau), *Geografia de Portugal*, vol. I: *A posição geográfica e o território*. ISBN: 972-9230-12-9.
- RIBEIRO, Orlando (1987) — *Introdução ao estudo da geografia regional*. Lisboa: Edições João Sá da Costa (col. «Humanismo e ciência»).
- RIBEIRO, Orlando, *Introduções geográficas à História de Portugal. Estudo crítico*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- RIFKIN, Jeremy (1996) — *La fin du travail* (prefácio de Michel Rocard). Paris: La Découverte/ Poche. ISBN: 2-7071-2733-7.
- ROCHE, Daniel (1998) — *História das coisas banais*. Lisboa: Teorema (col. «Série especial», n.º 27). ISBN: 972-695-317-0. Jeremy Rifkin, *La fin du travail*
- RODRIGUES, Teresa (1995) — «A população portuguesa nos séculos XIX e XX», *População e Sociedade*, n.º 1.
- RONCAYOLO, Marcel (1986) — «Região», *Enciclopédia Einaudi*, vol. 8: *Região*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda
- ROSA, Laura Marques de Figueiredo Peça Pereira da (1994) — *A Vista Alegre. Uma instituição diferenciada no âmbito da indústria portuguesa do séc. XIX (1824-1900)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de mestrado, mimeografada.
- ROSA, Luís (1991) — *Sociologia de empresa*. Lisboa: Editorial Presença (col. «Biblioteca de Gestão moderna», n.º 57). ISBN: 972-23-1469-6.
- ROSAS, Fernando (1996) — *O Estado Novo nos anos trinta, 1928-1938*. Lisboa: Editorial Estampa (col. «Histórias de Portugal», n.º 18). ISBN: 972-33-1177-1.
- ROSIER, Bernard (2001) — *As teorias das crises económicas*. Lisboa: Bisâncio. ISBN: 972-53-0133-1.
- RUFFAT, Michèle (1992) — «Faire de l'histoire en entreprise», in Institute d'Histoire du Présent, *Écrire l'histoire du temps présent. En hommage à François Bédarida*. Paris: CNRS Éditions. ISBN: 2-271-05121-5.
- SANTOS, José António (1985) — *Regionalização. Processo histórico*. Lisboa: Livros Horizonte (col. «Espaço e sociedade», n.º 4).
- SANTOS, José António (1995) — *As freguesias. História e actualidade*. Oeiras: Celta Editora. ISBN: 972-8027-38-9.

- SAPELLI, Giulio (1996) — «La construcción social e histórica de la empresa: para um novo modelo teórico», in Francisco Comín e Pablo Martín Aceña (coord.), *La empresa en la historia de España*. Madrid: Editorial Civitas. ISBN: 84-470-0666-2.
- SARDICA, José Miguel, «A vida partidária portuguesa nos primeiros anos da Regeneração», *Análise Social*, vol. XXXII 1997.
- SCHNAPER, Dominique (1992) — «Le temps présent entre histoire et sociologie», in Institut de l'Histoire du Présent, *Écrire l'histoire du temps présent. En hommage à François Bédarida*. Paris: CNRS Éditions. ISBN: 2-271-05121-5.
- SCHUMPETER, Joseph (1996) — *Ensaio. Empresários, inovação, ciclos de negócio e evolução do capitalismo*. Oeiras: Celta Editora. ISBN: 972-8027-52-4.
- SEGURA, Julio (1996) — «Visiones analíticas de la empresa: evolución y nuevos enfoques de viejos problemas», in Francisco Comín e Pablo Martín Aceña (coord.), *La empresa en la historia de España*. Madrid: Editorial Civitas. ISBN: 84-470-0666-2.
- SERRÃO, Joel (1980) — *Temas Oitocentistas. Para a história de Portugal no século passado. Ensaio*, vol. I. Lisboa: Livros Horizonte.
- SERRÃO, José Vicente (1993) — «O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. IV: *O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN: 972-42-0715-3.
- SILVA, Fernando Vieira da (1989) — «Castelo Branco em 1883: a estrutura profissional de uma pequena cidade do interior», *Revista de História Económica e Social*, n.º 25, Janeiro-Abril.
- SILVA, Maria de Jesus de Oliveira e (1994) — «As elites locais e a sua influência»
- SILVANO, Filomena (2001) — *Antropologia cultural. Uma introdução*. Oeiras: Celta Editora. ISBN: 972-774-143-6.
- SOEIRO, Teresa, LACERDA, Silvestre, ALVES, Jorge Fernandes e OLIVEIRA, Joaquim (1995) — *A cerâmica portuense. Evolução empresarial e estruturas edificadas*, sep. da *Portugália*, nova série, vol. XVI.
- SOUSA, Alfredo de Sousa (1995) «Os anos 60 da nossa economia», *Análise Social*, vol. XXX (133).
- SOUSA, Fernando de (1995) — *História da Estatística em Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. ISBN: 972-673-129-1.
- TENGARRINHA, José (1989) — *História da imprensa periódica portuguesa*, 2.ª ed. Lisboa: Editorial Caminho. ISBN: 972-21-0396-2.
- TONINELLI, Angelo (2002) — «Business history as a field of research: the European perspective», in Tamás Szmrecsányi e Ricardo Maranhão (org.), *História de empresas e desenvolvimento económico*, 2.ª ed. Editora da Universidade de S. Paulo.
- TORRES, Félix (1987) — «Retour vers l'avenir: l'Histoire dans l'entreprise», in Maurice Hamon e Félix Torres (dir.), *Mémoire d'avenir. L'Histoire dans l'Entreprise*. Paris: Saint-Gobain/ Public Histoire/Economica.
- TOURAINÉ, Alain (1996) — *O retorno do actor. Ensaio sobre sociologia*. Lisboa: Instituto Piaget. ISBN: 972-8245-59-9.
- VALA, Jorge e MONTEIRO, Maria Benedicta (coord.) (1993) — *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- VAQUINHAS, Irene Maria (2000)— “*Senhoras e Mulheres*” na sociedade portuguesa do século XIX. Lisboa: Edições Colibri (col. Colibri História, n.º 22). ISBN: 972-772-112-5.
- VAQUINHAS, Irene Maria e FONSECA, Fernando Taveira da (2000) — «Os actos notariais como fonte para a história económica e social», in Maria Helena Cruz Coelho (coord.), *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. ISBN: 972-95512-2-7.
- VAZ, Augusto Ribeiro (1935) — *O automóvel na economia nacional*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia.
- VEIGA, Teresa Rodrigues (2004) — «As realidades demográficas», in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. X: Fernando de Sousa e A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Portugal e a Regeneração*, Lisboa: Editorial Presença. ISBN: 972-23-3257-0.
- VEYNE, Paul (1987) — *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70 (Col. «Lugar da História», n.º 20).
- VIEIRA, António Lopes (1980) — «Os transportes rodoviários em Portugal, 1900-1940», *Revista de História Económica e Social*, n.º 5.
- VIEIRA, António Lopes (1980) — *Os transportes públicos de Lisboa, entre 1830-1910*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- VIEIRA, António Lopes, «Os transportes rodoviários em Portugal, 1900-1940», *Revista de História Económica e Social*, n.º 5, 1980
- VIEIRA, António Lopes, *Os transportes públicos de Lisboa, entre 1830-1910*, Lisboa, 1980.
- VITALE, Luis (1992) — *Introducción a una teoría de la historia para América latina*. Buenos Aires: Editorial Planeta. ISBN: 950-9216-32-1.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1995) — *Impenser la science sociale pour sortir du XX^e siècle*. Paris: Presses Universitaires de France. ISBN: 2-13-046736-9.
- WALLERSTEIN, Immanuel et al. (1996) — *Para abrir as Ciências Sociais. Relatório da Comissão Gulbenkian sobre a reestruturação das Ciências Sociais*. Lisboa: Europa-América. ISBN: 972-1-04099-1.
- WHITE, Hayden (1992) — *El contenido de la forma*. Barcelona: Ediciones Paidós. ISBN: 84-7509-757-X.